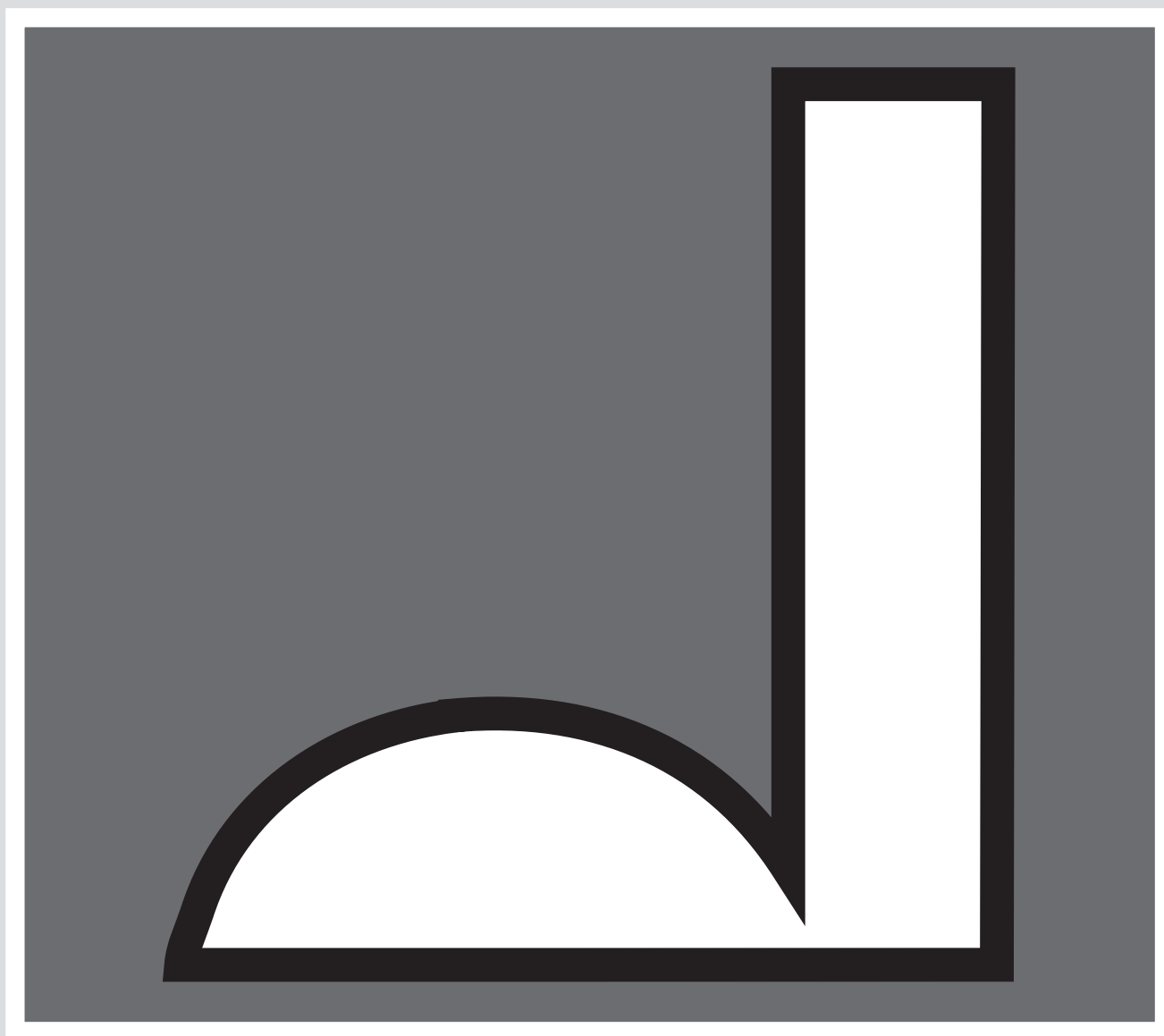




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - SUP. AO Nº 39 - SÁBADO 31 DE MARÇO DE 2007 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATAS DE COMISSÕES		
1.1 - Comissão de Assuntos Sociais - CAS		
1ª Reunião Extraordinária Conjunta da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência e Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 28 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 12 horas.....	5	
2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 11 horas e 30 minutos. .	10	
2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 28 de março de 2007, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos...	26	
2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 20 de março de 2007, terça-feira, às 10 horas..	53	
3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de fevereiro de 2007, terça-feira, às 10 horas.	69	
4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 28 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 11 horas e 30 minutos...	91	
5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 7 de março de 2007, quarta-feira, às 11 horas e 30 minutos. .	94	
6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de março de 2007, quarta-feira, às 9 horas.	111	
7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada no dia 21 de março de 2007, quarta-feira, às 10 horas.....		115
8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de março de 2007, quarta-feira, às 14 horas.....		149
1.6 - Comissão de Educação		
2ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de fevereiro de 2007.		166
3ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2007.....		177
4ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de fevereiro de 2007.....		202
5ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 6 de março de 2007.....		216
6ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de março de 2007....		229
7ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de março de 2007....		255
8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de março de 2007....		268
1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de março de 2007.		302

1.3 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de março do ano de 2007, às 11 horas. ... 304

2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de março do ano de 2007, às 10 horas. 305

2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 7 de fevereiro de 2007, às 10 horas. 332

3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de fevereiro de 2007, às dez horas. 343

4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de fevereiro de 2007, às 10 horas. 356

5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 8 de março de 2007, às 11 horas. 414

6ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 15 de março de 2007, às dez horas. 429

7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 2007, às 11 horas. 434

1.4 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - CI

2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de fevereiro de 2007, às 11 horas e 30 minutos.... 448

3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de fevereiro de 2007, às 11 horas e 30 minutos.... 463

4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de março de 2007, às 10 horas. 483

5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 8 de março de 2007, às 10 horas. 503

6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa

Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, em 13 de março de 2007, às 10 horas. 528

7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 15 de março de 2007, às 11 horas. 567

1.5 - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA

2ª reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de fevereiro de 2007. 577

3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de março de 2007. 590

4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de março de 2007. 598

1.6 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. 609

2ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de março de 2007. ... 615

3ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 7 de março de 2007. 627

4ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de março de 2007.... 637

5ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de março de 2007.... 638

6ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada em 28 de março de 2007. 652

1.7 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de março de 2007. 664

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Primeira Reunião Extraordinária Conjunta da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência e Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 28 de fevereiro de 2007, quarta-feira, às 12:00 horas.

Às doze horas e dezenove minutos, do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Flávio Arns, reúnem-se as Subcomissões Permanentes da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **PATRÍCIA SABOYA GOMES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ALFREDO NASCIMENTO, JOSÉ NERY, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FERNANDO COLLOR, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE**. A presente reunião destina-se à instalação das Subcomissões Permanentes da Comissão de Assuntos Sociais e à eleição dos respectivos Presidentes e Vice – Presidentes. O Presidente declara aberta a 1ª reunião conjunta das Subcomissões Permanentes e coloca em votação, as seguintes chapas: Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, Presidente: Senador Papaléo Paes, Vice – Presidente: Senador Augusto Botelho; Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, Presidente: Senador Paulo Paim, Vice – Presidente: Senador Marcelo Crivella e Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, Presidente: Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente: Senador Flávio Arns. A chapa sendo aprovada, o Presidente declara os Senadores Presidentes e Vice-Presidentes eleitos e empossados. Logo após o Senador Adelmir Santana solicita a sua indicação como membro da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Estando as vagas do bloco da minoria preenchidas, o Senador João Durval cede a vaga de suplente do PDT ao Senador Adelmir Santana. O Presidente lê a composição das Subcomissões: Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, membros titulares: Senador Papaléo Paes (PSDB), Senadora Rosalba Ciarlini (PFL), Senador João Durval (PDT), Senador Augusto Botelho (PT), Senador Flávio Arns (PT); membros suplentes: Senador Cícero Lucena (PSDB), Senadora Kátia Abreu (PFL), Sena-

dor Adelmir Santana (PFL). Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, membros titulares: Senador Eduardo Azeredo (PSDB), Senadora Rosalba Ciarlini (PFL), Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB), Senador Flávio Arns (PT), Senador Paulo Paim (PT); membro suplente: Papaléo Paes (PSDB). Subcomissão Permanente do Trabalho e da Previdência, membros titulares: Senadora Lúcia Vânia (PSDB), Senador Jayme Campos (PFL), Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB), Senador Paulo Paim (PT), Marcelo Crivella (PRB); membros suplentes: Senador Cícero Lucena (PSDB), Senadora Kátia Abreu (PFL), Senador Flávio Arns (PT). Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Flávio Arns**, Presidente em Exercício.

1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS SUBCOMISSÕES PERMANENTES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 12 HORAS E 19 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Declaro aberta a 1ª Reunião Conjunta das Subcomissões, que se destina à instalação e eleição dos seus Presidentes e Vice-Presidentes.

Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde: Presidente, Senador Papaléo Paes; Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho.

Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência: Presidente, Senador Paulo Paim; Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência: Presidente, Senador Eduardo Azeredo; Vice-Presidente, Senador Flávio Arns.

A composição das Comissões foi lida agora há pouco com as observações já feitas pela Senadora Kátia Abreu e o Senador Papaléo Paes, que foram, por solicitação, incluídos nas Subcomissões. Em votação as chapas.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que concordam com os nomes indicados nas chapas das Subcomissões queiram permanecer como se encontram.

Aprovadas.

Declaro, portanto, eleitos e empossados os Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, Presidentes e Vice-Pre-

sidentes que acabei de anunciar. Não sei se alguém gostaria de fazer alguma manifestação?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Apenas para parabenizar e desejar, Sr. Presidente, que essas Subcomissões possam prestar esse relevante trabalho à sociedade brasileira, tanto no Trabalho, como dos Deficientes, como no Acompanhamento da Saúde, uma das piores mazelas, hoje, do povo brasileiro. Gostaria, Sr. Presidente, sinceramente, pedir a Deus que abençoe os nossos companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço. Mais alguém? Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): De desejar uma boa sorte a todos nossos Presidentes, Vice-Presidentes, a todos os membros, que nós possamos fazer um grande trabalho em favor do Brasil e eu tenho muito prazer em participar da Subcomissão de Saúde, aonde pretendo continuar com a bandeira que trago da Câmara Federal, que é o combate ao câncer de mama, esse mal que assola dez mil mulheres por ano no Brasil, adoece 49 mil mulheres todos os anos, e desta estatística horrível nós precisamos lutar contra ela, simplesmente trazendo mamógrafos para os Municípios brasileiros. Apenas 9% dos Municípios do Brasil possuem mamógrafo para fazer o exame preventivo e, essa luta, nós temos que implementar no Senado, na Câmara, nos Deputados e Senadores, como vimos fazendo há 2 anos, através das Emendas individuais para implementar esses equipamentos nos nossos Municípios, pelo Brasil afora, para nós combatermos esse mal terrível. Inclusive, na 1ª Reunião da Saúde, nós pretendemos protocolar um pedido de Audiência Pública para debatermos esse assunto. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço. Só lembrando que já instalada a Comissão, já eleito o Presidente, a própria Subcomissão, como já, aliás, vem acontecendo, pode fazer Audiências Públicas, debates e fazer os encaminhamentos todos, não só a Comissão de Saúde, mas todas as Comissões. Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida, primeiro cumprimentar a V. Ex^a. e a Senadora Patrícia, que preside esta Comissão, pela indicação, de forma unitária, de todos os Presidentes e Vices e a composição de todas as Comissões. E dizendo, também que, de fato, eu tenho dedicado grande parte da minha vida nessa área do Trabalho e da Previdência. E fiquei feliz com a indicação, que, no

momento em que vi o PAC, o Governo Federal anuncia e tivemos um primeiro debate aqui, ontem, o Fórum Nacional para Debater a Previdência, tudo indica que, em seis meses, nós teremos, aqui, mudanças nessa área e projetos de alterações na legislação previdenciária, que interessa, sempre digo, a 180 milhões de brasileiros.

E, no mesmo sentido, na área do Trabalho, nós sabemos o quanto que nós temos que aprofundar o debate da própria CLT. Muitos dizem que há pontos que são obsoletos e eu concordo. E esse debate nós faremos, também, no Fórum dessa Subcomissão, como também, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. Sei que, na Câmara de Deputados, há uma Comissão que caminha no mesmo sentido desta que ora instalamos aqui.

Enfim, eu acho que é um campo vasto, que tem tudo a ver com a relação do emprego e pós-emprego, ou seja, da perspectiva, da aposentadoria e da pensão, enfim, de milhões e milhões de brasileiros. É um momento importante, eu estou lá na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, mas conversamos muito com V. Ex^a., que eu estou lá por uma designação partidária, mas não deixaria de estar aqui para debater todos os temas e com carinho especial, a questão do Trabalho e, naturalmente, da Previdência. Obrigada.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor, novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço. Senadora Kátia Abreu, pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Muito obrigada. Por sugestão do Presidente da Subcomissão de Saúde, o Senador Papaléo e com a minha, ainda, pouca experiência na Casa, ele está aqui me orientando, que eu já poderia, então, fazer esse Requerimento de pedido de Audiência Pública, para debatermos a questão do câncer de mama no País. Então, já gostaria de oficializar, nesse momento, e colocar em aprovação dos Srs. Senadores e Senadoras, a aprovação de Audiência Pública para discussão do "Câncer de Mama no Brasil". Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. A Senadora Kátia Abreu, verbalmente, solicita a realização de Audiência Pública para o debate do tema "Câncer de Mama no País". Eu acho que isso poderá, Senadora, como é uma Reunião Conjunta das Comissões, isso poderá, na 1ª Reunião, Senador Papaléo Paes, ser apresentado na própria Subcomissão, não é verdade, ou na Comissão mesmo, quer dizer, o Requerimento pode ser apresentado na Comissão de Assuntos Sociais ou na Subcomissão de Saúde, Acompanhamento, Promoção e Defesa da

Saúde, já que esta Reunião é uma Reunião Conjunta das Subcomissões com o objeto, assim, de instalação e de eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes mas, sem dúvida alguma, o tema será aprovado de imediato e eu, como membro da Subcomissão, concordo, também, amplamente, com o desejo de V. Ex^a..

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Esse é um momento importante, é um momento importante da nossa Reunião, porque nós estamos definindo o início do trabalho das Subcomissões, que são Subcomissões, todas, muito importantes que a Comissão de Assuntos Sociais proporciona para que nós possamos desenvolver um trabalho mais detalhado, mais específico, em determinadas áreas. E eu quero aproveitar o momento para parabenizar V. Ex^a., Senador Flávio Arns, pelo trabalho brilhante que V. Ex^a. faz nesta Casa, pela sua preocupação e competência de encaminhar os trabalhos nesta área social, que é muito importante e que nós, inclusive, agradecemos todos os seus trabalhos desenvolvidos nesta área social, principalmente com pessoa deficiente e reconhecemos, aqui, a sua dedicação e a sua competência. Por isso, nada mais justo do que V. Ex^a. ser Presidente desta Subcomissão.

Da mesma forma, o Senador Paulo Paim, área específica dele, que ele se dedica muito, que é na área do Trabalho, do trabalhador, eu quero dizer que ficou em boas mãos a Presidência dessa Subcomissão e que nós, também, temos já uma convivência e, aqui, sabemos reconhecer que a capacidade de trabalho do Senador Paulo Paim é inquestionável entre nós, por isso merece o nosso respeito. Quanto à questão da área da Saúde nós estamos sendo reconduzidos a--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, Eduardo Azeredo. Vice o Senador Flávio Arns, a questão... Mas eu quero... Reafirmo tudo o que falei em seu nome e estendo ao Presidente Eduardo Azeredo o sucesso no desempenho desta nobre missão e que, tenho certeza, que a dupla dirigente da Subcomissão fará com que essa Subcomissão continue exercendo a sua... o seu desempenho e alcançando os seus objetivos.

Quanto à questão da Saúde, nós temos um tema... temas muito difíceis e polêmicos, que nós atravessamos na saúde pública nacional e, aqui, a Senadora Kátia Abreu já apresenta um tema extremamente importante, que precisa ser reavivado, que é a questão do câncer de mama e que nós precisamos alertar, nas

nossas Audiências Públicas, principalmente as autoridades da Saúde Pública, porque não adianta fugir, a responsabilidade da saúde, não podemos repassar isso à iniciativa privada; a responsabilidade da saúde é do Governo, é pública, então, por isso, as nossas Audiências sempre visam alcançar esse objetivo que é: Sensibilizar o Poder Público para fazer aos investimentos que devem ser feitos nessa área tão importante, que é da Saúde.

Então, sucesso ao Senador Eduardo Azeredo, nosso companheiro que, indiscutivelmente, terá uma missão muito árdua, mas tenho certeza absoluta que cumprirá, com brilhantismo, essa missão, como sempre, cumpriu todas aquelas que lhe foram conferidas, Senador Flávio Arns, ao nosso querido Paulo Paim e a todos os demais, Senador Marcelo Crivella que é Vice da Comissão de Trabalho e tenho certeza absoluta que nós vamos honrar, a cada mandato, a missão de fazermos com que essas Subcomissões realmente marquem sua presença, com efetividade, no Senado Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero lembrar que a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde tem o Senador Papaléo Paes e o Senador Augusto Botelho na Presidência e Vice. Uma Comissão essencial para o Brasil. O primeiro tema já sugerido, "Câncer de Mama", que a gente sabe que muitos casos identificados, por exemplo, no Brasil, as pessoas têm que esperar meses para fazer o exame complementar especializado, o que acaba causando mais transtornos, em termos de saúde, sem dúvida alguma, além de afetar o bem-estar, a saúde, a segurança, quer dizer, tantos problemas que têm que ser debatidos pela Subcomissão.

Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência tem, na sua condução, o Senador Paulo Paim e o Senador Marcelo Crivella, Presidente e Vice. Afeta, como o Senador Paulo Paim colocou, toda a população brasileira, todos estão interessados nesse debate que está acontecendo no Executivo, na sociedade e tem que acontecer dentro do Congresso Nacional também.

E a outra Subcomissão Permanente, que é de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência tem, como Presidente, o Senador Eduardo Azeredo e eu como Vice-Presidente. De acordo com o IBGE são 25 milhões de brasileiros que apresentam algum tipo de deficiência; se pensarmos que cada uma dessas pessoas está numa família de mais três, pai, mãe, irmão e a própria pessoa, serão 100 milhões de brasileiros que têm um interesse direto na discussão das necessidades desta área. Então, são Subcomissões Permanentes da mais alta importância para os desafios

que o País, que o Brasil, apresenta. Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente Senador Flávio Arns, eu quero manifestar o meu agradecimento à confiança dos nossos Pares, dos meus pares, aqui, nessa Comissão, nós vamos continuar o trabalho dessa Subcomissão das Pessoas com Deficiência e tendo, exatamente, a companhia de V. Ex^a., Senador Flávio Arns, como Vice-Presidente que é, também, uma das pessoas, ou é a pessoa que mais entende desse assunto aqui, juntamente com o Senador Paulo Paim, eu me somo a todos vocês, a todos os outros, que sempre se interessaram por essa questão das pessoas com deficiência.

Eu quero lembrar que alguns avanços têm sido conseguidos, sim, na questão previdenciária, na questão aqui, do próprio Senado, o Senado procurando dar o exemplo, através das instalações adaptadas para as pessoas com deficiência, através, exatamente, das pessoas que... para aqueles que tem deficiência auditiva, foi um avanço que conseguimos aqui, realmente, não só nas Comissões mas mesmo em Plenário, quando necessário, esse contrato que foi autorizado pelo Presidente Renan Calheiros, então, nós temos, sempre, a disponibilidade dos tradutores, as questões ligadas ainda, exatamente, ao trabalho, à busca das condições melhores de trabalho para os portadores de deficiência, nós temos visto com mais frequência no País, eu quero registrar, por exemplo, a companhia de aviação, a Gol, ela tem feito um bom trabalho nesse sentido, é visível a utilização de pessoas com deficiência nos aeroportos brasileiros e, então, são exemplos que vão frutificando, exemplo do Senado, exemplo da Gol, exemplo de tantas outras companhias do Brasil afora, de maneira que eu quero registrar que nós estamos avançando, diferentemente de várias áreas, que nós temos, às vezes, que ficar só lamentando, só queixando, só criticando, nós estamos avançando, sim.

Agora, para isso, é preciso que continuemos tendo essa união de todos os Senadores, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado, de autoria do Senador Paulo Paim, foi, também, um grande avanço, nós tivemos, pela segunda vez, a Semana da Pessoa com Deficiência aqui no Senado--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, Senador, questão de justiça, quem articulou, montou, um grande Substitutivo que melhorou, digamos, 100% a redação original--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Flávio Arns, exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --é o nosso Presidente; ele foi o grande articulador. Eu e V. Ex^a. colaboramos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Isso, exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas, o grande articulador, eu canso de dizer isso, por que é uma questão de justiça, acho que ele fez milhares de reuniões para, inclusive, construir um grande entendimento a nível nacional que, no primeiro momento, um grande setor da sociedade era contra o Estatuto. Foi graças ao Senador Flávio Arns que, hoje, ele é uma realidade. Desculpe o aparte, mas tinha que fazer essa pequena...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não, é um aparte pertinente e adequado sem dúvida alguma, Senador Flávio Arns, vamos continuar seguindo seus passos para que possamos ter, realmente, sempre uma situação mais justa no Brasil e quero cumprimentar, também, o Senador Papaléo e [inaudível] na questão da Comissão de Saúde, na outra Subcomissão de Saúde, também na Subcomissão de Trabalho, em que Paim é o Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço as palavras, também, de amizade e de atenção, mas sempre quero dizer que o trabalho bom é sempre conjunto, não existe trabalho bom individual, todos nós juntos podemos fazer uma grande diferença. Passo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Presidente, são tantas as Comissões e os horários são quase sempre lindantes, então, eu estava em outra Comissão e cheguei aqui, já com atraso na abertura dos trabalhos, mas eu queria fazer um apelo a V. Ex^a. no sentido de me incluir na Subcomissão que será dirigida pelo Senador Papaléo Paes, a Subcomissão de Saúde. Gostaria de ver a possibilidade, pedindo escusas por ter chegado, realmente, com atraso, mas em razão da participação na Comissão de Constituição e Justiça, que estava uma votação de grande importância.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. Só um minutinho. Realmente aqui nós estamos olhando, mas isso depois nós podemos discutir com a Presidência, Vice-Presidência que, em princípio, os Titulares são cinco e os Suplentes cinco e, no bloco da Minoria, PFL-PSDB, nós temos os dois Titulares, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e, como Suplentes, o Senador Cícero Lucena e a Senadora Kátia Abreu.

Mas pode haver esse entendimento, não é Senador Papaléo Paes, com os outros Partidos, porque, realmente, as Subcomissões têm esse espírito de haver a maior participação possível, os debates acontecem na Subcomissão e os resultados são sempre levados para a Comissão. Então, sem dúvida alguma, nós va-

mos tomar as providências. Felizmente, muita gente quer participar, isso é um sinal muito bom. Passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, eu quero manifestar nessa oportunidade a minha satisfação de participar, uma vez mais, desta Comissão e quando num momento importante para a Comissão de Assuntos Sociais, aqui são nomeadas e indicadas as novas Comissões de Sub-relatoria.

Eu não tenho dúvida alguma quando as Comissões são presididas pelos ilustres Senadores da República na Comissão de Trabalho, o Senador Paulo Paim, na Comissão de Assunto de Saúde, a Subcomissão pelo Senador Papaléo, grande profissional da Saúde no seu Estado e pelo companheiro Senador Eduardo Azeredo que tem um papel preponderante, também a sua Comissão, que é a Comissão dos Portadores de Deficiências Especiais, eu vejo nesse exato momento, que nós temos uma responsabilidade muito grande, Senador Papaléo, na medida em que, lamentavelmente, nós temos problemas sérios na Saúde, problemas nas questões trabalhistas e, sobretudo, nos portadores de deficiência especiais. Eu espero que Vs. Exas., que presidem essas Subcomissões, possam fazer um trabalho exemplar, sobretudo. E que nós vivemos num País que, lamentavelmente, tem milhões de brasileiros, ainda, à margem de políticas públicas que possam, com certeza, fazer a verdadeira inclusão social e, por conseguinte, nós resgatarmos a verdadeira cidadania plena desses milhões de brasileiros.

Eu sou um brasileiro, Sr. Presidente, que estou convencido que nós podemos, com certeza, ainda nessa década buscarmos, efetivamente, um trabalho no campo social em que possamos dar melhores dias àqueles que, infelizmente, ainda vivem à mercê de políticas públicas adequadas e, sobretudo, que possamos dar dignidade a essas pessoas. Por isso, eu confio plenamente no trabalho dessas Subcomissões que terão, a partir de hoje, um papel preponderante quando instalarão Comissões Permanentes aqui dessa Casa através das Audiências Públicas, envolvendo a sociedade.

Eu não vejo, Senador Papaléo, nós resolvermos os problemas do nosso País se nós não tivermos, de forma democrática, transparente, sobretudo ousada, a discussão com a sociedade, não vejo. Lamentavelmente, o Poder Público, ele é impotente, o Poder Público torna-se engessado, cada dia que passa, para resolver os problemas gritantes que há, ainda, nesse imenso País, de quase nove milhões de quilômetros quadrados, que temos, hoje, ainda, milhões de pessoas não alfabetizadas, milhões de pessoas ainda passando

fome e nós temos a responsabilidade, Senador Flávio, de nós buscarmos as soluções.

Eu confesso que estou feliz quando vejo, aqui, as Sub-relatorias comandadas por pessoas da estirpe, da qualidade do Paulo, do Senador Papaléo e do Senador Eduardo Azeredo, até pela sua experiência como ex-Governador desse imenso e pujante Estado de Minas Gerais, sabem que nós temos a responsabilidade de trabalharmos na busca efetiva de políticas públicas, que possamos incluir milhões de brasileiros, com certeza, numa perspectiva de melhores dias para a sua vida.

De forma que encerro e espero que a nossa querida Senadora Kátia Abreu possa fazer o trabalho gigante, hercúleo, na busca, efetivamente, dessa política que nós queremos ter, que é uma política da saúde pública, social e trabalhista, na defesa, todos os dias aqui, de uma política que, certamente, nós possamos ver um dia melhor para aqueles menos afortunados do nosso Brasil, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Leio, novamente, então, a composição das Subcomissões.

Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde: Presidente Senador Papaléo Paes; Vice-Presidente Senador Augusto Botelho; Membros Titulares, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini, João Durval, Augusto Botelho, Flávio Arns; Suplentes, ainda com vagas a serem preenchidas, Senador Cícero Lucena, Senadora Kátia Abreu e Senador Adelmir Santana.

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência: Presidente Senador Eduardo Azeredo; Vice-Presidente Flávio Arns; Titulares, Eduardo Azeredo, Rosalba Ciarlini, Geraldo Mesquita, Flávio Arns, Paulo Paim; Suplentes, Senador Papaléo Paes, com vagas ainda a serem preenchidas.

Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência: Presidente Senador Paulo Paim; Vice-Presidente Senador Marcelo Crivella; Membros Titulares Senadora Lúcia Vânia, Senador Jayme Campos, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Paulo Paim, Senador Marcelo Crivella; Suplentes, com vagas ainda a serem preenchidas, Senador Cícero Lucena, Senadora Kátia Abreu e Senador Flávio Arns.

Quero, então, parabenizar os Presidentes, Vice-Presidentes, os Membros das Subcomissões e, principalmente, dizer do desafio que todos nós temos, assim, que junto com a sociedade enfrentar, que esta Comissão, estas Comissões possam refletir sempre os anseios, as necessidades, como colocado, essa construção da cidadania a que o Senador Jayme Campos já se referiu, também, construção da participação, da inclusão, particularmente daquelas pessoas que mais

precisam do Poder Público para que a sua dignidade seja construída.

Então, que essas Comissões, a exemplo do que já aconteceu em anos anteriores, realmente possam contribuir, decisivamente, para a mudança para melhor da nossa realidade social, que, já que é Comissão de Assuntos Sociais. Então, quero parabenizar a todos e declarar, então, encerrada a presente Sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se me permitir, só um segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Antes do encerramento, só uma questão, pela ordem, do Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria, primeiro, se me permitisse, cumprimentar a todos os Senadores. Eu ia fazer um aparte, Senador Jayme Campos, a V. Ex^a., na sua fala e quero dizer que, se me permitir, eu sei que o senhor não precisaria de um elogio, mas o senhor foi muito feliz na sua fala quando lembrou a importância da participação da sociedade aqui no Senado da República. E, por isso, eu insisto muito com as Audiências Públicas, que as Audiências Públicas, que V. Ex^a. fortaleceu, é o momento que a sociedade vem aqui e coloca o seu ponto de vista e que pode, até eu diria, dirigir o nosso voto e não só o voto, até na formulação de novos Projetos.

Por isso, eu queria cumprimentar V. Ex^a., por que eu sou um dos que mais insiste aqui na Casa um dos, não somente, acho que o próprio Senador Marcelo Crivella ia propor aqui, acho que vai propor, uma Audiência Pública de um tema interessantíssimo que, naturalmente, vai falar no momento adequado.

Mas eu queria ainda, Senador Flávio Arns, aproveitando esse momento, como a maioria dos parlamentares dessa Comissão fazem parte também da Comissão de Direitos Humanos, da importância da Reunião de amanhã de manhã, às nove horas, onde nós vamos fechar, não é, Senador Lucena, nosso querido Vice, nós vamos fechar as Audiências Públicas de Direitos Humanos na linha de combate à violência. É um ciclo de palestras que vai terminar em julho, mas oficialmente, só vamos poder aprovar amanhã. E vamos aprovar, também amanhã, um Projeto, no meu entendimento, muito interessante, que trata das creches. Então, seria muito importante que os Senadores estivessem lá para a gente poder deliberar sobre esses 11 Projetos.

Era de minha parte, muito obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Paulo Paim e passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, só comunicar à Casa de que, como primeira iniciativa da nossa Subcomissão de Trabalho e Previdência, nós vamos propor uma Audiência para analisar o problema que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro, com a importação de 600 engenheiros da China para trabalharem na Siderúrgica do Atlântico, que é uma iniciativa do grupo Krupp, Thiessen Krupp, da Alemanha. Já recebi cartas do CREA, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro e gostaria, Sr. Presidente, de trazer, aqui, as pessoas do Ministério das Relações Exteriores, do Ministro do Trabalho para fazermos isso que o nosso Senador Jayme Campos estava lembrando. Ouvir os setores e, quem sabe, construir uma solução de consenso, Sr. Presidente.

Então, Presidente Paim, concorda? Eu estou, já, apresentando Requerimento por escrito, mas antecipando, Presidente, de que será essa nossa primeira iniciativa, da Subcomissão, nessa Sessão Legislativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pelas observações, nós teremos, como sempre temos, muitos assuntos a serem debatidos e fundamentais para o Brasil. Muito bem, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente Reunião, obrigado.

Sessão encerrada às 12h48

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **PATRÍCIA SABOYA GOMES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, ALFREDO NASCIMENTO, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JUNIOR, VALTER PEREIRA, VAUDIR RAUPP, DEMÓSTENES TORRES, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, FÁTIMA CLEIDE, EXPEDITO JÚNIOR, FERNANDO COLLOR, GARIBALDI ALVES FILHO, HERÁCLITO FORTES E CÍCERO LUCENA**. O Senador José Nery justifica a ausência por estar convalescente. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Antônio

Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente em exercício Senador Antônio Carlos Valadares, faz uma homenagem à Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão, que assume seu lugar à mesa. O Senador Paulo Paim requer a inversão de pauta de forma a apreciar primeiro o item 5 da pauta. A Presidente coloca o pedido em discussão, que é aprovado. Passa-se à apreciação dos projetos. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2006.** “Acréscena Capítulo III –A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.” **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator “ad hoc”:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado, com 9 votos sim, com as três emendas apresentadas.** **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2004** “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas.” **Autora:** Senadora Lúcia Vânia. **TRAMITANDO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2004** “Altera os arts. 10 e 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias.” **Autor:** Senador Tião Viana **TRAMITANDO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2002** “Altera o artigo 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para facultar a oferta, contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica.” **Autor:** Senador Sebastião Rocha **TRAMITANDO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2006** “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a oferta do regime familiar de plano de assistência à saúde” **Autor:** Senador Arthur Virgílio **Relator:** Senador Augusto Botelho **Parecer:** Pela Rejeição do PLS nº44 de 2004 bem como das cinco emendas apresentadas ao conjunto das proposições em análise, e pela aprovação do PLS nº277 de 2004, e dos apensados PLS nº 187 de 2002, PLS nº 113 de 2006, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Matéria retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame.** **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 01, DE 2007 – CAS** “Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com vistas a tratar das ques-

tões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o Papel do Parlamento, a ser realizada no dia 28 de fevereiro de 2007, às 14:00. Para a realização da audiência pública requerida deverá ser convidado o Ministro da Previdência Social, Nelson Machado”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 02, de 2007 – CAS** “Requer, no termos do art. 93, do regimento Interno, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 21 de março de 2007, para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “Cria o Programa empresa Cidadão, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Para a realização da audiência pública requerida, deverão ser convidados: Presidente da Fiesp: Paulo Skaf, Presidente da Confederação Nacional da Indústria: Armando Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional do Comércio: Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Fersol: Michael Haradom, Presidente da Nestlé do Brasil: Ivan Zurita.” **Autora:** Senadora Patrícia Saboya Gomes **Resultado: Aprovado.** Os itens **01, 03, 04, 06, 07, 08 e 09** ficam adiados. A Presidente pede para marcar a eleição das Subcomissões na próxima reunião. Os Senadores Flávio Arns, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Cícero Lucena manifestam o desejo de participar da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. O Senador Geraldo Mesquita Júnior sugere a presidência da Subcomissão da Pessoa com Deficiência ao Senador Eduardo Azeredo e a vice-presidência ao Senador Flávio Arns. O Senador Inácio Arruda sugere a criação de uma comissão temporária para discutir a questão da violência. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Romero Jucá, Eduardo Azeredo, Inácio Arruda, Paulo Paim, Papaléo Paes, Jayme Campos, Rosalba Ciarlini, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Cícero Lucena, Augusto Botelho e Fátima Cleide. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 44 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, esta Sessão nós podemos dizer, a 1ª da Comissão de Assuntos Sociais nessa Legislatura tem o objetivo primacial de uma transmissão do cargo de Presidente e de Vice-Presidente dessa Comissão, em primeiro lugar, a nossa Senadora Patrícia Saboya Gomes escolhida pelo Senado Federal para presidir essa Comissão durante os dois anos, e tendo como Vice a Senadora Rosalba Ciarlini que também será durante nesses dois próximos anos companheira de trabalho da nossa Presidenta.

Eu quero reafirmar aqui o que todo mundo já sabe sobre a nova Presidenta dessa Comissão, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, uma das Parlamentares mais atuantes do Congresso Nacional, conhecida, antes de tudo, pelo seu devotamento à causa social, a criança e adolescente, a defesa dos direitos da mulher.

Acho que o Senado Federal colocou a mulher certa no lugar certo, e tenho certeza absoluta que essas duas nobres representantes do Brasil nessa Comissão haverão de pontificar pela justeza de suas decisões, pelo equilíbrio e moderação na direção dos trabalhos e também acima de tudo pela celeridade com que as propostas que tramitam nessa Comissão será evidenciada a todo o instante.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, mas antes, Senador Romero Jucá, eu quero ter o prazer de passar a presidência à Senadora. Pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Antes de V.Ex^a passar a presidência, eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --pela liderança do Governo e pelo PMDB também, dar as boas vindas a Senadora Patrícia que realizou aqui um grande trabalho como membro da Comissão e como Presidente, sem dúvida nenhuma, vai fazer uma grande atuação e vai ser importante na discussão e no enfrentamento dos problemas sociais, a Senadora Rosalba também que assume como Vice-Presidente. Mas eu pedi a palavra antes de V.Ex^a passar porque eu quero também prestar uma homenagem a V.Ex^a, pelo trabalho realizado aqui nesses dois anos. V.Ex^a que conduziu muito bem a Comissão de Assuntos Sociais, teve

espírito democrático, abriu o contraditório, procurou harmonizar posições e nós avançamos bastante em diversas matérias na Comissão de Assuntos Sociais por conta da condução de V.Ex^a.

Então, em nome da liderança do Governo, eu quero fazer esse registro e o agradecimento da contribuição que V.Ex^a prestou ao País ao longo desses dois anos como Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Ex^a, Senador Romero Jucá. Eu também quero agradecer a todos os partidos políticos, evidenciando a importância dessa Comissão de Assuntos Sociais, recolocou na direção dos trabalhos o PSB, o nosso Partido Socialista Brasileiro, nessa pessoa, que é uma grande trabalhadora guerreira que é a Senadora Patrícia Gomes. A quem passo a presidência nesse momento com muita honra e alegria.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos e a todas, eu quero, antes de mais nada agradecer ao Senador Carlos Valadares que teve um papel fundamental na indicação do meu nome para presidir essa Comissão. Quero cumprimentar a nossa Vice-Presidente, a Senadora Rosalba que eu tenho certeza até pela sua vocação, por ser médica, por ser pediatra vai poder também dar uma grande contribuição com a sua experiência a essa Comissão. Quero agradecer a todos os senhores, Sr^{as}. Senadoras também pela minha indicação, agradecer a equipe técnica, todos os Assessores dessa Comissão, que eu tenho o privilégio de trabalhar ao lado deles, desde o início, desde a minha vinda aqui para o Senado há quatro anos atrás. Essa Comissão tem sido uma daquelas que eu mais tenho me dedicado nesses quatro anos de mandato em função da identidade que existem com as causas que eu tenho procurado me debruçar e defender ao longo da minha trajetória, não só política, mas também como cidadã, como pessoa, como mulher e como mãe.

E é uma honra para mim, portanto, muito grande poder estar ao lado dos senhores e Sr^{as}. Senadoras para dar início a esse trabalho, numa Comissão que vai tratar de assuntos extremamente delicados, importantes, em alguns momentos, polêmicos, mas uma Comissão que certamente retrata um pouco o Brasil que nós vivemos. Um Brasil, um País gigantesco, com um potencial gigantesco, um povo extraordinário, de uma criatividade, de uma generosidade, capaz de superar tantos obstáculos, tantas dificuldades que a vida às vezes nos impõe e essa Comissão vai poder aqui se debruçar diante desses assuntos que são delicados

e difíceis. Uma Comissão que vai tratar principalmente da questão, como assim a Comissão do Senador Paulo Paim, ele fica de olho na minha, eu fico de olho na dele, a dele é de direitos humanos e a gente tem procurado conversar para ver que melhor forma daremos para que ele possa continuar militando, principalmente naquela área que vem se dedicando ao longo da sua vida, a questão do trabalho, da Previdência e aqui como Presidente de uma Subcomissão e eu, principalmente, às questões sociais ligada à criança, ao adolescente, a questão das mulheres, dos mais velhos, aqueles que são portadores de necessidades especiais, enfim, buscar nas duas Comissões encontrar uma forma de trabalharmos em conjunto, de forma mais unida possível.

E dizer, enfim, da minha alegria, alegria pela confiança. Eu já tive uma vida até Parlamentar não tão longa, fui Vereadora pela minha cidade, Fortaleza, cidade capital de todos nós cearenses. Tive o privilégio de ser Deputada Estadual e agora, como Senadora, tenho procurado respeitar e representar o meu Estado e o meu povo com o melhor que eu pude ter aprendido na minha vida. E foi justamente com o povo mais simples e mais humilde do meu Estado, do Estado do Ceará que eu consegui aprender muitas coisas que me servem para a vida, me servem para agora, me servem para o futuro, a forma de ver o mundo que nós vivemos, nós estamos passando momentos muito delicados no nosso País, agora mesmo incendeia o coração de todos nós um debate polêmico que é a questão da violência, se se reduz ou não a maioria penal e eu respeito a todas as opiniões, tenho a minha que não sou favorável, pelo contrário, acho que isso não é algo que vai resolver o problema da violência no nosso País. Quer dizer que se agora nós baixarmos a idade penal para 16 anos, nós vamos poder andar tranquilamente nas ruas, não vamos ser mais assaltados, não vai acontecer mais assassinatos, não vão acontecer mais mortes brutais, por que 16, e não 14, não 12, não 10, ou 7 como alguns países, inclusive, fazem.

Então, eu acho que esse não é um assunto fácil de ser resolvido, é preciso juntar as nossas cabeças, a nossa inteligência, e a nossa vocação para poder encontrar a melhor solução que garanta a justiça àqueles que têm sido vítima de crimes tão bárbaros como esse que a gente viu agora que levou a vida de um menino de apenas 6 anos de idade que como um trapo foi arrastado por 7 quilômetros nos bairros de uma das cidades mais lindas e maravilhosas e amadas e visitadas no nosso País que é o Rio de Janeiro.

Então, assuntos como esses são palpitantes e deve mexer com cada um de nós e essa Comissão vai procurar, assim como fez o nosso ex-Presidente, eu

quero aqui fazer a minha homenagem pela sua dedicação, pelo trabalho, Senador Valadares, por todo o compromisso que V.Ex^a traz consigo, mas que conseguiu fazer com que essa Comissão fosse uma Comissão, que já é uma Comissão tradicional, mas uma Comissão respeitada, uma Comissão onde com muita luta e sacrifício conseguia dar *quorum* para votar projetos importantes, foi uma pessoa com extrema habilidade para poder ouvir a cada um de nós membros dessa Comissão, eu mesma, como Vice-Presidente, tive a oportunidade porque ele me deu de assumir algumas vezes a presidência da Comissão de Assuntos Sociais portanto, eu só posso aqui lhe agradecer pela importância do seu mandato, pela importância que deu a essa Comissão, pela sua sensibilidade de poder agregar dentro de opiniões tão diversas, tantas vezes, mas conseguiu aqui com o seu bom senso trazer o melhor resultado nas reuniões da Comissão. Muitos Senadores aqui já são parceiros, amigos da Comissão que estão aqui desde o começo também comigo. E eu quero dizer da vontade, do desejo que eu tenho de ser ajudada, de ser colaborada, que colaborem comigo. Essa Comissão, ela vai ser completamente aberta, claro que nós vamos seguir o Regimento, mas tenham a certeza da facilidade de como flexibilizar as coisas para que a gente possa ter o melhor rendimento possível.

Portanto, eu agradeço a todos, dando as boas vindas aos novos Senadores que chego em nome de todos, quero cumprimentar também o Senador Inácio Arruda do meu Estado, Estado do Ceará, que participa dessa Comissão, desejando a todos nós que Deus nos abençoe, que a gente possa aqui fazer um trabalho muito produtivo, um trabalho que realmente seja reconhecido por toda a sociedade brasileira, essa é a nossa tarefa, essa é a nossa missão e eu estou pronta aqui para cumprir nessa Comissão. Muito obrigada a todos.

[risos]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Pela ordem, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo e em seguida o Senador Inácio Arruda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senadora Patrícia, eu quero primeiro, desejar sucesso nas suas novas funções, e também lembrar a importante gestão do Senador Antônio Carlos Valadares nesses últimos anos, eu pude participar aqui também, na verdade, como Presidente da Subcomissão que trata dos assuntos sociais, das pessoas com deficiência, eu queria exatamente colocar esse assunto das subcomissões já em pauta. Quer dizer, essa Comissão das

Pessoas com Deficiência é uma Subcomissão importante, que tem realmente sempre se pautado pela defesa das necessidades especiais. De maneira que eu queria colocar esse ponto já na discussão, como nós vamos fazer com as subcomissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Eduardo Azeredo, nós iremos, logo em seguida, assim que iniciarmos os trabalhos, nós iremos tratar das questões das subcomissões, com certeza e logo em seguida entrar na pauta. Aliás, talvez seja melhor que entrássemos na pauta e em seguida tratarmos das questões administrativas, de como funcionarão também essas subcomissões. Eu ouço com prazer o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Patrícia, Senadora Rosalba Ciarlini, eu saúdo a eleição e a posse definitivamente das senhoras que foram aclamadas no Plenário do Senado Federal, tenho a consciência de que a Senadora Patrícia conduzirá essa Comissão com grande sensibilidade. É uma Comissão que nós estávamos assistindo há pouco esse debate na Comissão de Constituição e Justiça sobre a questão da violência no Brasil, uma violência urbana que é fruto da concentração brutal de renda no nosso País, é um dos maiores concentradores de riqueza, é a sociedade brasileira que gerou essa situação, ela não nasceu, fruto da jovialidade do nosso povo, o fato da maioria da população brasileira ser formada de jovens que gera violência, ao contrário, é a concentração, a desigualdade da distribuição da riqueza. Eu considero que V.Ex^a tem muita sensibilidade e saberá conduzir com firmeza, sensibilidade e tranquilidade esse debate.

Eu tenho a impressão que essa Comissão deve avocar para si esse debate. Não que as demais Comissões não tenham, digamos assim, autoridade para discutir esse assunto. Todas têm, todos os Senadores. Mas eu tenho essa consciência. Essa é a principal Comissão de mérito sobre esse debate, essa discussão, essa é uma questão social gravíssima do nosso País e nós deveremos avocar para cá, aqui que é o centro do debate sobre essa matéria. Se há, digamos assim, na legislação questão de constitucionalidade sobre esse assunto, trataremos a questão de constitucionalidade, se houver, mas a questão de mérito desse debate é matéria dessa Comissão e deve ser conduzida com a sensibilidade que V.Ex^{as} já apresentaram do início do mandato de V.Ex^a até aqui e que eu tenho certeza que vai se firmar ainda mais na presidência dessa Comissão, é assim que eu imagino que V.Ex^a vai conduzir e aqui nós estaremos para dar a nossa contribuição, iniciando essa nossa vivência aqui no Senado

da República, com tão ilustres companheiros que nós encontramos aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Então nós estamos aqui para contribuir com o mandato de V.Ex^a à frente da Comissão de Assuntos Sociais, da Senadora Rosalba Ciarlini, que também é conterrânea nossa por extensão, porque minha mãe é mossoroense, então também temos um braço ali em Mossoró, então gostaria de nos colocar inteiramente à disposição. Eu tenho essa satisfação de contar com essa conterrânea na presidência da Comissão de Assuntos Sociais, sem deixar de destacar esse grande companheiro que é o nosso Antônio Carlos Valadares que nós já conhecemos a sua atuação, ele sempre como Senador e eu como Deputado Federal ali do outro lado, mas ele sempre participando das atividades conjuntas que nós tínhamos destacado e que assumiu essa responsabilidade aqui na Comissão de Assuntos Sociais, sempre tratando desses temas espinhosos, porque a questão é social e a questão social no Brasil é sempre muito espinhosa, precisa de muita sensibilidade. Senador Antônio Carlos Magalhães teve essa sensibilidade e agora vai estar na responsabilidade de V.Ex^a.

Conte conosco, eu sei que vai ter momentos que vão ser momentos de enfrentamento, porque a questão social é assim no Brasil, tem hora que é de enfrentamento. E nós temos que ter a indignação, a firmeza, mas sobretudo, sem nunca perder a ternura e a sensibilidade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não. Senador Inácio Arruda, eu quero agradecer as palavras tão gentis e generosas de V.Ex^a. Tenho certeza que aqui trabalharemos juntos não só com a tarefa do nosso Estado, Estado do Ceará evidentemente, mas questões importantes de todo o nosso País. Eu tenho certeza que aqui vou contar com a sua voz forte, com sensibilidade que V.Ex^a tem, tem demonstrado ao longo da sua vida pública. Muito obrigada pelas palavras tão gentis. Passo a palavra ao Senador Paulo Paim em seguida para o Senador Romero Jucá.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, de forma muito rápida, cumprimentá-la mais uma vez pelo trabalho brilhante que vem fazendo no longo da sua vida, e não especificamente nesse momento que assume essa Comissão do qual, com muita competência já fui vice e sei do compromisso que V.Ex^a tem com essa Comissão e eu diria com todas as Comissões da Casa e essa é a intenção de fazer um trabalho conjunto com a Comissão de Direitos Humanos. Por isso vejo que o quadro que se apresenta é dos

melhores pela construção que faremos coletivamente as duas Comissões com o conjunto da Casa.

Quero cumprimentar também a Senadora Rosalba que é uma estudiosa, uma Senadora que tem dedicado a sua vida no caminho dos direitos sociais e os direitos humanos.

Senador Valadares todos aqui já falaram e eu reafirmo aqui o carinho e respeito e a alegria que eu tive de trabalhar também com ele na presidência dessa Comissão. Se a Comissão deu resultado positivo que deu no longo desses anos, com certeza, Senador Valadares, merece aqui os nossos aplausos. Mas, Senadora Patrícia, eu vou direto na pauta. Ainda, na legislação anterior, nós fizemos um amplo debate com duas Audiências Públicas, com acordos e atendimentos aqui na Comissão do Item 5 da pauta, e houve um acordo com a presença do Senador Valadares aqui presente que nós votaríamos o Item 5 que ficou pendente na primeira Sessão que tivesse *quorum*. Como nesse momento tem um *quorum* privilegiado, o conjunto do movimento sindical brasileiro está aqui, todas as centrais sindicais, todas apoiando essa questão do Item 5 que vai evitar um conflito permanente que está havendo entre o Ministério do Trabalho, o Ministério Público, os empresários e os trabalhadores.

As listas que correm dentro de algumas empresas, não todas, para que não haja contribuição devida para as entidades sindicais. Tive uma longa conversa também com o Ministério do Trabalho, chegamos num entendimento, e todos sabem que nós cumprimos na risca os entendimentos, e o entendimento foi que essa matéria seria amplamente discutida, num segundo momento, lá na Câmara dos Deputados com Audiências Públicas para que chegássemos num acordo, o melhor possível para o conjunto da sociedade brasileira. Como o movimento sindical esteve aqui por dezenas de vezes assistindo as nossas reuniões, o Senador Valadares e nós e aqueles que tinham posição até meio divergente no primeiro momento chegamos num entendimento que votaríamos essa matéria na primeira Sessão que tiver o *quorum*. Como hoje temos *quorum* privilegiado, eu peço uma inversão de pauta para V.Ex^a para que a gente vote. Essa matéria terá que ser votada. Vamos ao voto, votaremos o item 5, já que esgotamos todas as maneiras possíveis e imagináveis de buscarmos algum tipo de acordo, e o acordo possível que construímos foi esse, por isso o apelo que eu faço que a gente vote o Item 5 e vamos debater, como estamos até hoje debatendo na Câmara, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência que passou por acordo semelhante a esse. É esse o apelo que eu faço a V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Paulo Paim, eu quero agradecer inicialmente as palavras também de V.Ex^a, já tivemos a oportunidade de conversar hoje mesmo sobre o Item 5. Eu, como Presidente, como está na pauta a idéia que nós possamos votar o projeto, apesar, como já disse a V.Ex^a de alguns apelos, para que, como é a nova Legislatura que a gente pudesse reabrir essa discussão e talvez convidar outros atores para discutir essa matéria, mas essa decisão, eu não quero tomar porque sei que o projeto já foi discutido, sei que existe o compromisso que não só o Senador Paulo Paim, como outros Senadores, inclusive o ex-Presidente da Casa já confirmaram que logo no início dessa Legislatura o Relator também já está com o relatório pronto do Senador Geraldo Mesquita, está aqui.

Então, eu deixaria que todos pudessem falar para em seguida responder a V.Ex^a sobre essa inversão da pauta. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senadora Patrícia, eu quero rapidamente tratar de duas questões. Primeiro realçar o que foi dito pelo Senador Inácio Arruda. Eu acho que essa questão da violência juvenil e da forma como tratá-la não pode ter o foco da questão penal. Ela tem que ter o foco social, e eu acho que o local é aqui para se fazer esse trabalho. Tanto que eu não sei ainda quais são as proposições que existe na Mesa, mas eu acho que nós deveríamos ter uma Subcomissão específica para tratar desse assunto, da questão da política da juventude e da questão da forma como isso tudo deve transcorrer, porque hoje isso é um foco, na sociedade, uma cobrança muito forte.

Portanto, eu acho que contrapondo as ações e as propostas penais de retaliação e de punição, eu acho que nós temos que discutir os programas que estão sendo implantados no Brasil, o que deu certo, o que deu errado, como se deve tratar, porque esse é um dos grandes desafios do País hoje, como encaminhar a sua juventude. Não só nos grandes centros, mas também nas pequenas e médias cidades do Brasil.

Então, eu gostaria de fazer essa ressalva, o segundo assunto que eu queria falar e diz respeito ao Item 5 levantado pelo Senador Paulo Paim. Eu quero dizer que na orientação técnica aqui, havia uma orientação de pedido de vistas, mas que homenagem ao trabalho do Senador Paim a sua luta e todos os trâmites que ocorreram na Legislatura passada, a liderança do Governo não vai pedir vistas, nós vamos votar para que a matéria dê prosseguimento. E amanhã se algum Senador ou o grupo de Senadores entender que deve ser discutido maior, pode fazer recurso ao Plenário, mas eu não farei, não farei o pedido de vistas e eu quero dizer ao Senador Paulo Paim que nós

vamos dar condições para que essa matéria possa ser votada hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Ok. Senador Papaléo, em seguida a Senadora Rosalba para que a gente entre na pauta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr^a. Presidente, eu quero primeiramente parabenizar V.Ex^a pela função, pelo cargo que está exercendo na direção dessa Subcomissão, parabenizar V.Ex^a, a Senadora Rosalba, desejando muito sucesso e disso nós não duvidamos porque nós já conhecemos o seu trabalho, nós, já inclusive, estamos aqui compondo o mesmo grupo dessa Comissão muito importante há quatro anos e logicamente nada mais justo do que esta Comissão ser presidida por V.Ex^a e tendo a Senadora Rosalba como Vice-Presidente. Muito sucesso e quero fazer uma solicitação a respeito da questão da discussão do momento para se discutir a questão das subcomissões, isso é um assunto que seria um assunto rápido e já nos deixaria num rumo para vermos como vão ficar essas subcomissões, então anteciparíamos a pauta porque eu acredito que no máximo 10, 15 minutos decidiríamos isso e poderíamos seguir tranquilamente com a discussão da pauta de hoje. É uma solicitação que faço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes, eu agradece. Já tive também a oportunidade de trabalhar com V.Ex^a, quero agradecer o seu carinho, as suas palavras de estímulo, e eu tenho certeza com a presença de V.Ex^a, nós iremos fazer um grande trabalho em conjunto. Muito obrigada. Senador Jayme Campos, por favor. Antes. Em seguida a Vice-Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Um minuto só, senhora Presidente, Senadora Patrícia, nossa companheira e correligionária, Vice, Senadora Rosalba, demais Senadoras e Senadores, eu quero apenas manifestar aqui, registrar a minha satisfação de participarmos dessa Comissão que o meu partido me indicou para participar e dizer que na atual conjuntura, Senadora Patrícia, Senadora Rosalba, é uma das Comissões mais importante que nós temos que debruçar nela, até porque os problemas de ordem social hoje, já não estão apenas nos grandes centros desse País, e eu conversava com o nosso ex-Presidente, Senador Collor de Mello, no seu Governo foi aprovado o Estatuto da Infância e da Adolescência. Todavia, eu acho que nesse momento de crise social, nós temos que ter a preocupação, sobretudo, nessa Comissão que tem como finalidade maior, discutir assuntos e, sobretudo, buscar soluções, eu acho que nós temos um papel preponderante, na medida, que eu venho do Estado rico,

se pode considerar da Federação Brasileira, que é o Estado de Mato Grosso, e esses problemas, Senadora Patrícia também já estão lá de tal forma que todos nós estamos estarecidos, que a violência está deixando até mesmo os grandes centros, ou seja, aumentando, entretanto, chegando também nos Estados ricos, que eu posso considerar, fruto, talvez de uma má condução da política social e de uma péssima distribuição de renda para o nosso povo.

Contudo, eu espero que nessa Comissão, a partir de hoje, capitaneada e liderada por V.Ex^a, façamos um trabalho, que certamente possamos colher bons frutos num futuro bem próximo, até porque, da forma, da maneira que está em andamento esse processo, a desagregação da família brasileira, eu não vejo nenhuma perspectiva que possamos realmente fazer desse País um País que todos nós esperamos, em que o nosso povo possa ter mais educação, mais saúde, uma melhor distribuição de renda. Enfim, que a nossa sociedade, sobretudo, os menos afortunados tenha, com certeza uma perspectiva melhor para os seus filhos.

De forma que eu quero ser breve, mas cumprimentá-la, até porque eu conheço o seu trabalho, frente, naturalmente, das Comissões e o seu papel que fez com muita galhardia e sobretudo com muita soberania como Senadora da República, nós possamos traduzir numa realidade em prol principalmente das crianças e dos adolescentes do nosso Brasil, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada também, Senador Jayme Campos pelas palavras de estímulo, eu tenho certeza que a sua presença aqui também vai dar uma grande colaboração pela sua história a essa Comissão nos dedicando, evidentemente, em conjunto a assuntos tão relevantes, como V.Ex^a diz, num País tão cheios de exclusão, tão cheios de desigualdades onde essa Comissão poderá se debruçar, muito obrigada. Eu ouço agora a Senadora Rosalba, Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Boa tarde a todos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, Senadora Patrícia, é um prazer muito grande estar aqui nesta Comissão ao seu lado, ao lado dessa mulher de garra e determinação. E como sou nova na Casa, eu peço permissão para me apresentar.

Eu sou do Rio Grande do Norte, do Estado de Mossoró, médica pediatra há 30 anos e dediquei toda a minha vida praticamente à questão da criança. Mãe de quatro filhos, e com relação a minha profissão, não fiquei apenas no consultório, eu me envolvi com a comunidade, cuidei de questões sociais e, a partir daí, fui escolhida pelo povo, generoso povo da minha cidade como Prefeita três vezes na cidade de Mossoró. E tive

agora como primeiro mandato legislativo ao Senado a vitória do Rio Grande do Norte que me foi concedida pelo generoso povo do Rio Grande do Norte, não somente uma vitória marcante na cidade que administrei, com 84% dos votos, mas também na capital do Estado, nas cidades de médio porte, levando uma mensagem de valorização dos direitos humanos, levando uma mensagem de que violência se combate combatendo as questões sociais e mostrando o exemplo de quem trabalhou numa cidade e conseguiu transformações, conseguiu índices realmente representativos de melhoria de desenvolvimento humano, colocando todas as crianças na escola, levando creche para mais de dez mil crianças, fazendo o trabalho de resgate a cidadania das crianças que estavam em situação de risco, então, é essa experiência que trago para essa Comissão, Presidente, Srs. Senadores, para que eu possa contribuir com trabalho, com luta e se Deus quiser, com resultado que teremos nos trabalhos que aqui realizaremos.

É um trabalho de muita preocupação, porque o Brasil vive uma situação de comoção, onde tenta-se de certa forma mais uma vez tapar o sol com a peneira, em tantos problemas sociais que vivenciamos, do Brasil realmente das desigualdades, do Brasil que passa por uma situação calamitosa com questão a infância e adolescência das crianças mais pobres e mais carentes, então nós não podemos apenas achar que mudando a idade penal, nós estaremos resolvendo o problema. Não. E a reflexão que deveremos fazer tem que ser uma reflexão rápida, não podemos apenas ficar na questão de refletir, de fazer um mea culpa da sociedade. Não. Nós temos muito mais que agir, nós temos que ter a vontade política de ver ações sociais realmente chegando e os Municípios querem dar a sua contribuição. Precisamos, aí tem uma outra questão, muito se passou para os Municípios, mas se passou de responsabilidade e não dos recursos necessários para que cada Município possa atuar levando a sua responsabilidade social, as respostas que a população cobra, deseja e que nós temos obrigação de dar.

Então, tem que ser o Brasil, ele nunca caminhará bem se não tivermos a resposta no Município por menor que seja.

Então, daí a nossa preocupação em que possamos ter políticas públicas sociais de Educação e de Saúde, mas não esqueçamos que não é só formularmos aqui é fazermos com que o Governo tenha a sensibilidade e que recursos cheguem, e cheguem de forma acelerada para que isso aconteça nos Municípios. Se não acontecer na base, as cidades cada vez irão crescer nos seus problemas sociais e de violência, porque o problema social leva a violência, e conseqüentemente

o nosso País nunca irá avançar no crescimento se não tiver crescimento social e educacional. Muito obrigada, eu espero poder contribuir com todos vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu tenho certeza a Vice-Presidente, Senadora Rosalba, eu quero também agradecer, eu tenho certeza que nós aqui iremos fazer uma grande dupla aqui para trabalhar esses assuntos tão importantes, ainda mais porque V.Ex^a também abraça a mesma causa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu vou aprendendo ainda e vou aprender muito com os senhores se Deus quiser. Porque a vida é um aprendizado permanente. Eu queria agradecer ao Senador Inácio Arruda, quase nosso conterrâneo, dizer também da alegria de estarmos juntas porque somos Estados vizinhos, nordestinas e temos que mostrar essa garra e raça da mulher brasileira que está presente na vida de todos e participa de todas as questões, e também aqui fazer... O meu colega Papaléo, colega porque nós somos também de profissão, dizer que vamos estar juntos em muitas questões da saúde, se Deus quiser. E Paulo Paim, as questões de direitos humanos têm que estar acima de qualquer outra.

Agradecer ao meu partido, Senador Jayme que me colocou, foi uma prioridade, eu coloquei para o meu partido que entre todas as Comissões, a de maior importância para mim, nº 1, seria estar na Comissão de Assuntos Sociais e além de estar na Comissão de Assuntos Sociais eu tenho a honra de estar como sua Vice-Presidente, ao lado dessa grande mulher. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senadora Rosalba. Bem, nós vamos, então, inverter a pauta, começando pelo Item nº 5, uma decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2006, que acrescenta capítulo III ao título V da Consolidação das Leis de Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 para dispor sobre a contribuição assistencial e dá outras providências. O autor é o Senador Paulo Paim, o Relator é o Senador Geraldo Mesquita que tem um parecer favorável com três Emendas que apresenta. Reunida a Comissão no dia 14 do 12 de 2006, sendo designado Relator *ad hoc*, Senador Geraldo Mesquita, foi encerrada a discussão, ficando adiada a votação para que na primeira oportunidade da reunião dessa Comissão, nós já pudéssemos votar o projeto. O Senador Geraldo Mesquita deseja usar a palavra?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com certeza, Senadora. Antes de mais nada, brevemente para saudar V.Ex^a, Senadora Rosalba que tenho certeza absoluta conduzirão os tra-

balhos dessa Comissão, nesses próximos dois anos, com a marca da eficiência, do compromisso e da preocupação com os assuntos que dizem respeito a esta Comissão. É com muita alegria que mais uma vez, eu faço parte dessa Comissão e a alegria redobrada em se tratando de trabalhar com V.Ex^a na presidência dessa Comissão.

Repercute da mesma forma aqui a fala do Senador Paim acerca da condução dos trabalhos de parte do Senador Valadares, nosso grande companheiro que deixou a sua marca aqui nessa Comissão. Mas, Senadora, o relatório deste projeto já foi lido em outras oportunidades, agora, em consideração e em respeito aos novos Parlamentares que fazem parte dessa Comissão, eu proponho fazer aqui resumidamente, colocar resumidamente o que trata o projeto para que eles possam rapidamente tomar conhecimento. Na verdade, o projeto cria para as empresas a obrigatoriedade do desconto da contribuição assistencial que já é uma prática, uma realidade. Contribuições assistenciais têm sido fixadas com relação a sua cobrança. Em assembleias de sindicato de trabalhadores, em convenções coletivas. Acontece que como não há a imposição legislativa legal, muitas empresas se recusam, se negam a promover o desconto em folha dessas contribuições, o que causa dificuldade na gestão das entidades sindicais, muita dificuldade.

Portanto, o projeto em síntese ele cria para as empresas, a obrigatoriedade de promoverem o desconto em folha da contribuição assistencial, desde que ela tenha sido votada, instituída em convenção coletiva ou em assembleia de trabalhadores.

Um argumento muito forte introduzido pelo Senador Paim para justificar essa medida é a de que, é a do fortalecimento do sindicato, das entidades sindicais, Senadora Patrícia. Veja V.Ex^a que os sindicatos quando atuam, eles atuam em nome de todos os trabalhadores, não só dos trabalhadores sindicalizados, portanto o argumento de que essa contribuição deveria alcançar só os trabalhadores sindicalizado é um argumento que não se sustenta em face do que se acaba de dizer, o sindicato quando atua, atua em defesa de toda uma categoria. Então, acho justíssimo que os sindicatos tenham essa fonte de recursos para que mantenham e muitos deles adquiriram cada vez mais a sua independência necessária em relação às empresas, em relação ao poder público, que não fiquem com o pires na mão mendigando recursos para a sua atividade que a própria Constituição assegura que deva ser independente, autônoma em relação a poderes e outros segmentos da sociedade.

Portanto, olhem, em suma, o que trata o projeto é tão somente isso. E uma coisa que chamou particular-

mente a minha atenção é de que, por exemplo, nessa Casa, quando se tem que instituir medidas legislativas, por exemplo, na prática, vejam só, quando se trata de instituir medida que autorize ou obrigue as empresas a descontar valores dos trabalhadores quando esses valores se destinam aos Bancos, não se cria nenhuma dificuldade nessa Casa, nenhuma dificuldade. As coisas passam aqui de forma célere, às vezes até sem discussão. Agora quando se trata de fortalecer sindicatos que devem ser fortalecidos cada vez mais nesse País, para que eles se tornem cada vez mais independentes, do poder público, do julgo e da pressão das próprias empresas em relação as quais eles atuam, as dificuldades surgem, são de toda ordem, às vezes até difusas, Senador Paim, não se sabe propriamente qual é o argumento que se utiliza para se obstar uma medida dessa, mas eles aparecem. Então vejam, o projeto em suma trata exatamente disso, de obrigar as empresas a descontarem das folhas de pagamento a contribuição assistencial aprovada em convenção ou em assembleia de trabalhadores. Em suma é isso, peço a compreensão das Sr^{as}. e dos Srs. Senadores para a aprovação desse projeto.

Como disse o Senador Paim, aqui a representação dos trabalhadores, nós temos aqui representantes presentes nessa audiência de sindicalistas, representantes de centrais sindicais que estão na maior expectativa com relação à aprovação desse projeto. Peço, portanto o voto de todos--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador, um aparte aí, Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Azeredo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Azeredo, antes do seu aparte, só para lembrar que o *quorum* está caindo e esse projeto, nós precisamos de votar imediatamente com o risco de não termos mais *quorum*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O meu é só um esclarecimento, na verdade--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero dizer que abro mão da minha fala para votar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

--é obrigado a descontar, mesmo sem a autorização formal do empregador, do empregado, sem a autorização do empregado, seria compulsório para todos os empregados, mesmo que ele não se manifestasse.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sim, a contribuição seria compulsória. Teria essa natureza.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite um esclarecimento rápido. Isso está na CLT desde 43 esse direito. Eu fui sindicalista por mais de 10 anos, toda a

vez que aprovava a contribuição assistencial na assembléia, todas as empresas descontavam e contribuíam sem nenhum problema. De um momento para outro criou-se um conflito e a pedido do Ministério Público, do Ministério do Trabalho e dos empresários e dos trabalhadores que estamos apenas regulamentando um direito, não está se criando nada, bem pelo contrário, eu vou encerrar aqui, nós estamos limitando em 1%. A assembléia não tem liberdade para mais de 1%. Eu quero encerrar porque senão não vai dar *quorum*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu coloco em votação o Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2006 com parecer favorável com três Emendas, votação nominal. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Alfredo Nascimento... acabou de sair. Romero Jucá, Geraldo Mesquita é Relator. Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Presidente, para votar bem consciente, me diga qual o percentual, até porque como o senhor bem disse aqui, como nós estamos chegando agora, não temos a informação bem precisa em relação a essa matéria, até 1 ou é 1%?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Até 1%.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Sim. Senadora Rosalba? Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Paulo não vota... Presença, sim. 9 sim, projeto aprovado. A matéria vai a Secretaria Geral da Mesa, parabéns Senador Paulo Paim, parabéns Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr^a. Presidente, pela ordem, eu vou ter que me retirar, como tem o Item 2 que eu gostaria de pedir vistas porque eu

quero fazer uma análise mais acurada, eu queria que V.Ex^a colocasse na pauta para que eu pudesse pedir vista e efetivamente pudesse fazer esse trabalho e trazer posteriormente para a Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): O Senador Augusto Botelho pediu já para retirar de pauta que é Relator para reexame. Está retirado de pauta.

Eu queria... como o nosso *quorum* já caiu e nós não vamos poder votar os projetos terminativos, eu queria aproveitar com os Srs. Senadores, Senadoras que ficarem na nossa audiência discutir um assunto meio que administrativo, mas importante de toda a forma.

Eu e o Senador Paulo Paim, inclusive já conversamos a respeito disso. Talvez muitos Senadores não tenham o conhecimento, como eu não tinha, de que essa Comissão de Assuntos Sociais que se debruçava sobre assuntos diversos de natureza social, depois da criação da Comissão de Direitos Humanos, muitas atribuições que era da Comissão de Assuntos Sociais passaram a ser da Comissão da Comissão de Direitos Humanos. Uma delas é aquela que é a minha maior vocação que é justamente a questão da criança, do adolescente, a questão do idoso, a questão dos portadores de necessidades especiais. Esses assuntos que pertenciam a Comissão de Assuntos Sociais foram desmembrados e passaram a ser assuntos especificamente da Comissão de Direitos Humanos.

Eu e o Senador Paulo Paim temos procurado nos entender e temos nos entendido muito bem, porque cada uma dessas Comissões terá direito a ter subcomissões, na nossa Comissão de Assuntos Sociais, nós temos três Subcomissões funcionando que é a Subcomissão dos Portadores... Senador Flávio Arns pode falar, portador de necessidades especiais, posso? Com deficiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu sempre falo assim que a expressão não interessa muito, interessa o trabalho que está sendo feito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu também acho, mas em respeito a V.Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só que o CONAD que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência onde todas as áreas estão representadas eles disseram que a melhor expressão que gostariam de ver utilizada é pessoa com deficiência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não. Então nós temos uma Comissão que é a Comissão da Pessoa com Deficiência, permanente, de assuntos sociais de pessoas com deficiência, nós temos uma outra Subcomissão

que é do trabalho e previdência e uma Subcomissão de Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Bom, alguns desses temas pertencem hoje, então à Comissão de Direitos Humanos como é o caso da Subcomissão que trata de pessoas com deficiência. Esse é um assunto que hoje é tratado na Comissão de Direitos Humanos. O que eu proponho é que nós pudéssemos instalar, já de imediato, as duas Subcomissões que tratam especificamente da matéria da Comissão de Assuntos Sociais que no caso é a de Previdência e Trabalho e a de Saúde, acompanhamento de saúde.

Eu sei que tanto o Senador Flávio Arns, como o Senador Eduardo Azeredo e eu também, quero dizer, tenho muito interesse de que a gente volte a funcionar o mais rápido possível essa Subcomissão de Pessoas com Deficiência, mas fica uma dúvida que eu gostaria de esclarecer, evidente que se puderem nos ajudar a encontrar uma solução para isso, de que essa Comissão também pertence também a Comissão de Direitos Humanos.

Eu e o Senador Paulo Paim não temos problema quanto a isso, podemos tanto formar lá uma Subcomissão que trate da criança e do adolescente que eu posso ajudar, para também concluir esse assunto, como podemos também fazer com que essa Comissão de Pessoas com Deficiência possa ficar, enfim, aqui ou lá. Então, eu proponho...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Essa discussão aconteceu anteriormente porque nós optamos por ter a Subcomissão aqui pela abrangência maior. No caso da Comissão de Direitos Humanos é uma questão mais ligada aos direitos humanos da pessoa com deficiência, aqui nós estaríamos abordando questões ligadas ao emprego, questões ligadas à saúde, questões ligadas a outros pontos de maneira que, quer dizer, eu não sei como poderia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): É. Inclusive outras Comissões existem duas Comissões. Se todos estiverem...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero ouvir o Senador Flávio Arns que é o nosso Papa nesse assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): O Senador Flávio Arns, o nosso especialista. [risos]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu já tinha conversado também com o Senador Paulo Paim e com o Senador Eduardo Azeredo, e de fato o que o Senador Eduardo Azeredo coloca é verdade, que de fato essa discussão aconteceu há dois anos atrás nessa Comissão, até para evitar a sobreposição, foi colocada a Subcomissão permanente de assuntos sociais da pessoa com deficiência para evitar assim, qualquer confronto que também não é objetivo aí de fazer uma disputa em função disso. Porque as duas Comissões de fato tratam do mesmo tema porque Assuntos Sociais é trabalho, é saúde, é previdência, assistência, enfim, todas as áreas. E a Comissão de Direitos Humanos, inclusive, no novo Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê atitudes que possam ser tomadas em caso de violação dos direitos humanos. Aí, eu acho que seria, não impediria, talvez pudesse haver essa divisão, em termos de políticas públicas, orçamento, essa discussão, Senador Eduardo Azeredo que sempre aconteceu aqui e em caso de violação, porque lá, inclusive, no estatuto, de autoria do Senador Paulo Paim e que eu tive a alegria de relatar é previsto, prevista a instalação de conselhos no caso de violação dos direitos básicos da pessoa com deficiência, exemplo, aliás, do que acontece com a criança e o adolescente, que existe o Conselho da Criança e do Adolescente e existe o Conselho Tutelar que tem por objetivo trabalhar pela fiscalização.

Eu acho que se o Senador Paulo Paim, não objetar como já disse que não objetaria e V.Ex^a também da Comissão continuar aqui tratando dos assuntos sociais da pessoa com deficiência e eu sou membro da Comissão de Direitos Humanos, nós nos aprofundarmos na questão da defesa, na defesa desses direitos, da concretização desses direitos na Comissão de Direitos Humanos, tem tanta coisa na área da pessoa com deficiência que poderia ser objeto lá de atuação. Por exemplo, criança abandonada com deficiência, abandonada, criança, jovem, adulto com deficiência que está sendo preso em função, e aí não pode estar preso, tem que ter outras características. Crianças, jovens, adultos com distúrbios de comportamento e que estão nas FEBEMs ou nas penitenciárias. Quer dizer, isso tem que haver todo um trabalho nas delegacias, nas cadeias públicas ou a concretização desses Conselhos da Pessoa com Deficiência para que os direitos da pessoa com deficiência se concretize na área de direitos humanos.

Eu acho que tudo isso já seria assunto suficiente para haver uma integração e uma separação ao mesmo tempo.

Então, nesse sentido que eu acho que Sr^a. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Azeredo

do, demais Senadores, eu acho que nada impede de termos um bom trabalho que são 25 milhões de pessoas no Brasil, de acordo com o IBGE que apresenta algum tipo de deficiência.

Ser objeto dessa Comissão por estar na saúde, na previdência, no trabalho e nós nos dedicamos lá também a esse assunto sobre uma outra ótica. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu vou começar por onde acabou o Senador Arns, ou seja, é uma questão de ótica. É uma questão de examinar os assuntos sob perspectivas diferentes. Aqui nessa Comissão, Senadora Patrícia, creio que vamos nos debruçar sobre a necessidade de instituímos direitos sociais.

Na Comissão de Direitos Humanos, nós vamos tratar daquelas questões que importam em infringência desses direitos. Então, são óticas e perspectivas diferentes, creio que os assuntos, aqui não estou objetando em relação ao remanejamento de assuntos para lá ou para cá, não se trata disso. Eu acho que os assuntos devem ser e precisam ser tratados tanto aqui como lá, só que em perspectivas diferentes, em óticas diferentes. Porque lá nós vamos cuidar de observar em relação a infringência dos direitos sociais que serão instituídos a partir dessa Comissão. Essa Comissão tratará de instituir direitos sociais, continuará tratando disso, e lá trataremos de coibir a infringência de direitos.

Portanto, não vejo... E sempre que possível e necessário, o ideal é que as duas Comissões operem juntas, inclusive em Sessões juntas, conjuntas para que os dois enfoques possam ser encarados e tratados de uma forma única.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar no encaminhamento, eu quero dizer a todos que vinha conversado muito com V.Ex^a e se depender de mim, um amplo acordo, um entendimento. O importante é que funcione ou lá ou aqui é que funcione. Até porque a maioria dos Senadores que fazem parte dessa Comissão, fazem parte também da Comissão de Direitos Humanos, poderemos fazer um trabalho, audiências em conjunto. Por isso eu quero dizer que eu estou totalmente favorável a esse entendimento, se essas três Comissões já estão funcionando aqui, eu gostaria muito, fica o compromisso de V.Ex^a criar

lá na Comissão de Direitos Humanos a Subcomissão Permanente da Criança e do Adolescente. Isso vai ser muito importante pelo trabalho histórico que V.Ex^a tem nessa área e sem prejuízo em outras Comissões. Acho que o Senador Inácio Arruda foi muito feliz na questão da juventude que tem tudo a ver com essa Comissão, e aquela Comissão, o Inácio Arruda está lá e está aqui também, o Senador Inácio Arruda, quero aqui cumprimentá-lo, porque foi Deputado Federal comigo durante muitos anos, eu fui com ele, e foi um aprendizado muito grande que eu tive com o Senador.

Então, de minha parte eu acho que é tranquilo, porque é um trabalho em conjunto. Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Sociais se encontram, tanto que eu entrei com um Requerimento na Mesa, que esse não precisa *quorum* privilegiado e já falei com o Ministro da Previdência, uma Audiência Pública com o Ministro da Previdência, com as duas Comissões para que haja o debate também aqui e sobre o Fórum Nacional da Previdência que foi instalado pelo Governo e é um tema que tem tudo a ver com essa Comissão e aquela. Mas eu fiz questão de entrar primeiro aqui com a convocação do Ministro e ele já concorda, é só marcar o dia, de preferência para ele seria o dia 28.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Paulo Paim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora funcionou muito bem, o Senador Paim está lembrando, na questão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, funcionou desse jeito. Tivemos Audiência Pública, as duas Subcomissões funcionaram normalmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Fica, então, decidido que as três Subcomissões permanecerão na Comissão de Assuntos Sociais, eu sugiro que como nós estamos com *quorum* baixo, que a gente possa fazer essas indicações e a eleição já para Presidente e Vice-Presidente na próxima audiência, na próxima quarta-feira, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais, porque praticamente serão, acho que os mesmos membros, não sei, mas essa depende de uma... Na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais que não vai ser na quarta-feira de cinzas, Senador. Então eu acho que podemos ficar acertados assim.

Como o Senador Paulo Paim disse, hoje nós temos dois requerimentos para votar, um deles da autoria do Senador Paulo Paim e outro da minha autoria. Um dele pede uma Audiência Pública em conjunto e o meu Requerimento pede também uma Audiência Pública em conjunto nas nossas duas Comissões. Isso já de-

monstra que nós já começamos a trabalhar. E não foi combinado. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Nas indicações das Subcomissões seria importante nós procurarmos mantermos também a proporcionalidade e conseqüentemente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Naturalmente... certo. Nós temos aqui, inclusive já como ficaria, já seria... Um esboço, o bloco da minoria que indicaria duas vagas, PMDB e PDT uma vaga e o bloco de apoio ao Governo duas vagas. Mais ou menos, a princípio essa proporção.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Elas funcionariam com cinco membros.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): São cinco membros, Presidente, Vice-Presidente e Relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Cinco titulares e cinco Suplentes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu acho, para facilitar, os senhores mesmos podiam dizer qual a Comissão, aqui a Secretaria, qual é a Comissão que gostariam de pertencer porque eu acho que nós não vamos ter conflito em relação a isso, vamos ter espaço para todo mundo, até porque um tem mais vocação para uma área e outro para outro. Em geral falta, como disse o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Geraldo Mesquita, com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Já que a pauta está aberta para indicações, conversando aqui o Senador Arns e ele me autorizou a veicular a indicação do Senador Azeredo para a presidência da Subcomissão da Pessoa com Deficiência e na pessoa dele, a Vice-Presidência da Comissão. É uma indicação que formulamos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Excelente, acho que está registrada essa sugestão, a presidência já acata antes mesmo [risos] de estarmos colocando em votação. Eu gostaria de colocar dois... Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma observação porque nós participamos de um debate na criação de uma Subcomissão na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e havia, assim, muitas pessoas interessadas naquela Subcomissão, então, nada... Eu acho que o número de cinco, salvo

melhor juízo, é um número, se houver um interesse maior, pode ser número de sete--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Exatamente. Foi só um critério...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --assim também, afinal alguém que deseja participar. Porque, nós estivemos na verdade, olhando para trás e fazendo uma análise das Subcomissões, elas são muito importantes quando trabalham, quando se dedicam. Só que às vezes é muito difícil pelo conjunto de atividade que os Senadores e Senadoras têm aqui, todas concomitantes, então, às vezes até abrir um pouco mais, é possível também porque mais gente que queira participar. Eu acho que não deve ser impeditivo, ver como vai funcionar bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Esse foi só um critério com cinco membros que foi utilizado para a formação das outras Subcomissões, mas historicamente, mas recebo até informação da Secretaria, já existiram Comissões com sete membros ou menos ou mais, isso vai depender, como V.Ex^a disse, de cada um em cada área.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E eu até quero também manifestar o meu interesse na Subcomissão de Saúde da qual eu fazia parte também, que foi presidida pelo Senador Papaléo Paes, porque nós fizemos audiências assim muito interessantes, muito boas que se desdobraram depois, inclusive em projetos de lei também e é uma área fundamental. Eu acho que a vida dinâmica dessa Comissão de Assuntos Sociais sobre a presidência de V.Ex^a e da Senadora Rosalba pode ter, assim, um caráter muito interessante através das Subcomissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Agradeço Senador Paulo Paim. Eu coloco em votação... Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero reafirmar a minha vontade de permanecer na Subcomissão de Saúde e deixar registrado aqui que já conversei com os meus dois companheiros do PSDB e eles são de acordo com a minha indicação para a Subcomissão de Saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): A presidência registra também com muito desejo de que V.Ex^a possa novamente estar nessa Comissão porque fez um trabalho exemplar.

Eu coloco em votação os dois requerimentos, o primeiro... Requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o papel

do parlamento a ser realizado no dia 28 de fevereiro de 2007, às 14 horas. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só Presidente, só que o horário a gente pode combinar, o Ministro botou disposição dia 28, só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois. Todos concordam, aprovada. O outro Requerimento que é de minha autoria. Requeiro nos termos do art. 93 do Regimento Interno a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no dia 21 de março para instruir o PLS nº 281 de 2005, que cria o Programa Empresa Cidadã destinada a prorrogação da licença maternidade mediante a concessão de incentivo fiscal, que inclusive o Senador Paulo Paim é Relator dessa matéria que eu sou autora. Com a participação e a presença, nós estamos convidando do Presidente da FIESP, Paulo Skaf, do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio José Domingos de Oliveira Santos, Presidente da FERSOL, Michael Haradom, Presidente da Nestlé no Brasil, Ivan Zurita.

Se todos concordam permaneçam como se encontram. Aprovado também esse Requerimento.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho, em seguida o Senador Inácio Arruda.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para reafirmar a minha posição de querer permanecer na Comissão de saúde, na Sub de Saúde, tá?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com certeza. Também a Mesa, a presidência registra a parceria desses dois médicos tem dado certo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E espero que o Senador Papaléo permaneça também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostaria que a nossa Mesa examinasse a questão que nós levantamos AQUI no início do debate que foi fruto do pronunciamento de V.Exª no Plenário, que essa questão da juventude, da adolescência que criou esse clima meio emocional no País que muito justamente vai se seguindo e que eu considero que nós não devemos tratar apenas no âmbito da criminalidade, no âmbito penal, eu considero que nós devemos trazer o tema para a Comissão, a questão do mérito aqui na Comissão e se for o caso, nós tratarmos de criar uma Subcomissão temporária, para quê? Para que a gente... Ontem no pronunciamento de V.Exª, inclusive, a senhora agravou(F) uma série de projetos que estão

em tramitação na Câmara dos Deputados, no Senado, medidas de Governo relativas à questão de distribuição de renda, a questão da escola de tempo integral. É o conjunto de medidas que invés a gente ficar correndo atrás da menor idade penal, nós vamos tratar dessas outras medidas, porque aí sim, essas são questões sociais, talvez a gente pudesse trazer para cá esse debate, qual é o problema mesmo, crucial que tem levado principalmente a juventude, eu digo isso porque eu fui vítima de um assalto, juntamente com a minha companheira e minha filha, os três juntos, vínhamos de carro, madrugada, na cidade de Fortaleza, e oito jovens pararam o carro, dois armados, nós descemos do carro, no final eles resolveram entregar a chave do carro, nós vamos devolver o carro, o nosso candidato aqui, vamos devolver o carro, mas já tinha mandado a gente ir embora, mas devolveram. Ali poderia ter ocorrido, se fosse uma outra situação, alguém poderia ter morrido, eu poderia também ter avançado sobre os dois que estavam armados com o carro.

Então, eu conheço bem qual é o sentimento da vítima do assalto, as pessoas que são submetidas a esse abuso da violência urbana. Eram oito jovens, menos de dois meses depois, três desses jovens já tinham sido submetidos também a uma brutalidade. Dois foram assassinados e um estava paraplégico, menos de dois meses, nenhum tinha completado 20 anos de idade.

Então, já tinham sido dizimados. E é assim que nós somos o País que tem o maior índice de assassinatos de jovens entre 14 e 24 anos de idade.

Então, sinceramente, não vamos tratar o assunto apenas no emocionalismo da criminalidade, da penalidade, mas de uma questão social, profunda que exige uma reflexão muito grande da nossa sociedade sobre a concentração brutal da riqueza no nosso País, então eu consideraria que talvez fosse o caso de nós criarmos uma Comissão temporária, com o tempo, V.Exª limita aí o tempo, com seis meses, quatro meses, nesse tempo, nós vamos compilar o que existe de legislação, o que está em curso na Câmara Federal, no Senado da República, os programas que o Governo já desenvolve, se estão dando certo, se não estão dando certo, vamos visitar essas unidades que tratam de menores, se elas estão funcionando, se não estão funcionando se tem alguma serventia, senão não serventia, se esse modelo está caduco, se não está caduco, o que nós precisamos fazer. Eu acho que tem aqui um conjunto de Senadores que podem tomar a frente, uma Subcomissão dessa temporária, tem disponibilidade, podem sentar, evidentemente que é uma tarefa que vai exigir um certo fôlego de um Senador, de uma Senadora que pegue na mão essa questão e vá conduzir durante 4 meses.

V.Ex^a determina, se V.Ex^a determinar em um mês ou dois, quem tiver a responsabilidade vai cumprir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Antes de passar a palavra para os outros Senadores, eu queria só trazer essa informação, nós podemos funcionar com quatro Subcomissões, hoje nós temos três Subcomissões. A única dúvida, eu também concordo que a gente vai precisar ter um fórum para discutir esse tema. Não sei ainda qual será o melhor fórum, qual será o melhor local para isso, o Senador Paulo Paim que vai falar, eu acho que ele tem também uma idéia de que a gente possa fazer as duas Comissões funcionando, então, como a Comissão Direitos Humanos trata dessas questões, que a gente deveria ter uma Subcomissão lá permanente para tratar da questão da criança. E também buscar alguns outros Senadores como eu penso também que podíamos buscar aqui nessa Comissão, até porque no Regimento trata das prioridades, do que vai ser tratado da competência da Comissão, mas fala também outros assuntos correlatos.

Então isso nos dá também uma abertura, Senador Inácio Arruda para que possamos, por exemplo, também criar uma Subcomissão ou algo assim.

Ontem eu estive com o Presidente Renan Calheiros também a respeito disso. A idéia inicial era tentar criar uma Comissão Especial para discutir também esse tema, uma Comissão que pudesse estar composta de membros também do Senado como da Câmara e tivemos hoje, pela manhã um café da manhã já com os membros da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente para buscar uma estratégia que seja comunicar, antes de mais nada, a sociedade sobre esse debate que está acontecendo hoje no nosso País. Eu só não gostaria de tomar essa decisão ainda hoje em relação a essa Subcomissão porque, antes, eu ainda preciso ter mais uma vez uma conversa com o Senador Renan Calheiros para a gente imaginar o que é melhor, uma Subcomissão aqui ou na de direitos humanos. Senador Demóstenes. Por favor. Não, eu estou querendo é lhe dar boas vindas aqui, hoje é o nosso primeiro dia. Sente aqui, por favor. E, então, discutir onde nós poderíamos ter essa Comissão ou fazer uma Comissão especial para ouvir todos os congressistas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, de forma muito rápida, nós temos que ter um pouco de cuidado, que correlato é tudo. Correlato é a Casa. Se eu tratar de educação, eu estou olhando para a criança e adolescente, se vou tratar do direito do trabalho, eu estou olhando para o jovem, então nós temos que ter um pouco de cuidado nesse encaminhamento.

O que eu estaria propondo, Senadora Patrícia? Eu até conversei com V.Ex^a nesse sentido. Os Presidentes das Comissões, eles passam. As Comissões são permanentes, nós não podemos também cair no erro, quero apenas dar esse alerta, de repente, porque o Senador Paulo Paim gosta muito da questão do direito do trabalho e previdência, eu transferi para a Comissão de Direitos Humanos porque é correlato há também direitos humanos, do trabalho e previdência, eu vou transferir para lá. Não. Eu tenho que vir aqui fazer o debate na Subcomissão que eu quero fazer parte de trabalho e previdência. V.Ex^a havia conversado comigo, eu sou totalmente favorável, quando a gente fala criança e adolescentes e naturalmente pode ser criança, adolescente e juventude, nós estamos pegando esse aspecto. Nós não vamos discutir a questão do adolescente lá e da juventude aqui. Eu acho que tem que ter esse cuidado. Por isso que eu proporia, até nós fecharmos uma outra Comissão que existe lá, que no meu entendimento dá para fazer, e fazer com que essa Comissão seja uma Comissão Permanente, criança e adolescente, juventude, por exemplo, mas permanente e todos os Senadores e Senadoras que entenderem assim, vão trabalhar, e vão trabalhar, sim, em conjunto, com reuniões lá, aqui, nas duas Comissões.

Eu, por exemplo, vou trabalhar muito aqui no assunto trabalho e previdência, mas depender de mim, todo o trabalho de mais volume será sobre a presidência de V.Ex^a, com uma sugestão simplesmente da Subcomissão e fazer que o grande Plenário debata um tema que está dentro do PAC, e nós não vamos deixar que esse tema só seja discutido com o viés econômico lá na Comissão de Economia. Discutam lá, mas no aspecto social de previdência e trabalho, nós vamos discutir aqui, não é nem lá, e nem na Comissão de Direitos Humanos do qual eu sou Presidente.

Então eu queria que a gente tivesse... Eu acho que as três Comissões já aqui aprovadas hoje, ficou de bom tamanho, mas tem esse cuidado, já que fazemos parte das duas Comissões de ficar de forma abrangente, segura e firme e dentro dos limites possíveis do próprio regimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Ex^a me permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, só passar a palavra a Senadora Fátima Cleide que já estava aqui esperando.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Primeiro lugar, Senadora Patrícia, eu ontem não pude estar no Plenário na hora do seu pronunciamento, queria parabenizá-la, porque ouvi trechos pelo rádio porque estava me deslocando, parabenizar pela sua contun-

dência, coerência. Não é fácil a gente se posicionar desta forma num momento de tanta comoção nacional. Um pouco também provocada pela mídia que se comporta de certa forma tendenciosa quando o assunto é a redução da maioridade penal.

Eu me inscrevi aqui para dizer que não entendi muito bem o que o Senador Paim colocou, se ele discorda, mas eu tinha um entendimento do que o Senador Inácio Arruda colocou que é muito interessante, que aqui na Comissão de Assuntos Sociais se discutam os caminhos para a resolução desse problema. Eu acho que uma coisa não inviabiliza a outra, eu acho que lá na Comissão de Direitos Humanos nós podemos ter uma Subcomissão também, faço parte da Comissão de Direitos Humanos que discuta sempre que houver uma questão de direito ferido em algum lugar, acho que é importante também na Comissão de Educação se discutir essa questão com mais ênfase da criança e da adolescência porque em todos os lugares, nós vamos enfrentar. Mas na Comissão de Assuntos Sociais, é um espaço, talvez seja um fórum institucional da gente ter esse espaço de discussão do todo, da questão como um todo. Eu acho que nessa situação tem muito uma coisa que a senhora colocava ontem que é a falta de vontade política de resolução dos problemas. Nós, hoje, vimos que não adianta apenas prender os menores nesses locais chamados de depósitos de crianças e adolescentes que às vezes mais deformam do que formam, mas que a gente possa já estar construindo outros espaços de fato, como a própria mídia tem colocado, e tem mostrado espaços que já estão sendo reformados, digamos assim, pela FEBEM e que hoje acomodam melhor, dão uma situação de formação para os trabalhadores em termos de educação e de resgate de valores para aqueles que vão trabalhar com esse menor naquele local. Enfim, mostram que há solução, há um problema que pode ser resolvido imediatamente desde que haja vontade política. E eu quero aqui aproveitar e exemplificar um mal exemplo. Em 2004, eu destinei recursos do Orçamento Geral da União para a construção de uma unidade de atendimento ao menor infrator no meu Estado. De acordo com conversas realizadas com diversas entidades de representação dos direitos da criança e do adolescente, acordamos que essa unidade deveria ser no sul do Estado, uma vez que no norte, na capital já estava sendo construída uma e a gente ia assim descentralizando e proporcionando um atendimento melhor. E ontem, eu tive a notícia de que o recurso, sabe, foi perdido por conta de que o Governo do Estado, por “n” vezes sendo pedido para arrumar o projeto, melhorar, fazer aquilo, não houve vontade política porque outros recursos não se perdem. Se há recurso para uma ponte, para uma

estrada, que são tão importantes quanto, mas quando se trata de criança, adolescente, de mulher, de saúde, infelizmente, a gente não tem por parte dos governantes esse mesmo compromisso de efetivamente utilizar para melhorar essa situação.

Então, eu só queria colocar um mal exemplo--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite um aparte? Só como a senhora disse que não entendeu... A minha posição vai desde que foi toda a reunião de hoje pela manhã, de um grande entendimento. A Senadora Patrícia havia falado comigo que vamos ter na Comissão de Direitos Humanos, área de atuação prioritária dela, de uma Subcomissão permanente, porque eu acho que criança e adolescente cabe no aspecto da Comissão de Direitos Humanos. Nós que estamos aqui, quase todos estamos lá, eu digo, quase 99%. O que eu estou simplesmente propondo é que se efetivamente vai se criar lá uma Comissão Permanente de criança e adolescente, podíamos agregar o tema juventude que se instale essa Comissão e vamos trabalhar em conjunto, como fizemos aqui já o encaminhamento de três Comissões nesse aspecto da Comissão Social. Porque eu disse correlato é tudo. Tudo na Casa tem uma correlação em si com o objetivo comum que é o bem da nossa juventude, nesse caso.

Então, é uma linha de entendimento. Nós estamos construindo um grande entendimento que eu acho que é possível com a maior tranquilidade e a presidência seguindo, naturalmente...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O importante é que a gente chegue a um entendimento o mais rápido possível para a gente começar a instalar esses fóruns institucionais que realmente a gente tem que ter esse espaço.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Me permita um aparte também? Só, então, inclusive falar, mas dentro dessa linha que está sendo tomada é que de fato eu também concordo com o Senador Paulo Paim, porque aqui nesta Comissão, porque educação, cultura e esporte já seria na outra Comissão. Mas nessa Comissão, a gente tem por obrigação estabelecer as diretrizes, a legislação para a área da saúde que atenda a criança, o adolescente, o jovem, a área da assistência, a área do trabalho, que haja legislação adequada, fiscalização, acompanhamento. Agora, o que a gente observa é que isto não vem se concretizando pelas razões, por exemplo, que V.Ex^a acabou de colocar e outras razões tantas por aí.

Então, existe a violação disto. Quer dizer, a juventude, a criança o jovem está a mercê da bandidagem, a mercê da falta de atenção, da falta de cumprimento da legislação, então isto é uma violação de direitos humanos.

Então, este debate aconteceria na Comissão de Direitos Humanos. Dizer, olha... Quer dizer, tem a política de educação, que foi discutida lá, de saúde, de previdência de trabalho e a gurizada está toda aí na rua. O que está acontecendo? O que está acontecendo em termos de infratores? Então isto, este debate, essa discussão, na minha ótica, Sr^a. Presidente, eu acho que seria... Até eu penso, eu concordo com o Senador Inácio Arruda, com a preocupação, e tudo, e até dizendo por que o problema é tão grande que tem que ser permanente, permanente durante uma geração, eu acho, para que a realidade mude.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): No mínimo. No mínimo. É muito trabalho para ser feito. Precisamos de todos, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na verdade, já falaram a minha conclusão, mas eu gostaria só de ressaltar da importância que foi colocado pelo Senador Inácio Arruda e os demais Senadores, no sentido a necessidade do acompanhamento da criança e do adolescente. Com uma visão muito clara, que esse clima de emoção que está vivendo o País, ao adotarmos a Comissão Permanente, nós estamos no processo emocional que todo o País vive, mas adotando medidas concretas de acompanhamento, de proposta, de fiscalização, como aqui foi dita pelo Senador Flávio também e conseqüentemente, eu acho que aqui, tendo as três Comissões e a Comissão de Direitos Humanos já que há uma identidade muito forte, inclusive, dos membros, quase todos participam das duas, eu acho que essa é uma medida que a Comissão toma com muita propriedade de tornar esse instante de emoção em algo definitivo, algo de permanente, e aproveito para registrar a minha intenção de participar da Subcomissão de Saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Então, a Mesa, claro que nós ouvimos todas as sugestões, eu acho que o que é mais importante é que a definição que nós temos que ter esse fórum para discutir esses assuntos que são urgentes, mas que nós não podemos discutir apenas no calor de um fato horripilante, absurdo, cruel, mas que não se encerra hoje, infelizmente. Não é só tratar da questão da redução da maioria penal que amanhã nós vamos sair nas ruas sem que aconteça nada. Todo mundo está seguro, todo mundo pode passear de novo, pode andar de madrugada, porque os meninos de 16 anos a partir de agora estarão presos. Eu acho que essa não é a solução. Talvez seja a mais fácil e aquela que a gente,

eu digo sociedade às vezes, a gente gosta de fazer é tampar os olhos e não ver direito aquilo que está acontecendo e o Brasil real, cruel que a gente vive.

Então eu peço aos senhores a compreensão para que a gente possa, na próxima audiência dessa Comissão, nós possamos definir já dando posse às três Subcomissões, já, por favor, os Senadores pudessem trazer o seu nome para cá, e a partir daí nós tomarmos essa decisão se será uma Subcomissão Permanente, se ficará aqui ou na Comissão de Direitos Humanos. Enfim, eu sei que nós encontraremos a melhor solução para isso.

Portanto, eu agradeço a presença de todos, e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 13h11

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos, do dia vinte e oito de março de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 04 de 2007 – CAS de autoria das Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, com vistas a tratar de assuntos pertinentes à “discussão sobre a situação do câncer de mama no País e as condições de prevenção da doença nas unidades públicas de saúde nos municípios brasileiros”. Com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) PATRÍCIA SABOYA GOMES, AUGUSTO BOTELHO, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, PAPALÉO PAES, além da presença das Senhoras Deputadas VERA CASTELO BRANCO (PTB/AM) e NILMAR RUIZ (PFL/TO). O Senador Papaléo Paes dá início à reunião informando que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição com tolerância máxima de 5 minutos e convida os palestrantes para comporem a mesa. O Presidente concede a palavra às Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, autoras do Requerimento. Logo após é dada a palavra aos expositores: Dr. LUIZ ANTÔNIO SANTINI (Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer), Dr. JOSE ANTÔNIO RIBEIRO FILHO (Médico Mastologista do Distrito Federal), Dr. DIÓGENES BASÉGIO Deputado Federal (RS) (Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia) e Dr. ARISTODE-

MO PINOTTI Deputado Federal (Secretário de Ensino Superior do Estado de São Paulo). Fizeram também uso da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) Kátia Abreu, Rosalba Ciarlini, Patrícia Saboya, Augusto Botelho e as Deputadas Vera Castelo Branco e Nilmar Ruiz. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2007, ÀS 14 HORAS E 49 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Não havendo manifestação contrária, está aprovada.

A presente reunião tem como objetivo a discussão acerca da situação do câncer de mama no País e as condições de prevenção da doença nas unidades públicas de saúde nos Municípios brasileiros e está sendo realizada neste momento, atendendo ao Requerimento nº 04/2007 da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria das ilustres Senadoras Kátia Abreu e Senadora Rosalba Ciarlini.

Eu tenho o prazer de chamar à Mesa os ilustres convidados presentes e peço que a eminente Senadora Kátia Abreu os acompanhe. Vou nominá-los e convidá-los: Dr. Luiz Antônio Santini, Diretor Geral do Instituto Nacional do Câncer; Dr. José Ribeiro Filho, Médico Mastologista do Distrito Federal; Dr. Diógenes Baségio, Deputado Federal, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia; e Dr. José Aristodemo Pinotti, Deputado Federal e Secretário de Ensino Superior do Estado de São Paulo, que está a caminho da nossa sala para que possamos tê-lo na nossa grande e importante Audiência Pública.

Eu informo a todos que cada convidado disporá de 15 minutos para as suas exposições, com cinco minutos de tolerância. Eu, claro que serei coerente com a necessidade de cada um dos senhores expositores,

dada a importância do tema. Após as exposições será dada a palavra às Sras. Senadoras e Srs. Senadores para as suas interpelações. Mas antes do uso da palavra pelos senhores expositores, eu passo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu, como autora do Requerimento. V.Exª está com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o meu querido amigo, Dr. Ribeiro, esse homem dedicado ao combate ao câncer de mama, Dr. Luiz Antônio Santini, Diretor Geral do INCA, um instituto tão importante do Brasil, quero cumprimentar meu colega Deputado Diógenes, que é o Presidente da Associação Nacional de Mastologia, e nosso amigo, Dr. Pinotti, que deve estar por chegar. Eu queria ser bastante breve, Sr. Presidente, apenas para dizer aos nossos visitantes que, no ano de 2004, preocupada com os índices, com as estatísticas do câncer de mama no País - 10 mil mulheres que morrem todos os anos, 49 mil que adoecem - eu iniciei uma campanha com o meu partido, o PFL, na época, que hoje passa a ser democratas, pedindo aos Parlamentares, aos Deputados e Senadores, que nas suas Emendas individual que eles pudessem disponibilizar um valor de 150 a 180 mil reais e destinado ao Ministério da Saúde para a compra de mamógrafos nos seus Estados, no Município da sua preferência. Fiz isso à frente do PFL, porque fui PFL Mulher nacional, e essa campanha, com relação à adesão dos Parlamentares, ela foi extraordinária. Na época, em 2004, nós tivemos a adesão de quase 80, entre Deputados e Senadores do partido. Em 2005, com o sucesso que tinha sido 2004, todos os partidos me procuraram, os seus “braços mulher”, para que também pudessem participar da campanha. E fizemos uma campanha 2005 suprapartidária contra o câncer de mama, para que também novamente os Deputados e Senadores aí de todos os partidos pudessem fazer a mesma ação, destinar uma pequena parte das suas Emendas individuais para a compra de mamógrafos.

E eu fiz a mesma coisa com o meu Estado, Tocantins, que represento. Infelizmente, 2006 não foi possível continuar a campanha. Não foi possível, pelo desânimo dos Parlamentares, que argumentaram, com muita razão, de que não adiantava colocar as Emendas, porque o Ministério da Saúde não empenhava e nem liberava, quando não os estimulava a trocar de equipamento. Eu, para ser sincera, eu fui uma lutadora para tentar liberar os mamógrafos para o Tocantins, e consegui, com muito sacrifício, liberar três mamógrafos. O nosso objetivo são cinco, uma conta que o Dr. Pinotti me ajudou a fazer, da necessidade de mamógrafos do SUS no meu Estado. E consegui, com muita luta, liberar esses três mamógrafos. Ao mesmo tempo que

coloquei a Emenda dos mamógrafos, ainda também coloquei os microônibus, com o objetivo de ir para o interior buscar as mulheres e trazer até a cidade onde estava instalado o mamógrafo, para que elas pudessem vir, garantir fazer o exame. Não têm condições de às vezes pagar uma passagem de ônibus, não têm carro próprio, às vezes a Prefeitura local não se disponibiliza, não tem política pública nesse sentido. E, para a minha surpresa, desde o episódio “Sanguessugas”, aonde um número de Parlamentares estavam com um esquema de corrupção no Ministério da Saúde, tirando dinheiro público das ambulâncias, a Casa Civil proibiu terminantemente que qualquer objeto com pneu no Ministério da Saúde estava suspenso. Inclusive os meus microônibus, que iam atender as mulheres do Tocantins. Perdi as Emendas. Tentei colocar um mamógrafo móvel. Também encontrei todo o tipo de obstáculo. E o primeiro deles, que me deixou bastante surpresa, é que o mamógrafo móvel estraga muito. E eu perguntei ao técnico do Ministério: “é o senhor que vai pagar o conserto do mamógrafo móvel? Mas o Tocantins não está te perguntando se vai estragar muito. Nós estamos querendo arcar com esse ônus, para que as mulheres do nosso Estado possam ter o direito de fazer a sua mamografia”. Mas não foi possível. Também a Emenda foi cancelada e eu tive que substituir.

Enfim, agora estou trabalhando também para liberar quatro ultrassom, que é o exame complementar do mamógrafo. E o que nós encontramos de dificuldade lá diz respeito a uma Portaria, 1101/2002, que determina que um mamógrafo é suficiente para 240 mil habitantes.

Ora, vejam, essa portaria não levou em consideração a distância das cidades umas das outras nos Estados brasileiros. O Tocantins, por exemplo, tem 139 Municípios e tem 270 mil quilômetros quadrados em sua extensão.

Então, o que está acontecendo hoje é que o Ministério acha que já tem o número de mamógrafos suficientes, baseado nesse um para 240 mil habitantes. Então hoje nós temos 1393 mamógrafos do SUS, que todos nós sabemos as condições em que eles se encontram hoje, que estão obsoletos, arcaicos e que já não correspondem à realidade tecnológica de hoje, só que 1393 mamógrafos espalhados em 547 Municípios apenas. Ou seja, apenas 9% dos Municípios do Brasil possuem mamógrafos.

Então, pela conta, o senhor vai ver que tem cidade com mais de um, com dois, com três e até com dez, como é o caso daqui do Distrito Federal, de Brasília. Então nós temos 5563 Municípios no Brasil todo e apenas 9% atendidos com os aparelhos de mamografia.

Então, a conta do Ministério é uma conta equivocada, por conta dessa Portaria que, quando convém ao Ministério, eles também interpretam que é um Município de mais de 200 mil habitantes. Eu falei: “então a chance do Tocantins é zero. Porque eu só tenho a capital, Palmas, que tem 200 mil habitantes. Então o meu Estado vai estar fadado a não ter o direito de ter esses equipamentos”.

Então foi uma luta imensa, terrível para poder nós conseguirmos e chegar a bom termo com esses aparelhos lá no Estado. E eu podia às vezes, por estar já com esses três mamógrafos, abandonar a nossa bandeira. Mas eu acho que só estou começando essa bandeira. Eu acho que só estou começando. E eu quero lutar muito para que o Brasil possa sair dessa estatística vergonhosa e sem expectativa nenhuma por parte do Ministério de uma política consistente. Nem o Deputado e o Senador abrindo mão de Emenda individual, que é um direito do Parlamentar, ele colocando a Emenda para o seu município, para o seu Estado, o Ministério não liberou e não deu a mínima, nem sequer na condição de priorizar essas Emendas, já que cada um de nós, dos seis milhões de reais das Emendas individuais, 30% têm que ser na saúde, obrigatoriamente.

Então, não existe o estímulo, não existe a preocupação com a mulher, não existe o cuidado. E hoje a mulher, que seja pobre, que seja de classe média, que seja de classe alta, todas têm pavor do câncer de mama, todas querem se cuidar, todas querem fazer o seu exame preventivo. E nós não podemos inibir esse direito nas mulheres do Brasil. Cria a Secretaria da Mulher porque tem que valorizar a mulher. Nós estamos cansados de discurso, nós estamos cansados de oba-oba e só do verbo. Nós queremos é ação. Isso é obrigação de Ministério.

Outro dia teve uma reportagem, imensa, no Estadão ou Folha de São Paulo, se não me engano, aonde reclamavam do alto índice, uma das doenças que mais matam no País é a tuberculose. Mata metade do que o câncer de mama está matando. Mata pouco mais de cinco mil brasileiros todos os anos. E o jornal inclusive fazendo um alarde, e com muita razão, com muita justiça, mas esquecendo que o câncer de mama são dez mil por ano.

Então nós convocamos esta Audiência Pública, eu e a Senadora Rosalba, do Rio Grande do Norte, também do Democratas, que é uma democrata a partir de hoje, do antigo PFL, e nós estamos aqui tentando conversar com as pessoas que entendem do assunto. Com o INCA, que é ligado ao Governo Federal, com o Dr. Ribeiro, que deu um exemplo no DF de como fazer cobertura e está de parabéns o DF, o Rio de Janeiro e São Paulo, que são as melhores coberturas do País

em termos de prevenção. O restante é calamidade pública. Não existe a menor atenção e a menor perspectiva disso tudo mudar.

Concluindo, Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar aqui um produto que me foi levado ao Gabinete, *Breast care*, é um produto de fazer também um exame preventivo. Não sou técnica, sou apenas Psicóloga e não entendo desse assunto. Mas, em princípio, achei muito interessante esse produto para ser também usado na questão da prevenção e gostaria que os senhores pudessem me dar um parecer e uma opinião a respeito deste produto. E com relação ao número de mamógrafos, com relação às políticas públicas que o INCA e o Ministério da Saúde têm para que nós possamos espalhar mamógrafos por todo o Brasil. E treinar os Mastologistas. Lá no Tocantins o Dr. Pinotti está indo com o espírito público que tem, mandando toda a sua equipe para treinar os Médicos Mastologistas, porque o interior do Brasil é outra realidade. É desse exterior do Brasil que eu venho, que mora 60% dos brasileiros por lá. É esse Brasil que eu represento.

Então nós temos que treinar também a nossa equipe técnica. Então eu gostaria que vocês pudessem falar a respeito dessa perspectiva e da esperança que nós possamos ter com relação à mudança dessas estatísticas. Se não for por amor à mulher, se não for por zelo à mulher brasileira, e outro dia eu achei interessante uma frase que eu vi, de um filósofo alemão, que se mede o caráter de um homem, de um País pelo trato que ele dá às mulheres. Então eu gostaria que se não fosse pelo tratamento e pela consideração à mãe de família, à mulher que reproduz, que fosse pelo menos por economia do sistema de saúde. É muito mais barato antecipar, prevenir, do que depois tratar um câncer que já está avantajado. Então eu gostaria de ouvir aqui hoje, se Deus quiser, esperanças e busca de soluções, porque nós estamos com as pessoas mais preparadas do País aqui hoje. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu e parabéns pela sua lucidez e responsabilidade com o tema. Eu quero registrar aqui a presença da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que nos honra e engrandece esta reunião. A Subcomissão da Saúde ela é contida exatamente na Comissão de Assuntos Sociais, e aqui está a Sra. Presidente, que eu também deixo esta cadeira de Presidente à sua disposição para que V.Ex^a possa assumir os trabalhos.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): A Comissão está muito bem representada por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Mulher também e assistindo a esse trabalho, que é muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado. Então convido o Dr. José Aristodemo Pinotti, Deputado Federal e Secretário de Ensino Superior do Estado de São Paulo, que vai compor a Mesa e será um dos nossos palestrantes. Eu--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É uma honra para nós. Muito obrigado. E eu registro a presença--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não, Senadora.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ah, graças a Deus. Registro a presença da Deputada Federal Nilmar Ruiz, Deputada Estadual Vera Lúcia Castelo Branco, que também estão presentes à nossa reunião, esta importante reunião. Ao Deputado Estadual de Tocantins, Angelo Agnolin.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Deputado Ângelo Agnolin.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parece... [risos] Ele é Médico?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Não [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): A letra é de Médico.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Deputado Agnolin, Deputado Paulo Roberto, Deputado César Ralum, Deputado Valois Barros, que vieram hoje participar da grande Convenção Nacional dos Democratas e aqui estão nos prestigiando com a presença. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço, e já foi feito o registro pela nossa eminente Senadora. Eu passo a palavra à Dra. Rosalba Ciarlini, exatamente porque é uma das autoras do Requerimento, juntamente com a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Dr. Papaleo, Presidente, V.Ex^a nos dá a oportunidade de aqui colocarmos em debate, em discussão e para conhecimentos esse assunto que é da mais alta relevância. E a Senadora Kátia Abreu, quando nos con-

vocou para somar nesta luta, eu quero dizer que, de pronto, aceitei. Não somente porque sou Médica, Médica Pediatra. E, por ser Pediatra, amiga do peito. Não somente pela condição de ser mulher, mas também porque trago uma experiência de quem pôde viver no dia-a-dia, como Prefeita de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte, as dificuldades do SUS, a vontade de fazer mais e os entraves que encontramos, a carência da dificuldade de recursos, que são muito grandes e, particularmente, nesta questão, apesar de eu ter administrado a segunda cidade do Rio Grande do Norte por três vezes, uma cidade pólo, uma cidade onde, na realidade, a economia do Estado passa por aquela região, na fruticultura, na piscicultura, na criação de camarões, no petróleo, no sal, é a região que produz 96% do sal brasileiro. Mas em torno dessa cidade nós temos dezenas e dezenas de Municípios. E ela passa a ser pólo também de saúde. Ora, se o que nós tínhamos, mesmo com a sensibilidade da Médica, de extra SUS, fazemos convênios com os mamógrafos existentes na cidade, para as nossas mulheres, e esse trabalho que eu fiz que, graças a Deus, me desculpem a falta de modéstia, mas pude receber da Organização Mundial de Saúde um diploma de mérito pelo trabalho que fiz com o "Saúde da Mulher", mas nós tínhamos 40% dessas mulheres que chegavam, e isso eu tenho através de pesquisas, vinham das outras cidades para fazer mamografia, atrás de exames complementares inexistentes nas suas cidades pequenas, pobres, sem condições de atender a sua demanda. O que era que acontecia? O que nós tínhamos, que poderia ser até suficiente para as mulheres da nossa cidade, se transformava em suficiente para uma região. E nós não podemos crescer o Brasil, nós não podemos fazer este País mais justo, não podemos fazer este País com mais desenvolvimento se formos egoístas em pensar cada um só em si, no seu Município, na sua condição. Nós temos que saber que este País é grande, que tem muitas desigualdades, que no interior nós enfrentamos as maiores dificuldades e que na saúde não é diferente. Muito pelo contrário, é muito pior. Porque ela chega, bate na porta dos administradores, a qualquer hora, porque é urgência, e não dá tempo, não tem como você esperar que as portas aqui se abram e que estão trancadas por falta de sensibilidade, por falta de prioridade. Porque saúde é vida. E não adianta pensar em acelerar crescimento se não tivermos vida. E vida para as nossas mulheres. As mulheres precisam de tão pouco para poder continuar a dar vida neste País.

Por isso estamos aqui, Kátia, nos somando e querendo convocar cada vez mais. Porque essa luta que você disse que apenas começou, eu digo com você, vamos juntas, seguir unidas, para fazê-la ainda maior.

Mas vamos insistir, persistir, Dr. Pinotti, e vamos conseguir, se Deus quiser, resultados. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora. Vamos iniciar as exposições. Eu passo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Santini, Diretor Geral do Instituto Nacional do Câncer. Como eu falei anteriormente, cada expositor terá 15 minutos para sua exposição, mais cinco minutos de tolerância, claro, dependendo da necessidade do expositor. Porque nós temos uma questão também regimental, da feita que nós tivermos a Ordem do Dia iniciada em Plenário nós temos que suspender a nossa reunião. Por isso esse certo rigor. Muito obrigado.

SR. LUIZ ANTÔNIO SANTINI: Excelentíssimo Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde do Senado Federal, Excelentíssimas Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, proponentes dessa Sessão, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, meus colegas participantes aqui da Mesa, cumprimento o Dr. Pinotti, em nome de quem cumprimento todos os outros componentes e amigos aqui da Mesa, fazendo-lhe a homenagem que todos aqueles que como eu têm militado a vida toda na área de saúde, na educação médica e na saúde pública deste País reconhecem em V.S^a autoridade técnica, ética, científica e por isso tenho satisfação de estar aqui presente e lhe render essa homenagem e posso dizer com certeza que faço isso em nome da instituição que dirijo também.

Eu vou pedir licença, Presidente, para ficar de pé, porque eu prefiro e me sinto mais à vontade. Eu queria pedir licença a todos senhores para rapidamente, se os senhores me permitirem, ler algumas coisas a respeito do Instituto Nacional de Câncer. Nós esse ano completamos 70 anos, e o Instituto Nacional de Câncer é uma instituição... Ele tem um conjunto de cinco unidades, sendo que uma unidade exclusivamente voltada para o atendimento de mama. O instituto foi criado há 70 anos, portanto, mas a sua identidade é vinculada à estrutura do Ministério da Saúde, com responsabilidade de assistir o Ministro da Saúde nas ações de prevenção e controle de câncer e produzir regulamentações para a área de câncer de uma maneira geral, para o programa de controle de tabagismo, que é um programa onde nós somos referência da Organização Mundial de Saúde. Na área de pesquisa oncológica, tanto nas atividades de fomento, quanto de avaliação e incorporação de novas tecnologias. Na formação de profissionais. O INCA forma por ano 1400 profissionais entre residência médica, pós-graduação, especialistas, doutorado, mestrado, além de cursos de especialização. E trabalhamos muito na estratégia de

mobilização de diferentes atores sociais, de diferentes agências governamentais e não-governamentais, em apoio às atividades de atenção oncológica do País. Realizamos sete mil e quinhentas novas matrículas por ano, 255 mil consultas, 15 mil internações, 12 mil cirurgias, 75 mil atendimentos, 155 em quimioterapia, 155 mil campos de radioterapia, 14 mil visitas domiciliares, 80 transplantes de medula por ano. E a nossa unidade que trata especificamente de câncer faz esse tipo de atendimento. 1500 novas matrículas por ano, 60 mil consultas, 2800 internações, 1900 cirurgias, 46 mil atendimentos de quimioterapia e radioterapia, 17500 campos irradiados.

Esse é o nosso orçamento, não vou entrar em detalhes disso agora, o que eu quero dizer é que o câncer hoje é considerado por nós e pelo mundo todo, pela Organização Mundial de Saúde um problema de saúde pública. A expectativa era que em 2006 ocorressem 11 milhões de casos novos de câncer, com 7 milhões de mortes e, para 2020, 16 milhões de casos novos, com 12 milhões de mortes. Esse é um dado do Relatório da União Internacional de Combate ao Câncer, produzido pela Organização Mundial de Saúde. Portanto, o câncer é um problema em expansão. Nós não estamos diante de uma situação controlável como uma doença infecciosa ou uma... Ao contrário, é uma doença que, do ponto de vista de incidência, é uma doença em expansão em todo o mundo. Ocorre que a expansão é maior nos Países subdesenvolvidos. A expectativa é de 16 milhões de casos em 2020, 50% desses casos a mais nos Países subdesenvolvidos do que nos Países desenvolvidos. E esse já é um primeiro problema, um primeiro grande paradoxo. Só para ter uma idéia, 60% dos medicamentos consumidos para tratamento de câncer são consumidos pelos Estados Unidos, que têm 18% dos pacientes com câncer.

Então, o acesso tanto a diagnóstico quanto a tratamento em câncer, como nós vamos ver, é inteiramente desigual em todo o mundo. A incidência é desigual, a mortalidade é desigual e o acesso é desigual.

Aqui um dado. Os cânceres mais comuns na população feminina, em Países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, são esses: o câncer de mama em ambos predomina como o mais significativo. Entretanto, eu queria chamar atenção para um dado aqui: o câncer do colo do útero, que é um câncer evitável, prevenível e curável, ele representa nos Países pobres a segunda causa mais incidente nas mulheres. E esse é um grande indicador de qualidade de serviço de saúde. Tão importante quanto da mama e como indicador talvez até mais. Porque o acesso é mais simples, a prevenção é mais simples.

A Senadora Kátia Abreu se referiu a esse dado aqui: a mortalidade por câncer é maior do que a soma da mortalidade por tuberculose, HIV e malária. Esse dado é um dado da Organização Mundial de Saúde.

Isso tudo se deve a vários fatores mundialmente, ou seja, um fenômeno mundial entre eles, sem dúvida nenhuma, o aumento da expectativa de vida que ocorre em todos os Continentes, ocorre em todo o mundo e esse, seguramente, além de diversos outros fatores de risco, é um fator importante para o crescimento do número de casos de câncer e da mortalidade por câncer no mundo.

Aqui é um dado importante em relação a acesso. Acesso a diagnóstico e tratamento: nos Estados Unidos, na Europa e no Canadá, a sobrevivência dos pacientes com câncer alcança em média de 12 a 16 anos; Na África, menos de dois anos; no Brasil, entre dois e quatro anos. Isso significa, entre outras coisas, acesso.

O número de casos novos de câncer no Brasil, no total, quase 500 mil novos casos. 141 mil óbitos por ano. O gasto em câncer no Brasil: de 2000 a 2006, o SUS gastou com câncer, um aumento de 121%, de 570 milhões para um bilhão e duzentos e cinquenta dois milhões. Incorporando pouquíssima tecnologia. Isso é um crescimento vegetativo. É um aumento de acesso. E esse é um problema. Existe falta de recurso para a atenção oncológica no País. Nós temos um crescimento no gasto, o Governo está gastando mais, mas não está produzindo resultado com esse gasto a mais. E esse é um desafio realmente para o País.

Então, quero dizer, em resumo, que o câncer é um problema de grande magnitude, mas ainda é um problema de baixa visibilidade. Nós temos 400, quase 500 mil casos por ano, 141 mil mortes, 423 mil internações hospitalares, 128 mil pacientes/mês fazendo quimioterapia, 98 mil pacientes/mês em radioterapia e um milhão e seiscentas mil consultas por ano. Essa é a produção do Sistema Único de Saúde.

Os tipos de câncer mais incidentes na população brasileira, e nós vamos nos deter aqui basicamente ao câncer de mama: mama feminina, depois próstata, depois traquéia e brônquios e pulmão, depois colo retal, enfim. Mas nós vamos falar do câncer de mama, que está em torno de 50 mil casos por ano. Em torno de 48.900 casos, seguido do colo do útero e câncer do colo retal... E aqui as taxas de incidência por região. Aqui começamos algumas controvérsias, com certeza. Porque a obtenção desses números muitas vezes significa que se uma taxa, embora exista diferença de distribuição regional do câncer em todo o mundo, em diferentes regiões, mas essas taxas podem significar também sub-registro. Então, evidentemente que a taxa é um número relativo, é um número inicial. É preciso

partir de algum número, para depois se chegar a alguma ação posterior.

Então, há controvérsias em relação a essa taxa, por quê? Porque ela pode refletir acesso a informação adequada, ou a informação inadequada, por exemplo, quando se trata dos registros de óbito. Porque o registro de óbito constitui um dos componentes da medida da taxa de incidência.

Em relação à mortalidade, nós temos um aumento da mortalidade do câncer de mama no Brasil. Isso já não acontece mais nos Estados Unidos e no Canadá. Nos Estados Unidos e Canadá o número de casos está aumentando, mas a mortalidade está caindo. Significa, mais uma vez, acesso.

Então, é isso. A incidência vem crescendo em todos os Países, também nos desenvolvidos, mas há uma facilidade maior. Esse quadro é para mostrar um raciocínio apenas: o câncer de pâncreas, que não permite nenhuma atividade preventiva, nenhuma ação consegue detectar precocemente o câncer de pâncreas, tampouco ele responde adequadamente a qualquer tipo de terapia existente no momento, independente do PIB, independente dos recursos existentes no País, a taxa de mortalidade se mantém elevada e igual. Ela não se modifica em função do PIB. O câncer de mama, não. Como há recursos, se houver aplicação de recursos, a mortalidade cai.

Então, esse é um dado significativo. Agora, o recurso não é só em tratamento. O recurso é em toda a fase desde o diagnóstico, desde o rastreamento, diagnóstico precoce e tratamento. Acesso a todos os níveis. E isso é para mostrar o seguinte, se a gente olhar o ciclo da história natural da doença, que vai de predisposição genética, predisposição a fatores de risco, início da doença, sinais e sintomas, sinais e sintomas da fase clínica e diagnóstico tardio, hoje nós atuamos nesta etapa aqui. Nós atuamos... A mamografia hoje é um exame que está ligado a uma fase tardia da doença. Possivelmente, grande parte das mamografias que fazemos hoje, além de não cobrir a necessidade, elas são desnecessárias. Porque o diagnóstico é feito por palpação do tumor. O que nós precisamos fazer é trazer a mamografia para cá, para o rastreamento. Aumentar o acesso ao rastreamento, ao diagnóstico precoce. A expansão ou não da oferta de mamografia, se localizada na fase onde nós estamos captando o paciente hoje, eu posso afirmar que ela é quase desnecessária, ou é muito pouco efetiva. Se não houver uma ação ampla no campo da saúde pública de expandir a capacidade diagnóstica da rede nós vamos ter muito gasto e pouca efetividade.

Então, os fundamentos para o controle de câncer de mama definidos pela política que o Ministério

da Saúde está implementando a partir do programa, do consenso que foi realizado por especialistas e do “Pacto Pela Vida”, que definir o câncer de mama como uma prioridade fundamental está baseado nesses fundamentos, na necessidade da detecção precoce da doença, na qualidade dos procedimentos e num sistema de informação para o acompanhamento e avaliação adequada.

Então, a proposta da agenda de compromissos do “Pacto Pela Vida” propõe a redução da incidência do câncer do colo do útero, por quê? Porque o câncer do colo do útero é prevenível, é evitável, então ele pode se reduzir a incidência, e da redução da mortalidade do câncer do colo do útero e do câncer do colo de mama. Porque, infelizmente, o câncer de mama não pode ser prevenido. Ainda. A ciência não conhece ainda mecanismo de prevenção efetivo do câncer de mama. [soa a campainha]

A população alvo que foi definida para... Segundo esse consenso, e eu quero dizer, para nós o consenso é um ponto de partida, não é um ponto de chegada. Para definir uma política foi necessário estabelecer um ponto de partida em função de dados técnicos nacionais e da literatura, para definir qual a política que se ia adotar em relação à atenção ao câncer de mama. E aí se definiu o exame clínico das mamas a partir dos 40 anos de idade e o rastreamento mamográfico bianual para as mulheres de 50 a 69 anos, buscando atingir uma cobertura de pelo menos 60% da população alvo. E garantia de acesso a diagnóstico, tratamento e seguimento para todas as mulheres com alterações nos exames realizados. Essa cobertura satisfatória, essa é uma questão, o IBGE, na pesquisa nacional por amostra de domicílio, mostrou que o Brasil tem hoje uma cobertura média de 48%. Se nós queremos 60% no mínimo, nós estamos abaixo da cobertura necessária. O que mostra esse gráfico de importante é a distribuição completamente díspare em relação a diferentes Estados e diferentes regiões do País. Nós temos possivelmente um número de mamógrafos que cobre a população. Apenas numa equação matemática. No entanto, a distribuição e o acesso são completamente desiguais regionalmente, localmente, e é isso que precisa ser instituído como solução para garantir o acesso a esses exames.

Então, as metas são ampliar a cobertura para pelo menos 60% e realização de biópsia em todos os casos necessários. Isso requer um grande treinamento, uma grande capacitação, uma grande logística. Isso aqui é um enunciado relativamente fácil de fazer e é uma coisa extremamente difícil de implantar.

Então, aqui mostrando apenas esse número, e esse número tem um significado muito relativo, mas

para dizer que hoje para atingir uma cobertura de 60%, só a região Norte é que tem uma capacidade menor do que o necessário. No entanto, eu não sou fixado nesses números. Esses números para mim são referências para a discussão. Nós precisamos é, a partir deles, começar a discutir a organização dos serviços em cada região, em cada local. Esses números para mim são números referenciais. Eles são importantes, porque eles medem... São números que refletem um pensamento que não foi criado por nós. É como se trata isso inclusive pelas recomendações da Organização Mundial de Saúde. No entanto, eles são, local e regionalmente, discutíveis.

Hoje, para a quantidade de mamógrafos que temos, nós temos um problema, só 37% dos mamógrafos disponíveis no País oferecem serviço ao Sistema Único de Saúde, 73% não oferecem serviços ao Sistema Único de Saúde. Aqui, portanto, existe um déficit quantitativo que pode ser suprido se houver um preço efetivamente aceitável pelos prestadores e que se possa incorporar rapidamente esse conjunto de equipamentos e soluções dentro do Sistema Único de Saúde.

Aqui é o problema, qualidade. Eu vou dar um dado. Esse dado foi uma pesquisa feita no Instituto Nacional de Câncer, no Rio de Janeiro, mostrando o seguinte, que em 368 exames mamográficos analisados, 77%, 284 foram rejeitados por problema técnico. A qualidade da mamografia no Brasil é ruim. E o Colégio Brasileiro de Radiologia reconhece isso. E por isso nós estamos trabalhando inclusive com o Colégio Brasileiro de Radiologia num projeto piloto de melhoria da qualidade da mamografia.

Esse é um estudo feito pela Vigilância Sanitária, mostrando, em relação a vários aspectos dos mamógrafos e da técnica da mamografia, vários aspectos de não conformidade.

Então, o plano de ação prevê uma melhoria do padrão de qualidade da mamografia e, para isso, é necessário que haja profissional habilitado para dar laudo de mamografia. Não basta ter o equipamento, é preciso ter o profissional treinado, habilitado. É preciso incluir o exame clínico na atenção básica, e esse é um aspecto fundamental, sem o que nós vamos ficar lá naquele diagnóstico tardio. Melhorar o sistema de informações, nós desenvolvemos um sistema chamado Sismama, que permite o acompanhamento dessas mulheres. Uma política de financiamento específico para a mamografia e mobilização social. É preciso informar, é preciso fazer mais iniciativas a partir dessa e como essa que está sendo tomada aqui.

E, finalmente, eu queria essa oportunidade, dizer que nós estamos preparando no Rio de Janeiro, junto com várias outras entidades internacionais, um con-

gresso internacional de controle de câncer, exatamente visando a articular ações nacionais e internacionais na busca de resultados melhores em atenção ao câncer. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Dr. Luiz Antonio Santini, Diretor Geral do Instituto Nacional do Câncer, e passo a palavra ao Dr. José Antônio Ribeiro Filho, Médico Mastologista do Distrito Federal.

SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO: [inaudível] Senador Papaléo eu gostaria de cumprimentar as Senadoras Kátia Abreu e Rosalba Ciarlini, V.Ex^a deve ter sido prefeita em Mossoró.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Exatamente.

SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO: Eu tive a honra de ir lá como Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia. Aos ilustres convidados, Pinotti, meu amigo há mais de... Não vou falar o tempo, porque vou mostrar depois os slides o tempo que nós nos conhecemos, Baségio, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Dr. Roberto Vieira, nosso amigo de Pernambuco aqui também, e eu gostaria de agradecer esse honroso convite. Eu não pertenço mais ao serviço público, fiz esse ano 41 anos de formado, então eu já estou aposentado. E inclusive nós viemos lutando aqui há muito tempo nesta Casa, nós presidimos, nesta Casa, eu e o Pinotti organizamos um Congresso Brasileiro de Mastologia, cuja abertura foi no Senado.

Podo passar o primeiro slide. Essa é minha neta, minha nora está aí presente. E eu me preocupo com ela. Porque ela tem hoje cinco anos de idade, ela tem um alto risco, porque ela tem a avó, que eu operei de câncer de mama e tem o avô, que sou eu, que também tive câncer. Então eu me preocupo que vá se descobrir alguma coisa para se fazer para ela, para que ela não venha a ter um câncer de mama principalmente.

Definição de câncer, já deixou bem claro, tem causas múltiplas, um aparecimento em todos os tecidos, e essa é definição de câncer. Muita coisa que foi dito aí, o Santini já falou, mas o local onde se localiza o câncer de mama é no ducto mamário e no lóbulo mamário. O lóbulo é onde produz o leite. Quando o tumor fica limitado a esse ducto, nós chamamos *carcinoma in situ*. Quando ele invade os outros tecidos, *carcinoma infiltrante*. Então a maioria dos cânceres são ductais, ou *in situ* ou *infiltrante*, principalmente *infiltrante*. O *carcinoma lobular in situ*, que apesar do nome nós especialistas não consideramos como câncer e, sim, como uma lesão de alto risco. E o *carcinoma infiltrante* esse é muito complicado, porque ele não tem tradução radiológica e às vezes nem tradução macroscópica.

Então aqui, acho que com mais um pouquinho de detalhe, como surge o câncer. Então uma célula normal ela sofre a ação de agentes cancerígenos e se transforma numa célula cancerosa. Isso nós chamamos a iniciação. Então os agentes iniciadores... Eu tenho um tempo, [risos] um *break*. Será que é o meu... Esse aqui ele controla... Você tem um ponto *laser*, eu não vou usar esse aqui, não. Então, a iniciação aqui é de uma maneira muito simples, que vai se transformar com os agentes promotores e vai desenvolver as células, que se multiplicam... E aí vai a multiplicação das células alteradas, vai se transformando num tumor, que se localiza em qualquer órgão, pulmão ou mama, como em qualquer órgão.

Então, o câncer de mama, nós temos um programa de controle de câncer de mama no Distrito Federal pela sua alta incidência, pela sua evolução imprevisível e pela mutilação que resulta do seu tratamento, é a doença mais temida por vocês mulheres e a mais estudada por nós Médicos, tornando-se um problema de saúde pública, como o Dr. Santini muito bem lembrou. E principalmente entre nós para os casos avançados. Eu ia trazer alguns casos avançados aqui que vocês não imaginam como são. Eu não quis causar um choque muito grande.

Então, o câncer de mama é uma ameaça física, à integridade física e mental de qualquer ser humano. Você vê o tamanho desse tumor aqui, não é? Então eu recebi uma época... Antes que passe... Eu até tenho esse slide aí, de um amigo falecido de câncer, que era um argentino chamado Manuel, que a melhor maneira de tratar um câncer é encontrá-lo. De preferência, é encontrá-lo numa fase inicial. Pode passar o seguinte. Então essa é a maneira melhor tratar um câncer, é encontrá-lo e, de preferência, numa fase inicial.

Então a elevação da incidência. O Santini já falou isso, maior expectativa de vida, aumento à exposição fatores de riscos, controle das doenças infecciosas e parasitárias, a pessoa chega a uma idade que a incidência de câncer é maior, a urbanização e industrialização também têm um aspecto significativo. Mortalidade, ele falou, aumento da mortalidade é devido ao diagnóstico tardio, tratamento inadequado, educação comunitária deficiente, educação profissional inadequada, educação profissional não especializada, normas de conduta indefinidas, eu tive a honra de participar desse consenso do INCA, que foi aqui em Brasília, e difícil acesso à assistência.

No Distrito Federal nós temos esse número de casos, 2609 em homens, 3000 em mulheres, segunda causa de mortes, a expectativa é de 680 novos casos, com cerca de 140 óbitos para esse ano aqui no Distrito Federal.

Então, quais os objetivos das ações programáticas no câncer de mama? Diagnosticar e tratar todos os casos de câncer, seguimento rigoroso, cuidados paliativos para casos fora de possibilidade de tratamento.

Isso aqui é muito importante. Humanização no atendimento em todos os níveis. Assistência psicológica, fisioterápica, jurídica, avaliação periódica desse programa, divulgação dos resultados e lembrar sempre que o sucesso do tratamento do câncer de mama depende de uma terapêutica efetiva, geralmente comandada por uma equipe multidisciplinar e que o mastologista é o maestro dessa equipe.

Então nós temos dois tipos de prevenção. Prevenção primária, prevenção secundária. Prevenção primária é evitar que o fato aconteça. Prevenção secundária é diagnóstico precoce. E nós temos que basear, e isso o Santini já falou, em ascendentes familiares menores de 50 anos, ascendentes familiares de câncer de mama bilateral, ou CA de ovário em qualquer idade, antecedente familiar de câncer masculino e biópsia prévia de lesões chamadas proliferativas [inaudível].

O rastreamento, o Dr. Santini já falou, de 50 a 69 de dois em dois anos. Alto risco a partir dos 35 anos.

Então, esse slide eu queria mostrar uma coisa só. Essa moça chegou para a gente, graças a Deus, ela foi examinada por um Obstetra que realmente se preocupou não só com o nenê dela e descobriu um tumor pequeno. E no dia que ela foi ao hospital ela estava com a camisa "o câncer no alvo da moda". Então, ela tem 27 anos, e nós tivemos que fazer uma mastectomia, apesar de um tumor pequeno, uma mastectomia radical nela por causa da gravidez. É uma vida que está chegando e uma vida que está correndo risco.

O número de mamógrafos nossos aqui são 11, e já foi falado aí, má gestão, faltam filmes, falta técnico, falta Radiologista, e nós tínhamos uma política para o Distrito Federal, que todas as mulheres que iam fazer mamografia independente naquela faixa etária, se ela tivesse um diagnóstico que nós chamamos de "Birads" três, quatro ou cinco é marcada sua consulta na triagem da Mastologia para não se perder tempo. Ela vai junto com a radiografia e já está com a sua consulta marcada. Nós temos um sistema de triagem aqui muito bom, porque se facilita o acesso. Não se marca consulta. A pessoa vai, simplesmente com a radiografia e com o encaminhamento, e ela é atendida rapidamente e dali já se tomam as decisões necessárias para onde ela vai. A mamografia, vocês sabem, tem um falso negativo de 5% a 15%. As imagens suspeitas de tumor maligno. Uma distorção da arquitetura. Com microcalcificações é altamente suspeito, microcalcificação é uma coisa importantíssima em mama. Esse cluster de microcalcificação é o sinal mais comum de um câncer inicial

de mama. E isso é descoberto só pela mamografia. Ressonância magnética não se presta a esse tipo de diagnóstico. E nem a ecografia. Ultrassom é importante para a complementação, porque se a paciente tem um nódulo irregular, com essa sombra acústica posterior, essa sombra que tem aí, calda de cometa, isso é altamente suspeito de malignidade.

Então, como a Senadora falou aí do *Breast care*, nós somos o primeiro Médico brasileiro a tomar conhecimento do *Breast care*. Nós fomos até o Uruguai uns dez anos atrás e tomamos conhecimento desse método de diagnóstico. E na época nós comentamos com o inventor do método. “Olha, eu vou experimentar isso. Se for bom, eu vou dizer que é bom e, se for ruim, eu vou dizer que é ruim”. Então, é diferenciador de temperatura, pontos termossensíveis, que não é um método de imagem, ele é... O resultado é na hora seguinte. Pode ser usado em qualquer idade, combinado com o exame fixo, tem um valor preditivo(F) e negativo de 95%. Principalmente no lugar onde não tiver mamografia, ele serve eu acho principalmente no lugar que não tiver mamografia, ele serve como triagem àquelas pacientes que devam ser encaminhadas para fazer o exame mamográfico. Ele é complemento do exame clínico e do auto-exame, no alto risco e intervalo entre as mamografias, em paciente jovem, abaixo da idade de mamografia, controle semestral em paciente que use TRH, TRH é terapia de reposição hormonal, que corre um risco maior, seguimento da mama tratável, isso aqui é interrogável, eu acho que não se presta a isso, e seguimento prospectivo(F) de testes anormais. Quando tem um teste anormal que você não encontra nada nem na mamografia, aquela paciente deve ser acompanhada com mais critério. Não substitui nunca mamografia. A grande preocupação dos Radiologistas é isso aqui. Não substitui nunca. Só os negativos em tumores profundos ou tumores bilaterais, porque vai ter temperatura nas duas mamas. E um acerto diagnóstico cerca de 80%, nós fizemos inclusive na Sociedade Brasileira de Mastologia um trabalho incluindo Médicos de todo o Brasil e que está publicado na Revista da Sociedade Brasileira de Mastologia. A vantagem, ele não é invasivo, é indolor, pode repetir quantas vezes quiser, aplicação simples, 15 minutos durante a consulta, não requer treinamento, curva de aprendizado mínimo, resultado imediato, resultado objetivo, permanente e quantitativo, permite comparações futuras, não tem limitação de idade e nem de local, não requer investimento em aparelhagem. Então a grande vantagem eu acho que é: em lugar que não existe mamógrafos, em lugar que não tenha Médico e que tenha uma Enfermeira que possa ser treinada para fazer esse método, é um método de triagem que eu considero muito

bom, o Dr. Pinotti já fez uma experiência com o *Breast care*, Dr. Roberto Vieira tem trabalho publicado sobre o *Breast care*, e eu acho que a gente tem mesmo que talvez pensar em um método mais simples e mais barato para ter acesso toda a população.

Aqui, como é que funciona a Coordenadoria do Câncer, que eu até faço uma denúncia aqui grave, eu fui Coordenador do Câncer até o ano passado e eles estão querendo acabar com a Coordenadoria do Câncer que era ligada diretamente ao Secretário. Querem transformar numa gerência. Enquanto que eu acho que é tão importante o câncer e que isso é um absurdo. Apesar que eu não sou mais da Secretaria, mas eu já disse isso para o Secretário, e disse em alto e bom som, que vou defender que continue como Coordenadoria para a gente ter controle de todos os cânceres em todo o Distrito Federal.

Aqui, como funcionam as unidades. O Hospital de Base é o nosso CACON aqui, vai ter outro CACON aí no HUB, o Santini... Eu vou deixá-lo até, não vou falar sobre o CACON do HUB. E realmente nós temos um problema muito sério inclusive de pós-tratamento, de radioterapia.

Aqui, como é que funciona no Distrito Federal. O que é, aqui as unidades secundárias, em azulzinho, e aqui são os hospitais regionais. O 2-A é onde se trata a patologia benigna, nós temos cerca de 40 Mastologistas treinados por nós mesmos, todos com [inaudível] especialistas e que atendem nesses hospitais. No Hospital de Base, nós somos em 12 Mastologistas. E eu tive a honra de criar essa unidade, que tem 17 leitos só para tratar câncer de mama. E ela completou 22 anos agora. E aí o 2-B, que vai aparecer em vermelho aí, são os hospitais onde se trata câncer, para descentralizar um pouco. E as unidades terciárias, que seriam o Hospital de Base e o Hospital da Universidade e que trariam um tratamento com radioterapia, quimioterapia, medicina nuclear, anatomia patológica, dosagem de receptores e outros métodos que a gente usa para diagnóstico de câncer. Nos centros de saúde, nós temos ações educativas, ensinar a fazer o auto-exame, que eu não considero muito auto-exame, eu acho muito difícil ensinar a fazer corretamente o auto-exame. O exame clínico, nós treinamos os profissionais Ginecologistas que vão examinar essas mulheres para eles aprenderem a apalpar a mama. E o Médico solicita a mamografia segundo os fatores de risco. Nós obedecemos rigorosamente às normas do INCA. E a faixa etária. Referi, quando indicada a triagem, às unidades secundárias secundária.

Nas unidades secundárias, nós temos a triagem. Triagem não é marcar consulta. A pessoa chega e vai ser atendida. Atendemos, na triagem do Hospital de

Base, cerca de 50 pacientes numa tarde, com três, quatro Médicos atendendo e que facilita muito o nosso encaminhamento. Porque se evita de fazer fichas, evita uma série de coisas. E 2-A se trata de patologia benigna e no 2-B se trata de patologia maligna. E no Hospital de Base a gente faz toda essa rotina, alto risco, egresso, casos avançados, nós temos um ambulatório de aconselhamento genético, aconselhamento de paciente com alto risco, nós temos medicina nuclear, anatomia patológica, que é a oncologia clínica, temos a radioterapia. E a gente toda quarta-feira tem uma reunião na unidade para discutir todos os casos.

Então, o objetivo é diagnosticar e tratar todos os casos, seguimento rigoroso... Aqui é a sala de espera do nosso ambulatório, que a rede feminina doou e tem um atendimento humanizado. E o tratamento, vou falar muito rapidamente, nós temos o tratamento que é cirúrgico, o tratamento loco-regional e a radioterapia, e o tratamento sistêmico e a quimioterapia e hormonoterapia.

Para mostrar alguns casos, essa aqui é esposa de Médico que chegou no meu consultório com um tumor de 12 centímetros. Isso não existe. Não pode existir. Ela fez uma quimio prévia e acabamos fazendo uma mastectomia, mas era um caso bem adiantado. Aqui, uma moça de 27 anos falando sobre o diagnóstico, está aqui o grau da biópsia que a gente chama de [inaudível], uma moça que tinha um tumor relativamente pequeno. Feita a mastectomia, pelo tamanho do tumor e pelo tamanho da mama. Eu espero que o Pinotti, o Baségio e o Roberto Vieira me digam se está bem esvaziada essa axila ou não [risos]. E aqui a peça cirúrgica, o tamanho do tumor, um tumor de dois por dois e meio. O resultado.

Então, isso que era no passado. Essa paciente é uma das primeiras pacientes, que eu operei há quase 38 anos. Está viva, mas com uma seqüela grave, um edema de braço. Então, essa mastectomia [inaudível], que tirava tudo e deixava... Essa senhora foi operada pelo Dr. Café há cerca de 45 anos e agora recentemente ela resolveu fazer reconstituição e está muito satisfeita. Essa senhora, eu trouxe para mostrar que é uma paciente que foi operada há 30 anos de um câncer, que foi operada até pelo Neiva, um colega meu de turma no Paraná e que deixou evoluir um tumor desse tamanho. Então isso não pode. Uma pessoa que já teve um câncer tem que cuidar da outra mama. Isso aqui, pelo que parece, é uma moça jovem, vinte e poucos anos, mas não é um sarcoma, era um cistosarcoma filóide, que é um tumor benigno, que foi feita a cirurgia e que... Existe sarcoma filóide maligno, mas que com resultado bom. Apesar da mutilação. Aqui outro caso em que foi feito em um tumor pequeno e foi feito mastectomia

dos dois lados e essa paciente tinha tumor dos dois lados. E ela tirou inclusive a auréola, e esse aqui é a reconstituição dela agora ela está realmente... Já fez todo o tratamento e já fez a sua reconstituição.

Outro tipo que nós chamamos muito, é muito comum inclusive, e esse termo foi começado a usar em Porto Alegre, chamado plástica oncológica. Resultado estético. Outro caso. Esse aqui, esse azul é o que se injeta para fazer o chamado linfonodo sentinela.

Resultado estético. Essa é a mulher de um Médico, que resultado estético, tratado o câncer, você não diz que lado ele foi tratado. Mas foi desse lado direito.

A radioterapia. Então esse slide tem dois anos, Dr. Santini. Tem mais de dois anos. Hospital de Base e, no futuro, no HUB. Pelo amor de Deus, vamos resolver isso. Está parado lá. O senhor não tem culpa de nada. Mas isso é problema de gestão. O senhor muito bem disso. Eu estive com o senhor em setembro de 2005, eu como Coordenador do Câncer não consegui resolver isso. Aí com denúncia à imprensa... Acho que agora está num bom caminho. Parece que vai ser resolvido.

Então tem um aparelho de alta qualidade. Esse slide é para mostrar uma coisa muito interessante. O desejo da pessoa depois de ter um câncer de ter um filho. Essa moça ela tem pós-doutorado e, desejando engravidar, o Médico descobriu um tumor, eu operei essa mama, cirurgia conservadora, ela fez quimio, rádio e queria engravidar de qualquer jeito. Então arrumou uma doação de óvulo, o marido inseminou o óvulo, o Médico implantou o óvulo na sua barriga, ela engravidou, ela não desenvolveu nada e amamentou a nenê, que o nome da menina chama-se Vitória.

Então é uma coisa que muita coisa pode ser feita. Eu recentemente operei uma moça que, de toda maneira, me exigiu que ela queria conservar o seu ovário, operou o câncer, porque ela queria ter a possibilidade de ter um filho.

Então aqui a quimioterapia, os objetivos todos nós sabemos, diminuir a incidência, tem as suas indicações precisas... Estou terminando. Aí mostrar agora o Pinotti. Aí o Dr. Pinotti em 1974, eu sou esse [risos] aqui, o Dr. Batista, que foi uma das pessoas mais sérias na Mastologia brasileira, aqui o Dr... Italiano, não é? Aqui o pessoal mais recente, o Baségio não está aí, mas está o Henrique Salvador, o Luna e o Ézio. Isso foi em Portugal. E aqui eu e o Pinotti em 1979. Então eu tenho muito tempo que conheço o Pinotti. Pinotti ainda estava de cabelo preto, eu de bigode preto. E aqui a campanha contra o câncer de mama. Aqui o Dr. Pinotti, a Deputada Kátia Abreu, a Dra. Alair e eu, e aqui o Dr. Pinotti dando um simpósio na faculdade. Dra. Kátia Abreu, Dra. Terezinha, da Rede Feminina,

Deputada Eliana Pedrosa, aqui na campanha dos “Mamógrafos já”. Esse aqui não está dando para ver, mas são as conclusões.

Então, o nosso papel como Médico e lutando no dia-a-dia contra o câncer de mama é antes de tudo uma luta da vida e contra a morte, curando esse terrível mal, aumentando a sobrevivência de muitas pacientes e principalmente melhorando a qualidade de vida de todas.

O tratamento de uma paciente com câncer de mama é um aprendizado constante que desgasta e angustia. Ao mesmo tempo em que engrandece e perante a Deus eleva quem o pratica.

Essa é a minha outra neta, que também corre risco. Devia ter um câncer de mama no futuro, que espero que se cure isso. E obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. José Antônio Ribeiro, que é Médico Mastologista do Distrito Federal. Dando continuidade à nossa Audiência Pública, passo a palavra ao Dr. Diógenes Baségio, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.

DEPUTADO DIÓGENES LUIZ BASEGIO (PDT-RS): Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite que a mim foi feito, agradecer o Senador Paes, que está dirigindo os trabalhos, Senadoras Kátia Abreu, Rosalba, demais Senadores e Deputados, a imprensa e os nossos palestrantes aqui, Dr. Santini, que nós tivemos a oportunidade de há duas semanas atrás lá na Comissão de Seguridade Social e Família, discutirmos essa questão do câncer, Dr. Ribeiro, pessoa pela qual tenho um respeito e uma admiração muito grande, vejo aqui o Dr. Roberto Vieira, também do Rio de Janeiro, que faz um belo trabalho na FIOCRUZ, e ao meu mestre, o Dr. Pinotti, que já foi mestre de muitos e que eu tive a oportunidade de aprender muito e continuar aprendendo com os seus ensinamentos. Eu não vou utilizar de apositivos, Senadora Kátia, porque eu, como Presidente da Sociedade, eu imaginava, quando vi que os convidados tinha o Dr. Pinotti, tinha o Dr. Santini e o Dr. Ribeiro, eu não precisaria utilizar imagens. Mas eu gostaria de, durante oito a dez minutos apenas, colocar as questões relativas ao câncer de mama e o que está se fazendo a nível de especialidade médica no País. Não sei se todos vocês sabem, mas a Mastologia é uma especialidade médica, vamos dizer assim, uma das cinquenta especialidades médicas que o País tem hoje. Por que é que é uma especialidade médica? Pela importância que ela tem. Se nós nos reportarmos aos números, hoje no Brasil nós temos em torno de 470 mil casos de câncer, sendo que em torno de 50 mil, ou seja, 11% são tumores

que acometem a mama de brasileiras. E a mama de mulheres brasileiras, Senadora, muitas vezes jovens. Aliás, cada vez mais jovens. Eu, quando eu fiz, quando defendi a minha tese de doutorado, Dr. Santini, eu lhe falava lá no “Hospital do Fundão”, no Clementino Fraga Filho, no Rio de Janeiro, nós trabalhamos a nossa tese de doutorado foi exatamente em cima de como está sendo feito o diagnóstico de câncer de mama no País. E foram estudadas várias variáveis. Uma delas é a idade. Se nós pegarmos a literatura hoje, a literatura de cinco anos atrás, dez anos atrás, vocês vão ver que lá coloca que apenas 5% das mulheres têm câncer de mama abaixo dos 40 anos de idade. Esta não é mais a realidade. Nem brasileira, nem mundial. Hoje ultrapassa os 15% o número de mulheres que têm 40 anos ou menos e que são acometidas por câncer de mama. Ou seja, de todas as 50 mil mulheres que tiveram câncer de mama em 2006, em torno de 16% têm menos de 40 anos de idade.

Então, isso preocupa. Preocupa, porque o câncer de mama hoje ele atinge cada vez mais mulheres jovens. E para isso, Dr. Santini, nós temos que começar a repensar um pouquinho a questão do *Screening*, a questão do rastreamento do câncer de mama. Nós temos que nos preocuparmos com o tipo de câncer que mais mata as mulheres. E essa preocupação ela passa pela nossa especialidade, e não só pela nossa especialidade, porque hoje a abordagem do câncer de mama como de qualquer doença ela é uma abordagem multi e interdisciplinar. Ela envolve o Radiologista, ela envolve o Patologista, envolve o Cirurgião, o Oncologista Clínico, o Radioterapeuta, a Fisioterapeuta, a Psicóloga, a Nutricionista e assim por diante. Então eu entendo as preocupações muitas vezes dos nossos gestores públicos em fazer diagnóstico de câncer de mama. Não estou dizendo que está havendo omissão, absolutamente. Mas o diagnóstico de um câncer de mama ele implica uma série, um ciclo de seqüências que devem ser realizadas e muitas vezes isso onera os cofres públicos. Apesar que saúde e educação são investimentos e não ônus. Sei que nós temos limites. Eu gostaria de poder, por exemplo, beneficiar as quase 23 milhões de mulheres que deveriam todo ano fazer mamografia, com a sua mamografia anual a partir dos 40 anos. Nenhum País do mundo faz isso, Dr. Santini, o senhor sabe melhor do que eu. Dr. Pinotti, Dr. Ribeiro, enfim, os colegas Médicos que aqui estão sabem que não existe País no mundo que consegue fazer um rastreamento de câncer em 100% da sua população. Mas nós como especialidade médica nos preocupamos com isso. E nós defendemos que a mamografia, e isso é comprovado, e o Dr. Santini colocou que no Canadá e Estados Unidos a curva de mortalidade está caindo,

por que é que ela está caindo? Ela está caindo porque o diagnóstico está sendo feito cada vez mais precoce. Se nós formos lá ao Instituto Europeu de Oncologia, lá no Dr. Veronese, que é um amigo muito antigo, mas não vamos dizer antigo, um amigo do Dr. Pinotti muito próximo e que eu também tenho a felicidade de dividir esta amizade, lá hoje 60% dos diagnósticos de câncer de mama são feitos em estágio um ou zero. Aquele *carcinoma in situ* que o Dr. Ribeiro falou e que nós podemos assegurar, sim, a essa paciente que sendo feito o diagnóstico e o tratamento nós estaremos curando essa paciente. A realidade brasileira é o contrário. Nós temos hoje, eu não digo mais os dois terços, Dr. Pinotti, porque eu acho que nós evoluímos, nós melhoramos, nós crescemos em questão de diagnóstico, mas pelo menos 50% dos tumores são diagnosticados numa fase localmente avançada, ou doença metastática já. E aí o que é que nós vamos dizer a estas mulheres? Aliás, não só às mulheres. Vejam aqui, Deputados, Senadores, servidores da Casa, que nós homens também podemos ter câncer de mama. Não vamos esquecer disso. Num percentual muito baixo, mas podemos ter. Nós defendemos, e isso é um consenso mundial hoje, que a mamografia seja feita a partir dos 40 anos anual. A ultrassonografia que muitas vezes as pacientes, e vi que você estava colocando, Kátia, me permita lhe chamar assim, de adquirir equipamentos de ultrassom, é importante, sim, mas não substitui a mamografia. É apenas um complemento. Mas é um complemento importante para nós. Para nós cirurgiões, para a paciente. Porque as mulheres jovens têm mais câncer de mama e a mamografia nas mulheres abaixo dos 35, 40 anos, a sensibilidade da mamografia está mais baixa. Então nós temos que nos valermos de métodos que complementem a mamografia ou, se não está indicado, que seja em exames que possam complementar um exame clínico feito pelo Médico e que as mulheres têm que ter o hábito, sim, de ir ao seu Mastologista todo ano, pelo menos a partir dos 20 anos, apesar que eu defendo, Dr. Pinotti, que o hábito de ir ao Mastologista e de fazer o auto-exame deve ser, no momento em que formou a mama tem que começar a se criar esse hábito.

Aqui se colocou a questão da falta de acesso ou a falta de informação, ou talvez de orientação. Tem dados, por exemplo, na Santa Casa do Rio de Janeiro que mulheres que consultam no laboratório de ginecologia e que estariam em idade de fazer mamografia e quase que 60% delas não saem de lá com um pedido de mamografia. Então tem que cuidar disso. O Mastologista é quem deve tratar as mulheres com câncer de mama. Mas o diagnóstico pode ser feito pelos Médicos, pelo Ginecologista, o Cardiologista, pelo Clínico...

Então nós achamos importante ainda no nosso País métodos que parecem métodos simples, mas que têm um impacto sobre a diminuição do câncer localmente avançado muito grande, como por exemplo fazer o auto-exame mensal. Após a menstruação, naquelas mulheres que ainda menstruam, e uma vez por mês naquelas que não menstruam, que escolham um dia do mês para poder fazer o seu auto-exame. Porque o auto-exame, que foi, Dr. Santini, na época o senhor acho que não participou dessa reunião, porque eu me lembro que era o Jamil Hadad que estava no INCA, uma preocupação da nossa entidade médica em se jogar sobre o auto-exame ou tentar dizer que o auto-exame não era importante. Isto foi revisto depois. Claro que é importante para um País como o nosso, em que pelo menos 50% das mulheres têm seu diagnóstico feito numa fase avançada. A partir de um centímetro o carocinho, as mulheres já conseguem descobrir esse tumor lá com um centímetro. E é diferente de nós descobrirmos um tumor com um centímetro ou um tumor com três, quatro centímetros.

Então, auto-exame mensal. É importante. Exame clínico anual, com o Mastologista ou com o Ginecologista, enfim, com o Clínico, é importante, sim. E a mamografia, e aí eu gostaria de me ater um pouquinho, nós temos no País, e não quero ser repetitivo, talvez um número suficiente de mamógrafos. Gostaria de ter mais. Aliás, gostaríamos mais de ter esses mamógrafos mais bem distribuídos. Hoje existe a questão do controle qualidade desses exames, porque nós como Médicos, mesmo nós Mastologistas, Dr. Pinotti, eu tenho certeza, porque eu frequentei sua clínica um bom tempo, que o Médico não deve apenas olhar um laudo, o Médico deve conhecer o exame, Dr. Ribeiro, ser crítico e analisar se esse exame tem boa qualidade ou não tem boa qualidade. Felizmente, com esse controle de qualidade do Colégio Brasileiro de Radiologia e de outras entidades, do INCA, do Ministério, enfim, nós temos hoje melhorado. Nós temos hoje mamógrafos praticamente todos eles de alta resolução, mamógrafos que dão uma resolução muito boa e que permitem fazer um diagnóstico precoce do câncer de mama. Mas acho que temos que reavaliar essa questão da distribuição, e eu lhe falei isso naquela reunião lá na Comissão de Seguridade Social e Família, e nós também, Dra. Kátia, temos um Projeto na Casa que visa a trabalhar essa questão dos mamógrafos no País. Quero ser parceiro também. Sei que aqui também se têm Projetos nessa linha. Mas a mamografia é importante, sim. É importante porque ela vai conseguir diminuir a curva de mortalidade que nós temos pelo câncer de mama.

Para encerrar, dizer que a Sociedade Brasileira de Mastologia tem feito todo ano campanhas nacionais,

e o INCA já foi parceiro muitas vezes nosso, que é a Semana Nacional de Incentivo à Saúde Mamária, em que nós temos feito praticamente em todos os Estados da União uma campanha simultânea, porque a Sociedade Brasileira de Mastologia a qual eu presido tem regionais em vinte e cinco Estados brasileiros, e nós fizemos então uma campanha que é de uma semana, em parceira com instituições, existe uma emissora de televisão no Brasil que nos empresta lá suas artistas e nós temos procurado usar pessoas formadoras de opinião, aliás, esse ano usamos um homem, não é? Mudamos. Usamos um homem. Um Humorista. Mas que são ações isoladas e que nós temos que ter a consciência que nós somente vamos mudar esse quadro no momento em que o Estado, em que a União, em que as entidades médicas, em que o Município, enfim, estejam envolvidos em programas de detecção precoce para o câncer de mama. Por isso agora, também como Deputado Federal, eu estou tentando seguir o caminho do Dr. Pinotti aqui, vai ser difícil alcançá-lo, mas eu quero aqui também ser um defensor das questões do câncer de mama e da saúde pública no nosso País. E parabenizar aqui o Senado, a Senadora Kátia, a Rosalba, enfim, todas as pessoas envolvidas, as mulheres, a Bancada feminina por ações como essa. Porque se nós não mobilizarmos a nossa sociedade organizada, nós realmente não vamos ver mudança no perfil do câncer de mama no nosso País. Muito obrigado a todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Muito obrigado ao Dr. Diógenes Baségio, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia. Passo a palavra ao Dr. José Aristodemo Pinotti, Deputado Federal e Secretário de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

(PFL-SP): Muito obrigado, Senador Papaleo Paes, é uma honra estar aqui. Queria cumprimentar a Senadora Kátia Abreu e a Senadora Rosalba por chamarem esse seminário, essa Audiência Pública. Eu acho que todos nós nos damos conta da importância que tem uma Audiência Pública no Senado para a solução de um problema nacional. É por isso que tanto o Zequinha Ribeiro quanto o Santini, quanto o Baségio e eu estamos aqui com muita esperança de que a nossa angústia possa ser minimizada com isso, porque nós sofremos continuamente uma angústia de ver o que está acontecendo sabendo que pode não acontecer. Ou seja, o câncer de mama é um bom exemplo do que acontece com a saúde brasileira. Se alguém me perguntar um dia qual é o grande problema, ou como é que o senhor definiria a saúde brasileira, eu diria o seguinte, que a saúde se caracteriza no nosso País

pela enorme distância que existe entre tudo aquilo que a gente sabe e o pouco que a gente consegue fazer, principalmente para a população usuária do Sistema Único de Saúde.

Eu vou procurar não repetir nada, aliás, foi dito tudo. E talvez os Senadores e as Senadoras devam ter começado a perceber a complexidade dessa questão. Porque não é simples. Eu vou procurar não repetir, mas eu não posso deixar de enfatizar a magnitude do problema de câncer de mama no nosso País hoje. Vinte anos atrás nós tínhamos 20 mil casos novos e cinco mil mortes. Hoje nós temos 50 mil casos novos por ano e 10 mil mortes. Nenhuma outra localização neoplásica cresceu tanto quanto o câncer de mama no nosso País. O câncer de mama era considerado um problema de País desenvolvido. Mas... Aliás, o Dr. Santini já deixou isso claro, ele cresce muito mais nos Países em desenvolvimento do que nos Países desenvolvidos. E por que isso? Porque o câncer de mama é uma doença decorrente de hábitos de vida. Tirando 5% de casos de câncer de mama, o Zequinha Ribeiro já falou, de origem genética, familiar, os outros 95% dependem de hábitos de vida. As mulheres que começam menstruar muito cedo, terminam de menstruar muito tarde, têm poucos filhos, não dão de mamar, têm filhos tardiamente e tomam hormônios, são as mulheres que têm maior risco para câncer de mama. Quase que eu estou descrevendo a mulher moderna brasileira hoje. Então por isso a incidência cresce. Agora, a mortalidade cresce também. E por que é que a mortalidade cresce? Primeiro, porque não se faz diagnóstico precoce, que é a causa mais importante e, segundo, o Dr. Santini colocou isso, porque realmente as mulheres usuárias o sistema público, mesmo com diagnóstico, têm uma enorme dificuldade de acesso ao final do diagnóstico e ao tratamento do câncer mamário. É muito provável que muitas mulheres que tenham câncer diagnosticado e que demoram às vezes um ano ou dois para se tratar, nesse período o câncer se torna metastático e, portanto, incurável.

Então, a questão é grave. E a questão, a meu ver, e eu vou pretender provar isso para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é uma questão de gestão. Não é uma questão de conhecimento, não é uma questão de acesso a equipamento, é uma questão de gestão, uma questão de organização do que a gente tem para fazer com que essas coisas que a gente tem cheguem ao usuário, principalmente ao usuário pobre do sistema público de saúde.

Eu vou mostrar um slide só... Esse slide... Tem um apontador? Só para mostrar que é possível fazer diagnóstico precoce de câncer de mama. É um slide que tem uma certa complexidade, mas eu vou decifrar

essa complexidade. Isso é um produto de dez anos no Hospital Pérola Byton, em São Paulo, na década de 90. Em amarelo, estão os casos de câncer de mama que entraram no hospital não pelos seus ambulatorios, mas que vieram da rua. E aqui a distribuição desses casos percentualmente pelo estado clínico em que eles se apresentaram.

Então, vejam que a grande maioria dos casos que vêm da rua está em estado clínico dois, três e quatro. Esses estados clínicos permite uma curabilidade muito baixa e exigem a retirada da mama na grande maioria deles. E nessa cor aqui que parece azul, está a distribuição dos casos que passaram pelos nossos ambulatorios. Nós tínhamos lá um ambulatório experimental, que fazia mamografia em todas as mulheres com mais de 40 anos de idade, que a Enfermeira ou Auxiliar de Enfermagem ensinava a mulher a se autopalpar, a própria Auxiliar de Enfermagem foi treinada para palpar a mama, apalpava a mama da mulher. Então a mulher tinha apalpação, mamografia e outros exames necessários específicos para cada caso. Pois bem. Então vejam a distribuição desses casos por estágio clínico que passaram pelo ambulatório. 50% dos tumores com menos de um centímetro. Um pouco mais de tumores com dois centímetros do que os amarelos e muito menos estágios avançados.

Então, o que é que aconteceu? Em poucos anos, em seis ou sete anos, nós trouxemos uma doença faixa da incurabilidade para a faixa da curabilidade. Isso é Brasil, São Paulo, com todas as dificuldades, ou seja, quando se quer, quando há organização, gestão, vontade política é possível fazer. Agora, muito importante aqui é comentar duas coisas. A primeira, nesses casos, a mama persiste. Nesses casos, a mama sai. E mama para a mulher não é só um órgão de adorno ou de estímulo sexual. É a própria caracterização da sua condição de mulher. Acho que todos nós aqui já tivemos doentes de 80, 85 anos de idade que ficam muito mais tristes em ter que tirar a mama do que ter um câncer de mama. Poucos dias atrás uma senhora mais ou menos dessa idade me disse: "mas, doutor, o senhor vai tirar essa mama que amamentou meus filhos?" É uma simbologia importante para a mulher.

E um outro comentário também, a meu ver importante, é que o custo do tratamento aqui é pelo menos três a quatro vezes menor do que o custo do tratamento aqui. Então, investir um pouco de recurso hoje em diagnóstico precoce, em prevenção é economizar recurso antes. A Secretaria Municipal, ou a Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul, uns cinco, seis anos atrás fez um estudo bastante interessante sobre custos. E mostrou exatamente isso. Que o custo dos estados

avançados era quatro a cinco vezes maior do que os custos dos estados iniciais para tratamento.

Entretanto, isso não é simples. Me passe o slide anterior, por favor. Esse aí. Aqui é uma coisa muito esquemática para mostrar como é que é um fluxograma de diagnóstico precoce de câncer mamário. As mamografias devem ser feitas em mulheres acima de 40 anos de idade, claro, quando ela tem risco familiar elevado tem que ser feito a partir dos 35, se a mamografia for negativa e a mulher não tiver risco elevado, ela pode repetir a cada dois anos. Não precisa repetir a cada ano. E isso é uma medida de economia importantíssima para o sistema. Porque você atende o dobro de mulheres se você as faz repetir a cada dois anos. E esse grupo de mulheres que têm a primeira mamografia normal e não têm risco elevado podem repetir a cada dois anos. Se a mamografia tiver uma imagem suspeita, nós precisamos fazer o diagnóstico histológico, porque a imagem suspeita é simplesmente uma suspeita. E esse diagnóstico histológico às vezes tem que ser precedido, e a Senadora Kátia fez muito bem de ter ecógrafos, o Baségio já falou da importância do ecógrafo como uma medida complementar, por ecografia, às vezes por termografia, e aqui é o caso da termografia de placa, e eu tenho a mesma opinião que o Zequinha Ribeiro a respeito disso, eu acho que é um método com as características que ele colocou, ótimo para um lugar que não tenha mamografia, seleciona casos para fazer mamografia e é uma coisa que a própria mulher pode fazer, se ela foi ensinada a fazer isso se quiser, ou uma Enfermeira também pode fazer e não depende de aparelho. E às vezes a gente tem que fazer uma ressonância nuclear magnética para fazer o diagnóstico.

Então o diagnóstico não é uma coisa simples. E o diagnóstico histológico tem várias alternativas. A gente pode fazer ou por uma agulha, que se chama corbaiópsia(F), que é o trocarter(F), ou por cirurgia aberta ou por mamotomia, que é uma agulha que roda e que tira toda a lesão. Se esse diagnóstico for positivo, a mulher vai para o tratamento. Se for negativo, ela vai para a repetição a cada dois anos. Esse é um fluxograma que tem uma certa complexidade, porque a mamografia pode e deve ser feita ao nível da atenção primária. Todo o apoio a mamografia móvel, não tem importância que é quebre um pouco mais. Porque a mamografia tem que estar próximo das mulheres. O diagnóstico já não pode ser feito a nível dos centros de saúde e da atenção primária. O diagnóstico tem que ser feito em alguns ambulatorios especializados. Em geral, próximos a um hospital de câncer, ou então um hospital que tenha condições de ter essas coisas de ecografia, termografia, mamotomia, corbaiópsia(F),

eventualmente biópsia cirúrgica etc. E o tratamento tem que ser feito em hospital especializado. Câncer não pode ser tratado em qualquer hospital. Porque um erro no tratamento é quase a definição da não cura. Uma das coisas que acontecem e que é importante para tratar direito o câncer conservando a mama é ter o Patologista na sala de cirurgia, para ter certeza de que todo o tecido neoplásico foi tirado e tudo o que sobrou não tem câncer. Nós provamos, através de um trabalho nosso em São Paulo, que foi tese de docência de um orientado meu, que com essa tecnologia de fazer a monitoração histológica durante o ato cirúrgico nós diminuimos o número de residiva local em sete vezes. Nós tínhamos 7.3% de residiva, passamos a ter 0.8% de residiva.

Então, isso é uma das coisas, o Zequinha mostrou também a questão do gânglio sentinela, que evita entrar na axila, diminui muito a agressividade cirúrgica e outras técnicas também, que requerem treinamento, especialização, equipamento. Portanto, nós precisamos de três níveis de atenção para fazer isso: atenção primária, mamografia; atenção secundária, o diagnóstico; e atenção terciária, o tratamento do câncer. E isso não é difícil. É só identificar essas questões.

Uma coisa importante e que já foi tocado aqui, mas é importante de se dizer, eu pego aqui o Município de São Paulo, nós temos mamógrafos municipais 16 e temos mais uma série de outros mamógrafos em São Paulo. Eles poderiam, esses 16 mamógrafos poderiam fazer 20 mil mamografias/mês, produzindo 10 mil mamografias/mês. Produzem pouco. Os demais, cerca de 12 mil mamografias/mês.

Uma das vantagens do diagnóstico precoce é que o tratamento está cada vez menos agressivo. Existem experiências, nós estamos experimentando um tratamento que destrói o câncer com radiofrequência. Um câncer pequeno como esse, se introduz essa agulha de radiofrequência, ela abre esses "bracinhos", envolve o tumor e a gente destrói o tumor em dez minutos com anestesia local no ambulatório. Isso é uma coisa experimental, nós estamos usando para mulheres com uma certa idade e que não querem se submeter a cirurgia, já fizemos em oito casos e não houve residiva em nenhum caso. Mas para mostrar que a gente vai avançando com o diagnóstico precoce e vai avançando com a baixa agressividade cirúrgica nesses casos. A ponto de tratar câncer de mama em ambulatório, como a gente trata câncer de colo hoje em ambulatório. Trata câncer de colo uterino em ambulatório e a mulher entra e sai andando, desde que o diagnóstico seja das lesões precursoras do câncer de colo uterino.

Mas a questão que eu queria aprofundar um pouquinho mais é a questão do uso dos mamógrafos. Eu vi

o Dr. Ribeiro falar que aqui em Brasília tem 11 mamógrafos. Brasília tem um milhão de habitantes mais ou menos. Dois milhões hoje. 11 mamógrafos significam mil mamografias por mês por mamógrafo. Porque um mamógrafo faz 50 mamografias por dia, se bem feitas, se usado na sua plenitude, 50 vezes 20 dá mil mamografias por mês. Num ano, dá 12 mil mamografias. Se tem 11 mamógrafos, são pelo menos 120, 130 mil mamografias por ano. Uma população de dois milhões de habitantes, você pode falar em 15% de mulheres acima de 40 anos a risco de câncer mamário. Portanto, são 150 mil, 300 mil mulheres. Como se faz uma mamografia a cada dois anos para cobrir a população, 120 e 120, são 240 para 300 mil mulheres. Então Brasília tem o número de mamógrafos suficiente para ter uma cobertura total da população de Brasília. Eu duvido que tenha 15 ou 20% de cobertura. São Paulo é a mesma coisa. Nós estamos com 13% de cobertura, ou 14% e temos mamógrafos suficientes, temos na cidade de São Paulo 56 mamógrafos.

Esse é um ponto que o Senado deve se ater. Por quê? Por que é que isso acontece? Primeiro, porque os mamógrafos não têm manutenção e ficam frequentemente parados. Isso é gestão. Segundo, porque não se usa na plenitude os mamógrafos. Em vez de usar 12 horas por dia, como nós usávamos no Hospital Pérola Byton e que deu aquele resultado, usa seis horas, oito horas, às vezes não usa, não usa fim de semana, não usa sábado, quando isso pode ser feito. E aí se dá culpa nas mulheres, que as mulheres que são as culpadas porque não querem espremer a mama, porque têm vergonha de mostrar a mama. Isso é mentira. As mulheres querem e vão. Eu até vou contar aqui um episódio no Pérola Byton, que nós atendíamos bem e as mulheres vinham. Nós começamos a marcar consulta por telefone e foi uma tragédia, porque elas tinham filho doente e não vinham, etc., então atendíamos quem chegava. E 10% ficava para o dia seguinte. Mas, assim mesmo, elas chegavam cada vez mais cedo, às cinco horas da manhã, quatro horas da manhã, começaram a chegar no dia anterior. A Diretora do hospital, que é uma mulher, a Lúcia Tojal(F), me fez uma sugestão: "vamos fazer um ambulatório de noite, durante a madrugada? Eu disse: "isso é uma loucura, mas como eu confio muito na sugestão das mulheres, vamos começar". Durante dois anos, Patrícia, nós atendemos quatrocentas mulheres de madrugada. Elas vinham às oito horas da noite e saíam às sete da manhã. Isso é a maior prova de que a mulher quer ser atendida. E eu calo a boca de todo mundo que diz que as mulheres têm vergonha, que não querem, que são ignorantes, etc.. É só atender bem, ter fácil acesso, bom acolhimento, que elas vêm, e vêm até às vezes demais.

Então essa é uma outra questão. Agora, a questão mais grave, a meu ver, é o uso de mamógrafos comprados com dinheiro público e que vendem serviço. Essa é uma questão grave. E é uma questão que existe. Até em hospitais públicos. Os hospitais que praticam a segunda porta, que é aquela coisa terrível de vender serviço, de atender doente privado em hospital universitário, usando o tempo do Médico, o tempo do Professor, os residentes e tudo e cobrar os honorários e pôr na conta bancária, que é uma coisa, a meu ver, antiética, até imoral, é praticada. E os equipamentos também são usados dessa forma. Tem muita Santa Casa que recebe, que já deixou de ser santa e que recebe o mamógrafo com dinheiro público e reserva lá [soa a campainha] duas ou três mamografias por dia para o SUS e as outras são reservadas para vender serviço. Então é exatamente por isso que não há cobertura da população. Não há cobertura. É diferente do caso de palmas, que eu conheço, porque a Senadora Kátia Abreu fala comigo uma vez por semana sobre isso, onde faltam mamógrafos. E ela conseguiu cinco mamógrafos e vai criar uma situação que permite, em quatro ou cinco anos, cobrir toda a população de palmas. Mas isso no Brasil acontece continuamente.

Então, no fundo, o que eu quero dizer é o seguinte, é uma questão de gestão. Até porque, mesmo que precisar comprar mais mamógrafos, mamógrafo não é uma coisa cara, cinqüenta mil dólares compra um ótimo mamógrafo. Não é uma coisa cara. E dá para comprar um número suficiente para cobrir todas as mulheres. Mas, para isso, é preciso acabar com todas essas distorções. Vender serviço em mamógrafo que é comprado com dinheiro público, deixar mamógrafo ocioso, deixar mamógrafo quebrado.

Eu queria só, antes de terminar, falar uma coisinha sobre prevenção. Porque realmente, os que me precederam têm toda razão, é muito difícil prevenir câncer de mama. Prevenção primária, como é o caso do câncer de colo uterino, o câncer de colo uterino não devia mais existir neste País, mata cinco mil mulheres por ano. Mas não devia mais existir, porque nós sabemos que ele decorre de uma infecção por vírus, que é uma doença sexualmente transmissível, é fácil identificar o vírus, tratar as lesões viróticas e com isso a gente não vai ter nem lesão precursora de câncer de útero, e muito menos de câncer de útero.

Então realmente é inadmissível que continuem a morrer mulheres com câncer do colo do útero neste País. E elas continuam. E às vezes em número até crescente, principalmente no Norte e Nordeste deste País. Mas o câncer de mama é mais difícil. Não sei se sabem que tem um trabalho da Escola Paulista de Medicina que estudou índias xavantes, estudou durante

três ou quatro anos mil índias xavantes, nós deveríamos encontrar nesse grupo três ou quatro casos de câncer de mama, não encontramos nenhum. E também nos arquivos da FUNAI não tem nenhum caso de morte por câncer de mama em índias xavantes. Mas as índias xavantes começam a menstruar mais tarde, logo que menstruam, casam, têm oito filhos e meio em média, dão dois anos e meio de mamar, não são gordas, correm atrás da caça. Mas não dá para a gente chegar para uma menina brasileira e dizer: "Você tem dezoito anos, vai morar no mato, comece a ter filhos, tenha oito e meio, dê dois anos e meio de mamar, etc.", mas a gente precisa começar a dizer para as mulheres que existem algumas atitudes dela que podem aumentar ou diminuir o risco de câncer de mama. Eu estava falando com a Senadora Patrícia agora e ela me perguntava e eu respondia que cada ano de amamentação diminui em 4% o risco de câncer de mama. Cada gravidez, parto e puerpério diminui em 7% o risco de câncer de mama, principalmente se essa gravidez for precoce. Porque parece que a mama, para ficar menos suscetível a câncer, tem que amadurecer completamente num certo tempo. E o amadurecimento da mama se dá com a puberdade, mas se dá principalmente com uma gravidez, com um parto e com uma lactação. A mama de uma mulher que tem uma gravidez, um parto e uma lactação precoce é muito menos suscetível a câncer do que a mama da mulher que é bombardeada pelos seus hormônios ovarianos durante toda a vida sem interrupções pela gravidez. Mas existem casos de um risco tão elevado para câncer de mama quanto é o risco familiar, ou de mulheres que têm lesões precursoras diagnosticadas, que a gente tem que tomar alguma medida além de hábitos. Então existem medicamentos hoje que durante cinco anos diminuem 30, 35% o risco de câncer de mama e existem operações para diminuir em 95% o risco de câncer de mama, que é a retirada da glândula mamária deixando gordura e pele e substituição ou por uma prótese ou por gordura do abdome. Mas para isso a gente precisa diferenciar na população aquelas que têm um alto risco daquelas que não têm um alto risco.

Nós fizemos uma pesquisa durante 10 anos no Hospital das Clínicas, em São Paulo, e chegamos a um teste que faz essa diferenciação. E ele está na internet para quem quiser. Depois eu posso passar o número. Está no meu *site*, está num outro *site* também, as mulheres respondem um conjunto de perguntas e aparece o risco que elas têm para desenvolver as doze doenças principais. Depois aparece o porquê desse risco e que hábitos que elas devem mudar, que ela, aquela mulher deve mudar. Inclusive o risco de câncer de mama. E isso é alguma coisa que pode ajudar.

Mas eu queria só mostrar os próximos slides, que mostram... Então aí a prevenção primária de câncer de mama se dá mudando o estilo de vida, com intervenção de droga e com intervenção cirúrgica. Nós estamos trabalhando com isso há uns quinze anos e temos 40 casos que estão sendo seguidos só com estilo de vida, 44 casos que estão sendo seguidos com drogas e 45 casos que nós operamos. E o resultado está aí, com seguimento aí de 50, 60... Agora já tem 70 meses de seguimento. Os casos de controle só com hábitos de vida tiveram cinco casos de câncer. Vejam que o risco é alto mesmo. As drogas, nós tivemos um caso só de câncer e quando operamos as mamas não tivemos nenhum caso de câncer.

Essa é uma mulher operada, antes e depois. Veja, do lado aqui esquerdo é antes e, do lado direito, é depois. O que sobrou foi uma cicatriz no abdome dela, porque nós tiramos o pouco de barriga que ela tinha para pôr na mama.

A mesma coisa aí, as mamas ficam com o aspecto bastante parecido e o risco diminui em 95%. Eu já comentei sobre *Breast care*, mas volto a dizer que a minha opinião é igual à do Zé Ribeiro, ou seja, é um método bom que não substitui a mamografia, em lugares onde não tem a mamografia serve para um *Screening* para a mulher fazer mamografia ou ecografia, dependendo da idade dela, é interessante porque não depende de equipamento, a própria mulher treinada pode fazer e não tem a interferência do Médico, uma Enfermeira também pode fazer isso.

Mas eu quero terminar dizendo que nós estamos tendo uma outra experiência em São Paulo também muito interessante de uma sistematização do exame, tem umas companhias em São Paulo, não sei os nomes, que se especializaram em mamografia. Então elas tomam conta do mamógrafo, esses mamógrafos não quebram porque é uma terceirização da mamografia, e dão laudos. Então, o que acontece? A gente tem comparado os casos de mamografia feita no mamógrafo dessas companhias com as mamografias feitas nos outros mamógrafos é a metade dos casos feitos no mamógrafo comum e o dobro dos casos feitos no mamógrafo... Porque eles têm interesse, eles ganham por laudo e com isso eles também cuidam da conservação do mamógrafo. E não há interferência no diagnóstico médico. Porque quem faz a mamografia é o técnico, eles dão o laudo e quem orienta o caso é o Médico. Então é uma forma de gerenciar essa questão que me parece bastante interessante também para garantir o funcionamento do mamógrafo, uma certa homogeneidade nos laudos, um tempo curto entre a mamografia e o laudo e um interesse dessas firmas que terceirizam, como eles recebem por laudo, de fa-

zer um número grande de mamografia e, portanto, não deixar o mamógrafo ocioso. Também é uma experiência nova que estou observando e que parece que tem tido resultados interessantes e o custo no fim é quase o mesmo que o custo... Porque, de qualquer maneira a gente tem que pagar médico para laudar. Se paga a firma para laudar, a firma contrata o Médico para laudar. Enfim, eu quero cumprimentar mais uma vez as Senadoras que pediram essa Audiência Pública, que organizaram isso, espero que isso possa se fazer também em outras patologias femininas e que a mulher precisa sair do processo [soa a campainha] de discriminação com atitudes como essa. Acho que a mulher tendo mais saúde ela tem mais força para fugir desse processo de discriminação e dominação que ainda existe na sociedade brasileira. Queria sugerir um dia que se fizesse sobre mortalidade materna. Porque a mortalidade infantil no Brasil é três vezes maior do que a mortalidade em Portugal, mas a mortalidade materna é trinta vezes maior do que a mortalidade em Portugal. Isso mostra a discriminação da mulher no sistema de saúde. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. José Aristodemo Pinotti. Em seguida, nós vamos deixar a palavra, de acordo com a ordem de inscrição, para que as Sras. Senadoras e o Sr. Senador possam fazer suas perguntas a cada um dos expositores. Então, cada interpelador poderá [soa a campainha] indicar aquele que deve responder sua pergunta. Eu passo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Eu gostaria de fazer uma sugestão, para otimizar e agilizar os nossos trabalhos, que as Senadoras e o Senador pudessem fazer em bloco as perguntas para que depois todos respondessem as perguntas. Nós somos poucos aqui e eu acho que seria interessante, porque complementaria as dúvidas de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então as perguntas serão feitas individualmente e em seguida serão respondidas em bloco. Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu queria, Sr. Presidente, parabenizar V.Ex^a mais uma vez por presidir esta Audiência na Subcomissão de Saúde, porque eu percebo cada vez mais a sua importância para discutir Projetos e idéias e reflexões que são fundamentais para a nosso País. Quero parabenizar mais uma vez a Senadora Kátia, a Senadora

Rosalba por terem a iniciativa de propor essa Audiência Pública, cumprimentando o Dr. Diógenes, o Prof. Pinotti, cumprimentando o Dr. Santini e o doutor... Me permita chamar igual o Dr. Pinotti, [risos] Zequinha Ribeiro. Quero cumprimentar também as Deputadas aqui presentes e a todos. Dizer só que, na verdade, eu não tenho nem perguntas, mas eu queria só dizer da satisfação em poder ter participado realmente dessa Audiência Pública. Porque eu aprendi muito aqui em apenas poucas horas, numa tarde, eu aprendi muitas coisas importantes, que servem para nós que somos representantes dos nossos Estados.

Tenho algumas ponderações talvez, a exemplo daquilo que a gente convive no dia-a-dia, na realidade nos nossos Estados, nos nossos Municípios. Eu venho do Estado do Ceará, que é um Estado pobre e que tem muitas dificuldades, mas que tem demonstrado também, ao longo dos anos assim, a força, a coragem e a determinação não só de Governos, mas da própria população que conseguiu enfrentar doenças e chagas, como por exemplo, a redução da mortalidade infantil que rendeu ao Governo do Estado e ao povo do Ceará [soa a campanha] uma premiação por parte do UNICEF por ter sido o Estado que mais conseguiu reduzir a mortalidade infantil. E muito, fruto daquilo que todos os senhores colocaram aqui, que é justamente de uma gestão competente. Em relação, por exemplo, a alguns itens como o auto-exame, eu confesso aqui e talvez seja triste dizer isso, mas já conversei, não vou citar o nome de ninguém, que muitas de nós que estamos aqui por exemplo não sabemos como fazer, eu assisto televisão, já vi propagandas, mas eu confesso que não sei fazer esse diagnóstico precoce, esse auto-exame. E sei que muitas mulheres, talvez a maioria, também não saibam fazer esse auto-exame.

O acesso à prevenção, eu tenho aqui, e me permitam, um exemplo talvez mais do que suficiente, e eu pediria até a Chica para entrar aqui, que é a moça que serve o nosso cafezinho todos os dias, e ela é de Brasília, e ela agora, quando eu entrei lá na Secretaria, ela me dizia emocionada, com a boca tremendo e com os olhos cheios de lágrimas. Eu tenho 43 anos, já fui diversas vezes aos postos de saúde em Brasília, tenho que ficar de madrugada numa fila, nunca consegui fazer o exame de prevenção, quem dirá a mamografia. Está aqui a Chica, eu pedi para ela vir, porque eu acho que é um exemplo que a gente tem aqui dentro desta Comissão, nós Senadoras, nós Senadores, e sabemos que isso é a realidade do Brasil. Ainda mais em alguns Estados que sequer têm esses mamógrafos ou a condição de fazer esses exames. Eu fico pensando quantos mamógrafos é preciso, por exemplo, num número determinado de habitantes. Essa informação talvez

fosse a única pergunta objetiva que eu tivesse a fazer, porque isso talvez nos desse a condição, claro que eu já entendi, que não é só uma questão de quantidade, mas uma questão de administrar isso da melhor forma possível para que mais mulheres possam ter acesso a esse tipo de diagnóstico antecipado, e nós sabemos que no Brasil infelizmente parece que as coisas acontecem sempre de trás a diante. Eu sei que é importante erradicar o analfabetismo dos adultos, porque não tiveram a chance de estudar, mas parece que as prioridades são invertidas. Enquanto isso, por exemplo, nós não conseguimos ainda no Brasil erradicar o analfabetismo infantil e que 50% das crianças que estão na quarta série não sabem ler, não sabem escrever, não sabem fazer uma conta de matemática e a gente gasta muito mais dinheiro, muito mais recursos para corrigir essas distorções do que qualquer outra coisa. Acontece também quando se fala da criminalidade, da violência e que a gente, o Brasil gasta muito mais dinheiro, muito mais recurso internando essas crianças e esses adolescentes, porque não investem em políticas sociais, porque raciocina que política social para pobre deve ser política pobre, e assim nós criamos uma distância cada vez maior entre os ricos e os pobres do nosso País, criando uma discriminação, uma exclusão social. E assim acontece também com a saúde no Brasil. Porque a gente tem, os Municípios têm os mamógrafos, mas não sabemos como usar. Como é que pode num País pobre como o nosso, em que a grande maioria da população precisa de assistência de saúde gratuita e a gente fica aqui brigando por trocados, eu vejo a frente Parlamentar, principalmente na Câmara, como trabalha de forma incansável para recuperar muitas vezes esses recursos, que são contingenciados, ou que enfim, que são desviados do serviço público e a gente está, por exemplo, com equipamentos que são preciosos para a população mais pobre, servindo para os ricos porque pagam. Isso eu acho que são alguns detalhes nessa conversa que nós tivemos, mas que vão nos servir de subsídios aqui no Senado para que a gente possa tentar modificar essa realidade, seja através de Projeto de Lei, seja através de discussão de levar esse assunto para outras entidades, para outros Estados, para que a gente consiga encontrar uma fórmula de conviver num País que é pobre, como é o nosso, e que não dispõe dos recursos suficientes para atender as pessoas em todos os níveis.

Então, mais do que qualquer coisa, eu quero agradecer, inclusive agradecer o Dr. Pinotti, porque eu falava para ele em relação à licença maternidade, eu sou autora de um Projeto que prorroga para seis meses a licença maternidade, que é uma forma também de prevenir doenças. Hoje o Brasil gasta por ano

pelo SUS 300 milhões para atender as crianças com menos de um ano de idade com doenças respiratórias. O UNICEF tem nos alertado para que o aleitamento de seis meses, ou até mais do que isso é essencial e importantíssimo na redução da mortalidade infantil, mas o Brasil ainda pensa, com um destaque, é claro, e eu preciso reconhecer, do atual Ministro da Saúde, que ontem tive uma audiência com ele, que publicamente tem manifestado a sua adesão à licença maternidade de seis meses. Mas ontem mesmo tivemos, infelizmente, um retrocesso na Câmara, em que em um determinado Projeto de Lei que foi votado lá se reduz aquela instrução que tem nos leites enlatados alertando a importância da amamentação. Então foi um retrocesso, enquanto a gente briga para avançar, lá nós tivemos um retrocesso nesse sentido, enquanto a Nestlé esteve numa Audiência Pública semana passada, também aderindo aos seis meses da licença maternidade. Portanto, nós temos a obrigação de dar às mulheres, que somos 52% da população, enquanto os homens, 48%, são nossos filhos, de que se respeitem as mulheres brasileiras. Em todas as áreas, em todos os sentidos.

Eu agradeço, portanto, a participação, a exposição de todos os senhores, isso me enriquece muito, e tenha certeza, Senadora Kátia, que a partir de agora, Senadora Rosalba, se já era uma preocupação na minha luta, no meu mandato, terá aqui a minha força e a minha determinação para ajudá-las a que a gente possa fazer com que esse assunto as pessoas todas tomem conhecimento e principalmente as mulheres possam não ver mais o seu desejo frustrado e não a irresponsabilidade de alguns, que acabam colocando, como disse aqui o Dr. Pinotti, mais uma vez a culpa nas mulheres brasileiras. Muito obrigada a todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora Patrícia. Com a palavra a Deputada Vera Castelo Branco.

DEPUTADA VERA CASTELO BRANCO (PTB-AM): Sr. Presidente, Sra. Senadora Kátia Abreu, autora da proposição à presente Audiência Pública, a quem quero parabenizar, a ela e a Senadora Rosalba pela brilhante iniciativa. Na verdade, a minha fala aqui é mais um apelo do que propriamente uma fala. Eu sou Deputada Estadual do distante Amazonas. E, pelas estatísticas apresentadas ali, observei que me parece que quase que não existe câncer de mama lá no nosso Estado. Mas o doutor e Deputado... Me perdoe... Dr. Ribeiro, ele falava da... Creio que desses registros que não são bem efetuados e acho que há um buraco negro aí no que tange a essas estatísticas. Ocorre que lá no distante Amazonas, mas que também faz parte do Brasil, nós temos apenas a Fundação SECOM,

que cobre todo o Norte do Estado, no que diz respeito ao tratamento, ao combate e prevenção ao câncer, e também Países vizinhos ali. E creio que por isso talvez as estatísticas não correspondam à verdade. Mesmo porque as nossas mulheres amazonenses, que moram às vezes até a distâncias de... Os nossos rios são as nossas estradas. Então às vezes elas percorrem aqueles caminhos por vinte e cinco dias até para chegar até Manaus, onde existe o único local de combate e prevenção ao câncer, que é a Fundação SECON. E temos registros também de que existem mais três mamógrafos pelo interior do Amazonas, mas que nenhum funciona, não sei se por algum defeito técnico no aparelho ou por falta de quem manuseie. Então eu gostaria de pedir a vocês que também olhem, voltem os olhos para o nosso Amazonas, as autoridades públicas, aproveitar aqui também e pedir ao Ministro da Saúde que dê um pouquinho mais de atenção. Porque aquele Estado, creio que talvez essas estatísticas deixe as pessoas, deixe as autoridades até um pouquinho despreocupadas, “não, no Amazonas o índice é muito pequeno, então não é motivo de preocupação”, mas é bem assim. O que existe realmente é falta, acredito, de seriedade nos registros ou algo parecido. Era o que eu tinha a dizer. Agradeço a todos, muito obrigada por tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Deputada. E passo a palavra à Deputada Nilmar Ruiz.

DEPUTADA NILMAR GAVINO RUIZ (PFL-TO): Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o nosso Presidente, os nossos palestrantes, quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui presente, compartilhando desse momento tão importante. Quero parabenizar a nossa Senadora Rosalba e a nossa querida Kátia Abreu, nossa Senadora do Estado do Tocantins, por terem proposto esse momento de aprendizado para todos nós. Eu, como ex-Prefeita de Palmas e agora Deputada Federal pelo Estado do Tocantins, não poderia deixar aqui nesse momento em que nós discutimos a questão da prevenção do câncer de mama de exaltar o trabalho que a nossa Senadora vem fazendo há muito tempo, há muitos anos no nosso Estado. Eu tive a oportunidade como Prefeita de acompanhar aqui no Congresso Nacional, vamos dizer assim, a tarefa de bater de Gabinete em Gabinete pedindo aos nossos Deputados que colocassem nas suas Emendas recursos para a compra dos mamógrafos. Mas, mais do que isso, eu tive a oportunidade de acompanhar no nosso Estado o trabalho incansável da nossa então Deputada, e hoje Senadora, de reunir as mulheres nos Municípios mais distantes, sem ver local, sem ver condições, se tinha microfone, se não tinha microfone,

se tinha pouca gente ou muita gente. Mas lá estava a nossa Deputada Kátia Abreu, falando, mostrando a importância e preservando a saúde das nossas mulheres. Então eu não poderia deixar aqui de fazer esse testemunho e de parabenizar a nossa Senadora Kátia Abreu, que é motivo de orgulho para todas nós mulheres tocaninenses.

Eu queria aqui prestar só um esclarecimento à nossa Senadora Patrícia, em relação ao que ela falou aí que foi votado ontem lá na Câmara como retrocesso. Na realidade, o que foi votado foi a forma como é colocado nos rótulos de lata de leite a questão do uso. Porque hoje está da seguinte forma: "O Ministério da Saúde adverte: esse produto não é recomendável para crianças com menos de seis meses e não substitui o leite materno". Só que tem que "o Ministério da Saúde adverte" normalmente é utilizado para droga, para cigarro, para bebida, que não são coisas boas. Então, o que foi feito ontem lá foi votar para que, ao invés disso, colocasse assim: "Aviso importante". Justamente para tirar essa característica de leite da mesma forma como nos rótulos consta a questão da droga. Então não foi um retrocesso. Na realidade, foi um alerta para que aquele aviso que consta nas latas de leite ficasse como aviso importante e não como "o Ministério da Saúde diverte", porque isso é utilizado comumente para cigarro e para outros tipos de produtos que não são de benefício para a saúde. Foi assim que nós entendemos e foi assim que nós votamos.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Só um detalhe, eu compreendo até a boa intenção. Mas nós que estamos nessa luta achamos que você advertir chama muito mais atenção. Até porque as pessoas pensam que pode ser algum tipo mesmo de droga ou de coisa ruim para a saúde nos seis primeiros meses de vida de uma criança. Então o que a gente está tentando é que esse tempo de amamentação dure o maior tempo possível. Porque quando se diminui a atenção que, por exemplo, vem numa lata de leite, talvez as pessoas não entendam como isso sendo um aviso, ou sim uma coisa que não deve ser utilizada antes dos seis primeiros meses. Eu sei que a intenção não deve ter sido essa--

DEPUTADA NILMAR GAVINO RUIZ (PFL-TO): A discussão na Câmara não partiu para esse lado. A discussão era que o leite é um alimento muito importante e que não deveria ser tratado da mesma forma como são tratados outros tipos de droga. Esse é o entendimento. É bom, porque vai vir para cá e aqui vai se aumentar a discussão sobre a questão. Agora eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Ribeiro, que é a seguinte: se o preço do *Breast care* ele permite a democratização de acesso às mulheres pobres. E se o SUS poderia

encampar a utilização desse produto principalmente nas nossas cidades pequenas, que não têm acesso a mamógrafo e que as nossas mulheres... Se aqui na capital nós tivemos agora esse testemunho de não se ter acesso à mamografia, imagine nos nossos Estados, nos nossos Municípios da região Norte, no Amazonas, no Tocantins e nesse Brasil, que tem uma diversidade tão grande. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Peço que o senhor responda, após o encerramento, as perguntas. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Muito obrigada, Presidente. Eu gostaria, na verdade, se os senhores me permitirem, de dar uma tarefa para cada um. Dividir tarefas [risos] eu acho que é mais democrático e para a gente partir para uma luta, como está aqui a Senadora Patrícia Saboya, que tem muito prestígio nesta Casa, assim como a Senadora Rosalba, nós estamos aqui em poucas, mas nós somos fortes. Nós somos danadas para trabalhar. Então não se impressionem com isso. Está aqui a Deputada Nilmar, também a Deputada Estadual do Amazonas, o nosso Deputado Augusto Botelho, e eu gostaria muito, para a gente dar andamento ao nosso trabalho, que a gente pudesse objetivar mais os detalhes, como disse a Senadora Patrícia, para que a gente tivesse números para ir à Tribuna, e ao Ministério da Saúde e exigir resposta com relação a isso.

Primeira pergunta. Eu gostaria, Dr. Pinotti, se fosse possível, apesar de tanto trabalho que o senhor tem e ocupação em São Paulo, mas, com tanta rapidez que o senhor fez as contas dos exames do Distrito Federal, que, se o senhor pudesse, fazer de Estado por Estado, quantos mamógrafos são necessários. Esquece os que já existem, porque a maioria não serve mais. Estão todos obsoletos e ultrapassados. Então eu gostaria muito que o senhor pudesse informar, por Estado, quantos mamógrafos seriam necessários.

Eu gostaria também que o nosso Presidente, Deputado Diógenes, pudesse nos informar, se fosse possível por escrito, quantos Mastologistas nós temos no País, e por Estado. Já que é uma especialidade, eu acho que o senhor deve ter esses números tranquilamente. Por Estado, quantos Mastologistas nós temos. Com relação ao *Breast care*, se o Dr. Ribeiro podia nos ajudar, em número, o que poderia ser necessário para as mulheres do SUS utilizar como complemento à mamografia, por Estado. E, se fosse possível, o custo disso hoje, já que o senhor também experimentou este produto.

Ao nosso Diretor Geral do INCA, eu queria abrir aqui um assunto que nós não falamos durante esse período até agora, mas o senhor falou sobre os núme-

ros do câncer em geral e do tratamento. E o Dr. Pinotti disse que o número de mamógrafos não é suficiente para fazer cobertura. Não tem acesso a tratamento. E o senhor sabe que a iniciativa privada é que movimenta o mundo. Então, quando algum Parlamentar começa a trabalhar determinados temas, a iniciativa privada que corre em torno do tema sempre procura a nós Parlamentares para dar informações e fazer as suas queixas. E aqui eu queria levantar a respeito do aparelho de radioterapia. A informação que eu tenho é que nós temos hoje no País um aparelho extremamente ultrapassado, que é chamado de bomba de cobalto, que tem uma fonte radiativa gravíssima, que originou o cézio 137 em Goiânia – e aqui tem gente que vai soprando, igual em programa de televisão – e [risos] a informação que eu tenho é que esse equipamento são 101, no mínimo, ou eu não sei se é o total de 101, mas que deveriam ser substituídos, porque estão superados. São equipamentos que atendem bem ao câncer de mama, o de pele, de tireóide... Porque é um tratamento, um aparelho superficial, que não tem tanta profundidade na radioterapia. E também atende menos gente. E que tem um aparelho novo, mais caro, claro, um aparelho novo, mais caro, que ele também, a sua fonte é radioativa, mas é produzido apenas quando ligado na eletricidade e que esse que seria o certo, esse que seria o correto, que faria a radioterapia mais profunda e que no Brasil seriam necessárias 550 máquinas desse tipo. Então, que nós precisaríamos de 30, 40 máquinas por ano por dez anos para poder ter um número suficiente deste equipamento. Então eu gostaria que o INCA respondesse, também por escrito, a respeito desse assunto, se realmente essas máquinas existentes são obsoletas, superadas, o número delas, se estão ultrapassadas e se essa nova máquina seria a solução não só para o câncer de mama, claro, o trabalho de radioterapia para todo tipo de câncer.

E nesse complemento, Dr. Pinotti, também com relação ao ecógrafos. Se o senhor pudesse, com a sua bondade e espírito público, além do mamógrafo, colocar o número de ecógrafos de ultrassom, aparelhos de ultrassonografia, para que pudesse também trabalhar com um número mais concreto e real, eu ficaria muito agradecida. E por último, para o INCA, mais uma pergunta, Dr. Luiz Antônio, com relação à vacina que foi divulgada há muito pouco tempo, com relação ao colo de útero, ao câncer de colo de útero, uma vacina que seria aplicada às mocinhas antes, principalmente antes da relação sexual, três vacinas, um valor altíssimo, financeiro, então o que é que o INCA pensa a respeito dessa vacina e o que é que poderia ser feito para baratear e para o SUS encampar a aplicação dela nas

nossas meninas adolescentes do País, para evitar o câncer de colo do útero.

Então essas eram as minhas indagações e divisão de tarefas [risos] dos nossos palestrantes, mas, mais uma vez agradecer a presença de vocês. Eu acho que foram brilhantes as exposições, mostrou bastante conhecimento, e isso nos deu conteúdo para ir à luta. A vontade é ir lá na Tribuna e levar uma fita dessa, um CD desse, com essas palestras ou com as fotografias do câncer. Dá muita vontade de fazer isso lá para que todos os Parlamentares pudessem ver, todos os Senadores, homens e mulheres, para nos ajudar nessa luta. E vamos estudar uma forma de poder viabilizar isso, eu, a Patrícia, a Rosalba e o nosso Senador aqui presente. Então, mais uma vez, muitíssimo obrigado e vamos continuar a nossa luta, porque ela é unanimidade. E luta que é unanimidade ela tem que dar certo. Então, muito obrigada a vocês. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Presidente, depois das colocações da nossa Senadora Patrícia, eu acho que pouca coisa eu tenho para acrescentar, ou para solicitar aos nossos convidados, a quem queremos agradecer a gentileza de estarem aqui na Comissão e dizer, de forma muito especial, o carinho de receber colegas. Mas eu gostaria aqui só de fazer algumas observações. Quando o Dr. Pinotti falou “a questão é gestão e vontade política”, é aí que você mata a charada. É gestão e vontade política. E pode ficar certo, Dr. Pinotti, que nesse Brasil tem muita gente com vontade política. A Deputada aqui foi Prefeita, eu fui Prefeita e sei que por esse mundão de Brasil tem muita gente querendo fazer. Só que quando passamos para a questão de como fazer é que vêm as grandes dificuldades dos Municípios. Dos Municípios. Que não é respeitado como a célula de toda Nação. São as células. É Município onde você vive, onde você precisa que a saúde funcione. É lá no seu Amazonas, nas cidades mais distantes que as pessoas querem ter o mesmo direito que têm as que estão em São Paulo, no Rio de Janeiro. Eu sei que é um País realmente grande, difícil, desigual, mas é o País que nós amamos e que nós queremos contribuir para que as nossas mulheres possam ter melhor qualidade de vida.

Então, eu fico muito feliz aqui sabendo que ao lado da Senadora Kátia Abreu, agora temos também a Senadora Patrícia, que soma nessa nossa luta, o Senador Augusto Botelho, o Senador Papaléo, e vamos crescer esta corrente. É para a frente que a gente anda. Mas quero também fazer aqui uma observação com relação à mulher e o trabalho da mulher. As estatísticas estão

aí mostrando que são milhares. Milhares, milhões que não conseguem fazer nem o preventivo, como a nossa amiga Chica. Chica aqui no Senado, vamos começar a fazer o dever dentro de casa, não é verdade? Mas isso acontece porque a mulher trabalha de segunda a sexta e muitas vezes até o sábado ao meio-dia. As mulheres que estão nas fábricas de castanha, nas fábricas têxteis, nas fábricas... Enfim, por esse Brasil todo, as domésticas elas estão... Que horas elas vão fazer? Como vão fazer? Então nós precisamos pensar também nesse aspecto. Não é o querer fazer. Chica quer. Mas não pode. Porque o pouco tempo que tem ainda tem que enfrentar a burocracia, enfrentar as filas, enfrentar a escassez de oferta de serviço... Enfim, uma série de dificuldades que nós que vivenciamos a saúde pública e que temos a experiência de Médico sabemos no dia-a-dia. Então acho que essa é uma questão também, Senadora Kátia, que a gente tem que estar alerta aqui na defesa das condições para que a mulher possa, a trabalhadora brasileira, que impulsiona este País com a sua luta, com o seu suor, com a sua fé, com a sua esperança, com a sua crença e dando vida a este País, elas possam ter também no seu trabalho, dentro de normas, de regras, de leis, de especificações, a oportunidade. Talvez, por que não pensar, da mesma forma que se exige a carteira de trabalho, se exija também que seja dado a esta mulher o direito, trabalhando, de ter o seu exame preventivo. Com certeza, os registros seriam muito mais alarmantes. Muito mais alarmantes. Porque, se nós já temos esses número tão graves no nosso País, onde mostra que o câncer de mama e o de colo uterino estão aí sendo dos primeiros motivos, é o primeiro motivo de morte da mulher, quando nós pudermos fazer o registro, aí sim. Eu passei por isso. Fazendo um trabalho na cidade de combate à mortalidade infantil e a desnutrição, passamos a registrar. E o meu Município dizia: "doutora, a mortalidade infantil aqui aumentou?" Eu disse: "não, é porque ninguém anotava". Ninguém anotava para que o povo entendesse, ninguém registrava. Faltavam registros. Tivemos que chegar ao pico, foi um pico grande de crescimento, para depois mostrar, com base na realidade, o quanto conseguimos inverter das doenças tão graves que causam a mortalidade infantil. Então vejam que é falta de registro. Então quando nós tivermos condições de fazer todos os registros, quando todas as Chicas, todas as Marias, todas as Luzias puderem chegar a um posto de saúde, puderem ter... Por que não dentro da fábrica? Fiz isso lá. Eu fiz isso. Eu levei a prevenção ginecológica, Senadora Kátia, para dentro das fábricas. É tão simples. Era uma equipe multidisciplinar. Um acordo com as empresas da região. Então tornou-se obrigatório que eles cedessem um determinado horá-

rio para que elas pudessem, dentro do seu espaço de trabalho, fazer a prevenção ginecológica.

Então, existem formas. Concorde Dr. Pinotti, é questão de gestão e vontade política. Que Deus faça com que essa vontade política nós nunca percamos. Porque aí vamos deixar de dar esperança ao nosso povo. Muito obrigada. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, senhores expositores. A minha pergunta é bem objetiva, é em relação ao custo do *Breast care*, que o Prof. Zezinho Ribeiro falou. E eu gostaria também de sugerir aqui na nossa... De acordo com esse custo, que a gente poderia... Seria uma coisa que poderia ser introduzida nas equipes de Saúde da Família, se for uma coisa simples e de fácil acesso. Porque lá onde ela falou que se leva vinte e cinco dias para chegar na cidade, se uma equipe de saúde for lá, ela poderia fazer e resolver vários problemas. Outra coisa, eu vou pedir ao Prof. Pinotti que, do alto da autoridade dele, dê uma puxada de orelha no Médico da nossa Senadora Patrícia. Porque não ensinou ela a fazer o auto-exame de mama, porque todo Ginecologista tem a obrigação de fazer. Muito [risos] obrigado. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vamos a outra etapa da nossa Audiência Pública, que serão as respostas que os senhores expositores darão aos Senadores e Deputados. Eu tenho uma pergunta aqui, que me foi encaminhada ao Dr. Santini pelo Sr. Rubens Corrêa; "Por que o Brasil ainda não adotou o sistema de diagnóstico precoce que já está sendo usado em Países mais avançados?" O Sr. Rubens Corrêa é Presidente da FAADA. Começa pelo senhor, depois nós vamos ver qual é a seqüência.

SR. LUIZ ANTÔNIO SANTINI: Excelentíssimo Presidente, Senador Papaléo Paes, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, convidados, membros presentes, a minha equipe que está aqui presente, alguns membros da minha equipe que estão aqui também, eu gostaria de me dirigir a eles e agradecer pela participação, os colegas da Mesa. Primeiro eu gostaria de pedir, eu não sei, eu não entendi qual é o método a que o Dr. Rubens Corrêa se refere.

SR. RUBENS CORRÊA: O cuidado com mama, por exemplo, no português, que é o *Breast care*.

SR. LUIZ ANTÔNIO SANTINI: Pois é. Então eu começaria por essa resposta, talvez eu consiga falar sem ser respondendo diretamente, mas, como essa é uma pergunta direta, eu posso dizer. Essa tecnologia não tem uma avaliação pelo Sistema Único de Saúde ainda. Ela não foi submetida ao Ministério da Saúde

para ser avaliada e precisa ser avaliada. Então, eu não tenho nenhuma opinião--

SR. RUBENS CORRÊA: [inaudível] está registrado na ANVISA.

SR. LUIZ ANTÔNIO SANTINI: Sim, mas eu estou dizendo com uma avaliação tecnológica para ser usada pelo sistema de saúde. O registro na ANVISA permite o uso pelas pessoas.

SR. RUBENS CORRÊA: Eu só fiz a pergunta, se o senhor me permite, eu vou usar o microfone, por uma razão muito simples, o nosso Presidente Lula ele conhece o Brasil superficialmente, eu gastei trinta e cinco anos da minha vida para conhecer o nosso País e eu sei o quanto [soa a campainha] sofre a gente brasileira. Nós somos relegados ao último dos planos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu peço ao senhor, porque nós fizemos uma concessão para a sua pergunta e peço que o senhor permita que seja respondido, em virtude de nós já termos o tempo expirado para perguntas. Ele vai responder ao senhor, com certeza.

SR. LUIZ ANTÔNIO SANTINI: Então, prosseguindo nessa resposta específica, essa tecnologia não foi submetida a uma avaliação pelo Ministério da Saúde ainda e não se encontra em uso por causa disso. Eu vou, não especificamente agora em relação a essa tecnologia, mas a qualquer outra, o Ministério da Saúde está procurando ser muito criterioso na incorporação de novas tecnologias e tem a obrigação de fazer isso exatamente para defender o interesse da população e defender os recursos da população. Qualquer tecnologia nova para diagnóstico, independente do fato dessa tecnologia ter eficácia ou não, eu não estou discutindo isso, não estou entrando no mérito, apenas quero dizer que a sua introdução, digamos que ela seja capaz de produzir algum indício de diagnóstico precoce, o problema do acesso continua a ser o mesmo problema. Quer dizer, não basta introduzir uma nova tecnologia para facilitar o meio diagnóstico, se é que facilita. É preciso organizar todo o sistema de gestão para que as pessoas possam ter acesso, e isso foi demonstrado pela exposição de todos os que me antecederam aqui. De modo que eu não gostaria de me deter nessa questão, apenas queria colocar esse ponto.

Em relação aos pontos que foram levantados, eu queria dizer o seguinte, o INCA publica anualmente um documento que são as estimativas de câncer para o País. E no caso do Estado do Amazonas, por exemplo, a estimativa são duzentos e sessenta casos de câncer de mama para este ano, sendo que duzentos e quarenta na cidade de Manaus. Essa é a estimativa, que é a mesma que gera o número de 48 mil casos para o País.

Então, é possível que os números estimados não correspondam exatamente ao número de casos. E nem nós temos a pretensão de que assim seja nesse momento. Por quê? Porque as estimativas dependem do que a Senadora colocou aqui muito claramente, de registro. A estimativa de câncer é feita em cima dos registros que nós dispomos. Nós não temos uma outra maneira, nós não podemos ter um método que a gente crie. O método é aquele que é o método universalmente aceito, que determina que se faz a estimativa de novos casos a partir da taxa de mortalidade e da taxa de incidência numa série histórica. É assim que se calcula.

Então, sem dúvida nenhuma que para nós sabermos qual é a realidade do nosso sistema, nós precisamos ter um sistema de registro de câncer melhor no País. E para isso o Ministério da Saúde quando definiu agora como prioridade a política de câncer de colo do útero e de mama, definiu também que para que os Estados gestores possam desenvolver essa atividade eles tenham que implantar o sistema de registro hospitalar e o sistema de registro de base populacional, exatamente para melhorar essas estatísticas, exatamente para tornar possível a realização das... Enfim, a programação das atividades. Eu preciso ser breve, então não vou poder detalhar muitas das coisas que foram colocadas. Mas queria falar que eu concordo inteiramente com as afirmações que foram feitas aqui em relação à questão da gestão e da vontade política. Eu só acrescentaria, porque acho relevante que também é necessária a questão da informação e recursos. Quer dizer, não dá para só com vontade política e com gestão melhorar essa questão se não tiver mais recurso. E por isso é importante essa Casa esteja debruçada e atenta a esse tema, porque isso fundamental. Só para dar um exemplo de como a informação é importante, nessa mesma estatística que o IBGE apresentou do acesso à mamografia da população brasileira, ele examinou SUS e não SUS. E creio, Sras. e Srs. Senadores, é muito semelhante. Tanto a população de planos privados de saúde ou de SUS procuram ou têm acesso ao sistema de mamografia de maneira muito semelhante. O número não passa de 36, 38% da população alvo. Ou seja, a cobertura é baixa porque as pessoas precisam se informar melhor também. Então, precisa de gestão, precisa de informação, precisa de recursos, mas precisa muito de informação e de mobilização social.

A outra questão é em relação aos parâmetros. Os números. O INCA publicou esse documento chamado "Parâmetros técnicos para programação do câncer de mama no País". Esse documento ele é resultado, esse é que é o chamado consenso, ele é resultado de um

trabalho feito com as entidades científicas e ele, como eu disse, é um parâmetro. Um parâmetro é um valor inicial. Nós temos que partir disso, para chegar e irmos aperfeiçoando esses números. De modo que eu acho que, para cumprir o tempo, eu teria muito mais coisa para fazer, mas acho que gostaria só de terminar, agradecendo muito essa oportunidade. Eu acho que esse é um momento privilegiado na minha vida pessoal, na minha carreira profissional e no meu papel institucional na direção do Instituto Nacional de Câncer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, doutor. Eu quero fazer um esclarecimento. Nós estamos sob o risco de a qualquer momento termos que obrigatoriamente interrompermos nossa Audiência Pública, porque a Ordem do Dia pode iniciar a qualquer momento e eu não quero, de forma alguma, deixar que alguns dos expositores tenha a oportunidade de dar sua resposta às perguntas. Então, eu passo a palavra--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Só um detalhe, bem rápido. Dr. Luiz, o senhor tem toda razão. Só que quando eu falei em gestão, aí talvez, foi melhor porque o senhor esclareceu melhor. Porque gestão para mim também se trata dos recursos. Os recursos nós sabemos que existem. Só que infelizmente são contingenciados, são desviados da sua finalidade e são... Para que é que foi criada a CPMF? Então nós não podemos... Recursos existem. Precisa ter prioridade. E aí é a vontade política, a vontade política que também mobiliza e leva a informação. Muito obrigada, mas foi muito bom, porque a gente teve a oportunidade de refletir melhor e, se Deus quiser, ajudar mais nessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado, Senadora. Permita-me, doutor, eu vou pedir sua permissão, porque o Deputado Basegio está necessitando de ir votar lá na Câmara e ele vai fazer as suas considerações finais.

DEPUTADO DIÓGENES LUIZ BASEGIO (PDT-RS): Bem, eu agradeço a oportunidade de falar antes do Dr. Ribeiro, e também agradecer à Casa pela oportunidade, dizer às Senadoras Kátia, Rosalba e todas as pessoas que queiram estar envolvidas neste ideal que nós estamos à disposição, a Sociedade Brasileira hoje conta com uma gama enorme de dados e informações e nós nos colocamos então à disposição. Gostaria de agradecer a oportunidade e pedir desculpas por ter que me retirar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós é que agradecemos a sua participação. E peço a V.Ex^a que, tendo os dados para nos fornecer, nos forneça para podermos embasar o do-

cumento resultante dessa bela Audiência Pública. Dr. José Ribeiro.

SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO: Kátia, só uma informação mais para vocês mulheres, que não foi falado aí, uma das coisas mais importantes para a prevenção do câncer de mama, prevenção primária é hábitos saudáveis de vida, que inclui exercícios físicos. Vocês não conhecem atletas que tenham câncer de mama. Porque elas fazem exercício, e o Pinotti defende muito bem essa tese, porque ela faz ciclos anovulatórios e evita o bombardeamento de hormônios. Então, o exercício físico três vezes por semana, aeróbico, evita em 50% o câncer de mama. Você nunca ouviu falar em atleta, que idade que tenha, que tenha câncer de mama. Muito difícil.

Outra coisa é o seguinte, o preço do *Breast care*, o preço da mamografia custa trinta e oito reais pelo SUS e precisa de equipamento, investimento em equipamento e precisa de manutenção, precisa de Médico para dar laudo e precisa de técnico para fazer e precisa de filme. O *Breast care* é um que custa agora, informações eu não tenho mais essas informações, trinta e dois reais o par. Então é um preço razoável, porque não precisa manutenção e eu continuo defendendo o uso desse tipo de programa em lugar que a população não tem acesso, como é o seu caso. A respeito do que você falou sobre registro, e o Santini sabe muito bem os cálculos que ele faz, eu tenho aqui uma das pessoas que me assessoraram e que é a pessoa que mais entende e que você pode conversar depois, a Dra. Elza Martinez, que ela entende tudo sobre registro, ela sabe todas as estatísticas do Distrito Federal, aonde está a população, quanto está e em que lugar é que está. E não só de Brasília, como de todo o Distrito Federal. Por exemplo, nós sabemos que aqui em Brasília tem 400 mil mulheres na faixa de risco, que são mulheres com mais de 35 anos. Então dá a idéia do que se precisa para fazer o controle de *Breast care*.

Eu acho que outro problema, Kátia, que é o mais grave ainda do que o problema do aparelho de radioterapia, é a braquiterapia. Porque a braquiterapia que tem aqui no Hospital de Base, a pessoa fica internada de dois a quatro dias isolada. E a braquiterapia moderna, de alta dose, o Dr. Santini sabe melhor do que eu, a pessoa faz em 10, 15 minutos, no mais tardar. Então é uma coisa muito mais séria para o problema do colo do útero. Eu acho que não deveria existir mais esse aparelho do tipo que se usa aqui inclusive no Hospital de Base.

Então, eu queria agradecer e lembrar que o auto-exame, a Senadora Patrícia já saiu, o auto-exame é importante, sim. Mas tem que ser muito bem aprendido. Nós fizemos... Foi na minha época como Presidente

da Sociedade Brasileira de Mastologia que nós fizemos aquela campanha da Cássia Kiss. A Cássia Kiss continua até minha amiga hoje, se dispõe a ir onde for. Porque ela divulgou. Eu achei que importante naquilo lá não é ensinar o auto-exame, é chamar a atenção para o problema do câncer de mama. Então, aquela campanha acho que teve seu valor. E essas campanhas novas que a sociedade está fazendo, acho que também têm seu valor. Então eu acho que a Chica tem acesso à triagem, pode ir sexta-feira no Hospital de Base sem marcar, que ela vai ser atendida na parte de mama. Sem nenhum problema. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Ribeiro. E passo a palavra agora ao Dr. Pinotti.

SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO: Senador, me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permito. Pois não.

SR. JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO: Uma coisa importante para vocês, que nós precisávamos fazer em Brasília, é examinar todas as mulheres no presídio. Nós fizemos uma campanha que num dia só nós examinamos com uma equipe mais de 300 mulheres aqui no presídio feminino e eu até brincava, “essa aqui é a melhor população de controle, porque você não perde o exame de maneira [risos] nenhuma”. Você não perde o controle desse pessoal. Então o presídio feminino tem o Brasil todo. A população carcerária feminina é muito grande. Eu acho que tem que ser feita alguma coisa junto ao Ministério da Justiça para que tenha um sistema de acesso a essas mulheres, tanto ao exame ginecológico, o Papanicolau, como o exame preventivo de mamas. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado. Dr. Pinotti.

DEPUTADO JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (PFL-SP): Já vou me desincumbir da minha tarefa com a Senadora Kátia. O cálculo é simples. Um mamógrafo faz 11 mil mamografias por ano. As mulheres... Eu te passo depois. 11 mil e duzentas. As mulheres não precisam fazer todo ano, é a cada dois anos. Portanto, um mamógrafo cobre 22 mil mulheres a risco, de 40 anos em diante. As muito idosas acabam nem fazendo mamografia. Isso corresponde a uma população de 150 mil pessoas. Porque 150 mil pessoas, 15% são mulheres em idade de risco para fazer mamografia. Portanto, um mamógrafo dá, se houver boa gestão, vontade política, não ficar quebrado, não vender para quem pode pagar, fazer de graça etc, cobre uma população de 150 mil pessoas. Eu estava fazendo o cálculo aqui para o Brasil, mil e duzentos mamógrafos são suficientes para o País inteiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós temos três mil.

DEPUTADO JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (PFL-SP): Olha aí. Dos quais provavelmente dois mil funcionam mal... E são usados de uma forma...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): [pronunciamento fora do microfone][inaudível] e mal distribuído.

DEPUTADO JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (PFL-SP): Mas veja, Senadora, só o SUS cobre a população usuária do SUS. Se esses mamógrafos funcionarem. Eu aproveito para fazer um... Eu não sei da radioterapia, mas evidentemente, como se falou de mil equipamentos de radioterapia, evidentemente não tem nenhum sentido imaginar que nós precisamos de tantos equipamentos de radioterapia quanto os mamógrafos. É muito fácil... Uma vez eu fiz quando estava na Universidade de Campinas o cálculo de quantas... Qual é a população necessária para cada tipo de equipamento. É fácil fazer para a ecografia, é fácil fazer para a radioterapia, para a tomografia, para a ressonância. Agora, o que acontece é que existe um enorme interesse de vender equipamento. Em geral, para locais que possam comprar. Então você concentra. Em São Paulo, por exemplo, você tem dez tomógrafos na Av. Paulista, concentrados ali. E quando o indivíduo compra um tomógrafo, ele precisa gerar uma clientela para esse tomógrafo. Então começa a haver indicação exagerada para tomografia etc. Mas isso é perfeitamente possível calcular e quando eu tiver um pouquinho de tempo eu acho que eu posso até calcular vários equipamentos desse tipo e passar para a Senadora Kátia Abreu.

Respondendo à Senadora Rosalba, eu concordo plenamente. É questão de gestão, vontade política, mas tem mais uma coisinha, é coragem para enfrentar interesses que precisam ser deslocados. Quando se vende serviço para privado em hospital público e o cidadão que está lá usa... Eu, por exemplo, fui Professor titular de ginecologia até o ano passado. Depois saí, por essa coisa da expulsória que eu acho bastante... Vocês perderam por um voto aqui no Senado. Eu tinha o direito, eu nunca fiz isso, talvez o único que não tenha feito, mas eu tinha o direito de usar o meu tempo, os meus Assistentes, os meus telefones, as minhas Secretárias para atender meus doentes privados no hospital e cobrar meus honorários, não deixar nenhum real dos meus honorários lá, pôr na minha conta bancária. Eu nunca fiz isso, porque, se fizer isso num hospital público, você está ensinando o estudante a fazer isso. E isso tira 25% do espaço do hospital para quem tem naquele hospital o único hospital para atender os seus casos, que é o doente SUS.

Então, esses interesses são muito fortes. Precisa ver também essa questão. E, mais uma vez, eu acho o seguinte, eu concordo plenamente com o meu amigo Santini que é preciso informar. Mas aqui eu penso que a melhor informação que a gente pode dar, Santini, é oferecer serviço. Porque, quando se oferece serviço, as mulheres vêm. Elas descobrem, elas sabem e vêm. Então penso, mais uma vez, que é uma questão de gestão mesmo. Com coragem. E por isso que eu festejo o que está se fazendo aqui no Senado, porque isso aqui tem repercussão para o País inteiro. Tem repercussão para o País inteiro. Para o Senador Augusto Botelho, quero cumprimentá-lo, porque é o único Senador homem aqui, [risos] hoje, não é?

DEPUTADA VERA CASTELO BRANCO (PTB-AM): Dr. Pinotti, me permita.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): O Senador Papaléo, nosso [risos] Presidente.

DEPUTADO JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (PFL-SP): Perdão, Presidente.

DEPUTADA VERA CASTELO BRANCO (PTB-AM): Dr. Pinotti, com relação ao número que V.Ex^a acaba de nos fornecer com relação à população que ele pode abranger, seria em torno de mil e tal para todo o Brasil, isso considerando uma densidade populacional concentrada. Então eu creio que Municípios mais distantes e que talvez não atinjam essa população de 150 mil, mas que temos mulheres ali digamos que em torno de 10, de cinco mil, sei lá quantas, também mereçam ter. Embora possa ultrapassar esse número estimado por V.Ex^a.

DEPUTADO JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (PFL-SP): Concordo com a senhora, Deputada Vera. Mas é o seguinte, como a mulher tem que fazer uma mamografia a cada dois anos, ela pode se deslocar a cada dois anos para fazer. O que precisa é ter essa oportunidade. E nesses casos onde ela não pode se deslocar, tem outros métodos, como por exemplo, o *Breast care* que fica bastante indicado para isso.

Por último, eu queria responder ao Senador Augusto Botelho e a todas as observações aqui sobre auto-exame. Realmente, eu não ensinei para a Patrícia e me penitencio por isso. Concordo plenamente com que o Zequinha falou sobre o auto-exame. Só quero fazer uma advertência, e a palavra advertência é importante, que não se permita neste País que o auto-exame seja para as mulheres pobres e a mamografia para as mulheres que podem pagar. Porque, no fundo, é um pouco isso que tem acontecido. Não por nossa vontade. Porque o auto-exame permite fazer diagnóstico de tumores em centímetros e a mamografia em milímetros. A mamografia... Os tumores em milímetros

a gente cura próximo de 100%. Os em centímetros a gente cura próximo de 80%.

Então o auto-exame é muito importante, assim como o exame por Enfermeira, por Paramédico é muito importante. Mas a gente precisa tomar muito cuidado de não criar essa coisa, aquilo que a Patrícia acabou de dizer, uma medicina pobre para pobre. Uma última e muito rápida observação, o Zequinha fez uma observação ginecológica e eu quero fazer uma sugestão pediátrica para a Senadora Rosalba. Porque eu era Secretário de em São Paulo, no Município, quando o Zequinha fez essa coisa de atender as mulheres em presídios. Ele me disse: “olha, Pinotti, é tão fácil, porque elas estão todas lá”. Aí eu me dei conta, por que é que nós não atendemos a saúde das crianças nas escolas? Porque elas estão todas lá. E elas estão precisando dessa assistência. Então, tem doenças que podem ser detectadas lá. Aí eu fiz uma verificação com a UNIFESP e a USP de como anda a saúde das crianças nas nossas escolas. Eu quero dar meia dúzia de números aqui muito rapidamente, porque eu guardei por ser trágico: nós temos 9% de obesidade, 7% de sobrepeso, 8% de desnutrição, 4% de baixa estatura, 28% de anemia ferropriva, 60% de cáries múltiplas em crianças acima de 12 anos de idade. Todas as condições que você pode detectar na escola e não detecta. Porque o corporativismo dos nossos Professores, “não, eu não posso mexer com nada a não ser com dar aula dentro da sala de aula”. Então é simplesmente é uma sugestão pediátrica para a Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu quero agradecer, Dr. Pinotti. Mas eu gostaria até de dizer que tenho uma experiência nessa área. Nós fizemos a “saúde na escola”. E realmente o senhor tem razão, os dados são alarmantes, não somente nesses números que o senhor levantou, mas em outras questões: deficiência auditiva, ocular, de problemas ortopédicos, problemas psicológicos muito graves, tanto que, não sei agora, mas na nossa época nós sempre defendemos muito o Programa Saúde da Família e nós passamos fazê-lo também dentro da escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senadora. O Dr. Santini pediu para falar rapidamente sobre radioterapia, fazer um esclarecimento.

SR. LUIZ ANTÔNIO SANTINI: É porque foi feita essa pergunta e eu, enfim, na pressa aqui de cumprir o horário, acabei não falando, mas eu acho isso muito importante. A questão da radioterapia, nós criamos, o Instituto Nacional de Câncer tem um Conselho chamado CONCINCA, que é o Conselho que reúne especialistas, gestores, prestadores de serviços, a direção do Ministério da Saúde e a direção do INCA

e esse Conselho tem sido um espaço onde se discute a incorporação de tecnologias, a organização dos serviços, as próprias Portarias do modelo de gestão etc. E nesse Conselho foi criado um Grupo de Trabalho especificamente para produzir uma proposta em relação à questão da política nacional de radioterapia. Isso está para ser divulgado ainda nesse primeiro semestre. Agora, gostaria de dar um dado importante. Eu fui procurado no ano passado por uma empresa fabricante de equipamentos que mostrou um trabalho onde o mercado de consumo para os aceleradores lineares, que é esse equipamento que foi mencionado aqui como o mais novo e mais importante e é verdade, está inteiramente esgotado.

Então, os Países que precisam de radioterapia não têm recursos para adquirir esses equipamentos. Então essa empresa estava nos propondo uma parceria para desenvolver um equipamento de menor custo, ainda baseado em cobalto, que efetivamente, segundo os próprios radioterapeutas não é um equipamento obsoleto, pode haver equipamentos velhos, equipamentos de má qualidade, mas não que o cobalto seja uma obsolescência em tratamento de câncer. Então isso está sendo discutido, essa empresa nos procurou para discutir a possibilidade de o Brasil inclusive ser parceiro na fabricação desses equipamentos.

Então veja que é um problema complexo, há um Grupo de Trabalho trabalhando numa proposta sobre isso, eu afianço que o déficit de equipamento não de 500 equipamentos de radioterapia, pelo contrário, estamos longe disso. Existe um déficit, sim, mas não é dessa grandeza, de maneira alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só lembrar que o melhor equipamento de radioterapia é a prevenção. Porque a radioterapia é usada mais para tratamento avançado.

Bom, eu quero, antes de encerrar a Sessão, quero agradecer a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Rosalba Ciarlini, exatamente pela iniciativa, pela brilhante lembrança que tiveram de tornar possível esta Audiência Pública, exatamente porque foram as elaboradoras do Requerimento para a Audiência Pública e também a indicação dessas figuras importantes para a sociedade médica brasileira, para a saúde pública brasileira, que aqui tiveram a oportunidade de, mais uma vez, prestar um serviço de utilidade pública para a saúde pública do Brasil. Cada um tem o seu papel importante, cada um consegue impor respeito e logicamente, em consequência desse respeito que conseguem impor, nós seremos ouvidos, sim. Esta Audiência Pública se fará ouvir pelas autoridades que fazem saúde pública deste País, pelas autoridades, pelas pessoas que têm investimento na área privada, pelos profissionais

que lidam na área da saúde e que esses profissionais saibam que cada um que faz parte das equipes multidisciplinares tem o seu valor, tem sua importância e são imprescindíveis.

Então, essa é a importância que temos. Além da importância de levarmos daqui a elaboração de um documento, logicamente com pessoas tão importantes que participaram dessa Audiência Pública, esse documento ele terá muito valor para as reivindicações que nós queremos, terá muito valor para as iniciativas até dos Parlamentares, como faz Senadora Kátia Abreu, pedindo a cada um que coloque em suas Emendas verbas destinada a aquisição de aparelhos importantes para a detecção precoce do câncer de mama. Então eu quero agradecer às senhoras, agradecer aos nossos palestrantes, agradecer a essa equipe, que consegue montar com tanta eficiência este... Que são os Assessores da Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente, que se fez presente também, prestigiando esta importante Reunião, as autoridades da área da saúde, aqueles que estão aqui presentes e que estão dando também a sua colaboração para que a nossa Audiência tenha o valor que merece ter, a imprensa... Enfim, a todos aqueles que conseguiram fazer com que cada um de nós aqui pudéssemos nos sentir cumpridor dos seus deveres, às Sras. Deputadas que estiveram aqui também participando, enfim, um agradecimento a todos e desejar que a nossa Audiência Pública alcance o seu objetivo maior, que é exatamente olharmos para esta doença, que está levando à morte e incapacitando muitas mulheres neste País. Eu quero também fazer uma lembrança aqui aos senhores que ano passado nós tivemos aqui no Senado a aprovação não de uma lei, de um Projeto de Lei do Senado, da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional da Mamografia no dia 5 de fevereiro. Então para esta Casa nós já aprovamos este simbolismo. Então muito obrigado a todos e tenham na Comissão de Saúde do Senado um centro de referência para as grandes causas que este País precisa discutir na área da saúde. Muito obrigado. [palmas]

Sessão encerrada às 17h46.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2007, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas, e dezenove minutos do dia vinte de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da

CAS, sob a presidência do Senhor Senador PAULO PAIM, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 05 de 2007 – CAS de autoria dos Senadores Paulo Paim e Marcelo Crivella, com vistas a tratar de assuntos pertinentes à “discussão sobre a contratação de centenas de técnicos e engenheiros chineses, para a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA, no estado do Rio de Janeiro, sob o argumento de se tratar de projeto cuja tecnologia não é de domínio de profissionais brasileiros”. Com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, GERALDO MESQUITA JUNIOR, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, LÚCIA VÂNIA E ANTÔNIO CARLOS VALADARES, além da presença do Senhor Deputado CARLOS SANTANA (PT/RJ). O Senador Paulo Paim dá início à reunião informando que cada convidado terá 10 minutos para a sua exposição com tolerância máxima de 5 minutos e convida os palestrantes para comporem a mesa. Logo em seguida, o presidente coloca em votação o requerimento nº 01 de 2007 – CAS-PREV, “Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais, com vistas a tratar da Compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo Ultra e Nyrasem. Para a realização da audiência pública requerida deverá ser convidado o Presidente do SINDIPOLO Sr. Carlos Heitor Rodrigues, Representante da Petrobrás, Representante da Braskem, Representante do Grupo Ipiranga, Representante do Grupo Ultra e demais convidados, a serem definidos pela própria Comissão”, aprovado. Usaram da palavra os seguintes convidados: Embaixador MANOEL GOMES PEREIRA (Diretor-Geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no exterior), Dr. MARCELO ÁLVARES DE SOUSA (Coordenador Geral de Certificação e Orientação Profissional), Dr. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA (Coordenador-Geral de Imigração e Presidente do Conselho Nacional de Imigração), Engenheiro MARCOS TÚLIO DE MELO (Presidente da CONFEA), Dr. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO (Subprocurador-Geral do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo) e Sr. REINALDO BARROS (Diretor do CREA-RJ). Concluída as apresentações, o Senador Marcelo Crivella assume a Presidência da Comissão, anunciando a abertura da lista de inscrições. Fizeram também uso da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Augusto Botelho e o Deputado Carlos Santana. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Se-

cretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotíпия informatizada. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

A presente reunião tem como finalidade atender ao Requerimento nº 05/2007 da Casa, com o objetivo de discutir questões sobre a contratação de centenas de técnicos e Engenheiros chineses para implantação da Companhia Siderúrgica Atlântico, no Estado de Rio de Janeiro, sob o argumento de se tratar de projeto cuja tecnologia não é de domínio de profissionais brasileiros. Esse Requerimento, eu quero destacar, é do Senador Crivella, que com muito orgulho para todos nós, é Vice-Presidente desta Comissão e que também vai presidir os trabalhos e eu vou participar do debate no Plenário. O Presidente da Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais, que havia sido convidado para a presente reunião, enviou comunicado à Presidência desta Subcomissão justificando a sua ausência devido a reunião de Diretoria que ocorre a cada terceira terça-feira do mês.

Com esses rápidos esclarecimentos, eu quero inclusive justificar o meu atraso, eu procuro ser muito pontual, e todos sabem, não é, Senador Crivella, que é que eu estava na abertura do primeiro Congresso do MOSAP, que é dos trabalhadores aposentados do serviço público.

Então, vamos lá. De imediato, eu chamo à Mesa os convidados, que terão cada um 15 minutos para as suas exposições, com tolerância de 5 minutos. Representando o Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor-Geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior; Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Marcelo Álvares de Sousa, Coordenador-Geral de Certificação e Orientação Profissional; Conselho Nacional de Imigração, Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração e Presidente do Conselho Nacional de Imi-

gração; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Engenheiro Marcos Túlio de Melo, Presidente do CONFEA; Ministério Público do Trabalho, Dr. Luis Antonio Camargo de Melo, Subprocurador-Geral do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Estes são os nossos convidados, que, de imediato... Senador Crivella, eu queria rapidamente ainda, com o aval de V.Ex^a, eu anunciei ontem na Tribuna do Senado que esta Comissão faria um debate aqui, que interessa também ao Rio de Janeiro, da questão da compra do Grupo IPIRANGA pela PETROBRÁS, Grupo ULBRA e BRASKEM, aí nós estamos pedindo a realização de uma Audiência Pública em que devem ser convidados o Presidente do SINDIPETRO, Sr. José Marcos Olioni(F), o Presidente do SINDIPOLO, o Sr. Carlos Heitor, e aí representante da PETROBRÁS, representante da BRASKEM, representante do Grupo IPIRANGA, representante do Grupo ULBRA e demais convidados que assim esta Comissão entender num segundo momento. Eu apenas aqui convidei, por ter uma repercussão muito grande também no Rio Grande do Sul, o Presidente do SINDIPETRO, que é o Sr. José Marcos Olioni(F), e o Presidente do SINDIPOLO, Sr. Carlos Heitor Rodrigues. Os senhores e senhoras que concordam com a aprovação desse Requerimento, que eu tenho certeza que outros nomes poderemos botar depois, e faremos essa Audiência Pública o mais rápido possível. Em votação o Requerimento. Está aprovado.

Nesse momento, vou passar a palavra aos nossos convidados e dizer da nossa alegria de estar aqui conosco o Deputado Carlos Santana, do Rio de Janeiro, que está aqui a convite do Senador Crivella, e também eu estendo que o convite é do Vice-Presidente e da Presidência e terá direito à palavra para participar da Audiência Pública como se Senador fosse.

Então, passamos a palavra, em primeiro lugar, ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor-Geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior. E mais uma vez reafirmo que nós vamos dividir a Presidência entre meu querido Crivella e este Senador.

SR. MANOEL GOMES PEREIRA: Muito obrigado, Senador. Sras. e Srs. Senadores, Sr. Deputado, eu agradeço ao Senado e a essa Comissão, essa Subcomissão a oportunidade que nos dá de explicar um pouco o mecanismo legal de funcionamento do Ministério das Relações Exteriores, no caso da emissão de vistos de trabalho. Nós recebemos, em janeiro passado, de um representante da Companhia THYSSEN informações sobre a necessidade de se concederem vistos de trabalho a seiscentos técnicos e engenheiros chineses que seriam contratados para implantação de

uma parte, uma unidade que se chama Refratários da Coqueria, componente da Companhia Siderúrgica do Atlântico. A divisão de imigração do Ministério, que é parte integrante do meu departamento, informou a ele preliminarmente que o contato inicial deveria ser feito com o Ministério do Trabalho; é o Ministério do Trabalho quem analisa a concessão de vistos e autoriza o Itamaraty ou a concedê-los ou não; o art. 15 do Estatuto do Estrangeiro, a Lei 6.815/80 é muito clara a esse respeito, e eu cito apenas uma parte: "Ao estrangeiro solicitante dos vistos nº 03 e 5 - o visto 5 é o que nos interessa - só se concederá o visto se se satisfizerem as exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração e for parte em contrato de trabalho visado pelo Ministério do Trabalho". O Dr. Paulo Sérgio de Almeida é muito mais competente do que eu em muitas coisas, inclusive na explicação do mecanismo de concessão, de análise de concessão desse visto. Ao mesmo tempo, o representante da THYSSEN pediu um contato com a Embaixada em Pequim para conversar sobre a eventual concessão desses vistos, caso autorizado pelo Ministério do Trabalho. E nós pedimos à Embaixada, então, ainda no decorrer de janeiro, que recebesse os representantes da THYSSEN e eles foram recebidos no dia... Desculpem, mas só para... No dia 23 de janeiro eles foram recebidos na Embaixada em Pequim, representantes da THYSSEN e o representante da Companhia Ernst & Young, possivelmente essa companhia deveria estar tramitando, fazendo papel de facilitadora da THYSSEN, eu não sei, a THYSSEN poderá responder melhor. Então, foi nos informado que além de toda a explanação sobre as bondades da instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no Rio de Janeiro, que eles iriam solicitar, iniciar a solicitação de vistos de trabalho nº 05 entre 15 e 19 de março ao Ministério do Trabalho. Esperavam que essas autorizações fossem dadas entre 25 e 30 de abril, seriam transmitidas pelo Ministério do Trabalho ao Itamaraty, que as encaminharia à Embaixada em Pequim. Haveria também necessidade de dar vistos de negócios, [inaudível], e esse visto é um visto que nós damos sem problema e só é para permanência de no máximo 90 dias de cada vez.

É um pouco, Senador Paim, Senador Crivella, um pouco o que nós temos a dizer. Eu tenho aqui cópia do seu ofício ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, do dia 5 de março, cuja resposta está sendo providenciada nesses termos. E eu lhes agradeço muito e estou aberto a perguntas, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A gente agradece, Dr. Manoel Gomes Pereira, Embaixador, e vamos para o Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Marcelo Álvares de Sousa, dispõe de

15 minutos, com a tolerância devida, se V.Ex^a assim entender.

SR. MARCELO ÁLVARES DE SOUSA: Senador, Senadores, a linha do Ministério do Trabalho com relação à política de imigração de trabalhadores é responsabilidade do Conselho Nacional de Imigração, em particular representado pelo Sr. Paulo Sérgio. Eu vou fazer um breve relato de alguns mecanismos que nós temos no Ministério do Trabalho, que nos possibilitam exatamente, na medida em que... Muito obrigado. Já estava confortável, estou mais agora [risos]. Alguns instrumentos do Ministério do Trabalho que existem exatamente para garantir a qualificação de trabalhadores brasileiros, em especial para lidar num momento de globalização da economia nacional e de uma inserção protagonista da sociedade brasileira nesse cenário econômico.

De forma bastante breve, na medida em que investimentos estrangeiros queiram vir ao Brasil, nós dispomos, por exemplo, de uma linha de financiamento público de qualificação profissional intitulada Planos Setoriais de Qualificação. Nós temos implementado essa linha já junto a grandes empresas, e junto a públicos também excluídos. Como grandes empresas eu posso citar a EMBRAER, a TAM, a KAWASAKI, a GERDAU, em que eles colocam na verdade, eles, ou Prefeituras ou sindicatos, colocam a demanda da instalação, por exemplo, de uma indústria, ou como nós temos junto à PETROBRÁS também ampliação de refinarias, em que se consegue quantificar os trabalhadores que são necessários para o desenvolvimento das obras e, além desse quantitativo de trabalhadores também, que tipo de qualificação é demandada, ou seja, o que o mercado necessita para que possa promover o desenvolvimento local, em articulação com a sociedade local também.

Nesse sentido, nós implementamos esses Planos Setoriais de Qualificação, por meio de Audiências Públicas em que nós convidamos entidades de trabalhadores, entidades de movimentos sociais, empresas, entidades educacionais também. Toda, na verdade, a rede de instituições que nós entendemos, e em parceria com os agentes sociais e econômicos também, e identificamos como sendo pertinentes àquela discussão. Por exemplo, a instalação de uma fábrica da GERDAU em Araçatuba, no Estado de São Paulo, ela foi precedida por uma Audiência Pública em que nós convidamos o Governo Estadual, as Prefeituras também locais, sindicatos, a própria empresa, outras empresas que participariam do [inaudível] produtivo local também e nesse processo de Audiência Pública definimos um grupo que se encarregou de formatar

esse projeto, quantificando trabalhadores e identificando quais são as necessidades de qualificação.

A partir disso, o Ministério do Trabalho fez a contratação de uma entidade educacional, que já está ministrando esses cursos, que se finalizaram agora a questão de mais ou menos três semanas, de uma forma bastante positiva. Porque um dos pontos centrais que nós temos dos Planos Setoriais de Qualificação é buscar qualificar o trabalhador em direção a oportunidades bastante concretas de postos de trabalho. Foi exatamente o caso, e nós temos tido bastante êxito, claro que sempre há problemas, em particular a questão da burocracia federal.

De toda forma, nós temos um plano setorial voltado para a tecnologia de informação, que está em desenvolvimento em Araraquara, no Estado de São Paulo, em que o nosso índice de contratação das pessoas qualificadas está em torno de 90%. Quer dizer, são números bastante interessantes e que acabam indicando também que nós temos trabalhadores qualificados, trabalhadores passíveis de qualificação também, que podem ser absorvidos em empreendimentos, sejam eles vindos de empresas multinacionais brasileiras ou multinacionais estrangeiras ou micro e pequenas empresas brasileiras também.

Ao lado disso, nós temos também processos de certificação profissional, por meio dos quais nós conseguimos também fazer interações com outros Países, buscando mecanismos de reconhecimento recíproco de certificados profissionais. Dois exemplos que nós temos para dar são os exemplos do Mercosul e de Portugal: com Portugal nós temos o Tratado de Amizade Brasil-Portugal, que está em fase de implementação exatamente da sua operacionalização, tivemos duas reuniões bastante interessantes com os portugueses, uma em Lisboa e outra aqui no Brasil, na ocasião inclusive a representante portuguesa, a Diretora de Certificação do Ministério do Trabalho de Portugal participou de uma oficina técnica que nós desenvolvemos em Foz do Iguaçu para tratar de assuntos do Mercosul, em que a nossa temática era exatamente como nós poderíamos estar, a partir dos sistemas de certificação profissional existentes nos Países membros do Mercosul, como nós poderíamos estar criando mecanismos que permitissem a livre circulação efetiva desses trabalhadores, ou seja, que os trabalhadores possam carregar os seus certificados e os seus certificados, se emitidos no Brasil, têm igual validade, mediante regras, claro, no Paraguai, no Uruguai ou na Argentina, e reciprocamente também. E na ocasião, inclusive, o convite a Portugal não foi à-toa, porque Portugal é uma referência para nós na construção de sistemas de certificação profissional, consiga estar equilibrando

qualificação profissional também com oportunidades educacionais, ou seja, construir itinerários formativos, em que um trabalhador com déficit educacional ele possa ter reconhecido o seu saber laboral, as suas competências profissionais e, a partir disso também, se encaixar, ou ter perspectiva de encaixe em itinerários formativos que possam conduzir ao ensino técnico, por exemplo, o que hoje já é possível, mediante a legislação existente.

Da mesma forma, no Mercosul nós estamos desenvolvendo esse esforço, em particular junto à Argentina, que nós temos um protocolo de intenções de cooperação bilateral voltado para o desenvolvimento de ações na área de certificação e qualificação profissional. Certificação é uma área em particular ele que eles estão interessados, e a nós também, exatamente porque existe um movimento bastante grande de trabalhadores de fronteira e é nosso interesse exatamente garantir os direitos desses trabalhadores de fronteira para que nós consigamos efetivamente ter uma sociedade justa e ao mesmo tempo também eficiente economicamente.

São basicamente esses elementos que eu gostaria de estar colocando, aportando a verdade para enriquecer o debate. Eu agradeço a atenção e o convite que foi feito também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, pelo Conselho Nacional de Imigração, ao Dr. Paulo Sérgio Almeida, Coordenador-Geral de Imigração e Presidente do Conselho Nacional de Imigração.

Eu quero dizer que, depois dos nossos convidados, eu vou passar a fala primeiro para o Senador Crivella, porque, depois da sua fala, V.Ex^a vem presidir e eu vou para o Plenário, porque eu quero fazer algumas perguntas, mas farei do Plenário.

SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA: Bom, eu gostaria de agradecer o convite que foi formulado ao Conselho Nacional de Imigração, para poder estar aqui presente, gostaria de cumprimentar os Srs. e Sras. Senadores da República, o Sr. Deputado, as senhoras e senhoras presentes, membros que estão presentes aqui nesta Mesa, do CONFEA, Ministério Público do Trabalho, o Embaixador Manoel Gomes Pereira.

Como o próprio Embaixador falou, nós temos uma estrutura migratória que merece algumas observações para que a gente possa entender o contexto em que se dá a vinda de trabalhadores estrangeiros para laborar no Brasil. Essa estrutura migratória hoje tem o Conselho Nacional de Imigração como o órgão, vamos dizer assim, de referência maior, é um Conselho que comporta nove Ministérios, sob a Presidência do Ministério do Trabalho e Emprego, mas também tem

a participação da sociedade, da sociedade do mundo do trabalho, através da presença de representantes de cinco centrais sindicais, das cinco maiores centrais sindicais, de cinco confederações de empregadores e um representante da comunidade científica brasileira. Então é um Conselho amplo, um Conselho de diálogo com a sociedade, especialmente a sociedade que tem maior intercessão com o mundo do trabalho.

Então, esse Conselho ele edita resoluções que complementam, vamos dizer assim, a legislação migratória, que é o Estatuto do Estrangeiro, que é a Lei 6.815/80, e o Decreto que o regulamentou. Os senhores devem saber que essa lei é uma lei que está muito defasada, inclusive tem propostas de alteração para que ela possa estar compatível com o atual contexto internacional, o contexto das migrações e o contexto comercial internacional, mas ainda... Ela é vigente. E o Conselho ele tem feito todo esse esforço para que nós tenhamos mecanismos de que o Brasil possa contar com a mão-de-obra de trabalhadores estrangeiros, mas, claro, respeitando a sua força de trabalho.

Então, esse, diria eu, é a principal diretriz do Conselho Nacional de Imigração: propiciar o desenvolvimento do País, propiciar investimentos estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, preservar, proteger a mão-de-obra dos trabalhadores brasileiros. Então, esse duplo objetivo, esse equilíbrio é que o Conselho Nacional de Imigração busca com a edição das suas resoluções.

Muito rapidamente, essas competências do Conselho, ele orienta e coordena as atividades de imigração, que na verdade tem três principais atores: é o próprio Ministério do Trabalho e Emprego, é o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça. O Ministério do Trabalho e Emprego ele concede autorizações para trabalho. Então qualquer trabalhador estrangeiro, qualquer empresa que é queira trazer um trabalhador estrangeiro, o primeiro passo que ela faz é solicitar uma autorização ao Ministério do Trabalho e Emprego, que vai conceder ou não essa autorização. Se concedida, o Ministério comunica ao Itamaraty, ao Ministério das Relações Exteriores, que vai disponibilizar um visto de trabalho no exterior.

Então, o estrangeiro, antes de ele entrar no País, o Ministério analisa se ele pode ou não vir para trabalhar. Se puder, o visto, a autorização é concedida por nós, Coordenação Geral de Imigração, é informado ao Itamaraty, que vai conceder o visto no exterior. O estrangeiro, quando entra, ele passa pelo controle migratório de fronteira, é checada a situação dele, ele entra no País e a partir desse momento cabe ao Ministério da Justiça regular as condições de estada desse estrangeiro no Brasil, seja através da Polícia Federal, que é a autoridade de fiscalização migratória, seja através do

Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, que vai efetuar, posteriormente, qualquer modificação na condição de estada, eventuais prorrogações de estada, eventuais transformações de visto.

Então, ao Conselho cabe essa coordenação. Ele também tem como competência formular a política de imigração e eu vou falar rapidamente quais são os principais pontos dessa política: estabelecer norma de seleção de imigrantes, visando a proporcionar mão-de-obra especializada; a mão-de-obra estrangeira, ao nosso modo de ver, é uma mão-de-obra que complementa o mercado de trabalho brasileiro. Ela é muito bem-vinda, na medida que traz novos conhecimentos, agrega experiência e valores. Mas ela vem de forma complementar, e não de forma a concorrer com a mão-de-obra brasileira; o Conselho também promove estudos... Enfim, define planos de imigração, que é uma coisa antiga e que hoje não está mais aplicável; efetua esse levantamento periódico de necessidade de mão-de-obra estrangeira; dirime dúvidas; opina sobre a alteração de Legislação Federal, então nós estamos participando desse processo de alteração do Estatuto do Estrangeiro; e elabora seu Regimento Interno.

Eu já falei da composição, uma composição ampla, são nove Ministérios. O Ministério do Trabalho e Emprego é que preside, na medida que esse movimento de estrangeiros, fundamentalmente, está ligado ao movimento de trabalhadores que vêm para cá exercer trabalho.

As cinco centrais sindicais, cinco confederações de empregadores e um representante da comunidade científica.

Nós temos também observadores: a Polícia Federal, a OIT, a OIM, a Comissão Nacional de População em Desenvolvimento, que engloba a comunidade científica, que estuda a demografia, e o Instituto Migrações e Direitos Humanos, que é uma instituição muito forte, com atuação na área de proteção aos Direitos Humanos de imigrantes.

As principais diretrizes do Conselho: aumentar a eficiência da imigração, ou seja, nós temos regras mais claras, menos discricionárias, com menos burocracia, para que a gente possa efetivamente centrar na necessidade ou não da vinda dessa mão-de-obra, e não nos papéis que são necessários para que essa mão-de-obra venha; fundamentalmente, incrementar a geração de emprego e renda no Brasil, o Conselho vem editando resoluções que estimulam a geração de emprego e renda, eu posso citar alguns exemplos como a questão da obrigação de contratação de brasileiros para atuar nas plataformas e navios estrangeiros que operam nas águas brasileiras, no setor de petróleo fundamentalmente. Então, essas plataformas que

estão vindo, que são estrangeiras, esses navios que estão vindo, que são estrangeiros, hoje o Conselho tem uma resolução, editada no final do ano passado, que estabelece percentuais de brasileiros que devem compor a tripulação, os trabalhadores a bordo dessas estruturas e embarcações. Por exemplo, os navios de pesca estrangeiros também têm que ter percentuais de brasileiros, o Conselho editou resolução nesse sentido. Por exemplo, o Conselho vem estimulando investimento estrangeiro produtivo, ou seja, o estrangeiro que dispõe, que queira vir fazer um investimento, aportar capital numa empresa brasileira e com isso gerar trabalho, emprego e renda no Brasil ele pode ganhar uma autorização, um visto para vir se estabelecer no País. Facilitar o instituto da reunião familiar, que é um instituto humanitário, que é ligado ao direito à preservação das famílias, o Conselho vem atuando nesse sentido. Facilitar a transferência de renda ao Brasil, ou seja, pessoas que, enfim, querem vir morar no Brasil, são estrangeiros que dispõe de uma quantidade de renda e que possam transferir essa renda para o Brasil também são bem-vindos.

E, por fim, um dos mecanismos que a gente sempre procura estar conciliando e que ele é fundamental é a proteção da mão-de-obra local. Ou seja, o estrangeiro vem não para concorrer com a mão-de-obra dos brasileiros.

A Coordenação Geral de Imigração, e aí é um órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, é quem dá as autorizações de trabalho aos estrangeiros, já falei aqui, não vale a pena nos aprofundarmos.

E aí eu vou falando algumas posições do Ministério do Trabalho e Emprego e que obviamente estão consoantes com as posições do Conselho Nacional de Imigração sobre a vinda dos estrangeiros. O Ministério do Trabalho e Emprego sempre vai verificar tecnicamente qualquer pedido de vinda de mão-de-obra estrangeira. Nós vamos analisar se esse pedido está ou não de acordo com a legislação migratória, com as regras do Conselho Nacional de Imigração e essa análise ela é feita de forma individual, não há autorizações para grupos de estrangeiros, quantidade de estrangeiros. O que há são autorizações para cada estrangeiro. Cada um precisa justificar o que é que vai fazer, onde vai trabalhar, que experiência tem, se essa atividade tem ou não mão-de-obra brasileira disponível, enfim. Caso fique caracterizada a existência de profissional brasileiro, essa autorização de trabalho estrangeiro não será concedida, na medida em que, como eu já falei aqui, a regra fundamental é de que a mão-de-obra estrangeira vem complementar no mercado de trabalho brasileiro. Ele não vem tirar vaga de brasileiros. Ele não vem para causar desemprego no

Brasil. Não é essa a função da mão-de-obra estrangeira, de acordo com as orientações, as legislações que nós temos no País.

A legislação brasileira ela não permite a importação casada. O que é que isso? “Ah, eu comprei um equipamento, isso... equipamento, e junto com equipamento vêm tantos estrangeiros”. Isso não é possível. Claro que quando é importado um equipamento, é normal que venham alguns estrangeiros para fazer a instalação, supervisionar a instalação desse equipamento, para fazer regulagens, enfim, detalhes desse equipamento, que inclusive garantem a posterior garantia desse equipamento pelo fabricante, que não pode ser feito pela mão-de-obra local. Mas jamais eles vêm executar montagens, enfim, coisas que a mão-de-obra nacional pode fazer.

Como eu já falei, nesses casos de instalação de equipamentos, em geral os estrangeiros vem fazer supervisão, eles vêm verificar se esse equipamento está sendo montado, está sendo, enfim, construído, implantado conforme as especificações técnicas do fabricante daquele equipamento. Mas a execução da obra em si ela, em geral, é feita por trabalhadores brasileiros, salvo se houver uma situação de tal especialidade, tão fundamental àquela montagem que tenha que ser obrigatoriamente feito por estrangeiro, mas isso tem que estar muito bem explicado e justificado. Claro, somente em caso de comprovada a ausência de trabalhadores brasileiros é que poderá ser analisada a vinda de trabalhadores estrangeiros para as atividades especializadas de execução. Se não houver trabalhador brasileiro, se isso ficar claramente demonstrado, se todos os mecanismos que nós temos de verificação, de checagem disso demonstrarem que realmente não há mão-de-obra local capaz de fazer aquela atividade, nesse caso, a vinda do estrangeiro será autorizada.

A gente sabe que há situações em que esses estrangeiros vêm - isso é um ponto importante para a gente estar colocando aqui - em que o contrato de trabalho desses estrangeiros é mantido no exterior. Isso é possível pela legislação hoje vigente. Mas, mesmo assim, as regras de proteção ao trabalho brasileiro, fundamentalmente as regras de segurança e saúde no trabalho, limite de jornadas, descansos, que são regras que são, vamos dizer assim, de ordem pública no Brasil, devem ser cumpridas, mesmo que o contrato de trabalho do estrangeiro seja mantido no exterior e mesmo que essas regras não sejam regras de costume ou da legislação desse País onde é mantido o contrato de trabalho. Mas, para nós brasileiros, são regras que são fundamentais, que são inerentes, va-

mos dizer assim, ao próprio conceito de trabalho decente no Brasil.

Em nenhuma hipótese pode haver restrição ao direito de ir e vir dos estrangeiros, ou seja, não pode haver confinamento de estrangeiros, isso é inadmissível, porque isso confronta com a nossa legislação de proteção ao trabalho, isso pode caracterizar prática de trabalho escravo, então é impossível de ser admitido.

Também não permitimos a importação de mão-de-obra estrangeira para baratear custos trabalhistas de empreendimento, isso é inadmissível. O Ministério do Trabalho não comunga com essa idéia de que “ah, porque a mão-de-obra do País “A”, “B” ou “C” é mais barata do que a mão-de-obra brasileira e por isso nós vamos fazer o projeto com aquela mão-de-obra”. Então isso jamais será admitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Só para finalizar então, os efeitos da denegação da autorização de trabalho é um impedimento de ingresso no País para fim de trabalho e se ele for flagrado pela Polícia Federal trabalhando sem autorização do Ministério do Trabalho e conseqüentemente sem o visto específico de trabalho, ele está sujeito a multa e deportação e a própria empresa está sujeita a multa também, a ser aplicada pela autoridade migratória, que é a Polícia Federal.

Rapidamente, algumas estatísticas, a evolução da concessão de autorizações de trabalho concedidas a nacionais da China, vocês vêem que é um número que está equilibrado, ele teve uma queda grande em 2002 e 2003, mas desde 2004 ele vem mantendo o equilíbrio, e nós efetivamente controlamos firmemente essa questão de equilíbrio de nacionalidade.

Vocês vêem que a principal nacionalidade que vem para o Brasil são americanos, porque a parceria comercial Brasil-Estados Unidos ela está em uma série de empreendimentos de americanos no Brasil, depois Reino Unido, Alemanha. Filipinas, no caso, que é aquilo que eu falei, eles são tripulantes de embarcações estrangeiras que nós estamos tentando aí ver a maior participação de brasileiros. E a China vem somente na quinta colocação.

Aí o destino principal dos chineses que são: São Paulo, Amazonas ou Rio. Agora em 2006 foi mais Amazonas, por causa da Zona Franca.

As resoluções que são aplicáveis, enfim, eu acho que não vou entrar nesse detalhamento, podemos estar explicando melhor mais à frente.

Nível de escolaridade, vocês vêem escolaridade de nível superior. A grande maioria dos estrangeiros que vêm para o Brasil tem nível superior completo, e muitas vezes têm Mestrado, Doutorado, então são pessoas que têm alta qualificação, alta escolaridade.

Os principais CNAEs, dos chineses, no caso, 2006. Daí podemos ver que manutenção e reparação de máquinas e escritório e informática é o principal CNAE que os cidadãos da origem China eles vêm para o Brasil. E o CBO, a principal ocupação desses chineses é de técnico em manutenção eletrônica. São principalmente pessoas que vêm para a atividade da indústria em equipamentos eletrônicos.

Eu acho que muito rapidamente era isso. E eu acho que podemos estar... Isso é um dado para nós enriquecermos o debate, aprofundando agora com o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, em nome do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, ao Engenheiro Marcos Túlio de Melo, Presidente do CONFEA. 15 minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. MARCOS TÚLIO DE MELO: Bom dia a todos e a todas. Primeiro parabenizar o Senador Crivella pela solicitação dessa audiência que nós julgamos extremamente necessária e importante. Cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, Presidente desta Subcomissão, os demais Senadores e Deputados presentes, Embaixador Manoel Gomes Pereira, Dr. Marcelo Alves de Sousa, do Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador de Imigração, também ao Dr. Luis Antonio Camargo de Melo, do Ministério Público do Trabalho.

Nós no Conselho Federal consideramos que este assunto daqui para frente deve ser tratado com a seriedade que o País precisa fazer. Eu queria colocar inicialmente aqui, além das questões aqui da legislação sobre a imigração, a questão da legislação profissional. A Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, ela define com muita clareza que o exercício no Brasil da profissão de Engenheiro, Arquiteto ou Engenheiro Agrônomo e, posteriormente incorporadas também, as demais profissões da área tecnológica são asseguradas inicialmente aos brasileiros que possuam devidamente registrado diploma de faculdade ou escola superior de Engenharia, Arquitetura e Agronomia oficiais, reconhecidas existentes no País, no item "B", aos que possuam devidamente revalidado e registrado no País diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio e, na alínea "C", aos estrangeiros contratados, que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerada a escassez de profissionais de determinada atividade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

O registro profissional ele é definido através da Resolução 1007, de dezembro de 2003, 5 de dezembro de 2003, para os diplomados no País, no art. 10, a câmara especializada e específica analisa e aprova o registro; a câmara define também as atribuições e competências, de acordo com currículo do profissional. No caso dos diplomados no exterior, para visto permanente, no art. 16 dessa mesma resolução estabelece que a câmara especializada, no regional, aprova o registro de acordo com a revalidação do diploma, que é feito por uma instituição de ensino oficial, e define atribuições e competências de acordo com o currículo. E aí nesse caso, cabe ao Plenário do CREA também analisar, aprovar e encaminhar ao Conselho Federal, sendo que o Plenário do Conselho Federal é que faz a análise final e a homologação então para o exercício estrangeiro permanente aqui no País.

Quando você tem... No caso de visto temporário, o processo é bem mais simplificado. No art. 18 dessa mesma resolução estabelece que a câmara especializada do CREA aprova o registro, sendo dispensada a aprovação pelos Plenários do CONFEA e também do CREA. E no art. 19 a câmara aprova o registro de acordo com as atividades do contrato e currículo. E o prazo do registro é vinculado então ao contrato estabelecido.

No caso de empresas, também estabelece o art. 59 dessa Lei Federal 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que as firmas, sociedades, associações, cooperativas e empresas em geral que se organizarem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nessa lei só poderão iniciar as suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAs, bem como dos profissionais no seu quadro técnico. No art. 85 dessa mesma lei, as entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea "C", que é aquela do profissional estrangeiro, do art. 2º, são obrigados a manter junto a eles um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

A Resolução 209, de 7 de setembro de 1972, estabelece, no seu art. 1º, que a Pessoa Jurídica estrangeira só poderá exercer atividade no País se consorciada com Pessoa Jurídica brasileira, após registro no CREA da jurisdição a que pertence. No art. 2º, § 1º, o objetivo do consórcio deve corresponder à prestação de um serviço ou execução de uma obra bem definida e delimitada. No art. 4º, o registro temporário da Pessoa Jurídica estrangeira somente será efetuado com comprovação no CREA da capacidade da Pessoa Jurídica brasileira de assimilar a experiência técnica daquela que o consórcio objetiva. No art. 5º, a Pessoa Jurídica brasileira consorciada obriga-se a promover o

registro provisório dos profissionais da Pessoa Jurídica estrangeira que exercerão atividades no Brasil.

Na Resolução 444, de 14 de abril de 2000, que trata do consórcio de empresas, no seu art. 1º, está previsto que os consórcios de empresas constituídos com a finalidade de participação em licitações no País devem informar ao CREA da jurisdição da execução do empreendimento sua intenção de participar da licitação. No art. 5º, as empresas estrangeiras que não possuem filiais devidamente registradas no País deverão cumprir exigências para participação em licitações de caráter internacional. No art. 6º, as pessoas estrangeiras vencedoras de licitações no Brasil deverão, antes de iniciar as obras ou serviços, providenciar seus respectivos registros junto ao CREA onde será realizada a obra ou serviço, procedendo a indicação de profissionais legalmente habilitados.

Então, são essas questões aí, e eu gostaria depois, se me permitir o nosso Presidente, passar também um pouco a manifestação do Presidente do CREA do Rio de Janeiro, Reinaldo Barros, aqui presente, para ele informar detalhes inclusive desse processo específico.

Mas eu queria tecer algumas considerações ainda sobre esse processo. Em primeiro lugar, as economias hoje estão cada vez mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para esclarecimento nosso, vocês vão dividir mais ou menos o tempo? É isso?

SR. MARCOS TÚLIO DE MELO: Eu vou, no finalzinho, dentro dos cinco minutos. Dentro da nossa legislação e dentro da internacionalização principalmente das economias, nós sabemos que esse trâmite de profissionais e empresas vai ser cada vez maior daqui para frente. O que nós queremos deixar claro aqui, em nome do Conselho Federal, é que nós somos claramente favoráveis a um processo de integração tecnológica mas desde que haja uma reciprocidade no processo e, mais ainda, da mesma forma que os outros Países hoje protegem os seus mercados, que haja também dentro da legislação brasileira o cumprimento, inclusive não só em relação às leis da imigração, mas também e principalmente a questão da legislação profissional.

Nesse sentido, em relação a esse assunto, nós gostaríamos de agregar também uma preocupação do Conselho Federal em relação ao Decreto Presidencial nº 6.009, de 3 de janeiro de 2007, que homologa um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, para o fortalecimento da cooperação na área de implementação da infra-estrutura de construção, muito vinculado também às atividades hoje do PAC.

No anexo desse Decreto presidencial, tem uma listagem de projetos de vários empreendimentos de grande e médio porte que serão realizados no futuro no País e não há em nenhum momento nesse acordo nenhuma discussão sobre a contrapartida inclusive da abertura do mercado chinês para empresas e profissionais brasileiros no mesmo sentido.

Sobre o assunto específico em relação à CSA, eu gostaria de fazer uma leitura rápida aqui do manifesto tirado agora recentemente, no final de fevereiro, pelo Conselho Federal, em relação a essa entrada de profissionais:

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CONFEA, através de seu Plenário e reunido na Sessão 1339, vem a público para se manifestar contrário à eminente contratação de 600 profissionais chineses, em sua maioria engenheiros e técnicos, para atuar na construção da fábrica da Companhia Siderúrgica do Atlântico, CSA, no Distrito de Santa Cruz no Rio de Janeiro, a partir de março, sem cumprir os trâmites legais do registro profissional.

Por entender que engenheiros brasileiros estão capacidades tecnicamente para projetar e executar e aptos a preparar, implantar e manter o funcionamento da fábrica da CSA, que produzirá coque, uma das matérias-primas para a produção do aço, o CONFEA solicita redobrado rigor por parte do Ministério do Trabalho e Emprego na análise dos pedidos de autorização de uso da mão-de-obra estrangeira no País.

Nesta situação é necessário reforçar que a siderurgia brasileira é considerada tecnicamente umas das mais competentes do mundo e está certamente entre os dois processos tecnológicos mais competentes reconhecidos no mundo está a siderurgia brasileira.

O CONFEA esclarece também à sociedade que, além do visto do Ministério do Trabalho e Emprego, é necessário que esses profissionais obtenham registro junto ao CREA/RJ, como determina a legislação vigente; que apóia e reforça a representação feita pelo CREA do Rio de Janeiro junto ao Ministério Público do Trabalho no sentido de impedir que a CSA contrate a mão-de-obra chinesa de forma ilegal; que carece de procedência a afirmação da siderúrgica alemã TISSEN KRUPP, controladora da CSA, segundo a qual a contratação de chineses se justifica porque a obra exige conhecimentos da tecnologia e de línguas chinesas para a montagem da linha de produção e de operação de máquinas e equipamentos; que é falho o argumento utilizado pela estatal China International Trust and Investment Corporation, CITIC, segundo a qual a contratação de chineses se justifica porque a tecnologia a ser empregada é nova e desenvolvida na China; que a Companhia Siderúrgica de Tubarão, em

Vitória, Espírito Santo, usa a mesma tecnologia, de origem australiana, operada por Engenheiros brasileiros, o que invalida o argumento de que o País não teria profissionais capacitados para atender à demanda da instalação e implementação da CSA; que o processo de globalização mundial, fato incontestável da atualidade, não pode se sobrepor à nossa soberania e às leis vigentes no Brasil.”

São essas, Sr. Presidente, as manifestações do Conselho Federal. Eu pediria, se fosse possível, a manifestação do nosso Presidente do CREA do Rio de Janeiro, em complementação às ações ali desenvolvidas, Reinaldo Barros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Reinado, V.Ex^a dispõe de oito minutos ainda. Porque eram 15, com a tolerância de mais cinco.

SR. REINALDO BARROS: Obrigado. Bom dia a todos. Na semana passada nós já havíamos feito uma reunião com a Coordenação de Imigração do Ministério do Trabalho, exatamente para estreitar as relações do sistema profissional com o Ministério do Trabalho, porque nós sentimos na ponta a situação dessa falta de interação entre os dois órgãos, porque ao fiscalizarmos o exercício profissional, constatamos várias situações de estrangeiros atuando sem registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia. Eu poderia citar alguns empreendimentos como a própria CSA, a última fiscalização que fizemos encontramos 13 alemães na implantação do canteiro de obras sem qualquer registro no Conselho, e estamos agora numa fase de receber da Coordenadoria de Imigração a relação das autorizações concedidas a esses profissionais, para inclusive verificar se há alguma irregularidade em termos de situação desses alemães que lá estão trabalhando, todos Engenheiros; há uma outra situação, no Estaleiro Mauá-Jurong, onde coreanos também trabalham nessa situação; recentemente, na Companhia Siderúrgica Nacional tivemos a oportunidade de verificar a participação de 30 chineses, Engenheiros também, em função de um acidente que teve na CSN. E isso tem sido recorrente no Estado do Rio de Janeiro, em função das atividades principalmente no setor do petróleo e gás.

Nós vamos passar à mão da Comissão o relatório de fiscalização no qual se constata essas situações. A CSA está a um ano fazendo a implantação desse canteiro de obras sem registro no Conselho. É importante frisar que as empresas que desenvolvem atividades de engenharia elas são obrigadas a ter registro no Conselho. Não nos cumpre outro papel a não ser fazer as autuações por essas irregularidades, autuações essas que não impedem e admitem a

obrigatoriedade da regularização dessa situação no sistema profissional.

Então acredito, Sr. Presidente, que o desdobramento desse assunto passa fundamentalmente por uma interação muito estreita do sistema profissional com o Ministério do Trabalho, nós estamos inclusive propondo um convênio para que haja um intercâmbio de informações para que essa fiscalização não aconteça mais como acontece, em função de somente no campo verificarmos essa situação e, quem sabe, até algumas resoluções do Conselho de Imigração poder prever um regramento entre o sistema profissional e as leis que regulam o trabalho da pessoa estrangeira no Brasil.

Resumidamente, era isso que nós gostaríamos de falar, o CREA tem uma atuação da sua fiscalização muito intensa e procura não só tratar essas questões da fiscalização, mas, fundamentalmente, também garantir que os investimentos sejam feitos de forma adequada e correta no País. Muito obrigado. Eu queria passar então à mão da Comissão os relatórios de fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Comissão recebe nesse momento e já passa a palavra, pelo Ministério Público do Trabalho, ao Dr. Luis Antonio Camargo de Melo, Subprocurador-Geral do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. 15 minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO: Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de saudar V.Ex^a, e, saudando V.Ex^a, eu gostaria de saudar os integrantes da Mesa Diretora desses trabalhos, gostaria de saudar os Srs. Senadores, o Sr. Deputado, senhoras e senhores.

Inicialmente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de deixar registrado que o Ministério Público do Trabalho agradece o convite, parabeniza a Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência pela realização da Audiência Pública, especialmente o Senador Marcelo Crivella, agradece o convite e a oportunidade de vir apresentar as providências que o Ministério Público do Trabalho tem tomado. Nós deveríamos estar aqui representados pelo Procurador do Trabalho, Dr. Rodrigo Carelli, do Rio de Janeiro, que preside o inquérito instaurado na Procuradoria Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, para apurar as denúncias provenientes dessa contratação de trabalhadores chineses. Porém o Dr. Rodrigo Carelli vai ser papai, e a esposa está nesse momento do parto, talvez hoje ou amanhã e daí por que solicitou que eu viesse representar o Ministério Público do Trabalho e a Procuradora-Geral do Trabalho então, Dra. Sandra Lia Simón, me designou.

Pois bem. O que nós temos até o momento é um inquérito em andamento na Procuradoria Regional do Trabalho no Rio de Janeiro, apurando essa contratação. Nós vimos aqui hoje já algumas manifestações de cunho técnico e de maior relevância dos representantes do Ministério do Trabalho e Emprego e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, dando ciência de algumas dificuldades na implantação desse projeto. A participação do Ministério Público do Trabalho não poderia ser outra senão verificar se esses trabalhadores estarão realmente sob o manto protetor da legislação do trabalho, da legislação social. É claro que nós estaremos também acompanhando a legalidade da vinda desses trabalhadores. Essa é a função do Ministério Público do Trabalho. E, desde logo, nós gostaríamos de deixar assentado, diante das declarações fornecidas pelos representantes da empresa, em audiência realizada no Rio de Janeiro, e algumas questões já nos causam espécie. Primeiro é essa questão da tecnologia. Ou seja, já ficou dito aqui, já está assentado que esses trabalhadores, para prestar serviços no Brasil, precisam ser trabalhadores realmente especializados, é preciso que essa tecnologia seja uma tecnologia nova, enfim, é preciso um registro e uma certificação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial e parece que essa linha de argumentação não é assim tão substancial. Há pelo menos indícios de que essa tecnologia já está sendo utilizada no Brasil, o CONFEA alertou isso, já há informações inclusive também do Ministério do Trabalho e Emprego, enfim... Bom dia, Senadora. Parece-nos que nós teremos uma linha interessante de investigação. Não estou aqui apresentando um trabalho finalizado. Estou mostrando apenas o que o Ministério Público vai desenvolver como linha de investigação. Essa questão da tecnologia é fundamental, é importante, preocupamos também, e no meu caso particularmente, por ser o Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, estamos inclusive às vésperas de uma nova Audiência Pública, o Senador Paulo Paim instalou uma Subcomissão temporária de combate ao trabalho escravo, ou para discutir a prática do trabalho escravo no Brasil, e a mim me preocupa particularmente a manutenção desses trabalhadores em situação, digamos assim, de confinamento. São trabalhadores de outro País, são trabalhadores que não falam português, e talvez se fossem até de uma outra nacionalidade, talvez fosse até mais fácil a integração, mas a mim me parece de difícil integração desses trabalhadores.

Então, estamos realmente preocupados. Pagamento de salário desses trabalhadores vai ser feito, deve obrigatoriamente, por força da legislação, ser feito em moeda nacional. A locomoção desses traba-

lhadores, a garantia, há um pedido, segundo informações prestadas pela empresa em audiência realizada na Procuradoria no Rio de Janeiro, há a necessidade de que esses trabalhadores permaneçam confinados. Essa é a proposta da empresa. Há receio em relação à integração desses trabalhadores nas cidades do Rio de Janeiro, há receio da violência do Rio de Janeiro.

Então, quer dizer, há uma situação que a nós do Ministério Público do Trabalho preocupa sobremaneira. Nós vamos observar inclusive sob a égide, sob a luz das disposições do Protocolo de Palermo, se está havendo uma violência maior a essas pessoas.

E há uma outra questão também, que eu acredito ser importante, essa questão do visto já foi trabalhada aqui, o Ministério do Trabalho e Emprego é absolutamente soberano nessa questão, o Ministério Público do Trabalho está à disposição do Ministério do Trabalho e Emprego para colaborar no que for necessário nessa linha de discussão, nós vamos solicitar ao CREA a informação de que esses profissionais, realmente tecnicamente especializados, estejam registrados, ou seja, obedecendo a legislação brasileira, vamos solicitar ao INPI esse certificado de que é realmente uma tecnologia nova e que isso obriga a que trabalhadores estrangeiros venham participar desse Projeto. A mim também, pessoalmente, me causa espécie essa informação de que os manuais técnicos estão em mandarim. Normalmente os manuais estão em inglês. E se esse manual está em mandarim, é um exercício de raciocínio. Mas se o manual está em mandarim. Normalmente os manuais estão em inglês. E se esse manual está em mandarim, isso aqui é até, digamos assim, um exercício de raciocínio, mas, se o manual está em mandarim, depois como é que as pessoas vão operar esses equipamentos? Então é uma questão que a mim me parece significativa. Eu ficaria muito preocupado se eu comprasse um equipamento para minha casa e o manual estivesse em mandarim. Aí vem um técnico e instala, e depois? Como é que eu fico? Não uso?

Enfim. Então essas questões nós vamos acompanhar o desenvolvimento dessa linha de investigação até chegar a uma conclusão. Se houver necessidade, o Ministério Público do Trabalho não vai titubear e vai acionar o judiciário para impedir, ou para fazer cessar as ilegalidades. Vamos verificar o cumprimento da legislação brasileira, seja de segurança e saúde, seja da legislação tida como comesinha(F), cotidiana, do Direito do Trabalho. A questão dos vistos de trabalho, conforme já foi explanado aqui pelos representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, e essa necessidade de profissionais por meio do registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Há também ainda uma preocupação, e nós vamos buscar uma articulação, o Ministério Público do Trabalho tem atuado de forma articulada com as entidades da sociedade civil, mas internamente nós também funcionamos de forma articulada com algumas coordenadorias nacionais: uma, eu coordeno, que é a do trabalho escravo, outra, coordena o Dr. Rodrigo Carelli, que é a coordenadoria nacional que apura as fraudes na relação de emprego, e também do meio ambiente. Não só o meio ambiente dos trabalhadores, fundamental, como com articulação com o Ministério Público Estadual, se for o caso, porque já há denúncias de agressão ao meio ambiente na Bahia por conta de dragagem para instalar ou construir um porto. Há pescadores, segundo relatos da imprensa, já se movimentando no sentido de buscar indenizações porque a construção desse porto vai trazer um enorme prejuízo. Querem já os pescadores indenizações para comprar motores para melhor organizar o seu trabalho. Eles vão ter que buscar o pescado em áreas mais distantes. Quer dizer, há uma série de dificuldades, há uma série de preocupações e o Ministério Público do Trabalho estará articuladamente acompanhando e participando das investigações e, eu não tenho dúvida, se for necessário, o Ministério Público do Trabalho vai tomar as providências judiciais que o caso assim indicar. É isso, Sr. Presidente. E o Ministério Público do Trabalho está à disposição para os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu gostaria de, nesse momento, além de ter registrado já a presença do Deputado Carlos Santana, Senador Crivella, que é o autor do Requerimento, registrar também, que estão aqui há um longo período participando e ouvindo o Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Augusto Botelho e Senadora Lúcia Vânia. Então nesse momento, Senador Crivella, V.Ex^a como é que é autor do Requerimento, é o provocador, eu gostaria que V.Ex^a assumisse inclusive a Presidência, já que é Vice-Presidente, e faz a sua fala aqui da Presidência, porque eu quero ouvi-lo do Plenário.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, senhores convidados do CONFEA, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, meu querido companheiro, Embaixador Manoel Pereira, que nos lembra muito a fisionomia do grande Rio Branco, Barão do Rio Branco, e que não é só pela fisionomia, não, mas pelo espírito de diplomacia. É o próprio Diplomata.

O que me fez apresentar esse Requerimento, junto com o nosso Presidente Paulo Paim, é a preocupação já manifestada pelo Clube de Engenheiros do Rio de Janeiro, e pelo nosso CREA e CONFEA, com respeito, eu diria, às razões apresentadas pela THYSEN KRUPP, uma empresa alemã que está instalando uma companhia siderúrgica chamada do Atlântico, no sul do Rio de Janeiro, da cidade do Rio de Janeiro, na região de Santa Cruz, para importação de mão-de-obra de engenharia da China. Na carta que o Clube de Engenharia me enviou, a coqueria, que é uma tecnologia australiana, mas que já construída e em funcionamento na China estaria sendo presentemente construída no Brasil por técnicos, Engenheiros brasileiros e que, portanto, invalidava aquele pressuposto. No caso da China, nos assusta um pouco, porque esse grande País de bandeira vermelha, sem regras democráticas e que tem lá hoje 200 milhões de chineses vivendo em canteiros de obras, de uma obra para outra, em condições conhecidas, sem respeito às legislações trabalhistas, ganhando mal... Aliás, a China tem feito uma inserção no mercado globalizado exatamente por ter um custo da mão-de-obra muito barato e sem as garantias que nós damos aos nossos trabalhadores. Com o nosso nível de desemprego e subemprego, sobretudo no Rio de Janeiro, um dos fatores principais da nossa violência, nos preocupa realmente, Senador Paulo Paim, receber 600 chineses e nos preocupa também a precedência, quer dizer, abrir precedência para que novos investimentos possam trazer novos profissionais, em prejuízo à nossa mão-de-obra local.

Eu queria dizer, Senador Paulo Paim, que estou muito tranqüilo depois dessa Audiência Pública. Porque verifiquei que cada setor do Governo tem a mesma preocupação que nós. Todos eles manifestaram o cuidado ao examinar os documentos. Não é que estamos fechados a que venham. Mas venham dentro das regras. Eu e o Embaixador Manoel Pereira tivemos o desprazer de percorrer os desertos do Texas, da Califórnia e do Arizona, repatriando brasileiros. É triste. Milhares e milhares de brasileiros presos naqueles centros de detenção. E são brasileiros que vão para lá em busca das regras de mercado, quer dizer, essa economia globalizada que facilita tanto o fluxo de capitais, atrai também. O Estados Unidos têm uma economia de três trilhões de dólares, desemprego praticamente zero. O que existe é friccional(F). Quem está lá convida quem está aqui. Não têm visto, vão de maneira ilegal. Chegam lá, são presos e deportados. Mesmo havendo, porque em alguns presídios, não sei se o Embaixador lembra, nós reclamamos da situação dos brasileiros, porque tinha, por exemplo, que tomar sol todo dia, mas tomava duas vezes por semana, a

água estava tépida, a roupa de cama estava ruim e eles diziam para nós: “Estamos sem mão-de-obra. Nós não conseguimos contratar mão-de-obra. Os presídios são terceirizados. Mas não há mão-de-obra”. E ali estavam prendendo brasileiros que estavam indo para lá para trabalhar. Então as regras em outros Países são bem determinadas e eles preservam o seu mercado de trabalho e fico muito feliz de ver que o nosso Governo tem essa preocupação. E eu acho que os Senadores aqui presentes também tiveram a mesma percepção.

O Deputado Carlos Santana, que atua há muito tempo nessa área da indústria naval me falava sobre experiências que ele teve de navios com tripulação coreana que recebiam salários... Alimentação. E da importância que nós achamos, nós do Rio de Janeiro, a Bancada do Rio de Janeiro, de repercutir isso no nosso Estado, inclusive com Audiências Públicas locais.

Fiquei muito feliz também quando o Dr. Marcelo disse que há no Ministério do Trabalho uma linha de financiamento para treinamento da mão-de-obra. Ele não deixou claro se isso inclui também a mão-de-obra de nível superior. No caso, Engenheiros que teriam que descobrir aí como trabalhar com os refratários. Mas, se houver isso, com certeza terão vários candidatos no Rio de Janeiro para poder ocupar essas vagas que vão ser abertas na nova Companhia Siderúrgica do Atlântico.

De tal maneira, Presidente Paim, que nem tenho perguntas. Mas vou abrir agora a palavra aos nossos Senadores, porque sei que eles deverão ter. Mais uma vez apenas, ao final do meu pronunciamento, dizendo que fiquei realmente muito feliz e satisfeito, acho que a comunidade técnica do Rio de Janeiro, os nossos Engenheiros, o CREA e o CONFEA ficam mais tranquilos de saber de que há todo um acompanhamento por parte do Governo, do Ministério do Trabalho, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério Público no sentido de que as coisas sejam feitas dentro da lei. Muito agradecido então pela atenção. E passo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita, do Acre. V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Presidente, Senador Marcelo Crivella. Quero cumprimentar as ilustres autoridades que aqui compareceram para tratarmos dessa questão, Deputado, Senador Paim. Também da mesma forma, Senador Crivella, ouvi aqui com muita atenção a preocupação e o compromisso de representantes de setores importantes que tratam dessa questão acerca do... Dr. Luis, por exemplo, não se poderia esperar outra postura de profissional tão competente. Acho que tranquiliza a todos aqui no sentido de mostrar que o Ministério Público do Trabalho estará atento, sem histeria,

mas atento para o cumprimento das normas que regem as relações de trabalho no nosso País. Eu vejo aqui duas questões que se colocam: a primeira é a questão do trâmite legal, do ingresso de profissionais de outra nacionalidade no País. Superada essa questão, vem uma questão, eu diria, até política: a China se mostra hoje... Nós somos já tradicionais importadores do que o pessoal chama aí na rua das bugigangas chinesas. Muitas coisas são... Não se trata de bugigangas, mas o pessoal na rua já denominou isso, já cunhou essa expressão. E estamos agora também na eminência de importarmos mão-de-obra, que, diga-se de passagem, num mundo globalizado, o Senador Crivella é um defensor de que brasileiros se instalem em outras pragas, nos Estados Unidos particularmente, em busca de sonhos, de realizações. Acho muito justo. Se nós pensamos assim, não podemos ser refratários a que esse fluxo seja inverso. Com as cautelas, eu repito, porque eu acho de fundamental importância, a fala do Dr. Luis deixou muito tranquilo com relação a isso. Não precisamos arrancar os cabelos, sermos histéricos e tal. Basta que a gente observe, com muito rigor até em alguns casos, o que a legislação brasileira determina.

Então, eu também, Senador Crivella, como V.Ex^a, eu não tenho perguntas. Eu ouvi, vim aqui participar da audiência, porque uma audiência solicitada por V.Ex^a e pelo Senador Paim, a gente tem que forçosamente comparecer, porque alguma coisa de séria vai acontecer. E aconteceu. Pessoas absolutamente comprometidas e responsáveis nas suas áreas de atuação estão aqui nos ajudando a refletir sobre a questão. Creio que essa audiência não encerra e nem põe fim às nossas preocupações, eu acho que, pelo contrário, elas emulam as nossas preocupações no sentido de nos voltarmos com mais atenção para a questão.

Esse é um episódio, nós temos outros. Vira e mexe a gente vê as televisões exibindo quadros dantescos de bolivianos confinados em São Paulo. Confinamento mesmo. Trabalho escravo, confinamento. Companheiros lá da Bolívia estão numa situação por vezes até sub-humanas aqui no País. Então eu acho que esse episódio faz com que a gente volte a examinar essa questão na perspectiva integral da coisa. Está-se tratando aqui de profissionais qualificados. E aí o CONFEA entra com a sua preocupação. Mas temos no País um quadro preocupante de utilização de mão-de-obra de estrangeiros em condições sub-humanas, precárias. Eu creio que esse episódio nos remete mais uma vez para a reflexão sobre esse assunto. As autoridades brasileiras precisam estar atentas ao que está acontecendo. Porque assim como a gente não quer, não gosta do tratamento que é dado aos brasileiros, o Senador

Crivella já foi por diversas vezes aos Estados Unidos, eu diria até, acudir brasileiros que não recebem tratamento condigno, mesmo naquela condição considerada pelo País de imigrantes ilegais, mas são pessoas em busca de seus sonhos, de suas realizações e que precisariam de um tratamento decente, e não tem. Então, acho que precisamos equilibrar isso tudo. Precisamos equilibrar isso tudo. E repito, esse episódio nos leva forçosamente a que a gente examine essa questão do trabalho de estrangeiros no nosso País com muito cuidado. Nós temos aí o Mercosul, que é um caminho, é uma porta que se abre dentro da nossa região para o intercâmbio de estudantes e de trabalhadores. Acho isso uma coisa muito interessante. Agora, no momento em que essas relações ocorrem à margem daquilo que deve ser razoável, daquilo que é disciplinado em lei no nosso País, claro que acende a luz amarela, acende a luz vermelha e a gente deve de fato agir. Eu já sabia da aparência enorme do Embaixador Manoel com o Barão do Rio Branco, [risos] e, segundo--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): E, segundo o Senador Crivella, o senhor não herdou apenas a aparência, também a competência do Barão Rio Branco.

SR. MANOEL GOMES PEREIRA: Muito obrigado. Isso é a amizade do Senador Crivella.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, eu tenho certeza que não. E Barão do Rio Branco teve uma participação importante lá em questões diplomáticas envolvendo o meu Estado e eu fico satisfeito em conhecê-lo pessoalmente. Portanto, Senador Crivella, são essas as minhas considerações. Apenas reflexões para contribuir minimamente com o debate sobre a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra o Senador Botelho. V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Marcelo Crivella, senhores expositores. O que eu entendi aqui, eu cheguei há pouco, não ouvi a palestra do representante do Ministério do Exterior, mas é que ninguém está querendo... Não quer que os chineses venham para cá, assim "não, não podem vir os chineses". Admite-se que venham os que tenham conhecimento que nós não somos detentores desse conhecimento. Só que a empresa não está cumprindo as determinações do CONFEA, que tem que haver. E pelo que o nosso Presidente Marcos Túlio apresentou aí, já existem as condições para admitir as pessoas para trabalharem aqui, no item "visto temporário" ali.

Essa siderúrgica vai levar 50 mil empregos para o seu Estado na fase de implantação. Nós não estamos em condições de dispensar empregos neste País. Para uma área onde as condições socioeconômicas são ruins. Lá, nessa área de Itajaí, mais de 50% das casas não têm esgoto sanitário; a mortalidade infantil nesse Município é maior do que a média do Estado do Rio de Janeiro. São coisas que nós temos que considerar, que vão mudar no aspecto da instalação, que esperamos que mude. No projeto inicial tem a duplicação da BR 101 entre Itajaí e o porto. Que já é uma coisa que vai melhorar a vida das pessoas. Eu sei que... Eu conheço o CONFEA há muito tempo, o Presidente CONFEA do meu Estado é muito meu amigo, o nosso amigo Calheiros, eu acho que está dito, aqui foi dito o que é que tem que ser feito. Resta a empresa se adequar e cumprir as normas do Conselho Federal de Engenharia e as normas do Ministério do Trabalho também. Essa questão do confinamento preocupa a gente, porque vai dar a impressão de trabalho escravo e tudo, mas a gente deve considerar que eles também estão com medo da nossa violência. Traz um chinês que não sabe falar nada, cai na mão da turma lá do nosso querido Rio de Janeiro, o que é que vai acontecer com eles?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vão levar ele para o samba.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tomara que leve para o [risos] samba. E nós aqui no Brasil temos também realmente pessoas na CST que estão instalando uma coqueria agora lá, uma coqueria desse padrão moderno. Lógico que tem assistência, vem gente também junto para ajudar a implantar, mas o nosso pessoal está sendo treinado. E o mais importante de tudo, nessa instalação dessa coqueria que os chineses têm que fazer, nós temos que conseguir um jeito, uma forma de que a tecnologia seja transferida para a gente. Adquirir o conhecimento, a transmissão do conhecimento junto com a obra. A nossa CSN levou 50 anos para produzir cinco milhões de toneladas de aço por ano. Nós vamos fazer uma obra aqui que em três anos vamos atingir cinco milhões de toneladas de aço por ano. É uma coisa que vai trazer divisas para o Brasil e vai melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem por ali.

O que eu peço aos senhores é que façam que a lei seja cumprida e aos implantadores da empresa, que vai implantar é que cumpram a lei. Eu entendi bem que ninguém está contra a vinda dos que não podem vir. Lógico que nós não queremos que eles trabalhem aqui nas condições que trabalham lá. Mesmo na situação dos Médicos cubanos. No Estado de Roraima iam muitos Médicos cubanos, trabalhavam lá, mas tinham que dar um percentual do salário, mandar para o País e

tal. Era um trabalho semi-escravo. Eles já trabalhavam ilegais também, porque não podiam regularizar o CRM. Mas o CRM não tem essa alternativa que o CONFEA dá, de você dar um visto temporário para o Engenheiro trabalhar num período determinado aqui. Nós não temos essa condição no Conselho de Medicina.

Eu acho que foi muito boa a idéia dessa audiência para tornar pública a situação das pessoas e tornar público que as instituições não estão contra a vinda dos 600 chineses, ou "X" chineses. Estão contra a vir chineses fazer coisas que nós podemos fazer. Os brasileiros são capazes de resolver esse problema, exemplo é que está sendo montado uma coqueria no Espírito Santo também agora dentro desses padrões. Não sei se a tecnologia é australiana ou se é chinesa, mas ninguém vai fazer coisa atrasada. Ninguém vai investir dinheiro nisso.

E nós agradecemos os esclarecimentos de todos e parabenizar mais uma vez o Senador Paim e o Crivella pela audiência e pelas pessoas que trouxeram aqui, qualificadas, para nos deixar bem conscientes da situação que está acontecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Apenas para fazer um esclarecimento, tem a carta do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, que diz o seguinte: "A TKS optou pela construção de uma coqueria tipo [inaudível] Covery, que tem como pontos positivos, menor investimento, simplicidade de operação e construção e, muito importante, não é poluente". A tecnologia [inaudível] Covery, que na sua versão [inaudível], não é nova, nem foi descoberta pelos chineses, na verdade essa tecnologia foi desenvolvida inicialmente na Austrália, no início do século XX, lá no sul de Sidney... Só consultar aqui para dizer onde é que está... No Brasil, está sendo feita atualmente pelo Grupo [inaudível], o maior grupo cirúrgico do mundo, através da Sol Coqueria, que está terminando a construção de uma coqueria [inaudível] Covery, com base de tecnologia dessa aí em Tubarão, Vitória, Espírito Santo, com capacidade de 1,55 milhão de placas, e essa nossa no Rio é de cinco milhões de toneladas de placas de aço. Essa lá de Vitória é de um e meio milhão de toneladas. Quer dizer, a tecnologia existe.

Agora, uma coisa interessante, eu que convivi na África dez anos, lá a gente tem a polícia de imigração como tem nos Estados Unidos, o Brasil não tem. Carlinhos deve saber disso, o Rio de Janeiro da nossa infância praticamente você via um chinês. Hoje em todas as ruas tem estabelecimentos com chineses, restaurantes, eu mesmo freqüento. Eles fazem uma comida excelente. Eles são muito bem-vindos no Rio de Janeiro. Nos finais de semana a praia está cheia

de orientais. De tal maneira que não existe, eu diria, qualquer tipo de xenofobia no Rio. Não existe mesmo. O carioca é realmente braços abertos e as pessoas, tenham certeza, vivem ali com muita... E esses também serão muito bem-vindos desde que, claro, conforme disse o Senador Botelho, possam cumprir a lei. Com a palavra o Deputado do meu Estado, Carlos Santana, para as suas considerações.

DEPUTADO CARLOS SANTANA (PT-RJ): Sr. Presidente, Marcelo Crivella, ao companheiro Paulo Paim, aos palestrantes, eu estou aqui na condição... Primeiro quero agradecer, porque regimentalmente eu Deputado Federal não poderia falar nessa Sessão. Mas, como morador--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas V.Ex^a é um Deputado Federal muito especial.

DEPUTADO CARLOS SANTANA (PT-RJ): Eu sou morador a alguns quilômetros próximo desse investimento, porque eu sou Bangu, e lá eu milito. E quero aqui de viva-voz agradecer o trabalho que o CREA do Rio de Janeiro está fazendo, logo desde o primeiro momento, que está fazendo. Eu não tinha nenhuma ilusão, tanto o nosso Ministério do Trabalho como todos os órgãos, da sabedoria da condução desse processo, e eu que sou do movimento sindical, aqui fala um metalúrgico, e sei hoje o que é que nós estamos fazendo naquele Estado a nível da fiscalização. Nós melhoramos 100%.

Então, hoje a gente pode, com orgulho, dizer que as nossas instituições hoje estão funcionando. A minha preocupação, Senador Marcelo Crivella, que é a mesma, a população da Zona Oeste, que é a área mais pobre - quando eu falo Zona Oeste, tira a Barra, que não tem nada a ver com a gente. Barra não tem nada a ver com a gente. Quando eu falo, eu falo Bangu, Realengo, Santa Cruz, Padre Miguel, Santíssimo. Aquele povo que foi para lá que não quis ir para lá. Porque é o povo da remoção. Nós temos a realidade daquela ali, se disser que nós fomos para lá porque queríamos, não. Nós viemos das favelas do centro do Rio de Janeiro.

Então, todos lá nós somos os conjunto habitacionais. Como agora tem, a última foi o que foi feito no Cesarão e Sepetiba, que aquilo dali é moradia escrava. Não é trabalho escravo. É só ir lá para ver o que é que é feito com aquela população.

Então nós entendemos, e tem uma realidade, a cidade do Rio de Janeiro só pode crescer para aquela região. Nós somos abençoados. De um lado, que é onde tem a construção do maior porto da América Latina. Não é ainda, porque nós não conseguimos ainda fazer o calado necessário para poderem entrar os grandes

navios Panamás lá, e eu espero que um dia consiga, mas não fazendo o que a gente... Porque eu fui criado em Sepetiba, ali na praia, na praia Sepetiba... Toda aquela região aonde nós naquela época, 20 anos atrás a gente conseguia tomar banho naquele mar. Hoje nós não temos mais essa realidade. O pescador tem que levar o seu bote a quase um quilômetro e meio para conseguir ter condições de levantar e levar para dentro o seu bote internamente.

Eu vejo assim que nós temos uma dificuldade. Eu fiquei até triste, porque uma audiência como essa deveria a nossa população lá, pobre, mas tem a TV a cabo, e aí conseguiria tirar o mito que está acontecendo. Como eu sou o único Deputado Federal que moro lá e que estou lá, sou cobrado todo dia. 15 dias atrás nós fizemos uma reunião com todas as associações comerciais, com as faculdades lá locais, com as associações de moradores para discutir esse tema, e quem acabou apanhando fui eu, porque eu sou o representante do Governo naquela região. “Como é que você não sabe de um negócio desse? Como é que você entendeu essas questões?” Por quê? Nós estamos trabalhando, e o CREA inteligentemente está trabalhando muito na visão técnica dos Engenheiros. E está correto. Só que nós temos uma realidade lá. A nossa garotada está com fuzil e metralhadora na mão. Nós não temos, e aí para o Ministério, quando eu pedi uma audiência há mais de 20 dias no Ministério do Trabalho, porque nós estamos querendo ir lá para discutir que nós temos que ter uma intervenção pública naquela região para a formação da mão-de-obra daquela garotada. Eu nasci na favela, eu sou exceção. Graças a Deus, eu tive um ensinamento divino da minha família.

Então, eu sou exceção da maioria que está lá. Mas ninguém está querendo ficar com fuzil e metralhadora na mão porque quer.

Então eu venho aqui com dois pedidos: que a gente faça uma Audiência Pública lá. Campo meu negócio é sempre trecho, então Campo Grande é meio de trecho, fica entre Santa Cruz e Deodoro, que é o início da Zona Oeste, da Zona Oeste pobre.

Então, a gente poderia fazer em Campo Grande, aonde a gente levava, porque a gente pode levar os pescadores, porque nós temos que ter uma política para os pescadores lá. Nós temos que ter uma política do primeiro emprego. E nós queremos essa indústria. Nós não podemos. Porque os nossos conjuntos habitacionais não agüentam mais só serem ocupados pela polícia. Se pegarem nos jornais do Rio de Janeiro, tem matéria da Zona Oeste, mas só sobre morte. Não tem mais nada. Nós agora no Governo Lula, depois de 24 anos, nós vamos fazer, no início da Zona Oeste, a primeira escola técnica federal em Realengo. Depois

de 24 anos. E quando o Lula esteve 15 dias atrás em Santa Cruz, recebeu um manifesto pela construção de uma escola técnica em Santa Cruz. Aquela região está crescendo, mas a gente só vê os ônibus passando e levando para o pólo industrial de Santa Cruz, nós temos nove mil funcionários. Nós não temos mil trabalhadores daquela região. E quando tem é para varrer o chão da fábrica. Porque nós não temos classificação profissional. É isso que a gente tem que ver. A violência. Porque essa coisa de os chineses ficarem confinados, não é só os chineses. Todo mundo tem que ficar confinado. Porque nós não temos a qualificação profissional. Eu sou de um tempo em que era um orgulho para nós, porque eu sou ex-aluno do SENAI, da Rede Ferroviária Federal, eu ganhava salário para estudar no SENAI. Eu ganhava meio salário mínimo. E tinha os companheiros que trabalhavam no SENAI da LIGTH e ganhavam um salário mínimo. Ainda brincavam com a gente, quando a gente vinha de trem de Engenho de Dentro, eles em Triagem e eu em Engenho de Dentro, a gente pegava o mesmo trem. Ainda vinham brincar: “você só ganha meio”. Mas foi esse meio que sustentou nove irmãos, porque eu tinha um pai doente. Nove irmãos. Que ajudou sustentar e ser o homem que eu sou hoje.

Então, eu queria que, primeiro, Senador, a gente levasse esse debate para lá. A gente fizesse um debate lá. Porque isso ia esclarecer a posição, porque hoje as informações, só as informações que a gente tem pela mídia e pelo CREA do Rio de Janeiro, que vem fazendo um trabalho muito bonito, muito bom, quero elogiar a sua Diretoria na figura do Presidente, do trabalho que vem desenvolvendo, eu acho que hoje conseguiu tirar o CREA, desde a primeira gestão, já na segunda gestão, tirar o CREA daquele negócio encastelado, mas que levou para a sociedade. Porque eu acho que o papel das instituições hoje é estar nas comunidades, estar discutindo. É esse que é o papel que nós defendemos. E a gente fazer esse debate lá.

E a outra, pedir ao nosso Ministério, entendeu, Marcelo, você que está aí, ao nosso Ministério, a gente fazer um programa, um programa de formação profissional com aquela garotada que está lá. Porque, o que é que o acontece? A indústria, ela quando começar a instalar, ela quer dar resultado. E vamos aproveitar esse período, que é o período de bater estaca, que é o período ainda primário, que é o levantamento, da gente preparar essa mão-de-obra da garotada que está lá. É assim que nós vamos diminuir a violência. Porque tanto eu como o Marcelo Crivella, quando vai numa comunidade, eu não sou Deputado que chegue no Rio de Janeiro e vai para a Zona Sul e fica vendo a miséria do 10º andar, não. Eu tenho que ir para Bangu,

eu tenho que atravessar por várias favelas até chegar na minha casa. E quando eu chego na minha casa, a menos de 500 metros tem uma favela.

Então, o que é que acontece? Nós somos cobrados a todo momento. Quando você chega para um garoto daquele lá, e diz: “por que você está com um fuzil?” Ele diz: “então está bom, eu tiro o fuzil da mão, mas o que é que o senhor vai arrumar para mim?” Eu não tenho professor. Porque os professores não querem ir para a região. Nós estamos na maior crise lá. Então vamos aproveitar essa indústria, que para nós é importante, porque, além dessa indústria, com o rodoanel, aquilo dali a tendência é crescer muito e a gente aproveitar e ter um programa para aquela região, da mesma forma que nós fizemos agora para a construção naval. Para a construção naval nós fizemos um programa para quatro mil operários. Que é um negócio lindo. Priorizou aonde? Priorizou Niterói. Porque é onde está concentrado o maior número de estaleiros. Uma parte foi para o Rio de Janeiro, mas não tem um trabalhador da Zona Oeste nesse programa. Eu fui atrás desse programa. Até porque para as pessoas saírem, se deslocarem da Zona Oeste e irem lá para Mangueira, fica difícil, pelo menos tinha que ter a passagem. E isso ficava... Quando eu disse... “Olha, nós vamos priorizar mais na área do Caju e mais em Niterói, onde está.” Eu falei: “tudo bem, eu espero que um dia a gente chegue e tenha os olhos voltados lá para a Zona Oeste”.

Então, eu queria assim pedir encarecidamente que o Senador leve, e a gente pode fazer junto com a Comissão de Trabalho, da qual eu sou membro da Comissão de Trabalho na Câmara, fazer esse debate lá, para a população lá, com as faculdades, com associações comerciais, com as associações de moradores, eu acho que esse é o papel nosso, das instituições irem ao local, debater e conversar, com a presença do CREA, que vem fazendo esse trabalho. Até porque nós estamos numa fase lá de discutir o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, depois de cinco anos. Depois de cinco anos. Porque lá a gente tem uma coisa, a única coisa que vai para a Zona Oeste é Bangu I, Bangu II, Bangu III, Bangu IV, Bangu V, Bangu VII. É o que vai para lá. E lixão. Um lixão de quase 20 metros em Bangu, que você passa pela Avenida Brasil e vê e agora um outro lixão que querem fazer em Paciência. E acabaram com a nossa praia de Sepetiba e da Dona Luiza. Não tem mais nem Sepetiba e nem Dona Luiza.

Então, eu quero pedir encarecidamente, agradecer esse espaço e dizer que o mais breve possível a gente gostaria de vocês estarem lá e debatendo. E esperando que a minha audiência também, eu sei que eu fui convocado pelo Ministério a estar aqui, porque

eles falaram: “vai ter uma audiência.” Eu falei: “Eu vou lá, vou lá nessa audiência”. Por isso que eu descobri essa audiência hoje. E estou lá. Mas espero que semana que vem a gente tenha uma audiência com o Ministro Marinho e que a gente possa dar esse dobramento lá no local.

Eu estou muito satisfeito da forma clara e objetiva. Nós não estamos contra. A sociedade não está contra. A sociedade quer. Mas dentro do marco da legalidade. Eu até brinco, se os chineses forem para lá, duvido se o ano que vem eles não vão estar desfilando na Acadêmicos da Santa Cruz. Vão estar [risos] desfilando na Acadêmicos da Santa Cruz. É uma realidade. Duvido. Porque lá, aquela região é a região do samba, vai ter mesmo para eles, vão estar lá e a gente vai receber de braços abertos, mas dentro do marco da legalidade, dentro do marco que para nós extremamente importante. Então quero agradecer, em nome do Pai maior, a gente está aqui nesse momento. Agora, é muito feliz para mim saber a posição das instituições. Nós vamos ficar mais tranquilos e esperamos que o mais breve possível, quando o Senador marcar, a gente faça essa audiência lá, vai encher, vocês vão ver a comunidade toda indo lá, respaldando esse investimento que para nós é extremamente importante, para nós na região.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Deputado. V.Exª tem toda razão, a Zona Oeste do Rio de Janeiro precisa realmente de um plano de desenvolvimento, de uma atenção, para que a gente possa recuperar essas injustiças, a desigualdade social que existe por lá.

Reinaldo, parabéns pelo trabalho do CREA, conte conosco, nós vamos organizar essa nossa Audiência Pública lá, vamos encontrar um auditório, convidar as instituições, vamos convidar dessa vez também os representantes da THYSSEN KRUPP, da empresa, para conversar conosco e estar juntos no debate. E quero dizer que toda a nossa audiência foi gravada e eu vou pedir à Secretaria desta Comissão para informar a cada um dos senhores o dia em que irá ao ar na TV Senado. Mais alguma coisa a acrescentar? Muito obrigado a todos. Está encerrada a nossa audiência.

Sessão encerrada às 11h52.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (extraordinária)
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA

27 DE FEVEREIRO DE 2007, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos (as) Senadores (as) ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, JOSÉ NERY, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JUNIOR, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, SERYS SLHESSARENKO, LEOMAR QUINTANILHA, GARIBALDI ALVES FILHO, ROMEU TUMA, MARISA SERRANO E IDELI SALVATTI. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparece ainda o Senhor Deputado ADÃO PRETTO. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião da Comissão, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 1 de 2007 - CAS, de autoria do Senador Paulo Paim. Inicia-se a reunião e a Presidente coloca em votação o Requerimento nº 3 de 2007 – CAS que propõe a data de 27 de fevereiro de 2007 para a presente Audiência Pública, que é aprovado. A Presidente solicita aos Senhores Senadores José Nery e Paulo Paim que conduzam o Senhor Ministro Nelson Machado à mesa dos trabalhos. Às onze horas e trinta e um minutos o Senador Antônio Carlos Valadares assume a presidência. Às onze horas e trinta e três minutos a Senadora Patrícia Saboya Gomes reassume os trabalhos. Às doze horas e trinta e três minutos o Senador Paulo Paim assume a presidência. EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007 – CAS “Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o Papel do Parlamento, a ser realizada no dia 27 de fevereiro de 2007, às 10:00. Para a realização da audiência pública requerida deverá ser convidado o Ministro da Previdência Social, Nelson Machado”. Autor: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. Fizeram uso da palavra os Senhores (as) Senadores (as) Paulo Paim, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti e o Senhor Deputado Adão Pretto. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de

Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente Reunião conjunta destina-se à Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Nelson Machado, Ministro da Previdência, com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o papel do Parlamento, atendendo ao Requerimento nº 01 de 2007 da Comissão de Assuntos Sociais e ao Requerimento nº 02 de 2007 da Comissão de Direitos Humanos, ambos de autoria do Senador Paulo Paim.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovada.

Sobre a mesa, Requerimento nº 03 de 2007 da CAS e nº 06 de 2007 da CDH que solicita que a referida audiência seja realizada no dia 27, hoje, de fevereiro de 2007 de autoria do Senador Paulo Paim. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Peço ao ilustre Senador Paulo Paim e o Senador José Nery para conduzir o Senhor Ministro até a mesa dos trabalhos.

Dando início a nossa Reunião, a nossa Audiência, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais a honrosa presença do Ministro Nelson Machado que prontamente atendeu ao nosso convite. A sua participação nessa Audiência Pública conjunta tanto da Comissão de Assuntos Sociais, como da Comissão presidida pelo Senador Paulo Paim de Direitos Humanos é certamente da mais alta importância para todos nós. De fato o Decreto 6.019, de 22 de janeiro último, que cria o Fórum Nacional da Previdência Social dentro das ações do programa de aceleração do crescimento e

abre, evidentemente, uma nova fase de debate nesta Casa e no Congresso Nacional. Portanto, a presença do Ministro Nelson Machado inaugura essa nova fase no que se refere ao Senado Federal.

Eu quero agradecer, e mais uma vez parabenizar, o Senador Paulo Paim como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor do Requerimento que traz um assunto que é tão importante para todos nós, um assunto que tem sido debatido no Brasil como um todo. E V. Ex^a. chegando aqui hoje na nossa Comissão, certamente, vai trazer os esclarecimentos necessários para que cada vez mais a gente possa aperfeiçoar a nossa condição, e mais do que isso acolher, que eu tenho certeza, sugestões daqueles que fazem parte da nossa Comissão de Assuntos Sociais que são Senadores completamente dedicados a esta e a outras causas. Portanto, sem me alongar muito, hoje nós temos que pedir desculpas ao Ministro, porque hoje nós estamos também com a presença de três Ministros na Casa, então nós Senadores estamos nos dividindo para poder participar de todas as Audiências Públicas.

A líder do nosso bloco, Senadora Ideli Salvatti acaba de chegar. Eu agradeço também a presença da nossa líder que vai virar suplente para me prestigiar. Já pensou que honra? [risos]. Obrigada, Senadora.

Então, eu passo a palavra ao Ministro Nelson Machado para que possa fazer a sua explanação pelo tempo que desejar.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: Em primeiro lugar eu quero cumprimentar a Senadora Patrícia, Presidente da Mesa, Senadores e Senadoras aqui presentes, todos os que estão nos ouvindo.

Eu queria, antes de falar do Fórum, eu queria aproveitar a oportunidade para apresentar aqui na Comissão alguns indicadores da gestão da Previdência Social. São quatorze telas que eu vou passar aqui, são dados que eu considero relevantes até para gente entender qual é o objetivo do Fórum. Então, eu vou pedir essa gentileza, vai demorar um pouquinho, uns 20 minutos, no máximo, e aí nós falamos, especialmente do Fórum e aí a gente abre para discussão.

Este gráfico está ligado à questão da melhoria do atendimento. Eu queria reafirmar aqui que a meta do nosso Ministério nos últimos dois anos tem sido basicamente garantir o acesso ao direito previdenciário de todos os trabalhadores e trabalhadoras do país. Para garantir o acesso ao direito previdenciário, nós precisamos melhorar a qualidade do atendimento, e precisamos, também, combater as fraudes e desperdícios, porque fraudes e desperdícios distorcem e impossibilitam que a gente possa atender os direitos previdenciários.

Então, essas duas máximas são fundamentais para que a gente, efetivamente, consiga garantir o acesso ao direito. Esse gráfico mostra a quantidade de requerimentos feitos ao INSS nos últimos quatro anos.

Os senhores podem observar que em 2003 nós tínhamos uma média de 344 mil requerimentos, média/mês. Em 2004 ele subiu para 459; 2005 caiu para 428 em função de dois meses de baixa que é relacionado com dois meses de greve, praticamente; e em 2006 nós temos uma média de 582 mil requerimentos/mês, ou seja, um crescimento de quase 50% ou mais de 50% em relação ao ano anterior e com um pico em maio de 2006 de 750 mil requerimentos/mês protocolados.

Então, isso mostra que com o conjunto de ações na área da qualidade do atendimento nós conseguimos ampliar em 50% o volume de requerimentos, isso é muito importante e isso tem grandes consequências.

Ainda no tocante à melhoria do atendimento, para que a gente pudesse fazer esse incremento tão grande no volume de requerimento, além, das ações de qualidade, ampliação do horário de atendimento; além, da contratação de novos servidores, nós investimos muito fortemente na possibilidade de fazer requerimentos por meio da Internet, ou seja, nós reestruturamos no final de 2005, reestruturamos a nossa página na Internet e, além, de reestruturar a página na Internet criamos instrumentos para que os trabalhadores e as trabalhadoras pudessem acessar a Internet, já que eles não têm acesso direto à Internet. E esses mecanismos foram convênios com as diversas entidades patronais, federações do comércio e das indústrias pelo país a fora, entidades que têm centros de inclusão digital para que possa fazer o acesso, e, principalmente, a criação de uma central de tele-atendimento, central de telefone que atende pelo telefone 135 que passou então a agendar perícia médica pelo telefone 135, e aí é fácil de ver esse gráfico.

A linha avermelhada mostra o agendamento feito nas agências; a linha azul, logo abaixo, mostra o agendamento feito pela internet, e aí nós podemos perceber que em junho do ano passado as duas curvas se cruzaram e hoje, janeiro de 2007 nós tivemos 292 mil requerimentos de auxílio-doença feito pela internet. Isso significa que nós retiramos das agências mais de 280 mil pessoas que deveriam ter ido para fazer o requerimento, fora a quantidade de vezes que o povo vai para fazer o requerimento e depois não consegue fazer.

Então, isso que mudou a qualidade efetiva do nosso atendimento, foi a possibilidade de fazer o atendimento fora da agência, com o agendamento previamente definido.

Reflexo disso é o tempo de permanência do segurado nas nossas agências. Essa é uma estatística feita a partir do sistema chamado Siga, um sistema implantado em 679 agências, aonde o segurado quando chega pega a senha, e ao momento que ele é atendido, termina o atendimento é dado baixa. Então, feito o cômputo médio, nós tínhamos um tempo de 1 hora e 45, 1 hora e 50 minutos em outubro de 2005 e conseguimos baixar esse tempo agora para uma hora, ainda é muito tempo, o tempo médio de espera ainda é muito tempo. Quando nós chegarmos no ponto onde todo o atendimento na Previdência possa ter sido agendado previamente, portanto, o segurado chegando na agência com hora marcada, nós acreditamos baixar esse tempo para 35, 40 minutos, no máximo.

Como consequência da redução do tempo, a redução do número de pessoas que vão até as agências, nós temos aí um indicador das nossas filas. Isso aí mostra o seguinte: em dezembro de 2005, todo mundo lembra a discussão sobre a fila, se a gente vai ou não vai acabar com a fila, e essa era a nossa meta acabar com a fila da madrugada nas agências da Previdência Social.

Em dezembro de 2005 nós medimos a fila, medimos é uma coisa simples, toda vez que você tem um objetivo você tem que medir para poder ter a meta e saber onde vai chegar. Medimos, nós tínhamos uma média de oitenta pessoas na fila no momento em que a agência era aberta. Média de oitenta pessoas significa, Senadoras e Senadores, significa que nós podemos ter lugar que tem dez, quinze, vinte; mas lugares que tem duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas pessoas na fila.

Depois desse conjunto de ações, qualidade no atendimento, Internet, aumento do tempo de abertura das agências, contratação de novos funcionários, esse número caiu para quarenta, trinta e cinco, trinta, e agora dezembro de 2006, que é a nossa última medição conhecida, nós estamos com média de vinte pessoas na fila, isso significa que nós reduzimos para 1/4 a quantidade de pessoas na fila no momento que a agência é aberta.

Nós temos convicção que esse número em termos médio tem que baixar para cinco, dez, porque sempre, obviamente, nós vamos ter pessoas que vão estar na porta da agência na hora que abre a agência, ninguém vai conseguir fazer como a produção de carro japonês, "on time", quer dizer, abre a porta e o cara chega, não vai ter jeito, então ele vai chegar sempre antes. Mas ela tem que ficar num número de cinco, dez, quinze pessoas que é um número médio aceitável.

Dentro da linha da melhoria de garantir o acesso ao direito, melhorar o atendimento e combater a fraude

de desperdício, uma ação desenvolvida pelo Ministério é a questão do senso previdenciário, que eu tive oportunidade de mostrar aqui nesta Casa o projeto, lá em setembro de 2005, e aí nós temos um quadro que mostra os resultados até agora. Os senhores devem se lembrar que o modelo do senso foi montado para ser um modelo muito lento, muito devagar, mas muito seguro respeitando as condições dos nossos aposentados e pensionistas, condições aonde eles precisam de questões e condições especiais, porque tem dificuldade de leitura, às vezes de compreensão, de locomoção. Portanto, desde o momento em que o segurado é convidado para fazer o agendado até o último edital de suspensão do benefício se passam oito, nove meses, então é bastante demorado, tanto que começamos em outubro de 2005 e os seus reflexos irão até setembro de 2007, por isso que eu dizia que isso é uma ação, embora, política do nosso Governo, é uma ação do Estado Brasileiro porque a lei já há muito tempo colocava que era obrigatório fazer o senso a cada cinco anos. Desde 91 estava colocado é a primeira vez que nós estamos concluindo um senso dessa magnitude. Para ter idéia do tamanho disso, nós estamos fazendo um senso com dezessete milhões e duzentas mil pessoas, desses dezessete milhões e duzentas mil pessoas, nós temos ainda sem participar do senso apenas 758 mil 346, portanto, nós estamos no nosso finalzinho, e é importante documentar aqui dois conceitos importantes, o primeiro é o da cessação de benefícios. Então, depois de todo o processo de avisar no terminal, mandar carta, fazer edital, suspender o benefício, permitir que durante três meses depois de suspenso, o beneficiário aparecer no banco comprovar a existência, trazer o documento o recurso é liberado quase que imediatamente, depois disso tudo o benefício é suspenso.

Então, nós temos ali naquela coluna benefícios cessados. Nós cessamos até agora 43 mil, 553 benefícios com basicamente até o mês de março, porque já estamos computando ali a cessação que vai estar colocada agora no pagamento da próxima semana. Ainda falta colocar as cessações que ocorrerão a partir de abril até setembro, esse número deve subir bastante. Mas o mais importante do senso não é a cessação direta pelo senso, o mais importante é na última coluna ali. Cessações por motivos não relacionados ao senso, 726 mil, então dessa massa de 17 milhões, 726 mil foram suspensos. Que suspensão é essa? É uma suspensão que não está ligada diretamente com o senso, mas é uma suspensão que tem a ver com o senso, por quê? Porque a Previdência Social sempre cessou benefício, quando o segurado falece a família comunica, ou o nosso sistema de informação de óbito

nos passa a informação, a DATAPREV roda as informações e faz as suspensões. Só que nós tínhamos antes do senso algumas dificuldades, primeiro: grande parte ou uma parte das famílias não devolvia, aliás, nem sabia que tinha que devolver, às vezes até pensava que o cartãozinho fazia parte da herança. Isso aconteceu e não é brincadeira. De outras vezes a informação não chegava até a Previdência via o sistema de óbito, mas o sistema nosso não era capaz de detectar. Porque aparecia lá Nelson Machado, deve ter uns quinhentos Nelson Machado, então qual deles? Então, na dúvida não pode cortar de ninguém.

Agora com o cadastro mais adequado, atualizado para aqueles que já fizeram, com a campanha que foi feita com relação aos benefícios, com relação ao senso, a importância de comparecer e a adesão dos nossos aposentados e pensionistas que aderiram muito fortemente à questão do senso; a velocidade de suspensão dos benefícios aumentou muito. Então, esses 726 eu não consigo separar o que é que é o normal, o que é que é o aumento de velocidade que precisaria fazer estudos econométricos, mas claramente esse benefício, essa sensação aumentou muito rapidamente, o que mostra que, efetivamente, o senso tem sido um sucesso.

Nós temos tido muito cuidado com o senso porque nós tratamos com um pessoal que tem dificuldades, e eu quero já até colocar aqui para a Comissão alguns aspectos que me preocupa bastante e nós vamos ter dificuldades no próximo mês de abril, isso porque no nosso modelo nós tínhamos colocado a possibilidade daqueles que não tiverem condição de locomoção pudessem mandar um procurador fazer o senso, e isso foi feito, o procurador faz o senso. Acontece que o senso só se completa quando um funcionário da Previdência vai lá e faz a visita e comprova que o segurado está naquele endereço e tal.

Nós tivemos mais de seiscentos mil benefícios sendo recenseados pelo procurador, já fizemos trezentas e tantas mil visitas e dessas trezentas e tantas mil visitas, 32 mil não foram encontrados. Esses que não foram encontrados nós já lançamos o edital na semana passada, agora o edital convidando para que eles compareçam a uma agência da Previdência Social para dar o novo endereço do segurado, porque o segurado, nesse ínterim, pode ter mudado, pode ter ido para casa do outro filho, mudado de casa de repouso, pode ter acontecido alguma coisa, o nosso funcionário pode não ter encontrado o endereço correto; enfim, pode ocorrer várias questões, várias possibilidades, mas o fato objetivo é que nós não encontramos. Portanto, o benefício poderá ser suspenso. Então, nós fizemos o edital convidando para fazer a visita até a agência,

levar o novo endereço para que a gente possa fazer a visita. Caso isso não ocorra, nós teremos a suspensão de cerca de 30 mil benefícios de pessoas que fizeram o senso mediante procurador e que não foram encontrados. E portanto, o que nós teremos a partir de abril é uma possibilidade dessas pessoas terem o benefício suspenso e aí terem que, obviamente, irem até a agência, dar o novo endereço para que o nosso funcionário faça a visita e que ele possa, então ter o benefício reativado. Isso, obviamente vai demorar uns cinco, seis, dez dias para o benefício ser reativado. Então, é uma questão importante e eu já queria deixar essa comunicação, que nós precisamos do apoio, inclusive, da Comissão para que compreendam que a Previdência não pode deixar de suspender esse tipo de benefício, embora nós saibamos que vai ocorrer situações onde as pessoas ficarão dez, quinze dias, porque, muitas vezes, essas pessoas podem não existir, evidente, mas grande parte deve existir, simplesmente mudou de endereço e não toma conhecimento e colocar o edital, a gente faz porque é obrigação legal, mas pouquíssimas pessoas lêem edital, vocês sabem disso.

Aí a questão das pesquisas, eu já falei. Então, nós já temos 651 mil pesquisas geradas, 390 mil já foram respondidas, 136 falta aguardar resposta e 124 mil está sendo para distribuir. Então, esse processo desse edital da 30 mil vai se repetir, agora todos os meses teremos um pequeno edital das pessoas que fizeram por procurador e não compareceram.

Falar um pouquinho aqui de auxílio-doença. Dentro dessa linha de combate às fraudes e desperdícios, além, do senso uma outra ação com relação ao auxílio-doença. O auxílio-doença é um instituto fundamental de cobertura dos trabalhadores brasileiros. Por que ele é fundamental? Porque ele provê o recurso, provê o salário para quando o trabalhador ou a trabalhadora, por condições de doença profissional ou acidente de trabalho, ou uma doença qualquer que a impossibilite de trabalhar ele possa ter um seguro social, ele ter a sua garantia, ter a sua renda para manter a sua família até que ele possa voltar à condição de trabalho.

O que é que aconteceu com o auxílio-doença? O auxílio-doença aconteceu uma coisa muito grave neste país.

Esse gráfico mostra a quantidade de auxílios-doença emitidos em um mês pegando os pontos de dezembro em dezembro de cada ano.

Em 2000, em dezembro de 2000 a Previdência Social pagou 569 mil benefícios. A partir dali essa quantidade fez uma inflexão e uma subida vertiginosa, passou para 650, 950, 1,2 milhão, 1,5 milhão; fechou 2005 com 1 milhão 618, sendo que em 2005 já estava caindo, porque o pico foi outubro 1 milhão 660.

O auxílio-doença tem a ver com as dificuldades no trabalho, no ambiente de trabalho, a forma do trabalho; enfim, tem a ver com a quantidade de segurados, tem a ver com as doenças, mas não tem nada, do ponto de vista material, objetivo no nosso mercado que explique que a gente saia de 600 mil para 1 milhão e 600 em cinco anos, não tem nada que possa explicar isso do ponto de vista das doenças objetivas.

Nós passamos a analisar qual era a causa disso por quê? Não tivemos nenhuma tsunامي, não tivemos nenhuma peste, não tivemos terremoto, nada. Então, como é que pode acontecer isso? As empresas não pararam de cuidar dos seus. As leis continuaram iguais de seguro... Por que é que mudou?

Então, nós detectamos duas questões que nós consideramos que são centrais. A primeira é que a partir da 2000 a questão da terceirização da perícia médica ganhou asas e voou para tudo quanto é lado. Porque até então era possível a terceirização, seja médico perito terceirizado, mas tinha um supervisor que validava aquela perícia. Ocorre que o acúmulo de necessidade de perícia era tão grande que se tornou inviável fazer a perícia depois validar a perícia com... E a opção foi liberar para a terceirização mesmo. Portanto, qualquer médico conveniado, um simples contrato, ganhando por consulta feita, passou o fazer perícia médica.

Esse é um dos elementos que fez que a curva tivesse esse comportamento. Um outro foi a mudança na forma de cálculo do auxílio-doença. O auxílio-doença que tem como objetivo manter o salário do trabalhador no momento que ele deixa de trabalhar e é um benefício transitório, não é um benefício permanente, é um benefício transitório que tem um período curto de duração, ele passou a ser computado, o cálculo do benefício passou a ser computado como se fosse um benefício permanente e isso significa que pega toda a vida laboral, escolhem os 80% das melhores observações e tira a média, depois de atualizada mensalmente. Isso causou uma distorção. Qual a distorção? A distorção é que em mais de 50% dos casos o auxílio-doença pago pela Previdência Social é maior que o salário do trabalhador. Então, isso é uma disfunção porque isso passa a induzir, é racional, o benefício pago pela Previdência em 50% dos casos é superior ao último salário percebido. Isso é, obviamente uma indução ficar no auxílio-doença. Qualquer um faria isso, gente, é racional. Se você ganha dez e pode ganhar doze, e ganha doze, por que vai voltar a ganhar dez? Não tem cristão que faça diferente. Qualquer um da sala aqui... É uma questão racional isso. Então, esse é um dos elementos, é uma disfunção. E por que acontece isso? Por várias razões.

Temos [inaudível] no salário ao longo do tempo, desemprego no meio do caminho e tal. Mas o que faz com que e qualquer técnico pode fazer essa continha, é uma coisa simples de fazer. Ao longo do tempo, quando a gente pega toda a vida laboral o que é que acontece? Nós estamos pegando período onde a inflação foi elevada, inflação elevada. Inflação elevada significa que nós temos um valor do salário aqui com poder de compra nesse patamar no momento em que ocorre o dissídio, mas que mês a mês, dia a dia com a inflação ele vai corroendo, então o poder de compra real vai caindo. Portanto, o salário médio real naquele ano de inflação não é esse pico aqui, está aqui no meio, porque todo mundo entende isso, ele vai caindo em maneira de compra. Mas o processo de cálculo que é de atualizar mês a mês cada um deles faz com que o valor do salário fique parecendo real para o efeito da média, então isso eleva o valor real da média.

Então, em 50% dos casos nós temos essa disfunção. Essa disfunção está sendo corrigida, tem um Projeto de Lei de autoria aqui do Senado a partir de uma Medida Provisória que foi aprovada na Câmara, aí caiu no Senado, o Senado transformou num Projeto de Lei, já foi aprovada pelas Comissões, me parece que hoje está em plenária, deve estar na pauta para ser alterada. Esse projeto para a Previdência Social é muito importante porque ele atua na questão da gestão, esse projeto originalmente estava só com a questão de colocar um teto para o auxílio-doença. É importante, Senadoras e Senadores, ele não muda o critério de cálculo, o critério de cálculo permanece o mesmo, porque nós entendemos que o critério de cálculo tem que ser uniforme para todos os benefícios, é correto isso. Então, pega a vida laboral inteira, fica com menos exceções, é mais fácil.

Então, o critério de cálculo é o mesmo. A única coisa que está sendo colocada é que feito o cálculo nós tenhamos um teto, que esse teto seja a média do salário dos últimos doze meses, que foi uma sugestão, inclusive, da Câmara. Nós tínhamos colocado o teto ser o último salário, mas numa discussão, eu acho que com a Câmara e aqui com o Senado foi colocado o seguinte: ele pode estar no último mês, no último mês do dissídio.

Então, façamos a média, não tem problema, faz a média. Então, o teto é a média. Além disso, foram colocados também nesse Projeto de Lei, algumas coisas que vão nos ajudar muito em termos de gestão que é estabelecer responsabilização para os cartórios que não informarem correta e adequadamente os óbitos sobre a sua jurisdição, porque o nosso sistema de óbitos é fundamental que tenha presteza na informação, qualidade e clareza. Então, esse projeto também coloca

questões dessa natureza. Parece-me que ele também coloca a questão dos 11% que já foi aprovado no simples e talvez tenha que retirar isso desse PL.

Então, o que aconteceu com o auxílio-doença? A partir dessas indicações nós fizemos duas coisas: uma é a questão do Projeto de Lei que está aqui e eu espero que a gente consiga aprovar com celeridade, ponto um e ponto dois. Em 2003 o Congresso Nacional votou uma lei obrigando a Previdência Social a acabar com a terceirização médica, acabar com a terceirização, e deu prazo até fevereiro de 2006.

Então, o Executivo a partir da 2005 tomou todas as providências para que a gente pudesse contratar médicos peritos e acabar com a terceirização, e isso foi feito. Hoje todos os médicos peritos são concursados, funcionários públicos e, portanto, que tem um dever de lealdade com o Estado e com a população para prestar um serviço, garantir o acesso ao direito, mas apenas àqueles que têm direito.

Consequência disso. Esse é o valor, aquele lá é em quantidade, aqui é em valor. Eram 4 bilhões por ano, pagamos o ano passado 2005, treze milhões e 2006, doze bilhões. Então... Bilhões, isso aí é bilhões. Saiu de quatro para treze bilhões, e o ano passado com a medida de gestão nós conseguimos trazer para treze, e eu acredito que com as medidas de gestão em andamento e com a política de combater os efeitos, combater os efeitos efetivos da doença e da questão dos acidentes profissionais, nós podemos reduzir isso muito mais. Nós já fizemos a regulamentação da lei que foi aprovada já pelo Congresso, mudando as alíquotas de segurança do trabalho que vai beneficiar as empresas que tiverem menos auxílio-doença, menos pessoas que vão buscar o auxílio, portanto, tiveram doença profissional ou acidentes, e beneficiando aquelas que tem menos e penalizando as que têm mais.

Em termos de quantidade... Pode passar mais uma? Esse é o gráfico que mostra as quantidades, mas agora só pegando mês a mês. Então, vocês podem observar o momento em que a terceirização começa a deixar de fazer efeito. Ele pega de janeiro de 2003 e vai até janeiro de 2007.

Nós temos ali em outubro de 2005 um pico de 1 milhão e 600 que eu havia falado, ali nós temos uma queda onde começa a aparecer já o trabalho dos médicos peritos terceirizado, ele caiu mais do que a gente esperava, porque faltou médico, o nosso concurso, infelizmente, atrasou dois meses no começo de 2006, mas com a retomada dos novos concursados, então as perícias que estavam represadas foram desrepresadas, subiu um pouquinho e agora eu acho que ele retoma a linha de estabilidade e de queda. A linha pontilhada mostra quanto seria a quantidade de benefícios de

auxílio-doença caso não tivesse tido nenhum tipo de mudança. Se seguisse a trajetória normal hoje, ao invés de 1,5 milhão, nós estaríamos perto de dois milhões de benefícios. Então, é importante a gente olhar para essa questão, a gestão previdenciária é fundamental para que a gente possa ter uma gestão saudável, justa e sustentável no longo prazo.

Aqui está mostrando os efeitos mês a mês da quantidade de benefícios, esses são os benefícios permanentes, nós temos hoje vinte milhões de benefícios permanentes e eu queria chamar a atenção também para o descolamento dos pontos observados da curva de tendência. No meio de 2006 para frente nós temos um pequeno descolamento. Como nós estamos aumentando a capacidade de atender, como nós estamos tendo mais requerimento e não estamos negando mais do que negávamos antes, portanto, devia estar aumentando a velocidade, e os pontos deveriam estar acima da projeção, estão abaixo. Estão abaixo por quê? Está abaixo em função do trabalho do senso previdenciário, do aumento da velocidade da suspensão de benefícios que não tinha antes, fruto da gestão, fruto do senso.

Essa aqui é a quantidade de benefícios assistenciais. Lembrar sempre que benefícios assistenciais que é a LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, elas não compõem as contas da Previdência, mas são administradas pelo INSS. Portanto, os números estão aí, observem que ele tem um crescimento bastante expressivo em 2004 até 2006 quando tivemos a antecipação da idade de 68 para 65 anos e agora ele retoma o patamar de crescimento normal, continua... Crescimento nós temos hoje 2 milhões 956 mil benefícios assistenciais tanto para idoso quanto para pessoas deficientes.

Isso é a curva que sintetiza todos os benefícios assistenciais, os benefícios permanentes e os benefícios de auxílio-doença.

Então, chamar atenção também para a curva, nós tínhamos uma tendência de crescimento que vinha até novembro de 2005, a partir de 2005 os dados observados descolam da curva, e descolam da curva em função da gestão.

Quero deixar claro que esse deslocamento aí é um deslocamento temporário, por que é temporário? Porque ganho de gestão nós temos, e aí temos um limite, no primeiro momento você tem um ganho maior, mas gestão você ganha mais, aplica em qualidade e etc., mas nós temos algo que é inexorável, nós vamos viver mais e a idade passa para todos nós, ela é inexorável, não adianta e nós teremos uma redução na nossa taxa de fertilidade. Portanto, o volume de benefícios sociais a serem pagos vai retomar a taxa

de crescimento dentro de alguns anos, aí no médio prazo quatro, cinco, seis anos, essa também é uma formulação importante, nós estamos trabalhando que no curto prazo e curto prazo previdenciário, significa que no curto prazo, três, quatro, cinco anos as coisas não vão mudar as contas, mas lá na frente vão mudar, por isso que vamos ter que discutir o Fórum.

Esse dado repete o do anterior, só que em barras anuais, mostrando que em janeiro da 2007 nós temos benefícios previdenciários 21 milhões 590 contra 21 milhões 640 em dezembro de 2005, aquele gráfico já mostrou que tem uma pequena queda em janeiro. E benefícios assistenciais a barrinha branca embaixo, 2 milhões 940, contra 2 milhões 960 em 2007.

Eu gosto, particularmente, deste gráfico e quero chamar atenção disso porque ele separa com clareza na barra aquilo que é benefício previdenciário do que é benefício assistencial porque nós acostumamos sempre falar em 24 milhões e aí faz confusão. Nos 24 milhões e 500 mil, estão juntos os benefícios assistenciais que não estão nas contas do déficit da Previdência, nunca estiveram, então é importante deixar isso claro. Por isso que eu gosto dessa barra, porque mostra benefício previdenciário, 21 milhões 590, isso está dentro da Previdência, nas despesas e receitas da Previdência. Os 2 milhões 960 é a Lei Orgânica de Assistência Social, benefício assistencial pago pelo Tesouro com as contribuições do assegurado social.

E essa aí é a última tabelinha, que eu também gosto muito. Ela mostra a execução do ano passado, 2006, e mostra o seguinte: na linha axuriada(F) com verde nós temos arrecadação líquida de 123 bilhões o ano passado, essa arrecadação é só sobre a folha de pagamento especificamente, mais a contribuição rural sobre a primeira comercialização, e depois nós temos na linha axuriada(F) também, a linha 4, nós temos os pagamentos dos benefícios previdenciários, foram pagos 165 bilhões, 585 e a linha 5 axuriada(F) também nós temos então o déficit tradicional que é 42 bilhões o ano passado, 42 bilhões.

Esse é o modelo tradicional de apresentação de contas aonde coloca simplesmente a receita exclusiva e arrecadada só sobre a folha versus todos os benefícios da Previdência.

Eu acho que nós temos que ter uma maneira mais adequada de fazer a apresentação das contas, até para dar, efetivamente, nome aos atores que estão no palco.

Então, nós já temos item 2: arrecadação da CPMF, isso a lei diz com toda clareza que do 0,38 0,10 é receita previdenciária. O Tesouro sempre transferiu isso para a Previdência, mas transfere e aparece lá nas necessidades de financiamento como se fosse déficit depois.

Então, a nossa sugestão é que isso entre como receita efetiva, transferência e receita, e tudo bem. Além disso, nós temos um conjunto de renúncias previdenciárias. Renúncias o que é que são? São receitas potenciais que a Previdência deixa de arrecadar em função de políticas públicas corretas, adequadas, mas não previdenciárias e não são previdenciárias, por exemplo, o Simples, importantíssima a questão do simples, muito importante, ele fortalece a formalização do emprego, formalização das empresas, é muito importante isso, mas uma empresa do Simples que tem três funcionários não recolhe 20% sobre a folha como todas as outras empresas, no entanto, o seu funcionário vai se aposentar vai ter salário-maternidade, auxílio-doença, reclusão; igualzinho a todos os outros. Então, em função de uma política pública definida e aceitável, correta, nós temos uma perda de receita potencial da Previdência, isso não pode ser colocado então como um déficit da Previdência Social, isso é uma receita em potencial que devia ser coberta pelas outras receitas da seguridade feita pelo Tesouro.

Entidades filantrópicas. A mesma coisa, ninguém vai discutir aqui a validade, a importância da política pública de fortalecer as santas casas de misericórdias, os hospitais filantrópicos, as universidades que hoje dão as bolsas do ProUni, um programa maravilhoso que incorpora milhares e milhares de estudantes na possibilidade de ter um curso superior, mas isso é política de educação, não pode ficar à conta da Previdência Social. A mesma coisa das assistências sociais que presta um serviço enorme para o Ministério da Previdência Social também devia estar lá na conta do meu amigo Patrus Ananias, e assim por diante.

A exportação da produção rural, 1 bilhão e 800. É claro que ninguém exporta imposto, tudo bem está certo, tem que fazer a desoneração da exportação, não tem dúvida nenhuma. Agora isso é política de governo, isso não é política previdenciária, portanto, isso aí também deveria ser uma receita da Previdência. Se a gente computar, portanto, essas receitas potenciais, se a gente alocasse essas receitas potenciais como despesa lá nas políticas aonde elas realmente fazem sentido, então o nosso déficit deixaria de ser os 42 que estão axuriados(F) e passaria para 22. E dentro dos 22 a gente estaria separando com muita clareza. Na área urbana que é o setor contributivo nós teríamos 4 bilhões. Esse número foi divulgado há um mês e meio com 3 e 700, agora está com 4 e 100 porque foi revisto as estimativas de renúncia. Esses números são, obviamente, gerenciais, portanto, eles podem ser mudados na medida em que vai sendo realizado. Tem uma notinha de rodapé que mostra até quando foi realizado e assim por diante. Mas a qualidade do

número não muda. Então, 4 bilhões e 100 é o déficit do setor urbano contributivo, e o setor rural 18 bilhões 266. Essa separação é importante para mostrar o seguinte: o setor urbano contributivo que é o que tem a maior receita e a maior despesa. Se nós continuarmos apostando firme em pequenos ajustes na gestão com a ajuda desta casa, nós podemos trabalhar com a idéia de levar isso a zero. Aliás, porque isso não pode ter déficit, não faz sentido, se ele é contributivo e nós trabalhamos com o conceito de que nós trabalhamos com a repartição simples que é a solidariedade entre as gerações, isso não pode ser déficit, tem que ser zero. Então, nós temos que tomar todas as medidas para levar isso a zero.

Já o valor do rural é diferente, porque no valor do rural quando foi criado esse benefício previdenciário, foi dito com todas as letras que a forma de pagamento seria sobre a produção agrícola e teríamos outras receitas para colocar. Então, ele está lá, são 18 bilhões. Nós temos muita coisa para melhorar em termo de gestão, mas isso aí sempre vai ter uma despesa superior à receita, sempre, e isso não tem importância nenhuma, porque no mundo inteiro também é assim, no mundo inteiro é assim, só precisamos melhorar a nossa gestão.

Temos um Projeto de Lei, está na Câmara, deverá vir para o Senado, espero, o mais breve possível, que vai melhorar muito a nossa capacidade de gerir esse benefício que é fundamental para as famílias, que fixa as famílias trabalhadoras no campo, na economia agrícola que é fundamental para gente ter um trabalho de socialidade, de civilidade neste país, nós temos que proteger, efetivamente, o homem do campo.

Essas eram as coisas que eu queria passar em termos gerais. Pode terminar a apresentação.

Então, a partir disso, eu só queria colocar duas coisas: o nosso diagnóstico é que nós não precisamos sair correndo para fazer nenhuma reforma, ponto 1, não precisa, por quê? Porque em termos de política pública, em termos de contas públicas os próximos quatro ou cinco anos as contas estão dadas, nós não vamos mudar o patamar de necessidade de financiamento com participação do PIB, dos 2% do PIB, quando a gente pega 42 bilhões, ali dá dois e pouquinho do PIB, isso não vai mudar. Com as medidas de gestão que já foram tomadas, a aprovação da receita do Brasil que foi feita agora recentemente, nós vamos ter melhor condição de fazer a fiscalização, a administração e a arrecadação, portanto, isso já é uma melhora. Com a aprovação da questão do auxílio-doença e os programas de gestão de melhoria da qualidade do trabalho nas empresas que vai buscar, fundamentalmente, em primeiro lugar, reduzir a doença e a dor dos trabalhadores e conse-

quentemente, reduzir também o auxílio-doença que é uma consequência desejada também, nós temos condição de manter isso no patamar. Agora, nós temos consciência que nós temos o dever, nós temos a obrigação de neste momento discutir com calma, com tranquilidade, sem, inclusive, a pressão partidária do momento, até porque ninguém sabe quem vai pagar a conta, qual é a força hegemônica, quem vai pagar as contas nós sabemos, quem vai pagar a conta são os que vão nascer ainda, que não nasceram até, mas ninguém sabe em termos de força política quem é que vai estar administrando o Senado, quem é que vai estar administrando o Ministério da Previdência, quem vai estar sentado no Palácio do Planalto daqui a dez, quinze, vinte anos, ninguém sabe isso.

Agora, todos nós sabemos que a nossa população está mudando, a nossa pirâmide etária vai deixar de ser uma pirâmide muito rapidamente. Todo mundo sabe disso. Nós já estamos, Patrícia, permita-me chamá-la assim, Senadora, nós já estamos num momento onde a taxa de fertilidade das mulheres caiu de 6, 7 na década de 60, minha mãe teve 7 filhos para 2, 2.1 que é aquilo que os demógrafos(F) chamam ponto onde nós estamos só na reposição.

Então, nós temos uma visão de futuro que mostra que em 2040, 2050 nós teremos uma população decrescente e envelhecida, que é o cenário do mundo europeu, nós teremos esse cenário daqui a 40 anos. Então, é obrigação nossa hoje discutir e pensar como nós temos que montar um modelo previdenciário que seja justo e sustentável no longo prazo. Isso é obrigação nossa, porque hoje nós temos tempo de fazer isso com calma, com discussão e observando os pressupostos que o Fórum Nacional da Previdência se colocou que é manter a Previdência Social pública, básica, universal e solidária e o pilar privado, complementar e de capitalização. Respeitar todos os direitos adquiridos, nós temos condição de fazer isso. Respeitar todos os direitos adquiridos. Ou seja, aquele que se aposentou, aquele que tem a sua pensão está reservado, está preservado. E podemos garantir que podemos fazer uma transição longa para as novas situações porque, evidente, se o nosso [inaudível] de vida há cinco, dez, quinze anos era de 50, 55, 60; e hoje caminhamos para 70, 75, 80, não dá para dizer que nós podemos manter o mesmo modelo de hoje, não dá, isso é impossível, matematicamente é impossível, todo mundo sabe disso, não é possível. Não é possível por quê? Porque é uma questão física. O pacto que foi feito na década de 60 e 70 tinha um cenário, hoje o cenário é totalmente outro e nós estamos vendo já o que acontece lá fora, estamos vendo na Europa o que está acontecendo.

Se a gente não fizer o consenso na sociedade mais rapidamente possível para fazermos as alterações o mais rapidamente possível, mas com a projeção de transição longa, em algum momento alguém será obrigado a fazer, talvez sem essas condições propícias que nós temos agora. Eu acho que nós temos uma quadra histórica muito importante e possível para fazer o consenso. Na busca do consenso, então Srs. Senadores e Senadoras, o programa de aceleração do crescimento criou o Fórum Nacional, o Fórum Nacional tem seis meses de prazo para buscar consensos, nós convidamos as centrais sindicais, todas as centrais do país. Convidamos a confederação dos aposentados, a CONTAG que é a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, as confederações empresariais da agricultura, do comércio, transporte, finanças, são as cinco indústrias. Temos oito Ministérios envolvidos. Estamos convidando diversos órgãos, entidades para serem observadores no Fórum e o objetivo do Fórum é durante dois meses, discutir e trazer para o Fórum e para a sociedade brasileira o diagnóstico, quais são os dados que as nossas academias, que os nossos institutos de pesquisa, que as nossas universidades já têm, já levantaram, ninguém vai estudar nada de novo, já está tudo aí existindo, todo mundo conhece isso, mas se isso está fechado, isso não fez ainda o debate nesta Casa, o debate no Executivo como um todo, e o debate principalmente na sociedade.

Então, o Fórum vai ter esse papel, fazer o debate no Fórum e fazer isso na sociedade.

Depois temos um período para analisarmos as propostas. Também proposta não precisamos inventar nenhuma, tem proposta para tudo quanto é gosto, em tudo quanto é canto. Então, o que nós vamos ter que fazer é simplesmente trazer as propostas para o Fórum, fazer o levantamento e depois fazer uma discussão, um debate e buscar o consenso. E pensando sempre que este acordo, este consenso tem que refletir um conjunto de pessoas que não está no Fórum, os interesses deles que são os interesses dos nossos filhos e dos nossos netos. Esse é o direito mais fundamental que nós vamos ter que observar na busca desse consenso, porque é fácil nós discutirmos os direitos daqueles que estão aqui, cada um se defende, agora nós temos que defender o direito daquele que não está em condição de se defender agora, que é a geração futura. E é por isso que eu aposto muito na possibilidade de construirmos um consenso no Fórum e consensos esses que depois serão obviamente traduzidos em ordenamentos legais e serão então apreçados por esta Casa.

Era isso. Muito obrigado.
[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Agradecer, mais uma vez, a explanação tão esclarecedora que o Ministro nos trouxe a esta Comissão e já, imediatamente, passar a palavra ao Senador Paulo Paim, autor do requerimento, Presidente da Comissão de Direitos Humanos pelo tempo que for necessário para fazer suas indagações e comentários.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que preside esta Comissão de Assuntos Sociais.

E dizer que eu vou tentar ser o mais breve possível, até porque os outros Senadores também devem formular as suas perguntas.

Primeiro dizer, Ministro Nelson Machado, que eu entendo que V. Ex^a. reúne duas grandes condições para mim para estar a frente desta pasta. Eu lhe confesso, não sei se ajuda isso, se dependesse de mim, essa é uma das pastas que o Presidente não deveria mexer, mas nós sabemos que a decisão é do Presidente e ele que vai tomar. Porque eu tenho acompanhado o seu trabalho de perto, com muito carinho e respeito. Estive diversas vezes quando assim solicitei junto a V. Ex^a., V. Ex^a. ter me explicado detalhadamente os questionamentos que, porventura, eu tenha levantado.

Eu acho que V. Ex^a. foi muito corajoso, claro, com a participação do Presidente da República quando faz essa separação do sistema contributivo e da assistência, os dois são legítimos, e eu dou esse depoimento que para gente, é como eu tenho dito Ministro, a gente está lavando a alma na sua gestão. E lhe confesso que eu fiquei muito feliz naquele dia que o Presidente da República recentemente, e isso não me vem mais com essa história, a frase é do Presidente, de déficit da Previdência, baseados nas contas e números que naturalmente V. Ex^a. expôs aqui com brilhantismo de sempre, que se todos os recursos destinados à Previdência, não estou falando em seguridade social, simplesmente, o que é destinado à Previdência, entre eles a condição de empregado e empregador, efetivamente, como mudaram o constituinte de 88 eu estava lá, porque nós sabíamos que só a contribuição da folha de pagamento não seria o suficiente, se as contribuições asseguradas pela Constituição, efetivamente, ficasse no caixa da Previdência daria para chegar naquilo que V. Ex^a. tem enfatizado aqui com muita força de não ter déficit. V. Ex^a. dizia que mesmo esses 4bi dá para fazer desaparecer.

Eu acho que V. Ex^a. está com a razão, eu sei que há questionamento na questão também do auxílio-saúde, tem que fazer esse debate, não dá para negar, e V. Ex^a. foi muito feliz quando diz: “eu venho da fábrica, chão de fábrica”, mas claro, se eu percebo que se eu

parado o meu salário é x mais y, qual é a vantagem de estar trabalhando? Então, é questão de justiça, justiça com o trabalhador que está na fábrica, inclusive, que está lá trabalhando. É uma grande injustiça com a Previdência, como eu sempre digo quando participo em debate com as entidades sindicais que é nossa, não é de ninguém, é nossa, se nós não viabilizarmos ela, o problema é nosso mesmo. Cada vez mais viram outras leis arrochando e diminuindo o benefício.

Então, tem que haver isso que eu chamo que é o bom senso, e o bom senso para mim, o bom senso todos ganham. É muito fácil eu vir aqui e dizer que o ideal seria que mesmo o auxílio-saúde fosse o dobro do salário que estará na fábrica, mas é irreal. Eu estaria mentindo para mim mesmo porque eu sei que não tem como sustentar. Agora, a média feita nos últimos doze meses eu acho que é um equilíbrio, por que não? Ele não vai receber menos daquilo que ele está ganhando, não vai, então é justo.

Segunda questão, Ministro, eu acho que a idéia do Fórum também que vem via PAC, eu acho que é positivo, eu acho que é uma reflexão boa durante seis meses que V. Ex^a. está convocando toda a sociedade. Nós tomamos a liberdade, e confesso aqui que dialoguei com V. Ex^a. de encaminhar aqui um projeto ao Congresso Nacional no sentido que se forme aqui no Congresso também uma Comissão mista, pode ser sete ou onze Senadores e Deputados, sete Senadores, sete Deputados, ou onze Senadores, onze Deputados para acompanhar o debate no Fórum.

Eu dizia e repito aqui, acho que não é bom para ninguém receber um pacote pronto onde você não sabe de onde veio esse pacote e daí iniciar um outro debate, quem sabe, de mais seis, oito, dez, doze, quatorze meses ou, quem sabe, alguns anos. E, então nós pretendemos a partir desta Comissão acompanhar o debate do Fórum e ter dentro do possível aqui no Congresso, V. Ex^a. fazendo a exposição de como é que está indo o trabalho e apresentar, quem sabe, também ao Parlamento as suas sugestões para o Fórum.

Eu dizia ontem na tribuna e vou tentar aqui concluir, Ministro. Eu não tenho problema nenhum de enfrentar o debate da idade mínima. Como V. Ex^a. disse: a longo prazo, com equilíbrio, mas nós vamos ter que enfrentar esse debate, mais hoje ou mais amanhã. E nos Fóruns onde eu tenho participado com os trabalhadores, eu tenho dito que nós temos que fazer o debate, que um dia ele virá sendo esse governo ou outro governo.

Agora, qual será essa idade mínima. Vamos debater, de acordo com a transição e qual o período. A quem vai atingir essa idade mínima? Aqueles que entrarem no sistema após a legislação? Vai ter uma

regra de transição? Se não é exatamente isso, bom... Eu não estou aqui dando fórmula certa. Mas só quero deixar claro que eu não vejo problema nenhum do conjunto do movimento sindical e a sociedade brasileira enfrentar o debate da idade mínima. E vou para aquele ponto que V. Ex^a. sabe que eu iria falar porque eu falo sempre. Eu acho que nós temos que enfrentar o debate da idade mínima, no meu entendimento, Ministro e acabar com o fator previdenciário.

Eu tenho uma posição muito clara e muito nítida e tenho falado quase que mensalmente, para não dizer semanalmente, da tribuna aqui do Senado que o quanto eu acho perverso o fator previdenciário. Nós temos que ter outra construção de cálculo que apon-te um caminho, que retire o fator previdenciário, que penaliza muito, muito, principalmente aqueles que começaram a trabalhar mais cedo. Enfim, aquilo que eu acho que todos aqui já sabem e ouviram eu dizer de tanto que eu tenho dito, que a mulher chega a ter um prejuízo de 40% e o homem de até 35%. Claro, casos são casos, cada caso é um caso.

E em resumo, Ministro eu terminaria só dizendo que eu quero mais é cumprimentar V. Ex^a., essa, digamos, é uma das reuniões que faremos, no longo, creio eu, desses seis meses e vamos todos trabalhar para que, efetivamente, a Previdência Pública Universal, solidária, como coloca, muito bem, V. Ex^a., seja garantida para todos os trabalhadores. Porque o futuro da geração, o futuro dos mais jovens depende de uma previdência que nós podemos fazer com que ela seja, efetivamente, equilibrada e atenda o interesse de todos os trabalhadores.

Nós encaminhamos via a Comissão Mista, do qual eu fui relator, algumas propostas que beneficiariam os aposentados e pensionistas, claro que tem vinculação também com o salário mínimo e termina também com o fator previdenciário que nós vamos remeter para este Fórum com uma forma de colaborar com o debate, não como sendo o dono da verdade, mas como instrumentos para a colaboração no debate.

Mas é cumprimentando V. Ex^a. pelo brilhantismo da exposição. Tenho certeza que o Presidente Lula vai manter esse Ministro na pasta correspondente.

Obrigado, Ministro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu indago aos Srs. Senadores, integrantes desta Comissão se eu posso chamar os demais inscritos e logo após o Sr. Ministro responderá as indagações que serão feitas. De acordo?

Então, passemos ao próximo inscrito, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Sr. Ministro Nelson Machado, Srs. Senadores e Srs. Senadoras.

Primeiro, a exposição que o senhor nos traz, sobretudo, para uma apresentação de um quadro da gestão na Previdência e demonstrando, sobretudo, um assunto que tem sido em todos os momentos da nossa história nos últimos tempos o tratamento da questão da cantilena em torno do déficit da Previdência, como sendo algo estrutural de tal forma sem solução.

E o senhor ao apresentar aqui uma avaliação do quadro atual do déficit das suas causas e das possibilidades reais que existem no sentido de eliminar ou diminuir esse déficit sobre as mais variadas possibilidades que o senhor mesmo apresentou na sua exposição. Eu creio e a conclusão a que mesmo o senhor chegou e nos apresentou de que um equilíbrio na gestão da Previdência, um conjunto de medidas que consigam tratar essa questão do déficit com outra, inclusive, tendo claro que algumas despesas tidas como déficit, na verdade, não são da Previdência, são déficits da União, do Tesouro com os benefícios assistenciais, por exemplo, que apresentado na conta do déficit conjunto da Previdência.

Então, eu considero a conclusão que mesmo o senhor chegou a fazer a sua exposição, que não é necessária nenhuma reforma imediata da Previdência para retirar mais direito dos trabalhadores e trabalhadoras deste país, mas é necessário buscar um equilíbrio debatido com toda a sociedade, especialmente com os trabalhadores e trabalhadoras, suas organizações no sentido de encontrar uma forma de gestão de garantia daquilo que, historicamente, os trabalhadores brasileiros sempre apresentaram como fundamental para o direito universal à Previdência garantida e de forma pública que é a nossa defesa intransigente aqui. Inclusive, o senhor demarca, Sr. Ministro, um posicionamento muito caro com os que dizem no amplo debate do programa de aceleração do crescimento apresentado pelo Governo Federal de que seria a questão da Previdência, a exigência de uma nova reforma da Previdência, com certeza, dentro do receituário neoliberal que muitos apregoam e defendem para retirar, diminuir o direito dos trabalhadores, o senhor quando diz clara e taxativamente de que não é necessário uma nova reforma, e que esse não é um gargalo como muitos têm apresentado, ou impedimento para o crescimento da economia no país. Portanto, dizer ao senhor que, inicialmente, vemos a mais clara necessidade de afirmação dos pressupostos que têm feito com que a luta dos trabalhadores brasileiros possa sim, garantir mais direitos, amplia-los e jamais aqui no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado votar medidas que impli-

quem a retirada de direitos, porque eu creio que é possível dentro de um debate democrático estabelecido com toda a sociedade, com as organizações sindicais, principalmente, chegarmos a alguns consensos que preservem direitos, garantias, que ao longo da nossa história tem sido defendido pelos trabalhadores e pelas suas organizações.

No âmbito do Fórum de discussão da Previdência que trabalhará pelos próximos seis meses que procurará fazer realmente esse amplo diagnóstico da situação e a elaboração de proposições que ajudem a manter equilíbrio e, principalmente, o compromisso com a defesa dos direitos. Creio que é fundamental neste debate incluir a discussão que também a Previdência pública, a questão previdenciária dos Estados e Municípios brasileiro, inclusive, porque principalmente nos municípios onde resolveram adotar um sistema próprio de Previdência, nós temos situações absolutamente que denunciam a desorganização do sistema próprio em nível municipal em que muitas prefeituras por não ter o compromisso com o próprio trabalhador aquilo que é recolhido do trabalhador, muitas vezes, não é repassado ao instituto de Previdência própria, ou a situação ainda, a própria contribuição, além, de se apropriar indevidamente da contribuição do trabalhador, ainda muitas vezes a prefeitura como empregador não repassa a sua contribuição ao sistema.

Então, eu creio que nós temos aí a oportunidade de fazer um grande e extraordinário debate sobre uma questão fundamental para a cidadania brasileira referente às aposentarias dos trabalhadores, os benefícios previdenciários a que faz jus cada trabalhador brasileiro. Estabelecer um grande debate em que ouvir da sociedade, ouvir a todos que têm uma contribuição a fornecer nesse debate, possamos firmar ao final desse processo que direitos serão preservados. E na medida do possível devemos trabalhar pela sua ampliação, porque eu creio que deve ser esse o objetivo que deve presidir os debates e as conclusões do Fórum que tem a participação do governo, dos empresários, da sociedade e dos trabalhadores.

Creio que são estas questões que devem nortear o debate do Fórum, e creio que o Congresso, os Deputados e Senadores têm uma contribuição efetiva a oferecer nesse debate.

Muito obrigado pela explanação. E a certeza de que mantidos os compromissos de buscar uma previdência pública, universal e mais eficiente no atendimento às demandas que serão colocadas pelos trabalhadores brasileiros, nós teremos, com certeza, resultado positivo porque é isso que se espera desse debate que vai se realizar no âmbito do Fórum da Previdência Social.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador.

Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Cara amiga Presidente e Senadora Patrícia, nobres colegas Senadores presentes, Ministro Nelson Machado.

Eu me arrisco também, me arrisco não, depois eu lhe explico o porquê do arrisco, mas eu assino em baixo o que falou o Senador Paulo Paim a cerca da sua permanência no Ministério.

Eu não sei também, como disse o Senador Paim, se a minha fala nesse sentido ajuda, eu acho até que atrapalha, mas é por isso que eu lhe disse que eu me arrisco a adentrar no tema. E eu lhe digo, Ministro, sem floreado nenhum que poucas vezes eu vi autoridades aqui do Executivo que vem aqui conosco conversar ser tão claro, tão objetivo, tão seguro no assunto que trata e que administra, como V. Ex^a..

Eu acho que é essa percepção que faz com que o Senador Paim e todos nós nos inclinemos a imaginar a sua permanência porque acha que ela seria proveitosa para o Ministério e para o país.

Eu, nesses últimos anos, Ministro, eu tenho e digo isso com tristeza, inclusive, poucas vezes concordado com o que fala, com o que faz o Presidente da República, mas no caso essa expressão que ele usou até um certo desabafo, essa história de déficit da Previdência eu embarquei nessa também com o Presidente. Se a gente for resgatar o papel da Previdência, o papel dos valores que os trabalhadores recolheram durante todos esses anos no país para alimentar o caixa da Previdência, por exemplo, a Previdência e os valores por ela administrados já foram usados aqui para projetos megalômanos no nosso país. Brasília, por exemplo, foi construída com recurso da Previdência.

Então, o Presidente dessa feita acertou e tem a minha concordância e o meu aplauso nesse sentido, chega dessa história. Vamos conversar em outros termos. Há alguma coisa, mas precisamos conversar em outros termos e encarar esse assunto de outra forma.

O Senador Nery falou de forma mais demorada sobre uma outra questão também que eu concordo com V. Ex^a., não precisamos, não temos necessidade de nos lançarmos de forma açodada naquilo que no nosso país já é um lugar comum, a reforma. Eu me arrepio todo quando se fala em reforma no nosso país, Ministro, qualquer uma. No nosso país eu estou habituado a entender que quando se fala em reforma vem...

Olhe, no nosso país quebra de contrato econômico é considerado um retrocesso, pode prestar atenção.

Quando se fala ou reforma, seja lá que medida deva ser tomada que signifique quebra de contrato econômico, ou seja, que mexa com os interesses do grande capital, inclusive, é considerado um retrocesso. Agora, pasme, Ministro, quando se fala em reforma ou qualquer adoção de medida que signifique a quebra do contrato social, ou seja, retirada de direito dos trabalhadores, isso é considerado modernização no nosso país, avanço e modernização.

Então, olha só, quando se mexe com os interesses do grande capital é retrocesso. Quando se mexe com os interesses do conjunto dos trabalhadores e da sociedade, inclusive, o que eu chamo de mexer no contrato social é considerado avanço e modernização. Então, o Senador Nery quando se arrepia também com essa história de reforma ele está no bom caminho, e V. Ex^a., para minha felicidade e alegria, manifestou aqui claramente o seu entendimento de que não há necessidade de nos lançarmos, mais uma vez, de forma açodadas nas chamadas reformas.

Ministro, é como eu disse, V. Ex^a. é claro, é seguro no que trata, a gente pode até discordar de V. Ex^a. em alguma coisa, mas o senhor fala e aqui resgatando até uma expressão que é lugar comum também no nosso para que uma criança de cinco anos entenda. Agora, olhe, o senhor é uma figura afável, simpática e eu não gostaria, por exemplo, que o senhor corresse o risco de receber um troféu Berzoini da vida. Eu lhe digo isso, Ministro, porque eu fiquei preocupado quando o senhor se referiu à realização do senso e a utilização de um mecanismo que para mim, desculpe a sinceridade, mas eu acho que ele é ineficaz, ele traduz um pouquinho talvez da nossa falta de vontade de ir a fundo, mesmo na questão, ou que a notificação daqueles que devem se apresentar à Previdência, demonstrar que está vivo, está certo? Isso é o objetivo do senso.

Ministro, todo aquele que recebe um benefício da Previdência ou faz através ou de um terminal eletrônico de banco, ou através da própria agência bancária; não tem nenhum que receba de forma diferente. É verdade o que eu digo? É verdade. Ministro, eu acho que uma forma atenciosa de se complementar o senso, ou seja, aqueles que não respondem a primeira provocação deveriam ser provocados através desse caixa eletrônico, da sua agência bancária, ou ele ou seu procurador. Digo até, Ministro, os bancos hoje estão aparelhados para fazer isso. Os bancos hoje, se o senhor determinar, já que eles são prestadores de serviço da Previdência, eles podem, inclusive Ministro, só liberar o dinheirinho que a pessoa vai lá receber depois que ela apertar um botão e a máquina imprimir a notificação por escrito

para que a Previdência tenha prova de que a pessoa foi notificada.

Eu acho que essa seria uma medida que alcançaria a todos de forma indistinta. Nós fugiríamos da figura do edital, Ministro. Ministro, esse pessoal que não foi localizado, esse pessoal que por alguma razão, por uma razão ou outra não respondeu ao chamamento da previdência, esse pessoal não vai ler edital, Ministro.

Então, nós vamos ter um embaraço aí, um desgaste para o seu próprio Ministério. Por isso que eu digo, Deus me livre que o senhor corra esse risco, Ministro, com a sua simpatia, com o fato de o senhor ser uma pessoa tão afável e sensível à questão. Eu deixo aqui como sugestão, Ministro, que o senhor acione a rede bancária, que não tem um beneficiário da Previdência hoje que receba, a não ser através de um terminal desses ou da sua própria agência bancária.

Auxílio-doença, também acho que é correto. Não podemos também correr o risco de criarmos mais uma bolsa-doença no nosso país. Eu fiquei horrorizado. Abri os jornais esse final de semana, as notícias de que as pessoas estão se recusando a ter sua carteira de trabalho assinada, porque senão perde o bolsa-família. Ora, nós estamos criando a cultura do não trabalho no nosso país, a cultura do não trabalho. Então, não podemos criar também o bolsa-doença no nosso país. Então, está correto. A metodologia que será aplicada, como disse o Senador Paim, faz com que o trabalhador não se arrisque a receber menos do que recebe na ativa, mas também não vai poder receber mais do que... Porque senão nós estaremos criando a tal do bolsa-doença, e é uma tristeza para o nosso país, o não trabalho para o nosso país, é uma cultura que está criando perna, criando mão, criando costela; daqui a pouco está um corpo que a gente não vai saber onde colocá-lo e nem o que fazer com ele.

O Fórum, Ministro, torço para que ele seja um ambiente em que possamos, de fato, ir ao encontro do consenso que V. Ex^a. prega, com a visão do futuro, com a visão de novas gerações. Aqui nesta Casa nós estaremos sempre, de fato, à disposição, a Senadora Patrícia e todos aqueles que são sensíveis a esse assunto. Tenho certeza absoluta que a Comissão de Assuntos Sociais estará aqui sempre aberta para ouvir tantas vezes seja necessário, e também para nos mobilizar no sentido de oferecermos as nossas sugestões para que o Fórum seja algo bem-sucedido, porque é uma coisa que me preocupa também, no início do governo Lula se criou o conselho de desenvolvimento e tal, e eu me pergunto, com toda sinceridade, eu fico tentando resgatar, tentando buscar algo que tenha sido tratado nesse conselho que tenha repercutido ou que tenha sido de extrema utilidade para este país e não

encontro. Então, é por isso que eu fico torcendo para que esse Fórum seja cercado de todo cuidado para que a gente não tenha nenhuma frustração lá ao final da sua realização.

Eu fico aqui, Ministro, mais uma vez à disposição desta Comissão, à disposição do meu país, do seu Ministério para prestar toda colaboração que for necessária para que a gente avance nessas questões que dizem respeito à Previdência sempre com olhar crítico, porque eu acho que é a forma que a gente tem também de ajudar, sem que isso signifique torcer contra, jogar pedra; não se trata disso não, o olhar crítico, às vezes, eu quero crer que tem o seu papel na construção das soluções que a sociedade requer.

Obrigado, Senadora, e desculpa a extensão do tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Geraldo Mesquita, que também colocou aqui, não só com a sua competência, mas que é mais importante com o coração, algo muito importante.

Senador Antônio Carlos Valadares, nosso ex-presidente desta Comissão que, com muita honra, passo a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Sr. Ministro Nelson Machado da Previdência, eu gostaria de resumir a minha participação neste debate. Há dois temas que eu considero da mais alta importância. O primeiro se refere à dívida preocupante que estabelece uma crise nos municípios brasileiros, a dívida das prefeituras para com a Previdência Social mais de perto com o INSS.

Essa é uma questão que tem sido um motivo de grande preocupação aqui no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, temos sido procurados por instituições ligadas aos municípios para que encontremos uma solução definitiva, adequada que possa tirar as nossas prefeituras dessa crise que, na verdade, tem sido provocada por várias razões, a descontinuidade administrativa, a desorganização das prefeituras; vamos dizer assim, o rigor com que a fiscalização do INSS tem agido em relação às prefeituras, aumentando substancialmente o montante dessa dívida, porque nós sabemos que a fiscalização deve existir, mas em contrapartida o município que não se conformar com a fiscalização deveria recorrer da multa que for imposta e isso não tem acontecido, os prefeitos municipais cruzam os braços, não divergem da fiscalização, e o fato é que a herança maldita dos prefeitos tem gerado uma quebra no caixa das prefeituras e, conseqüentemente, um desmonte nas atividades de infra-estrutura, de saúde, de educação; enfim, prejudicando substancialmente o

bom andamento das administrações municipais. Basta dizer, Sr. Ministro, que eu conheço uma prefeitura em Sergipe que tem uma arrecadação de aproximadamente 300 mil reais, mas ela paga mensalmente de dívidas à Previdência 110 mil, é insustentável a situação desse município e assim, sucessivamente, nos municípios mais pobres está acontecendo, inviabilizando a administração das prefeituras.

Há uma saída legal, um mecanismo que atribui ao município o direito de congelar, não digo congelar, mas de fazer uma negociação de até 240 meses, mas isso apesar de ser uma abertura não tem resolvido porque dívidas contraídas anteriormente são somadas às novas prestações de tal modo que o montante fica sempre grande em relação à arrecadação total do município.

Então, a primeira pergunta que eu faria, se o Ministério aceitaria, por exemplo, uma legislação que permitisse aos municípios a não contabilizar dívidas acima de, por exemplo, 10% de sua arrecadação do fundo de participação, quer dizer, estabelecermos um limite para o endividamento, assim como há em relação aos estados. Há uma resolução no Senado na Comissão de Assuntos Econômicos que fixa um limite, se não me engano é 13%, não pode ultrapassar 13% a dívida dos estados.

Então, eu faria essa pergunta por que se porventura houvesse essa possibilidade da iniciativa do governo ou mesmo da iniciativa do parlamento, sem dúvida, que nós estaríamos contribuindo para amenizar a crise financeira dos municípios, que se agravam não tanto pela falta de reforma do compromisso que o governo assumiu de aumentar na Câmara dos Deputados, depois vem aqui para o Senado a participação dos municípios no Imposto de Renda e no IPI na base de 1%, isso daria, realmente, um alento às finanças municipais, mas mesmo assim diante da dívida monstruosa contraída por eles junto à Previdência Social nem com esse aumento no volume de recursos através dessa reforma resolvia isso.

Então, isso é uma bomba relógio que está nas mãos do Governo, está nas mãos dos municípios, precisa ser resolvida o quanto antes, porque do contrário os municípios não poderão arcar com as responsabilidades inerentes às suas atividades administrativas.

Segunda questão é relacionada com uma legislação que o governo pretende mandar agora em março sobre o fundo único das aposentadorias, dos funcionários públicos. E há até uma previsão dos jornais, inclusive, por exemplo, a Folha de São Paulo através de uma reportagem da jornalista Lianda Peres, diz que dificilmente essa legislação, essa proposta do governo será aprovada, de vez que os poderes querem ter

fundos próprios e não um só para gerir as aposentadorias, que no ano passado já deram um déficit de mais de 30 bilhões de reais. Ora, como pretende V. Ex^a. que é o Ministro da área, assessorar o governo e, conseqüentemente, agir no Congresso Nacional para convencer os Parlamentares a aprovarem um fundo único de aposentadoria para os servidores públicos em todo o Brasil. Essa é a fórmula que V. Ex^a. apresentou ao governo, uma saída para reduzir o déficit e de vez que as aposentadorias teriam como base o teto de 2 mil e 800 reais, é o teto máximo para as aposentadorias segundo uma reforma que foi aprovada em 2003 ainda no governo do Presidente Lula, isso precisa ser regulamentado e essa regulamentação deverá acontecer através dessas propostas que chegam em março no Congresso Nacional. Logicamente que nós esperamos que o Ministério da Previdência encontre junto ao Parlamento uma saída, um mecanismo para reduzir o déficit, mas sem prejudicar os interesses dos funcionários públicos.

Por último, Sr. Ministro, nós sabemos que, além, do teto de 2 mil e 800 reais, se alguém quiser ter uma aposentaria maior terá que assumir uma previdência complementar, pagar uma previdência complementar, e essa previdência complementar ainda não está devidamente instruída, regulamentada. Como se dará isso nessas propostas a serem enviadas pelo governo no próximo mês?

Agradeço a V. Ex^a..

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, também ao Senador Antônio Carlos Valadares.

Ministro, se me permite, nós temos um convidado que é o Deputado Adão Pretto e eu gostaria de passar a palavra, desejar boas-vindas e passar a palavra, para que rapidamente eu possa passar ao Ministro para que ele possa responder as sugestões.

DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT-RS): Eu quero agradecer a nossa Presidente e cumprimentar o nosso Ministro e os nossos Senadores. Sei que está aqui muito bem representado pelo companheiro Paulo Paim que é meu companheiro e conterrâneo lá do Rio Grande.

Mas eu perdi a melhor parte da Audiência Pública que era a explanação de V. Ex^a., mas não podia deixar de chegar aqui e também expressar o meu sentimento, que assim como Paim que não é representante dos metalúrgicos, mas é o próprio metalúrgico que está aqui, eu também não me considero representante dos agricultores, é o próprio agricultor que está aqui.

E eu tenho andado pelo interior e tenho visto assim o que representa aposentaria dos agricultores, não só para ele, mas para a família, que a agricultura

familiar hoje já não está conseguindo sobreviver com a sua produção, tem membros da família que tem um bico aqui, um bico lá, para ajudar no orçamento da propriedade e assim a aposentaria passa a ser um desses.

Então, a gente está assim um pouco, digamos assim, tranqüilo por um lado por que a gente vê todas as pessoas dizendo que não se pode cortar direito, ninguém fala em cortar direito. Mas, por outro lado, a gente fica preocupado, porque o próprio Presidente Lula disse que cometer um equívoco na constituinte de colocar os agricultores na Previdência. E a nossa preocupação maior é a grande campanha que a mídia está fazendo contra os agricultores, e sabemos nós que têm muitos deputados que votam de acordo com a mídia para não perder espaço na imprensa. E essa campanha que a mídia vem fazendo, que o endividamento da Previdência, a grande parcela da culpa é dos agricultores que não contribuem o suficiente para receber o que recebe. Quero dizer, Sr. Ministro, que o agricultor contribui religiosamente. Se ele vende uma dúzia de ovos, se ele vende um litro de leite está sendo descontado na Previdência. Às vezes esse recurso não chega até os cofres públicos, que se perde no caminho. Então, a culpa não é dos agricultores, a culpa é da sonegação de imposto.

E uma das questões que me chamou atenção esses dias e que me deixou muito magoado, foi uma notícia que saiu na televisão, de que as mães agricultoras engravidam, muitas vezes, para receber o salário maternidade, verdadeiro desrespeito à mãe agricultora. Então, nós até ficamos tão chocados com isso que nós fomos atrás dos números, e o que a Previdência gasta com o salário maternidade é 00,6%.

Então, vejam o que isso representa, mas é uma bandeira que a mídia está levantando, que é um problema que tem que ser corrigido nessa chamada, digamos, reforma da Previdência, mas esse projeto que está aí. Então, essa é a nossa preocupação, Ministro, e nós que somos pessoas de bom senso, interessadas pelos mais humildes que estamos aqui, que se nós não tivéssemos interesse nós não estávamos aqui. Então, nós temos que ter esse cuidado de não deixar que realmente ocorra algum corte em direitos que os trabalhadores com muita dificuldade conseguiram. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Deputado Adão Pretto.

Antes de passar, Senhor Ministro, a palavra para V. Ex^a., eu estou adiando já a segunda vez, mas é porque o Deputado falou de um assunto que me toca bastante, que é esse desrespeito com as mulheres brasileiras. E

aproveitando daquilo que fala o Deputado, nós temos um projeto tramitando, está na Comissão de Direito Humanos, eu sou autora, na verdade, um anteprojeto que foi apresentado, pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Ordem dos Advogados do Brasil, e o Senador Paulo Paim é o relator dessa matéria.

E o convencimento daquilo que está no projeto é em função de que a licença maternidade para as mulheres da iniciativa privada passariam de 4 para 6 meses. Por que isso? Um estudo que foi feito, especialistas e cientistas mostram claramente que uma criança, quando ela nasce, ela nasce com cem bilhões de neurônios que precisam se ligar entre si, e para que isso aconteça é muito importante o fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho, que é isso que vai estimular essa criança, é isso que vai fazer com que essa criança, no futuro seja uma criança mais calma, mais pacífica, que seja uma criança que tenha o seu desenvolvimento intelectual mais acelerado, e ainda, evidentemente, a melhor coisa do planeta que é a amamentação, o leite materno. E buscando através desse projeto que é um projeto facultativo, ou seja, as empresas podem ou não aderir, isso é para iniciar essa discussão no país. Eu pergunto a V. Ex^a., o projeto é facultativo, nós esperamos poder aprovar. O Senador Paulo Paim já está com esse parecer, praticamente, mas nós vamos ter Audiência Pública com empresários e etc., com sindicatos, enfim, para buscar o que é melhor. Mas o ideal seria que para corrigir algumas distorções, como por exemplo, da Organização Mundial da Saúde do próprio Governo Brasileiro que faz propaganda no rádio, na televisão, para que as mulheres amamentem seis meses, porque isso vai evitar doenças, as mais comuns, como internação que acabam ocasionando a mortalidade infantil, doenças alérgicas, obesidade, doenças cardíacas, até alguns tipos de câncer que podem ser evitados. E na nossa conta, o governo brasileiro gasta por ano só no SUS 300 milhões para internar crianças com menos de um ano de idade. Então, na verdade, o que a gente tem procurado trabalhar em relação a esse projeto, é que ele possa ser considerado um grande investimento que o Brasil vai fazer na primeira infância, até como parte de um assunto que nós estamos discutindo agora, tão polêmico que é se a violência, a responsabilidade da violência no país deverá ser atribuída única e exclusivamente aos jovens que somam muito mais vítimas do que algozes.

Será que a gente deve se mobilizar, se solidarizar com toda a sociedade ou com parte da sociedade. Essa questão de você ter que dar uma resposta à sociedade, mas essa resposta, como o próprio Presidente Lula colocou, não pode ser simplesmente na cabeça de

cada um que quer colocar 16, outros querem colocar 14, outros acham que a internação deve passar de 3 para 6, para 9, para 10, outros talvez daqui a pouco prefiram que as nossas crianças realmente ao nascerem já possam ser internadas, porque isso poderia facilitar a convivência na sociedade.

Mas eu quero dar uma resposta tanto para a mãe do João Hélio que tem toda a nossa solidariedade, ao pai do João Hélio, a família desse garoto que deve estar sofrendo, talvez a pior dor que um ser humano pode sofrer na vida, mas também a nossa solidariedade às mães e aos pais daqueles dezesseis meninos que morrem por dia no Brasil, vítimas de assassinato. Quero também poder dar uma resposta à mãe daquela menina, que a maioria não sabe o nome, que também sofreu agora passando de porta em porta nos hospitais, com um filhinho na barriga, uma menina de 15 anos, que morreu ela e o filho. Isso é violência? Isso é crueldade? Isso é perversão? No meu ponto de vista é?

Então, eu aproveito esse ensejo, Ministro, para perguntar a V. Ex^a. se a Previdência poderia fazer esse cálculo de que, por exemplo, num segundo momento as mulheres brasileiras pudessem ter o direito aos seis meses da licença maternidade. Claro que rompendo aí ou buscando tratar dessa questão, porque muitas pessoas falam: “mas se você aumentar para seis meses vai diminuir o acesso da mulher ao mercado de trabalho.” E eu acho o seguinte: está na hora da gente respeitar as mulheres brasileiras, afinal de contas, nós carregamos a humanidade no nosso ventre, passamos nove meses carregando os nossos filhos, dentro da nossa barriga, dentro do nosso corpo, não temos direito de amamentá-lo seis meses, sabendo que isso vai ser tão importante para o futuro dessas crianças, tanto psicologicamente, como fisicamente, como intelectualmente.

Então, eu gostaria, na verdade, de lhe fazer um pedido, o pedido que a Previdência pudesse se responsabilizar talvez por uma estimativa de quanto nós iríamos precisar para que se todas as mulheres, por exemplo, pudessem ter direito a licença a maternidade. Como V. Ex^a. mesmo disse, nós estamos caindo cada vez mais a taxa de natalidade. Então, não é verdade esse outro discurso que isso iria quebrar com o nosso país.

Então, eu peço a V. Ex^a., e eu sei da sua generosidade, da sua sensibilidade; todos nós ficamos muito bem impressionados com a explanação que o Ministro fez. Eu poderia até arriscar dizer que talvez eu não tenha visto ainda um Ministro ser tão bem recebido com tanto carinho por parte desta Comissão, dos nossos Senadores; isso só demonstra o afeto, o carinho, o respeito que todos nós temos pelo seu trabalho à frente

do Ministério da Previdência, e esperando que essa sua sensibilidade, que eu sei que tem, possa também ajudar nessa luta que eu acho que é a luta de todas nós mulheres, é uma reivindicação de nós mulheres, mas também, acima de tudo, uma forma de prevenir essa sociedade que está virando uma sociedade tão intolerante, onde as mulheres são acusadas porque têm filhos para isso; em que vale olho por olho, dente por dente, se matou um vamos matar dois; e é uma cultura de paz que nós precisamos nesse país, e V. Ex^a. eu acho que aqui mostra claramente que tem todo interesse, boa vontade, e determinação em fazer isso.

Então, eu quero agradecer a V. Ex^a., e colocar à disposição, e pedir desculpa porque tomei a palavra de V. Ex^a. agora, mas, enfim, que possa ficar à vontade para responder todos os questionamentos e sugestões que lhe foram dadas.

Muito obrigada.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer as palavras carinhosas dos Senadores e Senadoras, dizer que com um conjunto de colocações que vocês fizeram eu tenho outra palestra, vocês vão ter que agüentar. [risos]. Mas eu vou procurar ser breve aqui.

Dentro das várias questões, eu vou começar, para não ocorrer o risco de esquecer pela questão que o Senador Mesquita levanta.

Senador, veja, a questão do senso é uma questão que nós temos acompanhado no dia-a-dia com lupa. O modelo foi montado com uma ampla discussão no Conselho Nacional da Previdência Social, com um conselho permanente que reúne os trabalhadores, as centrais, os empresários das federações e o Governo.

Esse modelo depois foi conversado, eu tive aqui na época, aqui com o Senado, eu conversei com os Senadores, conversei na Câmara, conversei no Tribunal, conversei no Ministério Público, conversei no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, por quê? Porque o meu maior temor era que, de repente, entrasse alguma coisa e derrubasse o modelo. A minha preocupação era com o modelo, e o modelo passou no teste, e esse modelo é um modelo que tem um conjunto de passos que talvez eu não tenha conseguido na passada rápida que eu falei do sendo, deixado claro, mas ele funciona assim: o primeiro passo é uma convocação para que o segurado faça o seu senso no banco, da forma como o senhor descreveu, daquela forma.

Então, durante três meses aparece no terminal, o senhor tem o final nº 1, “o senhor tem que fazer o senso este mês”, aí ele não faz. Aí aparece de novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”, aí não faz. Aparece de

novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”. Então, durante três vezes, três meses e três vezes que ele vai até o caixa para receber apareceu a mensagem. Mas nós sabemos que nós trabalhamos com uma clientela que tem dificuldade, às vezes ele não entende, às vezes não leu, às vezes levou a netinha, e a netinha não ler, enfim, tudo bem.

Então, depois dos três meses nós temos um outro processo. Qual é o processo? É fazer uma carta, ou um edital quando a gente não tem endereço. Se a gente tiver endereço a gente manda a carta. Agora, se o endereço não é válido, não tem CEP, não tem número, enfim, porque o nosso problema é de cadastro. Vamos lembrar, estamos fazendo um cadastro, porque nós não temos um bom cadastro. Então, aí é feita a carta e caso não haja o edital, porque aí é uma exigência da lei, a lei diz: “Se você não tiver como comunicar põe um edital” que, aliás, nós precisamos até renovar esse negócio por na Internet, que acho que é muito mais fácil do que botar no Diário Oficial, porque ninguém lê, Internet hoje é mais fácil, nós temos que mudar a lei desse negócio aí. Porque botar no diário era lá em 1810 quando o diário era uma página, botava na porta e ficava fácil, agora não pode mais. Então, também tem que mudar isso aí. Obrigar a por na internet.

Feito isso o benefício é suspenso, feita a suspensão ele, na realidade, ele é suspenso, mas, na realidade, nós rodamos a folha, mandamos o benefício para o banco, mas só que ele vai marcado, “está aqui o dinheiro, mas não pague”. Por que é que não pague? Porque ele não cumpriu nenhuma das etapas até agora. Então, na hora que ele vai ao caixa é que ele percebe que ele não tem dinheiro, aí que ele descobre que ele tem que fazer o senso, porque ele não leu nada, durante cinco avisos ele não leu, “aí meu Deus, tenho que fazer o senso.” Aí ele vai ao balcão do lado, faz o senso, rapidamente, apresenta os dados e está resolvido, volta ao guichê, os grandes bancos pagam na hora, os bancos menores precisam quatro, cinco dias para processar, está no modelo, o modelo, na verdade, era onze dias, doze dias; mas estão fazendo o máximo com quatro, cinco dias. Isso resolve, Isso é a questão normal.

Agora, o que eu me referi é uma questão especial que é o quê? No momento em que o segurado tinha que fazer o senso, ele está acamado, ele está imobilizado, ele não pode se locomover. Então, para evitar qualquer problema nós definimos no modelo que o procurador podia fazer o senso para ele. Só que, Senador, nós estamos trabalhando com recenseamento aonde a gente também busca eliminar possível fraudes, e uma das fraudes é o beneficiário ter desaparecido

e o continuar sendo pago. Então, nós precisamos ter clareza disso.

Então, feito o senso pelo procurador nós vamos garantir que realmente aquele procurador é procurador do beneficiário que está existindo, que ainda está vivo, tem que direito. Então, o modelo previa, feito pelo programa o senso só se completa depois da visita. Como vimos, nós temos dos 17 milhões que já foram feitos, então 17 milhões já estão resolvidos. 600 mil foram feitos pelos procuradores, desses 600 mil, 300 mil nós já fizemos a visita, dos 300 mil, 30 mil não foram encontrados. Pode ter acontecido qualquer negócio, pode ser que o segurado mudou, ele pode mudar, o mês que ele levou, deu a declaração e três, quatro, cinco meses depois que foi feito a visita, ele mudou, ele pode estar em outro endereço, ele pode ter mudado de asilo, ou ele pode ter morrido mesmo, ou ele pode nem ter existido; tudo pode, ou o nosso funcionário errou, foi no lugar errado, o erro é humano, ele pode ter errado. Agora, neste momento o que eu posso fazer? O que o Ministério pode fazer? Uma forma covarde seria: “esquece esse negócio aqui e vamos embora, vamos para frente, larga para lá”, porque é 30 mil possibilidades de problema, é verdade, eu tenho 30 mil possibilidades de problema, é verdade. Eu tenho 30 mil possibilidades de problema em 17 milhões, mas 30 mil é possibilidade de problema. Mas nós temos que enfrentar com coragem e com bom senso?

Então, o que é que nós preparamos? O mesmo modelo de sempre. Eu não tenho como encontrar essa pessoa, porque essa pessoa continua recebendo, ele acha que está tudo certo, inclusive, o que está certo e o que é fraude, porque eu não sei diferenciar o que é um do outro e nem a proporção deles, pode se revelar que não tem nenhuma fraude e todos eles existem. Então, a única maneira da gente poder conversar com ele é mandar o edital. Claro que pouquíssimas pessoas vão ler o edital, eu sei disso, mas é uma obrigação legal.

E aí o que é que vai acontecer? Nós vamos no dia, abril, vai acontecer isso, o procurador vai lá receber e não vai ter dinheiro, isso é um fato, não vai ter dinheiro. Mas qual é o prejuízo que vai ter para esse que existe? Que não existe, vai ser lucro do Estado, vai ser lucro dos trabalhadores. Mas por que existe? Qual é o prejuízo que ele tem? É um prejuízo de cinco, dez dias no máximo por quê? Porque está bloqueado o recurso. Ele vai ser direcionado a ir à agência da Previdência, só esse, vai até à agência porque os outros faziam no banco, agora nós estamos numa fase, eu não posso dizer: “faz no banco que está...”. Não pode porque senão o sujeito continua fazendo o que sempre fez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): O senhor pode colocar, por exemplo, na véspera na televisão, nos rádios anúncios dizendo quem não fez o cadastro?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: É que eu estou preparando uma coletiva mais próxima para separar, porque nós temos que separar muito bem os que tão sendo bloqueados, mas que podem desbloquear no próprio banco porque ainda está no processo, normal, ele pode bloquear, daqueles que foram feito por procurador o beneficiário não foi encontrado e, portanto, agora ele vai ser bloqueado, e esse bloqueio ele só desbloqueia com a ida na agência. Esse é o único caso em que o procurador, não é o velhinho com a maca e o soro, não é isso, não é o velhinho com a maca e o soro indo à agência, é o procurador indo à agência, é isso que nós estamos falando. O edital diz isso, a divulgação é essa e nós vamos fazer campanha para isso.

Pois não, Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ministro, eu só não me arrependo de ter tocado no assunto e ter provocado a discussão, porque com isso a gente criou mais uma oportunidade de o senhor ser explícito, como está sendo, e explicar detalhadamente o mecanismo do senso. E eu digo mais a V. Ex^a., depois dessa sua abordagem e explanação sobre a metodologia utilizada, que eu confesso a minha ignorância, eu desconhecia em parte. Eu garanto a V. Ex^a. se alguém ousar atribuir a V. Ex^a. o troféu Berzoini, eu vou chamar para briga.

[risos]

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: Obrigado, Senador. E só finalizando então. Quem deve ir à agência é o procurador, não é o velhinho com a maca e com o soro na veia, não é isso. Ele vai até a agência, dá o novo endereço. E como agora o volume é pequeno, porque agora nós estamos tratando de 30 mil. Em São Paulo o Estado inteiro é 4 mil, na cidade de São Paulo é 2 mil. Então, são volumes agora que a gente quase que de olho dá para controlar. Então, vai o procurador, dá o endereço e nós vamos lá. Se tiver ótimo. Agora se não tiver, pelo amor de Deus, porque senão... Eu acredito que uma parcela disso o cara acreditou que a gente não ia até o fim. Eu acho que uma parcela acreditou que a gente não iria... Ele não vai, ele nunca foi até o fim, então não vai, mas nós vamos até fim e nós vamos talvez enfrentar algum problema, mas eu acho que com o esclarecimento e com essa disposição e apoio da Casa a gente vai conseguir chegar até o fim do processo do senso, que eu acho que é fundamental, porque feito o primeiro os próximos serão muitos mais fáceis.

Essa então é com essa relação.

Com a questão, Paim, meu querido Senador. Questão de idade mínima, fator previdenciário, como já disse várias vezes, nós no Fórum não teremos tema tabu. Seguramente isso vai ser discutido à luz das informações demográficas que a gente tem, mercado de trabalho, cenários de finanças, como é que vai ser a questão do pagamento, e vamos discutir, o fator previdenciário, realmente, você tem razão, ele tem algumas disfunções, não tenha dúvida nenhuma, tem disfunções. E a maior preocupação que eu tenho com o fator previdenciário é que num primeiro momento ele não traz ônus para o trabalhador. Essa para mim é a maior preocupação que no primeiro momento ele não traz ônus, por quê? O trabalhador com 53 anos, com 54 anos, dependendo, inclusive, do setor em que ele trabalha, ele tem força, tem saúde, tem condição, tem mercados, ainda mais se ele tiver uma boa formação, tem mercado e, portanto, ele aposenta, garante uma renda que pode ser 60, 50, 70, sei lá, do salário que ele tinha, na média, tranquilamente e volta para o mercado. E aquilo ali fica só um complemento de renda. Portanto, isso é uma disfunção. Por que é que é uma disfunção? Porque a Previdência é para garantir renda quando o trabalhador não puder mais trabalhar. Porque senão a seguridade não aguenta pagar. O meu avô parou de trabalhar quando foi para a cova. Todo mundo trabalha até o fim da vida, até quando aguenta e o quanto aguenta. Isso é um dever social, trabalhar não é pecado, trabalhar é um dever. Então, nesse momento ele tem um ganho.

Agora, qual é a preocupação, Paim? A preocupação, Senador, é que quando ele chega lá com 70, 75 e aí ele não puder mais trabalhar mesmo, a aposentaria dele cai lá em baixo, porque se ele foi previdente, guardou, fez outro tipo de aplicação e etc., e mesmo tendo sido previdente, se ele apostou no cavalo certo, porque o meu avô apostou no cavalo errado, ele fazia uma poupançazinha e fazia a casinha de aluguel, aí veio a lei do inquilinato e acabou, estou trabalhando até hoje. Então, precisa apostar no cavalo certo ainda. Ser previdente. Então, daí a preocupação da gente encontrar um mecanismo para garantir um salário adequado, uma renda adequada como não puder mais trabalhar. Portanto, não tem tema tabu, vamos discutir isso com profundidade no Fórum.

Com relação à questão dos Estados e Municípios, eu queria aproveitar para falar no Nery e do Senador Valadares. Veja, os municípios podem optar em fazer o fundo próprio ou podem fazer a contribuição na Previdência Social. Quando contribuiu para a Previdência Social, para o INSS nós temos dificuldades com as prefeituras em função da descontinuidade ad-

ministrativa que muitos deixam de recolher, o sujeito não recolhe, vai embora e tal. Mas isso não tem como a Previdência resolver, isso aí nós temos que resolver é com a lei de [inaudível] fiscal punindo os maus administradores que deixam de pagar qualquer tipo de contribuição ou tributo que ele tenha que fazer. Aí é responsabilidade do administrador municipal fazer uma boa gestão, ele não pode simplesmente deixar como herança para sempre. Então, não há muito como a gente mexer nessa questão.

Eu acho que tem que talvez aprofundar a lei de responsabilidade, aprofundar a capacitação dos dirigentes municipais, enfim, criar responsabilização, porque senão não tem jeito. E do lado do regime próprio a mesma coisa. A lei criou a possibilidade de qualquer ente federativo ter um fundo previdenciário para os seus trabalhadores, para os seus servidores. Esse é um direito constitucional, eles podem fazê-lo. E o que ocorreu em algumas regiões é um certo planejamento tributário. O sujeito faz a conta. "Quanto é que custa pagar 20% da folha?" Custa tanto. Se eu fizer um fundinho aqui eu pago só 10, 8, 9, 7, sei lá o quê. Então, como forma de planejamento tributário ele deixa de pagar a Previdência Social e cria o fundo, só que o fundo, às vezes, não tem tamanho para poder administrar, não tem pessoal suficiente.

Então, eu acho que essa questão dos regimes próprios que nós fiscalizamos, a Previdência Social fiscaliza, eu acho que talvez a gente precise fazer um debate para melhorar o grau de governança desses fundos para que a gente possa, efetivamente, ter uma fiscalização mais forte. E, do outro lado, também os municípios poderem fazer uma opção mais clara entre contribuir para o INSS ou fazer os fundos.

Já que eu estou falando de fundo, eu quero falar um pouquinho do fundo complementar dos servidores públicos que o Senador Valadares havia solicitado. Veja, a legislação, a Reforma 2003 definiu já o modelo previdenciário do setor público. Nós temos para aqueles que são os novos entrantes, de acordo com a PEC paralela, inclusive, os novos entrantes, eles podem entrar depois de regulamentado, e vai ser regulamentado por esse Projeto de Lei, pode entrar no fundo complementar. Então, a Previdência pública, com isso, começa a se encaminhar para ter o mesmo padrão do regime geral. Por que qual é o padrão do regime geral? Eu tenho a previdência pública básica solidária que vai do piso previdenciário que é salário mínimo até o teto, 2.800. Acima disso é complementar e é por capitalização. Veja que esses dois sistemas são muitos distintos e é importante a gente ter clareza disso. O primeiro básico solidário público é solidário, é repartição simples, todo mundo é responsável, tem

que haver solidariedade entre as gerações e dentro das gerações.

Agora, a outra parte dali para cima é privado, é capitalização, quem pôs mais tira mais, quem pôs menos tira menos, quem teve mais felicidade de ter estudado mais, etc. e etc., tem um bom salário, ele pode contribuir mais, está ótimo, tudo bem, vai ter uma aposentaria maior, quem não, fica embaixo. Mas aí também a gestão e o risco é privado.

No lado do setor público o fundo também vai ter essa mesma característica, até para os novos, para os entrantes, até 2.800 é pago de maneira do Estado pagar normalmente, não tem problema nenhum. Dali para cima ele vai pagar com fundo complementar, ele vai contribuir com 7,5% que é a proposta que o Executivo está ultimando e o Executivo como empregador vai botar, o Legislativo e o Judiciário vai botar os 7,5% também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, e a unificação dos fundos?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: Deixa-me falar disso, Senador, na realidade o que nós estamos falando é cada ente federativo tem um único fundo, é para cada ente, ou seja, a União terá um fundo complementar para os novos entrantes, os Estados, cada um deles terá o fundo e os municípios também. Então, não é um único fundo para todos os entes, Estados, União, Municípios e etc., não, não é isso, cada ente federativo tem o seu fundo.

A discussão que nós estamos tendo hoje é se no âmbito da União nós teremos um único fundo ou teremos mais de um fundo, um fundo para cada um dos poderes, para o Executivo, para o Judiciário e para o Legislativo, essa é a discussão. A minha posição, Senador, é simples, o governo não pode mandar para o Congresso uma regulamentação propondo um fundo para cada poder, por quê? Porque a lei fala num fundo só. Se tiver que negociar e fazer alguma alteração, nós temos que alterar a lei também que diz que é um só, é um por poder.

Então, o Executivo não pode mandar uma regulamentação que não esteja baseada na Constituição, então estamos unificados(F) a ela, estamos amarrados à Constituição. Então, ele vem com um fundo só. Esse é um ponto. Tem que vir assim. Agora, evidente que o governo vai discutir, vai debater e vamos negociar aqui, com certeza, aqui no Congresso se faz um, se faz dois, se faz três, enfim, se vai estar no processo de negociação. Do ponto de vista técnico tem vantagens e desvantagens nas duas posições. Quando nós temos um fundo maior o que acontece? Esse Fundo bem administrado, obviamente, tem mais poder de barganha na aplicação dos seus ativos e as despesas adminis-

trativas se diluem no volume de recurso maior. Então, você tem menos despesa administrativa percapta. É a lei da economia da escala. Se nós temos três fundos repartidos a despeça administrativa vai ser maior, podemos perder competitividade ou não, porque também em economia os estudos falam que temos economias de escala, mas depois de um certo tamanho também você tem que ter economia de escala.

Então, está em aberto o debate. Eu acho que podemos pensar outras alternativas, vamos ter uma única entidade com três planos separados porque há diversas questões que estão em jogo, o poder político de cada um das corporações dos funcionários de cada uma das áreas, como é que vai se colocar isso. Então, eu acho que tem um longo debate pela frente e o governo vai estar aberto a debate. Eu acho que isso não é um problema.

Adão, só para finalizar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, desculpe interrompê-lo, já aproveitando a embalagem, já que o senhor está respondendo algumas perguntas que eu fiz, o senhor poderia falar sobre esse endividamento dos municípios porque realmente tem sido preocupante.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: Eu já tinha falado um pouquinho, mas volto a fazê-lo. A questão dos municípios, eu acho que a dificuldade maior não se relaciona com a Previdência, o senhor mesmo apontou o diagnóstico, é um problema de gestão. O gestor municipal, muitas vezes, ele não cuida das questões financeiras, administrativas de forma adequada, desrespeita a lei de responsabilidade fiscal e depois, ao fim e ao cabo termina o mandato ele cruza o braço, vai embora, e larga a bomba na mão do outro que chegou. Eu recebi inúmeros prefeitos que chegam: "Pelo amor de Deus, Ministro, eu cheguei agora, não tem nada com isso", mas não há o que fazer, não há o que fazer do ponto de vista da Previdência para resolver um problema de má gestão do outro e, aliás, temos que tomar cuidado, com qualquer maneira quando a gente vai tentar resolver o problema porque senão nós vamos estar incentivando a má gestão, a má administração. Então, eu acho que aí comporta um debate, eu falava para o Senador Nery sobre a questão dos fundos previdenciários próprios, um debate com a questão dos municípios, como é que a gente vai trabalhar a questão da Previdência dos municípios e a gestão municipal. Eu acho que há uma preocupação.

Quando o senhor coloca a questão do limite dos 13%, esse limite foi da renegociação da dívida dos estados que tinham dívidas mobiliárias, dívidas em título e tal que aí foi feita uma consolidação e foi feita uma aprovação de uma lei.

Para os municípios foi feita recentemente uma proposta, e foi aprovada aqui no Congresso a possibilidade de fazer um parcelamento em melhores condições e tal. Eu esperava que com esse parcelamento esses problemas tivessem diminuído. Agora, se não diminuiu nós temos que pensar nas causas, Senador. A minha sugestão é que a gente pudesse pensar nas causas, por que é que acontece isso, por que os municípios chegam a essa condição? Antes da gente tentar resolver os efeitos.

DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT-RS): Uma das causas é que houve dívida remanescente que foi somada à nova negociação. Então, se um prefeito devia anteriormente na negociação anterior, 50 mil por mês, e agora resolveu parcelar em 240 meses, essa dívida total passou de 50 mil, digamos, para 100, 120 mil reais, quer dizer, não resolveu, agravou.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: Aí não está na minha alçada aqui, Senador, não tenho como resolver isso.

Só para finalizar, então. Eu queria dizer para o Adão que de forma alguma o Presidente disse que foi um equívoco colocar os trabalhadores rurais como [inaudível], o Presidente não disse isso, pelo contrário, o Presidente disse que todo mundo sabia na Constituição de 88 quando definiu que os trabalhadores rurais teriam direito ao direito previdenciário, criaria recurso para fazê-lo. Então, o Presidente nunca disse que foi um equívoco, pelo contrário, o Presidente sempre defendeu que a previdência rural é o direito previdenciário e que nós vamos trabalhar com isso. E o fato de nós estarmos colocando com clareza aonde é que estão os valores é para gente ter um debate claro, profundo e arrumar aonde tem que arrumar com os atores que tem que arrumar. Em forma nenhuma, em nenhum momento o Presidente disse que isso era o equívoco, pelo contrário.

E eu quero só dizer para a Senadora Patrícia que nós vamos estudar essa questão, vou fazer o estudo que ela solicitou com relação à licença maternidade, e eu gostei de receber a proposta original para a gente poder calcular.

Está ok? Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente Paim, eu estava aqui atendendo o telefone, levantei os olhos e achei que a Senadora Patrícia--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ficou preta?

[risos]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): -- Até comentei com o Senador Nery aqui do lado.

Mas, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o nosso querido Ministro Nelson Machado, o Ministro dos nossos sonhos, não é Senador Paim? O Ministro dos nossos sonhos, porque o debate a respeito da Previdência tem sido muito bom, a gente tem tido a oportunidade, inclusive, de ir à tribuna reiterar as posições que acho que tem sido muito corajosa do Ministro, de fazer, inclusive, essa história de refazer a conta da Previdência, tem gente que diz: “mas é só uma questão aritmética”. Não é. Refazer a conta é colocar o endereço em quem paga a conta.

Então, é uma questão fundamental a gente poder saber bem claro o que é que é, efetivamente, previdência, o que é inclusão social e poder distribuir entre a questão dos públicos, da iniciativa privada para saber aonde é que nós temos os problemas para que eles possam ser atacados, portanto, essa história de refazer a conta tem sido ótima. Nós temos aqui comemorado de forma efetiva a coragem do Ministro de colocar e a própria posição do Presidente Lula quando os derrotados da eleição ainda continuam insistindo na história do déficit da Previdência, do rombo da Previdência.

E a minha pergunta, Ministro, é exatamente sobre o déficit da Previdência, mas não é sobre o déficit financeiro não, é do déficit dos milhões de brasileiros que estão fora da Previdência. Porque é este o déficit da Previdência que, muitas vezes não se quer tratar quando se discute previdência. E como no dia da assinatura da constituição do Fórum para tratar da questão da previdência, o Presidente também assinou aquele decreto para que o pessoal da informalidade, uma série de segmentos da sociedade possam ter a redução de 20 para 11% na contribuição. Eu queria saber, Ministro, porque eu sei que o senhor já teve a oportunidade de se reportar ao efeito desse decreto.

Qual é a expectativa, ou seja, o que nós vamos poder aguardar de resultado positivo de reduzir o déficit da previdência dos que não têm previdência? Porque eu acho que esse é o déficit fundamental que a gente tem que tratar. Então, se o senhor pudesse colocar um pouco para nós, qual é a expectativa do Ministério com relação ao resultado da implementação do decreto, eu acho que seria bastante positiva.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO: Obrigado, Senadora. Vejam. Nós temos algumas informações que são realmente de estarrecer. Dentro do conjunto da população economicamente ativa, que nós temos cerca de 70 milhões de trabalhadores e trabalhadoras entre 16 e 59 anos no mercado. Nós temos cerca de 28 milhões que estão fora da previdência, Senadora, eles não têm direito previdenciário, não contribui e

também não tem direito previdenciário. E o mais triste é que desses 28 milhões quase 50% ganham menos que o salário mínimo, então eles nem têm condição ainda de fazer parte da previdência porque recebem abaixo do mínimo, segundo as informações do IBGE. Dos 14 milhões que estão acima nós fizemos alguns estudos e estudos prospectivos, não é nada de contabilidade ali que a gente sabe é aquilo e ponto. São prospecções. E a gente trabalha com a possibilidade de que nós teríamos cerca de 3 milhões, 3,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que estão recebendo na faixa de um salário mínimo, um salário mínimo e pouco. E, portanto, são aqueles trabalhadores que potencialmente tem mais condição de aderir a este programa simplificado de inclusão previdenciária.

Nós estamos chamando de programa simplificado de inclusão previdenciária, por quê? A contribuição de 11% sobre o salário mínimo dará o direito a todos os benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo, exceto a aposentaria por tempo de serviço.

Então, terá apenas a aposentaria por idade. É um valor que acaba sendo relativamente pequeno frente ao que seria 20%, para o nosso próximo salário mínimo que vai ser 380, para quem tiver no modelo tradicional, vai estar pagando então 76 reais. No modelo simplificado, esse programa simplificado de inclusão previdenciária, ele vai pagar R\$ 41,80. Então, eu acho que é um valor que é possível fazer esse seguro.

Eu estava um dia numa entrevista e até brincava com os repórteres. “Vocês devem dizer que esse é o programa de seguro social mais barato que tem, porque com 41 reais por mês ele pode garantir todos os benefícios que ele pode ter de acidente no trabalho, de doença, de salário maternidade e lá no final da sua vida laboral garantir a previdência.

Então, a nossa [inaudível] é que num primeiro momento nós possamos ter 3,5 milhões de pessoas que possam aderir a esse sistema. Agora, é evidente que nós vamos precisar fazer ainda um trabalho forte de esclarecimento para a população. E esse trabalho de esclarecimento, inclusive, tem que começar sabe, Senadora, mostrando que a Previdência não vai quebrar, até porque se acostumou nos últimos anos dizer: “a Previdência vai quebrar”. E o pobre do sujeito lá que ganha o salário mínimo: “eu vou botar dinheiro nesse negocio? E eu sou doido?” Mas é claro, ele não vai botar dinheiro num negócio que vai quebrar. Então, tem que dizer claro e em bom som, a Previdência pública solidária básica não vai quebrar, jamais vai quebrar por quê? Porque ela só quebra o dia que o país quebrar, o dia que o país deixar de existir, o dia que o país não tiver mais PIB, não tiver mais trabalhador, aí quebra. Mas o dia que quebrar a Previdência Social pública,

básica e solidária não tem nada que sobreviva. Portanto, a Previdência não vai quebrar.

Portanto, temos que dizer isso com clareza, porque as pessoas não vão contribuir se não tiverem segurança de que o sistema vai viger, e o que vai garantir é o nosso desenvolvimento, o que vai garantir a Previdência no futuro é o desenvolvimento, o desenvolvimento significa crescer com distribuição de renda, aí sim, nós temos um país forte, sustentável, politicamente sustentável e mais justo e solidário.

Então, obrigado pelas perguntas. Era isso. Obrigado Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministro, eu quero agradecer em nome da Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Patrícia, como sempre, com a gentileza pediu que eu agradecesse em nome também da Comissão de Assuntos Sociais e de todos os Senadores e Senadoras.

E dizer, Ministro, para V. Ex^a. que eu sou simpática o princípio da previdência universal, iguais para todos, todos, todos, todos com os mesmos direitos. Eu sei que é a sua visão também e que devemos caminhar para isso no futuro.

E para concluir, dizer também que sou muito simpático cada vez mais, sei que V. Ex^a. trabalha um pouco nesse sentido, mas lá no Fórum social a gente vai aprofundar o debate no momento que o Parlamento for também convidado, da gente chegar um dia nesse país que não tenhamos mais, claro que é para o debate, contribuição do empregador para a previdência sobre a folha, e ficar sobre o faturamento, como forma de ampliar para todos, aí no meu entendimento, é no princípio universal e nós estaríamos diminuindo os encargos da folha de pagamento e ainda, Ministro, como diz a preocupação do Adão, é uma forma de todos serem responsáveis não só pela Previdência, mas também pela segurança social.

Encerro com a minha posição, com certeza, vamos continuar o debate.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Ministro.

Sessão encerrada às 12:49

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUARTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quatro minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do

Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **PATRÍCIA SABOYA GOMES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ALFREDO NASCIMENTO, JOSÉ NERY, GERALDO MESQUITA JUNIOR, VAUDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FERNANDO COLLOR, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Flávio Arns, Presidente em exercício, declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente designa os integrantes das Subcomissões Permanentes da Comissão de Assuntos Sociais, Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, membros titulares: Senador Eduardo Azeredo (PSDB), Senador Papaléo Paes (PSDB), Senadora Rosalba Ciarlini (PFL), Senador João Durval (PDT), Senador Augusto Botelho (PT), Flávio Arns (PT); membro suplente: Senador Cícero Lucena (PSDB). Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, membros titulares: Senadora Lúcia Vânia (PSDB), Senador Jayme Campos (PFL), Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB), Senador Paulo Paim (PT), Senador Marcelo Crivella (PRB); membro suplente: Senador Flávio Arns (PT). Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, membros titulares: Senador Eduardo Azeredo (PSDB), Senadora Rosalba Ciarlini (PFL), Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB), Senador Flávio Arns (PT), Senador Paulo Paim (PT). O Senhor Senador Flávio Arns comunica o recebimento do Aviso nº 76/2006, de 15 de janeiro último, do Ministro de Estado da Saúde, com informações em resposta ao Requerimento nº 1.083, de 2006, de iniciativa desta comissão e cópia do Ofício nº 12/2007, de 7 do corrente, do Ministro de Estado do Esporte, com informações em resposta ao Requerimento nº 1.082, de 2006, de iniciativa dessa Comissão. Informa que os referidos Requerimentos decorreram de Parecer aprovado nesta Comissão, sobre o Ofício nº 18, de 2002, da Comissão Brasileira de Estudos e Combate ao Doping, encaminhando relatório geral sobre a situação dos esteróides anabolizantes no Brasil. Os referidos documentos encontram-se à disposição das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores na Secretaria da Comissão. O Senador Flávio Arns dá conhecimento à Comissão sobre a Moção nº 001/07 do Conselho Nacional de Saúde sobre as relações entre desenvolvimento e ambiente e das pressões em torno dos procedimentos de licenciamento ambiental, “alertando para a importância de

que a legislação ambiental vigente seja respeitada e cumprida e recomenda que esta seja aperfeiçoada no sentido de incluir, com a participação do setor de saúde, a análise detalhada e fundamentada das implicações destes empreendimentos sobre a saúde das comunidades humanas atingidas, visando antecipar possíveis riscos e definir alternativas locais e tecnológicas, requisitos condicionantes, medidas preventivas e mitigadoras ou, se necessária, a adoção do princípio da precaução. Deve ser considerado que, além de comprometer o direito humano e constitucional à saúde, tais transformações implicam significativa elevação das demandas e custos do sistema público de saúde.” O Senador Flávio Arns comunica ainda o recebimento na Comissão de Assuntos Sociais do Ofício nº 041/2007 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que encaminha Moção de repúdio aprovada pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, após apreciação do relatório de denúncias de discriminação contra os Povos Indígenas Tupiniquim e Guarani, do estado do Espírito Santo, promovida pela empresa Aracruz Celulose e outros grupos. O Senador Flávio Arns informa aos Senadores interessados, que as cópias dos referidos documentos encontram-se à disposição na Secretaria da Comissão. O Senador Papaléo Paes solicita a sua indicação como membro suplente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Passa-se à apreciação dos projetos. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2006.** “Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.” **Autora:** Deputada Luiza Erundina. **Relator “ad hoc”:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Favorável. **Resultado: Aprovado.** Os demais itens ficam adiados. A Senadora Kátia Abreu se manifesta solicitando a sua indicação como membro da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência. O Senador Flávio Arns convoca uma reunião conjunta das Subcomissões Permanentes de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência e Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes e Kátia Abreu. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e -aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro

de estenotipia informatizada. – Senador **Flávio Arns**, Presidente em Exercício.

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 12 HORAS E 05 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Em primeiro lugar, leio o Aviso nº 76 de 2006, do Ministro de Estado da Saúde e Ofício, também nº 12 de 2007, do Ministro de Estado do Esporte. Comunico o recebimento do Aviso nº 76 de 2006, de 15 de janeiro último, do Ministro de Estado da Saúde, com informações em resposta ao Requerimento nº 1083 de 2006, iniciativa desta Comissão e cópia do Ofício nº 12/2007, de 07 do corrente, do Ministro de Estado do Esporte, com informações em resposta ao Requerimento nº 1082 de 2006, de iniciativa, também, desta Comissão. Os referidos Requerimentos decorreram de Parecer aprovado nesta Comissão sobre o Ofício nº 18 de 2002, da Comissão Brasileira de Estudos e Combate ao Doping, encaminhando Relatório Geral sobre a situação dos esteróides anabolizantes no Brasil. Os referidos documentos encontram-se à disposição das Srs. Senadoras e Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Levo, também, ao conhecimento das Srs. Senadoras e Srs. Senadores, da Moção nº 01/07 do Conselho Nacional de Saúde, sobre as relações entre desenvolvimento e ambiente e das pressões em torno dos procedimentos de licenciamento ambiental, “alertando para a importância de que a legislação ambiental vigente seja respeitada e cumprida e recomenda que esta seja aperfeiçoada no sentido de incluir, com a participação do setor de saúde, a análise detalhada e fundamentada das implicações desses empreendimentos sobre a saúde das comunidades humanas atingidas, visando antecipar possíveis riscos e definir alternativas locais e tecnológicas, requisitos condicionantes, medidas preventivas e mitigadoras ou, se necessário, a adoção do princípio da precaução. Deve ser considerado que, além de comprometer o direito humano e constitucional à saúde, tais transformações implicam significativa elevação das demandas e custos do sistema público de saúde.” Comunico, ainda, o recebimento, pela Comissão de Assuntos Sociais do Ofício nº 41/2007, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que encaminha a Moção de Repúdio, aprovada pelo Conselho Nacional

de Promoção da Igualdade Racial, após a apreciação do Relatório de denúncias de discriminação contra os povos indígenas Tupiniquim e Guarani, do Estado do Espírito Santo, promovida pela empresa Aracruz Celulose e outros grupos. Àqueles Senadores e Senadoras interessados, interessadas, informo que cópias dos referidos documentos encontram-se à disposição na Secretaria da Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham.

Está aprovada.

Passaremos à designação dos integrantes das Subcomissões Permanentes da Comissão de Assuntos Sociais.

Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde: Senadores Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini, João Durval, Augusto Botelho, Flávio Arns como Titulares. Como Suplente, Senador Cícero Lucena.

Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência: Titulares, Senadora Lúcia Vânia, Senador Jayme Campos, Senador Geraldo Mesquita, Senador Paulo Paim e Senador Marcelo Crivella. Peço que me inclua como Suplente, também; terei o máximo prazer em participar, também, desta Subcomissão.

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência: Titulares, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Geraldo Mesquita, Senador Flávio Arns e Senador Paulo Paim. Ainda precisam ser preenchidas as suplências.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero só dizer que após essa Reunião desta Comissão de Assuntos Sociais, faremos, de imediato, uma outra Reunião para a instalação das Subcomissões Permanentes desta Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu pretendo ser Suplente da Comissão de, a última Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com deficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Ex^a. gostaria de ser incluído como Suplente; pois não. Está sendo tomado. Então, vai ser uma Reunião Conjunta das Subcomissões Permanentes para a

votação das suas Presidências e Vice-Presidências para que, então, todas elas possam dar início aos trabalhos que são necessários, importantes e inadiáveis.

O item 01 da pauta, Decisão não Terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2006, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e à vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. A Autora é a Deputada Luiza Erundina; Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes; o Parecer é Favorável. Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, que relatará a matéria, como Relator *ad hoc*, enfatizando que a Senadora Patrícia Saboya Gomes não está presidindo esta Reunião da Comissão de Assuntos Sociais em função de estar no debate na Comissão de Constituição e Justiça a respeito do tema da maioria penal, da diminuição da faixa etária. É um assunto, assim, da mais alta relevância, também. Então, passo a palavra, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2006, nº 3133, de 2004, na origem, de autoria da Deputada Luiza Erundina, foi recebido pelo Senado Federal no dia 1º de junho de 2006, data em que foi feita sua leitura no Plenário desta Casa. Foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação, em caráter Terminativo. O Projeto, ele tem quatro artigos e não foram apresentadas Emendas ao Projeto.

Esses quatro artigos recebem a seguinte análise: O principal objetivo do PLC nº 54, de 2006, é determinar que, no ato da inscrição no Programa de Acompanhamento Pré-natal, os serviços de saúde do SUS informem, à gestante, a Maternidade à qual ela estará vinculada para assistência ao parto e às intercorrências no período pré-natal. Ademais, o Projeto estabelece que o SUS cuidará da transferência segura da gestante quando a Maternidade vinculada não apresentar aptidão técnica e pessoal para assistência adequada ao risco gestacional.

As medidas propostas são de indiscutível mérito, pois é importante que a futura mãe tenha conhecimento, desde o início de sua gravidez, da Maternidade que deverá procurar para assistência ao seu parto ou às intercorrências no período pré-natal. Especialmente nos grandes centros urbanos não são raras as ocasiões em que a gestante, em início de trabalho de parto, tem que fazer verdadeira peregrinação pelos hospitais da cidade em busca de vaga em Maternidade. A vinculação prévia da paciente a uma Maternidade trará mais tranquilidade e segurança ao casal, pois o período pré-natal traz apreensão e incerteza quanto ao desfecho da gravidez, especialmente quando o traba-

lho de atendimento ao parto não está definido, como acontece na maioria das grandes cidades.

Não identificamos vícios de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição. A medida proposta tem a finalidade de proteger e defender a saúde da gestante e da criança, matéria sobre as quais a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência para legislar concorrentemente. Ademais, o que se propõe traz inovações ao ordenamento jurídico do País, uma das condições básicas para a aprovação de um Projeto de Lei. Esse Relatório foi elaborado pela Senadora Patrícia Gomes, eu sou Relator *ad hoc* e o voto é: Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 54 de 2006. Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Gostaria de enfatizar para os Senadores e Senadora presentes que a nossa pauta é constituída de nove itens; este primeiro item, já discutido, lido, discutido e aprovado, tem a natureza Não Terminativa; os itens de números dois a nove, todos têm a natureza Terminativa, o que exige *quorum* qualificado para a votação. Eu sugiro, se os Senadores e Senadora concordarem, que eles não sejam lidos no dia de hoje, porque a leitura e discussão implicará, depois, na sequência, no voto, assim, com mais profundidade, com mais adequação.

Então, nesse sentido que eu, não havendo, então, mais outros itens a serem debatidos, eu encerro a presente Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, mas de imediato convoco uma Reunião Conjunta das Subcomissões, que é um assunto da mais extrema importância, porque Subcomissão de Saúde, Subcomissão da Pessoa com Deficiência, Subcomissão do Trabalho e Previdência, são Subcomissões que interessam a parcelas significativas da nossa sociedade e nós sabemos perfeitamente que existe, assim, um campo muito fértil, muito amplo a ser desenvolvido pelas Subcomissões.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente,

pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Então, encerro a presente Comissão de Assuntos Sociais, antes passando a palavra, pela ordem, para a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de participar das Comissões da Saúde e Previdência e Trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Isto. Então, eu passo... Já foi colocado o nome de V. Ex^a. para as duas Comissões mencionadas.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Encerro, então, esta Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, convocando, de imediato para, em um minuto, começarmos a Reunião Conjunta das Subcomissões que têm, como objeto, a instalação das Subcomissões e a eleição dos seus Presidentes e Vice-Presidentes. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 12h18

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUINTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia sete de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora ROSALBA CIARLINI, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, ALFREDO NASCIMENTO, JOSÉ NERY, GERALDO MESQUITA JUNIOR, VALTER PEREIRA, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, FERNANDO COLLOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E CRISTOVAM BUARQUE. Justificam a ausência os Senadores Marcelo Crivella e o Senador Sérgio Guerra. A Senadora Rosalba Ciarlini, Vice-Presidente, declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que recebeu solicitação da Senadora Serys Slhessarenko para que esta reunião deliberasse sobre projetos de interesse das mulheres em atenção ao dia internacional da mulher, sendo: PLS 237 de 2003 – que “altera o artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente”, matéria que se encontra com a relatoria; PLC 99 DE 2003 – “que dispõe sobre a obri-

gatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos” e outros – item 01 da pauta; PLS 215 de 2004 – “que acrescenta artigo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para estender ao empregado doméstico o direito ao salário-família” – já constava da pauta, item 04; PLS 112 de 2004 – “que altera o artigo 13 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para atribuir aos Defensores Públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos” - também já constava da pauta na reunião anterior, item 08 da pauta; e o PLC 54 de 2006 – “que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde” – matéria aprovada na última reunião. Passa-se à apreciação dos projetos. ITEM 12 – EXTRA PAUTA REQUERIMENTO Nº 06, DE 2007. “Com fundamento no disposto no Art. 58, §2º, inciso II Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais, com vistas a tratar das demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros da CIPA, em, data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão.” Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 13 – EXTRA PAUTA REQUERIMENTO Nº 07, DE 2007. “Requer, nos termos regimentais, que seja realizada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Audiência Pública no próximo 21 de março, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down, convidando: o autor da novela “Páginas da Vida” e atores ligados ao núcleo e especialistas da área.” Autor: Senador Eduardo Azeredo. Resultado: Aprovado. ITEM 11 – EXTRA PAUTA REQUERIMENTO Nº 05, DE 2007. “Requer, com amparo no art. 93, do RISF, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência CASPREV, com o objetivo de discutir sobre a contratação de centenas de técnicos e engenheiros chineses, para a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA, no Estado do Rio de Janeiro, sob o argumento de se tratar de projeto cuja tecnologia não é de domínio de profissionais brasileiros. Sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, se requer que sejam convidados: Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Presidente da Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais – ABM; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante do Ministério Trabalho; Representante do Conselho Nacional

de Imigração, do Ministério da Justiça e um Representante do Ministério das Relações Exteriores.” Autores: Senador Marcelo Crivella e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 10 – EXTRA PAUTA REQUERIMENTO Nº 04, DE 2007. “Requer nos termos regimentais que seja realizada uma audiência pública com o objetivo de esclarecer as Senhoras e os Senhores Senadores acerca da situação do câncer de mama no País e as condições de prevenção da doença nas unidades públicas de saúde nos municípios brasileiros. Requer ainda, que sejam convidados a comparecer à audiência o Diretor – Geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca) Luiz Antônio Santini; Deputado Federal por São Paulo e médico José Aristodemo Pinotti; Médico Mastologista do Distrito Federal Dr. José Antônio Ribeiro Filho e o Deputado Federal Diógenes Baségio.” Autoras: Senadora Kátia Abreu e Senadora Rosalba Ciarlini. Resultado: Aprovado. ITEM 15 – EXTRA PAUTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2006 “Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios”. Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável, nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Aprovado com a Emenda nº 01 - CAE por 10 votos sim. ITEM 01 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2003 “Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental”. Autor: Deputado Cláudio Cajado. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2003 “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos”. Autor: Deputado Eduardo Jorge. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004 “Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas”. Autor: Deputado Inácio Arruda. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003 “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003 “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País.” Autor: Senador Paulo Paim. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2004 “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimen-

to de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde”. Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer: Rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 52, de 2003, e nº 64, de 2004; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, e nº 80, de 2004; e as emendas a eles apresentadas, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, na forma do seguinte Substitutivo. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Senador Inácio Arruda, autor do PLC nº 64, de 2004. ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2006 “Altera as Leis nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para restringir a venda de álcool etílico líquido e submetê-la à regulação das autoridades sanitárias”. Autor: Senador Antônio Carlos Valadares. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado com 9 votos sim. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2003 “Altera o § 5º do artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a eleição do presidente e do vice-presidente da CIPA pelos seus membros”. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Favorável. Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Adelmir Santana. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 123, DE 2004 “Dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividades de saúde pública”. Autor: Senador Papaléo Paes. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame, a pedido do Relator. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2006 “Altera a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores”. Autor: Senador Antônio Carlos Magalhães. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Adelmir Santana. ITEM 14 – EXTRA PAUTA REQUERIMENTO Nº 09, DE 2007. “Requer, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Senado da República manifeste Voto de Aplauso à TV Globo pela realização da novela “Páginas da Vida.” Autora: Senadora Rosalba Ciarlini. Resultado: Aprovado. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2004 “Acrescenta artigo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para estender ao empregado doméstico o direito ao salário-família”. Autora: Senadora Roseana Sarney. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório, foi concedido vistas ao Senador Augusto Botelho. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº

112, DE 2004 “Altera o art. 13 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para atribuir aos Defensores Públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos”. Autor: Senador César Borges. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado com 10 votos sim. ITEM 16 – EXTRA PAUTA REQUERIMENTO Nº 08, DE 2007. “Nos termos regimentais requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir o PLS nº 267, de 2005, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que institui gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 17 – EXTRA PAUTA PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 01, DE 2006. “Altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. (Acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)”. Autor: Deputado Geraldo Resende. Relatora: Senadora Serys Slhessarenko. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado. O item 09 fica adiado. O Senador Flávio Arns parabeniza a Rede Globo por abordar o tema da Síndrome de Down na novela “Páginas da Vida”. A Vice-Presidente Senadora Ciarlini, sugere o Voto de Aplauso à TV Rede Globo pela realização da novela “Páginas da Vida”. A Presidência coloca em votação o Requerimento do Voto de Aplauso, que é aprovado (Item 14 extra-pauta). O Senador Cícero Lucena solicita que seja registrado em ata o seu voto favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2006. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, José Nery, Tião Viana, Inácio Arruda, Fátima Cleide, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Geraldo Mesquita Júnior, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice - Presidente.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 58 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Bom dia a todos. Srs. Senadores, bom dia. Havendo número Regimental declaro aberta

a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. Aprovada.

Esclareço que a Presidência... Bom dia, Senador. Esclareço que a Presidência recebeu solicitação da Senadora Serys para que esta reunião deliberasse sobre projetos de interesse das mulheres em atenção ao Dia Internacional da Mulher. Sendo assim, nós estamos aqui com os projetos que passo a ler, pedindo a todos o máximo de interesse, por se tratar todos de matérias importantes e que de certa forma nessa semana em que estamos fazendo homenagem especial à mulher, lembrando a luta das mulheres por igualdades e por justiça social, é importante a simbologia ainda maior que todos possamos apreciá-los e dar urgência. PLS 237/2003 que altera o art. 10 da Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e Adolescente. Matéria que se encontra com a Relatoria.

PLC 99/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos e outros. Item 01 da pauta.

PLS 215/2004. Abre aspas, "que acrescenta artigo à Lei nº. 5.859 de 11 de dezembro de 1972, para estender ao empregado doméstico o direito ao Salário Família". Item 04.

PLS 112/2004, que altera o art. 13 da Lei nº. 10.741 de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso para atribuir aos defensores públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos. Também já constava da nossa pauta da semana passada. É o Item 08 da pauta.

O PLC 54/2006 que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade, onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Essa matéria foi aprovada na última reunião. Sendo assim, podemos dar início à pauta do dia.

Extrapauta. Requerimento nº. 06/2007, autor, Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das demissões arbitrárias ocorridas com os conselheiros fiscais dos sindicatos. Os convidados serão ainda definidos pelos senhores, membros da Comissão, ou da Subcomissão de Trabalho e Previdência. Em votação o Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, se me permite rapidamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na verdade, o meu Requerimento, ele visa poder estabelecer aqui um debate sobre a forma como os dirigentes sindicais estão sendo demitidos. Não só os dirigentes sindicais como também membros da CIPA que são as Comissões Internas de Prevenção de Acidente. Eu entendo que tanto os dirigentes sindicais como os membros de CIPA, eles possuem estabilidade no emprego baseado no que diz a própria CLT e princípios também da Constituição conforme o art. 7º. Mas como, infelizmente, estão demitindo os dirigentes sindicais, e a alegação principal é que o Conselho Fiscal não teria essa estabilidade, é que eu estou propondo então uma Audiência Pública onde eu chamaria representantes do Ministério Público, dos empresários, dos trabalhadores e do próprio Ministério do Trabalho, e se for necessário vamos então construir uma alteração na Lei para garantir a livre... Como é que chama? Autonomia sindical efetivamente. A liberdade sindical. Para que nenhum dirigente possa ser demitido no exercício do seu trabalho como sindicalista ou mesmo como membro da CIPA.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Em votação o Requerimento. Os Srs. e Srªs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº. 07/2007. Autor, Senador Eduardo Azeredo. Requer realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no próximo dia 21 de março de 2007. Por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down. Os convidados serão o autor da novela "Páginas da Vida", atores ligados ao núcleo e especialistas na área. Em discussão a matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para discutir. Srª. Presidente, Srs. Senadores e Senadora, o objetivo é que nós possamos neste dia 21 de março discutir um pouco mais a questão da Síndrome de Down, e também usando essa boa repercussão desta última novela da Rede Globo que trouxe a vivência das pessoas com Síndrome de Down, mostrando que têm realmente uma vida... Podem ter uma vida normal, podem ter uma vida que seja respeitada por todos. De maneira que as tratativas já estão sendo feitas, também com a direção do Senado no sentido de que nós possamos ter essa audiência em conjunto, essa proposta é na verdade da Subcomissão das Pessoas com Deficiência dessa Comissão, e a idéia é que a própria artista, a menina que desempenhou esse papel possa estar aqui presente e também a própria Regina Duarte que desempenhou o papel de mãe da menina na novela de mãe adotiva.

De maneira que é o objetivo desse Requerimento é podermos discutir, valorizando as pessoas que têm Síndrome de Down.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também reforçar mais ainda o que o Senador Eduardo Azeredo já colocou muito bem na justificação da realização da Audiência Pública.

Em primeiro lugar, parabenizar a Rede Globo. Esta novela, eu diria que abordando o tema da pessoa com Síndrome de Down, e por consequência também, assim, a vida, as necessidades, o direito das pessoas com deficiência de uma maneira geral, aliás, numa novela, não na última, mas na penúltima havia sido abordada a questão do deficiente visual, não me lembro o nome da novela agora, mas abordou a questão do deficiente visual, e eu diria que uma iniciativa dessa natureza, serve assim, como debate, discussão, conscientização de toda a sociedade brasileira... Quer dizer, é melhor do que eu diria todas as campanhas que tenham sido feitas até hoje pela repercussão, pela participação, assistindo a novela...

Então, a Rede Globo, nesse sentido, está realmente de parabéns. Não só em relação à pessoa com deficiência, porque temas fundamentais foram abordados nesta novela. Como, por exemplo, a adoção de crianças, a questão de dependentes químicos, tantas coisas assim relacionadas à pessoa, segmentos da população, importantes e normalmente marginalizados. Eu acho que até nós deveríamos, Sr^a. Presidente, como Comissão de Assuntos Sociais onde agente aborda a questão da mulher, do idoso, da criança, da pessoa com deficiência em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, e o Senador Paulo Paim que preside aquela Comissão está aqui, parabenizarmos a Rede Globo por ter abordado esses temas na novela.

Então, isso acho importante. E no dia 21 de março, Sr^a. Presidente, é o Dia Internacional da Síndrome de Down. É importante todos nós termos consciência da data, porque todos nós seres humanos iniciamos a nossa vida com 23 pares de cromossomos. E no par de número 21 que ocorre a Síndrome de Down. Quer dizer, um problema genético. Então por isso que é 21. Por que março? Porque é a trissomia do par 21. Não é um par, mas são três cromossomos. Quer dizer, trissomia do par 21.

Então, 21 de março por essas razões é o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down, e vai ser uma honra para nós, para o Senado Federal, numa programação que já vem sendo desenvolvida pela Presidência do Senado que vem dando todo o apoio para área da pessoa com deficiência, receber-

mos essas pessoas aqui, como o Senador Eduardo Azeredo que é Presidente da Subcomissão aqui, já ressaltou da Regina Duarte, eu não sei o nome dela, mas da Clara, é a Clara da novela, o autor da novela, enfim, as pessoas envolvidas. Para mostrar para sociedade que todos nós queremos essencialmente que as pessoas com Síndrome de Down e as pessoas com deficiência de uma maneira geral sejam felizes. E ser felizes significa ter os seus direitos assegurados. Acesso à educação, a remédio, a médico, esporte, lazer, cultura, trabalho, apoio para família... Enfim, políticas públicas bem concretizadas.

Então, vai ser uma Audiência Pública conjunta, já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, agora está sendo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e as duas Comissões em conjunto vão dar todo esse apoio merecido para esta iniciativa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, só queria complementar, se me permitir, a iniciativa do Senador Eduardo Azeredo e Flávio Arns que já foi aprovado como foi dito aqui na Comissão de Direitos Humanos e que com certeza será aprovado aqui por unanimidade, inclusive nesse dia teremos duas Audiências Públicas conjuntas. Teremos uma pela manhã, que vai discutir a proposta da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que é aumentando o período da licença maternidade, e diversos empresários já foram convidados, será aqui nessa Comissão, e à tarde teremos esse segundo tema da mesma importância, ou até de uma importância até maior. Muito obrigado e parabéns a ambos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu queria Senador Eduardo Azeredo, dizer que como mãe, como médica e pediatra, o senhor pode dimensionar a importância de ter essa discussão, desse encontro, para que a gente possa realmente dar mais consciência, mais apoio à questão dos que são portadores de Síndrome de Down e o apoio à sua família. E Senador Flávio, eu acho que o senhor colocou de uma forma que colocaria até, não sei se regimentalmente é possível, em discussão, que fizesse realmente um documento parabenizando a Rede Globo por essa iniciativa de colocar... Um voto de aplauso, solicitando inclusive que seja um estímulo para que outras questões sociais, de saúde, possam ser discutidas e mostradas e conscientizadas de forma educativa na televisão, não somente... Faria até mais, eu acho que seria interessante que nós pudéssemos fazer esse voto de aplauso e estender aos outros meios de comunicação à solicitação para que também tivessem sempre essa preocupação. Porque eu acho que é uma forma que chega à população e representa muito. Em todos esses aspectos eu tenho uma vivência de quem

está muito próximo da população até pela própria profissão, e a gente sente como isso reflete na população. O senhor colocou bem, eu acho que essa Comissão, deveríamos fazer esse voto de aplauso e fortaleceria também o nosso trabalho e a nossa luta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr^a. Presidente, se a senhora me permite, talvez só colocar em votação o voto de aplauso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Sim, pronto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aí a Secretaria toma as providências, né?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pode ser assim? Como eu sou nova, é a primeira vez que estou presidindo--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, mas está ótimo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): --Eu estou aqui perguntando a vocês se estou fazendo correto. [risos] E sou nova no Legislativo. Nunca foi legisladora, né? [risos]

Então vou colocar em votação o Requerimento do voto de aplauso. Se os Srs. Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

E também agora vamos entrar para a aprovação o Requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Em votação. Aprovado.

Requerimento nº. 05/2007. Comissão de Assuntos Sociais. Autor, Senador Marcelo Crivella e Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, CASPREV, com o objetivo de discutir sobre a contratação de centenas de técnicos e engenheiros chineses para a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, CSA, no Estado do Rio de Janeiro, sobre o argumento de se tratar de Projeto cuja tecnologia não é de domínio de profissionais brasileiros. Em discussão a matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu nem vou discutir. O Senador Crivella explicou detalhadamente na última reunião a importância dessa Audiência Pública, e como ele não está presente eu peço simplesmente a aprovação do Requerimento para que possamos debater com carinho, respeito, que esse espaço merece na relação de trabalho de profissionais brasileiros e aqueles que estão chegando conforme no Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente. Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria pedir a V.Ex^a. se pudessemos incluir Extra-pauta o PLS 206 de 2006, que é o PLS do Senador Tião Viana e foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação e ainda hoje na Comissão de Constituição e Justiça, que trata da questão de criação de uma pensão para as pessoas que sofreram hanseníase e foram de alguma maneira exiladas dentro das colônias pelo Brasil. O Relatório é muito consistente e seria bom que nós pudessemos votar hoje também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador. V.Ex^a. será atendida.

Requerimento nº. 04/2007. Autora, Senadora Kátia Abreu, Senadora Rosalba Ciarlini. Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública com o objetivo de esclarecer às Sr^{as}. e os Srs. Senadores acerca da situação do câncer de mama no País e as condições de prevenção da doença nas unidades pública de saúde nos Municípios brasileiros. Convidando as seguintes autoridades: Dr. Luiz Antônio Santini, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer, Sr. Deputado Federal José Aristodemo Pinotti, Dr. José Antônio Ribeiro Filho, médico mastologista do Distrito Federal, e o Sr. Deputado Federal Diógenes Basegio, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr^a. Presidente. Tendo em vista, e sendo acolhido o pedido de votação do Projeto 206/2006 de autoria do Senador Tião Viana, em razão de compromisso que preciso me ausentar, deixar aqui de antemão consignado meu voto favorável ao Projeto que daqui a pouco se for... Se vai acolher meu voto nessas condições.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não. Vamos anunciar agora. V.Ex^a...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Poderá votar que eu me comprometo fazer o Relatório em dois minutos. [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Projeto de Lei do Senado nº. 206/2006. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento, internação compulsória. Autor, Senador Tião Viana, Relator Senador Paulo Paim. Parecer foi favorável nos termos aprovados pela

Comissão de Assuntos Econômicos. A Presidência esclarece que a matéria recebeu parecer favorável com uma Emenda na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, e CCJ, Comissão de Constituição e Justiça. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu Relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, vou resumir no máximo, mas eu gostaria muito que o Senador Tião Viana que teve a iniciativa desse brilhante Projeto fizesse uma pequena introdução e em seguida eu já vou especificar o meu voto. Eu gostaria que o Senador Tião Viana, numa homenagem inclusive ao brilhantismo dessa proposta que ele usasse a palavra nesse momento.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Agradeço imensamente ao estimado e admirável Senador Paim, agradeço à Presidente também pela oportunidade. Temos, só, de modo muito sintético, eu lembro que esse Projeto significa.

Em 1959 a Organização Mundial de Saúde estabeleceu que deveria ser proibida a internação de pessoas vítimas da hanseníase nas colônias, chamadas colônias de internação. Não houve obediência a tal decisão da Organização Mundial de Saúde, e, somente em 1976 o Brasil adotou o fim do internamento compulsório. Como ocorria isso, Presidente? As pessoas, crianças às vezes tinham uma mancha na pele, uma mancha branca e não percebiam nada, como é o caso de Bacurau no meu Estado, aos cinco anos de idade chega à polícia sanitária, agarra do seio da família, leva para uma colônia de segregação, ele sem entender porque, completamente normal aos olhos dele e da vida, 30 anos depois ele está com as pernas amputadas, deformadas, ele está com as mãos destruídas, o olho comprometido em razão de uma doença que o Estado Brasileiro não cumpriu adequadamente o seu papel de protetor. Uma doença que hoje tem cura fácil, tem acompanhamento fácil, e que não dá deformidade em mais ninguém.

Então, 80% dessas pessoas já morreram. Talvez 20% ainda estejam vivas e vítimas ainda do preconceito. Então, nada mais justo do que o Estado Brasileiro fazer o que o Japão fez, garantir uma indenização sanitária. O que eu propus? Algo exequível para o Governo. Seriam dois salários mínimos enquanto a pessoa estiver viva. Tem muitos que estão com mais de 80 anos. Pouco tempo pela frente. Mas o sentimento de justiça que o Estado Brasileiro faria em reconhecer essa indenização humanitária seria o mais importante. Por isso ela foi aprovada por unanimidade na CAE e aprovada também na CCJ e tem sua votação terminativa aqui.

Agradeço muito ao Senador Paim o cumprimento pela Relatoria, por ser uma figura de grandeza humanitária ímpar nessa Casa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, de imediato o Senador Tião Viana, que é médico, um homem muito sensível às questões sociais, ele fez um resumo do Relatório. Por isso que eu fiz questão que ele falasse antes do meu Parecer.

Por tudo que foi exposto e pelo debate que acompanhamos na CCJ e na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr^a. Presidente, eu vou direto ao voto.

Em vista das considerações apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 206/2006, de autoria do Senador Tião Viana. Nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Esse é o voto, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente. Eu quero só manifestar também o meu voto favorável. Sou representante de Minas Gerais. Minas Gerais tem um grande número de colônias e tem potenciais beneficiários em número elevado. A medida é uma medida justa, uma medida que não terá um efeito financeiro tão elevado assim. É um efeito justificado que pode ser perfeitamente arcado pelo Poder Público.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Inácio Arruda. Eu quero também registrar o meu apoio, o apoio do PCdoB, e ao mesmo tempo fazer uma referência ao Projeto de Lei do Senador Tião Viana. O meu Estado, o Ceará, já em 1962 eu me pronunciei ontem na Comissão de Assuntos Econômicos dando essa informação, já tomava uma pequena providência de fazer reparação às vítimas da hanseníase, exatamente porque as pessoas ficavam isoladas, um preconceito brutal em torno das famílias, e no primeiro Governo de Virgílio Távora ele já dava uma reparação econômica de um salário mínimo para todas as pessoas que eram internadas e mesmo depois que deixavam as colônias elas continuavam recebendo aquele salário mínimo.

Hoje o número de pessoas internadas é um número já mínimo. Mesmo assim, nos centros que eram chamados de colônias, hoje são Centros de Convivência, duas colônias foram transformadas em Centros de Convivência, e Antônio Justus, no Município de Maracanaú e Antonio Diogo no Município de Redenção no meu Estado, no Ceará. São dois Centros de Convivência. Uma com mais ou menos trezentos internos e a

outra com mais ou uns vinte a vinte e cinco internos. Ao mesmo tempo é importante ressaltar que essa é uma doença que ainda acomete milhares e milhares de brasileiros. Que a gente deve ter muita atenção para que os brasileiros recebam do Poder Público a devida atenção para não serem acometidos por essa doença que mutila ainda milhares de brasileiros.

Acho que é a atitude do Senador Tião Viana faz uma reparação em nome do Estado Brasileiro àqueles que foram mutilados. Mas, ao mesmo tempo, acho que ele dá um alerta para que a gente tome providências bem objetivas e claras para que a gente não permita que continuem brasileiros a serem mutilados. Hoje não mais nas colônias, nos sanatórios, mas na permanência da doença que ainda vai vitimando milhares de brasileiros. Tem o Senador Tião Viana o nosso apoio e o nosso voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): É verdade, Senador. V.Ex^a. está colocando com muita propriedade. O índice de hanseníase é crescente. Existem regiões principalmente no nordeste aonde vem crescendo de forma descontrolada. E é necessário uma ação de saúde pública bem mais eficaz e medicamentos que não faltem. Porque esse é um dos problemas enfrentados por aqueles que estão em tratamento. Tem toda a razão. A matéria é muito importante para levantar a questão para se corrigir uma injustiça, mas também para despertar para que outros não sejam mutilados.

Pois não, Senadora Fátima Cleide, V.Ex^a. tem a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr^a. Presidente, primeiro lugar quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos, na sua estréia como... Na Presidência da Mesa. E dizer que também quero aqui parabenizar o Senador Tião Viana pela sua sensibilidade, pelo humanismo que orienta o seu mandato e dizer que voto favorável a este Projeto em homenagem também à figura lembrada aqui pelo Senador Tião Viana que foi o Bacurau, um líder do Movimento Hanseniano nos Estados de Rondônia e Acre. Parabenizar também o Senador Paim pelo brilhantismo do Relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma observação. Sou totalmente favorável ao Projeto. É necessária a desinstitucionalização, é importante o valor previsto na Lei de 700 reais, mas eu só estava falando com o Senador Paulo Paim se ele não colocaria uma pequena observação dizendo que o Ministério da Saúde acompanhará esse processo de desinstitucionalização,

porque não são suficientes os 700 reais. Essa pessoa precisa ter uma estrutura de trabalho, de casa que de apoio, porque como diz o Relatório, viveram na instituição e que tem, que na verdade então, para não acontecer a mesma coisa que aconteceu com a doença mental. Aprovamos aqui um valor de trezentos e oitenta e cinco reais, um salário mínimo, e essas pessoas estão na rua porque não foi estruturado o CAPS, não foi estruturado o trabalho, as necessidades básicas dessas pessoas e elas estão abandonadas.

Então é necessário, é importante, são só três mil pessoas, de acordo com o Relatório, mas é um número grande que não podem continuar, então uma observação no sentido ou no Relatório ou no próprio texto da Lei de que o Ministério da Saúde, o Executivo acompanhará caso a caso da desinstitucionalização. É só um apelo que eu faço nesse sentido. No Relatório mesmo. Exatamente. Obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu coloco o Relatório a proposta dele que é uma recomendação, e eu faço um apelo para que a gente vote agora devido ao *quorum* que está ali. Estamos na linha...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): É verdade. Mas só respondendo aqui a V.Ex^a., o próprio autor do Projeto coloca que o Ministério já está fazendo esse acompanhamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu tenho minhas dúvidas, apesar de ser--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): De modo muito objetivo, é porque o Projeto não é para desospitalizar. A Lei já foi clara. Em 1976 o Governo Brasileiro proibiu internação. É para pagar uma indenização a quem foi vítima do erro do Estado Brasileiro. O processo de desospitalização ele corre ao largo. Esse Projeto não teve esse propósito porque que já é Lei. O Brasil não pode internar ninguém mais de maneira compulsória vítima da hanseníase. Então é só esse esclarecimento. Agora, no mérito, seus argumentos são absolutamente corretos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Vamos agora passar à votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Jose Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Paulo Paim... É o Relator. [risos] Já votou favorável. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Aprovado por unanimidade. Segue agora... A matéria vai à Secretária-Geral da Mesa, mas nós temos também as Emendas. A Emenda que precisa também... Os senhores repetem a votação quanto à Emenda? Sim. Então aprovado.

Item 01 da pauta. Vamos voltar agora à pauta...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr^a. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Decisão não terminativa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr^a. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sobre o Item 01 da pauta, eu sou autor de um dos projetos que está incluído no Item 01, o PLC nº. 64, e eu encaminhei Requerimento à Mesa do Senado pedindo a dispensação do Item referente ao PLC nº. 64. E eu solicitaria a V.Ex^a., então, para que possibilitasse esse procedimento que nós retirássemos o Item 01 da pauta, o que permitiria que a Mesa também pudesse apreciar esse nosso pedido de dispensação. É a solicitação que faço a V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Então, atendendo a solicitação de V.Ex^a. vamos retirar de pauta. E passamos agora para

o Item 02 da pauta. A decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 190/2006. Altera as Leis nº. 5.991, de 17 de dezembro de 1976 e o nº. 9.782 de 26 de janeiro de 1999, para restringir a venda de álcool etílico líquido e submetê-la à regulação das autoridades sanitárias. Autor, Senador Antônio Carlos Valadares e Relator Senador Paulo Paim. Parecer favorável. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu Relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, esse Projeto do Senador Valadares, eu considero de suma importância. E eu queria aqui antes de falar do Projeto e do meu Relatório, fazer uma homenagem inclusive à TV Senado a um programa que eu assisti nesse fim de semana da jornalista e apresentadora Solange Calmon, onde ela demonstrou o número de acidentes com álcool. Ela visitou diversas... Diversos hospitais, foi a casas de pessoas, é assustador. E o Projeto do Senador Valadares ele vem regulamentar essa situação para que haja um controle na venda do álcool. E com essa pequena homenagem à Solange Calmon que eu tinha até pensado, lhe confesso, de fazer com que ela apresentasse esse documentário que tem a ver com esse Projeto. Mas tenho certeza que teremos outra oportunidade. Eu vou fazer pela importância de tema a leitura rápida não de todo o Relatório, Sr^a. Presidente, e vou direto na análise. A finalidade da proposição é reduzir o grande número de acidentes causados pelo álcool etílico, líquido, responsável tanto por queimaduras que acometem cerca de 150 mil vítimas ao ano. 150 mil vítimas ao ano. Um terço das quais são crianças, quanto por casos de ingestão também do produto. A idéia de obter a redução dessas ocorrências idêntica verificado no período em que se seguiu a edição pela ANVISA da Resolução nº. 46 de 20 de fevereiro de 2002, alterada pela Resolução 219 de 02 de agosto de 2002.

Ocorre Sr^a. Presidente que essas resoluções perdeu eficácia em razão de decisão judicial exarada pelo Tribunal Regional Federal da 1^a Região que proibiu a ANVISA de restringir ou punir a comercialização do álcool etílico da forma líquida. Os efeitos dessa decisão [inaudível] de jurisdição possibilitaram, então, que os fabricantes voltassem a comercializar o produto em supermercados, farmácias, drogarias, armazéns, empórios, entre outros estabelecimentos. Isso fez com que os acidentes e os números de vítimas como eu discorri na abertura, com queimadura de álcool voltassem a crescer. Por essa razão, recentemente sete órgãos médicos e Organizações Não-Governamentais lançaram um manifesto para solicitar o julgamento do recurso impetrado pela ANVISA, ainda em 2002, de

forma a restabelecer o poder daquela agência de liberar sobre o comércio do produto.

Assim sendo, somos incondicionalmente favoráveis ao mérito da proporção em análise, Senador Valadares, pois consideramos que a saúde pública e a segurança do nosso povo devem receber atenção prioritária do Poder Público em detrimento dos interesses econômicos de uma parcela do setor produtivo. Embora também consideramos incontestes o poder regulador da ANVISA em relação à matéria atribuído pela Legislação em vigor os fatos demonstram a necessidade de que tal atribuição seja explicitado de forma indubitável, razão pela qual se faz necessário a aprovação do PLS 190/2006 do Senador Valadares.

Vamos ao voto. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 190/2006. Era esse o meu Relatório com as considerações que fiz de improviso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Em discussão a matéria. O Projeto. Não havendo... Por não ter *quorum*, encerramos a discussão. Adiamos a votação por questão de falta de *quorum*.

Item 06, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº. 86/2003, altera o § 5º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar a eleição do Presidente e do Vice-Presidente CIPA pelos seus membros. Autor, Senador Paulo Paim. Relator, Senador Flávio Arns. Parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o seu Relatório. V.Ex^a. está com a palavra, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A exemplo do que fez o Senador Paulo Paim, e o Senador Paulo Paim é o autor deste Projeto de Lei, eu passo a leitura somente da análise, nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente Projeto de Lei. O art. 5º do art. 164 da CLT em vigor dispõe: O empregador designará anualmente entre os seus representantes o Presidente CIPA, e os empregados elegerão dentre eles o Vice-Presidente.

Atualmente inexistente eleição para o cargo de Presidente da CIPA, que é designado anualmente pelo empregador competindo aos empregados eleger dentre eles o Vice-Presidente. Trata-se de modelo muito criticado no âmbito sindical profissional sob o argumento de que a indicação do Presidente da CIPA pelo empregador pode camuflar ou impedir a adoção de medidas de segurança e higiene do trabalho, principalmente aquelas que onerem a empresa elevando seus custos com esta rubrica.

Por outro lado, sendo indicado pelo empregador o Presidente da CIPA teria em tese maior influência para viabilizar implementação de políticas de proteção ao trabalho mobilizando a empresa como um todo.

Não se chegará nunca a um consenso sobre qual é a alternativa mais adequada, ressaltando-se que em decorrência do disposto da alínea A do inciso II do art. 10 do ato das disposições constitucionais e transitórias da Constituição Federal fica vedada a dispensa arbitrária sem justa causa do empregado eleito para o cargo de direção de Comissões Internas de Prevenção de Acidente desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do seu mandato. Aliás, isso foi objeto, inclusive, objeto de um Requerimento aprovado hoje por solicitação do Senador Paulo Paim.

Assim, mesmo que o Presidente não seja eleito, os representantes dos empregados tem garantir estabilidade no emprego por até um ano após o final do seu mandato, o que por certo garante-lhes autonomia, independência no exercício de suas atribuições legais. Nesse aspecto refletindo sobre o problema entendemos que o mais razoável e aceitável é que a CIPA seja presidida por membro titular, eleito por seus pares. O que lhe atribui maior representatividade, legitimidade, e não implica em ônus ao empregador, pois se trata de Comissão paritária.

Então, não vejo assim qualquer problema que isso venha acontecer. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 86/2003. Este é o voto, Sr^a. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, eu queria rapidamente dizer que esse Projeto eu apresentei quando era Deputado ainda lá na Câmara Federal. E reapresentei aqui no Senado. Eu comecei a minha vida laboral depois de concluir o SENAI e uma época como metalúrgico exatamente na área de segurança do trabalho. Além de ser Agente de Segurança do Trabalho fui também membro de CIPA, e no Grupo Tramontina, Rio Grande do Sul, FORJASUL(F), eu fiz uma proposta para o empregador, me lembro o nome dele, era Monfroi, que até hoje é o Diretor desse grupo, que eu aceitaria fazer parte da CIPA desde que fosse pelo voto direto a escolha também do Presidente. E ele concordou. E eu fui eleito Presidente da CIPA. E qual é a tese que eu defendia e defendo até hoje? Nós não temos que ter uma Comissão Interna de prevenção de acidentes representante do empregado e do empregador. Nós temos que ter uma Comissão que está lá com um único objetivo, evitar o acidente de trabalho. Que o maior prejudicado sempre será o trabalhador. Que ele perde o braço, a mão ou a vida. Indiretamente prejudica também o empregador que o poder econômico acaba perdendo condições opera-

cionais e se acidentam. E aí vem inclusive uma série de multas que são legítimas.

Então, quando eu propus isso e discuti com muita gente da área, é um caminho. É um caminho. Não traz prejuízo nenhum para o empregador e nem para o empregado. Simplesmente os membros da CIPA trabalharão de forma unitária na prevenção do acidente. Porque fica aquela questão de ato seguro, condições inseguras. Eu acho que se aconteceu o acidente, nós tínhamos que ter trabalhado antes de forma coletiva para evitá-lo. E não simplesmente depois julgar se foi ato ou condição insegura.

Então, com esse objetivo, de forma muito singela, que eu entendo que esse Projeto deveria ser aprovado, não interfere em nada, porque todos hoje têm o mesmo direito quanto no caso da proteção pela demissão imotivada sendo membro da CIPA.

Entendo, Sr^a. Presidente, que nesse momento, e vou além, em que se debate tanto a questão do álcool nesse País, nós sabemos que serão milhares e milhares de trabalhadores... Tomara que sejam milhões que vão acabar tendo o emprego na plantação de cana, conseqüentemente na transformação do álcool. Mais do que nunca, as CIPAS, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes cumprirão um papel fundamental para evitar o acidente no local de trabalho. Então, por isso, eu faço apelo para a aprovação do Projeto. Ele vai para a Câmara dos Deputados e conseqüentemente continuará o debate.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não. V.Ex^a., Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Todos nós reconhecemos a luta do Senador Paim nessas questões trabalhistas, reconhecemos o seu trabalho desde a Câmara Federal, e reconhecemos também a instância fiscalizadora das CIPAS. Mas eu gostaria, levando em conta que recentemente houve algumas revisões na NR n° 5 e não fez nenhuma referência a essas mudanças sem querer retardar o andamento desse Projeto de Lei, eu gostaria de pedir vista nesse Projeto. Se for permitido regimentalmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador, concedemos a V.Ex^a. vistas por cinco dias.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Muito obrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero apenas dizer que acho importante a preocupação com o Senador e vamos torcer para que daqui a cinco dias a gente possa votar a matéria. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com certeza. Espero que todas as dúvidas sejam elucidadas.

Item 05, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado n°. 123/2004, dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividade de saúde pública. Autor, Senador Papaléo Paes, Relator Senador Flávio Arns. Parecer favorável na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra a V.Ex^a., Senador Flávio Arns, para proferir o seu Relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr^a. Presidente, eu pediria a vênua do Plenário para retirar este assunto de pauta, requerer a retirada porque este Projeto de Lei de fato é fruto de uma Audiência Pública que já aconteceu na Subcomissão de Saúde, Presidida pelo Senador Papaléo Paes, e ele é o autor, inclusive, do Projeto de Lei, mas lendo, relendo e discutindo com as pessoas, observamos a necessidade de entrarmos na área de... Como havia no Projeto original e no substitutivo eu acabei retirando, mas me conscientizando da necessidade de haver principalmente a responsabilização de quem, porventura, infringir a Lei.

Então acho que o texto pode ser aprimorado e por isso peço a vênua de V.Ex^a. no sentido de retirada de pauta para voltarmos já nos próximos dias com o exame desta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): De acordo com o Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, eu percebo que devemos ter *quorum*, e o Item 03 que nós já fizemos a leitura e encerrou a discussão, se tem *quorum*, poderíamos votar o Item 03 nesse momento já que o... Se tivermos *quorum*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Concluí aqui com o Senador Flávio Arns, fica retirado para possamos fazer... Reexaminar. Para reexame.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de Ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Gostaria de registrar o meu voto favorável ao Projeto de hanseníase do Senador Sérgio Zambiasi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Será constado em Ata.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Gostaria de insistir de nós poderemos votar o Item 03. O Item 3, que

está aqui nesse momento o Senador Romeu Tuma que dá o *quorum*.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Em homenagem ao...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [risos] Não, é a mim, é ao Senador Valadares. Eu sou o Relator do Projeto dele.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos iniciar o processo de votação. Se não der *quorum* não deu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Item 07 da pauta. Decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 246/2006. Altera a Lei 4.090 de 13 de julho de 1962 para dispor sobre o adiantamento do pagamento do 13º salário para os trabalhadores. Autor, Senador Antônio Carlos Magalhães, Relator Senador Geraldo Mesquita Júnior, Parecer favorável com duas Emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para proferir o seu Relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, eu estou aguardando uma pequena retificação que foi feita com a apresentação de um novo Relatório, praticamente nos mesmos termos, mas há uma pequena correçãozinha feita e o companheiro está tentando localizar. Se pudéssemos postergar a leitura do Relatório para uma outra oportunidade eu agradeceria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não. Vamos retirar para re-exame...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, não. Há votação suspensa em razão de *quorum*. Votaríamos e em seguida retornaríamos aqui ao Projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se a senhora iniciar a votação, Wellington está vindo já.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não. Item 03 em votação. Já foi lido, discutido... Desculpa, Item 02.

[risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Três é do Valadares que vamos fazer uma Audiência Pública, acho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): É Item 02. É o Projeto que trata sobre a venda, restringir a venda de álcool etílico. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Com o Relator. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Paulo Paim já foi o Relator. Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Concordo com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chegou o autor do Projeto. Eu brigando aqui para aprovar o seu Projeto. Só faltava o seu voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu já votei, com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): João Durval. Cícero Lucena, com o Relator, Geraldo Mesquita, com o Relator... Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Não, o senhor é autor. Quer falar alguma coisa? Quer acrescentar alguma coisa? Fazer alguma observação sobre a...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eram dois projetos. O primeiro não houve possibilidade de votar hoje. Porque foi solicitado um Requerimento de Audiência Pública...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então é o seguinte. Na realidade esse Projeto que foi apresentado, Srª. Presidente, tendo em vista que a ANVISA, que é um órgão do Ministério da Saúde que cuida dentre outros assuntos, dentre outras matérias do problema da regulamentação do uso do álcool, há uma Portaria da sua lavra foi questionada pelos produtores de álcool, pela indústria de álcool, junto ao STJ. E então essa Portaria foi considerada ilegal de vez que não havia nenhuma Legislação proveniente do Congresso Nacional que desse sustentação a esta... A este ato administrativo. Visando então preencher esse vazio legal é que nós apresentamos um Projeto de Lei

para que desse autoridade à ANVISA, e conseqüentemente ao Ministério da Saúde de regulamentar, de dispor de forma administrativa do uso do álcool. Nós sabemos que o álcool líquido ele tem provocado vários acidentes, e nem é preciso dizer, que muitos tiveram... Muitas pessoas tiveram deformações ou vieram a falecer em face do uso inadequado do álcool líquido. Então nós estamos propondo que essa regulamentação seja feita de tal modo que a distribuição desse produto seja feita na forma de gel. Então na verdade é isso aí. Uma Portaria que foi considerada ilegal e nós estamos estruturando de forma na Legislação dando fundamentação às instituições que cuidam do assunto.

Por isso eu pediria aos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras o apoio de vez que protege a saúde e a vida de cidadãos e de crianças do Brasil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr^a. Presidente, eu queria só fazer uma observação. Quando todo mundo fala em acidente aqui, não é acidentezinho, queimadura de mão, não. É morte de criança, é acidente de duas, três crianças ao mesmo tempo quando elas vão jogar álcool no fogo. Então é coisa grave. Eu, depois que saiu essa liminar, eu estava aqui quando concedeu essa liminar, já havia mais ou menos... E tenho ido pouco ao hospital, poucas vezes. Já vi umas seis pessoas acidentadas disso. Algumas delas com lesões que ficariam pra vida toda. Eu gostaria só de reforçar. Não é acidente simples, é morte de criança, é deformidade permanente, é incapacidade quando pega as mãos que o dedo da criança fica inválido. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu só queria... Senador Augusto Botelho, lembrar que eu sou freqüentador assíduo do Hospital das Clínicas de São Paulo. E tenho um sobrinho médico que trabalha no setor... Chamaria hospital de queimados, onde a grande maioria são de crianças. Que a destruição praticamente de parte do corpo quando fica... Quando se salva fica com uma lesão gravíssima.

Então, é importante. E hoje é dia praticamente Dia Internacional da Mulher, se me permitir, na pessoa de V.Ex^a. eu prestar as minhas homenagens. Mas eu estava fora, então...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Obrigada, Senador. Muito obrigada. Em nome de todas as mulheres. Estamos aqui para somar lado a lado na luta por justiça social e por igualdade de direitos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu acho que a mulher é tão importante que está em todas as partes da vida. A verda-

de é essa. A importância que a gente possa caminhar sem termos que disputar nenhum espaço. Muito pelo contrário, lado a lado, somando.

Aprovado o Projeto, o 190 de 2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, por unanimidade, 9 votos, e reconhecemos que isso é de importância muito grande, já que falamos tanto em acidente, eu tive muita tristeza como pediatra dos inúmeros acidentes deixando seqüelas, irreversíveis, profundas quando não levando à morte de crianças e jovens. Essa foi uma experiência triste que vivi e parabeno pela aprovação unânime.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr^a. Presidente, não sei se vamos entrar no Item 03 da pauta agora?

SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Agora é o Item 07. De acordo, né? Pois não, Senador.

Projeto de Lei do Senado nº. 246/2006. Altera a Lei nº. 4.090 de 13 de julho de 1962, para dispor sobre o adiantamento do pagamento do 13º salário para os trabalhadores. Autor, Senador Antônio Carlos Magalhães, Relator Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer favorável com duas Emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para proferir o seu Relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Presidente. A presente proposição, esse Projeto como V.Ex^a. falou é de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães e busca favorecer o trabalhador alterando a época em que se paga o adiantamento do 13º salário devido a todos os trabalhadores empregados.

Atualmente a matéria é regulada pela Lei 4.090 de julho de 62, e o art. 2º da Lei 4.749/65, determina que o referido adiantamento deverá ser pago entre fevereiro e novembro de cada ano. O Projeto assim visa restringir o período temporal do pagamento para simplificar o planejamento financeiro do trabalhador e reduzir a necessidade de recurso a empréstimos bancários, garantidos pelo 13º salário. Não há dúvidas que o adiantamento da gratificação Natalina é um instrumento essencial para que os trabalhadores possam fazer face às despesas de maior monta, que inevitavelmente podem surgir no decorrer do ano. A permissão legal de pagamento entre fevereiro e novembro é elástica demais dificultando a realização de planos, e muitas vezes forçando o trabalhador a contrair empréstimo bancário tendo por garantir o 13º salário. Essa situação é desvantajosa ao trabalhador vez que o leva a suportar juros e despesas de intermediação financeira além do aborrecimento burocrático necessário para a concessão do empréstimo.

A proposição, portanto, contém inegável mérito merecendo aprovação. No entanto resta um ponto a merecer alteração. Como acima referido, o momento de pagar o adiantamento encontra-se definido, não na Lei 4.090, mas na Lei 4.749/65. Ainda que em princípio fosse melhor técnica Legislativa introduzir as alterações diretamente no corpo da primeira norma, não foi essa a opção do legislador naquele momento. Em decorrência parece-nos mais adequado a introdução das alterações propostas diretamente no corpo da Lei 4.749 para evitar qualquer possibilidade de interpretação incorreta advinda da discrepância entre a Lei. Essa Lei é a Lei 4.090. Quanto à constitucionalidade e a adequação da matéria quantos aos princípios de direito do trabalho nada mais a observar sendo idôneo o Projeto quanto a esse aspecto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto com as Emendas a seguir. A Emenda 01, Presidente, dê-se à ementa do PLS 246 a seguinte redação: Altera a Lei 4.749 de 12 de agosto de 65 para dispor sobre o adiantamento do pagamento de gratificação Natalina aos trabalhadores. A Emenda 02 dê-se ao art. 1º do PLS 246 a seguinte redação: Art. 1º, art. 2º da Lei 4.749 passa a vigorar com a seguinte redação: Entre os meses de janeiro e junho de cada ano o empregador pagará como adiantamento da gratificação prevista no art. 1º de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.

§ 1º: Tratando-se de empregados que recebam apenas salário variável a qualquer título, o adiantamento será calculado na base da soma das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até o anterior àquele em que se realizar o mesmo adiantamento.

§ 2º: O empregador não está obrigado a pagar o adiantamento no mesmo mês a todos os empregados;

§ 3º: A importância que o empregado tiver recebido a título de adiantamento será deduzido do valor da gratificação devida;

§ 4º: Nos casos em que o empregado for admitido no curso do ano ou durante esse não permanecer a disposição do empregador durante todos os meses, o adiantamento corresponderá metade de 1/12 avós da remuneração por superior a 15 dias.

E § 5º: O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que esse o requerer o mês de janeiro do correspondente ano. É o parecer, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Em discussão. Senador...

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Adelmir Santana. As alterações com as Emendas feitas pelo Relator, modifica substancialmente o Projeto de Lei.

Entretanto, eu queria reafirmar o seguinte, que há um processo de redução que a Lei 4.749/65 permite essa variação de acordo com os interesses do trabalhador, mas fixa as parcelas de novembro e dezembro.

Na forma em que se encontra o 246, há uma antecipação dessa obrigatoriedade até junho. Portanto, em cinco meses. As empresas hoje têm uma série de dificuldades para manter esses compromissos até o dia 5 de cada mês. Eu queria, mesmo recebendo o Relatório com essas alterações que alteraram profundamente o Projeto original pedir vista desse Projeto.

Provavelmente, Senador, posso até acompanhar o Relatório de V.Ex^a. Apenas queria fazer uma análise com relação a essa questão da redução das obrigações empresariais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Adelmir Santana, V.Ex^a. terá o seu pedido concedido, aceito, por cinco dias.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Temos aqui sobre a Mesa Requerimento de Audiência Pública com relação ao Item 03, discutirmos o PL 267/2005. Quem está de acordo permaneça como...

O Item 03 eu gostaria de dizer o seguinte. O companheiro Senador Flexa Ribeiro que não mais faz parte dessa Comissão, apresentou um parecer em separado diferente do Parecer do Relator... Parece até que eu estou contestando as colocações do Senador Paim. Mas gostaria que fosse considerado. Eu queria subscrever. Não sei se é possível. Seja mantida a Audiência Pública, mas eu queria subscrever o Relatório em separado do Senador Flexa Ribeiro, que existe já nesse Projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): O Requerimento está em discussão. O Projeto não está em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): O que está em votação é o Requerimento que solicita Audiência Pública com o objetivo de discutir o PL 267, o PLS 267/2005.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Nessa Audiência Pública já estão relacionados os...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. Eu ia falar sobre o Requerimento, se me permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu conversei com o Senador Valadares, que é o autor da proposta, falei com o Ministério do Trabalho, falei com outros se-

tores do empresariado que conversaram comigo e que gostariam de aprofundar o debate sobre esse item, que eu entendo por mais do que justa a iniciativa do Senador Valadares, mas acho que podemos na Audiência Pública, construir de repente um grande entendimento sobre o Projeto em debate. Por isso nessa Audiência Pública eu acho que nós poderíamos em comum acordo, inclusive indicar aqueles que virão aqui dar o seu depoimento sobre o tema. Eu proponho que seja o representante de empregados, empregadores e do próprio Ministério do Trabalho. Aí discutimos juntos as indicações. Só isso, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Nós podemos passar para a votação do Requerimento. Em votação. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr^a. Presidente, pela ordem, só.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A Comissão de Assuntos Sociais tem uma Subcomissão permanente da pessoa com deficiência, que é presidida pelo Senador Eduardo Azeredo. E o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado tem se empenhado ao máximo para tornar esta área visível em termos de Parlamento, em termos de Senado Federal para a busca de soluções. E um dos avanços que a gente obteve dentro do Senado Federal foi a contratação das intérpretes de LIBRAS, da Língua Brasileira de Sinais. Todos os funcionários do Senado já fizeram curso de LIBRAS e funcionários de gabinete também que desejarem até por curiosidade por participação podem fazer o curso, e nós temos neste momento a intérprete da língua de sinais aqui acompanhando toda a reunião desde o começo da reunião.

Agora, o que acontece, Sr^a Presidente, é que a TV Senado, vem também participando ativamente desse esforço, para incluir a pessoa com deficiência em toda a sua programação, contudo estava olhando a televisão, a transmissão deste... Eu estava olhando a transmissão da TV do Senado desta nossa reunião e a figura da intérprete de LIBRAS não está aparecendo na televisão. Quer dizer, justamente isso que nós estávamos, assim, fazendo esforço para que a intérprete de LIBRAS apareça na televisão para que quem esteja acompanhando a reunião aqui da Comissão de assuntos sociais possa acompanhar a intérprete de LIBRAS. A gente sempre tem que pensar o seguinte, polui a imagem um pouco, porque tem mais alguma coisa na imagem. Mas é um sinal de avanço, de cidadania, de democracia, a gente dizer na nossa Comissão que a pessoa surda pode acompanhar porque tem intérprete língua de sinais.

Então, eu gostaria, assim de fazer esse apelo a V.Exa para que todos nós da Comissão possamos discutir esse assunto com a TV Senado para incluir a figura da intérprete de LIBRAS aí. A população vai gostar disso, não é? Cidadania, respeito, é participação, é obrigatório de acordo com a Lei, a gente nem devia estar discutindo isso, porque é obrigatório. Então, tem que acontecer, se polui, se não polui, se fica bonito, se fica feio, é outra discussão, tem que ter. É um apelo que eu faço a V.Ex^a que é na nossa Comissão, tem a subComissão que foi aprovado aqui, elas estão trabalhando aqui à disposição do Senado todo e que apareça na tela da TV Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador, eu gostaria só de esclarecer que a Presidente da Comissão, a Senadora Patrícia Gomes, já encaminhou essa recomendação, essa observação à TV Senado. V.Ex^a tem toda a razão, nada mais justo que na Comissão de Assuntos Sociais que trata da questão da deficiência física, da deficiência auditiva, e que nós, se nós não dermos o exemplo fica difícil cobrar dos outros. Essa recomendação já foi feita pela Presidente Patrícia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senadora Lúcia Vânia. V.Exa. com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr^a. Presidente, eu tenho um relatório já pronto para ser lido e votado e nós temos um *quorum* qualificado agora, é o n^o. 4. Eu pediria a V.Ex^a que invertesse a ordem se ele não tiver ainda na posição de ser votado, que fosse invertido para que a gente pudesse aproveitar esse *quorum* e fazer essa votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senadora Lúcia Vânia, o Item 4 já se encontra sobre a Mesa e vamos passar a leitura.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr^a. Presidente, eu queria também um pela ordem, se for possível, consulto a sua presidência, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, que é do PLC n^o. 1 de 2006, que trata do planejamento familiar, a possibilidade de inclusão dos planos de saúde, inclusive por conta de nós estarmos aí na semana do Dia Internacional da Mulher, e ele está como Extrapauta, se for possível incluir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ah, tá certo. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Logo após o Item 4 nós iremos para o que a senhora recomenda.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em homenagem as duas Senadoras que pediram a palavra, depois de mim. Eu tive o prazer de ouvir, mas eu queria me acostar a proposta do Senador Flávio Arns e achar que não só a Comissão de Assuntos Sociais tem que ter essa transmissão, mas eu acho que o Senado tem que dar o exemplo, independente de poluição visual ou não das nossas telas, é mais importante a comunicação de quem precisa acompanhar o trabalho dessa Casa, não apenas dessa Comissão, mas do Senado como um todo. A minha proposta é que essa preocupação do Senador, seja estendido ao conjunto das Comissões e se possível até ao próprio Plenário da Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Estamos de acordo e acredito que todos com essa colocação que demonstra preocupação de V.Ex^a de sermos justos com aqueles que merecem de todos nós mais atenção.

Item 4 decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 215/2004.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Pois não, Senador. V.Ex^a--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É que surgiu uma dúvida em relação a um fato aqui do projeto, e eu conversei com a Senadora Lúcia Vânia e eu gostaria de pedir vistas para ela fazer a inclusão no projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Bem, ela vai ter que primeiro ler para pedir vista. É regimental. É necessário que seja lido para que possa ser solicitado vista. Então vou continuar a leitura e a Senadora...

Acrescento artigo a Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972 para estender ao empregado doméstico direito ao Salário Família. A autora é a Senadora Roseana Sarney e Relatora é a Senadora Lúcia Vânia. Parecer favorável com duas Emendas que apresenta. Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu Relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Projeto de Lei do Senado nº. 215/2004 que acrescenta o artigo à Lei 5.859 de 11 de dezembro de 72, para estender ao empregado doméstico direito de Salário Família de autoria da eminente Senadora Roseana Sarney.

O dispositivo que se pretende ver acrescentado à Lei de nº 5.859/72 está consignado nos seguintes termos: O Salário Família instituído pela Lei 4.266 de 3

de outubro de 63 é devido pelos empregadores a todo empregado doméstico observado o dispositivo no art. 2º da Lei nº. 10.288 de 24 de junho de 2004.

Em sua justificativa, a autora apresenta como razões para aprovação da matéria os seguintes argumentos: Após o advento da Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências, o legislador introduziu na referida lei a seguinte alteração: Facultou a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS. Estabeleceu o direito de Seguro Desemprego devido ao empregado doméstico dispensado sem justa causa. Com o presente Projeto, pretendo com o apoio dos nobres pares, estender o Salário Família a todo empregado doméstico.

Nos dias de hoje não se justifica a exclusão dessa classe laboriosa de empregados domésticos do benefício que a Constituição Federal garante aos trabalhadores em geral em seu art. 7º inciso XII.

Análise. Na perspectiva... Como o Senador Augusto Botelho pediu, Sr. Presidente, vista ao Projeto, eu vou me abster de ler a análise, porque acho que todos os Senadores já sabem com essa introdução de que se trata o Projeto e como a Senadora Roseana Sarney pretende alterar esse benefício, estender esse benefício da Previdência aos empregados domésticos. Depois da vista, obviamente eu só queria pedir, Sr. Presidente, que essa vista seguisse o tempo regimental para que a gente possa realmente votar esse Projeto de grande importância para os trabalhadores domésticos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza um Projeto importantíssimo da Senadora Roseana Sarney, V.Ex^a é a Relatora, na próxima Sessão, ou seja, na próxima quarta-feira ele estará na pauta, como os outros projetos que foram pedido vista e o procedimento foi o mesmo. Aproveitando o *quorum* privilegiado, nós vamos de imediato à Senadora Lúcia Vânia, o Item 08 que V.Ex^a é Relatora e podemos votar. Em seguida votaremos o Projeto recomendado pela Senadora Serys Slhessarenko, que esse não é votação nominal.

Item 08 Senador César Borges é o autor, Senadora Lúcia Vânia é a Relatora, ele altera o art. 13 da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso para atribuir aos defensores públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos. V.Ex^a com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O Projeto submete ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 112/2004 de autoria do ilustre Senador César Borges. O art. 1º da proposição confere nova redação ao art. 13 do Estatuto do Idoso para per-

mitir que transações relativas a alimentos possam ser celebradas perante o defensor público as quais terão efeito de título Executivo Extrajudicial nos termos da Lei do Processo Civil. Art. 2º determina que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Não foram apresentadas Emendas.

A análise do projeto: No mérito entendemos pertinente a iniciativa consubstanciada no PLS nº. 112/2004. Com efeito, do Estatuto do Idoso atribui exclusivamente ao Promotor de Justiça poderes para referendar transações a respeito da prestação de alimentos a pessoa idosa. A proposição de sua parte pretende ampliar o rol de autoridades que possam referendar transações relativa a prestação de alimento ao idoso nele incluindo a Defensoria Pública.

O PLS em tela objetiva ampliar os poderes da Defensoria Pública conferindo a transação relativa a alimentos realizada perante o defensor público, e na presença de partes litigantes força de título executivo extrajudicial que poderá ser levado a execução forçada caso a parte devedora não cumpra a obrigação firme no ajuste. Assim a luz do artigo 134 da Constituição, parece-nos oportuna a aprovação do PL 112/2004 que só vem a reconhecer cada vez mais o excelente trabalho e dedicação da Defensoria Pública. E favorece também o próprio idoso que terá outros mecanismos para sua defesa.

Pelos motivos expostos concluímos pela aprovação do projeto tenho Lei do Senado nº. 112/2004. Sala das comissões Relatora Senadora Lúcia Vânia.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Em discussão o projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria me manifestar no sentido favorável ao projeto aqui dos Senadores possam também dar o seu voto, no sentido que ele está ampliando e é um combate eu diria, à burocracia e um reconhecimento do trabalho tão importante que os defensores públicos se realizam no Brasil todo. Os defensores públicos são via de regra os Advogados dos pobres, pode dizer assim, e eles têm um papel social extremamente relevante, e o projeto procura, então, dar a eles essa atribuição, buscando um processamento mais rápido das demandas sociais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência se me permite, eu tive a satisfação de apresentar o projeto original do Estatuto do Idoso que teve a Relatoria, nunca esqueço, o Senador Silas Brasileiro que fez um belíssimo Relator e depois aqui no Senado ele foi aprovado por unanimidade com a Relatoria do Senador Sérgio Cabral, Demostenes Torres e Senadora Lúcia Vânia foi uma das Reladoras, e eu acho

não, tenho certeza que o projeto do Senador César Borges vem melhorar e muito uma lacuna que tinha no Estatuto do idoso, por isso nós não queremos aqui declarar o nosso voto pela aprovação pela importância desse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Em votação o Projeto de Lei nº. 112 de 2004. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Paulo Paim mais uma vez declarando o seu voto. [risos] Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Lúcia Vânia, a própria Relatora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim, inclusive foi Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto é da maior relevância.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Aldemir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a Relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Projeto aprovado com 10 votos.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Voltamos a Extrapauta com a decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 1/2006. Altera o § 2º do art. 12 da Lei nº. 9.656 de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência de saúde. Acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguro privados de assistência de saúde.

Autor, Deputado Geraldo Rezende, relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores a proposição em apreço tem objetivo de introduzir na Lei 9.656 de 3 de junho de 98 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência de saúde e a obrigatoriedade de cobertura e planejamento familiar. Não foram oferecidas Emendas ao projeto.

Análise se manifesta a jurisdição do Projeto de Lei da Câmara nº. 1/2006 apto a inserir-se pacificamente no ordenamento por sua adequação ao diploma legal que tenciona a alterar. Do ponto de vista regimental igualmente não se identificam quaisquer óbices ao procedimento regular da tramitação do projeto. Versada e adequada a técnica Legislativa o Projeto de Lei da Câmara tem o mérito de incluir planejamento familiar no rol dos procedimentos cobertos pelos planos ou seguros privados de saúde, garantindo que as seguradas possam ter acesso a métodos contraceptivos, eficazes e seguros que nem sempre são ofertados pelas serviços públicos de saúde ou tem oferta reduzida. O nobre Deputado Geraldo Rezende, em sua justificativa, ele faz alusão a Lei 9.263/96 que regulamenta o § 7º do art. 226 da Constituição Federal no que tange ao planejamento que seu art. 6º traz a seguinte disposição: As ações de planejamento familiar a algo que a gente tanto discute, planejamento familiar, serão exercidas pelas instituições públicas e privadas, filantrópicas ou não, nos termos dessa Lei das normas de funcionamento e mecanismos de fiscalização estabelecidos pelas instâncias gestoras do Sistema Único da Saúde.

Segundo o Deputado a maioria dos Planos de Saúde ou seguros não possuem cobertura para ações de planejamento familiar. É importante salientar que o Brasil é um dos Países que apresentaram os melhores resultados em relação ao planejamento familiar, com importante redução das taxas de natalidade sem grande intervenção do Poder Público para este resultado. Ao levarmos em conta os custos dos planos, ou seguros de saúde para população que é elevado, proposição ganha ainda mais importância, ao garantir que métodos contraceptivos estejam cobertos.

Vale lembrar que o planejamento familiar insere-se no conjunto de ações de atenção à saúde da mulher dentro da visão de atendimento global e integral à saúde. A saúde da mulher está intimamente relacionada com sua saúde reprodutiva, onde o acompanhamento eficaz de métodos contraceptivos e a utilização de métodos confiáveis e seguros são necessários para assegurar que o planejamento familiar seja eficaz e

não cause prejuízos à saúde da mulher. Nunca é demais lembrar que segundo estudos da Unicamp sobre saúde reprodutiva 70% dos casais brasileiros fazem uso de algum método contraceptivo. No entanto, uma análise mais pormenorizada desse dado nos revela que o peso da responsabilidade do planejamento recai sobre as mulheres, pois 40% das mulheres foram submetidas a laqueadura e 20% delas fazem uso de pílulas anticoncepcionais, sendo que apenas 0,9% dos homens fizeram vasectomia e apenas 1.8 fazem uso hoje da camisinha.

Logo, o planejamento familiar recai sobre as mulheres que devem se preocupar com o método a ter utilizado e arcar com as consequências dessa escolha.

Assim a cobertura dada a esses procedimentos pelos planos e seguros de saúde é de suma importância para que as mulheres tenham acesso ao planejamento familiar de qualidade e de forma segura.

Voto, Srª. Presidente, Srs. Senadores e Srªs. Senadoras. Frente ao exposto manifestamos-nos pela aprovação quanto a regimentalidade e mérito do Projeto de Lei da Câmara nº. 1/2006. É este o nosso voto, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Coloco a matéria em discussão. Não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão e coloco em votação. Srs. e Srªs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada a matéria.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião convocando a todos para a próxima quarta-feira às 10h da manhã... Ou, às 11h30 mudou o horário, né? As 11h30 quando teremos nova reunião.

Sessão encerrada às 13h27

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA SEXTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia quatorze de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, ALFREDO NASCIMENTO, JOSÉ NERY, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALTER PEREIRA, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE,

EXPEDITO JÚNIOR, FERNANDO COLLOR, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, PAPALÉO PAES. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Sérgio Guerra. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que recebeu cópia da Moção nº 06, de 2007 da Câmara Municipal de Bebedouro – SP de apoio à proposta de alteração da Lei de Licitações, encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional através da Emenda nº 39, de 2007. A Presidente informa que, a pedido da relatora, Senadora Lúcia Vânia, o Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2004 fica retirado de pauta. Informa também que, a pedido do relator, Senador Paulo Paim, o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2006 fica retirado de pauta. A Presidente requer a inversão de pauta de forma a apreciar primeiro o item 9 da pauta. Passa-se à apreciação dos projetos. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2003. “Acrescenta parágrafo ao artigo 57 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, estendendo ao paraplégico a aposentadoria especial após vinte e cinco anos de trabalho.” Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Declarado prejudicado, tendo em vista a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005 (PEC PARALELA). Resultado: Aprovado o parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2004 “Acrescenta artigo à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para estender ao empregado doméstico o direito ao salário-família”. Autora: Senadora Roseana Sarney. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Matéria retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2006 “Acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce do câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário”. Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Matéria retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 – CAS “Requer, com base no artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais sobre o tema “Regulamentação

de Profissão e Criação de Conselhos Profissionais”, para instruir a discussão e notação dos projetos dessa natureza que tramitam nesta Comissão. Propõe-se que sejam convidados: Deputado Nelson Marquenezelli – Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Dr^a. Estefânia Ferreira de Souza Viveiros – Presidente da ordem dos Advogados do Brasil, Seção Distrito Federal; Dr. Eduardo Gabriel Saad – Advogado”. Autora: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Resultado: Aprovado. Os itens 01, 03, 04, 05, 07, 08 ficam adiados. Fez uso da Palavra o Senhor Senador Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2007, ÀS 9 HORAS E 48 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovada.

A Presidência informa que recebeu cópia da moção nº. 06 de 2007 da Câmara Municipal de Bebedouro-São Paulo, de apoio à proposta de alteração da lei de licitações encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional através da emenda nº. 39 de 2007. Observando que a urgência na sua tramitação, após fundamentadas modificações que eventualmente venham a sofrer beneficiará a administração pública em geral e também ao PAC, Programa de Aceleração Econômica recentemente lançado no país.

A pedido da relatora Senadora Lúcia Vânia fica retirado de pauta o PLS 215 de 2004, item 2 para reexame e também a pedido do relator, Senador Paulo Paim, fica retirado de pauta o PLS 233 de 2006, item 6, para reexame. Sobre a Mesa nós temos o requerimento de minha autoria que eu vou ler aos Srs. Sena-

dores. Requerimento nº. 10 de 2007 da Comissão de Assuntos Sociais. Requer-se com base no artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais sobre o tema Regulamentação de Profissão e Criação de Conselhos Profissionais para instruir a discussão e notação dos projetos dessa natureza que tramitam nessa Comissão. Nós fizemos um apanhado e como existem muitos projetos relativos à criação de conselhos profissionais e regulamentação de profissões, nós estamos, então, sugerindo essa audiência pública aonde nós possamos discutir todos esses projetos.

Nós estamos propondo como convidados o Deputado Nelson Markezelli, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dra. Estefânia Ferreira de Souza Viveiros, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, sessão do Distrito Federal e o Dr. Eduardo Gabriel Saad, advogado.

Bom, em discussão o requerimento para quem deseja discutir. Caso não tenhamos quem queira discutir, colocamos em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de propor em função ainda do baixo *quorum*, nós temos a maioria dos projetos terminativos. Então, eu gostaria de propor aos senhores a inversão para que seja já discutido o item 9, pois o relator já se encontra que é o Senador Flávio Arns. Item 9, PLS nº. 145 de 2003, “acrescenta parágrafo ao artigo 57 da lei nº. 8213 de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências estendendo a aposentadoria especial após 25 anos de trabalho”. O autor é o Senador Paulo Paim que já está a caminho da Comissão e o relator é o Senador Flávio Arns com o parecer declarado prejudicado tendo em vista a promulgação da proposta de emenda à Constituição nº. 47 de 2005. Eu concedo, portanto, a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, a senhora, V. Exa. já leu a ementa, eu passo a ler a análise.

Análise do Projeto de Lei nº 145, de autoria do Senador Paulo Paim. A Previdência Social, vertente da Seguridade Social, em matéria circunscrita da competência Legislativa concorrente da União a teor do artigo 24, inciso 12 a Constituição Federal e, como tal, compete a essa Comissão pronunciar-se sobre proposições que lhe digam respeito conforme preceitua artigo 100, inciso 1º do Regimento Interno do Senado Federal. A análise do Projeto de Lei do Senado nº. 145 de 2003,

objetiva estender ao paraplégico o direito a aposentadoria especial, decorrido os 25 anos do trabalho, passa necessariamente pela referência à recente promulgação de Emenda Constitucional nº. 47, de 5 de junho de 2005, apelidada como PEC paralela que, dentre outras inovações, introduziu no parágrafo primeiro do artigo 201 da Constituição Federal a doação de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos segurados e portadores de deficiência, filiados ao regime da Previdência Social. Com efeito, a PEC paralela alterou os termos do artigo 201, parágrafo primeiro, que passou a ter a seguinte redação: É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social ressalvados os casos de atividades e exercícios sobre condições especiais que prejudica a saúde ou integridade física e quando se tratar de segurados, portadores de deficiência nos termos definidos em lei complementar.

Como visto emenda da Constituição nº. 47, previu a edição de lei complementar para ressaltar os portadores de deficiência dos critérios gerais que presidem a concessão das aposentadorias. Nesse sentido. Com quanto louvável a intenção do projeto. Esse não foi proposto enquanto lei complementar, nem tão pouco estabelece critérios diferenciados às pessoas portadoras de deficiência, mas apenas às pessoas que apresentam deficiência física, desatendendo, dessa forma, a nova redação do artigo 201, § 1º da Constituição Federal. Aliás, até já aprovamos aqui nesta Comissão, no ano passado, uma lei complementar que trata da aposentadoria da pessoa com deficiência. Por outra via, o artigo 57 da lei nº. 8203 de 91 não pode acolher das intenções da matéria, por tratar de instituto a aposentadoria especial, destinado ao segurado que tiver trabalhado sujeito à condições especiais que prejudique a saúde ou a integridade física. Quer dizer, é um outro assunto.

Aposentadoria especial a toda evidência, consiste em critério objetivo que difere da intenção do Legislador Constitucional, qual seja, conferir a critério subjetivo para a concessão da aposentadoria. É de esclarecer, enquanto aposentadoria especial leva em conta a sujeição a agentes químicos, físicos, biológicos ou associação destes ofensivos à saúde ou integridade física, que é o critério objetivo, a aposentadoria preconizada pela Constituição Federal leva em conta uma condição especial do futuro aposentado que é um critério subjetivo. No caso a pessoa portadora de deficiência. A exemplo do ocorrido com as aposentadorias para o professor, jornalista, aeronauta, ferroviário, ex-combatente, etc. A título exemplificativo, uma pessoa portadora de deficiência física, tal como referi

no Projeto de Lei apresentado, que tenha trabalhado sujeito a agentes químicos, físicos, biológicos ou associação desses ofensivos à saúde e ou a integridade física pode pleitear aposentadoria especial, não por sua condição enquanto portador de deficiência, critério subjetivo, mas pela condição de exposição a aqueles agentes que é um critério objetivo. Partindo da eleição do critério subjetivo, será possível, não apenas a concessão de redução no tempo de serviço da pessoa com deficiência, mas também a idade para a aposentadoria. Assim como visto os critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria a pessoa com deficiência não se esgota em novo parágrafo ao artigo 57 da lei 8213/91, devendo atingir, não apenas tempo de serviço, mas tempo de contribuição e idade, critérios nem todos esses contemplados no universo da aposentadoria especial. O voto. Diante da recente promulgação da proposta a emenda à Constituição nº. 47 de 2005, PEC paralela, que reserva lei complementar a adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos segurados portadores e deficientes, filiados ao Regime Geral de Previdência Social, fixação da Legislação vigente, propomos nos termos do inciso 1º, do artigo 334, Regimento Interno do Senado Federal, que seja declarado prejudicado o Projeto de Lei do Senado, nº. 145 de 2003. Eu quero dizer, somente para complementar o voto, que o Senador Paulo Paim, além de muito amigo nosso, mas como Senador, ele vem propondo Projetos de Lei fundamentais para a sociedade brasileira, para o trabalhador, para Aposentadoria, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Igualdade Racial. Então, quer dizer, é sempre para mim um prazer e uma alegria relatar os Projetos de Lei do Senador Paulo Paim, porque eles dizem respeito às situações, assim, fundamentais para construção da cidadania. Nesse Projeto de Lei a elaboração do projeto é de 2003, então, até anterior à mudança Constitucional. E essa mudança Constitucional foi um avanço muito importante para a pessoa com deficiência, por que estabeleceu na Constituição sujeito a lei complementar critérios especiais para aposentadoria de acordo com a situação de cada pessoa, critérios diferenciados, porque uma pessoa paraplégica tem uma necessidade, tetraplégico tem outro, deficiente mental, surdo, quer dizer, a área da deficiência é uma área muito variada. Então, nesse sentido o projeto tem todo o mérito, porém, diante da circunstância Constitucional a gente se viu obrigado declará-lo prejudicado, mas fazendo todas essas ressalvas em relação a um excelente Senador que temos nessa Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu agradeço o relatório do

Senador Flávio Arns e coloco em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nos termos do artigo 334 do Regimento Interno do Senado Federal, declaro prejudicado o PLS nº. 145 de 2003, com base no parecer do Senador Flávio Arns, que ressalta a intenção do Senador Paulo Paim, conhecida por todos nós e coloco em votação a declaração de prejudicialidade. Aprovada. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Infelizmente nós não estamos tendo *quórum* para continuar a deliberar matérias terminativas, que estão na pauta e, portanto, eu queria apenas antes de encerrar a sessão, se não houver mais quem deseje se manifestar, lembrar das audiências públicas que teremos semana que vem. No dia 21 de março nós teremos uma audiência conjunta com a Comissão de Direitos Humanos que vai tratar do projeto que cria o Programa Empresa Cidadã, destinada a prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, do dia 21 de março, às dez horas da manhã e no dia 21 de março, também numa audiência conjunta, às quatorze horas teremos uma audiência pública na ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down. É uma proposta do Senador Eduardo Azevedo e Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero sempre lembrar que eu acho muito interessante que é o 21 de março, que a síndrome de Down é, nós temos 23 pares de cromossomos e a trissomia do par 21, então temos, ao invés, a Síndrome de Down que é um acidente genético, ao invés de ter um par, tem três. Três no 21, no par de número 21. Então é 21 do 03, que é o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down e vamos discutir na semana que vem cidadania, direitos da pessoa com deficiência, abertura de caminhos e tudo, inclusive, com voto de aplauso que foi dado aqui na semana passada nesta Comissão para a Rede Globo por ter abordado, não só a questão da pessoa com deficiência, que foi fundamental, mas também a questão de outros temas, assim, muito interessantes e importantes, questão de drogas, questão da adoção, do alcoolismo e eu acho que uma novela assim, realmente faz um trabalho que outros meios levariam anos e anos para fazer esse debate com a sociedade. Por isso que o voto de aplauso foi aprovado nesta Comissão para ser enviado a Rede Globo por tratar desses temas e de uma maneira, assim,

tranquila, pegando depoimentos, fazendo com que a sociedade se envolva, sem radicalismos também. Eu acho que foi, assim, um trabalho muito bom e que deve ser de fato aplaudido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu quero apenas concordar com V. Exa. Eu acho que temas muito importantes, algumas emissoras tem se envolvido nisso, que tem ajudado na luta, no combate, enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, novela agora que começa, de Gilberto Braga, também tem abordado esse tema sobre turismo sexual e eu acho que acaba sendo o veículo, como V. Exa. mesmo faz o comentário, uma forma de que a sociedade tome conhecimento sobre essas matérias, sobre essas situações que nós ainda vivemos no nosso país e nós possamos enfrentar e combater tantas discriminações e preconceitos que ainda existem na nossa sociedade. Eu quero agradecer a presença de todos e encerrar a sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 10h05

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, E A 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador PAULO PAIM, reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos(as) Senadores(as) AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO FILHO, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO e

CRISTOVAM BUARQUE. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando a ausência o Senador Sérgio Guerra. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião das Comissões, propondo a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas e passa a presidência dos trabalhos à Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES. Presidência registra, para acompanhar a Audiência Pública, a presença do Senhor Tite Borges, representante do Ministério da Saúde; Senhora Regina Odami, representante da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Dra. Ana Cecília Sucupira, Coordenadora da Saúde das Crianças e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Dra. Maria José de Araújo, Coordenadora da Saúde da Mulher; Dr. Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e Senhora Maria Paula, atriz e madrinha do Projeto e do Programa do Aleitamento Materno, que usam da palavra. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 02 de 2007 – CAS, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinando à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Com os seguintes convidados: Senhor José Pastore – Consultor da CNI e Professor da Universidade de São Paulo, representando Armando de Queiroz Monteiro Neto - Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Senhora Claudia Scaff, Diretora do Comitê de Responsabilidade Social – CORES, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Senhor Eugênio Pereira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representado Antonio José Domingues de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Senhor Michael Haddon - Presidente da Fersol Indústria e Comércio S.A.; e o Senhor Ivan Zurita - Presidente da Nestlé. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Kátia Abreu, Inácio Arruda, Fátima Cleide, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. A Senhora Presidente submete ao Plenário a inclusão de um item Extrapauta, que é dado como aprovado. ITEM EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO Nº 13, DE 2007 – CAS: “Requer a realização de Audiência Pública, conjunta entre as Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Infra-Estrutura, com vistas a tratar da Compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo Ultra e Braskem. Para a realização da audiência pública

requerida deverá ser convidado o Presidente do SINDIPETRO Sr. José Marcos Olini, Presidente do SINDIPOLO Sr. Carlos Heitor Rodrigues, Representante da Petrobrás, Representante da Braskem, Representante do Grupo Ipiranga, Representante do Grupo Ultra e demais convidados, a serem definidos pela própria Comissão ". Autores: Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon. Resultado: Aprovado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM E A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10 HORAS E 11 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 8ª Reunião da Comissão de Educação e a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicitamos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados.

Passamos à apreciação da pauta. Item único: Audiência Pública conjunta CDH, CAS e CE. Nos termos do Requerimento CDH nº 01/2007, de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya, para instruir o PLS nº 281/2005, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da Licença Maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal.

Eu gostaria, de imediato, de dizer a todos que é uma alegria muito grande de nossa parte nesse trabalho que estamos fazendo de forma muito integrada, com muita parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação. O Senador Cristovam preside a Comissão de Educação, a Senadora Patrícia, a de Assuntos Sociais e eu presido a Comissão de Direitos Humanos. Como,

nesse caso, a Senadora Patrícia, além de presidir a Comissão, é a autora do Requerimento, é autora do Projeto e eu sou o Relator, nós combinamos aqui na Mesa e, de imediato, eu passo à Presidência dos trabalhos, porque vou ficar na Relatoria e tanto posso ficar no Plenário ou aqui na Mesa para acompanhar os debates e construindo o meu Relatório que no fundo vai seguir a orientação da nobre autora do Projeto original. Senadora Patrícia, a senhora nesse momento assume aqui a Presidência.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom dia a todos e a todas, em primeiro lugar eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos, por me conceder o privilégio de presidir esta Sessão, esta Audiência Pública, que para o nosso mandato é de fundamental importância. Quero agradecer também ao Senador Cristovam Buarque, que também tem uma Audiência Pública nesse momento na sua Comissão, na Comissão de Educação, e que fez questão de estar aqui na abertura desta Audiência, para que na verdade nós pudéssemos trocar algumas idéias sobre um Projeto, que na verdade, até para explicar o início, como começou tudo isso é preciso deixar claro e esclarecer que esse Projeto foi elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, com o aval da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, já se encontra aqui presente o Dr. Deoclécio, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e que colocou nas minhas mãos esse Anteprojeto, provavelmente pela luta que eu venho ao longo da minha vida travando na defesa dos direitos da criança e do adolescente não só do meu Estado, o Estado do Ceará, onde eu já tive o privilégio de ser Vereadora pela nossa capital, Deputada Estadual, mas sempre abraçando a causa que considero certamente uma das mais importantes do nosso País, que é proteger o direito daqueles que muitas vezes não têm vez, não têm voz e que precisam de cada um de nós, não só da família, da sociedade, mas do Estado Brasileiro para que possam ter uma vida melhor e uma vida mais saudável.

Ao longo desses quatro anos do meu mandato, tenho procurado aqui me dedicar a essa causa, presidi, tive também a honra de presidir uma Comissão Mista de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País e vi com os meus próprios olhos uma sociedade que ainda exclui a maioria das nossas crianças, que não dá oportunidade a essas crianças, onde elas não têm muitas vezes acesso à educação, acesso ao esporte, ao lazer, à cultura. E, portanto, cada vez maior é o meu convencimento de que é preciso cuidar dessas

crianças desde que estão no ventre das suas mães. É preciso dar uma atenção especial àqueles que muitas vezes estão vulneráveis e fragilizados dentro de uma sociedade como a nossa. Eu torço, luto e acredito que é possível transformar esse País num País mais justo, num País mais igualitário, onde todos tenham direito à liberdade, desde que nós sejamos capazes de cuidar, em primeiro lugar, de quem mais precisa. E quem mais precisa são as nossas crianças. Porque elas precisam da nossa voz. Elas não podem vir até aqui fazer manifestações, elas não podem reivindicar, mas nós temos a obrigação e a responsabilidade de fazer isso por elas, independente da vocação que cada um tenha nesta Casa para atuar em determinadas áreas.

Eu tenho aqui a presença ilustre de Senadores que têm um papel importantíssimo na nossa sociedade, que já desenvolveram papel importantíssimo, cada um dentro do seu Estado, e que se dispuseram a vir aqui hoje para discutir um Projeto, talvez um Projeto, de certa forma, polêmico, quando as pessoas ainda não conhecem bem o que é que ele trata e qual é o seu objetivo principal. Por isso nós estamos fazendo esta Audiência Pública para ouvir também o segmento empresarial, nós convidamos hoje para participar desta audiência representantes da FIESP, da CNI, da CNC, trouxemos também alguns exemplos, que os senhores e as senhoras vão ter a oportunidade de ouvir, de experiências que já demonstraram que dá certo investir na primeira infância, que dá certo dar uma oportunidade às mulheres brasileiras. É um Projeto, na verdade, que amplia de quatro para seis meses a Licença Maternidade. Este Projeto ele não obriga as empresas a adotarem os seis meses de Licença Maternidade, até porque nós queremos criar uma nova cultura, a cultura da responsabilidade social, a cultura de que é preciso investir na primeira infância para termos uma sociedade mais justa e uma sociedade mais igualitária. Nós queremos aqui os empresários como nossos aliados nessa luta, nessa luta que é de todos os brasileiros de boa-fé, de todos os brasileiros que acreditam na possibilidade desse País mais justo, desse País melhor.

Aqueles empresários que aderirem ao Projeto de seis meses de Licença Maternidade terão oportunidade de deduzir esses dois meses excedentes em 100% do Imposto de Renda. Esse não vai recair sobre a Previdência, como alguns podem imaginar. Na verdade, é aquilo que o Governo deixará de arrecadar. Eu tenho dados importantes de estudos feitos pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Consultoria do Senado que apontam que se o Brasil inteiro, todas as empresas brasileiras aderissem aos seis meses de Licença Maternidade, o Governo iria ter em torno de

500 milhões de renúncia. E temos também dados que mostram que hoje o SUS gasta, por ano, em torno de trezentos milhões só em internações de crianças com menos de um ano de idade por pneumonia. Portanto, nós não queremos aqui tratar de gasto, mas sim de investimento, e mudar um pouco a idéia de que isso seria um gasto para o Governo, mas sim uma economia brutal que o Governo irá fazer. Já tivemos a oportunidade em outras ocasiões de discutir com todos os representantes das Sociedades de Pediatria de todos os Estados que aqui estiveram presentes, já tivemos a oportunidade de ter também a Ordem dos Advogados do Brasil, a representação do Governo Federal, através da Ministra Nilcéa Freire, que eu tive a oportunidade de ter ontem um contato com ela, recebi hoje pela manhã um telefonema, que me alegrou muito, do novo Ministro da Saúde, que se compromete a lutar também, ele quer entender melhor o Projeto, quer conversar e marcamos uma conversa para terça-feira, mas ele colocou claramente hoje em todos os jornais que isso é uma questão de saúde pública, e que esse investimento que nós estamos fazendo poderá salvar a vida de muitas crianças que hoje acabam morrendo antes de completar um ano de idade, por falta desse cuidado tão específico.

O Projeto ele não se concentra apenas como foco principal na amamentação, mas sim no fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho. Provado claramente por todos aqueles especialistas e estudiosos que esses seis meses de Licença Maternidade é aquilo que vai definir essa criança no futuro. O seu comportamento, o seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. O cérebro de uma criança cresce mais rapidamente nos seis primeiros meses de vida. Isso que nós perdemos nos seis primeiros meses de vida, se a criança não recebe os estímulos suficientes, nós não vamos recuperar logo depois. O cérebro cresce, se não me engano, em torno de dois gramas nos seis primeiros meses de vida, e logo depois esse crescimento vai caindo. O rendimento escolar tem uma ligação muito forte com isso. Doenças como obesidade, doenças alérgicas, doenças do coração, até alguns tipos de câncer podem ser evitados. Não necessariamente apenas com aquela que é a melhor vacina que existe no planeta, que é o leite materno, mas também com a convivência, com o carinho, com o afeto. Às vezes nós não percebemos como é importante o cuidado da mãe, o carinho, aquela palavra na hora que está amamentando, o carinho, o tato da mãe, o cheiro que a mãe passa para a criança. Todos esses são aspectos importantes que vão determinar quem será essa criança no futuro.

Alguns dizem que seis meses é muito e que isso vai prejudicar o acesso da mulher no mercado de trabalho. Eu acho que está na hora, mesmo num País que tem tantas dificuldades, da gente poder também mudar esse tipo de pensamento, ou esse tipo de cultura. Está na hora de se respeitar a mulher brasileira, a mulher que gera a humanidade. Se não fôssemos nós mulheres, não existiríamos todos que aqui estamos hoje e todos os outros que estão lá fora.

É importante que nós tenhamos a consciência de que é preciso também mudar a concepção de como se encara a vida. Tivemos aqui depoimentos de várias mulheres, e cada dia recebo mais e mais declarações, opiniões de mulheres que já são mães, de mulheres que foram mães, de mulheres que pretendem ser mães. A Maria Paula, que é a madrinha desse nosso Projeto, do Casseta e Planeta, ela esteve aqui e ela fez muito mais uma declaração com o coração, e ela dizia: "...talvez os senhores não saibam como é importante o primeiro filho...", por exemplo, as dificuldades que nós mulheres passamos. E eu mesma declarei nesta Comissão, quando tive minha primeira filha eu tinha 19 anos de idade e eu tive muitas dificuldades para amamentar, para segurar, pela experiência que eu não tinha. O corpo da mulher muda, a mente, a cabeça da gente muda, a gente passa por um processo que é preciso tempo para se adaptar. E é isso que é importante ressaltar.

Nós vivemos em média 70, 75 anos na vida. O que seria seis meses de uma mulher ficar ao lado do seu filho? A Organização Mundial de Saúde recomenda, o Governo Brasileiro faz propaganda recomendando a amamentação durante seis meses. Mas, na verdade, pela lei, nós não temos direito a isso. Não queremos fazer um Projeto que imponha isso, porque queremos ganhar os empresários também nessa luta. E muitos já fazem isso. Hoje nós vamos trazer aqui o exemplo de alguém que conseguiu, com o seu empenho, com a sua dedicação, com a sua sensibilidade mudar o perfil da sua empresa, mudar completamente a realidade da sua empresa e hoje ser um exemplo para todo o nosso País. Queremos nos espelhar pelos Países que já adotam a Licença Maternidade de seis meses, de um ano ou de dois anos. Nós não queremos nos mirar, ou nos espelhar pelos exemplos que não conseguem proteger esses direitos fundamentais. É evidente que aqui nós vamos ter demonstrações de outros Países, ou da maioria de Países que não adotam a licença de seis meses; países que adotam a licença de um mês, Países que nem adotam esse tipo de Licença Maternidade, que não é. Mas acho que o Brasil vive um momento que precisa se espelhar naquilo que é melhor,

naquilo que é melhor para os nossos filhos, naquilo que é melhor para a nossa sociedade.

Portanto, eu venho fazendo esta Audiência Pública hoje esperando ouvir o contraditório, ouvir aqueles que acham que talvez não seja o momento, mas que podem sair daqui também com uma nova impressão, que podem sair daqui talvez tocados pela sensibilidade de muitos outros que já conseguiram assim fazer. O Projeto não vai criar mais nenhum tipo de encargo para as empresas brasileiras. Esta Casa, nós temos discutido isso, sabemos que no Brasil já se paga muito imposto, sabemos que no Brasil o problema da segurança, o problema da violência que acontece, muitas vezes esses depoimentos que acontecem na sociedade no momento de crise, de violência, acabam optando por um caminho que é mais rápido e mais curto, porque as pessoas já, de tanto pagar impostos, desejam ter segurança, desejam ter acesso à educação, desejam ter acesso à saúde, à moradia e ao emprego digno. E hoje, nessa discussão, nós vamos ter a oportunidade aqui de fazer uma explanação que eu tenho certeza que muitos dos senhores, que talvez ainda não estejam convencidos da importância desses seis meses de Licença Maternidade, possam sair daqui com o coração repleto de entusiasmo na certeza de que esse será um caminho que poderá ajudar as nossas crianças e a nossa sociedade a ter uma vida melhor, a ter uma vida mais digna.

Tenho feito sempre uma comparação com um olhar, que é o olhar que eu trago para dentro da minha casa, dos meus filhos, dos meus quatro filhos, onde eu tive a oportunidade de ter tempo suficiente de ficar com eles, onde eu tive a oportunidade de dar o melhor da educação que eu podia lhes oferecer, o acesso a tantas coisas que o mundo moderno exige hoje que os nossos filhos tenham direito. Mas sei que essa não é a realidade da grande maioria das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros. E o modelo que nós devemos adotar, Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a que tem tido a bandeira da educação como certamente a solução de tantos dos problemas que nós vivemos hoje, tenho a certeza que continua sendo a educação, o investimento na primeira infância que vai fazer com que esse País que nós tanto amamos, que nós estamos querendo viver, fincar os nossos pés, criar os nossos filhos e os nossos netos possa ser esse País dos nossos sonhos. Desde o momento em que nós possamos, em primeiro lugar, olhar para aqueles que mais precisam.

Com essas palavras, eu gostaria de iniciar esta nossa Audiência Pública, passando, em seguida, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que também preside a Comissão de Educação, registrando a pre-

sença do Deputado Alcení Guerra, responsável também pela Licença Paternidade, que tem acompanhado de perto esse nosso Projeto, agradecer de coração a presença tão expressiva dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que atenderam ao nosso chamado imediatamente e estão aqui nesta Sessão nos prestigiando a todos os três Presidentes das Comissões, e eu espero que daqui a gente possa sair não como a última Audiência Pública, o Senador Paulo Paim é o Relator desse Projeto, está ali e já abriu mão do seu lugar na Mesa, para que possa atentamente acompanhar a todos que aqui vão se expressar. Aqueles que são favoráveis, aqueles que tecnicamente podem apresentar outras razões para que o Projeto, enfim, não seja votado dessa forma, nós estamos abertos a essas sugestões, a essas opiniões, desde que a gente seja capaz de garantir os seis meses da Licença Maternidade para as mulheres e para as crianças. Eu passo então a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para que, logo depois, a gente possa compor a Mesa. Muito obrigada a todos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu peço para falar inicialmente, em primeiro lugar, para ceder meu lugar aqui para os que vão levar adiante esse debate e, segundo, porque dentro em breve eu tenho que estar no Plenário presidindo uma Sessão em homenagem a Darcy Ribeiro, que eu cito, porque, eu tenho certeza, Senadora Patrícia, se ele estivesse aqui ele seria um dos grandes defensores dessa idéia, e não apenas pelo interesse específico da criança, pelo interesse específico da mãe, o interesse específico do pai e da família, Senador Crivella, mas pelo interesse do Brasil. Um Projeto como esse ele não traz vantagens apenas para a criança, para a família, para a parte micro da sociedade. Traz para o País inteiro. Porque uma criança bem alimentada, bem atendida e bem desenvolvida com a ajuda da mãe nos primeiros meses da sua vida, vão aprender mais facilmente na escola, vão ter saúde melhor ao longo da vida, vão reduzir custos de repetência, reduzir custos de atendimento médico e terão uma chance maior, obviamente não só por isso, de terem um futuro melhor e através disso construir uma vida melhor para todo brasileiro.

Quero concluir dizendo que fico satisfeito que esse Projeto nesse momento seja voluntário e por dois meses a mais. Mas eu espero que essas empresas voluntárias com dois meses a mais mostrem, Patrícia, que, em breve, possam ser mais de seis meses e para todas as empresas. Não tenho a menor dúvida que isso será possível. E faço um apelo àqueles empresários que obviamente tinham a visão micro, e é o papel deles, que entendam que às vezes não é essa disputa pelas empresas de uma maneira selvagem,

com todo respeito àqueles são chamados selvagens, que não é essa disputa que vai melhorar a vida das empresas. Quando eu vejo os jornais brigando entre eles, distribuindo enciclopédias, CDs, para ver qual toma mais leitor do outro, eu me pergunto: se esses caras se juntassem e fizessem uma campanha para erradicar o analfabetismo, eles iam vender muito mais jornais do que brigando entre eles. Mesma coisa as empresas, se se juntam para promover soluções como essa, o resultado vai ser melhor para todas elas.

Eu espero que esse debate receba daqueles que aqui vêm falar essa simpatia, mesmo que tragam alguns cuidados especiais no momento de implantá-lo. Mas eu fico feliz de, como Presidente da Comissão de Educação, estar aqui ao seu lado, Senadora Patrícia, ao lado do Senador Paim, como uma questão de Direitos Humanos, como uma questão de direito da criança. Mas, sobretudo, eu falo como quem pensa o Brasil e um Economista, do ponto de vista do maior desenvolvimento do Brasil, esse é um Projeto que está faltando há décadas na história do Brasil e que eu espero que a gente possa tê-lo o mais rápido possível e prove que é bom para cada empresa, para ir espalhar para todas elas e, em breve, não mais apenas em seis meses - já há Países que deixam a mãe cuidando dos filhos por um ano inteiro e os resultados têm sido extremamente benéficos para o País inteiro. Era isso que eu tinha a dizer, e eu peço licença para me sentar na platéia, como se chama, entre os outros Senadores para ceder mais um lugar aos que vão falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Iniciando a nossa Sessão, a nossa Audiência Pública, eu gostaria de convidar o Sr. José Pastore, Consultor da CNI, e Professor da Universidade de São Paulo, representando aqui o Sr. Armando Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Seja bem-vindo. Gostaria de convidar a Sra. Cláudia Skaf, Diretora do Comitê de Responsabilidade Social, representando nesta Sessão o Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, convidar o Sr. Eugênio Pereira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representando aqui o Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional de Comércio. Seja muito bem-vindo também. Gostaria de convidar o Sr. Michael Haradon, Presidente da FERSOL, uma empresa que irá trazer aqui a sua experiência da Licença Maternidade de seis meses. Gostaria também de convidar o Sr. Carlos Faccina, Diretor da Nestlé, representando o Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Senadora Patrícia, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Apenas para registrar o interesse da Comissão da Comissão de Infra-estrutura, da qual sou Presidente, em participar ativamente também desse debate que está sendo promovido pelas três Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Eu agradeço também. Hoje, como nós podemos perceber, nós temos aqui quatro Presidentes de Comissões que estão aqui trazendo o seu apoio. Eu fico muito grata, eu sei que V.Ex^a acabou de chegar do seu Estado e veio direto para nos prestigiar nessa audiência, Senador Marconi Perillo. Eu fico muito agradecida pela sua presença, V.Ex^a que já tem uma experiência brilhante como Governador no seu Estado e que agora brilha nesta Casa, trazendo essa experiência e a sua sensibilidade. Muito grata. Quero convidar também Dr. Deoclécio, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria para se sentar conosco à Mesa. E passo a palavra... Nós vamos ter 15 minutos, em torno de 15 minutos para que cada representante aqui possa expor as suas idéias. Então, eu passo primeiro a palavra para o Sr. José Pastore, para que possa fazer a sua apresentação.

SR. JOSÉ PASTORE: Muito obrigado, Senadora Patrícia Saboya, pelo convite para participar dessa Sessão, cumprimento todos os Senadores e os demais presentes nesta sala, os companheiros de Mesa, é um prazer trabalhar com colegas de tamanha experiência como aqueles que compõem esta Mesa nesta audiência. É claro que eu acho que o assunto vai ser focalizado de vários pontos de vista, e eu procurarei focalizar esse assunto do ponto de vista trabalhista, do ponto de vista das relações do trabalho, que é minha especialidade na Universidade de São Paulo.

Então, podemos passar este aqui? O Projeto em tela, eu acho que todos nós reconhecemos, tem um cunho social de grande importância, um cunho humanitário, visando à melhoria da saúde da mãe, da criança, da sociedade, tem uma característica positivíssima, que é a adesão voluntária, é um Projeto de livre adesão, as empresas aderem se quiserem, e para aderir elas têm um incentivo, que é um incentivo fiscal, mas têm a liberdade total de entrar ou não entrar nesse programa. Passando até por cima da área da negociação coletiva, do acordo, da convenção coletiva, podendo fazer esse acerto diretamente com as mulheres empregadas. Lembrando que há setores no Brasil que, através de acordos e convenções coletivas, já vêm praticando essa extensão da Licença Maternidade; e

há empresas que, por concessão própria, também já vêm proporcionando esta prorrogação.

Se nós examinarmos a situação da Licença Maternidade em vários Países do mundo, como a Senadora Patrícia Saboya já mencionou, nós vamos verificar Países que têm licenças maiores do que o Brasil e outras que têm menores do que o Brasil. Nessa tabela, com um asterisco estão os Países que têm licença mais curta do que o Brasil e, dois asteriscos, aquelas que têm licença mais longa do que o Brasil. E aqui é uma parte dos Países da Europa: Alemanha com 14 semanas, onde se remunera 100% durante essa licença, a Áustria com 16 semanas, igual à do Brasil, onde se remunera 100%, a Bélgica com 15 semanas, menor que a do Brasil e também com remuneração menor, 82% para trinta dias e 75% depois disso, e aí a lista vai e eu não vou entrar em detalhes, porque eu deixei esse material e acredito que a Comissão depois poderá estudar com mais vagar.

Vamos continuar ainda na Europa, passando o próximo slide. Luxemburgo com 16, Malta com 13 semanas, Polônia com 16 a 18, Portugal com 98, Romênia com 112... Os Países da Europa, de um modo geral, têm licença que é igual à do Brasil ou um pouco maior; poucos são aqueles que têm licença menor do que a do Brasil.

Passando agora para a situação das Américas. Aí o senhores vão notar que o quadro é diferente. Nas Américas, temos a Argentina com apenas 90 dias, a Bolívia com 60 dias, temos a Canadá com 17 a 18 semanas, o Chile com 18 semanas, mais que o Brasil, Colômbia com 12 semanas, Costa Rica com quatro meses, igual à do Brasil, Cuba com 18 semanas, Equador com 12, El Salvador com 12, Estados Unidos com 12 semanas, mas a remuneração é zero nos Estados Unidos, é um dos poucos Países que não garantem a remuneração; Estados Unidos e Austrália são dois Países que não garantem a remuneração da gestante que, na maioria dos casos, ela é garantida pela Previdência Social. Não é a empresa que paga essa parte.

Continuando ainda na América. Guatemala, Honduras são Países que têm licenças menores do que a do Brasil, na maioria dos casos aí bem menores, e temos o caso de Venezuela que tem uma licença maior que a do Brasil.

Se nós passarmos para a Ásia pacífica e outras regiões, vamos verificar a Austrália, que tem licença de um ano e, entretanto, a remuneração é zero durante esse ano, Camboja com 90 dias, China com 90 dias, Cingapura com oito semanas, Filipinas com 60 dias, Índia com 12 semanas, Indonésia com 13, Irã com 90 dias, Iraque com 62 dias, Israel com 12 semanas, Japão com 14 semanas. Na maioria dos casos a

remuneração é integral e em alguns casos ela é um pouco menor.

Continuando ainda na mesma região, o Kuwait com 70 dias, o Laos com 90, Líbano com 40, Malásia com 60, Nova Zelândia com 14 semanas, remuneração zero também, embora esteja mudando a legislação lá agora, Paquistão com 12 semanas, Sri Lanka com 12, Síria com 75 dias, Tailândia com 90 e Vietnã, de quatro a seis meses.

Comparações com o Brasil: no caso da Europa, ela é igual ou um pouco maior do que do Brasil, com algumas exceções. Mesmo naqueles casos onde há uma licença estendida, uma licença igual à do Brasil ou um pouco maior, há alguns casos, como Áustria, Espanha, Holanda, Luxemburgo e Grécia, em que a remuneração é menor do que o salário normal; a situação das Américas é pior do que da União Europeia, a situação da Ásia é pior do que das Américas e a situação da África é pior do que da Ásia. Ou seja, a licença do Brasil, comparada com o mundo, é uma licença generosa, uma licença que mantém as condições básicas dentro da média daquilo que é a Licença Maternidade da maior parte dos Países do mundo, sem querer comparar, como disse a Senadora Patricia Saboya, com os piores casos, é claro, vamos nos comparar com os melhores casos.

Casos que superam o Brasil: Noruega, Itália, Rússia, Suécia, Ucrânia, Dinamarca, Canadá, França, Polônia, Cuba e Venezuela. Casos que estão abaixo do Brasil, em geral na Europa e nas Américas: Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, México, República Dominicana, Uruguai, Honduras, Suíça, Portugal, Argentina, Peru e Bolívia. Esses são os casos que estão abaixo do Brasil. A África, é uma situação muito séria na África. Nós temos Angola e Etiópia com apenas 90 dias, Guiné Bissau, Quênia, São Tomé e Príncipe, Sudão e Moçambique com apenas 60 dias, Egito com 50 dias e Tunísia com 30 dias. Esse é o quadro.

Bem, na Europa, muitos Países têm usado vários tipos de medidas para estimular a fecundidade. Porque a Europa, como todos sabem, passa por uma época em que a população está se reduzindo. E tem problemas sérios pela frente a Europa. Ela tem problemas para crescer, vai ter déficits populacionais que vão gerar problemas para o crescimento econômico e gerar graves problemas para a Previdência Social. Então a taxa de reprodução da população, como todos sabem, é 2,1%. Uma população que cresce 2,1% ao ano, ela mantém o seu tamanho ao longo tempo. Aquela que cresce menos do que 2,1 ela diminui no seu tamanho. Então nós temos a Irlanda abaixo disso, a França abaixo, Noruega abaixo, Suécia abaixo,

Inglaterra bem abaixo, Holanda bem abaixo, Itália extremamente abaixo, Espanha abaixo, Grécia abaixo e Polônia abaixo. Muito abaixo. Então Países que estão com taxas muito baixas. Isso vai afetar o crescimento econômico e as finanças públicas. Só para se ter uma idéia, a Itália está arriscada a ter 14 milhões a menos de italianos até o ano 2050. É uma cifra fantástica esta redução da população.

Bem, os Países que procuram contornar esse problema eles usam várias medidas. Premiação em dinheiro é uma delas, mas tem sido insuficiente. Vários Países têm dado prêmios em dinheiro para os casais terem filhos, e eles decidiram não ter filhos, não têm filhos, Japão também tem ocorrido a mesma coisa. Ultimamente o Japão tem um programa do Governo que oferece um cruzeiro marítimo para os casais ficarem oito dias passeando e ver se inspiram [risos] para ter filhos. A adesão a esse programa é fantástica, mas eles voltam sem as crianças.

A extensão da Licença Maternidade tem se mostrado como uma medida que ajuda a aumentar a reprodução. A extensão da Licença Paternidade ajuda mais ainda. Por quê? Porque aí surge mais uma divisão do trabalho, onde o marido passa a assumir várias atividades dentro do lar, e isso estimula muito e dá um outro horizonte para as mulheres. As creches perto das empresas ajudam muito, os horários flexíveis ajudam enormemente. Apesar disso, em muitos Países ainda domina o estilo de vida sem crianças.

Medidas de sucesso nesse campo: A Suécia, por exemplo, o cônjuge escolhe a licença, que pode ser até 18 meses, ou a mãe ou o pai, só que não pode acumular as duas, eles têm 18 meses para serem divididos entre os dois parceiros. Creches e pré-escolas são altamente subsidiadas e os horários muito flexíveis para as mães. A Noruega, as mães podem se licenciar até 12 meses, com 80% do salário, mas têm 10 meses com salário integral. Os pais têm de se licenciar quatro meses. Têm. São obrigados. Se eles não se licenciarem... Quatro semanas, perdão. Se eles não se licenciarem, acabam perdendo e retirando isso aqui da licença das mulheres. Então o tema do crescimento demográfico ele está dentro dessa questão, embora não seja um tema trabalhista, mas ele tem interfaces com a área trabalhista.

Prioridades para o Brasil. Bem, a prorrogação da Licença Maternidade no Brasil para 180 dias deverá ter também um impacto na estimulação à reprodução humana. Então nós deveremos ter um aumento da taxa de fecundidade. É esperado ter isso aí. A questão que se coloca é saber se isso é uma prioridade, se essa é uma prioridade a ser custeada pelo Estado, essa ampliação, essa aceleração da taxa de fecundi-

dade e, portanto, pelos contribuintes. Ou seja, saber se essa é uma prioridade básica, em face das outras carências que nós temos na área do emprego, da saúde, da educação, da segurança. Como todos sabem, nós temos um desemprego de 10%, informalidade de 60%, e entre as mulheres a informalidade é de 70%. Então a pergunta é... Quer dizer, levando em conta todas as características positivas desse Projeto, levando em conta os seus propósitos altamente humanitários e de alto cunho social, a pergunta é se é prioritário alocar recursos públicos para essa prorrogação. Não que se questiona a necessidade da prorrogação, a intenção da prorrogação. Mas se é prioritário alocar recursos públicos para essa prorrogação. Ou deveria esse assunto ficar no âmbito das negociações coletivas, como está hoje esse assunto. Outra questão que se coloca, acredito que a Senadora já deve ter tido contatos com a Receita Federal, é saber se a Receita Federal está de acordo com essa renúncia fiscal. Ou se vai compensar isso aumentando outros impostos e outras contribuições.

Então, não se questiona aqui o Projeto, apenas nós estamos indagando da prioridade em face de outras prioridades e a adequação do financiamento dessa prorrogação com recursos públicos intermediados pela Secretaria da Receita Federal.

E finalmente, Senadora, como falou bem V.Ex^a e também o Senador Cristovam Buarque, aqui estão colocados alguns problemas práticos com a finalidade de buscar aperfeiçoar o Projeto. Ou seja, superar algumas questões que parece que, por enquanto, no Projeto, ainda não estão contempladas. Por exemplo, uma vez aderindo a empresa cidadã ela pode desistir? Ou seja, se aderiu, ela tem volta ou não tem volta? Eu sei que é ela é voluntária para aderir, mas ela é voluntária para sair? Outra coisa, essa ampliação de dois meses ela vai gerar uma verba salarial, e haverá incidência de encargos sociais sobre essa verba. Então a isenção de que trata o Projeto, pergunta-se, também os encargos poderão ser abatidos? Essa isenção envolve as despesas de contratação e as despesas de substituição que a empresa terá que fazer durante esse período de 60 dias, ou apenas o salário pago? Outra coisa, no Projeto, a prorrogação pode ser inferior a 60 dias? Se houver um acordo, digamos, em torno de 50 dias, isso é contemplado, ou é necessariamente 60 dias? Pode ser para apenas uma parte das mulheres e outra parte não ou todas as mulheres terão que ser contempladas com isso? E aquelas que não quiserem entrar no Projeto, aquelas que tiverem condições especiais dentro da empresa, haverá alguma válvula para poder dar liberdade à empresa e a essas mulheres para se acomodarem dentro do Projeto? O que fazer com a

empresa que teve lucro no ano passado e teve prejuízo neste ano, nós vamos cancelar a prorrogação? Quer dizer, no ano passado ela teve lucro, portanto, ela teve uma dedução do Imposto de Renda, mas esse ano, como ela não tem lucro, ela não vai poder deduzir. [soa a campainha] Como ela está percebendo que não vai ter lucro, já vou terminar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Tem mais cinco minutos.

SR. JOSÉ PASTORE: Pois não. A pergunta é: como é que fica? A empresa terá que cancelar esse benefício que foi dado no ano passado?

Outra questão: há setores que já fazem essa concessão sem incentivo fiscal. Daqui para frente eles terão incentivo fiscal? Quer dizer, esses que já fazem sem incentivo?

E, finalmente, qual será o efeito demográfico, se é que se pode simular alguma coisa nesse campo, o efeito demográfico conjunto da prorrogação desta licença, que é a prorrogação que está sendo aqui proposta, combinado com o Salário Família e combinado com o Bolsa Família, que são três bolsas que atuam bastante aqui na questão demográfica.

Então a exposição que nós estamos apresentando aqui ela partiu a partir de um quadro internacional, que mostra que o Brasil não está mal, do ponto de vista legal, em relação à maioria dos Países, que evidentemente pode melhorar, é claro, que o Projeto tem a grande virtude de ser voluntário e, além do mais, ele tem um incentivo muito claro de dedução do Imposto de Renda, mas que talvez mereceria uma meditação um pouco mais detalhada em relação a essas questões práticas que vão surgir da operacionalização desse Projeto. Essas eram as considerações que eu tinha a fazer. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Quero agradecer a exposição do Sr. Pastore, e com certeza, no caminhar da nossa audiência, nós iremos responder, ou tentar responder esses questionamentos, que são questionamentos legítimos, eu entendo, e essa Audiência Pública é justamente para que a gente tenha a oportunidade de discutir tudo isso. Eu quero anunciar a presença da Dra. Cláudia Skaf, que teve problema de vôo e só pôde chegar agora, porque houve um atraso no seu vôo, e quero anunciar aqui, já agradecendo, a presença da nossa madrinha, da nossa musa, Maria Paula, que está ali atrás.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Que tem sido muito querida, está em todos os momentos com a gente. Ela e a Flávia, a trabalhadora também lá no Rio de Janeiro,

da Mangureira, que serviram para nos orientar e para sensibilizar o Brasil, e com isso nós já temos mais de trezentas mil assinaturas de pessoas do Brasil inteiro que procuram também colaborar, ser solidários com a Licença Maternidade de seis meses. Maria Paula, eu queria que você estivesse aqui, mas, infelizmente, nós não temos lugar. Mas eu sei que você está aqui, obrigada, querida. Obrigada mesmo, um beijo bem grande. Eu quero agora passar a palavra também ao Sr. Michael Haradon, Presidente da FERSOL, que irá também nesse momento fazer a sua exposição.

SR. MICHAEL HARADON: Bom dia a todas e a todos. Eu queria agradecer a Senadora Patrícia Saboya e, através dela, os companheiros colegas da Mesa, os Parlamentares e os demais presentes. Eu queria colocar o assunto de Licença Maternidade, extensão à Licença Maternidade num contexto um pouquinho maior e colocando aqui, olhando para frente o que é que acontece com as mulheres na área do Parlamento, na área da governabilidade. Nós temos: Brasil, 9.1, aí vemos Suécia, Espanha e Dinamarca e, conseqüentemente, nós vemos taxa de mortalidade materna e infantil também. Nós vemos aqui o que acontece com a violência contra a mulher e também vemos o que é que nós temos na Câmara, Senado, Vereadores, Prefeitos. A mulher tem pouca participação. A condição de vida e equidade melhorou nos últimos anos, mas a precariedade, na minha opinião e na opinião, acredito, de muitos, ainda persiste, nós podemos ver na diferença salarial que existe entre homens e mulheres, que beira os 30%.

Nós temos aqui o IDH, que todos nós conhecemos, Brasil no lugar 69. Temos aí outros Países que nós colocamos, Suécia, Espanha e Dinamarca, porque são Países que têm uma Licença Maternidade ampliada. A expansão demográfica que nós temos aqui no Brasil e nos outros Países, a expectativa de vida, que já é conhecida por todos nós, a expectativa de vida no Brasil para a mulher e para homem. E aqui uma triste e lamentável constatação: rendimento médio, pelo menos pelo IBGE em 2004, para homens brancos, mil e trinta e sete e, mulheres, seiscentos e oitenta e um.

Eu coloco isso, porque mais tarde nós vamos fazer uma pequena contabilidade para as empresas, se é rentável ou não ter mais mulheres, independente da Licença Maternidade expandida. Quando a gente chega para os afro-descendentes, é realmente lamentável essa realidade. A população feminina, nós somos já quase 55% da população - quando digo nós é porque nós temos [inaudível], então nós estamos participando - com salários novamente menos de 30% do que o homem com a mesma escolaridade. Eu coloquei aqui "com a mesma escolaridade", quando, na realidade,

nós sabemos que a escolaridade da mulher é superior. E ainda assim ela percebe uma remuneração 30% inferior do que o homem. A população feminina economicamente ativa é 53%, chefes de família já não é 29, acho que é 32 ou 33%.

Bom, aqui nós vemos também que isso aqui não é novidade, aparece nos jornais, "mulher chefia mais lares, trabalha mais, mas a renda cai. Mulheres têm de alterar rotina profissional". O mais interessante disso, de que existem labores, trabalhos que a gente considera que são netamente masculinos e outros que são netamente femininos, apesar que não existe. E naqueles que deveriam ser netamente femininos, ainda assim, os homens ganham 10% a mais do que as mulheres. Realmente inexplicável. Nós temos que as mulheres esperam mais 35% para uma promoção e a mulher, com certeza, ela faz jornada dupla. No caso da nossa empresa nós temos jornada tripla, porque a mulher trabalha, a mulher trabalha em casa e depois a mulher vai estudar. Coisa que não está acontecendo com os homens.

Bom, mulheres sobem, mas ainda com limites. E a mulher em postos... Dá para voltar, por favor? A mulher em postos de comando ainda é raro.

Podemos ir para o próximo? Isso aqui desconta do tempo, [risos] Senadora? Não desconta [risos] do tempo. Por favor, para o próximo slide. Eu estou colocando isso daqui para que a gente atenda que Licença Maternidade expandida está dentro de um contexto muito maior. E que nós temos que entender também não somente equidade entre homens e mulheres, mas também o assunto de remuneração, o assunto de equidade no trabalho, nas atividades, nas tarefas também. Quer dizer, o assunto é mais amplo. Não obstante a gente esteja hoje focando na Licença Maternidade e, por que não, num futuro próximo, Licença Paternidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu queria, só enquanto nós estamos consertando essa falha técnica, passar a palavra ao Dr. Deoclécio. Dr. Deoclécio, se o senhor pudesse dar uma palavrinha, porque nós combinamos ficar intercalando. Como nós, eu e o Dr. Deoclécio e a Maria Paula já temos falado muito, a gente hoje vai falar menos. Então, enquanto isso, eu peço ao Dr. Deoclécio que, por favor... Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

SR. DEOCLÉCIO: Obrigado, Senadora. Eu saúdo os integrantes da Mesa na ilustre figura da Senadora Patrícia Saboya, estendo minha saudação aos ilustres Senadores, Parlamentares presentes a essa audiência, aos colegas Pediatras, membros da Sociedade Brasileira de Pediatria, que também comparecem para

sustentar e dar apoio a essas discussões. Eu vou ser breve, como solicitou a Senadora. Primeiro lugar, registrar a imensa satisfação nossa de cidadãos em vermos um assunto de tão grande importância discutido nas entranhas do Parlamento brasileiro, onde se passa a falar de temas como vínculo afetivo, como crescimento e desenvolvimento da criança do País. Sem dúvida nenhuma, um inegável avanço, uma grande conquista para a cidadania. E aqui falo numa condição diferente. Aqui falo como porta-voz das crianças, como Pediatra, como alguém que representa um contingente profissional enorme neste País, a quem cabe cuidar das crianças às quais se negaram vários direitos, entre os quais, o de estarem presentes, juntos com suas mães, os seus pais, o primeiro grupo social, que é a família para receberem não só a nutrição, mas também a estimulação adequada e indispensável à formação de sua estrutura cerebral, as sinapses entre os neurônios e a arquitetura essencial ao desenvolvimento mental, a condição de saber lidar com o afeto desde os primórdios da existência, para que não se tornem futuramente presas fáceis de comportamentos agressivos, de comportamentos violentos, tais como os que prosperam pela nossa sociedade atualmente.

Vi vários números aqui apresentados, várias preocupações, todas elas, como disse a Senadora, procedentes. Mas há que se salientar um aspecto fundamental: os Países da Europa nos antecederam na concessão de Licença Maternidade, e o fizeram por pouco tempo, porque à época se conhecia muito pouco da fundamentação científica que sustenta a necessidade da expansão da Licença Maternidade. À época não existia a neurociência, com a abundante produção de conhecimentos da atualidade. Por essa razão, é indispensável que se fundamente a decisão de um Projeto dessa natureza sob os conhecimentos científicos que estão mostrando a indispensável presença do elemento vínculo afetivo nos primeiros seis meses de vida como pré-requisito para o desenvolvimento normal da criança. E se é verdade, todos nós o dizemos, que a criança é sujeito de direito. A Licença Maternidade precisa ser entendida também, e principalmente, como um direito da criança. Criança que não tem condição de estar aqui presente reivindicando aquilo que lhe cabe como condições essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento, para a evolução do seu potencial humano. Portanto, eu trago à presença dessa discussão um apelo para a consideração dos componentes científicos que embasam a proposta de ampliação da Licença Maternidade.

E toco também, se me permitem, na questão econômica. A Senadora salientou muito bem que os custos são fartamente cobertos pelos benefícios, que

também se traduzem economicamente. É só calculá-los. E até me reporto, historicamente falando, há uma proposta feita por um Médico, à época do príncipe regente do Brasil, quando ainda existia escravidão no País, Dr. Humberto Mello Franco, de Paracatu, próximo aqui a Brasília, apresentou a José Bonifácio de Andrade Silva uma proposta de mudança no texto constitucional da época, que incluísse o seguinte: "A escrava prenhe deve ser afastada dos trabalhos a partir do sétimo mês de gravidez e, após o nascimento, ficar afastada de encargos pesados durante o primeiro ano após o nascimento da criança". Uma antevisão fantástica e que visava, à época evidentemente, a garantir o crescimento e o desenvolvimento das novas gerações de escravos, para que pudessem crescer com saúde e trabalhar adequadamente para a produção na sociedade do País.

Então, os indícios são evidentes. A fundamentação científica é inquestionável nessa altura da evolução. E se o Brasil já deu vários exemplos de avanços, se temos o Programa do Álcool, que hoje é mencionado no mundo inteiro, o País começa a ser procurado por essa inovação fantástica, por que não nos avançarmos também na área social e darmos o exemplo para os Países que ainda estão atrasados nessa evolução e não mostramos a todos que o Brasil respeita a evolução científica, respeita o avanço social e pretende uma sociedade igualitária com violência decrescente, e não essa realidade danosa, nefasta, perversa na qual vivemos na atualidade. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr. Deoclécio. O senhor, como sempre, mexe no coração da gente aqui com a forma como fala com tanto entusiasmo. Eu acho que foi lhe ouvindo que também aprendi a ter tanto entusiasmo e paixão por essa idéia. Muito obrigada. Eu passo novamente a palavra ao Sr. Michael Haradon, para que possa continuar a sua exposição.

SR. MICHAEL HARADON: Muito bem. Continuando, e peço desculpas aí por esse defeito. Nível de formação, ensino da população ocupada, nós vemos aí, são estatísticas assim macro, mulheres, 55%, homens, 45; os anos de estudo também, que são maior para as mulheres. E eu digo isso daqui, porque nós estamos vendo de que as empresas estão cada vez desempregando mais gente e as pessoas que são empregadas são pessoas que têm mais tecnologia, mais informática, mais robótica... Então nós precisamos de mais anos de estudo. Apesar disso, a desvantagem da mulher cresce com a escolarização.

Bom, isso aqui é para as meninas e para os meninos. Tudo que uma mulher faz ela deve fazer duas

vezes melhor do que o homem. Sorte a nossa que isso não é muito difícil, palavras da Charlotte Whitton.

Espanha. Nós vimos a Espanha que aprova novas medidas para igualdade entre homens e mulheres, não vou entrar no assunto, mas inclusive para homens, que hoje é 13 dias, vai chegar a quatro meses até o ano 2013.

Bom, a pergunta agora, que foi colocada: que Nação queremos construir, queremos escrever uma outra história? E eu acho que os empresários, sim, podem mudar a lógica do mercado.

Uma outra empresa, nós colocamos aqui a experiência da FERSOL, é uma pequena empresa brasileira, eu coloco aqui a marca registrada de que não possui monopólios ou oligopólios, porque senão diriam “é fácil fazer isso com monopólios, oligopólios”, não tem concessões e incentivos fiscais, não tem financiamento público e o PLR é com mais 10% além da negociação sindical e patronal, auditado por uma auditoria externa.

Então eu digo isso daí, porque tudo isso vai se refletir nesses dois meses de Licença Maternidade e que a gente não está falando em salário mínimo.

Trabalho com diversidade, e desde o ano 2000 é prioridade na política da empresa, e a contratação é de segmentos socialmente e historicamente excluídos. Como é que nós conseguimos acessar esse pessoal? Escrevendo para as ONGs de afro-descendentes e para as ONGs também de mulheres. Quer dizer, esse negócio de não encontrar esse pessoal, isso daí é realmente porque o pessoal não quer. Porque o pessoal existe e está aí.

A diversidade aí na FERSOL, apesar de ser uma indústria química, onde supostamente não deveria ter mulheres, nós éramos 65% no ano 2005 e reduzimos para 53, porque houve uma crise, e todos vocês sabem, na agricultura no ano 2005/2006 e tivemos que fazer uma reacomodação. Mas aí estão os números para afro-brasileiros, pessoas acima de 40 anos. Terceirizados e estagiários obedecem à mesma lógica.

Desafios para a equidade. Nós acumulamos vantagens e desvantagens, e nós consideramos que não às desigualdades, nós achamos injusto tratar desiguais de forma simétrica. A equidade tem que ser em condições de trabalho e remuneração, em capacitação e empregabilidade.

Na conscientização de educação que fazemos dentro da empresa, o foco é para relações raciais e de gênero também. E nós, na conscientização, homenageamos e celebramos estes dias que são o Dia da Mulher, Não Violência contra a Mulher, Consciência Negra etc.

E para a FERSOL, nós não temos... Nós quando contratamos o funcionário, ele quer saber, além da remuneração, quais são os benefícios e os privilégios. E nós respondemos que não tem. A empresa não tem privilégios e benefícios. A empresa somente trabalha com direitos.

Então, direitos são plano de cargos e salários, uma remuneração eqüitativa por gênero, etnia, etária e física. E no processo de seleção, além do conhecimento e experiência, é mister que entrem ações afirmativas. Nós não operamos de outra maneira. Isso é claro e é política da empresa.

A remuneração, e aí é que vem o divisor das águas, nós consideramos que deve ser [inaudível], e aí cada empresário faz o que acha necessário. Esse é o patamar mínimo da nossa empresa.

Coloco isso, porque isso é que acho que é importante em quanto é que vai ser investido nessa Licença Maternidade. PLR, eu coloquei aqui, é 10%, e a diferença entre o maior e o menor é inferior a dez vezes. Nós achamos que a pessoa que é dispensada do trabalho por qualquer razão, tem [inaudível] na cabeça. Portanto, a cesta básica, convênio saúde são seis meses além e depois do desligamento, previdência privada nós recomendamos, transporte escolar deve existir, independente da dispensa do funcionário, e assistência psicóloga, seguro de vida, isso daí é opcional.

Para as mulheres. Conscientização da ação de mulher. Direitos reprodutivos. Antes de falar do planejamento familiar, que fecha, temos que abrir, não é? Direitos reprodutivos. Nós somos a favor do parto “natureba”, amamentação também, e prevenção, é claro, do câncer de mama, Papanicolau, prevenção à anemia falciforme, porque nós temos quase 50% da nossa população que é afro-brasileira.

Licença maternidade. E aqui nós entramos. A Licença Maternidade que nós instauramos no ano 2003/2004 tem nos trazido grande satisfação, porque as pessoas que estão trabalhando numa indústria química, que é uma indústria delicada, mas pode ser para qualquer indústria, sabem que seus filhos estão bem depois de seis meses de amamentação. Eles sabem que os filhos estão em ordem. Quando nós ausentamos, uma pessoa se ausenta por seis meses, você programa isso. Então você coloca dentro da programação da empresa. É diferente de que quando você tem uma pessoa, uma mãe ou pai, que tem que sair correndo, não programado para atender o filho, porque tem que levar ao Pediatra, ou tem que levar para a escola por mau comportamento. Então nós consideramos que isso é um ganho muito grande para a empresa.

A Licença Paternidade, nós também achamos que o pai deve, pode e deve ajudar a mãe. A diferença que

nós temos agora é que antigamente era concomitante e hoje nós estamos colocando que ele pode tirar esses dois meses no momento que ele quiser. Quando termina a mãe ter sua Licença Maternidade, ele pode achar que é o momento de ele ir cuidar o filho. Então tem que haver essa flexibilidade. E isto é uma novidade dentro da nossa empresa e que o Marquito também não sabe. Extensivo a homo-afetivos, é claro, e para adoção e para casos de óbito também.

Essa daqui é uma das cartas que nós temos para as colaboradoras, para saber o que é que é Licença Maternidade. Porque é política da empresa; essa daqui é para os pais, para Licença Paternidade também. E nós temos mais uma, que são as dez dicas para os pais quando eles vão para casa “[inaudível] encorajar, incentive sua mulher a amamentar, divida e compartilhe as mamas da sua mulher com o bebê, se for o caso, sempre que possível, participe na amamentação, seja paciente...”

Então a gente dá algumas dicas que achamos que é interessante. Agora, para que essa pessoa, esse homem, para que esse homem possa ter essa Licença Maternidade dois meses, quem tem que requisitar é a mulher, através de uma carta, como nós estamos vendo aqui, escrita a mão. Por quê? Porque ela é realmente quem determina. Se esse companheiro, o marido ele fizer um *pit stop* no barzinho da esquina, ela manda uma outra carta dizendo: “pessoal, pode ficar com ele, porque não estou precisando” [risos]. Realmente, quem manda aí é a mulher.

Aleitamento materno, nós escutamos o Professor, e é claro que traz uma série de benefícios, mas, principalmente, eu diria que a extensão da Licença Maternidade não é somente para a mãe, não é para o pai, não é sequer somente para a criança, vai além disso daqui, é para toda a sociedade. Não somente em termos de saúde, mas também em termos de afetividade essa criança vai ser quem vai construir o mundo para os nossos filhos e os nossos netos. Por que não proporcionar o melhor que nós podemos dar?

A gente junta também isso com o auxílio creche, que nós achamos que o valor que é colocado hoje não é suficiente e o número de anos também não, nós achamos que tem que ir para seis anos, o auxílio creche é dois anos, e a gente tem que colocar a criança no armário até os seis anos, quando vai à escola. Então tem que se estender para seis anos.

O interessante também, é que o auxílio creche também, que geralmente para a mãe, na nossa empresa é para pai, funcionário cuja companheira não obtém esse direito em outra empresa. Ele vai, ele informa e ele tem esse auxílio creche; direitos dos homo-afetivos, é claro, e aquilo que diz a nossa amiga

Rose Marie Muraro, que é conhecida de todos nós: “ao invés de ter uma pequena parcela da sociedade que está ganhando e a grande parcela da sociedade que perde, nós temos que inverter isso daí, ter um círculo virtuoso, onde todo mundo ganha, as empresas, com bom investimento, a sociedade ganha, com uma boa saúde...” Porque senão o próximo passo será “perde-perde’, todo mundo estará perdendo.

Agora eu queria colocar para os empresários, pelo menos essa é a conta que eu fiz, se os empresários têm aqui uma conta diferente eu peço desculpas e a gente pode até vir a discutir. Aposentadoria 100% INSS, homem 65 e mulher 60 anos, homem 35 anos e mulher 30. Se a remuneração média que nós temos como estatística é 1.307 reais para homem e mulher 681 reais, falando em homem e mulher brancos, a diferença é 356 reais por mês. Muito bem. A diferença a favor da empresa é a seguinte, uma remuneração de 356 reais por mês vezes... Eu calculo que uma pessoa vai trabalhar no mínimo dez anos, nós temos 30 anos de trabalho, então dez anos dentro de uma empresa é uma coisa viável. Então tem um custo melhor para a empresa, a mulher, de 42.720 reais. Se nós calcularmos dois meses de Licença Maternidade e a nossa explosão demográfica dá 2,1 filhos por casal, quer dizer que a empresa, mesmo não tendo isenções de imposto, ela vai investir um adicional de 2.860 reais, o que significa que o rendimento para a empresa, depois de dois anos, dá 39.860 reais. Quer dizer, não é essa razão que a FERSOL ocupa 65% de mulheres. A razão é outra. Mas a gente aqui também pode dar uma olhada para outras empresas. No caso da FERSOL, a remuneração ela é equitativa e o patamar mínimo é DIEESE. Mas a gente está olhando aqui é em relação ao Brasil inteiro.

E o último, e eu peço até desculpas, pensando que a mulher trabalha 30 anos e a taxa de fertilidade é 2.1, é isto daqui que vai custar a menos para as empresas. É 128 mil reais. E o investimento, em dois filhos, são 2.860 reais. A mulher termina contribuindo para a empresa, ou para as empresas 125.300 reais a mais. A economia, uma visão social do nosso saudoso Celso Furtado, como ele dizia, meu pessoal é pura álgebra, e só a participação cidadã é capaz de mudar o País. Eu queria dizer para vocês que nós temos, claro, toda essa experiência da existência, da ciência, da matemática, economia, finanças... Isso diz uma coisa provavelmente para alguns empresários que fizeram outra conta. Mas a gente também tem que pensar na essência, na espiritualidade, nos valores, na ética e na justiça. Eu acredito realmente que a existência e a essência elas podem e elas devem caminhar juntas.

Bom, queria agradecer, porque vocês e nós vamos poder construir uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bom, eu quero agradecer essa brilhante exposição do Sr. Michael Haradon, e dizer que a gente espera e tem muita esperança de que exemplos como esse possam acontecer mais e mais no nosso País. Acho que esse é um exemplo que deve ser seguido e aonde eu puder eu vou fazer propaganda disso. Fiquei muito feliz em lhe conhecer, acima de qualquer coisa, quero dizer publicamente, pela sua sensibilidade, pela sua inteligência e pelo afeto que tem, o carinho que tem, principalmente com as suas funcionárias, com as suas trabalhadoras. Isso merece ser aplaudido por todos nós brasileiros que acreditamos naquilo que eu disse, que é possível construir essa sociedade com mais justiça. Muitíssimo obrigada.

Quero aqui saudar e agradecer, e pedir desculpas por não ter falado antes, a presença do representante do Ministro da Saúde, Tite(F) Borges, que está aqui conosco, e eu há pouco falava também da posição, que para nós nos alegrou muito, do Ministro da Saúde, colocada em todos os jornais hoje favorável como uma prioridade a Licença Maternidade, quero aqui agradecer sensibilizada também ao Dr. Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que está aqui conosco desde o início da Sessão, quero cumprimentar e agradecer a presença da Regina Odami(F), representando a Ministra Nilcéa Freire, que tem sido uma defensora dessa bandeira, eu tive a oportunidade de estar ontem com ela e hoje já o Ministro da Saúde me ligou, por intermédio dela, a pedido dela, para conversarmos sobre a licença, agradecer à Dra. Ana Cecília Sucupira, Coordenadora da Saúde das Crianças e Aleitamento Materno, do Ministério da Saúde, a Dra. Maria José de Araújo, Coordenadora da Saúde da Mulher, todas Pediatras, que estão aqui também acompanhando não só nessa ocasião, mas em tantas outras que já tivemos oportunidade, agradecer e dar um beijo na Dra. Raquel, que está ali também atrás, esse anjo da guarda das nossas crianças. Quero agora passar então a palavra ao Dr. Eugênio Pereira da Cunha Garcia, que está aqui representando a CNC, para que possa também ter o tempo suficiente para expor suas palavras e seu pensamento. Muito obrigada pela presença.

SR. EUGÊNIO PEREIRA DA CUNHA GARCIA:

Bom dia para todos, Senadores e Senadoras, Deputados, todos aqui presentes. A Confederação Nacional do Comércio é o ramo que mais emprega mulheres no Brasil. E está inteiramente a favor do Projeto de Lei da

Senadora Patrícia. Por quê? Porque, na prática, isso já vem ocorrendo. Eu tive o cuidado de passar no Departamento Pessoal da CNC, no Rio, e perguntar como é que é na prática. Nós temos hoje somente três mulheres afastadas pelo salário maternidade. Mas o número é mais ou menos equilibrado, as mulheres superam um pouco o número de homens. Então é comum o pedido de licença, através de justificativa de aleitamento e outras. Então isso já ocorre na prática. E a única sugestão que nós temos, Senadora, é a seguinte: por que 60 dias? Porque não flexibilizar esse período, vamos dizer, por exemplo, entre 30 e 90, para que as partes, empregadora e empregada, possam discutir isso. E possam talvez até colocar isso em negociação sindical. Acordo ou negociação coletiva, que nós sabemos que vai ser a pedra de toque do futuro do sindicalismo no Brasil, a negociação. Então colocado em negociação, hoje por dois anos, quiçá por três, como se pratica no mundo inteiro, essa licença virá atender o que hoje se faz na prática, que é a prorrogação para aleitamento e outras justificativas. Isso não só é bom para a empregada afastada por salário maternidade, como também para o seu filho, como também para o pai, pelo afastamento da Licença Paternidade. Pequenos ajustes também eu acredito que devam ser feitos, por exemplo, a empregada afastada por salário maternidade, ela tem depositado o seu Fundo de Garantia normalmente. Os encargos sociais também são pagos. E realmente, no Projeto não há uma contemplação clara se na prorrogação vamos depositar, os empregadores vão depositar os encargos ou não. É questão de ajuste, pequeno ajuste aí sob esses encargos que, se vêm sendo praticados nos quatro meses, por que não também nos outros? Já que não vai haver nenhum prejuízo maior para o INSS, que, teoricamente, tem aí esse rombo. Então era isso que a Confederação Nacional do Comércio queria acrescentar. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA

SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu vou passar então a palavra à Dra. Cláudia Skaf, para que possa se manifestar também. Eu quero só deixar claro que eu já tive a oportunidade ano passado de estar na FIESP, fui muito bem recebida pelo Presidente Paulo Skaf e por toda a sua Diretoria, que demonstraram também sensibilidade ao Projeto, apenas nos pediram um tempo para que alguns ajustes ou sugestões pudessem ser feitos, o próprio Paulo Skaf sugeriu que nós tivéssemos uma atenção especial à questão dos micro e pequenos empresários, que talvez algum outro tipo de incentivo e nós temos já um estudo na Consultoria do Senado para isso, para que os micro e pequenos empresários também pudessem ter algum tipo de in-

centivo a aderir ao Projeto. Portanto, eu quero aqui registrar que eu fui muito bem recebida e espero que a gente possa ainda estreitar mais a nossa relação e, quem sabe, encontrar as melhores soluções para aperfeiçoar, como disse o Dr. Eugênio, alguns ajustes, e nós estamos completamente abertos para que eles possam ser feitos. Com a palavra a Dra. Cláudia Skaf, que tem o tempo necessário.

SRA. CLÁUDIA SKAF: Bom dia a todos. E eu acho que nós que temos a agradecer realmente a oportunidade de poder estar aqui, agradecer o seu convite realmente de poder participar desse Projeto realmente que é tão importante. Eu queria realmente dar bom dia a todos e agradecer o convite em nome da Dra. Eliane Belfort, que é nossa Diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social, e o nosso Presidente, Paulo Skaf. Em representação à FIESP, eu tenho a dizer que louvamos e parabenizamos pela iniciativa de modificar as regras que regem o direito à Licença Maternidade. A FIESP apóia, sim, as modificações, com algumas ressalvas. Em consulta informal com algumas mulheres empresárias e executivas, ressaltamos que a ampliação da Licença Maternidade de três para seis meses só seria válido para as funcionárias de níveis hierárquicos mais baixos. Nenhuma empresária ou executiva de altos cargos consegue se ausentar da empresa tranquilamente e se afastar de suas responsabilidades por tanto tempo, ou seja, muitas nem usufruem nem a Licença Maternidade de três meses. Ainda com relação às demais funcionárias de níveis hierárquicos mais baixos, observamos que o aumento deste benefício pode se tornar mais um ônus aos empresários, com interferência direta sobre a empregabilidade das mulheres, ainda que esteja previsto incentivo fiscal. Quem pode se ausentar seis meses da empresa, pode também ser entendida como não são necessárias para a continuidade das tarefas e responsabilidades no fator de competitividade das empresas. Como alternativa, temos a propor que, ao invés de dobrar o tempo de direito à Licença Maternidade da mulher, o texto seja alterado com a proposição de aumento da Licença Paternidade, como vocês estavam falando aqui, atualmente de sete dias para também os três meses de afastamento.

Essa proposição vem reforçar o apoio à condição feminina no período pós-parto, além de estimular o fortalecimento do vínculo afetivo pai e filho e do núcleo familiar. Então é isso que eu gostaria de ter colocado, a posição da FIESP, e abertos realmente a conversar e dialogar e trazer sugestões e trocar idéias num Projeto tão importante como esse. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer a palavra da Dra. Cláudia Skaf, e passar então agora--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, me permite, pela ordem, como Relator e não como um dos Presidentes de Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Paulo Paim. À vontade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou fazer um apelo a todos os painelistas, que eles pudessem deixar todas as contribuições por escrito para que a gente possa junto... Por exemplo, essa é uma novidade que até o momento não tinha chegado a nós. E talvez no debate a gente tenha mais claro depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu pedi na semana passada, justamente para que hoje, quando a FIESP estivesse presente, pudesse trazer uma proposta objetiva ao Projeto, uma sugestão. O Dr. Pastore também vai deixar aqui uma contribuição. Provavelmente, a CNC, talvez pelas suas informações, e eu agradeço ao Senador Paulo Paim. Então eu passo a palavra ao Diretor da Nestlé, Dr. Carlos Faccina, para que também possa se manifestar. Em seguida abriremos o debate aos Srs. Senadores e Senadoras.

SR. CARLOS FACCINA: Bom dia a todos. Eu creio que essa questão ela precede na análise alguns princípios básicos que nós precisaríamos estar de acordo. Eu acho que, pelo que os colegas apresentaram e pelo que eu pude ouvir da Senadora e do Senador Paim também, esses princípios eles norteariam todo um processo de análise. E quais são esses princípios, na minha opinião? Para mim, eles são fundamentais. Em primeiro lugar, esse Projeto de lei ele não pode ser considerado como custo. Esse é o primeiro aspecto que nós precisamos levar em consideração. Deve ser considerado como investimento. Investimento é muito diferente, porque o processo, na medida em que os seis meses sejam concedidos, eu tenho certeza absoluta que será exatamente quando do momento em que se concedeu os quatro meses. Naquela época, Senadora, quando se concedeu os quatro meses, havia um temor generalizado, "ah, a partir de agora, quatro meses, se a mulher juntar com as suas férias, vai ter desemprego, a mulher não vai ser preterida etc", e eu tenho quase que certeza absoluta, pelo menos na minha empresa e em muitas empresas que eu conheço, porque eu tenho um relacionamento muito grande com o mundo empresarial, que, ao contrário desse fenômeno, ao conceder-se os quatro meses, e já se fazem alguns anos... Quantos anos exatamente? Acho que mais de 20 anos, não é? O fenômeno

foi inverso. E por que é que o fenômeno foi inverso? Porque existe uma característica hoje no trabalho, que é muito mais importante, a eficiência no trabalho do que a presença física no trabalho. O que é que significa isso? Se a gente comparar o trabalho da mulher e do homem em determinadas áreas na empresa, as mulheres dão de dez nos homens. Se eu pegar, por exemplo, hoje uma área específica das grandes empresas, vou falar das grandes empresas multinacionais e não multinacionais: no marketing, a predominância é basicamente de mulheres hoje. E eu não estou muito preocupado se as mulheres vão chegar a [inaudível] ou chefes mundiais, isso é outro problema, isso vai acabar acontecendo naturalmente.

O que eu estou observando é que na minha empresa e na grande maioria das empresas que eu conheço, aquela famosa aversão “aos quatro meses” acabou virando o quê? Algo absolutamente absorvido, as mulheres continuaram sendo contratadas. Por quê? Porque a mulher tem características no trabalho que superam os homens em algumas áreas de eficiência. Eu falei de marketing, mas posso falar de vendas: nas nossas fábricas, por exemplo, eu quero dar um testemunho aqui, as mulheres têm muito mais domínio, muito mais equilíbrio, muito mais disciplina e muito mais afetividade pelo que elas fazem. Porque a afetividade feminina está obviamente ligada à afetividade ao conceber um filho. Então essa afetividade ela não desaparece porque ela cuida de um filho ou cuida de uma tarefa, essa afetividade está presente na mulher, na minha experiência de 20 anos como Diretor de Recursos Humanos e só trabalhando com Recursos Humanos e como Professor universitário, lidando há 32 anos na universidade brasileira, eu a vejo dos dois lados sempre como uma coisa que é normal, absolutamente pautável e perceptível. A segunda coisa, que eu acho fundamental, é que nós estamos falando não de uma prioridade, criança de zero a dois anos e de zero a seis meses não é prioridade, aí eu entraria com outro conceito, Sr. Relator, respeitosamente, eu estou falando de preciosidade. [palmas] Não estou falando mais de prioridade. O Brasil tem milhões de prioridades. Tem demandas sociais represadas, o mestre Deoclécio acaba de lembrar aqui um processo de um Senador do Império falando da escrava, as demandas sociais... Nós temos... Sei lá, se formos listar aqui, Srs. Senadores, senhores presentes, autoridades, nós temos aí mil prioridades. Mas eu acho que não existe nenhuma outra prioridade que supere a preciosidade do zero aos dois anos da criança, principalmente do zero aos seis anos. E não sou eu que digo isso, quem diz isso são os Economistas, considerados frios, calculistas... E hoje há uma corrente da economia e, con-

seqüentemente, esses Economistas têm recebido os Prêmios Nobel.

Eu vou falar de um agora, do Hackman. O Hackman, pouco conhecido no Brasil, demonstra efetivamente que do zero aos dois anos e do zero aos seis anos e até os dois anos é o período de maior desenvolvimento. Quer seja em termos de afetividade, se ela existir, se se der a oportunidade da afetividade, da emoção, do sentimento e da paternidade integrada e da aprendizagem. O que é que vai acontecer? Nós vamos ter uma economia de custos na escola do ensino fundamental, que é a principal parte do ensino do mundo todo e que ainda nós estamos... Estava aqui o Senador Cristovam Buarque dizendo, e eu repito, esse primeiro momento da formação é o mais importante e ainda no Brasil nós estamos discutindo se ele é ou não é. Então ele é o mais importante. Então eu vou ter uma economia de gestão de políticas públicas. Eu vou ter uma economia de aprendizado no sentido de ampliar o aprendizado e de rentabilidade escolar, não diminuindo a reprovação por artifícios, mas diminuindo a reprovação, a repetência e a exclusão escolar por capacitação e por um ensino de melhor qualidade. Por quê? Porque eu tenho os seis primeiros meses muito bem cuidados, muito bem orientados e com todo um processo de absorção de tudo que vem pela frente até os dois anos, e daí para frente a nossa curva de aprendizado cai, Senadora. Dos dois anos para frente, tudo que nós fizermos dali para frente nós vamos ter muito mais dificuldade para aprender. É aquela velha história, todo mundo aqui já ouviu falar que a gente aprende a falar inglês muito mais fácil quando é criança do que quando é adulto. Isso não é uma inverdade, isso serve para tudo. Nós vamos tendo com o passar do tempo, ao contrário do que se imagina, uma dificuldade maior de aprendizado, ao passo que temos uma facilidade maior de absorção exatamente, porque nós não nascemos “tabula rasa”, está provado neurocientificamente que nós nascemos com um *software* lá na nossa cabecinha. E esse *software* não é do pai e da mãe, é um produto de cinco milhões de genes da espécie humana que estão incorporadas nesse cérebro à espera da afetividade, do emocionalismo e do relacionamento afetivo.

Com isso, nós vamos ter duas vantagens: economia de custo em educação e economia de custo em saúde pública, Senador. Esses dois fatores mandam aqueles 500 milhões de reais para o espaço. O que é 500 milhões de reais de renúncia fiscal, se a Receita Federal vier tomar isso de alguma forma do cidadão brasileiro ou da empresa, desses 500 milhões para compensar, eu acho que aí nós deveríamos fazer a tão sonhada revolução, [risos], ou seja, ela de “A” ou

de “B”, porque seria o maior absurdo possível e imaginável que uma autoridade pública teria, que seria o desconhecimento absoluto da realidade brasileira.

A segunda coisa que eu gostaria de colocar, é que nós estaríamos também coibindo gradativamente um dos maiores, ou talvez o maior problema brasileiro hoje, que é a violência infantil. Esta violência infantil, que se manifesta em muitos lugares do Brasil, que acaba de se manifestar de forma bárbara em alguns exemplos que os senhores sabem, que acabam vindo para o Senado para discussão, mas como efeito, como efeito e não causa, não como processo que poderemos corrigir nos próximos 20 ou 30 anos. E uma vez eu perguntei para um amigo meu: “puxa, você fala tanto da revolução XPTO, e ela não está dando muito certo. E ele me respondeu: “o que é que são 50 anos para uma revolução? Nada”. Eu diria: o que são os próximos 20 anos para o Brasil? Nós temos entre os dois últimos Presidentes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e mais os oito do Presidente Lula nós temos dezesseis anos de história acumulados. Ora, o que nós poderíamos fazer em 20 anos? Muito. Então não é questão de custo, é investimento absolutamente seguro, e o Senador pode depois, eu poderia depois me prontificar a enviar ao senhor com calma os cálculos que a gente poderia ajudar o senhor a por no seu Relatório, com o maior prazer.

E outra coisa que eu queria colocar, nós temos que fazer a equação “seis igual a seis”. Isso aqui eu estou copiando do Deoclécio, ele me permite, mas estou citando a fonte, eu como Professor preciso citar a fonte, o que é que é “seis igual a seis”? É seis meses de aleitamento prioritário, fundamental, que é insubstituível, com seis meses de Licença Maternidade. Essa equação é uma equação ótima, seis igual a seis e não seis igual a quatro. Então, vamos substituir seis igual a quatro por seis igual a seis.

Hoje o conceito de trabalho está mudando. E eu encerraria a minha colocação sob o ponto de vista de não custo e, sim, investimento, ouvi com muita atenção as colocações do Prof. Pastore, ele levantou questões importantes, que devem ser levadas em consideração para a gente entrar na questão do custo e mostrar que é investimento. Mas eu gostaria de registrar o seguinte: o que é que hoje se vê no mundo do trabalho moderno? É a eficiência e a produtividade dentro do local de trabalho. Portanto, a ausência de seis meses de uma funcionária ou de algumas funcionárias ou de algumas mulheres, em hipótese alguma vai afetar a rentabilidade da empresa. Mesmo porque a mão-de-obra hoje, os Recursos Humanos para a produção tendem por tecnologia, por gestão, ou por melhor eficiente gestão de processos a ter um custo cada vez menor. Quer dizer, a

mão-de-obra, se a gente observar hoje nas empresas com processos modernos de gestão de um lado e tecnologia de informatização de outro, tendem e tenderão a ser um custo cada vez menor para as empresas. Ora, isso tem que ser levado em consideração.

E finalmente, nós precisaríamos também dar um “puxãozinho de orelha” na questão das políticas públicas. Elas também precisam se preocupar com palavra gestão. Eu faço parte do CONSEA, Conselho de Segurança Alimentar, represento a ABIA no CONSEA e, para minha tristeza, eu vejo muitas vezes uma discussão de horas a fio por brigas em relação a verbas. Ah, mas o meu setor só vai ter 250 milhões, o meu setor só terá 300 milhões... E raramente alguém diz o seguinte: o que é que eu posso fazer com esses 250 milhões? É uma mudança de paradigma. Não ver o Orçamento simplesmente na sua totalidade, lógico que sem dinheiro a gente não consegue fazer as coisas, mas com o montante de verba que eu tenho, a pergunta é: o que é que eu posso fazer com isso, o que eu posso gestionar melhor isso? Que tipo de rentabilidade, de produtividade, de eficiência eu posso ter em função desse montante de verba que o Orçamento obviamente nem sempre premia a tudo aquilo que nós podemos, em função de recursos escassos, pela realidade brasileira.

Essa era a minha posição inicial, a favor não só do Projeto, mas também colocando esse Projeto não só como um Projeto da criança, da Licença Maternidade, mas da infância brasileira até os dois anos, resgatando, Senadora, Sr. Relator, os casos de sucesso no Brasil, porque já existem alguns casos bastante efetivos, eu cito um caso no seu Estado, vocês têm se preocupado no Estado do Rio Grande do Sul, o Senador é do Rio Grande do Sul, se não me falha a memória, de tomar a criança do zero aos dois anos, independente de partido, independente de política partidária, eu acho que nesse caso soa de menos importância, mas o que é que acontece no Rio Grande do Sul hoje? É um Estado que tem um padrão de saúde infantil exemplar e é o melhor índice de saúde infantil do Brasil. Portanto, tem efeitos e os custos de saúde pública podem ser reduzidos com isso. Era essa a minha primeira intervenção. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr. Carlos Faccina, pela exposição e pelo entusiasmo com que tratou desse assunto.

SR. CARLOS FACCINA: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Que [risos] bom, então. E

eu queria antes de passar a palavra para os Srs. e Sras. Senadoras, passar a palavra para a nossa querida madrinha do Projeto, Maria Paula, para que ela pudesse dar uma palavrinha também.

SRA. MARIA PAULA: Bom dia, Senadores e Senadoras, bom dia a todos que estão aqui presentes. Quero dizer que é um prazer e uma honra estar participando desse movimento, que é um movimento pela vida. Quero dizer que muito se falou em números aqui hoje, mas eu quero lembrar e ressaltar que o valor da vida humana é incalculável, que não tem conta, não adianta juntar moedinha... Vocês me convenceram, realmente ainda é, além de tudo, ainda vamos ter economia no setor da educação... Ainda teremos economia. Mas, mesmo se não tivesse nada, o valor da vida humana, um bebezinho nascendo, abrindo o olho para a vida, nas nossas mãos, dependendo do nosso cuidado, da nossa atenção, do nosso olhar ali em cima dele o tempo todo, isso não tem valor, não tem preço, a gente pode falar, fazer qualquer discurso, porque isso é maior que tudo. A vida humana é a coisa mais preciosa, é realmente uma preciosidade. A mulher quando está nesse momento ela está tocada por Deus, ela está ali fazendo o papel de deusa, criando vida, criando um ser humano. Então essa mulher merece, ela tem direito e ela merece esses seis primeiros meses para criar esse vínculo fundamental com esse serzinho que ela criou, para poder preparar esse serzinho para caminhar aí uma vida pela frente, para se tornar um cidadão. Eu acho que a gente fala em cidadão, a primeira coisa que a gente tem que pensar é em pai e mãe. E esse conceito, bebezinho que tem uma mãe dando um colinho para ele, olhando dentro do olho dele, estabelecendo vínculo de amor verdadeiro com ele nesses primeiros seis meses, que são tão fundamentais, esse bebê vai estar tão melhor preparado para a vida. Até para as dificuldades que ele venha a ter que passar na existência dele, se ele receber o amor ele vai estar preparado para dar amor e eu acho que essa questão, quando a gente fala de vida e de amor, não tem número, nada mais chega nem perto do que a gente está dizendo.

Então, eu vou voltar a agradecer a oportunidade de estar participando. Esse é um movimento fundamental para a nossa sociedade. Eu acho que a gente tem que realmente se unir e fazer disso uma bandeira, eu acho que quando a gente fala “ah, não, perder aqui para ganhar ali, diminuir, talvez trinta dias...” Não, eu acho que a gente tem que querer é aumentar, aumentar, aumentar mesmo, garantir à mãe e garantir ao bebê esses seis meses, esses primeiros seis meses a gente tem que garantir aos nossos bebezinhos. Eles merecem e eles vão se tornar homens e vão nos agra-

decer por isso. E a outra coisa é, enquanto madrinha do aleitamento materno junto com o Ministério da Saúde, eu falei muito de seis meses de aleitamento exclusivo e eu acho que voltamos à equação seis por seis, não é justo o Ministério da Saúde propor seis meses de aleitamento exclusivo e Ministério do Trabalho não garantir esse direito essencial à mulher. Então é um apelo que eu faço aqui. Eu como mulher, como mãe, sei a importância de cada minuto desses seis meses e acho que se a gente puder chegar à Suécia e ter muitos anos, aliás, para as mulheres e para os homens, eu vou agradecer e a gente chega lá. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Maria Paula. Toda vez que ela vem aqui a gente fica... Obrigada, linda. Muito obrigada mesmo. Eu acho que o Brasil inteiro, e todas as crianças e as mulheres e as famílias e os pais agradecem esse seu jeito tão lindo e tão maravilhoso que encanta a todos nós. Muito obrigada mesmo. Um beijo no coração. Com a palavra o nosso querido Senador Flexa Ribeiro, que tem sido um grande colega, companheiro e entusiasta dessa idéia também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigada, Senadora Patrícia Saboya, Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais. Eu queria, com a permissão de V.Ex^a, permutar com o Líder Arthur Virgílio, porque ele tem uma reunião do Colégio de Líderes, importante, para pautar o veto da Emenda 03 e da SUDAN e da SUDENE, que são importantes que sejam levados ao Congresso Nacional. Então eu vou trocar com ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Flexa. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na verdade, Senador Flexa, não tem nada mais importante do que o que debatemos aqui neste momento. O que eu vejo, Senadora Patrícia, e eu devo dar esse depoimento a seu respeito, é que V.Ex^a está começando a compor uma versão moderna e bonita do Senador Nelson Carneiro. Porque ele reformou, à altura dos seus mandatos, toda a legislação de família, e aquela conquista, hoje infelizmente banalizada, aquela conquista relevantíssima para a mulher, que foi o divórcio, foi uma luta árdua de décadas e que redundou, para a época, num grande passo civilizatório, e eu vejo V.Ex^a avançando com consistência, apresentando projetos factíveis, e formando um conjunto. Não é mais aquele fato isolado, mas um conjunto, que passe pela preocupação com a integridade de crianças, no aspecto sexual ao aspecto familiar, educacional, que passa pelo aperfeiçoamento da legislação de proteção à mulher e

à criança. Ou seja, eu aqui ouvia com atenção a Maria Paula, e é claro que ela falou com muito sentimento, falou com muito coração, falou como mãe, como brasileira de enorme consciência democrática. Mas eu vou tentar ser até global mesmo. Eu que não tenho nenhuma dúvida que o seu Projeto no longo prazo ele é ótimo, até porque nós estamos tratando de preparar cidadãos para construir um Brasil efetivamente mais justo do que o Brasil injusto que nós herdamos e nós não podemos passar para os que vêm depois um Brasil injusto como o que nós herdamos, eu ouvi aqui manifestações de que no curto prazo também é bom, de que é possível do ponto de vista econômico, de que aumenta a produtividade, de que há um investimento na produtividade, de que... Eu ouvi lideranças empresariais, o representante da... A representante da FIESP, a Dr^a. Cláudia Skaf e o representante da Confederação do Comercio, não tive a alegria de ouvir Prof. Pastore, que é uma figura de enorme credibilidade toda vez que se manifesta sobre a questão do emprego, sobre as políticas de empregabilidade, e me entusiasmei bastante com alguns depoimentos que aqui desfilaram. Mas se nós temos a garantia de que no longo prazo é muito bom e nós temos a perspectiva de que é viável também no curto prazo, ou seja, não estamos meramente poetizando, não estamos meramente idealizando, nós estamos procurando trabalhar em cima dos dados factíveis da economia brasileira, nós estamos procurando ser realistas, propor algo que termine consolidando o crescimento da economia, até porque do curto ao longo prazo tem um percurso a ser feito, e esse percurso a ser coberto visa à preparação do novo cidadão, ele dá atenção a essa coisa bonita a que se referiu a Maria Paula, que é o indescritível, quer dizer, eu tenho um amor, como pai, enorme, e infelizmente não consigo imaginar inteiramente o que é o amor de mãe, porque eu não consegui ficar grávido [risos], quer dizer, eu imagino que deva ser esse *plus* assim, o ficar grávido e dar um a mais, eu reconheço que na hierarquia eu devo me colocar como o número dois, enfim, em relação aos meus quatro filhos e aos meus dois casamentos. E eu então eu vejo que V.Ex^a está de parabéns, porque apresenta um Projeto realizável. Poderia a idéia ser bonita e a Projeto poderia não ser realizável. Aí nós ficaríamos no sonho. E o sonho é bom. Mas se o sonho não pode virar realidade, ele pode descambar para o delírio, e o delírio é o pior inimigo da criança, é o pior inimigo do emprego e da mulher, é o pior inimigo da economia, que precisa ser vigorosa para sustentar os nossos próprios sonhos. Se o sonho é realizável, eu volto a dizer, V.Ex^a dá um grande passo para se tornar uma versão belíssima do Senador Nelson Carneiro. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Arthur Virgílio, sempre tão delicado, tão generoso e tão amável. Muito obrigada pela sua presença aqui. Eu sei que V.Ex^a, como Líder do PSDB, tem muitas atribuições aqui na Casa, mas dispõe do seu tempo para vir até aqui apoiar a idéia. Muito obrigada mesmo, de coração. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senhores convidados. Eu não tive a oportunidade de assistir a todos, porque estou participando também da Comissão de Constituição e Justiça, com alguns projetos em pauta que tenho que fazer Emendas e estar atento. Mas aqueles que eu ouvi, e ouvi a maioria, eu fico satisfeito, Senadora Patrícia, e quero parabenizá-la. Parabenizá-la, primeiro, pela mulher determinada, obstinada por uma causa que eu acho que deveria ser assumida por todos. Homens, principalmente, e as mulheres. Eu sempre me coloquei favorável a qualquer iniciativa que busque resolver o problema da causa. O Congresso e os brasileiros sempre estão correndo atrás do prejuízo, buscando propostas e leis para resolver o problema do efeito. Agora mesmo estamos atônitos com o incremento da violência no nosso País. Buscamos reduzir a maioridade penal, como se essa fosse uma solução mágica para resolver o problema da violência. Lamentavelmente, ainda no meu Estado, lamentável ainda por ter sido no Pará, a imprensa noticiou um bárbaro assassinato cometido por uma criança de oito anos. Oito anos. Quer dizer, isso é o resultado da desagregação familiar de princípios que têm vindo de gerações sendo deterioradas, por gerações, e que nós temos que ter um caminho, um ponto de partida, um início para corrigi-las.

Então, eu acho que o investimento que se deva fazer na criança, no recém-nascido, na primeira infância, não são gastos do Poder Público, são investimentos que, com certeza absoluta, irão diminuir os custos à frente. Seja em qualquer área de políticas públicas. Seja na área de educação, porque vai ter uma criança com maior capacidade de aprendizado, seja na área de saúde, porque vai ter uma criança mais fortalecida no seu sistema imunológico e psicológico, seja na área de segurança, porque nós vamos criar homens e mulheres preparados para a vida com definição de caráter. A preocupação não só de informar, mas de formar também o cidadão.

Então, vamos diminuir custos à frente, e que devam ser entendidos como investimento aqui. O meu caro amigo José Pastore, reconhecidamente um profissional na área por todo o Brasil, ele trouxe aqui al-

gumas questões pertinentes, que nos ajudarão a fazer as correções e os ajustes, e é para isso que nós estamos fazendo essa Audiência Pública. Os Diretores das empresas, o Dr. Deoclécio, Pediatra, colocaram posições favoráveis e com argumentos que eu acho que são determinantes para o processo. A própria... Eu não assisti à observação da Dra. Cláudia e do Dr. Eugênio, então não tenho como fazer referência a elas, mas eu tenho quase certeza que também todos atendem ao seu Projeto.

A própria Organização Mundial de Saúde ela já define a questão do aleitamento exclusivamente de leite materno durante os seis primeiros meses de vida, e já foi dito, e aí é uma questão de matemática. Seis não é igual a quatro, seis é igual a seis. Então a nossa amiga Maria Paula ela colocou uma coisa que é muito comum no Governo, um Ministério tem uma definição, uma linha de definição e outro tem outra. Quer dizer, o Ministério da Previdência diz que são quatro meses, o Ministério da Saúde diz que são seis. Então é preciso que haja primeiro lá o ajuste. Então se o Ministério da Saúde, que é quem tem competência para definir a questão, diz que são seis meses, o Governo não precisaria nem ter o seu Projeto, Senadora Patrícia. Se o Projeto é indutor da discussão, porque era o Governo o primeiro a dizer “não, se o Ministério da Saúde diz que são seis meses, então nós vamos estender pela Previdência a Licença Maternidade pelos seis meses”. Isso é o lógico. Mas o seu Projeto poderia ter, Senadora Patrícia, uma dificuldade de tramitação na área produtiva, que poderia com isso ter dificuldades de arcar com os recursos, que não são despesa, eu continuo dizendo que são investimentos, mas poderia ter a própria CNI defendendo a questão produtiva. Poderia ter. Mas a exposição do Prof. Pastore foi clara. A CNI não é contra. Precisará fazer ajustes ao programa. A idéia brilhante da Senadora, de colocar como voluntária a adesão, não obriga nenhuma empresa a conceder a prorrogação da licença. Então, eu acho que aí já abre um espaço para que não haja oposição. Só iriam aderir aquelas empresas que tenham a consciência social e tenham a condição de atender as despesas definidas. O Prof. Pastore levantou uma questão importante, com o encontro do dispêndio com o Imposto de Renda. Então a empresa que teve lucro de um ano pode não ter no outro. E aí, Prof. Pastore, Senador Paim, que assume a Presidência da Audiência, eu proporia fazer uma Emenda aí, uma correção de redação no sentido de não usarmos, e eu tenho feito isso na CAE constantemente e sou aqui um defensor intransigente de que qualquer incentivo fiscal não seja mais calcado só no Imposto de Renda. Porque o Imposto de Renda hoje ele é um... Já foi anteriormente

mais importante, mas hoje ele não é tão importante para o Governo Federal como receita, mas é importante para os Estados e Municípios que tenham o seu FPM e o seu FPE baseado no volume da arrecadação do Imposto de Renda. Então que a gente use agora as contribuições para fazer esses abatimentos, porque aí não há esse risco que o Prof. Pastore colocou. Porque as contribuições são devidas sempre. Independente de lucro, de resultado positivo ou não.

Então, corrigiria isso. Essa questão também de que se todas as mulheres serão atendidas pelo programa, se houver, eu acho que sim. Apenas, se algumas delas não quiserem usufruir, aí é uma questão de consciência. Mas terão o direito de fazê-lo. Eu acho que... Eu quero parabenizar novamente a Senadora Patrícia Saboya. Ela é, como eu disse, determinada nesses assuntos que dizem respeito às causas sociais, como é também o Senador Paulo Paim. Eu apenas sou, eu diria, não companheiro nas questões, mas sou cúmplice dessas questões, porque eu me sinto responsável. Eu não me sinto aqui como passageiro. Eu me sinto aqui como tripulante. Então, essa nau, esse Brasil vai seguir o rumo que nós, não só os Parlamentares, mas a sociedade aceitarmos como responsabilidade de todos e de cada um, porque é muito fácil você transferir para o próximo, e não resolver, ou ajudar a resolver uma pequena parcela que seja pelo esforço seu. Parabéns, Senadora Patrícia, parabéns, Senador Paulo Paim, parabéns aos palestrantes, eu conversei ontem com o Presidente Armando Monteiro Neto ao telefone, o Presidente colocou exatamente, e para nós a vinda do Senador... Já estou com premonição, Prof. Pastore, a vinda do Prof. Pastore como... Eu disse à Senadora Patrícia que era, sem sombra de dúvida, um ponto... Uma palestra que seria colocada de forma profissional, competente e reconhecendo os pontos e nos ajudariam a definir as dificuldades. É exatamente nessa linha que a inteligência do Prof. Pastore nos ajuda a avançar com o Projeto. Era o que eu tinha a dizer e sou favorável ao Projeto de prorrogação da Licença Maternidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Senador Flexa Ribeiro, eu só peço que V.Ex.^a, com essa contribuição praticamente de redação, de Imposto de Renda para tributos, que encaminhe para nós, para a gente poder dialogar sobre a proposta. Passo de imediato a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Presidente. Obrigada a todos os nossos palestrantes, aos nossos visitantes, muito obrigada pela presença, pela contribuição, cumprimentar a nossa atriz, Maria Paula, dizer que você é brilhante, mas também é uma

moça, uma atriz, uma humorista que tem espírito público. Muito obrigado pela sua presença e pela sua luta em prol de uma bandeira tão importante.

Patrícia, quero dizer da importância deste Projeto e o que ele pode significar para o nosso País. Eu queria fazer, Sr. Presidente, três rápidas considerações. Começando pelo mercado de trabalho. Eu estou aqui com uma pesquisa da PUC do Rio, de setembro de 2006, do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. O título da pesquisa é “Os efeitos da Licença Maternidade sobre o salário e o emprego da mulher no Brasil”. Os pesquisadores são o Sandro Sache(F) de Carvalho, o Sérgio Fipo(F) e o Gustavo Gonzaga, que é da maior competência e capacidade. Vou ler quatro linhas da pesquisa e o resultado e as conclusões dela: “De qualquer modo, apresentamos evidências de que o aumento do período de Licença Maternidade, que é um benefício importante na proteção da mulher no mercado de trabalho, bem como na proteção da saúde da mãe do recém-nascido não gera incentivos que aumente a ação discriminatória em relação à mulher no mercado de trabalho. Desta forma, propostas que visem a alongar o período de Licença Maternidade podem ser positivas, uma vez que o custo em termos de distorções no mercado de trabalho parece ser pequeno, enquanto uma extensa literatura na área de saúde fornece subsídios para se crer que o benefício da Licença Maternidade para as mães de recém-nascidos tende a ser bastante grande. Departamento de Economia da PUC”; “Concedendo à mulher o direito de uma licença muito mais longa, o Estado brasileiro está implicitamente reconhecendo que o cuidado dos filhos é responsabilidade predominantemente feminina e, por conseguinte, está estimulando até a perpetuação da divisão sexual das tarefas domésticas”.

E ainda complementando, eu fui até o IBGE, Sr. Presidente, e constatei o mesmo que essa pesquisa. A pesquisa em 92 mostra que nós tínhamos 43.5% de mulheres no mercado de trabalho e que, em 2004, isso passou para 45.5. Essa data coincide, não é tão precisa com relação à mudança na legislação, mas quatro anos depois que se implementou os quatro meses de Licença Maternidade.

Então, conclui-se que quando nós aprovamos os quatro meses, que foi a mesma discussão que estamos tendo aqui hoje pelo Brasil, é que as mulheres seriam prejudicadas, que seriam mais discriminadas, que seriam menos contratadas, que o salário iria diminuir e teve foi um aumento. Mesmo porque esse aumento pode estar coincidindo com o que um dos nossos palestrantes... Eu não estou, desculpem, estou sem minha lente, e meus óculos são só para perto... Michael disse, deve poder ter aumentado por conta

da diferença salarial e o lucro que dá para a empresa a mão-de-obra mais barata da mulher. Então esse é o primeiro ponto que eu acho que essa discussão e esse argumento não procedem. As estatísticas mostram o contrário. E lembrem bem que nessa época, quando aprovou para quatro meses, eram apenas oito semanas que indicava a velha CLT. Quatro semanas antes, durante a gravidez, e oito semanas após. Então foi um aumento brusco nessa licença e nada afetou a contratação com relação às mulheres às empresas, às indústrias brasileiras, que eu tenho o maior respeito, isso não prejudicou.

O segundo ponto, o Senador Flexa falou, que é uma aberração o Ministério da Saúde provoca uma angústia e um peso de consciência na cabeça das mães, “você tem que amamentar até seis meses”, aí ela vai para o emprego, o Ministério do Trabalho diz “você só pode ficar na licença quatro”. Então, se o Ministério da Saúde, e eu penso que ele prevalece sobre o do Trabalho no quesito Saúde, e os cuidados com a criança.

Então, é claro que a mãe vai acreditar muito mais no Ministério da Saúde, que seis meses é que são necessários para a amamentação, do que no Ministério do Trabalho, que impõe quatro meses votados pelo Congresso Nacional. Então isso realmente o Senador Flexa está coberto de razão, isso é uma aberração. É um transtorno na cabeça de qualquer mãe do mundo.

Mas eu queria, para finalizar, Sr. Presidente, tocar no ponto que para mim é mais importante e que infelizmente, claro que também por falta minha, por não estar presente no momento certo, e pedir uma inclusão nessa Audiência Pública, eu queria aqui discutir o ponto de vista psicológico. Eu não tive oportunidade de participar em nenhum debate sobre o Projeto da Patrícia Saboya, da Senadora, mas é a primeira vez que eu nós estamos vindo aqui, eu não vim a outra discussão que pudesse ter incluído esse tema. Eu, além de ser mãe de três filhos, e que tive uma experiência pessoal terrível, eu perdi o meu marido e o meu filho mais velho tinha quatro anos, o do meio tinha um ano e a mais nova, eu estava grávida dela de dois meses. Então eu sei exatamente o que aconteceu com o meu filho mais velho, com o meu filho do meio e com a minha filha mais nova quando eu tive que virar chefe de família, e não é uma chefe de família urbana, uma chefe de família rural, com muito mais dificuldades de encontrar. Mas também sou Psicóloga, Sr. Presidente, me formei em Psicologia. Não atuo na área, mas gosto muito do que estudei. A consequência foi trágica e eu tive que mudar o rumo. Mas me lembro de muita coisa importante nessa área. E eu gostaria aqui de fazer um breve comentário sobre um autor muito impor-

tante, que se chama Winnicott: nós temos duas fases importantes. Nós não podemos fixar esse debate na importância apenas da amamentação. É muito além disso. Nós estamos falando de estrutura de personalidade. É dessa estrutura que vão sair os psicóticos, que vão sair os psicopatas. Psicopatas que arrastam crianças fora do carro, vendo e não se importando, que não têm piedade por ninguém, que não têm remorso, não conhecem essa palavra.

É nessa formação até os seis anos de idade, e nós estamos discutindo aqui dois meses de aumento e focando apenas o aleitamento materno, eu prefiro mil vezes uma mãe ao lado do filho seis anos e nenhum dia de amamentação. Não quero aqui diminuir o valor da amamentação, absolutamente. Meu primeiro filho mamou oito meses no peito. Porque eu tive condição de fazer isso. Mas nós temos duas fases importantíssimas na estruturação da personalidade de uma criança. Nós temos a fase da dependência absoluta, que a Maria Paula, que é mãe e que tem um bebê sabe muito bem disso, e todas que são as que são mães aqui, as Assessoras... A dependência absoluta até os seis meses de idade, segundo esse autor tão importante no mundo inteiro, é aquela dependência onde a criança tem a dependência física, emocional, aonde só a mãe, que sabe sentir e fazer o papel do ego dele, que a claridade está incomodando o seu olho, que seu pescocinho está doendo, porque está do lado do travesseiro, que o xixi está incomodando lá embaixo na frauda... É esse ego que faz com que a criança se fortaleça emocionalmente e fisicamente. É uma relação egóica importantíssima, que vai até os seis meses de idade. Que é imprescindível. E aqui eu faço uma breve consideração ainda, que as mulheres... Economicamente existem as mulheres ricas e as mulheres pobres. As pobres com mais dificuldades, porque suas irmãs têm que trabalhar, as suas mães estão trabalhando, e às vezes a mulher rica ainda tem o privilégio de ter um ego substituto razoável para deixar com essa criança, uma enfermeira altamente capacitada emocionalmente, inteligentemente, mas a mulher pobre não tem essa oportunidade de uma substituição satisfatória de um ego como ela. E essa fase, se não evoluir, se essa fase de dependência absoluta, se ela não evoluir do ponto de vista emocional relativamente bem, nós vamos produzir os bebês psicóticos.

E vocês sabem o que significa, principalmente o Presidente da Associação de Pediatria, o que significa o tratamento de uma criança que tem psicose. O que é que é a psicose, resumindo rapidamente? É uma criança de ego frágil, sem defesa, porque faltou o ego da mãe, faltou o ego substituto que vai complementar o dela até o dela se formar. Por isso se fazem

os psicóticos. Ou seja, o resumo é que o ego do bebê não foi alimentado pelo ego da mamãe. Ele se fragiliza e rompe com a sua personalidade. Ainda nós temos, Sr. Presidente, a dependência relativa. Nós saímos da absoluta, que vai até seis meses e, de seis meses até seis anos, essa dependência relativa é muito mais forte, ela vai até a adolescência. Por isso nós sabemos o cuidado excessivo que nós temos com os nossos adolescentes. Mas, especialmente, eu quero parar aos seis anos de idade, nessa dependência relativa, de seis meses até seis anos, aonde inicia a desabitação com a mãe, para poder desabitatar, para ficar mais longe da mãe, ele tem que estar desabitado. Ele vai começar a lidar com o fracasso, ele vai começar a lidar com a ausência, ele vai se desligando aos poucos da mãe, mas ainda com uma alta dependência. E qualquer rompimento brusco, já estou saindo seis meses e indo até seis anos para quem está reclamando de dois meses nesse aumento desse cuidado da personalidade dos futuros brasileiros deste País. Esse rompimento brusco, Sr. Presidente, essa privação afetiva brusca pode significar que nós vamos produzir os psicopatas. É daí que saem os psicopatas. Esses psicopatas, que nós podemos ter uma quebra, um rompimento, um ego desestruturado, e podemos colocar até num tratamento psicológico, psicanalítico, em qualquer linha que houver em termos emocionais. Mas nós teremos de volta um ego reestruturado defeituoso, como um cristal quando se quebra. Você pode juntar os cacos, comprar a cola, o super bonder e com muito carinho e colar de volta. Nunca mais será a mesma.

Então eu quero aqui deixar para a nossa Senadora querida, Patrícia Saboya, que nós precisamos levar à sociedade não só a importância da questão da amamentação, mas da formação da personalidade, da estruturação da personalidade do ser humano. E aí eu reporto à questão da violência, que está nos jornais todos os dias, está na imprensa, nos ajudando e pressionando todos os dias. E a Patrícia, que é contra o aumento da maioridade penal, e eu sou a favor, justamente por conta disso. Porque eu, como Psicóloga que sou, eu não acredito, infelizmente, que esses menores possam ter a recuperação necessária para retornar à sociedade. Porque lá, até os seis anos de idade, a sua estrutura de personalidade não foi construída e eles hoje não se usa mais chamar de psicopatia, hoje nós estamos chamando de sociopatas, porque só vão ser identificados quando começar a conviver com a sociedade, quando arrastar amarrada em carro, quando matar os pais, quando matar os avós, quando matar a namorada, quando pratica o estupro. É nessa hora que os psicopatas, hoje chamados de sociopatas vão ser identificados pela sociedade brasileira. Então, por

isso sou a favor, infelizmente, não gostaria de ser, a favor da redução da maioria penal.

Então, eu acho que nós podemos estender essa discussão e cuidando nos nossos bebês, já que não temos recursos para cuidar até os seis anos, mas vamos fazendo por etapa, vamos caminhar, vamos dar um passo à frente, ninguém vai morrer com isso, as empresas não vão quebrar, o Brasil não vai quebrar. Nós vamos economizar não só no Ministério da Saúde, nós vamos economizar não só no bolso do pai e da mãe, mas nós vamos economizar também no Ministério da Justiça, no Ministério da Defesa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Está inscrito o Senador Inácio Arruda, mas a Senadora Patrícia disse que queria fazer uma breve colocação.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu queria, antes de mais nada, agradecer as palavras da Senadora Kátia Abreu, que aqui colocou de uma maneira muito clara a importância desses seis meses na vida de uma criança, na vida de uma mãe, na vida de uma família. A economia brutal, e essa eu vou pedir permissão a ela para usar a partir de agora, que essa economia não será feita apenas no Ministério da Saúde, da Educação, mas principalmente no Ministério da Justiça, onde nós vamos diminuir o índice de criminalidade e tudo o mais. Mas queria só um esclarecimento da Senadora Kátia Abreu, que o foco do Projeto não é a amamentação, é o fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho. Só para que fique tranqüila em relação a isso. Nós tivemos esse cuidado, a Sociedade de Pediatria, como eu disse, foi quem fez, elaborou o Anteprojeto, e mostra claramente que é esse fortalecimento que vai determinar o caráter e a personalidade dessa criança no futuro. Por isso nós tivemos, é claro que aquela mãe que vai poder ficar seis meses com seu filho, lhe dando todo carinho e a atenção necessária, evidentemente que vai aproveitar e nós vamos aqui resolver uma outra situação, que é também ampliar a amamentação, o direito que a criança tem ao leite materno. Mas eu concordo com você que realmente o mais importante, e é o objeto principal do Projeto, é garantir esse fortalecimento e essa convivência pelo menos nos seis primeiros meses de vida. Mas muito obrigada, enfim, por todas as suas considerações. Muito obrigada mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senadora Patrícia, autora deste importante Projeto de Lei que ora discutimos. Primeiro, eu quero

dizer que eu também estou convocado para a reunião de Líderes, mas infelizmente a reunião de Líderes vai ter que esperar, porque eu considere que era muito importante essa reunião, essa Audiência Pública, e era importante ouvir todos os convidados. E eu achei extraordinária. Acho que cada depoimento aqui ele foi se somando. Mesmo os que tinham observações que aparentemente eram contrárias, digamos assim, “bom, essa aqui é uma observação que é contrária ao Projeto”, mas elas foram se postando, se colocando de tal sorte que nós pudemos... O Relator estava aqui atento, e eu posso dizer como testemunho que ele anotou absolutamente tudo, embora tenha pedido para receber por escrito, mas ele já anotou, porque ali é aquele sentimento da hora que você anota ali, é o rabisco da hora, que é muito importante na hora que vai fazer o seu Relatório, que você vai fazer a sua alteração. É o sentimento que você colheu daquele que estava prestando a informação, o depoimento. Eu acho que houve uma complementação. Já mostra o avanço de determinadas empresas, que já se anteciparam, já estão à frente, já estão consumando esse esforço. Eu acho que o Dr. Deoclécio ele foi muito preciso, quer dizer, é o conhecimento, a ciência vai mostrando para nós o caminho. E vai nos informando. Eu acho que por isso é que eu sou a favor da tese de que nós não devemos reduzir a maioria penal. É exatamente por isso. Porque a ciência está dizendo para nós que nós temos um outro caminho mais inteligente, que é esse aqui. Esse que é o caminho mais inteligente. Porque, se for pela tese contrária, eu vou reduzir a maioria penal de tal sorte que eu chego nos seis meses de vida.

Então, eu acho que nós temos que fazer o caminho inverso, e o caminho inverso é esse que nós temos aqui, que a ciência está nos oferecendo, o conhecimento. É uma sociedade meio contraditória a nossa, e talvez seja a nossa sorte, eu falava para o Paim: “veja que sorte a nossa”, a nossa miscigenação, embora tenha toda a carga de preconceito que existe na sociedade brasileira, mas a nossa miscigenação nos oferece uma sociedade avançada. Eu até brincava, porque se levantou a questão de que se mandou a mensagem para o José Bonifácio, mas o José Bonifácio produziu uma proposta de Constituinte, para Assembleia Constituinte em Portugal, para o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, avançadíssima. Que já propunha a abolição da escravidão, em 1821, propunha uma legislação ambiental fantástica e, ao mesmo tempo, propunha uma legislação que protegesse os nativos. Era uma legislação super avançada àquela época, 1821. Quer dizer, era uma contradição. Você tinha um conservadorismo atroz, mas você tinha uma proposta de legislação avançadíssima. Então nós estamos dando um

passo, que é isso que a Maria Paula levantou. Então vamos à Suécia. É lógico. É isso que nós temos que fazer mesmo. Vamos a isso. Por que não?

Nós temos uma proposta de Emenda Constitucional, Senadora Patrícia, por sorte eu e o Senador Paim, que é uma proposta de redução de jornada de trabalho. É uma espécie de utopia nossa. Nós já discutimos com o Pastore já muito na Câmara dos Deputados, porque o Pastore é sempre nosso convidado, nós discutimos muito. Por quê? Porque nós consideramos que é o seguinte: menos trabalho, para que todos possam trabalhar. Quer dizer, aumentar a camada dos que podem ter acesso ao mercado de trabalho. Porque a ciência está resolvendo isso para nós há muito tempo. É de que nós podemos ter menos tempo de trabalho para cada um, com mais tempo livre, e que eles até poderão ter outras atividades. Por isso que eu me reportei, Deoclécio mesmo considerando muitíssimo importante os pronunciamentos de todos, do Carlos, do Micahel, que foram muito interessantes, da Dra. Cláudia, do Pastore, que nós conhecemos já de muitas intervenções muito boas, com muitas informações, sempre muito bem informadas suas posições, do Eugênio, foram todas muito boas, um completando o outro. De maneira que eu acho assim, que o Deoclécio mostrou como o Projeto de Lei está baseado numa posição de conhecimento, de avanço da ciência, de que esse é um caminho salutar para o nosso País. Ao ampliar a possibilidade das mães ficarem com seus bebês, nós estamos garantindo, primeiro, nós estamos garantindo a afetividade, o aumento da afetividade, então nós resolvemos um problema de as possibilidades dessa criança, do ponto de vista psicológico, elas serão muito maiores, muitíssimo maiores, e estamos resolvendo um problema nutricional, que mexe também com a afetividade, então ajudamos a trabalhar, trabalhamos com dois problemas simultaneamente. Isso tem repercussões.

Se retirássemos, o que a Maria Paula levantou, ela que está colocando, digamos assim, a imagem dela para uma batalha e para uma bandeira política, digamos assim, usando o que ela tem de força para reforçar uma bandeira e uma causa, ela está colocando, digamos, é a questão humana, não é o negócio. Mas se nós pensarmos no negócio, então, para quem pensa nos negócios, nós temos então que raciocinar com conhecimento. Não é assim? O que é que as empresas mais fazem, mais investem? Não é no conhecimento? Então, se naquilo que mais investimos é no conhecimento, então, sinceramente, se queremos ganhar mais, se queremos lucrar mais, se o modelo, se o sistema quer ganhar mais, então ele investe mais no conhecimento, ele investe mais na ciência. E a ciência

orienta e vai dizendo para nós que é aqui que nós temos que apostar. Aqui você economiza, se você pensar no ganhar mais, no ter mais lucro. Agora, se você pensar no homem, no humano, você ganha duplamente. É isso que nós vamos fazer. Então eu acho que por isso que nós deveremos não só aprovar, mas, se pudermos aprimorar, usando a expressão do... Não sei se foi o Michael ou o Carlos que falou, da preciosidade... O Carlos. Se pudermos aprimorar com a preciosidade que o Carlos falou, acho que devemos fazê-lo, dando o máximo de publicidade, publicizar o máximo, para poder ampliar a força que ele tem, porque tem força esse Projeto de Lei, para poder resolver um problema que a Cláudia levantou aqui, que é muito correto: mesmo entre as mulheres pode se criar um sentimento nas camadas mais populares, e eu tenho muita consciência disso, porque nasci nesse meio, na camada popular, na periferia da minha cidade, então eu sei do sentimento que se transmite para essas camadas populares, de que longe de resolver o problema, nós podemos até criar um problema que seria, digamos assim, “puxa, vai criar um problema é com vocês, porque vocês poderão perder o emprego”.

Então, vamos estar atentos para essas questões, para a gente não criar nenhum sentimento entre aquelas que nós queremos beneficiar. Ora, se nós estamos criando um Projeto de Lei, trabalhando um Projeto de Lei para beneficiar camadas amplas da sociedade, então nós vamos criar dificuldade para elas exatamente? Então nós temos que fazer um bom trabalho entre as camadas populares, o Eugênio trabalha aqui com uma área sindical, que é exatamente uma das áreas que mais emprega mulheres, que é o comércio, então nós teremos que fazer um grande trabalho de discussão, de debate, de levar talvez um material... Acho que os debates aqui até foram numa linguagem muito boa, muito simples, muito direta que acho, porque acho que é nessa linguagem que a gente tem que se dirigir a essas camadas todas para mostrar e ganhá-las para o Projeto de Lei, que é muito positivo para as mulheres, porque elas que tem que abraçar e elas principalmente têm que vestir a camisa junto conosco, junto com os homens e junto com os pais, com os pais que foram até a maternidade para insistir os partos de seus filhos, porque aí eles compreendem melhor o que é nascer o bebê, pegá-lo ali na primeira hora e ter todo esse sentimento. Então, aqueles que tiveram essa felicidade sabem perfeitamente do que é que se está tratando, e depois pegar ali toda hora que ele chorava, poder balançar ali o seu filho na madrugada, na hora que é mais necessária. Então acho que todos esses pais e todos os homens têm condições de ajudar a nós ganharmos essa batalha aqui não só no

Senado, na Câmara, mas, principalmente, ganharmos na sociedade, porque é o mais importante. Porque é isso que convence empresas, é isso que convence a sociedade. É o debate fluir com essa tranquilidade que foi aqui entre nós nessa manhã de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem. Eu vou passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, vou convidar a nossa Senadora Patrícia para que volte à Presidência dos trabalhos. Depois a Senadora Rosalba, e eu farei rápido as considerações, porque depois ainda os painelistas farão a sua fala final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com certeza passarei para V.Ex^a também. E quero lembrar que duas horas nós iniciamos aqui uma outra Audiência Pública, também das três Comissões, sobre a Síndrome de Down. Senadora Patrícia.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-

BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Patrícia, eu queria inicialmente parabenizá-la por mais esta brilhante Audiência Pública para tratar deste tema. Quero parabenizar também a todos os participantes da Mesa pelo brilhantismo das exposições, a Maria Paula, que mais uma vez contribui conosco com o seu brilhantismo em defesa desta causa, que é mais que humana, dizer que particularmente me senti muito feliz com a exposição do Sr. Michael, por saber que existe uma empresa, e a Senadora Patrícia me dizia há pouco da sua experiência de fracasso e depois renovação a partir de um outro conceito de gestão, e eu quero dizer que fiquei muito feliz por perceber que a sua empresa já promove ações que extrapolam o que a lei determina naquilo que é atendimento e apoio ao social, e envereda pelo caminho do respeito aos Direitos Humanos. Fiquei sinceramente muito emocionada até quando eu vi o respeito à homo-afetividade que a sua empresa já tem pelos trabalhadores, a questão da adoção, e principalmente pelo senhor ter trazido aqui a questão da espiritualidade. Eu acho que é isso o que toca profundamente a todos nós e que modificou inclusive e determinou o sucesso da sua empresa. Então, meus parabéns.

E considerando aqui o que foi colocado pela Dra. Cláudia, uma questão me preocupou, quando ela diz que as mulheres executivas não fazem questão de ficar esse tempo todo de seis meses, ou não cumprem toda

a Licença Maternidade. E isso é uma coisa que me chamou a atenção, porque, na realidade, essas mulheres elas são obrigadas a retornar ao trabalho por conta da cultura dominante, que é machista e, de certa forma, por conta da concorrência do mercado e, ao retornar para o trabalho, se sentindo obrigada, porque senão vai perder a vaga, tem muito disso na disputa, ela nega um direito que é da criança e que é dela também, que é o direito da afetividade nesse período que, não vou repetir aqui, é tão importante e precioso, como disse aqui o Dr. Carlos. Parabéns pela expressão preciosidade. Acho que foi muito oportuna.

Então, eu acredito que, além daquilo que disse o companheiro Inácio, de que nós devemos ter todo o cuidado com a linguagem quando se refere principalmente às classes populares e o quanto há de intenção de plantar na idéia da classe popular a concepção de que este direito pode lhe tirar o outro direito, que é o trabalho, nós também temos que ter esse olhar voltado para estas pessoas de uma classe econômica mais avantajada, mas que se negam a esse direito e negam principalmente o direito da criança.

E eu queria dizer aqui, inclusive me lembrava no momento em que a Dra. Cláudia falava, do exemplo de uma Dentista minha, que está grávida, está na segunda gestação, e ela diz: “olha, a gente tem que correr, porque eu vou ganhar nenê em junho, mas vou trabalhar até maio, até uns 15 dias antes eu vou trabalhar. Mas não se preocupe não, porque em setembro eu estou de volta”. Só que assim, por essa preocupação e por esse direito, a consciência do direito de que a criança tem o direito à companhia dela, ela já disse assim: “mas o meu retorno ele vai se dar de forma gradativa, porque eu preciso trabalhar, sou profissional liberal e se eu não trabalhar eu prejudico também o emprego das três pessoas que trabalham comigo, que também são mulheres. Mas essa volta ela vai ser gradativa. Vai ser duas horas por dia”.

Então, eu acredito que a gente tem que fazer essa discussão também a partir do ponto de vista do direito da criança. Então, para que estas mulheres não se sintam obrigadas a retornar ao trabalho, porque elas têm mais responsabilidades que todos os outros seres humanos. Mas que elas também tenham a consciência do direito da criança.

Então, eu queria, para finalizar, Senadora Patrícia, dizer que com muita alegria que neste período este Projeto apresentado por V.Ex^a já começa a render. E na minha cidade, que é uma capital, a cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, hoje já é lei a Licença Maternidade de seis meses para as servidoras públicas municipais. [palmas] Então eu acredito que é desta forma que nós vamos mudando a cultu-

ra. Então, não precisa repetir aqui mais uma vez, sou extremamente favorável a esse Projeto, pensando já nos meus bisnetos, que eu quero garantir, [risos] com certeza. Porque os netos já estão aqui e já passaram pela fase da Licença Maternidade. Mas eu quero que os meus bisnetos possam usufruir disto como um direito garantido em lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senadora Fátima Cleide, que tem sido assim uma companheira maravilhosa nessa luta, principalmente na área da infância e da juventude, fez parte de todas as Comissões, da CPI, de todos os trabalhos, Audiências Públicas e tem sido um braço muito especial também nessa luta. Muito obrigada pelo seu depoimento. Passo agora a palavra à Senadora Rosalba, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senadora Patrícia, Senador Paulo Paim, Relator, senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas Pediatras que aqui se encontram. Eu gostaria, Senadora Patrícia, inicialmente, de fazer uma confidência, quando aqui cheguei, sou Senadora pela primeira vez, trazida pela generosidade do povo do Rio Grande do Norte, que fui convidada para com a senhora a compor a Mesa da Comissão de Assuntos Sociais, sendo sua Vice-Presidente, de muitos projetos, todos da maior relevância, que tramitam na Comissão, quando eu coloquei o olho nesse da licença da maternidade, aí esse não era o olho, era o coração e a experiência de uma Pediatra. Porque eu tenho 30 anos como Pediatra, com larga experiência em neonatologia. Então, milhares de crianças eu vi nascer e acompanhei no período de lactente, no período da primeira infância, e posso trazer aqui o meu depoimento vivido, do quanto havia diferença, e o Dr. Deoclécio sabe disso, das crianças que nos chegam recebendo a afetividade do acompanhamento dos pais, da mãe principalmente, e o aleitamento materno para aquelas que precocemente perdiam esse elo maior de amor, de carinho, de atenção, de vida. De vida, sim.

Eu tenho uma experiência de ter visto crescer e se desenvolver, e hoje eu digo que sou, apesar de ser avó, meus filhos já me deram dois netos do meu sangue, mas eu sou avó já de milhares também, de centenas. Porque, em trinta anos, muitos dos meus clientes já são pais e mães. Então a alegria de ver aqueles que acompanhei homens e mulheres fortes, saudáveis, contribuindo para este País, mas a tristeza, a dor de encontrar crianças que vi nascer, que acompanhei e que hoje estão nos descaminhos da vida, e se a gente avaliar, com certeza, muitos deles passaram por esse processo de falta de cuidado es-

pecial da sua mãe, porque nenhum cuidado é maior do que o da mãe, a carência no aleitamento materno. E mais do que isso, quando damos essa atenção à criança, nós não estamos tratando apenas da saúde física e mental desta criança, nós estamos tratando também da saúde da mulher. Porque a mulher que se sente obrigada a deixar o filho muitas vezes mal cuidado, sozinho ou jogado em creches que não estão com condições de bem atender aquela criança, essa mãe psicologicamente ela começa a ter os seus distúrbios emocionais, a interferir na sua produtividade, e a empresa passa a ter os prejuízos maiores. Eu falo empresa, mas é a Nação.

Então, que custo vamos ter em ampliar em mais dois meses? E eu digo a vocês, com toda a sinceridade, nós estamos aqui lutando por apenas seis meses, quando deveria ser seis anos. Mas, é um avanço. Vamos para os seis meses. Lá na frente vamos conseguir mais. Eu sou daqueles que sei que a gente chega no topo subindo degrau a degrau. E vamos subir esse degrau, Senadora. A sua idéia foi brilhante. E eu estou aqui para dizer que estou ao seu lado porque estou ao lado das mulheres e das queridas crianças que fazem parte da nossa vida. Não aceitarei, de forma nenhuma, me desculpem aqueles que trouxeram aqui esse questionamento, e eu quero aqui já de antemão dizer que irei fazer uma Emenda, Relator, que sei que... Espero contar com todos vocês para que seja obrigatório os seis meses. Não facultativo. Porque na hora que for facultativo, nós conhecemos essa realidade brasileira. Vai ficar sempre no menos, e nunca no mais para a mulher.

Então, tem que ser obrigatório os seis meses. E também, como aqui falou o Flexa Ribeiro, eu fui Prefeita três vezes no Município, na cidade de Mossoró, segunda cidade do Estado do Rio Grande do Norte e, como Prefeita, sei o quanto tudo que vai se fazer nesse Brasil se tenta mais uma vez tirar dos Municípios, nas suas receitas, quando vai para o Imposto de Renda, para IPI. Não. Tem que tirar das contribuições que o Governo Federal recebe e que não entra no cálculo para os Municípios. Também acho que esse é o caminho. Que seja reduzido nas contribuições que os empresários obrigatoriamente têm que honrar, tem que cumprir.

Então, é essa a minha posição. A posição de ser... Estar com vocês. Estarmos juntos. Porque essa luta não é a luta de uma Comissão nem somente da Senadora Patrícia, é uma luta de futuro do Brasil, é uma luta da nova geração, do novo cidadão, integro. O cidadão capaz, o cidadão produtivo, o cidadão da paz. E quanto vamos economizar? Na Saúde, na Educação, nas questões ligadas à Segurança. E quero dizer

também aos senhores empresários, aqueles que talvez não comunguem da opinião dos que aqui vieram e que nos estão trazendo grandes contribuições, eu quero dizer aos senhores, lembrem-se da nossa responsabilidade social e cristã. Porque na vida de cada um dos senhores que hoje estão produzindo e tendo lucro, com certeza, tiveram a sorte de ter uma mãe que ficou mais perto dos senhores para trazer o equilíbrio, a força para os senhores ajudarem a fazer um Brasil melhor. Então esse Brasil melhor, vamos fazer juntos, vamos dar as mãos. Seis meses agora é pouco, mas nós vamos conseguir, Patrícia, se Deus quiser, pelas nossas crianças. [palmas] E queria aqui também colocar, só mais um pouquinho, Senadora, eu queria fazer... A Maria Paula acho que ainda se encontra--

SRA. MARIA PAULA: Estou aqui. Te ouvindo, eu fico emocionada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Maria Paula, [risos] eu sou uma defensora, não podia ser diferente, com a responsabilidade de Pediatra, de mãe que amamentou quatro, e fui mãe também, uma coisa que muito me alegra, eu fui também mãe de algumas crianças que não nasceram de mim, mas, graças a Deus, tinha bastante leite e pude ser mãe de leite de outras crianças, então quero lhe dizer que estamos nessa luta do aleitamento. Na minha cidade, eu sou a madrinha do Banco de Leite, e criei também, como incentivo, para o aleitamento materno, nós temos um programa estadual que doa leite diariamente às crianças e às mães. E eu ficava indignada, porque a mãe que tinha um recém-nascido, quando ela recebia o leite, às vezes por uma questão de falta de esclarecimento, ou de ter aquelas dificuldades iniciais do aleitamento, ela passava logo a dar o leite *in natura* à criança, o leite que não era o leite materno, aliás, à criança.

Então, na minha cidade, nós invertemos as coisas. Eram mães carentes que precisavam desse apoio. Então eu substituí o leite para a mãe, a gestante e a mãe que estava amamentando por cesta-básica. Era uma forma de tirar essa possibilidade delas fugirem do aleitamento materno, levando outro leite para a criança, o leite que ela recebia para a sua criança e, por outro lado, nós estávamos... Eram mães sofridas, pobres, carentes, desnutridas, levando a complementação alimentar, para que elas ficassem mais fortes, pudessem se alimentar melhor, amamentando mais os seus filhos. Então esses foram os projetos que foram feitos, além do apoio também que demos a 10 mil crianças em creche. Vontade política faz isso. Acompanhamento também no combate à desnutrição, foi a cidade do Rio Grande do Norte onde a desnutrição infantil teve o maior índice de queda, foi exatamente na nossa cidade. Isso me deixou acho que gratificada e, graças a Deus,

com 84% dos votos da cidade de Mossoró eu estou aqui, com a generosidade do povo norte-riograndense. E aqui estamos para lutar pela criança em primeiro lugar, para defender, Senadora Patrícia, ao seu lado, esse Projeto de largo alcance, que fala de futuro e fala das nossas crianças. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senadora Rosalba. Agradeço muito também as palavras da Senadora Rosalba, que tem sido uma grande companheira não só como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, mas em todos os assuntos relevantes que têm sido discutidos nesta Casa. Eu tenho uma preocupação, o Senador Paulo Paim terá que presidir, daqui a muito pouco tempo, uma segunda audiência. Então eu vou fazer... Nós faltamos... O Senador Suly, a Senadora Serys, o Senador Cícero Lucena, que está agora inscrito para falar, e o Senador Paulo Paim, nosso Relator, que irá encerrar. Então, está bom. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Patrícia, que, após as palavras do Senador Arthur Virgílio, pode ser rebatizada como "Patrícia Carneiro", em seu nome eu cumprimento todos os Senadores e quem compõe a Mesa também, e dizer que fui Prefeito da cidade de João Pessoa por dois mandatos, capital do Estado da Paraíba e, ao assumir a Prefeitura, nós encontramos 13 creches. Das 13, apenas uma funcionando. E no nosso programa de Governo, no nosso compromisso de campanha, nós assumimos o compromisso de elevar essas creches ao número de 40 ou mais creches, reconhecendo da importância de uma creche no serviço público, para dar suporte principalmente àquelas mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os seus filhos. E na busca de viver experiência, de encontrar experiência para ser transferida para a administração municipal na cidade de João Pessoa, eu tive a oportunidade de visitar uma creche em São Paulo. Não era pública, mas era de uma entidade filantrópica. E lá chegando, pelo tamanho que as coisas acontecem em São Paulo, a creche tinha mais criança do que o espaço possivelmente pudesse abrigar. E lá eu vi uma solução. É que a sala de ambiente, de brincadeira, em determinado turno pela manhã, servia como sala de ambiente de diversão das crianças, logo após a refeição, era transformada em um dormitório. Espalhados colchonetes pelo chão, e as crianças dormiam então após a sua refeição. Eu achei aquilo prático, achei aquilo eficiente, econômico, porque reduzia a necessidade de espaço a ser construído nas nossas creches. Mas eu fui ouvir uma opinião, a da minha esposa. E ao chegar e dizer:

“olhe, minha filha, eu vi essa alternativa, isso ajuda na redução da creche e, conseqüentemente, a gente não precisa construir o dormitório, e faz um duplo uso do espaço”. E ela me respondeu de uma forma muito simples. Disse: “olha, eu acho que economicamente pode ser interessante. Mas, os nossos filhos não têm cama, não tem colchão? Então vamos procurar dar também no serviço público a mesma condição”.

Então essa experiência vivida, eu posso dizer que hoje eu agradeço muito a Deus a família que tenho, os filhos que eu tenho. Porque tiveram o conforto de um lar, o conforto de uma mãe cuidadosa, a preocupação com a saúde deles, com a orientação deles. Então, eu digo, se eu tive essa felicidade, primeiro eu agradeço a Deus, mas, sem dúvida nenhuma, eu tenho que ter o compromisso de no mínimo sonhar que os outros também tenham esse direito. E eu acho que esse Projeto é um avanço, é um passo importante para que a gente possa cada vez mais fortalecer o sentimento de justiça social, de solidariedade.

Então, eu me somo a todos aqueles que estão defendendo esse Projeto, obviamente, com o desejo e querendo dar a contribuição para que ele possa ser aprimorado nesse instante e no futuro, que com certeza precisará ser adotado. Olha que beleza da criança que está adentrando aqui o nosso ambiente. O símbolo maior dessa discussão. [palmas]

Quanto aos incentivos, Senadora Patrícia, eu acho que é um estímulo para aqueles empresários que ainda não tenham essa consciência de solidariedade, ou até mesmo para aqueles que não tenham e não possam adotar nas suas empresas, por ela não ser grande, por ela não ser média ou mesmo por ela ser pequena.

Então eu acho que nós devemos, e aí eu me somo à Senadora Rosalba, no sentido de que isso possa ser evoluído para a obrigatoriedade. Eu acho que se não for nesse momento, mas nós devemos buscar isso. Com um detalhe, com um detalhe muito simples, é que eu concordo também, como Prefeito que fui, de que esse incentivo não pode ser nos impostos que são compartilhados, porque eles já são hoje muito poucos para os Estados e para os Municípios. Principalmente quem é Prefeito sabe bem da importância disso. Mas acho que nós temos uma razão maior, Senador Paulo Paim, o senhor como Relator e tão bem lembrado pelos Senadores que me antecederam, a CPMF, que é uma contribuição que não é compartilhada com os Estados e com os Municípios, na sua origem, ela foi criada com o objetivo de ação de saúde. De saúde. E aqui nós estamos tratando algo de saúde, em segundo lugar, porque a questão sentimental, estrutural da família, do ser humano, como bem disse Maria Paula, não

pode ser calculado. Então eu acho que nós devemos avançar para que o incentivo se torne obrigatório e, mais ainda, que seja feito com os recursos que foram criados para fazer ação de saúde.

Então, será essa a minha contribuição, a minha proposta, que nós possamos aprofundar nesse assunto. Mas eu não poderia deixar de registrar também, além do que já fez a Senadora Patrícia, do reconhecimento da sua iniciativa e do seu trabalho, e simbolizar em todos aqueles que estão defendendo, que estão desejando, que estão querendo, na nossa querida atriz Maria Paula, que, com o seu trabalho, com a sua cultura, através da sua arte, nos dá tantos momentos de oportunidades de risos, que com essa campanha, que ela é madrinha, sem dúvida nenhuma, nós vamos alargar o nosso sorriso pela felicidade de um futuro mais justo, mais humano e mais solidário. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Cícero Lucena. Senadora Serys com a palavra, coordenadora da nossa Bancada feminina [risos].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [risos] Senadora Patrícia, que muito nos honra por presidir uma Comissão, porque são tão raras essas oportunidades no Senado da República, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Aqui, excepcionalmente, nós temos duas mulheres, ótimo, Presidente e Vice. Mas, senhores que participam deste momento, eu estou muito feliz, Srs. Senadores, Sra. Presidente, com a busca determinada da nossa Bancada. Nossa Bancada feminina ela independe da coloração partidária. É uma Bancada determinada. Tratou de questões com relação à questão da mulher, nós sempre estamos juntas nas discussões, nas votações, é uma Bancada extremamente determinada. Hoje mesmo ainda estive numa reunião na Câmara, com a Bancada feminina da Câmara e lá também o mesmo posicionamento muito firme nesse sentido. Quando nós fizemos dias atrás, dias não, no final do mês de fevereiro uma reunião no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia, nós decidimos toda aquela relação de projetos que estavam mais ou menos, já que está na moda, “travados” aqui pelo Senado. Aqueles que estavam no Plenário, prontos para voto, nós encaminhamos através de ofício ao Presidente Renan, para que se proceda, dentro do possível, a votação daqueles projetos no mês de março, por conta do Dia Internacional da Mulher, porque nós temos que aproveitar todas as oportunidades. Fizemos uma relação para a Ministra, para a Senadora Patrícia, também encaminhando a relação, e dentro dessa relação está este Projeto que está sendo votado hoje. Isso me ale-

gra grandemente, Senadora Patrícia. Faz a diferença, sim, a mulher no poder. Faz a diferença. Porque aqui já estamos votando aquela relação que eu encaminhei para a senhora, com aquele ofício com vários projetos, e um deles está aqui em votação.

Acabo de sair da CCJ. Infelizmente, não pude chegar antes aqui, porque eu sou titular da CCJ e tive que estar lá, e lá também já apresentei a relação dos projetos ao Senador que preside aquela Comissão, Senador Antônio Carlos Magalhães, que também já está colocando, hoje por exemplo foi votado, com a Relatoria do Senador Demóstenes Torres, a guarda compartilhada a qualquer tipo de relacionamento, a criança que nasça a partir de qualquer relacionamento, independente de casamento, a guarda deverá ser compartilhada. Que não existia. Então, está aprovado. Acabou de aprovar nesse instante também esse Projeto na CCJ.

Então isso me alegra grandemente. E agora estar aqui também nesta Comissão. E eu reforço mais uma vez aqui, eu sei que o tempo está exíguo, a necessidade que eu venho trabalhando, venho cobrando, inclusive já fiz um Requerimento ao Presidente Renan nesse sentido, de que na Reforma Política a gente tenha realmente uma Comissão Mista do Congresso Nacional para discutir a participação da mulher na política. Porque nós fazemos a diferença. Eu estou cada vez mais convencida. Nós somos 52% da população e nós queremos e vamos buscar e vamos conquistar. Não sei quando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senadora Serys, e os outros 48% são o que nossos?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nossos filhos. Nasceram daqui. [palmas] Eu tive quatro. Então, se nós 52 e somos mais os outros 48%, nós queremos o poder político, sim, e a Reforma Política é um momento vital e determinante. Eu tenho quatro filhos, eu tenho quatro netos, eu tenho uma filha Pediatra... É a Natascha Slhessarenko, é minha filha que é Pediatra lá em Mato Grosso, é Médica, e a gente está nessa luta.

E eu queria, finalizando, dizer que a Reforma Política é um momento determinante para que a gente faça realmente a mudança. 100 anos atrás nós estávamos caminhando pelas ruas com Berta Lutz, Carlota Queiroz, para termos o direito de votar, éramos cidadãs de segunda, terceira categoria, sei lá de que categoria. Cem anos depois nós estamos aqui lutando por causas extremamente relevantes, para a questão da melhoria da qualidade de vida da sociedade. E eu não tenho dúvida disso. Nós não queremos ser mais que os companheiros homens, de jeito nenhum, mas,

muito menos, menos. Apenas iguais. E essa igualdade vai ser conquistada e nós temos um papel na história a demarcar, pelo respeito e a honra que nós temos que ter ao sangue de tantas mulheres que derramaram pela luta de igualdade de direitos da mulher. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Suplicy agora com a palavra, e eu vou passar, Senador Paim, porque está aqui o Dr. Joelson Dias, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, para também fazer um pequeno comentário e, em seguida, passo a palavra a V.Ex^a, que encerrará. Pois não. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vai avançar da hora, Senadora Presidente Patrícia Saboya Gomes, e autora deste Projeto, pelo qual eu a cumprimento, e ao Senador Paulo Paim, nosso Presidente, a obrigação da Comissão de Justiça é impediu-me de estar aqui ouvindo os depoimentos, mas a Maria Paula me disse da extraordinária qualidade de todos os depoimentos aqui hoje colocados à Mesa, e eu quero cumprimentar a iniciativa desta Comissão e a sua iniciativa, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que apóio inteiramente, e agradecer o depoimento tão significativo que cada uma das pessoas aqui convidadas deram, e inclusive a [risos] mãe da minha querida neta, Maria Luiza, porque tenho em Maria Paula uma mãe excepcional e que tem sido um exemplo para as mães brasileiras no seu cuidado em amamentar e trazer carinho e proporcionar condições de desenvolvimento para uma menina que será excepcional, tenho certeza, em vista dos cuidados que os pais, o João, meu filho, e a minha nora têm dado como exemplo para o Brasil. Mas parabéns a vocês.

[palmas]

SRA. MARIA PAULA: O sangue bom eu garanto que essa menina tem. Está no gen, viu? [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Parabéns, Senador Suplicy, sempre com o seu coração na frente de qualquer coisa. Muito obrigada. Queria passar a palavra então ao Dr. Joelson Dias, representando aqui a Ordem dos Advogados do Brasil e agradecer a sua paciência de ter esperado todos os Senadores para depois se pronunciar.

SR. JOELSON DIAS: Em absoluto. A OAB é que tem que agradecer e muito esse convite que, mais uma vez, lhe foi formulado pelo Senado Federal. Nós recebemos na Ordem dos Advogados do Brasil, com muita satisfação, o convite que nos foi feito um dia pela Sociedade Brasileira de Pediatria, por intermédio do Dr. Deoclécio, para não somente nos associarmos nesta iniciativa deste significativo Projeto de Lei, mas numa

questão até mais ampla, que é de realmente proteção e atenção às crianças e adolescentes na área da saúde. Este Projeto foi uma primeira iniciativa e a gente vê com extrema satisfação os resultados que ele já tem produzido. Porque, com certeza, só esse debate, só esses depoimentos que presenciamos na manhã de hoje já dão mostras significativas da importância do papel desta Casa. Fico muito satisfeito de ver que estamos, mesmo aqueles contrários ao Projeto, ou, enfim, que de uma forma ou de outra têm algo a acrescentar, compareceram a essa Casa, porque esse é o lugar apropriado para esse tipo de debate e isso fortalece muito a nossa democracia e nos dá sinais de que realmente, pelo menos assim esperamos, que estejamos no caminho certo da construção deste nosso tão reclamado Estado Democrático de Direito. Mas, mais que isto, põe em perspectiva, e isso me deixa extremamente satisfeito, que existem alternativas a essa discussão sobre a redução da maioria penal, que existem alternativas para a superação da violência infantil, ao invés de tão somente se criminalizar ainda mais as condutas, se recrudescer ainda mais as sanções, se recrudescer ainda mais as punições. São iniciativas como esta, Senadora Patrícia Saboya, que V.Ex^a acolheu tão prontamente desta parceria vinda da OAB e da Sociedade Brasileira de Pediatria, que nos deixa realmente confiantes de que esse carinho, essa atenção que as nossas crianças necessitam é que realmente possibilitará que um dia não tenhamos mais que estar aqui reunidos nesse Senado para discutir questões como essa da redução da maioria penal e o agravamento das penas.

Nós Advogados, e eu ousaria dizer nós os empresários também, acabamos tendo um discurso muito hermético, muito fechado, somos muito seguros de que nossas palavras convencerão os Advogados, por intermédio da... Pela retórica, os empresários pelo *marketing*, e hoje eu fiquei muito feliz de ver que os depoimentos nesta Audiência Pública, a sensibilidade, a emoção com que foram transmitidos deram corpo, deram vida a esses nossos argumentos. É claro que a OAB sempre esteve muito convicta desta proposta, porque o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a nossa Constituição prestigia os Direitos Humanos, prestigia a proteção à criança e ao adolescente, a dignidade da pessoa humana. Mas, enfim, hoje foi muito importante, pelos depoimentos, pelas experiências de cada um dos Senadores e das Senadoras e da madrinha da campanha, a Maria Paula. Realmente ver que, mais do que essas palavras, hoje foi dado realmente corpo, foi dado vida a justificar a importância, a pertinência deste Projeto.

E então, finalizando, agradecer que já no início dessa nova Legislatura, pelo menos para alguns Senadores, V.Ex^a Senadora, Patrícia Saboya, acompanhada dos seus pares, o Senador Paim, que tem presidido esta Comissão de Direitos Humanos, continuam aí obstinados, decididos, determinados a levar a diante um Projeto como este que, com certeza, somente acrescenta e não apenas as mulheres, as crianças e os adolescentes, mas a sociedade brasileira fica realmente em dívida com o Senado nesta iniciativa que tem insistido em levar a diante e a nossa esperança é de que muito em breve teremos a aprovação deste Projeto. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer também ao Dr. Joelson e levar o nosso abraço a toda a OAB, agradecer pela sua participação e pelo apoio, desde o início desse Projeto, que é de fundamental importância.

SR. JOELSON DIAS: Se V.Ex^a me permite, o Dr. César Brito, que é o nosso novo Presidente, tomou posse no mês passado, queria muito se fazer presente, e aqui somente não veio, e é um homem de extrema sensibilidade à causa dos Direitos Humanos, por se encontrar em viagem ao exterior. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Com a palavra o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão e Relator do Projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Senadora Patrícia, eu quero ser muito breve, porque nós teremos ainda as considerações finais de todos os nossos convidados. Primeiro cumprimentar a todos, o Dr. Clécio Campos, Dr. Carlos Faccini, Dr. Michael Haradon, Dr. Eugênio Pereira, Dra. Cláudia Skaf, Dr. José Pastore. No meu entendimento, todos aqui falaram a mesma língua. Eu não vi um aqui que disse que é contra ao Projeto. Pelo contrário, numa ótica um pouco diferente, todos a favor do Projeto. E para nós isso é muito bom. E quero dizer que para mim hoje é um dia especial. Não somente pelo debate do seu Projeto, Senadora Patrícia, porque hoje, 21 de março, é o Dia Internacional da Luta Contra o Racismo e todo tipo de preconceito. E essa é uma forma de nós sonharmos, como alguns disseram aqui, que é possível construir um mundo melhor para todos, e começa efetivamente na gestação das nossas crianças, como instrumento inclusive de combate à violência.

Eu queria dizer que eu fiquei muito feliz aqui das falas, porque percebi, nesse dia também, 21 de março, que há uma preocupação com o corte das diferenças. Eu confesso aos senhores todos que, se dependesse

de mim o Orçamento da União, diria o seguinte: “Só vai verba para as Prefeituras que adotarem efetivamente o corte das diferenças”. Quem não tiver política voltada para as crianças, para as mulheres, para negro, para índio, para deficiente, para idoso não deveria ter uma Emenda sequer do Parlamento. Por mais simples que seja a cidade, devia ter o corte da diferença.

Senadora Patrícia, se me permitir, eu só queria dizer para a senhora o seguinte: Esse projeto é um projeto vitorioso. Eu me lembro do primeiro dia que V.Exa. me deu a honra de relatar o projeto. Eu, naquela minha forma que todos aqui conhecem, eu digo: “Não, o projeto é excelente, deixa comigo, eu vou relatar e vamos aprovar”. “Calma, calma Paim, não é por aí. Nós temos que ganhar a sociedade para o debate”. E V.Exa. tinha toda a razão. Ganhou a sociedade para o debate. Eu já lhe disse um outro dia, o número de correspondências que eu recebo pela aprovação do projeto e eu tenho que explicar ainda por que é que eu não botei em votação. É porque a Relatora, que a autora entende que a sociedade tem que ser ganha para a proposta.

Eu estou tão convencido por tudo, tudo o que eu ouvi. Claro que farei o relatório em sintonia com V.Exa., que é a autora do projeto. Me nego a fazer substitutivo. Farei as Emendas, seguindo a sua orientação e a sociedade toda que nós ouvimos, mas eu vou tomar a liberdade de fazer uma coisa no meu relatório, e vou fazer logo. Eu vou botar ali um artiguinho autorizativo dizendo para o Executivo que em homenagem à Senadora Patrícia que se aplique, de imediato, a licença com mais seis meses para todas as mulheres do serviço público. Que isso é uma liberdade— [palmas] que o Executivo pode fazer e que vai ajudar, e que vai ajudar, naturalmente, a impulsionar o debate. Eu sei que seria vício de iniciativa se eu quisesse apresentar o projeto ou nós apresentarmos, mas eu posso botar autorizativo. Eu acho que isso eu posso dizer. A senhora me autoriza, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com certeza.

[Risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque eu acho que é o primeiro passo, de um Projeto que tem tudo, tudo para ser vitorioso. E já vou terminar, primeiro, cumprimentando a todos. Mas quero dizer que nós, aqui da Comissão de Direitos Humanos, somos convidados para ir visitar trabalho escravo, situação de negros, de índios, idosos, enfim, nas mais variadas regiões. E eu vou aqui querer receber um convite, eu gostaria muito que a Comissão de Direitos Humanos recebesse um convite do Presidente da FERSOL, senhor Michael, para conhecer a sua empresa. Como é

bom ver o que é bonito também. O relatório que o senhor fez aqui, demonstrando a política para todos os setores, esse corte das diferenças é algo, para mim, que mexeu com as nossas emoções. E, sinceramente, eu vou esperar o convite. A gente vai, por todo o país, ver as dificuldades do nosso país. Mas eu quero ir lá para ver que esse é um exemplo a ser seguido, que nós todos poderemos contar, em outros lugares, que é possível sim uma forma de atuar.

Eu quero cumprimentar a todos, mas faço aqui esse pedido: Convide a Comissão de Direitos Humanos para visitar a sua empresa. Eu queria... Dra. Cláudia, aqui fica uma pergunta somente para a senhora: A questão da licença paternidade, da forma que a senhora colocou, para mim, significa um outro momento. Eu queria que, na sua fala, a senhora explicitasse um pouquinho melhor a proposta que a senhora trouxe, se não me engano, por escrito, da Fiesp, em relação à licença paternidade.

Era isso, meus parabéns a todos vocês! Senadora Patrícia, eu tenho muito orgulho de relatar o seu projeto, que não é mais seu, é do povo brasileiro, mas a homenagem vai à senhora. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não tenho mais nem vontade de falar, eu só tenho vontade de sair beijando todo mundo e agradecendo por tudo. Mas, é... Acho que as considerações finais, nós estamos com um tempo muito corrido realmente, e eu pediria só que aqueles que desejassem, todos que desejarem se manifestar, mas que pudessem ser bastante breves. Eu sei que tiveram a paciência de esperar que cada um de nós pudesse também falar, nós Senadores e Senadoras, mas pediria que fossem bastante breves porque, realmente, em seguida, já começará uma outra audiência pública, logo em seguida. Então, fiquem à vontade. Acho que, pela ordem, senhor José Pastore. Professor José Pastore. Muito obrigada.

SR. JOSÉ PASTORE: Obrigada, Senadora, pela oportunidade, cumprimentando os Senadores e os demais presentes. Eu queria apenas reforçar que este projeto tem duas virtudes importantes, do ponto de vista das relações do trabalho e do funcionamento da empresa. A primeira é que ele é voluntário e segundo é que ele tem um estímulo para as empresas agirem na sua direção. Mas o voluntário prevalece, de tal modo que, se a empresa, ao fazer as suas contas, como o Michael faz sempre, eu tive o privilégio de conhecer a FERSOL, Senador, que é realmente uma maravilha, uma maravilha de empresa, de conduta e de gestão. Mas, se o empresário fizer as suas contas e chegar a uma conclusão diferente daquela que o Michael che-

gou, ele simplesmente não adota esse programa. É claro que a intenção do programa é que seja amplamente adotado.

Aqueles pontos de natureza prática, que foram trazidos aqui, visam estimular V.Exa. a aperfeiçoar esse projeto e buscar uma maneira mais viável de ser operacionalizado, em termos práticos. Há aqui a questão, que não diz respeito nem a nós do mundo acadêmico e nem às empresas, mas sim ao próprio governo, é o de saber se o Estado está disposto a financiar esse empreendimento sem criar novos tributos ou novas contribuições ou aumentar alíquotas. Se está, de fato, interessado em ser o financiador desse empreendimento. E se, dentro do Estado, esse programa é da prioridade que todos nós aqui reconhecemos. Tudo o que foi falado aqui, em termos da importância da criança, eu acho que é mais do que suficiente, não é preciso repetir mais aqui. Tudo isso aí tem justificativas sociais, psicológicas e também econômicas.

O investimento na criança é aquele que proporciona a maior taxa de retorno. Isso comprovado por toda a pesquisa, em todo o país. Não há o que questionar. O que se pergunta é se esta prioridade, que é muito alta, ela é a mais alta de todas. Porque o ideal, Senadora, é que, de fato, fossem beneficiadas as mães que precisam, que mais precisam. E, no Brasil, infelizmente, aquelas que mais precisam vão cair fora do âmbito do seu projeto porque nós temos, no Brasil, cerca de 80 milhões de brasileiros trabalhando. Desse 80 milhões, 46 milhões estão no mercado informal. Dentre esses 43 milhões, há 05 milhões que são empregadas domésticas, que talvez sejam as que mais necessitam, no momento imediato, e, acredito eu que o empregador doméstico não será classificado como empresa cidadã.

Então, nós temos, dos 46 milhões, nós temos cerca de 30 milhões de mulheres que estão na informalidade. O que é que significa isso? Elas não têm não apenas este benefício, mas vários outros muito fundamentais, como é o caso, por exemplo, de uma licença para um afastamento para tratar da saúde. É claro que o SUS atende, mas elas não têm uma licença remunerada para tratar da saúde. Quem está na informalidade está na selvageria. Não tem isso. Quando ela envelhece, ela não vai ter aposentadoria. A menos que ela venha a ser classificada como carente. Depois, que ela morre, ela não vai deixar nada para os seus descendentes. O atendimento dos seus direitos e necessidades mais fundamentais é ignorado nesse país aqui.

A pergunta a ser feita é se essa também não é uma prioridade de incorporar essas mulheres todas, com a máxima urgência, para o mercado formal. É

claro que isso se estende ao homem também. Mas, a mulher tem um significado especial na sociedade humana. Todas as investigações científicas mostram que o que é investido na mulher tem um rendimento muito maior para a criança do que aquilo que é investido em nós, homens. Por exemplo, o investimento em Educação que é feito na mulher, tem o dobro de impacto, em termos de salário, de empregabilidade no filho, do que o que é feito em nós homens. Porque a mulher não vai apenas transmitir os conhecimentos que aprendeu, ela vai cuidar melhor da saúde do filho, quando ela é melhor educada, ela vai cuidar da sua psicologia como um todo, como foi destacado aqui; da sua harmonia afetiva; preveni-lo contra todos os males da sociedade, que hoje estão cada vez mais disseminados.

Então, a formalização do trabalho da mulher é uma coisa muito urgente. Eu acredito que vai disputar em termos de prioridade na hora de o Estado decidir a respeito da priorização do seu projeto, que tem todos os méritos. Eu gostaria de reforçar aqui essa posição de que ele tem muito mais virtudes do que defeitos. E a principal virtude dele é que ele é voluntário. Isso dá uma grande abertura para a sociedade e, com o correr do tempo, depois de voluntário, ele poderá ser transformado numa obrigação compulsória, claro, seguindo aquilo que acontece em outras sociedades.

Então, eu gostaria de, mais uma vez, cumprimentar a V.Exa. pela iniciativa, me colocar à disposição, naquilo que eu puder ajudar, para resolver esses problemas de natureza prática e, eventualmente, até encontrar alguma maneira de incorporar as mulheres que mais sofrem no Brasil e que estão no mercado informal. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra, Dra. Cláudia Skaf.

DRA. CLÁUDIA SKAF: Obrigada. Eu penso que realmente não tem mais nada, assim, a eu colocar porque realmente foi tão bem explicitado, tão bem explicadas as idéias todas, as sugestões... Eu... Que estão todos de parabéns e realmente eu não tenho muito a acrescentar. O que eu só gostaria de colocar é que realmente, muitas vezes, também, fora a coisa de ter uma licença de seis meses ou não, existe a situação da qualidade desse "estar com a criança". Então, às vezes pode ser até menos tempo, mas a situação da qualidade e não da quantidade precisa ser colocada também. Penso que a afetividade, com a presença do pai, num tempo mais importante, junto a esse pós-parto e a esse nascimento da criança, é realmente extremamente importante porque firma aqueles laços de família, que a gente vem comentando aqui na Mesa.

Gostaria de colocar que realmente a Fiesp está pronta para continuar uma discussão, continuar um debate, continuar a participar do projeto, que realmente é assim, maravilhoso. Você está de parabéns. Muito obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Sr. Eugênio.

SR. EUGÊNIO FERREIRA DA CUNHA GARCIA:

Os homens são criados pelas mulheres, nos primeiros meses, nos primeiros anos, não é? É a mãe, a avó, a irmã, a tia, a babá, não é? Então, nós só podemos agradecer a sua iniciativa desse projeto que, Oxalá se transforme em lei prontamente! E a Confederação Nacional do Comércio reitera aquilo que colocou e se põe à disposição para melhorar o projeto, se isso for possível. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada.

[palmas].

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senadora Patrícia, me permita só um minutinho, bem rápido. Eu sei, um minutinho. É porque o Pastore falou a questão que acho que a gente não pode... Só para aqui reforçar. A questão daqueles que irão ficar de fora desse projeto da empresa cidadã. Mas, na questão da doméstica, conversamos aqui, eu e o Senador Lucena, acho que a gente tem o caminho e eu quero, aqui, já mostrar que, à senhora, para que a gente possa acrescentar ao projeto, é: Se a doméstica, ela já recebe pelo INSS, por que não receber os seis meses, desde que seja retirado o recurso a partir da CPMF? É uma questão de operacionalização do governo com a Previdência. Acho que esse é o caminho, aí já ficaríamos com as domésticas sendo atendidas, fica para análise.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Michael. Obrigada. Agora você, por favor, Michael. Ele se apresentou como Michael, aí eu o chamei de Michael.

[risos].

SR. MICHAEL HARADON: É Michael. Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer à Senadora Patrícia Saboya e aos presentes. Quero dizer para vocês que eu estou empresário, não sou empresário, estou empresário, mas eu sou um cidadão e um ser humano, eu sou um pai também. Por vezes, até mãe. Tenho, sem pretensões, tenho um pequeno filhinho, que chama Pedro Miguel, que tem três anos e meio e ele teve a felicidade de mamar até um ano e meio, que foi muito bom. E ele me acompanha nas marchas e nas manifestações pelos Direitos Humanos, junto com o Suplicy e outro pessoal. Quer dizer, tem que mamar também, isto desde jovem idade.

Nós somos a favor, dentro da empresa, de uma emancipação e não precarização(F), e eu digo isso daí, porque, claro, que nós sempre temos uma resistência pela falta de conhecimento, ou até porque faltou alguém sensibilizar as pessoas.

Na nossa empresa, que é uma empresa química, é óbvio que não é favorável, *a priori*, às mulheres. Então, nós tínhamos gerentes que diziam: “Olha, nestas linhas de produção, mulher não é possível”, com sorriso na boca. Quer dizer, por quê? Porque não podem carregar pacotes, que são pesados etc. O que é que nós fizemos? Ao invés de a gente fazer uma reengenharia, nós fizemos uma “rearquitetura”, que é muito mais feminino, “rearquitetamos” todas as linhas de produção e não existe nenhum lugar onde não possa trabalhar uma mulher.

O que é que aconteceu com isto? É que houve um favorecimento ao bem-estar dos homens também. Mais tarde, eles acharam maravilhoso. Eu quero dizer para vocês que nós, sim, contratamos grávidas. Não que a gente faça teste. Elas vêm e dizem: “Eu estou grávida”. “Isso é um problema, uma doença?” “Não”. “Então, por gentileza”. E, da mesma maneira, pessoas que se manifestam e dizem que são portadoras de HIV positivo e, quando você estiver lá—

[palmas].

Você poderá constatar isso.

[palmas].

O professor Pastore, um amigo e colega já de outros verões, e ele esteve realmente na FERSOL, para a gente debater, discutir sobre flexibilização trabalhista, se sim ou não. Vocês imaginam de que lado nós estávamos defendendo, é claro, não é?

Então, mas eu só queria dizer, sobre a prorrogação, se pode ser inferior, que o professor Pastore colocou, eu acho que ela também pode ser superior, se a empresa desejar. Sobre o que é que a empresa faz quando tiver um ano que tiver prejuízos? Eu conheço empresa que tem prejuízos e uma das coisas que eles fazem é reduzir. A outra que eles fazem, as que têm melhor rendimento, mais tarde, são aquelas que investem. Investem em equipamento, investem em treinamento, investem em capacitação. É isto que vai tirar a empresa fora do vermelho.

Em 1996, a empresa FERSOL estava quebrada e nós decidimos mudar a gestão por uma gestão mais feminina, uma gestão mais, menos de hardware e mais software, como dizem. E ampliar os direitos dos trabalhadores. Então, nós vendíamos o café da manhã para o almoço; vendíamos o almoço para comprar a janta, porém, mesmo assim, ampliamos os direitos dos trabalhadores. E este é o resultado que nós temos hoje.

Ao invés de reduzir a idade penal, eu diria para fazer o investimento, realmente, em aumentar a licença maternidade, que aí nós vamos resolver muitos problemas. Este é o investimento, nós estivemos ontem com o Ministro Nelson Machado, ele falou: “Nós temos que projetar e programar as coisas para 20 anos e fazê-las como se nós estivéssemos saindo amanhã”. Então, fazê-las rapidinho.

E eu gostaria só de concluir que as coisas devem ser feitas pelo coração; se não for pelo coração, fazer pela razão. Eu demonstrei aqui que isso traz realmente um rendimento, um resultado, não somente para a empresa, não é somente um resultado circunstancial, é um resultado estrutural para toda a sociedade.

Senadora, a FERSOL está esperando ansiosamente a aprovação da sua Lei para, mais uma vez, a gente tentar transgredir mais alguns meses e a gente procurar novamente os Direitos Humanos, um novo olhar para o nosso país. Muito obrigado, Senadora.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Dr. Carlos, por favor.

SR. CARLOS FACCINI: Ok. Se a gente vai tratar isso como preciosidade, eu acho que qualquer Chefe de Estado que encampasse isso, ele se torna não um governante, ele vai se tornar um Estadista. Então, eu acho que essa é a grande oportunidade que o nosso atual Presidente tem, junto com os nossos Senadores, de encampar isso, porque ele deixa de ser Governo, deixa de ser o homem Presidente da República e passa a ser Estadista, que é uma palavra muito maior. Essa é a primeira observação. Se não encampar isso, eu vou ficar um pouco decepcionado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu também.

SR. CARLOS FACCINI: Segundo, eu acho que a voluntariedade é um elemento fundamental dessa Lei, e vou dizer por que, pela minha experiência de recursos humanos. Vai acabar se tornando, escrevam aí, um fator de retenção de talento feminino nas empresas. As empresas que tiverem essa característica... Esse fator vai ser um fator de retenção e de escolha de local de trabalho pelas mulheres porque nós não vamos ficar indefinidamente com o problema de desemprego, de subemprego etc. Nós vamos ter que resolver essas questões.

Hoje, nós temos vários extratos. Nós temos um extrato da sociedade, onde nós temos, obviamente, uma competitividade entre empresas para selecionar e reter talento. Obviamente, guardadas as devidas proporções, essa voluntariedade vai ser um fator para aquelas empresas que têm isso, um fator de retenção e de atra-

ção de talento feminino, principalmente em grandes e médias empresas. Já é um grande começo.

Terceiro, ouvi o professor Pastore, meu... Eu tenho uma admiração, nos conhecemos há muitos anos, somos professores acadêmicos e sou também um acadêmico, além de ter feito uma carreira empresarial. O que o professor falou é verdade: nós temos exclusões, temos informalidade, mas nós temos que começar por algum lugar. E vamos começar com aquilo que existe na nossa mão porque senão nós não vamos chegar a lugar nenhum. Vamos reconhecer—

[palmas].

Que existe o excluído. As palavras dele são sábias, como sempre. Temos a informalidade, mas nós precisamos começar de alguma maneira, para a gente poder realmente resolver essa questão.

E, finalmente, apenas em homenagem às mulheres, a gente tem que transformar aquela idéia de que todo soldado, em todo filme, quando vai morrer, principalmente em filme de guerra, a última palavra que ele diz é: “Mãe”, em qualquer língua. Em qualquer uma. Vamos transformar isso em que a mãe possa ter efetivamente, nesses seis primeiros meses de vida, e que o filho, mesmo não tendo essa capacidade de dizer, vai dizer com os olhos e com o coração: “Mãe”.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Dr. Dioclécio.

DR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR: Nessas considerações finais, eu quero, uma vez mais, enaltecer a figura humana da Senadora Patrícia Saboya, que foi a expressão inicial da sua acolhida e sensibilidade que nos deu a convicção, a nós, Sociedade Brasileira de Pediatria e Conselho Federal da OAB, de que havíamos tomado o endereço certo. E chegamos a este momento, onde me contagio pela sensibilidade que se difundiu entre todos os participantes. Sensibilidade que nos dá a certeza de que todas as questões técnicas aqui levantadas encontrarão a solução humana necessária a fim de que os direitos da criança sejam assegurados. E se os seis primeiros meses de vida cientificamente estão comprovados como aqueles decisivos para a formação da personalidade, para o aprendizado, desenvolvimento mental, para o aprendizado do afeto e o equilíbrio emocional ao longo da vida, não há por que flexibilizá-los, senão nós teremos dois grupos de crianças: umas que tiveram direito pleno aos seis meses e outras que tiveram direito inferior e a elas foi negado, já naquela fase, essa necessidade importantíssima para a sua vida.

Por tudo isto, eu fico muito feliz e não tenho dúvida já de que, com as intervenções todas, os depoimentos, nosso Relator do Projeto, que o Projeto será aprovado.

Não tenho dúvida. E que, a partir de sua aplicação, nós poderemos assistir, sem dúvida nenhuma, à visão poética de Chico Buarque de Holanda, que mostra, nas palavras do jovem, aquilo que esse projeto vai assegurar. Sua canção fantástica do “Bambino”, quando diz: “Quando, então, eu nasci, minha mãe envolveu-me num manto e vestiu-me assim, como se eu fosse uma espécie de Santo”. Que todas as crianças brasileiras possam dizer isto.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bem, eu quero agradecer a presença de todos aqui, todos e todas. Foi muito importante a expressão, o depoimento de cada um, a exposição que cada um pôde fazer. E isso irá dar uma grande contribuição ao nosso querido Relator, Senador Paulo Paim, para que ele possa, no seu relatório, no seu parecer, aperfeiçoar o Projeto; se existem algumas brechas, que elas possam ser cobertas; se existem algumas sugestões, como foi feito aqui pelo Professor Pastore, que elas sejam, possam ser corrigidas e aperfeiçoadas dentro desse Projeto.

Eu quero, mais uma vez, ressaltar que a autoria desse projeto é da Sociedade Brasileira de Pediatria, eu recebi das mãos do Dr. Dioclécio, apenas estou aqui como Senadora, porque ele, infelizmente, ainda não é Senador.

[risos].

Mas, agradecer a confiança da Sociedade Brasileira de Pediatria, de ter colocado esse projeto que tem sido... Tem repartido com tantos colegas, com tantas colegas, esse momento tão especial e tão importante. Eu tenho certeza, se existem falhas técnicas ou incorreções, elas deverão e poderão ser superadas a partir de outras discussões que nós ainda teremos aqui nessa Casa, com outras audiências públicas. Mas o mais importante, eu acho que aqui aconteceu. Que cada Senador, cada Senadora, mesmo aqueles que ainda não tinham a compreensão exata do Projeto, puderam aqui se expressar. Os exemplos, eu quero agradecer ao Michael, mais uma vez, por ter vindo até aqui, por ter trazido o exemplo, aberto... Colocando a sua empresa aqui, exposto a situação, expondo a sua situação, da empresa, inclusive os momentos de dificuldade que passou, mas a forma como conseguiu recuperar.

Nossa querida Maria Paula, madrinha de todas as crianças brasileiras. Eu tenho certeza que, num país como o nosso, que tem tantas dificuldades, existem muitas prioridades, mas está expresso na Constituição

que a criança é um dever do Estado, da sociedade e da família. E nós não podemos falhar.

Eu acho que agora nós estamos vivendo momentos que estão fazendo a gente pensar e refletir bastante. Está na hora de o Brasil inteiro colocar a mão na consciência e ver onde é que nós estamos errando, onde é que nós estamos falhando. Se as crianças hoje, eu dizia, diria, como disse um Padre do Rio de Janeiro, que ajuda a recuperar crianças que estão envolvidas com o tráfico, com as drogas, e ele dizia: “Que país é esse em que, no passado, o nascimento de uma criança era uma benção comemorada por todo mundo, e hoje acaba sendo um pesadelo. Que futuro vai ter essa criança? Onde é que ela vai estar?” Eu acho que é hora da gente botar a mão na cabeça e confessar: “Nós falhamos, nós temos falhado”. O Congresso tem falhado, o Estado Brasileiro tem falhado, a sociedade tem falhado, o Judiciário tem falhado e a responsabilidade disso é de cada um de nós e cada um de nós precisa fazer, nesse momento, a sua parte. Isso aqui é só um começo. Isso aqui é só um começo. Mas a nossa luta é imensa. A nossa luta é grande. É aquilo que eu disse: “O olhar para dentro de casa”. Aquilo que o Senador Lucena disse há pouco, o que eu quero para essas crianças que estão na rua é a mesma coisa que eu posso dar para os meus filhos, que estão dentro da minha casa e que eu gerei.

Então, eu quero uma sociedade que dê resposta à mãe do João Hélio, que está sofrendo nesse momento por seu filho ter sido vítima de um crime brutal, mas é preciso dar resposta também àqueles 16 adolescentes que morrem todo dia no país, vítimas de arma de fogo, que não têm nome, que não têm endereço, que não aparecem no jornal, que não aparecem nas televisões, que não aparecem nos rádios.

Eu quero dar uma resposta a todas as mulheres, a todas as mães que perderam seus filhos porque o Estado brasileiro não foi competente e capaz de chegar antes do crime organizado no seu filho. Ninguém nasce querendo matar. Ninguém nasce querendo roubar. Eles querem apenas ter o direito de ser felizes. Não estou defendendo os crimes, os delitos terríveis, o Estatuto da Criança tem 17 anos, vai completar maioridade e nunca foi colocado em prática no nosso país. O único discurso que a gente escuta é aquele: “O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento muito moderno, é um instrumento muito avançado e que não dá para ser colocado em prática no país”. A gente tem que acabar com esse mito, com essa idéia de que a gente tem que se espelhar pelo que tem de pior. Nós temos que nos espelhar pelo que temos de melhor,

porque é isso que nós queremos para os nossos filhos, que estão dentro das nossas casas, que são a nossa responsabilidade.

Eu acho que se cada um de nós conseguir ter um olhar diferenciado e olhar essas crianças que estão também nas ruas, que não têm acesso à educação, que não têm acesso à saúde, que não têm casa, que não têm pai, que não têm mãe, que não têm nenhuma perspectiva de um futuro melhor, aí sim nós podemos dizer que estamos cumprindo o nosso papel, podemos deitar a cabecinha direito no travesseiro e dormir sossegados.

Muito obrigada a todos. Um beijo no coração. Muito obrigada de coração.

[palmas].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia.

[interrupção no áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Queria só... Só aprovar um requerimento, colocar em pauta, extrapauta, um Requerimento se todos tiverem de acordo, porque tenho que fazer duas votações. A primeira é para incluir extrapauta. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Em votação. Em votação, na Comissão de Direitos Humanos. Aprovado. Em votação, na Comissão de Assuntos Sociais. Aprovado. Está aprovado o requerimento.

[palmas].

Sessão encerrada às 13h42.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

As quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúnem-se as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Adelmir Santana, Eduardo

Azeredo, Inácio Arruda, Cícero Lucena, José Nery, e das Senadoras Patrícia Saboya Gomes, Fátima Cleide Rosalba Ciarlini e Serys Slhessarenko. Compareceram, também, os Senadores não Membros Renan Calheiros, Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Paulo Paim declara aberta a reunião das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a dispensa da leitura das Atas das respectivas Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende aos Requerimentos nº. 7 de 2007 – CDH, de autoria do Senador Flávio Arns e do Requerimento nº. 7 de 2007 – CAS, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, para tratar das questões atinentes ao “Dia Internacional da Síndrome de Down”, com os seguintes convidados: Senhor Marcos Caruso – Ator da Rede Globo de Televisão, senhor Evaldo Mocarzel – cineasta, senhora Joana Mocarzel – atriz, senhor Dennis Alexander Burns – Médico Pediatra, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, senhora Tatiana Heiderich – massagista, senhor Rodrigo Marinho – Assessor do Deputado Eduardo Barbosa, senhora Helena Werneck – Coordenadora Geral do Instituto Meta Social. Inicia-se a reunião e o Presidente, após suas considerações iniciais, passa a palavra ao Senador Flávio Arns, que faz pronunciamento, ressaltando a importância do tema em questão e, em seguida, às quatorze horas e quarenta e três minutos, convida para sentarem-se à mesa os debatedores convidados. Em ato contínuo, às quatorze horas e cinquenta e três minutos, o Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, registra a presença dos Senadores, Deputados Federais e representantes de entidades ligadas a causa da Síndrome de Down. Em seguida, passa a palavra ao Senhor Evaldo Mocarzel que relata a sua experiência como cineasta e produtor de documentário sobre as dificuldades da família do portador de Síndrome de Down na aceitação das diferenças. Em ato contínuo, às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente passa a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que saúda todos os presentes e homenageia o Dia Internacional da Síndrome de Down. Às quinze horas e um minuto, o Presidente passa a palavra a Senhora Helena Werneck, Presidente do Instituto Meta Social. Em seguida, às quinze horas e cinco minutos, o Presidente passa a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, que realiza o seu pronunciamento. Às quinze horas e oito minutos, o Presidente passa a palavra ao Senhor Doutor Dennis Alexander Burns - Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Após a conclusão da exposição do Doutor Dennis, a Senhora Tatiana

solicita a atenção de todos para a exibição de vídeo sobre sua vida no telão do plenário da Comissão. Em ato contínuo, às quinze horas e vinte e nove minutos, o Presidente passa a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, que faz pronunciamento sobre o tema em questão e, em seguida, passa a palavra à Senhora Edir, mãe de criança portadora da Síndrome de Down, que faz depoimento sobre as suas experiências. As quinze horas e trinta e dois minutos, chegam ao plenário da Comissão, o Senador Renan Calheiros, o jogador de futebol do Clube de Regatas Vasco da Gama, Romário de Souza Faria, acompanhado de sua esposa e sua filha Ivy, portadora de Síndrome de Down, o ator Marcos Caruso e outros atores da Novela Páginas da Vida da Rede Globo de Televisão. Em ato contínuo, o Presidente passa a palavra ao Senador Renan Calheiros, que faz pronunciamento sobre o tema em questão. Em seguida, o Senador Renan Calheiros passa a palavra ao jogador Romário, que, em seu depoimento, destaca as alegrias advindas da sua experiência como pai de uma criança portadora da Síndrome de Down e ressalta, ainda, a importância do papel dos Senadores na aprovação dos projetos, em tramitação no Senado Federal, que tratam do tema da deficiência. Finalmente, o Senador Paulo Paim, na Presidência da Mesa, franqueia a palavra a alguns ouvintes, em seguida faz elogios à atuação do Senador Flávio Arns como Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência e como homem público e, solicita, em seguida, a saudação dos presentes ao Senador Flávio Arns, com uma salva de palmas. Em ato contínuo, o Senhor Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente.

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 38 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Quero informar a todos que está aqui na Mesa ao meu lado aquele que eu considero e vou falar pelo Senado, o nosso guru permanente na luta em defesa das pessoas com deficiência. Flávio Arns foi o homem que apresentou há muitos anos atrás, ainda na Câmara, a primeira versão do Estatuto da Pessoa com Deficiência e depois fez o relatório aqui no Senado fazendo um belíssimo trabalho eu diria cem vezes melhor do que o projeto original que eu apresentei. Permitam-me, mas uma salva de palmas para o Flávio Arns. [palmas]. É o homem que dedicou a sua vida a essa causa. Eu rendo aqui as minhas homenagens e dizer que esse trabalho você articulou muito em todo o Brasil, por isso que está lá em debate na Câmara na mão de companheiros e nós aqui vamos dar a oportunidade da palavra e dialogarmos juntos depois.

Solicito a dispensa da ata das reuniões anteriores e coloco em votação. Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram.

Permitam-me que eu faça, Senador Flávio Arns, uma pequena fala que foi me solicitada inclusive hoje pela manhã pelas entidades que estiveram ainda recentemente em Nova Iorque naquele encontro da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência.

Participo aos Srs. Senadores e Senadoras conforme coloquei no Plenário do Senado a minutos atrás que mais de 40 países devem assinar a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no próximo dia 30 de março, em Nova Iorque, durante a Assembléia Geral da ONU.

Informações da Coordenaria pela Integração da Pessoa com Deficiência, CORDE, ligada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República garante que o Brasil se fará presente, mas quero levantar aqui uma preocupação: Conforme informações que recebi até o momento da ONU é que o Brasil ainda não confirmou a presença e que também não consta da lista dos países que já se inscreveram para a assinatura da Convenção. Faltam somente dez dias. Gostaria muito de saber e até para podermos homenagear em Plenário qual a autoridade que vai representar o Brasil nesse mega evento que é de extrema importância para a vida das pessoas com deficiência em todo o mundo e cerca de 27 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, entre eles, as pessoas portadoras de down.

Sendo assim, eu quero aqui fazer um apelo ao nosso Governo para que no dia de hoje, 21 de março, Dia Internacional da Síndrome de Down informe a essas Comissões aqui reunidas, que representamos três Comissões, porque duas Comissões e uma Subcomissão, a presença do Brasil nesse evento que eu

tenho certeza que estará e qual a autoridade que vai lá representar o Brasil.

Ao fazer essa fala, podem ter certeza que eu não estou fazendo aqui nenhum protesto. Estou, na verdade, alertando da importância do Brasil de estar lá. Sei que o Brasil estará.

Com essa pequena introdução que é um alerta a todos nós, eu quero de imediato passar a palavra para o Senador Flávio Arns, que é o vice-Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência. Senador Flávio Arns que foi o relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Senador Flávio Arns que assinou o requerimento para que essa audiência se realizasse. Senador Flávio Arns com a palavra.

Quero só anunciar que o Advogado Geral da União, Dr. Toffoli, se encontra aqui conosco. Eu peço que ele se sente aqui na primeira fila já pela importância da...

Eu quero chamar para a mesa, antes de passar a palavra para o Senador Flávio Arns, Evaldo Mocartzel, pai da Joana, que é a Clarinha da novela Páginas da Vida. Chamar ambos e dar uma salva de palmas já aqui na mesa.

A Letícia também queremos já convidar para a mesa.

Pessoal, vamos ter que dar uma salva de palmas de pé para a Clarinha, aqui! Vamos levantar! [palmas].

Eu peço a todos que se sentem e eu passo a palavra para o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a todos e a todas que estão aqui, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, famílias, amigos, profissionais, pessoas com síndrome de down que estão sendo homenageadas no dia de hoje e dizer que é uma satisfação para o Senador Federal e para o Congresso Nacional estar realizando esta Audiência Pública conjunta de duas Comissões do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, também em conjunto com uma Subcomissão Permanente que existe no Senado Federal na Comissão de Assuntos Sociais que é a Subcomissão Permanente para os Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência.

O Senador Eduardo Azeredo é Presidente dessa Subcomissão, Senador de Minas Gerais, a sua esposa Heloísa está aqui presente também e a família toda está envolvida nessa questão da pessoa com deficiência e dizer que ele não está neste momento, mas está vindo para cá em função de um compromisso ainda na Embaixada da França na hora do almoço, mas logo estará aqui presente.

Eu quero dizer que este 21 de março, que é uma data muito especial pelo 21 e pelo março, pelo três, pela trissomia do par 21, nós queremos dizer que é uma data que tem que ser comemorada, comemorada para dizer “olha, queremos uma sociedade mais justa, uma sociedade com chances, com oportunidades, com direitos, com cidadania, com respeito à diversidade, respeito às diferenças” e temos que dizer “olha, estamos juntos”. O grande sinal deste 21 de março é para dizer que todos estamos juntos numa caminhada. Todos somos importantes. Estamos aqui em função da cidadania hoje da pessoa com síndrome de down, mas esta cidadania deve se relacionar, se estender para todas as pessoas com deficiência: Com surdez, com cegueira, com deficiência física, mental, autismo, distúrbios de comportamento, seja que o for, distúrbios globais de desenvolvimento. Mas nós queremos dizer que esta data é uma oportunidade especial para todos nós para refletirmos sobre esta área. Todos somos importantes. A própria pessoa em primeiro lugar, em função de quem nós estamos reunidos.

As famílias dessas pessoas que dão o melhor de si para que os filhos sejam felizes, aos pais desejam. Nós pais, e eu me coloco na situação de pai, porque também sou pai de um adulto com deficiência de quase 32 anos de idade, nós pais queremos que os nossos filhos sejam felizes, e feliz significa ter respeito garantido, dignidade, educação, saúde, acesso, chances. A oportunidade que deve ser destinada a todas as pessoas, os amigos todos que lutam, a importância dos políticos, dos Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais que estão aqui presentes, inclusive lembrando de uma maneira especial o Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais, que está aqui, que é Presidente da Federação Nacional das APAEs, os Senadores, o Executivo, o Judiciário, Dr. Toffoli que está aqui, Advogado Geral da União e o irmão aqui presente também, e o outro irmão do Dr. Toffoli que foi Secretário da campanha da CNBB, Campanha da Fraternidade do ano passado voltada para a questão da pessoa com deficiência. Então, todos nós, todos nós temos um papel a desempenhar e cada um tem que desempenhar este seu papel da melhor forma possível, para dizermos lá na frente que valeu à pena, não é verdade?

Então, queremos que o Brasil, nesta área da pessoa com síndrome de down e nesta área da pessoa com deficiência de uma maneira geral, possa sempre dizer que está caminhando para ser um país justo para com todos os brasileiros e, particularmente, com esses 24 milhões de brasileiros.

Quero destacar a importância dos meios de comunicação nessa trajetória. De uma maneira muito

particular, a novela que recentemente terminou, Páginas da Vida, uma novela que faça esse trabalho de sensibilização e de conscientização. Realmente um esforço desses equivale a mil campanhas que possam ser feitas. O debate aconteceu no Brasil inteiro e a oportunidade das pessoas conhecerem e por conhecerem, amarem a área, gostarem da área, mas mais do que isso, amarem a área pela novela, isto se torna possível, como já tinha acontecido duas novelas anteriores com o ator Marcos Frota também, trazendo a realidade e as perspectivas da pessoa com deficiência visual. Por isso que a gente saúda de maneira muito especial a família da Joana, da Clara da novela e que ela, a família toda e as famílias todas que estão aqui possam através desta oportunidade, pensar nestas mudanças, neste desafios que têm que ser enfrentados.

Que bom que estamos aqui, não é? Estamos aqui para comemorar, para festejar a cidadania. Estamos aqui para ficarmos juntos, unidos, pensando no bem, no futuro e estamos aqui para que esse esforço, apesar de todas as dificuldades, todos nós tenhamos presente a idéia de que vale à pena, vale à pena pelos nossos filhos, vale à pena pelos nossos amigos, vale à pena pelas pessoas de uma maneira geral. Que a luta unida desta área possa representar para todos um alento pela luta pela cidadania que o Brasil quer que aconteça.

Então, sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas nesse 21 de março no Senado Federal, que as portas estejam abertas e permanentemente abertas para juntos buscarmos as soluções que o Brasil precisa. Que bom que estamos aqui. Obrigado. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Gostaria de registrar a presença conosco aqui do Deputado Valdir Maranhão, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Eduardo Barbosa, que presidiu a Comissão Especial que acabou construindo o Estatuto do Idoso junto com o Deputado Silas Brasileiro, que foi o relator.

Eu tive a alegria como o autor do projeto original de dizer que também o Estatuto do Idoso não rendeu as homenagens devidas ao Eduardo Barbosa e ao Silas Brasileiro. Eu queria também que desse uma salva de palmas aos dois e a todos os Deputados que estão aqui presentes [palmas].

Quero registrar a presença sempre conosco do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Senador Eduardo Azeredo que está chegando, Senador Adelmir Santana que está conosco aqui, Senadora Fátima Cleide, Maria Dolores, Presidente da APAE de Minas Gerais, e ainda Heloísa Azeredo. A nossa Rosalba está aqui conosco e esteve pela manhã numa Audiência Pública sobre a ampliação da licença-maternidade que terminou qua-

se às duas da tarde e é Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu queria nesse momento passar a palavra para o pai da Joana, que vai ser o nosso primeiro convidado aqui a fazer a exposição que é o Evaldo Mocarzel, ele é cineasta e tem uma mensagem para todos nós. Está com a palavra.

SR. EVALDO MOCARZEL: Boa tarde. Enfim, eu vou dar uma contribuição rápida aqui da minha experiência como pai, como jornalista e como documentarista.

Eu acho que a questão do preconceito e da discriminação, essa questão começa dentro de casa. Então, a questão da inclusão passa necessariamente pela aceitação dos pais, por a gente superar o momento inicial difícil, que é chegar numa maternidade e receber a notícia que a gente teve um filho com algum tipo de má-formação genética.

Então. Eu acho que... Eu fiz um documentário que chama-se "Do luto à luta" com o objetivo de ajudar outros pais, outras mães, outras famílias a superar uma possível rejeição ao bebê com down e ao mesmo tempo mostrar pessoas com down em diferentes atividades, até mesmo dirigindo o próprio filme para mostrar que de perto ninguém é normal. Todos temos deficiência e potencialidades, alguns com deficiência na alma com ou sem síndrome de down.

Eu, como jornalista, como pai, como documentarista, eu sou a favor da inclusão ampla, geral e irrestrita, e irrestrita, mas eu gostaria de dizer também, de ressaltar que eu sou contra qualquer tipo de fundamentalismo ou qualquer tipo de visão xiita. Eu acho que o fundamentalismo está causando isso que os noticiários mostram diariamente no Oriente Médio e eu acho que a questão da discriminação, do preconceito e sobretudo da inclusão ela é mais simples, ela passa por uma informação humanizada. Normalmente, por falta de informação a gente cria monstros que não existem e, sobretudo, pais e mães na vulnerabilidade de uma maternidade, tendem a criar um luto. Então, eu acho que... Criar um luto que às vezes é piorado pela classe médica que às vezes não está devidamente aparelhada de informação para dar a notícia para os pais. Mas eu acho que a questão do preconceito, da convivência das diversidades, eu vejo de uma forma mais simples, de uma forma mais humanizada. Eu acho que a partir do momento que a gente tem a informação, a gente dessacraliza esses mitos que se criam em torno da síndrome de down e de outras coisas. Volto a dizer que eu sou a favor da visão ampla, geral e irrestrita mas sou a favor também de que se respeite cada ser humano em sua individualidade sem nenhum tipo de radicalismo, sem nenhum tipo de fundamentalismo nem de visão

xiita. Todos nós temos potencialidades e deficiências com ou sem síndrome de down. Então, é isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Eduardo Azeredo é um dos que assinou o requerimento para essa importante Audiência Pública. Ele chega nesse momento, ele é o Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência. Nós vamos dar a palavra para ele e vamos continuar depois com os depoimentos.

Mas primeiro gostaria de informar a todos que a Assessoria aqui me informa que existe cerca de cem pessoas aqui no corredor querendo entrar. Como o espaço aqui já não é mais possível, eu queria informar a eles que na sala 06, que é aqui ao lado, tem um telão. Então, as pessoas que estão chegando e que quiserem ficar aqui ao lado na sala 06, poderão assistir a essa Audiência Pública. E com muita satisfação eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senhoras e senhores, eu quero, como Presidente da Subcomissão, trazer aos Senadores, aos Deputados, a todos que aqui estão presentes esta visão importante que o Senado Federal tem da importância e do respeito necessário com as pessoas que têm síndrome de down. Assim é que o Senado tem buscado aperfeiçoar a legislação. Nós temos a presença sempre muito ativa do Senador Flávio Arns, do Senador Paulo Paim e de todos aqueles que se interessam e lutam pela causa das pessoas com deficiência.

Nesse Dia Internacional da Síndrome de Down, o nosso objetivo é basicamente, ao fazer essa audiência, de divulgar mais, divulgar o que tem sido obtido, os avanços que se conseguiu na legislação e especialmente o que a mídia, a imprensa podem fazer na busca de melhores condições. Condições de educação, condições de trabalho, condições de saúde.

O trabalho que foi feito nessa última novela, sem dúvida alguma foi um trabalho de grande relevância, um trabalho que multiplicou a divulgação, os esforços que são feitos em todo o país.

Aqui com a presença, portanto, e o depoimento que temos a honra de ouvir são depoimentos que mostram que as pessoas com síndrome de down estão participando cada vez mais da vida brasileira. Os exemplos, eu volto a dizer, de oportunidades de emprego que algumas empresas oferecem são exemplos que devem ser sempre mencionados.

Normalmente o que a gente vê é apenas o lado negativo sendo divulgado. O lado positivo normalmente tem um espaço muito menor na imprensa como um

todo. Mas aí a importância de nós podermos bater os tambores mostrando que existem bons exemplos, existem experiências de sucesso.

Eu quero também saudar o Deputado Eduardo Barbosa, que é Presidente da Federação Nacional das APAEs que aqui está conosco, assim tomo todos os Deputados que também participam.

Senador Paulo Paim, a minha palavra é rápida, é apenas uma palavra de saudação, de homenagem neste Dia da Síndrome de Down. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou intercalar, em seguida vou passar para a nossa Senadora, e nesse momento eu vou passar para a Dra. Helena Werneck, que é Presidente do Instituto Meta Social.

SRA. HELENA WERNECK: Boa tarde. Eu vou tentar fazer aqui com a Juju aqui no colo, ela não quer sair.

Eu estou aqui em dois papéis: Eu sou mãe de uma menina com síndrome de down, a Paulinha e sou Presidente do Instituto Meta Social. O nosso instituto ele tem sede no Rio de Janeiro. Ele tem um foco principal de usar os caminhos da mídia para informar a sociedade. Como bem falou o Evaldo e eu endosso tudo o que ele falou, a informação eu acho que é o que está faltando para que a sociedade receba bacana os nossos filhos. Então, todo esse trabalho que a gente tem feito, até então são dez anos que a gente está nessa trajetória, de procurar os caminhos da mídia para que a gente possa levar essa informação correta para a sociedade.

O instituto usa e abusa da mídia, a gente procura fazer campanhas institucionais voltadas especificamente para informar a capacidade e potencialidade dessa garotada. Nessa trajetória de dez anos, nós já fizemos cinco campanhas, essas campanhas todas são pautadas no voluntarismo de todo mundo, voluntariado de todo mundo e com isso a gente vai tornando uma grande família, grandes empresas e muitas pessoas se agregam e a gente vai formando um grande trabalho.

Junto com o Evaldo, pai da Joana, o nosso papel foi só do empurrãozinho. Ele é o cineasta, a gente juntos pensou “vamos fazer um filme”, o Evaldo tocou isso muito bacana e esse filme resultou nessa chamada ação global que a novela Páginas da Vida teve impacto gigantesco agora em 96, 97. O autor teve a oportunidade de ver este filme e, com isso, eu acho que houve uma motivação maior. E, com isso, Joaniha aqui teve o papel de mostrar para a sociedade mais uma vez que a garotada pode muito mais do que a gente imagina. Então, Joana não tem hoje eu acho que a completa noção do papel dela de abertura de

portas na sociedade para toda a garotada que está chegando aí menorzinha que ela.

E o instituto não pára por aí. A gente está sempre tentando buscar outros caminhos de mídia. Esse ano fomos enredo de escola de samba, também procurando amplificar, pulverizar essa informação. Enfim, as bonequinhas hoje com síndrome de down, com características de síndrome de down é um outro trabalho também que está sendo posto para a sociedade. Tivemos hoje uma abertura muito bonita. Então, o instituto é um veículo e precisa muito da ajuda do Governo. Nós sabemos que existe uma parte básica de atendimento para a sociedade que não é o nosso papel, o nosso papel é de motivar e precisamos muito do apoio do Governo para realizar esse atendimento básico para a sociedade. São na faixa de 80% dessa garotada que está na faixa da linha de pobreza mais baixa, então precisa de um atendimento básico. O nosso papel é fazer essa conscientização e precisamos realmente estar junto com o Governo para efetivar as ações. Obrigada. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra à vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Boa tarde a todos. Senador Paulo Paim, eu quero agradecer a gentileza de V.Ex^a. por estarmos juntos, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais neste momento que eu considero muito importante. E agradecer a todos que aqui vieram. Saudar Senadores e Senadoras, saudar Srs. Deputados, os pais, os familiares e as bonequinhas que aqui estão, todos que estamos nesse momento que mostramos para a nação dessa consciência que tem que fazer parte do dia-a-dia de todos os brasileiros.

Eu trago uma experiência como médica pediatra e que trabalhei durante muitos anos fazendo também na APAE, no meu Estado. Então, é muito importante que a inclusão ela realmente aconteça, que acabem-se os preconceitos e cabe a todos nós, não somente a agentes políticos, mas todos nós da sociedade de nos darmos as mãos e nos somarmos para conseguirmos cada vez mais o espaço que tem direito não somente os que são portadores da síndrome de down, mas todos que passam por problemas de deficiência.

Eu gostaria aqui também de salientar o quanto é importante a participação da comunicação. E a Comissão de Assuntos Sociais, por nossa iniciativa, fez um requerimento, um voto de aplauso à Rede Globo pela novela Páginas da Vida que mostrou, que provocou o debate, fez uma campanha de ser educativa sim sobre essa questão, chegando a todos os lares

brasileiros como também em outras questões que já foram levantadas, como o deficiente visual e tantas outras questões.

Mas eu quero dizer que esse voto de aplauso que fizemos que teve a minha autoria, subscrito por toda a Comissão, ele também é dirigido principalmente aos autores que tiveram a brilhante idéia, ao diretor Jaime Monjardim e principalmente a essa grande atriz que se chama Joana. Obrigada a todos que aqui vieram e as nossas Comissões estamos aqui para dizer que essa questão ela tem de todos nós a defesa maior, o engajamento maior, porque só assim todos iguais caminhando, tendo os mesmos direitos, tendo o direito de ir e vir, de participar, de estar inserido na sociedade é que teremos realmente um Brasil mais forte e mais feliz. Muito obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos a presença conosco da nossa querida Senadora Patrícia Saboya, que preside a Comissão de Assuntos Sociais que, nesse momento, está aqui na mesa com a gente. Senadora Patrícia. Também o Senador Arthur Virgílio já está aqui conosco e nesse momento eu passo a palavra, antes da Patrícia, a nossa Senadora que preside a Comissão de Assuntos Sociais... Ao Dennis, Dennis Alexander Burns, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Dr. Dennis, médico da Bia, me diz aqui a Senadora.

SR. DENNIS ALEXANDER BURNS: Boa tarde. É um prazer estar aqui nessa Audiência Pública nessa tarde, Senador, e no nome da Senadora Patrícia Saboya, eu saúdo toda a Mesa e especifico, saúdo a Senadora Patrícia Saboya por ser ela uma parceira-mor da sociedade de Pediatria em suas ações sociais junto ao Congresso, junto à comunidade. Obrigado por toda a sua ajuda.

O dia de hoje se torna muito importante na medida em que apenas recentemente a sociedade como um todo e, particularmente, a mídia se acordou para esse assunto tão importante que é a inclusão social. Hoje, no Dia Internacional da Síndrome de Down, eu posso particularmente dizer que o autor Manoel Carlos e os brilhantes atores que tiveram esse papel tão nobre nessa novela recente, deflagraram, na verdade, um tsunâmi, deflagraram um movimento que aparentemente agora não tem mais volta. Agora nós estamos na marcha de uma inclusão verdadeira e particularmente todas as ações tomadas em nome da inclusão são muito bem-vindas, até porque são norteadoras.

Vale ressaltar que não há decreto que promova a inclusão. Como bem disse o Evaldo Mocarzel antes de mim aqui, há que se respeitar todas as opiniões. A melhor inclusão, a mais perfeita, profunda e duradoura será com certeza a inclusão que partirá do nosso co-

ração em receber todas as pessoas com qualquer tipo de necessidade especial, e particularmente a pessoa com síndrome de down que é a minha área de estudo, é a minha área de trabalho há 20 anos consecutivos. Obrigado a todos. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com satisfação que eu passo a palavra à nossa convidada Tatiana, e ela me ajudou aqui, Heiderich. Tatiana, você está com a palavra.

SRA. TATIANA HEIDERICH: Eu sou a Tatiana Heiderich e tenho 22 anos. Nasci em São Paulo, capital. Lá eu estudei na escola Equilíbrio. É uma pré-escola regular e só tinha eu com síndrome de down. Entrei pequena e saí com seis anos.

Quando eu mudei para o Rio de Janeiro, lá eu estudei em escolas regulares, depois na escola para aluno especial. Eu fazia aula de dança com o professor e a professora Marcelo e Priscila e aprendi a dançar tango. Eu me habilitei nos Estados Unidos. Aprendi a ler e escrever, fiz ótimos amigos e amigas.

Depois me mudei para Campinas, Barão Geraldo. Estudei na Fundação Síndrome de Down. Eu tenho boas lembranças de lá, principalmente da velha. Depois me mudei para a Escola do Sítio. É uma escola regular. Fiquei até a oitava série.

Na sétima série, estava desanimada com algumas matérias. Achava muito difícil. Conversei com a Regina, a diretora, e combinamos que eu iria trabalhar na biblioteca e ler livros para as crianças pequenas quando tivessem aula de matemática e inglês. Fiquei contente, pois adoro ler e porque ganhei o meu primeiro salário.

Tirei o meu diploma e graças a isso consegui fazer um curso de massagem relaxante no SENAC. Eu fiz esse curso porque sempre gostei de fazer massagem. Depois consegui trabalhar na Clínica Hope. Sou assistente de fisioterapia. Comecei no dia 8 de junho de 2004. Trabalho meio período e tenho registro na carteira.

Na Hope eu regulo, coloco os pacientes no turbilhão, cuido das macas e dos materiais que os fisioterapeutas usam. Ajudo os idosos e crianças que precisam de atenção. Preencho fichas, datas, horários e faço massagem nos pacientes que agendam comigo.

Eu também fiz um curso de massagem e salão de beleza, na PUC. Assim consegui um outro emprego num salão de beleza. Comecei dia 1º de julho de 2005 com o Paulo Henrique Chaves. Neste trabalho, eu lavo cabelos curtos e massageio a cabeça.

Também faço massagem na Clínica Quick(F). Corto alumínio de fazer mexa, ajudo a preparar as clientes para mexa e lavo cabelo cortado.

Eu tenho um sonho de morar um mês na França, em Paris e estou fazendo aula de dança. Estou fazendo aula de francês. Também faço aula de teatro. Entrei em 2005. Já fiz dois anos e estou adorando. Já apresentei três peças. A última foi o musical "O Guisi". Fui a Pati, amiga da Sandy.

Eu gosto de passear com o meu personal, Rodrigo. Vou às terças e quintas-feiras no Tênis Clube de Campinas, à noite. Gosto de sair de final de semana em baladas como boates e bailes. Sou a primeira fala... Sem tempo e sempre assisto aos shows. Adoro sambar. Este ano eu desfilei no carnaval na escola de samba Império Serrano.

As coisas mais importantes da minha vida são a minha família, meus pais e minhas duas irmãs Cibele e Débora, e amigas e amigos, e o meu trabalho.

Eu já sofri muito preconceito. Também já venci muitos. Eu percebo quem tem preconceito comigo. Já me perguntaram se eu era doente. Tem gente que pensa assim. Tenho síndrome de down e quero ter respeito como qualquer pessoa.

Eu fui abrir uma conta em um banco e não consegui. A mulher teve preconceito. O médico, quando eu nasci, também. Ele falou que "essa criança não vai saber nem ler nem escrever". Isso foi uma mentira. Eu sei fazer quase de tudo, eu sou muito feliz. Quem quiser falar comigo, procure pela minha comunidade no ORKUT. Chama "Bate-papo com síndrome de down", pois gosto muito de conversar pelo MSN, fazer novos amigos e amigas. Eu até estou procurando um paquer. Dizem que neste... Pequena eu sei o que eu quero. É verdade. "Merci" [palmas].

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Vamos assistir um vídeo da Tatiana.

- É exibido um vídeo.

Samba enredo do ano que vem.

Este ano é o braço direito dos cabeleireiros deste salão de beleza em Campinas. Ela se destaca e não é porque tem síndrome de down.

- Ela é toda certinha em questão de horário, em questão de tempo.

- Ela faz tudo aquilo que outras pessoas às vez não vêm.

Tatiana também faz massagem nas clientes, técnica que aprendeu num curso.

- Ela tem uma mão de fada... Nossa! É muito bom, é muito bom.

Para receber tantos elogios, a jovem tem que se esforçar.

- Tem coisas que ela pode, tem coisa que ela não pode, assim como todo mundo.

Mesmo assim, não reclama.

- Você não pára um minuto. É assim mesmo todo dia?

- É, depois o dia enfraquece, tem hora mais movimentada.

- O que você mais gosta?

- Ah, de tudo.

E disposição não falta. Tatiana ainda encara outra jornada de trabalho à tarde. É auxiliar nessa clínica de fisioterapia. E tem mais: Duas vezes por semana, à noite, faz aulas de francês. Aqui, mais elogios.

- Ela participa muito dos diálogos, ela conversa com todo mundo, ela se integra facilmente, ela mobiliza o grupo.

Características que vão ajudá-la a realizar um desejo: Viajar sozinha para Paris.

- Eu quero aprender a língua para poder fazer um curso de intercâmbio lá. Quero ficar um mês lá.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Dando continuidade à nossa audiência, eu queria também em nome da Comissão de Assuntos Sociais, agradecer a presença de todos e apresentar, eu sou a Senador Patrícia Saboya, do Ceará, e Coordenadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente aqui do Senado. Essa Frente é uma Frente que existe há muito tempo e a gente tem procurado abraçar a todas as causas relativas, referentes à questão da criança e do adolescente. Por isso eu queria cumprimentar a todos da Mesa na pessoa da Tatiana, que com essas palavras tão bonitas relatando a sua vida e a sua experiência nos dá uma lição, uma lição de ser feliz, de como ser feliz.

Eu, agora mesmo, agora a pouco estava numa Audiência Pública também com vários Senadores, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, em que nós discutíamos a ampliação da licença-maternidade para seis meses, passando de quatro para seis meses. Foi uma discussão muito interessante, uma discussão calorosa e eu tenho certeza que com o apoio da sociedade a gente vai poder mais uma vez garantir esse direito, que acima de qualquer coisa é o direito das nossas crianças, é o direito dos nossos filhos. Portanto, sintam-se muito bem-vindos. Eu vou passar a palavra agora aos Senadores, mas antes eu gostaria de...

Queria registrar a presença da Adriana Seixas, representando aqui o Ministério da Saúde, agradecer a sua presença. Vou passar a palavra ao Rodrigo Marinho, que é assessor do Deputado Eduardo Barbosa, um grande amigo e aliado dessa causa e de tantas outras, não é, Eduardo?

SR. RODRIGO MARINHO DE NORONHA: Eu sou Rodrigo Marinho de Noronha e trabalho com o Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais. É com muito orgulho que eu estou aqui para expor uma experiência na minha vida que no momento que eu nasci, nasci com uma missão. E hoje eu estou aqui representando as pessoas com síndrome de down, igual a mim, e me considero muito vitorioso.

Eu já morei no Rio de Janeiro, nascido, e fui criado pela minha família que eu admiro e gosto tanto, que me deu a maior força nesta jornada na minha vida.

E eu quero agradecer a Deus por ter existido. Eu sinto uma emoção de estar feliz e eu quero falar um pouco da minha parte que me emociona muito.

Parece um passe de mágica, que eu morei em Petrópolis há pouco tempo, de 95, e vim para cá, e aqui eu conheci outras pessoas e também fui... Eu trabalhei na empresa Mc' Donalds antes de ir trabalhar com o Deputado Eduardo Barbosa, que ele me convidou para trabalhar no gabinete dele e lá eu fiz altas amizades que lá dentro do gabinete eu me sinto emocionado de trabalhar. Eu levo as correspondências no Correio e vou ao banco tirar passagem do Deputado e ando para protocolar os ofícios no prédio principal e hoje eu estou realizado por esse momento histórico da minha vida e sei que eu fico emocionado de ver a Joana Mocarzel e o Evaldo Mocarzel. Que a Joana me mostrou uma coisa que vocês... Ela me mostrou o outro lado que eu nunca tinha visto ainda.

Essa novela Páginas da Vida me mostrou o outro lado muito especial, vendo ela contracenando com Marcos Caruso e com a Regina Duarte. Eles são muito bem representados, eu me sinto feliz.

Eu quero dizer às pessoas com síndrome de down que não importa a necessidade, eu quero dizer a vocês: Lutem pelos nossos direitos como cidadãos que estão à portas abertas na sociedade. Venha para propor todos os sonhos realizados por vocês e dizer obrigado Deus, por existir. Obrigado. [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Antes de passar a palavra, eu já combinei com o Senador Arthur Virgílio, eu queria passar a palavra à mãe Edir, que pediu para dar uma palavrinha e a senhora pode falar mesmo aí do microfone. Em seguida, eu passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e aos outros Senadores.

SRA. EDIR TOLENTINO: Eu também estou feliz de estar aqui. Estou feliz. Não sei me comunicar como vocês com tanta beleza, mas eu quero dizer uma coisa: Eu tenho dois filhos com síndrome de down. Tenho uma menina com 17 anos e um menino com 12 anos, vai fazer agora.

Quando eu tive a menina, eu trabalhava, eu não tive oportunidade de acompanhá-la, porque as leis que existiam na época para que a mãe acompanhasse, segundo o meu trabalho não me contemplavam, e eu não pude assisti-la em hipótese alguma. Mais tarde, eu tive o outro menino. Quando eu estava grávida, fiquei sabendo que essa criança também era portadora de síndrome de down, e o médico da época--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Dona Edir, me perdoe ter que só um minuto lhe interromper, eu vou lhe passar novamente a palavra, mas é que estão chegando algumas pessoas. Eu vou pedir para afastar um pouco para não machucar. Tem muita criança aqui, então eu iria pedir para as pessoas virem mais para cá.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, podem passar para o centro, se for o caso.

Pessoal, nós combinamos aqui nesse momento, o Presidente do Congresso e do Senado, o Senador Renan Calheiros assume os trabalhos numa posição eu digo muito bonita, porque foi ele o grande articulador desse evento. Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu queria, antes de qualquer coisa, [soa a campainha] Eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentando o Romário, que é hoje um dos maiores patrocinadores desta causa, cumprimentar a todos os Senadores que têm papel... Que exercem papéis destacados em defesa da causa nessa Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, agradecer ao Advogado Geral da União, Dr. Toffoli que está ali presente e cumprimentando o Dr. Toffoli e os Senadores e os artistas e todos que aqui fizeram questão de estar, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes.

Hoje é um dia muito especial. É um dia para homenagear, para olhar e para lutar por pessoas muito especiais. Especiais como a Ivy, a filhinha do Romário, que o próprio Romário a homenageou de maneira tão emocionante no jogo em que ele se despediu da seleção brasileira. Especiais como a Paula, que esbanjou talento dançando tango na novela América, ou como a pequena Joana que encantou o Brasil inteiro vivendo a Clarinha em Páginas da Vida. Com sua simpatia, com sua alegria, Joana, Paula, Ivy e outros 300 mil brasileiros que nasceram com um cromossomo a mais, nos ensinam cada dia a conviver com nossas diferenças e a lutar, Eurico, contra o preconceito. Preconceito que não pudemos mais admitir, seja ele de raça, de gênero, de origem social ou de ordem física, seja qual for o preconceito.

Hoje, Dia Mundial da Síndrome de Down, temos ainda muito a denunciar. Nós temos ainda e essas presenças de todos aqui ensinam que nós temos muito a esclarecer. Ainda precisamos brigar por uma maior inclusão no mercado de trabalho, na mídia e nos espaços públicos também. Temos que lutar por um atendimento especializado no sistema de saúde, pelo direito ao ensino regular, com professores capacitados para acolher crianças e nossos jovens com down. Temos que lutar principalmente contra todo tipo de discriminação e contra a falta de informação no dia-a-dia.

Mas neste Dia Mundial da Síndrome de Down, também temos muito que comemorar e estamos hoje, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Convidados, estamos hoje muito mais conscientes e mais atentos para a convivência com as diferenças. Em todo o mundo e também aqui no Brasil, há pessoas com síndrome de down estudando, trabalhando, namorando, se casando e até chegando à universidade. A pessoa com down é diferente sim, tem algumas limitações que muitos de nós não temos, na verdade, mas a pessoa com down é igual a todos nós, com seus desejos, suas inseguranças, com suas angústias e alegrias, com seus direitos e com seus deveres. E é como cidadão pleno que a pessoa com síndrome de down precisa ser homenageada no seu dia hoje, nesse dia internacional que nós fazemos questão de abrir um espaço aqui no Senado Federal para homenagear, para comemorar. É como cidadão pleno que ele precisa ter os seus direitos garantidos por toda a sociedade. Todos, Governo, Parlamento, Justiça, empresários, a imprensa, os formadores de opinião como um todo, os artistas, os atletas que aqui estão, todos temos a responsabilidade na transformação desse cenário de preconceito e de discriminação. Mas a mídia, em especial a televisão, tem um papel ainda maior, ainda mais amplo para ir no trabalho de conscientização da sociedade.

Eu aproveito a oportunidade... Para os fotógrafos também [risos]. Eu aproveito a oportunidade para prestar uma justa, uma justíssima homenagem às TVs, às emissoras de televisão, à TV Globo na pessoa do Dr. Sardinha que aqui está, na pessoa do autor Manoel Carlos e do diretor da Central Globo de Comunicação Luiz Erlanger. Com a Clarinha de Páginas da Vida, com o Jatobá de América, e tantos outros personagens que nos ajudaram a entender, e a mais do que entender, a sentir de perto o dia-a-dia e a dificuldade das pessoas especiais, a TV Globo vem dando lições preciosas, sem dúvida, de cidadania.

Tenho também de homenagear gente corajosa, de fibra como este fantástico jogador, o Romário, ídolo de todos nós, independentemente de por qual clube torçamos, o Romário é ídolo no Brasil e no mundo

inteiro [palmas] Com a sua filhinha Ivy, mas que tem batalhado, ajudado muito nesta causa por um mundo mais justo, mais humano e mais igual.

O Romário, que fez gols fantásticos, que encantou e encanta o mundo, que fez gols de letra, de todas as maneiras, que é considerado por todos como um dos maiores jogadores de todos os tempos, prestes a marcar mil gols, o Romário que é ídolo dos brasileiros, ele também é tema de uma grande discussão. Qual o Gol mais bonito o que Romário fez desses quase mil gols que o Romário está por fazer? Com certeza, Romário, o gol mais bonito que você fez foi o gol que você marcou contra o preconceito e contra a discriminação [palmas].

Eu não posso, sem dúvida, deixar de destacar ainda a determinação e a seriedade de pessoas como a Helena Verneck, a mãe da nossa Paulinha, que é Coordenadora Geral da ONG Meta Social, uma das entidades mais ativas na defesa das pessoas com deficiência. E como Presidente do Senado, garanto que nós Parlamentares, vejo aqui o Senador Paulo Paim, a Senadora Patrícia Saboya, a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Flávio Arns, que é um dos grandes patrocinadores da Casa, a Rosalba, o Senador Romeu Tuma, o Senador Maguito Vilela, o Senador Arthur Virgílio, esse querido amigo Arthur Virgílio, Senador Flexa Ribeiro, a Fátima Cleide, o Senador Romeu Tuma, o Nery, o Leomar, tantos outros que... Os Deputados também estão aqui presentes.

O Senado, depois de dar ao país a lei do cão guia e a lei da língua brasileira de sinais e tantas outras de maior importância, o Senado aprovou no ano passado o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O projeto desse querido amigo, o meu caro Senador Paulo Paim, traz avanços inquestionáveis. Entre outros pontos, torna compulsória a matrícula e a inclusão escolar. E o relator foi o Senador Flávio Arns [palmas] E prevê planos e programas governamentais específicos para o atendimento da pessoa com deficiência. Precisamos costurar um acordo amplo entre todos os partidos para a aprovação definitiva desse estatuto nas duas Casas do Congresso Nacional.

Outro desafio é cobrar efetivamente a aplicação da lei de cotas e uma campanha ampla em prol da inclusão escolar. É bom lembrar que o Brasil vai assinar no próximo dia 30 a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na ONU. É mais uma oportunidade para reafirmar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a nossa posição a favor da inclusão social e contra qualquer tipo de discriminação.

Encerro essas palavras lembrando, mais uma vez, o trabalho cuidadoso da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência no Senado e me congratu-

lo por todas as iniciativas que têm tornado o Senado cada dia mais o modelo de acessibilidade, de inclusão social de todo o Brasil. Derrubar as barreiras do preconceito e construir um Brasil mais igual com todas as suas diferenças é mais do que um desafio, é um compromisso de todos nós. Muito obrigado, Romário, pelo esforço, a sua esposa. [palmas] Muito obrigado Caruso, aos artistas, muito obrigado ao Marcos Frota, que tem sido um parceiro na defesa dessas causas de inclusão social, de valorização e mais uma vez muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras que têm possibilitado ao Senado essa condição de ser no Brasil todo a instituição exemplar com relação ao cumprimento da lei e à inclusão dessas pessoas. Só portador de alguma deficiência no Brasil nós temos 24 milhões de brasileiros e são pessoas que verdadeiramente precisam ser incluídas. Esse é um dia que ficará definitivamente marcado na nossa história. Obrigado por todo o esforço e dedicação. Temos grandes e os maiores patrocinadores da Casa.

[palmas]

SR. ROMÁRIO DE SOUZA FARIA: Boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer que para mim, desculpe, primeiramente apresentar aqui a Ivy. Essa é a minha princesinha, é essa criança que fez nos últimos dois anos da minha vida eu mudar algumas coisas, eu enxergar algumas coisas diferentes, coisas que eu tenho certeza que só nós pais que vivemos podemos enxergar.

Esse dia de hoje é um dia que tem que marcar realmente a história do nosso país, porque eu acho que está na hora da gente, brasileiro em geral, parar de falar e ter um pouco de atitude em relação a tudo de ruim que acontece na vida.

Eu acho o seguinte, será que são elas mesmo que são diferentes ou somos nós que provocamos guerra, que provocamos violência? [palmas] Eu acho que nós temos que começar a viver o mundo um pouco diferente. E essas crianças e essas pessoas que têm a síndrome de down elas vivem um mundo de amor, um mundo de alegria, um mundo que infelizmente a gente ainda não está preparado para acompanhar.

Mas enfim, esse é o mundo delas e a gente tem que viver o nosso mundo e a nossa realidade. E a realidade eu só espero que seja daqui para frente diferente. Eu tenho certeza que existem vários projetos em todos o Brasil que dependem muitos senhores de alguns que estão aqui para aprová-los. Eu espero que vocês realmente comecem a pensar diferente, porque essas crianças elas são especiais, elas são diferentes, mas vocês podem acreditar, isso é por experiência própria de um pai que vive apenas dois anos com uma

criança. Ela me ensinou tanta coisa que eu estou até emocionado. Muito obrigado por tudo [palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Romário, você é tão querido e muito fã de todos nós. Eu te admiro muito e sou muito honrada com todos os gols que você faz.

SR. ROMÁRIO DE SOUZA FARIA: Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu fico muito elogiada e muito sensibilizada. Obrigada. [palmas].

SR. ROMÁRIO DE SOUZA FARIA: Obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG):

Atenção gente, nós vamos continuar a audiência, vamos continuar.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Meus amigos, a gente faz um apelo, porque a audiência vai continuar. Agora vai falar o nosso querido ator Marcos Caruso. Eu peço que aqueles que tiverem que tirar uma foto, tirem ali fora agora, porque o Marcos Caruso vai fazer uso da palavra aqui.

Pessoal, voltamos a fazer um apelo para que todos se sentassem para que a gente possa retomar a Audiência Pública. Uma mãe de dois downs estava com a palavra e o Marcos vai fazer a sua palavra, vai fazer aqui a sua palestra.

Eu passo a palavra nesse momento à Sra. Edir para que continue fazendo a sua exposição, fazendo o apelo àqueles que estão ainda de pé e que continuam...

SRA. EDIR TOLENTINO: Eu quero falar às mães de portadoras de deficiência e também às outras pessoas que estão aqui nesta sala nos ouvindo, porque de uma forma ou de outra, cada um de nós é portador de uma deficiência quer queiramos, quer não. Então, eu gostaria que as pessoas que estão aqui me ouvissem o meu pleito que se refere que a mãe que tem uma criança com uma necessidade especial, que ela tenha o seu horário reduzido no seu trabalho, mas não é no papel, é na prática. Um horário de 50% apenas da carga horária de trabalho.

A outra coisa que se refere àqueles carteirinhas de ônibus, por quê? As pessoas que fazem as leis, muitas vezes elas não sabem o que acontece do outro lado. E nós que usamos as carteirinhas de ônibus, nós temos uma dificuldade, que é conseguir a carteirinha. Eu até hoje não consegui a carteirinha para andar de ônibus. Não foi por falta de tentar, foi por causa das barreiras que são impostas a mim. Eu penso que eu tenho o direito de conseguir uma carteirinha de ônibus que é a coisa mais simples para andar com os meus filhos. Eu não consegui até hoje. Eles colocam que a pessoa tem que ter até três salários mínimos para conseguir e eu não tenho essa característica, eu não me encaixo nessa característica. Mas eu preciso da

carteira. A minha filha já ficou presa no ônibus duas vezes na porta. O motorista arrancou com ela e deixou ela presa e eu segurando por ela do lado de fora e o ônibus andando e eu gritando e o povo gritando, isso já aconteceu duas vezes. E por isso eu pulo pela porta da frente toda vez, mas é sem a carteira, enfrento problema com o motorista.

E como acontece comigo, pode acontecer com outras mães. Então eu quero que os meus filhos tenham direito à carteirinha do transporte coletivo.

A outra coisa, as salas de aula estão super lotadas. Eu não sei a quem de direito eu tenho que me dirigir, mas já falei com o diretor, já falei com professor. Esse é o Moisés, ele estuda no Centro de Ensino Especial. A sala dele tem oito crianças, cada uma com uma necessidade. É impossível uma professora dar uma assistência de qualidade para uma criança com uma necessidade especial com oito crianças na sala de aula. Eu penso o seguinte: Que a escola não é um depósito de crianças que a mãe vai lá e deixa o menino lá e busca no final do período. Eu não aceito, eu gostaria que o meu filho e todos os filhos tivessem esse atendimento. Eu não sei aonde está o problema, aonde está sendo barrado, mas que essa barreira fosse superada.

Esses três pontos é o que eu desejo. Agora eu queria só mais uma coisa, tirar uma coisa que está na minha garganta e colocar em público. Esse garoto, quando eu estava grávida dele, o médico fez os exames e falou: "Mãe, você que resolve. O menino é outro mongol, você que resolve o que você faz. Qualquer coisa, pode procurar a gente". Então, eu quero dizer a você que provavelmente esteja numa situação semelhante. Se o seu filho é portador de síndrome de down ou outro problema qualquer, não jogue o seu filho fora [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só peço à senhora que a senhora depois fique aqui na Secretaria Geral da Mesa, dê os dados que nós vamos ver a fundo essa questão e vamos dar um retorno para a senhora com certeza absoluta.

E nesse momento eu gostaria de passar a palavra para o ator Marcos Caruso. Marcos Caruso que a nosso pedido, da Mesa toda, ele ficou aqui e o Presidente Renan o está esperando lá na Presidência. Por favor, Marcos Caruso [palmas].

SR. MARCOS CARUSO: É um prazer enorme estar aqui, ter sido convidado pelo Senador Paulo Paim.

O que quero dizer é que nós atores nos utilizamos de máscaras para fazer, para realizar a nossa profissão, nós nos utilizamos de máscaras através das quais representamos os nossos personagens.

Após ter feito uma novela com tanto impacto como Páginas da Vida e esse personagem especificamente e convivido com a Joana que fazia a Clarinha e percebido toda essa problemática da síndrome de down, eu quero dizer que hoje eu estou aqui sem máscara, é mais que um dever, é uma obrigação tirar a máscara do personagem e estar aqui como cidadão para fazer com que a sociedade ser sensibilize, o povo brasileiro e as autoridades se sensibilizem para que possam também tirar as suas máscaras de preconceito, de hipocrisia e de discriminação. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou pedir para o Marcos Frota pelo menos uma mensagem para nós, embora ele tenha também que acompanhar os outros artistas.

SR. MARCOS FROTA: Para dizer quanta honra para nós atores ser representados nessa causa pelo Marcos Caruso. Eu acho que a sensibilidade do Marcos Caruso iluminou a cena e ampliou a discussão a respeito da inclusão. Tê-lo conosco nessa luta, com certeza ganhamos um soldado, ganhamos um homem de uma espiritualidade muito elevada além de um artista do teatro, do cinema e da televisão que impõe pela sua carreira um respeito muito grande. Hoje foi mais um golaço do Romário e de nós todos envolvidos com esta causa [palmas].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Nós vamos dar continuidade à nossa audiência, dar a palavra a mais uma mãe, a Tatiana Mares Guia.

SRA. TATIANA MARES GUIA: Boa tarde. Eu me emocionei muito com o depoimento da minha colega mãe ali atrás porque eu também ganhei na mega-sena acumulada duas vezes. Eu não tenho dois “downzinhos”, eu tenho um downzinho e um, que é o Guilherme, uma criança de três anos, que ainda não tem diagnóstico. E eu falo às vezes com muito bom humor na minha casa que eu tenho dois SD, um síndrome de down e um sem diagnóstico. E isso no início parecia talvez um túnel escuro e sem fim, mas a gente dando um passo de cada vez e construindo o dia-a-dia da gente, a gente aprende que a coisa é muito mais simples, muito mais maravilhosa e muito mais deliciosa, porque a gente começa a conviver com a diferença e a gente vê o tanto que a gente é pequeno. Talvez se nos tivessem dado a oportunidade quando pequenos de conviver com essas diferenças, a gente teria se tornado adultos melhores, menos preconceituosos, mais abertos à diferença.

Mas quando eu era pequena eu nunca tive em coleguinha down, eu nunca tive um coleguinha surdo, mudo ou ceguinho. E eu acho que se eu tivesse a oportunidade de conviver com essa criança diferente, eu teria talvez tido mais facilidade de ter lidado com

as diferenças dos meus filhos no início, porque no início a gente acha que o mundo vai acabar e dois dias depois a gente vê que não acabou não, que ele é lindo e que vale a pena ser vivido. Então, me emociona um depoimento como o daquela senhora que também tem dois “downzinhos” em casa, porque na hora que as pessoas olham para gente, todo mundo fala assim: “Nossa, coitada, ela tem dois filhos deficientes”. Não sintam dó. Eu não sou coitada, ao contrário, eu sou iluminada. Muito obrigada. [palmas].

[troca de presidência]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero destacar também a presença nessa Audiência Pública do CONADE, que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência.

Eu passaria a palavra agora para o pai da Ana que está aqui na frente, que é o Deputado Assis, que também é um batalhador nessa área e que a gente gostaria de ouvir o depoimento não só como Deputado, mas principalmente como pai.

DEPUTADO ASSIS DO COUTO (PT-PR): Obrigado, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Azeredo. É uma alegria muito grande para a gente estar aqui e ver que esse movimento ele cresce, toma força, cada vez é mais lindo.

Estou aqui com a Maria Helena, minha esposa, a Ana Maria, que está aqui, o nosso anjinho [palmas].

Eu acho que de tudo o que foi dito aqui, Senador Paulo Paim, que preside essa sessão, o mais importante é que embora as nossas diferenças físicas ou qualquer outra diferença, nós somos seres humanos e somos iguais. Nós fazemos parte de uma mesma terra, de um mesmo espaço onde todos temos direitos. E que essas diferenças aparentes sirvam para unir mais as pessoas, para unir mais a humanidade, unir mais os seres humanos. Então, esse é o nosso desejo, essa é a nossa esperança, que a gente possa cada vez avançar mais nisso.

Não somos como já foi dito aqui, coitados, que têm que ser tratados com uma certa até indiferença. As pessoas com qualquer tipo de deficiência não apenas buscam piedade, pena, mas elas querem participar da sociedade, querem viver a sociedade.

Então, esse é o nosso desejo. Eu quero também parabenizar a audiência, a oportunidade que muitas pessoas tiveram aqui de se encontrar, se encontrar com pessoas que estão fazendo da sua profissão, do seu trabalho, principalmente no mundo artístico e também esportivo, fazendo um pouco daquilo que cada ser humano, cada brasileiro, cada brasileira pode fazer. Muito obrigado, parabéns pela audiência e que nós possamos, em cada 21 de março, estarmos reunidos novamente aqui. Muito obrigado. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Passo, em seguida, a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Boa tarde a todos e a todas. Eu quero parabenizar nesta oportunidade o Senador Flávio Arns pela feliz idéia de fazermos esta Audiência Pública em homenagem ao dia da síndrome de Aids, perdão, é que eu estou na cabeça... Da síndrome de down.

Quero dizer, Senador Flávio Arns, nesse momento, que me emocionei bastante durante toda a atividade, a Audiência Pública, conhecendo o trabalho da Carolina ali, de Minas, ela passou um livro para gente que eu já fiz questão de olhar todo, com todas as experiências aqui relatadas. É importante que a gente possa fazer isso de verdade com todos os setores da sociedade para que a gente contribua efetivamente com o fim do preconceito e ajudando, principalmente ajudando as pessoas que se encontram fazendo um cavalo de batalha por conta da dificuldade que é a notícia, como disse a nossa Edir aqui, de receber a notícia que tem, que está gerando um filho down. Então eu acredito que oportunidades como essas são muito importantes para que a gente possa ir superando esta dificuldade de tantas pessoas no nosso país.

E dizer que nós estamos aqui para contribuir, para que pessoas como a dona Edir e a gente comentava a pouco com a Senadora Ideli Salvatti e a Cleuza que é a assessora aqui do Senado, O quão é difícil as pessoas que estão na classe econômica mais necessitada, de poder pagar profissionais adequados. E como disse a dona Edir, infelizmente a maioria dos centros de ensino especiais desse país são, na verdade, depósito de criança.

E eu queria aqui fazer uma homenagem a uma pessoa que nos deixou há cerca de quinze dias e que no meu Estado era fundamental para esta luta. Não tinha filhos com síndrome de down, não tinha nenhuma deficiência, mas tinha um coração e uma sensibilidade imensas, e que no Estado de Rondônia contribuiu muito com esta luta que foi o Dr. Antônio Lázaro, foi Presidente da Federação das APAEs no Estado de Rondônia [palmas] E eu gostaria neste momento de reverenciar a sua memória e dizer à família do Antônio Lázaro que essa luta continuará no Estado de Rondônia e em todo o Brasil e, com certeza, agora, com mais vitórias, porque nós já estamos a um passo do Estatuto do Deficiente e com certeza no próximo ano nós estaremos aqui comemorando a sanção da lei. Então, um grande abraço a todos.

Quero registrar também a presença do Vereador Almir Barbosa lá de Ouro Preto D'Oeste, do Estado de Rondônia. O Vereador Almir Barbosa também é um

lutador por essa questão e tem me ensinado bastante no dia-a-dia da luta. É também pai do Pedro, portador da síndrome de down. Então, um grande abraço a todos e muita festa pelo que a gente já conquistou e muita disposição para a luta do que ainda temos que alcançar. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu só quero me associar à lembrança da Senadora Fátima Cleide em relação ao Dr. Antônio Lázaro que foi um batalhador nesta área por cidadania da pessoa com deficiência. Realmente a vida dele e da esposa, da Dona Madalena, também são referência no Brasil, inclusive.

Eu quero passar até para que fale também, para a Maria Carolina Balesteros, mencionada pela Senadora Fátima Cleide e grande amiga de Belo Horizonte. Maria Carolina, você pode falar.

SRA. MARIA CAROLINA BALESTEROS: Bom, eu quero dar uma boa tarde primeiro à Mesa, que essa Mesa está muito importante com Senadores e políticos.

Eu quero falar que eu fui síndrome de down, passei pelos piores sufocos com minha mãe, batalhei demais com essa síndrome de down e graças a Deus no desenvolvimento que eu tive com minha mãe e com meu pai, eu pude ter uma vida social.

Esse livro que eu escrevi, que eu entreguei para vocês de presente, aí conta passo a passo o que eu faço no dia-a-dia. A minha vida foi um inferno no começo.

Larguei minha mãe com meu pai e batalhei e consegui. Sobrevivi a todas as batalhas.

Hoje, com garra e força, eu lancei esse livro, chama "Memórias de Carolina", como vocês podem ver no livro, e eu estou aqui como convidada pelo Senador da República Eduardo Azeredo. Sinto-me muito honrada em estar aqui ao lado dele, ao lado da senhora dele e eu estou me sentindo muito orgulhosa e, com certeza, eu queria que a minha mãe, meu pai e minha família esteja vendo a essa hora na televisão. Eu quero dizer a eles, à minha mãe e ao meu pai que eu amo eles e tudo de ruim eu lutei e consegui. O que eu mais queria era a minha capacidade, o meu orgulho, a minha dignidade, como essa deficiência que eu já tive e não tenho mais. É com muito orgulho que eu estou aqui ao lado do Senador Eduardo Azeredo e sua mulher e eu gostaria muito de ter essa oportunidade que eu vou sentar com o Eduardo Barbosa para discutir sobre essa deficiência que eu acho que essa deficiência é de muita importância e principalmente com a discriminação, que é o preconceito da raça, de todos os defeitos que tem, que foi passado na novela Páginas da Vida. Eu vou sentar com ele, vou conversar com ele, que eu acho

que isso a gente sente é na pele, na pele e eu acho que isso é horrível o que todos passaram. E com essa novela, eu acho que foi uma novela que falou tudo alto, a discriminação, a deficiência de síndrome de down e eu gostei muito dessa novela. Eu fui quase convidada inclusive para dar o depoimento. Infelizmente não sei o quê houve, não teve a oportunidade de poder aparecer para dar esse depoimento.

Bom, como eu não pude, não recebi o convite na novela, eu vou levar o livro, viu Eduardo? Com muito prazer e com muito amor que você tem. Essa mulher divina que você tem ao seu lado para te ajudar, para te apoiar, e com ela, a Heloísa, que é um presente de Deus que depositou na minha vida. O apoio e a união de vocês dois.

E a isso, como eu sei que ela é a única mulher da Casa, eu acho que ela tem tudo a ver com isso. Eu acho que ela não precisa chorar porque o que ela está sentindo agora é emoção que fala mais alto. Essa emoção é estar [palmas] Com nós todos, e é isso aí que a gente tem que batalhar e muito, a discriminação, batalhar tudo o que a gente quer na vida, segurar com muita força e ter o fruto, o desejo e a vontade de renascer novamente.

Eu acho que a deficiência a gente tem que seguir ela em frente. O que a vida nos deu para nós que temos síndrome de down possam estar passando os piores dias, os momentos difíceis, e eu acho que isso a gente tem que combater cada vez mais.

O que eu combati foi... Eu não queria nem tocar porque para mim foi muito, foi um choque para mim e para a minha mãe e a ela eu pude estudar num colégio em São Paulo, eu visitei tudo o que eu pude. Fiz vários exames, não queria me aceitar de jeito nenhum, e eu não consigo falar isso a vocês todos da Mesa. E eu até choro, porque passei a trazer, consegui batalhar aonde que eu estou. Muito obrigada a vocês todos [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradecemos a você, Maria Carolina, e o livro "Memórias de Carolina" que está aqui na Comissão de Direitos Humanos, um livro muito bonito, muito bem elaborado e que fica à disposição de quem quiser manuseá-lo, consultá-lo, está à disposição aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero destacar também a presença da colunista Jane Godoy, que é colunista do jornal Correio Brasiliense. Muito obrigado pela presença também nesta Audiência Pública.

Nós estamos chegando ao final da Audiência Pública que como já foi dito, é conjunta Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais.

Vou passar, em seguida, a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente da Subcomissão e ao Senador Paulo Paim, como Presidente da Comissão de Direito Humanos, fará o encerramento.

Mas eu gostaria que ficasse a lembrança para todo o Brasil da disposição do Senado Federal e do Congresso Nacional, porque vários Deputados estiveram aqui presentes em conjunto com a sociedade, com as famílias, com os pais, com os amigos, com os conselhos, em conjunto com o Executivo e com o Judiciário. Inclusive o Advogado Geral da União, Dr. Toffoli, também estava aqui presente, mas que fique clara a mensagem da disposição de todos nós trabalharmos para que haja uma realidade de cidadania, de respeito, de oportunidades, que achemos as soluções em conjunto para os problemas, para a abertura de caminhos, para um futuro melhor. Que esta seja a mensagem dessa Audiência Pública, desta abertura, desta união, deste esforço conjunto que todos nós juntos podemos, podemos mudar a realidade. E é isso que nós desejamos para melhor, para valorizar o ser humano hoje pessoa com síndrome de down, mas extensivo a todas as pessoas com deficiência, 24 milhões de brasileiros em nosso país.

Novamente, que bom que estamos juntos e vamos em frente. Obrigado. [palmas].

Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, e destacando que a senhora... Eduardo Azeredo está do lado da Maria Carolina e Heloísa Azeredo que é uma batalhadora nessa área também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG):

Eu quero aqui agradecer então a presença de todos, dos Senadores, Senadoras que estiveram aqui, dos Deputados, Deputadas e todos vocês que participaram dessa audiência. É uma audiência que marca o respeito às pessoas e marca que nós temos que cada vez mais avançarmos. Não é demais dizer sempre que a nossa lei até que é bem avançada. O cumprimento dela é que não é grandes coisas, mas não é porque existem problemas que nós devemos desistir. Pelo contrário, temos que pegar os bons exemplos e divulgarmos mais nesse objetivo.

Eu ainda quero abrir a palavra rapidamente para a Jane Godoy, que é jornalista, que ela possa falar, pedi para falar rapidamente ainda. A Jane é de Araguari.

SRA. JANE GODOY: Senador Eduardo Azeredo, Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo Paim e Senador Flávio Arns, eu agradeço a oportunidade.

Eu quando era criança, Senadores, eu via em minha volta na cidade de interior de Minas Gerais onde eu morava, que as pessoas escondiam os seus deficientes físicos, ou deficientes mentais, ou deficientes

visuais, enfim. Qualquer tipo de deficiente físico mesmo com alguma espécie de problema de locomoção, essas pessoas eram literalmente escondidas nos fundos dos quintais em alguns quartos escondidinhos de suas casas. E os meus pais me ensinaram que nós deveríamos, eu e meu irmão, deveríamos respeitar essas pessoas, considerá-las como seres humanos normais que realmente eram, seres humanos como nós.

Então, para resumir, tudo isso foi fruto de um processo educativo no seio da minha família.

Quando os meus coleguinhos de escola ou mesmo os moleques na rua apedrejavam os deficientes, eu e meu irmão literalmente avançávamos neles e zangávamos, brigávamos com eles, porque nós tínhamos aprendido em casa que não se deveria fazer aquilo com o semelhante fosse ele quem fosse.

A palavra é educação. Então aqui hoje, num movimento maravilhoso como esse que eu vejo que foi aprovada a lei do cão guia que foi um avanço muito grande para todos nós e a lei da linguagem de sinais, eu queria sugerir aos senhores enquanto Senadores e engajados nessa campanha da integração do deficiente físico em todos os setores, de que os senhores estudassem a possibilidade, Senadores, de exigir e transformar em força de lei, assim como a lei do cão guia e da linguagem de sinais e outras tantas que existem por aí, a obrigação depois que a mãe Edir contou sobre o ônibus que arrancou antes que ela retirasse completamente o filho deficiente do carro, eu sugiro aqui que se transforme em força de lei a exigência de que cada empresário do ramo de transporte coletivo ou de qualquer outro tipo de transporte e que as professoras das escolas públicas e particulares insiram nas suas atividades esse tipo de educação, sob pena de multa. Um empresário de ônibus, um empresário de qualquer ramo de transporte que não proporcionar palestras educativas para os seus funcionários e que... Porque eles cometem isso não é só com os deficientes físicos. Os idosos também sofrem muito com esse fato. Eu já vi idoso cair da porta de um ônibus e eu socorri, eu e meu marido socorremos por absoluta falta de respeito. Então, eu gostaria que essa situação fosse pensada. Que a exigência de que as empresas de ônibus de transporte coletivo, de qualquer tipo de transporte entendam que a vida não é só faturar. Que eles têm que respeitar aquele ser humano que está ali pagando a passagem ou não, mas ele tem que educar os seus funcionários, tem que incutir na cabeça de todos eles o respeito humano. Assim como eu, criança, fui educada numa geração em que o deficiente físico era uma coisa e eu nunca os tratei como coisa, eu acredito e tenho fé na força da educação.

É só isso. Eu agradeço muito e estou aqui, confesso que saio daqui empolgadíssima com todo esse progresso que o Brasil tem feito graças aos senhores. Muito obrigada. [palmas].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG):

Muito obrigado à Jane. A idéia é uma idéia importante, nós vamos verificar na legislação o que pode ser feito, provavelmente é na área da educação mesmo, no currículo escolar para que haja realmente um cuidado maior nessa questão da educação preventiva e por aí que talvez seja o melhor caminho.

Eu quero então agradecer a todos, passando a palavra para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): De forma muito rápida, agradecer a todos vocês. Vocês que ficaram aqui do primeiro minuto até o encerramento dessa grande Audiência Pública, mostrando a raça, a força, a coragem e a competência. Agradecer aqueles que não puderam ficar e tiveram que sair. Agradecer aos atores que estiveram aqui que estão engajados nessa causa. Agradecer as entidades todas que escrevem a sua história, a sua vida em defesa dessa caminhada bonita das pessoas com deficiência. Agradecer ao Presidente Renan Calheiros, que foi aquele que ajudou para que esse grande evento acontecesse. Agradecer o Romário, pela forma como aqui ele se manifestou.

Eu disse no Plenário antes de vir para cá na tribuna que o Romário falta dois gols que será no domingo, mas eu entendo que hoje ele fez dois gols de placa: Um porque é o dia internacional também da luta contra o racismo e o preconceito e eu sei que ele é um jogador símbolo que não admite que ninguém seja discriminado pela raça, pela cor e pela etnia. Por outro lado também, hoje que é motivo dessa sessão é o Dia Internacional da Síndrome de Down, ele vem aqui com a sua filhinha e faz esse belo pronunciamento. E gostei muito quando ele disse “deficientes somos nós, que não entendemos a grandeza, a forma, o olhar, o sentimento, a solidariedade e a maneira bonita como essas crianças, enfim, essas pessoas estão dando uma aula de vida para todos nós”.

Eu quero aqui agradecer a Senadora Fátima Cleide, agradecer à Senadora Patrícia Saboya que não está aqui neste momento porque está em outro evento. Agradecer ao meu querido amigo Senador Eduardo Azeredo que preside já pela segunda vez essa Subcomissão Especial. Senador Eduardo Azeredo, eu quero dizer para ti, e você sabe que é verdadeiro. Em momento da tua caminhada em que te fizeram injustiça, você sabe que nós aqui sempre estivemos ao

seu lado. Por isso uma salva de palmas ao Eduardo. [palmas] É um grande político, eu tenho orgulho de trabalhar ao lado dele e ele sabe muito bem o que nós estamos dizendo aqui agora.

Senadora Fátima Cleide, essa lutadora tem uma história bonita que orgulha a todos nós. Está relatando um projeto difícil que é a discriminação, que combate a discriminação contra a livre opção sexual que é um debate que nós temos que construir juntos. Senador Flávio Arns está ajudando muito, está fazendo um belo entendimento com todos os setores e nós haveremos de construir uma proposta de grande entendimento. Que ninguém seja discriminado, como dizia o grande Martin Luther king, nós todos sonhamos com uma sociedade onde ninguém, ninguém seja discriminado por motivo nenhum.

Eu deixei para o final o Senador Flávio Arns. Ele sabe que eu tenho também por ele, não somente, mas também por ele um carinho muito grande. Não sei se vocês notaram, Flávio, eu quero dar esse depoimento aqui. Mesmo hoje, o Senador Flávio Arns foi um daqueles que articulou essa reunião. E eu pedi várias vezes para ele: “Flávio, você não vai presidir?” Ele: “Não, você vai presidir em nome da Comissão de Direitos Humanos”. Ele ficou ali nos bastidores, ficou atrás. Só os grandes homens têm gestos como esses [palmas]. Por diversas vezes eu pedi: “Flávio”, e ele: “Não, fica aí, você preside e eu fico ali nos bastidores”. E esse depoimento, Flávio, quero que tu guarde para sempre. Não existiria no país estatuto para a pessoa com deficiência se não fosse o Senador Flávio Arns. Nós apresentamos o projeto original, eu digo nós porque nós trabalhamos juntos, mas ele com a sua equipe, com a sua assessoria, conversando com as entidades, eu acho que foram milhares de conversas, foi, foi, foi e o projeto hoje está aprovado. Flávio, me permite isso, eu vou declarar encerrada essa Audiência Pública e vou pedir que a gente dê uma salva de palmas de pé para o Senador Flávio Arns e para todos nós, mas principalmente, simbolicamente para ele [palmas].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, eu vou pedir a todos um minuto, só um minutinho de silêncio. Senador Flávio Arns, eu estou pedindo a todos um minuto de silêncio porque quando eu abri essa sessão com a presença de todos, eu dizia que eu gostaria muito de receber uma informação do Governo, da Presidência da República quem nos representaria na assinatura da Convenção Internacional na ONU. Nesse momento eu estou recebendo um telefonema. Eu gostaria que antes de encerrar eu poder registrar para vocês que o Brasil vai assinar a Convenção e quem é a pessoa que vai representar

o Brasil na ONU? Rogério Sottili, Ministro Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Então, o Brasil vai estar assinando a Convenção Internacional na ONU, parabéns a essa audiência, parabéns ao Rogério que vai lá nos representar. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 16h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL (INSTALAÇÃO)

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2007.

Às treze horas e trinta e oito minutos do dia treze de março de dois e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel e Raimundo Colombo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini e Valter Pereira. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2007/2008. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns convida os Senhores Senadores Romeu Tuma e Marco Maciel para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador **Demóstenes Torres**, sete (07) votos e para Vice-Presidente: Senadora **Marisa Serrano**, sete (07) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, proclama eleito e empossado o Senador **Demóstenes Torres** como Presidente e a Senadora **Marisa Serrano** como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. A seguir, o Senhor Presidente eventual, Senador Flávio Arns passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Demóstenes Torres. O Presidente eleito, profere seu discurso de posse e passa a palavra a Vice-Presidente eleita para também proferir o seu discurso de posse. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e nove minutos, determinando

que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**.— Senador **Demóstenes Torres**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

NOTA TAQUIGRÁFICA

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

INSTALAÇÃO

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música, e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e da Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: Para Presidente, Senador Demostenes Torres. Para Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano. Sobre a Mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Presidente. Saber se já há candidatos indicados ou apresentados para gente poder votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Há uma chapa registrada até o momento para Presidente. Senador Demostenes Torres, para Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se é voto secreto, eu voto com orgulho nos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [risos] Então passo a chamar os Senadores que compõem esta Comissão para vir apanhar a cédula para votação. Demostenes Torres; Romeu Tuma; Rosalba Ciarlini; Marisa Serrano; Marco Maciel; Senador Paulo Paim; Senador Paulo Duque e Senador Flávio Arns, eu próprio. Encerrada a votação. Convido o Senador Romeu Tuma e o Senador Marco Maciel para servirem como escrutinadores.

[palmas]

Feita a apuração dos votos, sete votos para Presidente para o Senador Demostenes Torres e para a

Vice-Presidenta, Senadora Marisa Serrano. Com alegria convido o Senador Demostenes Torres e a Senadora Marisa Serrano a assumirem a Presidência e Vice-Presidência para conduzirem o restante da reunião. Parabenizando os dois pela e certamente farão como tem feito em todas as áreas em que atuam no Senado Federal um trabalho extraordinário e também nesta área será sem dúvida alguma da mesma forma. Parabéns.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Sr. Presidente, Flávio Arns, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, em meu nome e em nome da nossa querida Vice-Presidente, Marisa, quero agradecer por essa eleição para que possamos presidir a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Queira Deus que eu tenha o mesmo destino do nosso querido Sérgio Cabral, me eleger Governador do Rio de Janeiro, não é nem de Goiás. [risos] Claro que meu orgulho é sobremodo a eleição pelo meu Estado. E gostaria de agradecer, dizer que nós vamos, sim, colocar aqui em discussão a criação da Lei Geral do Teatro, desde o seu modelo de financiamento, gestão e formação de público. Nós vamos dar continuidade à discussão e propor medidas legislativas sobre a pirataria na indústria audiovisual. Nós queremos disciplinar o instituto da meia-entrada, agilizar a deliberação de Projeto que visa eliminar a cobrança pelo ECAD aos exibidores de percentual da bilheteria que está aguardando a segunda votação no Plenário do Senado Federal. Nós queremos discutir a regionalização da produção da TV especialmente no que toca cinema, filmes e documentários. Queremos realizar aqui uma Audiência Pública sobre proposição que dispõe sobre desoneração fiscal na importação dos instrumentos musicais e queremos discutir também sobre direitos autorais na música, aprofundar os debates com as entidades ligadas à distribuição, exibição, infra-estrutura da indústria cinematográfica, retomar os encontros com o setor de dança para inclusão como tema dessa Subcomissão, realizar também outras audiências sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, e iniciar a discussão do anteprojeto que versa sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus e proposta de Emenda a Constituição que estabelece condições para a preservação do patrimônio museológico brasileiro. Entre outras proposições. Temos uma tarefa muito grande e esperamos ter o mesmo êxito que a gestão anterior.

Ao meu lado teremos aqui essa grande Senadora que acaba de chegar, mas tem uma experiência fantástica na área de educação, nessa área de preservação do patrimônio histórico, de cinema, teatro, música e

comunicação social. E tenho certeza que com o auxílio dos senhores e Srs. Senadoras nós vamos poder fazer um grande trabalho. Que Deus nos proteja. Muito obrigado. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero cumprimentá-lo pela Presidência dessa importante Subcomissão aqui da Comissão de Educação, Senadora Marisa Serrano sei que ambos farão belíssimo trabalho e de pronto eu queria também dizer que pode contar comigo para esse debate de um tema tão importante. Eu mesmo fui procurado no Rio Grande do Sul por aqueles que são os proprietários das casas de cinema que estão numa situação desesperadora. Por amor à causa, por entenderem a importância que é o cinema lá no interior, como também nas capitais é que eles ainda estão com as casas abertas. E eles querem fazer esse grande debate aqui nessa Subcomissão, e eu quero ser parceiro nesse tema, nesse debate, para apontar caminhos que permitam efetivamente que o nosso cinema, eu me lembro da minha juventude, que eu trocava gibi em frente ao cinema, do Zorro, do Tarzan... Enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Esse troca-troca de gibis é muito saudável.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É saudável, né? [risos] Porque efetivamente a gente não comprava porque não tinha dinheiro, comprava um e trocava e ia lendo diversos. Mas eu me lembro à importância que era para minha juventude, em vez de hoje a gente ver a violência nas ruas, V.Ex^a. com experiência nessa área ia ao cinema. Ter aquele espaço ali de lazer da mais alta qualidade. Então, conte conosco aqui e parabéns a ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Eu queria primeiro agradecer a intervenção de V.Ex^a e dizer que essa Subcomissão, que é a Subcomissão Permanente mais antiga do Senado, ela elaborou justamente um Projeto que visa eliminar a cobrança pelo ECAD aos exibidores de percentual de bilheteria. Isso talvez ajudaria resolveria o problema. E nós deveremos ter uma reunião até o final do mês com representantes dos exibidores para tentar encontrar uma solução legislativa para o problema. Agradecer muito a essa intervenção, agradecer ao nosso Presidente Senador Flávio Arns e a essa grandiosa Senadora, Senadora Marisa Serrano do Mato Grosso do Sul que, com certeza, irá sempre abrilhantar os trabalhos dessa Comissão. Eu peço e vou transferir a palavra para a nossa Senadora para que ela também possa dizer algumas palavras a essa Comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Apenas, Sr. Presidente, para dizer da minha alegria de poder participar não só da Comissão de Educação, mas dessa Subcomissão, e agradecer o voto dos nossos pares e dizer que durante os oito anos que eu fui Deputada Federal, os oito anos fiz parte da Subcomissão de Cultura quando fizemos o plano nacional de cultura e discutimos todos os setores envolvendo, tanto o patrimônio material e imaterial e todas as questões relativas à área. E tive a oportunidade dentro do Mercosul de criar em Palermo, na Argentina em Buenos Aires na Universidade de Palermo uma carta de cultura para estudantes do Mercosul que vige até hoje. É uma forma de fazer com que a cultura não só do nosso País, mas de todos os Países que nos fazem fronteira e toda a América Latina possam participar ativamente daquilo que é a expressão maior de um povo que é a sua cultura.

Portanto eu fico muito feliz de estar aqui e dizendo que nós vamos depois ter que fazer alguns acréscimos, um deles vai ser colocar as artes plásticas também como um dos fatores de atuação da nossa Subcomissão que eu acho que isso também é muito importante. Mas fico aqui pronta às suas ordens para que possamos trabalhar juntos em prol da cultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Muito obrigado. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h49

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2007.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Neuto De Conto, Ademir Santana, Jonas Pinheiro, José Agripino, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Ideli Salvat-

ti, Renato Casagrande, Valdir Raupp e Sérgio Guerra. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria da Senadora Fátima Cleide ao Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2000, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que “Torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências”. O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Salvador Zimbaldi, que “Institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. O Senhor Presidente, esclarece ao plenário que o Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2005 e Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2005 não serão deliberados em virtude de serem proposições que versam sobre matérias pertinentes a recém criada Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Projeto de Resolução nº 02/07) portanto, não são de competência regimental desta Comissão. Item 08: Requerimento nº 001, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano que, requer “... nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal seja convidado o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, com a finalidade de esclarecer e discutir os resultados do SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico e do ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio, referentes aos exercícios de 2005/2006, que segundo as informações disponíveis mostram um desempenho dos estudantes avaliados abaixo das expectativas e da curva histórica, desde

sua implantação”. Neste momento, o Senhor Senador Eduardo Azeredo pede a palavra e propõe aditar o requerimento incluindo como tema da audiência pública, a discussão sobre o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Aditamento 01 ao Requerimento nº 001, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que, requer “... nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 001/2007, para a inclusão do tema “A Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”, no escopo do requerimento proposto”. O Requerimento e o aditamento são aprovados. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2006 e Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Primeiramente, antes de continuar, quero dar as boas vindas a todos os Senadores e Senadoras. Agradecer que me tenham colocado aqui na posição de Presidente desta Comissão, e espero que nesses próximos dois anos, possamos trabalhar não apenas na leitura e na aprovação dos diversos projetos, mas eu acho que dando uma contribuição realmente para que o Brasil perceba a importância da educação, que o Governo se sensibilize, colaborando com o Gover-

no no que for preciso, para que a educação deixe de ser apenas um problema como tem sido e passe a ser visto como um vetor da transformação social.

O momento é muito oportuno, eu diria, porque já há um sentimento da frustração diante do quadro educacional brasileiro. Eu estou querendo, cada Sessão, distribuir esse observatório da educação que é para que a gente saiba que todos nós estamos lendo as mesmas coisas sobre a educação. Provavelmente todos já leram tudo isso nos jornais, mas eu creio que colocando junto a gente vai poder ter um sentimento comum das notícias. Também vou trazer análises sobre temas como esse assunto recente do ENEM, essa queda nos resultados do ENEM, eu pedi que a consultoria do Senado fizesse um documento explicando direitinho o que aconteceu para que a gente possa estar a par como membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes já que não somos mais Comissão de Ciência e Tecnologia, nem Comunicação. E também para mostrar, dar o sentimento, eu pedi para distribuir aí quem é que venho antes da gente, como seria necessário muito papel, eu coloquei também, a primeira Comissão de Educação que foi em 1935, coloquei uma outra que foi 1946 que foi importante, e depois as últimas, nos últimos dez anos.

Eu quero, antes de entrar na pauta dizer que acho que nós deveríamos manter todos os procedimentos conforme vinham sendo feitos. Inclusive a idéia de que se um Relator falta a mais de duas Sessões, a gente aí aproveita um Relator *ad hoc* para ler o Parecer que já está pronto, e com isso, eu entro diretamente na pauta com o primeiro item que é o item terminativo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, antes disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Gostaria de solicitar a V.Ex^a que examine a possibilidade de compatibilizarmos a agenda da Comissão de Educação em face das outras reuniões que se dão as terças-feiras. Nós todos temos um vivo interesse em participarmos das discussões dessa Comissão, sobretudo porque somos titulares, mas há uma incompatibilidade em face das coincidências que existem principalmente na terça-feira, de modo que eu solicito a V.Ex^a que examine em conjunto com os demais integrantes dessa Comissão a possibilidade de alteração da data da reunião, talvez marcando uma outra data enquanto reuniões extraordinárias a fim da gente compatibilizar essa nossa agenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu considero a colocação do Senador--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu gostaria de dizer que talvez a minha proposta, complementar, no caso do Senador Marconi, era dos Presidentes das Comissões se reunirem. Eu vim para o debate em duas Comissões, todas no mesmo horário. Se os presidentes das Comissões se reunirem, eu acho que poderiam colocar num horário um pouquinho, pelo menos meia hora de diferença para que a gente possa participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só para abrir o debate, eu quero dizer que é extremamente pertinente a preocupação do Senador Perillo, eu acho que a gente deve debater o horário. Lembrando apenas que faz sete anos que se mantém esse horário, segundo eu fui informado pela Secretaria e foi depois de um longo trabalho que se chegou a esse horário, mas eu mesmo estou sendo impedido do meu exercício, porque aqui ao lado está a Comissão de Relações Exteriores, duas embaixadoras sendo sabatinadas, ambas amigas minhas, uma delas ex-aluna minha, quer dizer que eu estou ficando velho, tendo ex-alunos Embaixador, mas eu creio que é pertinente, está aberta a discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, primeiro cumprimentá-lo pela presidência dessa Comissão. V.Ex^a presidiu a Comissão de Direitos Humanos, eu tive orgulho de ser Vice-Presidente de V.Ex^a. naquela Comissão, V.Ex^a tem uma belíssima história na área dos direitos humanos, em outras áreas e principalmente eu diria, se me permitir, na educação que tem tudo a ver com direitos humanos. V.Ex^a foi Ministro, foi Reitor, enfim, eu entendo que essa Comissão há de continuar um belíssimo trabalho feito por aqueles que o antecederam, como V.Ex^a já disse na abertura, eu tenho dito em todas as Comissões. Fizemos muito, mas há muito por fazer ainda. Eu quero reforçar aqui a tese da nossa Senadora quando disse que seria importante uma reunião dos Presidentes das Comissões. Eu mesmo estou com um problema na Comissão de Direitos Humanos e acabei marcando, parece quinta-feira para não coincidir com os horários. Mas eu quero dizer que estou nessa Comissão já há quatro anos e nós trocamos todos os horários possíveis e imagináveis e foi exatamente nesse horário que nós conseguimos mais *quorum* no longo dos últimos dois anos e que é a Comissão ainda que mais dá *quorum*, é essa aqui e a CCJ eu diria.

Por isso que nós temos que olhar com todo o cuidado na negociação com os outros Presidentes, porque esse horário é quase que um horário nobre. Mas eu entendi a preocupação de ambos. Quero me somar e vamos ver se nessa reunião dos Presidentes de Comissões e Vice, a gente constrói um grande atendimento

para que não haja coincidência. Quem sabe uma outra Comissão possa ir para um horário diferente desse. Em resumo, eu quero fortalecer a idéia da reunião dos Presidentes, se me permitir, Senador Cristovam, por dois motivos. Além desse, falta de estrutura para os funcionários das Comissões trabalharem.

Veja bem, poderíamos ter dez, doze funcionários contratados além de dez doze da Casa e nós temos praticamente três, quatro, lugares para as pessoas sentarem para trabalhar.

Então, essa reunião proposta pela Senadora, me deu branco, me desculpe...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Marisa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Marisa que foi Deputada junto comigo, poderíamos aproveitar para discutir a questão da estrutura das Comissões e que os horários não coincidam, como colocou muito bem o ex-Governador e nosso Senador agora Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu tenho a impressão que a colocação do Senador é muito oportuna, como eu disse, mas a proposta da Senadora pode ajudar a resolver. Antes de discutirmos o horário, eu me proponho a conversar com o Presidente Renan, porque ele que convocaria uma reunião dos Presidentes, a gente colocaria o nome dos Senadores e veria como combinar melhor, aí eu traria para que a gente voltasse a discutir. Está bem?

Então, o primeiro Item da pauta é um projeto terminativo de autoria da Senadora, nossa querida amiga Heloísa Helena, e com o substitutivo da Senadora Fátima Cleide que é a Relatora com o Parecer favorável. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, já foi lido o Parecer anteriormente, apresentado o substitutivo. Eu queria, nessa oportunidade também, parabenizá-lo pela condução a presidência da Mesa. Lamento não podermos ter tido a votação aqui, porque eu creio, tenho certeza seria unanimidade, é muito importante que a gente mantenha essas coisas que o Regimento prevê, mas infelizmente por um acordo de líderes, nós não tivemos a oportunidade de fazer a votação que mostraria a unanimidade em torno do seu nome. Quero parabenizá-lo e também dar as boas vindas aos nossos colegas Senadores e Senadoras que chegam também para, junto conosco, discutir os problemas da educação neste País. Neste momento, eu quero apenas solicitar aos Senadores que votem favoravelmente a este projeto que determina que 0,5% das publicações sejam realizadas também em braile para que a gente possa ter, de fato, a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência visual e que

a gente possa aprovando, acelerar esse processo no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Agradeço a Senadora porque é importante saber que esse é um projeto que tem um cunho muito forte de educação daqueles que, por deficiências, terminam sendo excluídos.

O Parecer ao PLS 22400 de autoria da Senadora Fátima Cleide é favorável ao projeto, na forma do substituto oferecido que foi aprovado na reunião do dia 12 de 12 do ano passado. Não sendo oferecidas Emendas ao projeto, a matéria é dada como definitivamente adotada pela Comissão. Segundo, o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado. Algum Senador, não tendo nenhuma opinião, está aprovado de uma forma terminativa.

O Item 2 é um projeto não terminativo que altera a Lei 9.263 de 12 de janeiro de 96 que trata do planejamento familiar para tornar obrigatório o ensino da educação sexual, instituir o dia do planejo familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica, e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica.

Um tema extremamente importante, polêmico, que eu chamo a atenção dessa nossa Comissão para o mesmo. Autoria é do Senador Marcelo Crivella, que não está presente, e o Relator é o Senador Edison Lobão que está sendo convidado para vir. Eu creio que vale a pena dar um tempo para que ele chegue e passaríamos ao Item nº 3.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, eu tenho um projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel, com a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Eu não sei se eu poderia relatar a referida proposição que é o Item nº 5 e na pauta da reunião constava como Item nº 1 e agora como Item nº 5. E eu posso fazer uma leitura do expediente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Eu aceito a sugestão do Senador Marco Maciel até porque os outros itens até o quinto também não tem a presença ou do autor ou do Relator.

Então, eu submeto se a Comissão está de acordo, nós passamos para a análise do projeto nº 108 de 2006, institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos. Autoria do Deputado Salvador Zimbaldi e a Relatoria do Senador Marco Maciel a quem eu passo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Nobre Presidente Senador Cristovam Buarque, Sr^{as}. e Srs. Senadores, serei breve. Chega ao exame da Comissão de Educação do Senado o Projeto de Lei da Câmara de autoria, como anunciou o Presidente, Deputado Salvador Zimbaldi. A proposição em análise propõe criar uma data nacional para os vicentinos, a ser comemorada no dia 27 de setembro. Em sua justificativa o autor rememora a tradição vicentino em nosso País voltada a prestar auxílio aos mais necessitados e alega que a escolha da data presta-se a homenagear o fundador da entidade o padre Antônio Frederico Ozanam, cuja prática em favor dos pobres é reconhecida em todo o mundo. Na Câmara dos Deputados o projeto foi distribuído a Comissão da Educação, Cultura e Desporto que se manifestou favoravelmente em seu mérito e a Comissão de Constituição e Justiça e redação que emitiu também Parecer na mesma direção. Ou seja pela aprovação da proposição. Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a apreciação das Comissões era conclusiva e não tendo sido interposto recurso, a matéria foi encaminhada ao Senado e aqui distribuída a Comissão de Educação, não foram oferecidas Emendas ao projeto.

Análise, cabe a Comissão de Educação, apreciar tanto o mérito quanto os aspectos constitucionais, jurídicos regimentais do PLC em discussão visto que está entre as suas competências opinar sobre matérias que tratem de datas comemorativas nos termos do art. 102, inciso II do Regimento Interno desta Casa. A instituição do 27 de setembro como o Dia Nacional dos Vicentinos proposta pelo Deputado Zimbaldi, situa-se no contexto na tradição nacional de celebrar certas profissões, políticas públicas ou segmentos étnicos da população brasileira.

O grupo de voluntários vicentinos trabalha pelo resgate da dignidade de pessoas em situação de exclusão social. Se hoje a exclusão social é tema de políticas públicas sérias e consistentes com a transferência de renda aos desvalidos a fim de que tenham o mínimo para se alimentar, nem sempre foi assim, sobretudo no passado, no passado mais remoto. Por isso o grupo que atua mais de um século no nosso País merece o reconhecimento como pioneiro de uma prática hoje consolidada, os vicentinos estão organizados em grupos sociais com presença em periferias de grandes cidades, em Municípios menores onde reúne pessoas, identificam carentes e prestam assistências sistemáticas a eles.

Por essa relação, Sr. Presidente, e por entender que a matéria não tem nenhum questionamento de natureza constitucional ou jurídica e muito menos legal, está redigido de acordo com a boa técnica legislativa,

sou de Parecer favorável a aprovação da referida proposição oriunda da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra aos Senadores e Senadoras para saber se algum quer se pronunciar. Não havendo pronunciamento, eu ponho em votação. Os que forem favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

Eu passo de volta ao Item cujo Relator é o Senador Edison Lobão que eu já li, Senador Edison Lobão qual é a razão do projeto e passo a palavra para leitura do seu Parecer, Projeto nº 284 de 2006.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega a Comissão de Educação o Projeto de Lei do Senado 2004, 2006 de autoria do Senador Marcelo Crivella que se destina a promover alterações na Lei 9.263 de 96 que regulamentou o § 7º do art. 226 da Constituição Federal relativo ao planejamento familiar.

As modificações ensejadas pela proposição incluem os seguintes itens:

a) Tornar obrigatória a educação sexual no ensino médio e fundamental dos estabelecimentos de ensino público e privado na instrução prestada no serviço militar obrigatório, nas academias e demais cursos de formação militar, bem como nos cursos de formação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Ferroviária Federal;

b) Criar o dia do planejamento familiar a ser anualmente celebrado em 12 de janeiro. Data da Sessão da Lei 9.263 com o objetivo de difundir a prática e os direitos reprodutivos da população;

c) Reduzir a idade mínima exigida para a esterilização voluntária dos atuais 25 para 18 anos de idade, com a condição de que o interessado tenha, pelo menos, dois filhos vivos. E finalmente, revogar a exigência de que na vigência da sociedade conjugal, a esterilização voluntária dependa de consentimento expresso de ambos os cônjuges.

A Lei em que se transformar o projeto deverá entrar em vigor na data da sua publicação com exceção da obrigatoriedade da educação sexual que teria um ano de prazo para começar a vigorar. Na justificativa do projeto, o autor destaca a necessidade de se instituir medidas que propiciem especialmente para as camadas mais pobres da sociedade brasileira, a obtenção de informações sobre o planejamento familiar e a ampliação do acesso a essas ações.

Da análise, é indiscutível, Sr. Presidente, a importância de se ampliar o acesso da população a orientação sexual, desde a infância e a adolescência. Trata-se de uma questão de direitos humanos e de saúde pública que engloba a difusão de informações sobre

a prevenção da gravidez precoce e das doenças sexualmente transmissíveis no início da vida sexual dos jovens ou mesmo antes desse momento. Segundo a Organização das Nações Unidas, cerca de um terço das trinta milhões infectadas pelo HIV no mundo, tem entre 10 e 24 anos. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, 13% dos casos de Aids diagnosticados entre 80 e 98 foram em adolescentes.

Sr. Presidente, quanto ao dia do planejamento familiar julgamos a iniciativa oportuna, apesar do possível inconveniente de celebrá-lo em janeiro, período de férias escolares, mas o simbolismo do dia da ascensão da Lei 9.263 compensa a esse obstáculo até porque o SUS e não as escolas é que deverá ser o principal responsável pelas ações comemorativas da data. As outras alterações previstas pelo projeto referem-se as exigências para a realização de cirurgias voluntárias de esterilização, devem, portanto, ser discutidos no âmbito da CAS. Ressaltamos apenas que na modificação proposta pelo Projeto de Lei ao art. 10, inciso I da Lei 9.263 alterou-se não somente a idade mínima requerida para a esterilização, como destaca a justificação, mas também se incluiu a exigência de que o interessado tenha pelo menos dois filhos vivos, no texto atual da Lei, a idade mínima e a exigência de ter pelo menos dois filhos vivos são requisitos alternativos, não concomitantes, parece-nos, portanto, que a alteração proposta deverá ser cuidadosamente examinada pela CAS e se for o caso a redação do projeto deverá ser corrigida.

Finalmente, sobre a vigência do projeto, julgamos oportuna uma pequena modificação para que a obrigatoriedade da educação sexual nos estabelecimentos de ensino passe a valer não após decorrido o ano da publicação, mas no início do ano letivo subsequente a ela.

O voto, diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 284 de 2006 de autoria do Senador Marcelo Crivella sempre preocupado com questões sociais de profundidade, como é o caso presente, com as seguintes Emendas.

Emenda nº 1, dê-se aos incisos I e II do art. 5º da Lei 9.263 a seguinte redação: Art. 5º, inciso I, no ensino médio e fundamental dos estabelecimentos de ensino público e privado de acordo com os respectivos projetos pedagógicos; II, na instrução prestada aos conscritos das Forças Armadas submetidos ao serviço militar obrigatório e dos estabelecimentos militares de educação básica. E a Emenda nº 2, dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei 284 a seguinte redação: Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ressalvada o disposto nos incisos I e 2, do § 1º do art. 5º que começará a gerar efeitos no início do primeiro ano letivo

subsequente a sua publicação. É o meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. O Parecer do Senador Edison Lobão. Por favor, Senador.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Sr. Presidente, eu só tomei conhecimento agora do Projeto de Lei. Tem alguns assuntos que eu precisava estudar com maior profundidade, como por exemplo, a redução de 25 anos para 18 e revogar a exigência do consentimento expresso de ambos os cônjuges e outros detalhes. Por essa razão tomo a liberdade de pedir vistas ao projeto para um conhecimento mais profundo e sugiro ao senhor que encaminhe cópia também aos demais Senadores porque de fato são coisas que mudam profundamente essa questão e eu me sentiria mais seguro em votar após um estudo mais aprofundado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma prerrogativa pedir vista, está concedida. Eu passarei cópias para todos os Senadores que pedirem vistas, Senador Colombo. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Concordo com o Senador Colombo, [inaudível] é extremamente polêmico. Há uma preocupação muito grande com todos os educadores, V.Exª. sabe disso, da inclusão da obrigatoriedade [inaudível] escola, e isso ameniza a proposta com Emendas, que vai ser de acordo com o projetos pedagógicos da própria escola, e além disso também há problemas de [inaudível] do planejamento familiar. Eu acho que esse é o único que seria de comum acordo, daria para a gente votar. Mas os outros não, eu acho que é uma questão a ser discutida, todas as questões a serem discutidas e polêmicas e eu tenho certeza que não passará tranquilamente nessa Casa sem uma grande discussão entre todos os pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Senador Raimundo Colombo ter pedido vista porque eu acho que esse é um tema que só debater já presta um serviço. Debátê-lo já é algo positivo, então não vamos aprová-lo precipitadamente. Além disso, é um tema que toma em aspectos morais de uma repercussão importante sendo aprovado, sem dúvida alguma, mas que merece esse debate. Inclusive, se houver consenso, podia ser pedido de vista coletivo e eu mandaria cópia para todos. Está bom, então mandaríamos cópias e continuaremos debatendo.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA): Sr. Presidente, eu cumpri o meu papel de Relator e examinei esta matéria, mas considero que de fato é um tema po-

lêmico e entendo como de grande utilidade que todos os Srs. Senadores de fato participem desse debate e contribuam do melhor modo que puderem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, eu quero parabenizar pelo seu Parecer. O Parecer está correto, eu creio que apenas merece um debate mais profundo e fico contente que tenha sido pedido vista. Senador.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Sr. Presidente, eu acho importante esse pedido de vista para que seja realmente esse assunto bastante analisado, porque além de questões morais envolve também questões de saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Senadora Rosalba. Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, além de concordar com o que aqui se posicionaram os demais Senadores, eu gostaria de fazer a sugestão, não só no passo do visto também da reflexão de cada um dos Senadores que nós encaminhássemos, inclusive, a possibilidade de uma Audiência Pública para que a gente debatesse de uma forma mais profunda, inclusive com a sociedade envolvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria que o Senador Cícero colocasse isso como um Requerimento formal e a nossa Secretaria pode ajudar nisso e na próxima Sessão da Comissão, nós aprovaríamos certamente, porque eu acho que seria muito interessante, porque o debate é positivo. Senador Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, apenas para me associar as demais solicitações de vistas, já que o assunto realmente é complexo, requer uma reflexão, um debate mais profundo por parte dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Antes de passar para o próximo Item, eu quero saudar o Senador Wellington que chegou há pouco e dizer que como membro dessa Comissão desde o ano passado, eu agradeço a sua presidência e quero dizer que foi profícua e, sobretudo, em alguns momentos foi extremamente importante como no caso da discussão entre recursos e incentivos fiscais para o esporte e para a cultura. O Presidente Wellington teve um papel fundamental na coordenação e conciliação entre esses dois setores.

Então, eu quero em meu nome, em nome de toda a Comissão, agradecer o seu trabalho nos meses que dirigiu essa Comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pelo art. 14. [risos] Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a, quando num acordo de lide-

rança foi definido que essa Comissão ficaria sobre a presidência do PDT e que V.Ex^a seria o presidente, eu reivindiquei ao meu partido ser Vice-Presidente de V.Ex^a, porque realmente a passagem de V.Ex^a para essa Comissão será marcante, já fico aqui tremendamente enciumado com esse jornalzinho, Observatório da Educação que V.Ex^a lançou hoje, o nº 1, uma idéia super criativa e que atualiza a Comissão pelos fatos que acontecem durante a semana, mas, infelizmente, ou felizmente, num acordo de liderança foi criada uma nova Comissão e o meu partido achou por bem me indicar como Presidente, mas eu não abri mão de ficar como titular na Comissão de V.Ex^a que será realmente um período frutífero, digamos assim e que será muito bem debatido, muito bem discutido as questões da educação no País.

Eu sempre torci para que V.Ex^a estivesse sentado nessa cadeira, porque todo o seu trabalho, uma história bonita. Inclusive, quando V.Ex^a foi candidato a Presidente, sempre defendendo a educação, achando que a educação é o princípio de tudo. Eu acredito essa questão da violência até mesmo ter sido debatido a educação, se tivesse tido, se pudesse ser aplicada com mais seriedade no nosso País, na base como V.Ex^a sempre defendeu, aquele olhar daquele garoto que participou daquela tragédia no Rio de Janeiro, na verdade, a foto e o olhar dele define realmente que ele já viu aquilo muitas vezes, não foi só aquela vez. A foto quando eu vi daquele garoto sendo preso e o olhar dele é como se aquilo fosse uma coisa normal na vida, e eu tenho certeza que se a educação fosse mais bem cuidado, digamos assim, como V.Ex^a bem disse, uma frase que V.Ex^a disse, se nós fizermos o nosso trabalho direitinho, talvez essa frase tenha sido, V.Ex^a sabe do que eu estou falando. Disse para alguém que... Fizemos nosso trabalho direitinho e acabaram tendo consequência essas frases seriíssimas, digamos assim, mas será um período maravilhoso nessa Comissão.

Já estou aqui, V.Ex^a não prestava atenção que estava atendendo a questão administrativa, enciumado com esse lançamento do jornal, Observatório da Educação, maravilhoso, acho que toda a semana teremos aqui alguma coisa que vai acontecer durante a semana anterior para o debate.

Então, Senador Cristovam, para mim é uma honra muito grande participar dessa Comissão sobre a presidência de V.Ex^a. Sinto que a questão da tecnologia, comunicação e ciência, na verdade, é como um filho dessa Comissão que cresceu, casou e está saindo de casa. A verdade é essa. Não é iss? Que a tecnologia evoluiu tanto que hoje, ela não pode ser uma Subcomissão da Educação. O Julinho que é um grande secretário sentiu

como um pai que perde um filho que sai de casa, mas a vida é assim, Júlio, você sempre aqui presente com outros Presidentes. E o Senador Cristovam vai tentar, vai tentar não, tenho certeza que vai fazer com que a educação seja tão debatida nessa Comissão que o Ministro Haddad vai ter que tomar uma lição de casa toda a vez que vier aqui. É um prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Wellington e de fato termos uma Comissão especial para Ciência e Tecnologia e Comunicação vai, inclusive, nos aliviar do trabalho e permitir que a gente se dedique mais a educação. Tanto que dois itens da pauta, eu quero dizer que a gente não deve discutir, porque dizem respeito a nova Comissão que o Senador Wellington preside. Que é um artigo que acrescenta o § 3º ao art. 26 da Lei 8.977 de 6 de janeiro de 95 que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e outras providências. Não há razão para que discutamos aqui. E o outro altera o art. 23 do Decreto-Lei 986 de 21 de outubro de 69, que institui normas básicas sobre alimentos para estabelecer a obrigatoriedade de informação e o valor energético de produto apresentados em propagandas de alimentos e bebidas. Propagandas será na nova Comissão.

O Item 6 e 7, portanto, ficam prejudicados. Os outros itens que não discutimos ainda estão prejudicados pela ausência dos Relatores. Nós, portanto, temos apenas um último Item que é o Item 8 que é um Requerimento da Senadora Marisa Serrano que nos orgulha como todos os outros, por pertencerem a essa Comissão. Eu vou deixar que a própria Senadora apresente o seu Requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Requeiro nos termos do inciso III, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, com a finalidade de esclarecer e discutir os resultados do SAEB e do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, referentes aos exercícios 2005, 2006 que segundo as informações disponíveis mostram um desempenho dos estudantes avaliados abaixo da expectativa e da curva histórica desde a sua implantação.

Eu queria aqui informar aos Srs. Senadores e ao Presidente, que embora o inciso III do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, ele não convida, ele convoca, eu achei por bem, convidar o senhor Ministro, embora não exista essa palavra no Regimento e a palavra é convocação, porque eu acredito muito, Sr. Senador Cristovam, que é o momento de todos nós discutirmos juntos uma perspectiva e uma nova agenda para a educação nacional. Isso não é e não pode ser só uma proposta do Ministério.

Eu gostaria muito e acredito que todos os nossos pares aqui nessa Comissão, de ouvir o senhor Ministro naquilo que é prerrogativa do Ministério da Educação, dar as normas e os rumos para a educação nacional. E quando a gente sente que talvez os rumos estão sendo perdidos ou desvirtuados ou não estão muito claros para a sociedade, é questão de ouvirmos o Ministro, quais são as propostas do Ministério da Educação para a melhoria da qualidade da educação nacional e para que a gente não crie cada vez maior fosso entre a educação dada nas escolas particulares e nas escolas públicas, e principalmente que a gente possa discutir com ele questões que são fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino, seja a ampliação do tempo dos alunos nas escolas e não só para que o aluno fique três horas na escola, mas que isso possa ser ampliado e também a questão da formação dos professores e do salário dos professores, coisas que são fundamentais para que a educação melhore nesse País.

Portanto, eu gostaria muito que o Ministro estivesse aqui e pudesse nos dar essa senda e principalmente sabermos qual é a proposta do Ministério para essa área.

Portanto, essa é a razão do meu Requerimento convidando o Sr. Ministro para que ele venha discutir conosco. Nós queremos ser parceiros da educação nacional, nós queremos estar junto do Ministério, mas nós sabemos que vamos depender muito também dos nossos Governadores, dos nossos Prefeitos, já que o ensino médio e a educação fundamental, na vastíssima maioria, afetam os governos estaduais e municipais, mas o MEC não pode se abster de dar os rumos da educação nacional, porque constitucionalmente é essa a função do Ministério e para partirmos para discutir com os Governadores e Prefeitos, nós temos, primeiro, ouvir qual é a linha nacional que ele está nos colocando. E fico mais preocupada ainda, Ministro, espero que ele venha logo, que não demore muito a vir, há os rumores aí que nós podemos ter um quarto Ministro ou Ministra da Educação, mas eu gostaria que o Ministro Haddad que acompanhou esse processo possa estar conosco o mais breve possível.

Essas razões do meu Requerimento, eu espero a aprovação de todos os meus pares, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão entre os Senadores a proposta da Senadora Marisa. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, eu solicitei a palavra, Sr. Presidente, por duas razões. Em primeiro lugar para parabenizar esta Comissão por ter,

em sua presidência uma autoridade em educação no Brasil como V.Ex^a.

Eu tive a satisfação de trabalhar com V.Ex^a na condição de Governador do Estado e V.Ex^a, Ministro de Estado e da Educação. Já o conhecia antes, já sabia, portanto, do seu compromisso com a educação e na condição de Governador pude, mais de perto perceber o nível de comprometimento sincero, o idealismo com que V.Ex^a desenvolveu as atividades enquanto Ministro buscando o aperfeiçoamento, buscando qualidade em relação a questão do ensino no Brasil. Tivemos juntos uma discussão grande em relação a questão do analfabetismo, V.Ex^a tinha projetos muito densos e muito bem articulados em relação a questão do combate ao analfabetismo, além de outros muitos projetos, alguns deles implantados através dessa parceria do Ministério, tendo a frente V.Ex^a, com o Governo de Goiás. Essa última campanha presidencial também ficou bastante patenteada a importância de vossa candidatura presidencial no sentido de trazer a habilita esse debate em relação à qualidade do ensino, em relação ao desenvolvimento da educação em todos os níveis de desenvolvimento também da pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa e desenvolvimento, enfim. A candidatura de V.Ex^a foi muito importante para colocar no centro das discussões nacionais a questão da educação como prioridade para o nosso País.

Em segundo lugar, gostaria de saudar e cumprimentar a ilustre Senadora Marisa Serrano pela iniciativa de convidar para estar aqui conosco, debatendo a questão do ENEM e do SAEB que são dois sistemas importantes de avaliação no Brasil, os últimos resultados. Esse Requerimento é muito pertinente e a iniciativa da Senadora Marisa justifica esta convocação, esse convite a medida que ela também é uma das grandes especialistas nessa área da educação no Brasil. Foi Secretária de Educação no Estado do Mato Grosso do Sul, desenvolveu o seu trabalho com muita competência, depois foi nossa colega na Câmara dos Deputados, sempre preocupada, atenta com as questões de educação no País. E nesta audiência, nós teremos a oportunidade de debater um pouco sobre o sistema de avaliação que estão apontando para um decréscimo em relação a qualidade do ensino.

Eu sempre dizia, quando o Governador do Estado que o modelo mais eficiente, mais eficaz de se democratizar a oportunidade nesse País é a educação de qualidade, esse é o meio mais eficaz que nós temos no sentido de garantir oportunidades iguais, de democratizar oportunidades.

Então, discutir educação, sobretudo a educação de qualidade, fundamental para o futuro do Brasil. Não adianta plano de aceleração do crescimento se nós

não tivermos um plano eficaz de aceleração do ensino, da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Portanto, com essas palavras, eu saúdo V.Ex^a e cumprimento a ilustre Senadora Marisa Serrano pela oportunidade desse Requerimento. Até porque o Ministro da educação é um Ministro qualificado, é uma pessoa que certamente vai trazer aqui importantes subsídios para esse debate. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Marconi. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, da mesma maneira que o Senador Marconi Perillo, eu quero, primeiro, como essa é a primeira reunião nossa da Comissão de Educação, saudar a sua direção como presidente dessa importante Comissão e lembrar, na verdade, a questão da educação ela está no centro de tudo, nesse momento em que o Brasil se comove com o bárbaro assassinato, podemos dizer, do Rio de Janeiro, nós temos que lembrar que a educação é o principal caminho, o caminho de longo prazo para melhorar essas relações tão deterioradas na sociedade brasileira. A educação é sem dúvida alguma o caminho principal, evidentemente, que outras providências têm que ser tomadas em conjunto. Mas participando dessa discussão da proposta do Requerimento da Senadora Marisa Serrano, eu quero também aprovar esse Requerimento na importância de termos aqui o Ministro da Educação. Eu só chamaria a atenção que nós precisaríamos ter uma marcação rápida porque não sabemos se ele fica ou se ele vai sair nesse período de mudanças governamentais.

Alguns temas ainda estão um pouco pendentes, além da questão de discutirmos os resultados do ENEM, eu diria que podemos discutir com ele um pouco a questão ainda da implantação em si do FUNDEB, porque agora recentemente lá em Belo Horizonte a prefeitura que é do PT, ela queria fechar as escolas de ensino médio com o argumento que o ensino médio é do Estado e foi necessário o atendimento com o Estado para poder fazer pelo menos uma questão gradativa, então, isso também é importante tenhamos o esclarecimento. Eu me lembro bem quando discutimos o FUNDEB não era bem assim, não é a questão de que o ensino médio é só do Estado, o ensino médio é obrigação primordial do Estado, mas o poder municipal participando do sistema de colaboração, de maneira que não só a questão do ENEM, mas também a implantação do FUNDEB é importante que seja tema dessa vinda do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, quero também, a exemplo do que os outros Senadores e Senadoras já fizeram, enaltecer também, registrar a condução de V.Ex^a para a presidência desta Comissão de Educação e tenho certeza de que vai ser, assim, um período de debate intenso, profundo, de busca de caminhos, de reflexão, de discussão, de priorização desta área dentro do Congresso e do Brasil. Eu gostei muito da expressão do Senador Marconi Perillo, ex-Governador também com toda a experiência que ele tem, fomos colegas também no PSDB de que nós teríamos que ter em primeiro lugar, o PAC da educação. Eu acho que se nós tivéssemos a expressão PAC da educação investisse tudo que fosse necessário em termos de educação, nós teríamos uma possibilidade de ter um Brasil diferente. Mas educação como é o Requerimento da Senadora Marisa Serrano, educação básica, básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial para pessoas com deficiência, educação de jovens e adultos, educação para o trabalho. Eu acho que se nós fizéssemos isto, um PAC da educação, nós teríamos em 15 anos um País diferente. Uma geração. Quer dizer, todo mundo que entrasse na escola, quinze anos o Brasil seria diferente, com todos os desafios que a Marisa, Senadora Marisa Serrano, inclusive fomos colegas da Comissão de Educação durante muito tempo lá na Câmara dos Deputados a que ela se referiu. Formação de professores, período integral, material, apoio, investisse o que fosse necessário. E a gente pensa assim que este investimento, mesmo em termos de valores, não seria assim tão grande em função dos enormes resultados que traria para o nosso País, aconteceu isso com o Japão, aconteceu com a Coréia, aconteceu com a Europa e poderia acontecer com o Brasil. Eu acho que com a condução de V.Ex^a nesta Comissão, com a ênfase que V.Ex^a dá para a área da educação e com a participação de tantas pessoas com tanta experiência e contribuição a dar também nesta área da educação, nós podemos fazer um bom debate.

Então, nada mais adequado do que aprovar o Requerimento, discutir com o Sr. Ministro, mas principalmente todos nós aqui da Comissão assumirmos esse compromisso do PAC para a educação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço o Senador Flávio ter trazido, enfatizando a proposta do Senador Marconi Perillo. Eu acho uma boa idéia e quem sabe a gente não pode fazer, em algum momento um debate sobre isso aqui. Senador Paim. Depois a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Eu gostaria aqui de dizer como estou gratificada em participar da Comissão de Educação, e tê-lo como

nosso Presidente que tão bem conduziu os trabalhos e a quem eu sempre admirei a sua luta na educação como Governador e em todos os cargos que o senhor participou. Eu gostaria de dizer a nossa colega, Senadora Marisa Serrano que concordo plenamente com a sua intenção, o seu convite, acho que é muito oportuno que o Ministro aqui venha e venha com rapidez, porque não é somente o ENEM, mas também o FUNDEB e a questão de escola de tempo integral que está sendo esquecido. Quanto ao PAC da educação, esse tem que ser prioritário, porque nada é mais importante nesse País para que consigamos ter aceleração de crescimento de qualquer outra coisa do que educação. Sem educação, não teremos transformações sociais, esse é o caminho. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço Senadora Rosalba. Senador Flávio. Ah, é outro assunto.

Bem, eu quero por em votação, chamando a atenção de que na maneira como está inscrito, falando no inciso III que é convocação. O inciso V do Regimento chama "solicitar", que é uma palavra, um verbo que equivaleria a convidar. Eu sinceramente, podemos fazer solicitar, até porque eu tenho certeza que o Ministro Fernando Haddad jamais se negará a um convite e convocação é quando não aceita o convite, então transformaríamos em inciso V para o convite. Quem estiver de acordo permaneça como está. Eu passo a palavra ao Senador Paim para um outro assunto. Antes disso, lembrando aqui que o Senador Flávio Arns foi o Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, ele que fez um grande papel, acompanhei, todos nós, eu espero que continue fazendo aqui e lá na Comissão de Ciência e Tecnologia. Obrigado, Senador Flávio.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, eu uso a palavra nesse momento, mas é para fazer um convite a todos os membros da Comissão, eu conversei com V.Ex^a de forma preliminar, porque Senador Cristovam, eu estou muito preocupado com esse fato que naturalmente e infelizmente aconteceu no Rio de Janeiro que chocou todo o País. E o debate que eu vejo na sociedade no momento é se a pena deve ser maior ou menor. Esse é o debate que está instalado. Sabemos, inclusive, que a semana que vem ou essa semana, os pais do menino, chocadíssimos, naturalmente, virão ao Congresso Nacional para discutir essa questão das penas. Eu vou propor, Sr. Presidente, para uma reflexão ainda, não apresentarei o Requerimento hoje para que a gente estabeleça um ciclo de debate, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Educação, nem que seja uma vez por mês e Comissão de Assuntos Sociais para discutirmos a escalada da violência, essa verdadeira multiplicação de monstros no

País que fazem atos como esse acontecido agora com o menino no caso do Rio de Janeiro, para que a gente possa ver para onde estamos indo e o que a educação pode ajudar, o que a Comissão de Assuntos Sociais pode ajudar, o que a Comissão de Direitos Humanos pode ajudar. Chamar os especialistas na área para ver onde a sociedade brasileira está errando, porque tudo isso está acontecendo, muito mais de discutir a pena que também é importante, não estou desmerecendo, quem sabe nesse ciclo de debate, a gente pode apontar caminhos para que no futuro fatos como esse não venham a acontecer. Já existe uma iniciativa que V.Ex^a sabe, da Senadora Patrícia de discutirmos especificamente o projeto dela numa reunião conjunta das três Comissões, mas no momento que eu estou deixando para V.Ex^a é essa idéia para junto elaborarmos essa possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim, eu fico satisfeito, lamento que o *quorum* tenha diminuído, porque já terminamos a pauta que estava prevista, mas eu acho que essa Comissão daria uma boa contribuição se tivesse várias audiências conjuntamente com outras Comissões, como é o caso de direitos humanos. Por exemplo, “educação e violência”, ou “educação, drogas e violência” que é um tema que me preocupa tanto, outra é “educação e emprego”. Quem sabe não podemos aprovar começando “educação e violência”. Se quiser submete os dois Senadores, eu também, os três, e poderíamos convocar uma audiência para discutir educação e violência, não há dúvida que tenha uma relação direta. O jornal de hoje mostra que um dos criminosos que arrastaram esse menino pelas ruas do Rio de Janeiro, há oito anos é um menino de rua. Ninguém o via e as pessoas estão falando muito em baixar a maioria penal. Para esses jovens, não faz diferença ser preso ou não ser preso. Alguns só sobreviverão se forem presos, nas ruas a esperança de vida para eles é menor do que a esperança de vida na cadeia. Então não vai ser essa redução que vai inibir pessoas que cometem crimes bárbaros, eu não vejo. Mas poderíamos fazer esse debate aqui, Senador Flávio quer?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que concordo inteiramente e a gente tem que fazer esse debate mesmo, porque as soluções, eu acho que tem que ser também em várias frentes, mais principalmente na valorização como Senador Paulo Paim colocou de direitos humanos e dentro dos direitos humanos pela educação, pelo atendimento a família, política de atendimento a família, agora não esquecendo também medidas que possam ser tomadas, eu até diria porque eu só compartilho inteiramen-

te do ponto de vista externado antes por V.Ex^{as}, mas também não esquecendo a questão jurídica. Porque quando a gente vê que num regime de progressão de pena, que uma pessoa que tem uma pena de 30 anos, depois de 6 anos, 7 anos, eu acho que isto, nós temos que repensar isto. Mesmo em termos dos jovens, quando a gente pensa assim que o jovem fez alguma coisa, o menor de idade, o adolescente, essa questão de se ter assim a garantia de que aos dezoito anos vai ser liberado, libertado, acontece o que V.Ex^a colocou agora há pouco, volta para a rua e mesmo a vida dele não está assegurada voltando para rua.

Então, nós temos que pensar que esta garantia de liberdade aos 18 anos, eu acho que tem que ser repensada para dizer, olha ele voltará para a família, voltará para a comunidade quando ele tiver condições de enfrentar a situação em termos de reabilitação, de habilitação e sem tempo determinado, acompanho várias iniciativas de entidades sociais que atendem adolescentes de rua no Paraná, atende o jovem de rua que às vezes são poucas iniciativas no Brasil que atende muitas delas a criança e não o adolescente de rua, e nessas iniciativas boas que eu conheço lá no Paraná, os jovens ficam sendo acompanhados durante 7 anos, 8 anos, 10 anos, vão para a faculdade, fazem, tem apoio físico, esporte, moral, acadêmico e não existe solução para isto que vem em uma semana, um mês ou um ano, são anos de trabalho. Inclusive, do ponto de vista econômico que às vezes as pessoas dizem: “Ah, mas não tenho dinheiro para fazer isso”. Se houvesse dinheiro para a educação, haveria a necessidade de muito menos dinheiro na segurança. Quer dizer, a melhor questão em muitas situações para a segurança é o acesso para a realização de direitos humanos básicos.

Esse é debate, quer dizer, é um debate que tem que acontecer onde as variáveis todas, direitos humanos, violência, educação, execução penal, a maioria, também eu não discuto a maioria, porque eu sou contra o fato de baixar a idade para a pessoa ser responsabilizada, mas eu penso que a pessoa deva ser bem atendida e qual que a idade que ela vai ser libertada, isso vai depender de um conjunto de variáveis que devam ser melhor estudadas e identificadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que a redução de idade é para todos, aí não deve haver. Agora, têm que ter dissensões, alguns menores são diferentes de outros menores, a discussão seria em qual instância criaria as exceções, um conjunto de Juiz ou o que fosse. De qualquer maneira, de uma forma ou de outra, estamos escondendo o problema quando a gente discute redu-

ção da maioria, ao invés de discutir as causas que povoam com a violência.

Então, na próxima semana a gente trará um Requerimento e debaterá a criação de um simpósio ou de uma audiência. Eu dou por encerrada a Sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria só se me permitir, é mais um comunicado, eu queria fazer um apelo a todos os Senadores e Senadoras da importância da próxima quinta-feira da Comissão de Direitos Humanos, porque lá nós vamos votar um projeto que vai na linha também da penalidade, para deixar bem claro que eu sou, na mesma linha de ambos os Senadores aqui se posicionaram sobre o tema, da importância de debatermos forma de avançarmos, melhorar a qualidade de vida no conjunto da população como forma de combater a violência e a educação, mas, nós vamos votar um projeto que é do Senador Aloízio Mercadante, o relatório da Senadora Lúcia Vânia que penaliza o adulto, quase que uma pena em dobro quando ele usa um menor para praticar o crime porque aí ele não sofre nada e o menor é penalizado com aqueles três anos.

Eu achei o projeto interessantíssimo, já consultei diversos especialistas na área e me disseram que o projeto é muito bom. Então seria muito importante que a gente pudesse votar esse projeto, é terminativo na Comissão de Direitos Humanos na próxima quinta-feira, 9 horas da manhã. Era isso, obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada a Sessão, agradeço a todos os presentes, tanto Senadores e Senadoras, como os demais que compareceram para assistir a nossa Sessão.

Sessão encerrada às 12h14

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Edison Lobão, Maria

do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, José Agripino, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Heráclito Fortes, Marco Maciel e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, dos Deputados Federais, Gastão Vieira (PMDB/MA), Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Rui Pauletti (PSDB/RS), Iran Barbosa (PT/SE), Luiz Carlos Busato (PTB/RS), Raquel Teixeira (PSDB/GO), Membro titular da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, João Alfredo (PSol/CE) e Lobbe Neto (PSDB/SP); do Deputado Estadual, Akira Otsubo (PMDB/MS); Senhor Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Senhor Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e Professora Maria Cecília Amêndola da Motta, Secretária de Educação de Campo Grande. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 01-CE, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento citado, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que tem como objetivo esclarecer e discutir os resultados do SAEB – Sistema de Avaliação do Ensino Básico e do ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio, referentes aos exercícios de 2005/2006 e debater sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Comparece à Audiência Pública o Excentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marisa Serrano, autora do Requerimento, Eduardo Azeredo, autor do Aditamento ao Requerimento, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Augusto Botelho, Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Cícero Lucena, Antônio Carlos Valadares e Wellington Salgado de Oliveira,. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, sugere, que a Comissão de Educação encaminhe ofício ao Senhor Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, propondo que a carta de autoria do Senador Cristovam Buarque, sugerindo medidas estruturais e conjunturais para a educação brasileira, seja disponibilizada na

Home-Page do Senado Federal. A Comissão aprova a sugestão por unanimidade. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom dia a cada um e a cada uma... Muito obrigado pela presença de todos.

Havendo número regimental, declaro aberta essa 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação da Ata permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa reunião atende a Requerimento aprovado pela autoria da Senadora Marisa Serrano com aditamento do Senador Eduardo Azeredo para a realização desta Audiência Pública com o objetivo de discutir o resultado do SAEB, Sistema de Avaliação do Ensino Básico, e do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, referente ao exercício 2005, 2006 e debater sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, FUNDEB.

Dando início a Audiência Pública, eu solicito a Senadora Marisa Serrano, autora desse Requerimento que acompanhe o Exmº. Sr. Ministro Fernando Haddad para tomar assento a Mesa.

Eu quero, em nome de todos os membros da Comissão, agradecer a maneira rápida como o Ministro Fernando Haddad aceitou o convite e lembrar que sempre que ele foi convidado, ele fez esse gesto e a participação dele nessa Comissão sempre foi extremamente positiva para que entendêssemos não ape-

nas o Estado da Arte na Educação, mas também para mostrar tudo aquilo que o Ministério da Educação, sob sua coordenação, está fazendo.

Antes de passar a palavra, eu gostaria de convidar o Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para fazer parte da Mesa. Eu vou convidá-lo antes de consultar o protocolo para saber se o Regimento permite.

Vou passar, então, imediatamente a palavra ao Ministro, dizendo que aqui temos a presença de um Deputado Estadual do Estado Mato Grosso do Sul, o Deputado Akira Otsubo, e também temos a presença do Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara que aqui está com outros militantes desse movimento, ao lado do Ministro está o Dr. Reinaldo Fernandes, Presidente do INEP.

Ministro, aqui a praxe é dar 30 minutos, mas o senhor terá o tempo que quiser para falar para os Senadores. Eu queria apenas dizer que esse público aqui é uma surpresa, porque nesse momento nós temos o Presidente do Banco Central, nós temos o Embaixador Abdenur e outras Comissões, o Ministro da Previdência está também aqui, então não tenho dúvida que essa Sessão está com o maior *quorum*, tenho quase certeza que todas as outras.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais do que o da Previdência, tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem dúvida alguma, e daqui de relações exteriores também. Do Banco Central não dá para saber, com certeza, mas, Sr. Ministro, o senhor tem a palavra para falar o tempo que achar necessário.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Muito bom dia a todos, gostaria de cumprimentar os Senadores na pessoa do Senador e Ministro Cristovam Buarque. Agradecer o convite formulado pela Senadora Marisa Serrano, agradecer a presença do Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão de Educação da Câmara, demais Parlamentares presentes, senhoras e senhores, senhores jornalistas.

Primeiro lugar, eu gostaria de registrar a satisfação do Ministério da Educação em atender a esse convite e debater com esta Casa um assunto tão importante como é o assunto da educação em nosso País.

Vocês sabem que já há dez anos, o Ministério da Educação, através do INEP vem divulgando dados qualitativos a respeito do nosso sistema educacional e o que eu tenho percebido que essa meritória ação do Ministério vem repercutindo cada vez mais na sociedade brasileira. Ou seja, a idéia de avaliar e de dar transparência aos dados vem chamando a atenção da opinião pública com cada vez mais profundidade e compromisso para esta agenda, que é uma agenda in-

contornável para o desenvolvimento nacional. Eu tenho dito e repetido que o País viveu momentos importantes da sua história e soube superar desafios importantes nas últimas décadas. Cito sempre o exemplo do processo de democratização das instituições do Estado que foi muito bem sucedido em nosso País, hoje o País tem instituições à prova de crise, instituições que sabem responder adequadamente aos desafios que se lhes apresentam. Temos hoje, também do ponto de vista da economia, instituições muito mais sólidas a começar pela nossa moeda, uma moeda estável, instituições econômicas estáveis, uma blindagem maior do País em relação às crises externas e que o grande desafio que nós temos pela frente no momento é o desafio educacional. Aliás, faço coro aqui com o meu companheiro Cristovam Buarque de Ministério que vem empunhando a bandeira da educação com muita energia no País.

Sem sombra de dúvida, eu diria que o País enfrenta o seu futuro na agenda da educação. Nós já experimentamos no passado, períodos de crescimento econômico e isso nem sempre repercutiu na qualidade de vida da nossa população, porque esse crescimento econômico ele não atingia a população de baixa renda do País, razão pela qual os indicadores de concentração de renda se mostravam praticamente intolerantes a qualquer prescrição de política pública e imóveis. Crescíamos sem distribuição, crescíamos sem desenvolvimento e a maneira correta de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento o que é uma outra coisa completamente diferente, porque desenvolvimento sobrepõe, sobretudo, desenvolvimento humano, essa conexão depende da educação, a educação é o que garante que um processo robusto de crescimento da economia possa repercutir na vida de cada um, de cada uma das pessoas que habitam esse País.

Tivemos alguns avanços importantes do ponto de vista quantitativo. Se nós acompanharmos a evolução do Censo Escolar, nós vamos verificar que chamada taxa de cobertura, ela vem crescendo substancialmente há mais de 20 anos, desde os anos 80 com relativa constância, a cobertura vem crescendo. E já no início dos anos 90, no que diz respeito ao ensino fundamental, sobretudo, nós podemos observar a quase totalidade das crianças entre 7 a 14 anos na escola. Estamos observando um incremento importante da pré-escola e ainda temos um desafio grande pela frente no que diz respeito à creche, educação de 0 a 3 anos e no que diz respeito ao ensino médio, menos por uma questão de oferta de vagas e mais por uma questão de correção de fluxos, sobretudo, no que diz respeito à etapa da quinta a oitava série ou da sexta a nona série, corres-

pondente aos anos finais do ensino fundamental. E o terceiro desafio, não menos importante, é a ampliação do acesso da população a educação superior. No que diz respeito à qualidade da educação básica, nós temos um desafio enorme pela frente e eu atendi de pronto esse convite para vir a Comissão de Educação do Senado porque não entendo que os dados tenham sido bem compreendidos pela imprensa em geral. Por isso que eu acho que uma explicação a respeito do que está acontecendo de fato com os indicadores de qualidade da educação pode ajudar o País a encontrar um caminho de superar esse grande desafio que é de melhoria da qualidade de educação.

A data que o Brasil começa, o ano que o Brasil começa a aferir a qualidade da educação com regularidade tivemos um pequeno experimento no ano de 1990 que foi interrompido, mas no ano que iniciamos um processo regular de avaliação da qualidade é o ano de 1995. Em 1995 foi institucionalizado, não criado, mas institucionalizado o Sistema de Avaliação da Educação Básica, o chamado SAEB que consiste basicamente da aplicação por amostragem de uma prova a alunos da quarta série, da oitava série e do terceiro ano do ensino médio. Essa série histórica vem sendo preservada, o exame vem sendo aplicado regularmente a cada dois anos. Foi, portanto, aplicado em 95, em 97, em 99, 2001, 2003 e 2005... 2005 é o último dado disponível do SAEB, quando nós estamos falando dos indicadores, estamos referindo a dados de cerca de dois anos atrás. E o que se verificou, o que se verifica no comportamento desse indicador é basicamente o seguinte: No que diz respeito à quarta, oitava série e terceiro ano, esses indicadores mostraram uma queda constante entre 95 e 2001.

Então, entre 95 e 2001 o que se observa é a queda do indicador que afere a qualidade de educação nessas três séries: Na quarta, na oitava e no terceiro ano. A partir de 2001, o que se verificou é que nós temos uma inflexão positiva dos indicadores da quarta série e a permanência da queda da oitava e do terceiro ano do ensino médio. Eu gostaria de propor um pequeno exercício para que vocês entendam o que está em jogo na análise desses dados. Se um sistema educacional, por razões que nós podemos explorar a seguir, se o sistema educacional afere a qualidade de educação básica por um indicador e se esse indicador vai experimentando queda, uma queda constante ao longo do tempo é de se esperar que no momento em que a qualidade da educação vive uma inflexão positiva, essa inflexão positiva se verifique, em primeiro lugar na quarta série, é natural que seja assim. Por quê? Porque os alunos que em 2001 estavam na quarta série, em 2005 estão na oitava, e se esse aluno da

quarta viveu um período de queda da qualidade de educação nos anos iniciais do ensino fundamental é muito difícil imaginar que um sistema possa recuperar todo o prejuízo desta má formação nos anos finais do ensino fundamental.

Então, se há um movimento de queda nos anos iniciais, esse movimento de queda vai repercutir quase que necessariamente tantos nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio. E como de 95 a 2001 a queda da qualidade aferida da quarta série é permanente, não é razoável imaginar que o sistema pudesse começar a melhorar pela oitava série ou pelo ensino médio. A melhora tem que se iniciar nos anos fundamentais, nos anos iniciais do ensino fundamental e essa melhoria da qualidade vai repercutir no sistema, em quatro anos na oitava série e em oito anos no ensino médio. Funciona como uma espécie de onda em que quando a queda se verifica nos anos iniciais ela tem repercussão nas demais etapas da educação básica e quando começa uma recuperação nos anos iniciais você vai ter também uma repercussão positiva no caso nos anos finais e no ensino médio.

Eu insisto, não há hipótese de ser diferente disso, não é razoável supor que o movimento seja diferente disso.

Agora, vejam Srs. Senadores, essa melhoria da qualidade aferida na quarta série de 2001 a 2005, ela não deve ainda ser comemorada, porque é uma inflexão que já pode ser verificada em duas edições do SAEB, em duas edições da avaliação, mas nós temos ainda confirmar a consistência dessa inflexão no tempo. Nós temos que, ao longo das próximas edições e a próxima edição do SAEB será agora em 2007, verificar se esse movimento é consistente no tempo para que nós possamos esperar uma melhoria na qualidade de educação na oitava série e no ensino médio. Ou seja, nós temos que zelar, cuidar para que esta pequena melhora da oitava série, que não é nem tão pequena assim, foi de sete pontos na escala do SAEB, que ela seja preservada e possa repercutir em toda a educação básica.

No que diz respeito ao ENEM. Muitas vezes, vocês vão verificar afirmações sobre a queda da média dos alunos no ENEM. Eu gostaria de deixar absolutamente claro aqui que as notas do ENEM não são comparáveis de um ano para o outro. Ao contrário do SAEB que carrega consigo uma espécie de memória dos exames anteriores, o ENEM não carrega esta memória, o ENEM não dialoga com as provas aplicadas em anos anteriores, portanto é tecnicamente convocada, isso foi dito e repetido, é tecnicamente equivocada a comparação de notas do ENEM a não ser dentro no mesmo ano. No mesmo ano você pode comparar o de-

sempenho de um aluno com outro, dos alunos de uma escola com os alunos de outra, os alunos de um Estado com os alunos de outro Estado, isso é possível porque a prova aplicada é a mesma para todo mundo e feita num único dia em todo o território nacional, são mais de oitocentas localidades. São quase três milhões de alunos que fazem a prova. É possível comparar, portanto, as notas numa mesma edição do ENEM, mas é tecnicamente equivocado comparar as notas do ENEM de uma edição com as notas do ENEM de uma outra edição. O que não vale para a SAEB. O SAEB, sim, responde a uma teoria, chamada teoria da resposta ao item que tem expedientes técnicos que preservam a memória das provas. Todos os itens do SAEB são pré-testados antes de aplicados e é o pré-teste desses itens com rigoroso tratamento estatístico que permite ao estudioso da educação poder estabelecer essas comparações e poder fixar as notas numa escala que foi padronizada por construção, quando foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Então, eu insisto nisso porque amanhã pode acontecer o seguinte: Amanhã suponham que uma prova do ENEM, por qualquer razão, seja de resolução mais fácil, a média pode subir e isso não significa que a qualidade de educação melhorou. Não significará isso. Então, se amanhã por qualquer razão a média do ENEM for superior agora em 2007 do que foi em 2006, os jornais mesmo que noticiem que a nota subiu e, portanto, que a qualidade da educação melhorou também estará tecnicamente equivocado. Isso não terá acontecido, porque as médias não são comparáveis. É a mesma coisa que você comparar a nota de corte de vestibular de universidade de um ano para o outro e dar comparação de notas de corte de um ano para o outro, dizer que os alunos tiveram desempenho melhor ou pior, isso não é possível tampouco, porque os exames vestibulares não seguem a teoria que pré-testam os itens para efeito de comparação. Eu vou elucidar com um exemplo: Tomemos as dez primeiras colocadas no ENEM do ano de 2006, todas as notas relativas ao mesmo desempenho dessa escola de 2005 caíram. Vocês tiveram a oportunidade de ler no noticiário que uma escola de Teresina foi a primeira colocada no ENEM com a nota de 74, o ano passado a nota dessa mesma escola no ENEM foi superior a 74 e não significa que a qualidade dessa escola caiu, porque são provas diferentes e que não guardam entre si memória adequada para efeito de comparação.

Então, sempre quando nós fomos falar em série histórica e comparação de indicador de desempenho, nós temos que nos referir ao SAEB e, agora, a Prova Brasil, porque a Prova Brasil segue rigorosamente a teoria aplicada ao SAEB com uma mudança, ela dei-

xou de ser amostral e passa a ser aplicada a todos os alunos de quarta e oitava série o que permite aferir a qualidade de educação por estabelecimento de ensino, o que o sistema amostral impedia.

Eu estou aqui na presença da Senadora Marisa Serrano que foi Secretária Municipal de Campo Grande, pelo sistema do SAEB, nós não sabíamos, Senadora, a quantas andavam a qualidade de educação na cidade de Campo Grande, nós sabíamos como o Estado estava posicionado em relação ao resto do País. Com a Prova Brasil nós descobrimos para a nossa satisfação que dentre as capitais a de melhor desempenho de qualidade de educação é justamente a cidade de Campo Grande, o que significa dizer que Campo Grande se tornou para o Ministério da Educação, uma espécie de vitrine, onde nós podemos a partir daquele laboratório, por assim dizer, extrair boas práticas que podem ser disseminadas pelos demais sistemas de ensino, o que não é, era possível pelo sistema amostral.

Vocês devem ter também a oportunidade de ter acompanhado a divulgação de um estudo feito pela UNICEF que baseado nos indicadores da prova Brasil, que é o SAEB universal, pode detectar as boas práticas praticadas nos sistemas educacionais de excelência que o Brasil, felizmente, tem. Hoje nós sabemos que em média a qualidade de educação não é boa ou que ela não é compatível com os anseios da população e com a própria vocação de desenvolvimento que o País tem, mas nós sabemos também que há sistemas que fogem a regra, há sistemas cuja qualidade está comprovada por indicadores que lhes dizem respeito, e isso só foi possível por essa mudança na aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica.

O terceiro ponto da convocação diz respeito ao FUNDEB, vocês acompanharam a tramitação da Emenda Constitucional que foi finalmente promulgada pelo Presidente do Congresso em dezembro do ano passado, regulada por Medida Provisória pelo Presidente da República nos últimos dias do ano de 2006, para que o FUNDEB não tivesse a sua aplicação adiada uma vez mais, ou seja, tivesse em vigência já em 2007. Nós estabelecemos a data de primeiro de março para a vigência do novo fundo com efeitos retroativos a primeiro de janeiro para que os estados pudessem se adaptar as novas regras, Estados e Municípios e criamos uma junta de acompanhamento que na banda fixada pela Medida Provisória entre 07 e 1,3, tinha liberdade de fixar os coeficientes de apropriação da matrícula por cada etapa da educação básica de acordo com os critérios estabelecidos pela própria Medida Provisória. Esta junta se reuniu por três vezes em 2007, uma vez em janeiro e duas vezes em fevereiro, e na sua terceira reunião deliberou por consenso, por unanimidade,

os coeficientes que regem a distribuição dos recursos do fundo para o ano de 2007 e que certamente fará o acompanhamento dessa distribuição e volta a se reunir a partir de julho para fixar os coeficientes que devem ter vigência em 2008 e assim sucessivamente.

Qual é o princípio que rege os trabalhos desta junta? O princípio que norteia os trabalhos dessa junta são os princípios consagrados na própria Emenda Constitucional promulgada que é basicamente a de atender as prioridades escritas no corpo da Constituição e o Plano Nacional de Educação, as metas escritas no Plano Nacional de Educação. É evidente que além desses dois constrangimentos necessários a atuação dessa Comissão tripartite que é composta do CONSED que é o Conselho dos Secretários Estaduais da UNDIME, que é a União dos Dirigentes Municipais e do MEC não pode deixar de lado os efeitos distributivos do ponto de vista da federação. E eu penso que nós chegamos a um bom entendimento e por isso que o consenso foi possível em torno desses coeficientes que foram fixados para esse ano.

Os Estados transferiram para os Municípios pelas regras do FUNDEF em 2006, a quantia de oito bilhões e cem milhões de reais, em números redondos. Oito bilhões e cem milhões de reais. Pela regra vigente em 2007, já com o novo fundo e os novos coeficientes, esse aporte de recursos para os Municípios salta de oito bilhões e cem milhões de reais para nove bilhões e duzentos milhões de reais, portanto um aporte de um bilhão e cem milhões de reais a mais para os Municípios. Isso só foi possível porque a União aportou algo em torno de setecentos e cinquenta milhões de reais a mais do que o ano passado em relação à quantia de recursos que investia em educação de jovens e adultos, o Fundebinho, chamado Fundebinho que foi aquele aporte de recursos emergencial para os Estados, sobretudo os Estados do nordeste no que diz respeito ao ensino médio e o próprio FUNDEF. Se nós juntarmos esses valores nós chegamos a um bilhão e duzentos mais ou menos, e estamos agora com oitocentos milhões de reais a mais, dois bilhões, portanto. Esses oitocentos milhões de reais a mais, permitiu justamente uma acomodação dos interesses federativos que tende a se acomodar ainda mais a medida que a União amplia em 2008 para três bilhões e meio, em 2009 para quatro bilhões e meio, isso tudo corrigido pela inflação e em 2010 cerca de cinco bilhões de reais que corresponde a 10% da soma de todos os fundos estaduais.

Então, nessa progressão vai sendo possível acomodar os interesses federativos de Estados de um lado e de Municípios de outro, de maneira tal que nós ganhamos liberdade para fixar coeficientes mais

adequados a realidade do custo aluno por etapa da educação básica.

Então, nós temos aí um cenário mais promissor do ponto de vista do financiamento da educação básica com esses recursos adicionais da União.

Há uma questão a ser resolvida pelo Congresso Nacional, questão que eu reputo das mais importantes e que não foi contemplada pela Medida Provisória a pedido de alguns Governadores e Prefeitos, que entendiam que justamente pelo fato de ser uma Medida Provisória queriam uma discussão mais aprofundada no Congresso Nacional que é a questão do custeio dos inativos.

Os senhores sabem que os educadores têm uma bandeira histórica de não fazer recair sobre os investimentos vinculados a educação os custos relativos a Previdência do Serviço Público. É uma bandeira histórica, é óbvio que nós queremos garantir a qualidade de vida dos servidores inativos, mas no que diz respeito a vinculação, tanto o CONSED, tanto a UNDIME, quanto o MEC, entendem que gastos previdenciários não devem onerar a vinculação constitucional para a educação, o que inclui o FUNDEB. E nós retiramos a regulamentação da Medida Provisória com o compromisso de que viríamos a discutir no Congresso Nacional essa medida até porque alguns entes da federação entendiam que o prazo de quatro anos, como prazo de transição para a exclusão desses gastos da educação era um prazo insuficiente em alguns casos.

Então, nós teremos que enfrentar essa discussão tanto na Câmara quanto no Senado, já há Emendas, inclusive uma proposta pelo Deputado Gastão Vieira que entende a esse anseio dos educadores de preservar os recursos da educação em geral e do FUNDEB em particular, para um conceito *stricto sensu* de educação, entendendo que a Previdência do Serviço Público tem que ser custeada por recursos do Tesouro não vinculados a educação.

O que se observa, se nós tomarmos a evolução dos números no que diz respeito a isso, nós vamos verificar que nós estamos onerando essa vinculação cada vez mais por falta de uma determinação dos poderes públicos em preservar o investimento em educação.

Então, nós continuamos com aquela vinculação da Constituição de 88, de 25% dos impostos no caso de Estados e Municípios, e de 18% no caso da União, tivemos ainda a DRU de 94 que desvinculou recursos da União para a educação e, além disso, estamos sobrecarregando os orçamentos das secretarias estaduais e municipais com o custeio de gastos previdenciários. O que não acontece com a União, porque no caso da União o Tribunal de Contas determinou que o custo previdenciário não pode ser incluído nos

investimentos em educação, o que dá uma certa folga para o Ministério da Educação agir, porque seriam três bilhões de reais a mais na conta do Ministério se isso fosse considerado.

Então, nós temos aí uma questão delicada a enfrentar porque é óbvio que há questão fiscal a ser considerada, mas também há o projeto de desenvolvimento da educação e do País que também merece a consideração de todos nós, e eu reforço que a julgar pela evolução dos números, nós, hoje, estamos investindo cada vez menos na escola pública tal como ela está formatada, porque nós estamos onerando os orçamentos da educação com gastos que são alheios a atividade do aprendizado, do ensino em sala de aula. Então, nós temos que equacionar. Eu insisto em dizer que essa não é uma demanda do Ministério da Educação e tampouco é uma demanda do Ministério da Educação frente ao Governo Federal, porque essa decisão já foi tomada pelo Tribunal de Contas da União e por alguns tribunais de Contas dos Estados, mas não é uma regra que vale para todos os Estados, porque alguns tribunais ainda não se manifestaram a esse respeito ou se manifestaram de tal maneira que permitem a inclusão no cômputo dos recursos vinculados de gastos previdenciários.

Eu diria que essa questão, a questão mais importante a ser enfrentada pelo Congresso Nacional no que diz respeito à Medida Provisória. Eu penso que, Senador, se o senhor concordar, eu ficaria com essa fala inicial, penso que o debate possa ser mais profícuo, mais interessante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Ministro e passo de imediato a palavra, e como é do Regimento, em primeiro lugar eu passo a autora do Requerimento, a Senadora Marisa Serrano a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar o nosso Ministro da Educação, Presidente do INEP, Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, os técnicos estão aqui, os Secretários de Educação que estão presentes, eu quero cumprimentar na figura da Secretária de Educação de Campo Grande, professora Maria Cecília Amêndola da Motta que também está aqui nessa manhã.

Eu quero começar, Sr. Ministro, ressaltando o espírito democrático de V.Ex^a de atendendo o convite dessa Comissão, de estar conosco nessa manhã, isso é muito importante porque reputa o interesse e a forma respeitosa como os poderes se interagem em questão tão importante como é a educação para

o País. E depois, principalmente, porque nós vamos discutir essas questões aqui na Casa do povo e sair daqui, eu espero com algumas diretrizes que possam dar a Nação em que nós possamos levar para todos os Estados e todos os Municípios que forma esse grande País a idéia de como a União pensa a educação depois dos problemas que nós estamos vivenciando esse ano, não só na educação, mas na violência, em tudo que o Brasil está passando, está deixando perplexa a população brasileira.

E eu queria dizer ainda que ninguém aqui espera que tenhamos um decálogo sobre como melhorar a educação brasileira, como se tivéssemos uma bolinha de cristal, mas também tenho certeza que os Senadores e Senadoras também não esperam sair daqui sem ter uma visão clara do que pensa o Ministério da Educação a respeito de questões que são fundamentais, principalmente porque nós gostaríamos de poder, a partir de agora, Ministro, acompanhar as ações do Ministério em vista das propostas efetivas, claras que a população possa acompanhar, realmente, esse desempenho.

Primeiro, porque V.Ex^a colocou a questão do SAEB, do ENEM que foi a mola para que nós pudéssemos discutir os problemas maiores da educação brasileira, e é claro e evidente que são questões que deixaram perplexa realmente a população porque não há local nesse País que não se falou da questão da queda da qualidade de educação brasileira, porque é assim que a população vê. Aonde a gente vai, ele diz assim: “A educação brasileira está caindo de qualidade. Aonde é que nós vamos chegar”. Quer dizer, esse espírito que perpassou milhões de pessoas merece uma resposta. E depois também, porque nós ficamos impactados com a questão do que aconteceu no Rio de Janeiro com aquele garotinho João Hélio de seis anos de idade.

Então, essa questão também nós vimos que as faixas, eu vi pelas revistas, V.Ex^a deve ter visto, todos viram, pelos jornais, pela mídia, a população vinculando a educação a violência. Eu vi uma, inclusive no Rio de Janeiro, aonde não há educação, campeia a violência. Se a população está, inclusive, fazendo essa ligação, esse link entre educação e violência, é uma questão que tem que ser pensada. Como é que nós poderemos melhorar a segurança da população, a crença num País mais sério, mais correto, um País bom para se viver se a população não detém educação suficiente? Eu ouvi aqui vários discursos colocando talvez aí a educação da polícia como uma das questões também que perpassam esse problema.

E, além disso, Ministro, a questão ainda que todos nós estamos vivenciando principalmente nos estudos

ultimamente da neurociência que coloca a questão do 0 a 6 anos como vital para a formação da personalidade humana porque aí que nós formamos as nossas sinapses celebrais com mais intensidade. E eu me pergunto às vezes Ministro [soa a campainha] se nós estamos dando atenção devida a essa questão tão importante, até para que a gente não tenha, no futuro, tantos e tantos problemas de caráter, de formação de caráter como nós estamos vivenciando hoje.

Eu quero aqui, ainda, dizer que nós chegamos num momento que agir ou agir na educação, não tem mais que ficar sonhando o que fazer. Então, Ministro, eu gostaria de passar algumas perguntas que eu acho que são... Que eu gostaria de ver respondida.

Primeiro, a Constituição Federal diz que é função da União traçar as normas, as diretrizes, o acompanhamento, a fiscalização da educação nacional. Eu gostaria de saber se na ótica do Ministério da Educação isso está muito claro? Qual é a norma, a diretriz do Ministério da Educação para o mundo de hoje, para os acontecimentos de hoje, que a população tenha claro que possa saber algumas fases do Ministério que nós acompanhamos, e eu acompanho isso há 40 anos, algumas fases do Ministério que nós podemos discernir qual é a linha de atuação do Ministério.

Dá impressão, Ministro, nesses últimos, principalmente nesses dois últimos anos, que é tudo um pouco, mas não há uma linha que a gente possa dizer: Bom, agora é a meta principal onde nós vamos ter uma perspectiva maior, é essa para que a gente desencadeie aí um processo melhor. Eu gostaria que o senhor me colocasse, assim: Para onde nós estamos indo? Com o que nós estamos fazendo agora, qual é a linha, aonde é que se quer chegar, qual é a meta? Eu não tenho isso muito claro nesses últimos dois anos.

Depois, Ministro, o senhor deu uma entrevista também dizendo, eu tenho até aqui, “estou colocando ônus no poder público que tem que se estruturar melhor para atender os estudantes de maneira adequada”. Pelo menos a imprensa colocou isso como sendo da sua autoria em relação às respostas do ENEM e do SAEB. Se as prefeituras e os Estados a eles cabem o ônus, o que é que o Ministério da Educação, em vista dos resultados do ENEM e do SAEB, vai aportar, qual é a linha de atuação do Ministério para apoiar os Municípios e os Estados para que eles possam realmente, efetivamente dar uma resposta a sociedade que ela merece. E, por conseguinte, eu queria fazer uma pergunta sobre o FUNDEB que eu acho também importante. Ministro, os fatores de diferenciação do cálculo do valor dos alunos por nível de modalidade e nível de ensino, a Emenda Constitucional 53 diz que a Lei de Regulamentação é que vai especificar como seria

essa diferenciação. A Emenda Constitucional fala em lei, ela não fala, Ministro, em junta de acompanhamento. E se é uma lei, deveria ser discutida nessa Casa que é a Casa do povo é aonde a sociedade vem, debate, crítica, fala, discursa... Crítica, mas é a Casa aonde ele pode vir.

Então, eu acredito muito em respeitar a Constituição e se a nossa Constituição foi votada nessa Casa dizendo que ela vai ser direcionada através de uma lei, eu acho que nós devemos brigar por isso, Ministro. Eu quero, enquanto Senadora, fazer com que a lei votada nessa Casa seja respeitada, porque são Senadores e Deputados que fazem essa lei e eles têm que responder por elas.

Então eu acredito muito, não tenho nenhuma apreensão, até porque fui Secretária de Estado é do meu Estado também, nenhuma apreensão contra a UNDIME, o FUNDEB, inclusive, fui uma das fundadoras do FUNDEB, desculpe, do CONSED e do MEC, mas três pessoas, Ministro, quatro pessoas decidir algo que é vital, que é recursos para Estados e Municípios poderem fazer uma boa educação, eu gostaria de ver essa discussão feita aqui. Feita com a amplitude maior. Que os secretários municipais todos pudessem estar aqui junto conosco, mas que a população pudesse estar aqui junto com os secretários estaduais e com os Governadores.

Portanto, Ministro, eu acredito muito que também nessa discussão da base do custo do aluno fosse feito, e o Presidente do INEP está aqui, pelo custo real e talvez não pelo percentual para que nós fizéssemos um equilíbrio maior das contas dos três níveis de ensino.

Eu quero terminar a minha fala, Ministro, fazendo essas considerações e agradecendo mais uma vez a V.Ex^a estar aqui. Isso que me dá a alegria de a gente poder discutir. Eu sou sempre pelo diálogo, eu acredito que através dele que a gente vá construir. E Ministro, o senhor pode estar certo, mesmo que nós estejamos, pelo menos o senhor faça parte de um Governo no qual eu sou oposição, o meu partido faz oposição, em absoluto, nunca, nós trabalharíamos contra algo que fosse importante para a educação desse País. O senhor vai ter sempre aqui, tenho certeza nessa Casa, acredito eu, pelo menos da minha pessoa, uma discussão respeitosa, complementar quando possível e de sugestões sempre que eu puder fazer para que a educação do nosso País melhore. Porque eu não acredito, Ministro, que um PAC possa ser feito, e eu tenho falado muito nisso, trabalhando com infra-estrutura, trabalhando com todas as formas sem que primeiramente a educação seja a condutora do processo, nós vamos mudar esse País o dia que todos se entenderem que é através da melhoria da qualidade da educação, de

um povo culto, educado é que nós possamos fazer o País melhorar.

Seja bem vindo sempre a essa Casa, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Ministro dizendo que depois, eu vou passar em bloco de três Senadores para que haja uma maior agilidade, Ministro.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Muito obrigado pelas perguntas, Senadora, e pelas considerações, eu vou começar pela parte final.

A Emenda Constitucional do FUNDEB ela repete rigorosamente a regra da Emenda Constitucional que criou o FUNDEF. Ela não diz que a lei fixará os coeficientes, ela diz que a lei fixará as regras para que sejam estabelecidos os coeficientes. Para que a senhora tenha clareza da diferença, os coeficientes do FUNDEF que era anos finais e anos iniciais do ensino fundamental era fixado por decreto presidencial, não eram sequer três pessoas, era uma única pessoa, o Presidente da República que fixava os coeficientes por Decreto, e eu acho que foi uma grande evolução que a lei fixasse, em primeiro lugar, uma banda dando liberdade e uma Comissão tripartite de Estados, Municípios e União que evidentemente recebem a influência de Governadores, Prefeitos e do Governo Federal para fixação dos coeficientes dentro dessa banda determinada pela lei.

Então, não vejo conflito com a Constituição, ao contrário, foi um aperfeiçoamento em relação a regra que teve vigência durante o FUNDEF. Se o Congresso entender que essa não é uma boa maneira de fixar os coeficientes e quiser avocar para si essa responsabilidade, o Ministério da Educação, evidentemente, não vai se opor, eu simplesmente se perguntado, direi que não recomendo, porque eu penso que algum grau de liberdade para que possa ser feito um acompanhamento do Censo Escolar e das matrículas, e que possa ser feito um ajuste fino sem a necessidade de submeter uma nova lei a cada ano, eu penso que é um mecanismo inteligente e mais flexível e que dá segurança aos entes públicos uma vez que a liberdade está circunscrita pelo próprio parlamento a fixar a banda em que se moverá essa junta de acompanhamento. Mas é óbvio que o Congresso é soberano para dar a sua palavra final.

Em relação a minha declaração no jornal, eu fiz referência ao poder público, eu não fiz referência aos Estados e Municípios, o poder público compreende, no meu entendimento, União, Estados e Municípios. E algo que nós estamos nos batendo muito no Ministério da Educação, e já respondendo a questão da linha de ação, é em relação ao regime de colaboração. O regime de colaboração que é um conceito constitu-

cional que deveria reger as regras de convivência na educação entre os entes federados e a própria União, no meu entendimento nunca teve uma consequência importante no nosso País. Vou citar três exemplos para definir a linha de atuação do Ministério da Educação que a senhora reivindica.

Em primeiro lugar, o aporte médio de recursos da União para o FUNDEF, durante a sua vigência, foi da ordem de quinhentos e cinquenta milhões de reais, apenas. Nós estamos propondo um fundo que o aporte chega em quatro anos ao patamar de cinco bilhões e aí permanece, portanto um regime de colaboração efetivo do ponto de vista do financiamento e não uma simples reorganização das finanças de Estados e Municípios sem compromisso financeiro da União como foi experiência até 2006. No que diz respeito ao repasse as verbas de repasse do salário educação, nós saltamos de 3,8 bilhões para sete bilhões, repasses do Ministério da Educação [soa a campainha] para Estados e Municípios. Isso também me parece uma mudança de linha porque a União passa a investir os seus recursos na educação básica que é de responsabilidade, sim, de Estados e Municípios, mas a própria Constituição prevê o apoio técnico e financeiro da União, sobretudo aqueles entes com pouca capacidade de enfrentar o desafio educacional.

No que diz respeito a avaliação, nós fazíamos, como a senhora sabe, uma avaliação por amostragem que não dava aos entes condição de se situar em relação ao sistema educacional e de buscar as boas experiências para serem disseminadas. Nós investimos sessenta milhões de reais para aplicar o SAEB a quase três milhões e meio de alunos, o que permitiu verificar as condições de qualidade de ensino de mais de 40 mil escolas públicas que receberam um boletim individual para planejar o seu desenvolvimento institucional, a partir desse resultado. Com o benefício de permitir o acompanhamento das famílias porque, sem o envolvimento das famílias, nós não vamos longe em educação. É preciso que os pais, as mães, os responsáveis pelas crianças e jovens acompanhe o desenvolvimento e o rendimento escolar dos seus filhos para que nós possamos melhorar a qualidade de educação. Nós queremos com isso tornar a escola menos estatal e mais pública, porque a escola no Brasil é ora municipal, ora estadual, ora federal, mas ela é nunca vista como uma escola comunitária, uma escola pública que tem que ser apropriada pela comunidade para que os benefícios da educação sejam definitivamente socializados.

E no campo da formação dos professores, também a LDB de 96, fazia recair sobre Estados e Municípios a responsabilidade pela formação inicial e conti-

nua de professores, o que nos parece um equívoco, razão pela qual nós encaminhamos um Projeto de Lei alterando esse dispositivo da LDB, alterando as normas que regem a CAPES para que nós criemos junto com as universidades federais um sistema nacional de formação de professores por meio da universidade aberta do Brasil.

Nós estamos, agora, em junho inaugurando trezentos pólos que vão abrigar seiscentos mil professores do sistema público de educação básica que passarão a contar com os serviços das universidades federais públicas para a sua formação. Ou seja, nós queremos como mantenedores do sistema federal de educação superior oferecer o parque de universidades públicas, colocar o parque de universidades públicas a serviço da melhoria da qualidade de educação básica e, portanto, superar aquela contradição que foi estabelecida no plano mais ideológico que apartava a educação superior da educação básica. Nós não entendemos que esse seja um bom caminho para o Brasil, nós entendemos que a educação básica, como um todo e não apenas o ensino fundamental depende de uma boa qualidade de educação superior, sobretudo, no que diz respeito ao acesso desses professores ao nosso sistema educacional para obterem um diploma de educação superior. Hoje, 42% dos nossos docentes não têm curso superior. Isso em grande parte aconteceu porque nós fizemos uma política de foco no ensino fundamental e simplesmente negligenciamos a educação superior como a alavanca do desenvolvimento da qualidade da educação básica e, inclusive, no que diz respeito às outras etapas da educação básica que é a educação infantil e ensino médio que também sofreram as consequências desse modelo.

Então, nós advogamos uma visão de educação que é tributária, na minha opinião, dos melhores educadores que o País já teve, que é uma visão sistêmica da educação. É uma visão que evidentemente privilegia a educação básica, mas não em detrimento da educação profissional, da educação superior que devem, podem servir de alavanca para o desenvolvimento da própria educação básica.

A senhora fez referência, por exemplo, a questão da educação infantil de 0 a 6 anos. O FUNDEB ele abriga do 0 aos 17 anos, inclusive a educação de jovens e adultos. Ele abriga toda a educação básica. Nós poderemos prever um desenvolvimento importante da educação infantil no nosso País, a partir da aprovação do FUNDEB, e a senhora tem toda a razão em dizer que a educação de 0 a 6 é fundamental para o desenvolvimento posterior da criança. O estudo feito pelo INEP em 2005, mostrava que as chances de uma criança concluir a educação básica, portanto, o ensino

médio, aumentava em 32% se a criança tinha feito pré-escola. Veja a senhora, em 32% a chance de concluir o ensino médio pelo fato de ter acesso a pré-escola. Em termo de escolaridade, as crianças que fizeram a pré-escola têm em geral, quase dois anos a mais de escolaridade do que as crianças que não fizeram.

Então, a maneira de nós compreendermos a educação é tomarmos a educação como um sistema. É um sistema que vai dar creche a educação superior, educação infantil a educação superior, é um sistema que articula as ações e atribui responsabilidades e papéis diferenciados para cada instituição, dependendo do nível e da modalidade que praticam, mas todos têm um papel a cumprir no sistema educacional.

Então, nós advogamos isso, é desde a posse do Ministro Tasso Genro no Ministério da Educação, sobretudo, nós advogamos essa visão, esse conceito de visão sistêmica da educação, da educação básica e da superior como complementares, como necessárias etapas que se complementam, níveis que se complementam e que se reforçam mutuamente, tanto no que diz respeito a formação de professores, quanto no que diz respeito ao acesso dos alunos aos níveis mais elevados da educação brasileira. É uma agenda que foi construída ao longo dos anos, e é uma agenda que não está pronta, tampouco. Nós iniciamos com a questão da alfabetização em 2003, o Governo evoluiu como um todo ao remeter em 2004 a Emenda que criava o FUNDEB que foi finalmente aprovada, reforçamos o parque federal, a rede federal tanto de educação profissional, quanto de educação superior e tornamos essa rede federal parceira da melhoria da qualidade de educação básica.

Não penso que essa visão seja uma visão difusa dos objetivos do Ministério da Educação. Ao contrário, eu acho que ela presta tributo ao que de melhor se produziu em termos teóricos do País sobre como organizar um sistema educacional que dê a todo o cidadão e a toda a cidadã uma perspectiva educacional mais ampliada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu... Satisfeita Senadora? Diga. Pelo Regimento a senhora tem direito. Eu só pediria que a gente comesse a...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria, Sr. Ministro, pontualmente para dar tempo dos nossos companheiros aqui de poderem falar, dizer que em questão de recursos, a distribuição é efetiva, tem que haver. Não tem como. O recurso vem do Município, através dos tributos pagos e cada vez mais da Constituição de 88 para cá os Municípios e os Estados estão perdendo recursos em detrimento claro de um aporte maior de recursos em nível federal. V.Ex^a

sabe disso, um percentual tido pelos Municípios e as atribuições que eles estão recebendo é muito grande em torno do recurso que tem.

Portanto, Ministro é questão de recurso tem que repassar mesmo. É obrigação. Precisamos de uma Reforma Tributária que equilibre um pouco mais o Sistema Tributário Brasileiro, e aí, então, não vai precisar, talvez, aí, a gente ficar brigando se a União tem a obrigação de botar recursos nos Estados e Municípios, porque não é ela que faz, quem faz são os Estados e Municípios.

Quanto ao problema do 0 a 6, eu fiquei feliz o senhor colocando isso porque não estava no FUNDEB isso. Foi uma luta da população brasileira, de todos os interessados, de toda a população dentro dessa Casa para fazer com que o 0 a 6 entrasse no FUNDEB, porque ele tinha sido excluído. Fico feliz em saber que V.Ex^a pensa dessa forma, coloca o 0 a 6 como prioritário também da formação da personalidade humana e que hoje ele conte do FUNDEB.

Quanto a CAPES, eu fiquei, como vem para o Senado ainda, Ministro, nós vamos discutir mais tarde essa questão. Eu tenho as minhas preocupações, porque nós estamos mudando aí e todos os Senadores têm consciência disso, os Deputados já devem ter discutido, embora não houve muita discussão porque não passou pela Comissão de Educação, é a discussão de que a CAPES, a presença é uma mudança de um órgão que a gente está vendo, triplicando o número de pessoal [soa a campainha] e uma estrutura diferenciada da CAPES. Eu acho que isso deve ser discutido também aqui, qual é o tipo de futuro que se pensa. O próprio MEC executando, não sei se é isso, vamos dar uma discutida na hora que chegar aqui o processo.

E finalmente, Ministro, ainda colocar para o senhor que, quando eu falei da lei de regulamentação, eu disse a base do custo real e não em percentual e isso com os objetivos mais claros que uma lei determina, que não é uma junta que determina, certo? Que a lei permanece, a lei é verificada, é acompanhada, e uma junta de conciliação, uma junta de acompanhamento é feita numa junta, agora uma lei não, uma lei é clara para toda a Nação, você pode impetrar mandado de segurança, você pode ir contra, você pode obrigar, Ministro. Agora um grupo fazendo isso não se pode. Eu acho que as coisas têm que ser mais claras e dá a sociedade o mecanismo para a sociedade poder ir em cima e brigar pelos seus direitos.

E finalmente, eu quero terminar só dizendo o seguinte: Educação é mais tempo a criança na escola, ou seja, através de uma escola de tempo integral, ou seja, através do contra turno, pós-turno, para mim isso é básico na educação, se nós não fizermos isso, Minis-

tro, não vai. A formação dos profissionais de educação, o Campo Grande está dando um exemplo imenso de quando se tem vontade política se faz. O salário dos professores é fundamental também que esse FUNDEB nos adequada a isso, e acho que é importante. E conteúdo e metodologia que sem ela também a gente não entende educação como educação de qualidade.

Eu acho que assim, Ministro, nós vamos caminhar bem. Eu acho que adequando aquilo que o senhor pensa, aquilo que nós pensamos, nós vamos chegar lá. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, em primeiro lugar, dizer da satisfação de ter aqui dois Deputados, o Deputado Rui Pauletti e o Deputado Lobbe Neto, além, obviamente do Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão de Educação. Eu passo a palavra agora a Senadora Ideli Salvatti, depois ao Senador Flávio Arns, Augusto Botelho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, agradeço, inclusive a troca em que foi feita, porque como já foi anunciado nós estamos com eventos em outras comissões também. Eu queria, inicialmente, fazer uma observação que quando a gente fala de educação, não tem como não falar em dinheiro, não tem jeito. Mas eu queria fazer uma observação à Senadora Serrano, porque assim os Estados e Municípios não perderam recursos, não teve perda de arrecadação tributária para Estado e Município. Muito pelo contrário, nós tivemos até umas mudanças que permitiram que Estados e Municípios tiveram ampliação de recursos, até facilidade no sentido... Por exemplo, a questão de o salário educação ser agora, entende, distribuída, proporcionalmente ao número de alunos e não passar pelas secretarias estaduais, entende, naquele jogo de relação com prefeitos, eu acho que foi uma grande mudança. Uma mudança significativa que, inclusive, tem mais justiça tributária. Eu queria dizer que, o que aconteceu, nós tivemos um grande aumento da carga tributária, esse aumento da carga tributária ocorreu pela criação de várias contribuições, que aí não tem repartição com Estados e Municípios.

Então, tem uma sensação de que Estados e Municípios perderam porque a União ampliou a sua arrecadação, agora a ampliação da arrecadação da União se deve as contribuições e é importante registrar que nenhuma dessas contribuições foi criada nos últimos quatro anos, nenhuma delas. Pelo contrário, a CID, que foi uma das últimas criadas no governo anterior, ela teve repartição entre Estados e Municípios por iniciativa do atual governo, então é bom sempre a gente sempre esclarecer isso para não ficar polêmica.

Eu queria trazer aqui alguns elementos. Primeiro elemento. Ministro, quando fala de que nós não podemos fazer a cobertura dos gastos com os inativos dos Estados e vai continuar ainda durante alguns anos, os Estados, principalmente cobrindo, porque muito dos Municípios criaram sistemas de previdência, os Estados é que não criaram. Eu quero dizer assim, essa briga é desde o primeiro ano do FUNDEF, desde o primeiro ano do FUNDEF. Abriga lá, eu era ainda, esta época, eu ainda era sindicalista e eu quero dizer que a nossa briga como professora da rede estadual era para que, nos recursos do FUNDEF, não fossem pagos os professores inativos para a gente poder ter do recurso do FUNDEF aplicação integral nas atividades fins da educação.

Então, quando o senhor diz aqui que nós vamos ter que fazer ainda essa discussão e que talvez quatro anos seja pouco tempo para a gente resolver, eu continuo apavorada, porque nós estamos nos Estados tendo essa briga. Veja bem, o Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Contas do Estado declarou que era proibido o Estado pagar inativos com dinheiro do FUNDEF, não podia. Nós não conseguimos aplicar, durante os dez anos, os recursos do FUNDEF única e exclusivamente nas atividades fins da educação.

Agora, eu queria levantar alguns dados, que me chamou bastante a atenção, e eu queria, depois, relatar, pedir comentários ao Ministro que é o seguinte. Do último ENEM, tem dados que são bastante importante, que eu acho que merecem a nossa reflexão. Primeiro, [soa a campainha] as mulheres predominam 62% dos que fizeram os exames são mulheres, o que demonstra o quanto que as mulheres estão preocupadas com o estudo e, hoje, elas já são maioria dos bancos escolares de praticamente todos os níveis. Mas dos dois milhões e meio que preencheram o questionário socioeconômico do ENEM em 2006, 80% cursou todo o ensino médio na rede pública, 83% declararam viver em família com renda de um ano a cinco salários mínimos e quando indagados sobre o motivo de fazer o ENEM, 70% respondeu que o objetivo era entrar na faculdade e conseguir pontos para o vestibular. Portanto é aqui o efeito PROUNI, ou seja, os alunos se preocupando com o ENEM que essa é a fórmula de poder acessar ao PROUNI.

Com relação ao SAEB, tem dados aqui que também me causaram bastante preocupação e realce, mas é o seguinte, quando o MEC avançou ao publicar na Prova Brasil os resultados de cada escola e cada Município, eu acho que esse é um avanço significativo, Ministro. Para a gente poder identificar onde está dando realmente melhor resultado, tem melhoria ou não da qualidade, piora ou não da qualidade. Agora,

se isto não servir, e ainda nós não temos isto, para que a gente possa montar um sistema de incentivo às escolas que mais avançam e medidas pontuais aonde a situação foi verificada de maior gravidade, este avanço, eu acho que ele é algo que pode não ter a serventia que nós merecemos. Então eu gostaria de saber se esse avanço do MEC vai significar a gente montar algum sistema de incentivo para onde dar mais, melhor resultado ou medidas pontuais, estratégicas para resolver ações especiais, emergenciais para recuperar o atraso. Eu acho que essa é uma questão fundamental. E quero dizer assim, a responsabilidade da educação básica, a Constituição define é do Estado e do Município, agora o papel da União é um papel que eu acho que, o senhor já colocou várias questões, é garantir o aspecto nacional da educação. É garantir que a educação possa ser dada nas mesmas condições, é buscar suprir as condições para que mesmo os Estados com maior dificuldades, as regiões, os Municípios com maior dificuldade, possam oferecer um padrão nacional de educação. Aí é que entra o papel da União e eu acho que nós temos que discutir o quanto mais vamos aprofundar, aí tem toda a questão da capacitação dos professores, as condições, transporte escolar, merenda escolar e todas as... Suprir em termos de recursos para poder garantir esse papel nacional.

E por último, Ministro, eu queria dizer o seguinte, tem muita discussão atualmente, o papel, voltou, sempre volta. Toda a vez que tem uma tragédia volta essa questão do papel da educação para a questão de segurança, de alternativa e tal. Eu queria aqui deixar registrado o seguinte, nós vamos precisar fazer uma profunda discussão a respeito do papel da escola e do papel do professor nos centros de conflito. Porque o papel da escola e do professor... Porque assim, é interessante que o próprio SAEB aponta a maioria das escolas com os melhores, das melhores pontuações se localizam em Municípios pobres. Não são os grandes centros urbanos, isso está dando uma sinalização, ou seja, as escolas e o professor nos centros de conflito não estão correspondendo ao papel que precisa ser desempenhado, que precisa ser desenvolvido. O papel do professor numa comunidade de preferência, onde corre bala perdida, onde o narcotráfico domina, o papel desse professor, o papel dessa escola não é igual, não é igual, ao papel desempenhado numa escola, entende, de um Município pequeno, de um bairro tranquilo. Não é. E aí nós vamos precisar fazer esse debate, a educação só vai poder desempenhar esse papel de resgate da cidadania, de enfrentamento e de auxílio na superação dos conflitos sociais e principalmente da insegurança se o papel da escola e do professor nas áreas de conflito social, e principalmente nos nossos

centros urbanos, nas nossas periferias das grandes regiões metropolitanas for profundamente modificado. Aí têm o papel dos agentes, tanto União, Estado e Municípios, mas tem também o papel do professor que, nesse caso, não pode ser passivo apenas de receber o estímulo, receber o incentivo, receber a política, mas o papel do professor nessas situações, nós vamos precisar ter uma modificação do comportamento das instituições educacionais, das três esferas, mas também o papel do professor.

Então, eram essas as observações e eu queria que o Ministro depois pudesse aprofundar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peço que o Ministro anote as colocações da Senadora Ideli e passo a palavra ao Senador Flávio Arns, insistindo da gente tentar apertar o máximo, como fez a Senadora Ideli.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar também, cumprimentar o Ministro, dizer para ele da honra, da alegria de tê-lo, compartilhar do ponto de vista de que a educação, se pudermos usar a expressão, é tudo. Se a gente quiser um País diferente, melhor, socialmente justo, economicamente desenvolvido, é tudo pela educação e dizer do prestígio que V.Ex^a desfruta não só aqui dentro do Congresso Nacional, mas também junto à sociedade pelo bom trabalho, dedicado, democrático, dialogado, competente com a sociedade. Tanto que quando se discute a composição do novo Ministério muitas pessoas de dentro do governo, tantas outras de fora do governo, dizem que deveríamos tê-lo na condução do Ministério da Educação e eu compartilho desse ponto de vista nos próximos anos para a consolidação do trabalho.

Então, não é só uma opinião minha, mas muitas outras pessoas independentemente do aspecto partidário reconhecem um trabalho, assim, de muita qualidade. E é bom a gente ter aqui, nessa Comissão, ao seu lado, a pessoa que iniciou esse trabalho dentro do atual governo, há época, dentro do Partido dos Trabalhadores, o Senador Cristovam Buarque, que não está mais dentro do partido, mas que continua também dentro do Brasil com conceito, assim, uma atitude, um reconhecimento de toda a população em relação ao belo trabalho. A bandeira que desfrauda em termos da educação.

Eu gostaria de fazer três perguntas. A primeira delas é em relação ao dinheiro. Alguma coisa para ser prioritária tem que estar respaldada no recurso, no orçamento. Eu inclusive costumo dizer que lugar de criança não é na escola, se entendermos bem, lugar de criança é no orçamento, porque a criança que tem orçamento vai ter escola, escola em período integral, escola com professor qualificado, com equipamento,

com material, para a gente vê muitas vezes o discurso, lugar de criança é na escola e vamos olhar o orçamento e não tem qualquer orçamento para a criança estar na escola. Houve uma distorção, senhor Ministro, no decorrer dos anos no Brasil.

Então, os impostos que se arrecadam são arrecadados no mesmo valor das contribuições.

Então, existe tanta contribuição quanto existe imposto. O imposto é repartido com Estados e Municípios, a contribuição não é repartida, o Governo Federal fica com a contribuição e isto fez com que houvesse uma grande distorção de empobrecimento de Estados e Municípios. Inclusive, existe uma Emenda Constitucional em tramitação aqui dentro do Congresso Nacional, do Senador Osmar Dias, também ex-Presidente da Comissão de Educação, destinando um percentual da contribuição para Estados e Municípios.

Então, em relação aos recursos, eu penso que são recursos ainda, apesar do esforço de V.Ex^a, por isso que eu coloquei toda aquela introdução também. Mas são muito pequenos os recursos, sendo destinados para uma tarefa gigantesca e diante das distorções existentes pelo Governo Federal para Estados e Municípios quando nós falamos de um bilhão, dois bilhões, chegando a cinco bilhões em 2010. Quando nós pensamos no PAC, o PAC são [soa a campainha] quinhentos bilhões de reais, quer dizer, cinco bilhões, um bilhão, dois bilhões, não deveríamos estar falando em termos de cinquenta bilhões, por exemplo, nesse período, dez bilhões por ano, doze bilhões por ano, dentro dessa distorção que existe. Porque a gente dizer que o Estado e Município têm que fazer, ele sabe que tem que fazer, mas precisa de dinheiro, precisa de dinheiro, de recurso para ser prioridade.

Então, nesse sentido é o primeiro aspecto, a primeira pergunta, como que a gente poderia, nesse sentido, contribuir, porque claro que o embate dentro do executivo é uma coisa difícil, mas nós queremos contribuir. A segunda pergunta, em relação ao FUNDEB, V.Ex^a mesmo disse da relação que existe entre participar numa pré-escola e o sucesso acadêmico no ensino médio, no ensino fundamental, a gente sabe disso. Só que a educação infantil no Brasil, em boa parte dos casos é oferecida ainda por iniciativas, como V.Ex^a colocou, públicas, não estatais. Porque isto? Porque está lá a associação de moradores, está a igreja, está aquela comunidade que tem a creche, tem a pré-escola, mas não é pública, ou ainda uma outra situação, desafio no Brasil, que é o ensino para o trabalho, a educação para o trabalho. E muitos desses casos também não é público, é público não estatal, tanta iniciativa boa pelo Brasil da preparação da mão-de-obra do jovem para o trabalho e que também está

relacionada à questão do FUNDEB. E mesmo na área da qual eu participo e V.Ex^a sabe disso intensamente, que a educação da pessoa com deficiência, em muitos casos, também APAEs, Pestalozzi, escolas de surdos, de cegos, tantas coisas pelo Brasil que é público, é público, comunitário, público, não estatal. Mas como é que essas situações ficam dentro do FUNDEB, eu diria que o Brasil, na minha ótica poderia avançar muito se, dentro de regras claras, transparentes, para não haver o abuso do dinheiro público, do recurso público, o governo realmente tivesse uma política clara, definida a favor desse entrosamento, dessa parceria até que a realidade mude. A gente não sabe. Talvez daqui uns anos a gente tenha iniciativas públicas, estatais, não sei se é o mais adequado também, na Irlanda até eles fizeram um plebiscito e acharam que não era o mais adequado. Mas, em todo o caso como é que isto fica no FUNDEB.

E o terceiro aspecto e último, senhor Ministro, está havendo uma confusão extraordinária pelo Brasil em relação ao ensino fundamental de nove anos. Quer dizer, uma coisa boa, ensino fundamental obrigatório, quer dizer, invés de oito anos, nove anos, porque isso? Porque o filho de quem tem a condição econômica faz jardim I, jardim II, jardim III e depois já fazia oito anos no ensino fundamental e a pessoa que não tinha essa condição econômica e a pré-escola pública ainda é, assim, difícil de ser encontrada na maior parte dos casos no Brasil, essa pessoa fazia em oito anos, então entrava direto na primeira série e não tinha essa adequação ao ambiente escolar, o ambiente acadêmico e isso fazia com que houvesse mais probabilidade de insucesso e de evasão. Aumentou-se para nove anos, discutimos aqui, será que é melhor tornar obrigatório o jardim III ou estender para nove anos, vamos estender para nove anos, porque aí fica igual ao que acontece no Mercosul, por exemplo, onde todos os países têm nove anos. Mudamos a Constituição. A Constituição antes dizia que a educação infantil ia até os seis anos de idade, então quem tinha seis anos de idade tinha que fazer sete na primeira série. Mudamos a Constituição para dizer: A educação infantil vai até os cinco anos de idade. Até os cinco anos.

Então, quem faz seis, pela própria comparação deveria estar sendo matriculado na primeira série, não é verdade? Então essa discussão que os conselhos estaduais de educação criaram assim, legislações diferentes. Então, no Brasil, a gente tem 27 situações, se a gente pode dizer assim, diferentes. E isso está causando uma confusão extraordinária quando uma norma dessas, na minha ótica pelo menos, poderia ser nacional. Mas a pergunta é em relação ao FUNDEB, na minha interpretação a criança que vai completar seis

anos de idade tem direito constitucional ao FUNDEB, porque vai fazer seis anos e teria que estar na primeira série. E Estado e Município que não coloca criança... Isso não quer dizer que vá aprender a ler e a escrever, não é isso que estamos discutindo, ter acesso ao ensino fundamental obrigatório, como é que V.Ex^a vê essa situação e até fazendo um apelo para o espírito de diálogo, de entendimento democrático, que V.Ex^a pudesse falar com o Conselho Nacional de Educação para rever isto, porque é um caos. Um caos que se estabeleceu em função de uma coisa boa, ensino fundamental obrigatório de nove anos é uma coisa excelente, agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Senador Augusto Botelho, quero cumprimentar o Deputado Irã Barbosa e a Deputada Raquel Teixeira que estão aqui nos honrando. Senador Augusto Botelho, lembrando o tempo curto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vou ser bem rápido, Presidente. Senhor Ministro, inicialmente, eu gostaria de fazer um agradecimento público em nome da Universidade de Roraima, em nome do meu Estado, porque V.Ex^a tem apoiado bastante a nossa universidade e nós temos vários blocos sendo construído agora durante a sua gestão. E também foram criados três cursos de mestrados, que não havia nenhum, nesses últimos anos lá em Roraima. Sou favorável também ao lobby do Senador Arns que V.Ex^a permaneça como Ministro porque está fazendo também um bom trabalho. O Brasil precisa de pessoas que trabalham voltadas para a educação como V.Ex^a. Primeiramente, eu gostaria de fazer uma consideração sobre o ENEM, realmente lá em Roraima eu já havia constatado que o nosso ENEM, caiu lá em Roraima porque, com o PROUNI, todos os meus amigos de infância que não tinham chance de fazer universidade, começaram a fazer ENEM para ver se conseguem um PROUNI. Quer dizer, eles fazem sem estudar muito, porque estudam pouco tempo, estão há dez anos, quinze anos sem estudar, vinte anos.

Então, isso aí caiu a qualidade do ENEM, quando V.Ex^a falou que o ENEM não é um parâmetro para a gente considerar estatístico, então eu fiquei mais satisfeito porque eu fiquei triste com essa queda no ENEM que eu já havia constatado no meu Estado.

Outra coisa que eu constatei em Roraima é que o SAEB do quarto ano melhorou em Roraima, português e matemática são as duas provas. E tem melhorado desde 2001, 2003 e 2005. Eu acho que no Brasil todo está acontecendo isso, eu não fiz um estudo completo que foi publicado no jornal de Roraima só o nosso Estado. E se essa onda aconteceu no Brasil todo, eu

acho que V.Ex^a tem sorte que vai pegar uma onda boa na educação. De daqui para frente a gente ir subindo sempre na avaliação do SAEB.

Outra coisa que me preocupa muito desde que cheguei aqui nessa Casa, e já tinha essa preocupação anterior, é que os nossos professores em Roraima do ensino básico, muitos não tem o nível superior. Mas V.Ex^a falou que no Brasil todo, 42% não tem nível superior, então eu acho que seria um foco que deveria ser voltado para uma universidade aberta e com outros recursos aplicados para a gente tentar fazer isso. Se a gente colocar todos os professores do ensino básico com nível superior, com certeza a qualidade de educação tem que melhorar. Nós sabemos que a educação ninguém resolve no dia para a noite. Foi o Senador Cristovam Buarque que me ensinou e me mostrou que no Brasil nós temos uma equação injusta com o ensino básico, dois terços dos recursos da educação são gastos com ensino superior e um terço com ensino básico, nós temos que caminhar e criar meios nesse nosso trabalho, da gente inverter essa equação ou igualar, pelo menos, 50% para um e 50% para outro. Sem tirar do ensino superior. Aumentando aqui por baixo.

Então, eu gostaria de dizer para V.Ex^a que confio e tenho certeza que nós vamos melhorar no próximo, no SAEB desse ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Ministro antes dos três próximos Senadores inscritos.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Agradeço as perguntas e a generosidade das intervenções.

A questão delicada aqui do FUNDEB que o senhor colocou, Senador Flávio, sobre essas instituições públicas não estatais como nós chamamos. Nós tomamos uma decisão, no âmbito do Ministério da Educação, que foi tentar estabelecer com o CONCED, com a UNDIME, na medida do possível, até com a CNTE, dentre outros parceiros do Ministério da Educação, um procedimento em que nós íamos até o limite do possível para tentar organizar um consenso. E contávamos, e contamos, com o Congresso Nacional para justamente dar a sua contribuição e aperfeiçoar os projetos que são aqui encaminhados. Por exemplo, a Senadora Marisa Serrano fez referência ao fato de que, não a educação, Senadora, mas a creche estava fora da proposta original, a educação infantil é creche e pré-escola. A pré-escola estava contemplada na proposta original, porque não havia consenso entre Estados e Municípios sobre a inclusão da creche, uma vez que os impostos municipais não faziam parte da cesta de tributos a serem repartidos. Não tendo havido consenso em torno da inclusão dos impostos municipais e da

creche, nós contamos com o Congresso Nacional para justamente para arbitrar sobre a maneira mais conveniente. O Congresso deliberou que a creche entraria e os impostos municipais não entrariam, basicamente IPTU, ISS e ITBI. Nós também entendemos que, no caso da Medida Provisória, também o procedimento deve ser observado e nós conseguimos aprovar o FUNDEB por unanimidade justamente por termos adotado uma postura supra partidária, em favor da educação e contando com a participação dos poderes da república no sentido de aperfeiçoamento da proposta do executivo, que nem sempre contempla todos os lados. Até por uma impossibilidade de conseguir construir consensos entre quatro paredes. Por isso que é importante o papel a ser desempenhado pelo Congresso Nacional que aqui, como a senhora manifestou, é a Casa do povo, todos se manifestam livremente e os Parlamentares sendo Poder Executivo, o Poder Legislativo um órgão colegiado por natureza, as arbitragens são feitas até de uma maneira que comporta resolução de conflitos e interações muito mais adequada do que uma pessoa que é o chefe do executivo sobre a qual recai a responsabilidade todas pelas decisões.

Então, essa harmonia entre Poder Executivo e Poder Legislativo é essencial, sobretudo no que diz respeito à educação para que nós continuemos a prosperar nessa agenda, que tem sido bem recebida pelo parlamento. E nós não tivemos nunca dificuldade nenhuma de aprovar um Projeto de Lei ou uma Emenda Constitucional de interesse do Ministério da Educação, muito pelo contrário. E o recorte das discussões jamais foi partidário, gostaria de registrar isso. Eu nunca participei de um debate em que se constituíam blocos partidários em torno de uma questão sobre a educação, desde o tempo que eu estou no Ministério. Eu acho que isso vale também pelo também que o Ministro Cristovam atuou no Ministério da Educação. Nós tivemos a felicidade de contar com o amadurecimento das instituições nesse sentido de considerar a educação uma agenda prioritária que não pode sofrer clivagens dessa Natureza. Portanto, o que eu lhe digo a respeito dessa questão, é uma questão em que não houve consenso na mesa de negociação com os educadores, patrocinada pelo Ministério da Educação. Então veio para cá a Medida Provisória sem encontrar essa questão, mas é evidente que a sociedade vai se manifestar e os Parlamentares vão poder ouvir os argumentos de parte a parte e tomar uma decisão. Nós vamos contribuir com o debate sem nenhuma intenção de, nem poderíamos, de fazer com que nossa visão prevaleça, nós vamos trazer subsídios para que a decisão dos senhores, das senhoras seja a mais razoável.

No que diz respeito à questão dos nove anos, hoje eu tenho uma reunião com o Conselho Nacional de Educação que está reunido desde ontem em Brasília. E vou levar ao conhecimento dos conselheiros essa sua preocupação de uma resolução que normatize para o País, a questão da matrícula no primeiro ano obrigatório do ensino fundamental. Eu não tinha a idéia de que em alguns Estados a situação pudesse estar de certa maneira ainda pouco organizada. Então, vou conversar com os conselheiros, eu tenho certeza que o Conselho será sensível a essas informações. Pois não, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe, eu até sugiro que o documento de São Paulo possa subsidiar porque São Paulo já resolveu esse problema de uma maneira e outros Estados também, mas São Paulo de uma maneira muito particular e de uma maneira boa também.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu levo, inclusive, essa sugestão ao Conselho, a sua preocupação e a sugestão para que eventualmente possam disciplinar a matéria de maneira a não deixar dúvida sobre como aplicar a lei. Tanto a lei que foi aprovada no ano passado, tanto agora a própria Constituição que foi recentemente alterada no que diz respeito ao ensino fundamental.

A questão do orçamento. Eu tenho para mim que nós precisamos ter uma agenda que compatibilize o enfrentamento das questões educacionais com o aporte de recursos necessários para esse enfrentamento. Mas da mesma maneira que nós podemos observar ao longo dos últimos quatro anos, um incremento do orçamento do Ministério da Educação – e o senhor não tenha dúvidas que nós vamos terminar em 2010 com recorde histórico de investimento em educação, inclusive básica no País – só pela dinâmica de complementação de recursos para o próprio FUNDEB, eu tenho para mim que isso ainda é insuficiente para a agenda da educação, o FUNDEB resolve uma questão pontual que é a enorme desigualdade regional que existe, no que diz respeito ao custo aluno qualidade, mas ele está longe de ser a panacéia que vai resolver todos os problemas de financiamento da educação. Razão pela qual nós vamos apresentar ao Presidente da República, assim que tiver os atos prontos, um plano de desenvolvimento da educação. E aí não é um mandato, dois mandatos, é um plano que tem efeitos no curto prazo, mas de médio e longo prazo para ter um norte no que diz respeito a educação, aí, respondendo a indagação da Senadora Ideli, porque o objetivo central da prova Brasil não é simplesmente divulgar dados por escola ou por sistema, mas é a partir de da-

dos transparentes sobre qualidade de educação, atuar nos sistemas que precisam para promovê-los.

Então, hoje nós temos uma radiografia bastante circunstanciada do que é preciso, de onde é preciso atuar com mais energia. São indicadores muito preocupante em regiões muito pobres do País e que o FUNDEB vai amenizar, mas não vai resolver. É preciso, sobretudo, aumentar enormemente a capacidade de gestão dos sistemas que precisam receber, como pregou a própria Constituição, não só apoio financeiro, mas apoio técnico para estruturar os seus sistemas de maneira adequada. E o Ministério hoje, por tudo que acumulou, e não é desse governo, isso vem de alguns anos em que o Ministério vem se preocupando [soa a campainha] com a questão da educação básica com cada vez, com mais ênfase, nós temos hoje um acúmulo importante e tecnologias importantes que podem ser disseminadas, que podem ser aplicadas nos sistemas que mais precisam. Agora, era preciso ter essa radiografia antes, era preciso ter uma noção clara de onde nós precisávamos atuar e com que instrumentos atuar para a correção das deficiências nos sistemas.

Então, eu quero crer que nós divulgamos a Prova Brasil em julho do ano passado, durante seis meses nós atuamos junto aos organismos internacionais para fazer um diagnóstico de boas práticas. Temos esse diagnóstico que vai muito em linha do que a senhora disse sobre o que é uma educação de qualidade, mas com preceitos claros de como estruturar um sistema que venha a ser esse desafio. Agora, nós temos que chegar com o apoio, técnico e financeiro da União e dos Estados, no caso dos Municípios para que esses sistemas possam se recuperar.

Então, esse longo percurso trilhado que começa lá em 2005 com a aplicação da prova em 40 mil escolas, com processamento de todos os resultados, com a divulgação, com a ida a campo de consultores selecionados pelo Ministério da Educação, com apoio dos organismos internacionais para ter este mapa e conseguir construir uma proposta e uma agenda agora, de enfrentamento do problema in loco, porque nós temos que ir lá, nós temos que ajudar o Município, se possível dentro da escola, para que ele possa efetivamente se recuperar. Eu penso que esta é a agenda que está na ordem do dia e uma das medidas que serão apresentadas para o Presidente vai exatamente ao encontro dessa inquietação de que tendo o diagnóstico, tendo a radiografia, o que fazer, então nós vamos? Então nós vamos apresentar ao País uma proposta, evidentemente, como tudo que o Ministério propõe, possa ser aperfeiçoada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero em primeiro cumprimen-

tar a presença do professor Mozart Neves Ramos, foi Secretário da Educação de Pernambuco, Reitor da Universidade de Pernambuco e que hoje é o Diretor Executivo do Compromisso Todos pela Educação. Passo a palavra, agora, ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhor Ministro, Sr. Presidente, Cristovam, senhor outro componente da Mesa. Realmente para mim, a gente tem algumas posições contrária, Ministro, a nível de terceiro grau, inclusive, estamos tendo alguns enfrentamentos. É uma coisa que está acontecendo a nível de terceiro grau, só para colocar, eu sei que o debate é outro, a posição, é a questão da internacionalização da universidade no País. Os Fundos de Pensão estão vindo, estão comprando as Universidades Nacionais, isso é uma coisa que V.Ex.^a tem que prestar atenção e todo o Ministério da Educação. Chegou ao cúmulo de nós termos a Faculdade de Jorge Amado em Salvador, agora tem também o capital estrangeiro na universidade que leva o nome de um grande escritor no Brasil. Agora, eu estive aqui, durante todo esse debate, Presidente Cristovam, vendo o documento que foi encaminhado pelo Ministro, para o nosso Presidente Renan Calheiros, seria uma espécie de PAC da educação, é esse o documento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Documento é uma carta minha para o Presidente Renan Calheiros.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, então, desculpe. Realmente eu passei lendo três vezes aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aliás, explicar, pedindo que o Presidente do Senado, como interlocutor maior do governo apresente isso como sugestão para essa idéia do PAC que está se pensando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Realmente é um PAC, eu vi aqui é um PAC, eu não sei se o Ministro pode levar essas idéias e acabar. Porque o PAC do Ministro está presente aqui, todo o seu PAC apresentou para a gente, porque eu não tive acesso ao PAC da educação, que eu sou que o senhor estava criando o PAC da educação, é isso?

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: A pedido do Presidente da República, nós vamos entregar, a previsão é amanhã, dia 28, um conjunto de propostas para que ele avalie a pertinência e eventualmente encaminhe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E o Ministro levará com certeza, em conta essa apresentação que foi também encami-

nhada ao Presidente algumas posições aqui colocadas, acredito eu.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Com certeza, estou tomando conhecimento agora, mas fico feliz em saber que há propostas sendo discutidas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tá. Veja bem, Ministro, eu costumo, eu não sei, eu fico a todo o momento procurando entender o Ministério da Educação. E sempre procuro alguma coisa para comparar com o Ministério da Educação, eu aqui, enquanto V.Ex^a debatia, eu, que tive a oportunidade de ser criado por uma mãe educadora, que começou no jardim de infância, uma escola de primeiro grau, segundo grau, uma faculdade isolada, uma faculdade integrada, uma universidade e pela justiça uma universidade nacional, eu sempre que eu olho para o MEC, me parece sempre, aquela Casa de festa de aniversário em que a gente faz a festinha, vai todo mundo embora e tudo funciona, mas falta alguma coisa, eu sinto saudade da minha festinha quando era quando eu fazia aniversário que era na minha casa com a minha mãe, com o meu pai e tinha realmente aquele clima que tinha e no MEC eu não sinto isso hoje, eu sinto uma série de índices, de avaliações, de portarias, de leis e tudo caminha rodando. E eu não sinto, embora, considere o Ministro um dos Ministros mais audaciosos nos últimos anos, inclusive, gozando do prestígio do nosso Presidente. Porque eu vejo coisas simples, como por exemplo, qualquer criança vai a escola se de alguma maneira foi implantada o sistema onde ela possa se alimentar, isso é coisa antiga, foi implantada pelo Brizola e pelo Darcy Ribeiro. Isso é uma coisa simples que deveria ser implantada. Outra coisa bem simples que eu vejo, é que eu tive oportunidade de visitar cidades que detêm recursos de royalty isso por exemplo que sobra dinheiro, ele não tem onde aplicar. O que é que ele faz? Ele pega uma área rural, bota uma escola lá dentro, usa o dinheiro para fazer aquela área rural, fazer shows e tudo mais, porque tem dinheiro sobrando. E um dia ouvi um discurso do Presidente Cristovam, onde ele defendia, se eu estiver certo, não sei se ele defende ainda, a questão do recurso ser unificado para ser melhor distribuído. Não sei se V.Ex^a ainda defende essa idéia, mas eu gostei muito daquele discurso que V.Ex^a fez. Ou seja, receber o dinheiro, ir para um centro e dali distribuir, não tem porque uma cidade como Macaé, que detém recursos absurdos, Campos dos Goytacazes, sobrar recursos para não investir, de repente, numa cidade no Amapá, de repente, que precisa, numa cidade na região pobre de Minas Gerais, de repente, isso não acontece. Então, talvez esse, o Ministro que já fez uma série de mudanças, inclusive um absurdo da não cria-

ção de escolas técnicas, só poderia criar se tivesse o apoio de uma entidade da cidade, quando V.Ex^a fez uma lei e acabou com isso e agora o Ministério cria uma escola técnica onde ele puder criar onde tiver interesse da região.

Agora, Ministro, desculpe que eu estou numa gripe infernal, eu acho que o MEC precisa, essa diferença que existe, essa falta de, é muita tecnocracia, muita tecnocracia, muito índice de avaliação, muitas portarias, é um inferno, na instituição que a minha dirige tem um cara só para analisar portaria que sai todo dia, sobre tudo e ele montou, antes era um só, agora já é uma equipe, analisa, complica, vê o que tem a ver com outra, o que ela tirou o que é que não vale mais, qual é a nova.

Então, eu acho que está faltando aí uma limpeza geral, fazer uma limpeza e ver o que realmente vale a pena. Porque senão, nós vamos ficar praticando a mesma coisa de sempre, desde o governo Paulo Renato. Porque no governo Paulo Renato, eu não conseguia gostar, com todo o respeito, ao meu amigo aqui do PSDB, eu não conseguia gostar nem do MEC, nem do Paulo Renato, aí veio o Cristovam, eu consegui gostar, do MEC e do Cristovam. E hoje eu consigo gostar só do Ministro, eu não gosto do MEC. É uma mudança do MEC constante, eu acho que hoje eu estou com o Presidente Lula, que gosta muito de V.Ex^a. Eu acho que ele está certo, sou um dos que defendo a permanência de V.Ex^a, embora não gostando muito do MEC, gostando de V.Ex^a.

Então, eu espero e quando a época que eu era Presidente e foi aqui debatido a questão do orçamento do FUNDEB que a Relatoria ficou com um membro onde disponibilizou recursos, a nível de Comissão para o FUNDEB, porque o importante é ter disponibilidade de recursos, ter de onde tirar, ali foi criado, essa Comissão sempre acompanhou o Ministério. Agora, realmente, eu não vejo, eu não consigo, eu vejo o PROUNI criado por V.Ex^a, que foi uma espécie de omelete sem ovo, porque realmente ninguém pagava e por isso que a fazenda autorizou, porque senão não autorizaria, porque ninguém pagava, V.Ex^a falou, já que ninguém paga, vamos pagar agora através de bolsa e o Ministério autorizou porque senão não autorizaria. Se tivesse dinheiro entrando não autorizaria, botar o dinheiro na educação. Como ninguém pagava e agora vai pagar de um outro jeito, uma boa saída encontrada pelo Ministro e colocou um monte de gente nas universidades. Só que eu não sei ainda quantos ficam, porque a gente não consegue ter acesso a essa informação, a gente sempre sabe quantos entram, mas a gente não sabe quantos estão no sistema, viu Ministro, isso aí eu vou

até ver se eu consigo com o Presidente com essa Comissão obter essas informações.

Então, espero, Ministro, que a gente tenha um pouco mais de prática e saia dessa burocracia, é uma tecnocracia, parece uma briga de ego tremenda, quem é que vai ter... Parece até o técnico, como o Lula gosta de comparar com futebol que vai ter uma grande sacada e que vai ser um novo PROUNI, digamos assim, que essa foi a grande sacada do seu Ministério até esse momento, acredito que V.Ex^a vai ter capacidade nesse segundo mandato criar alguma coisa nova. Tão bom quanto o PROUNI. [soa a campainha]

Então, eu só queria fazer essa colocação, Ministro, que é muito difícil tê-lo a vontade aqui na Comissão, porque para ir ao MEC, a gente, às vezes, até não é bem recebido, quando vai inaugurar um campos lá numa cidade no Triângulo Mineiro, eu não sou nem convidado quando eu fiz parte da Comissão que autorizou os campos. Isso eu pediria que o senhor entrasse em contato com a sua Assessoria para que prestigiasse mais os Senadores quando aprovam aqui os novos campos de universidades e quando fosse implantado que a vossa Assessoria tivesse o carinho de convidar os Senadores pelo menos do Estado que aprovou a sua idéia, que aprovou o que o MEC pediu. Ou que um projeto de alguns Senadores. Isso não acontece, eu tive que ir, porque eu sou furão, V.Ex^a sabe, peguei o carrinho e fui lá, cheguei lá, grande, não tinha nem nome na Mesa, como Senador do Estado, mas grande desse jeito, não teve como dizer que não estava vendo. Mas fiquei quietinho, atrás da pilastra, V.Ex^a mandou lá, botou lá e eu sentei-se à Mesa para instalação do campos da UFU Ituiutaba, chamada Campus do Pontal, muito importante uma ação também de V.Ex^a para o Triângulo Mineiro.

Então, pediria que V.Ex^a e a sua Assessoria tivessem um carinho maior com os Senadores que está faltando isso, porque os Senadores eles representam os Estados e cobram atitudes do Ministério. E os Senadores, eles tem que dar satisfação in loco, nos locais que ele representa. E V.Ex^a é uma escolha pessoal do Presidente, quer dizer tem que dar satisfação ao Presidente e não aos eleitores, o Presidente que vai ter que dar satisfação depois.

Então, é só isso, que V.Ex^a continue com esse trabalho, procurar sim, porque eu acho que a principal situação foi essa levantada pelo Senador Cristovam, da centralização dos recursos para melhor distribuição, eu acho que está havendo uma fartura em alguns locais e está sendo gasto de qualquer maneira, talvez seja esse um grande evento que poderia estar no PAC de V.Ex^a que ia ter uma discussão muito grande, mas eu, pelo menos, quando era lá gestor de uma institui-

ção, eu procurava centralizar os recursos para melhor distribuir, eu acho que isso pode ser importante para o MEC. E seria um apoio a idéia do Senador Cristovam e fui bem recebido, porque depois do abraço que eu vi do Presidente Lula no dia da posse dar no Senador Cristovam, eu senti que ele pode aceitar algumas idéias de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, cumprimentar o Ministro Fernando Haddad, Ministro da Educação, o Dr. Reinaldo Fernandes do INEP, os colegas Senadores e Deputados aqui presentes e dizer que eu vou procurar ser conciso para atender ao apelo de V.Ex^a sem crítica nenhuma aos meus colegas. Vou até parecer simplista, porque não vou justificar a minha pergunta, a minha pergunta vai ser uma pergunta sem justificção. Até V.Ex^a poderia perfeitamente endossar a minha pergunta com a sua proposta nessa carta ao Presidente Renan Calheiros. Senhor Ministro, na busca de uma qualidade melhor para a educação, o que é que V.Ex^a acha desta proposta de escola de tempo integral?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desse grupo, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, senhor Ministro, senhores Assessores do Ministério da Educação, é com muita honra que nós temos presidindo essa Comissão o Senador Cristovam Buarque, o grande idealizador e realizador da Bolsa Escola que serviu como modelo altamente qualificado para a educação do nosso País e que, hoje, eu acredito que nós estamos ouvindo muitos discursos no Plenário, questionando o modelo assistencial que o governo está implementando através da Bolsa Família e com isso destruindo todo aquele trabalho da Bolsa Escola.

Então, o que nós vemos com o Bolsa Família hoje é exatamente as conseqüências muito eficazes, muito frutífera para o governo, principalmente considerando que essa Bolsa Família que é, na minha opinião, pelo valor que é concedido e pelos impedimentos que causam na população é uma verdadeira bolsa miséria que faz com que os nossos pobres, os nossos necessitados, os nossos miseráveis fiquem se segurando a todo custo para receber os sessentinha deles todo o mês. Mas que trouxe um resultado político muito positivo e eu sou testemunha disso porque vivo num Estado pobre, é um Estado do Norte e que esta bolsa família gerou verdadeiros bolsões de votos, são os agentes do governo ali avisando para a população, olha, se

não eleger o Lula, se não eleger o candidato do Lula, se não eleger não sei quem, não sei quem mais vocês vão perder isso. E esse povo numa situação de pré miséria, miséria, eles ficam sujeito a esse coronelismo branco, que eu digo assim, coronelismo do poder e vai votar naquele que não vai deixar acabar aquela Bolsa Família ou seja lá que tipo de clientelismo que o governo faça. É um tema polêmico, porque dificilmente algum candidato vai para um palanque criticar, porque se criticar vai perder votos, mas que nós aqui no Senado, estamos de uma maneira bastante lúcida, ética, denunciando essas questões, essas dificuldades que a educação passa no sentido de obter seus resultados e dizendo que há uma necessidade absoluta do governo rever um retorno através dessas aplicações, dessas políticas assistenciais. Então a minha pergunta, senhor Ministro, é o seguinte, as políticas assistenciais hoje, em execução pelo governo, podem voltar a exigir, aí que vem a questão, que os senhores acharam estranho eu falar isso, a contrapartida que era o mais importante, educacional, assim como a bolsa escola? É essa a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho mais dois inscritos, Senador Lucena e Senador Azeredo que como foi um dos que convocou deve querer falar também. Eu pergunto se colocamos os dois e o Senador responde aos seis, está bem. Então eu passo a palavra ao Senador Lucena, e depois o Senador Azeredo conclui.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Primeiro dizer da minha satisfação de participar desse debate, Ministro, e espero que esse encontro possa se repetir até para que nós tenhamos a oportunidade de discutirmos e aprofundarmos esse assunto que é tão sério para o futuro dessa Nação. Mas eu gostaria de, não serei tão sucinto como foi o professor Garibaldi, mas procurarei comentar algo que considero de muita relevância porque, como prefeito que fui de uma capital do nosso Estado, do Estado da Paraíba por duas vezes, nós estabelecemos a educação como prioridade e avançamos muito, não fizemos tudo, infelizmente, por conta de algo que aqui já foi muito bem debatido e como fala o Senador Flávio quando fala que lugar de criança é no orçamento.

Então, mas lá nós convivemos com a questão de colocar nas nossas escolas uma placa que me vem da origem da construção civil: há vagas. Achando pouco nessas escolas e proibindo os diretores de não matricular alunos que lá procurasse, mesmo usando salão de igrejas, de todas as regiões, associações, para acomodar numa fase de transição, nós criamos um censo chamado "Do censo a escola". Nesse setor, nós sabemos que muitos professores, muitos servidores, eles

buscam, às vezes, alegam problema de saúde para deixar a sala de aula ou mesmo tem esses problemas e nós aproveitamos um grande número de servidores burocrático da secretaria de educação e eles visitaram todas as residências da cidade de João Pessoa atrás de crianças que estavam fora da sala de aula. João Pessoa é uma cidade com cerca de seiscentos mil habitantes.

Em um belo dia me chega o Secretário de Educação, na época, professor Neroaldo Pontes, ex-reitor da Universidade Federal e atual Secretário de Educação da Paraíba, com toda a equipe comemorando porque nós tínhamos atingido o índice de 98% das crianças em sala de aula. Eu os parabenei, não poderia ser diferente, reconhecendo que fui e sou do seu trabalho, mas eu perguntei: e os outros dois, porque se vocês sabem que existe porque nós não vamos atrás deles, possivelmente fosse os deficientes físicos que precisavam de adaptação nas escolas e assim nós buscamos a universalização. A minha primeira pergunta, o governo está satisfeito com a sua política de universalização do ensino?

Segunda experiência vivida por mim, foi na merenda escolar. O primeiro dia em sala de aula, ao entrar e visitar essas escolas que estavam a demanda muito grande em um dos anexos, por volta de dez, onze horas da manhã, uma criança chorou, eu imaginei que poderia ser por timidez, porque eu estava chegando, acompanhado da diretora da escola, do secretário e infelizmente, eu comprovei que não era, era por fome e eu pedi, então, ao secretário Neroaldo Pontes que ele anotasse um projeto e um programa de merenda escolar onde esse programa fosse talvez a única refeição de um dia de uma criança. Foi criado, então, a escolarização da merenda onde nós repassávamos o valor da merenda para cada escola, *per capita*, um Conselho da escola formado por professores, alunos e pais de alunos definiam o cardápio, obviamente com a supervisão nutricional e a compra era feita, inclusive na própria comunidade, o pão que fosse comprado era na padaria da esquina do colégio, bem como a verdura no mercado que estava perto da comunidade. Esse programa, sem dúvida, deu um grande salto na qualidade de merenda do nosso Município, inclusive com reconhecimento pela ONU como um dos programas de segurança alimentar. Naquela época e coincidentemente, eu ainda tinha esse número, o repasse era de 13 centavos por aluno, hoje eu estou vendo [soa a campainha] que acabamos de participar de uma reunião da Comissão de fiscalização onde o próprio projeto do FNE, um comunicado estava sendo aprovado dizendo que esse valor hoje está em 44 centavos. Eu pergunto, não seria possível o Ministério fazer um

programa de incentivo, como é feito, por exemplo, no programa saúde da família, que o percentual repassado por Município é de acordo com a cobertura do programa saúde família do Município, se programas como esse e outros que deve existir exitosos pelo Brasil, não pudesse ter um incentivo a mais de repasse pelo Ministério da Educação, para que tivesse um reforço no valor das merendas e conseqüentemente alcançar um melhor objetivo.

Outro exemplo que eu convivi, Ministro, é do fardamento escolar. Eu fui a uma escola em João Pessoa e uma mãe me pediu emprego, me pediu dinheiro, desculpe, eu disse a ela que dinheiro eu não poderia dar, eu poderia tentar oferecer o emprego. Ela me disse que não podia trabalhar. E eu perguntei porque ela não podia trabalhar, porque ela disse que tinha que levar um filho de manhã e outro de tarde a escola. Eu perguntei porque ela não matriculava os dois filhos no mesmo expediente, ela me disse porque não podia. Eu insisti porque achei que ela não sabia o que era expediente, eu disse que era o prefeito que matriculava os dois filhos de manhã de tarde e ela trabalharia no outro. Ela disse que não podia, sabe porque Ministro, porque na casa dela só tinha um par de chinelos, então um filho tinha que ir de manhã e o outro filho tinha que ir à tarde. E graças a Deus na prefeitura de João Pessoa, nós terminamos dando o fardamento completo que estava fora dos 25% de educação, que está fora dos custos do FUNDEF, na oportunidade. Será que muitos não sabem que existe milhares e milhares de crianças, como eu vi na Paraíba que ao fornecer o par de tênis para ele calçar no fardamento, eles não sabiam calçar. E é um valor que, sem dúvida, dá para ser absorvido dentro dos custos da educação. Na mesma forma, eu falo da qualificação, fico feliz em ouvir no seu pronunciamento, a questão da qualificação de ensino superior. Eu fiz isso, Ministro, na prefeitura de João Pessoa e nós pagávamos uma bolsa correspondente a um salário mínimo para que o professor estudasse no outro turno que não estivesse prestando serviço porque nós temos a consciência do baixo salário que é praticado hoje na educação e invés de buscar uma alternativa de complementar esse salário dando aula, nós fizemos convênio com a Universidade Federal para que eles tivessem a vaga naqueles cursos, inclusive que sobravam dos vestibulares ou fazendo um teste de seleção, concursos oferecidos pela própria prefeitura. Praticamente conseguimos cobrir quase a totalidade dos professores que eu espero que tenha tido continuidade para que isso, hoje, seja 100% e nós demos uma bolsa para esses professores estudarem nas universidades públicas, mas como forma de complementação de salário e de incentivo a

sua formação e a sua qualificação que é a melhor e mais barata. Por fim, eu, no início da sua fala, eu tive que me isentar em alguns estantes, mas o senhor fala na questão do acompanhamento, argumentou que o acompanhamento ocorrerá formas de serem mantidos fatores de diferenciamento. E que essa transferência iria garantir um bilhão e cem milhões de reais para os estados e Municípios. Mas, depois o senhor fez referência que essa diferenciação serão baseadas em ajustes fins, que ajustes seriam esses? E mais ainda, o custo do aluno, o senhor considera que o governo corrigiu o valor que deveria ter corrigido para que ele assim participasse com recurso a mais para desafogar efetivamente os estados e Municípios? Se, porventura, o senhor acha que merecia aumentar esse valor, porque não discutirmos por exemplo, porque muito quer discutir no pacto federativo, essa questão da distribuição da receita que eu comungo plenamente com a Senadora Marisa. E diz que os impostos cresceram, os impostos cresceram vegetativamente, agora a distribuição ampliou a injustiça que existe no País, então porque não as contribuições servir, por exemplo, de uma forma transferência dirigida que ele corresponda ao valor que o Estado e o Município participa no FUNDEB, que seja também, no mínimo, dobrado em função das receitas que o País passa a ter.

Então, peço desculpa pelo alongamento, espero que ter oportunidade de aprofundarmos cada assunto deles e também contribuirmos para a educação que nós sabemos que é a melhor solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra agora, ao Senador Azeredo, agradecendo que tenha conseguido chegar, apesar da outra sessão ao lado, na qual o senhor também foi o motivador da reunião.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Presidente Senador Cristovam. Primeiro, pedir desculpas, porque eu estava na reunião da Comissão de Relações Exteriores, estávamos discutindo a política externa lá do Brasil. Mas ainda há tempo e esse assunto é evidentemente um tema que nos gastaria aqui tempos e tempos para discutir a educação como um todo.

Quando a Senadora Marisa Serrano que colocou a discussão do ENEM, eu queria também colocar a questão do FUNDEB, porque também é um assunto de momento, a implantação do FUNDEB. Eu vivi lá também, como quase todos nós aqui com as experiências que temos, no caso de Minas Gerais, eu vivi a experiência de municipalização de parte do ensino básico e acabou que tivemos um investimento na época de 45% do orçamento da educação em quatro anos, isso deu resultado sim, porque Minas Gerais foi primeira

colocada, os alunos mineiros foram primeiros colocados no antigo SAEB, tanto no ensino básico, quanto no ensino médio em 98. Agora, o que eu tenho visto recentemente é que já com o anúncio da implantação do FUNDEB, a prefeitura de Belo Horizonte anunciou o fechamento das escolas de ensino médio, alegando que o ensino médio é responsabilidade do Estado. E que a prefeitura ficaria com o ensino infantil. Quer dizer, essa é realmente a previsão inicial da lei de diretrizes e bases. As prefeituras ficam com o ensino básico, os estados com o médio, mas sempre num processo, eu diria de cooperação. Felizmente, houve um entendimento entre o Estado e a prefeitura e se programou esse fechamento das escolas de ensino médio da prefeitura de Belo Horizonte, mas de qualquer maneira isso está ocorrendo, então eu queria saber qual é a visão do Ministério em relação a essa implantação gradual. Quer dizer, é isso mesmo, as prefeituras vão abrir mão do ensino médio e os estados vão abrir mão em definitivo do ensino infantil? E finalmente, só para deixar uma pergunta, como sou o último Senador a fazer a pergunta, V.Ex^a vai continuar como Ministro da educação? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O último inscrito era o Senador Azeredo, mas o Senador Valadares chegou depois, pediu a palavra e nós não vamos perder essa oportunidade, apesar da curiosidade em relação a última parte da pergunta.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de pedir desculpas ao Ministro Fernando Haddad pelo fato de não ter comparecido desde o início a esta Audiência Pública tendo em vista um compromisso na Comissão de Assuntos Sociais, onde nós havíamos assinado um Requerimento de convocação do Ministro da Previdência em razão disso, retardei a minha presença aqui. Mas não poderia deixar de manifestar, em primeiro lugar, o meu apoio, não sei se terá tanta validade, a minha solidariedade e o meu entusiasmo diante do trabalho que V.Ex^a tem realizado no Ministério da Educação, renovando o sistema de trabalho, descentralizando o ensino universitário em todo o Brasil. Eu pude testemunhar lá no meu Estado, Estado de Sergipe, a evidência de seu trabalho renovador num evento na cidade de Itabaiana, onde se fez presente também o nosso Presidente Lula e ali foi instalado um novo Campus Universitário da Universidade Federal de Sergipe, isso redundou, sem dúvida alguma, numa abertura positiva porque os estudantes de condição financeira menor, pessoas pobres que tinham dificuldade de locomoção para a capital passaram a ter o ensino universitário, a educação superior na sua

própria cidade, na sua própria região e este trabalho de descentralização da universidade não aconteceu apenas em Sergipe, aconteceu em quase todo o Brasil e o Presidente dessa Comissão pode dar o testemunho de quanto V.Ex^a... Porque o Senador Cristovam Buarque é um dos grandes especialistas da educação no Brasil. Em função dessa sua especialidade, é que todos os partidos recentemente, quando da eleição do Presidente Renan Calheiros, que renovou o seu mandato na direção dessa Casa, se reuniram para dizer sim, ele praticamente foi convocado para presidir essa Comissão pelos partidos da oposição e do governo. Coisa inédita aqui nesta Casa que geralmente há uma disputa dos partidos para dirigir comissões e nesse caso não, todos achavam que ficaria em boas mãos esta Comissão integrando-a ao competente Senador Cristovam Buarque. Portanto, eu espero que o Presidente Lula que é sempre um homem que ouve a voz rouca das ruas e que sabe interpretar como todos o sentimento, a alma do povo brasileiro, V.Ex^a continua a dirigir o Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Ministro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria fazer uma sugestão, um Requerimento verbal nesse momento, que essa Comissão, se possível, aprovasse aqui um encaminhamento dessa sugestão de V.Ex^a que na verdade tem um fundo de grande Ministro que V.Ex^a foi, encaminhar-se a Mesa do Senado para ver se as idéias de V.Ex^a entrassem no site do Senado como sendo a idéia dessa Comissão para o PAC que irá para o Ministro. Eu queria como se fosse um Requerimento verbal, ser aprovada, a Comissão encaminharia a Mesa, colocasse a idéia de V.Ex^a no site do Senado Federal.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É que eu esqueci de perguntar ao Ministro quando haverá continuidade desse trabalho da instalação de, por exemplo, na cidade de Glória, na cidade de Lagarto, na cidade Propriá em Sergipe, há uma reivindicação da sociedade em torno dessa questão da descentralização da nossa universidade em Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu coloco em discussão a proposta do Senador Wellington com um detalhe que a Comis-

são se votar a favor, a gente consulte o Presidente Renan Calheiros, não sai como uma decisão nossa, uma sugestão nossa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De qualquer maneira, indo a Mesa o Presidente terá que se manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, estão de acordo. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Eu agradeço ao Senador Wellington. Ministro, com a palavra.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu vou tentar responder pela ordem aqui, questão da escola de tempo integral. É claríssimo que é uma idéia meritória que precisa ser desenvolvida no País, são pouquíssimas as matrícula nas escolas de tempo integral. O FUNDEB faz uma pequena diferenciação no *per capita* da escola de tempo parcial da escola para tempo integral, um pouco par induzir a matrícula em tempo integral, embora a diferenciação seja muito pequena ainda para uma indução mais forte, até porque nós temos que conceituar melhor o que é uma escola de tempo integral. Mas eu diria ao senhor, Senador, que nós temos tarefas ainda previas a cumprir, sem prejuízo do encaminhamento dessas propostas e eu cito um exemplo para clarificar o meu ponto de vista. Na cidade mais rica do País, nós temos escolas de ensino fundamental com três turnos ainda, chamado turno da fome, das onze da manhã, às três da tarde.

Então, é evidente que uma escola de tempo integral, uma escola de seis, uma escola de oito horas, ela é essencial para o sistema de educação, mas nós temos ainda paralelamente honrar uma agenda que está atrasadíssima, que é a escola de tempo parcial de quatro horas que essas em muitas localidades não conseguimos ainda tornar realidade.

Há duas experiências em curso no País que provavelmente vai dar ao Ministério condições do lançamento de um programa de apoio a Municípios e Estados que é a experiência de Nova Iguaçu e Belo Horizonte, que a escola não é propriamente de tempo integral, mas aumenta-se a carga horária em que a criança está sob a responsabilidade da escola, não necessariamente em sala de aula, em atividade extracurriculares na escola ou fora da escola com acompanhamento de monitores. Seja numa visita a biblioteca, seja numa visita a um museu, seja numa visita a uma quadra pólo esportiva, um clube, enfim, há essas experiências em curso e eu cito essas duas porque são experiências que eu conheço bem e que sei que são experiências que há um baixíssimo custo conseguiram ampliar as oportunidades para as crianças.

Relação ao Bolsa Escola, Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senhor Ministro me permite, é bem rápido também para ser coerente, durante a campanha política no meu Estado, um grupo de professores, no Rio Grande do Norte, apresentou uma proposta que não era a escola de tempo integral e sim o aluno de tempo integral, aquele chamado aluno problema, ele teria essa carga horária diferenciada na escola.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Essa idéia, inclusive, está em curso em alguns Municípios que é a aula de reforço no contra turno, sobretudo, para justamente corrigir os problemas de fluxo que se verificam no sistema. Sobre a questão do Bolsa Família, Bolsa Escola, Senador, eu lhe respondo da forma mais generosa que eu posso, mas eu não posso deixar de manifestar o meu ponto de vista a respeito. Nós tínhamos cinco programas de transferência de renda no País, quatro dos quais, sem nenhuma contrapartida das famílias. Apenas o Bolsa Escola exigia a frequência escolar, os outros quatro, o vale gás, nenhum dos outros exigia, o PET, o controle de frequência. A unificação e a universalização desse programa de transferência de renda que chama Bolsa Família permitiu e permite ao Governo Federal o acompanhamento da frequência escolar em 90% das escolas contra o percentual em 2002 de apenas 19.

Então, eu realmente, eu digo isso não é em tom de crítica, até porque eu peço que o governo anterior, teve o mérito de criar o programa de transferência de renda. Só termino rapidamente. Eu digo isso não como crítica, eu reconheço o início do programa de transferência de renda no ano 2000, por parte do Governo Federal havia algumas experiências anteriores no Distrito Federal, na cidade de Campinas, na cidade de São Paulo, em algumas poucas cidades do País, se tornou um programa federal, mas o fato concreto é que em 2002 e eu tenho o registro disso e posso disponibilizar ao senhor, apenas 19% das escolas informavam a frequência. E hoje 90% das escolas informam a frequência dos alunos de famílias beneficiadas.

Então eu penso que não houve prejuízo nesse sentido, houve um reforço da condicionalidade. E repito, eu não digo isso em tom de crítica, até porque todo o programa tem a sua evolução natural, o meu desejo é que os futuros Ministros da Educação possam fazer mais ou melhor do que eu ou eventualmente o Ministro Cristóvam tenhamos feito. Os programas evoluem e esse está evoluindo na direção correta, na direção de exigir a constitucionalidade e garantir o acesso universal das famílias, todas elas que se situem abaixo da linha de pobreza. E sem clientelismo porque é um direito previsto na lei, estando abaixo da linha de pobreza, o acesso é garantido independentemente da

orientação ideológica da postura do cidadão. A família tem o direito.

Então, eu penso que houve uma evolução, eu não digo isso para criticar, eu digo isso para reconhecer que houve um avanço no País com os programas de transferência de renda para o combate a miséria, houve um avanço no controle de condicionalidade, e eu desejo que os próximos governos, esse e os próximos governos, aperfeiçoem programas dessa natureza. Que, no meu entendimento, por serem universais e exigirem da parte do beneficiado o atendimento a uma condicionalidade deixaram de ser assistenciais estrito senso e passam a ser sociais no sentido mais amplo dão palavra. Pois não, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para uma pequena correção, no meu entender, porque lá em João Pessoa assim era feito. O Bolsa Escola tinha o controle da escola, o PET tinha o controle através da secretaria de ação social da frequência da escola e o Vale Gás tinha o controle da vacinação das crianças que também eram pré-condição para receber. Eu não sei se isso ocorria nos demais, mas pelo menos lá era feito dessa forma.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Ainda que eu possa conceder, Senador, o fato é que apenas 19% das escolas informavam, e hoje 90% das escolas informam a frequência. Inclusive, nós demos consequência aquele dispositivo da Legislação atual que em caso de dois trimestres sem a frequência de 85% o benefício é cancelado e hoje isso está sendo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Então eu digo isso, eu insisto, eu fujo desse cenário em que você faz recortes artificiais em torno de posições partidárias, mas eu reconheço que tendo tido início em 2000, está havendo uma evolução que merece o reconhecimento e está tendo reconhecimento a população.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Posso fazer uma argumentação também, Ministro. Nesses dois anos quando o governo fez o cadastro e o cadastro que foi depois utilizado nesse atual governo.

Então, realmente, foi uma ampliação, era impossível lançar um programa desse nacional porque foi feito um cadastro, como foi feito com o FUNDEF, por exemplo. Eu participei ativamente a discussão do FUNDEF quando o PT votou integralmente contra, porque era contra a lei de responsabilidade fiscal votou contra, sem discutir o que era melhor fazer.

Então, essa evolução que o senhor fala, concordo plenamente. Há que se ter uma evolução, foi criado um programa nacional que tinha que evoluir porque o cadastro foi feito nesses dois anos e foi aproveitado o cadastro com o governo atual, é claro que com o ca-

dastrado na mão você tinha como controlar a frequência das crianças na escola.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO 2: Pela ordem, senhor Presidente. Estou vendo que--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria que o Ministro terminasse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu abro mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A não ser que seja um aparte ao que o Ministro está falando.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu agradeço os comentários, mas penso exatamente assim. Acho que o FUNDEB também de alguma maneira presta homenagens ao seu primo antecessor. Talvez o PT quisesse o FUNDEB naquele tempo, talvez essa etapa de integração, primeiro do fundamental para depois concluir a educação infantil ao ensino médio, talvez fosse uma etapa necessária, é muito difícil discutir *a posteriori*, mas o País tomou uma outra decisão, vamos implementar primeiro o fundamental e tomou outra decisão, vamos incorporar as outras duas etapas agora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tínhamos ainda pesquisa nacional para a gente poder acompanhar o FUNDEB, tanto que nós colocamos que em dois anos eles podiam ser modificado a partir das pesquisas que poderiam ser feitas em termos de salários de professores que nós não tínhamos.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: O seu posicionamento, Senadora, a senhora corrobora a minha tese de que nós podemos divergir, nós devemos divergir sobre o que interessa e não criar divergências aonde efetivamente elas efetivamente não existem. Eu agradeço muito os seus comentários. A questão do ajuste fino e da complementação da União, ajuste fino eu me referia à possibilidade que essa Comissão tripartite tem de fazer o acompanhamento da matrícula e da evolução dos coeficientes de repartição no fundo. É só isso, nós criamos algo muito semelhante ao que o Ministério da Saúde criou quando instituiu a CTI, a Comissão Intergestora e Tripartite, que é justamente composta pelo Ministério da Saúde, o CONAS e o CONASEMS. E no caso do MEC, o MEC, CONCED e a UNDIME. Eu penso que é um arranjo institucional que dá consequência ao pacto federativo em torno da questão educacional. No caso da merenda, Senador, depois de nove anos, nós ampliamos de 13 para 22 centavos, o *per capita* da merenda e aí eu lembro que a orientação da FAU, o que pertence ao sistema ONU é que nós atinjamos 14 centavos de dólar, o que daria hoje em torno de 29 centavos, sendo que só a contrapartida da União é de 22, então basta o Estado

e o Município complementar com 7 centavos para nós atingirmos o *per capita* sugerido pela FAU, então nós estamos muito próximos do atendimento das recomendações dos organismos internacionais que tratam da segurança alimentar.

Essa questão dos 2% que falta matricular, é uma questão gravíssima, porque nós falamos 2% não é nada, 2% são 700 mil crianças fora da escola. Então eu acho que nós devemos realmente deixar de lado essa idéia que toda a criança está na escola, porque não é 100% verdade, é 98% verdade e buscar os 2% que faltam, para incluirmos todos. Há uma mobilidade no País muito grande, o senhor sabe que há fluxos migratórios dentro de um mesmo ano muito intenso no País, o IBGE dá conta que a mobilidade chega a 17% de algumas regiões de escola para escola e isso é preciso ter um acompanhamento fino. O INEP vai lançar no mês que vem o chamado senso web, o senso passa a ser eletrônico, e nós vamos fazer acompanhamento aluno por aluno e não mais como nos formulários preenchidos pelas escolas em que se têm os grandes números, mas não se sabe qual é a identidade do aluno. Nós queremos fazer o acompanhamento do aluno pela sua identidade, pelo seu nome, pelo nome da mãe, pela data de nascimento. E se ele mudar de uma escola para outra, nós vamos conseguir acompanhá-lo e saber que não é dupla matrícula ou que é a mesma pessoa que se deslocou de um local para outro. Isso vai ser possível fazer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Me permite Ministro, isso é devidamente possível até porque eu fiz em João Pessoa fornecendo a carteira de estudante para o aluno que ela permite o acesso eletrônico na escola e você tem, então, todo o controle da ficha do estudante, com a matrícula, inclusive automática.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Nós já temos cadastrados nesse momento 48 milhões de alunos da educação básica nesse cadastro que foi criado no censo educacional.

Então, nós temos como evoluir nessa direção, é óbvio que isso exigiu informatizar prefeituras, informatizar as secretarias de educação, informatizar escolas, porque todo esse cadastro exige justamente o meio digital, sem o qual é impossível você fazer o monitoramento desses números, nessa escala de 55 milhões de matriculados. A questão do ensino médio em Belo Horizonte, eu penso que a questão está contornada e bem contornada, eu acompanhei o debate entre o prefeito Pimentel e o Governador Aécio e de fato eu penso que a decisão do Congresso foi correta em dizer

que a matrícula considerada era da área prioritária da atuação doente. Ou seja, considerar a matrícula para efeito de repartição dos recursos do fundo, no caso dos Municípios de educação infantil e fundamental, no caso de Estados de fundamental e do médio. A decisão sequer foi do Ministério da Educação que não tinha contemplado esse dispositivo na sua proposta, mas a decisão do congresso me parece correta, por quê? Porque quando o Município investe em ensino médio é para além dos 25% e quando o Estado investe em educação infantil é para além dos 25%. É óbvio que isso vai exigir um ajuste. Nós temos no País cerca de 200 mil matrículas de ensino médio em escolas municipais e por incrível que pareça o número é quase idêntico, duzentas mil matrícula de educação infantil em estabelecimentos estaduais. Então, deve haver uma transição que é natural que mediante convênios, acordos, se faça uma cooperação de maneira que cada um cuida da sua área prioritária segundo os ditames da Constituição. Como é que é? Eu prometo passar o telefonema para o senhor assim que eu souber.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, Ministro, eu quero em nome de todos agradecer, não vão fazer perguntas, mas de qualquer maneira lhe darei um tempinho para se despedir e comentar apenas uma pequena coisa que eu queria lhe dizer.

Primeiro, não há dúvida que do ponto de vista de evolução, o Brasil está evoluindo, mas educação Ministro é como vacina, ou revoluciona ou não salta. Não há como evoluir satisfatoriamente no que se refere à educação. E a postura da revolução é que a meu ver a gente ainda não incorporou ainda no Brasil, não é o Lula, não é o senhor, nós não incorporamos. Como fazer uma cidade, é uma capital nova, é uma evolução, não é uma evolução, isso está faltando e aí a gente tem algumas dificuldades até na linguagem. Por exemplo, aumentar a cobertura, aumentou o acesso, não a cobertura, a cobertura é quando você entra e fica, acesso é quando você entra e sai. O que houve no Brasil é o aumento do acesso à escola, mas as pessoas entram e sai, até a palavra cobertura vem de cobertor, as crianças hoje é como se entrasse debaixo de um cobertor e saísse logo depois.

Cobertura é se a gente tivesse hoje, 95% concluindo o ensino médio, mas só tem 33 e dos quais a metade com razoável qualidade. E eu queria que o senhor tivesse a gente aqui como aliados seus na idéia da revolução, um salto realmente. Como vacina, eu repito, não se pode vacinar um povo evolutivamente, pode, Dr.? Não dá certo, tem que ter o salto da vacina

e aí depois se faz à evolução, mas o primeiro salto é de fato revolucionário, o que a gente olha nos países é que aqueles que deram o salto em algum momento, eles deram o salto revolucionário na educação. A Suécia em 1840, a França em 1860, os países que deram salto agora no século XX, em algum momento eles deram o salto. E nós queremos ser seus aliados, o Sr. ficando, não ficando, nós queremos ser seus aliados nesse salto. E nesse sentido, já que vai ter o PAC que o senhor diz que vai entregar dia 28, conte conosco para debatê-lo, traga para nós aqui que nós faremos um debate no ponto de vista de colaborar. [soa a campanha] Eu creio que tudo nesse País deveria ser do Estado, no sentido de interesse geral, a oposição ser apenas coisa de detalhe. Mas duas pelo menos, não há dúvida, a segurança e a educação têm que deixar de ser uma coisa de governo e passar a ser um assunto de Estado. Agora para isso, o governo tem que discutir também com a oposição. Eu vejo o Presidente debatendo a composição do seu Ministério com aqueles que apóiam, eu acho que educação deveria chamar oposição, até porque não vai ser no prazo de um Ministério nem de um Presidente. Vão ser três Presidentes ou quatro, para a gente fazer essa revolução.

Então, ou faz um pacto com a oposição ou não vai haver o salto que a gente espera, vai continuar com as pequenas evoluções de cada um. E finalmente, sem querer entrar na provocação nessa hora, eu creio que o problema de mudar Bolsa Escola para o Bolsa Família teve o impacto negativo, começa na própria palavra, a retirada da palavra escola gerou uma catástrofe na opinião das famílias. Antes a mãe dizia: "Eu recebo esse dinheiro porque meu filho vai a escola", hoje ela diz: "Eu recebo esse dinheiro porque sou pobre". Teve um impacto na consciência da importância da escola. Tirar do MEC a gerência teve um impacto, porque o Ministério do Desenvolvimento Social, o papel dele que é mais importante do que a educação, que é dar comida, é não deixar ninguém passar fome, mas agora é diferente, antes existia um programa educacional e programas assistenciais e nós juntamos. O fato de que não se controlava, aí sim era preciso começar a se controlar. O México aprendeu aqui no Distrito Federal a fazer o seu programa Bolsa Escola. Tem uma sala no Ministério que parece a NAZA, onde sabe-se onde estão todas as crianças. Fui lá ver, mandei gente lá. A gente podia implantar uma coisa dessas aqui. Como o senhor disse, aliás que agora com o cartão vai criar, com isso poderia vincular ao máximo essa renda a educação. E tem outra renda desvinculada a educação que tem velho que não tem filho, tem gente

solteira pobre, tem que ter, o Bolsa Família tem que existir. Não pode acabar um programa como o Bolsa Família, mas o conceito de cuidar de quem precisa e o conceito de colocar na escola são dois conceitos diferentes, mas eu quero que o senhor tenha essa Comissão como aliada sua, na sua luta e de repente, quem sabe, convence o Presidente Lula da idéia de revolução na educação e não apenas da gente comemorar evoluções. Essa é a minha palavra, mas eu não quero que ela seja final, passo ao senhor para suas despedidas e comentários.

E lembro para não falar depois do Ministério que amanhã temos uma Sessão em que vamos discutir algo muito importante que é um programa do Governo Federal de Incentivos a Ciência e Tecnologia e eu conto com a presença do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Ministro, suas palavras.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Muito obrigado, Senador Cristovam pela atenção, pela condução dos trabalhos. Obrigado, Srs. Senadores que permanecem, sobretudo até essa hora debatendo a questão da educação, eu lembro que eu não respondi uma ou outra pergunta, a pergunta sobre expansão das escolas técnicas e universidades que também vai ser apresentado ao Presidente da República, o que evidentemente conclui a situação do Estado de Sergipe, obviamente essa discussão vai passar por todas as unidades da federação, como foi o caso da primeira fase do Programa de Expansão das Escolas Técnicas nas Universidades Federais. Gostaria de agradecer as perguntas.

Só faria um comentário sobre essa questão da revolução da educação. É evidente que perguntar para o Ministro como o senhor foi, como eu sou, se deseja uma revolução da educação no País, a resposta é quase evidente. E se estamos disponíveis para empunhar a bandeira da revolução é algo também evidente. A questão não é ganhar os educadores para a revolução, porque eles já estão dedicando a sua vida a causa, o problema é ganhar toda a comunidade brasileira para essa causa, o que inclui as elites governamentais, sindicais, empresariais, as famílias que tem que acompanhar seus filhos, todo o professorado, porque é o melhor professorado que nós temos, porque é o que nós temos e com o qual nós temos que trabalhar diuturnamente, devemos valorizar, formar, dar condições de formação continuada, de capacitação. Enfim, os poucos exemplos de revolução educacional que eu tenho notícias são realmente poucos, geralmente foram precedidos de revoluções sociais e eu acho que o nosso desafio é tentar fazer uma revolução educacional mas que passe

por um conceito de revolução social de outra natureza que é uma ação mobilizadora da sociedade em proveito da escola pública, em proveito da educação. Eu não penso que é fácil a tarefa, todos nós que passamos pelo Ministério da Educação tentamos encontrar a forma de fazer com que nós inoculemos o vírus da educação em todo o País, já que o senhor falou em vacina, não deixa de ser a idéia de inocular essa idéia nas mentalidades, nos corações para que esse efeito se verifique. Absolutamente pouco razoável imaginar que um grupo de pessoas no Ministério da Educação vai agir em um milhão de salas de aula com cinquenta milhões de alunos e dois milhões de professores, nós temos realmente ter uma mobilização social profunda no País se nós quisermos colher os resultados dessas tarefas que nós temos pela frente.

E eu recebo essa sua sugestão de uma mobilização que transborde a fronteira de um governo ou dos governos em geral como uma sugestão, a mais adequada para que nós possamos, enfim, enfrentar esse que talvez seja o último desafio para que o País tenha que enfrentar para ser considerado um País civilizado, um País desenvolvido, um País que dê para todos as oportunidades que cada um merece.

Eu peço desculpas, Senador Wellington se faltou da parte do Ministério da Educação um tratamento mais adequado seja a sua pessoa, ou seja, a pessoa de qualquer outro Senador. Prometo reparar qualquer desvio que possa ter ocorrido e vou estar cada vez mais atento em relação a essa questão que me parece, nesse momento, pontual, porque de fato, eu penso que a relação dos dirigentes do Ministério com Senadores e Deputados tem sido uma relação de muito boa qualidade, mas vamos continuar nos empenhando para continuar esse relacionamento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a, desculpe, já que foi citado o art. 14, veja bem, eu queria dizer, sempre que eu encontrava com V.Ex^a, eu dizia, V.Ex^a não está sendo político, V.Ex^a melhorou muito, mais muito. E nesse dia o problema foi solucionado. Naquele momento que foi recomposta a Mesa acabou o problema, eu só coloquei porque eu acho que isso não pode acontecer e eu já ouvi reclamações de outros Senadores de outros estados. Se fosse só o meu caso, mas como aconteceu comigo... E V.Ex^a sabe que a minha vida é diretamente ligada a educação, não tanto a do Senador Cristovam, mas eu coloquei essa situação para que simplesmente a sua Assessoria preste mais atenção e não deixe acontecer com outros estados, só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ministro cuidado com o que disse o Senador Wellington que o senhor melhorou muito em política e em política melhorar demais não é boa coisa. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h25.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp. Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Garibaldi Alves Filho, Fátima Cleide, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo e Rosalba Ciarlini. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senhor Senador Arthur Virgílio, não membro da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006, de caráter não terminativo, tramitando em Regime de Urgência nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 122, inciso II, alínea B, combinado com o art. 375, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), de autoria da Presidência da República, que “Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica)”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável, rejeitando a emenda nº 01-PLEN de autoria do Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Senador Flexa Ribeiro apresenta requerimento de destaque para a emenda de sua autoria. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Destaque nº 002, de 2007-CE, de caráter

não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que, requer "... na forma do disposto no art. 314, incisos III e IV, destaque para a emenda de minha autoria ao PLC nº 124 de 2006 que 'altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica)'" . O requerimento é aprovado. O parecer é aprovado, ressalvada a emenda nº 01-PLEN destacada. Submetida a discussão e votação nominal a emenda é aprovada por 09 (nove) votos favoráveis, com os votos contrários dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti-, Renato Casagrande e Sérgio Zambiasi. Dando prosseguimento a reunião, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 003, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, requer "... nos termos do disposto no art. 90, incisos IX, X, XI e XIII que esta comissão solicite informações junto ao Conselho Nacional de Educação sobre o posicionamento do referido órgão em relação à idade cronológica para matrícula dos alunos na 1ª série do ensino fundamental de 9 anos, diante da mudança constitucional ocorrida em 19 de dezembro de 2006, portanto posterior às discussões e decisões havidas nesse órgão, onde o artigo 208, IV, passou a ter a seguinte redação: "Educação infantil em creche e pré-escola às crianças até cinco anos de idade" (grifo nosso)". O Requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada um e a cada uma. Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que entrarem, estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nossa reunião de hoje tem um único ponto, mas de grande importância e tem a relatoria pelo Senador Flávio Arns. Trata-se de um Projeto de Lei da Câmara nº. 124 que altera a Lei 11196, de 21 de novembro de 2005, estabelecendo incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica. A autoria é da Presidência da República. É um Projeto de origem do Poder Executivo. O Relator é o Senador Flávio Arns. Eu quero fazer algumas observações. A matéria está tramitando em regime de urgência nos termos do Art. 64, § 1º da Constituição, combinado com o art. 122, inciso II, alínea "b" e combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno do Senado. Observação segunda é que no dia 6 de fevereiro o Senador Flexa Ribeiro apresentou Emenda ao projeto. E a terceira observação é que o prazo final para encaminhamento ao Plenário foi até primeiro de março, vai até primeiro de março deste ano, que é amanhã. Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº. 124/2006 que visa alterar dispositivos da Lei 11196 de 21 de novembro de 2005, conhecida como "Lei do Bem", que concedem incentivos fiscais a empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica. O art. 1º do PLC nº. 124/2006 determina que os § 8º, 9º e 10 do art. 17 da "Lei do Bem" passem também a ser aplicados à amortização acelerada prevista no inciso IV do art. 17. Com isso, a amortização dos dispêndios relativos a aquisição de bens intangíveis, vinculados, exclusivamente, às atividades de pesquisa tecnológica e de desenvolvimento de inovação tecnológica, art. 17, inciso IV, passa a ser submetida ao mesmo tratamento dispensado à depreciação acelerada, referente a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à utilização nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica prevista no inciso III, do art. 17. O art. 2º do PLC nº. 124/2006, acrescenta um artigo à Lei 11196/2005. Esse artigo que passaria a receber o nº. 19-A, cria um novo benefício fiscal alternativo aos demais para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento por intermédio de projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por intermédio de instituições científicas e tecnológicas, ICTS, as quais se referem o inciso V do art. 2º da Lei número 10973/2004.

Os dispêndios com esses projetos passarão a ser passíveis de dedução pelas empresas da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O projeto de iniciativa do Presidente da República foi apresentado à Câmara dos Deputados em 23 de outubro de 2006. Tramitou em regime de urgência nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Constituição e Justiça, de Cidadania, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Finanças e Tributação e foi aprovado naquela Casa no dia 12 de dezembro de 2006. Encaminhado ao Senado Federal, PLC nº. 14/2006, foi lido em Plenário no dia 14 de dezembro de 2006. Encaminhado para a apreciação em regime de urgência e de maneira simultânea, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação. Foi apresentada uma única Emenda perante a primeira Comissão, pelo Senador Flexa Ribeiro que, naquela Comissão, foi retirada por S. Exa. Na Sessão da CAE do dia 13 de fevereiro. A Emenda apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro propõe a revogação do art. 26 da Lei 11196/2005 que impede a cumulatividade dos benefícios à inovação tecnológica concedidos pelo capítulo terceiro dessa Lei com os proporcionados pelas Leis 8248/91 e 10176/2001, direcionados ao setor de informática e automação e pela Lei 8387/91, que se refere a produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. Análise.

O PLC 124/2006, está sendo analisado pela Comissão, já foi analisado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos nos aspectos econômicos, tributários e fiscais. Cabe a esta Comissão analisá-lo naquilo em que ele se refere as questões relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Aliás, até quero dizer que, na seqüência, esses projetos vão ser analisados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, criada no início deste ano. Está sendo analisado aqui em função da urgência constitucional e da não instalação ainda daquela Comissão. A “Lei do Bem”, em seu capítulo terceiro, expandiu de maneira significativa os mecanismos de incentivo fiscal às atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação realizados por pessoas jurídicas e com isso avançou na direção da concretização das determinações contidas nos artigos 218, 219 da Constituição Federal. O presente Projeto de Lei vem aperfeiçoar o regime de incentivos à inovação criado pela “Lei do Bem”. Vale a pena lembrar a esse respeito que há amplo consenso entre economistas sobre o fato de que os estímulos de mercado são freqüentemente insuficientes para fomentar a inovação tecnológica. E que, por isso, esse é um aspecto da atividade econômica que precisa ser objeto de políticas públicas ativas por parte de países

que buscam ampliar ou sustentar elevados níveis de desenvolvimento econômico e social. Esse consenso é o mesmo que informa os preceitos da Organização Mundial do Comércio que fizeram dos incentivos ao desenvolvimento tecnológico a principal exceção à sua proibição da concessão de subsídios à atividade econômica. E o Brasil, inclusive, caminhou nesta linha para não sofrer sanções da Organização Mundial de Comércio. É nesse marco maior que se insere o esforço de aperfeiçoamento do regime de incentivos fiscais à inovação tecnológica, introduzido pela chamada “Lei do Bem” e ao qual também se associa a chamada Lei de Inovação, Lei 10973/2004. O PLC 124/2006, apresenta, na verdade, dois aperfeiçoamentos aquele regime, que apesar de limitados, não deixam de ser significativos. O primeiro aperfeiçoamento, art. 1º do PLC 124/2006, refere-se simplesmente à homogeneização do tratamento dispensado à amortização acelerada com o dado à depreciação acelerada referentes a dispêndios respectivamente amortização em bens intangíveis e tangíveis na depreciação, voltados para a execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

O segundo aperfeiçoamento, art. 2º do PLC 124/2006, cria um novo benefício fiscal alternativo aos demais para as empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento. Ao autorizar as empresas a deduzirem da base de cálculo do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido os dispêndios efetivados em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica executados por Instituição Científica e Tecnológica, ICT, esse estímulo pode contribuir para o alcance de objetivos altamente desejáveis para a política nacional de inovação. Pode contribuir, por um lado, para o fortalecimento das instituições públicas que realizam pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, tais como Universidades, Centros de Pesquisa da EMBRAPA e da FIOCRUZ. Por outro lado pode contribuir para que essas instituições e suas pesquisas se aproximem das necessidades do setor produtivo. Hoje, é recorrente a observação de que muitas ICT's brasileiras detêm competência reconhecida internacionalmente para a realização de pesquisas, mas tal competência é muito pouco aproveitada pelas empresas brasileiras. Por isso, a iniciativa de criar estímulo adicional ao aproveitamento, pelas empresas, da competência científica e tecnológica existente nas ICT's é altamente meritória. Ademais é importante registrar que a possibilidade de as ICT's, instituições científicas e tecnológicas, que é a sigla, virem a participar da titularidade dos direitos sobre a criação e a propriedade industrial e intelectual gerada pelos projetos, § 6º do art. 19-A, do PLC

nº. 124/2006, pode representar um estímulo para que estas instituições transfiram os seus conhecimentos para o setor produtivo. Podem, também, vir no futuro a assegurar fontes alternativas de autofinanciamento de suas atividades de pesquisa.

O Senador Flexa Ribeiro argumenta, em sua Emenda, que a supressão do art. 26 da Lei 11226/2005, visa a assegurar as empresas de tecnologia da informação que se beneficiam da legislação de Informática, igual acesso aos benefícios concedidos à inovação concedidos pelo capítulo terceiro da “Lei do Bem”. Em princípio, parece pouco razoável, como ele argüi, o Senador, nobre Senador, a justificação da Emenda, alijar as empresas de informática e automação, altamente dependentes de investimento em inovação tecnológica dos benefícios previstos no capítulo terceiro da Lei 11226/2005. Contudo, é importante lembrar que as empresas de desenvolvimento, produção de bens e serviços de informática e automação já podem contar com o incentivo correspondente à redução de 70% do imposto sobre produtos industrializados, IPI, incidente sobre sua produção, de acordo com as Leis 8248/91, 8387/91 e 10176/2001. A contrapartida requerida da empresa do setor de informática e automação para fazer jus a tal benefício fiscal é a exigência de investir anualmente em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizados no país, no mínimo 5% de seu faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de bens e serviços de informática.

A importância desse incentivo pode ser avaliada, quando se lembra que o Ministério de Ciência e Tecnologia estima que ele correspondeu a uma renúncia fiscal de mais de um bilhão e meio de reais durante o ano de 2006. Por isso, ao revogar a não cumulatividade dos dois regimes de incentivos, a Emenda do Senador Flexa Ribeiro estaria permitindo que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento das empresas em informática fossem duplamente estimulados. Com isso as empresas desse setor que investirem em pesquisa e desenvolvimento, no mínimo 5% de seu faturamento, poderiam usufruir também da redução do IPI em 70%, prevista pelas leis de Informática quando dos abatimentos de Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, permitidos pela “Lei do Bem”. Assim, as empresas do setor estariam, na prática, usufruindo de dois regimes de incentivos fiscais para serem estimulados a oferecer apenas uma única e mesma contrapartida. Por isso, não há nenhuma garantia de que a inclusão das empresas de informática, no regime de incentivos da “Lei do Bem”, venha a aumentar os investimentos dessas empresas em pesquisa e desenvolvimento, além dos montantes

que já investem em razão dos incentivos que lhe são concedidos. Ademais, há que se registrar o fato, se bem que isso não importa, mas eu penso que o melhor local para esse debate teria sido a Comissão de Assuntos Econômicos, mas, de qualquer forma, está aqui na Comissão de Educação, há que se registrar o fato que o Senador Flexa Ribeiro retirou a Emenda de sua autoria na reunião realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos no dia 3 de fevereiro de 2007 para ser debatida na Comissão de Educação. Pelas razões expostas, somos pela rejeição da Emenda nº. 1 e pela aprovação do PLC nº. 124/2006, Senhor Presidente. Só gostaria de acrescentar, comentando o assunto também, que nesses dois, praticamente os dois últimos anos eu fui Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia aqui nesta Comissão e, de fato, um dos grandes debates que sempre aconteceu se relacionava à falta de recursos para investimento em pesquisa ciências, tecnologia, inovação tecnológica, retenção de recursos, contingenciamento, uma série de problemas.

E a chamada “Lei do Bem”, de fato, foi um instrumento assim, muito importante para a aplicação de recursos para a área de pesquisa, de ciência, pesquisa de inovação. E as empresas então têm uma dedução de 70% do IPI, particularmente nessa área de informática, de telefones celulares, mas tem que aplicar 5% do faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento. O que é um valor, quer dizer, um bilhão e meio de renúncia em incentivos fiscais, mas com 5% destinados para esta área. Esta nova Lei procura fazer algum ajuste para aprimorar a Lei anterior dizendo: “Olhe, nós temos depreciação de bens permanentes e temos também a amortização de bens intangíveis, patentes, softwares”. Então, se criou o instituto da depreciação acelerada desses bens para melhorar o fluxo de caixa das empresas. E, ao mesmo tempo, dizendo: “Olhe, também, além disto, sobre o Imposto de Renda devido ou a contribuição social sobre o lucro líquido, um percentual disto pode ser destinado, com o rigor da Lei, em sentido de ter uma conta própria, projetos aprovados pelos órgãos próprios, para a área de pesquisa”. Então, tudo isso é ótimo, eu diria. E, agora, o Senador Flexa Ribeiro apresenta uma Emenda que eu diria que precisa, no meu ponto de vista, na seqüência, ser melhor analisada também. Ele diz que o imposto, a nova Lei deveria ser cumulativa com o benefício anterior onde as empresas têm que aplicar 5% do faturamento bruto em pesquisa. E, além disto, se beneficiar com a dedução do Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O governo, no projeto e na discussão havida, diz que isto não pode ser cumulativo, ou é um ou é outro. Mas nós teríamos que fazer uma análise, talvez dentro da

Comissão de Ciência e Tecnologia, para avaliarmos o programa anterior, para ver se este programa está sendo adequado ou não. Se existe a necessidade de se dar, de se fornecer mais um incentivo.

Eu, pessoalmente, se isto for necessário em relação à área, eu diria, eu não seria contra também, mas só que me faltam elementos para, inclusive, fazer uma análise mais adequada se aqueles incentivos estão sendo suficientes ou não. Se não forem suficientes aí, da minha parte, após uma discussão e uma análise, nada, nada, eu não objetaria em relação a isto. Me reuni ontem ainda, com as pessoas desta área de informática, de celulares para discutir a possibilidade e eu, inclusive, apresentei uma alternativa que dizia o seguinte: Aquilo que ultrapassar o investimento de 5%, que a Lei anterior já permite, já está aplicando 5%, mas aquilo que ultrapassar pudesse ser deduzido do Imposto de Renda ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Quer dizer, a pessoa já está aplicando, mas está aplicando mais do que a Lei exige. E que ele pudesse, então, a partir disso, entrar num outro benefício. Porém, isto exigiria um debate, também uma discussão, uma... Assim, um exame melhor dos números, não é? E que eu também, da minha parte, estaria totalmente aberto a considerar. Neste momento, porém, há uma grande expectativa da área de aprovação deste projeto porque esta questão da amortização e da depreciação acelerada e a dedução do Imposto de Renda já vai facilitar e melhorar a vida da ciência e tecnologia. Então, a minha sugestão, com todo o respeito e com essa abertura toda que eu teria também em relação a considerar outras alternativas, seria nós aprovarmos esse Projeto porque, além de tudo, se colocarmos a Emenda, o projeto retornará à Câmara dos Deputados e nós temos vinte e tantas medidas provisórias na Câmara dos Deputados em função do PAC, que é o programa de aceleração do crescimento.

E isto, com isto, a gente procrastinaria, retardaria a aprovação de um projeto que está sendo, assim, esperado pela sociedade. Da minha parte e certamente, eu penso assim, que dentro do meu partido muitas pessoas seriam bastante sensíveis ao argumento de olharmos o que está acontecendo e em função do que está acontecendo, dos pontos positivos, dos emperramentos, das dificuldades, procurarmos ainda aprimorar a legislação do Bem para que esta área da ciência e tecnologia beneficie a empresa, beneficie o consumidor, beneficie o governo, beneficie uma política, como é preceito audiência na constituição Federal, de desenvolvimento da ciência e tecnologia. Por estas razões e com todo o respeito ao Senador Flexa Ribeiro, que vem sendo um parlamentar extremamente atuante dentro do Senado Federal e com quem eu, pessoalmente,

tenho, posso dizer, uma excelente interação, mas que a gente pudesse fazer na nova Comissão de Ciência e Tecnologia fazer uma análise disso tudo e propor, se for o caso, alguma melhoria como seria o caso de Imposto de Renda e contribuição social sobre lucro líquido cumulativamente com outro benefício, se este for o caso. Mas eu acho que nós temos que ter uma segurança maior para entrarmos numa área de renúncia fiscal e que tenha contrapartida para a sociedade. É o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Arns. Eu creio que o Senador Flexa quer fazer uso da palavra. Está aberta a discussão, eu passo a palavra ao Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, Relator, Senador Arns, Flávio Arns, senhora Senadora, senhores Senadores. Eu acho que o brilhante relatório do Senador Flávio Arns já colocou de forma bastante esclarecedora a questão que estamos aqui discutindo do PLC 124. O primeiro ponto que eu gostaria de deixar mais claro ainda é com relação da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos nesta, naquela reunião nós retiramos a Emenda que o Senador faz referência aqui no seu relatório, mas retiramos apenas de, na apreciação da CAE. Porque houve uma solicitação por parte da base do governo, o Presidente, Senador Aloizio Mercadante e pelo próprio Relator, o Senador Flávio, o Senador Dornelles, para que nós pudéssemos discuti-la exatamente no âmbito da Comissão de Educação. Tanto que, Senador Flávio e ontem eu passei a V.Exa., a leitura no Plenário do Senado da comunicação de que o Projeto estava sendo encaminhado à Comissão de Educação para exame do projeto e da Emenda, o que retira qualquer possibilidade da Emenda não ser objeto de discussão aqui na Comissão. O Senador Flávio Arns, ele, com a visão que tem e eu quero também deixar registrado aqui o trabalho profícuo e competente do Senador Flávio em todas as suas ações parlamentares e nas suas relatorias. Ele já próprio já se colocou como favorável ao incentivo à pesquisa e desenvolvimento, como foi Presidente da Subcomissão, na Legislatura passada, de Ciência e Tecnologia na Comissão de Educação. O Presidente da Comissão, o Senador Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação, um baluarte do incentivo à educação, tenho absoluta certeza que não se furtará a discutir e tentar esclarecer aqui aos nossos pares para que possamos aprovar essa Emenda e eu vou explicar porque, Senador Flávio Arns.

O Senador Wellington Salgado, atual Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação

também, com certeza absoluta, não se deixará, não deixará de aprofundar a discussão desta Emenda. Até porque, Senador Flávio Arns, o Projeto de Lei me parece que tramita em regime de urgência. Então, a possibilidade que nós temos de aprovar o Projeto com a Emenda é agora na Comissão de Educação. Então, precisamos aprofundar essa discussão. O que o Senador, no seu brilhante relatório, parecer, coloca aqui é verdadeiro, é verdadeiro como não poderia deixar de ser. O PLC 124/2006, ele amplia a Lei de Inovação Tecnológica para contemplar projeto de pesquisa e inovação tecnológica executado por Instituto de Ciência e Tecnologia. A Lei de Inovação Tecnológica tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas brasileiras, fundamental para a competitividade em PID, desenvolvido no Brasil. O importante, Senador Flávio Arns, é fazer uma referência aqui, o Brasil, que busca há muito tempo, eu diria há décadas, ter um espaço no grupo dos países de primeiro mundo, países desenvolvidos, o investimento em educação, que seria, sem sombra de dúvida, a atenção primeira de qualquer governo que tivesse este, esta intenção de desenvolver a sua.... a sua sociedade, ele passa pela pesquisa e desenvolvimento, não há dúvida. Se nós não dermos incentivos ao Brasil, nós vamos perder espaços como hoje nós vemos a Índia, que é um dos países emergentes, sendo hoje um dos países de maior desenvolvimento tecnológico, por quê? Por que ele incentiva as suas inteligências.

Então, essa Lei aqui que nós estamos buscando, ela, as empresas já, como V.Exa. bem colocou no seu relatório, já têm o incentivo à produção na área de informática, incentivo esse que é dado ao usuário do equipamento. Elas têm uma isenção do IPI na produção. Então, quem se beneficia, se beneficia, melhor dizendo, do incentivo da Lei de Informática, no caso, são as empresas, são os consumidores através do benefício da redução do IPI. O que nós estamos pretendendo com essa Emenda é fazer com que essas empresas que produzem equipamentos de informática possam se beneficiar também do incentivo à pesquisa e desenvolvimento. E aí, e aí é importante que possamos raciocinar não somente as grandes empresas, que aí poderíamos dizer: Não, as grandes empresas, as multinacionais da área de informática, elas têm um centro de desenvolvimento de pesquisa que podem sustentar independente do incentivo do governo brasileiro. Seria uma realidade, entre aspas, porque se nós, se essas empresas não tiverem um incentivo aqui, elas farão o desenvolvimento de pesquisa nas suas filiais fora do Brasil aonde elas obtêm esse incentivo, na Índia, na China, nos Estados Unidos, aonde puderem fazer. Mas nós temos que dar atenção, Senador Mar-

coni, às pequenas e médias empresas que produzem equipamentos de informática, peças para as grandes empresas montarem o equipamento final que são mais um universo em torno de duzentas empresas a nível de Brasil e que essas empresas, pequenas e médias, brasileiras na sua essência, elas vão, não se beneficiam do incentivo da Lei de Informática para a pesquisa e desenvolvimento.

Então, essas empresas, elas não podem ter um setor de PID incentivado para que elas possam melhorar ou inovar nas.... na produção das suas peças e dos seus equipamentos. Então, Senador Flávio Arns, nós demos um exemplo muito simples aqui. Se nós não aprovarmos a Emenda que foi proposta por nós, vai provocar uma distorção ao punir empresas que, além de investirem em PID, também invistam em fabricação local gerando mais emprego e valor agregado. Algumas empresas beneficiadas pela Lei de Informática possuem grande atividade em PID, competindo com centros sediados em outros países. Os incentivos à Lei de Inovação trarão maior competitividade ao PID desenvolvido no Brasil frente aos centros de PID internacionais, principalmente da Índia, China, Rússia, Leste Europeu, Argentina, nossos vizinhos, Chile e México, que dispõem de instrumentos semelhantes sem qualquer discriminação setorial. Exemplo: Empresa multinacional A, do setor de informática com operações no Brasil concorre diretamente com o centro de PID da mesma empresa sediada na China. A exclusão da empresa da Lei de Inovação faz com que o centro de PID no Brasil não possa competir em condições de igualdade. B - para as empresas de capital exclusivamente nacional e aí é que eu peço aos nobres pares que ao discutirmos e votarmos a emenda, que possamos dar atenção a este item. Nós estamos beneficiando um universo de empresas de capital exclusivamente nacional. E aí os impactos, se nós não aprovarmos a Emenda, serão bem maiores. Exemplo: Uma empresa não beneficiada pela Lei de Informática com cem funcionários em pesquisa e desenvolvimento oferece um projeto a um custo de oitocentos mil reais contando com os benefícios da Lei de Incentivos à Inovação.

A empresa B, que é beneficiada pela Lei de Informática e que perdeu, pelo veto presidencial, os incentivos à pesquisa e desenvolvimento, com os mesmos cem funcionários em pesquisa e desenvolvimento e cinco mil funcionários na produção, terá que oferecer o mesmo projeto a um custo de um milhão de reais. Vinte por cento maior do que a empresa incentivada. Então, essas empresas brasileiras de médio e pequeno porte não vão poder desenvolver os seus projetos de pesquisa e desenvolvimento se não tiverem o benefício da Lei estendido a elas. Então, eu peço aos nobres

Senadores para que possamos aprovar esta Emenda. Na ocasião da discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Flávio Arns, o Senador Francisco Dornelles, ele disse que não acataria a Emenda porque não tinha tido tempo de verificar, avaliar qual o impacto que essa, esse incentivo teria ao Tesouro, qual seria o impacto do incentivo. A informação nos dada, nos foi dada de que se houver esse incentivo proposto de 20% do total de investimento em PID, as empresas da área de informática investem em torno de quinhentos milhões de reais em pesquisa e desenvolvimento por ano, então o benefício da Lei, de 20%, seria em torno de cem milhões de reais. Essa era a informação que o Senador Francisco Dornelles, naquela altura, não tinha. Então, eu peço que possamos aprofundar a discussão. Peço ao Senador Flávio Arns que possa, dentro do seu espírito, tenho absoluta certeza, de aberto à discussão e ao entendimento, que a gente possa aprofundar, esclarecer as dúvidas e votarmos a Emenda ainda nessa Sessão.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senhor Presidente, só como Relator, só para colocar que a discussão básica que nós estamos fazendo aqui é se através da Emenda se vai haver a cumulatividade de benefícios ou a não cumulatividade de benefícios. Só isto. A Lei anterior diz que estas empresas a que o Senador Flexa Ribeiro se refere, elas já têm um benefício de desconto de 70% de IPI. Tanto que houve, através disso, uma explosão, felizmente, de compra, de venda, de produção, por exemplo, de computadores. Mas só que a contrapartida para a dedução é a aplicação de 5% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento. E as informações que a gente tem é que grandes iniciativas no Brasil já foram criadas em função deste incentivo de 5%. O que o Senador Flexa Ribeiro propõe é que o princípio da não cumulatividade seja extinto, ou seja, além dos 70%, a pessoa tenha a dedução do Imposto de Renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido, não é? E não se sabendo, na verdade, se isto vai implicar em mais pesquisa ou não. E como ele mesmo colocou na fala, o Senador, o Senador Dornelles, na outra Comissão disse: Olha, nós não sabemos exatamente qual que é o impacto disso. E não sabemos também, exatamente, qual que é o impacto em pesquisa da medida anterior. Por isso que eu sugeri, para não, para que o projeto não volte à Câmara, para que os efeitos bons deste Projeto possam ser aplicados de imediato, mas que a gente mantenha em aberto o debate, inclusive para avaliação do que já foi feito até hoje e das implicações de novas medidas através da Comissão de Ciência e Tecnologia, cujo Presidente aqui até se encontra, que

é o colega e amigo Senador Wellington. E que, nesse sentido, a gente possa continuar o debate.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, só um aparte.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um aparte do Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só, entendendo bem essa questão de que nós estamos discutindo, podemos ter uma duplicidade. Mas veja bem, o que a Lei de Informática diz é que tem direito a 70% nesses, nessa dedução quem investir no mínimo 5%. Agora, se nós tivermos um investimento acima de 5%, ele não está incentivado, não tem incentivo nenhum. E como o nível, o percentual de investimento em ciência e tecnologia no Brasil é reconhecidamente baixo, então eu não vejo problema nenhum em que nós tivéssemos um segundo incentivo porque ele estaria exatamente incentivando que as empresas investissem além daqueles 5% que eles já são obrigados pela Lei de Informática. Além desse ponto que foi levantado, Senador Flávio, pelo Senador Flexa, de que uma coisa incentiva a baixar o preço, a outra é incentivo à tecnologia em si, que seria essa a Lei de incentivo de Ciência e Tecnologia. Então, eu, não sei, eu tenderia a pedir a aprovação desse Projeto mesmo que haja essa possibilidade da duplicidade porque se significar a possibilidade de mais investimento em ciência e tecnologia, seguramente, é positivo. É claro que o governo sempre vai, qualquer governo vai dizer que não, que tem cuidado com a renúncia fiscal. Mas não me parece que essa seja uma renúncia tão, tão danosa, tão grande assim que possa afetar as contas do governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de esclarecê-lo, antes como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não seria melhor o Senador Flexa porque o Senador esclareceria os dois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só quero também esclarecer que não há a cumulatividade de incentivo neste caso, Senador Flávio Arns, porque o incentivo da Lei de Informática é dado ao consumidor, ou seja, por isso, e o Senador Flávio colocou, ou melhor, o Senador Azeredo colocou muito bem, houve uma explosão de acesso da sociedade brasileira ao uso do computador. E o próprio governo, e aí é paradoxal, o próprio governo está querendo lançar o projeto do computador popular para vender, me parece que a cem

dólares o equipamento. Então, o incentivo que foi dado às empresas foi para que eles pudessem chegar ao mercado com um valor reduzido e aí o governo abriu mão de parte do IPI. O que nós estamos discutindo aqui é outro incentivo, Presidente Cristovam Buarque, da maior importância, talvez até mais importante do que o primeiro que é o acesso ao desenvolvimento da tecnologia, de ciência e tecnologia. Então, não há cumulatividade. Não há cumulatividade. E nós vamos deixar de fora o segmento nacional das médias e pequenas empresas de não terem condições de manterem uma... um setor de pesquisa e desenvolvimento nos seus, nos seus projetos, nas suas fábricas.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero então.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero fazer só as observações que, de fato, Senador Eduardo Azeredo, quando se retira o IPI, 70% e se relaciona também ao argumento do Senador Flexa Ribeiro, naturalmente quando existe uma diminuição do preço do produto existe, naturalmente, naturalmente, um faturamento maior por parte de empresa e um benefício para a população. E a contrapartida para isto é o investimento de 5% do faturamento bruto em termos, para projetos assim de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Fizemos o debate que V.Exa. mencionou e se ultrapassar 5%? Eu disse assim: Não, se ultrapassar 5% nós deveríamos ter uma adequação da Emenda do Senador Flexa Ribeiro no sentido de dizer: Bom, se ultrapassar aquilo tem empresa que pode aí investir a mais, não é? Aí nós poderíamos ter uma Emenda. Não seguimos no rumo da Emenda pelo fato de pensar unicamente no aspecto de continuar a discussão, que eu também acho que deva ser continuada e, ao mesmo tempo, permitir que esse Projeto seja aprovado em regime de urgência para beneficiar, de imediato, aquelas outras empresas que estão assim... esperando esta possibilidade.

Então, não é propriamente que, eu quero deixar bem claro que não é uma posição fechada da minha parte, porque eu fui Presidente da Subcomissão, como eu falei, de Ciência e Tecnologia e o grande debate que nós tínhamos era em relação a dinheiro, recursos. Mas só que nós, eu acho que até seria prudente e da minha parte eu teria todo o prazer em aprovar uma Emenda, não esta do Senador Flexa Ribeiro, mas que ultrapassasse os 5%, mas a gente fazer esse debate, de imediato pedir ao Senador Wellington que a gente faça esse debate na Comissão de Ciência e Tecnologia para dizer... Olhe quanto, é uma renúncia fiscal de um bilhão e meio em termos de IPI, um bilhão e meio

em relação a Lei anterior. Em relação a Lei atual, de acordo com o Senador Flexa Ribeiro e de acordo com os fabricantes da área é de cem, cento e cinquenta milhões de reais. Mas o Senador Dornelles também disse: "Olhe, nós não sabemos exatamente o que é e o que não é". O que implicaria em ter assim uma coisa mais decidida e melhor decidida, com mais dados para se chegar a uma conclusão. Mas, em absoluto, dizendo assim que o assunto não deva ser mais discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente. Eu passo a palavra, tem uma ordem, eu passo a palavra ao Senador Marconi Perillo, depois o Senador Wellington Salgado. Senador Tuma quer se inscrever? E enquanto passo a palavra ao Senador Perillo, aproveito para convidar a todos para assistirem hoje o discurso dele. É hoje, não é? O primeiro discurso dele nessa Casa.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras; preliminarmente eu gostaria de saudar a iniciativa desse Projeto de Lei complementar, o PLC 124. É uma iniciativa importante no momento em o que Brasil precisa, efetivamente, priorizar educação, ciência e tecnologia, PID, inovação. O Brasil precisa, efetivamente, democratizar oportunidades. E para se democratizar oportunidades com eficiência é preciso, mais do que nunca, investir para valer nessas áreas. Esse PLC amplia a Lei de Inovação Tecnológica no sentido de contemplar projetos de pesquisa, de inovação tecnológica executados por Instituição Científica e Tecnológica. A Lei de Inovação Tecnológica 11196/2005 tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas brasileiras, sobretudo nesses tempos de competição com outros países, sobretudo com a China. Fundamental para dar competitividade ao programa de pesquisa e desenvolvimento desenvolvido no Brasil. Os benefícios, quais seriam? Deduções do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e dispêndios efetuados em atividade de PID; redução de IPI na compra de máquinas e equipamentos para PID. A Lei contempla todos os setores da economia, exceto, como já bem lembrou aqui o Senador Flexa Ribeiro, empresas beneficiadas pela Lei de Informática ou pela Zona Franca de Manaus.

O incentivo da Lei de Informática é a redução do IPI para bens de informática fabricados no Brasil. Esse é repassado ao consumidor através da redução do preço do produto final. As empresas beneficiadas são obrigadas a investir 5% do faturamento líquido interno em projetos de PID. Tais investimentos são feitos com recursos próprios e não envolvem recursos públicos.

Portanto, a contrapartida de PID da Lei de Informática não é por ela incentivada. Trata-se de, aproximadamente, trezentas empresas beneficiadas. Destas, duzentas pequenas e médias gerando trinta mil empregos diretos e cento e oitenta mil indiretos com investimento em PID no Brasil na ordem de quinhentos milhões de reais ao ano. A exclusão da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática em relação a esse Projeto de Lei complementar vai provocar uma distorção ao punir empresas que, além de investirem em pesquisa e desenvolvimento, também investem em fabricação local gerando mais empregos e, sobretudo, valor agregado local. Algumas empresas beneficiadas pela Lei de Informática possuem grande atividade em PID competindo com centros sediados em outros países. Os incentivos da Lei de Inovação trarão maior competitividade ao PID desenvolvido no Brasil, sobretudo frente a centros de PID internacionais, sobretudo na Índia, China, Rússia, no Leste Europeu, na Argentina, no Chile e no México, que dispõem de instrumentos semelhantes sem qualquer discriminação setorial. E aí eu concordo com o Senador Flexa Ribeiro quando ele coloca bem claro não concordar com a possibilidade de cumulatividade em relação a uma e outra Lei. Para as empresas de capital exclusivamente nacional os impactos serão ainda maiores. Essa Emenda do Senador Flexa Ribeiro revoga o dispositivo que exclui as empresas beneficiadas pela Lei de Informática e pela Zona Franca de Manaus dos benefícios da Lei de Inovação. Vale ressaltar que não há acúmulo de incentivos.

A Lei de Informática incentiva o produto final enquanto a Lei de Incentivos à Inovação estimula a atividade de PID propriamente dita. Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras. Antes de deixar o governo do Estado de Goiás tomei uma decisão visando, sobretudo, garantir financiamento às pequenas e microempresas voltadas para o desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento. Nós criamos no Estado a Agência de Fomento e Desenvolvimento e antes de deixar o governo eu tomei uma decisão no sentido de que vinte milhões daquela Agência de Fomento fossem destinados exclusivamente às empresas de pesquisa e desenvolvimento. Nós conseguimos, com isso, fomentar esse setor e garantir a geração de emprego, de renda, além, é claro, de ampliar enormemente a perspectiva da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação no nosso Estado, sobretudo em relação às indústrias de software. De modo, Senhor Presidente, que eu apoio o PLC, mas também apoio a Emenda proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. E, mais do que isso, conclamo a essa Comissão no sentido de que vote ainda hoje esse Projeto, por se tratar de um projeto de alta relevância para o Brasil que precisa inverter a pauta de

discussão. Nós precisamos deixar de estar discutindo apenas as questões relacionadas à violência e passar a discutir efetivamente as questões que dizem respeito à educação, pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico porque, efetivamente, se investirmos nessa discussão nós estaremos trabalhando as causas da violência. Não vamos fazer um discurso demagógico populista, vamos, buscando soluções fáceis para a questão da violência, mas vamos investir naquilo que efetivamente emancipa o cidadão, garante cidadania e certamente, poderá garantir o futuro desse país. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, antes de passar a palavra ao Senador Wellington, eu quero lembrar que esse, esse tema exige quorum qualificado na hora do voto. Não precisa? Ah, está bom! Não, se for preciso mudar. Se for preciso. Então, como tem a proposta é preciso apressar—não, se não houver, Ah, está bem. Se não houver. Ah! Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senhor Presidente, demais Senadores; Essa é uma questão que hoje é o último dia para a discussão porque essa matéria está em regime de urgência. É uma das razões porque foi conversado com o Presidente Cristovam e essa matéria não foi para outra recém-criada Comissão de Comunicação. Por isso que ela tem que ser discutida aqui. Eu acho justo também porque já tinha vindo encaminhada pela Mesa para a discussão aqui. Agora, nós temos que votar hoje, porque hoje é o último dia. Se não votar ela cai, não é isso, Senhor Presidente? Eu tenho, eu vi agora a apresentação do Senador e ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, a quem eu tive a felicidade de acompanhar toda a sua carreira como Governador no Estado de Goiás e vi realmente toda essa questão de desenvolvimento que V.Exa. praticou em Goiás. E sempre, não muito preocupado em fazer caixa, sempre preocupado em desenvolver a região. Foi assim que criou a OVG, bolsa para alunos, desenvolvendo o conhecimento na região. Eu não vou ficar muito elogiando o tucanato, porque já, o Azeredo já se aproximou demais de mim e agora o.... chegando mais o Marconi, não é isso, Presidente? A gente acaba tendo amigos em outros partidos eu vou até ver se eles podem mudar porque eu fico mais à vontade, vir para o PMDB alguma coisa que eles não vão vir nunca também que eu sei. Mas realmente eu vi todo esse desenvolvimento do estado de Goiás, com as atitudes tomadas pelo ex-governador, atual Senador Marconi Perillo. Com grandes resultados criou toda a região de Anápolis com os genéricos, não é isso, Governador? E sempre desenvolvendo, investindo em bolsas, Senador Cristovam Buarque.

O Governador, eu vou falar rapidamente para também não falar sobre seu mandato aqui, que não é isso, mas tem tudo a ver com o que nós estamos discutindo, a questão de se é incentivo ou se é investimento que está acontecendo aqui, porque todo mundo sempre fala em perda de receita quando, na verdade, é como você ter um dinheiro, você compra um quadro, você não gastou dinheiro, você mudou de ativo. Eu acho que quando você pega algo e investe como é o projeto do Senador Flexa Ribeiro, você está simplesmente mudando de ativo e está investindo. Investindo no que chamam de PID, que como está sendo filmado, PID é pesquisa e desenvolvimento. Então, Senador Cristovam, eu vi tudo isso que aconteceu e acho que esse é o objetivo da nossa Comissão, eu sinto isso. Que nós temos que procurar pegar recursos para desenvolver. Foi bem colocado aqui a questão da Índia, como é que a Índia desenvolve software para o mundo inteiro? E outra coisa, mandam para o mundo sem nem sair da Índia, vai pela internet o software já chega lá ele já aplica com todos os subsídios que o país dá. Considero uma posição forte a do Senador Azeredo, que é um especialista na área, na área de desenvolvimento, na área de pesquisa. Então, Senhor Presidente, eu quero dizer o seguinte, eu vou votar com o Senador Flexa Ribeiro. Acredito que vá dar, o governo vai perder, como dizem, perder como eu digo é assim, diminuir recursos, não é isso? Mas que na verdade é um investimento nos cérebros. E diante da Comissão de V.Exa., que é um homem que sempre pensou na educação, no investimento, na pesquisa e no desenvolvimento, não tem porque se discutir dinheiro nessa Comissão. Isso não é função nossa. A nossa função é sempre olhar para frente e ver onde é que nós podemos desenvolver. Então, eu quero dizer que o meu voto vai ser favorável ao Projeto do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma, esperamos sua chegada e passo-lhe a palavra é o último orador inscrito. Senador Flexa quer voltar a falar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, Presidente eu peço até desculpa porque já estou cansado de ir para lá e para cá. Tem cláusula de barreira para discutir na CCJ, que eu acho que todo mundo está aflito aqui e ele diz que criança tem que receber mensalmente apenas uma... E a gente fica preocupado com, principalmente, com os partidos históricos. Eu tenho uma preocupação e a defesa do líder do PCdoB, o Senador, ficou praticamente uma hora explicando a história do partido e o interesse em ter uma participação maior no Fundo. Então, é um assunto bastante delicado e importante é a gente estar presente. En-

tão vai votar agora, corre lá. Não, ainda tem mais três oradores. Então eu vim aqui aflito. Eu estou relaxando um pouquinho. Mas eu tenho um problema, Senador Flexa, Senador Arns, eu acho que tudo o que se fizer em benefício da pesquisa no Brasil, ela tem um valor inestimável, tem que ser bem recebida. E o que me preocupa, Senador Wellington, queria até, eu vou fazer um requerimento amanhã para V.Exa., na Comissão que foi desagregada daqui para formar Comissão de Ciência e Tecnologia, um requerimento para que a gente possa ser informado de todos os benefícios para pesquisa que estão sendo alocados em outros Projetos. E aqui foi dito da parte de Informática. Eu votei com prazer e não sabia que o Ministério de Ciências e Tecnologia disse: "Olha, tem a área Militar", o que eles estão pesquisando, nas Universidades é sempre a grande reclamação, falta de dinheiro para pesquisa. Então, aí eu não sei como é que esse dinheiro. É claro que se consultar o Siga vai saber mais ou menos como é que está indo esse dinheiro.

Mas eu acho que a Comissão teria que fiscalizar, sempre que ela autoriza num Projeto um benefício para pesquisa, ela tem que acompanhar de perto porque é interesse real da sociedade. V.Exa., como um dos mais entendidos na área de educação sabe o que representa a pesquisa na área da Universidade. Então, eu sou favorável, voto a favor de qualquer coisa que venha em benefício do interesse da pesquisa e desenvolvimento. O Brasil retarda muito nessa área, por isso que os países asiáticos se desenvolveram, porque investiram maciçamente em educação e a educação, ela é decorrente da pesquisa que se faça. Porque se eu for formar um bom profissional ele tem que estar numa área de pesquisa. Eu tenho o meu filho que ficou quatro anos nos Estados Unidos, dois só em pesquisas na área médica, dentro de uma Universidade John Hopkins só fazendo pesquisa. Então uma dedicação total em pesquisas com investimento governamental. Aqui a gente não... às vezes, um profissional quer fazer uma pesquisa tem que pôr do bolso, Senador Flexa, porque ele não tem, na Universidade, um fundo que o auxilie nas pesquisas que está fazendo. Então, eu cumprimento V.Exa. por pôr um projeto, de colocar esse Projeto que é de urgência. Perguntei, o Senador Arns propôs discutir na Ciência e Tecnologia, não há prazo, pelo menos hoje é o último dia, pela urgência. Se a gente for fazer uma discussão nova ela perde a urgência, o que não é interessante. Então, eu acho que vamos ter que votar mesmo, Presidente, não tem saída aqui com a Emenda, que eu acho que é boa e é claro o Senador Arns é um homem cuidadoso, faz os seus relatórios com muito critério, consulta, busca a verdade e já disse que não é radicalmente contrário à

Emenda. Então, eu agradeço V.Exa. por ter permitido que eu usasse da palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, ou ainda, ou podemos seguir a ordem? Porque temos o Senador Renato Casagrande e depois o Senador Arthur Virgílio, que não é membro efetivo da Comissão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só um esclarecimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas nos dá muito prazer que esteja aqui e possa falar como líder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pediria pela ordem porque é só um esclarecimento para que a gente possa votar a Emenda com clareza da situação. Eu acho que o Senador Wellington, ele foi muito feliz quando, na sua é... fala, ele disse que esta Comissão não deve se prender a questão de, do valor da renúncia fiscal, não é o caso desta Comissão. Então, nós devemos sim aprovar aqui e na Comissão que ele passa a presidir, Ciência e Tecnologia, todo e qualquer incentivo que melhore a condição da educação, melhore a condição da pesquisa e desenvolvimento. O governo que faça restrições de gastos nos gastos de custeio da máquina, nas viagens do Presidente, nas suas despesas é... maiores e não na questão da educação e na questão da ciência e tecnologia. Então, eu reafirmo a necessidade de nós aprovarmos a Emenda da forma como ela está colocada porque qualquer renúncia fiscal é, sem sombra de dúvida, um investimento na inteligência nacional, é um investimento na juventude brasileira e nos cérebros brasileiros que estão indo para o exterior porque aqui não tem o apoio do governo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Renato Casagrande. Eu só quero lembrar, de acordo com o que disse o Senador Flexa Ribeiro, que de fato existe Comissão de Orçamentos, existe Comissão de Constituição e Justiça, essa é de Educação. Aqui não é uma Comissão do corte, aqui é a Comissão do gasto. Existem as Comissões do corte e temos que respeitá-las também. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Presidente, Senador Cristovam, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras; eu presidi na Câmara dos Deputados, Presidente, a discussão, a Comissão que debateu a Lei de Inovação Tecnológica e essa Lei veio ajudar muito o trabalho dos institutos de pesquisa, das Universidades, a relação dessas instituições com as empresas privadas, o incentivo aos pesquisadores

e... votei esse projeto na Câmara da forma como ele veio encaminhado, sem nenhuma Emenda. Então, estou aqui pegando essa discussão, aqui na Comissão, efetivamente, e tendendo a votar pelo Projeto original, tendendo a votar pela forma como o Senador Flávio Arns está defendendo pela cumulatividade dos benefícios, mesmo que essa Comissão seja uma Comissão do gasto, eu não sei se é correto ou se é justo, eu tenho dúvida com relação a essa posição de que nós possamos avançar numa duplicidade de incentivo. Não vou dizer nem duplicidade, de concedermos mais incentivos do que já foi concedido numa, numa legislação. Então, eu... apesar da minha, do meu pouco tempo de debate que aqui nesta Comissão acompanhando aqui a posição do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Flávio Arns, lendo o parecer com relação ao projeto eu vou me posicionando para que eu possa votar pela, pelo Projeto como ele veio encaminhado, Senhor Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só quero explicar que uma coisa é a duplicidade, o beneficiamento, a outra é o gasto. O caso da duplicidade é um argumento válido. O caso do aumento de gasto, nós temos o Plenário ainda, nós temos para julgar isso. Mas eu entendo o problema da Duplicidade. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senhor Presidente, eu fui em muito boa hora alertado pelos Senadores Marconi Perillo e Flexa Ribeiro porque é um tema que diz respeito profundamente à economia do meu Estado. E a pergunta que eu faço, tomado de surpresa, como fui, a pergunta que faço é se pode pensar em evolução tecnológica, por exemplo, do Pólo Industrial de Manaus sem se cuidar de estimular, também para lá, o investimento em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento? Eu entendo que o Brasil deve ter essa preocupação nacional, essa preocupação global. Deve ser uma preocupação do país. E considero muito oportuna a iniciativa do governo de mandar esse Projeto e, com a forma correta, com o crivo da Emenda, da urgência constitucional. Mas se votasse, se tivesse a honra de pertencer a esta Comissão presidida tão bem por V.Exa. e pudesse votar eu votaria a favor do projeto com a Emenda do Senador Flexa Ribeiro que inclui não só o Pólo Industrial do meu Estado, como as empresas que estão amparadas pela Lei de Informática. Ouvi aqui ponderações bastante conseqüentes quanto a nós termos que, supostamente termos que votar isso agora aqui sem a Emenda sob pena de voltar para a Câmara.

Esse argumento dá força à idéia esdrúxula de alguns, eu ouvi outro dia um Deputado do PT dizendo que era para acabar o Senado, que ele era a favor do

unicameralismo. Eu até brinquei, disse que eu topava o unicameralismo sem ele, com ele fora. Mas o Senado não pode ficar preso a essas datas. O problema não é do Senado. Se há dúvidas, se tem pendência nesta matéria ou em qualquer outra, ou em quaisquer outras e existe a necessidade de uma maturação maior, sinceramente, o Senado não pode ficar como uma Casa meramente referendadora do que é decidido na Câmara dos Deputados ou jungido aos interesses e às urgências do governo. Eu entendo que a forma é correta, é urgência constitucional, Projeto de Lei, muito melhor do que se viesse com aquela fisionomia que nós tanto aqui temos execrado da Medida Provisória, mas para mim, portanto, que o Projeto volte à Câmara. Que o Projeto enfrente as consequências todas de uma análise mais aprofundada do Senado. A minha opinião é em defesa do Pólo Industrial do meu Estado. E pensando muito também no desenvolvimento da indústria de informática do país, sem o que esse país não dará o seu grande salto na direção ao seu destino no séc. XXI, eu recomendo o voto no Projeto com a Emenda do Senador Flexa Ribeiro, Senhor Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu prestei muita atenção nos argumentos todos, de todos os Senadores também e, realmente, na minha fala inicial já havia dito que não havia, da minha parte, nenhum, nenhuma posição assim irredutível em relação ao debate. V.Exa. fez uma observação importante em relação a gasto e duplicidade, né? Então, cumulatividade, isso a gente tem que tomar cuidado também porque, afinal, são recursos que têm que ser bem debatidos. O Senador Eduardo Azeredo sugeriu alguma alteração, o Senador Flexa Ribeiro também e eu proporia que a grande preocupação é beneficiar as empresas que de fato invistam em pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica. Havia sido debatido, inclusive com o setor, uma Emenda como eu disse na minha fala inicial, tivemos uma reunião ontem de uma hora, mais ou menos, lá no cafezinho do Senado, até V.Exa. passou por lá de manhã, estávamos em reunião meio permanente, em que se observa, quer dizer, já existe o benefício dos 5% de investimento do faturamento desde que a empresa, quer dizer, 70% de desconto do IPI desde que a empresa aplique 5%.

O Senador Eduardo Azeredo colocou: E se a empresa aplicar mais de 5%? Então, a Emenda, nesta linha, que não seria da cumulatividade, mas seria de beneficiar as empresas que, de fato, fazem esta aplicação, seria do seguinte teor: As pessoas jurídicas

que utilizarem os benefícios de que trata o caput deste artigo poderão fazer jus aos benefícios desta Lei em relação aos montantes de investimentos em pesquisa e desenvolvimento que excederem os limites requeridos pelas Leis Referidas no caput. Ou seja, a empresa tem o direito de ter o desconto de 70%, tem que aplicar 5%, se ela aplicar mais do que 5%, aí nem seria cumulativa, ela estaria entrando nos benefícios desta Lei. Então, não é nem a Emenda do Senador Flexa Ribeiro, não é nem o meu ponto de vista, um ponto de vista intermediário entre as duas situações e discutindo com os representantes da área, eles disseram que até ontem seria também aceitável uma Emenda dessa natureza. Quer dizer, isto significaria aprovar esta Lei e continuar o debate também para ver como é que tudo isso está acontecendo em termos da nossa realidade, mas beneficiando aquelas empresas que, de fato, invistam em pesquisa, desenvolvimento, inovação. Eu acho que esta Emenda beneficiaria essas empresas. Então, é a proposta que como Relator eu faço tentando ficar no meio, no meio termo entre as várias propostas e discussões apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pergunto se o Senador Flexa aceitaria isso como uma Emenda de redação?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu conversava há pouco com o Relator, Senador Flávio Arns, eu acho que a idéia, a gente pode avançar. Eu só estou tentando raciocinar rapidamente se há a possibilidade de a gente fazer uma Emenda em que possa incentivar mais a pesquisa e desenvolvimento, ou seja, e aí eu... É muito difícil a gente raciocinar aqui a nível da discussão em que essa proposta que foi aqui colocada de uma Emenda de redação--

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até faço um aparte se V.Exa. me permite, porque eu estou sendo, assim, avisado e eu me desculpo, inclusive por isso, que regimentalmente o Relator, em se tratando de urgência constitucional, não pode fazer uma Emenda que se relacione ao mérito. Pode fazer uma Emenda de Redação como o Senador Francisco Dornelles fez em relação a Ementa da Lei. Então, eu me penitencio nesse sentido, era assim um esforço para conciliar, mas ou, de acordo com o Regimento, ou a gente vota a Emenda de V.Exa., ou o texto original. Então nesse sentido--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu lamento.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então é nesse sentido que eu lamento também que não possa haver esse esforço conciliatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas há uma mudança de mérito realmente?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Existe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Claro que existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu não entendi bem a proposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Existe uma mudança.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): De mérito e de--

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque o Senador Flexa Ribeiro está propondo, se V.Exa. me permite porque foi um aparte. O que o Senador Flexa Ribeiro está propondo que haja a possibilidade de cumulatividade, ou seja, a empresa tem o desconto do IPI de 70%, tem que aplicar 5% do faturamento em pesquisa e que, além disso, possa se beneficiar da dedução do Imposto de Renda. O que eu estava tentando colocar era o seguinte: Que a empresa já tem que praticar os 5% de aplicação em ciência e desenvolvimento e que se ela aplicasse mais do que os 5% ela entraria nos benefícios desta Lei. Então, seria uma proposta diferente da proposta. Então, neste sentido, eu me penitencio, retiro a Emenda colocada e a votação tem que ser em função ou do relatório ou do relatório com a Emenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço o aparte do Senador Flávio Arns e, como dizia, Presidente Cristovam Buarque, eu estava inclinado a aceitar a... a Emenda de Redação no sentido de que o que excedesse os 5% fosse beneficiado. Só que eu buscava rapidamente um raciocínio no sentido de ver de que forma a gente pudesse investir mais em ciência e tecnologia, mas, lamentavelmente, difícil. E ele colocou uma questão regimental que nós temos que ir ao voto agora.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tá bom, vamos votar então, vamos votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, o que eu quero reafirmar aqui, como bem colocou o Senador Arthur Virgílio, o Senado Federal precisa se posicionar de uma vez por todas com relação aos prazos que são dados ao Senado no sentido de analisar em profundidade os projetos que aqui chegam. Inclusive as medidas provisórias. Os prazos são esgotados na sua totalidade na Câmara Federal, quando chegam ao Senado aqui é com vinte e quatro, quarenta e oito horas para votar. Então, eu peço aos meus pares que--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Vamos votar então, vamos votar logo!

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que apóiem a Emenda que foi colocado ao projeto. Vamos apoiar a inteligência nacional!

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O voto, Presidente! Vamos votar, Presidente!

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. O Senador Mão Santa pediu a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senhor Presidente, Senadoras e Senadores; Flávio Arns, sem dúvida nenhuma, ninguém o excede aqui em dedicação, em competência, em virtudes. Olha, é a primeira vez que titubeio num parecer do Flávio Arns. Pelo contrário, sempre eu indago: Como votar? Ninguém nesse país se dedicou mais aos deficientes, às causas justas e tudo. Mas eu busco o meu filósofo, aquele Emerson Waldo, Ralph Emerson, que ele disse: "Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto e nesse particular eu procuro aprender". Aí nós estamos com Flexa Ribeiro que é um homem dedicado ao desenvolvimento, como V.Exa. é professor, como eu sou da ciência médica, ele é um homem do desenvolvimento, na história do desenvolvimento do Pará, ligada às instituições que fizeram nascer empreendimentos fabulosos.

Ele é reconhecido por todo mundo empreendedor desse país. Lá no Piauí eu vejo a repercussão dessa visão de futuro dele. Então, atentai bem! Flávio Arns, se for para nos guiar ao céu, que dizem que o Senado é céu, não é nada de céu, é porque ele tem uma frase lá na biblioteca do Senado de Washington que diz: No céu há ordem. Aí se levou para isso que é Senado. Mas se for para levar essa Casa à virtude, à moral, à dignidade, o nosso guia é, sem dúvida nenhuma, o Flávio Arns. É mais do que o Evaristo Arns, é mais do que a irmã. Mas para desenvolvimento eu fico com Emerson que diz: Ele é superior a nós. E a Amazônia, e o que é que se fala em PAC? Programa de Aceleração do Crescimento, isso aí é crescimento, isso é crescimento! Isso é que vai, o crescimento da tecnologia, no emprego e o Brasil está aí, está como o Canto do Rio nos meus anos 50, tirava o último lugar. Agora é porque o Canto do Rio é o Haiti no campeonato do crescimento. Então, vamos tirar o Brasil dessa situação! Então, Flexa Ribeiro, dessa vez é o Flávio Arns, pela primeira vez eu não vou segui-lo. Vamos votar aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, creio que todos estamos de acordo que vem preparados para votar. Eu vou pôr em votação o parecer do Senador Flávio Arns. E com

um destaque para a Emenda. Votamos o parecer e depois votamos o parecer--

Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, votamos o parecer, sim ou não, com a ressalva que é o seu destaque. Aí votamos depois o seu destaque.

Sem prejuízo da emenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem prejuízo da Emenda, claro, ressalvada a emenda. Bem, em votação. Eu ponho em votação, os que forem favoráveis permaneçam como estão, ressalvada a Emenda do Senador Flávio. Aprovado o parecer do Senador Flávio Arns com a ressalva em relação à Emenda. Agora, em relação à Emenda, o voto terá que ser nominal. Os que forem a favor da incorporação da Emenda votem sim, os que não forem votem não. Senador Flávio Arns.

SR. RELATOR SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Augusto Botelho não está. Fátima Cleide não está. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora... Com o Relator, quer dizer com a Emenda. Então é não. Quem é que está anotando? Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, como eu não tive a oportunidade de participar do debate, eu quero inclusive justificar. O meu voto é--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Estamos votando agora não vamos discutir novamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, ela está só dizendo o voto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso justificar o meu voto ou vou ser de novo obstruída?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos lá, Senadora!

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por favor, né? Acho que é legítimo e democrático, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O seu voto?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O meu voto é contrário à Emenda porque é inadmissível que nós tenhamos dois benefícios acumulados sem que a contrapartida da empresa não sofra nenhuma--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ela já está discutindo, Presidente, não é justificativa mais.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então não pode cumular sem ter uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, o voto não?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda não está. Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sérgio Zambiasi, João Ribeiro não está. Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Voto com o Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim. Senador Gilvam Borges, Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Garibaldi, não está. Senador Valdir, não está. Senador Paulo Duque, não está. Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JR. (PMDB-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Edson Lobão não está. Heráclito Fortes não. Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Presidente, para garantir mais apoio e mais incentivo à pesquisa e desenvolvimento, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano. Papaléo Paes, não está, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os suplentes não votam?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Vota, Presidente, o PFL não tem --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Nove a cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tivemos 9 sim, 5 não, está aprovada a emenda.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O projeto vai ao Plenário do Senado e sendo aprovado com a Emenda volta para a Câmara. A Sessão está encerrada. Não? O que é que falta? Ah, tem um requerimento. Por favor, é um requerimento, mas-- É um Requerimento do Senador Flávio Arns. Requeiro o posicionamento do Conselho Nacional de Educação em relação a idade cronológica para a matrícula do aluno na primeira série do ensino fundamental, nove anos. Diante da mudança constitucional ocorrida em 19 de dezembro de 2006. Portanto, posterior às discussões e decisões havidas nesse órgão onde o art. 208, IV passou a ter a seguinte redação: A educação infantil e creches, pré-escolas até cinco anos de idade. Aqueles que são favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. Está aprovado e será encaminhado para o Conselho de Educação. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h47.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2007.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia seis de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Renato Casagrande,

João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo e Paulo Duque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. (Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência - PAED)”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, com a anuência do autor. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para incluir a terça-feira de Carnaval, a sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de Corpus Christi entre os feriados nacionais”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado por dezenove (19) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por dezoito (18) votos. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com vistas a garantir atendimento médico e odontológico ao educando no ensino fundamental público, assegurar a oferta regular da educação escolar, dispor sobre a avaliação do rendimento escolar e dos estabelecimentos de ensino, criar mecanismo de articulação entre educação superior e educação básica, e garantir licença periódica nos planos de carreira dos profissionais da educação básica e superior pública”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador Augusto Botelho, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2006, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre a pena pela não aceitação de matrícula de aluno portador de necessidades especiais)”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. Item 05: Requerimento nº 004, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que, “Nos termos

do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito dessa Comissão de Educação, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2006, que “altera a lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica”, com a presença dos convidados a seguir relacionados e outros a critério dos integrantes desta comissão: 1. Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal; 2. Conselho Nacional dos Bispos do Brasil; 3. Conselho Federal de Medicina; 4. Pastoral da Criança; 5. Ministério da Educação; 6. Providafamília.org”. O requerimento é aprovado. Item 06: Requerimento nº 005, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Paulo Paim que, requer “... nos termos do art. 93, do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Educação, no dia 21 de março de 2007, para instruir o PLS nº 281, de 2005, que ‘cria o programa empresa cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal’ para a realização da audiência pública requerida deverão ser convidados: Presidente da Fiesp, Paulo Skaf; Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Queiroz Monteiro Neto; Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio José Domingues de Oliveira Santos; Presidente da Fersol, Michael Haradom e Presidente da Nestlé do Brasil, Ivan Zurita”. O requerimento é aprovado. Item 07: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: Convite do Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Gastão Vieira para que esta Comissão participe dos debates sobre a Medida Provisória nº 339/06, que trata da Instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; na sala de reunião da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, plenário 10, anexo II, às 13:00 horas. 2) Comunicado 02: Comunica aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, em resposta ao Requerimento de Informação nº 971/05 - PLEN (requerimentos nºs 27/05-CE e 09/06-CE) de autoria de sua

Excelência o Senador Wellington Salgado. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. Nesse momento, os Senhores Senadores Renato Casagrande e Eduardo Azeredo requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de requerimento e de requerimento de aplauso, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 006, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande que, “Nos termos do disposto no Art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os Arts. 90, II, e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, com a finalidade de debater no âmbito desta Comissão a proposta enviada ao Presidente da República, Exmo. Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, para o ‘PAC – Educação’”. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Aplauso nº 007, de 2007-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que, “O Senador que esse subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao Excelentíssimo Governador do estado de Minas Gerais, Senhor Aécio Neves, voto de congratulações pela formulação e lançamento do Programa Poupança Jovem, destinado a alunos do Ensino Médio da rede estadual, onde cada um receberá uma poupança de R\$1.000,00 (Hum mil Reais) por ano, pelo período de três anos, ao final do que poderá usá-lo como bem entender. Para tanto deverão ser observadas: a frequência escolar regular, o bom desempenho escolar, a participação em atividades de cidadania da comunidade e o não envolvimento com atividades criminosas”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE MARÇO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de pedir licença ao Senador Sérgio Zambiasi para inverter a ordem e passar primeiro para o Item 02, que o Senador Marco Maciel tem um compromisso...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem.

Então, eu abro com o Item nº. 02, Projeto de Lei do Senado 157/2006. Uma lei que altera a Lei nº. 662 de 6 de abril de 49, para incluir a terça-feira de Carnaval, a sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de Corpus Christi entre os feriados nacionais. O Projeto é de autoria do Senador Valdir Raupp, e a Relatoria do Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra. Observando que realizada as duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Comissão, Sr^{as}. e Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado nº. 157/2006 de autoria do Senador Valdir Raupp, atual Líder do PMDB nesta Casa, inclui a terça-feira de Carnaval, a sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de Corpus Christi entre os feriados nacionais. Para tanto, altera o art. 1º da Lei nº. 662 de abril de 49 com a redação dada pela Lei 10.607 de dezembro de 2002.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal para decisão terminativa o Projeto não recebeu Emendas.

Análise: A justificação do Projeto de Lei fundamenta com propriedade e clareza o seu intento a previsão legal dos feriados incorporados por meio de Projeto em epígrafe ao art. 1º da Lei nº. 662 de 49 e constitui uma exigência nas relações trabalhistas e em particular no setor privado. Argumenta o autor no que País não é rara a ocorrência de dificuldades encontradas pelo trabalhador com previsíveis desdobramentos econômicos acarretadas pela lacuna jurídica relativa à declaração de feriado nacional para terça-feira de Carnaval, sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de Corpus Christi.

Dessa forma, a iniciativa em comento legitimará a concessão dos direitos trabalhistas referentes aos feriados, seja em relação à cessação das atividades, seja em relação à remuneração extraordinária a ser

percebida no caso de eventual exercício de atividades naquelas Casas, ou naquelas datas, melhor.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, entretanto, que a Lei nº. 9.093/95 que dispõe sobre feriados, distingue os chamados feriados civis dos religiosos. Relativamente aos religiosos, a lei mencionada em seu art. 2º já incorpora a sexta-feira da Paixão. Nesse sentido, no intento de oferecer perfeitamente à iniciativa em análise, encaminhamos a Emenda de forma a escoimar a redundância da menção à data e promover adequação necessária no dispositivo citado, sem qualquer alteração tanto do escopo das leis vigentes sobre a matéria quanto do Projeto em comento.

O meu voto, Sr. Presidente, pelo exposto, examinado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica Legislativa, pronunciamos-nos pela aprovação do PLS nº. 157/2006 com a Emenda que a seguir apresentamos. Emenda ao PLS nº. 157. Art. 2º. O art. 2º da Lei 9.093 de 12 de setembro de 95 passará a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2º, são feriados religiosos os dias de guarda declarados em municipal de acordo com a tradição local e número não superior a três. Sala das Sessões, dia 06 de março de 2007. É o meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu abro para o debate. Algum Senador quer fazer algum pronunciamento ou algum comentário? Eu lembro que o que nós estamos votando aumenta substancialmente o número de feriados. Hoje são feriados... Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Vamos passar para 11.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, só uma observação. A sexta-feira Santa já até expliquei. Com relação a Corpus Christi, geralmente é feriado no Brasil. Não sei se... Eu acho que todo mundo... Eu sou católico, eu posso dizer isso. Na realidade, o dia de Corpus Christi geralmente... E até nas folhinhas já vêm com a marcação de feriado. E a terça-feira de Carnaval no Brasil nós já sabemos que...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então nesse sentido eu acho que caberia a seguinte pergunta: Se já são feriados naturalmente, por que formalizar?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Em função dessas pendências trabalhistas, em função também de procedimentos de empresas, etc. Talvez seja essa a razão que levasse a estabelecer uma disciplina legal à matéria e evitar dúvidas, e... E não cumprimentos quando for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua em discussão. Se algum Senador quiser dar opinião. Senão eu passo à votação. Eu vou chamar nominalmente pelos presentes. Esta-

mos votando o Projeto do Senador Raupp, relatado pelo Senador Marco Maciel que faz como feriado nacional, formalmente, os dias de terça-feira de Carnaval, sexta-feira da Paixão e Corpus Christi.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, V.Ex^a sabe bem, mas eu gostaria de esclarecer aos demais membros da Comissão, o autor da proposição é o Senador Valdir Raupp, que é o Líder do PMDB aqui na Casa. E eu não sei se gostaria de consultá-lo, mas ele infelizmente no momento não se encontra presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns, como vota?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilvam Borges. Eu peço que seja convidado que está na sala da Comissão. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel já deu o seu voto. Voto conhecido. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN):

Com o Relator, Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilvam Borges. Com o Relator.

Então, por unanimidade dos presentes, consulto se algum... Se eu não chamei algum dos Senadores. Ah, desculpe. Não estava aqui. Senador Lucena. Não. Com o Relator. Ah, está aqui. Desculpe. Eu que não fui para o lado de cá.

Eu agora consulto se mantém o voto para a Emenda. A Emenda... Então está aprovado plenamente o Projeto.

Passo agora ao Item nº. 01, cujo Relator é o Senador Flávio Arns, com a autoria do Senador Sérgio Zambiasi que altera o Parágrafo Único do art. 4º da Lei 10.845 de 05 de março de 2004, que dispõe sobre o recurso do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência - PAED. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer em relação ao Item 01 da pauta, que o Senador Sérgio Zambiasi apresentou um Projeto de Lei da mais alta relevância para a pessoa com deficiência no Brasil. Há algum tempo atrás aconteceu à aprovação de um Projeto de Lei dentro do Congresso Nacional em que se incluía a pessoa com deficiência, particularmente aquela com uma necessidade mais acentuada e que estuda em escola especial nos cálculos do FUNDEF. O Projeto foi aprovado no Senado, foi aprovado na Câmara, e foi naquela ocasião, eu até diria por uma orientação equivocada, o Sr. Presidente da República foi vetado pelo Presidente da República. Na seqüência foi criado o PAED, que é o Programa de Atendimento Especializado ao Deficiente - PAED. Com um valor ínfimo, representando menos de 10% para a pessoa com deficiência se comparado este valor ao valor do FUNDEF.

Então, Senador Sérgio Zambiasi, com a sensibilidade que ele tem, com o contato que ele tem com a área da pessoa com deficiência, apresentou este Projeto para que o valor do PAED, que é o programa, chegasse pelo menos ao mesmo valor da pessoa sem deficiência. O que é extremamente justo e correto, e o Poder Público não atende essas pessoas que têm esse tipo de deficiência dentro da estrutura pública, mas são atendidos pela comunidade. O Senador Eduardo Azevedo inclusive está aqui, que é Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência. E nós estávamos

esperando para ver o que poderia ser feito. E houve inclusive a promessa do Governo Federal, do Executivo, recentemente, no sentido de incluir a pessoa com deficiência no FUNDEB. Quer dizer, havia a promessa. Por isso que este Projeto de Lei, até conversando com o Senador Zambiasi ficou na espera, no aguardo do que haveria, do que seria feito com o FUNDEB. E surpreendentemente dentro de todo o entendimento havido no decorrer o tempo, os alunos que precisam de um atendimento mais especializado não estão incluídos no FUNDEB, na proposta que veio aqui para o Congresso Nacional, ao arrepio do que havia sido negociado com o Governo Federal. Inclusive eu tenho um documento aqui de uma pessoa que orienta esses debates, assim, sugerindo que a pessoa com deficiência não seja beneficiada. Eu nunca vi uma discriminação, uma falta de sensibilidade, de solidariedade tão grande por parte de um grupo de pessoas que acham que na verdade vão destinar os recursos... Quer dizer, sem levar em conta a questão da cidadania, do direito.

Então, a criança surda que está em escola especial, a criança com paralisia cerebral, a criança autista, a criança com deficiência mental que está em escola especial têm o direito de ter, e isto em função de todo o debate, de todo um entendimento que já aconteceu.

Então, a gente se surpreende com a falta de solidariedade, de sensibilidade, falta de caráter até eu diria de muitas pessoas que estão aí conduzindo as discussões do FUNDEB e alijando parcelas importantes da nossa população, como é o caso de pessoas com deficiência que necessitam de um atendimento mais especializado.

Então, discutindo com o Senador Zambiasi, pela falta de cumprimento da palavra, porque a gente poderia dizer: Não, vamos abandonar esse Projeto porque a pessoa com deficiência está incluída no FUNDEB. Todas as pessoas com deficiência. Pela falta de cumprimento da palavra do grupo que está negociando esses aspectos, as Emendas já foram apresentadas, o Senador Marco Maciel assinou as Emendas, eu assinei, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Valdir Raupp, o Senador Paulo Paim, todos nós assinamos as Emendas para incluir a pessoa com deficiência de escolas especiais no FUNDEB. Então nós vamos aguardar um pouco mais como isso aqui tem que se adequar à nova realidade, aos novos valores, à nova Legislação, vamos deixar esse Projeto de Lei, vamos retirar de pauta, essa é a solicitação que eu faço para ser incluído na pauta da semana que vem. Para fazer as adequações necessárias combinando com o autor do Projeto, Senador Sérgio Zambiasi, aliás, eu quero dizer para o povo do Rio Grande do Sul que eles têm na pessoa dele, como na pessoa do Paulo Paim, do

Pedro Simon, três representantes do mais alto quilate na defesa da cidadania e também da pessoa com deficiência para que a gente possa então rever esta situação na semana que vem. Mas eu lamento, eu lastimo que as pessoas não levem em conta um processo de entendimento, de negociação, a sensibilidade, a solidariedade para colocar todas as pessoas com deficiência dentro do FUNDEB, que já era o que havia sido acertado, e que depois simplesmente ignora a palavra empenhada, ignoram a falta de solidariedade, e a falta de caráter, como eu disse, de tanta gente que a gente tem que tomar muito cuidado que estão envolvidos em aspectos de educação e a falta de caráter é a primeira grande dificuldade pra gente mudar o Brasil. Que essas pessoas que lidam com esta área pudesse ter mais caráter, e tendo mais caráter melhorar o Brasil também particularmente nesse sentido. Obrigado, Sr. Presidente. Então eu peço só que seja retirado de pauta para reapreciação na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi. Como autor do Projeto, eu gostaria de dar a palavra primeiro ao Senador Zambiasi. A não ser que abra mão para o Senador Perillo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Abro mão para o Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então a palavra está com o Senador Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, apenas para em rápidas palavras cumprimentar a iniciativa do ilustre Senador Zambiasi, uma iniciativa pertinente, extremamente importante numa área de grande relevância social, e que exige da nossa parte também grande sensibilidade. Os portadores de necessidades especiais mereceram sempre da nossa parte absoluta atenção. Mas quero cumprimentar também ao Senador Flávio Arns, com quem tive a honra de atuar na Câmara Federal pela defesa permanente e histórica em relação a esta questão. O seu desabafo aqui é compartilhado aqui por todos nós que temos sensibilidade em relação a essa questão tão relevante.

Portanto fica aqui registrado os meus cumprimentos ao Senador Zambiasi e os meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns, talvez um dos maiores especialistas e uma das pessoas mais comprometidas em relação a essa questão no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu quero primeiro agradecer as manifestações

do Senador Marconi Perillo e o Relatório do Senador Flávio Arns.

Nós entendemos que esse Projeto é pertinente, sim, ele é importante e ele corrige uma falha que vinha acontecendo desde o FUNDEF, que o FUNDEB encarregou-se de corrigir e não corrigiu. Mas nós entendemos que a proposta tem que sofrer uma pequena alteração, já que a Medida Provisória que criou o FUNDEB, ela revoga exatamente o artigo em que nós estávamos promovendo alteração. Ao revogar este artigo, Senador Flávio Arns, o objeto perde a sua razão. Então, nós estamos já entregando ao Relator uma nova proposta, onde nós estamos sugerindo que os recursos de que trata esse inciso I do artigo, calculados por educando portador de deficiência, será no mínimo, é uma garantia de lei, no mínimo iguais ao valor destinado aos alunos das séries iniciais do ensino fundamental que consta aqui dos itens que trabalham principalmente a relação de distribuição. Nós estamos exatamente então corrigindo, alterando, e propondo esta garantia que eu espero que o Relator acolha para reapresentar na próxima semana.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Zambiasi, um aparte.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria apenas me manifestar, Sr. Presidente, como Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência, da importância de que realmente esse Projeto ainda com essa alteração proposta por V.Ex^a possa ser rapidamente aprovado então talvez na próxima semana, porque os números falam por si. Nós temos aqui os dados colocados de que são 371 vagas em todo o País das quais 38% apenas na rede pública. Então é muito importante, temos aí 38% só que são atendidos pela rede pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum outro Senador ou Senadora deseja se pronunciar? Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu me somo aos Senadores que se pronunciaram sobre este assunto, Presidente, bem como acompanho a idéia do Senador Sérgio Zambiasi no sentido de que seja estabelecido como valor mínimo o correspondente ao que será por aluno no FUNDEB, até para que aqueles que, porventura, lhe faltar caráter, possa ampliar esse valor através da sensibilidade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, de forma muito rápida cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi, e eu conversava aqui com ele, que ele está no mínimo corrigindo uma discriminação que infelizmente está existindo em relação à pessoa com

deficiência. Veja bem a generosidade, a grandeza da Emenda que ele apresenta. Ele está pedindo só que a pessoa com deficiência tenha o mínimo o mesmo direito que o outro. Veja que ponto nós chegamos. Então eu quero cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi pela proposta importantíssima e naturalmente o grande Senador Flávio Arns que é o nosso guru nesse tema. Não dá para negar. O Senador Flávio Arns foi o grande Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu tenho certeza que o Senador Eduardo Azeredo que é o especialista na área, e nós que tratamos esse tema com muito carinho, nesse momento rendemos a nossa homenagem aqui ao Flávio Arns e ao Senador Zambiasi. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, fica atendido a solicitação do Senador Flávio Arns. O Item 03, eu tinha pedido ao Senador Gilvam para presidir a Sessão porque é de minha autoria. Mas lamentavelmente o Senador Mão Santa precisou sair na hora de discutir esse assunto. Eu espero que ainda consigamos que ele volte aqui.

Então, eu passo para o Item 04, cujo Relator é o Senador Renato Casagrande. O Projeto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem... Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Renato pediu pela ordem também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, pela ordem. Mas eu queria pedir autorização e aprovação dessa Casa, do Presidente, para que eu pudesse adiar a apresentação do meu Relatório. A Senadora Serys está me apresentando alguns dados novos, e eu queria ter a oportunidade de mais alguns dias para verificar se há alguma possibilidade de alteração do meu Relatório. Então, eu peço a V.Ex^a que nos considere mais alguns dias para apresentarmos e fazermos uma avaliação desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma prerrogativa, Senador que é que o senhor tem todo o deito. O Senador Flexa quer fazer algum comentário, ou é sobre esse Projeto?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, é sobre o anterior, de autoria de V.Ex^a. O número 03 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Do Item 03?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Item 03.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a apresenta o

Projeto de nº. 0004/2006, portanto amplo, com relação como sempre ações meritórias e necessárias para a educação brasileira. Eu apresentei um Projeto também à Comissão de Educação do Senado que trata especificamente a um dos itens do Projeto de V.Ex^a que diz respeito ao atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público como um item obrigatório por parte do Estado. Então esse meu Projeto, tem como Relator indicado por V.Ex^a, o nobre Senador Augusto Botelho, então eu perguntaria a V.Ex^a se neste caso do atendimento médico ou a parte que cabe do seu Projeto não poderia tramitar em conjunto? Porque o seu Projeto é muito mais amplo. Ele trata de outros assuntos que fala de assegurar a oferta regulada da educação escolar, disposto sobre a avaliação do rendimento escolar do estabelecimento de ensino, criar mecanismos de articulação de educação... Somente nesse Item que trata da questão do atendimento médico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu temo, Senador, que se fizer isso, o senhor tem que fazer um recebimento que eu autoria, sem dúvida, vai para o Plenário e pára todo o processo. Eu tenho uma outra proposta. Não sei se regulamentarmente se é possível, o senhor assinar comigo o conjunto dessa lei inteira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pra mim eu uma honra muito grande. Porque o Projeto de V.Ex^a é muito mais amplo do que o meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu considero inclusive uma falha. Eu poderia ter apresentado diversos projetos, um para cada Item. Isso já tive uma discussão, uma conversa com a Assessoria. Mas juntar agora exige parar esse Projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu vou aceitar, melhor, a honra de poder subscrever com V.Ex^a o seu Projeto, V.Ex^a subscreve o meu em conjunto e vamos tramitar os dois separados. Porque acho que no... Pode ser que haja para a tramitação do seu um detalhamento maior em função de ser muito mais amplo. E o outro é muito mais simples, é a questão só do atendimento médico obrigatório ao ensino público fundamental. Então estamos de acordo e vamos assinar em conjunto os dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em conjunto os dois. Perfeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É muita honra pra mim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A honra é minha também.

Eu passo então ao Item nº. 05, que é da autoria do Senador Cícero Lucena. É um Requerimento, apenas, e eu passo a palavra diretamente ao Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A razão da apresentação desse Requerimento, Presidente, é de um Projeto de Lei do Senador Marcelo Crivella que entre outros contempla outras coisas o planejamento familiar, que institui o dia do planejamento familiar, reduz a idade mínima para o exercício de opção pela esterilização cirúrgica e vigência conjugal.

Então, a razão do meu Requerimento é exatamente a discussão da redução da idade para esterilização. Eu acho que nada mais oportuno do que nós formarmos uma Audiência Pública, para que entidades e pessoas possam dar a contribuição nessa discussão que consideramos tão séria a redução para 18 anos de idade a esterilização como Programa de Planejamento Familiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão o Requerimento do Senador Cícero Lucena. Alguém quer se pronunciar? Não havendo nenhum pronunciamento, os que estão a favor permaneçam como estão. Está aprovado o Requerimento.

Item nº. 06, outro Requerimento da Senadora Patrícia Saboya. Subscrito também pelo Senador Paulo Paim a quem eu passo a palavra para defender o Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu só queria justificar que a autora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes, eu falei agora mesmo com ela, ela está em São Paulo com o filho adoentado, e pediu que eu fizesse a devida defesa desse Requerimento, já que eu sou o Relator do Projeto que vai ser debatido, que é o Projeto 281 que cria o programa empresa cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. O que ela propõe é uma Audiência Pública com a presença do Presidente da FIESP, Paulo Skaf, e Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Queiroz Monteiro Neto. O Presidente da Conferência Nacional do Comércio, Antônio José Domingos de Oliveira Santos e o Presidente da FERSOL, Michel Haradom e o Presidente da nesse NESTLÉ do Brasil, Ivan Zurita.

Na verdade, Sr. Presidente, esse Projeto já está com o Parecer praticamente pronto, mas entendo eu que está correto a proposta da Senadora Patrícia que ela quer ganhar a sociedade, não somente aprovar o Projeto, já que o Projeto depende também da boa vontade do empregador, uma vez que ele vai poder optar ou não para ampliar a licença maternidade mediante incentivos fiscais. Era isso, e para tanto eu peço

a aprovação do Requerimento da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto se algum Senador ou Senadora quer se pronunciar sobre o assunto. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu vejo a oportunidade desses convidados propostos aqui para discutir o assunto de alta relevância, como a ampliação da licença maternidade e com o incentivo fiscal, e pergunto se não seria oportuno ampliar um pouco mais a discussão não só em relação a esse assunto, mas na verdade como um programa cidadão destinado a empresa cidadã. Se esse assunto em vez de discutirmos com incentivo fiscal apenas o incentivo, a prorrogação maternidade, senão outros procedimentos da empresa cidadã.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum comentário?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que procede a argumentação do Senador Lucena, e dizendo que inclusive existem alguns projetos na Casa com o mesmo objetivo de empresa cidadã, inclusive a opção pela redução de jornada mediante incentivos, dependendo da boa vontade do empregador. Agora, entendo que esse Projeto específico seria, digamos, a largada para o debate maior que o Senador Lucena propõe. Agora, nesse dia nós poderíamos aprofundar o debate sobre a ampliação da licença maternidade sem prejuízo da proposta dele que no meu entendimento tem o mesmo objetivo que a proposta da Senadora Patrícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação o Requerimento. Não havendo qualquer Senador ou Senadora que queira se manifestar, eu peço que os que estão de acordo fiquem como estão. Está aprovado o Requerimento. Tenho aqui duas comunicações que eu vou fazer--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, só para não voltar atrás, eu queria dizer que esse Requerimento foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, Direitos Humanos, e naturalmente aqui na de educação, nesse momento. Por isso cumprimento V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. E aos dois autores. Eu vou ler duas comunicações, esperando ainda o Senador Mão Santa, se ele chegar a tempo. Se não chegar, nós vamos ter que encerrar a Sessão.

A primeira comunicação vem do Deputado Gastão Vieira. Diz o seguinte: É com o prazer convido V.Ex^a e demais membros da Comissão de Educação do Senado Federal para participar dos debates sobre

a Medida Provisória nº. 339/06 que trata da instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional de Educação, o FUNDEB. O debate com os Parlamentares será realizado por esta Comissão no dia 06 de março de 2007, às 13h, no Plenário 10 no anexo 02 da Câmara dos Deputados.

Está então aqui o convite da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Gastão Vieira nos convidando para estarmos presentes. Dia 06, ou seja, hoje às 13h no Plenário 10 do anexo 02 da Câmara dos Deputados. FUNDEB. A Medida Provisória.

Outro comunicado... O outro comunicado é os Srs. Senadores o recebimento da resposta do excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad em resposta ao Requerimento de informações 917/05 de autoria de S.Ex^a, Senador Wellington Salgado. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretária dessa Comissão. Eu prefiro em vez de ver os que desejarem, eu prefiro mandar para todos a resposta do Senador para que tomem conhecimento da posição do Ministro. Senador... Muito bem. Então esse assunto já está confirmado, a matéria vai a arquivo e a carta irá a cada um dos Senadores da Comissão. A cópia. Está encerrado esse assunto, passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente. Eu não participei do início desta reunião. Estava na Comissão de Assuntos Econômicos. E não tive a oportunidade de participar da reunião da audiência com o Ministro da Educação na semana passada, aqui nessa nossa Comissão, por conflito de agenda de Comissões que estamos tentando resolver entre uma Comissão e outra.

Não sei se o Ministro, na semana passada, anunciou esse plano que ele apresentou ao Presidente Lula ontem, e está anunciado na imprensa como investimento de oito bilhões de reais em programas, em quatro anos. Foi debatido esse tema na semana passada com o Ministro da Educação, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não foi debatido. Ele apenas disse num certo momento que entregaria ao Presidente uma proposta naquela mesma semana.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A proposta está entregue. O senhor analisa a possibilidade ou verifica independente de Requerimento nosso, de audiência? Que nós possamos debater logo isso com o Ministro antes do Presidente anunciar esse plano? Porque a nossa interferência para mudar qualquer plano talvez seja antes do Presidente anunciá-lo.

Verificar com o Ministro se ele tem condições de fazer esse debate com a Comissão. Acho que seria importante a gente fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fico triste de não ter tido a idéia. Essa é uma idéia excelente que eu pessoalmente subscrevo. E submeto aos demais Senadores se estão de acordo. Considero...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Subscrevo também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa é a função dessa Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes do Presidente anunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes. E eu submeto... Quem estiver contra se pronuncie. Está aprovado. Vamos fazer.

Eu aproveito, Senador Renato Casagrande, para mostrar algo que eu levantei hoje e que mostra a importância de coisas como essas. Eu levantei... Quantas matérias saíram hoje sobre o PAC da Educação? E quantas saíram quando foi o PAC da Economia? Veja bem, nenhum grande jornal deu como manchete principal esse PAC da Educação. Só o Jornal de Brasília. O Estadão--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Talvez porque ele não esteja anunciado ainda. O Presidente ainda não anunciou formalmente. Recebeu a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso não é crítica ao Governo, de jeito nenhum. Isso é uma análise.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não. Talvez seja porque ele não está anunciado formalmente enquanto plano ainda. O Ministro apresentou uma proposta ao Presidente, o Presidente vai analisar a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser. É uma explicação. Mas de qualquer maneira veja bem. O Estadão deu uma pequena chamada e os outros jornais deram no máximo uma página. Agora, no caso do PAC da Economia, o Correio Braziliense dedicou oito páginas além da manchete. O Estado de São Paulo seis páginas além da manchete. Folha de São Paulo sete páginas em média durante dias. E manchete principal. Globo, média de nove páginas e suas implicações.

Embora eu ache que o Senador Renato Casagrande tenha razão, foi um anúncio talvez não ainda muito detalhado, eu me pergunto até se vai haver esse grande lançamento, maior do que aquele. Mas acho que a sua proposta de trazermos aqui para o debate

pode ajudar lançando à opinião pública a importância também de termos um Projeto nesse País para a educação.

Senador... Eu não sei se está na frente o Senador Azeredo ou o Senador Botelho. Senador Azeredo, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, Presidente dessa Comissão, eu quero só trazer aqui a notícia, inclusive porque interessa também a V.Ex^a, do lançamento ontem lá em Minas Gerais pelo Governador Aécio Neves do Programa Poupança Jovem. Porque V.Ex^a tem um Projeto semelhante que eu fui até Relator, já foi aprovado, pediria até o Secretário da Comissão que pudesse verificar em que posição está esse Projeto. E basicamente o Programa Poupança Jovem lançado pelo Governador Aécio, ele significa que mil reais por ano serão dados aos alunos de escola de ensino médio de regiões de baixo IDH, começando com a cidade de Ribeirão das Neves que é na grande Belo Horizonte, com o valor de 50 milhões para esse primeiro ano e pretendendo chegar a 50 mil alunos dentro de três anos. E com esse mil reais por ano, a Poupança Jovem chegará, portanto a três mil. O aluno deverá cumprir o ano, portanto não pode ter repetência, e deverá também comprovar a frequência. É um Projeto realmente muito interessante, ele vem buscar também combater a evasão escolar que está alta no ensino médio, e vem ajudar também no processo de educação dos jovens para que não caiam na criminalidade, como lamentavelmente tem acontecido em tantas regiões do Brasil. Veja bem que são, portanto, já cinco mil alunos que estarão dentro desse processo e eu gostaria, portanto, de registrar aqui com muita satisfação. Eu diria até que eu gostaria de sugerir, Sr. Presidente, se nós pudéssemos fazer uma manifestação de aplauso ao Governador Aécio Neves por essa iniciativa da Poupança Jovem que vai fixar, vai dar mais condições ao jovem guardar e de ter um recurso que poderá ser muito importante, também como nós falamos tanto que a educação é o melhor caminho contra a criminalidade. Na medida em que o aluno tem a obrigatoriedade de frequentar a escola, recebe incentivo para isso, evidentemente que ele tem, depois quando terminar, um dinheirinho na mão para poder até mesmo começar um pequeno negócio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu fico feliz que o Senador Azeredo tenha trazido. Eu gostaria de pedir aos Senadores que ficassem por um minuto mais pra gente votar esse Projeto, que é terminativo, e votação nominal. Eu por mim falaria aqui 20 minutos sobre o Projeto do Governador Aécio e voltamos depois a discutir a proposta de aplauso.

Senador Mão Santa, com os meus agradecimentos sinceros por ter vindo tão rapidamente depois de ler um Parecer na CAE.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Cristovam Buarque. Professor é mais do que Senador, é mestre. Senadores e Senadoras, lá na biblioteca do Senado, em Washington, lá tem escrito: No céu tem ordem. Daí essa confusão aí de que aqui é melhor do que o céu. Dinarte Mariz diz que para o céu a gente tem que morrer. Aqui não. Mas está na bandeira também Ordem e Progresso. Eu não compreendo, porque para onde nós vamos, nós levamos a nossa formação profissional e eu sou médico cirurgião. Às vezes dá certo. Juscelino era. Mas atentai bem, professor. Como é que a gente pode estar lá na CAE e na Educação. Deveria ter um estudo dos Presidentes da Comissão para ter um horário compatível.

Então, fica essa falta de concentração que é fundamental para um trabalho. Então o horário de V.Ex^a coincide com o mesmo horário da CAE. E agorinha eu estava correndo e me tropecei com o Garibaldi, porque também ele é da Educação e da CAE. A gente fica correndo. Vemos um horário que compatibilize que nós não temos esse dom de ambigüidade. Mas então vamos ler aqui o Relatório. O autor é o professor Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a Presidência ao Senador Gilvam durante a discussão. Eu só gostaria de pedir ao Senador Mão Santa, antes, se fosse possível fazer mais conciso o Parecer, porque tem muitos Senadores que precisam sair. Só isso.

[troca de presidência]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é. O mais conciso é o seguinte. Olha, na história do Brasil, nós tivemos aqui no Senado os educadores Calmon, João Calmon, Senador, o Pedro Calmon também que era, o Darcy Ribeiro e o Cristovam Buarque.

Então, esse é o mais... Esse é a origem, a [inaudível] é de Cristovam Buarque. Nada melhor. E terminaria aqui com o livro de Deus que a árvore boa dá bons frutos.

Então, evidentemente o meu voto pela origem, pela história, pela dedicação e pela esperança que o Brasil tem na inspiração que V.Ex^a continue à luz da educação, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 04/2006, acolhida as Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Em discussão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vou pedir vistas ao Projeto. Para melhor discussão posterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): V.Ex^a pediu vistas, será concedido. V.Ex^a dispõe de cinco dias para avaliação do Projeto e o retorno. Dando prosseguimento à pauta, nós vamos agora...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu queria...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço desculpas aos Senadores que eu pedi que ficassem aqui eu não sabia que ia ter um pedido de vista. Peço mil desculpas. Atrapalhei a vida dos Senadores com isso.

Bem, só tinha, para concluir, a voto de aplausos que foi colocado pelo Senador Azeredo. Eu quero dizer que esse Projeto, o Poupança Jovem, é algo mais importante para a educação de que a Bolsa Escola. E eu fico orgulhoso porque eu criei os dois. Que a Bolsa Escola paga um dinheiro por mês para que a criança não falte à aula. Mas Senador Mão Santa, esse Projeto Poupança Escola, dá um dinheiro se o menino for promovido de um para o outro e se matricular no seguinte. Mas esse dinheiro não vai para o bolso dele se ele não terminar o ensino médio.

Então, é uma poupança que serve de incentivo para o aluno estudar, serve de incentivo quando ele terminar o ensino médio e ter algum dinheiro reservado. Eu parabeno o Senador Aécio Neves pessoalmente. Governador, se for aprovado aqui eu mandarei com muito prazer um documento em nome da Comissão. Senador Flávio Arns, depois o Senador Mão Santa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também já tinha escutado pelos meios de comunicação no dia de ontem a iniciativa do Governador Aécio Neves e agora o Senador Eduardo Azeredo traz formalmente ao conhecimento desta Comissão, e eu quero dizer que inclusive da minha parte, eu acho que esta Comissão deveria se debruçar sobre a aplicação desse Projeto. Ver os resultados, ver as dificuldades, as coisas positivas... Porque realmente, o ensino médio, quando a gente pensa já no jovem, no adolescente, a forma como foi constituída a iniciativa me parece assim muito interessante, que dá a responsabilidade para o jovem, ele sabe que ele pode participar, que ele vai ter o recurso, que ele tem que dar as contrapartidas também. Quer dizer, não pode ser reprovado, não pode se envolver em crime... Tem que completar o ensino médio. E sabendo inclusive, escutando alguns jovens falando, ele

diz: Não, se eu fizer isso, até vou ter algum dinheiro ao final para talvez continuar, começar uma faculdade agora com o PROUNI, e tudo. Acho que isso pode, na verdade, ser muito interessante para o Brasil. É uma responsabilidade que se coloca em cima do estudante com contrapartida em que ele pode se empolgar, se animar também com esta possibilidade e mudarmos a realidade do Brasil.

Então, eu inclusive sugiro, Sr. Presidente, diante da iniciativa, que inclusive V.Ex^a já vem abordando esse assunto aqui e que já foi objeto de análise, mas como já foi implantado, que nós possamos inclusive acompanhar os resultados e através de uma iniciativa dessas que outros Estados possam eventualmente aprimorar a iniciativa, duplicar, replicar as iniciativas e fazer com que o ensino médio possa ser valorizado. Mas pela originalidade, pela iniciativa, pelo esforço, pela visão de importância do ensino médio sou favorável ao voto de aplauso e também da nossa intenção de acompanharmos de perto o desdobramento do que começou a ser aplicado no Estado de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Cristovam, eu pediria permissão para lembrar quem pediu vista para ler o conteúdo do meu Parecer. Do Relatório, da análise de voto. São... Da página 22 à página 30. Oito páginas em que eu faço uma análise do trabalho de V.Ex^a. E a rapidez, se V.Ex^a pediu que eu manifestasse eu quero justificar. Eu acredito muito no saber.

Então, pra mim o melhor filósofo moderno é um americano Ralf Waldo Emerson--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa, como o Senador Botelho pediu vista, eu consulto ao Senador Botelho se ele permitiria que o Senador Mão Santa leia todo o Parecer e se os outros Senadores estão dispostos a ouvir. Porque não haverá votação depois.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, Ralf Emerson diz o seguinte: Toda pessoa que o encontro é superior a mim em determinado assunto. E nesse particular, eu procuro aprender. E seguir, acrescento eu.

Então, V.Ex^a nos supera. E eu digo isso com todo o encantamento quando V.Ex^a na última Sessão do Plenário disse a seguinte frase: O futuro do País é a cara da escola de hoje.

Então, concluindo, porque eu fui tão breve, mas tem aqui. Se não se importarem eu vou ler aqui a análise. Ou então eu pediria que quem pediu vistas se deter. Tanto é verdade o apreço de V.Ex^a em Deus que eu queria ler aqui Napoleão uma biografia ao Senador amigo Mão Santa que sabe gostar de livros e grandes

personagens. V.Ex^a é uma dessas grandes personagens que eu admiro.

Então, eu pediria ao Augusto Botelho ler e refletir e aprovasse conosco o Projeto de Lei que é uma dos melhores passos dados para a educação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Mão Santa, V.Ex^a sabe que eu sou médico como V.Ex^a e sou inteiramente favorável a esse Projeto. Só que a Assessoria do partido achou que eu deveria analisar mais um pouco a discussão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Assessoria de quê?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Do partido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual partido, Senador?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Do PT.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para ficar explícito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E estudar melhor. Porque, por exemplo, onde é que vai ser feito o tratamento dentário? Dentro da escola ou fora da escola? Essa verba do tratamento dentário vai ser entrada no FUNDEB ou vai ser fora do FUNDEB? Algumas coisas que tem que ser deixada bem clara, analisada pra gente encaminhar, para elaborar o Projeto. Eu sou favorável ao Projeto. Fiquem tranqüilos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, me desculpe. Se é dentro ou fora da escola, depois em qual sala vai ser. De onde vêm os recursos... Isso tem outras Comissões que analisam, Senador. Além disso, é o orçamento que vai analisar isso. Não é a Comissão de Educação que analisa isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Esse dinheiro vai ser descontado do FUNDEB ou esse dinheiro vai ser dinheiro de outro--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é a Comissão de Educação que discute isso. Até porque pode vir de qualquer lugar do orçamento. Pode vir até do PAC que o Governo está propondo se realmente ele levar a sério.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, Senador. Mas esse é um Projeto que nós esperamos que fique perpetuamente. Não vai depender de PAC ou de qualquer coisa, não. Tem que sair daqui para assistência ser implantada e quando nós morrermos está sendo continuada essa assistência médica odontológica para os alunos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor pediu vistas, e eu saí inclusive da Presidência para não intervir. Então não vou

querer fazer a discussão agora. Mas sinceramente, não é essa a razão, não. O senhor sabe disso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Foi a razão que me passaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora Marisa tinha pedido antes.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, Senadores presentes, eu queria falar por duas razões. Primeiro, sobre o pedido de vistas. Com todo respeito que tenhamos ao Senador, e o direito que ele tem de pedir vistas, mas eu acredito que para quem trabalha com educação, tudo aquilo que vier para melhorar a qualidade da educação das nossas crianças, e essa tem sido a nossa luta, pelo menos é a minha luta há 40 anos, a gente não pode admitir que por questões menores, ou seja, outras questões, não sei nem quais, a gente, por exemplo, possa achar que criar mecanismo de articulação entre a educação superior e a educação básica que é algo fundamental para que a gente possa ter uma educação de melhor qualidade, com professores mais qualificados, São Paulo está criando agora um centro enorme fazendo essa articulação, o que para nós deve ser uma [inaudível] de excelência, dizer aos nossos alunos que eles precisam ter uma saúde melhor, garantir a eles uma saúde melhor. A gente, quando a gente não pode garantir às nossas crianças, aos nossos jovens que eles tenham uma saúde melhor, quem pode ser contra isso? Quem pode ser contra ainda assegurar uma oferta regular de educação escolar. A avaliação de rendimento. Não há como a gente ser contra. São pilares de uma educação cidadã. Eu não vejo como a gente pode ser contra um Projeto como esse. Mas também eu quero deixar aqui, como é um pedido de vista, nós vamos voltar a discutir esse assunto, e eu tenho certeza que na discussão desse assunto nós vamos ter mais argumentos, todos nós para garantir que a educação seja vista com seriedade nesse País. Tão sério que tem que ser vista a educação, que o próprio Ministro da Educação, e estava lendo um observatório de educação, cultura e esporte no nosso boletim, quando o Ministro diz que vai criar indicadores de qualidade educacional para que o dinheiro seja repassado. Mas é isso que nós estamos falando. É a garantia da educação como prioridade e principalmente a qualidade da educação. Se o Governo pensa seriamente, e se o Governo está falando a verdade, não vejo como o partido que dá sustentação ao Governo pedir vistas a um Projeto, que melhore a educação com todo respeito que tenho às idéias que cada Senador possa ter.

E dizer que eu fico muito feliz quando eu vejo que também a qualidade da educação está centrada no

Projeto que o Governador Aécio lançou ontem. Quer dizer, apoiar financeiramente os jovens para que eles possam ter essa autonomia financeira. Mas vincular esse trabalho e esse recurso vincular à melhoria da educação, a sua permanência na escola, a sua... A garantia que ele vai progredir de ano. Tudo isso nos leva a crer que nós estamos fechando um cerco a favor da qualidade da educação no País. Isso tem que ser a grande bandeira nossa, e tudo aquilo que vier para garantir essa qualidade tem que ser objeto da nossa mais ampla e irrestrita solidariedade e apoio. São essas as minhas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem de inscrição, o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Cristovam Buarque, a minha intervenção é no sentido de fazer um apelo ao nobre Senador Augusto Botelho, para que ele possa renunciar ao seu pedido de vista para que possamos votar o Projeto de V.Exª, que como já foi muito bem colocado pela Senadora Marisa Serrano, que é da maior importância para um Governo que pretende lançar um PAC da educação, que não sabemos o que vai ser sem discussão com a sociedade, sem discussão com os Governadores, sem ouvir talvez a pessoa com maior conhecimento da matéria no Senado Federal, que é V.Exª que preside a Comissão de Educação e ex-Ministro de Educação.

Então, o Governo que se pretende fora da oratória apoiar a educação não pode ser contrário a um Projeto dessa envergadura.

Então, nós temos sim que aprovar. O Projeto vai a Plenário. Se houver necessidade de ser feito correções ou Emendas poderá ser feito no Plenário não podemos retardar a aprovação dele. Então eu peço ao Senador Augusto Botelho que ele possa retirar o seu pedido de vista, de tal forma que a gente aprove o seu Projeto e também em seguida a gente possa aprovar o Projeto de minha autoria que trata de um dos assuntos que V.Sª trata que é a necessidade do atendimento médico odontológico aos alunos do ensino fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu gostaria de prestar só um esclarecimento. Que o seu Projeto não trata apenas de assistência médica odontológica, como é o caso do Flexa. O seu Projeto tem itens como, por exemplo, aplicação de um percentual pela universidade na oferta de curso de graduação e pós-graduação, que habilite a pessoa e profissionais de educação básica. Isso é uma coisa ótima. Mas merece um pouco mais de discussão. A penalização de gestores pela irresponsabilidade como

oferta de educação. Previsão de licença periódica para profissionais de escolas públicas, e outros itens que são necessários ao desenvolvimento da educação. E também esse Projeto é terminativo nessa Comissão aqui. Então nós temos que discutir mais um pouco. É mais sete dias que estou pedindo para discutir. E sabem que eu sou favorável a todos esses itens. Só que o Governo pede que se discuta mais um pouco. Se análise mais um pouco. E creio que é isso. Não estamos discutindo só de atendimento médico odontológico para estudantes, não. Existem outros fatores incluídos no Projeto.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já li o seu Parecer, Senador Mão Santa. Exato. Li todo. Eu li o resumo do seu Parecer. E sou favorável a ele. Porém, acho que tem que haver uma discussão um pouco mais... E uma semana só de discussão não vai... E o Senador Flexa já sabe que o meu Parecer é favorável ao Projeto dele na próxima semana.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, se V.Ex^a permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria que então fosse pautado para a reunião próxima o Projeto de nossa autoria agora, que eu tenho a honra que V.Ex^a vai subscrever junto comigo o Projeto que trata do atendimento médico odontológico aos alunos... Obrigatório aos alunos do ensino fundamental brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, a minha Assessoria falou que é difícil fazer essa em conjunto. Eu me proponho a outra coisa. Colocar o seu na frente do meu. E aí o Senador Botelho vai ter um mês, quanto ele quiser para analisar até que o Governo aceite, já que ficou claro na pronúncia do Senador Botelho que foi o Governo que pediu. O senhor falou.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Assessoria do partido que me deu. O partido, o PT é o pedido do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então deixa o Governo ter o tempo que ele quiser, e eu acho que com isso a gente aprova antes um projeto nítido e simples que é o de tratamento que é límpido. Eu vou colocar o seu na frente do meu.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Botelho cinco dias. Nós temos que obedecer a lei aqui, o regimento. Cinco dias eu estarei aqui de volta para defender o Projeto de V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só gostaria de antecipar do nobre Senador Augusto Botelho e do Senador Flávio Arns, que são méritos membros na base do Governo do Partido dos Trabalhadores, se há alguma objeção do Governo com relação ao Projeto que trata única e exclusivamente da obrigatoriedade da assistência médica e odontológica aos alunos do ensino fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que lhe alerto que ele vai querer saber se é dentro ou fora da escola. O seu Projeto diz isso? Senão vai pedir vistas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então vamos esclarecer. É dentro da escola. Pode ser fora, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sei como é fora. Se é um Projeto para ter atendimento médico na escola, não vai ser fora da escola.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então tem alguma objeção do Governo? Deste Governo se... Que diz que é do Governo dos pobres?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flexa, o meu Parecer em relação ao seu Projeto de assistência médica odontológica aos alunos do ensino fundamental é favorável. O do Governo eu não sei. Do Governo eu não posso lhe dizer. Mas o meu é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu me sinto constrangido de estar debatendo algo em função de um Projeto meu porque eu não passei a Presidência nesse momento ao Senador Gilvam. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Cristovam, todo bem que a gente faz é acompanhado de outro bem. Então V.Ex^a me deu esse livro aqui da bibliografia política de Napoleão. Steven Englund. É o primeiro norte-americano que descreve a vida de Napoleão. Mas ele diz aqui, Augusto Botelho e Flávio Arns, então, lá no Napoleão, o cônsul, o imperador, ele nunca fechou o Senador, não. Mas sabe como ele era conhecido lá? O "Senado consentidor", ou para o povo era "Senado lambe botas". Quer dizer, a história se repete. Nós temos que sair daqui com a liberdade, com leis. No tempo lá do Napoleão Bonaparte, tinha Senado. Mas ele era conhecido como "Senado consentidor". O povo vulgarmente chamava "Senado lambe botas".

Então, que nós fuçamos no futuro a história nos retratar como um amém ao Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Flávio Arns pediu a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, Sr. Presidente, só gostaria de enfatizar que o Senador Augusto Botelho já pediu vistas. Eu até diria que já é um assunto ultrapassado, mas destacando a importância do Projeto de Lei. Eu acho que isto não resta dúvidas em... Não restou dúvidas em nenhum momento no debate. Inclusive o Senador Mão Santa apresenta uma série de Emendas ao Projeto tendo por objetivo tornar ainda a redação ou alguma idéia ainda mais clara. Eu acho que é interessante a gente esperar até semana que vem, são cinco sessões, não há necessidade eu acho deste prazo mais elástico, maior, porque assim todos olham as Emendas, olham o texto, e todos os aspectos do Projeto são fundamentais. Inclusive o aspecto do atendimento médico odontológico, se dentro da escola ou fora da escola. Acho que aí até haveria dúvidas. Mas isso é um debate que vai ser feito também para acharmos o melhor encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h28.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia treze de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Mão Santa, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Neuto De Conto, Demóstenes Torres, Romeu Tuma e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública da Senhora Iguatemy Lucena, Coordenadora Geral de Relações Acadêmicas de Graduação da Secretaria de Educação Superior

do Ministério da Educação-MEC; Senhor Eduardo de Oliveira Collinetti, Membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Estágios – ABRES; Senhor Mauro de Oliveira, Gerente de Comunicação da Associação Brasileira de Estágios – ABRES; Senhor Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE; Senhor Mércio Felsky, Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE; Senhor Gilberto Aquino Benetti, Gerente Executivo de Educação Empresarial do Instituto Euvaldo Lodi - IEL; Senhor Moisés do Espírito Santo Júnior, Gerente de Assuntos Institucionais e Corporativos do Centor de Integração Empresa-Escola - CIEE; Senhor José Thadeu Mascarenhas Menck, Gerente Executivo do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE Nacional. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 42-CE, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Ex-Senador Juvêncio da Fonseca, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 473 de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que “Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências”. São convidados como expositores os Senhores José Pastore, Consultor da Confederação Nacional da Indústria - CNI; a Senhora Ivone Maira Elias Moreyra, Diretora do Projeto Escola de Fábrica do Ministério da Educação - MEC; o Senhor Antônio Almerico Biondi Lima, Diretor de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Senhor Carlos Henrique Mencaci, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Estágios - ABRES e Senhor Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE. O Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual da Comissão passa a Presidência ao Senhor Senador Flávio Arns, para dar continuidade dos trabalhos, uma vez que necessita ausentar-se em virtude de compromissos oficiais. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Paulo Duque, Romeu Tuma, Mão Santa e Marco Maciel, relator do Projeto. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, dá conhecimento à Comissão de Educação do comu-

nicado de autoria do Senhor Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Cristovam Buarque, da composição da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social para o biênio 2007/2008 comunicado: “De acordo com o que preceitua o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, indico os nomes dos(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Senadores(as) para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal: - **Bloco da Minoria: Titulares:** Demóstenes Torres (PFL/GO), Romeu Tuma (PFL/SP), Rosalba Ciarlini (PFL/RN), Marisa Serrano (PSDB/MS) e Marconi Perillo (PSDB/GO). **Suplentes:** Maria do Carmo Alves (PFL/SE), Marco Maciel (PFL/PE), Raimundo Colombo (PFL/SC), Eduardo Azeredo (PSDB/MG) e Flexa Ribeiro (PSDB/PA); - **PMDB: Titulares:** Geraldo Mesquita (PMDB/AC), Valter Pereira (PMDB/MS) e Paulo Duque (PMDB/RJ). **Suplente:** Valdir Raupp (PMDB/RO); - **Bloco de Apoio ao Governo: Titulares:** Paulo Paim (PT/RS); Flávio Arns (PT/PR) e Sérgio Zambiasi (PTB/RS). **Suplente:** Francisco Dornelles (PP/RJ); e - **PDT: Suplente:** Cristovam Buarque (PDT/DF)”. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação

NOTA TAQUIGRÁFICA

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento aprovado de autoria do Senador Cristovam Buarque e do ex-Senador Juvêncio da Fonseca, para realização dessa Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 473/2003 de autoria do Senador Osmar Dias que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades da educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.

Dando início a audiência, a esta Audiência Pública, solicito ao Senador Flávio Arns que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Bem, estamos dando início aos trabalhos dessa Audiência Pública que visa instruir o Projeto de Lei do Senado 473/2003, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e da educação especial e dá outras providências.

Autor do Requerimento Senador Cristovam Buarque que não está presente por viagem, coincidindo o dia de hoje com uma viagem previamente agendada e do ex-Senador Juvêncio da Fonseca. O Relator Senador Marco Maciel está presente aqui, esse é um tema realmente muito sensível, mexe com expectativas, com sonhos de muitos futuros profissionais que em suas áreas têm no estágio a porta de entrada, a porta de ingresso para muitas de suas atividades. E são muitos os temas. Muitos os temas realmente que envolvem a questão do estágio. Tanto que entrei no meu trabalho como Parlamentar e me encontrei ali com uma PEC que eu apresentei, Pastore, envolvendo uma questão que foi provocada por um cidadão que acompanha os trabalhos do Congresso Nacional e questionou uma situação pessoal. Ele, que estagiou durante um ou dois anos na CAIXA ECONÔMICA, na extinta CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL do Rio Grande do Sul, não pôde contar o seu tempo de estágio como tempo de serviço e sentiu-se prejudicado em função exatamente dessa questão. E levantou um tema de debate.

Veja como os estágios são importantes, como podem evoluir muito ou como nós podemos facilitar o processo de estágio. Eu não sei... Por isso a importância do debate. Eu acho que hoje, Marco Maciel, nós vamos enriquecer muito aqui porque temos como convidados o Dr. José Pastore, Consultor da Confederação Nacional da Indústria, Drª. Ivone Maira Elias Moreyra, Diretora do Projeto Escola de Fábricas do Ministério da Educação, Dr. Antônio Biondi Lima, Diretor de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Carlos Henrique Mencaci, Diretor Presidente da As-

sociação Brasileira de Estágios, Dr. Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do Centro de Integração Empresa Escola.

E passo imediatamente a palavra, pelo tempo de 10 minutos, ao Dr. José Pastore, que aqui representa como Consultor a Confederação Nacional da Indústria. Com a palavra o Dr. José Pastore.

SR. JOSÉ PASTORE: Obrigado, Presidente. É um prazer estar aqui nessa Comissão e ser convidado pelos Srs. Senadores a debater essa questão do estágio. Eu preparei alguns dados sobre a situação do jovem na escola e no trabalho no Brasil. Para onde é que está indo o jovem, quais são os problemas que ele encontra e o que se pode fazer com essa alternativa do estágio. Os dados estão todos aqui num power point, e eu acho que depois eles poderão ser distribuídos a todos os senhores, e eles cobrem uma área muito grande, mas eu não vou concentrar em todos os temas. Vou apenas pinçar alguns deles para que nós tenhamos um pano de fundo para a discussão desse tema tão importante no Brasil.

Então, em primeiro lugar, Elizabeth, você poderia colocar aí a... Podia passar já o próximo?

Quais são os grandes problemas do mundo do trabalho no Brasil? Nós temos em primeiro lugar o desemprego de 10%, que foi a taxa média do ano passado. Temos uma informalidade que chega perto de 60%. É um problema muito sério isso, que afeta o próprio emprego. E temos uma quantidade de conflitos na área trabalhista imensa. Dois milhões e meio de conflitos. Isso não reduz. Esses são os grandes problemas da área do emprego no Brasil. Quais são os determinantes da fraca oferta de emprego no Brasil? São fatores muito conhecidos. Em primeiro lugar, o crescimento econômico anêmico, em segundo lugar a educação de má qualidade, terceiro lugar uma Legislação atrasada. Sobre desenvolvimento econômico nós vemos os dados do Brasil comparados com os demais que fazem parte dos Brics. Enquanto que o Brasil no ano passado cresceu 2,9%, a Rússia cresceu 6,7, a Índia 8,2 da China 10,7%. Na última linha aí tem a carga tributária desse País. Enquanto que o Brasil tem 38% de carga tributária, a Rússia tem 31, a Índia 17 e a China 16. Então esse é o primeiro constrangimento para a geração de emprego. O segundo constrangimento diz respeito àquilo que a Legislação exige para contratar formalmente no mercado de trabalho. Então para contratar um funcionário no mercado de trabalho a Legislação brasileira ela impõe uma despesa que chega a 102,76% do salário. Ou seja, contratar um funcionário por mil reais, a empresa precisa se preparar para mais de dois mil reais. É isso que custa a contratação

legal. Isso também desestimula muitas contratações no mercado de trabalho.

Um outro ponto que é importante, diz respeito às despesas para demitir um funcionário. Um funcionário que ganha mil reais por mês, na hora da dispensa, se ele tiver um ano de firma, a empresa vai gastar na dispensa mil, seiscentos e treze reais. Quer dizer, 1,6 salários que ele ganha. E se ela for pagar o aviso prévio em dinheiro, ela vai gastar dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais. Se ela despedir 60 dias antes da data base, ela vai gastar três mil, oitocentos e noventa e quatro reais.

Então, os microempresários principalmente e os pequenos empresários, o maior pavor que eles têm no momento é não poder despedir o empregado porque não tem recursos. E se ele ganhar mil reais e ficar três anos na empresa, a despesa será quatro mil, oitocentos e trinta e nove, seis mil duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte. Isso para um funcionário que ganha mil reais. Muito bem.

Vamos ver a situação do trabalho dos jovens agora. A participação dos jovens no mercado de trabalho ela tem sido mais ou menos em torno de 25% da PEA que está mostrado ali. Agora em termos de desempregados, quando nós consideramos a faixa de 16 a 24 anos, nós vamos verificar que 45% de todos os desempregados caem nessa faixa. Ou seja, o jovem são violentamente atingidos pelo desemprego. A taxa de desemprego dos jovens é mais do dobro da taxa de desemprego médio. Os PNADs que analisam as faixas de 15 a 24 anos mostraram o seguinte: Que entre 1995 e 2005 o desemprego dos jovens dobrou. Quer dizer, para ele chegar a 45% ele dobrou. Apenas 10,4% das vagas foram ocupadas por jovens nesse período. Quer dizer, o País está gerando pouca vaga para jovens. Agora, ele gera vagas suficientes para contratar mais jovens. Por que é que ele contrata tão poucos jovens? Essa taxa, portanto, cresceu de 11,4, que era o desemprego médio em 95, dos jovens, para 19,4, praticamente quase dobrou. Enquanto que a taxa geral de desemprego passou de 6,1 para 9,3.

Bom, a combinação de estabilização da moeda com globalização passou a fazer com que as empresas tenham uma exigência muito forte e crescente para contratar um jovem.

Então, a taxa de desemprego hoje está em 45% nessa faixa aí, ela é ainda maior se nós considerarmos a faixa de 16 a 17, os jovens eles buscam emprego com muito empenho no Brasil, o desemprego está atingindo até os mais educados, não é mais problema apenas daqueles que tem pouca educação, e há muitas barreiras, principalmente do lado das empresas e da falta de experiência e dos custos de contratação. Aqui al-

guns números de desemprego metropolitano de jovens. Salvador, por exemplo, tem 41,4% de desemprego de jovens. É um número muito alto. Agora, por que é que os mais educados estão ficando desempregados no Brasil? Isso tem muito a ver com a dinâmica da empresa. Quando a economia esfria, a empresa pára de contratar. Esse congelamento das admissões, atingem quem? Atinge principalmente os jovens porque eles têm menos experiência. É uma questão importante na discussão do estágio de ver se o estágio pode suprir essa experiência. Persistindo a recessão, a empresa começa a despedir, e o primeiro é o jovem. Por quê? Porque ele tem menos experiência. E quando começa a esquentar a economia, a empresa busca trabalhadores mais experientes, e não os jovens porque tem menos experiências. Agora, se a atividade persiste, forte, o boom, realmente se transforma num boom, então a empresa busca os mais educados. Aqui sim, se a oferta for ampla vocês, só nessas condições que vão começar a recrutar os mais educados.

A conciliação entre o trabalho e a escola ela varia muito de acordo com a renda Familiar. Nas camadas de renda baixa, predominam os jovens que só trabalham, e nas de renda alta predominam os jovens que só estudam. E na de renda média há jovens que estudam e trabalham. A alta e média renda, a maioria dos que trabalham possuem ensino médio completo. Ou seja, já é uma proxe(F) da experiência, uma proxe(F) da competência. E na baixa renda, a maioria dos que trabalham possuem fundamental incompleto. Daí o quadro que nós começamos entender porque é difícil entrar no mercado de trabalho.

Há muitos Países que têm medidas compensatórias para esse quadro, para essa situação. Quais são as medidas compensatórias? Muitos Países possuem o contrato de formação. O que é que é o contrato de formação? A empresa pode contratar um jovem que não tem experiência pagando piso salarial da profissão dele, mas não pagando nenhum encargo social, a não ser a Previdência Social.

Então, uma PETROBRÁS, por exemplo, ela pode contratar um recém-saído, poderia contratar um recém-saído de uma escola de engenharia, pagando o piso de engenheiro, mas sem nenhum encargo social por 12 meses, 18 meses, 24 meses para poder estimular a entrada do jovem. Isso seria uma grande escola para o jovem e é um benefício muito bom para a empresa porque ela vai procurando selecionar bons talentos. Outra alternativa são as oportunidades de estágio, como essa que nós vamos discutir aqui na manhã de hoje. E, além disso, programas de *trainees* que são variações de vários tipos de treinamento que as empresas proporcionam.

Bom, educação e trabalho, com escola precária e emprego inexistente, o que nós temos hoje no mundo do jovem? Principalmente a frustração dos que se educam bem. Eles se educam bem e não tem trabalho. Enquanto os jovens com diploma universitário que são entregadores de pizza hoje no Brasil? Muitos. É um problema sério essa frustração. A decepção é dupla para aqueles que se educam mal porque além deles se educarem mal eles não vão ter mais dificuldade ainda para arranjar emprego. E é uma angústia muito grande dos pais que vêem os jovens procurando emprego há mais de ano, dormem até às 11h da manhã, não conseguem arranjar emprego e persiste essa situação. E verifica que só arranja emprego quem aceita e quem trabalha e quem aceita trabalhar em nível mais baixo. Ou seja, um estudante que se formou em universidade tem que arranjar um emprego de nível médio para poder trabalhar.

As empresas de setor público aproveitam que a educação melhorou um pouco nos últimos anos, mais diplomados, mas os empregos não acompanharam essa evolução. Não se gerou emprego suficiente.

Então, se gerou mais diploma do que emprego.

Então, em vista disso, nessa falta de perspectiva profissional das pessoas, as empresas aproveitam disso porque acabam recrutando pessoas de maior educação para vagas que exigem menor informação e menor capacitação.

A educação é empregabilidade. As pesquisas mostram que cada ano de estudo aumenta a empregabilidade em 15%. Ele tem uma chance maior de se empregar. E cada ano de estudo aumenta o salário em 11%.

Anos de escola e renda mensal, nós verificamos que quem tem até quatro anos de escola tem um salário mensal de trezentos e cinquenta e nove reais, oito anos, trezentos e oitenta e cinco, segundo grau quinhentos e sessenta e três e aí superior já dá um salto fantástico, mil, novecentos e sete. Pós-graduação três, quatrocentos e sete.

Educação conta. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente. Nas regiões metropolitanas, para terem uma idéia, em 2004, 98% das vagas foram preenchidas por quem tinha 11 anos de escola ou mais. 98% das vagas. 11 anos de escola ou mais. É um mercado crescentemente exigente.

Vamos passar esse aqui que não é... Esse também podemos passar. Aqui também. A respeito de qualidade da educação. Todos acompanham os resultados que o SAEB apresenta, um teste feito pelo Ministério da Educação, e neste ano aqui de 2006 foram publicados os dados de 1995 a 2005 e verifica-se que a situação de qualidade piorou.

Então, por exemplo, quarto ano do ensino fundamental. Enquanto que em português os alunos tiveram em 188 em 95, o que já não era muito, porque a escala varia de zero a quinhentos, em 2005 baixou para 172 pontos. Matemática que tinha 190 pontos baixou para 182 pontos. Isso vai acontecer em várias outras áreas.

Os resultados do ENEM, também, onde a escala varia de zero a cem, a média no Brasil foi de 36,9. Nas escolas privadas 50,6 que é muito pouco, e nas escolas públicas, 34,9. Participaram da prova dois milhões e oitocentos mil alunos.

O ambiente do estágio: Se nós formos verificar essa conciliação entre escola e trabalho, vamos verificar que entre os homens jovens, entre 15 e 17 anos, 26% estudam e trabalham. Entre 18 e 19, 25% estudam e trabalham, e de 20 a 24, 18% trabalham. E 15 a 24, 21% trabalham. [soa a campanha] Nas mulheres vai dar 15, 17, 13, 15, o que também são percentuais de pessoas que trabalham. Isso aqui são pessoas que estão com uma situação formal de trabalho e não de estágio.

Podemos passar adiante. A busca do trabalho é muito grande entre os jovens. Os jovens eles buscam trabalho com muito empenho, apesar de terem uma taxa de desemprego muito grande eles não desistem de buscar trabalho.

Quais são os requisitos da externalidade do trabalho moderno? Hoje as empresas exigem que os alunos, que os candidatos, que os estagiários eles tenham alguns elementos cognitivos bem firmados, que tenham bom senso, que tenham lógica de raciocínio, que transformem informação em conhecimentos, que trabalhem em grupo, que tenham boa comunicação e que domine línguas. Esse é uma exigência básica do trabalho moderno. [soa a campanha] Já vou terminar.

Os elementos atitudinais dizem respeito ao seguinte: A empresa hoje não quer apenas conhecimento, mas ela quer atitudes favoráveis ao trabalho. Ou seja, ela quer confiança, ela quer pontualidade, ela quer organização, disciplina, zelo, amor pelo trabalho, vontade de aprender, vírus da curiosidade, e obsessão para aprender continuamente. Veja, a gente podia chamar esses elementos atitudinais dos códigos do trabalho. Que são as normas do ambiente do trabalho. Acredito eu que o estágio ele proporciona para o jovem não só um avanço no primeiro bloco, que são aprendizagens de conhecimentos da sua profissão, como principalmente condutas, hábitos que dizem respeito aos códigos do trabalho. Isso é muito importante. Nós temos pesquisas que mostram que, por exemplo, os estagiários eles passam a ter uma melhor disciplina na escola, porque aprendem novas condutas. [soa a

campanha], eles conseguem pagar os seus estudos com mais condições, eles vêm com certo realismo o exercício da cidadania, eles procuram avaliar propostas que são apresentadas pelos candidatos, procurar avaliar como os candidatos vão fazer para chegar às suas propostas.

Mais um minutinho, Presidente? Mais uma... Mais um minutinho só. Do lado da empresa. O lado da empresa existe uma revolução tecnológica em marcha que busca mais e mais eficiência, onde as mudanças são muito velozes. Hoje no trabalho moderno não precisa ser adestrado, é preciso ser educado. E a educação exige aprendizagem contínua que vai dar a busca da eficiência e também a possibilidade de participação. Quais são as estratégias que as empresas usam para melhorar o quadro do seu pessoal? Cursos próprios, cursos avulsos, seminários de várias naturezas e sistema dual e o sistema do estágio. O que a empresa ensina a estagiário? A empresa ensina o que está acontecendo na revolução... No próximo. O que a empresa ensina em termos de tecnologia e em termos de conduta? E a empresa vai mostrar que existe um ziguezague contínuo entre empresa e escola. Hoje em dia já passou o tempo em que a pessoa se formava e nunca mais ia estudar, ia trabalhar. Hoje de uma maneira muito geral ela vai para o trabalho, volta para escola, vai para o trabalho e volta para escola. É um treinamento permanente. Muitas empresas hoje elas parecem muito mais com escola do que propriamente com uma fábrica.

Os investimentos privados, hoje nesse campo, crescem muito. E nós vemos então investimentos privados e em bens públicos, como é o caso da educação. As empresas investem em potencialidades porque elas precisam de eficiência. E há muitas áreas que são áreas da zona cinzenta que tenho certeza que todos aqui vão discutir muito isso. Quando ele está num ambiente de trabalho onde ele é estagiário, o que é que é ensino e o que é que é trabalho? Não é fácil distinguir essas atividades, o que é ensino e o que é trabalho. E nem é fácil fazer uma análise conceitual do que é que é ensino e do que é que é trabalho. Há uma interpenetração muito grande de ensino e trabalho. O que a empresa ensina? A empresa ensina conhecimentos das profissões, condutas e atitudes para o trabalho, que é muito importante para o jovem, demanda uma boa educação e ajuda os pais até nessa demanda da boa educação, porque os pais, infelizmente no Brasil, apenas 7% tem curso superior e podem demandar da escola um bom ensino. A maioria dos pais acha que a escola brasileira é ótima. Está indo tudo muito bem. Os testes mostram que a qualidade é cadente, mas os pais acham que a escola está muito boa. Esses são

resultados de pesquisa feito junto com os pais. Por quê? Porque eles não têm condições de demandar. E a demanda é fundamental. Muitas empresas já estão se envolvendo com o ensino, principalmente colaborando com a gestão da escola. Esse é um dos pontos cruciais para a melhoria da qualidade do ensino, fazer a escola ter uma boa gestão. Não basta que a escola ensine, é preciso que o aluno aprenda, e vai uma diferença muito grande aqui. E outras se envolvem com treinamentos rápidos.

Finalmente... Esse é o último. Em que é que a empresa pode ajudar o jovem? A empresa pode ajudar o jovem sendo um elemento da demanda por qualidade nas escolas, junto às escolas, nas comunidades. Ela pode ajudar as escolas em troca de boa gestão. Elas podem até colaborar com investimentos na escola exigindo, demandando boa gestão. Não basta ensinar, é preciso aprender. Abrir as portas para os professores é uma outra contribuição que a escola pode... Que a empresa pode dar principalmente nesses programas de estágio. A maioria dos professores de educação se forma nas piores faculdades. Esse é um problema sério no Brasil. É interessante notar que na China todos os cursos superiores são pagos, exceto de pedagogia que esse é gratuito, porque é importante enfatizar os cursos de pedagogia como uma educação de boa qualidade.

Finalmente, quais são os atributos pessoais que as empresas buscam? Aí tem os atributos buscados pela indústria, agroindústria, Bancos e comércio. Eu vou falar apenas na indústria. Que ele tem um curso técnico. 62%. Mas que ele tenha experiência de trabalho. 90%. Está aqui o grande entrave do jovem hoje é a falta de experiência. O estágio pode, no meu entender, suprir essa deficiência. Comando de línguas, 40% informática, 75%, iniciativa própria 90%, que diz respeito aos códigos de trabalho, liderança 89, trabalhar em grupo 88%.

Finalmente, se alguém tiver mais interesse nos dados aqui apresentados eles foram extraídos dessas fontes que estão listadas aí.

Muito obrigado, Presidente. Estou à disposição para perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Pastore. Eu quero registrar que obviamente o tema desta Audiência Pública ele é de interesse de, com certeza, milhões de jovens em todo o Brasil. E por sua importância, mesmo concorrendo no Plenário do Senado com os Ministros falando do PAC, nós procuraremos dar a maior divulgação possível. Tanto que a própria TV Senado está transmitindo enquanto há espaços do Plenário e posteriormente o programa será reproduzido. Me informam integralmente,

em horário especial no próprio sistema de comunicações do Senado, rádio e televisão.

Nós queremos agradecer também aqui as presenças do Dr. Eduardo de Oliveira Collinetti, Conselho oficial da ABRES, Mauro de Oliveira, engenheiro de comunicação da ABRES, Associação Brasileira de Estágios, Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente executivo do CIEE, Mércio Felsky, Presidente do CIEE Santa Catarina, Florianópolis, Dr. Gilberto Aquino Benetti, Gerente Executivo de Educação Empresarial do IEL, e Dr^a. Iguatemi Lucena, Coordenadora-Geral de graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC.

O tempo para cada palestrante previsto é de 10 minutos. Mas é claro que nós não vamos ser rígidos neste tempo. Senador Marco Maciel, o senhor que é Relator da matéria. Até porque o tema é realmente de interesse público. E por essa razão nós vamos saber entender a necessidade de cada palestrante solicitando obviamente que dentro do possível, este tempo seja observado.

Então, o próximo... A próxima palestrante é a Dr^a. Ivone Maira Elias Moreyra, Diretora do Projeto Escola de Fábrica do Ministério da Educação.

SRA. IVONE MAIRA ELIAS MOREYRA: Bom dia, Senador. Eu agradeço em nome do Ministério da Educação, Prof. Fernando o convite ao MEC para estar aqui presente, e queria dizer inicialmente que temos como uma questão muito cara essa discussão do estágio.

Tenho acompanhado e discutido essa questão particularmente no Ministério da Educação desde 2003, quando uma Comissão Mista de três Ministérios sentaram e propuseram uma primeira versão de uma possibilidade de uma redação de uma nova Legislação, e de lá pra cá esse tema vem sempre retornando, mas sem que pudéssemos chegar a uma proposta que pudesse ser apreciada aqui nesta Casa. Então é com muito prazer que a gente discute essa questão.

Eu gostaria de apontar inicialmente algumas questões mais... Aproveitando claro os dados do Prof. José Pastore, que são muito importantes, para a gente pensar essas questões, mas queria em nome do Ministério da Educação apontar cinco grandes... Acho que temas e problemas que temos ao enfrentar essa discussão do estágio.

A primeira delas é que dentro do Ministério da Educação tem avançado consideravelmente a reflexão entre a educação e trabalho, e a importância dessa área que a gente chama... Que o professor chamou de cinzenta e do que é que é uma coisa e o que é outra quando se pensa no ambiente de trabalho, essa é uma consideração que as instituições de educação, tanto pública e privadas, têm tentado amadurecer

como o próprio Ministério da Educação tem trabalhado para clarear um pouco melhor essa relação que para a educação é cara no sentido de não é possível que a educação esteja distante nem desvinculada do mundo do trabalho, até porque a sua função precípua é educação, mas isso não pode estar calcado no ar, naquilo que é etéreo. Pelo contrário.

Então, assim, o olhar para a realidade, o olhar das instituições e do próprio Ministério da Educação para essa relação deixar de ser cinzenta ou pelo menos ser mais clara e ter contornos mais definidos é uma preocupação que o Ministério traz. Essa primeira grande questão que eu penso que precisa ser tratada numa reflexão como essa que diz respeito ao estágio.

A segunda é tão complicada quanto que é o que é educação no ambiente de trabalho? Particularmente nesses últimos dois anos, nós temos feito essa discussão e como Diretora do Programa de Escola de Fábricas a gente tem enfrentado especificamente essa discussão porque estamos fazendo isso. Estamos fazendo educação no ambiente de trabalho. E esse é um tema que o Prof. Almerico que está aqui presente é Diretor do Ministério do Trabalho e Emprego e tem se disposto a refletir junto com o Ministério da Educação como é que se dá essa relação sem que isso crie problemas e fira a Legislação trabalhista hoje no Brasil. Nós acreditamos que nós precisamos avançar nessa questão da Legislação. Precisamos amadurecer algumas possibilidades e perspectivas de pensarmos educação no ambiente de trabalho. Quer dizer, essa é uma questão que é complexa, é delicada, mas é preciso que consigamos minimamente melhorar a expectativa e a presença dos estudantes quando no ambiente de trabalho. Essa é a segunda questão.

A outra é: Estágio, na concepção do Ministério da Educação, e eu estou falando aqui de forma bem larga porque eu quero depois detectar duas outras derivadas dessa terceira questão, que é: Estágio é ato educativo. Essa é uma questão para nós fundamental que não está separado daquelas duas preocupações anteriores, que é a relação educação e trabalho e o que é fazer educação no ambiente de trabalho.

Então, quando pensamos isso e definimos isso como sustentação de qualquer possibilidade de atuação da escola dentro de um ambiente produtivo, seja ele de qualquer natureza, deixamos isso com muita evidência, colocamos isso com muita evidência. Estágio é ato educativo. E aí, essa é uma diferença que no Ministério da Educação precisa ser percebida a partir da sua localização dentro do Ministério. Provavelmente quem não é de lá de dentro, pudesse olhar isso e parecer que tudo é a mesma coisa, ou a gente tem uma única linguagem em conceituação. Não é. Quando você

fala de estágio e algumas categorias são utilizadas de entendimento para a educação básica, é uma coisa. Quando você caminha para a educação profissional, você tem outros entendimentos. Quando você chega na educação superior, você tem um outro entendimento. Então o senhor tocou na questão, professor, de sistema dual. Nós estamos trabalhando com uma categoria que é educação no ambiente de trabalho para não voltarmos à idéia de dualidade, fracionamento, separação educação e trabalho, educação para rico e educação para pobres. Sem voltar nessa questão, nós estamos trabalhando com essa categoria educação no ambiente de trabalho. E isso tem apontado, por exemplo, para a educação profissional uma questão que é fundamental. A educação profissional. Hoje no Brasil atende ao número muito pequeno no que diz respeito aos cursos técnicos da população que nós poderíamos atender que está no ensino médio. Por exemplo, provavelmente acho que nós atingimos 10% da população do ensino médio matriculada hoje. Esse número é irrisório para um País desse tamanho com necessidades de desenvolvimento da ordem que nós temos.

Então, quando nós falamos de cursos integrados, e esse é uma categoria trabalhada na proposta, para educação profissional, isso tem um sentido. Isso tem um significado. Para educação superior, isso tem outro significado.

Então, eu avanço para uma questão que é a quarta que eu aponto, essas duas diferenças que eu aponte aqui são derivadas dessa terceira preocupação que é o fato de que a Legislação precisa ser alterada, essa Legislação de estágio que está em vigor, mas ela precisa ter muita clareza, precisa conseguir de forma muito... Eu vou usar um termo, muito fina, muito clara, precisar numa lei aquilo que corresponde à possibilidade real, e aí quem trabalha aqui com estágio estou vendo muita gente que eu conheço que tem se debruçado sobre isso há anos, como é usar um termo para o ensino médio, para a educação profissional que não implique em problemas com o ensino superior ou vice-versa. Que impeçam, por exemplo, alunos da pedagogia da alternância que trabalham com sistema dual, efetivamente, na prática, se colocarem como estagiários para além da proposta da pedagogia da alternância. Ou do que o senhor chama de sistema dual e a gente está chamando de educação no ambiente de trabalho, isso se configurar efetivamente como um período de aprendizado no ambiente de trabalho e aí, assim, para gente, professor, é trabalho. É trabalho na perspectiva de que esse aluno, essa pessoa ela contribui de uma forma ou de outra com a produção daquela empresa. E aí é muito confuso e acho que o Prof. Almerico vai poder falar um pouco disso porque o olhar do Ministé-

rio do Trabalho distingue essa figura com um olhar que é essa pessoa não é trabalhador no sentido de que lhe é possível... Eu vou usar entre aspas a expressão, “cometer erros” ou quebrar uma máquina ou criar um programa para empresa que não pode ser imputado a esse aluno quando está dentro da empresa. Quer dizer, essa perspectiva precisa estar clara para o ofertante, para a legislação que está se colocando como uma legislação que é macro. Não dá pra fazer uma legislação para educação profissional, para o ensino médio, para o ensino superior. É impossível. Se você trafegar no Brasil com tantas diferenças sem que a gente tenha uma ordem única que ajude o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, em todos os seus rincões ser lida e entendida. Essa é a nossa preocupação e à medida que o debate andar, a nossa contribuição é no sentido de tentar demarcar essas linhas muito tênues de diferenças, mas que na prática e na vida real elas são muito fortes e muito complexas para serem colocadas às vezes [soa a campainha] que eu não estou dizendo isso absolutamente que tem sido colocado de forma rápida, aligeirada. Pelo contrário. Mas que a gente possa ter cuidado ao analisar essa questão.

E para finalizar, eu queria dizer que a educação básica avança na nossa perspectiva quando... E aí nós no MEC hoje defendemos o estágio no ensino médio, porque saímos do entendimento de que o ensino médio é um tempo da vida apenas para se passar no vestibular. Para se preparar para passar no vestibular. A gente tem que enfrentar essa discussão, e acho que quando nós nos colocamos abertos a essa questão, nós apontamos um avanço significativo para o País. Mas aí tem que ter um cuidado maior ainda, porque esse aluno não tem uma formação específica na sua trajetória dos três anos em que ele se coloca num curso regular de ensino médio não integrado à educação profissional ou não concomitante à educação profissional, ou não articulado à educação profissional. Então nesse momento este aluno está se preparando para o trabalho, mas essa é uma questão muito larga no sentido de quais são as possibilidades. São inúmeras as possibilidades desse aluno está dentro de um ambiente de trabalho.

Então, queria muito demarcar esses cinco pontos para dizer que são eles para nós os mais preocupantes no computo da elaboração de uma legislação. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigada, Dr^a. Ivone Maira Elias Moreyra, que representa aqui a direção do Projeto Escola de Fábricas do Ministério da Educação, registramos também a presença aqui na Comissão do Dr. Moisés do Espírito Santo Júnior, Gerente de Assuntos Insti-

tucionais e Corporativos do Centro de Integração Empresa Escola e Dr. José Thadeu Mascarenhas Menck, Gerente-Executivo do Centro de Integração Empresa Escola Nacional.

Passamos agora a palavra ao Dr. Antônio Biondi Lima, Diretor de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

SR. ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA: Obrigado, Sr. Presidente. Queria em nome do Ministro Luiz Marinho agradecer o convite feito ao Ministério do Trabalho e Emprego, e saudar a tradição dessa Casa de promover debates sobre temas tão importantes que envolvem não apenas empresas, mas também trabalhadores e principalmente os estudantes. E sinalizar, isso que a Prof^a. Ivone já colocou, do profícuo debate entre MEC e Ministério do Trabalho em relação a esse tema, não especificamente o tema do estágio, mas também em relação à aprendizagem que é outra dimensão da educação no ambiente de trabalho que é extremamente importante para o País.

Eu vou fugir à tentativa de debater o apresentado pelo Prof. José Pastore em relação à questão da relação de direitos e o custo das empresas. É uma tentativa que sempre que sentamos juntos temos que discutir, mas eu queria sinalizar que não dá para comparar os Países, a sua distribuição de renda, a sua estrutura ocupacional da forma como foi feita.

De qualquer maneira, abordando especificamente a questão do emprego de jovens, eu queria citar que existem três questões básicas para não só para o jovem, mas qualquer emprego.

O primeiro está vinculado à questão logística. Qualquer empresário que vai contratar ele vai analisar se aquele trabalhador ele tem de fato condições de chegar ao trabalho e exercer o seu trabalho. Então fatores até fatores prosaicos como, por exemplo, à distância, quantos vales transportes vão ser pagos são considerados na hora de você decidir onde mora e onde não mora.

Há fatores outros, vinculados à questão de um conjunto de características que nós chamamos adscritas ao trabalhador. Se o trabalhador é jovem, se é velho, se é homem, se é mulher, se há um preconceito de caráter racial, se há preconceito em relação à aparência da pessoa. Isso também é um elemento que pesa na contratação. Mas, sem dúvida nenhuma o fator mais forte é o vinculado ao conhecimento. E aí o conhecimento tem três dimensões: A escolaridade, a qualificação e a experiência. Então essas três questões são consideradas pelo empresário na hora que ele vai contratar esse trabalhador. E o nosso jovem, ele pode até ter escolaridade, e pode até em alguns casos, no

caso de quem faz o ensino técnico e tecnológico ter qualificação. Mas não tem experiência. E esse é um fator fundamental e por isso que nós consideramos que uma política de estágio ela é necessariamente uma política de primeiro emprego. Ela estimula a entrada do jovem no mundo do trabalho, e aí cabe a perguntar aos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras qual é a nossa disposição de permitir essa entrada no mundo do trabalho. De forma precarizada ou de forma plena de direitos. Essa é a grande discussão que se coloca. Se nós não regularmos o estágio, nós podemos ter uma situação que hoje se vê empresas extremamente bem intencionadas que são autuadas porque inexistente uma regulação. Ou o caso contrário, extremamente que não é virtuoso, muito pelo contrário, que é termos empresas que precarizam a relação de trabalho tendo um número absurdo de estagiários e estagiárias atuando na sua área sem sequer remuneração.

Então, essa é o núcleo da questão. Se o estágio é um ato educativo, e educativo no sentido pleno, não apenas educacional, mas também social, de uma formação do cidadão trabalhador, cabe a nós pensarmos essas questões. Qual é a dimensão da inserção que esse jovem terá no mundo do trabalho. E nessa linha, é importante lembrar que existem apenas três, hoje, três formas de presença legal, melhor dizia, quatro, no local de trabalho.

Uma, é se for o dono da empresa, se for empresário. O dono da empresa obviamente poderá não ser autuado por nenhum fiscal do trabalho pelo fato de estar no seu local de trabalho.

A outra é a carteira assinada enquanto demonstração de um vínculo empregatício.

O terceiro é aprendizagem, que também é carteira assinada, mas é uma situação especial. Prevista em lei. E a outra é o estágio. Então são essas as formas legais de presença no local de trabalho. Qualquer pessoa que esteja de forma permanente ou sistemática no local de trabalho sem essas colocações aqui, há alguma coisa errada e com certeza gerará problemas para o empresário e para o próprio trabalhador. Por exemplo, se tiver uma pessoa lá na empresa e explodir uma caldeira, por exemplo, com certeza se ele for empresário, ele está assegurado. Se ele for trabalhador e aprendiz, ele estará seguro. Também enquanto estagiário. Mas se não tiver nenhuma dessas prevenções, ele estará totalmente descoberto do ponto de vista da segurança social.

Então, é muito importante frisar isso porque qualquer modificação na Lei de Estágio e nós saudamos a iniciativa apresentada aqui que tenta fazer esta regulação, ela deve considerar duas dimensões: A dimen-

são educacional e a dimensão trabalhista. Essas são premissas fundamentais.

Concordamos com o MEC, educação é um ato educativo. O estágio deve propiciar uma formação complementar àquela adquirida pelo jovem, particularmente no que se refere ao ensino médio, que infelizmente nos anos 90 foi desvinculado da educação profissional, e isso leva que os nossos estudantes saiam do ensino médio sem conhecer o mundo do trabalho. E isso é um impeditivo brutal para sua entrada no mundo do trabalho.

Então, achamos que particularmente em relação ao ensino médio, essa preocupação deve ser muito forte. Evidentemente no curso técnico, tecnológico ou no nível superior em geral o estágio aparece como uma prática, muito mais como um exercício da prática do que propriamente um exercício da entrada no mundo do trabalho. Eu queria aproveitar e fazer uma ressalva, que a maioria dos professores, eu sou professor de professores, tem professor de licenciaturas, se forma só nas universidades públicas que são as melhores universidades do País, com maior nota nos exames nacionais. Eu queria discordar daquela observação que a maioria dos professores são formados nas universidades mais fracas. O que exista existe é um boom de universidades privadas que contratam pessoas sem qualificação técnica para serem professores, e essas são as piores notas nos exames nacionais.

Eu queria então citar, a exemplo da Ivone, quais são os pontos que nós consideramos na leitura da proposta de Legislação que nós consideramos fundamentais para o debate. E achamos que essa definição feita na Legislação premiará tanto os estudantes quanto os empresários. Os bons empresários que querem cumprir a lei e ao cumprir a lei fazer a sua parte na responsabilidade social que é abrir um espaço para o um jovem entrar no mundo do trabalho de forma plena. Quais são esses pontos? O primeiro ponto, para evitar a precarização, acho que a Ivone já abordou a dimensão mais educacional, seria o limite proposto para o máximo de estagiários por empresa. Nós não podemos... Acho que é impensável pensar uma empresa formada só de estagiários. Nós precisamos ter um limite para essa prática.

A outra questão é a jornada de trabalho máxima admitida. Obviamente com as exceções no caso de... Casos específicos como aquela que a Ivone colocou em relação à alternância na formação. Mas é preciso pensar que esse jovem ele está na escola e ele está no trabalho. Então, ele não pode ter uma jornada de trabalho que supere a soma... Senão ele não vai nem estudar bem e nem trabalhar bem. Então você tem que estabelecer um máximo em relação a isso.

A duração do estágio: É outra questão fundamental a ser estabelecida que a proposta da Legislação nos coloca muito bem. Já temos auditores nossos, tenho visto casos de estagiários de três anos, três anos e meio até. O que é um contra-senso. O estágio dura mais que o curso. É um tremendo contra-senso que a Legislação oportunamente apresenta como uma disciplina. Outra questão fundamental nos parece [soa a campainha] que pelo menos em relação ao ensino médio é fundamental a remuneração. Não queremos colocar aqui entraves, de maneira nenhuma, ao ensino superior ou ensino técnico. Mas particularmente no ensino médio, as nossas pesquisas têm demonstrado que ele é utilizado fortemente para precarizar a mão-de-obra. E uma remuneração impediria drasticamente esse tipo de comportamento.

A questão do seguro também previsto aqui inclusive em relação à questão dos danos, como foi colocado pela Prof^a. Ivone, aqui também outra dimensão fundamental a proteger o jovem, e eu queria ressaltar o maior mérito dessa proposta de Legislação que é a escola como centro da relação entre estagiário e empresa. Essa é uma perspectiva extremamente importante para responsabilizar as escolas pela relação que se estabelece. Isso sem excluir obviamente as entidades que atuam na área. Mas a escola é obrigada a colocar no seu Projeto educativo a dimensão no estágio e com isso ela garante um conjunto de questões.

Eu queria alertar aos senhores e senhoras de uma questão que é fundamental nessa concepção que nós apresentamos aqui, que é o olhar... Qual é o conduto do estágio do ensino médio. Eu acho que o Prof. José Pastore e nisso nós concordamos, elencou um conjunto de atitude de conhecimentos que é exigido hoje no mundo do trabalho. Eu queria acrescentar mais alguns. Nós concordamos organização, planejamento, controle do processo de trabalho e trabalho em equipe. Se a escola não trabalha com isso no ensino médio, é preciso que o estágio apresente esse elemento. Como é que trabalha em equipe, como é que eu me planejo, como é que eu me organizo, qual é a disciplina do trabalho. Isso pode ser aprendido no estágio. Mas também relações e direitos do trabalho, inclusive previdenciários. Muitos trabalhadores entram em empresas sem conhecer sequer seu direito previdenciário. Ele não vai lá checar se está inscrito ou não está inscrito. É importante haver essa formação. Informações sobre o mercado e o mundo do trabalho. Ele não precisa, pelo fato de ter entrado na empresa, ele não vai ficar ali a vida toda. Ele precisa conhecer o mundo do trabalho.

Inclusão digital: Seria um aspecto de formação social fortíssimo se nós tivéssemos a inclusão digital

como elemento importante de aprendizado desse jovem do ensino médio. E obviamente, o aprendizado de tarefas relativas internas à empresa. Isso seria algo que seria muito importante, ou seja, para não caracterizar como é hoje infelizmente em muitos casos o estágio de ensino médio como o rapaz que faz a xerox, o rapaz, a moça que serve o cafezinho. Não é essa a função do estágio do ensino médio. O estágio do ensino médio é introduzir o jovem na nossa opinião no mundo do trabalho. E essa forma tem que ser de forma plena e plena de conhecimento, mas também plena de direitos para que não seja mais uma precarização. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Antônio Biondi Lima. Passamos agora à palavra ao Dr. Carlos Henrique Mencaci, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios.

Exm^{os}. Senadores, senhoras e senhores, bom dia. Para começar a falar de estágio, eu trouxe uma história real, verídica que aconteceu comigo há três anos atrás. Um jovem, ensino médio, segundo ano começou a fazer estágio em nossa empresa. Passado um ano ele já estava trabalhando no setor administrativo-financeiro e chegou a mim, e falou: "Como é que eu vou fazer?" "Fazer o quê?" "Eu vou terminar o ensino médio e eu não tenho como fazer esse curso superior. Eu não tem dinheiro. Porque na minha casa, meu pai de 52 anos ele não consegue emprego há dez anos. E minha mãe ela nunca trabalhou. Em casa, quem apoio dinheiro é meu irmão e eu. Eu com esse estágio. E meu irmão com o trabalho. E aí? A empresa tem uma política se eu não for por curso superior vocês não vão me contratar". "Realmente. Aqui a gente não contrata. Então, vamos conseguir uma bolsa, vamos estudar de alguma maneira. Vai procurar uma bolsa, a gente ajuda, aumenta um pouquinho".

Enfim, a história é que esse estudante conseguiu 50% de bolsa a gente deu um aumento para ele real, e ele efetivamente hoje está no terceiro ano do curso superior, efetivo, ganhando mais de dois mil reais na nossa empresa. Essa história mostra como o instrumento estágio pôde mudar a vida de um jovem brasileiro. Como a Lei de Estágio reteve o jovem no ensino médio. Ele não foi esmolar para continuar e abandonar a escola. Não. Ele continuou estudando porque o estágio como contrato ele exige a participação da escola, ele exige a permanência do jovem na escola.

Segundo, propiciou renda para viabilizar o estudo dele. Ele pôs esse jovem contato com outras pessoas que levou a ele o conhecimento que ele pode buscar a bolsa, que ele pode e deve buscar o curso superior. Quer dizer, a própria mentalidade dele ao longo daquele estágio de um ano levou a esse jovem a concluir

que ele devia, sim, fazer o curso superior, e que não devia se limitar às barreiras financeiras da família, mas acreditar que ele poderia sim de alguma maneira fazer aquele dinheiro aparecer e fazer o curso superior. Então ele venceu os paradigmas da pobreza, daquela família que nem sonha em ter o curso no nível superior.

Nós da ABRES, Associação Brasileira de Estágio, congregamos mais de centenas de agentes de integração pulverizados no Brasil com fins econômicos lucrativos e que conhecemos o dia-a-dia, a prática entre agir com coordenadores de estágios, de diversas escolas, ensino médio, ensino superior, conjuntamente com o RH, o departamento pessoal das empresas, e fazemos esse meio-de-campo convivendo com estudantes, principalmente os mais pobres que precisam do estágio. Trazemos a nossa experiência aqui para vocês nesse momento. Para iniciar a apresentação, nós vamos falar de desemprego no Brasil, mas separados em adultos e jovens. Vamos falar da evasão escolar, vamos falar da inserção do jovem no mercado de trabalho, os instrumentos que temos hoje o primeiro emprego, aprendiz e estágio, o conflito estágio versus emprego, a nuvem negra, e a proposição da ABRES, apenas os tópicos principais. Nós trouxemos uma composição completa que está sendo distribuída para todos os presentes.

Separando desemprego no Brasil, nós dividimos a PEA, População Economicamente Ativa, dos adultos acima dos 24 anos e dos jovens de 16 a 24 anos, e os desocupados nessas duas faixas etárias. O que nós tivemos são dados interessantes. 9,3% são desocupados de janeiro de 2007. Porém, se a gente excluir os jovens de 16 a 24 anos com uma taxa de desocupação passada pela UNICAMP de 20%... Passou um slide. Volta um, por favor.

Então, no índice de 16 a 24 anos, temos 20% em torno de 20% de desocupados. Porém, de adultos acima de 24 anos só 7%. Percentualmente é três vezes maior o índice de desocupação de jovens de 16 a 24 anos. E se falarmos em milhões. Gente, tangebilizar isso. São três milhões e oitocentos mil jovens desocupados. O problema da nossa bala perdida. O problema da agressividade da nossa sociedade. E adultos? Adultos estamos falando de cinco milhões e duzentos mil. E um dos problemas mais sérios que nós temos hoje no estudo do jovem brasileiro: A evasão escolar. De todos os jovens brasileiros, apenas 50% irão finalizar o ensino médio. Isso é problema para mais de 50 anos. Nós teremos problemas por muitos anos devido a essa evasão escolar. Ensino superior já conseguimos com que 15% dos nossos jovens entrassem no curso superior, porém, só a metade 7,5% irão finalizá-los. Nós precisamos fazer a inserção desse jovem no merca-

do. De qual maneira? Levantamos junto ao Ministério do Trabalho e Educação o primeiro emprego de 2003 a 2007, inseriu uma média anual em torno de 90 mil jovens ou aprendiz, 120 mil e o estágio, uma estimativa nossa de um milhão de jovens foram inseridos no mercado de trabalho.

Essa diferenciação de volumes eu acho muito importante, porque se vamos mexer na lei do estágio, nós temos que mexê-la de uma maneira consciente do risco que a gente pode ter da redução da inserção do jovem. Quer dizer, não basta simplesmente dizer que outras metodologias podem ser melhores, nós temos que avaliar a quantidade. O primeiro emprego ele é muito bom e ele tem se focado a jovens com às vezes sequer conhecimento do ensino médio ou de outro tipo de conhecimento. O aprendiz tem outra dificuldade, esse volume poderia ser muito maior, a lei foi alterada e passou para 5% obrigatório para que as empresas tivessem no seu quadro de efetivos. Porém, o que é que acontece? É uma lei que foi feita na década de 40 e modificada recentemente. E manteve a obrigatoriedade que só empresas sem fins lucrativos pudessem dar os treinamentos para os jovens. Isso limitou que a iniciativa privada, que empresas com fins lucrativos pudesse atuar no programa do aprendiz. Essa limitação acabou provocando uma pouca oferta de aprendizes no mercado de trabalho. Ou seja, há empresas que não conseguem cumprir 5% da sua cota de efetivos e tem dificuldades de contratá-lo. E o estágio? O estágio ele tem mais de mil agentes de integração pulverizados por todo o Brasil. [soa a campainha] A concorrência entre esses agentes de integração, nas instituições de ensino as coordenadorias atuam diretamente com as empresas para conseguir mais estágio, divulgar e ter maior qualidade desse estágio. O custo operacional é zero para o Governo. E esses agentes de integração têm assertividade com as necessidades do mercado.

A nossa proposição, trouxemos três artigos principais e alguns tópicos. No primeiro dele, nós queremos deixar claro, sim, que para cursos de ensino médio é possível estágio. E ele visa à profissionalização geral, a preparação geral para o trabalho nas áreas primária, secundária e terciária da economia. O ensino médio é o grosso que nós temos de jovens desocupados [soa a campainha] e que necessitam a inserção no mercado de trabalho.

Na Constituição Brasileira nós temos uma obrigatoriedade da sociedade, do Estado, da família, da escola, de dar profissionalização do jovem. O Estatuto da Criança e do Adolescente é a mesma coisa. Nós temos a obrigação de dar escolaridade, ensino e profissionalização. No entanto, no Estatuto da Criança e do Adolescente temos também a obrigatoriedade do

Estado dar um ensino noturno para que o jovem, viabilizar o jovem trabalhador. Ou seja, é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente que o jovem trabalhe. Por quê? Estágio é profissionalização. O estágio permite que o jovem se insira no mercado, tenha a renda para estudar e finalize seus cursos e depois, aí, sim, ele vai ter o emprego de carteira assinada.

Finalmente, o horário de jornada do estágio. Nós defendemos que mantemos às oito horas de estágio ao dia. Por quê? Para não reduzir o volume de estágio no Brasil. Qualquer redução da carga horária diária do estágio irá reduzir o interesse do empresário em contratá-lo. O custo do vale transporte por hora de estágio irá aumentar, o custo do espaço físico que o estagiário vai ocupar, que ele ocupa ao longo do dia. O custo do supervisor que vai ter que treinar aquele estudante, aumenta. E, além disso, o jovem ele passa a perder todo o processo diário de desenvolvimento das atividades da empresa.

Portanto, defendemos... [soa a campanha]. Ok, vamos passar para os demais itens. Férias de 20 dias úteis para o estudante, seguro de no mínimo 100 salários-mínimos, seguro médico e hospital para dois salários mínimos por mês, bolsa de estágio, continuar ser livre e opcional, pode se inserir alguma coisa no ensino médio, alguma obrigatoriedade de salário mínimo para não haver essa precarização do estágio. E ainda para não haver essa precarização do estágio limitar o máximo de dois anos e que nas empresas elas tenham no máximo 30% do seu quadro de efetivos em estagiários ou o mínimo de 10 estagiários para facilitar a vida dos microempresários. Premiar as empresas que mais efetivam seus estagiários como de alguma forma ela poder contratar mais quem está efetivando mais. E enfim liberar o estágio para que profissionais liberais autônomos do nível superior possam conceder estágio como Advogados, dentistas, e outros tipos de profissionais liberais autônomos que não constitui pessoa jurídica. Que ainda as coordenadorias de estágios das escolas não possam ser terceirizadas. Os agentes de integração não podem ter exclusividade numa instituição de ensino limitando a atuação de outros agentes de integração ou limitando que outras empresas abram vagas de estágio numa determinada instituição de ensino.

Enfim, manter a lei atual que libera que agentes de integração sejam com fins econômicos. Item que foi modificado na proposição atual do Senador Osmar Dias.

Um item que ocorre no estágio na vida prática é que o Governo contrata muitos estagiários. Muitos órgãos contratam 25% do seu quadro efetivo em estagiários, alguns até 30% dos seus quadros e por

questões orçamentárias, esses órgãos eles têm que repassar o valor da bolsa para o agente de integração pagar o estagiário. Só empresa sem fins lucrativos consegue repassar sem se onerar em PIS, COFINS, ISS e CPMF.

Então, no momento de licitação desses órgãos públicos as empresas com fins econômicos para repassar a bolsa auxílio dos estagiários do Governo, ficam limitadas. Ou inviabilizadas.

E finalmente, dados oficiais do estágio no Brasil deveriam ser compilados por todas as escolas enviadas ao MEC, uma vez ao ano, para que a gente tenha dados oficiais de quanto isso está funcionando em sua assertividade, enquanto os jovens estão entrando no mercado de trabalho, enquanto resultado nós estamos tendo de positivo dentro dessa ferramenta de inserção.

Ou seja, milhões de jovens precisam da inserção no mercado de trabalho. E o estágio é a melhor ferramenta hoje de inserção. O estágio dá renda ao estudante pobre e o motiva a ficar na escola. O estágio obriga contratualmente o jovem a continuar na escola.

E devemos aumentar o estágio, sim. Para 2,5 milhões de jovens ao ano de inserção no Brasil. Por uma questão de sensibilidade social.

Agradecemos à Comissão de Educação e Senado pela oportunidade de apresentação e temos nossos dados para contato na próxima transparência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vamos ao nosso último convidado, a palestra do último convidado. Dr. Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do Centro de Integração Empresa Escola. O senhor tem 10 minutos para a sua palestra.

SR. PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA: Eminente Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Membros dessa Mesa, convidados, meus senhores e minhas senhoras. Eu começarei dando uma idéia de como entendemos no CIEE a questão dos estágios. E em seguida abordaria um pouco as questões que já foram aqui levantadas. Para terminar falando, se houver tempo, do próprio Projeto em si onde temos observações a favor, sem restrições e observações a favor com algumas sugestões. Pois bem, no nosso entender, senhores, o estágio é um complemento do currículo dos cursos médio, técnico e superior, previsto esse complemento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que visa escolar dos jovens estudantes mediante sua vivência no ambiente de trabalho e aquisição de alguns procedimentos introdutórios à sua futura definição profissional. Isso para nós é o estágio. Os estágios, a

não ser os estritamente profissionais, que se destinam a alunos do ensino técnico e do ensino superior, não se vinculam fora desses tipos de escolaridade necessariamente a determinadas matérias integrantes do currículo dos cursos.

Que às vezes há uma idéia por aí de que o estágio tem que estar vinculado a uma disciplina teórica. Não. Ele é em si uma disciplina do currículo. Não tem que estar vinculado a nenhuma disciplina especialmente. A não ser nos casos dos cursos estritamente profissionalizantes. Sendo como são, principalmente atitudinais e voltados para ajustamento dos jovens ao convívio organizacional e laboral das empresas, os fins dos estágios se obtêm pela globalidade do currículo, e não por determinada parte do currículo. Pela globalidade do currículo do curso combinado com essa adaptação ambiental e procedimental aos ambientes de trabalho. Isso mais do que a própria especificidade de determinados trabalhos. O estágio, por isso mesmo, pertence essencialmente ao universo da educação. Sua execução não comporta maior contaminação com as regras da CLT. Estas, as regras da CLT, cabem perfeitamente nos casos de aprendizagem, e nos casos de emprego. Mas descabem completamente nos casos de estágio. Por essa sua natureza, as normas de estágio terão sempre que advir da área educacional. É só ver na história todas as normas e todas as leis que dispõem sobre estágio são subscritas pelo Ministro da Educação e pelo Presidente da República, evidentemente. Quando, por erro das empresas ofertantes de estágios, que nós admitimos que às vezes haja erro, haja uma má orientação para o uso do estagiário, a ponto de exigir-se do estagiário um trabalho ligado à feitura do produto da empresa, e a feitura do produto da empresa é problema do trabalhador qualificado, é claro. É ele que sabe fazer o produto. O estudante não sabe fazer nada. No caso de ter o uso indevido do estudante no lugar do operário ou do trabalhador qualificado, cabe admitir a interferência dos agentes fiscais do trabalho, é claro, para as medidas previstas na Legislação trabalhista. Mas são casos isolados. São casos pontuais. Não são casos tão oceânicos que impliquem em muita preocupação.

Pois bem, o estágio hoje, senhores, ele tem interfaces na sua natureza. Ele tem uma interface pedagógica. É um ato educativo como aqui foi dito. É uma interface educativa por isso ele é uma disciplina do currículo escolar. O estágio.

Agora, além disso, ele prepara para o trabalho. Ele não é expressão do trabalho, porque o aluno não sabe nada. Ele vai lá aprender. Então, ele prepara para o trabalho.

Então, ele tem também esse aspecto laboral. É a segunda interface do instituto do estágio. E a terceira interface é o da bolsa auxílio. Porque ultimamente com a explosão das matrículas, com a chamada democratização das matrículas, nós tivemos a invasão da escola por uma multidão prevalecente de necessitados, de jovens carentes sem nenhuma forma de renda.

Então, os estágios vieram corrigir de uma certa forma este caso trazendo para os estudantes a bolsa auxílio. Cada estagiário tem uma bolsa auxílio. E esta bolsa auxílio é a sua geradora de renda. Não é uma grande renda, mas com ela ele paga muitas vezes o seu estudo e ajuda muitas vezes a família onde haja pais desempregados. Então é importantíssima. E essa é a terceira face do estágio. É a face social.

Então, o estágio é um terço pedagógico, um terço laboral e um terço social. Sendo-se que o laboral não se confunde com a capacidade operacional. Confunde-se, sim, com a preparação para o trabalho.

Temos uma questão muito séria nesse problema da normatividade do estágio que é a questão do ensino médio. Porque o estágio nasceu como uma exigência do ensino profissional. Do ensino técnico e do ensino superior que profissionaliza. É uma exigência. Agora, em 1971, houve uma reforma do ensino secundário que transformou o ensino secundário num ensino quase que de qualificação profissional. Esta reforma que acabou fracassando redondamente e tinha que fracassar mesmo, porque ela trocou o específico pelo geral, e esta idade e esse grau de ensino é de formação geral por natureza, então o ensino secundário passou a profissionalizar e também exigiu estágio para se fazer auxiliares técnicos de várias linhas de trabalho.

Acontece que a própria lógica da filosofia educacional e as novas condições do mundo levaram com que a nova LDB, esta de 1996, que está em vigor, retirasse o ensino médio daquele contexto de profissionalização, e passasse em vez de ter o nome de ensino secundário ou de segundo grau, passou a ter o nome de ensino médio. Não foi só uma mudança de nome. Não foi nominativa esta reforma. Ela teve uma filosofia. Ela teve que ajustar esse ensino médio às suas novas finalidades para um mundo em transformação e essa transformação foi feita no Brasil com o olho não só na democratização, politicamente falando, mas também com o olho no desenvolvimento nacional.

Então, tem duas finalidades [soa a campainha] acasaladas. É a formação do cidadão e a formação profissional por definição. Mais a definição profissional do que propriamente a formação profissional no ensino médio.

Pois bem, agora é preciso ter cuidado com essa história de separar do conceito ensino médio o ato

educativo do ato laboral. Dá impressão que são duas categorias que se contrapõem. Isso não é verdade. Porque toda vez que o aluno está fazendo estágio ele está aprendendo. Ele está exercitando o ato educativo. Está aprendendo. Olha, o art. 35 da lei em vigor, da LDB, diz claramente quais são os objetivos do ensino médio e o que se deve fazer com o aluno. Ali está claro. Tanto no que diz respeito [soa a campainha] às posições atitudinais, como no que diz respeito à parte laboral.

Então, vejam bem, ademais há uma literatura vastíssima sobre isso. Eu cito só dois autores alemães Overbeck(F) e Bitch(F) que são dois pensadores na União Européia a respeito do ensino médio. Eles dizem o quê? São requeridos dos jovens, hoje, neste grau de ensino, conhecimentos diferenciados que incluem regras de organização, capacidade de percepção, armazenamento e atualização de informações, utilização exata de procedimentos e símbolos matemáticos, manejo de linguagem de forma adequada à situação, pensamento voltado para uma dimensão estratégica organizadora e planejadora, bem como capacidade de lidar com regras e normas em situações diferenciadas, facilidade de penetração comunicativa e situacional, bem como capacidade específica de trabalho corporativo. E aqui caberia ainda as observações aqui do Almerico. É capacidade de informática... Etc, etc. Tudo isso cabe no chamado estágio de ensino médio. Isto aqui não é educação desvinculada do trabalho. Isso ele desenvolve no contexto laboral. Portanto, eu não vejo porque é que se combate tanto esse estágio de ensino médio a título de que ele escapou do ensino técnico. Tinha que escapar mesmo. A modernidade exige isso.

Pois bem, senhores, há dois tipos de estágios hoje. Ou dois grandes conjuntos de estágio. De um lado os estágios profissionais. Muito bem. Esses estágios são obrigatórios para melhorar o desempenho da profissão. Esses são os estágios que cabem no ensino superior e que cabem no ensino profissional. Eles existem para ajustar o estudante às formas de fazer das várias habilitações. Então esse é o estágio profissional. Cabe nos cursos técnicos e nos cursos superiores.

Agora, nos cursos médios, eles não cabem. O que cabe são esses estágios de comportamento. Os comportamentais em relação ao futuro profissional, em relação ao trabalho. E esses comportamentos ele só pode adquirir no local de trabalho. Jamais na escola. A escola não tem condições para oferecer esse tipo de educação.

Então, vai buscar essa educação na empresa. É uma educação. É um ato educativo.

Então, é legítimo. Se não fosse legítimo, a Lei de Diretrizes e Bases não obrigaria a fazer. Ela obriga no art. 82. E ela diz o que tem que ser feito no art. 35. Porque não pode ler o art. 82 sem ler o 35. É inútil. Não se vai entender nada se não for com essa conjugação de leituras e reflexões.

Então, senhores, este Projeto que nós estamos aqui tratando do Senador Osmar Dias, eu teria muito que falar porque tem coisas muito boas. Artigos aqui que nós aplaudimos inteiramente. E há artigos que nós gostaríamos de fazer um pouco de ressalva. Por exemplo, no art. 1º, ele fala que a lei vai cuidar de estágio e aprendizagem. Isso não dá certo. Aprendizagem é CLT. É outro universo. Não pode ter a mesma lei cuidando das mesmas coisas, até porque aprendizagem já tem lei própria. A lei do aprendiz. Para que repetir isso na lei e trazer confusão? Então, nós temos aqui algumas observações sobre a melhor forma de elaborar este art. 1º, que é o campo de atuação da lei. O art. 2º está ótimo, o art. 3º está ótimo, o art. 4º está ótimo. No Art. 5º, há o problema do seguro. A Legislação atual exige que haja um seguro para o estagiário. Mas é um seguro contra acidentes pessoais. Agora, aqui ele exige, estende para seguros de danos de responsabilidade civil contra terceiros. Isso é um absurdo. Que isso não se exige nem do trabalhador. Por que é que vai se exigir do estagiário? E leva em conta o seguinte, nenhuma empresa seguradora aceitará fazer esse seguro, porque a empresa seguradora precisa de quantificação do seguro, senão não tem apólice.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Dr. Paulo, nós temos um tempo limitado--

SR. PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): -- E nós estamos lhe sugerindo mais um minuto para encerrar e em seguida vem os debates aqui.

SR. PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA: Eu só estou dando os exemplos da nossa leitura da lei mostrando que estamos de acordo com um empunhado de coisas e temos algumas restrições a outras, até porque nesse caso do seguro, por exemplo, fica claro que não é possível fazê-lo. Então, seria um ato legal e impossível de ser cumprido.

Bem, senhores, essas são as idéias gerais que eu gostaria de trazer. Nós do CIEE já incluímos seis a sete milhões de jovens dos estágios. Desses seis milhões de jovens, quatro milhões foram contratados formalmente ao fim do estágio pelas empresas, e os outros dois milhões foram jovens que se deslocaram

para outras empresas ou então que se tornaram empreendedores por conta própria.

Então, daí o senhor vê a importância do estágio que eu considero hoje a maior porção do sucesso de uma política social neste País para os jovens. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Dr. Paulo. Obrigado a todos os convidados.

Antes de passar para a segunda parte da nossa Audiência Pública, eu solicitaria ao Senador Flávio Arns que possa assumir a Presidência eventual da Comissão, já informando que nós temos, além do Relator, Senador Marco Maciel, inscritos para debater estas questões o próprio Senador Flávio está assumindo a Presidência, Senador Jaime Mesquita e Senador Raimundo Colombo. Eu não tenho dúvida que o Projeto sairá enriquecido a partir desta Audiência Pública.

Senador Marco Maciel, passo a Presidência eventual ao Senador Flávio Arns. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, que pela amizade aí me passou a Presidência também da continuidade do debate desse tema tão fundamental para o Brasil que é a questão do estágio, e dando continuidade agora, passo então a palavra ao Senador Marco Maciel, que é o Relator dessa matéria, como já foi dito, está Audiência Pública que está sendo realizada por requerimento do Senador Cristovam Buarque, que inclusive preside esta Comissão de Educação, e a autoria do Projeto é do Senador Osmar Dias, também do Paraná.

Então, com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Presidente, Senador Flávio Arns, preferia talvez ouvir antes a manifestação dos colegas e eu me reservaria fazer uma manifestação ao final, então, dessa Mesa Redonda, dessa Audiência Pública. Se V.Ex^a concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo então a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Flávio Arns. Quero cumprimentar Dr^a. Ivone, os palestrantes aqui presentes, os colegas Senadores também presentes para dizer muito pouca coisa. O sentimento que tenho em relação ao tema, ao assunto, é de que nós estamos nas tentativas que fazemos de ferir o assunto, nós estamos apenas tangenciando o assunto. Estamos... Eu quero, eu tenho um respeito absoluto pelo colega Senador Osmar Dias que propôs aqui, que traz aqui essa proposição Legislativa. Mas, mesmo ela... Des-

culpe o Senador Osmar Dias e a todos pela sinceridade da... Mas eu creio que a gente... Por exemplo, nós temos uma lei que está fazendo 30 anos agora. Que trata do assunto. A proposição do Senador Osmar não me parece que trata da questão do ponto de vista da alteração filosófica, que eu acho que o tema está a requerer uma reflexão até filosófica. Mas, me parece, salvo engano, e vou me penitenciar se eu estiver equivocado que a proposição não traz alterações assim de monta, a não ser tópicas.

Então, eu não vejo porque da proposição nova. A não ser se ela pretendesse alterar dispositivos constantes já da Legislação, repito, que tem aí 30 anos de vigência. Num País que não prima pela... Não dá a menor pelota por sinal às leis antigas, como os ingleses cultuam a lei antiga. Nós aqui não temos essa cultura. Infelizmente. Eu sinceramente, até a título de modesta sugestão ao Senador Relator, meu querido amigo Senador Marco Maciel, de que tem ele em mãos agora uma oportunidade muito própria de aprofundar. E essa audiência tem esse propósito, que discutamos com profundidade essa questão que eu acho que está a merecer algo mais profundo, algo mais denso, já que nos propomos a alterar. Porque eu confesso, inclusive, olha, eu tenho... Recentemente apresentei à Casa uma proposição que eu chamo de apagar incêndio. Ao mesmo tempo em que eu estudo e procuro aprofundar minha reflexão nessa questão, eu creio que há medidas assim de apagar incêndios. Por exemplo, eu propus a concessão do vale transporte para os estagiários. Alguém aqui dirá: Não, mas isso já é... Em muitas empresas isso já é uma praxe. É. Mas eu creio que na grande maioria não é. No serviços públicos não é. Em grande parte das empresas também não.

Então, eu chamo isso de apagar incêndio. Acho que isso é uma questão tópica da questão estágio.

Então, eu acho que nós estamos em mãos com grande uma raríssima oportunidade de dar uma mergulhada profunda nesse tema. E se resolvermos de fato discipliná-lo mais uma vez que seja até do ponto de vista filosófico, abordando o assunto e o tema de forma exaustiva e completa.

Eu tenho aqui presente na nossa sala de audiência o que eu chamo do corpo de delito da precarização do estágio no nosso País. A Evelin, a meninazinha ali, uma moça que trabalha comigo, que já foi estagiária cursando o segundo grau, trabalhava das oito da manhã às seis da tarde numa prestadora de serviço, com uma pressão enorme pela carga, pelo resultado, pressão que eu digo, meta a cumprir, se não cumprisse seria substituída por outro... Eu creio, e também alguém dirá, mas isso não acontece em todas as empresas. Talvez não. Mas eu creio que essa é a

regra. Eu creio que essa é a regra, Senador Arns. Eu acredito que existem exceções, mas eu acho que essa é a regra. A precarização do estágio no nosso País. Essa é a regra. Está ali o corpo de delito presente na nossa sala de audiência.

Então, eu, para encerrar, Senador Arns, eu aqui... Eu deixo aqui como sugestão em face dessa proposição do Senador Osmar e... Eu acho que não poderia essa proposição não poderia cair em melhores mãos aqui nessa Casa. Foi designado o Senador Marco Maciel para apreciá-la, relatá-la. Eu acho que é uma oportunidade de ouro que nós temos, o Senador Marco Maciel tem, de aprofundar essa questão do ponto de vista da formulação Legislativa. Porque eu acho que nós estamos também, eu me penitencio se eu estiver aqui dizendo algo inadequado e inapropriado. Mas eu creio que mais uma vez a proposição apenas tangencia o assunto, trata de questões tópicas, não altera profundamente a lei em vigor, de 30 anos, repito, e eu acho que essa é uma oportunidade, Senador Marco Maciel, de a partir de audiências como essa, ouvindo pessoas que estão a vida inteira tratando dessa questão profissionalmente, eu acho que a discussão deve ser aprofundada, ampliada, para que ao final a gente chegue a uma conclusão em face do tratamento a ser dado, para que a gente tenha daqui para mais 30 anos uma nova definição da questão do estágio no nosso País, que nos dê a certeza da complementação escolar da estudantada, que nos dê que nos dê algumas garantias de que isso será oportuno e apropriado para uma grande parcela de jovens desse País.

Eu creio que é esse o desafio que está aí à nossa frente. É esse desafio. E a gente não pode ter a timidez de tentar legislar topicamente, mas sem ir no âmago da coisa. Acho que a oportunidade agora requer que o nosso esforço nos remeta para o âmago da questão. Do contrário, nós vamos continuar fazendo de conta que as coisas não estão acontecendo, que é assim mesmo, e que são os riscos da atividade e da relação. Creio que não é por aí. E acho que o País inteiro espera que em relação a esse tema nós possamos... Se tivermos realmente que legislarmos mais uma vez que seja com profundidade, que seja de forma aguda para que a gente possa passar mais 30, 40, 50 anos com esse assunto normatizado de forma satisfatória.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita. Passo em seguida a palavra ao Senador Raimundo Colombo de Santa Catarina.

Se V.Ex^a me desculpar só um minutinho, nós vamos fazer em bloco de três e aí eu acho que as respostas virão depois também em conjunto em função

das perguntas e comentários feitos. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):

Cumprimento o nosso Presidente, Senador Flávio, todo os expositores, e primeiro quero colocar a oportunidade desse debate e a minha satisfação de participar dele, porque isso tem impacto na vida de milhões de brasileiros.

E eu quero trazer aqui ao lado de aprovar completamente essa discussão e querer participar dela, uma experiência vivida por mim. Eu era Prefeito da minha cidade, e nós tínhamos um grande interesse em ampliar o ensino universitário. Nós conseguimos num estágio muito rápido passar de 3 mil alunos para 20 mil alunos. Ampliamos a Universidade Municipal, trouxemos a Estadual, conseguimos um Campus da Federal para atuar num ponto estratégico que era o fortalecimento de determinadas matérias que impediam a aprovação de alunos do ensino público médio, aí nós fomos constatar que nessa área não havia professores qualificados no setor de matemática, física, química, biologia, línguas, enfim, aí os alunos do ensino público não tinham acesso à universidade pública e também veio uma Universidade Particular. Aí veio uma consequência dessa situação. As pessoas passavam no vestibular a família fazia uma festa e muitas delas eu fui, era uma alegria muito grande, meu filho vai ter uma oportunidade de ascensão, a família toda orgulhosa, eu três meses depois vinha o drama de não pagar a mensalidade. Como é que resolve isso? Aí eu fiz uma série de reuniões com o Ministério Público e, e enfim, nós encontramos uma forma através de estágio, colocando estudantes de direito a estagiar no Fórum, na saúde, nos hospitais, e também dentro da Prefeitura e provocando empresários para que absolvesse e criassem essa oportunidade. E nós conseguimos gerar lá cerca de dois mil estágios rapidamente. Amenizamos a situação. O estágio foi um elemento fundamental e a gente que vive o drama na convivência com as pessoas mais pobres é dramático a fraqueza de uma família ver seu filho vitorioso por ter passado no vestibular e ele se sente um fracassado por não poder lhe dar a oportunidade do estudo.

Portanto o estágio é um instrumento essencial na ascensão social da classe jovem no nosso País. Evidentemente que ele pode ser ampliado, ele pode ser melhorado, ele pode ser modificado. E esse debate está em mãos excepcionais. O nosso Senador Marco Maciel, ex-Ministros, um dos homens públicos mais qualificados desse País, mas honrados desse País, como Relator é a pessoa certa. E eu tenho certeza que ele tem a sensibilidade e um profundo conhecimento para

dar o destaque e fazer o aperfeiçoamento necessário no Projeto do Senador Osmar Dias.

Eu queria objetivamente fazer duas perguntas: Se alguém, alguns dos senhores sabe qual é o percentual de estágios no Brasil para o ensino médio e do ensino superior. E a segunda questão, para o Sr. Almerico, o senhor falou que tem estágio de três anos e meio. O conhecimento que eu tenho é que a lei proíbe. O máximo é dois anos e foi isso que nós praticamos. Então seu isso ocorre, deve ser uma disfunção, que a gente no Projeto possa eliminar qualquer hipótese destas e outras como o Senador que me antecedeu colocou, usos indevidos sejam eliminados para que a gente tenha esse instrumento social tão importante devidamente enquadrado na função que ele está criado e foi muito bem colocado. Eram essas as minhas duas perguntas e a minha contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Raimundo Colombo. Passo em seguida a palavra à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um prazer, Sr. Presidente. Primeiro eu quero me desculpar pelo atraso, mas hoje está um dia tumultuado aqui também nessa Casa. Mas eu não podia deixar de vir aqui cumprimentar, principalmente o Senador Marco Maciel, pelo trabalho que está desenvolvendo e desenvolve nesta Casa e principalmente na Comissão de Educação. O Senador Osmar Dias, pela proposta, porque é muito importante que a gente possa discutir tudo aquilo que é relativo à educação em profundidade. Não vale para todos nós que militamos na área passarmos por cima de questões que vão ter impacto enorme em milhões de pessoas nesse País. Entrando aí não só a questão dos jovens aprendizes e aqueles e aqueles que estão no ensino médio, na educação de jovens e adultos, nas universidades, mas também das empresas e da produção neste País que se quer se colocar no primeiro mundo.

Portanto, a preocupação maior, eu venho de um Estado que está se industrializando agora que é Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com dois Países e que nos preocupa muito por falta de uma política expressiva para a área de fronteira neste País que é o Paraguai e a Bolívia e estamos sentindo imensamente o problema da qualificação profissional dos nossos jovens e o primeiro emprego. Nós temos uma cidade chamada Três Lagoas que faz divisa com São Paulo, ali na beira do Rio Paraná, e que tem como Prefeita a filha do finado Senador Ramez Tebet. E uma cidade que está recebendo a maior empresa de celulose do País, a VOTORANTIN. É uma cidade que tem um pólo educacional. Nós temos ali a Universidade Fede-

ral de Mato Grosso do Sul, nós temos ali a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e temos dois centros educacionais grande na área privada. E não tem condições de apoiar as empresas e as indústrias. Nós temos a MABEL, temos uma série de indústria. É a cidade mais industrializada do Estado. E a Prefeita me disse que uma das questões cruciais é justamente essa integração dos nossos jovens com as empresas. E que é um número muito irrisório de vagas para os estágios que as empresas poderiam oferecer. Mas não é só nessa área. Todas as áreas da atividade, mesmo colocando aí o ensino médio, a educação de jovens e adultos, é ainda muito pouca oportunidade que nós oferecemos aos jovens.

Quando nós pensávamos antigamente que o estágio serviria apenas para uma complementação educacional, uma vivência apenas curricular, hoje em dia não é mais isso. Hoje em dia o estágio é imperioso para que o nosso jovem consiga ter maior conhecimento da vida empresarial e ele possa *pari passu* com a sua formação propedêutica ter condições de entrar no mercado de trabalho em condições, com competitividade para se sair bem. Para ter sucesso. Nesse mundo globalizado, com a tecnologia que temos, é impossível que o jovem saia de uma universidade, saia de um ensino médio sem ter condições de imediatamente ter sucesso no mercado de trabalho. Ninguém mais espera que o jovem [soa a campainha] tenha tempo para se preparar. Portanto, o estágio é fundamental.

O meu questionamento é justamente esse. Como fazer isso para que a gente possa abrir maior número de estágio? Como sensibilizar as nossas empresas? Como fazer para dizer que o que nós vamos gastar não é gasto, é investimento? Essa é a grande preocupação que tenho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Senadora Marisa Serrano.

Então, fizemos um bloco de três participações. Agora eu passo a palavra aos componentes da Mesa para fazerem também considerações num tempo também limitado. Começamos com o Dr. José Pastore.

SR. JOSÉ PASTORE: Sr. Presidente, um dos pontos aqui discutidos diz respeito a essa chamada precarização do trabalho do estagiário ou da estadia do estagiário na empresa por conta de uma bula da Legislação trabalhista. Eu tenho a impressão que se nós passarmos de bolsa para remuneração, como foi proposto aqui, no meu entendimento, acho que aí as coisas vão se complicar muito mais. Porque sobre remuneração nós vamos ter incidência de todas aquelas despesas que vimos ali, que dão 103% sobre a remuneração ou salário. Aquela tabela é muito controversa, mas há pouco tempo eu tive oportunidade de

fazer uma palestra no Tribunal Superior do Trabalho, onde inúmeros Ministros questionam esse número de 103%, praticamente, e eu então com mais tempo, com calma, expus a tabela, é composta de 18 itens e examinei cada um deles perguntando aos Ministros: Bem, o INSS a empresa pode dispensar de pagar? O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ela pode ser dispensada? O salário educação, o seguro acidente, serviços sociais, etc, etc, o repouso semanal, as férias, o abono de férias, os feriados, aviso prévio, 13º salário, etc... Então a resposta foi sempre não, não, não, não. O que me levou a concluir que as despesas que as empresas têm para contratar um profissional formalmente são de fato de 103%. São despesas impositivas, não podem ser negociadas, nenhuma delas pode ser negociadas, porque são direitos constitucionais e da CLT, e essa é a nossa situação.

O Brasil está resistindo passar para um sistema onde as despesas possam ser diferenciadas, pelo menos, porque isto se aplica tanto à EMBRAER que pode pagar quanto a uma barbearia que não pode pagar um oficial de barbeiro para ser contratado por 400 reais vai custar para a barbearia 800 reais. O Brasil resiste à idéia de diversificar a Legislação Trabalhista, insiste em ter uma legislação tamanho único e não saímos do lugar. Enquanto que poderíamos estar pensando muito bem numa reforma trabalhista que preservasse todos os direitos daqueles que têm direitos. E estender esses direitos para aqueles que não tem nada. Que são 60% dos brasileiros. Ou seja, eu acho que a grande resistência à reforma trabalhista pode ser atenuada ou até quebrada se houver uma pedagogia muito clara. Olha, a reforma vai ser feita, mas não vai se tirar direito de ninguém. Todos que têm direito vão continuar com seus direitos. Aqueles que não tem direitos vão passar a ter direitos. E passaríamos então a ter direitos parciais, como já foi proposto até num Projeto de Lei Complementar enviado pelo Governo em 2004 que foi o Projeto de Lei 210, que propõe direitos parciais para quem não tem nada. Mas a resistência é muito grande. De forma que a tentativa de voltar e querer gravar o estagiário com remuneração em lugar de bolsa de estudo, eu acho que vai agravar mais a situação. [soa a campainha] Acho que é preciso tomar muito cuidado com esse aspecto. As despesas são altas, a burocracia é enorme e a insegurança jurídica, sobretudo. Talvez o maior fator de inibição da formalização do trabalho no Brasil é a insegurança jurídica que existe por parte dos empresários, porque eles podem acertar uma coisa com o sindicato, com os trabalhadores, fazer um acordo, mas a Justiça do Trabalho vai anular esse acordo. Esse é um problema sério, que eu acho que precisa ser considerado na questão do estágio. Eu vejo, hoje,

o cumprimento da Legislação atual como matéria de responsabilidade da empresa. Nem da escola e nem do intermediário.

Então, se ela decidir burlar a Legislação trabalhista atual, essa com a qual nós estamos aqui apresentando críticas, mas ela tem que ser respeitada enquanto não for modificada, se ela decidir burlar a Legislação e utilizar mão-de-obra precária, como empregado fazendo a pessoa a trabalhar oito horas por dia com metas, etc, a empresa terá que ser nos termos da lei autuada, acionada e punida. É isso. Enquanto nós temos essa lei, eu acho que não resta outra coisa senão responsabilizar quem é de fato aquele que burla a Legislação, e no caso é a empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra à Dr^a. Ivone Moreyra, do Ministério da Educação.

SRA. IVONE MAIRA ELIAS MOREYRA: Obrigado, Presidente. Eu queria só fazer algumas considerações. Vou tentar me ater muito à reflexão que tem sido feita dentro do Ministério, Senador.

Eu concordo em parte com o Senador Geraldo no que ele coloca, no que diz respeito à tangenciar o problema. A minha reflexão particular, até, Senador, é se a gente conseguiria de fato uma Legislação mais nova, vou usar essa expressão, mais atualizada, de fato enfrentar o problema. Eu penso que essas questões que o Prof. José Pastore coloca, nós temos enfrentado essa discussão com o Ministério do Trabalho. Nós achamos que é preciso rever algumas questões. Por isso estamos trabalhando com a categoria que eu mencionei aqui naquele primeiro momento da educação no ambiente de trabalho. E aí, Senadora, é preciso distinguir. Isso que a senhora gostaria... Eu sou Três Lagoas, sou matogrossense, conheço Três Lagoas quando a gente podia andar quase que pelado na rua. Que não é mais aquela cidade que eu conheci. Isso não é estágio. Isso que a empresa quer não é estágio. E é impossível para a escola oferecer para essa empresa trabalhadores ou profissionais que não sejam estudantes ou mesmo sendo estudantes, qualificados para atuar naquele espaço. Se a gente pensar na tecnologia, nos avanços, nas possibilidades de uma produção com qualidade, com competitividade, nós não estamos falando de estagiários. E aí eu penso que a gente entra na área cinzenta que nós colocamos no primeiro momento. Por quê? Porque acho que quando o Dr. Paulo fala que o estudante não sabe nada, é um exagero da expressão para mensurar o papel do estagiário. Para dizer o que é que é ser estagiário. Então eu mencionei aqui uma questão ligada a uma quebra de uma máquina ou um estrago qualquer dentro da empresa. A essa pessoa isso é permitido. A essa pessoa enquanto educando,

isso é permitido. Quer dizer, é preciso que o concedente tenha essa lucidez.

Então, não dá para pensar na expansão dessa indústria que se coloca em Três Lagoas com a absorção de um número de estagiários para responder a demanda da produção. É impossível. Não sei se é nessa linha que a senhora colocava. A senhora mencionou a oferta em relação à demanda que as empresas têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Um aparte com a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para esclarecer. Não, não foi nesse sentido. Eu quis dizer que a cidade, eu dei um exemplo, uma cidade que cresce, que pode oportunizar aos jovens um conhecimento dessa relação empresa e vida acadêmica, e que isso é importante que se faça. Mas em Três Lagoas ainda isso V.S^a deve saber isso, é incipiente. E a Prefeita estava reclamando isso. Que todos querem aprender mais, conhecer, ver como é que funciona para ter o cabedal de conhecimento maior para entrar na vida do trabalho, e não tem essa oportunidade. Foi nesse sentido que eu coloquei.

SRA. IVONE MAIRA ELIAS MOREYRA: Certo. Concordo com a sua observação e acho que ela é pertinente. Eu queria voltar a essa distinção, Presidente, para a gente poder avançar aí. Concordo que a gente tem que distinguir essa figura com muita clareza do seu papel. Por isso penso que não é possível tratar numa lei do estágio a questão da aprendizagem. Acho que não é possível tratar das duas questões, até por conta da especificidade do que é aprendizagem da sua afeição.

E uma última observação, e aí o Senador Raimundo não se encontra, mas queria dizer a ele, nós não temos dados [soa a campainha] concretos do número de estagiários no Brasil. Primeiro porque no MEC nós só temos um viés de percepção das escolas ligadas diretamente à instituição. As escolas estaduais que são ligadas aos Estados e sistemas municipais. Isso se perde.

Então, assim, eu penso que talvez pudesse ser maior o número de estágios oficiais regulares, com um acompanhamento supervisionado pelo Brasil. Mas a gente... Essa é uma questão que é muito... Acho que pouco factível de ser percebida apesar dos números que o Dr. Carlos apresentou e todos os números que o CIEE tem, de todos os trabalhos das instituições sérias e que acompanham o estágio. Você não tem esse olhar totalizante do estágio no Brasil. Até porque em grande medida, ele é utilizado como contrato de trabalho. E aí eu penso que essa, eu acho que é a dificuldade que a gente teria e tem na elaboração de uma Legislação

que de fato não tangencia a questão, mas a enfrente de frente. É isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço nesta etapa a Ivone Moreyra do Ministério da Educação, e passo a palavra ao Antônio Lima, Dr. Antônio Lima que é do Ministério do Trabalho e Emprego.

SR. ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA: Obrigado, Presidente. Eu queria começar pela colocação do Senador Geraldo Mesquita emitindo uma opinião não apenas como gestor público, mas também como pesquisador da área. Acho que a proposição obviamente melhorada pelo debate, pelo próprio trabalho do Exm^o. Sr. Relator e de todos os participantes, mas ela atualiza a Legislação que tem 30 anos à luz da prática, à luz do cotidiano da vida social do estágio no Brasil. E corrige, pretende pelo menos, e pode corrigir, distorções severas que tem acontecido com o estatuto do estágio retomando o rumo a que ele foi concebido. Ele foi concebido, e aí nós temos acho que temos concordância na Mesa, como ato educativo complementar. E essa, a proposição apresentada, ela retoma essa discussão. Acho que essa é a essência da proposição que tem um valor por si. Eu também concordo com a Ivone. Poderíamos ter uma Legislação um pouco mais ousada, avançada? Talvez. Mas talvez precisássemos de um debate muito maior. Muito mais tempo. Até porque ela teria que se adequar à situação a questão das próprias mudanças que o Prof. José Pastore coloca que estão em debate de discussão.

Então, certamente num período posterior haverá uma necessidade de atualização. Mas aí em consonância com as leis trabalhistas em vigor. Não haveria essa necessidade de alterar a lei novamente. Ela se adequaria à legislação trabalhista emendada ou modificada pela Legislação.

Então, estou plenamente convencido, Senador, que é um avanço. Que de fato nós precisamos de um aperfeiçoamento da Legislação presente exatamente para evitar aquilo que eu comentei a título de exemplo, mas que é real. Os nossos auditores fiscais têm percebido casos impressionantes. Que a gente não acredita. A pessoa que passou ele foi estagiário em empresas terceirizadas que se mudaram no tempo, a mesma empresa teve quatro, cinco empresas terceirizadas e a pessoa ficou estagiário nas quatro empresas. Então isso vai se perpetuando uma relação que não é complementar, não é educativa, é de fato uma burla da Legislação.

Então, precisar isso, premia o empresário, na minha opinião. O empresário que está a fim de fazer mesmo, o estágio com princípio educativo, tem aquela força de trabalho ali que ele vai depois aproveitar que é

importante para ele. Nós temos recebido no Ministério do Trabalho vários empresários que eles dizem: Olha, eu quero cumprir a Legislação, mas ela está dúbia, ela tem um vazio. Eu preciso de uma certeza do que eu vou fazer. Isso eu concordo com o Prof. José Pastore, essa insegurança jurídica tem que acabar.

Então, nessa perspectiva que a proposição ela precisa, não estou nem dizendo para que direção ela vai, mas objetivo seria precisar, para evitar que multas sejam colocadas, que situações sejam colocadas nessa situação de insegurança jurídica. É outra coisa importante, acho que o José Pastore levantou um elemento muito importante. Apesar de eu obviamente discordar do cálculo, no Ministério do Trabalho, não aceitamos que a semana o descanso remunerado seja considerado no cálculo. Porque todas as férias, todos os elementos já consolidados seriam colocados. Mas tudo bem, isso é um debate que não é o momento de se travar. Mas concordamos com uma coisa importante. É uma bolsa, não é uma remuneração. Nós concordamos com isso. Objetivo não é atrelar à tributação essa, entre aspas, “remuneração” que é colocada. O objetivo é que o jovem receba uma remuneração por um trabalho ainda que em processo de aprendizado, mas que ele receba a bolsa. Acho que isso aí não temos discordâncias quanto a isso. [soa a campainha]

Só para finalizar, eu acho que é importante frisar que para nós no Ministério do Trabalho e também Ministério da Educação, qualificação e educação não gera trabalho por si mesmo. O que gera é o crescimento econômico. Agora, se tivermos uma força de trabalho qualificada e educada, ela poderá aproveitar melhor os espaços do crescimento econômico. E aí, Senadora, é importante, só a título de informação, nós realizamos uma Audiência Pública há três semanas em Três Lagoas, Ministério do Trabalho, com a participação da VOTORANTIN, INTERNATIONAL PAPER, do Governo do Estado, da Prefeitura, em que discutimos um plano setorial de qualificação, para os trabalhadores de Três Lagoas e Municípios vizinhos para que eles sejam aproveitados pela empresa. Isso são recursos do FAT, mas nós colocamos uma discussão que acho que é fundamental. Qual é a contrapartida da empresa? E a contrapartida da empresa que nós colocamos foi o aproveitamento dos jovens.

Então, a forma de induzir é utilizar o recurso público não como dádiva, mas como uma responsabilidade que a empresa tem que contrapor com a sua responsabilidade social. E aí aproveitar os jovens senão em serviço na própria empresa pelo menos nos serviços que vão ser gerados em volta, no entorno. Por exemplo, os serviços de logística, os serviços de alimentação, os serviços que vão conformar a empresa. Eu acredito

que esse plano será um grande sucesso, estou muito motivado até pela própria disposição que as empresas e o Governo do Estado tiveram em abraçar essa idéia do co-financiamento. Em vez do recurso ser só do Governo, ele ser um recurso de co-financiamento, inclusive com a Prefeitura cedendo salas de aula, e eu acho que é um mecanismo bastante interessante que em outra oportunidade poderei informar a senhora com mais detalhes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço e passo a palavra ao Dr. Carlos Mencaci, da ABRES.

SR. CARLOS HENRIQUE MENCACI: Sr. Senador Raimundo não está presente, mas respondendo a ele nós temos 350 mil estagiários no ensino médio. E isso é um número baixo. Eu jogo a ênfase para o volume de estágios no Brasil tem que aumentar para inserir o jovem, retê-lo na escola, dar renda para ele viabilizar o seu estudo. E respondendo para Senadora, provavelmente essas empresas não estão concedendo estágio por medo da Legislação, para não ser autuadas. E eu concordo com o Almerico, se nós fizermos uma Legislação clara, com regras claras, como na economia, nós teremos, sim, poder para ter mais empresas corajosas para conceder estágio e não correrem o risco de serem autuadas. Porque a Lei de Estágio, eu concordo que é educativa. Mas antes, ou agora ela se configura como uma priorização no momento da contratação. Quando o empresário abre uma vaga, ele pode contratar um efetivo ou ele pode contratar um estagiário ou ele pode contratar um aprendiz. Como é que ele escolhe? Depende da função da vaga. É possível contratar um aprendiz? É difícil. É possível contratar um estagiário. Não, eu preciso de dez anos de experiência. Vou contratar uma pessoa de 40, 50 anos, vou contratar uma pessoa que tem conhecimento técnico.

Então, algumas empresas, algumas atividade, algumas funções têm essa disponibilidade de contratar estagiário.

Então, a Lei do Estágio, e aí respondendo para o Senador Geraldo, tem a questão filosófica, sim, do estágio. Talvez até uma mudança. Se começou há 30 anos atrás como uma questão de educação, de ato educativo, hoje o estágio ele também é a forma de priorizar o jovem. Nós temos o índice de desemprego desocupação do jovem de 16 a 24 anos de 20%. Acima de 24 anos, de 7%.

Então, esse tipo de vaga ela tem uma ferramenta de priorizar o jovem. Fala, pô, mas estágio trabalho? É trabalho. Claro que é trabalho. Todo estagiário trabalha muito. Mas é uma forma de contrato onde ele tem um aprendizado, ele tem uma supervisão da escola, ele

tem um supervisor dentro da empresa responsável para que o conhecimento dele seja adquirido, depurado.

Então, essa questão filosófica é muito importante, sim, de debater. E encarar que nós estamos aqui responsáveis para inserir milhões de jovens que estão fora do mercado, sem esperança, sem expectativa de vida. E quando a gente conversa com o coordenador de estágios, e o parecer deles normalmente é igual, um jovem quando consegue um estágio, a auto-estima dele se eleva. E a postura dele diante da vida, dentro da escola, na sala de aula, na família, no não que ele vai dizer para o mal caminho, para droga que está lá na porta da escola, muda completamente. Ou seja, você muda a vida do jovem. Não basta simplesmente querer falar assim: Pôxa é um ato educativo. É. Claro que é temos que conduzir [soa a campainha]. Porém, antes de mais nada, a gente tem que se preocupar com os milhões de jovens que estão... Não estão sendo priorizados pela nossa sociedade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Passo a palavra em seguida ao Dr. Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do Centro de Integração Empresa Escola.

SR. PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA:

Muito bem, senhores. Eu queria antes de mais nada saudar a minha prezada Senadora Marisa Serrano. Vem enriquecer com a sua presença e sua lucidez o nosso debate. Ela focou aí um problema que eu gostaria de comentar um pouquinho. É o problema da dificuldade de obter estágio. Hoje é mais difícil obter estágio do que entrar num curso de medicina. Há mais dificuldades para obter estágios. Porque é uma demonstração isto de que realmente a nossa economia está numa crise permanente. Nós não temos estímulos para a multiplicação das ofertas de estágio nas empresas. E na parte de organização pública, temos um pouco mais de flexibilidade porque a Constituição exigindo concursos e os órgãos não podendo fazer concursos por falta de cargos e falta de verbas, tem que se valer muitas vezes de estagiários porque o serviço público não entre em falência. Nós temos em todos os Ministérios uma multidão de estagiários. Temos em todos os órgãos indiretos uma multidão de estagiários. Se por qualquer razão houver "dificultação" na administração do estágio, o Estado pára. O serviço público pára no Brasil. Isso é muito importante. Mas, na empresa, nem sempre nós podemos contar com muita expansão, porque a empresa tem muitas dificuldades, e os tais 103% aqui de que o nosso Pastore sempre fala pesam demais na decisão do empresário. Basta dizer que nós temos lá em São Paulo um banco de dados de inscritos para estágio com um milhão de jovens. E

esse banco se renova a cada seis meses. Então é uma coisa difícil de a gente administrar.

A Prof^a. Ivone estava curiosa para saber o número de estágios que hoje se pratica no Brasil. Pelas nossas estatísticas, são 500 mil estágios. Dos quais, 40% se referem ao ensino médio, e 60% ao ensino superior. Agora, também este número serve para provar que não há facilidade para oferta de estágio. Há muita dificuldade. É o número relativamente pequeno perante a população de estudantes. Eu tenho... Eu li outro dia um trabalho do IPEA, trabalho muito interessante chamado mercado de trabalho, conjuntura e análise nº. 21, onde os professores Eduardo Rios Neto e André Golgher, faz uma pesquisa, publicam uma pesquisa sobre o destino dos jovens no Brasil. E eles separam a população jovem, e jovem no Brasil é de 15 a 24 anos. Ele separa essa população jovem em dois grandes segmentos. O segmento dos jovens que não estudam, não trabalham e não procuram emprego. Que é o segmento dos miseráveis, o segmento dos desprotegidos sociais de todo tipo. Esses são maioria. E há o segmento dos jovens que estudam. Esse é um segmento um pouco menor.

Então, ele diz que qualquer política social precisa levar isso em conta, porque o jovem que não tem nada deve ser objeto maior do interesse do Governo. Deve ser o alvo maior das políticas sociais de inclusão e de proteção. Agora, aquele jovem que faz estágio, ele pode ser desconsiderado da política social, [soa a campainha] porque o próprio estágio já é para ele uma solução. Ele tem renda.

Então, para ele já é uma solução. A inclusão se faz muito melhor através do estágio para aquela população que estuda e que, portanto, é objeto de estágio. E que nem sempre trabalha.

Então, precisa da bolsa auxílio para manter-se. E outro problema que nós temos ao administrar o estágio é a péssima formação escolar que anda por aí. Todo mundo sabe que a educação no Brasil é uma grande empresa falida.

Então, é preciso realmente melhorar isso. Porque a qualificação dos jovens está muito malfeita. E nós temos tido aí problemas sérios. Às vezes a empresa pede dois estagiários e nós mandamos dez para que a empresa veja quem é melhor. Às vezes a empresa devolve os dez. Não tem condição. Nenhum pode ser aproveitado. Porque realmente a sua formatação escolar é a pior possível. Nós temos essas avaliações todas, é PISA INTERNACIONAL, é SAEB, é ENEM, é isso e aquilo... Mas todos os resultados são de molde a nos demonstrar que hoje o sistema de escolaridade está devendo para a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Passamos agora à segunda e última rodada de perguntas e comentários. Passo então a palavra em primeiro lugar ao Senador Paulo Duque. Senador Paulo Duque do Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente, do Rio de Janeiro. O Estado dos grandes problemas. Do desemprego, da criminalidade e da beleza. Eu não tinha idéia do valor e da responsabilidade dos trabalhos que se delineiam aqui dessa Comissão, é a primeira vez que eu me manifesto nessa Comissão. E tenho a honra de fazê-lo, junto com o Senador Francisco de Assis Moraes, que sempre se manifesta nessa e nas outras Comissões.

Eu gostaria de saber, inicialmente, veja que aqui existe uma Associação Brasileira de Estágios. Não sabia disso. Onde é que funciona? No Rio? Em São Paulo? Está aqui representada hoje. É a primeira pergunta que eu queria definir. Associação Brasileira de Estágios. Eu não sabia disso. A segunda questão que eu queria expor é que em 1936, eu tenho a impressão que eu sou o Senador mais velho aqui, 1936, quando ingressei na escola primária, o primeiro ano, foi no Colégio Salesiano Santa Rosa, Niterói. Internato. Tinha o primeiro ano, o segundo, o terceiro, o quarto e as classes. O aluno ao invés de estudar diretamente no curso primário ele escolhia ser alfaiate, sapateiro... Em suma, tinha uma série de profissões em que o aluno mesmo sentia uma certa tendência, uma vocação. Uma coisa espetacular. Isso desapareceu. Desapareceu não só no Rio, não, é em toda a parte. Eu não vejo mais isso. A escola profissional. E ainda esse negócio de ficar ao sabor da vontade do empresário, isso tinha que necessariamente desaparecer. Se não houver... Vou explicar melhor. Se não houver obrigatoriedade de estágio, podem crer os senhores, por mais que seja próspero um Banco ou uma instituição, eles não vão facilitar. Infelizmente é o que eu noto hoje. Como Advogado da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no Rio, eu devo dizer que 30% pelo menos, meu caro Senador, 30%, eram de estagiários. E ganhavam pequenininho. Eu opto e opino, eu entendo que a obrigatoriedade tem que vir na frente do estímulo. [soa a campainha]

Por exemplo, na polícia, estou vendo o Senador Romeu Tuma aí. Existe um tipo de estágio moderno, sensacional nascido no Rio de Janeiro nas chamadas delegacias legais. Não sei se isso existe no restante do Brasil. Antigamente existia o X-9. Não sei se ainda prevalece isso. Em suma, acho essa Comissão um progresso para o Senado. Eu acho essa presença dos senhores que vieram de São Paulo, do Rio, de onde mesmo? Daqui. Beleza. Eu acho isso formidável, e prometo que não vou faltar mais a nenhuma reunião

que vai se tratar desse assunto. Estou muito interessado nisso. É uma pequena colaboração. Minúscula colaboração. Mas posso garantir aos senhores meu tempo de CAIXA ECONÔMICA, BANCO do BRASIL, essas grandes empresas, sobretudo essas grandes instituições governamentais tinham que dar o exemplo. Tinham que ser as primeiras. Tinham que ser necessariamente as primeiras. Obrigatoriamente as primeiras. Tinham que realmente ser obrigada a conceder o estágio. É a minha palavra é a minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Obrigado, Senador Paulo Duque. Passo em seguida a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, peço desculpas por não estar presente na melhor fase dessa Audiência Pública e cumprimento V.Ex^a pela iniciativa.

Nós estamos com três Ministros na Casa, no Plenário, para discutir sobre o PAC. E nós estamos vendo o que vai cair para a educação. Dr. Pastore, dizem que vai ter um PAC especial para a educação, e como terá outro para a segurança. Eu estou atento porque um é interdependente do outro. Nós sabemos que se houver uma educação de primeiro nível, a criminalidade vai decrescer sem dúvida nenhuma. Foi o que foi dito aqui e eu concordo plenamente. Eu praticamente, Senador, eu tenho quase todos os meus amigos aqui nesta Mesa. Amigos de mais de 30 anos. Então, eu tenho uma admiração especial por todos eles, pelo CIEE, por tudo que fazem. Porque nós temos hoje um princípio que até eu cheguei a me assustar numa exposição que foi da Gazeta Mercantil, em que os maiores projetos de investimento social estão dentro das empresas. E não da estrutura de Governo.

O Governo fornece Bolsa Família, não se o que, mas na área de preparação para o futuro, estão na mão das empresas privadas. E o estágio, eu fiz um Projeto aqui, até diz que é inconstitucional, porque pedia ao Governo que determinasse aos órgãos públicos que absorvesse um determinado número de estágio permanentemente. Porque é como a gente diz, a gente aprende na vida com a barriga no balcão. Quando a gente trabalha, produz, a gente conversa com a sociedade, procura vender o que acha melhor ou pior e aprende a seguir o seu destino na vida. E aí o estágio é a parte prática da educação. Ela está super vinculada. Quem não tem a possibilidade do estágio não terá um caminho correto a seguir. Por quê? Porque lhe faltou a esta oportunidade. Eu não discuto o mérito da qualidade de ensino, mas da importância do estágio. Aonde a pessoa vai por vontade pessoal, disputa uma vaga às vezes e ele vai aprender nesta atividade estagiária o

que ele realmente vai oferecer no futuro e na profissão que escolher para a realização de seus sonhos.

Você tem hoje, a medicina é um exemplo maravilhoso com a residência médica. Quem não faz residência médica sabe que não tem futuro, Senador. Acha que vai ser um bom médico, mas não conseguirá nunca. Porque a residência médica é o aprendizado claro do que aquilo que a literatura lhe ensinou. E sem prática a gente não aprende nada. Então eu queria cumprimentar os senhores que tem lutado, os nossos amigos aqui que sempre foram bons conselheiros principalmente pra mim nessa área de educação, Dr. Pastore, Dr. Nathanael, enfim, todos que estão nessa Mesa por essa oportunidade. Senador Arns, eu gostaria que o senhor fizesse outras reuniões iguais a esta. Não para discutir só sobre estágio, mas para discutir sobre o PAC da educação. O que realmente nós precisamos para melhorar a qualidade de ensino. Eu tenho em Casa permanentemente conversa com quem foi diretora de escola, com quem foi professora primária, professora secundária, e acompanhamento de perto, que é a minha esposa. Então até em homenagem a ela eu faço uma presença permanente. A Senadora Marisa Serrano quando Deputada eu participava com ela nas Comissões porque ficava [soa a campainha] encantado pela origem profissional que ela tem no ensino. E nós precisamos aqui pessoas que tenham essa qualidade de realmente indicar a sociedade por projeto não qual é o melhor caminho para o futuro do País. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Senador Romeu Tuma lembrando que V.Ex^a tem também um Projeto em tramitação que já foi aprovado nesta Comissão e que vai para a Comissão de Assuntos Sociais sobre estágios. Inclusive naquela ocasião nós dizemos que seria muito interessante discutirmos todas as políticas públicas as iniciativas voltadas no caso para o jovem, para o estudante, para vermos os resultados de todas elas. Quer dizer, contrato de aprendizagem, primeiro emprego, PROJOVEM, PET, estágio... Vamos ver dentro da ótica, inclusive, que o Senador Geraldo Mesquita colocou para se ter um quadro adequado e a partir da análise, do aprofundamento desse debate, termos rumos novos mesmo. Eu acho, eu compartilho dessa idéia no sentido de ser um instrumento forte para mudanças que o conjunto das pessoas considere assim fundamentais. Passo a palavra em seguida ao Senador Mão Santa, e após o Senador Mão Santa o Senador Marco Maciel que é o Relator e que havia solicitado ao início para ficar por último.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Flávio Arns, que preside aqui essas autoridades pre-

sentes, e a senhora. Olha, eu estou há quatro anos e dois meses e pouco nesse Senado. E quero dizer que essa é a reunião de maior importância. O que eu tenho 64 anos de idade, sou médico cirurgião, para onde a gente vai a gente leva, e Deus me permitiu ser Prefeito, que acho que a coisa mais importante é o Prefeito. Mais do que o Presidente. Administra até sua mãe, sua mulher, seu filho. Não tem ninguém mais nesse organograma da democracia do que o Prefeito. Então eu trago essa experiência e governei o Estado do Piauí. Mas eu aprendi de um filósofo, Emerson, e cito: Toda pessoa que eu vejo é superior em mim em alguma coisa e eu procuro aprender. E aqui essa reunião se torna mais importante e eu estou com esperança. Eu só faço as coisas com fé que eu acredito. Porque nós estamos dos dois melhores juristas que tem aqui no Senado. São esses dois aqui que o Demostenes e o Geraldo Mesquita. O resto é foba, como eu posso sair aí discursando. Mas os dois mais competentes, mais objetivos que mais se aproximam de Ruy Barbosa está aqui. Então hoje eles têm responsabilidades.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Só um aparte. Dr. Demostenes é o efetivo. Eu sou o estagiário.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim. Mas eles têm responsabilidade. E o Flávio Arns é esse homem, é o santo daqui. É mais do que o Evaristo. Mas eu queria dizer o seguinte. Agora a minha, estágio é a coisa mais importante que existe. Agora eu tenho um lado prático a contar aqui para o País, Flávio Arns. Esse negócio de violência, o Presidente Lula com toda estima, é porque eu digo, é com bondade para ver se ele aprende. Eu não sou contra o Presidente Lula quando eu quero é o bem. Mas eu fui prefeitinho e digo: Olha, quem resolve as coisas é Prefeito, Presidente Lula. Eu fui, e governei uma cidade que tem 150, 160 mil habitantes, é a maior do Piauí. É a cidade de Evandro Lins eu Silva, de João Paulo Reis Veloso, Parnaíba. Então eu quero dizer que eu tirei, eu não, a minha mulher, porque a mulher é mais do que o homem, todos os meninos da rua da cidade. Todos. Tô dizendo aqui e está gravado. Eu tirei. Tanto é verdade que eu saí de lá de Prefeito para Governador, tive 93,84% dos votos. Todos. Sabe quantos têm? Uma média de 30. Essa é a média. Agora, se você deixa esses meninos de rua solto, jovem, dormindo na ponte, não sei o que, ficando nas festas, tomando craque, cola de sapateiro, lá cheiram esse negócio, aí dá um tumulto que você pensa... Mas não tinha uma média de 30. Agora coloquei uma escola, eu não, a minha mulher, serviço social, uma professora dedicada, uma escola que se chamava Bom Menino. Aprenda Presidente Lula da Silva, quem resolve

é Prefeito. Chame esses Prefeitos. Não tem mais de 30. Essa é a média. Estou dizendo, senhora, tem 300 mil, mas pode ter mais. Mas se resolve. Porque eu resolvi. Não sou o [inaudível], não era cirurgião, não.

Então, era uma média de 30. Fiz uma escola, um prédio bom, praça, Bom Menino, e a minha mulher, serviço social especializado. Aí se arrumava o estágio. Estágio. Eles tinham de manhã uma aula especializada com professoras mesmo dedicadas. Que isso não falta. Vocês vêem que as professoras, etc.

Então, ela fardava e de tarde arrumava um estágio. Nas empresas, no supermercado, ajudava, fardava os meninos para tomar conta do seu cargo. [soa a campanha] Hoje eu ando lá, eu era bom menino. Vaidoso. Quando aí atingimos o Governo fomos fazer isso e fizemos. Quando eu ia para o palácio na avenida era fumando crack e fumando aquelas colas de sapateiro. E fizemos. Deu um bolo doido. Lá na minha cidade não deu. Porque Prefeito é forte, a minha família... Aí deu confusão. Fazíamos do mesmo jeito e tiramos os meninos de Teresina. Está gravado. Acabou. Se resolve. Não tem mais de 30 meninos de rua numa cidade de 150, porque eu tenho a experiência. Então nas devidas proporções. Flávio Arns, aí deu bolo. Porque Ministério Público, não sei o que, estágio. E eu vi aqui um homem muito bom. Paulo Paiva. Eu levantei aqui para saber o nome. Marco Maciel sabe tudo. É do Governo, é mineiro. Aí deu o bolo. Mas Governador, essa CUT não deixa. Esses estágios eram o mesmo. Deu certo como Prefeito e ia dar como Governador.

Pegava e arrumava esses estagiosinhos para as crianças. Valoriza. O trabalho dignifica. Aí aquele negócio é de menor, não sei o que. Aí eu fui discutir com o Ministério Público. Aí com aquele papo furado de lei trabalhista... Eu disse: Vem cá, olha os dois homens mais importantes que eu conheço. Um é Mauá. Eu não vou dizer a vida, mas os senhores sabem. Mauá começou trabalhando com nove anos. Mauá que fez tudo. Pelo menos quem não acredita pega o filmezinho do Mauá que eu vi. A indústria. Tudo foi Mauá. Ensinava até Pedro II trabalhar. E outro, eu digo, aqui no Piauí, João Paulo Reis Veloso. O maior Ministro de Planejamento do I PNAD, II, ele abria a fábrica do meu avô com nove anos. Passou o emprego para o segundo irmão, o segundo para o terceiro, o terceiro para o quarto que é esse Raul Veloso. Então aí o Paulo disse: "Mas vai dar muita confusão. A CUT". Porque isso era em Teresina, a capital. Eu digo, "deixa que eu assumo aí as confusões". E acabou e tudo.

Agora, estágio, além dessa vivência que eu tenho a minha. Médico sem estágio não dá. [soa a campanha] Nossa amizade aumentou quando eu cheguei ao Duque, tu é do Rio de Janeiro, Duque, eu estou com

uma menina que está terminando medicina e ela meteu na cabeça que tem que aprender dermatologia com Azulay. Quer dizer, eu estou procurando para a minha filha, médica, eu fiz, sou cirurgião porque fiz estágios. E entrei na justiça, ô Demóstenes, por isso que eu quero que você veja a importância. Esse serviços(F) complicam a vida. A vida que eu era Governador quando aí um [inaudível] se levantou lá que eu estava... Porque defensor público. Eu acho que todo mundo. A justiça é boa, mas é cara. É impossível. É impossível um pobre se defender. Como é cara a justiça dos que conseguem. E os que podem pagar conseguem. Mas é cara. É muito cara.

Então, o Defensor Público, o quadro do Piauí deveria ter uns 30, são 224 cidades. Então eu dava essas bolsas. Para aqueles recém-formados, coordenados pelo defensor público para que todos tivessem. Aí eu me lembro que no Tribunal de Justiça, não tem aquela solenidade, que eu estava criando Advogado de segunda classe. Eu digo: "Calma, eu fui médico e tive bolsa. Passei cirurgião. E eu nunca fui considerado de segunda classe".

Então, vocês estão responsáveis, o Demostenes e V.Exª. a facilitar esse negócio de estágio. E os senhores estão com a bandeira mais importante, isso que leva o trabalho, o trabalho é que dignifica, o trabalho é que dá progresso. E eu sou médico cirurgião que foi o estágio. Tive muitos estágios e muitas bolsas. Então eu quero parabenizar o Demostenes, e nosso Geraldo Mesquita, vamos transformar uma lei que facilita esse negócio de dar estágio é como levantar a bandeira do Brasil. Sejam felizes aí nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Passo em seguida como Relator da matéria e última pessoa participando do questionamento, dos comentários aos expositores como já foi ressaltado várias vezes assim de um assunto de tamanho importância e com pessoas participando dessa Audiência Pública com profundo conhecimento da matéria. Passo a palavra ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE):

Meu caro Presidente em exercício da Comissão, nobre Senador Flávio Arns, eu quero antes de mais nada dizer que eu [inaudível] a Comissão de Educação quando resolveu fazer essa presente Audiência Pública. Eu acredito que ela trouxe uma importante contribuição ao esclarecimento de um Projeto que é, não podemos deixar de reconhecer, complexo. E que merece, portanto, uma atenção maior por parte desta Comissão e porque não dizer do Congresso Nacional. E eu não pretendo me alongar em considerações, mesmo porque a Audiência Pública já se estendeu por prazo acima do previsto, e temos agora a instalação da Subcomissão de Cine-

ma. Devemos fazê-la ainda agora para que possamos depois irmos ao Plenário ver às duas horas começa a Sessão Ordinária do Senado.

Mas eu gostaria só de dizer que considero que a partir desta audiência nós ficamos mais apetrechados ao exame da questão, que espero me concentrar na elaboração de uma proposição que tenha uma boa iniciativa, o Senador Osmar Dias é um excelente Parlamentar, e dizer também que eu tenho sempre a consciência de que nós devemos ter muito cuidado com a elaboração da lei. Porque eu acredito que nós devemos nós ser cuidadosos com a elaboração da lei porque o País não precisa de muitas leis. Precisa de boas leis. Há uma expressão, um brocado latino que dizia: *Plurissima relege corruptissima republica*(F). Querendo com isso dizer o seguinte: A multiplicidade de leis, a grande quantidade de leis de alguma forma não contribui para o bom funcionamento das instituições. Ou seja, porque fica difícil cumprir eu executar uma pletora muito acentuada de leis.

Então, o nosso objetivo será, portanto, fazer, e eu penso que nesse sentido expressa o sentimento da Comissão, fazer uma análise adequada da proposição do Senador Osmar Dias e oferecer à Comissão uma proposição que venha ao final representar, assim espero, um aperfeiçoamento dessa momentosa questão que é a questão do estágio.

Portanto eu concluiria minha intervenção também aproveitando a ocasião para agradecer aqui a presença dos expositores da diretora do Projeto Escola de Fabrica a Prof^a. Ivone Elias Moreyra, do Prof. José Pastore, Consultor da CNI, e um especialista na questão de emprego, etc, o Diretor de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, o Dr. Antônio Biondi Lima, bem como o Presidente da Associação Brasileira de Estágios, Carlos Henrique Mencaci, e por fim o Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza que é Presidente do Centro de Integração Escola e Empresa, CIEE, e acho que são... Acho que... Enfim, que as exposições foram extremamente proveitosas, esclareceram muitos pontos e que debate também foi enriquecido pela participação de um número relativamente elevado de Senadores.

Portanto eu encerro minha intervenção sem fazer concretamente nenhuma indagação, apenas cumprimentando de modo especial os expositores e os debatedores e esperando que a partir daí nós possamos partir para elaboração de uma boa proposta tendo em vista a iniciativa do Senador Osmar Dias. Muito obrigado. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Agradeço ao Senador Marco Maciel,

e concedo a palavra por dois minutos a cada um dos participantes dessa Audiência Pública, cada um dos expositores para as considerações finais.

Em primeiro lugar passo a palavra então à professora... Vamos começar de lá pra cá, a Prof^a. Ivone Maira Elias Moreyra, do Ministério da Educação.

SRA. IVONE MAIRA ELIAS MOREYRA: Obrigada, Presidente. Eu não sei se estou... [risos] Também, Senador, também. Eu só queria agradecer novamente a possibilidade de poder discutir um pouco essas questões, e acho que outras foram levantadas. Eu queria muito que a gente tivesse tempo para discutir algumas questões que o Senador Duque levantou, o Senador Malta(F) também, mas penso que esta Casa está sempre aberta para refletir. Quero me colocar, não sei se estou descumprindo a regra, Senador, mas queria saber do Senador Marco Maciel se poderemos enviar expressamente por escrito as observações que o MEC pode fazer e gostaria de fazer para entregar-lhe como contribuição a sua elaboração do Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gostaríamos que isso acontecesse em relação a todos os expositores.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Exatamente. Acho que nós acolhemos com muita satisfação essa contribuição e que é fundamental para a elaboração de uma boa lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SRA. IVONE MAIRA ELIAS MOREYRA: E por fim me coloco à disposição enquanto Diretora do Programa Escola de Fábrica, para fazer essa discussão junto com os outros programas para a juventude aqui nesta Casa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero dizer que não só os expositores, a gente apreciaria receber os subsídios, mas todas aquelas pessoas que estejam acompanhado essa Audiência Pública pela TV Senado que também possam enviar para a Comissão de Educação [soa a campanha] idéias, subsídios para que o resultado final possa realmente abrir perspectivas novas em termos daquilo que o Brasil precisa. Estas... Como estou sendo avisado, pode ser para a Comissão de Educação ou para o próprio Relator, Senador Marco Maciel. Passo a palavra ao Dr. Carlos Henrique Mencaci, da Associação Brasileira de Estágios, principalmente dizendo onde é que funciona.

SR. CARLOS HENRIQUE MENCACI: A ABRES funciona em São Paulo e já estaremos abrindo uma filial no Rio de Janeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS HENRIQUE MENCACI: Nós vamos transferir a matriz para o Rio de Janeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SR. CARLOS HENRIQUE MENCACI: E a questão da criminalidade, essa questão social brasileira é um dos itens que mais está pegando, sim, o jovem. Nós temos milhões de jovens ociosos. O ócio na juventude, você expõe o jovem para o mal.

Então, estágio, vamos fazer com que essa lei ao invés de dar aproximadamente um milhão de estagiários, quer dizer, há divergências nesse número, mas que ele dê três milhões de estágios no Brasil. Isso é, sim, educar jovem, preparar o jovem, tirar ele da rua e levar para o mercado de trabalho, dando auto-estima, dando uma mudança de postura diante da vida, diante da escola, diante da família. E para dizer um não para as coisas ruins da sociedade. Obrigado pela oportunidade de expor as nossas idéias junto aqui à Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também ao Dr. Carlos Mencaci. Passo em seguida a palavra ao professor Dr. José Pastore.

SR. JOSÉ PASTORE: Obrigado, Presidente. Obrigado a todos os presentes, Senadores, e a questão que a Senadora Marisa Serrano levantou é crucial como estimular mais, como aumentar mais a participação do jovem no mercado de trabalho. Como inserir o jovem no mercado de trabalho. Eu acho que nós não podemos ter ilusão, mas não podemos ficar na inação. Não podemos ter ilusão que isso vai acontecer de uma hora para a outra porque isso depende de crescimento econômico, educação de qualidade, e melhoria da Legislação. Como falou o Senador Marco Maciel, leis de boa qualidade precisamos. Precisamos simplificar tudo.

Então, nós vamos incluir o jovem para eles começar a crescer ele também combinando os vários institutos que estão aí. Aprendizagem, o estágio, o *trainee*, o primeiro emprego. As várias instituições que estão aí. Mas aí talvez precisamos fazer um esforço de simplificar os institutos. Eu acho que aqui é a Casa onde se pode simplificar os institutos. [soa a campainha] Eu me lembro quando eu era estudante do primeiro ano de sociologia, eu perguntei a um professor meu o que é uma boa instituição. O que é que era uma instituição que funciona. Me dá uma bibliografia. Ele deu uma bibliografia, mas ele falou, antes de você ler, vou contar uma historinha. A instituição que funciona é simples e auto-governada. E contou o seguinte caso: Olha, havia uma mãe de cinco garotos endiabrados que toda

tarde ela fazia um bolo para eles comerem. E logo ela ficava triste porque logo saía um briga, cada um queria a fatia maior do bolo e ela não sabia o que fazer. Até um dia que chegou a vovó, a mãezinha dela, e falou: Filha, é tão simples isso aqui. Faz o seguinte, coloca o bolo em cima da mesa e explica para os seus garotos que eles vão fazer uma fila. O primeiro vai cortar o bolo em cinco fatias, e você vai botar o primeiro no fim da fila. E daí para frente todas as fatias passaram a ser cortadas milimetricamente com simplicidade e com o auto-Governo. Não precisava ter fiscalização, nem punição, nem nada. Acho que a boa instituição é essa, que é simples e que permite uma auto-governança. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Prof. José Pastore também. Passo em seguida a palavra ao Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do Centro de Integração Empresa Escola.

SR. PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA: A minha palavra é de cumprimentos a esta Casa, e de alegria por chegarmos a grandes esclarecimentos nesta audiência. Acho que ela foi proveitosa tanto para os Srs. Senadores quanto para todos nós que aqui comparecemos e que dela participamos.

Para dizer o quanto valorizamos o estágio como instrumento de educação, eu quero citar só uma frase do grande pensador da educação moderna, João [inaudível], que disse: "No mundo moderno só sabe quem faz". Sabedoria é função do fazer. Então realmente o estágio caminha na direção certa. Muito obrigado a todos e até um dia, se Deus quiser, que outra oportunidade haja.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também ao Prof. Paulo Nathanael e passo por fim a palavra ao Dr. Antônio Lima, que é do Ministério do Trabalho e Emprego.

SR. ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA: Obrigado, Senador. Eu queria também agradecer a oportunidade me colocando à disposição para não só enviar a nossa nota técnica oficial, mas também participar de debates e discussões a respeito da elaboração da Projeto que nós achamos crucial tanto para o mundo da educação como para o mundo do trabalho. Eu queria aproveitar também e contar uma historinha que nós ouvíamos muito quando elaborávamos as discussões sobre o primeiro emprego. Um pai, um jovem muito alegre - eu queria fazer uma paráfrase, essa brincadeira, com o estágio - Um jovem chegou alegre na sua Casa e disse: "Papai, papai, consegui um emprego, consegui um estágio, consegui uma oportunidade de uma ocupação". Aí o pai olhou para o filho: "Meu filho, foi o meu emprego que você conseguiu".

Então, essa é a preocupação que nós temos que ter, elaborar esse Projeto, é que a gente não precarize as relações do trabalho. Todo programa de primeiro emprego tem um risco, que ao promover, ao facilitar a entrada [soa a campainha] no mundo do trabalho, a gente faça o contrário, que é retirar as pessoas com mais idade do mundo do trabalho porque eles vão custar menos em relação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Dr. Antônio, eu acho que o importante é artigos de proteção à garantia do emprego de quem tem. Não misturar o estágio com o emprego.

Então, essa coisa é uma coisa bastante séria que a gente tem procurado discutir aqui. Não dá para misturar. Porque claro que o empregador vai pagar o salário menor. E as vantagens também poderão ser prejudicadas. Então nós temos que fazer muro de proteção.

SR. ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA: Isso. Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Dr. Pastore tem explicado isso pelo rádio Jovem Pan, pela televisão, e a gente acompanha de perto essa preocupação que ele manifesta sempre.

SR. ANTÔNIO ALMERICO BIONDI LIMA: É essa a nossa preocupação, enquanto Ministério do Trabalho, é exatamente... Muito importante. Eu queria só ressaltar algumas questões que para nós do Ministério é fundamental. O crescimento econômico, Senador, o senhor colocou muito bem, gera emprego. E a melhor forma de inclusão social é o trabalho. E o nosso jovem ele precisa entrar pela porta da frente da empresa. Não é pela porta do fundo. Então por isso essa questão da precarização para nós é algo fundamental. E a forma de entrar é como a legislação de estágio ou de aprendizagem sólida, precisa, sem nenhuma dúvida para que o empresário aquele que quer fazer responsável social, possa fazê-la seja nenhum risco, sem nenhuma dúvida. Se nós conseguimos fazer isso, Senador, nós estaremos de fato chegando a dois milhões e meio ou até mais de estágios, mas de qualidade que eu acho que é a questão fundamental é que esse estágio de fato faça com que o jovem entre no mundo do trabalho com a cabeça erguida e não escondido na hora que o fiscal chegar ele é escondido atrás da porta para que ninguém o veja. Nós queremos que ele entre na porta da frente, seja registrado, esteja lá com a sua... A gente sabendo qual o número. Hoje ninguém sabe qual é o número de estagiários no País e é necessário que a gente tenha esse resultado como elemento fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação de todos os exposi-

tores, apreciaremos, como já foi dito também, receber eventuais sugestões também, além daquelas que têm sido apresentadas nesta Audiência Pública, e antes de encerrar esta reunião, eu passo a ler o comunicado do Sr. Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esportes, Senador Cristovam Buarque: De acordo com o preso tua o art. 89, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, indico os nomes dos Exm^{os}. Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal. Bloco da minoria, titulares: Demostenes Torres, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano E Marconi Perillo. Suplentes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro. PMDB, titulares: Geraldo Mesquita, Valter Pereira e Paulo Duque. Suplente: Valdir Raupp. Bloco de apoio ao Governo: Titulares, Paulo Paim, Flávio Arns e Sérgio Zambiasi. Suplente: Francisco Dornelles. E PDT, suplente Cristovam Buarque.

Tendo lido o comunicado, quero também informar que dentro de dois minutos haverá após o término desta reunião uma reunião rápida da Subcomissão Permanente que acabou de ser mencionada do Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social para a eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente.

Agradecendo a participação novamente de todas as pessoas que aqui estiveram, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h33

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2007.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado de Oliveira, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Valter Pereira, Adelmir Santana, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma e Eduardo Azere-

do, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, João Ribeiro, Gilvam Borges e Garibaldi Alves Filho. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senador Sibá Machado, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que “Altera o artigo 4º da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para que os Fundos Constitucionais priorizem projetos que contemplem a contratação de assistência técnica e pesquisa com universidades públicas ou instituições públicas de pesquisa”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, com as emendas nº 01 e 02 – CE, é aprovado. Item 03: Emenda nº 01 - PLEN, de autoria do Senador Siba Machado ao Projeto de Lei do Senado nº 069, de 2005, de , de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que ‘Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)’”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com sede no Município de Santarém, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA)”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a

emenda nº 01- CE, aprovada por 13 (treze) votos. Item 08: Requerimento nº 008, de 2007 - CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cícero Lucena, Marcelo Crivella e Flávio Arns, que requer “... nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta, no âmbito das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 284/2006 - ‘que altera a lei 9.263/96, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência da sociedade conjugal, para a realização da esterilização’, com a participação dos seguintes convidados: 1. Dr. Drauzio Varella; 2. Ministro da Educação; 3. Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, 4. Presidente do Conselho Federal de Medicina, 5. Representante Brasileiro de Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); e 6. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”. O requerimento é aprovado. Item 09: Requerimento nº 009, de 2007 - CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, com o apoio do Senador Sibá Machado, que “Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005 e o Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006, que tramita em conjunto, que altera os artigos 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação, com as presenças dos seguintes convidados: 1- Rubem Alves, Educador e Psicanalista, é membro da Academia Campinense de Letras e Professor-Emérito da UNICAMP; 2- Juan Pablo Lohlé, Embaixador da República Argentina no Brasil; 3- Regina Vinhaes Gracindo, Doutora em Educação pela USP e Conselheira do Conselho Nacional de Educação; 4- Erasto Fortes de Mendonça, Doutor em Educação pela Unicamp e Professor da UNB; 5- Gustavo Lemos Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes; 6- Manuel Palácios, Secretário de Educação Superior do MEC”. O Senador Sibá Machado, pede a palavra e sugere, como intuito de dar agilidade e aprofundar a debate, a redução no número de convidados na Audiência Pública, com o que todos concordam. O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e Cristovam Buarque pedem a palavra, e requerem oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado. Extra-Pauta: Item 01: Requerimento nº 010, de 2007 - CE, de caráter não termina-

tivo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, o Senhor Fernando Haddad, as seguintes informações: a) o quantitativo de cursos e de vagas autorizadas para instituições privadas de ensino superior no país, a partir de 29 de julho de 2005; b) a composição das comissões, com a lista nominal dos membros, sejam titulares ou suplentes; e a competência para conceder tais autorizações; c) o órgão que procedeu ao aumento de vagas nos cursos, após a autorização dos mesmos. Tal requerimento se justifica pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão de órgão sujeito à fiscalização deste senado federal”. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta: Item 02: Requerimento nº 011, de 2007 - CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, reiterando os termos contidos no Requerimento nº 971, de 2005, aprovado nesta casa do Poder Legislativo, cujas respostas trazidas pelo requerido junto à Comissão de Educação não se prestam a atender o solicitado. Assim que, não havendo o nobre Ministro se desincumbido do encargo, faz-se necessário reiterar o pedido, para o fim de obter as informações, com a estrita obediência aos quesitos abaixo elencados: 1) razões para o não cumprimento, pela SESU/MEC e pelo SETEC/MEC, dos prazos estabelecidos pela portaria nº 3643/2004; 2) razões e suporte legal para a existência de Comissões verificadoras para autorização de cursos das Instituições de Ensino Superior - IES; 3) Demonstrativo da tramitação dos processos relativos à transferência de manutenção dos cursos ou instituições, de uma para outra entidade mantenedora; 4) no caso dos processos referentes à transferência de manutenção de cursos ou instituições, a base legal e critérios para a substituição dos pareceres de auditoria independente por visita de Comissão; 5) fundamento legal e razões para o não acatamento pelo SESU/MEC, de decisões judiciais prolatadas em mandados de segurança impetrados por instituições de ensino superior; 6) quadro comparativo entre as vagas aprovadas pelo conselho nacional de educação e a publicação oficial das mesmas no diário oficial, nos anos de 2004 e 2005; 7) cursos cadastrados no sistema sapiens com pedido de autorização nos últimos doze meses; 8) cursos autorizados pelo CNE nos últimos doze meses com as suas respectivas

vagas; 9) cursos com portarias publicadas nos últimos doze meses, com as respectivas vagas; 100 entidades que pedira, após aprovação pelo CNE, redução de vagas através de ofício; 110 cursos já avaliados pelo INEP e não publicados pelo SESU”. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta: Item 03: Requerimento de Voto de Aplauso nº 012, de 2007 - CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “requeiro nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE”. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta: Item 04: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: Comunica aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência da Caixa Econômica Federal, em resposta ao ofício desta Comissão nº 146/2006, atendendo o Exmo. Senhor Senador Flexa Ribeiro, solicitando informações sobre a possibilidade de utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS para a aquisição de lote urbanizado. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. 2) Comunicado 02: Comunica aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Guilherme Palmeira, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 002.816/2005 – 4, bem como do relatório e do voto que tratam de possíveis irregularidades praticadas pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC na contratação da Fundação José Arthur Boiteux/FUNJAB, entidade de apoio àquela Universidade, para implementação de cursos de pós-graduação Latu Sensu. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai ao Arquivo. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2005, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2006, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2006. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um presente. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadora que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Passo à Pauta. Item nº. 01. Projeto de Lei do Senado 169/2003, que altera o art. 4º da Lei nº. 7.827 de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea V, da Constituição Federal, para que os fundos constitucionais priorizem projetos que contemplem a contratação de assistência técnica e pesquisa com Universidades públicas ou instituições públicas de pesquisa. O Projeto é de autoria do Senador Sibá Machado; a Relatoria é do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer favorável. A quem eu passo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu até comecei uma conversa aqui com o Senador Sibá, que é autor do Projeto, e também recebi uma série de visitas de órgãos representativos, e eu queria pedir ao Presidente se eu poderia tirar de Pauta para uma melhor reflexão sobre esse Projeto e também eu tive um parecer favorável, mas, diante das visitas das organizações que me procuraram e também uma conversa informal com o Senador Sibá, eu queria pedir mais um prazo para que eu possa melhorar a minha posição sobre o assunto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Está concedido o prazo e passo ao item nº. 02, também não terminativo, Projeto de Lei do Senado 406/2005--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Altera o Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei 8069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Medida Provisória 2178/36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de Educação básica e elaboração de cardápios do Programa de Alimentação Escolar e promover ações para a alimen-

tação e nutrição adequada de crianças e adolescentes. É de autoria do Senador Paulo Paim, e a Relatoria é do Senador Romeu Tuma, que está chegando. Então, nós adiamos, em vez de pedir um Relator *ad hoc*. Se ele não chegar a tempo, nós passamos para um Senador *ad hoc*. Passo ao item nº. 03, Projeto de Lei do Senado 069/2005, é uma Emenda nº. 01 do Plenário. Altera dispositivo de Lei nº. 8313, de 23 de dezembro de 1991 que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura, o PRONAC.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, foi-me solicitado, praticamente todos os Senadores, mesmo aqueles que são mais a favor e aqueles que são menos a favor, para que eu não votasse essa matéria hoje e conversasse um pouco com eles. Então, como o próprio Senador Crivella não se encontra aqui, porque está presidindo a Subcomissão de Trabalho Escravo e Previdência, eu estava com ele e vim para cá, eu vou retirar para a gente conversar com todos os setores sobre esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Está concedido também, da mesma forma que fizemos com o Senador Wellington. Passo ao item nº. 04. Esse é terminativo. O Relator não está presente, não temos *quorum* suficiente. Então, adiamos o 05, que também é terminativo. A autora, a Senadora Serys não está, o Senador Alfredo Nascimento também não. Passo ao item 06, também terminativo. 07, terminativo. Passo para o item 08, que é não terminativo. É um Requerimento dos Senadores Cícero Lucena e Marcelo Crivella, também ausentes. O item 09, o Senador Sibá está. Mas é um dos... Tem o apoio. Bem, considerando que estamos num impasse por falta de *quorum* para os terminativos e falta dos autores nos dois requerimentos—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Wellington Salgado, que pediu a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu sugeri à Mesa dois requerimentos para que fossem aprovados. O primeiro Requerimento, na verdade, é uma reiteração de um Requerimento feito no ano passado, e que a resposta do Ministro não foi completa. E a resposta foi mandada para essa Comissão no dia 20 de dezembro. Quer dizer, ao final do nosso mandato. Então, eu estou reiterando as informações do Ministro, e estou também colocando um outro Requerimento, que é nos termos no parágrafo 2º, do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que

sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, as seguintes informações: O quantitativo de cursos e vagas autorizado para instituições privadas de ensino superior no País, a partir de 29 de julho de 2005; a composição das comissões com a lista nominal dos membros, sejam titulares ou suplentes, e a competência para conceder tais autorizações; o órgão que procedeu ao aumento de vagas nos cursos após a autorização dos mesmos. O que se deve Sr. Presidente? É o caso de uma autorização de um curso de Direito. Vai-se, V.Exa. entende bem, sujeita-se um projeto com 50 vagas, 100 vagas ao Conselho Nacional, OAB, todo mundo autoriza, se coloca um curso com 100 vagas. Um período depois, se entra com Requerimento, se aumentam essas vagas, já que não precisa ir ao Conselho nem à OAB, para 400 vagas. Isso vem acontecendo não só no curso de Direito. As informações que eu tenho recebido é que tem outros vários cursos.

Então, eu estou pedindo essa informação ao Ministro para que se possa proceder se são sempre as mesmas comissões que estão autorizando, para quem estão autorizando, para quem estão autorizando, se são os mesmos das instituições que estão tendo esses aumentos de vagas. Só que o Ministro, muitas vezes, eu não vou falar o Ministro, vou falar a sua assessoria, não informa os pedidos de informação. Falam muito bem escrito, como eu tenho essa última resposta no ano passado, mas não dizem as respostas, não colocam as respostas para as perguntas que são feitas. E, nesse ramo, Sr. Presidente, eu acho que entendo um pouquinho. Porque, quando eu... Na minha certidão, já tinha “compareceu e faltou”, o senhor lembra daquele carimbinho, não é? Eu nasci dentro de um colégio e conheço bem essa situação.

Então, eu quero essas informações; eu sou um membro de apoio ao Governo. Não quero chegar a uma atitude extrema de criar uma CPI das vagas das Universidades privadas. Essas informações são publicadas. Estou pedindo simplesmente as informações de quem são as comissões que autorizam e quais foram os cursos que aumentaram vagas. Porque não é possível que se tenham criado Universidades nesse País, que se levaram 20 anos para se criar uma Universidade privada e, de repente, faculdades isoladas conseguem, com o aumento de vagas, chegar a um número de vagas de uma Universidade que levou 20 anos para se tornar Universidade. E o que é pior, Sr. Presidente, essas instituições e faculdades com o mesmo número de vagas aumentadas pobre “canetadas”, elas não têm a obrigatoriedade de 33% de Mestre e Doutor, com dedicação exclusiva. Então, esse virou o grande negócio da Educação. São as pequenas faculdades com vagas

turbinadas. Chegou a um número excessivo, que está ao mesmo nível das Universidades e não precisa virar Universidade. Para que é que ele precisa? Se ele tem a vaga, tem o curso que tem demanda naquele momento, não precisa colocar 33% de Mestre e Doutores, não precisa colocar dedicação exclusiva... Esse é o melhor negócio do mundo. As faculdades isoladas viraram o melhor negócio do mundo.

Então, estou pedindo essas informações para que essa Comissão possa fazer uma análise se estão existindo ou não atitudes tendenciosas nessa direção. É esse o meu Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum Senador quer comentar? Não havendo comentário, eu creio que é muito oportuno e procedente o requerimento e vamos transmitir ao Ministro o Requerimento do Senador Wellington Salgado. Eu ponho em votação--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, o Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não sou membro da Comissão, Sr. Presidente, mas queria fazer a seguinte solicitação: Este Requerimento que trata sobre Audiência Pública que pudéssemos vir a tratar nessa Comissão sobre o vestibular no Brasil. Assunto este de meu grande interesse, já pude até conversar com V. Exa. sobre o assunto, e duas pessoas membros dessa Comissão, que eu pedi que a subscrevesse, Senadores Augusto Botelho e Flexa Ribeiro, que não estão presentes, eu queria pedir encarecidamente que V.Exa. e outros Senadores pudessem subscrever o documento para que nós possamos apreciar a votação do Requerimento agora e até queria solicitar que pudéssemos até reduzir o número de pessoas que estão sendo convidadas, porque me parece que poderíamos perder na qualidade se nós mantivermos seis nomes, como estão aqui, eu queria até sugerir a V.Exa. uma redução. Seria o seguinte: Queria sugerir assim, que acho muito importante, de meu ponto de vista, o Dr. Rubem Alves, que é o primeiro; o segundo, o Dr. Manuel Palácio, pelo Ministério. Outros nomes que forem de interesse de V. Exa. e de outros Senadores, que nós pudéssemos apreciar. Mas vou ler os demais nomes que estão aqui para ver se os demais Senadores concordam com alguns dos nomes. Rubem Alves, educador e psicanalista, ele propõe a extinção

do vestibular e usa alguns argumentos os quais me subsidiaram no meu Projeto. O Sr. Juan Pablo Lohlé é Embaixador da Argentina no Brasil, e a experiência da Argentina a respeito de ingresso de alunos de nível de ensino de base no ensino superior, que é uma experiência da Argentina que, digamos assim, pode ser interessante para nós. A Sra. Regina Vinhaes Gracindo é Doutora e m Educação, é da USP e é conselheira do Conselho Nacional de Educação. O Sr. Erasto Fortes de Mendonça é da UNICAMP, também muito ligado à questão da Educação. O Sr. Gustavo Lemos Petta é Presidente da UNE e o Sr. Manuel Palácio é Secretário de Educação Superior.

Então, Rubem Alves e o Dr. Manuel Palácio são duas pessoas que eu acho muito importante. Faço uma referência ainda ao Presidente da UNE, ao Gustavo. Não sei se outras sugestões podem ser feitas pelos Senadores, mas acredito que deveríamos diminuir e reduzir este número, porque me parece muito extenso e poderia perder na qualidade do debate aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Alguém quer falar sobre o assunto? Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou falando demais, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, nunca fala demais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é um assunto que... Tem alguns assuntos interessantes. Acho essa colocação do Senador Sibá muito bem preparada, a questão do vestibular, e V. Exa. também, que é um Senador progressista, sabe que o vestibular foi criado num momento em que existia muito mais gente querendo estudar, pessoas, do que vagas. E hoje parece que existe mais oferta do que demanda. Então, muito bem colocado pelo Senador Sibá, acreditamos que os vestibulares deverão continuar nas Universidades públicas, porque tem uma demanda grande ainda, o Ministro tem criado a questão das provas que são feitas em nível da Educação básica ainda, que é o ENEM, para ser aproveitado. Acho que nós temos um caminho, Senador Sibá, que podemos, de repente, acabar com essa coisa terrível que é o vestibular e o debate é sempre muito interessante, e V. Exa. foi muito feliz na colocação desse assunto.

Eu queria fazer só mais uma colocação, Presidente, é que a UNE, como falou o Gustavo, a UNE conseguiu tomar posse do seu prédio, lá em Botafogo, não sei se V. Exa. tem conhecimento. Não sei se foi convidado já para visitar as instalações. Existia uma briga

naquele prédio e a UNE, num evento, tomou posse do prédio com todos os membros de vários Estados e está ainda... O Juiz deu uma manutenção ainda da situação e acho que esse momento é super feliz porque traz a história da UNE. A UNE resgata a sua história, tomando conta do prédio onde teve grandes figuras que participaram dos movimentos estudantis e, mais uma vez, a UNE consegue criar um fato interessante que resgata a sua história.

Então, o Presidente Gustavo está de parabéns, como foi colocado por V. Exa. aqui, e V. Exa., com certeza, viveu aqueles momentos naquela... Todos aqueles momentos naquela sede e poderia de repente acrescentar algum dado interessante sobre a história daquela sede que a UNE perdeu e agora resgata com a invasão, digamos assim, porém amparada pela lei, para resgatar a sua história.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de falar do assunto do Senador Sibá, eu quero sugerir ao Senador Wellington que aqui a Comissão faça um voto de louvor, de apoio, uma manifestação da Comissão para a UNE. E que, pelo fato de ter tomado esse prédio. Fico muito contente dessa lembrança, quando fui Ministro, a minha primeira viagem, a minha primeira visita foi à UNE. Antes de qualquer Reitor e qualquer instituição. Sobre a audiência, eu acho muito positiva a reivindicação porque é um assunto que a gente tem que debater, Senador Sibá, ainda que já conversamos e eu vejo um problema, do ponto de vista de justiça, se fizermos isso, injustiça, vou dizer qual, e de como resolver qual é a Universidade que o aluno vai escolher. Se todos têm direito de entrar, como é que vai ser... Todos vão para aonde escolherem? Ou vai ter algum critério para que ele escolha a sua Universidade?

Além disso, eu volto a insistir, nesse negócio da injustiça, é porque só um terço termina o segundo grau. Se a gente garante que todos que terminarem o segundo grau vão ter vaga na Universidade, a gente está criando cotas para um terço dos que terminam o ensino médio. E os que não terminam, a gente não tem nada a ver com vocês. Essa é a preocupação que eu tenho. A Argentina não tem vestibular, mas uma grande porcentagem dos alunos termina o ensino médio. No nosso caso, a gente sabe que dois terços ficam para trás. O que é que a gente faz com eles? O como casar vestibular com garantir que todos vão terminar o ensino médio. É uma preocupação que eu tenho. Eu tenho escutado muito as autoridades falarem em aumentar vagas nas Universidades. E eu não ouço muito falar em terminar o segundo grau. Aumentar o número dos que terminam o segundo grau. E a situação é tal que hoje sobram vagas, se a gente somar o setor público ao

privado. O Senador Wellington sabe bem disso, como ele falou. Sobram vagas. A pergunta é: Como escolher a Universidade, sem um critério de seleção?

Mas eu ponho em votação, muito satisfeito, essa audiência e eu proponho que depois conversemos com os subscritores, inclusive eu subscrevi, para vermos quais nomes convidamos, desses aqui, obviamente resguardados esses, mas quais a gente diminuiria para não ficar uma Mesa muito grande. Eu ponho em votação o Requerimento do Senador Sibá. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. O Senador Flávio Arns pediu a palavra. É sobre o item 08?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 08 da Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, está bom. Então, está em discussão o item 08, é isso?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Que é o Requerimento do Senador Cícero Lucena e Marcelo Crivella e agora subscrito pelo Senador Flávio Arns. Requer, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais para instituir que altere a Lei 9263/96, para tornar obrigatório o ensino da Educação sexual etc. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente, Sr. Presidente. É um Requerimento que tem como primeiro subscritor o Senador Marcelo Crivella e, como já foi dito, ele está presidindo a reunião do trabalho e Previdência, do ponto de vista do trabalho escravo na Comissão de Assuntos Sociais. E é justamente para orientar e instruir o Projeto de Lei 284/2006, que altera a Lei 9263/96 para tornar obrigatório o ensino de Educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vivência da sociedade conjugal, para a realização da esterilização. O Senador Marcelo Crivella, e eu subscrevo, para nós discutirmos e, se possível aprovarmos o Requerimento hoje, ele propõe, o Dr. Drauzio Varela, o Ministro da Educação, o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, eu até poderia sugerir, Sr. Presidente, conversando com ele depois, que pudesse ser o representante da CONIC, que é o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, do qual a CNBB faz parte, Presidente do Conselho Federal de medicina, representante brasileiro do Fundo das Nações Unidas para a

população, eu até diria, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, a mesma dificuldade que a gente teria com o Requerimento do Senador Sibá Machado porque, se numa Audiência Pública nós temos muitas pessoas, isso acaba dificultando a apresentação, o debate, a discussão. E, se o assunto exigir, até pode haver, eventualmente, uma segunda oportunidade para se discutir o assunto. Mas as experiências com muitos expositores não têm se mostrado, assim, as mais interessantes.

Então, eu até sugiro que a gente possa eventualmente, conversando com o Senador Marcelo Crivella, na sequência, talvez ficarmos com os quatro primeiros e os dois últimos deixarmos para uma outra oportunidade. Mas o assunto é importante, é necessário, eu acho que um debate sobre isso vai orientar e ajudar muito a se pensar sobre o Projeto de Lei em questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas vamos votar agora e aprovar ou não, no momento, o requerimento--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A minha recomendação é que seja discutido e aprovado. Pode ser com as pessoas constantes do Requerimento mesmo, que já havia um número de 14, já foi diminuído para seis. Então, vamos ficar no seis mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Além disso, sempre um não pode e é bom ter um número maior. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir o assunto, ponho em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento subscrito também pelo Senador Flávio Arns.

Bem, eu volto agora à sequência da Pauta, ao item 02, que é não terminativo, não está aqui o Senador Romeu Tuma, que é o Relator, não tivemos também [inaudível]--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, se me permitir, o Senador Romeu Tuma ligou agora pra mim pela importância do Projeto que combate à obesidade e ele fez um apelo para que o Senador Flávio Arns relatasse, se assim V.Exa. entender possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, embora a praxe seja de que precisa de duas Sessões de ausência do Relator, tendo a autorização dele e do autor, eu ponho em discussão o assunto. Trata-se do Projeto de Lei do Senador Paulo Paim, que altera o Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1919, que regulamenta e disciplina a comercialização de alimentos nas escolas de Educação básica. Eu peço ao Senador Flávio Arns que seja o Relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Sr. Presidente. Eu passo à análise do parecer, do Relatório. De acordo com o artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre o mérito envolve, entre outros assuntos, normas gerais sobre Educação, cultura, ensino e desportos, diretrizes e bases da Educação nacional, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, instituições educativas e outros temas correlatos. Em uma perspectiva de Educação integral, como aquela que se preocupa com a formação plena do ser humano, que inclui a pertinente preocupação com desenvolvimento de hábitos saudáveis, a qualidade de vida, condições de saúde, a matéria se enquadra muito bem entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação.

Em relação ao mérito, parece não haver dúvida de que a aplicação das normas propostas passará a integrar o cotidiano de nossas escolas da Educação básica, de modo a contribuir em futuro próximo para a reversão do quadro atual de crescimento acelerado dos índices de obesidade infantil no País. Trata-se, na verdade, de uma política bastante consistente, sustentável, de combate ao mal que vem atribulando, há algum tempo, com pequena tendência de recrudescimento, nossas crianças e adolescentes. A permanecer a atual situação, os reflexos na saúde dessa população, quando adulta, serão extremamente perversos, de difícil reversão e de custo muito elevado para o conjunto de brasileiros. Assim, a posição pela execução dessa política pública, a partir da capilaridade da rede escolar e do atendimento descentralizado do SUS, conjugando a participação das famílias e dos profissionais da Educação e da Saúde, não poderia ter melhor alternativa e momento mais oportuno. Analisada quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, a proposição não reclama quaisquer reparos.

Por fim, no que concerne à clareza do conteúdo, é de suscitar que o paradoxo envolvendo a expressão, entre aspas, “alimentos ricos em”, seguida dos nomes de substâncias cujo consumo doses excessivas é considerado nocivo à saúde, pode causar dificuldade à compreensão do espírito da lei. Desse modo, com o fim de superar essa impropriedade, sugerimos, por parecer mais adequada, a substituição daquela expressão por “alimento com elevado teor de”, para o que apresentamos a competente Emenda.

Ainda em relação à clareza, o Projeto pode ser aperfeiçoado no dispositivo concernente ao licenciamento de estabelecimentos comerciais situados em escolas. Deve-se agregar ao referido texto a vedação expressa de venda de alimentos e bebidas aqui discutidos, bem como a sujeição dos infratores, às pe-

nalidades previstas na Legislação sanitária, inclusive cassação do alvará de funcionamento.

Voto, como Relator *ad hoc* e lendo o voto do Senador Romeu Tuma, diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 406/2005, aprimorado por meio de Emendas. A primeira delas: Dê-se ao artigo 46 do Decreto-Lei 986 de 21 de outubro de 69, modificado pelo artigo primeiro do Projeto de Lei do Senado nº. 406/2005, a seguinte redação: “Parágrafo Único: Os estabelecimentos situados em escolas de Educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional ou alimentos com elevado teor de açúcar, gordura saturada, gordura trans, ou sódio, sujeitando-se, em caso de descumprimento, às penalidades previstas para as infrações à Legislação sanitária federal, inclusive a perda do alvará de funcionamento.

E a segunda Emenda, “dê-se ao artigo 6º da Medida Provisória nº. 2178-36, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo artigo 3º do Projeto de Lei do Senado nº. 406/2005, a seguinte redação: ‘Art. 6º: Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE, e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos dando prioridade, dentre esses, ao semi-elaborados e aos “in natura”, vedada a utilização de bebidas com baixo teor nutricional e de alimentos com elevados teores de açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio”.

Este é o relatório, Sr. Presidente, destacando que este assunto deve merecer, de todos nós, no ambiente do contexto escolar, nesta integração dos esforços da saúde e da Educação e também em termos da saúde no nosso País, a maior atenção porque é um tema, a obesidade é um problema e a obesidade infantil e na adolescência é um problema também muito sério, que além de trazer os riscos para o futuro adulto, traz também riscos para a saúde da própria criança e do próprio adolescente. Então, nada melhor do que incentivarmos, de todas as maneiras possíveis, hábitos saudáveis em termos da saúde da nossa população, parabenizando o Senador Romeu Tuma pela iniciativa da Relatoria e ao Senador Paulo Paim pela iniciativa do Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu abro à discussão. Tem dois inscritos. Senador Wellington e Senadora Fátima Cleide. E passo a palavra ao Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vivo na pele essa situação. Meu filho nº. 02, ele tem

problema de obesidade, justamente por essas comidinhas que tem na hora do recreio. Então, eu quero parabenizar ao Senador Paim, ao Senador Romeu Tuma, como Relator, Senador Flávio Arns, que bem colocou a posição. Eu acho que é um momento do triângulo perfeito. Esses três Senadores estão sempre... São Senadores que estão sempre à frente da preocupação com essas situações, junto às crianças, junto às questões sociais...

Então, estou muito feliz de estar aqui e poder acompanhar o voto, Sr. Presidente. Porque realmente é uma questão que, inclusive para o pai, é uma preocupação estupenda. Você ver o seu filhinho comendo essas gorduras transgênicas, você não consegue controlar, porque você acaba passando pouco tempo com ele. O Senador Romeu Tuma, com certeza é para um netinho, não é para um filho, porque os filhos já estão criados, mas você tenta de tudo quanto é jeito controlar. Mas a propaganda, inclusive, Sr. Presidente, é muito mais forte do que os conselhos que a gente possa dar.

Então, acompanho o voto, lido aqui pelo Senador *ad hoc* Flávio Arns, e fico muito feliz de constar nos anais do Senado o meu voto favorável a essa lei muito importante a qual nós estamos aprovando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide, com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, senhores Senadores, eu gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, que, na realidade, preocupa todos nós, educadores, pais e mães, o fato de as populares cantinas escolares, além também do que também se serve na alimentação escolar nas nossas escolas pelo país afora, fornecerem alimentos com... que vão influenciar na obesidade de nossas crianças, de nossos estudantes.

Eu queria apenas ressaltar que a proposta de emenda do artigo 6º, ela coloca uma situação que eu acredito que merece um pouco de precaução da nossa parte, que é a necessidade de elaboração, por nutricionistas capacitados, do cardápio a ser servido na escola. Bom, em primeiro lugar, eu tenho pleno acordo com isso. O que me coloca uma preocupação na cabeça é a realidade desse país que tem municípios que sequer têm um médico para atender a rede pública de saúde. Então, eu acredito que se nós trocarmos o texto ou acrescentarmos além de nutricionistas também técnicos nutricionais, até porque, aqui nessa Comissão nós já aprovamos um projeto de minha autoria, o PLS nº. 51 que hoje está na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, onde ali nós prevemos a

profissionalização de funcionários de escola, entre eles a criação de uma nova profissão, que seria a de agentes nutricionais capacitados e habilitados. Então, eu acredito, para que a gente o nosso projeto, na realidade, peque por não ser possível o acompanhamento de um nutricionista para elaboração de um cardápio, que a gente possa ampliar para técnicos nutricionais, porque estes podem ser capacitados em nível de segundo grau, em nível de ensino médio e, com certeza, poderão estar em todos os mais de 5.500 municípios desse país. Era só essa a preocupação que eu gostaria de colocar, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem. Eu tinha sido designado por V. Exa. como Relator *ad hoc*, já tinha manifestado a alegria pela importância do que nós estamos discutindo, mas, agora, com a presença do Senador Romeu Tuma, que é o Relator dessa matéria, eu gostaria de retornar à Relatoria para que, oficialmente, ele ficasse como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Considerando que ainda não houve a votação, está deferido, e com muita satisfação de minha parte—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma está com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Realmente o Paim me ligou, eu disse que a melhor pessoa para poder relatar um item tão importante, mas como eu estava numa disputa com o meu querido parceiro Azeredo sobre *airbag*, e ele foi vencedor, aliás, com muitas virtudes em defesa da vida, eu acho que nós podemos... Senadora Fátima Cleide, acho que a sua idéia é válida, só com um detalhe, eu não sei já foi reconhecida a profissão de técnico de nutricionista—

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, nós estamos trabalhando para isso--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então, nós não podemos--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aliás, o Conselho de Educação já reconhece sim. O Conselho de Educação já reconhece, Senador Tuma, apenas não há a previsão na legislação, coisa que nós já estamos tentando resolver.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Meu Presidente, meus Senadores, nós temos uma tese, eu acho que essa do Senador Paim teve uma cautela, que o cardápio é nacional. Eu acho que ele não foge regionalmente, é claro que pode ter alguma alteração pela Secretaria de Segurança, de um produto ou outra que tenha uma densidade maior na produção, que pode-

rá ser aproveitado, mas com a aprovação num centro de nutricionismo ou do Ministério ou da Secretaria de Educação, não sei se essa é a sua idéia quando elaborou esse projeto, esse projeto tem que ser aprovado como está e com essa emenda até que a gente possa fazer outro para ter o técnico nutricionista, quando for reconhecida a profissão. Eu acho que o projeto está bem elaborado, as emendas foram feitas pelo Senador Paim, aceitou Paim? Ou é mentira?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro, claro, claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Então, foram aceitas e eu acho que a gente poderia votar, Senadora Fátima Cleide, e nós faríamos aqui... A Senadora Fátima mudou o penteadado, então, eu acho que está com a orelha mais aberta. Eu só acho o seguinte, fazemos um pacto com a senhora, fica aqui, assim que for reconhecida a profissão de técnico, que hoje o curso secundário, o curso profissionalizante que o Presidente Lula tem criado, em vários Estados, é uma das áreas que deveria ser bem propagada e nós faríamos um projeto nesse sentido para que haja essa participação do nutricionista.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Até para que gente possa aprovar o projeto, Senador Romeu Tuma, e já parabenizando pelo relatório, eu concordo com a proposta, agora temo que a gente dificulte a operacionalização dele nas escolas deste país.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas eu acho que a gente vai... Forma de fazer que toda propaganda que tenha pela obesidade, hoje, doentia das crianças, elas estão relacionadas com a merenda escolar, Senador Paim. Viu, Senador Paim? Todos os programas que eu tenho visto, é isso, quer dizer, se não mudar a merenda escolar para evitar a obesidade das crianças, cardápios com gordura, tudo isso, que é fácil de solucionar... Eu acho que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem Senador, eu vou passar a palavra a Senadora Ideli, que pediu, só lembrando--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só quero fazer um registro de ex-gorda. Sou favorável a toda e qualquer política que trabalhe a questão da obesidade, porque realmente é uma questão de saúde pública, e a tarefa na--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A senhora está bem elegante agora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu tenho provocado vários elogios, suspiros, eu não chegaria a tanto, Senador Crivella, porque eu já passei da idade de fazer alguém suspirar por mim, mas, pelo menos, que nós possamos ter, nas unidades escolares, essa

preocupação com a obesidade, até porque a questão, na infância, é que se estabelecem os hábitos alimentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, eu vou passar a votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu abro mão da minha fala, como autor, pelo brilhante relatório, até porque tem matérias terminativas, eu sei que os Senadores querem votar em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E para aproveitar o *quorum* para votar a terminativa, só dizendo, agradecendo, em nome aqui dos mais velhos, a gentileza da Senadora Ideli, quando ela disse que não está na idade de provocar suspiros, ela queria dizer, mas pela gente não pôde, que nós aqui já passamos de idade de suspirar.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa.—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos pôr ordem. Terminou a brincadeira. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu só queria dizer o seguinte a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Tuma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só apenas para dizer o seguinte, V.Exa. agora me fez lembrar uma página de Gabriel Garcia Marques, no livro que ele tem, "O amor na época do cólera", dos anos do cólera, que diz o seguinte: Que o personagem dele experimentava, olha que maneira poética de dizer uma tragédia, ele experimentava "a lenta e gradual extinção do desejo venéreo que conduz à derradeira paz sexual".

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vejo que...

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta pauta está ficando desanimadora, Senador Cristovam, vamos para o combate à obesidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr.Presidente,Sr.Presidente,Sr. Presidente, eu, como Senador jovem, eu coloco aqui a minha manifestação em desagrado, completa e total.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito, eu aceito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, nós vamos pedir a paz--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, parabenizo o Senador Crivella, que tem memória para contos eróticos e para a Bíblia também.

[risos].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não é erótico, Sr.Presidente, é Gabriel Garcia Marques.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou pôr em votação. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado o projeto. Eu parabenizo ao Senador Paim e lembro uma coisa, a gente falou muito aqui nesse projeto, do ponto de vista da obesidade, mas deixamos de falar de uma coisa também importante: A alimentação tem muito a ver com a capacidade de aprendizado. Isso aí está provado, então, parabenizo. Eu, então, passo ao item terminativo nº. 06, item 07, que o Relator está presente, porque, nos outros dois terminativos, não está. O Senador Flexa Ribeiro é autor, o Senador Eduardo Azeredo é o Relator, Projeto de Lei nº 213, que autoriza o Poder Executivo a criar Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede no município de Santarém, por desmembramento da Universidade Federal do Pará. Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr.Presidente, o parecer é favorável, já que, naquela região do Pará, não existe Universidade Federal, é um Estado que tem crescido muito, a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro é meritória e vem sanar uma lacuna, portanto, criando a Universidade Federal do Oeste do Pará, no município de Santarém. Existe só uma dúvida com relação ao nome, o Senador Flexa Ribeiro não entrou num acordo ainda, se é UNIOES-PA... Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, dado o parecer favorável, está em discussão. Alguém quer fazer alguma fala?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhor, eu queria fazer uma colocação--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington, depois, Senador Tuma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria fazer uma colocação rapidamente, Senador Flexa, é claro que eu vou votar favorável à criação da Universidade, mas eu acho que nós temos que... O Ministério tem que prestar atenção, porque esse tipo de situação, nós poderíamos simplesmente criar um Campus da Universidade. Então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quer transformar em Universidade realmente, quer dar autonomia, quer fazer tudo para a região. Então, essa é a minha colocação, porque eu acho que sai muito mais barato, Sr.Presidente, criar o Campus, mas como é algo muito mais político para a criação e o desenvolvimento de uma cultura local, criando ali uma Universidade. Eu votarei favorável ao projeto do Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu não passaria, nem por sonho, a discutir com o Senador Wellington sobre Universidade, mas eu já tenho lido do governo, do desejo do governo de diminuir a possibilidade de criar campus fora do município ou do local da Universidade, já há idéias nesse sentido, Senador. Então, é uma coisa que o Senador Flexa Ribeiro deve lutar pela criação na Universidade, para não correr nenhum risco da negativa do governo em instalar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só quero dizer, também, que eu vou votar a favor do projeto do Senador Flexa Ribeiro, mas concordo integralmente com a observação do Senador Wellington. Na minha opinião, nós deveríamos ter, porque ficaria muito mais integrado, muito mais adequado, termos uma Universidade Federal do Pará, no caso, Universidade Federal do Paraná, com *campi* em vários locais, porque aí você teria, como aliás acontece em outros países também, você tem uma Universidade, com *campi* em vários locais. Isso é uma racionalização de dinheiro, de recursos, de pessoal, uma integração, uma filosofia. Eu acho que o Ministério da Educação deveria até discutir melhor essa situação, em termos dessa possibilidade, mas eu voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para aproveitar o *quorum*, eu vou pôr em votação, apenas sabendo que cada um vai sair depois da votação, eu queria propor algo aqui, com o risco de não ter consultado ninguém. O Presidente da República lançou o Plano para a Educação. Eu creio que essa Comissão poderia manifestar simpatia, apoio, solidariedade, a palavra a gente procura, ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, por esse plano, mesmo que eu, pessoalmente, considero que é um começo, mas é algo que merece a nossa manifestação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu acho que V.Exa. tem toda a razão, ninguém faz nada sem dar o primeiro passo. O Presidente deu o primeiro passo e ainda ouvi elogios ao Ministro Haddad. Eu não sei se V.Exa. concordaria de um convite ao Ministro Haddad para vir explicar esse pacote--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está feito o convite, no dia 03--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque eu acho que a gente tem entusiasmo com ele, mas desconhece--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No dia 03, ele virá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós aprovamos, na Sessão passada, um convite ao Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu só queria dizer isso para que não parecesse, depois, que estou falando depois de saírem muitos... Mas eu gostaria de votar--

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu acho muito oportuno, eu queria, primeiro, que o primeiro passo em relação à Educação de qualidade, universal, democrática, foi V.Exa. que deu à frente do Ministério. Eu acho que esse é mais um passo, e eu acho muito oportuno o gesto de grandeza que V.Exa. expressa nessa manifestação. Eu queria formalizar a proposta de uma moção de apoio--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De aplauso.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): De aplauso, que poderia ser votada pela Comissão, e queria parabenizar a Presidência por essa iniciativa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Então, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Esperem aí. O Senador Eduardo Azeredo quer usar a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Como opositorista, estou a favor também. Agora, eu queria só lembrar que, além da Saúde e da Educação, não se pode brincar com os outros setores do Brasil também não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Eu quero votar o projeto do Senador--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente. É exatamente, é sobre o projeto, porque eu vim--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, então está bem. Está aprovada a moção de aplauso--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A moção, com certeza, maravilhosa, eu acho que está corretíssimo o que o Senador Mercadante falou, inclusive o gesto de V.Exa. tem muito significado, mas eu vim no corredor, a convite do Senador Flexa Ribeiro para aprovar o projeto de instalação de uma Universidade no município de Santarém e combinei o jogo com o Senador Flexa Ribeiro, que tão logo isso esteja aprovado, neste mesmo espírito que levou V.Exa. a propor o voto de aplauso, que ele também o faça no Plenário o voto de aplauso à expansão das Universidades federais durante o Governo Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Crivella, vamos votar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos votar. Eu só pediria a V.Exa. para não deixarmos de votar hoje o requerimento que trata de planejamento familiar, item 08.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, já votamos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Já foi votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já votamos e foi aprovado. Votado e aprovado com referência ao senhor, e quero parabenizá-lo pela iniciativa. Senador Flávio Arns, como vota?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Augusto Botelho obviamente... Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Senador Flexinha, com o projeto e com Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro, obviamente favorável, não precisa votar, é o autor. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marcelo Crivella. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ficou algum esquecido? Não. Está aprovado, por unanimidade. Senador Flexa Ribeiro, autor do projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu quero, neste instante, em que a Comissão de Educação do Senado Federal aprova de forma terminativa o projeto que autoriza a instalação da Universidade Federal do Oeste do Pará, eu quero agradecer o apoio dos meus pares pela votação unânime, e agora vai tramitar no Plenário para encaminhamento à Câmara Federal. É importante, eu quero esclarecer, alguns Senadores que usaram da palavra, à conta da discussão do parecer, de que o Estado do Pará é o segundo maior Estado brasileiro em extensão territorial. Nós tínhamos, até dois anos atrás, uma única Universidade Federal; temos hoje duas, que é a Universidade Federal Rural da Amazônia, lá do Pará. Então, com esta é a terceira Universidade Federal e devido à extensão territorial, é importante que, por desmembramento, Senador Wellington, por desmembramento da Universidade Federal do Pará, se crie uma Universidade Federal no Oeste do Pará, que é essa que foi aprovada hoje e uma segunda Universidade no sul e sudeste do Pará,

para levar a essas regiões a inteligência, a ciência, a tecnologia, o conhecimento, que vão poder desenvolver mais aceleradamente essas regiões e o Estado do Pará como um todo.

Eu quero dizer à Senadora Ideli, que fez a ressalva de que eu, no Plenário, teria que dar um voto de aplauso ao Senador, darei não... Ao Presidente Lula, darei não só um, eu quero dar vários votos de aplauso ao Presidente Lula nas ações que beneficiam o meu Estado do Pará, não só com esta do Oeste, como a do sul e sudeste do Pará, como as obras também do PAC. E quero parabenizar à população do Oeste do meu Estado do Pará, com a autorização, agora terminativa, da instalação da Universidade Federal do Oeste do Pará, UNIOESTE-PARÁ, que é a nova denominação, que eu peço que seja feita emenda de redação no projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. O projeto já está votado. Eu quero aproveitar para convidar os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras presentes que amanhã às 9:30 no café do Senado, vai ser lançada a bancada Frente Parlamentar pró-Antártica. É uma bancada para dar suporte a esse maravilhoso trabalho do Brasil, de ter uma base na Antártica. Eu gostaria de convidar todos aqui para que compareçam. Não precisa... Todos estão convidados, amanhã, quinta-feira, às 9:30 no café, no restaurante dos Senadores.

Bem, está encerrada a Sessão? Está aprovado e, com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro, eu dou por aprovada, nessa Comissão, a criação de mais uma Universidade. Tenho dois comunicados e com isso terminamos a nossa Sessão. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento da correspondência da Comissão da Caixa Econômica Federal, em resposta a ofício dessa Comissão, atendendo ao pedido do Senador Flexa Ribeiro, solicitando informações sobre a possibilidade da utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para a aquisição de lote urbanizado. Os Senadores que desejarem cópia deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. Comunico também aos Srs. Senadores e Sra. Senadora o recebimento da correspondência do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Guilherme Palmeira, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo 00286, de 2005-4, bem como do relatório de voto que trata de possíveis irregularidades praticadas pela Universidade Federal de Santa Catarina, na contratação da Fundação José Arthur Boiteux, entidade de apoio à escolaridade, para a contratação de curso pós-graduação *latu sensu*. Os Senadores que desejarem cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Está encerrada a Sessão e agradeço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aqui estiveram.

Sessão encerrada às 12h26.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Ala Senador Nilo Coelho, sala dois (02), sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Mão Santa, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Jonas Pinheiro, José Agripino, Kátia Abreu, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Arthur Virgílio, José Nery, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, João Durval, Heráclito Fortes, reúnem-se a Comissão de Educação, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Alfredo Nascimento, Romero Jucá, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Jayme Campos, Leomar Quintanilha e Eliseu Resende. A Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Tite Borges, representante do Ministério da Saúde; Senhora Regina Odami, representante da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Dra. Ana Cecília Sucupira, Coordenadora da Saúde das Crianças e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Dra. Maria José de Araújo, Co-

ordenadora da Saúde da Mulher; Dr. Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e Senhora Maria Paula, atriz e madrinha do Projeto e do Programa do Aleitamento Materno, que usam da palavra. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, submete à Comissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 005, de 2007 - CE, nº 002, de 2007 - CAS e nº 001, de 2007 - CDH, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Paulo Paim, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 281 de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal". São convidados como expositores os Senhores José Pastore, Consultor da Confederação Nacional da Indústria - CNI e Professor da Universidade de São Paulo - USP; Senhor Michael Haradon, Presidente da FERSOL Indústria e Comércio S.A.; Senhor Dioclécio Campos Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Pediatria; Senhor Eugênio Ferreira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Senhora Cláudia Scaff, Diretora do Comitê de Responsabilidade Social - Cores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e o Senhor Carlos Faccine, Diretor da Nestlé do Brasil. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Kátia Abreu, Inácio Arruda, Fátima Cleide, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. A Senhora Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

NOTA TAQUIGRÁFICA

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICI-

PATIVA, CONJUNTA COM A 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 8ª Reunião da Comissão de Educação e a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicitamos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados.

Passamos à apreciação da pauta. Item único: Audiência Pública conjunta CDH, CAS e CE. Nos termos do Requerimento CDH nº 01/2007, de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya, para instruir o PLS nº 281/2005, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da Licença Maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal.

Eu gostaria, de imediato, de dizer a todos que há uma alegria muito grande de nossa parte nesse trabalho que estamos fazendo de forma muito integrada, com muita parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação. O Senador Cristovam preside a Comissão de Educação, a Senadora Patrícia, a de Assuntos Sociais e eu presido a Comissão de Direitos Humanos. Como, nesse caso, a Senadora Patrícia, além de presidir a Comissão, é a autora do Requerimento, é autora do Projeto e eu sou o Relator, nós combinamos aqui na Mesa e, de imediato, eu passo à Presidência dos trabalhos, porque vou ficar na Relatoria e tanto posso ficar no Plenário ou aqui na Mesa para acompanhar os debates e construindo o meu Relatório que no fundo vai seguir a orientação da nobre autora do Projeto original. Senadora Patrícia, a senhora nesse momento assume aqui a Presidência.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE):

Bom dia a todos e a todas, em primeiro lugar eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos, por me conceder o privilégio de presidir esta Sessão, esta Audiência Pública, que para o nosso mandato é de fundamental importância. Quero agradecer também ao Senador Cristovam Buarque, que também tem uma

Audiência Pública nesse momento na sua Comissão, na Comissão de Educação, e que fez questão de estar aqui na abertura desta Audiência, para que na verdade nós pudéssemos trocar algumas idéias sobre um Projeto, que na verdade, até para explicar o início, como começou tudo isso é preciso deixar claro e esclarecer que esse Projeto foi elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, com o aval da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, já se encontra aqui presente o Dr. Deoclécio, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e que colocou nas minhas mãos esse Anteprojeto, provavelmente pela luta que eu venho ao longo da minha vida travando na defesa dos direitos da criança e do adolescente não só do meu Estado, o Estado do Ceará, onde eu já tive o privilégio de ser Vereadora pela nossa capital, Deputada Estadual, mas sempre abraçando a causa que considero certamente uma das mais importantes do nosso País, que é proteger o direito daqueles que muitas vezes não têm vez, não têm voz e que precisam de cada um de nós, não só da família, da sociedade, mas do Estado Brasileiro para que possam ter uma vida melhor e uma vida mais saudável.

Ao longo desses quatro anos do meu mandato, tenho procurado aqui me dedicar a essa causa, presidi, tive também a honra de presidir uma Comissão Mista de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País e vi com os meus próprios olhos uma sociedade que ainda exclui a maioria das nossas crianças, que não dá oportunidade a essas crianças, onde elas não têm muitas vezes acesso à educação, acesso ao esporte, ao lazer, à cultura. E, portanto, cada vez maior é o meu convencimento de que é preciso cuidar dessas crianças desde que estão no ventre das suas mães. É preciso dar uma atenção especial àqueles que muitas vezes estão vulneráveis e fragilizados dentro de uma sociedade como a nossa. Eu torço, luto e acredito que é possível transformar esse País num País mais junto, num País mais igualitário, onde todos tenham direito à liberdade, desde que nós sejamos capazes de cuidar, em primeiro lugar, de quem mais precisa. E quem mais precisa são as nossas crianças. Porque elas precisam da nossa voz. Elas não podem vir até aqui fazer manifestações, elas não podem reivindicar, mas nós temos a obrigação e a responsabilidade de fazer isso por elas, independente da vocação que cada um tenha nesta Casa para atuar em determinadas áreas.

Eu tenho aqui a presença ilustre de Senadores que têm um papel importantíssimo na nossa sociedade, que já desenvolveram papel importantíssimo, cada um dentro do seu Estado, e que se dispuseram a vir aqui hoje para discutir um Projeto, talvez um Projeto,

de certa forma, polêmico, quando as pessoas ainda não conhecem bem o que é que ele trata e qual é o seu objetivo principal. Por isso nós estamos fazendo esta Audiência Pública para ouvir também o segmento empresarial, nós convidamos hoje para participar desta audiência representantes da FIESP, da CNI, da CNC, trouxemos também alguns exemplos, que os senhores e as senhoras vão ter a oportunidade de ouvir, de experiências que já demonstraram que dá certo invisto na primeira infância, que dá certo dar uma oportunidade às mulheres brasileiras. É um Projeto, na verdade, que amplia de quatro para seis meses a Licença Maternidade. Este Projeto ele não obriga as empresas a adotarem os seis meses de Licença Maternidade, até porque nós queremos criar uma nova cultura, a cultura da responsabilidade social, a cultura de que é preciso investir na primeira infância para termos uma sociedade mais justa e uma sociedade mais igualitária. Nós queremos aqui os empresários como nossos aliados nessa luta, nessa luta que é de todos os brasileiros de boa-fé, de todos os brasileiros que acreditam na possibilidade desse País mais justo, desse País melhor.

Aqueles empresários que aderirem ao Projeto de seis meses de Licença Maternidade terão oportunidade de deduzir esses dois meses excedentes em 100% do Imposto de Renda. Esse não vai recair sobre a Previdência, como alguns podem imaginar. Na verdade, é aquilo que o Governo deixará de arrecadar. Eu tenho dados importantes de estudos feitos pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Consultoria do Senado que apontam que se o Brasil inteiro, todas as empresas brasileiras aderissem aos seis meses de Licença Maternidade, o Governo iria ter em torno de 500 milhões de renúncia. E temos também dados que mostram que hoje o SUS gasta, por ano, em torno de trezentos milhões só em internações de crianças com menos de um ano de idade por pneumonia. Portanto, nós não queremos aqui tratar de gasto, mas sim de investimento, e mudar um pouco a idéia de que isso seria um gasto para o Governo, mas sim uma economia brutal que o Governo irá fazer. Já tivemos a oportunidade em outras ocasiões de discutir com todos os representantes das Sociedades de Pediatria de todos os Estados que aqui estiveram presentes, já tivemos a oportunidade de ter também a Ordem dos Advogados do Brasil, a representação do Governo Federal, através da Ministra Nilcéa Freire, que eu tive a oportunidade de ter ontem um contato com ela, recebi hoje pela manhã um telefonema, que me alegrou muito, do novo Ministro da Saúde, que se compromete a lutar também, ele quer entender melhor o Projeto, quer conversar e marcamos uma conversa para terça-feira,

mas ele colocou claramente hoje em todos os jornais que isso é uma questão de saúde pública, e que esse investimento que nós estamos fazendo poderá salvar a vida de muitas crianças que hoje acabam morrendo antes de completar um ano de idade, por falta desse cuidado tão específico.

O Projeto ele não se concentra apenas como foco principal na amamentação, mas sim no fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho. Provado claramente por todos aqueles especialistas e estudiosos que esses seis meses de Licença Maternidade é aquilo que vai definir essa criança no futuro. O seu comportamento, o seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. O cérebro de uma criança cresce mais rapidamente nos seis primeiros meses de vida. Isso que nós perdemos nos seis primeiros meses de vida, se a criança não recebe os estímulos suficientes, nós não vamos recuperar logo depois. O cérebro cresce, se não me engano, em torno de dois gramas nos seis primeiros meses de vida, e logo depois esse crescimento vai caindo. O rendimento escolar tem uma ligação muito forte com isso. Doenças como obesidade, doenças alérgicas, doenças do coração, até alguns tipos de câncer podem ser evitados. Não necessariamente apenas com aquela que é a melhor vacina que existe no planeta, que é o leite materno, mas também com a convivência, com o carinho, com o afeto. Às vezes nós não percebemos como é importante o cuidado da mãe, o carinho, aquela palavra na hora que está amamentando, o carinho, o tato da mãe, o cheiro que a mãe passa para a criança. Todos esses são aspectos importantes que vão determinar quem será essa criança no futuro.

Alguns dizem que seis meses é muito e que isso vai prejudicar o acesso da mulher no mercado de trabalho. Eu acho que está na hora, mesmo num País que tem tantas dificuldades, da gente poder também mudar esse tipo de pensamento, ou esse tipo de cultura. Está na hora de se respeitar a mulher brasileira, a mulher que gera a humanidade. Se não fôssemos nós mulheres, não existiríamos todos que aqui estamos hoje e todos os outros que estão lá fora.

É importante que nós tenhamos a consciência de que é preciso também mudar a concepção de como se encara a vida. Tivemos aqui depoimentos de várias mulheres, e cada dia recebo mais e mais declarações, opiniões de mulheres que já são mães, de mulheres que foram mães, de mulheres que pretendem ser mães. A Maria Paula, que é a madrinha desse nosso Projeto, do Casseta e Planeta, ela esteve aqui e ela fez muito mais uma declaração com o coração, e ela dizia: "...talvez os senhores não saibam como é importante o primeiro filho...", por exemplo, as dificuldades

que nós mulheres passamos. E eu mesma declarei nesta Comissão, quando tive minha primeira filha eu tinha 19 anos de idade e eu tive muitas dificuldades para amamentar, para segurar, pela experiência que eu não tinha. O corpo da mulher muda, a mente, a cabeça da gente muda, a gente passa por um processo que é preciso tempo para se adaptar. E é isso que é importante ressaltar.

Nós vivemos em média 70, 75 anos na vida. O que seria seis meses de uma mulher ficar ao lado do seu filho? A Organização Mundial de Saúde recomenda, o Governo Brasileiro faz propaganda recomendando a amamentação durante seis meses. Mas, na verdade, pela lei, nós não temos direito a isso. Não queremos fazer um Projeto que imponha isso, porque queremos ganhar os empresários também nessa luta. E muitos já fazem isso. Hoje nós vamos trazer aqui o exemplo de alguém que conseguiu, com o seu empenho, com a sua dedicação, com a sua sensibilidade mudar o perfil da sua empresa, mudar completamente a realidade da sua empresa e hoje ser um exemplo para todo o nosso País. Queremos nos espelhar pelos Países que já adotam a Licença Maternidade de seis meses, de um ano ou de dois anos. Nós não queremos nos mirar, ou nos espelhar pelos exemplos que não conseguem proteger esses direitos fundamentais. É evidente que aqui nós vamos ter demonstrações de outros Países, ou da maioria de Países que não adotam a licença de seis meses; países que adotam a licença de um mês, Países que nem adotam esse tipo de Licença Maternidade, que não é. Mas acho que o Brasil vive um momento que precisa se espelhar naquilo que é melhor, naquilo que é melhor para os nossos filhos, naquilo que é melhor para a nossa sociedade.

Portanto, eu venho fazendo esta Audiência Pública hoje esperando ouvir o contraditório, ouvir aqueles que acham que talvez não seja o momento, mas que podem sair daqui também com uma nova impressão, que podem sair daqui talvez tocados pela sensibilidade de muitos outros que já conseguiram assim fazer. O Projeto não vai criar mais nenhum tipo de encargo para as empresas brasileiras. Esta Casa, nós temos discutido isso, sabemos que no Brasil já se paga muito imposto, sabemos que no Brasil o problema da segurança, o problema da violência que acontece, muitas vezes esses depoimentos que acontecem na sociedade no momento de crise, de violência, acabam optando por um caminho que é mais rápido e mais curto, porque as pessoas já, de tanto pagar impostos, desejam ter segurança, desejam ter acesso à educação, desejam ter acesso à saúde, à moradia e ao emprego digno. E hoje, nessa discussão, nós vamos ter a oportunidade aqui de fazer uma explanação que eu tenho certeza

que muitos dos senhores, que talvez ainda não estejam convencidos da importância desses seis meses de Licença Maternidade, possam sair daqui com o coração repleto de entusiasmo na certeza de que esse será um caminho que poderá ajudar as nossas crianças e a nossa sociedade a ter uma vida melhor, a ter uma vida mais digna.

Tenho feito sempre uma comparação com um olhar, que é o olhar que eu trago para dentro da minha casa, dos meus filhos, dos meus quatro filhos, onde eu tive a oportunidade de ter tempo suficiente de ficar com eles, onde eu tive a oportunidade de dar o melhor da educação que eu podia lhes oferecer, o acesso a tantas coisas que o mundo moderno exige hoje que os nossos filhos tenham direito. Mas sei que essa não é a realidade da grande maioria das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros. E o modelo que nós devemos adotar, Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a que tem tido a bandeira da educação como certamente a solução de tantos dos problemas que nós vivemos hoje, tenho a certeza que continua sendo a educação, o investimento na primeira infância que vai fazer com que esse País que nós tanto amamos, que nós estamos querendo viver, fincar os nossos pés, criar os nossos filhos e os nossos netos possa ser esse País dos nossos sonhos. Desde o momento em que nós possamos, em primeiro lugar, olhar para aqueles que mais precisam.

Com essas palavras, eu gostaria de iniciar esta nossa Audiência Pública, passando, em seguida, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que também preside a Comissão de Educação, registrando a presença do Deputado Alcení Guerra, responsável também pela Licença Paternidade, que tem acompanhado de perto esse nosso Projeto, agradecer de coração a presença tão expressiva dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que atenderam ao nosso chamado imediatamente e estão aqui nesta Sessão nos prestigiando a todos os três Presidentes das Comissões, e eu espero que daqui a gente possa sair não como a última Audiência Pública, o Senador Paulo Paim é o Relator desse Projeto, está ali e já abriu mão do seu lugar na Mesa, para que possa atentamente acompanhar a todos que aqui vão se expressar. Aqueles que são favoráveis, aqueles que tecnicamente podem apresentar outras razões para que o Projeto, enfim, não seja votado dessa forma, nós estamos abertos a essas sugestões, a essas opiniões, desde que a gente seja capaz de garantir os seis meses da Licença Maternidade para as mulheres e para as crianças. Eu passo então a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para que, logo depois, a gente possa compor a Mesa. Muito obrigada a todos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu peço para falar inicialmente, em primeiro lugar, para ceder meu lugar aqui para os que vão levar adiante esse debate e, segundo, porque dentro em breve eu tenho que estar no Plenário presidindo uma Sessão em homenagem a Darcy Ribeiro, que eu cito, porque, eu tenho certeza, Senadora Patrícia, se ele estivesse aqui ele seria um dos grandes defensores dessa idéia, e não apenas pelo interesse específico da criança, pelo interesse específico da mãe, o interesse específico do pai e da família, Senador Crivella, mas pelo interesse do Brasil. Um Projeto como esse ele não traz vantagens apenas para a criança, para a família, para a parte micro da sociedade. Traz para o País inteiro. Porque uma criança bem alimentada, bem atendida e bem desenvolvida com a ajuda da mãe nos primeiros meses da sua vida, vão aprender mais facilmente na escola, vão ter saúde melhor ao longo da vida, vão reduzir custos de repetência, reduzir custos de atendimento médico e terão uma chance maior, obviamente não só por isso, de terem um futuro melhor e através disso construir uma vida melhor para todo brasileiro.

Quero concluir dizendo que fico satisfeito que esse Projeto nesse momento seja voluntário e por dois meses a mais. Mas eu espero que essas empresas voluntárias com dois meses a mais mostrem, Patrícia, que, em breve, possam ser mais de seis meses e para todas as empresas. Não tenho a menor dúvida que isso será possível. E faço um apelo àqueles empresários que obviamente tinham a visão micro, e é o papel deles, que entendam que às vezes não é essa disputa pelas empresas de uma maneira selvagem, com todo respeito àqueles são chamados selvagens, que não é essa disputa que vai melhorar a vida das empresas. Quando eu vejo os jornais brigando entre eles, distribuindo enciclopédias, CDs, para ver qual toma mais leitor do outro, eu me pergunto: se esses caras se juntassem e fizessem uma campanha para erradicar o analfabetismo, eles iam vender muito mais jornais do que brigando entre eles. Mesma coisa as empresas, se se juntam para promover soluções como essa, o resultado vai ser melhor para todas elas.

Eu espero que esse debate receba daqueles que aqui vêm falar essa simpatia, mesmo que tragam alguns cuidados especiais no momento de implantá-lo. Mas eu fico feliz de, como Presidente da Comissão de Educação, estar aqui ao seu lado, Senadora Patrícia, ao lado do Senador Paim, como uma questão de Direitos Humanos, como uma questão de direito da criança. Mas, sobretudo, eu falo como quem pensa o Brasil e um Economista, do ponto de vista do maior desenvolvimento do Brasil, esse é um Projeto que está faltando há décadas na história do Brasil e que eu espero que

a gente possa tê-lo o mais rápido possível e prove que é bom para cada empresa, para ir espalhar para todas elas e, em breve, não mais apenas em seis meses - já há Países que deixam a mãe cuidando dos filhos por um ano inteiro e os resultados têm sido extremamente benéficos para o País inteiro. Era isso que eu tinha a dizer, e eu peço licença para me sentar na platéia, como se chama, entre os outros Senadores para ceder mais um lugar aos que vão falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Iniciando a nossa Sessão, a nossa Audiência Pública, eu gostaria de convidar o Sr. José Pastore, Consultor da CNI, e Professor da Universidade de São Paulo, representando aqui o Sr. Armando Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Seja bem-vindo. Gostaria de convidar a Sra. Cláudia Skaf, Diretora do Comitê de Responsabilidade Social, representando nesta Sessão o Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, convidar o Sr. Eugênio Pereira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representando aqui o Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional de Comércio. Seja muito bem-vindo também. Gostaria de convidar o Sr. Michael Haradon, Presidente da FERSOL, uma empresa que irá trazer aqui a sua experiência da Licença Maternidade de seis meses. Gostaria também de convidar o Sr. Carlos Faccina, Diretor da Nestlé, representando o Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Patrícia, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Apenas para registrar o interesse da Comissão da Comissão de Infra-estrutura, da qual sou Presidente, em participar ativamente também desse debate que está sendo promovido pelas três Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Eu agradeço também. Hoje, como nós podemos perceber, nós temos aqui quatro Presidentes de Comissões que estão aqui trazendo o seu apoio. Eu fico muito grata, eu sei que V.Ex^a acabou de chegar do seu Estado e veio direto para nos prestigiar nessa audiência, Senador Marconi Perillo. Eu fico muito agradecida pela sua presença, V.Ex^a que já tem uma experiência brilhante como Governador no seu Estado e que agora brilha nesta Casa, trazendo essa experiência e a sua sensibilidade. Muito grata. Quero convidar também Dr. Deoclécio, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria para se sentar

conosco à Mesa. E passo a palavra... Nós vamos ter 15 minutos, em torno de 15 minutos para que cada representante aqui possa expor as suas idéias. Então, eu passo primeiro a palavra para o Sr. José Pastore, para que possa fazer a sua apresentação.

SR. JOSÉ PASTORE: Muito obrigado, Senadora Patrícia Saboya, pelo convite para participar dessa Sessão, cumprimento todos os Senadores e os demais presentes nesta sala, os companheiros de Mesa, é um prazer trabalhar com colegas de tamanha experiência como aqueles que compõem esta Mesa nesta audiência. É claro que eu acho que o assunto vai ser focalizado de vários pontos de vista, e eu procurarei focalizar esse assunto do ponto de vista trabalhista, do ponto de vista das relações do trabalho, que é minha especialidade na Universidade de São Paulo.

Então, podemos passar este aqui? O Projeto em tela, eu acho que todos nós reconhecemos, tem um cunho social de grande importância, um cunho humanitário, visando à melhoria da saúde da mãe, da criança, da sociedade, tem uma característica positivíssima, que é a adesão voluntária, é um Projeto de livre adesão, as empresas aderem se quiserem, e para aderir elas têm um incentivo, que é um incentivo fiscal, mas têm a liberdade total de entrar ou não entrar nesse programa. Passando até por cima da área da negociação coletiva, do acordo, da convenção coletiva, podendo fazer esse acerto diretamente com as mulheres empregadas. Lembrando que há setores no Brasil que, através de acordos e convenções coletivas, já vêm praticando essa extensão da Licença Maternidade; e há empresas que, por concessão própria, também já vêm proporcionando esta prorrogação.

Se nós examinarmos a situação da Licença Maternidade em vários Países do mundo, como a Senadora Patrícia Saboya já mencionou, nós vamos verificar Países que têm licenças maiores do que o Brasil e outras que têm menores do que o Brasil. Nessa tabela, com um asterisco estão os Países que têm licença mais curta do que o Brasil e, dois asteriscos, aquelas que têm licença mais longa do que o Brasil. E aqui é uma parte dos Países da Europa: Alemanha com 14 semanas, onde se remunera 100% durante essa licença, a Áustria com 16 semanas, igual à do Brasil, onde se remunera 100%, a Bélgica com 15 semanas, menor que a do Brasil e também com remuneração menor, 82% para trinta dias e 75% depois disso, e aí a lista vai e eu não vou entrar em detalhes, porque eu deixei esse material e acredito que a Comissão depois poderá estudar com mais vagar.

Vamos continuar ainda na Europa, passando o próximo slide. Luxemburgo com 16, Malta com 13 semanas, Polônia com 16 a 18, Portugal com 98, Ro-

mênia com 112... Os Países da Europa, de um modo geral, têm licença que é igual à do Brasil ou um pouco maior; poucos são aqueles que têm licença menor do que a do Brasil.

Passando agora para a situação das Américas. Aí os senhores vão notar que o quadro é diferente. Nas Américas, temos a Argentina com apenas 90 dias, a Bolívia com 60 dias, temos a Canadá com 17 a 18 semanas, o Chile com 18 semanas, mais que o Brasil, Colômbia com 12 semanas, Costa Rica com quatro meses, igual à do Brasil, Cuba com 18 semanas, Equador com 12, El Salvador com 12, Estados Unidos com 12 semanas, mas a remuneração é zero nos Estados Unidos, é um dos poucos Países que não garantem a remuneração; Estados Unidos e Austrália são dois Países que não garantem a remuneração da gestante que, na maioria dos casos, ela é garantida pela Previdência Social. Não é a empresa que paga essa parte.

Continuando ainda na América. Guatemala, Honduras são Países que têm licenças menores do que a do Brasil, na maioria dos casos aí bem menores, e temos o caso de Venezuela que tem uma licença maior que a do Brasil.

Se nós passarmos para a Ásia pacífica e outras regiões, vamos verificar a Austrália, que tem licença de um ano e, entretanto, a remuneração é zero durante esse ano, Camboja com 90 dias, China com 90 dias, Cingapura com oito semanas, Filipinas com 60 dias, Índia com 12 semanas, Indonésia com 13, Irã com 90 dias, Iraque com 62 dias, Israel com 12 semanas, Japão com 14 semanas. Na maioria dos casos a remuneração é integral e em alguns casos ela é um pouco menor.

Continuando ainda na mesma região, o Kuwait com 70 dias, o Laos com 90, Líbano com 40, Malásia com 60, Nova Zelândia com 14 semanas, remuneração zero também, embora esteja mudando a legislação lá agora, Paquistão com 12 semanas, Sri Lanka com 12, Síria com 75 dias, Tailândia com 90 e Vietnã, de quatro a seis meses.

Comparações com o Brasil: no caso da Europa, ela é igual ou um pouco maior do que do Brasil, com algumas exceções. Mesmo naqueles casos onde há uma licença estendida, uma licença igual à do Brasil ou um pouco maior, há alguns casos, como Áustria, Espanha, Holanda, Luxemburgo e Grécia, em que a remuneração é menor do que o salário normal; a situação das Américas é pior do que da União Europeia, a situação da Ásia é pior do que das Américas e a situação da África é pior do que da Ásia. Ou seja, a licença do Brasil, comparada com o mundo, é uma licença generosa, uma licença que mantém as condições básicas dentro da média daquilo que é a Licen-

ça Maternidade da maior parte dos Países do mundo, sem querer comparar, como disse a Senadora Patrícia Saboya, com os piores casos, é claro, vamos nos comparar com os melhores casos.

Casos que superam o Brasil: Noruega, Itália, Rússia, Suécia, Ucrânia, Dinamarca, Canadá, França, Polônia, Cuba e Venezuela. Casos que estão abaixo do Brasil, em geral na Europa e nas Américas: Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, México, República Dominicana, Uruguai, Honduras, Suíça, Portugal, Argentina, Peru e Bolívia. Esses são os casos que estão abaixo do Brasil. A África, é uma situação muito séria na África. Nós temos Angola e Etiópia com apenas 90 dias, Guiné Bissau, Quênia, São Tomé e Príncipe, Sudão e Moçambique com apenas 60 dias, Egito com 50 dias e Tunísia com 30 dias. Esse é o quadro.

Bem, na Europa, muitos Países têm usado vários tipos de medidas para estimular a fecundidade. Porque a Europa, como todos sabem, passa por uma época em que a população está se reduzindo. E tem problemas sérios pela frente a Europa. Ela tem problemas para crescer, vai ter déficits populacionais que vão gerar problemas para o crescimento econômico e gerar graves problemas para a Previdência Social. Então a taxa de reprodução da população, como todos sabem, é 2,1%. Uma população que cresce 2,1% ao ano, ela mantém o seu tamanho ao longo tempo. Aquela que cresce menos do que 2,1 ela diminui no seu tamanho. Então nós temos a Irlanda abaixo disso, a França abaixo, Noruega abaixo, Suécia abaixo, Inglaterra bem abaixo, Holanda bem abaixo, Itália extremamente abaixo, Espanha abaixo, Grécia abaixo e Polônia abaixo. Muito abaixo. Então Países que estão com taxas muito baixas. Isso vai afetar o crescimento econômico e as finanças públicas. Só para se ter uma idéia, a Itália está arriscada a ter 14 milhões a menos de italianos até o ano 2050. É uma cifra fantástica esta redução da população.

Bem, os Países que procuram contornar esse problema eles usam várias medidas. Premiação em dinheiro é uma delas, mas tem sido insuficiente. Vários Países têm dado prêmios em dinheiro para os casais terem filhos, e eles decidiram não ter filhos, não têm filhos, Japão também tem ocorrido a mesma coisa. Ultimamente o Japão tem um programa do Governo que oferece um cruzeiro marítimo para os casais ficarem oito dias passeando e ver se inspiram [risos] para ter filhos. A adesão a esse programa é fantástica, mas eles voltam sem as crianças.

A extensão da Licença Maternidade tem se mostrado como uma medida que ajuda a aumentar a reprodução. A extensão da Licença Paternidade ajuda

mais ainda. Por quê? Porque aí surge mais uma divisão do trabalho, onde o marido passa a assumir várias atividades dentro do lar, e isso estimula muito e dá um outro horizonte para as mulheres. As creches perto das empresas ajudam muito, os horários flexíveis ajudam enormemente. Apesar disso, em muitos Países ainda domina o estilo de vida sem crianças.

Medidas de sucesso nesse campo: A Suécia, por exemplo, o cônjuge escolhe a licença, que pode ser até 18 meses, ou a mãe ou o pai, só que não pode acumular as duas, eles têm 18 meses para serem divididos entre os dois parceiros. Creches e pré-escolas são altamente subsidiadas e os horários muito flexíveis para as mães. A Noruega, as mães podem se licenciar até 12 meses, com 80% do salário, mas têm 10 meses com salário integral. Os pais têm de se licenciar quatro meses. Têm. São obrigados. Se eles não se licenciarem... Quatro semanas, perdão. Se eles não se licenciarem, acabam perdendo e retirando isso aqui da licença das mulheres. Então o tema do crescimento demográfico ele está dentro dessa questão, embora não seja um tema trabalhista, mas ele tem interfaces com a área trabalhista.

Prioridades para o Brasil. Bem, a prorrogação da Licença Maternidade no Brasil para 180 dias deverá ter também um impacto na estimulação à reprodução humana. Então nós deveremos ter um aumento da taxa de fecundidade. É esperado ter isso aí. A questão que se coloca é saber se isso é uma prioridade, se essa é uma prioridade a ser custeada pelo Estado, essa ampliação, essa aceleração da taxa de fecundidade e, portanto, pelos contribuintes. Ou seja, saber se essa é uma prioridade básica, em face das outras carências que nós temos na área do emprego, da saúde, da educação, da segurança. Como todos sabem, nós temos um desemprego de 10%, informalidade de 60%, e entre as mulheres a informalidade é de 70%. Então a pergunta é... Quer dizer, levando em conta todas as características positivas desse Projeto, levando em conta os seus propósitos altamente humanitários e de alto cunho social, a pergunta é se é prioritário alocar recursos públicos para essa prorrogação. Não que se questiona a necessidade da prorrogação, a intenção da prorrogação. Mas se é prioritário alocar recursos públicos para essa prorrogação. Ou deveria esse assunto ficar no âmbito das negociações coletivas, como está hoje esse assunto. Outra questão que se coloca, acredito que a Senadora já deve ter tido contatos com a Receita Federal, é saber se a Receita Federal está de acordo com essa renúncia fiscal. Ou se vai compensar isso aumentando outros impostos e outras contribuições.

Então, não se questiona aqui o Projeto, apenas nós estamos indagando da prioridade em face de outras prioridades e a adequação do financiamento dessa prorrogação com recursos públicos intermediados pela Secretaria da Receita Federal.

E finalmente, Senadora, como falou bem V.Ex^a e também o Senador Cristovam Buarque, aqui estão colocados alguns problemas práticos com a finalidade de buscar aperfeiçoar o Projeto. Ou seja, superar algumas questões que parece que, por enquanto, no Projeto, ainda não estão contempladas. Por exemplo, uma vez aderindo a empresa cidadã ela pode desistir? Ou seja, se aderiu, ela tem volta ou não tem volta? Eu sei que é ela é voluntária para aderir, mas ela é voluntária para sair? Outra coisa, essa ampliação de dois meses ela vai gerar uma verba salarial, e haverá incidência de encargos sociais sobre essa verba. Então a isenção de que trata o Projeto, pergunta-se, também os encargos poderão ser abatidos? Essa isenção envolve as despesas de contratação e as despesas de substituição que a empresa terá que fazer durante esse período de 60 dias, ou apenas o salário pago? Outra coisa, no Projeto, a prorrogação pode ser inferior a 60 dias? Se houver um acordo, digamos, em torno de 50 dias, isso é contemplado, ou é necessariamente 60 dias? Pode ser para apenas uma parte das mulheres e outra parte não ou todas as mulheres terão que ser contempladas com isso? E aquelas que não quiserem entrar no Projeto, aquelas que tiverem condições especiais dentro da empresa, haverá alguma válvula para poder dar liberdade à empresa e a essas mulheres para se acomodarem dentro do Projeto? O que fazer com a empresa que teve lucro no ano passado e teve prejuízo neste ano, nós vamos cancelar a prorrogação? Quer dizer, no ano passado ela teve lucro, portanto, ela teve uma dedução do Imposto de Renda, mas esse ano, como ela não tem lucro, ela não vai poder deduzir. [soa a campanha] Como ela está percebendo que não vai ter lucro, já vou terminar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Tem mais cinco minutos.

SR. JOSÉ PASTORE: Pois não. A pergunta é: como é que fica? A empresa terá que cancelar esse benefício que foi dado no ano passado?

Outra questão: há setores que já fazem essa concessão sem incentivo fiscal. Daqui para frente eles terão incentivo fiscal? Quer dizer, esses que já fazem sem incentivo?

E, finalmente, qual será o efeito demográfico, se é que se pode simular alguma coisa nesse campo, o efeito demográfico conjunto da prorrogação desta licença, que é a prorrogação que está sendo aqui proposta, combinado com o Salário Família e combinado

com o Bolsa Família, que são três bolsas que atuam bastante aqui na questão demográfica.

Então a exposição que nós estamos apresentando aqui ela partiu a partir de um quadro internacional, que mostra que o Brasil não está mal, do ponto de vista legal, em relação à maioria dos Países, que evidentemente pode melhorar, é claro, que o Projeto tem a grande virtude de ser voluntário e, além do mais, ele tem um incentivo muito claro de dedução do Imposto de Renda, mas que talvez mereceria uma meditação um pouco mais detalhada em relação a essas questões práticas que vão surgir da operacionalização desse Projeto. Essas eram as considerações que eu tinha a fazer. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Quero agradecer a exposição do Sr. Pastore, e com certeza, no caminhar da nossa audiência, nós iremos responder, ou tentar responder esses questionamentos, que são questionamentos legítimos, eu entendo, e essa Audiência Pública é justamente para que a gente tenha a oportunidade de discutir tudo isso. Eu quero anunciar a presença da Dra. Cláudia Skaf, que teve problema de vôo e só pôde chegar agora, porque houve um atraso no seu vôo, e quero anunciar aqui, já agradecendo, a presença da nossa madrinha, da nossa musa, Maria Paula, que está ali atrás.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Que tem sido muito querida, está em todos os momentos com a gente. Ela e a Flávia, a trabalhadora também lá no Rio de Janeiro, da Mangueira, que serviram para nos orientar e para sensibilizar o Brasil, e com isso nós já temos mais de trezentas mil assinaturas de pessoas do Brasil inteiro que procuram também colaborar, ser solidários com a Licença Maternidade de seis meses. Maria Paula, eu queria que você estivesse aqui, mas, infelizmente, nós não temos lugar. Mas eu sei que você está aqui, obrigada, querida. Obrigada mesmo, um beijo bem grande. Eu quero agora passar a palavra também ao Sr. Michael Haradon, Presidente da FERSOL, que irá também nesse momento fazer a sua exposição.

SR. MICHAEL HARADON: Bom dia a todas e a todos. Eu queria agradecer a Senadora Patrícia Saboya e, através dela, os companheiros colegas da Mesa, os Parlamentares e os demais presentes. Eu queria colocar o assunto de Licença Maternidade, extensão à Licença Maternidade num contexto um pouquinho maior e colocando aqui, olhando para frente o que é que acontece com as mulheres na área do Parlamento, na área da governabilidade. Nós temos: Brasil, 9.1, aí vemos Suécia, Espanha e Dinamarca e, consequen-

temente, nós vemos taxa de mortalidade materna e infantil também. Nós vemos aqui o que acontece com a violência contra a mulher e também vemos o que é que nós temos na Câmara, Senado, Vereadores, Prefeitos. A mulher tem pouca participação. A condição de vida e equidade melhorou nos últimos anos, mas a precariedade, na minha opinião e na opinião, acredito, de muitos, ainda persiste, nós podemos ver na diferença salarial que existe entre homens e mulheres, que beira os 30%.

Nós temos aqui o IDH, que todos nós conhecemos, Brasil no lugar 69. Temos aí outros Países que nós colocamos, Suécia, Espanha e Dinamarca, porque são Países que têm uma Licença Maternidade ampliada. A expansão demográfica que nós temos aqui no Brasil e nos outros Países, a expectativa de vida, que já é conhecida por todos nós, a expectativa de vida no Brasil para a mulher e para homem. E aqui uma triste e lamentável constatação: rendimento médio, pelo menos pelo IBGE em 2004, para homens brancos, mil e trinta e sete e, mulheres, seiscentos e oitenta e um.

Eu coloco isso, porque mais tarde nós vamos fazer uma pequena contabilidade para as empresas, se é rentável ou não ter mais mulheres, independente da Licença Maternidade expandida. Quando a gente chega para os afro-descendentes, é realmente lamentável essa realidade. A população feminina, nós somos já quase 55% da população - quando digo nós é porque nós temos [inaudível], então nós estamos participando - com salários novamente menos de 30% do que o homem com a mesma escolaridade. Eu coloquei aqui "com a mesma escolaridade", quando, na realidade, nós sabemos que a escolaridade da mulher é superior. E ainda assim ela percebe uma remuneração 30% inferior do que o homem. A população feminina economicamente ativa é 53%, chefes de família já não é 29, acho que é 32 ou 33%.

Bom, aqui nós vemos também que isso aqui não é novidade, aparece nos jornais, "mulher chefia mais lares, trabalha mais, mas a renda cai. Mulheres têm de alterar rotina profissional". O mais interessante disso, de que existem labores, trabalhos que a gente considera que são netamente masculinos e outros que são netamente femininos, apesar que não existe. E naqueles que deveriam ser netamente femininos, ainda assim, os homens ganham 10% a mais do que as mulheres. Realmente inexplicável. Nós temos que as mulheres esperam mais 35% para uma promoção e a mulher, com certeza, ela faz jornada dupla. No caso da nossa empresa nós temos jornada tripla, porque a mulher trabalha, a mulher trabalha em casa e depois a mulher vai estudar. Coisa que não está acontecendo com os homens.

Bom, mulheres sobem, mas ainda com limites. E a mulher em postos... Dá para voltar, por favor? A mulher em postos de comando ainda é raro.

Podemos ir para o próximo? Isso aqui desconta do tempo, [risos] Senadora? Não desconta [risos] do tempo. Por favor, para o próximo slide. Eu estou colocando isso daqui para que a gente atenda que Licença Maternidade expandida está dentro de um contexto muito maior. E que nós temos que entender também não somente equidade entre homens e mulheres, mas também o assunto de remuneração, o assunto de equidade no trabalho, nas atividades, nas tarefas também. Quer dizer, o assunto é mais amplo. Não obstante a gente esteja hoje focando na Licença Maternidade e, por que não, num futuro próximo, Licença Paternidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu queria, só enquanto nós estamos consertando essa falha técnica, passar a palavra ao Dr. Deoclécio. Dr. Deoclécio, se o senhor pudesse dar uma palavrinha, porque nós combinamos ficar intercalando. Como nós, eu e o Dr. Deoclécio e a Maria Paula já temos falado muito, a gente hoje vai falar menos. Então, enquanto isso, eu peço ao Dr. Deoclécio que, por favor... Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

SR. DEOCLÉCIO: Obrigado, Senadora. Eu saúdo os integrantes da Mesa na ilustre figura da Senadora Patrícia Saboya, estendo minha saudação aos ilustres Senadores, Parlamentares presentes a essa audiência, aos colegas Pediatras, membros da Sociedade Brasileira de Pediatria, que também comparecem para sustentar e dar apoio a essas discussões. Eu vou ser breve, como solicitou a Senadora. Primeiro lugar, registrar a imensa satisfação nossa de cidadãos em vermos um assunto de tão grande importância discutido nas entranhas do Parlamento brasileiro, onde se passa a falar de temas como vínculo afetivo, como crescimento e desenvolvimento da criança do País. Sem dúvida nenhuma, um inegável avanço, uma grande conquista para a cidadania. E aqui falo numa condição diferente. Aqui falo como porta-voz das crianças, como Pediatra, como alguém que representa um contingente profissional enorme neste País, a quem cabe cuidar das crianças às quais se negaram vários direitos, entre os quais, o de estarem presentes, juntos com suas mães, os seus pais, o primeiro grupo social, que é a família para receberem não só a nutrição, mas também a estimulação adequada e indispensável à formação de sua estrutura cerebral, as sinapses entre os neurônios e a arquitetura essencial ao desenvolvimento mental, a condição de saber lidar com o afeto desde os primórdios da existência, para que não se tornem

futuramente presas fáceis de comportamentos agressivos, de comportamentos violentos, tais como os que prosperam pela nossa sociedade atualmente.

Vi vários números aqui apresentados, várias preocupações, todas elas, como disse a Senadora, procedentes. Mas há que se salientar um aspecto fundamental: os Países da Europa nos antecederam na concessão de Licença Maternidade, e o fizeram por pouco tempo, porque à época se conhecia muito pouco da fundamentação científica que sustenta a necessidade da expansão da Licença Maternidade. À época não existia a neurociência, com a abundante produção de conhecimentos da atualidade. Por essa razão, é indispensável que se fundamente a decisão de um Projeto dessa natureza sob os conhecimentos científicos que estão mostrando a indispensável presença do elemento vínculo afetivo nos primeiros seis meses de vida como pré-requisito para o desenvolvimento normal da criança. E se é verdade, todos nós o dizemos, que a criança é sujeito de direito. A Licença Maternidade precisa ser entendida também, e principalmente, como um direito da criança. Criança que não tem condição de estar aqui presente reivindicando aquilo que lhe cabe como condições essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento, para a evolução do seu potencial humano. Portanto, eu trago à presença dessa discussão um apelo para a consideração dos componentes científicos que embasam a proposta de ampliação da Licença Maternidade.

E toco também, se me permitem, na questão econômica. A Senadora salientou muito bem que os custos são fartamente cobertos pelos benefícios, que também se traduzem economicamente. É só calculá-los. E até me reporto, historicamente falando, há uma proposta feita por um Médico, à época do príncipe regente do Brasil, quando ainda existia escravidão no País, Dr. Humberto Mello Franco, de Paracatu, próximo aqui a Brasília, apresentou a José Bonifácio de Andrade Silva uma proposta de mudança no texto constitucional da época, que incluísse o seguinte: "A escrava prenhe deve ser afastada dos trabalhos a partir do sétimo mês de gravidez e, após o nascimento, ficar afastada de encargos pesados durante o primeiro ano após o nascimento da criança". Uma antevisão fantástica e que visava, à época evidentemente, a garantir o crescimento e o desenvolvimento das novas gerações de escravos, para que pudessem crescer com saúde e trabalhar adequadamente para a produção na sociedade do País.

Então, os indícios são evidentes. A fundamentação científica é inquestionável nessa altura da evolução. E se o Brasil já deu vários exemplos de avanços, se temos o Programa do Álcool, que hoje é mencionado

no mundo inteiro, o País começa a ser procurado por essa inovação fantástica, por que não nos avançarmos também na área social e darmos o exemplo para os Países que ainda estão atrasados nessa evolução e não mostramos a todos que o Brasil respeita a evolução científica, respeita o avanço social e pretende uma sociedade igualitária com violência decrescente, e não essa realidade danosa, nefasta, perversa na qual vivemos na atualidade. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr. Deoclécio. O senhor, como sempre, mexe no coração da gente aqui com a forma como fala com tanto entusiasmo. Eu acho que foi lhe ouvindo que também aprendi a ter tanto entusiasmo e paixão por essa idéia. Muito obrigada. Eu passo novamente a palavra ao Sr. Michael Haradon, para que possa continuar a sua exposição.

SR. MICHAEL HARADON: Muito bem. Continuando, e peço desculpas aí por esse defeito. Nível de formação, ensino da população ocupada, nós vemos aí, são estatísticas assim macro, mulheres, 55%, homens, 45; os anos de estudo também, que são maior para as mulheres. E eu digo isso daqui, porque nós estamos vendo de que as empresas estão cada vez desempregando mais gente e as pessoas que são empregadas são pessoas que têm mais tecnologia, mais informática, mais robótica... Então nós precisamos de mais anos de estudo. Apesar disso, a desvantagem da mulher cresce com a escolarização.

Bom, isso aqui é para as meninas e para os meninos. Tudo que uma mulher faz ela deve fazer duas vezes melhor do que o homem. Sorte a nossa que isso não é muito difícil, palavras da Charlotte Whitton.

Espanha. Nós vimos a Espanha que aprova novas medidas para igualdade entre homens e mulheres, não vou entrar no assunto, mas inclusive para homens, que hoje é 13 dias, vai chegar a quatro meses até o ano 2013.

Bom, a pergunta agora, que foi colocada: que Nação queremos construir, queremos escrever uma outra história? E eu acho que os empresários, sim, podem mudar a lógica do mercado.

Uma outra empresa, nós colocamos aqui a experiência da FERSOL, é uma pequena empresa brasileira, eu coloco aqui a marca registrada de que não possui monopólios ou oligopólios, porque senão diriam "é fácil fazer isso com monopólios, oligopólios", não tem concessões e incentivos fiscais, não tem financiamento público e o PLR é com mais 10% além da negociação sindical e patronal, auditado por uma auditoria externa.

Então eu digo isso daí, porque tudo isso vai se refletir nesses dois meses de Licença Maternidade e que a gente não está falando em salário mínimo.

Trabalho com diversidade, e desde o ano 2000 é prioridade na política da empresa, e a contratação é de segmentos socialmente e historicamente excluídos. Como é que nós conseguimos acessar esse pessoal? Escrevendo para as ONGs de afro-descendentes e para as ONGs também de mulheres. Quer dizer, esse negócio de não encontrar esse pessoal, isso daí é realmente porque o pessoal não quer. Porque o pessoal existe e está aí.

A diversidade aí na FERSOL, apesar de ser uma indústria química, onde supostamente não deveria ter mulheres, nós éramos 65% no ano 2005 e reduzimos para 53, porque houve uma crise, e todos vocês sabem, na agricultura no ano 2005/2006 e tivemos que fazer uma reacomodação. Mas aí estão os números para afro-brasileiros, pessoas acima de 40 anos. Terceirizados e estagiários obedecem à mesma lógica.

Desafios para a equidade. Nós acumulamos vantagens e desvantagens, e nós consideramos que não às desigualdades, nós achamos injusto tratar desiguais de forma simétrica. A equidade tem que ser em condições de trabalho e remuneração, em capacitação e empregabilidade.

Na conscientização de educação que fazemos dentro da empresa, o foco é para relações raciais e de gênero também. E nós, na conscientização, homenageamos e celebramos estes dias que são o Dia da Mulher, Não Violência contra a Mulher, Consciência Negra etc.

E para a FERSOL, nós não temos... Nós quando contratamos o funcionário, ele quer saber, além da remuneração, quais são os benefícios e os privilégios. E nós respondemos que não tem. A empresa não tem privilégios e benefícios. A empresa somente trabalha com direitos.

Então, direitos são plano de cargos e salários, uma remuneração equitativa por gênero, etnia, etária e física. E no processo de seleção, além do conhecimento e experiência, é mister que entrem ações afirmativas. Nós não operamos de outra maneira. Isso é claro e é política da empresa.

A remuneração, e aí é que vem o divisor das águas, nós consideramos que deve ser [inaudível], e aí cada empresário faz o que acha necessário. Esse é o patamar mínimo da nossa empresa.

Coloco isso, porque isso é que acho que é importante em quanto é que vai ser investido nessa Licença Maternidade. PLR, eu coloquei aqui, é 10%, e a diferença entre o maior e o menor é inferior a dez vezes. Nós achamos que a pessoa que é dispensada do trabalho

por qualquer razão, tem [inaudível] na cabeça. Portanto, a cesta básica, convênio saúde são seis meses além e depois do desligamento, previdência privada nós recomendamos, transporte escolar deve existir, independente da dispensa do funcionário, e assistência psicóloga, seguro de vida, isso daí é opcional.

Para as mulheres. Conscientização da ação de mulher. Direitos reprodutivos. Antes de falar do planejamento familiar, que fecha, temos que abrir, não é? Direitos reprodutivos. Nós somos a favor do parto "natureza", amamentação também, e prevenção, é claro, do câncer de mama, Papanicolau, prevenção à anemia falciforme, porque nós temos quase 50% da nossa população que é afro-brasileira.

Licença maternidade. E aqui nós entramos. A Licença Maternidade que nós instauramos no ano 2003/2004 tem nos trazido grande satisfação, porque as pessoas que estão trabalhando numa indústria química, que é uma indústria delicada, mas pode ser para qualquer indústria, sabem que seus filhos estão bem depois de seis meses de amamentação. Eles sabem que os filhos estão em ordem. Quando nós ausentamos, uma pessoa se ausenta por seis meses, você programa isso. Então você coloca dentro da programação da empresa. É diferente de que quando você tem uma pessoa, uma mãe ou pai, que tem que sair correndo, não programado para atender o filho, porque tem que levar ao Pediatra, ou tem que levar para a escola por mau comportamento. Então nós consideramos que isso é um ganho muito grande para a empresa.

A Licença Paternidade, nós também achamos que o pai deve, pode e deve ajudar a mãe. A diferença que nós temos agora é que antigamente era concomitante e hoje nós estamos colocando que ele pode tirar esses dois meses no momento que ele quiser. Quando termina a mãe ter sua Licença Maternidade, ele pode achar que é o momento de ele ir cuidar o filho. Então tem que haver essa flexibilidade. E isto é uma novidade dentro da nossa empresa e que o Marquito também não sabe. Extensivo a homo-afetivos, é claro, e para adoção e para casos de óbito também.

Essa daqui é uma das cartas que nós temos para as colaboradoras, para saber o que é que é Licença Maternidade. Porque é política da empresa; essa daqui é para os pais, para Licença Paternidade também. E nós temos mais uma, que são as dez dicas para os pais quando eles vão para casa "[inaudível] encorajar, incentive sua mulher a amamentar, divida e compartilhe as mamãs da sua mulher com o bebê, se for o caso, sempre que possível, participe na amamentação, seja paciente..."

Então a gente dá algumas dicas que achamos que é interessante. Agora, para que essa pessoa, esse

homem, para que esse homem possa ter essa Licença Maternidade dois meses, quem tem que requisitar é a mulher, através de uma carta, como nós estamos vendo aqui, escrita a mão. Por quê? Porque ela é realmente quem determina. Se esse companheiro, o marido ele fizer um *pit stop* no barzinho da esquina, ela manda uma outra carta dizendo: "pessoal, pode ficar com ele, porque não estou precisando" [risos]. Realmente, quem manda aí é a mulher.

Aleitamento materno, nós escutamos o Professor, e é claro que traz uma série de benefícios, mas, principalmente, eu diria que a extensão da Licença Maternidade não é somente para a mãe, não é para o pai, não é sequer somente para a criança, vai além disso daqui, é para toda a sociedade. Não somente em termos de saúde, mas também em termos de afetividade essa criança vai ser quem vai construir o mundo para os nossos filhos e os nossos netos. Por que não proporcionar o melhor que nós podemos dar?

A gente junta também isso com o auxílio creche, que nós achamos que o valor que é colocado hoje não é suficiente e o número de anos também não, nós achamos que tem que ir para seis anos, o auxílio creche é dois anos, e a gente tem que colocar a criança no armário até os seis anos, quando vai à escola. Então tem que se estender para seis anos.

O interessante também, é que o auxílio creche também, que geralmente para a mãe, na nossa empresa é para pai, funcionário cuja companheira não obtém esse direito em outra empresa. Ele vai, ele informa e ele tem esse auxílio creche; direitos dos homo-afetivos, é claro, e aquilo que diz a nossa amiga Rose Marie Muraro, que é conhecida de todos nós: "ao invés de ter uma pequena parcela da sociedade que está ganhando e a grande parcela da sociedade que perde, nós temos que inverter isso daí, ter um círculo virtuoso, onde todo mundo ganha, as empresas, com bom investimento, a sociedade ganha, com uma boa saúde..." Porque senão o próximo passo será "perder-perde", todo mundo estará perdendo.

Agora eu queria colocar para os empresários, pelo menos essa é a conta que eu fiz, se os empresários têm aqui uma conta diferente eu peço desculpas e a gente pode até vir a discutir. Aposentadoria 100% INSS, homem 65 e mulher 60 anos, homem 35 anos e mulher 30. Se a remuneração média que nós temos como estatística é 1.307 reais para homem e mulher 681 reais, falando em homem e mulher brancos, a diferença é 356 reais por mês. Muito bem. A diferença a favor da empresa é a seguinte, uma remuneração de 356 reais por mês vezes... Eu calculo que uma pessoa vai trabalhar no mínimo dez anos, nós temos 30 anos de trabalho, então dez anos dentro de uma empresa

é uma coisa viável. Então tem um custo melhor para a empresa, a mulher, de 42.720 reais. Se nós calcularmos dois meses de Licença Maternidade e a nossa explosão demográfica dá 2,1 filhos por casal, quer dizer que a empresa, mesmo não tendo isenções de imposto, ela vai investir um adicional de 2.860 reais, o que significa que o rendimento para a empresa, depois de dois anos, dá 39.860 reais. Quer dizer, não é essa razão que a FERSOL ocupa 65% de mulheres. A razão é outra. Mas a gente aqui também pode dar uma olhada para outras empresas. No caso da FERSOL, a remuneração ela é equitativa e o patamar mínimo é DIEESE. Mas a gente está olhando aqui é em relação ao Brasil inteiro.

E o último, e eu peço até desculpas, pensando que a mulher trabalha 30 anos e a taxa de fertilidade é 2.1, é isto daqui que vai custar a menos para as empresas. É 128 mil reais. E o investimento, em dois filhos, são 2.860 reais. A mulher termina contribuindo para a empresa, ou para as empresas 125.300 reais a mais. A economia, uma visão social do nosso saudoso Celso Furtado, como ele dizia, meu pessoal é pura álgebra, e só a participação cidadã é capaz de mudar o País. Eu queria dizer para vocês que nós temos, claro, toda essa experiência da existência, da ciência, da matemática, economia, finanças... Isso diz uma coisa provavelmente para alguns empresários que fizeram outra conta. Mas a gente também tem que pensar na essência, na espiritualidade, nos valores, na ética e na justiça. Eu acredito realmente que a existência e a essência elas podem e elas devem caminhar juntos.

Bom, queria agradecer, porque vocês e nós vamos poder construir uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bom, eu quero agradecer essa brilhante exposição do Sr. Michael Haradon, e dizer que a gente espera e tem muita esperança de que exemplos como esse possam acontecer mais e mais no nosso País. Acho que esse é um exemplo que deve ser seguido e aonde eu puder eu vou fazer propaganda disso. Fiquei muito feliz em lhe conhecer, acima de qualquer coisa, quero dizer publicamente, pela sua sensibilidade, pela sua inteligência e pelo afeto que tem, o carinho que tem, principalmente com as suas funcionárias, com as suas trabalhadoras. Isso merece ser aplaudido por todos nós brasileiros que acreditamos naquilo que eu disse, que é possível construir essa sociedade com mais justiça. MUITÍSSIMO obrigada.

Quero aqui saudar e agradecer, e pedir desculpas por não ter falado antes, a presença do representante do Ministro da Saúde, Tite(F) Borges, que está

aqui conosco, e eu há pouco falava também da posição, que para nós nos alegrou muito, do Ministro da Saúde, colocada em todos os jornais hoje favorável como uma prioridade a Licença Maternidade, quero aqui agradecer sensibilizada também ao Dr. Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que está aqui conosco desde o início da Sessão, quero cumprimentar e agradecer a presença da Regina Odami(F), representando a Ministra Nilcéa Freire, que tem sido uma defensora dessa bandeira, eu tive a oportunidade de estar ontem com ela e hoje já o Ministro da Saúde me ligou, por intermédio dela, a pedido dela, para conversarmos sobre a licença, agradecer à Dra. Ana Cecília Sucupira, Coordenadora da Saúde das Crianças e Aleitamento Materno, do Ministério da Saúde, a Dra. Maria José de Araújo, Coordenadora da Saúde da Mulher, todas Pediatras, que estão aqui também acompanhando não só nessa ocasião, mas em tantas outras que já tivemos oportunidade, agradecer e dar um beijo na Dra. Raquel, que está ali também atrás, esse anjo da guarda das nossas crianças. Quero agora passar então a palavra ao Dr. Eugênio Pereira da Cunha Garcia, que está aqui representando a CNC, para que possa também ter o tempo suficiente para expor suas palavras e seu pensamento. Muito obrigada pela presença.

SR. EUGÊNIO PEREIRA DA CUNHA GARCIA:

Bom dia para todos, Senadores e Senadoras, Deputados, todos aqui presentes. A Confederação Nacional do Comércio é o ramo que mais emprega mulheres no Brasil. E está inteiramente a favor do Projeto de Lei da Senadora Patrícia. Por quê? Porque, na prática, isso já vem ocorrendo. Eu tive o cuidado de passar no Departamento Pessoal da CNC, no Rio, e perguntar como é que é na prática. Nós temos hoje somente três mulheres afastadas pelo salário maternidade. Mas o número é mais ou menos equilibrado, as mulheres superam um pouco o número de homens. Então é comum o pedido de licença, através de justificativa de aleitamento e outras. Então isso já ocorre na prática. E a única sugestão que nós temos, Senadora, é a seguinte: por que 60 dias? Porque não flexibilizar esse período, vamos dizer, por exemplo, entre 30 e 90, para que as partes, empregadora e empregada, possam discutir isso. E possam talvez até colocar isso em negociação sindical. Acordo ou negociação coletiva, que nós sabemos que vai ser a pedra de toque do futuro do sindicalismo no Brasil, a negociação. Então colocado em negociação, hoje por dois anos, quiçá por três, como se pratica no mundo inteiro, essa licença virá atender o que hoje se faz na prática, que é a prorrogação para aleitamento e outras justificativas. Isso não só é bom para a empregada afastada por salário maternidade, como também

para o seu filho, como também para o pai, pelo afastamento da Licença Paternidade. Pequenos ajustes também eu acredito que devam ser feitos, por exemplo, a empregada afastada por salário maternidade, ela tem depositado o seu Fundo de Garantia normalmente. Os encargos sociais também são pagos. E realmente, no Projeto não há uma contemplação clara se na prorrogação vamos depositar, os empregadores vão depositar os encargos ou não. É questão de ajuste, pequeno ajuste aí sob esses encargos que, se vêm sendo praticados nos quatro meses, por que não também nos outros? Já que não vai haver nenhum prejuízo maior para o INSS, que, teoricamente, tem aí esse rombo. Então era isso que a Confederação Nacional do Comércio queria acrescentar. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA

SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu vou passar então a palavra à Dra. Cláudia Skaf, para que possa se manifestar também. Eu quero só deixar claro que eu já tive a oportunidade ano passado de estar na FIESP, fui muito bem recebida pelo Presidente Paulo Skaf e por toda a sua Diretoria, que demonstraram também sensibilidade ao Projeto, apenas nos pediram um tempo para que alguns ajustes ou sugestões pudessem ser feitos, o próprio Paulo Skaf sugeriu que nós tivéssemos uma atenção especial à questão dos micro e pequenos empresários, que talvez algum outro tipo de incentivo e nós temos já um estudo na Consultoria do Senado para isso, para que os micro e pequenos empresários também pudessem ter algum tipo de incentivo a aderir ao Projeto. Portanto, eu quero aqui registrar que eu fui muito bem recebida e espero que a gente possa ainda estreitar mais a nossa relação e, quem sabe, encontrar as melhores soluções para aperfeiçoar, como disse o Dr. Eugênio, alguns ajustes, e nós estamos completamente abertos para que eles possam ser feitos. Com a palavra a Dra. Cláudia Skaf, que tem o tempo necessário.

SRA. CLÁUDIA SKAF: Bom dia a todos. E eu acho que nós que temos a agradecer realmente a oportunidade de poder estar aqui, agradecer o seu convite realmente de poder participar desse Projeto realmente que é tão importante. Eu queria realmente dar bom dia a todos e agradecer o convite em nome da Dra. Eliane Belfort, que é nossa Diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social, e o nosso Presidente, Paulo Skaf. Em representação à FIESP, eu tenho a dizer que louvamos e parabenizamos pela iniciativa de modificar as regras que regem o direito à Licença Maternidade. A FIESP apóia, sim, as modificações, com algumas ressalvas. Em consulta informal com algumas mulheres empresárias e executivas,

ressaltamos que a ampliação da Licença Maternidade de três para seis meses só seria válido para as funcionárias de níveis hierárquicos mais baixos. Nenhuma empresária ou executiva de altos cargos consegue se ausentar da empresa tranquilamente e se afastar de suas responsabilidades por tanto tempo, ou seja, muitas nem usufruem nem a Licença Maternidade de três meses. Ainda com relação às demais funcionárias de níveis hierárquicos mais baixos, observamos que o aumento deste benefício pode se tornar mais um ônus aos empresários, com interferência direta sobre a empregabilidade das mulheres, ainda que esteja previsto incentivo fiscal. Quem pode se ausentar seis meses da empresa, pode também ser entendida como não são necessárias para a continuidade das tarefas e responsabilidades no fator de competitividade das empresas. Como alternativa, temos a propor que, ao invés de dobrar o tempo de direito à Licença Maternidade da mulher, o texto seja alterado com a proposição de aumento da Licença Paternidade, como vocês estavam falando aqui, atualmente de sete dias para também os três meses de afastamento.

Essa proposição vem reforçar o apoio à condição feminina no período pós-parto, além de estimular o fortalecimento do vínculo afetivo pai e filho e do núcleo familiar. Então é isso que eu gostaria de ter colocado, a posição da FIESP, e abertos realmente a conversar e dialogar e trazer sugestões e trocar idéias num Projeto tão importante como esse. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer a palavra da Dra. Cláudia Skaf, e passar então agora--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, me permite, pela ordem, como Relator e não como um dos Presidentes de Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Paulo Paim. À vontade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou fazer um apelo a todos os painelistas, que eles pudessem deixar todas as contribuições por escrito para que a gente possa junto... Por exemplo, essa é uma novidade que até o momento não tinha chegado a nós. E talvez no debate a gente tenha mais claro depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu pedi na semana passada, justamente para que hoje, quando a FIESP estivesse presente, pudesse trazer uma proposta objetiva ao Projeto, uma sugestão. O Dr. Pastore também vai deixar aqui uma contribuição. Provavelmente, a CNC, talvez pelas suas informações, e eu agradeço ao Senador Paulo Paim. Então eu passo a palavra ao Diretor da

Nestlé, Dr. Carlos Faccina, para que também possa se manifestar. Em seguida abriremos o debate aos Srs. Senadores e Senadoras.

SR. CARLOS FACCINA: Bom dia a todos. Eu creio que essa questão ela precede na análise alguns princípios básicos que nós precisaríamos estar de acordo. Eu acho que, pelo que os colegas apresentaram e pelo que eu pude ouvir da Senadora e do Senador Paim também, esses princípios eles norteariam todo um processo de análise. E quais são esses princípios, na minha opinião? Para mim, eles são fundamentais. Em primeiro lugar, esse Projeto de lei ele não pode ser considerado como custo. Esse é o primeiro aspecto que nós precisamos levar em consideração. Deve ser considerado como investimento. Investimento é muito diferente, porque o processo, na medida em que os seis meses sejam concedidos, eu tenho certeza absoluta que será exatamente quando do momento em que se concedeu os quatro meses. Naquela época, Senadora, quando se concedeu os quatro meses, havia um temor generalizado, "ah, a partir de agora, quatro meses, se a mulher juntar com as suas férias, vai ter desemprego, a mulher não vai ser preterida etc", e eu tenho quase que certeza absoluta, pelo menos na minha empresa e em muitas empresas que eu conheço, porque eu tenho um relacionamento muito grande com o mundo empresarial, que, ao contrário desse fenômeno, ao conceder-se os quatro meses, e já se fazem alguns anos... Quantos anos exatamente? Acho que mais de 20 anos, não é? O fenômeno foi inverso. E por que é que o fenômeno foi inverso? Porque existe uma característica hoje no trabalho, que é muito mais importante, a eficiência no trabalho do que a presença física no trabalho. O que é que significa isso? Se a gente comparar o trabalho da mulher e do homem em determinadas áreas na empresa, as mulheres dão de dez nos homens. Se eu pegar, por exemplo, hoje uma área específica das grandes empresas, vou falar das grandes empresas multinacionais e não multinacionais: no marketing, a predominância é basicamente de mulheres hoje. E eu não estou muito preocupado se as mulheres vão chegar a [inaudível] ou chefes mundiais, isso é outro problema, isso vai acabar acontecendo naturalmente.

O que eu estou observando é que na minha empresa e na grande maioria das empresas que eu conheço, aquela famosa aversão "aos quatro meses" acabou virando o quê? Algo absolutamente absorvido, as mulheres continuaram sendo contratadas. Por quê? Porque a mulher tem características no trabalho que superam os homens em algumas áreas de eficiência. Eu falei de marketing, mas posso falar de vendas: nas nossas fábricas, por exemplo, eu quero

dar um testemunho aqui, as mulheres têm muito mais domínio, muito mais equilíbrio, muito mais disciplina e muito mais afetividade pelo que elas fazem. Porque a afetividade feminina está obviamente ligada à afetividade ao conceber um filho. Então essa afetividade ela não desaparece porque ela cuida de um filho ou cuida de uma tarefa, essa afetividade está presente na mulher, na minha experiência de 20 anos como Diretor de Recursos Humanos e só trabalhando com Recursos Humanos e como Professor universitário, lidando há 32 anos na universidade brasileira, eu a vejo dos dois lados sempre como uma coisa que é normal, absolutamente pautável e perceptível. A segunda coisa, que eu acho fundamental, é que nós estamos falando não de uma prioridade, criança de zero a dois anos e de zero a seis meses não é prioridade, aí eu entraria com outro conceito, Sr. Relator, respeitosamente, eu estou falando de preciosidade. [palmas] Não estou falando mais de prioridade. O Brasil tem milhões de prioridades. Tem demandas sociais represadas, o mestre Deoclécio acaba de lembrar aqui um processo de um Senador do Império falando da escrava, as demandas sociais... Nós temos... Sei lá, se formos listar aqui, Srs. Senadores, senhores presentes, autoridades, nós temos aí mil prioridades. Mas eu acho que não existe nenhuma outra prioridade que supere a preciosidade do zero aos dois anos da criança, principalmente do zero aos seis anos. E não sou eu que digo isso, quem diz isso são os Economistas, considerados frios, calculistas... E hoje há uma corrente da economia e, conseqüentemente, esses Economistas têm recebido os Prêmios Nobel.

Eu vou falar de um agora, do Hackman. O Hackman, pouco conhecido no Brasil, demonstra efetivamente que do zero aos dois anos e do zero aos seis anos e até os dois anos é o período de maior desenvolvimento. Quer seja em termos de afetividade, se ela existir, se se der a oportunidade da afetividade, da emoção, do sentimento e da paternidade integrada e da aprendizagem. O que é que vai acontecer? Nós vamos ter uma economia de custos na escola do ensino fundamental, que é a principal parte do ensino do mundo todo e que ainda nós estamos... Estava aqui o Senador Cristovam Buarque dizendo, e eu repito, esse primeiro momento da formação é o mais importante e ainda no Brasil nós estamos discutindo se ele é ou não é. Então ele é o mais importante. Então eu vou ter uma economia de gestão de políticas públicas. Eu vou ter uma economia de aprendizado no sentido de ampliar o aprendizado e de rentabilidade escolar, não diminuindo a reprovação por artifícios, mas diminuindo a reprovação, a repetência e a exclusão escolar por capacitação e por um ensino de melhor qualidade. Por

quê? Porque eu tenho os seis primeiros meses muito bem cuidados, muito bem orientados e com todo um processo de absorção de tudo que vem pela frente até os dois anos, e daí para frente a nossa curva de aprendizado cai, Senadora. Dos dois anos para frente, tudo que nós fizermos dali para frente nós vamos ter muito mais dificuldade para aprender. É aquela velha história, todo mundo aqui já ouviu falar que a gente aprende a falar inglês muito mais fácil quando é criança do que quando é adulto. Isso não é uma inverdade, isso serve para tudo. Nós vamos tendo com o passar do tempo, ao contrário do que se imagina, uma dificuldade maior de aprendizado, ao passo que temos uma facilidade maior de absorção exatamente, porque nós não nascemos “tabula rasa”, está provado neurocientificamente que nós nascemos com um *software* lá na nossa cabecinha. E esse *software* não é do pai e da mãe, é um produto de cinco milhões de genes da espécie humana que estão incorporadas nesse cérebro à espera da afetividade, do emocionalismo e do relacionamento afetivo.

Com isso, nós vamos ter duas vantagens: economia de custo em educação e economia de custo em saúde pública, Senador. Esses dois fatores mandam aqueles 500 milhões de reais para o espaço. O que é 500 milhões de reais de renúncia fiscal, se a Receita Federal vier tomar isso de alguma forma do cidadão brasileiro ou da empresa, desses 500 milhões para compensar, eu acho que aí nós deveríamos fazer a tão sonhada revolução, [risos], ou seja, ela de “A” ou de “B”, porque seria o maior absurdo possível e imaginável que uma autoridade pública teria, que seria o desconhecimento absoluto da realidade brasileira.

A segunda coisa que eu gostaria de colocar, é que nós estaríamos também coibindo gradativamente um dos maiores, ou talvez o maior problema brasileiro hoje, que é a violência infantil. Esta violência infantil, que se manifesta em muitos lugares do Brasil, que acaba de se manifestar de forma bárbara em alguns exemplos que os senhores sabem, que acabam vindo para o Senado para discussão, mas como efeito, como efeito e não causa, não como processo que poderemos corrigir nos próximos 20 ou 30 anos. E uma vez eu perguntei para um amigo meu: “puxa, você fala tanto da revolução XPTO, e ela não está dando muito certo. E ele me respondeu: “o que é que são 50 anos para uma revolução? Nada”. Eu diria: o que são os próximos 20 anos para o Brasil? Nós temos entre os dois últimos Presidentes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e mais os oito do Presidente Lula nós temos dezesseis anos de história acumulados. Ora, o que nós poderíamos fazer em 20 anos? Muito. Então não é questão de custo, é investimento absolutamente

seguro, e o Senador pode depois, eu poderia depois me prontificar a enviar ao senhor com calma os cálculos que a gente poderia ajudar o senhor a por no seu Relatório, com o maior prazer.

E outra coisa que eu queria colocar, nós temos que fazer a equação “seis igual a seis”. Isso aqui eu estou copiando do Deoclécio, ele me permite, mas estou citando a fonte, eu como Professor preciso citar a fonte, o que é que é “seis igual a seis”? É seis meses de aleitamento prioritário, fundamental, que é insubstituível, com seis meses de Licença Maternidade. Essa equação é uma equação ótima, seis igual a seis e não seis igual a quatro. Então, vamos substituir seis igual a quatro por seis igual a seis.

Hoje o conceito de trabalho está mudando. E eu encerraria a minha colocação sob o ponto de vista de não custo e, sim, investimento, ouvi com muita atenção as colocações do Prof. Pastore, ele levantou questões importantes, que devem ser levadas em consideração para a gente entrar na questão do custo e mostrar que é investimento. Mas eu gostaria de registrar o seguinte: o que é que hoje se vê no mundo do trabalho moderno? É a eficiência e a produtividade dentro do local de trabalho. Portanto, a ausência de seis meses de uma funcionária ou de algumas funcionárias ou de algumas mulheres, em hipótese alguma vai afetar a rentabilidade da empresa. Mesmo porque a mão-de-obra hoje, os Recursos Humanos para a produção tendem por tecnologia, por gestão, ou por melhor eficiente gestão de processos a ter um custo cada vez menor. Quer dizer, a mão-de-obra, se a gente observar hoje nas empresas com processos modernos de gestão de um lado e tecnologia de informatização de outro, tendem e tenderão a ser um custo cada vez menor para as empresas. Ora, isso tem que ser levado em consideração.

E finalmente, nós precisaríamos também dar um “puxãozinho de orelha” na questão das políticas públicas. Elas também precisam se preocupar com palavra gestão. Eu faço parte do CONSEA, Conselho de Segurança Alimentar, represento a ABIA no CONSEA e, para minha tristeza, eu vejo muitas vezes uma discussão de horas a fio por brigas em relação a verbas. Ah, mas o meu setor só vai ter 250 milhões, o meu setor só terá 300 milhões... E raramente alguém diz o seguinte: o que é que eu posso fazer com esses 250 milhões? É uma mudança de paradigma. Não ver o Orçamento simplesmente na sua totalidade, lógico que sem dinheiro a gente não consegue fazer as coisas, mas com o montante de verba que eu tenho, a pergunta é: o que é que eu posso fazer com isso, o que eu posso gestionar melhor isso? Que tipo de rentabilidade, de produtividade, de eficiência eu posso ter em função desse montante de verba que o Orçamen-

to obviamente nem sempre premia a tudo aquilo que nós podemos, em função de recursos escassos, pela realidade brasileira.

Essa era a minha posição inicial, a favor não só do Projeto, mas também colocando esse Projeto não só como um Projeto da criança, da Licença Maternidade, mas da infância brasileira até os dois anos, resgatando, Senadora, Sr. Relator, os casos de sucesso no Brasil, porque já existem alguns casos bastante efetivos, eu cito um caso no seu Estado, vocês têm se preocupado no Estado do Rio Grande do Sul, o Senador é do Rio Grande do Sul, se não me falha a memória, de tomar a criança do zero aos dois anos, independente de partido, independente de política partidária, eu acho que nesse caso soa de menos importância, mas o que é que acontece no Rio Grande do Sul hoje? É um Estado que tem um padrão de saúde infantil exemplar e é o melhor índice de saúde infantil do Brasil. Portanto, tem efeitos e os custos de saúde pública podem ser reduzidos com isso. Era essa a minha primeira intervenção. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr. Carlos Faccina, pela exposição e pelo entusiasmo com que tratou desse assunto.

SR. CARLOS FACCINA: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Que [risos] bom, então. E eu queria antes de passar a palavra para os Srs. e Sras. Senadoras, passar a palavra para a nossa querida madrinha do Projeto, Maria Paula, para que ela pudesse dar uma palavrinha também.

SRA. MARIA PAULA: Bom dia, Senadores e Senadoras, bom dia a todos que estão aqui presentes. Quero dizer que é um prazer e uma honra estar participando desse movimento, que é um movimento pela vida. Quero dizer que muito se falou em números aqui hoje, mas eu quero lembrar e ressaltar que o valor da vida humana é incalculável, que não tem conta, não adianta juntar moedinha... Vocês me convenceram, realmente ainda é, além de tudo, ainda vamos ter economia no setor da educação... Ainda teremos economia. Mas, mesmo se não tivesse nada, o valor da vida humana, um bebezinho nascendo, abrindo o olho para a vida, nas nossas mãos, dependendo do nosso cuidado, da nossa atenção, do nosso olhar ali em cima dele o tempo todo, isso não tem valor, não tem preço, a gente pode falar, fazer qualquer discurso, porque isso é maior que tudo. A vida humana é a coisa mais preciosa, é realmente uma preciosidade. A mulher quando está nesse momento ela está toca-

da por Deus, ela está ali fazendo o papel de deusa, criando vida, criando um ser humano. Então essa mulher merece, ela tem direito e ela merece esses seis primeiros meses para criar esse vínculo fundamental com esse serzinho que ela criou, para poder preparar esse serzinho para caminhar aí uma vida pela frente, para se tornar um cidadão. Eu acho que a gente fala em cidadão, a primeira coisa que a gente tem que pensar é em pai e mãe. E esse conceito, bebezinho que tem uma mãe dando um colinho para ele, olhando dentro do olho dele, estabelecendo vínculo de amor verdadeiro com ele nesses primeiros seis meses, que são tão fundamentais, esse bebê vai estar tão melhor preparado para a vida. Até para as dificuldades que ele venha a ter que passar na existência dele, se ele receber o amor ele vai estar preparado para dar amor e eu acho que essa questão, quando a gente fala de vida e de amor, não tem número, nada mais chega nem perto do que a gente está dizendo.

Então, eu vou voltar a agradecer a oportunidade de estar participando. Esse é um movimento fundamental para a nossa sociedade. Eu acho que a gente tem que realmente se unir e fazer disso uma bandeira, eu acho que quando a gente fala “ah, não, perder aqui para ganhar ali, diminuir, talvez trinta dias...” Não, eu acho que a gente tem que querer é aumentar, aumentar, aumentar mesmo, garantir à mãe e garantir ao bebê esses seis meses, esses primeiros seis meses a gente tem que garantir aos nossos bebezinhos. Eles merecem e eles vão se tornar homens e vão nos agradecer por isso. E a outra coisa é, enquanto madrinha do aleitamento materno junto com o Ministério da Saúde, eu falei muito de seis meses de aleitamento exclusivo e eu acho que voltamos à equação seis por seis, não é justo o Ministério da Saúde propor seis meses de aleitamento exclusivo e Ministério do Trabalho não garantir esse direito essencial à mulher. Então é um apelo que eu faço aqui. Eu como mulher, como mãe, sei a importância de cada minuto desses seis meses e acho que se a gente puder chegar à Suécia e ter muitos anos, aliás, para as mulheres e para os homens, eu vou agradecer e a gente chega lá. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Maria Paula. Toda vez que ela vem aqui a gente fica... Obrigada, linda. Muito obrigada mesmo. Eu acho que o Brasil inteiro, e todas as crianças e as mulheres e as famílias e os pais agradecem esse seu jeito tão lindo e tão maravilhoso que encanta a todos nós. Muito obrigada mesmo. Um beijo no coração. Com a palavra o nosso querido Senador Flexa Ribeiro, que tem sido um grande colega, companheiro e entusiasta dessa idéia também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigada, Senadora Patrícia Saboya, Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais. Eu queria, com a permissão de V.Ex^a, permutar com o Líder Arthur Virgílio, porque ele tem uma reunião do Colégio de Líderes, importante, para pautar o veto da Emenda 03 e da SUDAN e da SUDENE, que são importantes que sejam levados ao Congresso Nacional. Então eu vou trocar com ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Flexa. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na verdade, Senador Flexa, não tem nada mais importante do que o que debatemos aqui neste momento. O que eu vejo, Senadora Patrícia, e eu devo dar esse depoimento a seu respeito, é que V.Ex^a está começando a compor uma versão moderna e bonita do Senador Nelson Carneiro. Porque ele reformou, à altura dos seus mandatos, toda a legislação de família, e aquela conquista, hoje infelizmente banalizada, aquela conquista relevantíssima para a mulher, que foi o divórcio, foi uma luta árdua de décadas e que redundou, para a época, num grande passo civilizatório, e eu vejo V.Ex^a avançando com consistência, apresentando projetos factíveis, e formando um conjunto. Não é mais aquele fato isolado, mas um conjunto, que passe pela preocupação com a integridade de crianças, no aspecto sexual ao aspecto familiar, educacional, que passa pelo aperfeiçoamento da legislação de proteção à mulher e à criança. Ou seja, eu aqui ouvia com atenção a Maria Paula, e é claro que ela falou com muito sentimento, falou com muito coração, falou como mãe, como brasileira de enorme consciência democrática. Mas eu vou tentar ser até global mesmo. Eu que não tenho nenhuma dúvida que o seu Projeto no longo prazo ele é ótimo, até porque nós estamos tratando de preparar cidadãos para construir um Brasil efetivamente mais justo do que o Brasil injusto que nós herdamos e nós não podemos passar para os que vêm depois um Brasil injusto como o que nós herdamos, eu ouvi aqui manifestações de que no curto prazo também é bom, de que é possível do ponto de vista econômico, de que aumenta a produtividade, de que há um investimento na produtividade, de que... Eu ouvi lideranças empresariais, o representante da... A representante da FIESP, a Dr^a. Cláudia Skaf e o representante da Confederação do Comércio, não tive a alegria de ouvir Prof. Pastore, que é uma figura de enorme credibilidade toda vez que se manifesta sobre a questão do emprego, sobre as políticas de empregabilidade, e me entusiasmei bastante com alguns depoimentos que aqui desfilaram. Mas se nós temos a garantia de que

no longo prazo é muito bom e nós temos a perspectiva de que é viável também no curto prazo, ou seja, não estamos meramente poetizando, não estamos meramente idealizando, nós estamos procurando trabalhar em cima dos dados factíveis da economia brasileira, nós estamos procurando ser realistas, propor algo que termine consolidando o crescimento da economia, até porque do curto ao longo prazo tem um percurso a ser feito, e esse percurso a ser coberto visa à preparação do novo cidadão, ele dá atenção a essa coisa bonita a que se referiu a Maria Paula, que é o indescritível, quer dizer, eu tenho um amor, como pai, enorme, e infelizmente não consigo imaginar inteiramente o que é o amor de mãe, porque eu não consegui ficar grávido [risos], quer dizer, eu imagino que deva ser esse *plus* assim, o ficar grávido e dar um a mais, eu reconheço que na hierarquia eu devo me colocar como o número dois, enfim, em relação aos meus quatro filhos e aos meus dois casamentos. E eu então eu vejo que V.Ex^a está de parabéns, porque apresenta um Projeto realizável. Poderia a idéia ser bonita e a Projeto poderia não ser realizável. Aí nós ficaríamos no sonho. E o sonho é bom. Mas se o sonho não pode virar realidade, ele pode descambar para o delírio, e o delírio é o pior inimigo da criança, é o pior inimigo do emprego e da mulher, é o pior inimigo da economia, que precisa ser vigorosa para sustentar os nossos próprios sonhos. Se o sonho é realizável, eu volto a dizer, V.Ex^a dá um grande passo para se tornar uma versão belíssima do Senador Nelson Carneiro. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Arthur Virgílio, sempre tão delicado, tão generoso e tão amável. Muito obrigada pela sua presença aqui. Eu sei que V.Ex^a, como Líder do PSDB, tem muitas atribuições aqui na Casa, mas dispõe do seu tempo para vir até aqui apoiar a idéia. Muito obrigada mesmo, de coração. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senhores convidados. Eu não tive a oportunidade de assistir a todos, porque estou participando também da Comissão de Constituição e Justiça, com alguns projetos em pauta que tenho que fazer Emendas e estar atento. Mas aqueles que eu ouvi, e ouvi a maioria, eu fico satisfeito, Senadora Patrícia, e quero parabenizá-la. Parabenizá-la, primeiro, pela mulher determinada, obstinada por uma causa que eu acho que deveria ser assumida por todos. Homens, principalmente, e as mulheres. Eu sempre me coloquei favorável a qualquer iniciativa que busque resolver o problema da causa. O Congresso e os brasileiros sempre

estão correndo atrás do prejuízo, buscando propostas e leis para resolver o problema do efeito. Agora mesmo estamos atônitos com o incremento da violência no nosso País. Buscamos reduzir a maioridade penal, como se essa fosse uma solução mágica para resolver o problema da violência. Lamentavelmente, ainda no meu Estado, lamentável ainda por ter sido no Pará, a imprensa noticiou um bárbaro assassinato cometido por uma criança de oito anos. Oito anos. Quer dizer, isso é o resultado da desagregação familiar de princípios que têm vindo de gerações sendo deterioradas, por gerações, e que nós temos que ter um caminho, um ponto de partida, um início para corrigi-las.

Então, eu acho que o investimento que se deva fazer na criança, no recém-nascido, na primeira infância, não são gastos do Poder Público, são investimentos que, com certeza absoluta, irão diminuir os custos à frente. Seja em qualquer área de políticas públicas. Seja na área de educação, porque vai ter uma criança com maior capacidade de aprendizado, seja na área de saúde, porque vai ter uma criança mais fortalecida no seu sistema imunológico e psicológico, seja na área de segurança, porque nós vamos criar homens e mulheres preparados para a vida com definição de caráter. A preocupação não só de informar, mas de formar também o cidadão.

Então, vamos diminuir custos à frente, e que devam ser entendidos como investimento aqui. O meu caro amigo José Pastore, reconhecidamente um profissional na área por todo o Brasil, ele trouxe aqui algumas questões pertinentes, que nos ajudarão a fazer as correções e os ajustes, e é para isso que nós estamos fazendo essa Audiência Pública. Os Diretores das empresas, o Dr. Deoclécio, Pediatra, colocaram posições favoráveis e com argumentos que eu acho que são determinantes para o processo. A própria... Eu não assisti à observação da Dra. Cláudia e do Dr. Eugênio, então não tenho como fazer referência a elas, mas eu tenho quase certeza que também todos atendem ao seu Projeto.

A própria Organização Mundial de Saúde ela já define a questão do aleitamento exclusivamente de leite materno durante os seis primeiros meses de vida, e já foi dito, e aí é uma questão de matemática. Seis não é igual a quatro, seis é igual a seis. Então a nossa amiga Maria Paula ela colocou uma coisa que é muito comum no Governo, um Ministério tem uma definição, uma linha de definição e outro tem outra. Quer dizer, o Ministério da Previdência diz que são quatro meses, o Ministério da Saúde diz que são seis. Então é preciso que haja primeiro lá o ajuste. Então se o Ministério da Saúde, que é quem tem competência para definir a questão, diz que são seis meses, o Governo não pre-

cisaria nem ter o seu Projeto, Senadora Patrícia. Se o Projeto é indutor da discussão, porque era o Governo o primeiro a dizer “não, se o Ministério da Saúde diz que são precisos seis meses, então nós vamos estender pela Previdência a Licença Maternidade pelos seis meses”. Isso é o lógico. Mas o seu Projeto poderia ter, Senadora Patrícia, uma dificuldade de tramitação na área produtiva, que poderia com isso ter dificuldades de arcar com os recursos, que não são despesa, eu continuo dizendo que são investimentos, mas poderia ter a própria CNI defendendo a questão produtiva. Poderia ter. Mas a exposição do Prof. Pastore foi clara. A CNI não é contra. Precisar fazer ajustes ao programa. A idéia brilhante da Senadora, de colocar como voluntária a adesão, não obriga nenhuma empresa a conceder a prorrogação da licença. Então, eu acho que aí já abre um espaço para que não haja oposição. Só iriam aderir aquelas empresas que tenham a consciência social e tenham a condição de atender as despesas definidas. O Prof. Pastore levantou uma questão importante, com o encontro do dispêndio com o Imposto de Renda. Então a empresa que teve lucro de um ano pode não ter no outro. E aí, Prof. Pastore, Senador Paim, que assume a Presidência da Audiência, eu proporia fazer uma Emenda aí, uma correção de redação no sentido de não usarmos, e eu tenho feito isso na CAE constantemente e sou aqui um defensor intransigente de que qualquer incentivo fiscal não seja mais calcado só no Imposto de Renda. Porque o Imposto de Renda hoje ele é um... Já foi anteriormente mais importante, mas hoje ele não é tão importante para o Governo Federal como receita, mas é importante para os Estados e Municípios que tenham o seu FPM e o seu FPE baseado no volume da arrecadação do Imposto de Renda. Então que a gente use agora as contribuições para fazer esses abatimentos, porque aí não há esse risco que o Prof. Pastore colocou. Porque as contribuições são devidas sempre. Independente de lucro, de resultado positivo ou não.

Então, corrigiria isso. Essa questão também de que se todas as mulheres serão atendidas pelo programa, se houver, eu acho que sim. Apenas, se algumas delas não quiserem usufruir, aí é uma questão de consciência. Mas terão o direito de fazê-lo. Eu acho que... Eu quero parabenizar novamente a Senadora Patrícia Saboya. Ela é, como eu disse, determinada nesses assuntos que dizem respeito às causas sociais, como é também o Senador Paulo Paim. Eu apenas sou, eu diria, não companheiro nas questões, mas sou cúmplice dessas questões, porque eu me sinto responsável. Eu não me sinto aqui como passageiro. Eu me sinto aqui como tripulante. Então, essa nau, esse Brasil vai seguir o rumo que nós, não só os Parlamentares, mas

a sociedade aceitarmos como responsabilidade de todos e de cada um, porque é muito fácil você transferir para o próximo, e não resolver, ou ajudar a resolver uma pequena parcela que seja pelo esforço seu. Parabéns, Senadora Patrícia, parabéns, Senador Paulo Paim, parabéns aos palestrantes, eu conversei ontem com o Presidente Armando Monteiro Neto ao telefone, o Presidente colocou exatamente, e para nós a vinda do Senador... Já estou com premonição, Prof. Pastore, a vinda do Prof. Pastore como... Eu disse à Senadora Patrícia que era, sem sombra de dúvida, um ponto... Uma palestra que seria colocada de forma profissional, competente e reconhecendo os pontos e nos ajudariam a definir as dificuldades. É exatamente nessa linha que a inteligência do Prof. Pastore nos ajuda a avançar com o Projeto. Era o que eu tinha a dizer e sou favorável ao Projeto de prorrogação da Licença Maternidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flexa Ribeiro, eu só peço que V.Ex^a, com essa contribuição praticamente de redação, de Imposto de Renda para tributos, que encaminhe para nós, para a gente poder dialogar sobre a proposta. Passo de imediato a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Presidente. Obrigada a todos os nossos palestrantes, aos nossos visitantes, muito obrigada pela presença, pela contribuição, cumprimentar a nossa atriz, Maria Paula, dizer que você é brilhante, mas também é uma moça, uma atriz, uma humorista que tem espírito público. Muito obrigado pela sua presença e pela sua luta em prol de uma bandeira tão importante.

Patrícia, quero dizer da importância deste Projeto e o que ele pode significar para o nosso País. Eu queria fazer, Sr. Presidente, três rápidas considerações. Começando pelo mercado de trabalho. Eu estou aqui com uma pesquisa da PUC do Rio, de setembro de 2006, do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. O título da pesquisa é “Os efeitos da Licença Maternidade sobre o salário e o emprego da mulher no Brasil”. Os pesquisadores são o Sandro Sache(F) de Carvalho, o Sérgio Fipo(F) e o Gustavo Gonzaga, que é da maior competência e capacidade. Vou ler quatro linhas da pesquisa e o resultado e as conclusões dela: “De qualquer modo, apresentamos evidências de que o aumento do período de Licença Maternidade, que é um benefício importante na proteção da mulher no mercado de trabalho, bem como na proteção da saúde da mãe do recém-nascido não gera incentivos que aumente a ação discriminatória em relação à mulher no mercado de trabalho. Desta forma, propostas que visem a alongar o período de Licença Maternidade

podem ser positivas, uma vez que o custo em termos de distorções no mercado de trabalho parece ser pequeno, enquanto uma extensa literatura na área de saúde fornece subsídios para se crer que o benefício da Licença Maternidade para as mães de recém-nascidos tende a ser bastante grande. Departamento de Economia da PUC”; “Concedendo à mulher o direito de uma licença muito mais longa, o Estado brasileiro está implicitamente reconhecendo que o cuidado dos filhos é responsabilidade predominantemente feminina e, por conseguinte, está estimulando até a perpetuação da divisão sexual das tarefas domésticas”.

E ainda complementando, eu fui até o IBGE, Sr. Presidente, e constatei o mesmo que essa pesquisa. A pesquisa em 92 mostra que nós tínhamos 43.5% de mulheres no mercado de trabalho e que, em 2004, isso passou para 45.5. Essa data coincide, não é tão precisa com relação à mudança na legislação, mas quatro anos depois que se implementou os quatro meses de Licença Maternidade.

Então, conclui-se que quando nós aprovamos os quatro meses, que foi a mesma discussão que estamos tendo aqui hoje pelo Brasil, é que as mulheres seriam prejudicadas, que seriam mais discriminadas, que seriam menos contratadas, que o salário iria diminuir e teve foi um aumento. Mesmo porque esse aumento pode estar coincidindo com o que um dos nossos palestrantes... Eu não estou, desculpem, estou sem minha lente, e meus óculos são só para perto... Michael disse, deve poder ter aumentado por conta da diferença salarial e o lucro que dá para a empresa a mão-de-obra mais barata da mulher. Então esse é o primeiro ponto que eu acho que essa discussão e esse argumento não procedem. As estatísticas mostram o contrário. E lembrem bem que nessa época, quando aprovou para quatro meses, eram apenas oito semanas que indicava a velha CLT. Quatro semanas antes, durante a gravidez, e oito semanas após. Então foi um aumento brusco nessa licença e nada afetou a contratação com relação às mulheres às empresas, às indústrias brasileiras, que eu tenho o maior respeito, isso não prejudicou.

O segundo ponto, o Senador Flexa falou, que é uma aberração o Ministério da Saúde provoca uma angústia e um peso de consciência na cabeça das mães, “você tem que amamentar até seis meses”, aí ela vai para o emprego, o Ministério do Trabalho diz “você só pode ficar na licença quatro”. Então, se o Ministério da Saúde, e eu penso que ele prevalece sobre o do Trabalho no quesito Saúde, e os cuidados com a criança.

Então, é claro que a mãe vai acreditar muito mais no Ministério da Saúde, que seis meses é que são ne-

cessários para a amamentação, do que no Ministério do Trabalho, que impõe quatro meses votados pelo Congresso Nacional. Então isso realmente o Senador Flexa está coberto de razão, isso é uma aberração. É um transtorno na cabeça de qualquer mãe do mundo.

Mas eu queria, para finalizar, Sr. Presidente, tocar no ponto que para mim é mais importante e que infelizmente, claro que também por falha minha, por não estar presente no momento certo, e pedir uma inclusão nessa Audiência Pública, eu queria aqui discutir o ponto de vista psicológico. Eu não tive oportunidade de participar em nenhum debate sobre o Projeto da Patrícia Saboya, da Senadora, mas é a primeira vez que eu nós estamos vindo aqui, eu não vim a outra discussão que pudesse ter incluído esse tema. Eu, além de ser mãe de três filhos, e que tive uma experiência pessoal terrível, eu perdi o meu marido e o meu filho mais velho tinha quatro anos, o do meio tinha um ano e a mais nova, eu estava grávida dela de dois meses. Então eu sei exatamente o que aconteceu com o meu filho mais velho, com o meu filho do meio e com a minha filha mais nova quando eu tive que virar chefe de família, e não é uma chefe de família urbana, uma chefe de família rural, com muito mais dificuldades de encontrar. Mas também sou Psicóloga, Sr. Presidente, me formei em Psicologia. Não atuo na área, mas gosto muito do que estudei. A consequência foi trágica e eu tive que mudar o rumo. Mas me lembro de muita coisa importante nessa área. E eu gostaria aqui de fazer um breve comentário sobre um autor muito importante, que se chama Winnicott: nós temos duas fases importantes. Nós não podemos fixar esse debate na importância apenas da amamentação. É muito além disso. Nós estamos falando de estrutura de personalidade. É dessa estrutura que vão sair os psicóticos, que vão sair os psicopatas. Psicopatas que arrastam crianças fora do carro, vendo e não se importando, que não têm piedade por ninguém, que não têm remorso, não conhecem essa palavra.

É nessa formação até os seis anos de idade, e nós estamos discutindo aqui dois meses de aumento e focando apenas o aleitamento materno, eu prefiro mil vezes uma mãe ao lado do filho seis anos e nenhum dia de amamentação. Não quero aqui diminuir o valor da amamentação, absolutamente. Meu primeiro filho mamou oito meses no peito. Porque eu tive condição de fazer isso. Mas nós temos duas fases importantíssimas na estruturação da personalidade de uma criança. Nós temos a fase da dependência absoluta, que a Maria Paula, que é mãe e que tem um bebê sabe muito bem disso, e todas que são as que são mães aqui, as Assessoras... A dependência absoluta até os seis meses de idade, segundo esse autor tão impor-

tante no mundo inteiro, é aquela dependência onde a criança tem a dependência física, emocional, aonde só a mãe, que sabe sentir e fazer o papel do ego dele, que a claridade está incomodando o seu olho, que seu pescocinho está doendo, porque está do lado do travesseiro, que o xixi está incomodando lá embaixo na frauda... É esse ego que faz com que a criança se fortaleça emocionalmente e fisicamente. É uma relação egóica importantíssima, que vai até os seis meses de idade. Que é imprescindível. E aqui eu faço uma breve consideração ainda, que as mulheres... Economicamente existem as mulheres ricas e as mulheres pobres. As pobres com mais dificuldades, porque suas irmãs têm que trabalhar, as suas mães estão trabalhando, e às vezes a mulher rica ainda tem o privilégio de ter um ego substituto razoável para deixar com essa criança, uma enfermeira altamente capacitada emocionalmente, inteligentemente, mas a mulher pobre não tem essa oportunidade de uma substituição satisfatória de um ego como ela. E essa fase, se não evoluir, se essa fase de dependência absoluta, se ela não evoluir do ponto de vista emocional relativamente bem, nós vamos produzir os bebês psicóticos.

E vocês sabem o que significa, principalmente o Presidente da Associação de Pediatria, o que significa o tratamento de uma criança que tem psicose. O que é que é a psicose, resumindo rapidamente? É uma criança de ego frágil, sem defesa, porque faltou o ego da mãe, faltou o ego substituto que vai complementar o dela até o dela se formar. Por isso se fazem os psicóticos. Ou seja, o resumo é que o ego do bebê não foi alimentado pelo ego da mamãe. Ele se fragiliza e rompe com a sua personalidade. Ainda nós temos, Sr. Presidente, a dependência relativa. Nós saímos da absoluta, que vai até seis meses e, de seis meses até seis anos, essa dependência relativa é muito mais forte, ela vai até a adolescência. Por isso nós sabemos o cuidado excessivo que nós temos com os nossos adolescentes. Mas, especialmente, eu quero parar aos seis anos de idade, nessa dependência relativa, de seis meses até seis anos, aonde inicia a desabitação com a mãe, para poder desabitatar, para ficar mais longe da mãe, ele tem que estar desabitado. Ele vai começar a lidar com o fracasso, ele vai começar a lidar com a ausência, ele vai se desligando aos poucos da mãe, mas ainda com uma alta dependência. E qualquer rompimento brusco, já estou saindo seis meses e indo até seis anos para quem está reclamando de dois meses nesse aumento desse cuidado da personalidade dos futuros brasileiros deste País. Esse rompimento brusco, Sr. Presidente, essa privação afetiva brusca pode significar que nós vamos produzir os psicopatas. É daí que saem os psicopatas. Esses psicopatas, que nós

podemos ter uma quebra, um rompimento, um ego desestruturado, e podemos colocar até num tratamento psicológico, psicanalítico, em qualquer linha que houver em termos emocionais. Mas nós teremos de volta um ego reestruturado defeituoso, como um cristal quando se quebra. Você pode juntar os cacos, comprar a cola, o super bonder e com muito carinho e colar de volta. Nunca mais será a mesma.

Então eu quero aqui deixar para a nossa Senadora querida, Patrícia Saboya, que nós precisamos levar à sociedade não só a importância da questão da amamentação, mas da formação da personalidade, da estruturação da personalidade do ser humano. E aí eu reporto à questão da violência, que está nos jornais todos os dias, está na imprensa, nos ajudando e pressionando todos os dias. E a Patrícia, que é contra o aumento da maioridade penal, e eu sou a favor, justamente por conta disso. Porque eu, como Psicóloga que sou, eu não acredito, infelizmente, que esses menores possam ter a recuperação necessária para retornar à sociedade. Porque lá, até os seis anos de idade, a sua estrutura de personalidade não foi construída e eles hoje não se usa mais chamar de psicopatia, hoje nós estamos chamando de sociopatas, porque só vão ser identificados quando começar a conviver com a sociedade, quando arrastar amarrada em carro, quando matar os pais, quando matar os avós, quando matar a namorada, quando pratica o estupro. É nessa hora que os psicopatas, hoje chamados de sociopatas vão ser identificados pela sociedade brasileira. Então, por isso sou a favor, infelizmente, não gostaria de ser, a favor da redução da maioridade penal.

Então, eu acho que nós podemos estender essa discussão e cuidando nos nossos bebês, já que não temos recursos para cuidar até os seis anos, mas vamos fazendo por etapa, vamos caminhar, vamos dar um passo à frente, ninguém vai morrer com isso, as empresas não vão quebrar, o Brasil não vai quebrar. Nós vamos economizar não só no Ministério da Saúde, nós vamos economizar não só no bolso do pai e da mãe, mas nós vamos economizar também no Ministério da Justiça, no Ministério da Defesa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Está inscrito o Senador Inácio Arruda, mas a Senadora Patrícia disse que queria fazer uma breve colocação.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-

CE): Eu queria, antes de mais nada, agradecer as palavras da Senadora Kátia Abreu, que aqui colocou de uma maneira muito clara a importância desses seis meses na vida de uma criança, na vida de uma mãe,

na vida de uma família. A economia brutal, e essa eu vou pedir permissão a ela para usar a partir de agora, que essa economia não será feita apenas no Ministério da Saúde, da Educação, mas principalmente no Ministério da Justiça, onde nós vamos diminuir o índice de criminalidade e tudo o mais. Mas queria só um esclarecimento da Senadora Kátia Abreu, que o foco do Projeto não é a amamentação, é o fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho. Só para que fique tranqüila em relação a isso. Nós tivemos esse cuidado, a Sociedade de Pediatria, como eu disse, foi quem fez, elaborou o Anteprojeto, e mostra claramente que é esse fortalecimento que vai determinar o caráter e a personalidade dessa criança no futuro. Por isso nós tivemos, é claro que aquela mãe que vai poder ficar seis meses com seu filho, lhe dando todo carinho e a atenção necessária, evidentemente que vai aproveitar e nós vamos aqui resolver uma outra situação, que é também ampliar a amamentação, o direito que a criança tem ao leite materno. Mas eu concordo com você que realmente o mais importante, e é o objeto principal do Projeto, é garantir esse fortalecimento e essa convivência pelo menos nos seis primeiros meses de vida. Mas muito obrigada, enfim, por todas as suas considerações. Muito obrigada mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senadora Patrícia, autora deste importante Projeto de Lei que ora discutimos. Primeiro, eu quero dizer que eu também estou convocado para a reunião de Líderes, mas infelizmente a reunião de Líderes vai ter que esperar, porque eu considere que era muito importante essa reunião, essa Audiência Pública, e era importante ouvir todos os convidados. E eu achei extraordinária. Acho que cada depoimento aqui ele foi se somando. Mesmo os que tinham observações que aparentemente eram contrárias, digamos assim, “bom, essa aqui é uma observação que é contrária ao Projeto”, mas elas foram se postando, se colocando de tal sorte que nós pudemos... O Relator estava aqui atento, e eu posso dizer como testemunho que ele anotou absolutamente tudo, embora tenha pedido para receber por escrito, mas ele já anotou, porque ali é aquele sentimento da hora que você anota ali, é o rabisco da hora, que é muito importante na hora que vai fazer o seu Relatório, que você vai fazer a sua alteração. É o sentimento que você colheu daquele que estava prestando a informação, o depoimento. Eu acho que houve uma complementação. Já mostra o avanço de determinadas empresas, que já se anteciparam, já estão à frente, já estão consumando esse esforço. Eu acho que o Dr. Deoclécio ele foi muito preciso, quer dizer, é

o conhecimento, a ciência vai mostrando para nós o caminho. E vai nos informando. Eu acho que por isso é que eu sou a favor da tese de que nós não devemos reduzir a maioria penal. É exatamente por isso. Porque a ciência está dizendo para nós que nós temos um outro caminho mais inteligente, que é esse aqui. Esse que é o caminho mais inteligente. Porque, se for pela tese contrária, eu vou reduzir a maioria penal de tal sorte que eu chego nos seis meses de vida.

Então, eu acho que nós temos que fazer o caminho inverso, e o caminho inverso é esse que nós temos aqui, que a ciência está nos oferecendo, o conhecimento. É uma sociedade meio contraditória a nossa, e talvez seja a nossa sorte, eu falava para o Paim: “veja que sorte a nossa”, a nossa miscigenação, embora tenha toda a carga de preconceito que existe na sociedade brasileira, mas a nossa miscigenação nos oferece uma sociedade avançada. Eu até brincava, porque se levantou a questão de que se mandou a mensagem para o José Bonifácio, mas o José Bonifácio produziu uma proposta de Constituinte, para Assembleia Constituinte em Portugal, para o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, avançadíssima. Que já propunha a abolição da escravidão, em 1821, propunha uma legislação ambiental fantástica e, ao mesmo tempo, propunha uma legislação que protegesse os nativos. Era uma legislação super avançada àquela época, 1821. Quer dizer, era uma contradição. Você tinha um conservadorismo atroz, mas você tinha uma proposta de legislação avançadíssima. Então nós estamos dando um passo, que é isso que a Maria Paula levantou. Então vamos à Suécia. É lógico. É isso que nós temos que fazer mesmo. Vamos a isso. Por que não?

Nós temos uma proposta de Emenda Constitucional, Senadora Patrícia, por sorte eu e o Senador Paim, que é uma proposta de redução de jornada de trabalho. É uma espécie de utopia nossa. Nós já discutimos com o Pastore já muito na Câmara dos Deputados, porque o Pastore é sempre nosso convidado, nós discutimos muito. Por quê? Porque nós consideramos que é o seguinte: menos trabalho, para que todos possam trabalhar. Quer dizer, aumentar a camada dos que podem ter acesso ao mercado de trabalho. Porque a ciência está resolvendo isso para nós há muito tempo. É de que nós podemos ter menos tempo de trabalho para cada um, com mais tempo livre, e que eles até poderão ter outras atividades. Por isso que eu me reporte, Deoclécio mesmo considerando muitíssimo importante os pronunciamentos de todos, do Carlos, do Micahel, que foram muito interessantes, da Dra. Cláudia, do Pastore, que nós conhecemos já de muitas intervenções muito boas, com muitas informações, sempre muito bem informadas suas posições, do Eugênio,

foram todas muito boas, um completando o outro. De maneira que eu acho assim, que o Deoclécio mostrou como o Projeto de Lei está baseado numa posição de conhecimento, de avanço da ciência, de que esse é um caminho salutar para o nosso País. Ao ampliar a possibilidade das mães ficarem com seus bebês, nós estamos garantindo, primeiro, nós estamos garantindo a afetividade, o aumento da afetividade, então nós resolvemos um problema de as possibilidades dessa criança, do ponto de vista psicológico, elas serão muito maiores, muitíssimo maiores, e estamos resolvendo um problema nutricional, que mexe também com a afetividade, então ajudamos a trabalhar, trabalhamos com dois problemas simultaneamente. Isso tem repercussões.

Se retirássemos, o que a Maria Paula levantou, ela que está colocando, digamos assim, a imagem dela para uma batalha e para uma bandeira política, digamos assim, usando o que ela tem de força para reforçar uma bandeira e uma causa, ela está colocando, digamos, é a questão humana, não é o negócio. Mas se nós pensarmos no negócio, então, para quem pensa nos negócios, nós temos então que raciocinar com conhecimento. Não é assim? O que é que as empresas mais fazem, mais investem? Não é no conhecimento? Então, se naquilo que mais investimos é no conhecimento, então, sinceramente, se queremos ganhar mais, se queremos lucrar mais, se o modelo, se o sistema quer ganhar mais, então ele investe mais no conhecimento, ele investe mais na ciência. E a ciência orienta e vai dizendo para nós que é aqui que nós temos que apostar. Aqui você economiza, se você pensar no ganhar mais, no ter mais lucro. Agora, se você pensar no homem, no humano, você ganha duplamente. É isso que nós vamos fazer. Então eu acho que por isso que nós deveremos não só aprovar, mas, se pudermos aprimorar, usando a expressão do... Não sei se foi o Michael ou o Carlos que falou, da preciosidade... O Carlos. Se pudermos aprimorar com a preciosidade que o Carlos falou, acho que devemos fazê-lo, dando o máximo de publicidade, publicizar o máximo, para poder ampliar a força que ele tem, porque tem força esse Projeto de Lei, para poder resolver um problema que a Cláudia levantou aqui, que é muito correto: mesmo entre as mulheres pode se criar um sentimento nas camadas mas populares, e eu tenho muita consciência disso, porque nasci nesse meio, na camada popular, na periferia da minha cidade, então eu sei do sentimento que se transmite para essas camadas populares, de que longe de resolver o problema, nós podemos até criar um problema que seria, digamos assim, "puxa, vai criar um problema é com vocês, porque vocês poderão perder o emprego".

Então, vamos estar atentos para essas questões, para a gente não criar nenhum sentimento entre aquelas que nós queremos beneficiar. Ora, se nós estamos criando um Projeto de Lei, trabalhando um Projeto de Lei para beneficiar camadas amplas da sociedade, então nós vamos criar dificuldade para elas exatamente? Então nós temos que fazer um bom trabalho entre as camadas populares, o Eugênio trabalha aqui com uma área sindical, que é exatamente uma das áreas que mais emprega mulheres, que é o comércio, então nós teremos que fazer um grande trabalho de discussão, de debate, de levar talvez um material... Acho que os debates aqui até foram numa linguagem muito boa, muito simples, muito direta que acho, porque acho que é nessa linguagem que a gente tem que se dirigir a essas camadas todas para mostrar e ganhá-las para o Projeto de Lei, que é muito positivo para as mulheres, porque elas que tem que abraçar e elas principalmente têm que vestir a camisa junto conosco, junto com os homens e junto com os pais, com os pais que foram até a maternidade para insistir os partos de seus filhos, porque aí eles compreendem melhor o que é nascer o bebê, pegá-lo ali na primeira hora e ter todo esse sentimento. Então, aqueles que tiveram essa felicidade sabem perfeitamente do que é que se está tratando, e depois pegar ali toda hora que ele chorava, poder balançar ali o seu filho na madrugada, na hora que é mais necessária. Então acho que todos esses pais e todos os homens têm condições de ajudar a nós ganharmos essa batalha aqui não só no Senado, na Câmara, mas, principalmente, ganharmos na sociedade, porque é o mais importante. Porque é isso que convence empresas, é isso que convence a sociedade. É o debate fluir com essa tranqüilidade que foi aqui entre nós nessa manhã de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem. Eu vou passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, vou convidar a nossa Senadora Patrícia para que volte à Presidência dos trabalhos. Depois a Senadora Rosalba, e eu farei rápido as considerações, porque depois ainda os painelistas farão a sua fala final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com certeza passarei para V.Ex^a também. E quero lembrar que duas horas nós iniciamos aqui uma outra Audiência Pública, também das três Comissões, sobre a Síndrome de Down. Senadora Patrícia.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Patrícia, eu queria inicialmente parabenizá-la por mais esta brilhante Audiência Pública para tratar deste tema. Quero parabenizar também a todos os participantes da Mesa pelo brilhantismo das exposições, a Maria Paula, que mais uma vez contribui conosco com o seu brilhantismo em defesa desta causa, que é mais que humana, dizer que particularmente me senti muito feliz com a exposição do Sr. Michael, por saber que existe uma empresa, e a Senadora Patrícia me dizia há pouco da sua experiência de fracasso e depois renovação a partir de um outro conceito de gestão, e eu quero dizer que fiquei muito feliz por perceber que a sua empresa já promove ações que extrapolam o que a lei determina naquilo que é atendimento e apoio ao social, e envereda pelo caminho do respeito aos Direitos Humanos. Fiquei sinceramente muito emocionada até quando eu vi o respeito à homo-afetividade que a sua empresa já tem pelos trabalhadores, a questão da adoção, e principalmente pelo senhor ter trazido aqui a questão da espiritualidade. Eu acho que é isso o que toca profundamente a todos nós e que modificou inclusive e determinou o sucesso da sua empresa. Então, meus parabéns.

E considerando aqui o que foi colocado pela Dra. Cláudia, uma questão me preocupou, quando ela diz que as mulheres executivas não fazem questão de ficar esse tempo todo de seis meses, ou não cumprem toda a Licença Maternidade. E isso é uma coisa que me chamou a atenção, porque, na realidade, essas mulheres elas são obrigadas a retornar ao trabalho por conta da cultura dominante, que é machista e, de certa forma, por conta da concorrência do mercado e, ao retornar para o trabalho, se sentindo obrigada, porque senão vai perder a vaga, tem muito disso na disputa, ela nega um direito que é da criança e que é dela também, que é o direito da afetividade nesse período que, não vou repetir aqui, é tão importante e precioso, como disse aqui o Dr. Carlos. Parabéns pela expressão preciosidade. Acho que foi muito oportuna.

Então, eu acredito que, além daquilo que disse o companheiro Inácio, de que nós devemos ter todo o cuidado com a linguagem quando se refere principalmente às classes populares e o quanto há de intenção de plantar na idéia da classe popular a concepção de que este direito pode lhe tirar o outro direito, que é o trabalho, nós também temos que ter esse olhar voltado para estas pessoas de uma classe econômica mais avantajada, mas que se negam a esse direito e negam principalmente o direito da criança.

E eu queria dizer aqui, inclusive me lembrava no momento em que a Dra. Cláudia falava, do exemplo de uma Dentista minha, que está grávida, está na segunda gestação, e ela diz: “olha, a gente tem que correr, porque eu vou ganhar nenê em junho, mas vou trabalhar até maio, até uns 15 dias antes eu vou trabalhar. Mas não se preocupe não, porque em setembro eu estou de volta”. Só que assim, por essa preocupação e por esse direito, a consciência do direito de que a criança tem o direito à companhia dela, ela já disse assim: “mas o meu retorno ele vai se dar de forma gradativa, porque eu preciso trabalhar, sou profissional liberal e se eu não trabalhar eu prejudico também o emprego das três pessoas que trabalham comigo, que também são mulheres. Mas essa volta ela vai ser gradativa. Vai ser duas horas por dia”.

Então, eu acredito que a gente tem que fazer essa discussão também a partir do ponto de vista do direito da criança. Então, para que estas mulheres não se sintam obrigadas a retornar ao trabalho, porque elas têm mais responsabilidades que todos os outros seres humanos. Mas que elas também tenham a consciência do direito da criança.

Então, eu queria, para finalizar, Senadora Patrícia, dizer que com muita alegria que neste período este Projeto apresentado por V.Ex^a já começa a render. E na minha cidade, que é uma capital, a cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, hoje já é lei a Licença Maternidade de seis meses para as servidoras públicas municipais. [palmas] Então eu acredito que é desta forma que nós vamos mudando a cultura. Então, não precisa repetir aqui mais uma vez, sou extremamente favorável a esse Projeto, pensando já nos meus bisnetos, que eu quero garantir, [risos] com certeza. Porque os netos já estão aqui e já passaram pela fase da Licença Maternidade. Mas eu quero que os meus bisnetos possam usufruir disto como um direito garantido em lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senadora Fátima Cleide, que tem sido assim uma companheira maravilhosa nessa luta, principalmente na área da infância e da juventude, fez parte de todas as Comissões, da CPI, de todos os trabalhos, Audiências Públicas e tem sido um braço muito especial também nessa luta. Muito obrigada pelo seu depoimento. Passo agora a palavra à Senadora Rosalba, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senadora Patrícia, Senador Paulo Paim, Relator, senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas Pediatras que aqui se encontram. Eu gostaria, Senadora Patrícia, inicialmente, de fazer uma confidência,

quando aqui cheguei, sou Senadora pela primeira vez, trazida pela generosidade do povo do Rio Grande do Norte, que fui convidada para com a senhora a compor a Mesa da Comissão de Assuntos Sociais, sendo sua Vice-Presidente, de muitos projetos, todos da maior relevância, que tramitam na Comissão, quando eu coloquei o olho nesse da licença da maternidade, aí esse não era o olho, era o coração e a experiência de uma Pediatra. Porque eu tenho 30 anos como Pediatra, com larga experiência em neonatologia. Então, milhares de crianças eu vi nascer e acompanhei no período de lactente, no período da primeira infância, e posso trazer aqui o meu depoimento vivido, do quanto havia diferença, e o Dr. Deoclécio sabe disso, das crianças que nos chegam recebendo a afetividade do acompanhamento dos pais, da mãe principalmente, e o aleitamento materno para aquelas que precocemente perdiam esse elo maior de amor, de carinho, de atenção, de vida. De vida, sim.

Eu tenho uma experiência de ter visto crescer e se desenvolver, e hoje eu digo que sou, apesar de ser avó, meus filhos já me deram dois netos do meu sangue, mas eu sou avó já de milhares também, de centenas. Porque, em trinta anos, muitos dos meus clientes já são pais e mães. Então a alegria de ver aqueles que acompanhei homens e mulheres fortes, saudáveis, contribuindo para este País, mas a tristeza, a dor de encontrar crianças que vi nascer, que acompanhei e que hoje estão nos descaminhos da vida, e se a gente avaliar, com certeza, muitos deles passaram por esse processo de falta de cuidado especial da sua mãe, porque nenhum cuidado é maior do que o da mãe, a carência no aleitamento materno. E mais do que isso, quando damos essa atenção à criança, nós não estamos tratando apenas da saúde física e mental desta criança, nós estamos tratando também da saúde da mulher. Porque a mulher que se sente obrigada a deixar o filho muitas vezes mal cuidado, sozinho ou jogado em creches que não estão com condições de bem atender aquela criança, essa mãe psicologicamente ela começa a ter os seus distúrbios emocionais, a interferir na sua produtividade, e a empresa passa a ter os prejuízos maiores. Eu falo empresa, mas é a Nação.

Então, que custo vamos ter em ampliar em mais dois meses? E eu digo a vocês, com toda a sinceridade, nós estamos aqui lutando por apenas seis meses, quando deveria ser seis anos. Mas, é um avanço. Vamos para os seis meses. Lá na frente vamos conseguir mais. Eu sou daqueles que sei que a gente chega no topo subindo degrau a degrau. E vamos subir esse degrau, Senadora. A sua idéia foi brilhante. E eu estou aqui para dizer que estou ao seu lado porque

estou ao lado das mulheres e das queridas crianças que fazem parte da nossa vida. Não aceitarei, de forma nenhuma, me desculpem aqueles que trouxeram aqui esse questionamento, e eu quero aqui já de antemão dizer que irei fazer uma Emenda, Relator, que sei que... Espero contar com todos vocês para que seja obrigatório os seis meses. Não facultativo. Porque na hora que for facultativo, nós conhecemos essa realidade brasileira. Vai ficar sempre no menos, e nunca no mais para a mulher.

Então, tem que ser obrigatório os seis meses. E também, como aqui falou o Flexa Ribeiro, eu fui Prefeita três vezes no Município, na cidade de Mossoró, segunda cidade do Estado do Rio Grande do Norte e, como Prefeita, sei o quanto tudo que vai se fazer nesse Brasil se tenta mais uma vez tirar dos Municípios, nas suas receitas, quando vai para o Imposto de Renda, para IPI. Não. Tem que tirar das contribuições que o Governo Federal recebe e que não entra no cálculo para os Municípios. Também acho que esse é o caminho. Que seja reduzido nas contribuições que os empresários obrigatoriamente têm que honrar, tem que cumprir.

Então, é essa a minha posição. A posição de ser... Estar com vocês. Estarmos juntos. Porque essa luta não é a luta de uma Comissão nem somente da Senadora Patrícia, é uma luta de futuro do Brasil, é uma luta da nova geração, do novo cidadão, integro. O cidadão capaz, o cidadão produtivo, o cidadão da paz. E quanto vamos economizar? Na Saúde, na Educação, nas questões ligadas à Segurança. E quero dizer também aos senhores empresários, aqueles que talvez não comuniquem da opinião dos que aqui vieram e que nos estão trazendo grandes contribuições, eu quero dizer aos senhores, lembrem-se da nossa responsabilidade social e cristã. Porque na vida de cada um dos senhores que hoje estão produzindo e tendo lucro, com certeza, tiveram a sorte de ter uma mãe que ficou mais perto dos senhores para trazer o equilíbrio, a força para os senhores ajudarem a fazer um Brasil melhor. Então esse Brasil melhor, vamos fazer juntos, vamos dar as mãos. Seis meses agora é pouco, mas nós vamos conseguir, Patrícia, se Deus quiser, pelas nossas crianças. [palmas] E queria aqui também colocar, só mais um pouquinho, Senadora, eu queria fazer... A Maria Paula acho que ainda se encontra--

SRA. MARIA PAULA: Estou aqui. Te ouvindo, eu fico emocionada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Maria Paula, [risos] eu sou uma defensora, não podia ser diferente, com a responsabilidade de Pediatra, de mãe que amamentou quatro, e fui mãe também, uma coisa que muito me alegra, eu fui também mãe de algu-

mas crianças que não nasceram de mim, mas, graças a Deus, tinha bastante leite e pude ser mãe de leite de outras crianças, então quero lhe dizer que estamos nessa luta do aleitamento. Na minha cidade, eu sou a madrinha do Banco de Leite, e criei também, como incentivo, para o aleitamento materno, nós temos um programa estadual que doa leite diariamente às crianças e às mães. E eu ficava indignada, porque a mãe que tinha um recém-nascido, quando ela recebia o leite, às vezes por uma questão de falta de esclarecimento, ou de ter aquelas dificuldades iniciais do aleitamento, ela passava logo a dar o leite *in natura* à criança, o leite que não era o leite materno, aliás, à criança.

Então, na minha cidade, nós invertemos as coisas. Eram mães carentes que precisavam desse apoio. Então eu substituí o leite para a mãe, a gestante e a mãe que estava amamentando por cesta-básica. Era uma forma de tirar essa possibilidade delas fugirem do aleitamento materno, levando outro leite para a criança, o leite que ela recebia para a sua criança e, por outro lado, nós estávamos... Eram mães sofridas, pobres, carentes, desnutridas, levando a complementação alimentar, para que elas ficassem mais fortes, pudessem se alimentar melhor, amamentando mais os seus filhos. Então esses foram os projetos que foram feitos, além do apoio também que demos a 10 mil crianças em creche. Vontade política faz isso. Acompanhamento também no combate à desnutrição, foi a cidade do Rio Grande do Norte onde a desnutrição infantil teve o maior índice de queda, foi exatamente na nossa cidade. Isso me deixou acho que gratificada e, graças a Deus, com 84% dos votos da cidade de Mossoró eu estou aqui, com a generosidade do povo norte-riograndense. E aqui estamos para lutar pela criança em primeiro lugar, para defender, Senadora Patrícia, ao seu lado, esse Projeto de largo alcance, que fala de futuro e fala das nossas crianças. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senadora Rosalba. Agradeço muito também as palavras da Senadora Rosalba, que tem sido uma grande companheira não só como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, mas em todos os assuntos relevantes que têm sido discutidos nesta Casa. Eu tenho uma preocupação, o Senador Paulo Paim terá que presidir, daqui a muito pouco tempo, uma segunda audiência. Então eu vou fazer... Nós faltamos... O Senador Suplicy, a Senadora Serys, o Senador Cícero Lucena, que está agora inscrito para falar, e o Senador Paulo Paim, nosso Relator, que irá encerrar. Então, está bom. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Patrícia, que, após as palavras do Senador Arthur Virgílio, pode ser rebatizada como “Patrícia Carneiro”, em seu nome eu cumprimento todos os Senadores e quem compõe a Mesa também, e dizer que fui Prefeito da cidade de João Pessoa por dois mandatos, capital do Estado da Paraíba e, ao assumir a Prefeitura, nós encontramos 13 creches. Das 13, apenas uma funcionando. E no nosso programa de Governo, no nosso compromisso de campanha, nós assumimos o compromisso de elevar essas creches ao número de 40 ou mais creches, reconhecendo da importância de uma creche no serviço público, para dar suporte principalmente àquelas mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os seus filhos. E na busca de viver experiência, de encontrar experiência para ser transferida para a administração municipal na cidade de João Pessoa, eu tive a oportunidade de visitar uma creche em São Paulo. Não era pública, mas era de uma entidade filantrópica. E lá chegando, pelo tamanho que as coisas acontecem em São Paulo, a creche tinha mais criança do que o espaço possivelmente pudesse abrigar. E lá eu vi uma solução. É que a sala de ambiente, de brincadeira, em determinado turno pela manhã, servia como sala de ambiente de diversão das crianças, logo após a refeição, era transformada em um dormitório. Espalhados colchonetes pelo chão, e as crianças dormiam então após a sua refeição. Eu achei aquilo prático, achei aquilo eficiente, econômico, porque reduzia a necessidade de espaço a ser construído nas nossas creches. Mas eu fui ouvir uma opinião, a da minha esposa. E ao chegar e dizer: “olhe, minha filha, eu vi essa alternativa, isso ajuda na redução da creche e, conseqüentemente, a gente não precisa construir o dormitório, e faz um duplo uso do espaço”. E ela me respondeu de uma forma muito simples. Disse: “olha, eu acho que economicamente pode ser interessante. Mas, os nossos filhos não têm cama, não tem colchão? Então vamos procurar dar também no serviço público a mesma condição”.

Então essa experiência vivida, eu posso dizer que hoje eu agradeço muito a Deus a família que tenho, os filhos que eu tenho. Porque tiveram o conforto de um lar, o conforto de uma mãe cuidadosa, a preocupação com a saúde deles, com a orientação deles. Então, eu digo, se eu tive essa felicidade, primeiro eu agradeço a Deus, mas, sem dúvida nenhuma, eu tenho que ter o compromisso de no mínimo sonhar que os outros também tenham esse direito. E eu acho que esse Projeto é um avanço, é um passo importante para que a gente possa cada vez mais fortalecer o sentimento de justiça social, de solidariedade.

Então, eu me somo a todos aqueles que estão defendendo esse Projeto, obviamente, com o desejo e querendo dar a contribuição para que ele possa ser aprimorado nesse instante e no futuro, que com certeza precisará ser adotado. Olha que beleza da criança que está adentrando aqui o nosso ambiente. O símbolo maior dessa discussão. [palmas]

Quanto aos incentivos, Senadora Patrícia, eu acho que é um estímulo para aqueles empresários que ainda não tenham essa consciência de solidariedade, ou até mesmo para aqueles que não tenham e não possam adotar nas suas empresas, por ela não ser grande, por ela não ser média ou mesmo por ela ser pequena.

Então eu acho que nós devemos, e aí eu me somo à Senadora Rosalba, no sentido de que isso possa ser evoluído para a obrigatoriedade. Eu acho que se não for nesse momento, mas nós devemos buscar isso. Com um detalhe, com um detalhe muito simples, é que eu concordo também, como Prefeito que fui, de que esse incentivo não pode ser nos impostos que são compartilhados, porque eles já são hoje muito poucos para os Estados e para os Municípios. Principalmente quem é Prefeito sabe bem da importância disso. Mas acho que nós temos uma razão maior, Senador Paulo Paim, o senhor como Relator e tão bem lembrado pelos Senadores que me antecederam, a CPMF, que é uma contribuição que não é compartilhada com os Estados e com os Municípios, na sua origem, ela foi criada com o objetivo de ação de saúde. De saúde. E aqui nós estamos tratando algo de saúde, em segundo lugar, porque a questão sentimental, estrutural da família, do ser humano, como bem disse Maria Paula, não pode ser calculado. Então eu acho que nós devemos avançar para que o incentivo se torne obrigatório e, mais ainda, que seja feito com os recursos que foram criados para fazer ação de saúde.

Então, será essa a minha contribuição, a minha proposta, que nós possamos aprofundar nesse assunto. Mas eu não poderia deixar de registrar também, além do que já fez a Senadora Patrícia, do reconhecimento da sua iniciativa e do seu trabalho, e simbolizar em todos aqueles que estão defendendo, que estão desejando, que estão querendo, na nossa querida atriz Maria Paula, que, com o seu trabalho, com a sua cultura, através da sua arte, nos dá tantos momentos de oportunidades de risos, que com essa campanha, que ela é madrinha, sem dúvida nenhuma, nós vamos alargar o nosso sorriso pela felicidade de um futuro mais justo, mais humano e mais solidário. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Cícero Lucena. Senadora Serys com a palavra, coordenadora da nossa Bancada feminina [risos].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [risos] Senadora Patrícia, que muito nos honra por presidir uma Comissão, porque são tão raras essas oportunidades no Senado da República, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Aqui, excepcionalmente, nós temos duas mulheres, ótimo, Presidente e Vice. Mas, senhores que participam deste momento, eu estou muito feliz, Srs. Senadores, Sra. Presidente, com a busca determinada da nossa Bancada. Nossa Bancada feminina ela independe da coloração partidária. É uma Bancada determinada. Tratou de questões com relação à questão da mulher, nós sempre estamos juntas nas discussões, nas votações, é uma Bancada extremamente determinada. Hoje mesmo ainda estive numa reunião na Câmara, com a Bancada feminina da Câmara e lá também o mesmo posicionamento muito firme nesse sentido. Quando nós fizemos dias atrás, dias não, no final do mês de fevereiro uma reunião no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia, nós decidimos toda aquela relação de projetos que estavam mais ou menos, já que está na moda, “travados” aqui pelo Senado. Aqueles que estavam no Plenário, prontos para voto, nós encaminhamos através de ofício ao Presidente Renan, para que se proceda, dentro do possível, a votação daqueles projetos no mês de março, por conta do Dia Internacional da Mulher, porque nós temos que aproveitar todas as oportunidades. Fizemos uma relação para a Ministra, para a Senadora Patrícia, também encaminhando a relação, e dentro dessa relação está este Projeto que está sendo votado hoje. Isso me alegra grandemente, Senadora Patrícia. Faz a diferença, sim, a mulher no poder. Faz a diferença. Porque aqui já estamos votando aquela relação que eu encaminhei para a senhora, com aquele ofício com vários projetos, e um deles está aqui em votação.

Acabo de sair da CCJ. Infelizmente, não pude chegar antes aqui, porque eu sou titular da CCJ e tive que estar lá, e lá também já apresentei a relação dos projetos ao Senador que preside aquela Comissão, Senador Antônio Carlos Magalhães, que também já está colocando, hoje por exemplo foi votado, com a Relatoria do Senador Demóstenes Torres, a guarda compartilhada a qualquer tipo de relacionamento, a criança que nasça a partir de qualquer relacionamento, independente de casamento, a guarda deverá ser compartilhada. Que não existia. Então, está aprovado. Acabou de aprovar nesse instante também esse Projeto na CCJ.

Então isso me alegra grandemente. E agora estar aqui também nesta Comissão. E eu reforço mais uma vez aqui, eu sei que o tempo está exíguo, a necessidade que eu venho trabalhando, venho cobrando, inclusive já fiz um Requerimento ao Presidente Renan nesse sentido, de que na Reforma Política a gente tenha realmente uma Comissão Mista do Congresso Nacional para discutir a participação da mulher na política. Porque nós fazemos a diferença. Eu estou cada vez mais convencida. Nós somos 52% da população e nós queremos e vamos buscar e vamos conquistar. Não sei quando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senadora Serys, e os outros 48% são o que nossos?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nossos filhos. Nasceram daqui. [palmas] Eu tive quatro. Então, se nós 52 e somos mais os outros 48%, nós queremos o poder político, sim, e a Reforma Política é um momento vital e determinante. Eu tenho quatro filhos, eu tenho quatro netos, eu tenho uma filha Pediatra... É a Natascha Slhessarenko, é minha filha que é Pediatra lá em Mato Grosso, é Médica, e a gente está nessa luta.

E eu queria, finalizando, dizer que a Reforma Política é um momento determinante para que a gente faça realmente a mudança. 100 anos atrás nós estávamos caminhando pelas ruas com Berta Lutz, Carlota Queiroz, para termos o direito de votar, éramos cidadãs de segunda, terceira categoria, sei lá de que categoria. Cem anos depois nós estamos aqui lutando por causas extremamente relevantes, para a questão da melhoria da qualidade de vida da sociedade. E eu não tenho dúvida disso. Nós não queremos ser mais que os companheiros homens, de jeito nenhum, mas, muito menos, menos. Apenas iguais. E essa igualdade vai ser conquistada e nós temos um papel na história a demarcar, pelo respeito e a honra que nós temos que ter ao sangue de tantas mulheres que derramaram pela luta de igualdade de direitos da mulher. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Suplicy agora com a palavra, e eu vou passar, Senador Paim, porque está aqui o Dr. Joelson Dias, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, para também fazer um pequeno comentário e, em seguida, passo a palavra a V.Ex^a, que encerrará. Pois não. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Vai avançar da hora, Senadora Presidente Patrícia Saboya Gomes, e autora deste Projeto, pelo qual eu a cumprimento, e ao Senador Paulo Paim, nosso Presidente, a obrigação da Comissão de Justiça é impe-

diu-me de estar aqui ouvindo os depoimentos, mas a Maria Paula me disse da extraordinária qualidade de todos os depoimentos aqui hoje colocados à Mesa, e eu quero cumprimentar a iniciativa desta Comissão e a sua iniciativa, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que apóio inteiramente, e agradecer o depoimento tão significativo que cada uma das pessoas aqui convidadas deram, e inclusive a [risos] mãe da minha querida neta, Maria Luiza, porque tenho em Maria Paula uma mãe excepcional e que tem sido um exemplo para as mães brasileiras no seu cuidado em amamentar e trazer carinho e proporcionar condições de desenvolvimento para uma menina que será excepcional, tenho certeza, em vista dos cuidados que os pais, o João, meu filho, e a minha nora têm dado como exemplo para o Brasil. Mas parabéns a vocês.

[palmas]

SRA. MARIA PAULA: O sangue bom eu garanto que essa menina tem. Está no gen, viu? [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Parabéns, Senador Suplicy, sempre com o seu coração na frente de qualquer coisa. Muito obrigada. Queria passar a palavra então ao Dr. Joelson Dias, representando aqui a Ordem dos Advogados do Brasil e agradecer a sua paciência de ter esperado todos os Senadores para depois se pronunciar.

SR. JOELSON DIAS: Em absoluto. A OAB é que tem que agradecer e muito esse convite que, mais uma vez, lhe foi formulado pelo Senado Federal. Nós recebemos na Ordem dos Advogados do Brasil, com muita satisfação, o convite que nos foi feito um dia pela Sociedade Brasileira de Pediatria, por intermédio do Dr. Deoclécio, para não somente nos associarmos nesta iniciativa deste significativo Projeto de Lei, mas numa questão até mais ampla, que é de realmente proteção e atenção às crianças e adolescentes na área da saúde. Este Projeto foi uma primeira iniciativa e a gente vê com extrema satisfação os resultados que ele já tem produzido. Porque, com certeza, só esse debate, só esses depoimentos que presenciamos na manhã de hoje já dão mostras significativas da importância do papel desta Casa. Fico muito satisfeito de ver que estamos, mesmo aqueles contrários ao Projeto, ou, enfim, que de uma forma ou de outra têm algo a acrescentar, compareceram a essa Casa, porque esse é o lugar apropriado para esse tipo de debate e isso fortalece muito a nossa democracia e nos dá sinais de que realmente, pelo menos assim esperamos, que estejamos no caminho certo da construção deste nosso tão reclamado Estado Democrático de Direito. Mas, mais que isto, põe em perspectiva, e isso me deixa extremamente satisfeito, que existem alternativas a essa

discussão sobre a redução da maioria penal, que existem alternativas para a superação da violência infantil, ao invés de tão somente se criminalizar ainda mais as condutas, se recrudescer ainda mais as punições. São iniciativas como esta, Senadora Patrícia Saboya, que V.Ex^a acolheu tão prontamente desta parceria vinda da OAB e da Sociedade Brasileira de Pediatria, que nos deixa realmente confiantes de que esse carinho, essa atenção que as nossas crianças necessitam é que realmente possibilitará que um dia não tenhamos mais que estar aqui reunidos nesse Senado para discutir questões como essa da redução da maioria penal e o agravamento das penas.

Nós Advogados, e eu ousaria dizer nós os empresários também, acabamos tendo um discurso muito hermético, muito fechado, somos muito seguros de que nossas palavras convencerão os Advogados, por intermédio da... Pela retórica, os empresários pelo *marketing*, e hoje eu fiquei muito feliz de ver que os depoimentos nesta Audiência Pública, a sensibilidade, a emoção com que foram transmitidos deram corpo, deram vida a esses nossos argumentos. É claro que a OAB sempre esteve muito convicta desta proposta, porque o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a nossa Constituição prestigia os Direitos Humanos, prestigia a proteção à criança e ao adolescente, a dignidade da pessoa humana. Mas, enfim, hoje foi muito importante, pelos depoimentos, pelas experiências de cada um dos Senadores e das Senadoras e da madrinha da campanha, a Maria Paula. Realmente ver que, mais do que essas palavras, hoje foi dado realmente corpo, foi dado vida a justificar a importância, a pertinência deste Projeto.

E então, finalizando, agradecer que já no início dessa nova Legislatura, pelo menos para alguns Senadores, V.Ex^a Senadora, Patrícia Saboya, acompanhada dos seus pares, o Senador Paim, que tem presidido esta Comissão de Direitos Humanos, continuam aí obstinados, decididos, determinados a levar a diante um Projeto como este que, com certeza, somente acrescente e não apenas as mulheres, as crianças e os adolescentes, mas a sociedade brasileira fica realmente em dívida com o Senado nesta iniciativa que tem insistido em levar a diante e a nossa esperança é de que muito em breve teremos a aprovação deste Projeto. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer também ao Dr. Joelson e levar o nosso abraço a toda a OAB, agradecer pela sua participação e pelo apoio, desde

o início desse Projeto, que é de fundamental importância.

SR. JOELSON DIAS: Se V.Ex^a me permite, o Dr. César Brito, que é o nosso novo Presidente, tomou posse no mês passado, queria muito se fazer presente, e aqui somente não veio, e é um homem de extrema sensibilidade à causa dos Direitos Humanos, por se encontrar em viagem ao exterior. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Com a palavra o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão e Relator do Projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Senadora Patrícia, eu quero ser muito breve, porque nós teremos ainda as considerações finais de todos os nossos convidados. Primeiro cumprimentar a todos, o Dr. Clécio Campos, Dr. Carlos Faccini, Dr. Michael Haradon, Dr. Eugênio Pereira, Dra. Cláudia Skaf, Dr. José Pastore. No meu entendimento, todos aqui falaram a mesma língua. Eu não vi um aqui que disse que é contra ao Projeto. Pelo contrário, numa ótica um pouco diferente, todos a favor do Projeto. E para nós isso é muito bom. E quero dizer que para mim hoje é um dia especial. Não somente pelo debate do seu Projeto, Senadora Patrícia, porque hoje, 21 de março, é o Dia Internacional da Luta Contra o Racismo e todo tipo de preconceito. E essa é uma forma de nós sonharmos, como alguns disseram aqui, que é possível construir um mundo melhor para todos, e começa efetivamente na gestação das nossas crianças, como instrumento inclusive de combate à violência.

Eu queria dizer que eu fiquei muito feliz aqui das falas, porque percebi, nesse dia também, 21 de março, que há uma preocupação com o corte das diferenças. Eu confesso aos senhores todos que, se dependesse de mim o Orçamento da União, diria o seguinte: "Só vai verba para as Prefeituras que adotarem efetivamente o corte das diferenças". Quem não tiver política voltada para as crianças, para as mulheres, para negro, para índio, para deficiente, para idoso não deveria ter uma Emenda sequer do Parlamento. Por mais simples que seja a cidade, devia ter o corte da diferença.

Senadora Patrícia, se me permitir, eu só queria dizer para a senhora o seguinte: Esse projeto é um projeto vitorioso. Eu me lembro do primeiro dia que V.Exa. me deu a honra de relatar o projeto. Eu, naquela minha forma que todos aqui conhecem, eu digo: "Não, o projeto é excelente, deixa comigo, eu vou relatar e vamos aprovar". "Calma, calma Paim, não é por aí. Nós temos que ganhar a sociedade para o debate". E V.Exa. tinha toda a razão. Ganhou a sociedade para o debate. Eu já lhe disse um outro dia, o número de correspondências que eu recebo pela aprovação do

projeto e eu tenho que explicar ainda por que é que eu não botei em votação. É porque a Relatora, que a autora entende que a sociedade tem que ser ganha para a proposta.

Eu estou tão convencido por tudo, tudo o que eu ouvi. Claro que farei o relatório em sintonia com V.Exa., que é a autora do projeto. Me nego a fazer substitutivo. Farei as Emendas, seguindo a sua orientação e a sociedade toda que nós ouvimos, mas eu vou tomar a liberdade de fazer uma coisa no meu relatório, e vou fazer logo. Eu vou botar ali um artiguinho autorizativo dizendo para o Executivo que em homenagem à Senadora Patrícia que se aplique, de imediato, a licença com mais seis meses para todas as mulheres do serviço público. Que isso é uma liberdade— [palmas] que o Executivo pode fazer e que vai ajudar, e que vai ajudar, naturalmente, a impulsionar o debate. Eu sei que seria vício de iniciativa se eu quisesse apresentar o projeto ou nós apresentarmos, mas eu posso botar autorizativo. Eu acho que isso eu posso dizer. A senhora me autoriza, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com certeza.

[Risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque eu acho que é o primeiro passo, de um Projeto que tem tudo, tudo para ser vitorioso. E já vou terminar, primeiro, cumprimentando a todos. Mas quero dizer que nós, aqui da Comissão de Direitos Humanos, somos convidados para ir visitar trabalho escravo, situação de negros, de índios, idosos, enfim, nas mais variadas regiões. E eu vou aqui querer receber um convite, eu gostaria muito que a Comissão de Direitos Humanos recebesse um convite do Presidente da FERSOL, senhor Michael, para conhecer a sua empresa. Como é bom ver o que é bonito também. O relatório que o senhor fez aqui, demonstrando a política para todos os setores, esse corte das diferenças é algo, para mim, que mexeu com as nossas emoções. E, sinceramente, eu vou esperar o convite. A gente vai, por todo o país, ver as dificuldades do nosso país. Mas eu quero ir lá para ver que esse é um exemplo a ser seguido, que nós todos poderemos contar, em outros lugares, que é possível sim uma forma de atuar.

Eu quero cumprimentar a todos, mas faço aqui esse pedido: Convide a Comissão de Direitos Humanos para visitar a sua empresa. Eu queria... Dra. Cláudia, aqui fica uma pergunta somente para a senhora: A questão da licença paternidade, da forma que a senhora colocou, para mim, significa um outro momento. Eu queria que, na sua fala, a senhora explicitasse um pouquinho melhor a proposta que a senhora trouxe,

se não me engano, por escrito, da Fiesp, em relação à licença paternidade.

Era isso, meus parabéns a todos vocês! Senadora Patrícia, eu tenho muito orgulho de relatar o seu projeto, que não é mais seu, é do povo brasileiro, mas a homenagem vai à senhora. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não tenho mais nem vontade de falar, eu só tenho vontade de sair beijando todo mundo e agradecendo por tudo. Mas, é... Acho que as considerações finais, nós estamos com um tempo muito corrido realmente, e eu pediria só que aqueles que desejassem, todos que desejarem se manifestar, mas que pudessem ser bastante breves. Eu sei que tiveram a paciência de esperar que cada um de nós pudesse também falar, nós Senadores e Senadoras, mas pediria que fossem bastante breves porque, realmente, em seguida, já começará uma outra audiência pública, logo em seguida. Então, fiquem à vontade. Acho que, pela ordem, senhor José Pastore. Professor José Pastore. Muito obrigada.

SR. JOSÉ PASTORE: Obrigado, Senadora, pela oportunidade, cumprimentando os Senadores e os demais presentes. Eu queria apenas reforçar que este projeto tem duas virtudes importantes, do ponto de vista das relações do trabalho e do funcionamento da empresa. A primeira é que ele é voluntário e segundo é que ele tem um estímulo para as empresas agirem na sua direção. Mas o voluntário prevalece, de tal modo que, se a empresa, ao fazer as suas contas, como o Michael faz sempre, eu tive o privilégio de conhecer a FERSOL, Senador, que é realmente uma maravilha, uma maravilha de empresa, de conduta e de gestão. Mas, se o empresário fizer as suas contas e chegar a uma conclusão diferente daquela que o Michael chegou, ele simplesmente não adota esse programa. É claro que a intenção do programa é que seja amplamente adotado.

Aqueles pontos de natureza prática, que foram trazidos aqui, visam estimular V.Exa. a aperfeiçoar esse projeto e buscar uma maneira mais viável de ser operacionalizado, em termos práticos. Há aqui a questão, que não diz respeito nem a nós do mundo acadêmico e nem às empresas, mas sim ao próprio governo, é o de saber se o Estado está disposto a financiar esse empreendimento sem criar novos tributos ou novas contribuições ou aumentar alíquotas. Se está, de fato, interessado em ser o financiador desse empreendimento. E se, dentro do Estado, esse programa é da prioridade que todos nós aqui reconhecemos. Tudo o que foi falado aqui, em termos da importância da criança, eu acho que é mais do que suficiente, não é preciso

repetir mais aqui. Tudo isso aí tem justificativas sociais, psicológicas e também econômicas.

O investimento na criança é aquele que proporciona a maior taxa de retorno. Isso comprovado por toda a pesquisa, em todo o país. Não há o que questionar. O que se pergunta é se esta prioridade, que é muito alta, ela é a mais alta de todas. Porque o ideal, Senadora, é que, de fato, fossem beneficiadas as mães que precisam, que mais precisam. E, no Brasil, infelizmente, aquelas que mais precisam vão cair fora do âmbito do seu projeto porque nós temos, no Brasil, cerca de 80 milhões de brasileiros trabalhando. Desse 80 milhões, 46 milhões estão no mercado informal. Dentre esses 43 milhões, há 05 milhões que são empregadas domésticas, que talvez sejam as que mais necessitam, no momento imediato, e, acredito eu que o empregador doméstico não será classificado como empresa cidadã.

Então, nós temos, dos 46 milhões, nós temos cerca de 30 milhões de mulheres que estão na informalidade. O que é que significa isso? Elas não têm não apenas este benefício, mas vários outros muito fundamentais, como é o caso, por exemplo, de uma licença para um afastamento para tratar da saúde. É claro que o SUS atende, mas elas não têm uma licença remunerada para tratar da saúde. Quem está na informalidade está na selvageria. Não tem isso. Quando ela envelhece, ela não vai ter aposentadoria. A menos que ela venha a ser classificada como carente. Depois, que ela morre, ela não vai deixar nada para os seus descendentes. O atendimento dos seus direitos e necessidades mais fundamentais é ignorado nesse país aqui.

A pergunta a ser feita é se essa também não é uma prioridade de incorporar essas mulheres todas, com a máxima urgência, para o mercado formal. É claro que isso se estende ao homem também. Mas, a mulher tem um significado especial na sociedade humana. Todas as investigações científicas mostram que o que é investido na mulher tem um rendimento muito maior para a criança do que aquilo que é investido em nós, homens. Por exemplo, o investimento em Educação que é feito na mulher, tem o dobro de impacto, em termos de salário, de empregabilidade no filho, do que o que é feito em nós homens. Porque a mulher não vai apenas transmitir os conhecimentos que aprendeu, ela vai cuidar melhor da saúde do filho, quando ela é melhor educada, ela vai cuidar da sua psicologia como um todo, como foi destacado aqui; da sua harmonia afetiva; preveni-lo contra todos os males da sociedade, que hoje estão cada vez mais disseminados.

Então, a formalização do trabalho da mulher é uma coisa muito urgente. Eu acredito que vai disputar

em termos de prioridade na hora de o Estado decidir a respeito da priorização do seu projeto, que tem todos os méritos. Eu gostaria de reforçar aqui essa posição de que ele tem muito mais virtudes do que defeitos. E a principal virtude dele é que ele é voluntário. Isso dá uma grande abertura para a sociedade e, com o correr do tempo, depois de voluntário, ele poderá ser transformado numa obrigação compulsória, claro, seguindo aquilo que acontece em outras sociedades.

Então, eu gostaria de, mais uma vez, cumprimentar a V.Exa. pela iniciativa, me colocar à disposição, naquilo que eu puder ajudar, para resolver esses problemas de natureza prática e, eventualmente, até encontrar alguma maneira de incorporar as mulheres que mais sofrem no Brasil e que estão no mercado informal. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra, Dra. Cláudia Skaf.

DRA. CLÁUDIA SKAF: Obrigada. Eu penso que realmente não tem mais nada, assim, a eu colocar porque realmente foi tão bem explicitado, tão bem explicadas as idéias todas, as sugestões... Eu... Que estão todos de parabéns e realmente eu não tenho muito a acrescentar. O que eu só gostaria de colocar é que realmente, muitas vezes, também, fora a coisa de ter uma licença de seis meses ou não, existe a situação da qualidade desse "estar com a criança". Então, às vezes pode ser até menos tempo, mas a situação da qualidade e não da quantidade precisa ser colocada também. Penso que a afetividade, com a presença do pai, num tempo mais importante, junto a esse pós-parto e a esse nascimento da criança, é realmente extremamente importante porque firma aqueles laços de família, que a gente vem comentando aqui na Mesa.

Gostaria de colocar que realmente a Fiesp está pronta para continuar uma discussão, continuar um debate, continuar a participar do projeto, que realmente é assim, maravilhoso. Você está de parabéns. Muito obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Sr. Eugênio.

SR. EUGÊNIO FERREIRA DA CUNHA GARCIA: Os homens são criados pelas mulheres, nos primeiros meses, nos primeiros anos, não é? É a mãe, a avó, a irmã, a tia, a babá, não é? Então, nós só podemos agradecer a sua iniciativa desse projeto que, Oxalá se transforme em lei prontamente! E a Confederação Nacional do Comércio reitera aquilo que colocou e se põe à disposição para melhorar o projeto, se isso for possível. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada.

[palmas].

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senadora Patrícia, me permita só um minutinho, bem rápido. Eu sei, um minutinho. É porque o Pastore falou a questão que acho que a gente não pode... Só para aqui reforçar. A questão daqueles que irão ficar de fora desse projeto da empresa cidadã. Mas, na questão da doméstica, conversamos aqui, eu e o Senador Lucena, acho que a gente tem o caminho e eu quero, aqui, já mostrar que, à senhora, para que a gente possa acrescentar ao projeto, é: Se a doméstica, ela já recebe pelo INSS, por que não receber os seis meses, desde que seja retirado o recurso a partir da CPMF? É uma questão de operacionalização do governo com a Previdência. Acho que esse é o caminho, aí já ficaríamos com as domésticas sendo atendidas, fica para análise.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Michael. Obrigada. Agora você, por favor, Michael. Ele se apresentou como Michael, aí eu o chamei de Michael.

[risos].

SR. MICHAEL HARADON: É Michael. Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer à Senadora Patrícia Saboya e aos presentes. Quero dizer para vocês que eu estou empresário, não sou empresário, estou empresário, mas eu sou um cidadão e um ser humano, eu sou um pai também. Por vezes, até mãe. Tenho, sem pretensões, tenho um pequeno filhinho, que chama Pedro Miguel, que tem três anos e meio e ele teve a felicidade de mamar até um ano e meio, que foi muito bom. E ele me acompanha nas marchas e nas manifestações pelos Direitos Humanos, junto com o Suplicy e outro pessoal. Quer dizer, tem que mamar também, isto desde jovem idade.

Nós somos a favor, dentro da empresa, de uma emancipação e não precarização(F), e eu digo isso daí, porque, claro, que nós sempre temos uma resistência pela falta de conhecimento, ou até porque faltou alguém sensibilizar as pessoas.

Na nossa empresa, que é uma empresa química, é óbvio que não é favorável, *a priori*, às mulheres. Então, nós tínhamos gerentes que diziam: "Olha, nestas linhas de produção, mulher não é possível", com sorriso na boca. Quer dizer, por quê? Porque não podem carregar pacotes, que são pesados etc. O que é que nós fizemos? Ao invés de a gente fazer uma reengenharia, nós fizemos uma "rearquitetura", que é muito mais feminino, "rearquitetamos" todas as linhas de produção e não existe nenhum lugar onde não possa trabalhar uma mulher.

O que é que aconteceu com isto? É que houve um favorecimento ao bem-estar dos homens também. Mais tarde, eles acharam maravilhoso. Eu quero dizer para vocês que nós, sim, contratamos grávidas. Não que a gente faça teste. Elas vêm e dizem: "Eu estou grávida". "Isso é um problema, uma doença?" "Não". "Então, por gentileza". E, da mesma maneira, pessoas que se manifestam e dizem que são portadoras de HIV positivo e, quando você estiver lá—

[palmas].

Você poderá constatar isso.

[palmas].

O professor Pastore, um amigo e colega já de outros verões, e ele esteve realmente na FERSOL, para a gente debater, discutir sobre flexibilização trabalhista, se sim ou não. Vocês imaginam de que lado nós estávamos defendendo, é claro, não é?

Então, mas eu só queria dizer, sobre a prorrogação, se pode ser inferior, que o professor Pastore colocou, eu acho que ela também pode ser superior, se a empresa desejar. Sobre o que é que a empresa faz quando tiver um ano que tiver prejuízos? Eu conheço empresa que tem prejuízos e uma das coisas que eles fazem é reduzir. A outra que eles fazem, as que têm melhor rendimento, mais tarde, são aquelas que investem. Investem em equipamento, investem em treinamento, investem em capacitação. É isto que vai tirar a empresa fora do vermelho.

Em 1996, a empresa FERSOL estava quebrada e nós decidimos mudar a gestão por uma gestão mais feminina, uma gestão mais, menos de hardware e mais software, como dizem. E ampliar os direitos dos trabalhadores. Então, nós vendíamos o café da manhã para o almoço; vendíamos o almoço para comprar a janta, porém, mesmo assim, ampliamos os direitos dos trabalhadores. E este é o resultado que nós temos hoje.

Ao invés de reduzir a idade penal, eu diria para fazer o investimento, realmente, em aumentar a licença maternidade, que aí nós vamos resolver muitos problemas. Este é o investimento, nós estivemos ontem com o Ministro Nelson Machado, ele falou: "Nós temos que projetar e programar as coisas para 20 anos e fazê-las como se nós estivéssemos saindo amanhã". Então, fazê-las rapidinho.

E eu gostaria só de concluir que as coisas devem ser feitas pelo coração; se não for pelo coração, fazer pela razão. Eu demonstrei aqui que isso traz realmente um rendimento, um resultado, não somente para a empresa, não é somente um resultado circunstancial, é um resultado estrutural para toda a sociedade.

Senadora, a FERSOL está esperando ansiosamente a aprovação da sua Lei para, mais uma vez, a gente tentar transgredir mais alguns meses e a gente

procurar novamente os Direitos Humanos, um novo olhar para o nosso país. Muito obrigado, Senadora.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Dr. Carlos, por favor.

SR. CARLOS FACCINI: Ok. Se a gente vai tratar isso como preciosidade, eu acho que qualquer Chefe de Estado que encampasse isso, ele se torna não um governante, ele vai se tornar um Estadista. Então, eu acho que essa é a grande oportunidade que o nosso atual Presidente tem, junto com os nossos Senadores, de encampar isso, porque ele deixa de ser Governo, deixa de ser o homem Presidente da República e passa a ser Estadista, que é uma palavra muito maior. Essa é a primeira observação. Se não encampar isso, eu vou ficar um pouco decepcionado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu também.

SR. CARLOS FACCINI: Segundo, eu acho que a voluntariedade é um elemento fundamental dessa Lei, e vou dizer por que, pela minha experiência de recursos humanos. Vai acabar se tornando, escrevam aí, um fator de retenção de talento feminino nas empresas. As empresas que tiverem essa característica... Esse fator vai ser um fator de retenção e de escolha de local de trabalho pelas mulheres porque nós não vamos ficar indefinidamente com o problema de desemprego, de subemprego etc. Nós vamos ter que resolver essas questões.

Hoje, nós temos vários extratos. Nós temos um extrato da sociedade, onde nós temos, obviamente, uma competitividade entre empresas para selecionar e reter talento. Obviamente, guardadas as devidas proporções, essa voluntariedade vai ser um fator para aquelas empresas que têm isso, um fator de retenção e de atração de talento feminino, principalmente em grandes e médias empresas. Já é um grande começo.

Terceiro, ouvi o professor Pastore, meu... Eu tenho uma admiração, nos conhecemos há muitos anos, somos professores acadêmicos e sou também um acadêmico, além de ter feito uma carreira empresarial. O que o professor falou é verdade: nós temos exclusões, temos informalidade, mas nós temos que começar por algum lugar. E vamos começar com aquilo que existe na nossa mão porque senão nós não vamos chegar a lugar nenhum. Vamos reconhecer—

[palmas].

Que existe o excluído. As palavras dele são sábias, como sempre. Temos a informalidade, mas nós precisamos começar de alguma maneira, para a gente poder realmente resolver essa questão.

E, finalmente, apenas em homenagem às mulheres, a gente tem que transformar aquela idéia de que todo soldado, em todo filme, quando vai morrer, principalmente em filme de guerra, a última palavra que ele diz é: “Mãe”, em qualquer língua. Em qualquer uma. Vamos transformar isso em que a mãe possa ter efetivamente, nesses seis primeiros meses de vida, e que o filho, mesmo não tendo essa capacidade de dizer, vai dizer com os olhos e com o coração: “Mãe”.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Dr. Dioclécio.

DR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR: Nessas considerações finais, eu quero, uma vez mais, enaltecer a figura humana da Senadora Patrícia Saboya, que foi a expressão inicial da sua acolhida e sensibilidade que nos deu a convicção, a nós, Sociedade Brasileira de Pediatria e Conselho Federal da OAB, de que havíamos tomado o endereço certo. E chegamos a este momento, onde me contagio pela sensibilidade que se difundiu entre todos os participantes. Sensibilidade que nos dá a certeza de que todas as questões técnicas aqui levantadas encontrarão a solução humana necessária a fim de que os direitos da criança sejam assegurados. E se os seis primeiros meses de vida cientificamente estão comprovados como aqueles decisivos para a formação da personalidade, para o aprendizado, desenvolvimento mental, para o aprendizado do afeto e o equilíbrio emocional ao longo da vida, não há por que flexibilizá-los, senão nós teremos dois grupos de crianças: umas que tiveram direito pleno aos seis meses e outras que tiveram direito inferior e a elas foi negado, já naquela fase, essa necessidade importantíssima para a sua vida.

Por tudo isto, eu fico muito feliz e não tenho dúvida já de que, com as intervenções todas, os depoimentos, nosso Relator do Projeto, que o Projeto será aprovado. Não tenho dúvida. E que, a partir de sua aplicação, nós poderemos assistir, sem dúvida nenhuma, à visão poética de Chico Buarque de Holanda, que mostra, nas palavras do jovem, aquilo que esse projeto vai assegurar. Sua canção fantástica do “Bambino”, quando diz: “Quando, então, eu nasci, minha mãe envolveu-me num manto e vestiu-me assim, como se eu fosse uma espécie de Santo”. Que todas as crianças brasileiras possam dizer isto.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bem, eu quero agradecer a presença de todos aqui, todos e todas. Foi muito importante a expressão, o depoimento de cada um, a exposição que cada um pôde fazer. E isso irá dar uma grande contribuição ao nosso querido Relator, Senador

Paulo Paim, para que ele possa, no seu relatório, no seu parecer, aperfeiçoar o Projeto; se existem algumas brechas, que elas possam ser cobertas; se existem algumas sugestões, como foi feito aqui pelo Professor Pastore, que elas sejam, possam ser corrigidas e aperfeiçoadas dentro desse Projeto.

Eu quero, mais uma vez, ressaltar que a autoria desse projeto é da Sociedade Brasileira de Pediatria, eu recebi das mãos do Dr. Dioclécio, apenas estou aqui como Senadora, porque ele, infelizmente, ainda não é Senador.

[risos].

Mas, agradecer a confiança da Sociedade Brasileira de Pediatria, de ter colocado esse projeto que tem sido... Tem repartido com tantos colegas, com tantas colegas, esse momento tão especial e tão importante. Eu tenho certeza, se existem falhas técnicas ou incorreções, elas deverão e poderão ser superadas a partir de outras discussões que nós ainda teremos aqui nessa Casa, com outras audiências públicas. Mas o mais importante, eu acho que aqui aconteceu, foi uma... Que cada Senador, cada Senadora, mesmo aqueles que ainda não tinham a compreensão exata do Projeto, puderam aqui expressar. Os exemplos, eu quero agradecer ao Michael, mais uma vez, por ter vindo até aqui, trazido o exemplo, aberto... Aberto, colocado a sua empresa aqui, exposto a situação, expondo a sua situação, da empresa, inclusive os momentos de dificuldade que passou, mas a forma como conseguiu recuperar.

Nossa querida Maria Paula, madrinha de todas as crianças brasileiras. Eu tenho certeza que, num país como o nosso, que tem tantas dificuldades, existem muitas prioridades, mas está expresso na Constituição que a criança é um dever do Estado, da sociedade e da família. E nós não podemos falhar.

Eu acho que agora nós estamos vivendo momentos que estão fazendo a gente pensar e refletir bastante. Está na hora de o Brasil inteiro colocar a mão na consciência e ver onde é que nós estamos errando, onde é que nós estamos falhando. Se as crianças hoje, eu dizia, diria, como disse um Padre do Rio de Janeiro, que ajuda a recuperar crianças que estão envolvidas com o tráfico, com as drogas, e ele dizia: “Que país é esse em que, no passado, o nascimento de uma criança era uma benção comemorada por todo mundo, e hoje acaba sendo um pesadelo. Que futuro vai ter essa criança? Onde é que ela vai estar?” Eu acho que é hora da gente botar a mão na cabeça e confessar: “Nós falhamos, nós temos falhado”. O Congresso tem falhado, o Estado Brasileiro tem falhado, a sociedade tem falhado, o Judiciário tem falhado e a responsabilidade disso é de cada um de nós e cada um de nós

precisa fazer, nesse momento, a sua parte. Isso aqui é só um começo. Isso aqui é só um começo. Mas a nossa luta é imensa. A nossa luta é grande. É aquilo que eu disse: “O olhar para dentro de casa”. Aquilo que o Senador Lucena disse há pouco, o que eu quero para essas crianças que estão na rua é a mesma coisa que eu posso dar para os meus filhos, que estão dentro da minha casa e que eu gerei.

Então, eu quero uma sociedade que dê resposta à mãe do João Hélio, que está sofrendo nesse momento por seu filho ter sido vítima de um crime brutal, mas é preciso dar resposta também àqueles 16 adolescentes que morrem todo dia no país, vítimas de arma de fogo, que não têm nome, que não têm endereço, que não aparecem no jornal, que não aparecem nas televisões, que não aparecem nos rádios.

Eu quero dar uma resposta a todas as mulheres, a todas as mães que perderam seus filhos porque o Estado brasileiro não foi competente e capaz de chegar antes do crime organizado no seu filho. Ninguém nasce querendo matar. Ninguém nasce querendo roubar. Eles querem apenas ter o direito de ser felizes. Não estou defendendo os crimes, os delitos terríveis, o Estatuto da Criança tem 17 anos, vai completar a maior idade e nunca foi colocado em prática no nosso país. O único discurso que a gente escuta é aquele: “O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento muito moderno, é um instrumento muito avançado e que não dá para ser colocado em prática no país”. A gente tem que acabar com esse mito, com essa idéia de que a gente tem que se espelhar pelo que tem de pior. Nós temos que nos espelhar pelo que temos de melhor, porque é isso que nós queremos para os nossos filhos, que estão dentro das nossas casas, que são a nossa responsabilidade.

Eu acho que se cada um de nós conseguir ter um olhar diferenciado e olhar a essas crianças que estão também nas ruas, que não têm acesso à educação, que não têm acesso à saúde, que não têm casa, que não têm pai, que não têm mãe, que não têm nenhuma perspectiva de um futuro melhor, aí sim nós podemos dizer que estamos cumprindo o nosso papel, podemos deitar a cabecinha direito no travesseiro e dormir sossegados.

Muito obrigada a todos. Um beijo no coração. Muito obrigada de coração.

[palmas].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia.

[interrupção no áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Queria só... Só aprovar um requerimento, colocar em pauta, extrapauta, um Re-

querimento se todos tiverem de acordo, porque tenho que fazer duas votações. A primeira é para incluir extrapauta. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Em votação. Em votação, na Comissão de Direitos Humanos. Aprovado. Em votação, na Comissão de Assuntos Sociais. Aprovado. Está aprovado o requerimento.

[palmas].

Sessão encerrada às 13h42.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

(INSTALAÇÃO)

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2007.

Às treze horas e trinta e oito minutos do dia treze de março de dois e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel e Raimundo Colombo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini e Valter Pereira. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2007/2008. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns convida os Senhores Senadores Romeu Tuma e Marco Maciel para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador Demóstenes Torres, sete (07) votos e para Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano, sete (07) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, proclama eleito e empossado o Senador Demóstenes Torres como Presidente e a Senadora Marisa Serrano como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. A seguir, o Senhor Presidente eventual, Senador Flávio Arns passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Demóstenes Torres. O Presidente eleito, profere seu discurso de posse e passa a palavra a Vice-Presidente eleita para também proferir o seu discurso de posse. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexa-

das a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **Senador Demóstenes Torres**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

NOTA TAQUIGRÁFICA

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

INSTALAÇÃO

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música, e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e da Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: Para Presidente, Senador Demóstenes Torres. Para Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano. Sobre a Mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, Presidente. Saber se já há candidatos indicados ou apresentados para gente poder votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Há uma chapa registrada até o momento para Presidente. Senador Demóstenes Torres, para Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se é voto secreto, eu voto com orgulho nos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [risos] Então passo a chamar os Senadores que compõem esta Comissão para vir apanhar a cédula para votação. Demóstenes Torres; Romeu Tuma; Rosalba Ciarlini; Marisa Serrano; Marco Maciel; Senador Paulo Paim; Senador Paulo Duque e Senador Flávio Arns, eu próprio. Encerrada a votação. Convido o Senador Romeu Tuma e o Senador Marco Maciel para servirem como escrutinadores.

[palmas]

Feita a apuração dos votos, sete votos para Presidente para o Senador Demostenes Torres e para a Vice-Presidenta, Senadora Marisa Serrano. Com alegria convido o Senador Demostenes Torres e a Senadora Marisa Serrano a assumirem a Presidência e Vice-Presidência para conduzirem o restante da reunião. Parabenizando os dois pela e certamente farão como tem feito em todas as áreas em que atuam no Senado Federal um trabalho extraordinário e também nesta área será sem dúvida alguma da mesma forma. Parabéns.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Sr. Presidente, Flávio Arns, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, em meu nome e em nome da nossa querida Vice-Presidente, Marisa, quero agradecer por essa eleição para que possamos presidir a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Queira Deus que eu tenha o mesmo destino do nosso querido Sérgio Cabral, me eleger Governador do Rio de Janeiro, não é nem de Goiás. [risos] Claro que meu orgulho é sobretudo a eleição pelo meu Estado. E gostaria de agradecer, dizer que nós vamos, sim, colocar aqui em discussão a criação da Lei Geral do Teatro, desde o seu modelo de financiamento, gestão e formação de público. Nós vamos dar continuidade à discussão e propor medidas legislativas sobre a pirataria na indústria audiovisual. Nós queremos disciplinar o instituto da meia-entrada, agilizar a deliberação de Projeto que visa eliminar a cobrança pelo ECAD aos exibidores de percentual da bilheteria que está aguardando a segunda votação no Plenário do Senado Federal. Nós queremos discutir a regionalização da produção da TV especialmente no que toca cinema, filmes e documentários. Queremos realizar aqui uma Audiência Pública sobre proposição que dispõe sobre desoneração fiscal na importação dos instrumentos musicais e queremos discutir também sobre direitos autorais na música, aprofundar os debates com as entidades ligadas à distribuição, exibição, infra-estrutura da indústria cinematográfica, retomar os encontros com o setor de dança para inclusão como tema dessa Subcomissão, realizar também outras audiências sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, e iniciar a discussão do anteprojeto que versa sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus e proposta de Emenda a Constituição que estabelece condições para a preservação do patrimônio museológico brasileiro. Entre outras proposições. Temos uma tarefa muito grande e esperamos ter o mesmo êxito que a gestão anterior.

Ao meu lado teremos aqui essa grande Senadora que acaba de chegar, mas tem uma experiência fantástica na área de educação, nessa área de preservação do patrimônio histórico, de cinema, teatro, música e comunicação social. E tenho certeza que com o auxílio dos senhores e Sr^{as}. Senadoras nós vamos poder fazer um grande trabalho. Que Deus nos proteja. Muito obrigado. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero cumprimentá-lo pela Presidência dessa importante Subcomissão aqui da Comissão de Educação, Senadora Marisa Serrano sei que ambos farão belíssimo trabalho e de pronto eu queria também dizer que pode contar comigo para esse debate de um tema tão importante. Eu mesmo fui procurado no Rio Grande do Sul por aqueles que são os proprietários das casas de cinema que estão numa situação desesperadora. Por amor à causa, por entenderem a importância que é o cinema lá no interior, como também nas capitais é que eles ainda estão com as casas abertas. E eles querem fazer esse grande debate aqui nessa Subcomissão, e eu quero ser parceiro nesse tema, nesse debate, para apontar caminhos que permitam efetivamente que o nosso cinema, eu me lembro da minha juventude, que eu trocava gibi em frente ao cinema, do Zorro, do Tarzan... Enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Esse troca-troca de gibis é muito saudável.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É saudável, né? [risos] Porque efetivamente a gente não comprava porque não tinha dinheiro, comprava um e trocava e ia lendo diversos. Mas eu me lembro à importância que era para minha juventude, em vez de hoje a gente ver a violência nas ruas, V.Ex^a. com experiência nessa área ia ao cinema. Ter aquele espaço ali de lazer da mais alta qualidade. Então, conte conosco aqui e parabéns a ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Eu queria primeiro agradecer a intervenção de V.Ex^a e dizer que essa Subcomissão, que é a Subcomissão Permanente mais antiga do Senado, ela elaborou justamente um Projeto que visa eliminar a cobrança pelo ECAD aos exibidores de percentual de bilheteria. Isso talvez ajudaria resolveria o problema. E nós deveremos ter uma reunião até o final do mês com representantes dos exibidores para tentar encontrar uma solução legislativa para o problema. Agradecer muito a essa intervenção, agradecer ao nosso Presidente Senador Flávio Arns e a essa grandiosa Senadora, Senadora Marisa Serrano do Mato Grosso do Sul que, com certeza, irá sempre abrilhantar os trabalhos dessa Comissão. Eu peço e

vou transferir a palavra para a nossa Senadora para que ela também possa dizer algumas palavras a essa Comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Apenas, Sr. Presidente, para dizer da minha alegria de poder participar não só da Comissão de Educação, mas dessa Subcomissão, e agradecer o voto dos nossos pares e dizer que durante os oito anos que eu fui Deputada Federal, os oito anos fiz parte da Subcomissão de Cultura quando fizemos o plano nacional de cultura e discutimos todos os setores envolvendo, tanto o patrimônio material e imaterial e todas as questões relativas à área. E tive a oportunidade dentro do Mercosul de criar em Palermo, na Argentina em Buenos Aires na Universidade de Palermo uma carta de cultura para estudantes do Mercosul que vige até hoje. É uma forma de fazer com que a cultura não só do nosso País, mas de todos os Países que nos fazem fronteira e toda a América Latina possam participar ativamente daquilo que é a expressão maior de um povo que é a sua cultura.

Portanto eu fico muito feliz de estar aqui e dizendo que nós vamos depois ter que fazer alguns acréscimos, um deles vai ser colocar as artes plásticas também como um dos fatores de atuação da nossa Subcomissão que eu acho que isso também é muito importante. Mas fico aqui pronta às suas ordens para que possamos trabalhar juntos em prol da cultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO): Muito obrigado. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h49

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE A
COMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas do dia oito de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompa-

nhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senhores Senadores **MÃO SANTA, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, INÁCIO ARRUDA E JEFFERSON PÉRES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. O Presidente faz a leitura da composição da Subcomissão e instala os trabalhos. **Item 01:** Requerimento Nº 1, de 2007 – SSPMC, de autoria do Senador Fernando Collor, que *Requer, na forma do disposto no Art. 58, § 2º, Inciso V, da Constituição Federal e no Art. 90, Inciso V, do Regimento Interno, seja convidado o Sr. José Goldemberg para participar de Audiência Pública nesta Subcomissão de Mudanças Climáticas e proferir palestra sobre o tema “Perspectivas da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o Papel do Brasil”*. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Mão Santa. Então eu levarei pessoalmente às suas mãos para colher a sua assinatura. O Senador Joaquim Roriz, o Senador Romeu Tuma, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Cristovam Buarque. E como Suplentes o Senador Inácio Arruda, o Senador Augusto Botelho, o Senador Valdir Raupp, Senador Leomar Quintanilha, Senadora Rosalba Ciarlini, e Senador Papaleo Paes, além do nosso grande Senador Jefferson Peres.

Então o Presidente interrompeu a reunião da Comissão de Relações Exteriores para que fosse realizada a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas.

Havendo número regimental declaro aberta essa 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A pauta é exatamente a instalação da Subcomissão que acaba de ser feita e a votação de requerimentos. Eu me permitiria apresentar um primeiro

Requerimento para a 1ª reunião de trabalho que seria na próxima quarta-feira, dia 14 de março, às 10h da manhã, aqui na sala de reuniões das Sessões da Comissão de Relações Exteriores.

Eu gostaria de apresentar aos senhores um Requerimento de convite ao nosso primeiro palestrante que eu peço a permissão de sugerir aos senhores.

Requerimento 01/2007 da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas vinculada à Comissão de Relações Exteriores.

Requeiro na forma do disposto no art. 58, § 2º inciso V da Constituição Federal e no art. 90, inciso V do Regimento Interno, seja convidado o Sr. José Goldenberg para participar de Audiência Pública dessa Subcomissão de Mudanças Climáticas e proferir palestra sobre o tema: "Perspectivas da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o Papel do Brasil". Justificação: O físico e Prof. José Goldenberg personifica hoje no Brasil uma das maiores autoridades nas questões ligadas ao meio ambiente, especialmente no que tange as tratativas, acordos e relacionamentos entre as nações quando na busca de soluções para os graves problemas ambientais enfrentados em todo o planeta. Além de coordenador da Conferência Mundial do Meio ambiente Rio 92, foi Ministro da Educação, Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidente da República, Secretário do Meio Ambiente da Presidente da República e do Governo de São Paulo, Reitor da USP, e atualmente ocupa a cadeira de professor do Instituto de Estudos Avançados daquela Universidade de São Paulo.

Seu currículo profissional e experiência de Governo, inclusive de âmbito internacional por si só já o credenciam a subsidiar de forma altamente qualificada os trabalhos e debates dos temas relevantes dessa Subcomissão, como é o caso aqui proposto das perspectivas e do papel do Brasil diante dos resultados e acordo da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto. Sala da Subcomissão, 08 de março de 2007, por mim subscrito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Então eu convocaria todos os Srs. Senadores membros da Subcomissão para a próxima e 1ª Reunião com Audiência Pública em que será ouvido o Prof. José Goldenberg na próxima quarta-feira, dia 14 de março, às 10h na sala da Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia quatorze de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO E VALDIR RAUPP** e dos seguintes convidados: Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ARTHUR VIRGÍLIO, EPITÁCIO CAFETEIRA, EXPEDITO JÚNIOR, FLEXA RIBEIRO, MARCO MACIEL, MARCONI PERILLO, MARIA DO CARMO ALVES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** e Deputados **REBECCA GARCIA, CARLOS SOUZA, FERNANDO GABEIRA, EDUARDO GOMES E FLÁVIO RAMALHO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente faz a leitura do Plano de Trabalho da Subcomissão para próximas reuniões e distribui aos membros para ser votado na próxima reunião. O Senhor Presidente concede a palavra ao Professor **JOSÉ GOLDEMBERG** para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra para discussão da matéria os Senadores **MARCO MACIEL**. O Presidente da Subcomissão convida o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas para compor a Mesa. Continua a lista de oradores com os Senadores **AUGUSTO BOTELHO, Deputada REBECCA GARCIA, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO, Deputado EDUARDO GOMES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, MARCONI PERILLO, MÃO SANTA, Deputado CARLOS SOUZA, Deputado FERNANDO GABEIRA e EDUARDO AZEREDO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREI-

RA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Srs. Senadores, Sr. Prof. José Goldemberg, havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Aqueles que concordarem permaneçam como estão. Está dispensada a leitura da Ata. Em votação. Aprovada a dispensa.

Passamos agora à apreciação da pauta. Eu me permitiria trazer aos senhores, e eu vou pedir para que o Secretário da Comissão distribua para a crítica de cada um dos Senadores membros desta Comissão a proposta de plano de trabalho da Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Proposta do plano de trabalho. Primeiro: Tratamento do tema da mudança climática pela Subcomissão. A Subcomissão pretende examinar o tema sob o ponto de vista das questões de relações internacionais para a construção do regime das mudanças climáticas que se iniciou com a Conferência-Quadro assinada no Rio de Janeiro em 1992. As questões centrais que se colocarão são:

Um: Compreensão do fenômeno da mudança climática de acordo com as concepções científicas mais atuais que se disponham;

Dois: Análise das respostas institucionais das nações, tanto no nível dos tratados como nas políticas nacionais e mais especificamente as respostas do Governo Brasileiro sempre no sentido de sua repercussão na consolidação do regime internacional;

Três: Avaliação sobre as necessidades atuais para o avanço do regime no sentido de obter melhores resultados ante o agravamento da situação e das recentes comprovações das causas humanas do fenômeno. O regime internacional sobre mudanças cli-

máticas nasceu com as negociações e a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática no Rio de Janeiro em 92, passando pela negociação e assinatura do protocolo de Kyoto em 97 pela conclusão das questões pendentes do protocolo da 7ª Conferência das Partes em Marrakech em 2001, culminando com as mais recentes negociações que tem como pano de fundo os resultados do painel intergovernamental sobre mudança climática que vem sendo praticados desde fevereiro de 2007. O Brasil teve uma posição de liderança no processo de negociação da Convenção-Quadro sobre Mudança Climática entre 90 e 92 quando sua política externa se diferenciou das posições estritamente economicistas predominantes até então.

Entretanto a Convenção permaneceu, dadas as condições políticas vigentes como uma declaração de intenções e não chegou a firmar compromisso global de redução de emissões como estava sendo negociado pelo Brasil.

Nos anos seguintes, nas negociações do Protocolo de Kyoto, o Brasil se opôs a compromissos de redução da taxa de crescimento futuro das emissões de carbono por parte dos Países emergentes. Ao estabelecimento de mecanismos flexibilizadores de mercado e a inclusão das emissões derivadas de mudanças de uso da terra.

Em maio de 97 o Brasil fez uma proposta original, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo - FDL, que se abasteceria das multas aos Países desenvolvidos que não cumprissem as metas de redução de emissões. A proposta foi apoiada pelos Países em desenvolvimento e rejeitada pelos Países desenvolvidos.

Em outubro de 97 os Estados Unidos e o Brasil elaboraram uma nova versão do FDL que passou a ser chamado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O MDL criou a possibilidade dos Países desenvolvidos cumprirem parte de suas metas de redução de emissão condicionada ao financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável nos Países em desenvolvimento. Os principais instrumentos do regime são, portanto: A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climática assinada no Rio de Janeiro em junho de 92 e o Protocolo de Kyoto, assinado em Kyoto em dezembro de 97.

Um dos problemas fundamentais da viabilidade desse protocolo deriva do fato dele ter sido resultado de uma negociação difícil e emergencial, além disso, vários artigos chave ficaram em suspenso para serem discutidos em Conferência posterior.

Desde a IV Conferência das Partes realizada em Buenos Aires, em 1998 até a sexta em Haia, de 2000,

tem predominado o impasse na negociação dessas questões pendentes.

O Protocolo de Kyoto dividiu os Países em dois grupos. Os pertencentes, membros da OECD e Países do ex-bloco comunista do leste europeu e os não pertencentes ao anexo um. Os do primeiro grupo ao contrário do segundo tem compromissos obrigatórios de emissões máximas para o ano de 2010, ainda que as do segundo grupo possam tê-los em data posterior a essa. Nesses cenários de impasses institucionais os câmbios climáticos apresentaram no período recente crises agudas que rapidamente difundiram a existência do problema para o conjunto da sociedade.

Ao mesmo tempo, os cientistas alcançaram demonstrar que a ação do homem tem sido a principal causa do aquecimento global e que a profundidade dos efeitos já materializados acarretará décadas para que se possa conseguir alguma recuperação. Cabe a todos a partir de agora laborar no sentido da superação dos impasses e na construção passo a passo das medidas que desmontem essa bomba relógio para o planeta. A Subcomissão sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal reivindica-se à missão de proporcionar o entendimento da questão do clima como um problema global, planetário, que, portanto, incorrerá na demanda para a ação consertada das Nações, arranjo de tratados, estabelecimento de compromissos com toda a carga de negociação internacional que isso implica. Inserir-se, portanto, nesse processo e propiciar-lhe transparência e com isso auxiliar a divulgação e a construção das ações políticas necessárias, será a nossa missão.

Objetivo da Subcomissão: A Subcomissão destina-se ao “Acompanhamento, estudos e monitoramento da implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre mudança climática assinado no Rio de Janeiro em 92, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação sobre a perspectiva da política externa brasileira por meio da formulação de proposições e normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo”.

Ainda no Requerimento, sua justificação destaca que a Rio 92 representou a primeira abertura mais concreta para um debate sobre as severas agressões que o planeta está sofrendo, livre de antigos antagonismos ideológicos de forma a se permitir à consecução dos objetivos globais de passe e desenvolvimento sustentável.

Terceiro: O escopo. O Requerimento para a criação dessa Subcomissão Permanente determina com bastante eficácia o seu âmbito de atuação. O profunda-

mente do conhecimento sobre o assunto agregaram o conhecimento à perspectiva das relações externas do Brasil e capacitaram os Senadores para a formulação e suporte de proposições eficazes no manejo do tema.

A Subcomissão há de servir como um colegiado técnico político no Senado Federal que funcione como uma caixa de ressonância do tema de modo a repercuti-lo para toda a sociedade e assim trazer maior conscientização sobre o assunto e possíveis formulações legislativas que auxiliem a implementação das medidas.

Porém, precipuamente, pretende-se que a Comissão funcione como um Fórum sobre os instrumentos internacionais em vigor e em negociação para que se permita o aprofundamento do compromisso brasileiro com as metas de combate ao aquecimento global. Para exercer suas atribuições, a Subcomissão realizará basicamente Audiências Públicas externas e no Senado Federal, além de seminários, podendo ser conveniente executar outros tipos de atividades.

Preliminarmente destacam-se os seguintes setores a serem auscultados em Audiências Públicas e seminários.

Um: Universidades e centros de pesquisas;

Dois: Sociedade civil e Organizações Não Governamentais;

Três: Imprensa especializada;

Quarto: Autoridades e representantes estrangeiros;

Quinto: Setor industrial;

Sexto: Ministério das Relações Exteriores.

Deve-se promover a mais ampla difusão das atividades da Subcomissão, e inclusive se for possível com a requisição de jornalista do Senado Federal para cobertura integral de seus trabalhos. Deve-se prever a elaboração de relatórios parciais e final ao término de cada período em que se considere inclusive a formulação de proposições legislativas para a apreciação pelo Senado.

Além disso, as transcrições dos debates poderão ser impressas e filmadas para a mais ampla difusão quando a abordagem merecer. Sala da Comissão.

Isso aqui com a permissão dos Srs. Senadores, e, sobretudo, do Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, aqui presente, Prof. Goldemberg, eu gostaria de que fosse distribuído para cada um dos Senadores membros e suplentes da Comissão e de modo que na Sessão seguinte dessa Subcomissão nós pudéssemos aprovar com os acréscimos, retificações dos senhores membros Senadores dessa Subcomissão, e para dar tempo também para que nós levemos essa sugestão de agenda

e de pauta à consideração da Comissão de Relações Exteriores a qual nós estamos submetidos.

Hoje está previsto uma Audiência Pública com o Prof. José Goldemberg. Lerei o Requerimento. Requeiro na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e no art. 90, inciso V do Regimento Interno, seja convidado o Sr. José Goldemberg para participar de Audiência Pública nesta Subcomissão de Mudanças Climáticas e proferir palestras sobre o tema Perspectivas sobre a Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o papel do Brasil. Justificação: O físico e Prof. José Goldemberg personifica hoje no Brasil uma das maiores autoridades nas questões ligadas ao meio ambiente especialmente no que tangue as tratativas acordos e relacionamentos entre as nações quando na busca de soluções para os graves problemas ambientais enfrentados em todo o planeta. Além de coordenador da Conferência Mundial do Meio Ambiente Rio 92, foi Ministro da Educação, Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, Secretário do Meio Ambiente da Presidência da República e do Governo de São Paulo, Reitor da Universidade de São Paulo, e atualmente ocupa a cadeira do professor do Instituto de estudos avançados daquela universidade.

Seu currículo profissional e experiência de Governo inclusive de âmbito internacional por si só já o credenciam a subsidiar de forma altamente qualificada os trabalhos e debates de temas relevantes dessa Subcomissão como é o caso aqui proposto das perspectivas e do papel do Brasil diante dos resultados e acordos da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto.

Tenho o prazer, portanto, de passar em nome dos Srs. Senadores, membros desta Subcomissão, a palavra ao Prof. José Goldemberg, que muito nos honra com a sua presença e que tenho certeza com as suas palavras irá estabelecer um diálogo fluído com essa Subcomissão e esclarecer diversos aspectos do tema que foi escolhido para ele tratar nesta 1ª Audiência Pública da Subcomissão de Meio ambiente vinculado à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Eu passo a palavra ao Prof. José Goldemberg.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus amigos. Sr. Presidente, eu tomaria a liberdade e não fazer uma apresentação formal, com números e dados que podem ser encontrados em literatura, e, sobretudo, depois que a internet tomou conta do mundo graças a medidas que nós tomamos sorrateiramente em 1991, essa informação está disponível amplamente. E o próprio Requerimento que o senhor leu e a justificativa para a criação da Comissão coloca, eu creio que relativamente bem qual é a atualidade do problema.

Sr. Presidente, o problema é o seguinte: O problema é que as mudanças climáticas deixaram de ser uma curiosidade científica, o que elas eram até 1980, aproximadamente que para se tornar uma realidade que nós todos estamos começando a presenciar. Não sei se os senhores tiveram oportunidade, seguramente alguns dos senhores tiveram a oportunidade de assistir o filme que o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Albert Gore preparou e que não só um filme muito bonito, mas que dá informações científicas acuradas em relação ao que se passou até o presente. O filme exagera um pouco nas projeções. Eu não sei se algum dos senhores já assistiu o filme. Ele pinta um futuro um pouco cataclísmico. Mas eu não creio que seja preciso fazer qualquer esforço de fazer projeções cataclísmicas, porque a situação como ela está atualmente ela já é suficiente para dar origem a preocupações. E eu estava mencionando há pouco, na ante-sala, um dado novo que foi identificado pelo Institucional Nacional de Pesquisas Espaciais, em relação ao nível médio do mar na Costa Brasileira. Como a gente lê sempre notícias de que uma das primeiras consequências de aquecimento global será o aumento do nível do mar, nada mais relevante do que perguntar como é que isso afeta o Brasil. E de fato o Instituto Nacional de pesquisas espaciais fez uma análise de dados que existem há mais de cem anos, porque a Capitania dos Portos ela mede creio que desde o século 19 o nível do mar nessas diversas... Em diversos pontos da Costa Brasileira. É difícil medir o nível do mar, como os senhores sabem, porque existem essas oscilações e o aumento do nível do mar é pequeno. De modo que é preciso fazer estudos ao longo de muito tempo. Eles foram feitos, meus amigos, e o resultado é um resultado muito interessante.

Durante o século 20, o nível do mar na Costa Brasileira subiu em média 4 milímetros por ano. 4 milímetros por ano não é muito. E por isso que é difícil de apresentar evidência conveniente. Mas a evidência convincente é apresentada quando a gente olha no período de cem anos. Porque nos últimos cem anos o nível do mar na Costa Brasileira subiu aproximadamente 40 centímetros em média. Felizmente a Costa Brasileira ela é uma Costa que tem um declive razoável na maioria dos locais aqui no País. Mas se isso tivesse acontecido em Bangladesh, por exemplo, uma parte importante do território de Bangladesh já teria sido coberto pelo mar. E justamente um dos grandes problemas que nós estamos começando a enfrentar, é que se esse processo continuar e está continuando até o presente, haverá um aumento do nível do mar e seguramente mais um metro no século 21. Porque no século 21 estão sendo demitidas quantidades muito

maiores de gases que provocam efeito estufa do que foram emitidos no século 20. Ou seja, os problemas que nós estamos começando a enfrentar eles são reais, eles não são problemas que representem um tema de interesse dos cientistas, mas é algo que vai afetar a vida de todas as nações e dos brasileiros em particular.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Isso mesmo. Vai todo mundo para Minas Gerais. Existe uma estimativa, Senador, do que acontecerá até o final do século 21 se continuarem às tendências que estão sendo verificadas hoje. Haverá 200 milhões de refugiados ecológicos. No mundo todo. E muitas daquelas ilhas do Pacífico desaparecerão. Eu achei muito interessante esse número que eu descobri recentemente porque de fato basta ler notícias de jornais dessas capitais que ficam situadas na beira do Atlântico para verificar que a Praia de Piedade está desaparecendo. É fácil converter esses quarenta centímetros em coisas que nós podemos presenciar e presenciarmos. Esse número é um número médio. Em alguns lugares ele pode ser maior e alguns lugares ele pode ser menor. É como a variação de temperatura, meus amigos. O que se prevê é que com o aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera, a temperatura da Terra vai aumentar um mínimo de 1,5 graus e o máximo de 5 graus nos próximos cem anos. Há uma faixa de incerteza entre o mínimo de 1,5 grau e o máximo de 5 graus. Vamos tomar o mínimo. 1,5 grau. As pessoas podem achar que 1,5 não é nada de extraordinário porque nós sabemos perfeitamente que nós podemos suportar temperaturas um pouco mais altas, um pouco mais baixas. Sucede meus amigos que esse é um aumento médio da temperatura. E 1,5 grau no momento médio da temperatura da Terra é uma enorme variação das condições da terra. E a maneira de convencê-los disso é o seguinte: Há dez mil anos atrás houve a última das glaciações. Na última das glaciações todo o hemisfério norte foi coberto por gelo e neve, e na Europa, em particular, havia uma camada de cerca de um quilômetro de neve e gel. Isto é, o que nós estamos vendo no Ártico hoje se espalhou por todo o hemisfério norte.

Há oito mil anos atrás a temperatura média da Terra caiu 8 graus, o que provocou a última Idade do Gelo foi uma queda de temperatura de oito graus na média. Em alguns lugares é claro que ela foi 40 graus inferior à média, em outros lugares ela foi menos. Mas em média foi isso. Ou seja, o sistema em que nós vivemos é extremamente sensível a variações médias da temperatura. E esse é o problema que nós estamos enfrentado. Quem causa este problema? Quem

causa este problema, principalmente, é a emissão de combustíveis fósseis. Cerca de 80% da energia que é gerada no mundo provém de combustível fósseis. Não é a situação do Brasil. O Brasil nesse ponto de vista tem uma situação privilegiada e eu abordarei essa questão um pouquinho mais adiante. Mas globalmente, 80% da energia, não só elétrica, como energia usada para transporte vem de combustíveis fósseis. E os grandes consumidores de carvão no mundo são os Estados Unidos, a China e a Índia. A Europa também, mas em menores quantidades. E esses Países são grandes emissores e não são parte desses instrumentos que foram adotados em 1992 na Conferência do Rio de Janeiro.

Como foi dito no documento que o senhor leu, de uma maneira correta, o que ocorreu em 1992 foi à adoção de uma Convenção sobre Mudança do Clima, e sob a sua Presidência. O senhor era o Presidente da República. E nos preparativos para a Conferência do Rio, houve um enorme trabalho preparatório porque as grandes nações estavam se mostrando extremamente reticentes em aceitar qualquer compromisso. O senhor provavelmente lembrará, Presidente, que numa determinada ocasião o senhor convocou o Itamaraty e enviou uma missão do qual eu chefiar a missão como Ministro da época que foi à China, a Índia e aos Estados Unidos conversar com os Presidentes ou Primeiros-Ministros desses Países para sensibilizá-los para o fato de que a Conferência de 1992 era uma Conferência importante e que precisava tomar medidas para evitar o que se entendia na época iria acontecer.

São passados 15 anos, as previsões de 1992 não só se confirmaram, mas elas se mostraram piores do que se acreditava naquela ocasião. A Conferência se realizou no Rio de Janeiro, foi uma mega Conferência das Nações Unidas, eu creio que foi a Conferência a qual o maior número de Chefes de Estado compareceu. De todas as mega Conferência das Nações Unidas. E foi adotado este documento que é a Convenção sobre Convenção do Clima.

Esse documento ele é um documento muito interessante, ele tem a retórica correta. Toda retórica do documento é correta. No, entretanto, os Países industrializados resistiram a adotar medidas concretas e curiosamente os Países em desenvolvimento contribuíram de uma maneira bastante significativa para que isso ocorresse. Isso é mencionado no documento que o senhor leu. E eu creio que isso foi um equívoco. Os senhores vejam, o artigo que eu considero central nessa convenção é o art. 4º, § 1º. Todas as partes, partes da convenção. Levando em conta as suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circuns-

tâncias específicas nacionais e regionais devem... E aí tem uma lista de coisas que elas devem fazer. Fazer inventários, tomar providências, e há um apelo para que as nações desenvolvidas, as nações industrializadas reduzam as suas emissões.

Bom, meus amigos, a linguagem desse artigo ele acabou dando origem a um período de grande imobilismo, porque responsabilidades comuns, mas diferenciadas é tão genérico que acabou sendo interpretado por muitos Países como um passaporte para a inação e houve durante vários anos então uma troca de acusações que não levou a nenhuma solução positiva. Os Países em desenvolvimento argumentando que os responsáveis pelo aquecimento global eram os Países industrializados, porque eles começaram a poluir antes, e basearam o seu desenvolvimento no uso de combustíveis fósseis, e agora que chegou a vez dos Países em desenvolvimento se desenvolverem, eles não poderiam fazê-lo porque isso contribuiria para o efeito estufa. E, portanto, a China, a Índia e o Brasil e os demais Países em desenvolvimento se recusaram a assumir qualquer compromisso e os Países industrializados assumiram compromissos vagos. Isso se tornou evidente e houve um grande movimento de reação a essa linguagem vaga e no Protocolo de Kyoto em 1997 se tentou corrigir essa situação. Quem foi importante na Conferência de 1997 foi o então Vice-Presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, que chefiou a delegação americana. E de fato ele conseguiu convencer os Países industrializados a aceitarem metas e um calendário para a redução das suas emissões. E foi adotado o Protocolo de Kyoto. Que, simplificando, as decisões dele diz o seguinte: Que até o ano 2012 os Países industrializados deveriam reduzir suas emissões em média 5,2% abaixo do nível de emissões de 1990. Como as emissões estão crescendo, reduzir 5,2 abaixo de 1990, na realidade, representa uma redução maior, representa uma redução de cerca de 20%. E há uma lista então no fim do documento dos Países que são obrigados a reduzir suas emissões, que são os Países industrializados. É um anexo 1. E o anexo 2 são os outros Países que não são obrigados a reduzir as suas emissões. Entre os quais, o Brasil.

O Protocolo de Kyoto foi um passo à frente muito importante porque foi a primeira medida concreta e ele deu dentes à Convenção. Ele fixou obrigações que os Países deveriam cumprir. Sucede o seguinte. O Presidente Clinton, do qual o Vice-Presidente Albert Gore tinha sido um dos arquitetos do Protocolo de Kyoto não enviou o Protocolo de Kyoto para ratificação pelo Senado Americano. E daí, Sr. Presidente, que eu reputo da maior importância à instalação dessa Subcomissão no Senado da República do Brasil. Porque foi o Se-

nado Americano que teve um papel crucial para essa questão. Antes do Presidente Clinton enviar para ratificação o protocolo, o Senado Americano que contém cem membros, adotou uma Resolução que eles chamam de Resolução que é não mandatária que é... Eu não sei se... É uma indicativa. Eu creio que existe isso no... Indicativo. O Governo não é obrigado a cumpri-la, mas ela representa a opinião do Senado. Ele adotou a Resolução de 98 a zero, uma Resolução assinada por dois Senadores Bird(F) e Reagel(F), que declarou que o Senado não ratificaria o Protocolo de Kyoto, porque grandes emissores que eram a China, Índia, Brasil e outros, não estavam submetidos a nenhuma medida restritiva. E que, portanto, havia uma desigualdade completa no Protocolo de Kyoto.

O Presidente Clinton não enviou para ratificação até o fim do seu mandato e o Presidente Bush, como é notório, tem se declarado radicalmente contrário a que os Estados Unidos adotem o Protocolo de Kyoto. É por isso que o Protocolo de Kyoto não entrou em vigor até 2005. Observem os senhores, ele foi aprovado em 1997, no Brasil foi ele ratificado no Senado Federal como em muitos outros Países, mas só entrou em vigor em 2005. Ou seja, os 15 anos que seria o período de vigência do Protocolo de Kyoto de 1997 até 2012 foram reduzidos à metade porque o Protocolo de Kyoto entrou em vigor em fevereiro de 2005. Porque a duras penas a Rússia acabou ratificando o tratado. E ele se esgota em 2012. E a situação no momento então é a seguinte. Os Países que adotaram o Protocolo de Kyoto e estão fazendo ele funcionar são os Países da Europa, são os Países da União Européia. E um dos mecanismos do Protocolo de Kyoto é o mecanismo de desenvolvimento limpo, que beneficia o Brasil. Porque empresas européias que têm dificuldades em reduzir suas emissões podem promover projetos aqui no Brasil para a redução de emissões. E eles com isso ganham créditos que eles utilizam para justificar que estão fazendo alguma coisa com os seus governos. Esses aterros sanitários que estão sendo modernizados aqui no Brasil e onde é captado gás metano para produzir eletricidade, todos eles se qualificam para o mecanismo do desenvolvimento [inaudível]. O primeiro deles foi na Bahia, há um outro em São Paulo, eu creio que há um em Contagem, há em vários Estados do Brasil. Acabou se transformando numa atividade industrial corriqueira. E representa transferência de recursos em alguns casos de tecnologia dos Países industrializados para cá.

Há uma vacilação dos empreendedores em continuar a fazer isso. Porque para captar o metano e gerar energia elétrica eles precisam fazer investimentos que se amortizam ao longo de 10, 15 anos. Se o Protocolo

de Kyoto acabar no ano de 2012 eles vão deixar de faturar os créditos de carbono, porque os créditos de carbono são todo o ano. Quer dizer, à medida que o metano não é emitido, eles vão gerando crédito. Então é urgente que o Protocolo de Kyoto seja renegociado e estendido. Essa é a primeira prioridade. E naturalmente há uma pressão enorme para não só renovar o Protocolo de Kyoto, como também ampliar o seu escopo. Ampliar o seu escopo sob dois pontos de vistas. O primeiro, reduzir ainda mais as emissões, quer dizer, o que o Protocolo de Kyoto determinou que a redução de 5% abaixo do nível de 1990 deverá ser aumentado ainda mais. Os cálculos que os meus colegas fazem é de que até o ano 2050 seria preciso reduzir as emissões em 60% para evitar as graves consequências do efeito estufa. Isso é improvável que ocorra. Reduzir 60% as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2050, é improvável que ocorra. Mas quanto mais próximo nós estivermos desse número, mais evitaremos problemas como o aumento do nível do mar que já está começando a se tornar uma realidade aqui na Costa Brasileira ou derretimento das calotas polares e outros efeitos que são evidentes na imprensa. De modo que essa é a primeira decisão que precisa ser tomada. É como ampliar o Protocolo de Kyoto e sob esses dois pontos de vista.

A União Européia na semana passada tomou uma medida extremamente importante. Ela tem o seu próprio Protocolo de Kyoto. Internamente ela acabou criando o Protocolo de Kyoto. E já decidiu sob a Presidência da Primeira-Ministra da Alemanha, Angela Merkel, que a União Européia vai reduzir as suas emissões de carbono de 20% até o ano 2020. E mais ainda, vai fazer isso introduzindo energias renováveis em 20% até o ano 2020. Alguns dos senhores, eu estou vendo aqui pessoas que acompanharam esse problema de perto, sabem que em Johannesburg o Brasil finalmente fez a coisa correta. Em geral a gente se queixa do Itamaraty ou em geral do Governo. E na realidade em Johannesburg não só as Organizações Não-Governamentais como o Governo de São Paulo, como o Governo Federal, tomaram a medida correta. Nós propusemos em base de estudos feitos que havia sido feito pelos nossos colegas de que a Conferência de Johannesburg que era uma Conferência sobre... De 2002 que marcava os dez anos da Conferência do Rio, adotasse uma meta para energias renováveis. Isto é, energias renováveis que em 2002 representavam 5% do consumo mundial, fosse aumentado para 2010 até o ano... Fosse aumentado até 10% no ano 2010. Há uma proposta inclusive extremamente telegênica(F) e a imprensa captou isso muito bem. Houve um apoio considerável a essa proposta da União Européia, o

Itamaraty batalhou pela proposta, ela acabou sendo... Eu não sei se a palavra derrotada ou não aceita. Por causa da oposição séria dos Estados Unidos e dos Países produtores de petróleo que temiam na adoção da proposta uma redução do consumo de petróleo. E uma incompreensão grande dos Países africanos. E realmente que foi, digamos, o que mais me afetou. Na ocasião era Ministro do meio ambiente o nosso amigo José Carlos Carvalho, de Minas, e aposição dos africanos eu creio que é o que me mais marcou.

Porque os africanos, e são muitos os Países africanos, eles argumentavam que para que eles se desenvolvessem, eles precisavam adotar as tecnologias que os Países desenvolvidos adotaram no passado para se desenvolver. Isso é incorreto. Aliás, se há um País que mostra que isso é incorreto, é o Brasil. O melhor exemplo de que é possível se desenvolver usando tecnologias limpas e, portanto, renováveis, é o próprio Brasil com sua matriz de energia hidrelétrica para a produção de eletricidade e agora com o programa de etanol. De modo que a idéia de que a única maneira de progredir é usando carvão, petróleo como fizeram os Países industrializados no início da sua industrialização, é simplesmente incorreta. E o que esses Países em desenvolvimento devem fazer é... Se criou até uma expressão para isso. É saltar na frente. À medida que eles se desenvolvem, eles devem incorporar cedo no processo de desenvolvimento as tecnologias adequadas. Quando nós introduzimos aparelhos de ar-condicionado aqui no Brasil, e isso ocorreu, quando aparelhos de ar-condicionado começaram a se disseminar aqui no Brasil eles não utilizavam CFCs que são os gases que provocam efeito estufa. Eles já eram tão modernos. Havia uma fabrica em São Carlos, em São Paulo que fabricava esses aparelhos de ar-condicionado. Assim que o problema da camada de ozônio ficou bem configurado, a fábrica mudou sua linha de transmissão. Não há nenhuma razão para vender geladeira, ar-condicionado e automóveis obsoletos aqui no Brasil. E agora esse Presidente da República há de lembrar as suas observações sobre os automóveis brasileiros. Que agora são modernos. Por que, não? Os automóveis brasileiros agora com combustíveis flexíveis, eles são os mais melhorados. O Brasil está sendo exportador de automóveis... Ele está na vanguarda da produção desses automóveis. Os africanos não entenderam e a proposta foi derrotada. Ela agora foi adotada pela União Européia. E aumentou 20%.

De modo que eu acho que essas considerações eu estou fazendo porque eu acho que elas se ligam imediatamente ao papel que o Brasil pode exercer.

Agora vejam, meus amigos, está aberto o período de negociação porque o Protocolo de Kyoto precisa

ser renegociado porque senão ele esgota em 2012 e isso já está gerando problemas concretos porque os empreendedores não querem mais investir ou estão inseguros se devem investir ou não.

Agora com essa atitude da União Européia, eu creio que as coisas melhoraram um pouco, mas certamente haverá uma renegociação importante com os Estados Unidos, após as eleições de 2008, porque o próprio Senado Americano está começando a tomar medidas que na prática revogariam aquela decisão que ela tomou em 1998, eu creio.

Houve uma decisão aprovada pelo Senado recentemente proposta por um Senador Republicano, o Senador Democrata, e o Senador Republicano é o McCain, que é um dos candidatos a Presidente, e mais, eu creio que Bidermen(F), eu creio, que teve 43 votos do Senado.

No Senado Americano a gente mede o número 50 é o número crítico. 50 não, 51, porque o Presidente do Senado tem voto de desempate. [risos] Mas a última resolução revogando a decisão [inaudível] teve 43 votos. Ou seja, vão ocorrer modificações. E aqui, meus amigos, seria preciso que o Senado Brasileiro se debruçasse sobre essa questão junto com o Itamaraty. O que é o seguinte: Os grandes emissores de gases que provocam o efeito estufa, não são muitos. Apesar de todos os Países serem membros da Convenção do Clima e quase todos do Protocolo de Kyoto, o fato é o seguinte: É que se nós pegarmos os 10 Países que são os maiores emissores de gases que provocam o efeito estufa, nós teremos a seguinte relação: Estados Unidos é o primeiro deles, que é responsável pela emissão de 23% dos gases de efeito estufa. O segundo é China, com 17%. Não era em 1992. Quando colegas meus e eu mesmo menciono esse número, eles... As pessoas dizem: Por que é que vocês não chamaram atenção das pessoas em 1990 ou 1992? Porque a China era uma emissora modesta em 1990. Ela está crescendo 10% ao ano. Se nós pegarmos as emissões de hoje e decrescemos ela em 10% ao ano, os senhores verão que ele era uma emissora modesta. A China vai ultrapassar as emissões dos Estados Unidos no ano 2015. Logo depois vem um grupo de Países, é um grupo de Países que são a Rússia, o Japão, a Índia, o Brasil e Alemanha. Todos juntos. Eles ocupam o terceiro lugar. Todos eles contribuem aproximadamente 4% para as emissões mundiais.

Ou seja, o Brasil apesar de emitir apenas 4%, ele está na categoria que são os terceiros grandes emissores. Por quê? Não por causa do sistema industrial brasileiro, e por causa dos veículos, porque os próprios veículos brasileiros automóveis, sobretudo, estão se tornando limpos. Porque 40% da gasolina que se usava

no Brasil já foi substituída por etanol da cana-de-açúcar, e etanol da cana-de-açúcar não é como etanol do milho. Etanol de cana-de-açúcar é realmente energia solar. Ele efetivamente é uma energia que é renovável. Etanol do milho não é renovável, não completamente, mas é quase não renovável. A razão é a seguinte, é que milho não tem bagaço. De modo que para produzir o etanol precisa de um processo químico lá, precisa trazer carvão ou petróleo para aquecer. A produção de álcool, como os senhores sabem, desde a época que se produzia cachaça ou uísque precisa de grandes caldeirões. Porque os microorganismos que convertem o açúcar em álcool não prosperam depois que tem 10% do álcool. Quer dizer, o pessoal que produz açúcar e cachaça sabe disso perfeitamente. Quer dizer, há um problema com os microorganismos. De modo que quando o álcool é produzido, ele é diluído em quantidade enorme de água. Precisa vaporar. E para vaporar precisa de madeira, carvão ou petróleo.

No caso da cana-de-açúcar, tem o bagaço. E o bagaço é o combustível. E é tão bom combustível que as atuais usinas que produzem etanol, no Brasil todo, São Paulo, em Pernambuco, Alagoas, etc, elas exportam energia elétrica. O programa do álcool no Brasil está se tornando um exportador de energia elétrica, porque eles produzem suficiente energia para eles e vendem para as companhias também. E com o milho não há isso, porque... E é preciso então numa destilaria de milho é preciso importar. De modo que eu não vejo o programa de milho dos Estados Unidos como indo muito longe mesmo porque milho é um alimento importante para ração animal e nos Estados Unidos já há uma competição séria por milho. Eu aposto que o programa do álcool aqui no Brasil ainda tem boas possibilidades de expansão. Mas de qualquer forma, senhores, o que eu queria chamar atenção é o seguinte, é que o Brasil não é um grande emissor por causa do sistema industrial. Ele é um grande emissor pelo que está ocorrendo na Amazônia. 70% das emissões brasileiras se originam no desmatamento da Amazônia. E é isso que torna o Brasil o quarto emissor mundial. E, portanto, ele junto com a Rússia, o Japão, a Índia e a Alemanha estão nessa categoria logo depois dos Estados Unidos, da China, logo depois dos Estados Unidos, da China e da Índia. Que são Países cuja matriz energética é baseada essencialmente no carvão. E a situação que nós estamos enfrentado agora meus amigos é o seguinte, os Estados Unidos, pelo menos agora atual Presidente, declara apoiado na Resolução do Senado Americano que eu acho que vai caducar de que eles não assinarão um novo Protocolo de Kyoto ou qualquer outro nome que seja dado a esse, enquanto a China a Índia e o Brasil não assinarem. E a China

usa esse argumento exatamente da mesma maneira. Que eles não assinarão porque os Estados Unidos não estão assinando. Ou seja, nós estamos no momento no pior dos mundos, porque os dois um culpa o outro. E seria preciso que a meu ver o Brasil tentasse quebrar essa dicotomia de posições.

O País tem condições de exercer uma liderança, mas ele precisa naturalmente provocar uma discussão que seja uma discussão que eu diria conseqüente e não uma discussão baseada no art. 4º da Convenção do Clima, que diz que as responsabilidades são comuns, mas diferenciadas e a responsabilidade diferenciada acaba sendo a... A maior das contribuições que eu vi foi à produção do inventário. E de fato o Brasil publicou um inventário nas suas emissões em 1994, com dados de 1994. Que naturalmente são completamente obsoletos. Com isso ele cumpriu uma das obrigações da Convenção. Mas não se trata disso. A Convenção do Clima ela não foi inventada por intelectuais perdidos no mundo. A Convenção do Clima ela foi inventada por pessoas que perceberam que nós estamos mudando a composição da atmosfera. E o que nós aprendemos no ginásio de que a atmosfera é formada por oxigênio e nitrogênio com pequenas impurezas, está deixando de ser inverdade. Essas pequenas impurezas estão aumentando. A principal é CO₂, dióxido de carbono porque ele faz parte da composição da atmosfera e tem uma característica física que é impossível mudar. CO₂, o gás, ele é transparente à luz. Mas ele não é um bom condutor de calor.

Então, o CO₂ na atmosfera deixa a radiação solar entrar, quando ela bate no solo, ela se transforma em calor, tenta sair e não consegue. Ou seja, lançar gases de efeito estufa na atmosfera, principal dos quais é CO₂, está aumentando o cobertor sobre a Terra. Quer dizer, a Terra é em volta por um coberto que é a atmosfera. Se não houvesse o CO₂ na atmosfera, seria melhor. Acontece que existe já centenas e milhões de anos e desde o começo da era industrial nós estamos tornando a quantidade de CO₂ maior na atmosfera.

Então, Sr. Presidente, eu acho que a colocação é a seguinte: O Brasil não pode ficar, digamos, numa posição imobilista, mesmo porque o desmatamento da Amazônia não vai causar só prejuízo para a humanidade, ele vai causar prejuízo para o povo brasileiro que vive naquela região. E mais ainda, transformações importantes na Amazônia vão mudar o clima do resto do Brasil. Existem esses estudos agora e do mundo também, claro, esses estudos novos agora que estão sendo publicados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e outros colegas, eles mostram que haverá uma savanização da Amazônia e o clima é que vai piorar. Quer dizer, o nordeste, por exemplo, será du-

ramente afetado porque ele se tornará mais seco do que é atualmente. E esse processo ele precisa ser revertido, não é só o Brasil é claro que vai causar isso, quer dizer, o desmatamento da Amazônia é parte do problema, mas como ele é um dos participantes importantes, ele terá que ser ouvido em qualquer grupo sério que discuta o problema.

Concluído, Sr. Presidente, nas negociações que estão se esboçando e porque já há um mecanismo de negociação, a última Conferência das Partes que se reuniu agora em Nairobi criou grupos de trabalho que devem preparar então proposta que deverão ser adotadas até 2010 para entrar em vigor em 2012. Porque 2012 é o prazo fatal. Por que 2010? Porque ninguém acredita que algo vai acontecer enquanto não mudar a Presidência do Estados Unidos. Acho que é impossível esperar até este período. E negociações precisam ser feitas. Uma das propostas que o Secretário-Geral das Nações Unidas fez é de que fosse feito um mini, um mini Rio, o que eles chamam de mini Sumet(F) que eu acho que é uma idéia interessante, mas eu acho que a idéia acabou sendo perdida nas "n" declarações que o Secretário-Geral das Nações Unidas faz sobre todos os problemas. Eu não vi nenhuma ação concreta. Seguramente o Brasil participará desse mini Sumet(F). Uma das coisas que o Brasil poderia fazer é convocar uma Conferência dos 10 Países maiores emissores e começar a discussão seriamente aqui. Seria uma discussão entre os maiores emissores. E eu não sei se os Estados Unidos viriam, mas é assim que se constangimentos para esses Países.

As duas propostas concretas das quais eu tenho conhecimento que poderiam servir de moeda de negociação para o Brasil são as seguintes: O Brasil tem adotado a postura até o momento de não adotar metas. O Brasil se recusa terminantemente a adotar metas como estipuladas pelo Protocolo de Kyoto. E tem sido uma espécie de tabu discutir esse tipo de proposta aqui no Brasil. Eu não vejo porque, porque a União Européia tem feito isso com... Aliás, tem feito isso de uma maneira extremamente agressiva até, e... Mas enfim, isso tem sido de modo geral a posição do Governo Brasileiro. Mas acontece que essa não é a única solução. Há outras soluções e elas precisariam ser investigadas em profundidade. A primeira delas é a seguinte, é que o Brasil não precisaria adotar uma meta de reduzir suas emissões em 5%, 8% ou 12%, porque poderia ser argumentado que isso prejudicaria setores industriais, mas ele pode adotar uma meta de redução do desmatamento da Amazônia. Que é o que todos desejam. Não só por causa do efeito estufa, mas por outros motivos.

Então, seriam metas setoriais. Há áreas aqui no Brasil que são extremamente eficientes. Outro dia eu descobri, para mim foi uma surpresa porque eu não esperava que fosse assim, a produção de cimento no Brasil é eficiente. A tecnologia que foi adotada é uma tecnologia mais eficiente do que a tecnologia utilizada nos Estados Unidos.

Então, o Brasil nesse setor ele é eficiente. Há outros setores em que ele não é eficiente. E as metas então poderiam ser setorizadas. Para a China, a meta é clara. A China é claro que não vai aceitar que os outros Países determinem um limite de quanto ele pode crescer economicamente. Mas a China pode adotar uma meta de reduzir a queima de carvão de 10% em cinco anos. Um número que poderia ser negociado porque há tecnologias para fazer isso.

Em relação à China há um número muito interessante que eu queria mencionar aqui. A China gera quase totalidade da sua energia elétrica com carvão. Usinas termoeletricas, como é feito no sul, em Candiota e em outros lugares. A eficiência média das usinas termoeletricas da China é 23%. A eficiência média no mundo é 28%. Isto é, cinco pontos percentuais acima. E a eficiência da melhor tecnologia disponível no mundo, que é da SIEMENS e das grandes empresas, é 42%. As modernas, as bem modernas têm eficiência até 42%. A China está com 23%. Bastaria a China melhorar a eficiência das suas atuais usinas para que ela passasse a reduzir as suas emissões.

Então essa proposta é uma proposta que eu acho que deve ser discutida em profundidade. Há outras que são mencionadas e que estão muito no começo e que são idéias de discutir a responsabilidade histórica. Esse argumento é levantado de vez em quando. Qual é a responsabilidade histórica? Mesmo porque os Países industrializados têm emitido há muito tempo. E eles se desenvolveram à custa da queima de combustíveis fósseis. E, portanto, a responsabilidade histórica é diferente. Essa é uma idéia que foi discutida também e ela pode ser feita, ou seja, no lugar de utilizar as emissões ano a ano, pode ser feita uma análise das emissões históricas. Isso não muda muito a situação. E seria um passo à frente também.

De modo que, Sr. Presidente, concluindo, essa é a visão que eu posso dar aos membros dessa Subcomissão sobre as perspectivas da Conversão do Clima e do Protocolo de Kyoto e eu tomei a liberdade de fazer algumas sugestões acerca do papel que o Brasil poderia exercer.

O Brasil em 92, eu quero dar o meu testemunho pessoal porque eu era o Secretário de Meio ambiente da Presidência da República na época em que a Conferência se realizou. Essas Conferências só funcionam

com liderança. Essa idéia de fazer uma Conferência em Nairobi, uma Conferência em Montreal, aqui e lá etc e tal, e que simplesmente se reúnem cinco mil delegados e ficam discutindo durante duas semanas, já foi feito até a brincadeiras de que eles produzem mais gases de efeito estufa do que o resultado das suas deliberações. O que resolve nessas conferências é liderança.

Quer dizer, é preciso batalhar como foi feito em 2002. Em Johannesburg. E o Brasil, apesar de não ter vencido a batalha, acho que moralmente nós saímos muito bem. Agora a União Européia acaba de validar o que nós fizemos. E acho que esse processo precisaria ser retomado. O problema do efeito estufa ele está aí, ele é real, não é uma curiosidade científica, deixou de ser uma curiosidade científica, e ele precisa ser enfrentado e mais ainda, as pessoas já sabem o que fazer para enfrentá-lo. Quer dizer, não é um problema insolúvel, e eu acredito que medidas tomadas a tempo e a hora, eles seguramente atenuariam muito esses efeitos cataclísmicos que são estão na imprensa de todo dia e eu não vou me... Tomar o tempo dos senhores repetindo quais seriam essas consequências. Acho que citar o fato de que as praias de Alagoas estão sob o risco por causa do aumento do nível do mar em 4 milímetros por ano, Senador, vai seguramente sensibilizar a população de Alagoas e evidentemente dos outros Estados. Sobre tudo a praia de Piedade. [risos]. Senhores, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Goldemberg pela sua explanação, e agora inscritos aqui para fazer perguntas ao Prof. Goldemberg, o primeiro inscrito o Senador Marco Maciel.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, peço que V.Ex^a me inscreva, por favor.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, Presidente Fernando Collor, Sr^{as}. e Srs. Senadores, meu caro Prof. José Goldemberg. Antes de mais nada eu gostaria de cumprimentá-lo pela exposição que acaba de fazer, e os subsídios que trouxe que ajudam a fertilizar o debate aqui nesta Casa em boa hora por proposta do Presidente Collor criou uma Subcomissão na Comissão de Relações Exteriores para discutir essa questão que é talvez, para usar uma expressão de Roberto Campos, é grande [inaudível] do século 21. Que é a questão ambiental. E por isso eu quero mencionar que a presença do Ministro Goldemberg aqui foi muito útil e trouxe [inaudível] importantes ao debate do tema.

Eu gostaria de aproveitar a ocasião para fazer uma indagação e ouvir o que é que ele pensa do que eu acho que se procedente poderíamos talvez trabalhar. Não se trata de nada diretamente com relação

ao processo de redução do efeito estufa, mas antes uma providência que eu a reputaria de caráter político. Nós sabemos que o Brasil sediou a maior Conferência de Meio Ambiente em 1992, na época era inclusive o Presidente da República o Presidente Collor. Foi como todo nós sabemos a ECO 92 o evento que reuniu maior número de Chefes de Estado e Chefes de Governo. E algo sem precedentes na história da própria ONU, quer dizer, fora da sede da ONU.

Bom, e não somente o grande número de Chefes de Estado de Governo, mas também os mais importantes Chefes de Estado de Governo estavam ali presentes. E também não podemos deixar de reconhecer que foi uma Conferência exitosa sob todos os aspectos, inclusive porque foi muito bem organizada, muito bem preparada, e deu ao Brasil um certo protagonismo, uma certa projeção e um reconhecimento internacional.

De outra parte, nós sabemos que o Brasil é talvez o País que é o maior santuário da biodiversidade do mundo. Eu às vezes penso isso, não só pela sua extensão, mas é pela diversidade que esse santuário ecológico abriga. Desde alguns biomas pouco conhecidos como a caatinga, por exemplo, até esses mais notórios como da Floresta Amazônica ou Mata Atlântica, etc. E eu percebo, por outro lado, que a ONU tem uma série de agências fora de sua sede em Nova York, desde que estabelecida em 1945 para 46, a Carta da ONU na realidade foi logo após a guerra, a sua Constituição de 46, se não estou equivocado, abrigava naquela época 45, 46 Países, hoje já está perto de 200 Países e ao longo da sua história a ONU foi abrindo instituições, organismos que a elas são vinculados ou... Em diferentes Países do mundo. Por exemplo, a FAU funciona em Roma, por exemplo, OMC que já é um caso não muito bem aplicável, mas de todo maneira que funciona em Genebra, tem sede em Genebra, a Unesco que tem sede em Paris. Poderia mencionar até outras. Eu certa feita escrevi alguma coisa sobre esse assunto estou lembrando... Já citei a FAU, a OMS, Organização Mundial de Saúde, OIT, Organização Internacional do Trabalho etc. Tem muitas agências importantes. Mas uma coisa que eu observo é que a ONU não tem nenhuma agência de grande significação, de grande porte fora dos Estados Unidos no continente americano, no nosso hemisfério. Quer dizer, e aí excluindo logo os Estados Unidos, América do Norte, Central, Caribe e América do Sul. A idéia então que eu queria propor, mas acho que só deveríamos levar a frente, aliás, como algo da Comissão ou da Subcomissão se for viável, era que nós deveríamos advogar que a ONU instituisse, ela já tem um programa, o PNUMA, sobre o assunto, mas que estabelecesse uma instituição e que essa instituição

para tratar da questão meio ambiente, etc, mas que essa instituição ficasse localizado no Brasil. Que seria a primeira assim, a primeira e única na América do Sul, Central e Caribe, e de alguma forma não deixaria de ser um reconhecimento ao trabalho que temos feito ao longo da... E após a ECO 1992, que foi como todos nós sabemos uma Conferência muito bem sucedida e que o Brasil vem em sucessivas reuniões de alguma forma também participando ativamente desse debate.

Então, eu não sei se seria viável, mas eu acredito que isso credenciaria muito o Brasil se tal acontecesse, é lógico que isso envolve uma grande negociação e naturalmente a adesão de muitos outros Estados membros da ONU que são cada vez mais numerosos, a ONU nasceu em 45, como disse há pouco, 45, 46 Países, hoje já tem perto de 200, a última vez que observei estava em 188 Países Membros, etc. Mas de toda maneira pudéssemos com tudo isso por um pouco de luz na posição brasileira e quem sabe também criar condições para gerar uma consciência mais forte sobre essa questão ambiental. Eu sempre fico pensando que os problemas só começam a ser resolvidos quando se geram uma forte consciência em torno da sua importância, da sua imprescindibilidade, etc. E acredito com a criação de uma agência desse tipo, que é uma coisa meramente adjetiva, nós poderíamos também trazer o foco para o Brasil e também para a América do Sul, Central, Caribe, etc. Era essa a proposta e queria ouvir a opinião do Ministro Goldemberg, já que é um grande especialista em questões ambientais, eu leio os seus artigos que saem com certa assiduidade eu acho no Estado de São Paulo, e dizer que há muito tempo, como todos nós brasileiros nos preocupamos com essa questão ambiental e acho que está na hora de assumirmos uma atitude mais ativa, mais ousada na questão ambiental.

O Brasil é alvo de muitas denúncias que vem do exterior, sobretudo, a questão da Amazônia que é talvez a questão que mais ferida quando se coloca o debate a nível internacional, mas tem sido pouco, a meu ver, posso estar equivocado, pouco ativo nessa questão de talvez tomar essa bandeira e apresentar proposta concretas inclusive defender a criação de uma instituição desse porte. Porque... Do porte de um OMC ou de uma OIT, etc, qualquer outro desse tipo ou de UNESCO para tratar especificamente dessa questão. É o que eu gostaria de indagar de V.Ex^a e ouvir os seus ajuizados comentários.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador, o Brasil teve essa oportunidade em 1992 e perdeu. Na ocasião se falou nisso e o Itamaraty... Era no Rio, evidentemente qualquer organização que se originasse da Conferência de 92 seria no Rio que tem um papel simbólico nessa

questão toda. E tinha até o palácio do Itamaraty que foi pensado na época como algo que poderia...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: A rigor... Agora acho que é o escritório do Itamaraty. A rigor ainda é recuperável para uma coisa dessa. O que acontece é o seguinte, é que os Países disputam sediar esses organismos internacionais até por presença econômicas. O senhor vê, o Secretariado da Convenção do Clima foi para Bonn, não foi para Berlim que é a capital da Alemanha, nem para Colônia, foi para Bonn. Bonn é uma cidadezinha como os senhores sabem, perdida no mundo, difícil de chegar lá. Porque era lá que o Governo Adenauer onde ficava o quartel General das forças de ocupação americana. Havia uma enorme quantidade de prédios públicos lá vazios. E o governo alemão fez um esforço tremendo de popular esses prédios públicos, com a transferência da administração para Berlim eles ficaram ociosos. Então o Governo fez uma força danada, o Governo Alemão, e oferece uma porção de vantagens.

Quer dizer, há uma competição por essas coisas. E o Brasil nunca entrou na competição. Acaba custando um pouco de dinheiro, mas é um dinheiro que retorna, porque o movimento que ele gera é tal. Como em Genebra, Genebra é uma cidade que vive disso. Só a indústria hoteleira de Genebra deve sustentar a cidade toda. De modo que todos esses lugares estão ocupados. Biodiversidade... A Comissão da Biodiversidade sediada, eu creio que em Barcelona, e não tem nenhuma disponível. Exceto uma, e eu queria responder ao senhor lembrando que ela existe e talvez isso o Governo Brasileiro poderia explorar. É que o programa das Nações Unidas para o meio ambiente é um programa. PNUMA. Não é uma agência. É um programa. Que tem um status dentro da hierarquia da ONU tem um status baixo--

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Terceiro nível.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Terceiro nível, porque são contribuições voluntárias desses Países. Se os Países não colocarem dinheiro ela pára de funcionar. Ou seja, o PNUMA, o Secretário-Geral, o Secretário-Executivo do PNUMA está permanentemente correndo o mundo. Outro dia passou aqui pelo Brasil a tentar pegar dinheiro dos grandes doadores. Não é como a Organização Mundial de Saúde, o qual o Brasil é membro que contribui para a manutenção. Se fala, essa é uma idéia que tem sido sugerida de transformar o programa das Nações Unidas para o meio ambiente numa agência como uma Organização Mundial da Saúde. Atualmente o Secretariado está em Nairobi, e eu não

conheço ninguém que não se queixe, exceto o Governo do Quênia, porque participar de uma Conferência em Nairobi é uma aventura em si. E eu acredito que o Governo Brasileiro poderia explorar essa possibilidade. É a única que me ocorre. Acho uma idéia muito interessante, atrairia um enorme suporte, porque todo mundo reconhece o papel que o Brasil teve em 1992. Seria uma forma de reconhecer o trabalho do Brasil e naturalmente dinamizar os trabalhos que são feitos nessa área. É o comentário útil que eu posso fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A idéia do Senador Marco Maciel ela vem bem de acordo conforme nós vimos pela resposta do Prof. Goldemberg, e se associa também a um Requerimento indicativo aprovado pela Comissão Mista destinada a Comissão Mista do Congresso Nacional, destinada a acompanhar e monitorar as mudanças referentes ao clima, cujo Presidente aqui está ao nosso lado, que é o Deputado Eduardo Gomes, ontem empossado, que é a de também sugerir ao Governo Brasileiro que sedie no Rio em 2012 que exatamente completará em 2012 20 anos da Conferência de 92, então seria "Rio mais vinte" que coincide também com o fim do prazo de vigência do chamado Protocolo de Kyoto, para que nós pudéssemos aqui sediar essa que seria uma terceira Conferência. Talvez não tão elástica, não tão abrangente como foi a de 92, resumindo mais o seu número de participantes, e se isso o Governo Brasileiro achasse conveniente e determinasse o engajamento do Itamaraty nesse processo e as Nações Unidas se sensibilizassem, a partir desse momento talvez nós pudéssemos fazer com que esse organismo preconizado pelo Senador Marco Maciel se criasse em definitivo e se instalasse aqui no nosso País.

Essa sugestão da realização da Conferência em 2012 é também a proposta de uma constatação que nós fizemos de que os Países eles avançaram muito mais os Países que estiveram presentes na Rio 92, eles avançaram muito mais nas suas preocupações e com ações efetivas na área ambiental nesse período que levou da decisão das Nações Unidas até 92 do que posteriormente. É como se depois de 92 todo mundo já tivesse feito o seu dever de casa, chegaram na Conferência, cada um apresentando o esforço que tinha empreendido ao longo dos anos que se passaram, foram assinados convenções, tratados e tudo isso, saiu daí a Agenda 21 com uma série de recomendações para que cada um dos Países seguisse, e foi como se tivesse havido um relaxamento. Todo mundo achando que já tinha feito um esforço muito grande e os Países em desenvolvimento a quem havia sido prometido recursos para financiar equipamentos modernos de filtros e despoluição não tiveram esses financiamentos

a tempo e a hora, e o resultado é que de 92 para cá, portanto 15 anos depois da Conferência do Rio, nós estamos aí com todos os sinais de alarme acesos em todo o planeta. E não era para isso acontecer. Se o que foi proposto em 92 tivesse sido seguido por todos os Países, nós não estaríamos 15 anos depois desta Conferência vivenciando a véspera de uma catástrofe anunciada que nós esperamos poder evitar.

Então, muito obrigado pela sugestão do Senador Marco Maciel, e eu acredito que o Senador deverá levar essa proposta--

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Eu acho até, Sr. Presidente, que V.Ex^a como Presidente da Subcomissão podia empunhar essa bandeira já porque V.Ex^a inclusive era Presidente da República à época da ECO 92. E quero também dizer que quando o Prof. Goldemberg se referiu ao PNUMA, ano passado, houve uma intervenção aqui no Senado, em Plenário, eu fiz menção a essa idéia. E quando cheguei no meu gabinete encontrei uma mensagem de e-mail de uma pessoa que dizia: "Olha, eu estranho que o senhor esteve propondo isso que já existe o PNUMA". "Aí eu disse, o PNUMA é um mero programa, onde tem "n" programas e como o Estado Brasileiro tem outros programas. Uma coisa é um programa outra coisa é uma instituição. Os programas passam, as instituições ficam". Pois bem, e este ano eu voltei esse assunto, já com discurso e argumentando um pouco mais em fevereiro, acho que foi o discurso foi dia 26 de fevereiro, publicado no Diário Oficial de 27 de fevereiro onde explicitava mais essa idéia. E isso ajudaria também a dar maior visibilidade ao País, mas também a captação de meios para enfrentarmos essa questão, porque às vezes começa a se exigir muito do Brasil em função da questão, sobretudo, da Amazônia etc, mas nem sempre nós temos os mesmos instrumentos para enfrentar essa questão que é de enorme complexidade. Desculpe a interrupção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, por favor, Senador. Acho que então, Senador, de acordo com a sua sugestão, a Comissão Mista do Congresso Nacional poderia acatar essa sugestão do Senador Marco Maciel e o Presidente Eduardo Gomes levaria ao Plenário na nossa próxima reunião, mas com a proposta sendo de sua autoria. Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a inscrição a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente. Professor, eu sou da Amazônia. Eu... Te-

mos três aqui da Amazônia. E o senhor deixou bem claro aí que a Amazônia é a principal responsável pela emissão de carbono no Brasil. Mas será que os nossos 700 milhões de barris de petróleo que a gente queima por ano, nós queimamos quase 2 milhões de barris por dia, 1,8, 1,9 mais ou menos, a Amazônia produz mais carbono do que isso? Matematicamente fazendo. Estou lhe perguntando porque o senhor é professor...

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: O Brasil, excluindo a Amazônia, isto é, as atividades industriais urbanas, etc, somando tudo, o Brasil emite 80 milhões de toneladas de carbono por ano. 80 milhões de toneladas. E a Amazônia emite, sozinha... O Brasil total sem a Amazônia. 80 milhões. A Amazônia 200 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nossa!

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Sozinha. É o desmatamento da Amazônia, 200 milhões. É matemático. É um número matemático. Não é só... A Indonésia também emite. A Indonésia também tem um problema sério com as florestas dela. Não é só o Brasil que tem. Mas aqui no Brasil é assim. O sistema brasileiro, excluindo a Amazônia, é um sistema limpo. Excluindo a Amazônia, o Brasil seria o 18º emissor mundial. Lá embaixo da... O Brasil, sozinho, sem desmatamento, emite 1% das emissões mundiais. O Brasil. O Brasil industrial, digamos. O Brasil industrial, comercial. E a Amazônia contribui 3%. Três mais um, 4%. Lamentavelmente é isso, Senador, quer dizer, o Governo tem se sucedido, diminui um pouquinho o desmatamento, depois aumenta um pouquinho, etc. Se o Presidente me permite, o Presidente da República me permite, foi em 1992 que efetivamente se conseguiu uma redução real. Eu tenho a impressão que o Senador Marco Maciel também sente isso. Porque houve uma redução do desmatamento da Amazônia porque nós tomamos medidas fiscais reduzindo subsídios, e o Presidente mobilizou a Polícia Federal. O senhor lembra de uma ocasião que o Senador Romeu Tuma dinamitou pistas, etc e tal que foi uma coisa simbólica porque mostrou que o Poder Público estava lá presente.

Afora isso, o desmatamento depois aumentou no Governo Fernando Henrique ele aumentou apressadamente, depois caiu de novo, e agora subiu de novo também. E tem caído, mas aí cai ao sabor do que acontece com a soja e por aí afora. Quer dizer, não é uma coisa estrutural. Seriam preciso medidas estruturais para reduzir o desmatamento da Amazônia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. A Deputada está querendo...

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Eu gostaria de pedir um aparte. Eu, como o Senador, eu sou Deputada pelo Amazonas, então somos muito co-

brados em relação a isso. Só que nós temos o privilégio de falar que o Estado do Amazonas, diferente do resto da Amazônia, ele é reservado em 98%. E a gente tem plena consciência que tudo se deve ao nosso modelo econômico pólo industrial de Manaus.

Então, é por isso também que a gente está batilhando para essa preservação. Aham que é um egoísmo do Estado querer manter tudo, mas na verdade o nosso discurso é um discurso ecológico e que eu acredito que deve ser criado um modelo econômico que privilegie todas as outras regiões que compõem a Amazônia. Que de fato a gente tem números que comprovam que dá resultado e que talvez seja por aí.

Então, uma sugestão à Comissão que para que sente, para que converse e que encontre um caminho para a sobrevivência da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Deputada Rebeca Garcia, Prof. Goldemberg. Depois, pela ordem de inscrição o Senador Arthur Virgílio.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Deputada, desculpe, eu queria confirmar os seus números, é isso mesmo. É verdade. O Estado do Amazonas tem um índice de desmatamento pequeníssimo. Isso é devido à concentração das atividades produtivas na região de Manaus. É tecnicamente correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, em seguida o Senador Flexa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Prof. Goldemberg, fico feliz de revê-lo e com essa inteligência brilhante de sempre. V.Ex^a eu o comparo muito ao Prof. Hélio Jaguaribe, pensa, pensa, formula, formula, eu não preciso concordar com tudo, mas eu gosto de saber que está ativo e pensando. É verdade. E é uma feliz coincidência, Presidente Fernando Collor, Presidente da Subcomissão e esse seu reencontro com um auxiliar tão prestimoso, tão talentoso como foi no seu Governo, o Prof. Goldemberg. Mas professor, retomando a deixa aqui... Propiciada pela intervenção da Deputada Rebecca Garcia, nós temos que... Há uma concentração sim, em Manaus, das atividades produtivas, mas ao mesmo tempo o modelo industrial lá praticado isso tem sido tão contestado ao longo do tempo se vale a pena ou não vale, conceder incentivos fiscais para a região, como não se não houvesse incentivos fiscais para a indústria automobilística em São Paulo e no resto do centro-sul, como se não... Como se nós tivéssemos no País alguma indústria, algum setor econômico industrial que tivesse vicejado sem ser a base de incentivos fiscais. Desde que meu avó namorava a minha avó, ela ainda não debutante. Parece que eles começaram antes de

ela ser debutante. Valeu a pena. Ao fim ao cabo nós vimos que valeu a pena. Resultado dessa concessão que o Brasil fez a Amazônia sediando no Amazonas essa expectativa dos resultados dos incentivos fiscais, resultou nessa poupança de desmatamento, ou seja, 98% poupados.

Eu entendo que não tem mesmo economia sem ecologia. Não tem. E V.Ex^a usou, Prof. Goldemberg, uma expressão que me chamou a atenção. Eu só inverteria. V.Ex^a diz assim: O desmatamento da Amazônia não vai causar prejuízo só para humanidade, causa para o Brasil. Eu inverteria porque para mim aí está a chave para a preservação da região, para a defesa da soberania nacional, eu diria que o desmatamento irresponsável da região ele não só causa prejuízo para o Brasil como e isso é gravíssimo, ele causa prejuízo para a humanidade. E se nós não tomarmos a consciência plena disso, não seremos capazes de garantir a soberania brasileira sobre a região. Dentro de poucos anos vira um protetorado sob os cuidados da ONU, enfim. E, portanto, eu compreendo que tudo que se disse, tudo que se teve de preconceito, tudo que se propalou de desenvolvimento falso, desenvolvimento fictício, desenvolvimento econômico de curto prazo, falando de uma racionalidade, que eu não duvido que seja racional, mas a racionalidade de uma madeira coreana que quer tirar o maior número de toras para vender rapidamente e ganhar o máximo de dinheiro possível, é racional? É. Do ponto de vista da contabilidade, do ponto de vista da análise de custo e benefício para ela, é.

Mas eu pergunto se essa racionalidade é boa para a humanidade. Não é. Eu pergunto se é boa para nós da Amazônia e para nós do Brasil. Não é. Então eu questiono que caráter de racionalidade que nós temos que imprimir, primeiro, para ter o desenvolvimento sustentável que garanta os 25 milhões de habitantes da região brasileira os que moram lá e precisam comer, vestir e viver, e ao mesmo tempo poupando-se a galinha dos ovos de ouro que vai nos oferecer sempre os lucros da sua biodiversidade, sempre a oferecer a garantia de não contribuir nós para o aquecimento global. Nós que estamos contribuindo, sim, com o desmatamento desenfreado e irresponsável que já tem acontecido lá e que a meu ver cai por terra a argumentação daqueles que dizem: Há, vamos desmatar porque depois regenera. Não é verdade. A grande verdade é que nós temos colaborado sim para essa crise do aquecimento global. Precisamos encarar isso com coragem até para cobrarmos dos Países ricos que eles também mudem a sua forma de produzir. Mudem a sua forma de encarar o lucro. Eu não sou contra o lucro, ao contrário, já passei dessa fase há muito tempo. Mas entendo que

é fundamental darmos a ele a legitimidade preservadora da humanidade. Nós não podemos tolerar que a humanidade marche como se irracional ela fosse, marche para o cadafalso. Ela está marchando para o cadafalso. E fizemos tudo direito agora teremos frutos quem sabe daqui a 80 anos daqui a 100 anos. Se tudo for feito corretamente daqui para frente.

Eu não tenho como, já que eu não consigo realizar o sonho de estar vivo daqui a 100 anos, eu não posso deixar de imaginar que eu tenho direito de sonhar com um País decente ou um mundo justo para os meus filhos, meus netos, meus bisnetos, enfim, por aí afora. Eu entendo que V.Ex^a tem razão, Presidente Fernando Collor, quando se reporta a 92. É incrível como as coisas se deterioraram. É incrível como nós permitimos, nós todos em conjunto que o egoísmo, o imediatismo, a falta de perspectiva de mais longo prazo, nesse curto espaço de tempo que nos separa para uma vida humana 15 anos representam muito. Mas para a história da humanidade, para a gravidade dos fatos que aconteceram de 92 para cá chega a ser um crime de lesa-humanidade cometido por governantes bem intencionados, no mundo inteiro, governantes que não queriam fazer mal aos seus povos. Mas enfim, eu vejo assim. Eu quero saudar a presença dos Deputados do meu Estado, Carlos Souza e Rebecca Garcia e lhe dizer... Que ainda há pouco eu consultei aqui o Deputado Fernando Gabeira, e eu conto aqui a história toda. Até as coisas mais prosaicas estão me preocupando. Eu não tinha nenhum preconceito a mais em relação àquela fábrica de pneus reciclados que funciona no Paraná. Certa vez parlamentares me convidaram para ir lá, Senadores me convidaram para ir lá, eu estive lá, o Senador Flexa Ribeiro estava comigo e vimos. O que é que me pareceu Deputado Gabeira? Pareceu uma empresa com processo produtivo moderno, com isso que V.Ex^a me disse agora no seu bilhete com enunciado ecológico, e eu saí de lá sinceramente sem opinião formada. Saí de lá sem preconceito. Eu não vivo à base de preconceitos. Então eu não saí de lá dizendo que eu deveria partir para o [inaudível]. Agora mesmo fui abordado por um repórter que me perguntou sobre isso. E eu me dei conta de que até as coisas mais prosaicas nós temos que parar para pensar.

Então, eu que estava distante, olímpicamente distante desse tema, não estou mais. Eu entendo que nós temos que ter uma maturação, uma discussão absolutamente fina, de sintonia fina, de pente fino, mesmo, sobre esses temas. Não podemos colaborar com nada que não seja bom para a garantia do desenvolvimento sustentável, e, portanto, para a contribuição que o Brasil tem que dar para a sobrevivência da humanidade.

Sobrevivência em termos dignos. Nós não somos dinossauros para simplesmente o mundo decidir o que vai acontecer conosco. Nós temos plena capacidade de decidir o que vamos fazer com o mundo. Essa vai é uma diferença essencial. Provar que nós não somos dinossauros, provar que nós somos realmente aqueles capazes de conduzir com a tecnologia que somos capazes de manipular e de inventar e de reciclar. Somos capazes de conduzir a humanidade.

Portanto, eu sinto que não tem nada mais importante do que essa discussão e fico feliz de no meu Estado nós termos tido a possibilidade de termos encontrado o modelo de desenvolvimento que nos tem poupado. Eu quero fazer justiça. Combati o Marechal Castelo Branco e combateria de novo, porque não aceitaria nunca compactuar com ditadura e nem com ditador, portanto, mas reconheço que ele foi extremamente lúcido quando pensou em dotar a Amazônia de um regime de incentivos fiscais, no Amazonas, que terminou dando nessa vantagem ecológica para que qual ele não atentou à época. Ele foi alertado por uma outra figura que nos meus tempos de estudante, no tempo que eu quebrava vidro da Embaixada americana, e eu já passei dessa época também, graças a Deus, tem gente que não passou, que os cabelos vão ficando brancos e continuam psicologicamente quebrando vidros da Embaixada americana, mas o fato é que eu tinha aversão a tudo que dizia o Embaixador, Deputado, Senador Roberto Campos. Depois me aproximei muito dele aqui na Câmara Federal. Morreu deixando em mim um amigo muito saudoso. A visão dele para a região é responsável e muito por essa situação que nós temos de 98% da Floresta Amazônica no meu Estado preservadas. E, portanto, eu quero aproveitar pra fazer essas duas homenagens. A um adversário que seria meu adversário a vida toda e a um Economista polêmico que sabia enxergar à frente do seu tempo, como no caso do Embaixador Roberto Campos. Aliás, eu vejo V.Ex^a assim. Eu tive muita felicidade de poder ouvi-lo, de poder vê-lo e daqui a pouco de poder abraçá-lo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Arthur Virgílio pelas suas palavras. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Deputado Eduardo, Prof. Goldemberg, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu quero que as minhas primeiras palavras, Presidente Collor, seja de agradecimento pelo convite de V.Ex^a para eu participar da reunião dessa Subcomissão. Não faço parte dela, mas face à importância do tema, o interesse nosso, amazônida que somos, por ele,

de pedir já previamente a autorização de V.Ex^a. para que sempre que possível participar das reuniões da Subcomissão. Acho que ela é da maior importância e quero parabenizá-lo pela proposta da criação dessa Subcomissão Permanente sobre Mudanças Climáticas. Eu não tive a oportunidade de assistir a palestra do Professor Goldemberg, porque estava na CCJ e vou retornar até lá, porque temos projetos importantes em pauta. Mas fiz questão de vir aqui para dar uma contribuição a respeito deste tema que é de interesse mundial. E a Amazônia, ela é uma área, eu diria, com destaque internacional. Os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia. Sempre estiveram, e continuam estando e cada vez com uma maior influência. Eu era Presidente da federação das indústrias do Estado do Pará quando V.Ex^a., Presidente da República, realizou a eco 92. Nós fizemos uma... No Rio de Janeiro. Nós fizemos naquela altura um seminário preparatório que chamamos de Eco Amazônia, preparando os temas que nós levaríamos como contribuição via CNI para a eco 92. V.Ex^a. tem toda razão de que lamentavelmente, a partir daquele movimento muito pouco foi feito a nível mundial para que se evitasse todas essas tendências ruins que são anunciadas permanentemente. Eu diria até diariamente à sociedade do planeta Terra.

Eu concordo e parabenizo V.Ex^a. também pelo Requerimento que foi feito e lido no Plenário sobre uma nova rodada da Rio mais 20, aqui no Brasil, em 2012, para que a gente possa então auferir os resultados e determinar novos rumos. Quero parabenizar o Senador que propôs, o Marco Maciel, que nosso Vice-Presidente, que propôs a criação de um organismo ao modo da OMS para que permanentemente essa questão que é tratada de forma difusa por vários fóruns possa ter uma centralização e uma discussão com a participação de todos os Países interessados e são todos que compõem o nosso planeta. Então acho que esta Comissão pode encaminhar a proposta com, se assim entenderem os membros, com o parecer favorável para que o Governo Brasileiro possa até dar um subsídio a nível mundial propondo essa criação desse organismo que é da maior importância para a questão ambiental mundial. E eu queria, por último, Presidente Collor, dizer que com relação à Amazônia, o Governo Brasileiro tem que entender que há necessidade de se fazer um zoneamento econômico e ecológico da região, definitivo, aprofundado, de tal forma que nós possamos definir quais as áreas já alteradas, quais as áreas que devam ser tornadas intocáveis e quais as áreas que possam ter a utilização, Professor Goldemberg, parcial. Então, através de um zoneamento econômico e ecológico, nós vamos poder frear, frear o desmatamento. Frear o desmatamento, frear a invasão e a degradação da

floresta. Porque as leis têm se mostrado insuficientes para conter isso. Porque o que leva a invasão, o que leva é a perspectiva de ganho.

Então, havendo a perspectiva de ganho, o elemento, ele se submete ao risco de fazer a invasão, de fazer o desmatamento, porque ele sabe que no futuro ele pode, em função da área que está hoje agredindo, ele pode tirar alguma vantagem. No momento que tiver o zoneamento econômico ecológico ele sabe que aquilo naquela área ele não vai poder em hipótese nenhuma ter nenhuma função comercial ou de ação produtiva naquela área. E o Governo, lamentavelmente, o Governo Federal, não apóia os programas de zoneamento econômico ecológico. O meu Estado aprovou por unanimidade, depois de discutir com a sociedade, com a academia, com o setor produtivo, com os trabalhadores, com os parlamentares, um zoneamento econômico ecológico para o Estado do Pará. E lamentavelmente esbarrou na aprovação por parte... No reconhecimento por parte do Ministério do Meio Ambiente para que ele fosse implementado. Então, enquanto isso não ocorre, estão sendo criadas zonas de proteção em cima de áreas que foram discutidas pela sociedade e que já estão, muitas delas é preciso que a sociedade reconheça isso, muitas delas já alteradas. Muitas delas já alteradas. Não adianta criar uma área de conservação onde já foi antropizada pelo homem. Então eu acho que é fundamental essa Comissão apoiar, não somente no Pará, mas a nível nacional, um zoneamento econômico ecológico para que a partir desse instante tenha um freio em relação a essas áreas a serem modificadas. Uma outra proposta que faço, que para evitar, é lamentável os dados que o Professor Goldemberg nos dá que a Amazônia contribui com três vezes que contribui o resto do País, com a emissão de carbono, mas nós temos hoje no Pará, que é um Estado que tem um grave problema de desmatamento, nós temos hoje no Pará áreas já alteradas, já antropizadas que são suficientes para manter o setor produtivo. Não há necessidade de invadir a floresta mais. Lamentavelmente o Código Florestal, hoje existente, ele induz a que se avance sobre a floresta por que ele só permite utilizar 20% das áreas. Ora, se a área está 100% alterada, não há lógica, não há bom senso que leve a obrigar a só usar 20% porque ele vai buscar o restante em áreas que ainda não foram alteradas.

Eu fiz uma proposta, um Projeto de Lei propondo que se pudesse usar 100% das áreas já alteradas para uso econômico e evitando com isso, e as reservas que possa ser exigidas, sejam feitas em áreas dentro do zoneamento em áreas que vão ser mantidas preservadas. O que tem lógica. Então, é preciso que se altere o Código Florestal. Lamentavelmente o

Projeto está há dois anos dormitando, foi aprovado por unanimidade no Senado, dormita na Câmara por ação do Governo Federal, por ação do Ministério do Meio Ambiente que eu não entendo por que é que não aprova o Projeto que vem ao encontro do interesse de todos nós no sentido de preservar a Amazônia e não de manter a sua destruição. O importante disso tudo é que o meu Projeto, inclusive foi enriquecido, Professor Goldemberg, porque ele não dava prazos para que essas áreas alteradas pudessem ser usadas. Então uma proposta da própria Vale do Rio Doce fez com que ao propor ao Governo um plano de um arco de reflorestamento, ele usou a mesma tese do meu Projeto e limitou a utilização da área como imagem de satélites de 2003, que eu achei excelente. Quer dizer, para evitar que se possa avançar e depois usufruir do benefício da lei. Então se limita o prazo, as imagens de satélite serão emitidas naquele instante, a partir daí o que for alterado não será permitido o uso e será penalizado. Dentro se houver o zoneamento nem será alterado. E aquelas que já estão alteradas permita-se o uso na sua totalidade e se faça a reserva na frente. Então essa proposta eu gostaria de trazer à Subcomissão para que tivesse o apoio na Subcomissão no sentido de que na Câmara ela pudesse tramitar. Ela está na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, conversei com o Deputado Nilson, que é o Presidente, para que ele agilize isso e que o Governo não vete. Para que a gente possa ter um instrumento real de diminuição do desmatamento.

E por último, Presidente, eu que gostaria, eu li aqui rapidamente o seu, a sua proposta aqui, o seu plano de trabalho, V.Ex^a. diz que a possibilidade da Subcomissão realizar Audiências Públicas externas e seminários fora daqui, eu queria colocar o Estado do Pará e a Amazônia em especial e o Estado do Pará em particular, para que a gente pudesse começar pela Amazônia, já que ela é a vilã na questão da emissão, que se comece a corrigir isso e se faça esse seminário, esse primeiro seminário externo da Subcomissão no Pará para discutirmos basicamente o que devemos fazer para a Amazônia. Porque eu não acho justo também que os Países desenvolvidos tenham praticado crimes ambientais bem maiores do que aqueles que nós estamos hoje, se estivermos, praticando e deram à sua população uma qualidade de vida que lhe dá tranquilidade e que os brasileiros e os amazonas não tenham direito a essa qualidade de vida também. Então, que para isso seja criado um imposto verde, algo que esses Países possam vir já desenvolvidos, contribuir para que a gente possa desenvolver a Amazônia dentro desse zoneamento e mesmo dentro do zoneamento, com tecnologia que existem, que agridem mini-

mamente e que possam essa agressão ser mitigadas por ações outras o desenvolvimento da nossa região. Era a proposta que eu queria fazer e parabenizar mais uma vez a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Professor Goldemberg, algum comentário? Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador, eu queria fazer um comentário. Eu queria fazer apenas um comentário. Acho que suas observações são corretas, mas eu queria fazer uma observação que eu acho que reforça o que o Senhor disse. Eu fui Secretário do meio ambiente do Estado de São Paulo nos últimos 5 anos. E nós fizemos o zoneamento ecológico e econômico da região do litoral norte. É uma coisa muito trabalhosa fazer zoneamento ecológico e econômico. Porque precisa... Dá uma mão-de-obra danada, o senhor sabe disso. Precisa olhar os diversos interesses, consultar todo mundo, etc. e tal. Nós fizemos. O Senhor sabe que funciona, Senador? Eu queria dar o meu depoimento. Há um problema no litoral norte de São Paulo que tem praias muito atraentes e ilhas e etc. e tal, e uma quantidade enorme de pesca ilegal e coisas desse tipo. E as pessoas que têm iates encostam os iates no lugar lá e destroem a fauna marinha, etc. e tal, tudo. Nós fizemos o zoneamento ecológico e econômico acabou a discussão. Porque como não havia regras, o pessoal fazia de tudo. E iam a justiça, iam aqui ou lá, nós mandávamos a polícia ambiente prender, segurar, etc. e tal e não tinha resultado. No momento que foi publicado o Decreto, que é dum decretão, naturalmente, eu fiquei admirado porque funciona. E os meus amigos da aristocracia paulistana que têm iates e que me telefonavam, pararam de me telefonar. Por que eu digo: Olha aqui, você procure um lugar onde você pode encostar o seu iate porque há lugares. Ele disse: Não, mas eu estou acostumado a encostar lá. Eu falei, mas lá não pode mais. Tem uma espécie lá de peixes que está em extinção e não pode. De modo que eu queria dar o testemunho, Senador, de que zoneamento ecológico econômico, sobre o qual se tem falado muito no passado, ele até agora não funcionou porque ele não foi implementado. Quando ele é implementado, ele funciona.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Algum comentário adicional, Senador, que o Senhor queira fazer? Não. Senador, a sua sugestão de oferecer o Estado do Pará para um seminário na órbita do meio ambiente, ela está devidamente anotada e a solicitação que o Senhor faz em relação ao zoneamento econômico e ecológico do

Estado do Pará que tramita na Câmara, o Presidente da Comissão Mista... Desculpe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o que tramita na Câmara é um Projeto de minha autoria para a utilização das áreas alteradas. O zoneamento econômico ecológico está aprovado, o do Pará, por unanimidade e precisa de reconhecimento do Ministério e recurso para ser implementado. Agora a proposta seria que a Subcomissão, ela assumisse essa bandeira de fazer com que o Governo Federal apoiasse todos os Estados da federação a que fizessem os seus zoneamentos e que dessem recursos para ser implementado, que aí, como disse muito bem o Professor Goldemberg, vai minimizar e muito o acesso às áreas a serem preservadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Perfeitamente. Então em relação ao Projeto que tramita na Câmara em relação a este apoio que o Senhor solicita do Ministério do Meio Ambiente, o Presidente da Comissão Mista aqui está presente, o Deputado Eduardo Gomes, a quem eu passarei a palavra em seguida, poderá dizer das providências que ele irá tomar como Presidente da Comissão Mista do Congresso. Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Saudação ao Presidente da Subcomissão, Senador Fernando Collor, Professor Goldemberg, Senadores, Deputada Rebeca, Deputados. Primeiro eu gostaria de dar alguns informes sobre a instalação da Comissão Mista de mudanças climáticas feita no dia de ontem aqui no Senado e uma das primeiras providências foi a Questão de Ordem do Deputado Sebastião Rocha acerca do número de integrantes desta Comissão. Já que no Requerimento que solicitava a criação da Comissão Mista havia a solicitação de uma Comissão composta por seis Senadores e seis Deputados Federais. De pronto, na interpretação do regimento comum do Congresso Nacional foi observada a possibilidade de ampliar esse número para 11 Senadores e 11 Deputados Federais. Por isso a informação de que na reunião de terça-feira, às duas horas, uma das providências é realmente a correção do ato conjunto das mesas da Câmara e do Senado para ampliar o número de Senadores e Deputados. Por isso acho que presta uma informação à Deputada Rebeca também com relação à participação na Comissão.

E tenho observado, Professor Goldemberg, quanto esse tema tem movimentado outros olhares e outros setores da sociedade brasileira e outras correntes políticas. Sempre tive uma atuação muito voltada à área de infra-estrutura, energia, e na interface do debate sobre o efeito estufa, o aquecimento global e as fontes

de energia, a discussão sobre combustíveis, fui atraído para o debate para que não só a visão ambiental, mas também a visão econômica, social desse tema, pudesse ser discutida. Principalmente sob o aspecto de Estados da região norte, nordeste, Estados ainda em desenvolvimento que vão ter que debater fortemente essa questão no aspecto positivo. Aspecto da solução. E fiquei aqui atento à parte que assisti da sua palestra observando algumas coisas interessantes, como as metas setoriais de redução de emissão, acho que é uma atitude prática com relação à participação do Brasil e é informação do Brasil no contexto mundial se isso for feito de maneira... Setorial acho que avançamos e uma curiosidade, a questão da informação e da tradução da informação. Deputado Fernando Gabeira esteve no meu Estado há um ano e meio, aproximadamente, falando tudo aquilo que o meu Estado comentava na semana passada, um ano e meio depois por conta do documentário, por conta do Relatório, das informações que a gente tem sobre o Relatório, e uma preocupação que eu tenho é a questão da tradução e da comunicação com a sociedade. Se foi tão simples para mim entender agora a relação entre as emissões do resto do País e da Amazônia, eu fico assustado de ter compreendido de forma tão concreta. E essa pergunta, ela é constante na sociedade brasileira, no meu Estado, no Estado do Amazonas e o Senador Augusto Botelho o fez, colocou a questão e colocou muito bem e a resposta foi tranquila. 3 por 1. 3% contra 1.

Então, acho que a Comissão Mista terá essa função de tentar organizar as iniciativas legislativas das duas Casas, no sentido de cooperar, sem anular as iniciativas, a coerência, a importância de todas elas, mas para que o Congresso não sofra a mesma dificuldade que está ocorrendo agora com a questão da segurança que a Comissão Mista não funcione como uma instância posterior às confusões e os problemas legislativos. Que ela tenha a capacidade da organicidade Legislativa e também uma outra questão que eu gostaria de deixar como pergunta ao Professor Goldemberg é a agenda, a velocidade como todos na Casa, tanto na Câmara, como no Senado estão aderindo à proposta de agenda com a proposta do Senador Collor da Rio mais vinte, a discussão levantada pelo Senador Marco Maciel, em que o organismo da ONU, um programa que teria já uma versão de organismo para ter sede no País, o PINUMA(F) e essas providências internacionais, já que é um problema do planeta, como é que a gente poderia montar uma estratégia para a discussão interna, para que as pessoas tivessem condição de entender que, como o Senhor disse, deixou de ser uma curiosidade científica a questão do aquecimento global. Para que essa agenda interna também funcione como forma de

satisfação à população brasileira e de convocação para que nós possamos resolver o problema.

E finalizando, dizer que essa Comissão, em menos de 24 horas de instalação, tem recebido propostas diversas, eu dizia ontem ainda ao Deputado Fernando Gabeira que já há um movimento na Câmara de uma proposta de conciliar, a exemplo disse o Senador Fleixa Ribeiro, uma proposta de desoneração fiscal com investimentos na redução de gases do efeito estufa, uma redução gradativa do imposto que incide sobre geração de energia e outros serviços, já para ser debatido no bojo da discussão da reforma tributária.

Então, são várias idéias e eu, a minha preocupação que deixo registrada neste sentido, é que a população tenha essa oportunidade de compreender melhor o problema, já que a gente vive já mais ou menos na agenda da mídia. Esse assunto ficou muito claro e é o que eu disse. O que o Deputado Fernando Gabeira disse há um ano e meio, o meu Estado começou a discutir na semana passada. Ele disse exatamente a mesma coisa. Então, era essa a minha observação, Presidente Collor, e agradecer pelo convite e eu tenho certeza que a reunião de terça-feira da Comissão Mista também será produtiva e estão aí abertas as quatro vagas no Senado e na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito obrigado ao Presidente Eduardo Gomes. Gostaria de registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Infra-estrutura, o Exm^o. Senador Marconi Perillo, que nos honra com a sua presença e também do Deputado Fernando Gabeira, do Senador Mão Santa e do Senador Wellington Salgado, a quem eu passo a palavra neste momento depois que o Professor Goldemberg responder a indagação feita pelo Presidente da Comissão Mista, Eduardo Gomes.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Olhe, Sr. Presidente, o Executivo, tanto no nível federal como no nível estadual, em vários Estados, tem criado fóruns brasileiros de mudanças climáticas. O Governo Federal tem um e alguns governos estaduais tem. O Governo de São Paulo tem, o Governo de Minas tem, da Bahia também, eu creio e alguns outros. Eu acho que esses fóruns, eles não têm tido, de parte do Executivo, um grande apoio. São colegas meus que são os coordenadores desses fóruns. O Deputado Fernando Gabeira conhece bem essa situação. Eles, dentro do governo, dos vários governos, eles são uma espécie de peixe... Digamos, um enfeite. E agora vocês vão me permitir fazer um tributo aqui ao nosso Presidente. A única ocasião em que eu vi o Presidente da República intervir nessa questão foi em 1992. Porque naquela ocasião havia um amplo movimento da imprensa também como o Senhor

está descrevendo agora. Uma conscientização, está todo mundo mais ou menos consciente, a imprensa perguntando, etc. e tal e o que é que faz e o Itamaraty fazendo coisas aqui e lá e etc. Eu me lembro numa ocasião que o Presidente me chamou no palácio, pegou um pedaço de papel, olha, eu aprendi esse método e depois não sei como Reitor da universidade. Peguei e disse: O professor, o Senhor descreve aí o que precisa fazer. Porque eu vou telefonar para o Itamaraty e me mandou para a China onde fui recebido pelo Primeiro Ministro chinês, que tomou as medidas. Porque ele não vinha. Eles não queriam vir na conferência do Rio. Nem o Presidente Bush dos Estados Unidos queriam vir. Havia uma forte pressão do movimento ambientalista, mas eles não queriam vir.

O governo brasileiro, então, quer dizer, o Presidente da República, os Governadores dos Estados tomam uma medida. Eu acho que em algum momento o Presidente da República vai ter que se engajar e dizer em alto e bom som que essa é uma questão importante e que o Governo Brasileiro fará tomar medidas nesse sentido. Outro dia eu vi uma declaração que ele fez nesse programa de rádio em que era completamente, a observação dele era incorreta. Ele disse: Há, pois é, ficam os Países ricos nos criticando porque nós não fazemos as coisas, por que é que eles não fazem primeiro? Escuta, não é o problema, quer dizer, simplesmente o problema é que nesse caso, Deputado, há um problema comum. Se apareceu o Prefeito de Contagem aqui porque tem um problema com aterro sanitário, ou Prefeito de Carapicuíba lá em São Paulo um aterro sanitário, ou o Prefeito de Carapicuíba, lá em São Paulo, um aterro sanitário, o Presidente da República não tem que se envolver. O Senado Federal também não tem que se envolver. A Prefeitura que resolva o problema. As autoridades locais que resolvam. Este problema não é um problema local nem regional. Ele é um problema global. E, portanto tem que ser tratado nessa maneira. Uma das idéias que foi lembrada algum tempo atrás, além do engajamento direto do Presidente da República era a designação por parte do Presidente da República de um interlocutor claro para essas questões. Eu não sei se o senhor chegou a ver na mídia a indicação de um Embaixador especial que participou de nossas discussões. Não é uma idéia. Não seria necessariamente o Embaixador, mas um interlocutor. Porque atualmente ninguém fala pelo Governo Federal. A linguagem é uma linguagem cruzada. Um fala contra o outro. E de modo que isso talvez ajudasse. Mas eu diria que pela ordem seria uma doação de uma postura clara do Presidente e eventualmente a designação de uma pessoa, no nível da Presidência, que fosse o interlocutor com a sociedade.

Veja, o Senador não está mais aqui, mas supomos que a Comissão resolva fazer uma discussão sobre zoneamento ecológico e econômico no Pará. O Estado do Pará, aliás, tem feito um esforço razoável nesse sentido. Porque como já tem uma grande área degradada, bastaria utilizar a área degradada sem degradar as novas, o que é uma idéia razoável. Suponhamos que haja uma reunião lá e que a comissão vá lá o Presidente da Comissão vá lá. Era bom que tivesse uma pessoa falando pela Presidência da República também. De modo que acho que essa seria a maneira de dar maior viabilidade para um problema que está adquirindo visibilidade de qualquer forma e eu acho que o Senado no caso nosso aqui realmente acabou tomando a medida correta. Eu acho que de uma certa maneira acompanhando o que fez o Senado americano. Como o Executivo... Só que nós fizemos o contrario. Na outra direção. Mas ainda assim o Senado Brasileiro, eu acho que tem toda a autoridade não só moral como legal de efetivamente tomar uma liderança nesse sentido. Senado e Câmara, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Fernando Collor, Sr. Deputado Eduardo Gomes, primeiramente eu queria parabenizá-lo por essa Subcomissão. Eu vejo o Presidente Collor em forma outra vez e participando de algumas comissões bem à frente de nosso tempo, com todo respeito ao Deputado Gabeira que sempre lutou por essas questões. Agora, eu fiquei muito entristecido, Professor, porque eu tenho visto a questão da Ministra Marina Silva lutando quase que solitária contra essa questão toda, procurando criar Legislação, obrigando a cumprir as questões de não desmatamento. Tenho sentido que tem a ver também com alguma consequência que vai causar nas mudanças climáticas a invasão dos usineiros na questão no meu Triângulo Mineiro. E todo mundo satisfeito, eu tenho participado de alguns eventos onde é como se nós recebêssemos de braços abertos todos aqueles que vão levar mais impostos, mais dinheiro para a região. E a região sendo plana, onde está comprovado melhor produtividade, porque a terra é mais fértil, melhor manejo, mais fácil de manejar o maquinário, conseqüentemente maior rentabilidade. Isso tem me deixado preocupado. Não existe uma Legislação que diga quanto tem que ser protegido. E eu tenho passado bons momentos com o Ministro Hélio Costa, como nós fizemos em campanha, em caminhar passamos de helicóptero e o Hélio sempre comunicava para mim: Wellington, isso é a Califórnia brasileira. Aqui no Triângulo Mineiro. E todo evento que eu vou eu fico

muito preocupado, realmente, porque está todo mundo só pensando em dinheiro e em recurso dos impostos e eu vejo que essa Califórnia brasileira vai vagarosamente ela vai ser extinta, vai acabar.

Daqui a pouco vamos estar fazendo também aqui uma Subcomissão ou talvez na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para proteger o Triângulo Mineiro. Agora, com a colocação do professor quanto à questão de que 3% é só a Amazônia, 1% é o restante do País, eu quero ser bem rápido porque eu já adquiri bastante conhecimento aqui nessa Comissão durante o período que eu estive presente aqui. O Senhor não tem sentido nenhuma melhora com toda essa luta da Ministra Marina, o Senhor não tem sentido... Não queria... Eu queria que o Senhor falasse pra mim bem matematicamente, sem filosofia, como o Senhor fez com a questão de 3 por 1, 3% e 1%. O Senhor não tem sentido matematicamente o resultado de todo o trabalho da Ministra com relação a tentar acabar com o desmatamento, com a aplicação e utilização da Polícia Federal, temos visto também a aplicação com relação a trabalho escravo em algumas fazendas na região do centro-oeste e também na região amazônica. Eu queria ficar um pouco mais animado depois da explanação do professor ou sair completamente desanimado. Então eu queria que o Senhor me falasse, professor, sobre o que o tem sentido nesses últimos quatro anos, digamos assim, do Ministério da Ministra Marina.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Senador, rapidamente. A questão do triângulo mineiro é séria, essa euforia de etanol agora que tem aspectos positivos, vai acabar gerando problemas, porque na comunidade européia que são possíveis importadores de etanol, estão começando a surgir questões sobre a sustentabilidade da produção de etanol e ao risco de se colocarem barreiras não alfandegárias. Porque no momento existem barreiras alfandegárias. É preço. É como nos Estados Unidos. Acontece que o álcool brasileiro é tão eficiente que ele está conseguindo ser exportado mesmo com tarifas alfandegárias. O perigo é introduzir barreiras não alfandegárias. E por isso é que é importante que a gente tente conduzir o programa de expansão do álcool de maneira que ele não seja predatório. Só tem uma resposta para isso, Senador, que seja de meu conhecimento. É a resposta que eu dei ao Senador e que levantou essa questão. Zoneamento ecológico econômico. Quer dizer, no caso de Minas, a Secretaria de Agricultura, Secretaria de Indústria e comércio, Secretaria de Planejamento, meio ambiente, precisam sentar e aí é trabalho. É um horror. Porque o Senhor precisa pegar uma imagem de satélite numa escala que permita ver o que é que tem lá e dizer: Olha, aqui pode, aqui não pode e que é o zoneamento ecológico

econômico. Isso pode ser feito, e aí se o indivíduo pedir a autorização porque em alguma autorização ele vai ter que pedir para colocar uma destilaria de álcool ele vai ter que pedir autorização para o órgão ambiental e aí ele diz: Não, aqui não pode. É como o Senhor tentar construir um hotel aqui na Esplanada dos Ministérios. Ou construir um prédio de 30 andares no jardim América, em São Paulo. Jardim América só pode casas térreas. O zoneamento urbano funciona. Exceto na ocupação por favelas que é um problema social terrível, mas zoneamento nas grandes cidades, zoneamento urbano, eu creio que funciona muito bem. Olha para o Rio de Janeiro. Todos aqueles prédios tem a mesma altura. Eu acho extraordinário. Olha para qualquer cidade, como Amsterdam, é uma cidade que existe a 400 anos, pelo menos, que é não tem um prédio que seja mais alto que os outros. Por quê? Porque a Prefeitura não deixa. Esse zoneamento ecológico econômico pode ser feito e eu acho que é a resposta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um aparte, me permita professor, Sr. Presidente. Quer dizer que V.Ex.^a. já vem acompanhando também, como grande estudioso do assunto, que o Triângulo Mineiro está sofrendo esses ataques violentos e tem sido, digamos assim, observado por V.S.^a. como uma área de ataque, digamos assim?

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Sem dúvida. Sem dúvida. O argumento que esses usineiros, quero repetir aqui, eu fui secretário do meio ambiente do estado durante os últimos anos, os usineiros iam lá porque para que precisavam de licença nossa para instalar novas usinas. E estão sendo feitas em áreas de pastagem. A expansão está sendo feita em áreas de pastagem. E de vez em quando nós fazíamos mil exigências, precisa de água, não pode jogar água no rio, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. E alguns deles, com a educação que os caracteriza às vezes, diziam: Olha aqui, vocês são muito exigentes, eu vou para Mato Grosso, vou para Minas Gerais, etc. e tal. Então vai. Acabava não indo na realidade. Mas era uma ameaça freqüente. Mas eu ouvia isso com alguma freqüência. Ou seja, as autoridades ambientais e outras autoridades, autoridades que licenciam o Presidente precisam ficar atentas. Mas elas não têm armas. A arma é um zoneamento ecológico econômico. O zoneamento ecológico econômico é um conjunto de mapas que diz em detalhe olha aqui a zona industrial, aqui é zona de pecuária, aqui é zona... É como o distrito industrial. Qualquer cidade tem distrito industrial. De modo que eu acho que esta é a resposta. E é factível, viu Senador? Isso pode ser feito e eu acho que é a resposta que deveria ser seguida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor, eu queria dizer para V.S.^a. o seguinte, não tanto quanto o Deputado Gabeira, porque eu sou um progressista, capitalista, eu acho que as coisas têm acontecido, mas não da maneira como está sendo conduzido. Eu acho que essa valorização do meio ambiente, ela está sendo obrigada a acontecer. Então eu queria dizer que a partir desse momento, Sr. Presidente, a partir de, eu vou tomar a bandeira com relação ao Triângulo Mineiro dessa criação de normas e queria colocar, Presidente, que o professor será o meu grande Consultor, digamos assim. Porque já tem conhecimento, tem sensibilidade e eu vou levar essa bandeira com os meios de comunicação de que eu tenho acesso para levar esta luta, para tentar regulamentar essa questão da prostituição, porque todo mundo recebe de braços abertos quando chega uma usina, porque vem dinheiro, da terra do Triângulo Mineiro.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Em relação à segunda pergunta, Senador, se a ação da Ministra Marina tem sido eficaz ou não. Olha. Eu vou responder de uma maneira completamente objetiva. Esse aqui é o mapa do, é o resultado das análises do Instituto Nacional de pesquisas espaciais que mostram... Aqui o ano, até 2005, e aqui é o desmatamento em quilômetros quadrados. Eu vou deixar com o senhor, Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: 2002 está aqui. Está em ascensão. Continua subindo. Depois em 2005 houve uma queda. Mas o senhor veja aqui o que o período que o Senhor era Presidente. O senhor mostra para o Senador Romeu Tuma. Olha aqui, é uma queda vertical do período que o Senhor foi Presidente. Depois--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Depois o período do Plano Real, Fernando Henrique, aqui depois... Isso aqui não tem nenhum conteúdo político. Esses aqui são os dados do Instituto Nacional de pesquisas espaciais. E 2006, não tem 2006 aqui. 2006 caiu um pouquinho mais. Mas essa é a resposta, Senador. Eu deixo com o Senhor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Wellington Salgado. Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Fernando Collor, Sr. Presidente da Comissão Mista, Eduardo Gomes, Sr. Ministro, ilustre con-

ferencista desta manhã, professor José Goldemberg, uma das pessoas, uma das personalidades mais respeitáveis no Brasil e um dos maiores estudiosos nessa área, Srs. Senadores. Eu desejo, preliminarmente, Presidente, saudar V.Ex^a. pela iniciativa de propor a criação dessa Subcomissão Permanente de mudanças climáticas. Em uma outra Comissão, a Comissão de Meio Ambiente, também foi proposta a criação de uma Subcomissão para debater o aquecimento global, foi aprovada e da qual faço parte como Vice-Presidente. Embora não pertencendo à Comissão de Relações Exteriores e nem tampouco a esta Subcomissão, fiz questão de comparecer, pelo menos em parte a esse debate pelo respeito que tenho por V.Ex^a., pelo trabalho que foi realizado por ocasião da Rio 92. À época, na condição de Deputado Estadual pelo meu Estado, o Estado de Goiás, compareci à ECO 92 representando a Assembléia Legislativa de meu estado na condição de ouvinte. Pude participar de alguns debates e aprender um pouco em relação ao que estava sendo debatido. Mas é importante que o Relatório do painel inter-governamental de mudanças climáticas, o primeiro Relatório, foi muito importante no sentido de embasar a formulação da convenção quadro das Nações Unidas sobre mudanças do clima, foi lançada no Rio em 92 durante o Governo de V.Ex^a. sob a coordenação do Ministro Goldemberg.

E consequência dela, todos nós sabemos, é que ela gerou um importante marco dessas iniciativas que foi o capítulo nove da agenda 21 global sobre a proteção da atmosfera. Depois veio o segundo Relatório de 1995 que confirmou que as evidências indicam que existe uma influência detectável da atividade humana sobre o clima global. Depois veio o Protocolo de Kyoto que estabeleceu metas concretas para os Países desenvolvidos quanto à redução de emissão de gases de efeito estufa em pelo menos 5% comparáveis aos níveis de 90 para os períodos de 2008 a 2012. Lamentavelmente, como nós todos sabemos, os que mais, os países que mais poluíam e poluem, alguns deles se recusaram a assinar esse protocolo. Depois veio o terceiro Relatório que foi também incisivo ao afirmar que o uso acelerado de combustíveis fósseis, os desmatamentos e a intensificação das atividades agrícolas e industriais já eram um sinal de alerta ao modelo insustentável que predomina ao nosso atual padrão de produção e consumo. E mais recentemente esse quarto Relatório foi muito incisivo e eu acho que acabou suscitando um debate mais profundo, a criação dessa Comissão, à medida em que ele afirma, categoricamente, que o aquecimento produzirá milhões de pessoas famintas e desabrigadas.

Em outras palavras, segundo esse Relatório, a terra está com alta febre, altíssima febre por não termos cuidado bem da sua saúde. O Brasil é um País que tem um singular mega diversidade biológica. E por isso mesmo não pode prescindir do seu papel e desta oportunidade de definir medidas muito enérgicas de combate a essas degradações. Acho que essa Comissão, Sr. Presidente, poderá sem dúvida colaborar muito. Acho que essa Subcomissão, em conjunto com a nossa Subcomissão, poderão ou poderá colaborar no sentido de apresentar um Projeto como sendo uma contribuição desta Casa ao Brasil. No sentido de definir uma série de questões, dentre elas o zoneamento ecológico e econômico tão bem aqui comentado pelo Dr. José Goldemberg. Eu conversei recentemente, Senador Wellington, com o ilustre Governador Aécio Neves, Governador de Minas e senti da parte dele muita preocupação em relação a essa atividade canavieira e de produção de etanol e açúcar no Estado de Minas Gerais. E nessa conversa que aconteceu a cerca de seis meses atrás ele já estava preocupado com a criação de uma Legislação em relação ao zoneamento ecológico ambiental prevendo, exatamente, a monocultura da cana. O mesmo já acontece no meu Estado, o Estado de Goiás. A Prefeitura de Rio Verde tomou essa iniciativa algum tempo atrás e o Governador do Estado, o governador Alcides Rodrigues, também já estuda a possibilidade de apresentar ao Poder Legislativo o Projeto de Lei que defina o zoneamento ecológico econômico.

Eu gostaria de antes de encerrar, Sr. Presidente, o senhor me permite apenas contar algumas medidas adotadas no meu Estado durante os dois mandatos como Governador. Apenas para reafirmar a importância de que não só o todo, não só a União, mas as partes, os Estados, já que essa Casa representa o pacto federativo, devem tomar iniciativas. E não só os Estados os Municípios também todos nós devemos tomar iniciativas. Dentro de uma perspectiva de planejamento estratégico, durante esses dois mandatos, nós ampliamos de 1 para 5% do total de volume de áreas protegidas no meu Estado. De 1 para 5%. Lançamos o edital de florestas energéticas e de recuperação de nascentes pelo fundo estadual do meio ambiente, implantamos o plano de controle da poluição veicular e o prêmio Goiás de gestão ambiental. Foi importante a criação desse prêmio. Implantamos o sistema integrado de alerta ao desmatamento e a definição de áreas prioritárias para a conservação do cerrado que é um importantíssimo ecossistema, elaboramos os programas estaduais de bioenergia, de combate a incêndios florestais, criamos o financiamento de empresas que adotem o chamado mecanismo de desenvolvimento

limpo, bem como eliminamos neste âmbito o crédito a atividades que envolvam o desmatamento.

E por fim enviamos ao Poder Legislativo, antes de deixar o Governo, o Projeto de imposto ecológico. De modo que acho que fizemos a nossa parte, ainda há muito que fazer, eu confio muito na direção de V.Ex^a., no vosso discernimento, até por que lá atrás alertava o mundo para a necessidade de se debater essa questão e de modo que quero estar presente a esses debates, acho que a decisão de V.Ex^a. e dessa Subcomissão em trazer aqui hoje o físico José Goldeberg para debater ou para iniciar esse conjunto de debate é da mais alta relevância. Eu parabeno a V.Ex^a., parabeno ao Presidente da Comissão Mista e quero me colocar a disposição, modestamente, para ajudar nessa discussão. Talvez a mais importante para a vida do planeta nos próximos anos, nas próximas décadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito grato ao Senador Marconi Perillo pelas manifestações tão generosas e os cumprimentos pelas iniciativas que tomou quando Governador do Estado de Goiás para minimizar os efeitos danosos do avanço que se faz em todos os recantos do País contra a natureza. Parabéns ao Senador Marconi Perillo. Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente Collor, que preside essa coisa e o nosso cientista aqui, Professor Goldemberg, Deputados e Senadores e Senadoras, Deputados. Presidente Collor, V.Ex^a. foi um extraordinário Presidente da República. Eu era Prefeito. A sua história ainda vai ser contada ou o período. Eu era Prefeito. Eu governei com Sarney, com Collor, com Itamar e depois governei o Piauí seis anos, dez meses, sete dias e dez dias com o Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Collor foi extraordinário Presidente da República. Eu era Prefeito. Olha, eu trabalhei loucamente por V.Ex^a. Eu ainda vou trazer o resultado. Que o que vale é isso, um quadro vale por dez mil palavras. Confúncio. Está aqui um quadro. Marconi, está aqui um quadro, vale por dez mil palavras. Sente-se aí para você ver. Primeira coisa de um Presidente: Autoridade, por que é que eu trabalhei muito por V.Ex^a.? V.Ex^a. tinha três Deputados Estaduais no Piauí. Um era meu irmão, Antônio José de Moraes Sousa, que era Deputado, que adoeceu. O Júlio César Xavier Neto, e eu. Por quê? Medo. E eu tenho medo de ter medo. Sabe por quê? Foi com medo que eu trabalhei. Eu era Prefeito e o Lula vivia o seu apogeu. Eles invadiam a Prefeitura. Tudo que era Prefeitura era invadida. Nós estávamos vivendo uma falta de autoridade nesse País. Era invadida. E eu cheguei com a liderança que

tinha, eu cheguei e digo: Nós temos que votar nesse Collor porque a minha não foi invadida. Mas eu vi as menores. A minha era a maior do Piauí. Médico e tal. Não vai. Se esse Collor não ganhar, ninguém termina esse mandato.

Aquela ordem já tinha acabada. Era sem terra. Invadiam as Prefeituras e eu estamos com medo, Perillo, está entendendo?. Se não der o Collor, vão invadir aqui. Não tinha autoridade. O Collor entrou, aí a autoridade dele, que ele está aí, que ele teve, passou-se. Eu governei e fui prefeito com ele. E tanto é, e foi bom para Prefeito que eu fui, logo depois eu saí para o meu consultório, dois anos depois era candidato a Governador do Estado e tirei 93,84% dos votos da cidade minha que fui Prefeito. E eu governei com V.Ex^a. Esse negócio de creche que não tem hoje, era só pedir. Era LBA e tudo e tinha. Então, quero lhe dizer que V.Ex^a passou o que é mais importante para o Governo, autoridade. Talvez Deus escreva por linhas tortas o certo, o Lula aprendeu com os exemplos até de V.Ex^a. passou o que é mais importante para o governo: Autoridade. Talvez Deus escreva por linhas tortas, está certo, o Lula aprendeu com os exemplos, talvez até de V.Ex^a. Porque naquele tempo era medo. Ô Gabeira, você sabe que a gente tem medo. Você macho, liderou preso, político e tal, mas tem medo. Eu tinha. Se esse homem não for eleito, ninguém vai governar não. Invadiu. Era confusão o País estava vivendo esse, eu estou dizendo, eu fui.... E ganhamos e ganhamos muito. Mas V.Ex^a. irradiou foi muitas coisas. Não foi só o negócio da carroça, não, que mexeu com a indústria aqui que se modernizou, não, essa globalização. V.Ex^a., eu estava perguntando ao Gabeira que sabe de tudo. Mas ele não soube. Aí de repente eu saio da Prefeitura, fui Governador do Estado. Então, Marconi, eu quero lhe dizer que essa influência, esse 92 entrou na cabeça da gente. Eu criei só uma secretaria no meu Governo. Porque eu acredito é naquele livro Reinventando o Governo [inaudível] feito comandado pelo Bill Clinton que o governo não pode ser grande demais.

Assim grande demais é que nem o transatlântico Titanic que afundou, imagine o Governo. Tem que ser menor. [inaudível]. Mas eu só criei uma secretaria e foi de meio ambiente. Influenciada por aquele simpósio que foi feito no Brasil. Agora, eu acho que as coisas tem que evoluir. Acho que hoje, isso quando Governador, a minha Prefeitura não tinha. E eu venho recordar. Eu estou aqui, essa tem que ser a Casa dos pais da Pátria. Eu tenho uma experiência a contar. Eu quero dizer que a minha cidade, a maior cidade do Piauí, a cidade de João Paulo Reis Veloso, cidade de Evandro Lins e Silva e era um parque industrial. João Paulo Reis Veloso trabalhou na fábrica do meu avô. E eu era

menino e vi, Gabeira. Atentai como é importante a sua pastagem. Eu fui Governador, eu criei a Secretaria do Meio ambiente. Talvez influenciado pelo 92 que V.Ex^a. despertou o Brasil a de meio ambiente só criei... Mas vou dizer o que é isso. Eu era menino, essa cidade Parnaíba que era a maior industrial, e a Federação das Indústrias lá que era dirigidas pelo meu irmão que era Deputado, então tinha aquelas usinas a lenha e tinha duas na minha cidade. Teresina também só tinha uma usina dessa e eu era menino e morava na avenida e os caminhões passavam cada hora cheio de lenha, lenha, lenha, era a do Município e da fábrica do meu avô. Olha, é quente. É quente Teresina. É quente.

Talvez se tivéssemos antes e eu acho que é época de a gente pensar e V.Ex^a. influencie para que cada Município tenha sua Secretaria de Meio ambiente. Quer dizer, eu estou dando um quadro bem real. Então, eu o parabenizo e o Professor Goldemberg e V.Ex^a. enriquece com a presença e V.Ex^a. foi grande. O, Marconi, então eu estava pensando aqui, vou te dizer por que ele foi grande. V.Ex^a. despertou esse País que ainda hoje nós não temos capacidade de resolver, Marconi, as diferenças salariais. Essa que é a vergonha. Essa que é a indignidade. Uma elite ganha duzentas vezes, 150, as vezes, ao menor. V.Ex^a. com aquela conversa de... E vou dizer o que passou. Arrastado pela [inaudível] de V.Ex^a. Em junho eu governei como se V.Ex^a. sonhou. V.Ex^a. foi o Tiradentes. Eu consegui dizer ao povo pertence uma liminar e coloquei um redutor. O Piauí tinha funcionários públicos que ganhavam 27 mil dólares. Quando eu governei era casado dólar. 27 mil dólares. E não podia. E eu me inspirei também em Castelo Branco, a gente aprende. Castelo Branco olhou para a folha de pagamento e disse: Ninguém ganha mais do que eu. Tacou o pau. O Collor tentou, mas não deu certo, tiraram, mas ele deu a idéia. E Sepúlveda Pertence me deu uma liminar. Eu taquei um redutor. Ainda hoje os poderosos não gostam não, mas os pobres eu tirei aquele dinheiro dos grandes e dei para os pequenos que eles ganhavam meio salário mínimo. Mas eu consegui. E sabe como? Pergunte ao Sepúlveda Pertence. Eu pedi uma audiência e na hora evocaram: Ah, mas o Collor e não deu certo. Depois voltou tudo a justiça. Eu digo: Olha, Collor aí é outra história. Minha é essa. E ele deu. Sabe qual foi a pergunta que eu fiz a Sepúlveda Pertence? É, Marconi, eu tenho que ensinar aqui. Esse Brasil.

É todo dia que anunciou eu peço licença, vou para a minha praia com a minha Adalgisa aí eu pedi uma audiência seis horas da tarde. Parecia o Miterrand, porque julho não tinha ninguém. Foi esse baiano me acompanhou aí o recém Ministro, do PMDB. Gedell. Era vice-líder. Ele é testemunha. E treinei. Na hora a

imprensa não tinha em julho nada aqui, tudo parecia o Miterrand. Você falando no Collor. Não, ali é outra história. A minha eu vou conseguir. Aí eu pedi uma Audiência Pública a Pertence e está aí. Está gravado. Foi a história bonita. Mas é uma consequência. V.Ex^a. sonhou com isso que é a maior imoralidade. Aqui tem salário no Brasil, o País organizado, a diferença do maior para o menor é dez vezes. E V.Ex^a. e seis horas da tarde está aí o Gedell para contar que é meu Procurador. Aí o Sepúlveda, aquela moral toda que ele tem, é um homem que [inaudível], que ri, aquelas cadeiras ninguém no Tribunal em julho, eu disse: Excelência, você me permite uma pergunta? Aí ele ficou calado. E eu fiquei calado também, Professor Goldemberg. Olha que demora eu nunca vi um negócio de demora. Aí eu digo: O Senhor me permite fazer uma pergunta? Aí ele ficou calado e eu fiquei calado. Gabeira, demora. Foi um minuto. Aí ele viu que eu não ia falar e disse: Fale Governador. Eu disse: Quanto ganha V.Ex^a? Aí ele: Seis mil, quinquênio para dar oito mil reais, oito mil dólares que naquele tempo era casado demorou. Eu digo: Pois eu quero lhe dar um prêmio aqui. Lá no Piauí é um bocado de gente ganhando 27 mil, é DAS, é não sei o quê, Procurador e eu estou no avião e eu lhe dou um.

Foi tudo dado concurso. Aí trouxe o Catatau de gente que ganhava aqueles altos salários que V.Ex^a. foi o primeiro a denunciar nesse País que ainda está aí. O Lula não teve coragem de fazer essa justiça social salarial, aumentou a diferença. Os mais estão ganhando mais, os poderosos e os pequenos estão ganhando menos. E aí eu digo: Olha, Sepúlveda, eu não se como não tem uma revolução. Esse militares aí. Porque está aqui. Era General Oliveira, era o meu Secretário de Obra foi do nordeste do Pernambuco. E ele tinha me mostrado. Ele ganhava menos, ele ganhava uns quatro mil dólares, quatro mil reais. E os oficiais da polícia ganhando mais de 20 mil. Eu não sei como não tem uma... Esses militares não voltam de novo porque eu sou médico e eu não ia conseguir que o, permitir que um enfermeiro ganhasse mais do que eu. A polícia é uma força auxiliar. Eu sou oficial da reserva, fiz o [inaudível]. Eu sei que ele me deu o Collor uma liminar e eu consegui governar e aqui estou. Mas V.Ex^a. foi o primeiro e nós não tivemos coragem, não. Nós fomos atropelados. Aí os grandes aumentos salário passa ligeiro que você vai ver, Marconi e aquela diferença aumentou. Então, V.Ex^a. foi uma pessoa muito importante. E continua quando traz para o Senado esse tema que é importante. Eu só queria lembrar a V.Ex^a. Sófocles que já se lembrou do ambiente. Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é

o ser humano. Com esse aí para que V.Ex^a. com a sua inteligência leve esse País a defender a natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito bem, Senador Mão Santa. Muito grato pela palavras bondosas e sobretudo por essa contribuição que o Senhor deu a essa nossa Subcomissão trazendo esse exerto(F) de Sófocles. Muito obrigado. Tem aqui ainda inscritos os Deputados Carlos Souza--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Carlos Souza. Sim, pois não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu apenas gostaria de pedir licença a V. Ex^a., [inaudível], Presidente, em virtude de um compromisso inadiável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Pois não, nobre Senador. Muito obrigado pela sua presença. Deputado Carlos Souza com a palavra. Em seguida o Deputado Gabeira.

DEPUTADO CARLOS SOUZA (PP-AM): Deputado Eduardo Gomes, Deputada Rebeca, Deputado Gabeira, Srs. Senadores, Professor José Goldemberg. Vou tentar ser rápido, professor, dentro do que me chama a atenção nesse debate, nessa discussão a respeito de emissão de gases. Eu tenho uma ponderação a fazer, professor, a respeito da sua colocação onde me deixou alarmado pela quantidade de dióxido de carbono que a nossa Floresta Amazônica libera para a natureza. 200 milhões, o Senhor colocou aqui, de toneladas de moléculas de carbono. Nós temos 550 milhões de hectares de floresta na Amazônia e existe o estudo, professor José Goldemberg, o Senhor sabe melhor do que ninguém, por parte de Instituto de Alta credibilidade que diz o seguinte: Nós temos dois processos foto sintéticos, a fase clara e a fase escura. A cada um hectare de floresta nós temos um saldo nessas duas fases porque na fase clara nós liberamos oxigênio, na fase escura nós capturamos, é o inverso, há um processo inverso nessa situação, o Senhor sabe melhor do que eu, há um saldo de meia tonelada de dióxido de carbono que é capturado por essa floresta. Esse saldo, essas duas fases foto sintética. Se nós multiplicarmos isso, professor José Goldemberg, de 550 milhões de hectares de floresta, nós vamos ter mais ou menos 275 milhões de toneladas de saldo de dióxido de carbono que é capturado por essa floresta.

Portanto, segundo esses dados, nós temos um saldo em cima dos de 200 milhões que a floresta libera para a atuasse. Nós temos 275 milhões de saldo. Segun-

do esse entendimento, a Floresta Amazônica não é essa grande vilã na questão da poluição do meio ambiente. Outro questionamento é mais uma pergunta, professor José Goldemberg, que eu quero fazer a V.S^a., é em relação ao Protocolo de Kyoto. No meu entendimento, o Protocolo de Kyoto não traz grandes benefícios para a Floresta Amazônica. Mesmo porque, segundo o que consta dentro do Protocolo de Kyoto, o benefício que nós poderíamos ter a mais na Floresta Amazônica seria fazer o reflorestamento para poder tentar ganhar os créditos de carbono através dos Países industrializados. Como nós temos ainda, graças a Deus, uma grande floresta de pé, mais ou menos acredito eu, 386 milhões de hectares de floresta contínua, seria necessário esse povo da floresta, o nosso caboclo, o nosso ribeirinho, continuar desmatando essa floresta para poder fazer um replantio se tivesse a condição financeira e econômica para tal para poder usufruir desse crédito de carbono que é determinado pelo Protocolo de Kyoto. Eu não vejo garanto vantagem. Seria interessante se houvesse a possibilidade de modificar essa cláusula, essa lei, seja o que for esse inciso, dentro do Protocolo de Kyoto para que fosse prestigiada as florestas que estão de pé, no caso a Floresta Amazônica para que não fosse desmatada. Que não fosse necessário desflorestar para poder termos o ganho do crédito de carbono. Seria muito mais adequado, seria muito mais providente, seria muito melhor para a nossa Floresta Amazônica porque teríamos dividendos para continuar mantendo a floresta de pé. Esse é uma pergunta que eu faço, é um questionamento ao Senhor.

A outra, já que a Floresta Amazônica, Professor José Goldemberg, ela é pauta de discussão no mundo todo em relação aos benefícios que ela proporciona à humanidade, como acabei de falar dessa pesquisa que foi feita, não seria interessante nós criarmos um fundo de preservação, um fundo internacional de preservação da Floresta Amazônica? Em que esses Países industrializados pudessem participar com uma quantia qualquer como foi feito uma pesquisa agora em Londres pela universidade de Londres dentre as famílias de classe média, classe alta, se estariam predispostas a participar anualmente com uma quantia X na preservação da Floresta Amazônica e essa pesquisa foi altamente, amplamente aceita por essas famílias de classe média alta, aonde a propositura dessa pesquisa seria uma parcela, uma quantia de 50 euros, ou 50 dólares, a participação anual de cada uma família de classe média alta, família européia na preservação da floresta aonde estes 50 euros ou 50 dólares seria investido 30 na preservação da floresta e 20 na bioprospecção. Na parte da ciência e tecnologia para desenvolver aquelas áreas com respon-

sabilidade auto sustentável? Não seria um momento adequado para que nós trabalhássemos em cima da criação também desse fundo? Estes são os questionamentos que eu faço, Professor, ao senhor e que eu gostaria de ouvi-lo.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Olhe, Deputado, são três as suas colocações. A primeira é inútil discutir aqui. Se o Senhor tem algum trabalho técnico que tente convencer as pessoas de que a Floresta Amazônica absorve carbono, o Senhor me envia que eu providenciarei um parecer adequado. Mas eu posso argumentar de uma maneira simples que é a seguinte, a Floresta Amazônica, intocada, ela é estável. O Senhor tira uma fotografia da Floresta Amazônica há 30 anos atrás, há 40 anos atrás, 50 anos atrás e tira agora, ela é igual. Ou seja, a floresta intocada, ela não está nem aumentando nem diminuindo. Então se ela tivesse absorvendo carbono ela estaria crescendo. Quer dizer, esse tipo de análise eu já ouvi falar desses estudos. Esses estudos não têm base na realidade. A floresta estável que é a floresta intocada ela é um reservatório de carbono. Em cada hectare, um hectare é um campo de futebol. Em cada hectare, existem aproximadamente cem toneladas de carbono. Quando a gente queima, ele se transforma em CO₂ e vai para a atmosfera. É fazendo essa conta que se obtém isso aqui. Isso aqui é área desmatada em quilômetros quadrados. Isso aqui é medido com satélites e é um número absolutamente inquestionável. Se o Senhor pegar 20 mil quilômetros quadrados, que é mais ou menos o que é desmatado por ano, que são dois milhões de hectares e multiplicar por cem toneladas, o Senhor obtém 200 milhões de toneladas. É o que é emitido. A floresta intocada, ela é estável. Ela nem absorve e nem perde. Então, se há questionamento técnico, o Senhor me envia.

DEPUTADO CARLOS SOUZA (PP-AM): Nessa questão do que é emitido 200 milhões de moléculas de carbono, de toneladas de moléculas de carbono a Floresta Amazônica não faz um processo foto sintético aonde ela absorve o C O₂ e libera o oxigênio?

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Não na área desmatada. Quando a gente desmata a área.

DEPUTADO CARLOS SOUZA (PP-AM): Não. Não área quinas contínua de 386 milhões de hectares de floresta. Nessa área contínua que nós temos.

SR. JOSÉ GOLDEMBERG: Essa área contínua é neutra, é o que eu estou dizendo. Essa área contínua, ela nem emite nem absorve. É neutra. Se ela não fosse neutra, ela estaria aumentando ou diminuindo. Só uma coisa. Faz anos que eu não venho a Brasília. Se é uma coisa que eu notei em Brasília é que as árvores estão muito maiores. As árvores cresceram. Mas na Floresta Amazônica elas não crescem, Deputado.

De modo que... Agora, quando a gente pega o hectare de floresta e corta e queima, aí vai para a atmosfera e não volta. Essa é a primeira observação. A segunda eu vou responder a terceira. É a questão de proteger a floresta. E a sua colocação é muito boa. Se as pessoas estão tão interessadas em que a Floresta Amazônica se mantenha, porque vai beneficiar eles também, não só nós, como eles, por que é que ele não pagam por isso? É por causa do seguinte, Deputado, é porque filantropia nesse nível não funciona. Para proteger a Floresta Amazônica a quantidade de carbono que tem em cada hectare que eu disse há pouco, são cem toneladas, ela é difícil eu dar um preço para isso. Mas existem esforços para dar um preço. Ela vale uns mil dólares. Seria preciso que as pessoas pagassem mil dólares para conservar um hectare de floresta. Ou seja, seriam precisos bilhões de dólares. O Ministério do Meio Ambiente recentemente fez uma proposta nesse sentido de que a floresta em pé seria remunerada, quer dizer, mantendo a floresta em pé a pessoa receberia dinheiro. O Brasil lançou essa proposta. Essa proposta foi recebida com completa indiferença. Mesmo porque não existe dinheiro para filantropia nesse nível. Agora, existe mecanismo de desenvolvimento limpo que foi mencionado aqui. Nesse é o seguinte, se o Senhor fizer alguma coisa aqui no Brasil que reduza as emissões, o Senhor pode gerar um certificado e vende esse certificado lá em Portugal, na Espanha, etc. Essa proposta foi feita ao Itamaraty. Eu fiz. O Gabeira estava em Montreal. Coloca a proteção da Floresta Amazônica dentro do mecanismo de desenvolvimento limpo. Que é um mecanismo de mercado.

O Governo Brasileiro não aceitou essa proposta. A proposta que existe que é a proposta da Ministra Marina e lançada pelo Itamaraty, é uma proposta de filantropia. E Oxalá houvesse dinheiro para isso. Mas não há. E a outra é a pergunta intermediária que o Senhor fez é acerca do reflorestamento. O reflorestamento não vale para o mecanismo de desenvolvimento limpo. Desmatar e cobrir de novo, etc. e tal não entra no mecanismo de desenvolvimento limpo. A única maneira de colocar florestas no mecanismo de desenvolvimento limpo, além desses que eu mencionei, da filantropia, seria o de recuperar áreas degradadas em 1990. Se uma área estava degradada em 1990, 17 anos atrás, e se ela for recuperada, então as pessoas podem propor um crédito. Isso pode ser feito. Não é fácil, porque tecnicamente inventam mil dificuldades. Eu acho que nisso o Senhor tem toda a razão. Acho que desarmamento devia ter maior atenção... não desmatamento. Reflorestamento de áreas que foram degradadas no passado, deveriam receber mais atenção. Mas degradar e recuperar realmente não ajuda muito. Há alguns

casos de recuperação de áreas degradadas no passado, estão sendo objeto do mecanismo do desenvolvimento limpo. MDL.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Com a palavra o computado Fernando Gabeira, o último inscrito para esta Audiência Pública.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Mais um estímulo para ser breve, Sr. Presidente. Eu vou ser bastante breve, eu queria agradecer ao Presidente da Comissão que me convidou para essa atividade, agradecer também ao Presidente da Comissão Mista, agradecer ao conferencista que mais uma vez nos brindou com a sua, o seu conhecimento sobre o tema, a sua luta também no tema e dizer que estamos aí para contribuir. Contribuir com a Subcomissão, especificamente num ponto que é de tentar recolocar o Brasil na vanguarda do processo. Nós temos observado oscilações na posição brasileira. Ora o Brasil vai a vanguarda, ora ele recua e se limita nos órgãos internacionais apenas a dizer que está cumprindo, está fazendo o seu dever de casa. O que é pouco. Mais do que fazer o dever de casa é preciso de uma proposta para a humanidade como foi feita em 2002. E contribuir com a Comissão Mista é no sentido de nós afinarmos um pouco já o caminho e partirmos para a produção de uma Política Nacional de mudanças climáticas. Essa política vai influenciar o Governo, talvez possa até orientar o Governo, e nós estamos dispostos a contribuir com ela. Não vou evidentemente mencionar todos os seus aspectos, mas hoje já apresentei um Projeto nessa direção que é de obrigar o Governo a apresentar ao Congresso um inventário periódico. Nós precisamos saber o quanto estamos emitindo para podermos tomar posições. Saber se estamos avançando, se não estamos.

Enfim, se nós vamos ter metas precisamos ter também um modo de aferir por que a nossa aferição é bastante antiga e as coisas já mudaram muito. A outra coisa que nós poderíamos fazer, eu sugiro ao Senador e ao próprio Deputado, é tentar fazer andar alguns projetos que, no meu entender, iam contribuir com a sua simples aprovação a reduzir as emissões brasileiras. Por exemplo, o Projeto de inspeção veicular. A gente não consegue aprovar isso porque há uma briga entre o Município e o Estado como havia com o saneamento. Mas num contexto de aquecimento global, se a gente consegue dar esse passo, nós já teríamos contribuído, do ponto de vista parlamentar, enormemente para reduzir um pouco as emissões. Então estou muito satisfeito com todo esse movimento, nós temos aí como o Dr. Goldemberg demonstra um *know-how* brasileiro, uma participação brasileira já nesse processo e acho

que nós vamos poder fazer muito com a contribuição dessa Subcomissão e da Comissão Mista. Estou aí disposto a contribuir com ela. Não sou nem membro, porque por esses caminhos de política partidária o meu partido resolveu não me indicar nem para suplente. [Risos] Mas imagina, nós vamos contribuir de qualquer maneira e estaremos contribuindo aí com todo prazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito bem, Deputado Fernando Gabeira. Nós todos é que temos que agradecer a sua longa militância ambientalista e V.Ex^a. que tem sido um guia na luta que todos nós estamos enfrentado na tentativa e vamos conseguir, de salvar nosso planeta. Eu falei que o Deputado Fernando Gabeira seria o último orador inscrito, mas o Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Eduardo Azeredo gostaria de fazer uma outra inquirição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Professor Goldemberg, Srs. Senadores e Deputados, eu quero registrar a importância dessa Subcomissão, dessa discussão, eu assisti toda a participação, mas tive que me ausentar na fase de debates por outro compromisso que tive agora ainda na Comissão de Constituição e Justiça. Mas as propostas que foram colocadas de nós continuarmos discutindo, ampliarmos a discussão, o Presidente Collor já propôs que nós possamos ouvir o Vice-Presidente All Gore aqui que ele possa fazer uma visita, não sei em que estágio está o convite, se já foi contatado, já? Aguardando a agenda dele para poder vir. Vai ser muito interessante. Aliás, o filme dele agora que está entrando no ciclo das locadoras. Estava só nos cinemas, agora que está entrando nas locadoras e vai ser mais fácil poder assistir a quem não viu. Eu também não vi ainda. Só tive notícias realmente positivas sobre ele. Mas nós temos que realmente nos preparar e o Brasil poder realmente dar o exemplo que tem dado, o Brasil é avançado nessa questão da bioenergia, o Brasil é avançado na questão do crédito de carbono lá em Minas Gerais mesmo empresas mineiras foram pioneiras em conseguir vender a questão de crédito de carbono, então são vários os modelos que nós temos da questão da eco 92 que foi fundamental e a o meu cumprimento, portanto aqui a essa Comissão, Subcomissão, e especialmente ao Professor Goldemberg que pode aqui nos brindar com as suas informações que são muito proveitosas para o melhor entendimento do assunto. E só para terminar eu quero dizer que nós temos também que nos preparar, em Minas Gerais, porque vai ser tanta gente saindo do litoral, que vai para Minas

Gerais depois que subir o rio, subir o mar, que então nós temos que estar preparados para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores a que está subordinada essa Subcomissão de Mudanças climáticas do Senado Federal, os meus agradecimentos a todos os Senadores, a todos os Deputados e Deputada que compareceram, ao Presidente da Comissão Mista, Deputado Eduardo Gomes pela honrosa presença e ao Professor José Goldemberg que fez um enorme esforço para deixar os seus afazeres que são inúmeros lá em São Paulo tanto na área privada, na área acadêmica, como na área do seu interesse profissional e que atendeu prontamente a esse nosso convite. O Professor Goldemberg foi quem coordenou e, portanto a Rio 92 e, portanto é ele quem merece todos os créditos pelo sucesso daquela conferência. É um homem extremamente prático, é um cientista, um acadêmico, mas dotado de uma absoluta praticidade e um absoluto pragmatismo. E foi graças a essa sua determinação que nós conseguimos vencer várias barreiras para que chegássemos a 92. Depois quando chegamos lá tivemos que quebrar outras barreiras, inclusive a vinda do Presidente americano, que até a primeira semana da conferência não havia confirmado se viria ou não, se participaria o ou não da conferência e se assinaria o tratado da biodiversidade. Portanto, Professor Goldemberg, sintase homenageado por todos os integrantes desta Comissão que agradecem ao Senhor essa palestra que o Senhor nos brindou na manhã de hoje e sobretudo, extremamente claro. O bom do Professor Goldemberg é que ele fala as coisas claras, ele não vai contornando, ocupando espaços sinuosos, ele vai diretamente no assunto. Me impressionou bastante a resposta que ele ofereceu quanto à emissão de CO 2 no Brasil. Me impressionou. Este número eu não dispunha.

É impressionante. 80 milhões de toneladas todo o Brasil menos a Amazônia. A Amazônia sozinha 200 milhões de toneladas de emissão de CO 2, fruto único e exclusivamente do desmatamento. Ou seja, como é... Isso nos coloca na posição de quarto ou quinto poluidor do mundo em CO 2. Se nós estivéssemos impedindo o desmatamento nessa proporção estaríamos em 18º lugar como emissores de carbono. Então, são essas respostas objetivas, práticas, sinceras, que nos faz, mais uma vez, acordar para a enorme responsabilidade que nós temos no Senado da República, na Câmara dos Deputados, para trabalharmos agora, junto ao Governo Federal, para que ele tome iniciativas concretas no sentido de podermos, como disse o Deputado Gabeira, estarmos novamente na vanguarda, como estivemos

a partir de 92 e perdemos essa condição, talvez por uma falta de maior interesse do tema dos outros governos. Mas, enfim, é importante que mantenhamos essa questão ambiental na nossa agenda pessoal, na nossa agenda como parlamentares, na nossa agenda como cidadãos brasileiros.

Muito obrigado a todos os Srs. Senadores, a Sra. Deputada, os Srs. Deputados, ao Sr. Presidente da Comissão Mista, mais uma vez, Deputado Eduardo Gomes e ao Professor José Goldemberg, mais uma vez o nosso abraço e os nossos cumprimentos pelo grande trabalho que o senhor vem realizando. Obrigado pela sua presença. Faltou dizer “está encerrada a reunião”, para cumprir o que determina o protocolo.

Sessão encerrada às 13h13.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia sete de fevereiro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, FLEXA RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, JARBAS VASCONCELOS, ROMEU TUMA, FERNANDO COLLOR, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO TENÓRIO, PAULO DUQUE, JOÃO RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE, MARCO MACIEL, INÁCIO ARRUDA, MARIA DO CARMO ALVES e ANTÔNIO CARLOS VALADARES**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Reunião destinada à instalação e eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes das Subcomissões Permanentes da Comissão. Em votação. Fazem uso da palavra os Senadores **JOÃO RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI, FERNANDO COLLOR e JOÃO TENÓRIO**. O Senhor Presidente proclama os resultados: A Subcomissão Permanente para a Modernização e o Reaparelhamento das Forças Armadas passa de cinco para sete membros titulares e sete suplentes e permanece sob a Presidência do Senador Romeu Tuma; A Subcomissão Permanen-

te de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior terá como presidente o Senador Marcelo Crivella e; A Subcomissão Permanente da Amazônia, instalada e com seus membros definidos, será Presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Vice-presidente o Senador Augusto Botelho. O mandato dos Presidentes e respectivos Vice-presidentes vigorará no biênio 2007/2008. Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **JOÃO RIBEIRO, CRISTOVAM BUARQUE e MOZARILDO CAVALCANTI. Item 01 – Extra-Pauta:** Requerimento Nº 01 de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *“nos termos Regimentais, requer seja convidado para debater entre os Senhores Senadores a entrevista publicada por revista de circulação nacional, como destaque, onde o ex-Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América, Roberto Abdenur, denuncia que o Ministério das Relações Exteriores promove doutrinação ideológica no trabalho dos diplomatas e para qual sugere convidar para expor sobre o assunto o ex-Embaixador”*. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO AZEREDO** para justificar o seu Requerimento e **FLEXA RIBEIRO**. Aprovado. **Item 02 – Extra-Pauta:** Requerimento Nº 02 de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *“requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para estar presente à sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em data a ser agendada consensualmente, para prestar aos membros da Comissão os mais amplos esclarecimentos sobre a política externa brasileira em implementação, face aos novos desafios que se apresentam em todas as áreas pertinentes à sua pasta, incluindo, como não poderia deixar de ser, o potencial que a política exterior possa apresentar para o cumprimento das metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”*. Fazem uso da palavra os Senadores **INÁCIO ARRUDA**, para justificar o seu Requerimento, **FLEXA RIBEIRO e CRISTOVAM BUARQUE**. Aprovado. Faz uso da palavra o Senador **JOÃO TENÓRIO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO

DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciarmos a pauta, eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer aos companheiros a confiança de me conduzir para a Presidência dessa Comissão, num momento em que o Brasil está focado para o mundo, não só com a sua tentativa de recuperação, de crescimento, mas como também pela certeza de liderança num continente que passa por um processo de mudanças, principalmente de natureza ideológica. Eu acho que essa Comissão terá um papel importantíssimo nesses próximos anos.

Eu gostaria de propor aos companheiros, evidentemente que ainda vou trazer aqui uma formatação mais completa, a criação de uma Subcomissão para estudo do aquecimento global e do efeito estufa. Acho que devemos também ser parceiros e solidários com a angústia mundial para esse tema. Daí porque quero pedir a colaboração e a compreensão dos companheiros no sentido que nós possamos constituir aqui essa Comissão, essa Subcomissão, para que esta Casa se transforme num cenário de luta e de debate em defesa deste tema, que é um tema, hoje, em pauta no mundo inteiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador João Ribeiro, com o maior prazer.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, primeiro para cumprimentar V.Exª por comandar, V.Exª agora, a pessoa, o Senador que vai comandar essa Comissão pelos próximos dois anos, e nós que já estamos aqui há quatro, eu e V.Exª, e que já viemos trabalhando juntos, torcer para que V.Exª continue sempre a ser aquele Parlamentar atuante, e que possa fazer um bom trabalho como Presidente desta Comissão. Cumprimentar o Senador Fernando Collor de Mello por ter sido escolhido para Vice-Presidente dessa Comissão, e também desejar a ele êxito nessa sua nova empreitada.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, também aproveitando esta oportunidade, gostaria de solicitar de V.Ex^a a minha presença, a minha participação na Subcomissão da Amazônia. Me disseram... Não será aqui a Subcomissão da Amazônia?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): E depois vou até discutir com o Presidente Mozarildo, se for caso até discutir a questão das Relatorias. Eu não sei se haverá um Sub-Relator ou se será cada matéria. E parece que existe um acordo para que o Senador Mozarildo seja o Presidente desta Subcomissão, e o Senador Augusto Botelho o Vice-Presidente. É isso? Pelo menos parece-me o que me foi dito. Portanto, eu quero solicitar a minha inclusão nessa Comissão, já que sou da Amazônia e tenho todo o interesse em discutir os assuntos da Amazônia. E se V.Ex^a for formar essa Comissão também para discutir a questão do aquecimento global eu também já me disponho a participar dessa nova Comissão, assim, no momento que ela for criada. Só isso, Sr. Presidente. Por enquanto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agradeço a V.Ex^a, e a reivindicação já está em parte atendida. V.Ex^a já foi incluído na Comissão como suplente, até se ter uma segunda...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Da Subcomissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Da Subcomissão. É porque ela já estava completa. E não havia tido nenhuma manifestação de V.Ex^a, de interesse--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, mas não foi aberta agora para que seja formada essa Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Claro, aberta agora, mas desde ontem a gente já está discutindo. Evidentemente que houve uma falha minha.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, posso explicar para o Senador João Ribeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não. Eu assumo inclusive a falha sabendo que V.Ex^a não é amazônico, V.Ex^a é brasileiro. O seu desejo de ajudar o País supera essa fronteira limitada da Amazônia, por maior que seja.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): É que o bloco formado pelo PT, PR, PSB, PCdoB e PTB tinham direito a dois titulares e dois suplentes.

Então, como os titulares ficaram o Senador Augusto Botelho pelo PT e eu pelo PTB. E como suplen-

tes ficaram o Senador Fernando Collor e a Senadora Fátima Cleide. Então aí nós temos que chegar num acordo, ou mesmo que outro, por exemplo, o PMDB ceda a vaga para V.Ex^a. Que acho que não haver nenhuma dificuldade.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Estou vendo que a Amazônia está muito mais importante do que eu imaginava. Porque, na verdade, é importante a Amazônia. Mas eu digo por que a disputa está grande para fazer parte dessa Subcomissão.

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não, é que acho que é pequena. São sete vagas só.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu, por ser do...

Então, se são sete vagas como titular... E sete como suplente?

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sete, é.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O bloco que V.Ex^a participa tem direito a duas vagas de titulares e duas de suplentes. O que eu estou pedindo a V.Ex^a é que entre aqui na primeira suplência, que estava até então ocupada pelo Senador--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Pelo que o Senador... Mas eu não... V.Ex^a tem interesse de participar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Está resolvido o assunto. Está resolvido. Aí V.Ex^a então discutiria depois com seus companheiros de Amazônia essa questão e da minha parte...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Agradeço ao nosso ex-Presidente, hoje Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sou só membro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Parabéns a V.Ex^a pelo comando dessa Comissão. Temos certeza absoluta pelo seu discernimento e experiência já vivida não apenas no processo político comum, mas, sobretudo, na questão internacional que nós teremos um comando absolutamente adequado e competente aqui nas conduções dos nossos assuntos.

Fazer um registro especial à presença do Senador Fernando Collor, que como Vice-Presidente dessa Mesa, nessa Casa, ele honra o Estado de Alagoas nesse momento que vivemos em dificuldade lá na região, e tudo aquilo que vier, digamos assim, levantar o astral do nosso Estado e a sua presença como Vice-Presidente é uma razão para isso.

Gostaria, por outro lado... Gostaria por outro lado, Sr. Presidente, registrar o meu absoluto apoio e, digamos assim, convicção de que a sua idéia de criar Subcomissão para estudar o tema absolutamente atual que é essa questão do aquecimento global é algo que de fato marca a presença dessa Comissão de uma maneira mais objetiva e concreta em relação aos problemas mundiais e aqueles que naturalmente afetam o Estado Brasileiro.

Então, mais uma vez eu gostaria de registrar a convicção de que a criação dessa Subcomissão, grandes benefícios trará para o esclarecimento desse ponto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agradeço a V.Ex^a, e gostaria de fazer duas propostas. A primeira é que a Comissão... A Subcomissão Permanente para Modernização e Aparelhamento das Forças Armadas, que atualmente é composta de cinco membros, ela seja aumentada para sete, para ficar com o mesmo número das demais. E sugiro aqui... Estou fazendo a indicação, espero ter a concordância dos senhores, do Senador Romeu Tuma para presidi-la. A Comissão... A Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, que já teve sete membros, seria presidida pelo Senador Marcelo Crivella, que foi inclusive quem sugeriu a sua criação. E esta Comissão para discussão desse tema tão importante para o mundo atual que é o do aquecimento global, a proposta é que seja composta por sete membros, e que seja presidida exatamente pelo Senador Collor, pelo fato de ter sido sob o seu comando a instalação no Brasil da reunião Rio 92, que já naquela época alertou ao mundo para problemas que poderiam surgir, colocando inclusive propostas e soluções, tendo sido um marco para a discussão desse tema, principalmente no hemisfério.

Tivemos aqui àquela época uma Conferência Mundial e que teve repercussões e alcançou objetivos. Daí porque eu faço essa sugestão dessa indicação. Essa Comissão será votada na próxima Sessão.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, plenamente de acordo. Nada mais justo do que o Senador Fernando Collor para presidir essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Bom, nós temos então as três comissões aqui ajustadas. Eu gostaria de, copiando o modelo do Presidente Renan Calheiros ontem, de saber se todos concordam na sua aprovação conjunta, já que não há nenhuma divergência. Se todos concordam, declaro aprovada e empossados os seus titulares, desejando a todos nos setores específicos que realizem um trabalho nesta Comissão que a engrandeça e, acima

de tudo, que ajude o Congresso Nacional a manter o nome sempre positivo perante o País.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, só uma indagação. Essas Subcomissões que ainda não foram indicadas [interrupção no áudio]... Quem vai presidir, os partidos é que vão fazer a indicação dos membros titulares ou será...?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O critério da Comissão geralmente é da Presidência. Mas essa Presidência é liberal e eu coloco inteiramente à disposição de V.Ex^a as sugestões. Já que... Eu só quero que não me frustram o desejo, que é de fazê-lo Vice-Presidente dessa Comissão. Se V.Ex^a não discordar disso, o resto todo está... Todo o problema estará resolvido.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, aceito e estou plenamente de acordo. E gostaria de fazer parte também, como membro, Sr. Presidente, e aí se possível como titular, da Comissão de Acompanhamento... A Subcomissão que o Senador Marcelo Crivella vai presidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Comissão de Acompanhamento de Brasileiros no Exterior. De Cidadãos Brasileiros no Exterior.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Como membro titular gostaria de fazer parte, Sr. Presidente, dessa Comissão. Pelo PR. Pelo bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a tem o seu pedido deferido e substituirá o ex-Presidente dessa Casa, Senador Saturnino, a quem eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer a convivência que tivemos aqui promovendo durante todo o seu período de... No exercício dessa Comissão promovendo debates interessantes. Eu inclusive às vezes o Senador Cristovam é testemunha, eu o provocava até no sentido de fazê-lo exercer o seu mandato até o último minuto. O Senador Saturnino é um dos brasileiros que nós tivemos a oportunidade e o privilégio de na nossa geração conviver e ver a contribuição que ele deu a esta Casa.

De forma que eu quero que fique registrado em Ata, e comunicado o Senador, quero ter uma certeza que expressa o sentimento de todos os membros dessa Casa. O nosso voto de reconhecimento e agradecimento a esse extraordinário Senador da República que teve o seu mandato encerrado agora. E quero pedir à Secretaria da Mesa que providencie para o início do mês de março a posição do retrato dele aqui na Casa como ex-Presidente. Vamos inverter um pouco. Essa história de se colocar o retrato lá no fim. Vamos botar o retrato do velho no começo. Concedo a V.Ex^a a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Em primeiro lugar é uma consulta sobre o retrato. O retrato que aparece aqui é do Presidente que ficou o primeiro ano ou do Presidente que ficou o segundo ano? Porque o Saturnino me substituiu. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ficarão os dois.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas isso é uma brincadeira. Dois é exagero.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ficarão os dois Presidentes.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Tá bom. Dividam a foto...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Embora vocês não sejam siameses, mas vão ficar os dois Presidentes.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas Presidente, eu pedi a palavra, primeiro, para saber quando é que a gente vai poder escolher qual Subcomissão deseja. Segundo, se pode ser... Se é uma apenas ou mais de uma.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pode ser mais de uma.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Tá bom. Agora, terceiro, fazer uma sugestão. Eu creio que a gente não precisa, Presidente Collor, de uma Comissão Permanente. Mas eu queria... Uma Subcomissão Permanente. Eu queria sugerir que houvesse um grupo aqui, Senadores, preocupados especificamente com o problema das relações do Brasil com os Países fronteiriços.

A gente precisa estar alerta com que acontece na Bolívia. A Bolívia está a caminho, quem sabe, de um conflito interno, até de secessão se fala. A Venezuela a gente sabe que é um País que está em ebulição. O que pode ser positivo e negativo. Não emito aqui um juízo de valor. A gente sabe que o Paraguai, está se falando lá no Paraguai de renegociar o acordo de Itaipu. Que pode trazer conseqüências mais complicadas para nós do que a própria anexação de refinaria da PETROBRÁS como houve na Bolívia. A gente sabe que o Equador pode estar entrando também numa fase de conturbações.

Eu creio que nós precisamos nessa Comissão, nós Senadores, precisamos estar alertas ao que está passando no mundo inteiro. A idéia do aquecimento é fundamental, mas, sobretudo, nos Países fronteiriços. Nós temos o problema dos... Brasilguaios, não é assim que se chama? Nós temos uma população de cerca de 400 mil brasileiros na Bolívia. Nós temos um fluxo permanente de população entre Brasil e Venezuela. Senador Mozarildo conhece bem.

Então eu sugiro, Presidente, que a gente tenha aqui um grupo. A palavra grupo não existe no regimento, mas para não ter a ousadia de propor uma Subcomissão a mais para Países fronteiriços que a gente pense se não cria ou uma Subcomissão provisória ou fazer disso aqui um Fórum de debates, talvez chamar o Itamaraty e outros personagens brasileiros para discutirmos aqui o problema do Brasil nas relações com Países fronteiriços. Não é um problema de fronteira que estou colocando aqui, é o problema das nossas relações com os Países ao nosso lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a tem absoluta razão. Mas eu proponho que ao invés da Subcomissão, já que isso é um tema que não é permanente, que seja criado um Grupo de Trabalho sob a coordenação de V.Ex^a. E...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Inclusive propondo que V.Ex^a converse com o Presidente Chávez, a Comissão lhe dará toda a cobertura sobre as intenções dele com relação às de V.Ex^a. [risos] Seria o primeiro passo.

De forma que eu acho que V.Ex^a tem absoluta razão. É preocupante. E o Brasil precisa ter uma posição avançada nessa questão. Precisa... E o Congresso e esta Comissão têm responsabilidade sobre isso.

Foi muito bem lembrado. Eu agradeço a colaboração de V.Ex^a, e aí já começo a me sentir plenamente feliz e realizado, meu caro Senador Marco Maciel, de poder eventualmente presidir uma Comissão de cabeças privilegiadas como a do Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Lamentando que com todo o prestígio e com toda a inteligência ele tenha sido vítima da tecnologia e afastado de um Governo por um singelo telefone.

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, sobre esse tema acho que muito oportuna a sugestão do Senador Cristovam. Mas acho que a Comissão como um todo, mesmo que V.Ex^a já tenha designado Senador Cristovam para, digamos assim, presidir esse grupo que coordenaria o trabalho, mas o momento é muito adequado para que nós nos preocupemos com a questão dos Países fronteiriços. Realmente nós estamos vendo, começa lá pela Venezuela a fronteira com o meu Estado, a Guiana, todos os Países fronteiriços estão com problemas, e problemas que têm a ver conosco. Podíamos dizer: A Comissão do Mercosul poderia se encarregar disso. Mas a Comissão do Mercosul tem peculiaridades que não tem a ver nem a Defesa

Nacional, nem com Relações Exteriores. Então, acho que essa Comissão tem, sim, que se preocupar com esse tema que é muito atual e que tem consequências muito fortes sobre o País, sobre nós que devemos ter um papel destacado nesse momento. Acho que deve ser um tema não só de uma Subcomissão, mas de toda a Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI):... E porque a proposta do Grupo de Trabalho, presidido pelo Senador Cristovam, que coordenará, e inclusive, Senador, talvez até que promovendo discussões, seminários aqui, fazer dessa Casa um Fórum para discussão dessa questão. Até numa tentativa de melhorar as tensões, de diminuir as tensões e de melhorar o relacionamento com Países tradicionalmente amigos, Países vizinhos. Daí porque eu concordo plenamente com V.Ex^a., defiro, e peço a sua colaboração no sentido de que possamos dar maior rapidez a essa questão. Eu queria propor também, Senador Marco Maciel, e aí vou ousar lhe pedir que nos ajude nisso. Acho que essa Comissão tem que trazer para cá outra discussão fundamental, na visão internacional da questão. Que é, exatamente, a segurança jurídica na questão regulatória.

Nós temos o mundo inteiro querendo investir nesse País, e tendo algumas cautelas e algumas preocupações exatamente por conta da falta de uma regulação segura que faça com que o investimento de longo prazo no Brasil não sofra nenhuma ameaça. Evidentemente que a preocupação do investidor, ela aumenta quando vêm seguranças jurídicas, e aí cai dentro do tema do Senador Cristovam, nos Países vizinhos. Daí porque V.Ex^a que é um estudioso dessa questão, eu gostaria de ter a sua colaboração no sentido da gente criar aqui um Fórum de debate também para discussão dessa questão. Queria saber se essa Comissão conta com...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): [pronunciamento fora do microfone]... Depois gostaria de conversar com V.Ex^a. para ver os procedimentos, se precisa envolver também a Comissão, talvez a própria Comissão de Constituição e Justiça, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Aí nesse caso, evidente que nesse caso seria... Nós poderíamos fazer com algumas comissões participando. Não seria exclusivamente a Comissão de Relações Exteriores. Nós já temos tido aqui encontros reunindo várias Comissões. A questão da crise da ANAC, por exemplo, nós fizemos aquela Audiência Pública com quatro Comissões participando. E trouxemos para Casa o debate evitando que houvesse choque, diversões, e que... E a partir daí o debate tivesse mais clareza e, acima de tudo, colocando num eixo só a

discussão. V.Ex^a tem absoluta razão. Mais algum dos Srs. Senadores querem fazer uso da palavra? Senador Eduardo Azeredo, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, eu quero inicialmente registrar o meu agradecimento e a confiança dos Srs. Senadores, senhores líderes para que eu continue como Vice-Presidente dessa Comissão, cargo que ocupei nos últimos dois anos, e desejar a V.Ex^a todo o sucesso na frente desta importante Comissão. Eu coloquei aqui como extrapauta um Requerimento, que não sei se V.Ex^a... Se nós já poderíamos defender o Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O Requerimento é que nós possamos ouvir aqui o ex-Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos, o Embaixador Roberto Abdenur em virtude da entrevista publicada neste fim de semana pela revista Veja, na qual o Embaixador denuncia que o Ministério das Relações Exteriores tem promovido doutrinação ideológica no trabalho dos Diplomatas, e me parece que é realmente de gravidade o que é colocado na entrevista. Eu pude ainda ontem na Tribuna abordar esse tema, inclusive porque a cada dia aumenta a importância das Relações Exteriores em relação à população como um todo. O Brasil não tem esse costume, como existe nos Estados Unidos, de verificar as relações internacionais e as suas consequências, mas claro aquele cidadão que perde o trabalho numa fábrica de calçados lá no Rio Grande do Sul ele está perdendo por força, às vezes, da relação externa que o Brasil mantém nesse mundo cada vez mais globalizado.

O Embaixador é um homem respeitado, ele foi Embaixador durante 44 anos, foi Embaixador na China, foi Embaixador na Alemanha, Embaixador nos Estados Unidos, de maneira que não é a palavra de uma pessoa que não teria a respeitabilidade que ele tem. Ele tem a respeitabilidade, o que aumenta a importância das declarações que fez. Nós não podemos ter as Relações Exteriores do Brasil sendo conduzidas com um viés partidário ou ideológico. Daí a importância de ouvirmos para ver quais são os pontos que ele realmente coloca em relação à questão da política externa brasileira. E seria muito bom a aprovação desse Requerimento e a presença aqui do Embaixador Roberto Abdenur para esclarecer quais são esses pontos que o aflige em especial e nós pudéssemos discutir com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de colocar, para discutir, a indagação que eu faria a V.Ex^a é se teria necessidade de ser uma Audiência Pública ou apenas uma convocação. Porque pelo Requerimento de V.Ex^a é apenas ele.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim, não haveria necessidade de Audiência Pública. O termo Audiência Pública poderia ser apenas ouvirmos na reunião. Não haveria necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): É isso? Então, o autor, Senador Eduardo Azeredo, concorda em substituir apenas o termo Audiência Pública. Na realidade, é apenas para ouvir o ex-Embaixador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

E se ele achar que deva ser reservado, poderíamos fazer reservado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Isso aí é outra questão que nós poderemos ver com a presença dele aqui. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, primeiramente quero me congratular com a eleição de V.Ex^a, por unanimidade, por aclamação. Aliás, um método bastante--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu divido essa galhardia da unanimidade com o Senador Mercadante que pra mim é motivo de orgulho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito grande. Acho que uma felicidade para Casa. Acho que a Comissão de Relações Exteriores vai ganhar com a simpatia de V.Ex^a, a alegria com que V.Ex^a vai conduzir os trabalhos dessa Casa. Ao mesmo tempo gostaria de solicitar a V.Ex^a que possa me incluir como, assim, suplente desta Comissão na Subcomissão de Aquecimento Global. Nós não queremos ver este nosso planeta pegar fogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nós podemos incluí-lo como titular.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que eu sou suplente na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Na Subcomissão como titular.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas como titular na Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Como titular na Subcomissão, certo?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Exatamente. Essa é a minha solicitação para que a gente possa contribuir, não em congelar o planeta, mas, ao contrário, não deixar ele pegar fogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com uma reivindicação de um Senador, meu vizinho, de um tórrido Estado como é o Ceará, bem-vindo. Vaga garantida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Exatamente. Nós do semi-árido temos muita experiência de aquecimento. E poderemos então ajudar o planeta a não se aquecer tanto. Então gostaríamos de participar deste debate nesta Subcomissão. Mas gostaria de dar uma opinião sobre esta questão do Requerimento do nosso colega, Eduardo Azeredo, Senador por este Estado maravilhoso, que é Minas Gerais. Sobre o debate das Relações Exteriores. Dentro do seu Requerimento, ele inclusive argumenta sobre a questão do processo de exportação do Brasil. E sobre até a questão do... De câmbio. Que é um problema que nós estamos sofrendo no momento. É uma discussão muito acirrada sobre esse problema com os exportadores. Mas eu tenho notado que o Brasil é muito interessante. Quer dizer, ninguém defende outra política de câmbio que não seja do câmbio flutuante. Todo mundo é a favor do famoso câmbio flutuante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador, eu não menciono nada de câmbio no meu Requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas defende... Discute a questão da...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim, de comércio exterior.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): ... de comércio exterior. Nós estaríamos sendo prejudicados na política externa praticada pelo Brasil atualmente. Quer dizer, então, nunca o Brasil exportou tanto. Nunca importou tanto e nunca exportou tanto.

Então, se há uma doutrinação ou se há um viés ideológico na política externa brasileira, seria então, digamos assim, favorável. Porque nunca o Brasil exportou tanto e nunca importou tanto. E, ao mesmo tempo, há uma política de câmbio que é acusada pelos exportadores de prejudicial. Ora, se ela é prejudicial, por que é que não há uma defesa mais explícita dos exportadores acerca de que política de câmbio que desejam. Qual política de câmbio que desejam? Eles denunciam a política de câmbio flutuante. Ela é nociva aos exportadores brasileiros. É ela que, digamos assim, engasga o comércio exterior. Qual é a dificuldade? Pra gente compreender bem o problema do comércio exterior brasileiro. E até, eu diria o seguinte, talvez fosse mais adequado para o início dos nossos trabalhos, mais interessante para este período Legislativo, que nós iniciássemos os nossos trabalhos com um debate com o nosso Ministro das Relações Exteriores, convidando o Ministro Celso Amorim para um bom debate sobre a política externa brasileira. Nós temos novos Senadores na Casa, acho que seria um instante interessante se V.Ex^a pudesse convidar como um convite amplo da Comissão de Relações Exteriores

res, não de um ou outro Senador, mas um convite de V.Ex^a ao Ministro Celso Amorim trazendo aqui à Casa... Talvez eu tenha... Em função de primeira Comissão de Constituição e Justiça, em função dos temas que estão sendo debatidos lá. E seguido aqui a esta Comissão. Talvez esse tema já tenha sido discutido aqui. Mas um convite ao Ministro Celso Amorim para que ele venha a Casa discutir a política externa brasileira diante da nova realidade também do Programa de Aceleração do Desenvolvimento. Qual é a nova responsabilidade do comércio exterior brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, em função também do processo de aceleração econômica que o Governo pretende instalar no País. Talvez assim que a gente pudesse... Eu não tenho nenhuma objeção a que a gente examine, discuta, convida quem deseja dar opinião para poder melhorar o desempenho dos nossos Diplomatas, do corpo diplomático brasileiro no exterior. Não há dúvida. Acho que nós não temos que ter nem o viés--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Só sugerir. O convite ao Ministro Celso Amorim seria antes ou após a...?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu considero que nós devíamos começar com o Ministro Celso Amorim. Acho que o primeiro que deveria chamar seria o Ministro Celso Amorim. Mesmo porque nós podemos até fazer uma conversa reservada pelo que entendi do nosso Senador Eduardo Azeredo em relação a essa questão desse Requerimento. Então acho que talvez o primeiro passo que deveríamos dar--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a concorda?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, acho que é um engano da base de apoio do Governo. Porque o inverso é o melhor. O inverso é melhor. É melhor nós ouvirmos, primeiro, o Embaixador Roberto Abdenur e depois o Ministro pode se explicar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não. Eu não estou propondo convidar o Ministro Celso Amorim para dar nenhuma explicação de nada.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu sei, mas ele vai te explicar como um todo, a política externa. Ele já esteve aqui anteriormente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero que ele venha aqui pra gente discutir a política externa do nosso País.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Estou de pleno acordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não sobre questão de doutrinação ideológica porque em se tratando de revista no Brasil todas elas têm uma

posição ideológica terrível. Então não quero discutir o assunto. Cada um tem a sua opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Evidentemente que V.Ex^a está mostrando independência já nessa afirmação. Porque o Presidente da República a qual V.Ex^a é apoio já declarou que não tem ideologia depois dos 65. Como eu--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu, como estou abaixo dessa idade, eu tenho convicções muito bem centradas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é. Como um dia nós vamos chegar lá, eu me considero precoce. Porque bem antes achei a mesma coisa. E acho uma bobagem num País como o nosso que não tem história--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sou da turma do Niemayer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é. Exatamente. Então... Eu acho que--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só esclarecer. Eu não estou defendendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Apenas tem que ser decidido aqui. Como é que nós vamos fazer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E eu não estou defendendo a revista, não. Estou querendo ouvir. Agora, que é importante, é. Não há como negar. Quer dizer, é uma entrevista de um Embaixador de 44 anos, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos até anteontem, sei lá que dia era. Não há como também desconhecer o que ele coloca lá. Não como partido. Eu quero apenas ouvir. É claro que tenho minhas opiniões pessoais.

Agora, do ponto de vista de quem vem primeiro, eu acho que como a questão é mais recente, acho que para o próprio Governo seria mais interessante depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Essa Presidência entende que são dois requerimentos distintos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não quero tratar de Governo. Eu quero tratar de Brasil. Do nosso País. O Ministro das Relações Exteriores vem à Comissão de Relações Exteriores para discutir a política externa brasileira. Nós estamos iniciando os nossos trabalhos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse também é meu objetivo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu acho que nós temos que fazer isso. Tira, abstrai o Governo. Vamos discutir o nosso País. Acho que ele é muito mais importante e assim que nós devemos tra-

tar. Por isso considero que era mais importante nós trazermos o Ministro das Relações Exteriores, não para discutir este episódio. Porque esse é um episódio. Porque questões de doutrinação, o Itamaraty sempre teve. Nós tivemos vários períodos na história do Brasil. Então isso aí sempre existiu no País. E os periódicos e as opiniões de cada Diplomata também diferenciaram-se ao longo da história do Brasil.

Então, não é o... Isso aí não é a questão fundamental. Acho que o maior é o nosso País. E o Ministro tem responsabilidade é sobre isso. E aí eu acho que ele deve ser convidado, vir aqui, tratar conosco, e depois se ouve Diplomatas, ex-Diplomatas, quem quiser, porque aí é uma questão até opinião particular de cada ex-Diplomata. Ou até da ativa, de quem está na ativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Inácio Arruda, em primeiro lugar solicitaria a V.Ex^a e a Assessoria pode ajudá-lo nisso, a formalizar o Requerimento, para que seja submetido à votação.

A questão da convocação, ou nós teremos um acordo aqui agora, quem vem primeiro, ou então poderemos suspender a decisão e esperando que os dois cheguem a um consenso e traga uma solução na próxima reunião. Caso contrário, se houver decisão agora, já podemos fazer a primeira convocação para semana que vem. Acho que esse é um tema de momento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não é isso? Agora, é evidente que a presença do Ministro Celso Amorim aqui e posteriormente a presença do Embaixador, poderá nos trazer a possibilidade da volta do Ministro Celso Amorim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pronto. Aí sim. Ele voltaria para, se for necessário, dar explicações. É outro assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vamos deixar isso bem claro. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Eduardo Azeredo...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Foi um ato falho, V.Ex^a me perdoe, mas em se tratando de ideologia e de diplomacia, eu espero que tenha sido compreendido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero primeiro parabenizar também ao Presidente e o Vice-Presidente pelas eleições para o processo da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Acho que... Tenho absoluta certeza que nós vamos fazer um trabalho, dar continuidade ao trabalho que vem

sendo desenvolvido aqui pela Comissão de Relações Exteriores.

A questão, eu quero, inclusive, se o nobre Senador Eduardo Azeredo permitir, eu quero ter a honra de subscrever junto com ele o Requerimento de convite ao Embaixador Roberto Abdenur para que ele possa aqui, numa reunião da Comissão de Relações Exteriores com os Senadores, aprofundar a importante matéria das páginas amarelas da Veja desta semana. Nós não estamos, nobre Senador Inácio Arruda, nós não estamos entrando no mérito do texto da revista, da posição da revista, nós estamos colocando aqui a preocupação pelo que o Embaixador colocou na sua entrevista. Na sua entrevista. Quando ele coloca com bastante propriedade a questão da doutrinação ideológica no trabalho dos Diplomatas. E evidentemente que repercute na diplomacia brasileira.

V.Ex^a levantou a questão da taxa de câmbio flutuante sobre o setor empresarial, a iniciativa privada ser a favor ou não. É evidente que a taxa, o câmbio flutuante é o único caminho que deve ser seguido por uma economia aberta como queremos para o Brasil. Agora, a questão da sobrevalorização do dólar, do real em relação ao dólar, isso é um assunto que nós vamos discutir, sim. Vamos discutir na CAE, na relação de Assuntos Econômicos, porque aí são outros instrumentos que o Governo não está utilizando corretamente. Como é o caso da taxa de juros que ele mantém patamares elevados, o que faz com que capitais especulativas possam vir ao Brasil para fazer com que o real fique sobrevalorizado em relação ao dólar e traga uma taxa de câmbio, como está hoje, de 2.08, que é insustentável para o setor produtivo nacional, para a competitividade em relação aos outros Países do mundo.

O que ocorre com relação ao valor das exportações brasileiras se faz face à posição mundial de comprador, principalmente dos Países emergentes, como é o caso da China, que está comprando e com isso elevando as *commodities*. Lamentavelmente o Brasil tem na sua pauta de exportação produtos primários, e o meu Estado é um dos Estados mais prejudicados em relação a isso. Que exporta, tem o terceiro maior saldo da balança comercial agora em 2006 da ordem de seis bilhões de dólares de produtos primários, como é o caso de minério de ferro, de bauxita, e outros semi-elaborados sem que traga nenhum benefício para a sociedade do Estado do Pará.

Então, essa questão vai ser discutida em profundidade na CAE. Com relação ao Requerimento do nobre Senador Eduardo Azeredo, eu acho, Presidente, a minha posição é que primeiro deve vir o Embaixador. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, já

esteve aqui na relação de Comissão de Relações Exteriores várias vezes.

Então, nós devemos primeiro ouvir o que tem a nos informar o Embaixador para depois, evidentemente, V.Ex^a tem toda a razão, que na abertura dos trabalhos ele deve ser convidado para que ele exponha não só essa questão levantada pelo Embaixador, mas toda a política exterior do Governo Brasileiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Senador João Tenório. Em seguida o... Começa o assunto... Senador João Tenório. É outro assunto, né?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O meu é esse.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Ah, sobre o mesmo assunto então V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que... Senador Arruda, eu quero defender, havendo o convite ao Embaixador Abdenur, que ele venha antes do Ministro. Primeiro, eu acho muito positivo o seu convite ao Ministro. Acho muito positivo. A política externa tem que estar aqui presente o tempo todo, e o Ministro toda vez que vem aqui se sai muito bem, como a gente já viu sempre.

Agora, chamar o Ministro antes vai levar ou a ficarem sem respostas algumas das afirmações do Embaixador ou a superestimar o pronunciamento dele aqui, a ponto de forçar o Ministro a vir aqui apenas responder. Não ficaria bem. Eu acho que o Ministro é convocado por causa do depoimento ou da fala do Embaixador aqui seria superestimar o depoimento e rebaixar o Ministro. Nesse sentido, eu acho que deveremos, sim, convocar os dois, mas primeiro que venha o Embaixador. Depois vem quem é superior a ele. E poderá dar resposta ou não. De repente--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Ex^a me concede um aparte?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que eu considero que o Ministro das Relações Exteriores não deve vir responder o ex-Embaixador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O problema, Senador, é que... Sabe o que pode acontecer?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele não precisa... Só se ele for convocado. Se tiver alguma afirmação grave que exija uma resposta. Porque na entrevista das páginas amarelas da Veja, mesmo naquela entrevista, não há uma afirmação de gravidade. Sinceramente. Não há uma afirmação de gravi-

dade que exigisse uma explicação do Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não estou nem discutindo isso. Agora, o Senador Azeredo foi muito claro como parte direta da base do Governo, se o senhor defende que se convoque primeiro o Ministro, eu não vejo nenhum problema. Eu pessoalmente. Acho que por conta da delicadeza, seria melhor ele vir... Agora, para ser convidado já. Para não parecer que foi convidado por causa disso.

Entretanto, eu acho que se o Senador Arruda, que é a pessoa única aqui de fato parte do Governo defende, que seja primeiro o Ministro. Mas corremos o risco de o próprio Ministro ligue para cá depois dizendo que quer vir responder. Mas não terei nenhum problema de minha parte.

Eu só quero dizer que o Senador Azeredo a meu ver traz uma posição correta. Acho bom a gente ouvir, é bom para o Brasil ouvir, esclarecer, só vai agregar a vinda dele aqui do ponto de vista do interesse nacional.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite um aparte, Senador?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para esclarecer o Senador Inácio, o Ministro não virá aqui para responder a algo que o Embaixador possa aqui ter dito. O Ministro está vindo como convidado nosso para expor o plano de trabalho do Governo Brasileiro em relação às Relações Exteriores.

Então, não vai haver. Apenas que se houver--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas foi para isso que eu propus a vinda do Ministro. Não foi para responder a Abdenur e nem a responder declarações dele nas páginas amarelas. Absolutamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exato, Senador Inácio. Mas se houver algum questionamento que a gente faça ao Ministro sobre a exposição do Embaixador, nós já poderemos fazer nesta visita que ele fará a nós.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Independente da vinda de Abdenur ou não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso. Mas o Embaixador deve anteceder. Agora, concordo com o Senador Cristovam, o convite tem que ser feito ao mesmo tempo aos dois.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Antes de passar a palavra ao Senador João Tenório, eu queria em primeiro lugar agradecer a generosidade dos elogios, das referências feitas pelo Senador Flexa Ribeiro à minha investidura nessa função. E tenho certeza, meu caro amigo Flexa Ribeiro,

que no correr do exercício V.Ex^a vai entender melhor do que eu o fato de ter preferido ficar aqui e não aquela sugestão de ir para assuntos regionais. V.Ex^a vai ver que eu tenho razão. Senador João--

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Queria só corrigir um equívoco, Sr. Presidente, quando me referi ao Senador... Fez um registro de satisfação--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Só um minuto. Senador Flexa, eu queria apenas ponderar o seguinte. Com relação a esse Requerimento. Nós vamos ter que ter um acordo. Porque nós não temos número para a votação.

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não tenho nenhuma objeção ao Embaixador vir antes. Não há objeção de minha parte.

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu queria fazer uma ponderação. Uma questão de prioridade. O Requerimento do Senador Azeredo foi apresentado antes, formalmente. Então acho que temos que votar o Requerimento do Senador Azeredo. O Senador apresentou agora e nem formalizou. Então acho que não temos que votar...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu formalizei. Está formalizado. O problema não é esse, não. O problema não é de ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora, não vejo nenhuma inconveniência de se chegar a acordo. Agora, formalmente o que está posto e que está inclusive na pauta é o Requerimento do Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu gostaria, inclusive de pedir ao Senador Inácio que me desse a oportunidade de subscrever esse seu Requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É um prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Certo? Então se houver esse consenso, nós já faremos a convocação do primeiro para terça-feira, numa Sessão Extra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se for possível, eu gostaria até de inverter. Eu gostaria que o Requerimento fosse de V.Ex^a e eu o subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, não. V.Ex^a é o autor e eu sou o Presidente da Casa. Eu apenas...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu só insisto que juntos não devem vir. Seria uma indelicadeza com o Ministro muito grande.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Não há dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Um equívoco que eu cometi quando me referi ao Senador Fernando Collor como o Vice-Presidente, porque depois eu entendi que cheguei aqui meio atrasado, desci de pára-quedas e entendi que ele era o Presidente de uma Comissão que vai cuidar dessas questões de aquecimento global. E queria aproveitar e fazer um registro, e parabenizar o Senador Eduardo Azeredo pela presença como Vice-Presidente dessa Casa. Tenho certeza que ele vai, pela sua experiência, contribuir também muito para o esclarecimento dessas questões internacionais que envolvem o nosso País. E sugerir, se possível for, minha inclusão nessa Comissão de Aquecimento global porque é um assunto que me interessa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a será atendido. Bom... Vamos então votar os requerimentos. Em votação ao Requerimento nº. 01, que é exatamente o Requerimento do Senador... O Requerimento do Senador Eduardo Azeredo convida ao Embaixador Roberto Abdenur para vir a esta Comissão prestar esclarecimentos sobre assuntos que envolvem declarações suas e publicadas de maneira ampla na imprensa nacional. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E pediria à Mesa da Secretaria que providenciasse a convocação, convite para a próxima terça-feira, em caráter extraordinário, tendo em vista que essa semana é uma semana pré-carnavalesca.

Em votação o Requerimento nº. 02, que é de autoria do Senador Inácio Arruda, convidando o Ministro Celso Amorim para estar presente a essa Sessão, a esta Comissão para prestar esclarecimento sobre a sua atuação na pasta das Relações Exteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Como se trata de um Ministro de Estado, nós vamos comunicar a Assessoria do Itamaraty para a compatibilização de uma data, e gostaríamos de ter, inclusive, interferência de V.Ex^a, Senador Inácio Arruda, para que nós possamos ter uma data o mais rápido possível e que compatibilize com a agenda do Ministro.

Bom, a Subcomissão Permanente da Amazônia já teve o seu Presidente e o seu Vice-Presidente aprovados, ela será composta pelos Senadores, titulares, do bloco minoria PFL/PSDB, Romeu Tuma e Flexa Ribeiro. Suplente... O assunto diplomático. Suplente: Marco Maciel e Arthur Virgílio. PMDB: Valdir Raupp, como titular e Pedro Simon. Como suplente Leomar Quintanilha e

Gilvam Borges. Bloco de apoio ao Governo: PT, PIR, PSB, PCdoB, PRP, PP, PTB... Só. Titular: Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti. Suplente: João Ribeiro, Fátima Cleide. PDT: Titular Jefferson Peres, suplente o Senador Cristovam Buarque. Os que aprovam essa chapa permaneçam como se encontram. Aprovado.

Mais alguém quer fazer uso da palavra? Não havendo mais quem queira tratar de algum assunto de interesse dessa Comissão, declaro encerrada a presente Sessão, convidando a todos para a próxima terça-feira, quando... Desde que o convidado se encontre no Brasil, também nós temos essa dificuldade, o Diplomata recém saído aí das suas funções, já faríamos então a sua oitiva aqui através do Requerimento do Senador Azeredo na próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar...

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): [pronunciamento fora do microfone]... Como nós que moramos longe não sabemos exatamente a possibilidade de chegar aqui seria conveniente que a Comissão avisasse a todos, a presença ou não do...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Será feito. V.Ex^a. fique tranquilo. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h45.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA TREZE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia treze de fevereiro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores VALDIR RAUPP, JEFFERSON PÉRES, GILVAM BORGES, JOÃO RIBEIRO, JARBAS VASCONCELOS, CRISTOVAM BUARQUE, MARIA DO CARMO ALVES, FRANCISCO DORNELLES, FERNANDO COLLOR, INÁCIO ARRUDA, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPPLY, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, MÃO SANTA, EDUARDO AZEREDO, JOAQUIM RORIZ, ROMEU TUMA, ROSALBA CIARLINI, MARCO MARCIEL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, AUGUSTO BOTELHO, PEDRO SIMON, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO TENÓRIO, FÁTIMA CLEIDE, EDISON

LOBÃO, e PAULO DUQUE. Presença também do Senador JOSÉ AGRIPINO, não membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Item 01: Mensagem (SF) Nº 07 de 2007, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria Luiza Ribeiro Viotti, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas”. O Senhor Presidente convida as Embaixadoras para comporem a Mesa. Fazem uso da palavra os Senadores JEFFERSON PÉRES e EDUARDO AZEREDO para a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, passa a Presidência para o Senador Eduardo Azeredo. Item 2: Mensagem (SF) Nº 30 de 2007, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora Maria Dulce Silva Barros, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Cabo Verde”. Fazem uso da palavra os Senadores HERÁCLITO FORTES, para leitura do seu relatório, e CRISTOVAM BUARQUE. O Senhor Presidente passa a palavra à Embaixadora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, para sua exposição de motivos. O Senhor Presidente convida o Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão para compor a mesa. O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores EDUARDO AZEREDO e EDUARDO SUPPLY. O Senhor Presidente passa a palavra à Embaixadora MARIA DULCE SILVA BARROS, para sua exposição de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores FERNANDO COLLOR, EDUARDO SUPPLY e ROMEU TUMA. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação das indicadas pela unanimidade, tendo sido escrutinadores os Senadores Inácio Arruda e Paulo Duque. Fazem uso da palavra os Senadores EDUARDO SUPPLY e INÁCIO ARRUDA. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA TREZE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a Comissão a leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos, portanto, a apreciação da pauta. Não terminativo.

Item 1, mensagem nº 7 de 2007. Submete a apreciação do Senado Federal o nome da Srª. Maria Luiza Ribeiro Viotti, Ministra de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto as Nações Unidas.

Autoria da Presidência da República e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo.

Mensagem nº 2, submete a apreciação do Senado o nome da Srª. Maria Dulce Silva Barros, Ministra de Segunda Classe da carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a República do Cabo Verde.

Autoria da Presidência da República e a Relatoria eu tomei a liberdade, Srªs. e Srs. Senadores de avocar para essa presidência a Relatoria.

Convido, portanto, as embaixadoras Maria Luiza e Maria Dulce para que tenham acesso aqui a Comissão.

Na ausência do Senador Eduardo Azeredo, convido o Senador Jarbas Vasconcelos para relatar *ad hoc* a mensagem da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti.

Eu queria, antes de passar a palavra ao Senador, comunicar a Comissão, que tendo em vista outras reuniões na Casa e sabendo que esses relatórios são distribuídos previamente aos Srs. Senadores e para ajudar no rápido funcionamento dessas Comissões, nós vamos abrir já, a partir de agora, o processo de votação. Aqueles Srs. Senadores que já tenham convicção sobre o seu voto poderão, caso queiram, exercitá-lo.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Meu caro Senador.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):

Apenas para uma indagação. O Embaixador Roberto Abdenur confirmou a sua vinda a essa Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nós recebemos um comunicado confirmado para o dia 27. Inclusive as providências administrativas estão sendo tomadas para que ele aqui compareça.

Senador Jarbas. Senador Eduardo Azeredo com a palavra. V.Exª é Relator da mensagem da Dª. Maria Luiza Viotti, Embaixadora, já tinha indicado para substituí-lo o Senador Jarbas, mas tendo em vista a chegada de V.Exª, devolvo-lhe a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Tudo bem. Sr. Presidente, Srs. Senadores, as ilustres Embaixadoras, a questão que me cabe relatar trata-se da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti que é de Belo Horizonte e que é Bacharel em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado de Brasília e Mestre em Economia pela Universidade de Brasília também. Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 76, ascendeu Segundo Secretário, a partir de então por merecimento Primeiro Secretário, Conselheira e Ministra de Segunda Classe em 97. Entre as funções desempenhadas de chancelaria, destacam-se a de Coordenadora Executiva do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, onde também foi Subchefe da Secretaria de Imprensa, Chefe da Divisão na América Meridional I e Diretora Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais.

No exterior, exerceu entre outros cargos de Primeira Secretária e posteriormente mista Conselheira na missão do Brasil junto a Organização das Nações Unidas, além da Conselheira em La Paz. Coube destacar a sua atuação como chefe de delegação junto a diversos organismos bilaterais e multilaterais, como Comitê Governamental da hidrovia Paraguai, Paraná, a Comissão de População e Desenvolvimento, a junta executiva da UNICEF, a Comissão sobre a situação mulher, a junta executiva do PNUD, o Foro Permanente de Assuntos Indígenas e o Comitê Interseccional do Foro de Ministros da América Latina e do Caribe sobre Meio Ambiente.

A diplomata em apreço foi agraciada com a série de comendas nacionais estrangeiras, ainda no *curriculum vitae* ainda consta a sua atuação, o documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a ONU e a atuação do Brasil naquela organização. Sem dúvida alguma, a chefia da missão do Brasil junto a ONU constitui um dos mais importantes postos na carreira diplomática, trata-se de posto de grande relevância por tratar-se da principal organização internacional da atualidade no âmbito da

qual são debatidos representantes de 192 Países nos grandes temas da agenda internacional. O Brasil sempre foi membro atuante das Nações Unidas desde a fundação e tanto em seus órgãos como nas agências do sistema ONU.

A diplomata indicada tem vasta experiência em foros multilaterais, inclusive já tendo, como relatei anteriormente, mais de uma vez atuado na própria ONU.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, julgamos que os integrantes dessa Comissão possui elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. O que podemos ver pelo currículo é a grande experiência da Embaixadora nessa questão ligada aos organismos bilaterais e multilaterais e a sua atuação na ONU, evidentemente, será da maior importância porque a ONU, apesar de alguns percalços em relação especialmente a guerra do Iraque, mas continua sendo o foro principal de decisão das questões internacionais.

Parecer, portanto, é esse já lido, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Do relatório, eu solicitaria ao Senador Azeredo que assumisse a presidência para que eu pudesse exercer aqui a minha função de Relator.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Item 2 da pauta é a mensagem 30 de 2007 que submete a apreciação do Senado Federal o nome da Sr^a. Maria Dulce Silva Barros, Ministra de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a República de Cabo Verde. Relator, é o nosso Presidente Senador Heráclito Fortes a quem passo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras embaixadoras, Maria Luiza Viotti e Maria Dulce Barros, sobre quem tenho a honra de relatar a mensagem de indicação do seu nome para representar o Brasil na República de Cabo Verde.

Eu não queria ser maçante nem cansativo em falar sobre uma Diplomata de carreira que exerceu vários postos, não só missões externas como também, no mecanismo burocrático do Ministério das Relações Exteriores. Tem experiência nas questões africanas, num momento em que o Brasil dedica atenção especial a estes Países. O que eu gostaria, na realidade era dizer que, sem nenhum medo de erro, Sr. Presidente, digo aos meus pares que o Itamarati comete uma prática de injustiça, ao fazer essa indicação. Tenho certeza que a Embaixadora representará o Brasil com muita fibra e

acima de tudo com muita garra por que tem sido uma marca da sua carreira.

Atualmente, na hierarquia, é a segunda na Argentina, da embaixada do Brasil na Argentina e por onde passou. Acompanho a vida da Embaixadora Maria Dulce, primeiro por ser piauiense, fato raro, Senador Marco Marciel, no meu Estado. Os piauienses nós contamos no dedo, lá no passado o orgulho era o Expedito Rezende, tenho certeza que agora vai ser a Embaixadora. Mas eu quero de uma maneira muito especial e carinhosa, cumprimentar o consorte na verdadeira acepção da palavra. Conheço o casal há bastante consorte da Embaixadora que está aqui que é o professor Hélio Barros, mas tempo, mas para não influenciar os votantes eu me dedicarei a esses comentários a Embaixadora ao final.

De forma que não quero me alongar, todos receberam o relatório e só quero dizer que hoje essa Casa está de parabéns, porque com certeza irá referendar essas indicações feitas pelo Presidente da República através de indicação do Ministério das Relações Exteriores e parabenizar a Embaixadora Maria Luiza que vai ocupar um dos postos mais importantes da carreira diplomática e tenho certeza que terá um papel cumprido ao final da sua missão que orgulhará a todos nós. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Convido para que reassuma a sua posição de Presidente. Mas, nesse meio tempo, já vou passando a palavra a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti para fazer a sua exposição pelo tempo que julgar necessário.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, apenas para manifestar que como Presidente da Comissão de Educação, eu vou ter que me afastar. Eu vou tentar votar aqui, mas de qualquer maneira, eu deixo claro aqui a minha satisfação de ver o Itamarati nomeando pessoas que não apenas como todos os demais são grandes representantes preparados, mas nesse caso duas mulheres. Não sou daqueles que acham que o Itamarati tem uma política anti-americanista, mas alguns acham. Mas eu garanto, como anti-machista, não dá mais para dizer que eles são.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Realmente é um dia diferente esse nosso, são duas embaixadoras, acho que não aconteceu de termos duas embaixadoras no mesmo dia não.

Então, com a palavra a Embaixadora Maria Luiza.

SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI: Muito obrigada, Senador Eduardo Azeredo. É uma honra para eu comparecer a essa Comissão sobre a presidên-

cia do Senador Heráclito Fortes, e é um prazer muito grande ter como Relator o Senador Eduardo Azeredo, meu conterrâneo a quem eu gostaria de homenagear e ao saudá-lo eu gostaria de lembrar mineiros ilustres que passaram pela missão do Brasil junto as Nações Unidas. Lembro, por exemplo, o Embaixador Sete Câmara a quem o Itamarati deve um importante legado na área diplomática e que foi não só representante permanente junto a ONU, mas também Juiz e Presidente da Corte da AIA.

Lembro também o Embaixador Jorge Álvares Marciel que se destacou na diplomacia multilateral tanto na área econômica, em Genebra, quanto na área política, nas Nações Unidas em Nova Iorque e com quem tive o privilégio de servir na primeira vez que trabalhei na missão do Brasil junto a ONU nos anos 80. E falando da minha formação, não poderia deixar de mencionar outro ilustre mineiro, Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, que foi o meu primeiro chefe no Itamarati, e a quem muito devo e que muito me ensinou ao longo desses anos. Tenho plena consciência do alto significado que reveste para um diplomata brasileiro a representação do Brasil nas Nações Unidas. É um posto, uma posição a qual não se aspira, se é convocado, por isso eu gostaria de deixar o meu agradecimento, registro do meu agradecimento ao Sr. Presidente da república e ao Ministro Celso Amorim pela confiança que em mim depositaram.

Essa confiança será o maior estímulo para o cumprimento da missão para a qual eu estou sendo indicada caso conte com a aprovação de V.Ex^{as}. Eu gostaria de organizar a minha apresentação em três partes. A primeira uma breve avaliação sobre o papel da ONU, a segunda uma apreciação sobre a atuação do Brasil nas Nações Unidas e a terceira algumas considerações sobre os temas que a meu ver merecerão atenção muito especial nos próximos anos.

A ONU comemorou 61 anos em outubro do ano passado, 2006. E nessa comemoração, ao celebrarmos essa data o Ministro Celso Amorim fez uma reflexão sobre a ONU e que propôs que pensássemos o impensável, o mundo sem as Nações Unidas. E ao fazer essa reflexão, ele perguntou, teríamos completado o processo de descolonização, teria sido possível dismantelar o *Apartheid*, teriam sido superados conflitos com que se confrontaram Países que emergiam do regime colonial como Angola, por exemplo, teríamos podido avançar em relação a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, a promoção da igualdade de gênero, ao combate a discriminação? Essas são perguntas que mostram de uma maneira muito clara a percepção de que o encaminhamento de soluções para esses e outros problemas do cenário internacio-

nal teria sido muito mais difícil e muito mais demorada se não houvesse a ONU.

Desse exercício sobressai uma constatação muito clara: Diz que uma avaliação da ONU nos mostra que houve êxitos e insucessos, mas o balanço é claramente positivo, sem a ONU, o panorama internacional teria sido certamente muito mais sombrio. A ONU contribuiu ao longo dessas seis décadas para encaminhar ou conter conflitos internacionais e continua prestando inestimável contribuição a manutenção da paz através, inclusive, de 18 missões nas principais áreas de conflito ao redor do mundo. Ajudou a levar adiante os esforços pelo desarmamento e pela não proliferação.

A ONU exerce também um papel em que é substituível a formação de uma consciência do mundo e nisso ela se assemelha muito a um parlamento. Os parlamentos também exercem essa função e a ONU foi muitas vezes comparada ao parlamento do mundo. Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, a ONU tem sido indispensável para promover o avanço dos ideais dos direitos humanos, a ampliação do seu escopo e tem sido também fundamental para o trabalho cotidiano para que esses direitos se tornem efetivos. A prestação da assistência humanitária é outra área em que o trabalho da ONU é notável. A ONU também tem constituído um foro indispensável para a discussão sobre a promoção do desenvolvimento e o combate a pobreza. A família de agências, fundos e programas das Nações Unidas desenvolve um trabalho admirável em todas as áreas do desenvolvimento, da saúde a educação, do emprego, igualdade de gênero, agricultura e alimentação, meio ambiente, todos esses temas são amplamente objeto de atuação das agências das Nações Unidas. E desde o ano 2000, esse trabalho tem sido orientado pelas metas de desenvolvimento do milênio, um conjunto de metas adotadas pela comunidade internacional e que constituem uma forte expressão de vontade da comunidade internacional para a superação desses problemas e a superação, sobretudo, da pobreza e a promoção do desenvolvimento.

Passando a participação do Brasil nas Nações Unidas, eu gostaria de iniciar, dizendo que o Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos da ONU: Autodeterminação, a não intervenção, a solução pacífica de controvérsias, são princípios que estão inscritos na própria Constituição brasileira.

Assim como fazem parte da Constituição Brasileira o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento a defesa dos direitos humanos e a promoção do meio ambiente.

Desde 1949, o Brasil tem sido o País que abre o debate geral na assembléia da ONU, e essa prática

que acredita-se, começou, naquela época em função do clima de confrontação que existia entre Estados Unidos e União Soviética e, portanto, visava evitar que se desse um ou outro País a primazia na abertura da assembléia geral, tem prestigiado muito o Brasil e tem demonstrado alto conceito de que o Brasil desfruta nas Nações Unidas desde o início da organização.

No que diz respeito a manutenção da paz e da segurança internacionais, o Brasil tem pautado a sua atuação pela defesa do direito internacional, respeito a carta e a busca de soluções negociadas para as crises de que se ocupa o Conselho de Segurança. Eu acabo de ter a informação, muito auspiciosa, de que foi possível chegar a um acordo nas negociações conduzidas no âmbito do grupo ex apartite(F) sobre a questão da Coreia, pela qual a Coreia do Norte concordou em abrir mão de seu programa nuclear em função de garantias de suprimento, de energia em função de apoio para o seu desenvolvimento, o que mostra que a busca de soluções negociadas é o melhor caminho até nas situações mais graves e que maior risco impõem a comunidade internacional como um todo.

O Brasil, com nove mandatos ao todo como membro não permanente do Conselho de Segurança, foi o País que mais presença teve no Conselho até o momento, empatando apenas com o Japão.

Muitos Países, inclusive Brasil, tem defendido uma reformulação do Conselho de Segurança que continua a refletir uma realidade do poder característica do final da Segunda Guerra e que não corresponde as realidades geopolíticas atuais. Com efeito, não há nenhum País Latino-Americano como membro permanente do Conselho de Segurança. A representação da Índia se limita a participação da China, a representação da Ásia, eu digo, se limita a participação da China. E não há nenhum País africano como membro permanente, um continente onde ocorre o maior número de conflitos, atualmente. De maneira que o Brasil tem sido favorável a uma reforma do Conselho de Segurança que permita aos Países em desenvolvimento uma participação mais acorde com o seu grau de influência no mundo de hoje.

O Brasil participa tradicionalmente das operações de paz das Nações Unidas. Desde a primeira participação brasileira em 1956 na Missão de Suez, temos participado em mais de 30 missões e cedido mais de 17 mil homens.

Nos anos 90, integramos operações de paz na África, na América Latina, na Ásia e tivemos importante participação em Angola, missão para a qual o Brasil enviou, durante um período de dois anos, cerca de mil e cem militares e policiais. Atualmente, participamos de 10 das 18 missões que a ONU atualmente

opera em todo o mundo. O nosso maior contingente está no Haiti com mil e duzentos homens, de uma força de seis mil e duzentos. E ao lado do contingente brasileiro estão contingentes de outros 8 Países da região: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru, Uruguai e outros Países, também de outras regiões, como Estados Unidos, Filipinas, França, Jordânia, Marrocos, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Canadá, Croácia, além de observadores e policiais de 36 outros Países.

O Brasil detém o comando militar da missão na pessoa do General Carlos Alberto dos Santos Cruz, mas não o comando civil que é ocupado por um Diplomata da Guatemala. Além do Haiti estamos presente também em Cotevuá(F), no Kosovo, na Libéria, no Sudão, na missão para Etiópia e Eritreia, no Nepal em Chipre e em duas missões políticas especiais, no Timor Leste e em Guiné Bissau. Em Chipre acontece uma coisa interessante porque nós estamos incorporados ao contingente argentino e no Haiti também temos uma experiência interessante porque o nosso contingente está integrado por forças do Paraguai.

Então, essa cooperação regional também é uma coisa muito interessante e um desdobramento novo dos últimos anos. Em relação nos sistemas econômicas e sociais, o Brasil também tem contribuído ativamente para o trabalho das Nações Unidas. O desenvolvimento tem sido o tema central da nossa diplomacia e o debate sobre a promoção e o desenvolvimento e o combate a pobreza tomou impulso novo a partir dos anos 90 com as grandes conferências globais promovidas pela ONU nos mais diversos temas. Meio ambiente, a Conferência do rio que o Brasil sediou em 92, direitos humanos, situação da mulher, população, desenvolvimento social, assentamentos humanos, financiamento do desenvolvimento.

Esse propósito, eu gostaria de lembrar uma iniciativa lançada pelo Presidente Lula em 2004, a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza em parceria com a França, o Chile e a Espanha, Países que posteriormente, se associaram a Alemanha, Argélia e África do Sul.

Essa iniciativa tem procurado manter o tema de desenvolvimento como prioridade na agenda internacional e tem discutido a possibilidade de novas formas de financiamento, formas inovadoras de obtenção de recursos adicionais, inclusive para o financiamento das metas do milênio. A evolução da questão ambiental é outro tema que tem contado com importante contribuição brasileira. Sediamos a Conferência das Nações Unidas em 1992 como já havia mencionado, tendo o Brasil tido um papel fundamental nas negociações sobre o próprio conceito do desenvolvimento susten-

tável que se firmou desde então. E temos participado também de todos os processos negociadores nessa área como é o caso da nossa participação no regime internacional sobre mudança do clima e nos debates sobre biodiversidade.

Quanto a promoção e proteção dos direitos humanos, o Brasil tem Estado presente nos esforços conduzidos pela ONU, desde os primeiros momentos, mas foi com retorno a democracia e sobretudo com a Constituição Cidadã de 98, que a diplomacia brasileira pode reassumir um papel positivo e propositivo nos temas de direitos humanos, com a completa adesão aos tratados internacionais nessa matéria.

Atualmente, o Brasil vem participando de modo intenso do processo de reforma da ONU nessa área com a criação do Conselho de direitos humanos de que fazemos parte, fomos eleitos por uma expressiva maioria, o que mostra também o reconhecimento pelas posições que o Brasil tem adotado nessa área. O Brasil fez algo que poucos Países fizeram, que foi se abrir plenamente as visitas dos Relatores sobre os direitos humanos do sistema das Nações Unidas. O Brasil estendeu um convite permanente a esses Relatores e temos recebido uma média de uma visita por ano, pelo menos de Relatores da ONU nas mais diversas áreas, sistema prisional, judiciário, combate ao racismo, direito da mulher, enfim, em todas as áreas onde a ONU tem trabalhado e tem trabalhado através de seus Relatores especiais, o Brasil tem recebido a visita desses Relatores e tem se beneficiado dos seus comentários, dos seus relatórios, suas recomendações que muito nos ajudam a avançar nos nossos esforços internos em prol dos direitos humanos.

O Brasil fez também uma proposta que começa a amadurecer no novo Conselho de Direitos Humanos que é a idéia de um relatório global que seria um relatório possivelmente elaborado por pessoas eminentes sob autoridade das Nações Unidas que pudesse examinar a situação de direitos humanos em todo o mundo e com isso reduzir o grau de politização e seletividade a que tem sido submetida... A que era submetida a antiga Comissão de Direitos Humanos. Em relação aos temas que devem merecer atenção especial nos próximos anos, eu mencionaria três. A reforma da ONU, as discussões sobre mudança climática e a situação no Haiti.

O sentimento de que a ONU precisa adaptar-se aos novos tempos e as novas realidades geopolíticas vêm ganhando impulso e determinando movimentos de reforma na ONU. Uma vez concluída no plano institucional, a criação do Conselho de Direitos Humanos e a criação também da Comissão de Construção da Paz

de que o Brasil participa, ganha atenção novamente à reforma do Conselho de Segurança.

Em 2004, o Brasil uniu-se ao Japão, a Índia e Alemanha, grupo que ficou conhecido como G-4 para desenvolver conjuntamente uma proposta capaz de aumentar a representatividade do Conselho tornando-o mais democrático. Os debates sobre esse assunto já foram retomados agora em fevereiro e vão se prolongar ao longo do ano, sobre a presidência da Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas. O Brasil precisa, enfim, articular-se com não apenas os membros do G-4, mas outros Países em desenvolvimento, em constante diálogo com os Países africanos para uma participação ativa nesse debate e para procurar contribuir para que as negociações a esse respeito avancem no sentido dos nossos interesses.

A situação no Haiti é outro tema que eu gostaria de mencionar, porque requererá certamente uma atenção continuada do Brasil.

Há uma dimensão nova e muito interessante nessa nova cooperação que se formou sob a égide da ONU para assistência ao Haiti. É o reencontro entre o Haiti e a região. O Haiti e os Países latino-americanos. O Brasil tem prestado importante assistência ao Haiti, mas não está sozinho nessa iniciativa. Nós estamos acompanhados de vários Países da região, como eu já mencionei, há 8 Países que contribuem com tropas e esses Países se articulam e se coordenam também para assistência ao Haiti de uma forma mais ampla. O outro aspecto novo é esse relativo ao caráter integrado da missão para o Haiti, a Minustad. As iniciativas anteriores de apoio ao Haiti e de estabilização do Haiti tenderam a se concentrar excessivamente na vertente da segurança e as missões abandonavam o País uma vez que a situação parecia sobre controle, e isso significava que o Haiti ficava de novo as voltas com os mesmos problemas que geraram a crise em primeiro lugar.

Dessa vez nós achamos que é diferente. Dessa vez nós queremos que seja diferente, porque estamos empenhados numa missão integrada que associa os esforços de estabilização e de segurança, há esforços para o fortalecimento do Estado haitiano e para a recuperação econômica e social do Haiti. De maneira que esse é um processo que vai tomar ainda alguns anos e no qual o Brasil está claramente comprometido e solidário com o Haiti.

A guisa de conclusão e retomando a reflexão inicial proposta pelo Ministro Celso Amorim, creio que não seria possível conceber o mundo hoje sem a ONU. Pode criticá-la, apontar falhas, apontar insucessos, mas é necessário reconhecer a sabedoria do seu desenho original, os resultados que alcançou e a sua

capacidade de renovação, ao incorporar novos temas e crescentes áreas de atuação.

Realidade ou utopia, a ONU tem sido e continua a ser necessária e útil. Representar o Brasil na ONU é um enorme desafio, mas é um desafio estimulante, é estimulante porque Brasil... é estimulante porque o Brasil está ao lado das boas causas, é estimulante porque o Brasil consolidou ao longo de sua trajetória por mais de 6 décadas uma imagem de um País que se distingue pela seriedade, pela responsabilidade, pelo equilíbrio, pelo constante empenho em contribuir para a construção de um mundo mais pacífico e mais justo. Muito obrigada.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pela manifestação, Sr^a. Embaixadora, o que nós desejamos que V.Ex^a, com toda essa sua garra e emoção, nos defenda no Plenário da ONU. Eu quero reparar um erro aqui cometido inicialmente e convidar para fazer parte da Mesa o Embaixador Marco Antônio Brandão, que é o Assessor de assuntos Parlamentares do Ministro das Relações Exteriores nesta Casa e não gosto de cometer injustiças meu caro Eduardo. Eu tinha falado do consorte da Embaixadora à esquerda, quero falar agora do consorte que é o Eduardo Viotti, extraordinário funcionário desta Casa que felizmente pelo que me parece nos deixará temporariamente para passar por uma etapa de sacrifícios intensos acompanhando a esposa caso aprovada nesta Casa, nesta nova missão.

Parabenizo a Casa por tê-los nos seus quadros e aos dois pelo privilégio da convivência. Eu, agora, passarei a parte do questionamento. Indago se existe algum questionamento reservado, algumas questões sigilosas. Senador Suplicy, até podemos fazer em duas etapas: Uma para a parte aberta e posteriormente a parte sigilosa. Embaixadora, se em determinado momento achar conveniente que a resposta seja dada em caráter sigiloso acionará a presidência, então, nós faremos a suspensão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu só sugeriria que a Embaixadora pudesse também fazer a exposição dela antes em relação a Cabo Verde.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sim, claro, vai ser exatamente isso. Eu estou apenas tomando as precauções de aviso. Fique V.Ex^a absolutamente tranquilo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Perfeito. Depois a gente faria a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Estou apenas fazendo já o aviso porque eu vi o Senador Suplicy levantar o microfone ali, sei que ele... Ele tem as perguntas mais embaraçosas da diplomacia mundial, então tomei as precauções sobre o tema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Ex^a está conduzindo muito bem, Presidente. Inclusive estou de acordo com a sua sugestão de permitir que algumas das questões possam ser feitas abertamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agradeço a V.Ex^a o estímulo. Com a palavra a Embaixadora Maria Dulce Barros.

SRA. MARIA DULCE SILVA BARROS: Sr. Presidente, querido amigo e conterrâneo, Senador Heráclito Fortes. Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, minhas senhoras e meus senhores. Eu, em primeiro lugar, queria agradecer a presença de V.Ex^{as}, espero merecer a aprovação desta Comissão a qual compareço a fim de submeter-me a exame exigido em virtude de minha indicação para assumir o cargo de Embaixadora junto ao governo da República de Cabo Verde.

Não poderia deixar de expressar também o meu agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao meu Ministro Celso Amorim pela confiança que depositaram em mim e pela qual eu me sinto muito honrada.

Eu estou convencida de que me encontro diante de um cenário muito promissor. O País que me deverá acolher, se tudo ocorrer bem aqui, tem passado de excelentes relações com o Brasil que se consolidam no presente, só tendem a melhorar no futuro. Todo o novo posto é um desafio, sem dúvida, mas Cabo Verde é um desses lugares que mais que desafios oferecem oportunidades. Tenho todas as razões para sentir-me otimista na minha primeira experiência como chefe de posto.

O Brasil dá prioridade ao seu relacionamento com Países africanos a mais de 30 anos, se quisermos nos limitar a um período mais recente na nossa vida republicana. Na verdade, os interesses recíprocos vêm de muito tempo atrás, até de um passado que preferimos não lembrar, passado que remonta ao tráfico de escravos vindos justamente da Costa Oeste africana. A atual política brasileira vem intensificando esses laços ancestrais e descobre cada vez mais que está no bom caminho.

Hoje a África está na ordem do dia, a Europa montada em seu passado colonial, há muito vem demonstrando que lá existem mais objetos de cobiça do que levam a crer algumas atitudes às vezes hostis

contra os antigos colonizados. Petróleo, cobre, ouro e diamante são os mais óbvios e notórios exemplos disso. Mas as razões desse interesse não se resumem aos produtos naturais de exploração primária. Questões estratégicas, tanto do ponto de vista militar, quanto no tocante a políticas de distintas naturezas como comercial e de investimentos influenciam essa tendência que ora se observa.

A OTAN realiza exercícios em solo africano cada vez com mais frequência e com mais regularidade e vista a situação privilegiada do ponto de vista estratégico, geográfico do continente africano. Não é seguramente sem propósito que o mandatário chinês Hu Jintao, realizou muito recentemente um périplo amplíssimo a África para impor também o conhecimento de que a China está interessada na África. Então o Brasil faz muito bem, no meu entender, de perseguir essa política, que como eu disse não é nova, mas precisa ser intensificada, porque nós não estamos sozinhos nessa busca de parcerias privilegiadas. O Embaixador Alberto da Costa e Silva que é um africanista irrefutável escreveu uma obra prima, uma leitura indispensável para quem pretende conhecer um pouco a realidade africana, e o título é primoroso, "Um Rio Chamado Atlântico". O título nos faz remontar as lendas do território submerso, porém longe de tecer considerações fantásticas expõe verdades que não podem ser ignoradas. Os vínculos do Brasil com a África são antigos, reais e palpáveis. Seria, portanto, errôneo achar que é supérfluo ou oportunista o interesse brasileiro por essa faixa de terra que consiste em última análise em nossa fronteira do leste.

Nesse centário(F), Cabo Verde tem sido apontado como um País privilegiado para o fortalecimento de uma parceria mutuamente vantajosa. Quando comecei minhas leituras a fim de preparar a arguição perante essa Comissão e, por conseguinte, o que eu pretendo fazer no meu futuro trabalho, se for agraciada com a boa apreciação dessa Comissão, um fato da história me chamou especialmente a atenção. Diferentemente da maioria das terras colonizadas, descobertas e colonizadas pelos portugueses, nos quatrocentos e nos quinhentos, Cabo Verde foi descoberto um pouco antes do Brasil em 1456, as ilhas não tinham habitantes autóctones. A população cabo-verdiana é fundamentalmente mestiça e reconhecidamente pacífica. Diferente de outros cenários comuns no continente africano. Nisso, nós temos um ponto de semelhança forte e que vem sendo explorado e que deve ser explorado. Em sua história mais recente registraram-se mais acertos do que erros na formulação de política, formulação e execução de políticas públicas em Cabo Verde, o que faz com que o País goze de visíveis progressos no nível

de desenvolvimento, inclusive, desenvolvimento humano, não só o desenvolvimento econômico. E também o reconhecimento indiscutível quanto a prática da boa governança, o que não é dizer pouco quando se fala de um País dentro de um continente tão conturbado quanto a África. Essa combinação de fatores contribui para a credibilidade do País e de suas instituições que vem sendo testada por mais de 30 anos, desde a independência em 1975. A democracia em Cabo Verde é um fato, haja vista a constância de eleições livres, multipartidárias que começaram em 1991.

Há muita semelhança entre Brasil e Cabo Verde, a língua, mestiçagem, a expressão musical e por extensão outras expressões artísticas, são mostras mais explícitas dessa aproximação de identidade. As relações bilaterais entre Brasil e Cabo Verde passam por um excelente período, tem sido numerosos os contatos entre autoridades dos nossos Países e a nossa agenda ganhou densidade. O primeiro Ministro José Maria Ferreira Neves e o Presidente Pedro Pires visitaram o Brasil em 2006, perdão, em 2005. O Presidente Lula visitou o Cabo Verde em 2004 e no mesmo ano o Ministro Gilberto Gil. E o Ministro Celso Amorim fez uma visita de chanceler, oficial, em 2006. Ou seja, é uma frequência muito grande e muito próxima.

Vale a pena registrar outro dado peculiar sobre Cabo Verde que é a estratégia, a meu ver muito feliz de intensificar relações com os Estados do nordeste brasileiro em particular o Ceará e Pernambuco. Para se ter uma idéia, há duas frequências semanais de vôos diretos entre Fortaleza e a Ilha do Sal e recentemente foi estabelecida uma rota marítima entre Recife e Praia, com triangulação por um porto na Flórida nos Estados Unidos. A opção por desenvolver laços estáveis de comércio com Estados nordestinos já está produzindo um aumento de atividades em vários níveis, de turismo, do próprio comércio e de ações bilaterais de cooperação.

Cabo Verde tem tido um crescimento positivo desde 2001, o crescimento real do PIB em 2005 foi de 6,4%, com inflação baixa, estabilidade cambial e redução da dívida pública, as perspectivas são promissoras, é esperado um crescimento anual do PIB entre 6 e 7%, de maneira sustentada até 2008. Há que se aproveitar esse bom momento, com uma balança comercial é muito favorável ao Brasil, o Brasil vende literalmente mil vezes o que compra de Cabo Verde, obviamente temos uma pauta de exportação muito mais rica e com muitos produtos que são de interesses de Cabo Verde, mas nem por isso deveremos nos sentir confortáveis, é preciso também estimular as exportações cabo-verdianas, se não para o mercado brasileiro, promover maneiras, já temos um *know-how* já bastante significativo disso, de

promoção de exportações e é bom que sempre que as vendas sejam uma atividade de duas vias, senão outro parceiros se sente diminuído.

Então, nesse setor há matéria para ser trabalhada e pode ser, de uma maneira realista, sem devaneios, coisas realistas, apontando para atividades específicas, onde isso pode ser maximizado.

Além disso, Cabo Verde demonstra aptidão para transformar-se numa plataforma de exportação de produtos brasileiros para terceiros mercados, o que também precisa ser aproveitado. A experiência demonstra a importância da cooperação educacional prestada pela do Brasil a Cabo Verde. Há cerca de mil estudantes no País que cursam instituições de ensino superior no Brasil, sem contar o Instituto Rio Branco que forma diplomatas que vão integrar o serviço exterior daquele País de uma maneira contínua e regular, e você está gerando com isso, permanentemente, aliados que sempre se encantam com o que aprenderam no País. Um grande amigo do Brasil, por exemplo, neste atualmente momento, é o primeiro Ministro José Maria Pereira neves que aqui viveu como estudante, formou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. O Ministério da Educação e algumas universidades brasileiras, entre as quais, eu ressalto a Universidade Federal do Ceará, sempre essa busca de interação com o nordeste, essa identidade, com os objetivos do nordeste, que se encaixam com muita propriedade aos objetivos também cabo-verdianos e se criou, portanto, a Universidade de Cabo Verde que começou o seu funcionamento em 2006.

O Brasil ajuda ainda na formação de profissionais e técnicos cabo-verdianos na área de construção civil, eletricidade e serralheria com o envio de profissionais brasileiros para trabalharem no Centro de Formação Profissional localizado em Praia, aqui eu faço também um parêntese, é uma das partes da cooperação mais valorizada pelo Governo de Cabo Verde e eles são tradicionalmente preocupados com uma boa educação, eles têm um registro em matéria de boa educação superior a muitos dos Países africanos, inclusive os Países africanos de língua portuguesa.

Um Item da pauta bilateral que eles sempre insistem é a questão do perdão da dívida que eles têm para com o Brasil que é de dois milhões e setecentos mil, não é uma cifra alta, mas um tema de dívida é um tema que tem que ser debatido com muita tranquilidade, às vezes o perdão pode parecer “tucur”, assim, pode parecer uma esmola, há que buscar mecanismos interessantes de investimento de empresas privadas que é queiram absolver essa dívida para fazer investimentos lá, enfim, há vários mecanismos que podem ser explorados, mas que precisam ser discutido no nível

apropriado. Isso é um Item, por exemplo, que eu acho que o Embaixador, em Cabo Verde poderá contribuir para azeitar esse entendimento e levar a bom termo uma solução benéfica mutuamente.

Não se pode falar de Cabo Verde se não se fizer um pequeno parêntese sobre a questão da língua portuguesa que é um traço de União, sem dúvida nenhuma, que não é só com Cabo Verde, com os demais Países da comunidade, mas que vai, obviamente, além da língua. É uma maneira de se fazer um entendimento, uma consertação em que todo mundo saiba exatamente o que está falando. A diálogo político é às vezes eivado de desentendimentos e se você fala pelo menos a mesma língua já é uma, não é uma garantia, nunca uma garantia num debate político, mas pelo menos é um instrumento adicional de acercamento. Isso é uma coisa vantajosa, essa qualidade, essa sensação de pertencer a uma comunidade gera efetivamente uma área de confiança palpável, uma área de confiança que não é retórica, é visível e rende frutos.

Cabo Verde, por exemplo, para falar um pouco desse entendimento e dessa sensação de pertencer, Cabo Verde é declaradamente, vota declaradamente no Brasil, na aspiração brasileira de se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança. Normalmente, alguns Países, inclusive, latino-americanos que são tão próximos também de nós, fazem promessas, Cabo Verde declara em alto e bom som que apóia a pretensão legítima do Brasil, segundo eles de ascenderam a um cargo, a um posto, a um assento permanente no Conselho de Segurança.

A título de conclusão, eu gostaria de comentar que Cabo Verde vive um período de estabilidade e é um caso exemplar de boa governança fazendo aqui uma espécie de recapitulação. Num aspecto mais amplo contribui para que a África readquira centralidade numa nova balança de poder num momento em que parece ter recuperado a atenção dos agentes políticos, econômicos, financeiros empresariais e culturais. Cabo Verde passa a ser, nesse contexto, um elemento estratégico para a definição de uma plataforma de entendimento que estabeleça com maturidade as metas de uma associação de ganhos recíprocos. O Presidente Pedro Pires, em suas vindas ao Brasil, a fim de participar do fórum Brasil África realizado em Fortaleza, mais uma vez o Ceará demonstrando a solidez dessa aproximação, fez um comentário, ele disse, eu vou abrir aspas: “Tem sentido perguntar hoje, se outrora estivemos ligados em benefício de outros e em nosso detrimento, por que não ousamos construir hoje que somos sujeitos do nosso próprio devir, novos elos mais éticos, mais frutíferos entre os nossos povos. Acredi-

tamos ser este o desafio que a história agora nos lança". Fecho aspas.

Eu não poderia, se não assinar embaixo dessa indagação do Presidente Pedro Pires, que eu acho que deveria ser nossa também. E esta seria, então, senhores membros da Comissão de Relações Exteriores as observações que me apareceram importantes trazer ao conhecimento e a consideração de V.Ex^{as} para que possam avaliar o grau de compromisso com a missão para a qual fui indicada e caso eu mereça a aprovação de V.Ex^{as}, procurarei exercê-la com o maior espírito público e com a mais completa dedicação. Muitíssimo obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vamos abrir, agora, a lista de inscrição. Não temos ainda que... Com a palavra o Senador Fernando Collor, a pergunta: Tem alguma questão reservada? Então tem a palavra V.Ex^a.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Senadores, Sr^a. Senadora Maria Viotti, as Nações Unidas, hoje, o organismo pode ser entendido como extremamente ultrapassado para os dias em que vivemos. Foi uma criação do pós-guerra e de lá para cá, o mundo evoluiu e mudou bastante. Do mesmo modo o Brasil. De alguns anos para cá, vem experimentando algumas fazes de idas e vindas na sua política externa e a presença do Brasil nas Nações Unidas, em alguns momentos muito específicos e na realidade quando do interesse das grandes potências vem sendo ouvida e vem sendo sentida.

Já há alguns anos, o Brasil pretende obter um assento no Conselho de Segurança. Eu perguntaria em primeiro lugar a senhora, quais seriam, hoje, os predicados necessários para que o Brasil solicitasse a inclusão do seu nome nesse Conselho de Segurança? Se esses predicados, caso eles existam e devem existir, serão suficientemente fortes para sustentar este pleito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Concluída a pergunta, tem a palavra V.Ex^a.

SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI: Muito obrigada, Senador Collor, ex-Presidente, por sua pergunta que é muito instigante e me permite ampliar um pouco a informação sobre essa questão tão importante da Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu concordo inteiramente com a sua apreciação de que o mundo mudou, a ONU precisa se adaptar, se ajustar, o Brasil também mudou, e as bases da nossa postulação em relação a uma ampliação do Conselho de Segurança, está justamente calcada nessa constatação de uma realidade nova, de uma

realidade em que Países como o Brasil, tem tido uma influência maior não só no plano regional, mas também no cenário internacional e podem dar uma contribuição às questões relativas a paz e a segurança internacionais que são de responsabilidade, não exclusiva, mas primordialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. E nós acreditamos que uma presença permanente pode fazer com que essa influência se dê de uma maneira mais incisiva.

Em relação aos predicados, o Brasil julga que tem credenciais para aspirar essa posição por ser um País, enfim, com as dimensões que tem, com a população que tem e por ser, sobretudo, um País pacífico, um País que desenvolve um projeto de integração na sua região, que procura soluções negociadas para os conflitos internacionais, e que tem, sobretudo, a força da razão e não a força das armas. A nossa argumentação é no sentido da importância de soluções negociadas, da importância de um avanço da cooperação que permitam a todos uma participação melhor na riqueza internacional.

Infelizmente, esses predicados, por si não são suficientes para que haja uma mudança na situação do Conselho de Segurança, é necessariamente uma negociação política e essa negociação política é uma negociação muito complexa e muito difícil porque envolve a alteração das relações de poder que ainda são muito fortes que embora a nosso ver anacrônicas. De maneira que o nosso esforço tem sido por articular essa nossa posição com Países como Índia, Alemanha e Japão que também aspiram a uma participação permanente no Conselho de Segurança e com outros Países da região que nos apóiam, com Países africanos que também com os quais compartilhamos essa percepção, com Países atuais membros permanentes do Conselho de Segurança, como Reino Unido e França que também apóiam essa visão de uma ONU fortalecida, de uma ONU capaz de exercer uma governança melhor no contexto internacional, de maneira que esses predicados eles precisam se fazer valer num processo negociador, e é isso que o Brasil vem procurado fazer avançar no âmbito das Nações Unidas e em outros foros também.

Eu acho que é preciso que esse debate ganhe outros atores, que esse debate também se aprofunde nos parlamentos, por exemplo, seria interessante que pudéssemos levar, eu acho que isso vai acontecer ao novo Congresso Americano, essa nossa visão, as organizações da sociedade civil que são sensíveis, enfim, a influência positiva que o Brasil tem podido exercer em várias áreas do debate internacional, meio ambiente, direitos humanos. Enfim para que essa nossa

postulação seja mais conhecida e possa ser melhor avaliada.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Com licença, Sr. Presidente. Posso continuar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu acredito que um dos grandes predicados que o Brasil possui nos dias de hoje seja exatamente a sua colaboração, a sua contribuição efetiva para a questão ambiental. Conselho de Segurança das Nações Unidas, ele está intimamente associado em função até da sua criação no pós-guerra a segurança mundial. Na época o mundo bipolar. Hoje, esse Conselho de Segurança das Nações Unidas, eu acho que deveria sambarcar a segurança do planeta, da vida do planeta. O Brasil não tem, não é uma potência econômica, nem uma potência bélica que seria, vamos dizer, alguns dos pré-requisitos para ter assento na Comissão Permanente, para fazer valer a sua força como os outros que ali estão. E eu acredito que depois desse alerta global que foi dado em todo o mundo em função de estudos e do painel promovido pelas Nações Unidas, eu acho que esse conceito de Conselho de Segurança, deveria incluir a segurança do nosso planeta que está sendo destruído e devastado pela ação, prioritariamente, pela ação daqueles que têm assento permanente no Conselho de Segurança e que tem inclusive, direito a veto. Países como Estados Unidos, como China, como os Países da Comunidade Européia, são os que mais ameaçam hoje a segurança do planeta e paradoxalmente nessa nova fase em que estamos hoje vivendo no mundo, são eles que fazem parte do Conselho de Segurança e eles que tem direito de veto sobre toda e qualquer iniciativa que se queira tomar nesse campo, inclusive, não assinando, não firmando tratados e convenções absolutamente indispensáveis para que o planeta continue vivo.

Talvez, se for o caso, e a Sr^a. Embaixadora me permitir, *data venia*, da política externa que o Brasil sem encetando no momento, talvez fosse o instante, até por tudo aquilo que o Brasil já vem realizando e fazendo. Aí estão todos os nossos esforços da sociedade civil e do Governo para darmos a nossa colaboração e a nossa contribuição. Talvez, com base nisso, o Brasil merecesse sim, nos dias de hoje, juntando-se a todos esses outros predicados ter um assento, mas para ter uma voz ativa e não num Conselho de Segurança diluído, não interessa, no meu entender, o Brasil participar de um Conselho de Segurança diluído nas suas atribuições, diluído nas suas funções. E cobrar o Brasil, dentro das Nações Unidas, cobrar desse Conselho de Segurança que lá está, ações efetivas para que trabalhem pela

segurança do planeta. Não com armas, com bombas, com apetrechos nucleares, com corrida armamentista, com intervenções indevidas, mas sobretudo, com a atenção de salvação de milhares e milhares de vidas que hoje estão sendo perdidas por fome, por sede, pelo fato desses Países estarem tratando tão mal uma questão crucial como é a questão do meio ambiente no mundo. Era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Indago a Sr^a. Embaixadora se tem algum questionamento ainda, alguma resposta ao dar ao questionamento do Senador Collor. Tem a palavra.

SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI: Apenas um rápido comentário para dizer que de fato o Senador tem toda a razão, o conceito de segurança, hoje, é um conceito muito mais amplo que inicialmente se concebia a segurança, e abarca uma dimensão, um caráter multidimensional e a questão ambiental é certamente uma questão que está presente nessa concepção multidimensional da segurança que também envolve a nosso ver a questão das desigualdades econômicas, enfim, da necessidade de avançar também ao mesmo tempo, não só em questões tradicionais de segurança, mas também no desenvolvimento, no combate a pobreza, aspectos sobre os quais o Brasil também tem trabalhado. Apenas esse comentário, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de primeiro indagar, cumprimentar a Embaixadora Maria Dulce Silva Barros, desejar-lhe muito sucesso na missão em Cabo Verde, noto aqui na sua exposição, que há um dado que preocupa. O Presidente ainda há poucos dias, o Presidente Lula, mencionava a importância de termos relações mais equilibradas, sobretudo com os Países relativamente mais pobres, mas em que pese o fato de o Presidente de Cabo Verde ter vindo ao Brasil duas vezes recentemente e de o próprio Lula ali ter estado, ali em 2004 contrasta muito que tenha o Brasil importado apenas 23 mil dólares, em comparação a 23 milhões que nós exportamos para Cabo Verde.

Então, agradeceria se puder estar nos informando sobre que passos avaliam que poderiam ser dados para que a economia brasileira possa ter uma relação de maior equilíbrio com uma Nação como Cabo Verde e gostaria de encaminhar-lhe um exemplar da Renda Básica de Cidadania, meu trabalho e inclusive colocar-me à disposição, das autoridades de Cabo Verde para estar debatendo esse projeto na medida em que de toda a fonte de riqueza criada em qualquer País mesmo em que não haja tantos recursos, mas mesmo

dos modestos que existem, podem perfeitamente criar uma sistemática dessa natureza e gostaria, a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti também desejar-lhe todo o sucesso em sua missão e gostaria de fazer uma pergunta um pouco mais específica sobre as questões onde tem havido... As regiões onde tem havido grande dificuldades para a realização da paz. Uma delas que diz respeito ao Haiti, porque ainda que tivéssemos aqui ouvido as exposições dos responsáveis pela missão que o Brasil preside no Haiti, de que poderia haver um progresso em direção a democratização e a realização da paz, tem havido notícias recentes de que a própria missão da ONU e com a participação do Brasil tem encontrado ali, certas dificuldades e situação de violência na chamada, região de Porto Príncipe, na Cidade do Sol e agradeceria se pudesse nos dar a informação, se trata de uma informação extremamente difícil e quais são os passos que estão sendo dados para que possa a missão da ONU lá ter o sucesso de promover a pacificação e a democratização do Haiti. Num lugar ainda mais difícil, eu me refiro aqui ao Iraque e dentro inclusive das considerações que o Senador Fernando Collor agora há pouco mencionou, acredito que o Brasil pode colaborar muito e ainda mais decisivamente, ainda mais para ter papel que o Senador Fernando Collor mencionou de o Brasil ter um papel de estar influenciando mais os passos que possam significar a realização da paz ali no Iraque.

O recente estudo publicado pelo Embaixador Becker e o ex-Deputado Lee Hamilton, sobre o chamado Grupo de Estudos sobre o Iraque, menciona dentre outras proposições, justamente possa o Iraque considerar algo que eu próprio havia proposto em abril de 2003, ao nosso Diplomata Sérgio Vieira de Mello, quando ele assumiu a missão de coordenador do Iraque, é que ele propusesse aos Iraquianos que considerassem seguir o exemplo do Fundo Permanente do Alasca para a utilização do petróleo e proporcionar um dividendo a cada um dos habitantes do Iraque que eu avalio, significaria uma proposta de muito significado e que foi, inclusive, saudada e sugerida, então, logo no mês seguinte, pelo Embaixador Paulo Bremer III com quem Sérgio Vieira de Mello havia dialogado, havia transmitido a mim que a proposta estava sendo bem considerada alguns dias antes de ter sido assassinado, que ele me telefonou de lá dizendo que inclusive o Banco Mundial considerava factível a proposta, e essa proposta acabou sendo mencionada num estudo recém publicado que eu mencionei, o chamado Grupo de Estudos sobre o IRAQUE. Eu tive, inclusive, um breve diálogo com o Presidente Jorge Walker Bush quando estive no Brasil que mencionou a respeito que nós estávamos trabalhando nesse assunto, e esse diálogo

inclusive, está explicitado aqui no livro que eu também vou dar a V.Ex^a, mas gostaria de dizer da minha disposição de estar ajudando em tudo aquilo que o Brasil estiver propondo nessa direção, e, inclusive, também ao próprio Presidente Evo Morales que estará amanhã aqui no Brasil. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Antes de passar a palavra, em primeiro lugar, a Embaixadora Maria Dulce, eu quero louvar o gesto de V.Ex^a, Senador Suplicy. Queria dizer inclusive que é intenção dessa Comissão dinamizar um pouco a discussão nesse sentido e V.Ex^a está se consagrando um verdadeiro peregrino da paz através da tentativa de diminuição das diferenças e o seu Programa Renda Minha, com certeza será vista com muito bons olhos pelas duas novas representantes do Brasil lá fora. Mas o que eu vou propor mais adiante é que V.Ex^a chefie uma missão visitando esses Países em conflito, a começar pelo Iraque, tenho certeza que o lançamento de sua obra lá será de grande valia no sentido da conscientização daqueles que lutam naquele País amigo. Com a palavra a Embaixadora...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero dizer que aceito a missão de V.Ex^a e gostaria muito de ir com V.Ex^a a Bagdá.

[risos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** V.Ex^a sabe que é quem preside não viaja, delega. [risos] De forma que não me aponte para o Senador Mão Santa que ele também não vai lhe acompanhar. V.Ex^a vai completamente livre para a escolha de sua delegação. Com a palavra a Embaixadora Maria Dulce. [risos]

SRA. MARIA DULCE SILVA BARROS: Efetivamente é uma equação injusta, não há como fugir dessa verificação. Acontece que é fácil perceber as razões. O Brasil um País com uma pauta exportadora imensa, produtos absolutamente necessários para a sociedade cabo-verdiana, nós vendemos a preços que são acessíveis para Cabo Verde, temos essas vantagens corporativas que fazem justamente aumentar a valorização dos nossos produtos lá. Essa descoberta também de Cabo Verde, descoberta do nordeste do Brasil, que Cabo Verde muito acertadamente fez, aumentou ainda a coincidência das necessidades. Roupas que são vendidas no Ceará certamente são muito mais adequadas ao clima de Cabo Verde do que São Paulo, enfim. E cada vez a produção brasileira se mostra e eu falo roupas porque foi a coisa que me ocorreu inicialmente, mas na verdade, a pauta vai de material de construção, ferramentas, é uma pauta extensíssima, e obviamente eles não tem uma indústria muito... Que ofereça produtos, não tem uma complementaridade

que possa oferecer produtos do nosso interesse. Mas isso não significa que sejam más essas relações comerciais, porque Cabo Verde aproveita o fato de não poder produzir muito, enveredando pela área do comércio e a área de serviços em que eles são brilhantes e, inclusive, por exemplo, questões marítimas, profissionais bem treinados para trabalharem em barcos, eles dependem muito de transporte marítimo.

Então, eu acho que procurar um equilíbrio próximo é impensável, mas o que o Brasil pode fazer para valorizar? O Brasil forma mão-de-obra cabo-verdiana, o Brasil exporta modelo de pequena e média indústria, o Brasil tem uma presença que às vezes é muito mais valorizada do que uma simples questão de troca comercial, que obviamente não estamos menosprezando a importância do comércio bilateral, mas há outras formas de contribuir para o desenvolvimento de um País menos desenvolvido e são formas generosas, eu diria que tem se mostrado eficazes, sempre são muito agradecidos, então se consegue um equilíbrio, que vamos dizer assim, de certa maneira, compensa esse desbalance quando se trata apenas da questão da trata comercial.

Então, eu acredito que uma política mais ampla que não seja especificamente reduzida a quanto se compre a quanto se vende, mas uma política que inclua criar meios para que Cabo Verde possa competir, senão com o Brasil, com outros mercados e seja com programas de promoção de exportações que nós temos tradicionalmente conseguido inclusive dentro do Itamarati e outras agências, ajudá-los também a melhorar, por exemplo, questão de energia lá que é muito reduzida, participar de projetos, por exemplo, para dessalinização de águas, eles têm recursos hídricos limitados.

Então eu acho que há compensações que não entram na balança comercial propriamente dita, mas que eu tenho certeza que Cabo Verde não sai perdendo com esse bom relacionamento com o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra a Embaixadora Maria Luiza Viotti para a resposta.

SRA. MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI: Muito obrigada, Senador Heráclito. Senador Eduardo Suplicy, muito obrigada por suas perguntas relativas a Haiti e Iraque. Em relação ao Haiti, eu gostaria de mencionar que realizamos, organizamos na semana passada um seminário aqui em Brasília juntamente com o Canadá para discutir a situação do Haiti.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A senhora permitia Embaixadora?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pela ordem tem a palavra o Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se a gente pudesse fazer a Sessão secreta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A partir de agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Já estamos entrando em alguns assuntos que provavelmente poderão ser delicados para as embaixadoras, e como elas vão ocupar lugares importantíssimos dentro da estrutura de política externa brasileira, eu peço desculpas, mas talvez isso fosse importante para elas poderem abrir o coração completamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O pedido tem amparo regimental, de acordo com o disposto do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno. Vou transformar a reunião da Comissão em secreta a fim de que as embaixadoras façam suas exposições e em seguida continue a arguição pela Comissão.

[sessão secreta às 11h52.]

[sessão reaberta ao público às 12h35.]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Sessão está reaberta e vou proclamar o resultado. Houve unanimidade com relação às duas indicadas, de forma que parabeno e determino a Secretaria que proceda regimentalmente encaminhando as duas indicações dessa Comissão a Mesa do Senado para as providências seguintes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, agradecendo a presença de todos e lembrando que as reuniões serão sempre as quintas-feiras. Essa semana modificou-se exatamente por causa da proximidade do carnaval e atendendo V.Ex^a, Senador Suplicy que quer ir ao Galo da Madrugada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, V.Ex^a havia informado na Sessão reservada que pode informar abertamente que houve comparecimento completo de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Realmente V.Ex^a tem razão. Eu quero fazer esse registro muito importante, nós conseguimos aí, através do esforço individual de cada um dos Senadores a presença de todos os membros, quer dizer, todos os membros votaram, foram os 19 votos favoráveis à condução das duas diplomatas para representar o Brasil na ONU e para representar o Brasil em Cabo Verde.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pergunto, Sr. Presidente, se talvez V.Ex^a tenha anunciado no início, mas eu não estava presente, se foi marcado já a presença do Embaixador Roberto Abdenur e depois do Ministro Celso Amorim, se já há data marcada prevista para aquela audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Suplicy, mais uma vez V.Ex^a socorre as fraquezas desse Presidente. Foi muito bom o alerta de V.Ex^a porque na realidade, a convocação é um convite do Embaixador Roberto Abdenur está marcado para o dia 27. Então 27 também é uma terça-feira.

Então, o que nós vamos fazer, nós vamos fazer reunião na terça, que é essa convocação, e na quinta uma reunião administrativa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria perguntar ao Senador Inácio Arruda se poderia como que um acréscimo no Requerimento proposto aprovado de convocação do Senador Celso Amorim, para que ele possa falar de todos os temas da pasta de relações exteriores que são de nosso interesse, e se isso pode até, quem sabe, nem precise eu formalizar, mas que possamos ainda, neste momento, até por convite de V.Ex^a dizer que, quando da vinda...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já é assim o Requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já é assim? Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Até porque qualquer outra modificação nós teríamos que passar por votação e não haveria como...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então está ótimo. Eu só queria ter o entendimento que de fato seja assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a foi atendido por osmose.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [risos] Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h39

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, CRISTOVAM BUARQUE, ARTHUR VIRGÍLIO, GILVAM BORGES, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, EDISON LOBÃO, MOZARILDO CAVALCANTI, AUGUSTO BOTELHO, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, GARIBALDI ALVES, SERYS SLHESSARENKO, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, INÁCIO ARRUDA, PAULO DUQUE, TASSO JEREISSATI, JOÃO TENÓRIO E MARCELO CRIVELLA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Reunião destina-se a ouvir o Excelentíssimo Senhor Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, para expor sobre entrevista publicada em revista de circulação nacional, objeto do Requerimento nº 1, de 2007 – CRE, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, aprovado em 7 de fevereiro de 2007. O Presidente convida o Excelentíssimo Embaixador Roberto Abdenur para compor a mesa. O Senhor Presidente, antes de encaminhar a discussão do Requerimento registra a presença na Comissão do Ex-Embaixador Tilden Dantas e do Deputado Fernando Gabeira. O Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão o Requerimento Nº 6, de 2007, de autoria do Senador Fernando Collor, que *“Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, do Regimento Interno, seja convidado o senhor Al Gore, Ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, a vir a Reunião desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para tratar de questões relacionadas ao Meio Ambiente, particularmente sobre o problema do aquecimento global e suas repercussões no relacionamento entre as nações do planeta.”* Discutem a matéria os Senadores **FERNANDO COLLOR** e **EDUARDO AZEREDO**. Aprovado. O Presidente da Comissão solicita ao Senador Fernando Collor que faça o contato com o Senhor Al Gore para comparecer a Comissão, onde é imediatamente aceito. O Presidente da Comissão concede a palavra ao Embaixador **ROBERTO PINTO F. M. ABDENUR** para sua exposição. Faz uso da palavra para arguição o Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, como autor do Requerimento. Após resposta do Embaixador ao Senador Eduardo Azeredo, o Presidente da Comissão propõe, que seja realizada sessão secreta após a arguição do Embaixador, para tomar decisão quanto às promoções de Embaixadores. A matéria é discutida pelos Senadores **PEDRO SIMON, ROMEU TUMA, SERYS SLHESSARENKO**. O Presidente da Comis-

são retira o pedido de Sessão Secreta e discussão da matéria. Continua a arguição do Embaixador pelos Senadores **JARBAS VASCONCELOS, FERNANDO COLLOR, ROMEUTUMA, FLEXA RIBEIRO, ARTHUR VIRGÍLIO, PEDRO SIMON, MARCO MACIEL, INÁCIO ARRUDA e EDUARDO SUPLICY**. O Presidente da Comissão submete à apreciação da Comissão os seguintes Requerimentos: Requerimento N° 3, de 2007 – CRE, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Fernando Collor, que *“Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para acompanhamento, estudos e monitoramento da implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinada no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.”* O Presidente faz a leitura da composição da Subcomissão. Aprovado. Requerimento N° 4, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *“Requer, nos termos regimentais, seja agendado para o primeiro semestre deste ano um Seminário sobre experiências internacionais em Parcerias Público-Privadas (PPPs), a ser realizada por esta Comissão de Relações Exteriores, em conjunto com a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal”*. Aprovado. Requerimento N° 7, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *“Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, do Regimento Interno, sejam convidados a participar em reuniões desta Comissão os Senhores Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou órgãos equivalentes dos Senados ou das Casas Legislativas unicamerais, se for o caso, dos países sul-americanos, com o objetivo da troca de informações sobre temas relacionados com a América do Sul e com as relações entre nossos países.”* Aprovado. Requerimento N° 8, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *“Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e no art. 90, II, do Regimento Interno, sejam marcadas audiências públicas desta Comissão, a se realizarem nas cidades de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná e Tabatinga, no estado do Amazonas, com a participação de autoridades e representantes de entidades*

da sociedade civil, com o objetivo de debater temas ligados à segurança e à estabilidade das respectivas regiões fronteiriças.” Aprovado. O Presidente da Comissão dá prosseguimento à arguição, fazendo uso da os Senadores **MARCELO CRIVELLA, CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO AZEREDO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora à apreciação da pauta. Item 01. Temos aqui a presença do Exmº. Sr. Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur para expor sobre entrevista publicada em revista de circulação nacional, objeto de Requerimento 01/2007 da CRE de autoria dos Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, aprovado em 07 de fevereiro de 2007.

Convido a tomar assento à Mesa o Embaixador Abdenur. Eu faço aqui com o maior prazer o registro do ex-Embaixador do Brasil em Cuba Tilden Santiago, com quem tivemos o prazer de conviver em momentos importantes para vida do Congresso na Câmara dos Deputados, como também a presença sempre agradável do Deputado carioca Fernando Gabeira. Faço esses dois registros, como também registro aqui a presença de Diplomatas e autoridades presentes a essa oitiva.

Tem V.Exª a palavra, pela ordem, o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de fazer chegar às mãos de V.Exª o Requerimento para que seja convidado pela Subcomissão de Aquecimento Global, o Sr. Al gore, ex-Senador, ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América

para que ele venha a esta Comissão para tratar das questões relacionadas não somente à questão do aquecimento global, mas relacionadas ao meio ambiente como um todo.

O Senador Al gore, ele teve uma participação muito importante quando da realização da conferência... II Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, chamada ECO 92. E ele foi junto com o Comandante Jacques Cousteau dois daqueles, eles dois, foram baluartes para o sucesso daquela conferência.

Lembro-me bem que o Governo Americano, pressionado pela tecnoburocracia por um lado e por outro pelos grandes conglomerados industriais, não queria ou não estava sensibilizado a assinar o Tratado de Biodiversidade, e sem assinatura do Governo Americano, do Presidente americano, tornaria inviável praticamente o sucesso da nossa iniciativa. E foi do então Senador Algor que vindo com o Comandante Jacques Cousteau com a idéia de que nós fôssemos, pegássemos o avião e fôssemos a Washington criando a política do doce constrangimento solicitar pessoalmente ao Presidente americano uma audiência e pedir que ele não deixasse de estar presente na nossa conferência. Mas isso nem foi preciso, porque ele ao saber de que essa iniciativa estaria prestes a ser concretizada, o Presidente americano confirmou a sua presença e não somente confirmou a sua presença como assinou o tratado de biodiversidade.

Portanto, é uma pessoa que todos conhecem, mundialmente reconhecido e agora mais ainda com o prêmio recebido no último domingo pelo seu documentário, "Uma Verdade Inconveniente", acho que seria de toda positiva a vinda do Senador, do ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Algor, a esta Comissão, a convite desta Comissão para dar sua opinião e para trocar idéias conosco sobre questões relacionadas ao aquecimento global e de modo geral a questão ambiental do nosso planeta.

É esse Requerimento que faço chegar às suas mãos, Sr. Presidente, pedindo-lhe aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em primeiro lugar, Senador Collor, eu solicito à Secretaria que dê ao Requerimento nº. 06 para efeito burocrático. E solicitar a V.Ex^a que o Requerimento seja abrangente a toda a Comissão, e não restrito apenas à Subcomissão.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. A toda Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tendo em vista a se tratar de uma visita importante. Feito esse reparo eu submeto aos Srs. Senadores a votação. Os Srs. Senadores que aprovam

permaneçam como se encontram. Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Na verdade, eu queria exatamente fazer essa mesma sugestão, que fosse mais amplo, que nós pudéssemos ter todo o Plenário da Comissão e lembrar ainda que hoje nós temos aqui no auditório Petrônio Portela a apresentação do documentário que é realmente importante para aqueles que se interessarem porque é de relevo a apresentação e de interesse maior. Esse assunto felizmente está entrando na pauta aparentemente para valer agora. De maneira que é muito bem colocado o Requerimento do Senador Fernando Collor e quero também me manifestar favorável.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Vejam os senhores como a comunicação entre o Presidente e o Vice-Presidente dessa Comissão é telepática. [risos]

Bom, aprovado o Requerimento, eu pediria a permissão à Comissão para incumbir o próprio Senador Collor, autor do Requerimento, que fizesse as tratativas no sentido de programar ainda para esse semestre se possível à vinda do Sr. Al gore ao Brasil.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Perfeitamente. Ainda esta semana estarei entrando em contato para ver a agenda dele, a disponibilidade da sua agenda para a vinda aqui ao Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Bom, vamos então ao objetivo da reunião do seu Item nº. 01, que é a disposição que será feita pelo Embaixador Roberto Abdenur a quem concedo a palavra para fazer a sua exposição.

De antemão quero dizer, Sr. Embaixador, que V.Ex^a dispõe de... Eu sou muito contra essa rigidez de tempo. V.Ex^a dispõe de 15 minutos, mas pode ser 20, pode ser 5, pode ser...

Bom, fica a critério de V.Ex^a pela necessidade que terá de prestar os esclarecimentos, atendendo a convocação feita pelos Senadores Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro. Tem a palavra V.Ex^a.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-

DENUR: Senador Heráclito Fortes, eu queria garantir-lhe desde logo que terminarei a minha exposição ainda antes do jantar. Queria dizer ao senhor que eu tenho muito prazer e mais do que prazer, muita honra em comparecer a esta Comissão. De um lado pela importância extraordinária que ela possui nas questões de política externa e do outro lado porque eu próprio tenho uma história de relação, por assim dizer, com essa Comissão que data de longo tempo. Eu fui Embaixador do

Brasil em cinco Países com seis missões e, portanto, aqui havia estado cinco vezes submetendo-me à sabinina dos Srs. Senadores antes de ser efetivado como Embaixador. No Equador, na China, na Alemanha, na Áustria, perante as Nações Unidas na Áustria, e mais recentemente como sabem, em Washington. De modo que tão logo recebi o convite por parte de V.Ex^a e do Senador Azeredo, eu de imediato aceitei e reiterei com muito prazer e com muita honra.

A minha presença aqui deve-se à repercussão pra mim inesperada de alguns comentários que eu fiz sobre política externa numa entrevista a um órgão de ampla circulação nacional e eu constatei e todos têm constado nas semanas que se seguiram que essa entrevista aparentemente pôs a desdobrar-se todo um intenso processo de debate sobre política externa. Eu não tive essa intenção, mas devo dizer que de certo modo me alegro, porque considero oportuno e saudável que é questões de política externa sejam mais amplamente discutidas pela sociedade brasileira em todas as suas manifestações. Nós como em todos os Países temos uma agenda doméstica muito intensa na área econômica, na área social, na área política, estamos vindo de eleições presidenciais importantíssimas, e os temas de política externa por vezes têm estado num nível secundário das atenções do público e por isso se de alguma maneira ainda que involuntariamente eu contribuí para um debate mais intenso, mais extenso e mais profundo sobre política externa, eu me alegro do fato. Se o senhor me permitir, Senador, antes de entrar diretamente no assunto de meus pensamentos sobre política externa, eu gostaria de dizer-lhe, e eu não falo apenas em nome próprio, eu creio que eu retraço uma história de toda uma geração de amigos e coetâneos que hoje está no comando do Itamaraty. Eu vejo aqui o Deputado Gabeira, que foi parte dessa história. Com o seqüestro de um Embaixador americano. E eu, Deputado, na época gostei muito. Depois não, porque eu não gosto da idéia de seqüestros de Embaixador em geral. Mas o ponto que eu quero dizer é que eu e minha geração nós entramos para o Itamaraty atraídos pelo que era na época, na virada dos anos 50 para os 60 o ideário das reformas de base. E junto com essa idéia vinha no plano externo a idéia de que era necessário e indispensável para o desenvolvimento do Brasil tratar de enfrentar e superar os obstáculos externos ao nosso desenvolvimento. Muitas dessas idéias foram desenvolvidas por um dos grandes nomes da economia brasileira, Celso Furtado, e tiveram no exterior desdobramentos através da CEPAL, da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas na pessoa de um grande Economista com quem eu estive em muitas ocasiões,

Raul Prebese, e isso foi o ideário do chamado “Diálogo Norte-Sul”, que na realidade era um eufemismo para o que era um confronto norte-sul. Aquele era um mundo marcado pela Guerra Fria e marcado pela emergência ainda de Países até então sob jugo colonial. De modo que houve duas grandes vertentes de afirmação do que então se chamava o terceiro mundo. Houve a vertente propriamente econômica da luta por uma ordem econômica mais justa, mais favorável aos Países pobres, e isso tomou a forma da chamada UNCTAD, da Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, que era uma conferência que visava a mudar radicalmente a ordem econômica internacional, e esse processo teve como seu líder principal o Brasil. Nos anos 60 e nos anos 70. E em paralelo, desenvolveu-se o movimento não alinhado do qual foi principal expoente, a Índia. Foram dois movimentos paralelos de sentido ligeiramente diferentes, mas complementares. Foi isso que me trouxe ao Itamaraty. A idéia de contribuir para a superação dos obstáculos externos e para a formação de um terceiro mundo forte, que fosse capaz de efetivamente alterar a injusta, até hoje injusta ordem econômica internacional.

Um dos grandes nomes da diplomacia da época Araújo Castro, com quem eu tive depois a honra de servir pela primeira vez em Washington de 73 a 75 cunhou na época uma frase importante que foi a dos Três Ds que os três ideários da diplomacia eram: Desenvolvimento, descolonização e desarmamento. A descolonização foi cumprida. O desenvolvimento e o desarmamento infelizmente não. Se os senhores me perguntarem se eu era terceiro mundista na época, eu diria sim. E com ampla convicção e com não poucas razões, porque aquele era um mundo que se figurava em muitos sentidos antagônico aos objetivos maiores do Brasil e dos Países em desenvolvimento.

Eu assisti com admiração a formal em 1964, apenas dois anos depois de entrar no Itamaraty, do chamado grupo dos 77, que era o grupo que reunia os Países em desenvolvimento na luta por uma melhor ordem econômica internacional. Vejam bem o nome do grupo permanece até hoje, grupo dos 77. Só que ele, mais adiante, virou grupo dos 77 e China, porque mais tarde aderiu à China. 77 porque eram apenas 77 os Países em desenvolvimento independentes naquela época. Ao longo do tempo esse número naturalmente cresceu e hoje o grupo tem mais de 130 participantes. Mas isso mostra bem como mudou o quadro internacional. Eu devo dizer, a propósito, que com muita honra eu vinha reencontrar o grupo dos 77 nos dois anos em que servi eram Viena, ao longo de 2003, eu fui Presidente do grupo dos 77 e China perante as organizações internacionais em Viena e tive de liderar o

grupo em duríssimas negociações, por exemplo, sobre o futuro da agência de energia atômica e que implicações isso teria para o Brasil.

Mas em suma, eu faço essa retrospectiva porque queria marcar o ponto de que desde cedo estive dedicado na carreira ao longo dos anos 60, dos anos 70, a toda uma luta pelo desenvolvimento do Brasil. Mais tarde fui para o exterior, servi em Londres onde estudei um pouco de economia, não me formei, mas estudei economia, e depois servi em Washington em 73, de 73 a 75, sendo então Embaixador Araújo Castro num período fascinante em que houve a crise do petróleo, foi o primeiro grande golpe no Brasil no plano externo. Depois viria a segunda crise do petróleo em 79 e 80, depois a crise da dívida da América Latina. Tudo isso justificava amplamente aquele terceiro mundismo a que eu me filiava.

Uma nota pessoal servia nos anos 80 aqui no Brasil como Embaixador americano um Diplomata chamado Anthony Motley. E o Motley a certa altura cunhou uma expressão por ele desejada pejorativa em relação a um certo grupo de Diplomatas que cercavam o então Chanceler Saraiva Guerreiro. Isso não foi na época do Governo Geisel, foi depois no Governo Figueiredo sendo Chanceler o meu grande mestre Saraiva Guerreiro. O grupo dos barbudinhos. Barbudinhos terceiro mundistas e antiamericanos. E eu diria: Olha, barbudinhos inegavelmente somos, basta olhar-nos, terceiro mundistas, sim, somos. Antiamericanos, não propriamente, mas obviamente no contexto daquela, digamos, luta pelo desenvolvimento e sendo os Estados Unidos na época muito intransigentes na defesa da preservação dessa ordem econômica injusta naturalmente aí ia um certo elemento de antiamericanismo. Aliás, eu reencontrei com certo prazer o Motley agora na minha gestão em Washington e tivemos conversas amenas rememorando velhos tempos em que fomos por assim dizer, adversários.

Eu me orgulho muito, Senador Heráclito, Senador Azeredo, Senador Vasconcelos, Senador Collor, Senador Maciel, Deputado, de haver contribuído ao longo da carreira em diferentes momentos para a defesa dos interesses do Brasil, antes ainda de ser Embaixador, antes ainda de comparecer pela primeira vez a esta Comissão. Eu não posso enumerar aqui tudo que fiz, mas posso dizer-lhe de três ou quatro contribuições relevantes que eu dei para a política externa brasileira.

Eu viajei intensamente pela América Latina, pela África, pela Ásia, e estive na China três vezes no início dos anos 80 antes de me encontrar Embaixador lá de 89 a 93. Eu estava ao lado do grande Chanceler Saraiva Guerreiro em outubro de 79 quando começou a guinada nas relações Brasil-Argentina. Relações que

poderiam ter degenerado num conflito armado por causa da questão de Itaipu, e que foi... a questão de Itaipu foi resolvida mediante entendimento satisfatório entre Brasil, Argentina e Paraguai em outubro de 79. Essa foi à chave para uma virada, para uma mudança na natureza mesma das relações Brasil-Argentina. Eu nada tive que ver com isso. Fui espectador. Mas eu estava ao lado do Ministro, e a partir daí começamos a trabalhar com vistas a construir uma relação totalmente nova com a Argentina, e a minha contribuição se deu sob três formas: Junto com o saudoso Paulo Nogueira Batista. Paulo Nogueira Batista, pai, eu concebi, negociei e pus a funcionar o primeiro acordo nuclear com a Argentina. Contribuindo assim para desfazer algo que poderia ter degenerado numa carreira nuclear entre os dois Países. E em contato com o meu colega responsável por assuntos econômicos no San Martín criamos o então Consenso de Cartagena que serviu para pressionar os Países desenvolvidos durante a crise da dívida latino-americana nos anos 80. Uma iniciativa de certo modo análoga ao que hoje é o importante G-20 que o Brasil lidera no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

E enfim e contribuí de outras maneiras para vários interesses do Brasil. Já como Embaixador, eu fui Embaixador no Equador por quatro anos. Um País pequeno, mas importante para o Brasil e para o qual o Brasil era decisivo como garante do tratado do Rio de Janeiro. E eu contribuí em não pequena escala para a entrada e consolidação lá das grandes empresas de construção civil brasileiras, num contexto político de instabilidade muitas vezes adverso. Fui depois à China. Lá passei de 89 a 93 e vivi momento decisivo na história da China e na história das relações Brasil-China. Senador. Eu me orgulho de haver, eu fui lá mandado pelo Presidente Sarney com a missão de garantir a execução de um dos mais importantes acordos já assinados pelo Brasil, o acordo para a produção conjunta de satélites entre o Brasil e a China. O chamado CBERS. Eu sustentei esse acordo diante de inúmeras dificuldades, houve ocasiões em que a China desejava alijar o Brasil do processo e eu o sustentei invocando o argumento do potencial estratégico Brasil-China. Depois, atravesssei a Crise de Tiananmen que foi um momento decisivo em que parecia que a China ia parar ou retroceder no seu processo de reformas. A China foi isolada pelos Países ocidentais, e eu procurei analisar o mais friamente a situação e disse ao Itamaraty que aquela vitória temporária da chamada linha dura, linha conservadora não representaria a cessação do processo de reformas. E que o isolamento em que a China se encontrava era uma oportunidade para o Brasil. E eu ajudei a trazer para o Brasil pouco mais de um ano

depois de Tiananmen, em 1990 o então Presidente da China, Yang Shangkun já falecido. Essa visita foi muito importante porque o Brasil foi o primeiro País de expressão internacional a ser visitado por um alto dirigente chinês depois da Crise de Tiananmen e ainda em situação de isolamento.

E finalmente, eu lhes conto um episódio para ilustrar-lhe como a diplomacia é feita às vezes um pouco ao acaso, um pouco por uma conversa inspirada, um momento feliz, o apanhamento por assim dizer de uma oportunidade que passa. Eu acompanhei numa outra visita ao Brasil no início de 93 o então Czar da economia chinesa Zhu Hondji. Ele era Vice-Primeiro-Ministro, mas era quem mandava na economia chinesa que naquela altura já tinha retomado o seu processo de reformas. Mais tarde ele viria a ser feito Primeiro-Ministro e foi durante cerca de uma década até pouco tempo atrás. Ele falava alguma coisa de inglês, o meu chinês era limitadíssimo e no vôo de Carajás para Brasília eu disse a ele: Vice-Primeiro-Ministro, creio que uma idéia boa seria passarmos a trabalhar Brasil e China sob a idéia de uma parceria estratégica. Ele gostou da idéia, desembarcou aqui e na conversa com o então Presidente Itamar Franco, lançou essa idéia e o Presidente reagiu a ela positivamente e desde então Brasil e China têm desenvolvido uma parceira estratégica que eu apoio não apenas plena, mas entusiasticamente. Mas como eu disse em algumas declarações de muita repercussão, uma parceria que precisa ser atualizada à luz da extraordinária vertiginosa ascensão da China no plano internacional, ascensão que a faz aparecer no mundo hoje muito menos como País em desenvolvimento e muito mais como uma grande potência, um Projeto, um embrião até de super potência. Eu fui depois, eu tive a honra de ser Secretário-Geral do Itamaraty depois na China entre meados de 93 e final de 94, a convite do então Chanceler Celso Amorim, com quem trabalhei em perfeita harmonia e me orgulho de haver também aí contribuído para levar adiante as relações do Brasil com a Argentina. Um País que está muito em evidência hoje, Venezuela, eu ajudei a lançar o que foi uma nova etapa na relação Brasil-Venezuela, uma política de Estado para com a Venezuela cuidadosamente armada por mim, no meu nível, pelo Ministro Celso Amorim e pelo Presidente Itamar Franco e posta a correr desde então e algumas das coisas que ainda hoje estão acontecendo tem suas origens naquele período inicial da relação com a Venezuela.

E conto-lhes um episódio importante porque o assunto é candente. Em 1994, desenrolaram-se dois processos importantes de negociação para o Brasil. De um lado o processo de aprofundamento do Mercosul com a negociação do Protocolo de Ouro Preto,

que elevaria o Mercosul da condição de zona de livre comércio à condição de União aduaneira. Esse processo foi conduzido pelo Ministro Celso Amorim. A mim, como vice-Chanceler, tocou conduzir a preparação da cúpula das Américas que se realizaria em dezembro de 94. Os dois, a assinatura do Protocolo de Ouro Preto e a cúpula de Miami se realizaram com poucos dias de diferença, e curiosamente a primeira cúpula presidencial das Américas desde 1967, essa de 94, foi preparada no nível dos níveis dos vice-Chanceleres das Américas e o Brasil tinha naquele momento a Presidência do chamado Grupo do Rio, que é o grupo de coordenação, consulta e coordenação entre os Países da América Latina e do Caribe.

Então, eu fui o Presidente do grupo e o principal negociador dessa reunião. Essa reunião deu origem a uma ampla plataforma de cooperação da qual um dos elementos era a ALCA. E eu cuidei naquele momento de preservar os interesses do Brasil, assegurando que a ALCA só viesse a ter início se quando o tivesse a partir de 2005. Segundo lugar, que nós não aceitaríamos os padrões do NAFTA para a ALCA. Em outras palavras, certas regras que o México havia aceito e que eram inconvenientes para o Brasil. E em terceiro lugar, que o processo de Constituição de uma ALCA deveria ser feito com base nos subgrupos regionais de integração, em outras palavras, o Mercosul no que nos toca. Porque havia vários Países latino-americanos que é queriam a ALCA desde logo, desde o ano 2000 aceitando não importa quaisquer condições inclusive em meio ambiente, em trabalho e de maneira acelerada. De modo que eu fui, de certo modo, o primeiro negociador da ALCA e desde já cuidando de lançar um processo para muito mais adiante. Vejam os senhores que o Mercosul chegava em dezembro de 94 à condição de União Aduaneira. E a ALCA seria começada 11 anos depois em 2005, num processo que poderia levar 15, 20 anos ou mais.

Portanto, haveria largo tempo para o aprofundamento, a consolidação, o reforço do Mercosul antes de se chegar a uma ALCA. Mais tarde eu fui para a Alemanha onde servi durante mais de seis anos e me orgulho muito. Eu lancei a idéia da parceria estratégica com a China. Mas com a Alemanha eu erigi a parceria estratégica, um processo interessante, não vou lhes contar, posso depois voltar ao tema, se quiserem, mas essa parceira estratégica está consubstanciada num documento que os senhores encontrarão nos arquivos do Itamaraty chamado parceria estratégica Brasil-Alemanha: Plano de ação. Está formalizada como tal. Ajudei o lançamento das negociações de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia, inclusive consegui com o apoio do então Presidente da Confederação da

Indústria Alemã a criação de um Fórum empresarial Mercosul-União Européia para contrapor-se ao protecionismo dos *lobbies* agrícolas na União Européia. Aliás, o segundo Presidente da Sessão Mercosul desse Fórum empresarial Mercosul-União Européia era o Ministro Luiz Fernando Furlan por sugestão minha até assumir ele a função de Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio aqui.

Na Áustria, eu tive trabalho, sobretudo, na área multilateral, fiz algumas coisas no plano bilateral, mas como lhes contei representei o Brasil em momentos importantes e por vezes enfrentando-me com os americanos no que diz respeito à Agência de Energia Atômica, como ela trabalharia e em que medida isso afetaria ou não os interesses do Brasil nessa área tão importante e tão sensível.

E finalmente um breve relato da minha gestão em Washington. Eu passei algumas semanas no Brasil me preparando e fui, tive a honra de ser recebido pelo Presidente Lula e ele me disse duas coisas que ficaram no meu espírito. Ele me disse literalmente essa frase: Abdenur, eu quero que você vá lá e trabalhe para ampliar e consolidar as bases da relação Brasil-Estados Unidos porque eu quero deixar como legado da minha Presidência para o futuro, disse-me o Presidente Lula, bases mais amplas e sólidas na relação Brasil-Estados Unidos.

E em segundo lugar ele me disse: "Olha, Abdenur, em janeiro o pessoal do Itamaraty organizou pra mim em Genebra um seminário com 200 empresários europeus. Foi muito bom, eu gostei muito. Faz um negócio semelhante nos Estados Unidos". Então eu desembarquei nos Estados Unidos ainda antes de chegar a Washington no final de março, e comecei desde logo a preparar o que viria a ser em meados, final de junho, creio eu, talvez o maior seminário sobre investimentos no Brasil já realizado no exterior. Com mais de 600 participantes, conduzido pessoalmente pelo Presidente Lula de oito da manhã até às cinco da tarde através de numerosos eventos com toda a sua econômica, Palocci da Fazenda, Mantega então no Planejamento, Henrique Meirelles, Furlan, Roberto Rodrigues, Dilma Rousseff em Minas e Energia, e assim por diante. E esse seminário foi importante. Porque eu detectei em Nova York, vejam bem, eu cheguei aos Estados Unidos apenas um ano e quatro meses depois do início do Governo Lula. O Governo Lula desde cedo havia trabalhado muito bem para desfazer certas inquietações surgidas no Brasil e no exterior sobre os rumos da Política Econômica. Mas eu ainda encontrei àquela altura certos resquícios de insegurança sobre o que seria a Política Econômica do Governo Lula e com esse seminário e com a extremamente convin-

cente participação do próprio Presidente esses temores foram aniquilados. O que, portanto foi importante para pôr em marcha esse processo extraordinário de aumento da confiança internacional no Brasil.

Eu depois tive uma missão fundamental que foi a de ajudar a preparar e garantir a implementação da viagem do Presidente Bush ao Brasil em 6 de novembro de 2005, acerca de um ano e poucos meses. Como sabemos todos, isso me alegra. O Presidente Bush passará por aqui dentro de alguns dias mais e o Presidente Lula fará uma visita de muita importância a Washington duas semanas depois no final de março. Mas a visita de Bush ao Brasil no dia 6 de novembro de 2005 foi uma visita extremamente frutífera. Os senhores podem ler o comunicado de duas páginas, denso, que foi então emitido, com várias afirmações de princípio importantes e inclusive o reconhecimento do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana como processos importantes para o desenvolvimento e a integração do hemisfério em geral.

Primeira vez que os americanos reconheceram explícita e formalmente no nível mais elevado a importância essencial do Mercosul e agora da Comunidade Sul-Americana. Mas o comunicado foi também rico em iniciativas na linha do que havia dito o Presidente de ampliar as relações bilaterais e eu passei um ano, um ano, um ano e pouco que se seguiu a esse período, garantindo, tratando de garantir a efetiva implementação, e nós abrimos novos canais, lançamos novos impulsos na relação Brasil-Estados Unidos em múltiplas áreas, em energia, vemos agora o etanol florescendo Ciência e Tecnologia, educação, saúde, meio ambiente, e criamos um inédito grupo de trabalho bilateral para a facilitação e a promoção do comércio e dos investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos. Se eu posso resumir a minha gestão então esses foram momentos importantes e eu logrei evitar... Eu digo eu, enfim, eu e a minha equipe em Washington e naturalmente com a orientação e o apoio do Itamaraty aqui e de outros setores do Governo Brasileiro. Mas é um Embaixador que está no campo quem está digamos em atrito com o outro lado.

Eu evitei prejuízos que poderiam representar perdas de centenas de milhões de dólares, ou talvez bilhões de dólares para o Brasil sob a forma de sanções comerciais. De um lado a propósito do problema da pirataria no Brasil, e em segundo grau processos *anti-dumping*, e em terceiro lugar um embargo contra a exportação de carne que não chegou a se manifestar, e finalmente para a minha profunda alegria ao final da minha gestão o Congresso Americano tomou uma decisão de renovar o chamado sistema de preferências americano. É um sistema pelo qual o mercado

americano é aberto livre de tarefas para cerca de três mil produtos provenientes de Países em desenvolvimento. O Brasil está exportando nesse momento sob esse sistema de preferência cerca de quase quatro bilhões de dólares. 15% das nossas exportações nos Estados Unidos. Em outras palavras, não houve na área comercial nesse período meu em Washington, uma única instância que nós pudéssemos no Brasil considerar como digamos uma agressão aos interesses econômicos brasileiros. E não houve uma única instância de pressão em assunto político bilateral ou internacional. Houve uma instância que nos desagradou que foi o veto da entrega de peças americanas aos aviões Super Tucano que o Brasil pretendia vender à Venezuela. Mas isso não foi um ato contra o Brasil, foi um ato infelizmente devido ao péssimo estado de relações entre os Estados Unidos e a Venezuela como tal. E ampliamos imensamente o diálogo político, o Ministro Celso Amorim tem uma relação excelente com dois principais interlocutores no Governo Americano, a Condoleezza Rice no Departamento de Estado e a Susan Schwab na negociação comercial. E assim vários outros Ministros de Estado, e eu queria dizer-lhes também que com todo o respeito obviamente pela separação dos poderes, eu acho que o Embaixador num posto tem também a obrigação de promover e estimular facilitar contatos entre os outros poderes. E eu ajudei a organizar uma muito bem sucedida viagem a Washington pouco tempo atrás do Deputado Aldo Rebelo, com quem tenho grande apreço, e que eu espero posso ter representado um marco na aproximação entre os dois Congressos. Eu diria que essa é uma dimensão que falta na relação bilateral. Os contatos de Governo a Governo são muito bons, os contatos dos meios empresariais, dos meios acadêmicos, da sociedade civil, das ONGs são bons. Não tanto os contatos entre congressistas de modo que eu me permito dizer aos senhores e espero que de futuro entre a Câmara e o Senado e suas contrapartes nos Estados Unidos se possa desenvolver um diálogo maior. Mas dei uma ajuda nesse sentido. E também sugeri e preparei uma viagem do então Presidente do Supremo, meu amigo Nelson Jobim, que também foi muito importante e me alegre, soube ontem, ontem mesmo encerrou-se uma segunda visita agora da Ministra Ellen Gracie a Washington onde ela foi magnificamente recebida na Corte Suprema e eu acho que isso também abre pontes importantes entre os dois judiciários.

De modo que eu queria dizer aos senhores, as relações Brasil Estados Unidos passam hoje por uma etapa feliz. Não é apenas um momento, é uma etapa propícia, muito favorável e eu me orgulho de poder dizer daqui ao Presidente Lula, Presidente, cumpri a

missão. As bases são mais amplas e mais sólidas do que eram antes, o nível está mais elevado. Devo assinalar-lhes de que o Presidente quando saudou Bush aqui em novembro de 2005 fez questão de dizer: Quando eu assumi a Presidência, muita gente achava que as relações Brasil Estados Unidos iam degenerar-se, ao contrário, elas estão num de seus pontos mais altos. E o Presidente seguiu depois para saudar o fato de que os Estados Unidos conduzam hoje com o Brasil um diálogo estratégico, não propriamente uma parceria austríaca, mas um diálogo estratégico como conduzem com poucos Países no mundo.

Eu deixei Washington cumprindo uma etapa das relações, cumprindo uma etapa das minhas missões no exterior e cumprindo uma etapa da minha carreira e da minha vida. Desculpe-me, Senador, se eu falo um pouco mais. Se o senhor me permite mais alguns minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O tempo é amigo de V.Ex^a.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Muito obrigado. Agora, eu ao sair de Washington aposentei-me e aposentei-me pela simples razão de que já não tinha muito mais o que pudesse fazer no Itamaraty a esta altura da vida depois de ter comido o pó da estrada durante tanto tempo. Há momentos em que é preciso tomar uma definição. Eu estou chegando aos 65 anos e achei que ainda... Espero houvesse energia para encetar outros caminhos. Mas como Diplomata com uma larga e eu quero crer frutífera folha de serviços, profícua folha de serviços prestados ao Itamaraty e ao País, eu tenho o direito e talvez até possa dizer a obrigação de externar algumas opiniões. E tenho algumas opiniões de sentido crítico a alguns aspectos da política externa brasileira. Mas devo dizer, e isto aparece na entrevista que tanta repercussão teve, que eu de modo algum estou aqui a demolir ou denegrir a política externa brasileira em seu conjunto. Eu coincido com ela em muitos de seus aspectos, inclusive porque ela é essencialmente um conjunto de desdobramentos dentro de uma linha de continuidade dentro de uma política externa que começou com a chamada política externa independente da época de Santiago Dantas, Afonso Arinos, Jânio Quadros, atravessou o Governo Goulart, e infelizmente foi interrompida e sofreu graves desvios ideológicos por causa da ideologia anti-comunista na primeira década da ditadura militar, mas isso foi corrigido a partir do Governo Geisel de modo que há uma linha de continuidade que inegavelmente continua embora com novos fatos e agregações. Eu deixei claro que há ações importantes da política externa brasileira que eu apoio

e apoio plenamente e divirjo de pessoas que criticam algumas dessas ações.

Por exemplo, eu considero extremamente oportuna a formação do chamado G-4, em que Brasil juntou forças com a Índia, o Japão e a Alemanha para pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança. Eu não considero que tenha havido aí erro ou exagero. E me orgulho de haver contribuído mais cedo para isso, porque naquela parceria estratégica Brasil-Alemanha, posta por escrito, consta pela primeira vez uma declaração da Alemanha de que ela apoiava o Brasil para um assento permanente no Conselho de Segurança e reciprocamente nós a Alemanha. Da mesma maneira eu vejo com muito bons olhos todos os esforços de diversificação de nossas parcerias e de nossos mercados, a abertura de novas frentes, há todo um mundo, há um novo mapa mundi a explorar. A reunião de América do Sul com os árabes, com os Países africanos, talvez agora de futuro com Ásia central. Há partes inteiras do mundo, há um novo mapa mundi que o Brasil pouco conhece, pouco toca e que tem boas razões para desbravar.

Eu também considero que a diplomacia brasileira tem conduzido com grande proficiência equilíbrio e habilidade a nossa decisiva participação nas negociações da rodada de Doha, da OMC, com a liderança do grupo dos 20. Formas inovativas de trabalho como o chamado IBAS, que junta Brasil, África do Sul e Índia em formas inovativas de cooperação em seu próprio benefício e em benefício de terceiros Países, sobretudo, dos Países mais pobres da África. Para não falar da nossa brilhante heróica participação no Haiti e a nossa relação de solidariedade com a África.

Agora, devo dizer, e aqui eu quero reiterar alguns dos aspectos críticos, Senador Suplicy, V.Ex^a com a elegância que o caracteriza, a certa altura... O Senador Suplicy não está aqui, eu creio que não pode vir. Mas o Senador Suplicy houve três ilustres Senadores que comentaram as minhas declarações, Senador Azeredo ecoando alguns dos aspectos dela, o Senador Marcelo Crivella fez um pronunciamento muito crítico de minhas idéias atribuindo-me posturas que não procedem, e eu respondi de maneira muito respeitosa, mas muito clara a ele numa extensa carta da qual agora mais recentemente eu dei conhecimento a todos os membros dessa Comissão. E o Senador Suplicy, a quem eu tenho muito respeito, e que para minha honra declarou ter por mim muito respeito, de maneira muito elegante como lhe é característico, de certo modo lançou-me o desafio de indicarem que medidas certas leituras impostas a Diplomatas mais jovens pela chefia da Casa pudessem ter um desvio ideológico. E eu quero dizer que sim, essas leituras têm. Não claramente a biografia do ba-

rão do Rio Branco. Mas eu li com cuidado outros três livros. Há um livro de grande mérito acadêmico, o livro do Prof. Bielschowsky sobre a história do pensamento econômico brasileiro, um livro extraordinário porque ele não apenas examina a história em abstrato, mas a evolução das idéias tal qual como relacionada com o desenvolvimento brasileiro com aquilo que se aplicou na prática. É um livro de grande mérito acadêmico, mas é um livro que acaba nos anos 60. O outro livro que eu tenho aqui, não trouxe do Prof. Bielschowsky porque eu não agüentava trazer tudo. Isso é um livro muito interessante chutando a escada à estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica de um autor coreano. O livro mostra não sem razão que os Países desenvolvidos hoje em dia pregam aos Países em desenvolvimento várias idéias e comportamentos que eles próprios não aplicaram quando estavam eles em seu processo de desenvolvimento. E isso é certo. Agora, eu chamo atenção para duas coisas. O autor em muitas áreas, aqui em muitos momentos, diz que muitas dessas coisas pregadas pelos Países desenvolvidos não são necessariamente ruins. Até pelo contrário, são ou podem ser boas para os Países em desenvolvimento. E eu gostaria de dizer que justamente o Brasil por excelência é um País que seguiu nesse caso o bom exemplo dos Países hoje ricos quando eles estavam em desenvolvendo. O Brasil teve um Estado empreendedor, que lançou o processo de industrialização de certo modo deu início ao capitalismo brasileiro, com a indústria siderúrgica, indústria automobilística, a indústria petroquímica, infra-estrutura, nós temos até hoje a PETROBRÁS de que tanto nos orgulhamos que nos proporcionou a auto-suficiência em petróleo e que hoje é uma atora no mundo inteiro em particular na América Latina. Nós temos Bancos de Desenvolvimento, o BNDES. Poucos Países no mundo têm um Banco como o BNDES para apoiar projetos de infra-estrutura, de indústria, na área social. Nós temos a FINEP para apoiar projetos de pesquisa e de desenvolvimento. Nós temos o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, em outras palavras, nós temos um acervo muito grande de medidas que continuam sendo válidas hoje. Mas obviamente não se pode dizer que porque os Países desenvolvidos não fizeram certas coisas no século 18 ou 19, novas agora devamos rejeitar essas coisas no século 20 ou no século 21.

E o livro do professor Muniz Bandeira, chamado Brasil Argentina e Estados Unidos da tríplice aliança ao Mercosul é um livro que é uma interessante crônica, digamos, da história desenvolvida de maneira muito fluída, muito solta com base em fontes mais do que tudo jornalísticas e com forte elemento doutrinário, diria até panfletário porque a cada momento se

inserir comentários atribuindo aos Estados Unidos a culpa por todo e qualquer problema ocorrido dentro dos Países ou entre eles. O que é, para dizer o mínimo, naturalmente um exagero.

Eu não vou estender-me por respeito à limitação do tempo, mas algumas das idéias que aparecem neste volume são a meu ver realmente extraordinariamente críticas da política econômica, da política social, e da política externa brasileira. Tal como era aplicada antes e tal como continua a ser aplicada agora no Governo Lula. É extraordinário, porque se diz a certa altura que o Brasil das duas uma, ou formula um projeto nacional em torno de um pólo sul-americano que implique uma aliança estratégica política com a Argentina ou então está fadado a uma condição de subordinação, a um sistema político e econômico dominado pelos Estados Unidos, inclusive via a ALCA. Eu creio que essa é uma grande simplificação. E é curiosamente dois dos esteios da política externa brasileira e dois dos esteios da nova relação Brasil Argentina são fortemente criticados.

O Mercosul é tachado de um empreendimento neoliberal de livre comércio nos moldes do que fazem os Países capitalistas. E há por incrível que pareça uma dura crítica ao fato de o Brasil ter aderido ao tratado de não proliferação, ao Tratado de Tlatelolco, e ter formado com a Argentina, digamos, uma aliança na área nuclear. Através, inclusive, da chamada, ABACC da Agência Brasileira Brasil Argentina de Contabilidade Nuclear que é um exemplo para o mundo e como tal é visto e respeitado, por exemplo, no âmbito da agência de energia atômica. E o sentido geral, aí está uma contradição em termos. O sentido geral de muitas das idéias veiculadas nesses papéis é o de que o Brasil tem uma extraordinária vulnerabilidade externa no plano econômico. Ora, muito dessa vulnerabilidade foi superada pela lucidez da Política Econômica que vem sendo aplicada no Governo Lula e desde antes do Governo Lula. E se atribui ao Brasil uma condição de extraordinária vulnerabilidade ideológica de resto, enfim, vulnerabilidade que seria alimentada por uma imprensa dominada por interesses privados e influências estrangeiras. Em outras palavras é a idéia de que o Brasil é um País com uma identidade cultural muito pobre, sujeita a ser soprada o mais leve vento que venha de Hollywood ou de algum outro centro cultural importante. Acho que isso é negar completamente a vibração, a força, à extraordinária vitalidade da cultura brasileira.

Eu devo dizer aos senhores, olhando para o passado, que eu nos anos 60 quando se falava em transmissão direta de televisão por satélites, eu também dizia: Meu Deus do céu, o Brasil vai acabar... Imagina

aí. Eu hoje, enfim, sou um freqüente, enfim, como se chama, não leitor, espectador da BBC, da CNN, de canais franceses e espanhóis e a cultura brasileira nada sofreu com isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: As árabes, embora de origem árabe, como o Sr. Senador, eu não falo árabe. [risos] Mas elas têm agora em inglês.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Bom, isso eu ainda não tive tempo de ver. Eu estou de volta ao Brasil há poucas semanas. Mas a minha crítica maior está no fato de que na realidade há uma visão muito empobrecedora do Brasil. O Brasil muito frágil, o Brasil muito pequeno. Há uma espécie de contradição em termos porque se prega uma política soberana como se soberanos não fôssemos, e, no entanto, a visão que se tem uma visão de um País muito frágil, muito incapaz, muito indefeso, ameaçado de ser engolido pela ALCA ou por alguma outra iniciativa que parta de Washington ou do Consenso de Washington. Eu creio que aí há muitos exageros e que, portanto, aí, sim, está um certo elemento ideológico e eu creio que as chefias do Itamaraty não têm o direito de impor suas preferências a seus subornados. Nem em matéria de poesia e muito menos em temas como esses. Existem cursos no Itamaraty em todas as etapas da carreira, há cursos bem estruturados com amplas bibliografias. E eu acho que esses cursos sempre quando essas bibliografias sejam formuladas de maneira equilibrada, vendo os dois lados de qualquer problema, cumprem perfeitamente a sua função. Um tema, por exemplo, candente que precisa ser amplamente discutido é o tema da globalização. O que é a globalização? O que é que ela traz de bom? O que é que ela traz de mal? Há uma ampla e gigantesca bibliografia internacional e brasileira. Eu li outro dia um livro fascinante de um grande geógrafo brasileiro, Prof. Milton Santos, há um livro editado pelo Teotônio dos Santos, outro grande livro com uma série de artigos sobre a questão da globalização. Os tiglets(F), ex-Economista do Banco Mundial tem um livro contra a globalização, há um livro que é *best seller* no mundo inteiro há meses de um jornalista que eu conheci agora em Washington, o planeta, o Freedman(F), eu conheci porque ele vinha ao Brasil para fazer a reportagem sobre etanol e dei a ele abundantes explicações sobre isso.

Em suma, essas coisas valem discutir. Agora, vamos discuti-la dentro do Itamaraty nos canais institucionais existentes e sem tentativas de impingir idéias a

quem quer que seja. No que diz respeito à substância da política externa, aliás, sobre globalização, permitam-me uma anedota. Eu servi em três dos grandes Países do mundo. Três das maiores economias do mundo: Alemanha, curiosamente ainda é o principal exportador do mundo apesar dos seus incrivelmente caros custos de produção; China e Estados Unidos. E senhores, se há um País entusiasta da globalização é a China supostamente comunista. Eu não falo chinês, apenas aprendi um pouquinho de chinês, mas retive uma frase, duas frases muito interessantes. Os chineses falam de maneira metafórica. E na época da revolução cultural, quando muitos eram forçados a ir para o interior da China, para trabalhar como lavradores, criadores de cavalo, a expressão era [chinês], que é quer dizer “ir para o interior”. Não é a mesma palavra. Os tons são variáveis. [chinês]. Hoje os chineses dizem em oposição [chinês]. [chinês] em China é oceano. É mar. Metaforicamente é o mar da economia internacional, é o mar da globalização. O lema hoje na China é [chinês], “não a ir para o campo”, “sim, [chinês], ir para o campo da globalização”.

Agora, um outro País em que eu servi recentemente e que começa a ver medo da globalização, embora ele tenha sido um dos propulsores da globalização são os Estados Unidos da América, onde hoje há medo do desemprego. Há três Países que assustam os americanos. A China, na indústria, a Índia nos serviços de alta tecnologia, e o Brasil no *agribusiness*, na agroindústria. A minha crítica maior a certos aspectos da política externa está no fato de que a meu ver se dá demasiada ênfase à relação Sul-Sul, eu disse demasiada, porque eu não discordo da importância da relação Sul-Sul. E como lhes disse, eu próprio entrei para carreira atraído por esse ideário. A dimensão sul é presente, está presente na política externa brasileira desde muito tempo. E é importante que continue. Mas nós não devemos ter ilusões de que isto deva ser uma opção preferencial que de alguma maneira atue em prejuízo da atenção a outras parcerias no plano internacional. Essa é a minha crítica. Eu acho que houve, por exemplo, no caso dos Estados Unidos, não é nenhum paradoxo, a relação se desenvolveu muito em muitos campos, mas infelizmente o Itamaraty deixou de assignar de recursos suficientes para a promoção das nossas exportações para os Estados Unidos. E o Brasil está há dez anos estagnado com apenas 1.4% do mercado americano que hoje é de quase dois trilhões de dólares de importação ao ano. 20 anos atrás o Brasil chegou a ter 2.2% desse mercado. Portanto, essa é uma situação em que é preciso equilibrar melhor as ênfases e as prioridades. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. De certo modo eu estou me remetendo

aos chineses. [chinês]. Eu creio que é distribuição melhor dos nossos recursos é importante.

Nós temos nos Estados Unidos a maior... O maior componente da rede diplomática brasileira. Nós temos além das missões multilaterais, ONU e OEA, temos a Embaixada, sete consulados e vamos abrir um oitavo em Atlanta. Desses consulados, só quatro tem setores de promoção comercial. E com recursos Nova York tem mais, mas os demais têm recursos limitados. A própria Embaixada tem um número limitado de funcionários e recursos financeiros muito baixos. E o Brasil eu tenho dito um pouco jocosamente é hora de nós aproveitarmos do fato de que os americanos estão envolvidos no Iraque indefesos para juntar as nossas tropas, armá-las muito bem e atacar os Estados Unidos. O que eu estou dizendo é atacar o mercado americano. Não vamos fazer a loucura de atacar militarmente os Estados Unidos. É essa uma das críticas que eu queria fazer.

Eu critico essa idéia de que o Brasil é muito periférico, é um centro, que esse centro é dominado pelos Estados Unidos, uma postura imperialista... Eu acho que nós não devemos ter em suma medo dos Estados Unidos. Eu concluo já, Senador, apenas duas ou três reflexões em relação aos Estados Unidos. Eu estou plenamente consciente da existência de sentimentos anti-americanos. Agora, e há amplas razões para esses sentimentos. Eu por exemplo quando passei por aqui antes de ir para Washington detectei duas razões válidas de que eu partilhava de grande indignação com os Estados Unidos. O terrível erro que foi a invasão do Iraque, desconhecendo as Nações Unidas, a revelia das Nações Unidas, num ato de força, de resto desprovido de razão, e desprovido de qualquer chance de êxito. Nós estamos vendo que os Estados Unidos estão de certo modo, enfim, desestabilizando ainda mais uma região muito grande do mundo. Uma crítica mais genérica que eu faço à política externa americana é: A política externa americana nesses últimos anos se retirou de cenários, de foros ou de interlocutores com os quais eles deveriam ter continuado engajados. O exemplo por excelência é a questão Israel-Palestina. O Bill Clinton, até o último momento da sua Presidência tentou encontrar uma solução definitiva que permitisse a criação de um Estado Palestino viável ao lado do Estado de Israel com o qual não só os Estados Unidos, mas nós também brasileiros temos um compromisso inarredável. Infelizmente, no Governo Bush os Estados Unidos abriram mão de qualquer atuação, perderam a autoridade de ser minimamente moderadores, alinharam-se profundamente com Israel, nós vimos isso agora no caso da guerra do Líbano, os Estados Unidos se abstiveram de segurar a mão de Israel, e reduzi-la a uma resposta ao Hezbollah. Israel atacou

e destruiu uma boa parte da infra-estrutura do Líbano e está talvez causando uma desestabilização da situação política naquela que era a única democracia precária embora no Oriente Médio.

Então, os Estados Unidos se retiraram de alguns cenários em que tinham de estar presentes e entraram em outros em que nunca deviam estar presentes e o Iraque é o maior ilustração. Eu vejo aqui o nosso ex-Embaixador em Cuba, o exemplo mais antigo de cenário do qual os Estados Unidos se retiraram, é Cuba. Porque aplicaram um embargo que é ilegal, é injusto e é contraproducente. Então foi um primeiro exemplo de situação em que a ausência só provoca resultados indesejáveis. Mas voltando ao ponto, eu entendo que haja razões de queixa, de ressentimentos contra os Estados Unidos por causa do Iraque. A questão dos vistos... Essa agora foi absolvida, mas no primeiro momento houve grande indignação aqui. O protecionismo americano que efetivamente afeta os nossos produtos. Mas temos que ver que são poucos produtos e que há todo um amplo mercado aberto, inclusive quatro bilhões do que nós vendemos entram sem nenhuma tarifária, pelo menos por enquanto, e houve a ideologização da questão da ALCA. A questão da ALCA foi de certo modo como se chama o pára-raios, o pólo concentrador de toda uma idéia de que os Estados Unidos vinham para cima de nós e a questão da ALCA em vez de ser manejada muito friamente, com pragmatismo foi por vezes conduzida ao impacto das emoções dessa sensação de que ela seria a anexação do Brasil, o fim do Brasil, a completa desnacionalização do Brasil, o que não era verdade. Teria sido possível negociar uma ALCA desejável sem nenhum dano nem para o Mercosul e nem para os interesses do Brasil e com um ganho significativo em matéria de acesso ao mercado americano.

Eu queria dizer apenas o seguinte, que o Brasil precisa livrar-se dos Estados Unidos em definitivo, como referência para a definição da persona do Brasil no plano internacional. Vamos deixar, como se diz em bom português na gíria, vamos deixar os americanos na deles e vamos ficar na nossa. Nós devemos discutir com eles onde temos divergências com eles. Devemos confrontá-los onde temos conflitos fortes contradições de interesses. Devemos dialogar onde haja campo de convergência possível, concordar onde essas convergências se materializem, e por vezes competir onde nós estamos concorrendo e disputando espaços inclusive aqui agora na região. O Presidente Lula está em Montevideu agora para justamente procurar atender a válidas preocupações uruguaias e garantir que não haja, e não haverá, não creio que haverá, não creio que seja sequer essa a intenção dos uruguaios, sair do

Mercosul. O Uruguai busca um pouco mais de espaço na sua relação com os Estados Unidos, mas sem de modo algum abandonar o Mercosul. Eu digo apenas que não há lugar para posturas ideológicas de aversão ou distanciamento em relação aos Estados Unidos. A aproximação e o entendimento entre os dois maiores Países das Américas não são só desejáveis. Elas são também perfeitamente possíveis sem prejuízos para os nossos interesses e objetivos na região e no mundo. Não é de modo algum necessário que o Brasil deles abra mão desses interesses objetivos para intensificar e aprofundar a sua relação com os Estados Unidos. Há cada vez mais forte inserção do Brasil no sistema internacional, permite hoje uma relação muito mais equilibrada com o seu maior parceiro no mundo.

É imperioso sepultar de vez uma certa tendência a encarar Washington como referência para o balizamento de nossas ações e opções de política externa. Deve o Brasil seguir com naturalidade os seus próprios caminhos sem dar a entender que o faz com a preocupação de diferenciar-se dos Estados Unidos ou a ele desnecessariamente contrapor-se. Não devemos, em suma, inibirmos de por vezes mesmo usar com os Estados Unidos essa palavra quase mágica em relações internacionais que é parceiro. Temos parceira com os Estados Unidos, e nós estamos agora estabelecendo uma parceria importante com os Estados Unidos que é a parceria do etanol. Ela não é uma tem parceira estratégica, não é uma alteração extraordinária nas relações dos dois Países, mas é um movimento importante. E devo dizer-lhes, é um movimento de iniciativa do Brasil. O Subsecretário Nicholas Burns esteve aqui e o que ele fez foi na realidade trazer publicamente uma primeira resposta favorável americano ao que tem sido felizes colocações ao lado brasileiro, inclusive através do próprio Presidente Lula que há muito tempo vem pregando a importância de um esforço pela globalização do etanol e dentro desse esforço a importância de uma parceria entre Brasil e Estados Unidos que somos os líderes na produção de etanol no mundo.

Senhores, eu peço muitas desculpas, falei demais, estendi demais, mas eu creio que tinha algumas coisas que mereciam ser aqui veiculadas. Reitero-lhes o prazer, a honra que tive de ter essa oportunidade e naturalmente estou aqui para ouvir não só os conselhos e críticas dos senhores, mas todas as opiniões que tenham em relação às minhas idéias ou em relação aos temas que eu veiculei. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Comissão agradece a presença de V.Ex^a. pelos esclarecimentos prestados e passaremos à parte da inquirição feita pelos Srs. Senadores. Pela ordem de inscrição, nós temos aqui o Senador Fernando

Collor, o Senador Tuma, o Senador Azeredo, o Senador Flexa, o Senador Arthur Virgílio, o Senador Simon e a Senadora Serys Slhessarenko. Nós vamos manter essa ordem, muito embora regimentalmente nós tenhamos que indagar Senador Eduardo Azeredo como autor da proposta se deseja fazer a pergunta inicial.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Senador, eu gostaria que me inscrevesse também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Marco Maciel, inscrição com o maior prazer. Encaminharemos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores e Senadora, nós vimos pelas palavras do Embaixador que alguns pontos foram reafirmados aqui e eu queria primeiro destacar a importância realmente de que a política externa seja discutida. Não existe, podemos dizer assim, a consciência de que a política externa acaba refletindo em perdas de empregos, acaba refletindo no dia-a-dia das pessoas. Podermos discutir a política externa é profundamente salutar. Nós temos algumas críticas Embaixador que foram feitas a V.Ex^a nesse período aí depois da entrevista e eu quero lembrar que ainda como Embaixador em abril de 2006, houve a sua crítica à questão da China. Portanto, ainda no mandato de Embaixador não só depois. E o ex-Ministro Celso Lafer também endossou várias das suas críticas, e eu quero exatamente voltar a duas delas. Uma delas aqui na entrevista em que V.Ex^a diz assim: “Há um sentimento generalizado de que os Diplomatas hoje são promovidos de acordo com a sua afinidade política e ideológica, e não por competência. Eu vi funcionários de competência indiscutível ser passados para trás porque não são alinhados. Há intolerância pluralidade de opinião...” E assim por diante. E dizendo que isso nunca aconteceu nem na época da ditadura militar.

Eu queria então voltar, vejo com muita preocupação vários pontos da política externa, os jornais de hoje trazem o candidato lá, o Presidente do Paraguai aproveitando já o exemplo de Venezuela, de Bolívia, e já dizendo que quer rever o Tratado de Itaipu que o Brasil paga 240 milhões e que deveria pagar um bilhão e oitocentos, e talvez tenha sido pela reação tímida que o Governo Brasileiro teve em relação à Bolívia e isso acaba incentivando outros Países a quererem o mesmo e daqui a pouco vamos virar um País que tem uma parcela grande de pobres mas que fica só socorrendo os irmãos mais pobres.

Mas basicamente, Embaixador, eu queria a sua opinião sobre esse ponto, a questão aqui das promoções, e a questão se essa tríplice direção da política externa brasileira, se ela afeta realmente o desempenho do Itamaraty. Por que é que eu digo tríplice direção? Na

hora da oposição devemos a todo momento que além do Ministro Celso Amorim, o Secretário-Geral Samuel Guimarães dar várias opiniões e decisões e sem falar no Marco Aurélio Garcia, que tem exatamente trazido uma versão já mais partidária à política externa brasileira. Então são esses dois pontos que eu gostaria de colocar a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Embaixador Roberto Abdenur.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Senador, obrigado. Eu queria deixar claro que eu reafirmo a minha crítica ao que eu considero terem sido alguns casos em que pessoas de alta competência foram, como se diz, caluniadas por outros, porque em alguma medida, não em todos os casos, eu não estou questionando todas as promoções, pelo contrário, nem estou dizendo que qualquer dos promovidos não o merecessem. Mas o meu ponto é que funcionários de excepcional qualidade deixaram de ser ou foram promovidos com atraso por vezes porque não eram vistos pela chefia da Casa como sendo plenamente alinhados pelas suas idéias. Ontem numa revista que circulou no fim de semana, eu vi declarações de chefes da Casa dizendo que encontraram certos nichos de resistência à atual política no início do Governo, e que naturalmente, enfim, não há preconceitos ideológicos, mas que se valorizam aqueles que se identificam mais com os objetivos da chefia. Eu acho que essa é quase que uma corroboração indireta daquilo que eu disse. Agora, não creio que isso de modo algum naturalmente afete o desempenho da instituição que é muito forte e que não se deixa levar facilmente por esforços de doutrinação. Eu fiz a crítica e reitero a leitura forçada desses livros por fora dos canais institucionais e acho que efetivamente havia aqui uma mensagem básica voltemos ao Brasil dos anos 60, dos anos 70, fechemos-nos mais, vamos reagir aí ao imperialismo. Acho que essa é uma visão ultrapassada.

Quanto à questão de quem faz o que em política externa, eu estive muitos anos no exterior, e eu senti agora mais diretamente como eu disse em certos casos certos ranços de anti-americanismo. Como eu disse, na imprensa saiu a expressão vago, e isso incomoda quem está do outro lado. Mas não foi nenhum obstáculo ao progresso efetivo das relações, nem há contradição entre o falar de ranços anti-americanos e dizer que a relação efetivamente prosperou muito, porque nos níveis mais elevados prevaleceu a visão da importância de uma relação positiva com os Estados Unidos.

Eu queria, o jornalista que fez a entrevista na veja colocou naquela faixinha amarela nem na ditadura. Enfim, eu queria deixar claro que eu não estou aqui

de modo algum a valorizar a ditadura. O que eu disse é que na ditadura a linha fortemente ideológica era imposta pela força, e eu lhes dou um exemplo disso. Eu trabalhava em 68 no planejamento político, como eu disse com o Paulo Nogueira Batista, e nós a certa altura, eu chefiava uma pequena unidade de pesquisa sob o comando dele, ele e Zappa trabalhavam muito juntos, eu trabalhava em contato com os dois, e a certa altura nós começamos a fazer um trabalho para mostrar os inconvenientes e prejuízos da absurda política seguida então pelo Brasil, não apenas de alinhamento político com os Estados Unidos, de alinhamento com Portugal no auge da luta pela liberação das colônias portuguesas. Isso valeu ao Brasil um extraordinário desprestígio e isolamento no plano internacional.

Pois bem, a certa altura enquanto fazíamos esse trabalho, isso no Rio de Janeiro em 68, vinha uma palavra lá de cima dizendo o seguinte: "Vocês parem com isso ou vão se dar mal". Era assim que funcionava a ditadura. Agora a ditadura não procurava convencer ninguém das suas idéias. Ela as impunha pela força o que era obviamente detestável e terrível. Agora a coisa é muito mais sutil, muito mais leve e eu não posso deixar de prestar essa crítica, mas obviamente isso de modo algum, Senador, põe em risco a integridade do Itamaraty ou a efetividade da nossa política externa.

O Senhor comentou a China, se me permitem apenas... Sobre a China, obviamente eu lá passei quatro anos e meio--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só ainda no comentário que V.Ex^a fez na época do que nós temos que encarar a China como um País amigo, um País de relações próximas, mas que é também um concorrente, né?

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Se me permitem, eu vou citar alguns fatos muito rápidos, muito... Enfim, impressionistas. Fatos gerais sobre a China em tempo recente. A China recentemente ultrapassou o Japão em gastos para pesquisa e desenvolvimento em Ciência e Tecnologia.

Segundo, a China tem hoje um comércio externo nos dois sentidos de mais de 1.6 trilhões de dólares. Mais ou menos 7 vezes o total do comércio exterior brasileiro nos dois sentidos. Com os Estados Unidos, ano passado ela vendeu 280 bilhões de dólares, o dobro do que o Brasil vende ao mundo inteiro e comprou menos de 60. Os Estados Unidos tiveram, portanto um déficit de mais de 200 bilhões de dólares [inaudível]. Agora, o dinheiro que a China ganha vendendo aos Estados Unidos ela aplica no financiamento da dívida pública americana comprando papéis americanos. Daí eu dizer que é uma relação de entrelaçamento quase simbiótico entre a China e os Estados Unidos. A Chi-

na atingiu reservas de um trilhão de dólares, a maior reserva do mundo, dos quais cerca de 70% aplicados em papéis americanos. A China convocou uma reunião na África recentemente e lá estiveram 40 chefes de Governo africanos. E o Presidente da China Hu Jintao fez recentemente uma viagem... Aliás, é interessante, porque na viagem surgiram algumas reações negativas ao que começa a ser visto com desconforto na África como um certo, digamos, entre aspas, imperialismo chinês. A China logrou... Obteve um logro tecnológico extraordinário. Ela soltou um foguete da terra e destruiu creio que há centenas de quilômetros no espaço exterior um velho satélite chinês desativado de dois metros de comprimento. À distância aqui desse lado da mesa. Isso é um feito tecnológico antes só conseguido pelos Estados Unidos e pela União Soviética hoje, Rússia.

A Marinha chinesa tinha até pouco uma postura defensiva para o evento de um conflito em torno de Taiwan. A China tinha até recentemente 65 submarinos. O Brasil tem cinco. E essa frota vai ser aumentada em poucos anos para 80. E os americanos agora estão preocupados porque a China começa a desenvolver a chamada Marinha de alto-mar. Em inglês, a Blue Water Nave(F). Vai construir um porta-aviões. Ela vai, portanto, desafiar o predomínio absoluto da Marinha americana no Pacífico desde a Segunda Guerra. Outro dia numa revista alemã saiu um artigo mostrando a evolução das economias.

Em 1973, 30 anos atrás, os Estados Unidos tinham um produto bruto de três trilhões eu meio. A Europa de quatro trilhões e a China de apenas 700 bilhões. Menos de um trilhão. Em 2005, os Estados Unidos tinham um produto de 12 trilhões a União Européia um pouco menos de 12 e a China já 9.4. Quase dez. A projeção para o ano 2050 é que os Estados Unidos tenham um produto bruto de 35 trilhões, a União Européia 20 e a China 44. Mais do que os Estados Unidos. São fatos gerais. Fatos em relação ao Brasil. Em janeiro, pela primeira vez a China teve um saldo no comércio com o Brasil de não menos de 220 milhões de dólares. De modo que já este ano possivelmente a relação de comércio Brasil-China que outrora foi fortemente superavitária a nosso favor, vai passar a ser deficitária. Agora, digo eu, isso é ruim? Isso é mal? Não. Não necessariamente. Comércio não é futebol. Não é uma questão de estou vendendo mais eu estou ganhando o jogo. E o Brasil muito saldo global, aliás, contribui fortemente para o saldo global de comércio exterior com o Brasil a nossa relação com os Estados Unidos, porque nós temos vendido aos Estados Unidos cerca de 9 bilhões de dólares mais do que deles compramos, de modo que os Estados Unidos contri-

buem com algo como um quarto do total do saldo comercial brasileiro.

Agora, a China acaba de ultrapassar a Argentina como segundo fornecedor do Brasil por uma ligeira margem depois dos Estados Unidos, e a política chinesa de desenvolvimento industrial ao exigir que as empresas multinacionais que lá querem investir se associem com empresas chinesas e produzam lá, inclusive com índices crescentes de nacionalização, está fazendo com que várias exportações brasileiras de manufaturas estejam escolhendo até o desaparecimento. Motores a diesel, auto-peças, componentes para ônibus, motores elétricos, etc. As empresas americanas que têm investimentos aqui, e que daqui exportavam para a China, estão agora produzindo na China. De modo que há um dado interessantíssimo que estava no valor de outro dia. O Brasil exportava para a Argentina até o ano 2002 cerca de 800 milhões de dólares em bicicletas. Haja bicicleta. 76% do mercado argentino. A China exportava àquela altura, cinco anos atrás, 50 milhões de dólares de bicicleta. Agora, a China está exportando 800 e o Brasil está exportando 70. A nossa participação no mercado argentino que era de 76 caiu para menos de 5%. Eu digo isso não por hostilidade à China, de modo algum. O que eu digo é que nós precisamos atualizar a visão da China. E eu lhes reitero, eu sou fortemente partidário da parceria estratégica com a China.

Agora, infelizmente a relação Brasil China que no início era uma relação relativamente simétrica, hoje é assimétrica. Porque houve 20 anos de crescimento vertiginoso pela China e o Brasil cresceu apenas cerca de 2,5% em média. Então a relação hoje precisa ser ajustada. Então ter déficit ou ser menor do que a China não nos impede de ter uma parceria estratégica vibrante com a China como temos com a Alemanha também. E em outros termos temos uma relação assimétrica a nosso favor com a Argentina que nós tratamos de minimizar tanto quanto possível. Então o que eu prego é a importância de que se atualize a visão da China. Não tenhamos ilusões, como eu dizia a certa altura, uma visão romântica daquela velha China de então de quando eu era Embaixador na China, uma China meio camponesa ainda, atrasada, pobre, encolhida e afastada do mundo. Não. Hoje é uma grande potência a caminho de ser super potência. Por isso mesmo é até mais importante a nossa relação com a China. Mas é importante que essa relação seja atualizada e seja conduzida sem equívocos na avaliação do que a China é.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de passar a palavra ao Senador Collor, o próximo orador, eu sugiro ao Plenário, uma

proposta que faço, tendo em vista a pergunta feita pelo Senador Azeredo e as afirmações em resposta do Ministro Roberto Abdenur, tomar uma decisão que é queria ter aprovação do Plenário. Os Srs. Embaixadores são aprovados por esta Casa, e esta Casa quando o faz, o faz exatamente analisando a competência funcional. A partir do momento em que fatores estranhos existem ou que pelo menos são colocados como possíveis de existência, essa Comissão pela responsabilidade que tem deve adotar providências com relação a isso. Daí porque eu peço à Comissão que aprove logo após essa parte aberta, uma Sessão Secreta aonde com os Senadores e Embaixador nós possamos nos aprofundar nessa questão das promoções e nomeações de caráter ideológico, político ou de apadrinhamento. Porque afinal de contas, em isso acontecendo, o Senado da República é conivente. E nós não podemos estar aqui sendo inocentes úteis, fazendo o papel de mero aprovador de nomes que aqui chegam e que nós não temos conhecimento de que existam por acaso outras motivações.

Eu acho que o Sr. Embaixador prestará um grande serviço ao País numa Sessão fechada porque se trata de uma questão delicada se puder prestar a esta Comissão esclarecimentos sobre este assunto. Os Srs. Senadores aprovam?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com todo respeito e até me sentindo um pouco deselegante, mas eu acho que era para fazer a Sessão Secreta agora, porque senão nós vamos parar para deixar as perguntas para depois quando ficar na Sessão Secreta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Pedro Simon, evidente que poderíamos fazer. Eu não quero transformar em secreta agora e pedir a sua colaboração para não ser deselegante com a quantidade de funcionários do Itamaraty que aqui estão. A imprensa que aqui está. É evidente que esse é apenas um foco isolado, e exatamente por isso que eu sugiro e espero contar com a aquiescência de V.Ex^a.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Claro. No momento que V.Ex^a diz que não quer ser deselegante, eu também não vou querer ser.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra V.Ex^a.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Muito me honra qualquer convocação que esta Comissão faça. E à luz do que eu disse, não é impropriedade à sua preocupação com que teoricamente pudesse ser alguma deformação ideológica por parte de Diplomatas que aqui se apresentam. Mas eu vou

pedir compreensão para a seguinte circunstância. Eu estou fazendo uma observação crítica que reitero com absoluta firmeza. Mas que eu próprio qualifiquei como não sendo algo capaz de alterar o corpo do Itamaraty. A instituição a que eu me orgulho imensamente de ter servido durante quase 45 anos é uma instituição de prestígio singular no mundo inteiro. Respeitada pelos melhores serviços diplomáticos de todo mundo, considerada senão a melhor, uma das melhores. De modo que eu posso dizer ao senhor, garantir ao senhor, Senador, os senhores não terão aqui enviados pelo Itamaraty jamais alguém que esteja movido por idéias que lhe tenham sido impingidas por outrem e que por isso vá ser infiel aos interesses do Estado Brasileiro. Eu acho que é preciso coibir algo como foram essas leituras forçadas, mas isso eu não creio que não tenha deformado de modo algum qualquer colega meu. E eu não me sinto, Senador Heráclito Fortes, com todo respeito, por mais autoridade entre aspas que eu tenha para falar do Itamaraty, e tenho, porque a ele servi durante 44 anos, por mais autoridade, entre aspas, que eu tenha para falar do Itamaraty eu não me creio com autoridade para participar de um tal exercício. De modo que os Srs. Senadores entre si resolverem deliberar a minha contribuição está dada por esse comentário crítico. Mas eu lhe peço compreender de um lado a minha limitação e do outro lado a minha absoluta confiança nos quadros do Itamaraty que eu conheço muito bem. Eu tenho colegas coetâneos meus que eu admiro e eu tenho jovens colegas que serviram sob minhas ordens ou que eu conheço.

Eu vou dizer uma coisa que até os Diplomatas da ativa podem não gostar muito. Eu aprendi, eu fiz aqui uma lista em um dos meus papéis aqui, eu tive uma carreira privilegiada no Itamaraty. Eu vou dizer aqui alguns nomes que para muitos dos senhores não querem dizer nada, mas foram alguns... Eu servi menos ou mais tempo com todos os principais nomes dos meus maiores. Os grandes nomes da diplomacia brasileira da geração anterior. Luiz Augusto Souto Maior, nos assuntos norte-sul. Jorge Maciel, Subsecretário Econômico, grande figura do GATE depois da OMC. Paulo Nogueira Batista, uma das inteligências mais privilegiadas. Paulo Tasso, com quem eu trabalhei a quatro mãos na promoção comercial. Ovídio Melo, que foi o homem responsável pelo reconhecimento, enfim, pelo trabalho em campo pelo reconhecimento do Governo do OMP em Angola. Ítalo Zappa, idealizador da nossa política africana com quem eu trabalhei em diferentes momentos, meu antecessor em Pequim. Sérgio Corrêa da Costa, outro grande nome, foi Embaixador em Washington, Embaixador em Londres na minha época, Embaixador nas Nações Unidas. Baena Soares,

Secretário-Geral da OEA, o homem que ajudou a pacificar a América Central. Araújo Castro, Chanceler de João Goulart com quem eu servi emocionado eu digo isso dois anos e meio na Embaixada em Washington. Sérgio Frazão, na ONU, e meu mestre Saraiva Guerreiro, que foi um dos grandes chanceleres que o Brasil teve numa época que é pouco lembrada porque não foi uma época de guinadas, foi uma época de grande realizações como lhes dizia a própria mudança na relação Brasil com Argentina.

Eu enalteço esses nomes, mas eu quero dizer, e isso que eu quero dizer que vai incomodar meus colegas da ativa, já que eu saí. Eu aprendi imensamente, Senador, com os meus colegas, meus coetâneos ao meu lado. E mais, eu aprendi com jovens Secretários brilhantes e extraordinários. Terceiros Secretários às vezes. Eu digo que meus colegas que estão na ativa não vão gostar porque eu estou prestigiando, enfim, as classes mais baixas da carreira. Mas eu posso dizer ao senhor que eu tenho a mais absoluta confiança nos colegas que os senhores podem ficar tranquilos de que não terão aqui ninguém que não esteja em condições de assumir uma posição.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, o Senhor permite uma palavrinha sobre isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu acho que uma Sessão Secreta nesse instante seria constrangedor para o Embaixador inclusive para o próprio Ministro Celso Amorim que poderia parecer que há algo que a gente teria que conhecer em sigilo e não no conhecimento público. Porque se sente aqui o respeito do Embaixador Abdenur pelo próprio Ministro Celso Amorim de quem, se não me engano, são amigos há muito tempo, trabalharam juntos por longa data. E às vezes a renovação das gerações que entram numa carreira respeitadíssima que é do Itamaraty, eu não estou falando isso pela primeira vez, toda vez eu tenho a alegria de elogiar porque em vários lugares que eu estive, inclusive no Governo do Presidente Collor, na direção da Polícia Federal, várias visitas ao exterior eu tive o apoio de membros do Itamaraty nas embaixadas, secretários, que eu acho que seria inconveniente. Não sei, o ponto de vista meu, pessoal. Não quero discordar de V.Ex^a. Acho que V.Ex^a quer pôr sob o resguardo ao Embaixador Abdenur que abre mão agora aqui na exposição que fez pelo respeito que tem à sua carreira.

Ninguém gosta de ver aquilo que passou praticamente quatro dezenas de anos nesse trabalho que o seu passado possa ser destruído por algo que o futuro possa representar. Acho que é uma coisa que todos nós sentimos aqui e eu me senti um pouco angustiado.

Porque eu conheço o Embaixador Abdenur tenho uma admiração enorme, além de ser patricio, eu tenho uma admiração enorme pelo trabalho que sempre desenvolveu e reconheço. Nós temos análise do... Quando o Embaixador é designado, vem todo o seu passado de trabalho. Onde trabalhou, qual foi o exercício... E se nós quisermos questionar no Relatório, a gente pode até questionar o Itamaraty, por causa da indicação, porque aqui não houve. E se vota contrário ou não. O que nós precisamos, o senhor tem razão, é não ser só sancionador do nome indicado. Provavelmente... Eu peço desculpas pela manifestação, mas pra gente não criar um constrangimento que possa parecer que há suspeita sobre a administração do Itamaraty.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu agradeço a colaboração de V.Ex^a, sempre equilibrada. Mas a minha preocupação é verdade, é com o constrangimento que pode causar ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ou que poderá causar ao Embaixador Roberto Abdenur. Mas nós não podemos permitir que esta Casa fique constrangida. O avalista das aprovações, o avalista por decisões constitucionais é o Senado da República. Ora, se nós estamos aprovando alguns nomes de maneira injusta, nós estamos caroniando, nós estamos fazendo sem saber. Quando um homem de carreira brilhante porque eu tenho a maior admiração, vem aqui e abre uma ferida, é preciso que a gente apure. E o constrangimento está evitado quando você tira o assunto de um debate público. E passa a fazê-lo num debate, numa conversa reservada com um homem da responsabilidade do Embaixador Roberto que passou por aqui e foi sabatinado nesta Casa cinco vezes.

Então, em respeito às cinco passagens do Embaixador em respeito ao exercício dessa Casa é que eu acho que esse assunto tem que ficar melhor esclarecido, até para que se for o caso, num futuro nós tenhamos mais cautela e passemos a observar com mais cuidado indicações que venham a ser feitas. Afinal de contas, a ser confirmado, nós estamos colaborando. Porque nós somos um avalista. E nós apelamos numa conversa reservada para a sinceridade e a lealdade do Embaixador na sua carreira pelo seu passado e pela sua história no Itamaraty que colabore com o Senado da República. É uma conversa reservada. Por isso que eu pedi, Embaixador, que o fato se dê não publicamente, mas reservado. Até para que apontado caminhos ou direções, não é uma "Sessão de deduração", longe estamos nós de participar de uma questão dessa natureza, é apenas trocarmos idéias... Não é isso? Me lembra muito bem aqui o experiente Senador Azeredo as aprovações também são secretas. De forma que é a minha solicitação. V.Ex^a pede a palavra.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Senador, eu queria agradecer a intervenção do Senador Romeu Tuma. Queria fazer uma observação e sem desmedro do que o senhor diz em matéria das responsabilidades do Senado, obviamente.

Em primeiro lugar, essas leituras foram abolidas pelo Ministro Celso Amorim dias atrás. E portanto não chegaram a ter maior impacto. E segundo lugar, como disse o Senador Tuma, eu tenho uma relação muito antiga com o Celso Amorim. E também com o Samuel Pinheiro Guimarães, e compartilhamos das mesmas idéias ao longo de diferentes etapas da carreira. Hoje em dia não mais. Eu tenho diferenças de--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mais do que relação. Amizade muito antiga.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Amizade fortíssima. Mas amizade, Senador, às vezes... é alterada. Mas eu queria dizer isso. Eu tenho em alguns aspectos idéias diferentes das idéias de Celso Amorim, e em outras idéias diferentes das idéias de Samuel Pinheiro Guimarães, mas tenho respeito profissional pelos dois. E jamais deixarei de ter. Cada um a sua maneira faz o que melhor lhe parece e eu considero ser de meu direito e de meu dever dar a minha opinião sobre algumas coisas que é o cargo no Itamaraty. Mas acho que não cabe, digamos, exagerar que o está acontecendo sem prejuízo, naturalmente, da importância da sanção do Senado a qualquer nomeação para Governador.

Mas eu queria deixar isso muito claro que a parte qualquer... Enfim, alteração em relações de amizade as relações profissionais são de profundo respeito e assim continuarão a ser, e por isso mesmo eu peço ser relevado, eu creio que eu já disse, já foi uma contribuição e aqui por aqui deveria parar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, eu gostaria de dizer sobre a questão colocada pelo nosso Presidente, Senador Heráclito Fortes, que eu não vejo em nenhum momento que o Senado esteja sendo minimizado a nossa participação a partir das colocações que aqui vem sendo feitas. Em primeiro lugar porque a entrevista do Embaixador Abdenur foi uma entrevista pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a é representante do Governo nesta Casa e nessa Sessão retiro o que disse. Fica a minha solicitação fica sem nenhum o feito. Parabênizo a defesa que V.Ex^a faz do Governo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Muito obrigada. Não deixa nem eu fazer, mas agradeço. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Já atendi. Já entendi. Se o Governo está satisfeito, não sou eu que vou ficar insatisfeito.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu só iria dizer, Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Parabenizo V.Ex^a.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): --que a entrevista foi pública e que é isso que está sendo discutido. E que ele colocou muito bem, que as promoções poderá ter alguma coisa, as promoções não são votadas pelo Senado. Portanto, não está dentro da nossa competência. Mas eu agradeço o senhor já ter retirado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): No meu conceito, indicação de Embaixador é promoção. E o Senado aprova. Mas já que V.Ex^a--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não. Promoção é uma coisa, Senador. E a aprovação do Embaixador para o cargo é outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a acha que o nosso colega ser indicado para Cuba não é uma promoção para vida dele, ele que é um homem admirador do Fidel Castro--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [risos] Senador Heráclito Fortes, eu agradeço a sua decisão já está tomada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas em respeito a V.Ex^a, e quero que fique registrado nas Atas que foi o Governo que tomou a decisão. Senador Jarbas, em seguida o Senador Collor.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Heráclito, acho que o assunto já está esclarecido. V.Ex^a já retirou sua proposta. Mas eu acho que o Embaixador deixou muito claro de que a sua explanação já estava completa e se não chegou a dizer do constrangimento ele procurou evitar essa Sessão Secreta.

Eu acho que, para nós da Comissão, foi importante para todos nós perceber o cuidado de V.Ex^a que não é exercido apenas aqui, é exercido sempre através de todos os seus atos na vida pública, esse cuidado com a instituição, mas me parece que não é relevante essa Sessão Secreta. O mesmo jornal, o insuspeito Estado de São Paulo que deu guarida, deu espaço para a recente entrevista do Embaixador, foi o mesmo periódico que no segundo semestre do ano passado denunciou o Itamaraty e conseqüentemente o Ministro

Celso Amorim de estar participando de atos eleitorais. E não foi uma notícia nas páginas dedicadas ao noticiário político, não. Foi um editorial. Notas e informações. O mesmo jornal que deu acolhida ao Ministro, foi o mesmo que denunciou. E em editorial que pela primeira vez o Itamaraty estava se envolvendo em atos políticos eleitorais.

Então, eu quero deixar claro aqui que a entrevista do Ministro não foi à toa, é preciso ter cuidado, há uma tradição no mundo inteiro de reconhecimento da seriedade da dimensão do Itamaraty, o Itamaraty foi comprometido apenas no início da ditadura, mas logo depois isso foi refeito, e é impossível que um Governo Democrático possa permitir que o Itamaraty tenha orientação ideológica num mundo como o mundo de hoje, globalizado, onde a questão da ideologia deve existir, mas que não deva prevalecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agradeço a V.Ex^a e o pensamento de V.Ex^a é o mesmo que eu tenho. Daí porque tive esse cuidado, porque os fatos relatados aconteceram nesse Governo. Mas como o Governo fica satisfeito plenamente e atendido com as respostas dadas pelo embaixador, da minha parte eu não tenho compromisso com o erro, já que eu errei, eu peço desculpas inclusive à Senadora Serys, acho que essa questão não deve ser tratada e faz de conta que fica o dito pelo não dito. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Presidente. Sr. Embaixador, seja bem-vindo à nossa Comissão. Ouvindo atentamente as suas palavras, Embaixador, eu fiquei muito feliz porque descobri pela sua afirmação que no tratado que durante o meu Governo assinamos com a Argentina acabando com a corrida armamentista entre os dois Países, e essa criação de artefatos nucleares, bem como também a sensação de qualquer possibilidade da criação e/ou pesquisa de armas bacteriológicas tivesse tido lá atrás, pela sua participação, o primeiro passo dado.

Um outro ponto que me chamou atenção foi em relação às relações interparlamentares. Todos os grandes problemas porque o Brasil passa, eu acho que Relações Exteriores hoje cada vez mais se confunde com os interesses comerciais dos principais atores, os principais problemas de óbices que nós temos aos nossos produtos se encontram no Congresso Americano. Cada um dos congressistas ali defende fortemente o setor A, B ou C. E eu acho que... E deixo aqui a sugestão para o nosso Presidente que nós deveríamos reavivar, não sei se há uma Comissão interparlamentar Brasil-Estados Unidos, mas eu acho muito importante que esse contato seja feito de forma constante, porque talvez ajude a remover esses obstáculos. Muitas

vezes a gente pede alguma coisa ao Governo Americano, o Chefe de Estado Brasileiro para o Chefe de Estado Norte-Americano e ele pode ter a melhor boa vontade de resolver. Mas não vai depender dele. Dependerá do Congresso.

Na questão do Conselho de Segurança, essa luta pelo Brasil de ter um assento permanente nas Nações Unidas eu acho que é uma luta inglória. Eu acho que é demasiada perda de tempo e de energia. Porque primeiro nós sabemos que as Nações Unidas, enfim, já é um instrumento defasado, constituído logo depois da segunda grande guerra, e hoje com as suas finalidades muito deturpadas.

Em 1926 o Brasil quis ter um assento permanente na liga das nações e tínhamos participado da guerra, vitoriosos, contávamos a nosso favor para ter esse assento com a neutralidade da Argentina, na primeira grande guerra, e nós acabamos não tendo condições de conquistar esse assento e abandonamos a liga das nações. Na questão dos... Na questão, por exemplo, da operação do Itamaraty e dos Srs. Embaixadores. O Sr. Embaixador nos Estados Unidos da América representando o Brasil em Washington. Nos Estados Unidos, a Embaixada nossa em Washington. E não sei se o Sr. Presidente sabia e os senhores membros, o Embaixador para ir a Nova York, sair de Washington e ir a Nova York para cumprir qualquer missão ou qualquer... Até mesmo uma questão pessoal, ele tem que pedir permissão aqui ao Ministro das Relações Exteriores. Ele não pode simplesmente no momento emergencial sair sem que seja dada autorização por escrito do próprio Ministro.

Quer dizer, com essa falta de... Não é somente a falta de recursos de que o Itamaraty carece, mas também dessa falta de mobilidade que não é dada aos nossos representantes no exterior. Eu vejo o Ministério das Relações Exteriores e a carreira diplomática brasileira como um dos expoentes que nós temos para exportar para o mundo lá fora. Como disse o Embaixador, isso é verdade. Os nossos Diplomatas ou a nossa ação diplomática, é considerada uma ação de primeiríssima linha. Estamos muito acima, os nossos Diplomatas estão muito acima na capacidade, na sua formação, na sua ação muito acima de Diplomatas de Países chamados de primeiro mundo. Mas é necessário que essa carreira de Estado tenha e continue sendo baseada em dois pilares. Os dois pilares da formação e da hierarquia. Formação e hierarquia. E aí vem as perguntas que eu formularia a V.Ex^a e dividiria em duas partes: A primeira delas, em que medida o senhor acha que haja algum tipo de deformação nesses dois princípios da hierarquia e da formação?

Em relação à hierarquia, ela vem sendo atingida por algum ato de ofício do Sr. Ministro? Na questão da formação, há alguma mudança substancial na formação dos Diplomatas de anos atrás para agora, que faça com que essa excepcional capacitação de profissionais como da sua geração e desse rol de figuras ilustres que serviram a nossa diplomacia, se esse processo hoje de formação está atento a essa qualificação profissional no Instituto Rio Branco. Essa é a primeira pergunta, e a segunda pergunta o senhor aí citou que a China, o Governo chinês, o Presidente Jintao visitou a África, e ele visitou oito Países da África. Visitou Países como Libéria, Moçambique, foi até as Ilhas Cheisear(F). E eu gostaria então de fazer a pergunta, que o senhor nos dissesse na sua opinião e na sua visão qual a diferença fundamental entre a política do Brasil em relação à África da política chinesa em relação à África. Há diferença de objetivos? Será que os nossos objetivos nas nossas relações com a África são os mesmos objetivos que os chineses? Se não são os mesmos objetivos, qual a diferença? E se houver essa diferença, qual das duas políticas em relação à África estaria correta? A do Brasil ou da República Popular da China? Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Com a palavra o Embaixador Roberto Abdenur.

**SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI
ABDENUR:** Muito obrigado, Senador Collor. Com relação ao seu primeiro comentário, não podia ser mais procedente. Eu referi a importância da intensificação do diálogo entre o Congresso Brasileiro e o Congresso Americano e o senhor acrescentou uma informação que eu não havia dado que é fundamental. É que o Congresso Americano tem poderes imensos sobre a política comercial americana. Poderes até excessivos. E eu vi situações quase que eu diria absurdas de desconexão entre os interesses da política exterior americana e a maneira como eles eram prejudicados por interesses paroquiais de uns poucos Senadores ou Deputados altamente protecionistas. E houve realmente, eu referi aqui a batalha por assim dizer, que foi o esforço de obter uma decisão do Congresso que não prejudicasse o Brasil no assunto dos quase quatro bilhões de dólares que nós vendemos para os Estados Unidos ao abrigo do chamado Sistema de Preferências Americana. E eu fiquei pasmo de verificar que no Congresso Americano prevalecia e ainda deve subsistir a impressão de que o Brasil é um obstáculo ao êxito da rodada da Organização Mundial do Comércio, da rodada de Doha, e de que por isso o Brasil deveria ser punido sendo excluído do sistema de preferências e isso é um absurdo completo. Inclusive o Governo Americano aprecia imensamen-

te, dialoga muito com o Brasil. Então eu fiz o máximo de esforço que o Embaixador pode fazer para tentar desfazer essas impressões, eu visitei congressistas, visitei... Estimulei a ida de missões empresariais, duas missões empresariais ao Congresso Americano, escrevi cartas, recentemente o Subsecretário Econômico do Itamaraty, nos últimos momentos da minha estada lá fez uma visita muito importante em que ele teve acesso aos mais altos níveis, digamos, do Congresso Americano. Mas uma coisa é um funcionário do Governo estrangeiro falar, outra coisa é um Parlamentar, um congressista brasileiro, um Deputado ou Senador falar a outra autoridade quando ele fala com o seu equivalente americano. De maneira que realmente acho muito importante. Não existe uma Comissão Parlamentar Brasil Estados Unidos e eles não gostam de assumir esse compromisso porque seriam tantos que eles não dariam conta. Mas creio que na prática, sim, cabe, como foi a viagem do Deputado Rebelo, procurar estimular esse contato. Segundo ponto, uma correção. Senador, não, o Embaixador num posto não precisa de permissão de Brasília para deslocar-se dentro desse posto. Eu viajei amplamente pelos Estados Unidos e simplesmente depois eu comunicava--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Então desculpe. Foi informação equivocada minha.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-

DENUR: Eu comunicava e solicitava o reembolso das despesas em que eu havia. Isso nenhum problema. O Embaixador não pode ausentar-se do País, claro sem autorização de Brasília. Por exemplo, eu uma vez fui convidado para participar de um seminário na Alemanha e naturalmente eu pedi autorização, foi dada e fui para Alemanha. Aliás, por conta própria. A informação de que o senhor tem é errada. No que diz respeito à carreira, eu não vejo nenhuma subversão, nenhuma alteração no sentido de hierarquia da carreira, que é importante e continua ser amplamente respeitado e quanto à formação, há quem diga que essa ampliação muito rápida dos quadros, porque os quadros foram ampliados em 400 Diplomatas, 100 novos a cada ano, e o Instituto Rio Branco hoje as aulas estão sendo dadas não mais a grupos de 20, 30, mas a grupos de 100 numa mesma turma. É claro que quando aulas são dadas para um grupo tão grande, há alguma perda na relação, no diálogo entre alunos e professores. Mas eu não creio que isso seja grave. Eu não creio que isso seja grave. E há um desenvolvimento positivo que vem já desde antes, mas que está acontecendo, o Itamaraty anterior à minha entrada era um Itamaraty de elite.

Na minha época, entravam mais facilmente no Itamaraty pessoas da classe média, média alta, que tinham mais recursos, que tinham frequentado esco-

las particulares, e o recrutamento era apenas no Rio de Janeiro. Quer dizer, o exame era apenas no Rio de Janeiro. Hoje o exame do Rio Branco se faz ao longo de todo o território nacional, o leque está aberto à participação de pessoas de diferentes níveis, e eu considero que isso é positivo. Eu vou lhe dar um exemplo, ontem, eu ontem me encontrei no aeroporto do Rio ao vir para Brasília com um velho amigo. Era um contínuo do Itamaraty, quando eu comecei em 63 ele já era veterano. Ele tinha começado em 59. Negro, pobre, contínuo do Itamaraty, ainda hoje funcionário do Itamaraty, está voltando ao posto, está servindo na América Central. E eu tive o prazer de ser apresentado por ele ao desembarcar aqui em Brasília a uma filha, que está fazendo concurso do Itamaraty. Outrora, dificilmente uma pessoa muito pobre e, sobretudo, os negros no Brasil são muito pobres, dificilmente entraria para o Itamaraty. É claro que os níveis acadêmicos devem ser preservados, mas o Itamaraty hoje é uma instituição eu diria mais representativa do povo brasileiro do que foi no passado e acho isso positivo e em nada deteriora a relação. Um dado importante, sim, houve uma alteração no peso dado às provas de inglês. E eu no primeiro momento não gostei disso. Mas devo dizer que hoje eu reconheço que isso pode ser válido na medida em que amplie a base do recrutamento. Agora, o que é indispensável, é que é quem tem entrado no Itamaraty com um nível insuficiente de conhecimento de inglês tenha durante o curso, durante a estada no Brasil um treinamento muito intensivo, porque um Diplomata brasileiro não pode entrar em campo, nenhum lugar do mundo, nem mesmo num País de língua francesa ou hispânica ou chinesa sem ter um bom domínio do inglês. E eu espero que isso esteja sendo feito.

E no que diz respeito à China à África, os nossos interesses são em alguns sentidos, digamos, coincidentes e em outros diferentes. A China é um País que precisa desesperadamente de novas fontes de abastecimento de matéria-prima. Não é esse tanto o caso do Brasil. Infelizmente somos hoje auto-suficientes de petróleo. Não precisamos de petróleo. Estamos buscando petróleo na China, nos Estados Unidos, no Equador, no Peru, na Venezuela, no Oriente Médio, que é ótimo. Mas não precisamos do petróleo da África, não precisamos do minério de ferro da África, nós vendemos. Algum carvão da África nos pode ser útil. De modo que a abordagem política para com a África é diferente. Eu diria que a abordagem da China é muito utilitarista. E nós temos até um certo sentido de dívida para com a África. Acho que nós devemos ter cautela e não nos deixarmos levar demais pela emoção. Mas aí justamente vem os dois Países das Américas

que mais relação tem com a África e que mais dívida tem com a África são o Brasil e os Estados Unidos. E justamente por isso eu acho válido que o Brasil e os Estados Unidos, em alguns casos, trabalhem juntos em prol do desenvolvimento econômico, social e político de Países africanos. O etanol poderá ser um veículo para isso. E houve um Projeto que está ainda meio engavetado, mas um Projeto acordado entre o Presidente Lula e o Presidente Bush quando o Bush veio aqui em novembro de 2005 para juntarmos forças e reforçar o Congresso de Guiné-Bissau de modo a contribuir que esse País tão pobre, tão ligado ao Brasil, possa atingir níveis maiores de estabilidade.

De modo que eu diria são abordagens diferentes. Agora, digo eu ao senhor também, eu acho que pode haver situações em que faça perfeito sentido *joint venture* também entre o Brasil e a China. Eu imagino que a Vale do Rio Doce que é uma das principais exportadoras do Brasil para China, lá tem uma presença muito forte, por exemplo, ela tem interesse em trazer o carvão de Moçambique para o Brasil, para evitar que os navios que levam minério de ferro voltem vazios com prejuízo. E o carvão de Moçambique pode nos ser útil. De modo que eu imagino, eu estou falando em termos teóricos. Mas pode haver situações em que empresas brasileiras e chinesas possam trabalhar juntas na África.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Embaixador.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Atendendo a inúmeros apelos, eu queria fazer aqui uma proposta. Que o Senador tivesse cinco minutos para a pergunta e o Embaixador dez minutos para a resposta. Há consenso?

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Muito obrigado pelos dez minutos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Evidente que a resposta, às vezes...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A resposta alcança algumas perguntas que a gente faria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é. Exatamente. É apenas para facilitar por causa do horário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Exatamente. Em alguns casos, como do Senador Flexa de Lima não é preciso, porque o poder de síntese dele... Flexa Ribeiro. O poder de síntese dele... Senador Flexa Ribeiro, não fique magoa-

do quando eu troco o seu nome. É porque eu cheguei nessa Casa cedo e aqui convivi na outra, na Câmara, com o Deputado do Rio de Janeiro chamado Flexa de Lima. Era professor e foi candidato a Governador. Deve ser seu parente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Flexa Ribeiro lá na Câmara também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois é. Daí porque o meu subconsciente às vezes me trai.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Flexa de Lima era Embaixador, companheiro aí do...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Exatamente. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu, Sr. Presidente, agradeço a atenção de V.Ex^a na minha interferência anterior, mas eu acredito que a exposição que o Embaixador Abdenur fez solicitaria oficialmente a V.Ex^a que mandasse degravá-la, imprimi-la e distribuir aos membros desta Comissão, pela importância dessa em razão do histórico das suas atividades pelos Países que passou. Eu acho que tem uma importância muito grande para o País toda a atividade que V.Ex^a exerceu em nome do Governo Brasileiro através do órgão que... Da carreira que V.Ex^a escolheu com realização de seus sonhos que a carreira diplomática.

Então, eu acompanhei de perto, principalmente esse seu entusiasmo com a China. Eu senti de perto que V.Ex^a estudou e acompanhou profundamente toda a evolução histórica da China. Porque até então a China era um País turístico que ainda continua, ainda ontem ou anteontem eu vi na televisão, a importância do turismo para a China, porque a história é diferenciada dos outros Países.

Agora, eu estive na China por mais de uma vez, e a cada ano eu via o crescimento excepcional de um período para outro. Uma diferença enorme das cidades como elas cresciam na busca de apresentar ao mundo que eles eram poderosos.

Um dia conversando com um tradutor que falava o português, ele protestava de uma cidade que se transformou num exemplo, eu não me lembro o nome da cidade, e lá era uma região exclusivamente agrícola. E ele estava protestando que eles tinham destruído uma cidade agrícola para fazer uma cidade industrial. E que lá havia um dos maiores prédios do mundo. Que eles estavam fazendo como os romanos. Cada vez a coluna era mais alta para mostrar o poder econômico.

Então, eles estavam... Ele em matéria de protesto estava fazendo esta comparação. E nós sabemos hoje, eu entrei numa loja em Nova York para ver uma gravata. Tudo *made in China*. Gravata... Aliás, loja de

primeira... Onde os americanos fazem as suas compras. Todo [inaudível] lá deve estar funcionando a todo vapor não só na indústria pesada, como na de confecções. Nós temos sofrido principalmente na área do calçado e tudo aqui muitas indústrias estão passando a fabricar lá por causa das implicações de ordem trabalhista.

Então eu acho que esse é um aprendizado bom. Eu gostaria realmente de receber, porque é interessante e até culturalmente pra gente conhecer e as informações de V.Ex^a são excelentes.

Eu vi o senhor falar da VALE, a VALE ontem o noticiário foi que ela comprou uma mina de carvão na Austrália, para poder praticamente dentro de alguns anos será a maior produtora de carvão mineral do mundo. Eu sei que várias empresas chinesas estiveram aqui, que montaram novas siderúrgicas e não tinha o carvão. Estavam procurando a VALE e a VALE fornecia para uma única.

Então, havia uma pressão muito grande para a tentativa de adquirir maior quantidade de carvão para outras indústrias siderúrgicas que eles estavam comprando da África, mas sentia necessidade do Brasil também fornecer para essas indústrias e havia quase que uma exclusividade de uma siderúrgica chinesa.

Sobre o Parlamento, essa vinculação, eu acho que é uma das coisas que o Presidente Collor fez uma referência importantíssima. Senador, quando eu estava na Polícia Federal, eu estive nos Estados Unidos. Havia o desejo de doar um navio para navegar a Amazônia naquele pacto, acordo internacional de combate contra o crime organizado, principalmente, V.Ex^a acompanhou vários desses casos.

Então, eu fui aos Estados Unidos no Departamento de Estado e eles teriam que ter aprovação do Congresso Americano, do Senado que tinha uma Comissão Especial sobre os aspectos de segurança.

Então, eu fui lá, comecei a expor, fui acompanhado de um Secretário da Embaixada em Washington, e a primeira colocação que o Senador fez me constrangeu demais. "Vocês querem um navio para passear na Amazônia?". Aquilo, é claro que na mesma hora eu reagi de uma forma educada, mas reagi. Até que tecnicamente não podia ser um navio de navegação marítima, tinha que ser... é outra coisa. Mas eu senti a falta de contato. Então veio a Comissão ao Brasil na região do Acre e Rondônia para ver a BR que ia ser construída para a saída do poder econômico, da produção brasileira pelo Pacífico. E eles tinham suspeita que o japonês estava investindo muito nessa região na área agrícola.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, me permite um aparte?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pois não. Desculpa, não sei se... Pode?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Democraticamente... Desde que seja rápido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com relação a Rio Branco. Se lembra que Rio Branco mandou que as tropas fechassem esse caminho pelo Rio Amazonas? À época, para entrada de navios americanos. Deve ter sido ainda resquícios dessa época. Mas V.Ex^a corrigiu lá na sua visita.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nós navegamos por lá, a Comissão Americana tinha cinco Senadores. Ficaram satisfeitos, e era uma suspeita de que o Japão toda aquela região para transformar em região agrícola para evitar a abertura da estrada.

Então, essa política de aproximação... Suplicy, o Embaixador, primeira pessoa que citou aqui foi V.Ex^a. [risos] Mas o senhor entendeu? Quer dizer, eu fiquei entusiasmado com essa idéia pra gente poder trocar idéia de saberem de perto o que é que o Brasil pode representar no contexto internacional. E a globalização obrigou a isso. Nós tivemos várias transformações. Aqueles isolamentos praticamente se acabaram. Hoje o mundo está... Não teve jeito. Queira ou não, foi globalizado e não se participar desse mundo novo, sem dúvida nenhuma nós tenderemos a um fracasso completo.

Eu fiz algumas anotações sobre o problema de bicicleta. Bicicleta tem uma coisa terrível. O Porto de Paranaguá, eu mesmo pedi, solicitei algumas operações pelo contrabando de entrada de bicicletas aqui.

Então, a queda na produtividade do Brasil de bicicleta foi em razão da concorrência desleal de bicicletas que entravam e entram ainda pelo sistema de peças desmontadas. E o Brasil caiu na sua produtividade. O que cresceu foi o problema de moto na Amazônia, com a Zona Franca, estão praticamente o Brasil é um dos maiores produtores. Mas de bicicleta foi realmente... E a pirataria que V.Ex^a referiu é uma coisa negativa para o Brasil. Ela não favorece. Quer dizer, o americano pressiona e nós sabemos que infelizmente também os Estados Unidos é vítima de uma pirataria talvez triplicada do que a nossa aqui.

Então, essa parceria de Congresso acho que valeria a pena até para se discutir esses pontos em que V.Ex^a tão bem levanta. Eu queria homenageá-lo pela sua presença aqui e agradecer porque eu acho que o Itamaraty é uma carreira. Eu respeito muito. Às vezes eu fico, falo, não tenho nenhuma má vontade com indicações políticas, mas eu sou favorável que a carreira seja respeitada e que cargo de Embaixador, Diplomata

tenha que ser sempre da carreira pela forma e experiência que adquirem ao longo do tempo.

Então é uma carreira que eu sonhei um dia ir para lá, sabe Embaixador, e meus pais não deixaram porque tinha que ir para o Rio de Janeiro, e tal. Aca-bei seguindo outro caminho. E acho que o contato das minhas atividades públicas me fizeram muita ligação com membros representantes da Embaixada. Agora recentemente na ONU que é o único pedido que eu faço ao Presidente dessa Casa que vá na comitiva da ONU porque lá se aprende muito. E tem muitas discussões que se fazem e que nós somos alheios a isso, porque a gente fica preocupado com a guerra do Iraque, essas que V.Ex^a tão bem descreveu, e várias coisas... Tráfico de diamante, contrabando, uso de armas de pequeno porte... Tudo é discutido e resolvido com boas decisões da ONU.

Então, isso me ajuda muito, principalmente no as-pecto que eu me aprimorei aqui que é na parte de se-gurança. Muito obrigado e agradeço ao Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Antes de passar a palavra ao Embaixador, eu quero dizer, Senador Romeu Tuma, que esta Casa perdeu muito. Aliás, V.Ex^a tem seguido a carreira diplomática já teria sido sabatinado aqui diversas vezes. E nós teríamos tido a oportunidade de julgá-lo e tenho certeza qualquer promoção de V.Ex^a seria tida como isenta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não há impedimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não existe nenhum impedimento legal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Legal existe. Porque ele teria que abrir mão de um mandato que o povo de São Paulo lhe conferiu e com certeza ele não faria isso por amor a São Paulo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O povo compreenderá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Mas Senador Tuma, com relação ao seu desejo incontido de conhecer Nova York e repre-sentar essa Casa na ONU, fique V.Ex^a tranqüilo, que o que depender da Presidência dessa Casa nós não mediremos esforços para realizar o seu sonho. Com a palavra...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Causa-me espécime V.Ex^a pedir a pala-vra pela ordem, porque V.Ex^a é o próximo orador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes da resposta do nobre Embaixador--

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** Eu pediria a V.Ex^a, que todos nós estamos ansiosos para ouvi-lo. Não gaste as--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu só quero aliar-me à proposta que V.Ex^a fez do Se-nador Tuma como da carreira diplomática que nada impede do Presidente Lula ou o nomeá-lo para uma Embaixada brasileira. Para o exterior.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Arthur está aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (PFL-PI):** V.Ex^a que tem sido tão generoso com o Governo, atualmente, com certeza poderá ser o emis-sário dessa solicitação. Com a palavra o Embaixador Roberto Abdenur.

**SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI
ABDENUR:** Muito obrigado, Senador Tuma. O senhor abordou uma série de assuntos e até me deu uma in-formação que eu desconhecia da compra de uma mina de carvão pela VALE do RIO DOCE na Austrália. Eu tenho grande admiração pela VALE do RIO DOCE pelo que ela faz na China. E acho que... Á propósito é um comentário um pouco diferente, eu estou extrapolando, mas acho um desenvolvimento extraordinariamente positivo para o Brasil é a projeção externa hoje de em-presas nossas. Para os senhores terem uma idéia, hoje há três bilhões de dólares de investimento brasileiro nos Estados Unidos. Isso é muito importante. É um fato novo. A relação Brasil-Estados Unidos está mudando e cada vez mais é uma relação de duas mãos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Se não houvesse isso o Uruguai não estaria reclamando.

**SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-
DENUR:** Enfim, é outra história. E o senhor falou da pirataria que efetivamente é um tema que preocupa, mas em relação ao qual o Governo Brasileiro e tam-bém o Congresso Brasileiro tem tomado iniciativas muito firmes e positivas que estão coibindo o assunto e o senhor reiterou a importância do... O senhor deu o exemplo de uma situação em que um contato seu, um diálogo seu com um congressista americano ini-cialmente desconfortável foi depois transformado numa coisa positiva. Eu acho que justamente isso é mais uma razão pela qual os dois Congressos. Deixe-me dizer-lhe isto. Embora o Congresso Americano seja dentro do *establishment*(F) dos Estados Unidos aquele segmento onde menos conhecimento há do Brasil, não apenas do Brasil, eu diria da maior parte do mundo, há hoje um fator que levanta muito o prestígio do Brasil no Congresso. É verdade que para alguns congressistas americanos levanta temores. Mas de modo geral le-

vantou muito o interesse pelo Brasil, que é o etanol. O papel pioneiro do Brasil no uso de biocombustíveis é algo que hoje nos vale nos Estados Unidos um imenso prestígio. Eu posso dizer ao senhor, por exemplo, que eu tive ocasião de desenvolver uma certa relação com dois importantes Governadores americanos de dois lados interessados no etanol, Schwarzenegger, eu fui recebido por ele na Califórnia a certa altura, e o Jeb Bush, o irmão mais velho do Presidente Bush que foi até pouco tempo Governador da Flórida e lançou por conta própria com o apoio do ex-Ministro Rodrigues e do Banco Interamericano uma iniciativa para a promoção do etanol das Américas que converge com aquilo mais amplo que estará sendo feito entre os dois governos com a participação dos dois empresariados.

E o senhor tocou no assunto do Conselho de Segurança, eu omiti em meus comentários em resposta a perguntas do Senador Collor um aspecto. O Senador Collor, eu peço desculpas. O Senador Collor mencionou um certo ceticismo quanto ao papel hoje das Nações Unidas e divergindo de mim afirmou não achar tão importante o nosso esforço por um assento permanente no Conselho de Segurança. Eu queria deixar claro, as Nações Unidas não perderam relevância, pelo contrário, estão ganhando. E é preciso não confundir o fato de que os Estados Unidos tenham ignorado as Nações Unidas para atacar o Iraque com o esvaziamento do multilateralismo. Eu diria que ao contrário. Hoje nós temos a Organização Mundial do Comércio, o Protocolo de Kyoto, Tribunal Penal Internacional, novos problemas como terrorismo, proliferação nuclear, pandemias, que exigem mais e esforços multilaterais. E o Conselho permanente da ONU, de maneira até um pouco exagerada, tem ampliado os seus poderes de fato começando a pronunciar-se sobre temas que a rigor nem sequer lhe seriam afetos, porque o Conselho de Segurança tem que atuar sobre questões de paz e segurança. E houve tentativas de, por exemplo, de fazer o Conselho atuar em questões da reforma da administração das Nações Unidas, coisas com as quais o Brasil não concorda. De modo que a presença do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança é cada vez mais importante, justamente porque as Nações Unidas são importantes, serão mais importantes ainda e dentro delas o Conselho às vezes é até demasiado importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o nobre Senador Flexa Lima. Flexa Ribeiro. Estamos falando de Itamaraty, e veio no subconsciente. V.Ex^a me perdoe mais uma vez.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Presidente. Presidente, Senador Heráclito Fortes--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É uma provocação, mesmo. É uma provocação que deve ser analisada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Embaixador Abdenur. Primeiro quero parabenizar a V.Ex^a pelo currículo e pela vida dedicada como V.Ex^a colocou aqui à carreira diplomática representando os interesses do Brasil no resto do mundo. V.Ex^a, pela demonstração das suas atividades, teve, como disse, uma vida profícua e por isso quero em primeiro lugar parabenizá-lo.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E também parabenizá-lo pela coragem das suas declarações por ocasião da entrevista à revista Veja. De uma forma democrática expôs a sua opinião que acho que isso é um direito de todo cidadão brasileiro. Muitos dos meus questionamentos, Embaixador, já foram respondidos em perguntas anteriores. Eu queria fazer duas indagações pontuais ou três a V.Ex^a. A primeira a questão do viés ideológico que V.Ex^a levantou da linha da diplomacia brasileira no Governo do Presidente Lula, eu pergunto a V.Ex^a se isso não poderia estar sendo ocasionado pela interferência, vamos dizer assim, do Assessor do Presidente Lula, o Sr. Marco Aurélio Garcia, que de uma das vezes que o Sr. Ministro Chanceler, o Embaixador Celso Amorim esteve aqui, eu até o confundi chamando-o o Sr. Marco Aurélio Garcia de Embaixador ele fez uma correção naquela altura que ele não é da carreira diplomática.

Então, se esse viés ideológico não poderia estar sendo talvez até por uma ação indevida do Assessor para relações internacionais do Presidente Lula na política internacional do que talvez até por uma intenção ou uma ação da própria política do Chanceler. Ou seja, de que forma essa relação poderia interferir na política externa brasileira? Ia perguntar a V.Ex^a sobre a questão, e só quero fazer pontualmente, questão que V.Ex^a já se... Em função disso, talvez, tenha originado ou iniciado esse desalinhamento na relação com o Itamaraty, da posição que V.S^a assumiu de não concordar com a tomada precipitada da posição do Brasil considerando a China como uma economia de mercado, posição essa que nós concordamos. E que isso possa e vai e já trouxe e vai continuar trazendo dificuldades importantes para a indústria brasileira no sentido de competir em igualdade de condições com a indústria chinesa. Então V.Ex^a reiterou isso e eu gostaria de V.Ex^a dentro da visão de mercado internacional

pudesse fazer uma avaliação dos males que esta tomada de posição brasileira possa ter trazido ou possa vir a trazer para a economia brasileira.

Outra questão que eu gostaria de ter interpretação de V.Ex^a é com relação à linha adotada pelo Brasil de fortalecimento do chamado Eixo Sul-Sul. Evidente que várias vezes já discutimos aqui na Comissão de Relações Exteriores a posição de dubiedade e eu diria até de fragilidade do Brasil em assumir a soberania nossa na questão que tivemos do entrevero com a Bolívia. E lamentavelmente tudo aquilo que naquela ocasião foi aqui discutido ano passado na Comissão de Relações Exteriores está acontecendo hoje haja vista a questão da aceitação por parte da PETROBRÁS da elevação do gás fornecido pela Bolívia.

Ainda ontem os jornais de hoje noticiam a ida do Presidente [soa a campainha] ao Uruguai em que ele abre exceções agora ao Uruguai para fazer o fortalecimento ou o não desmantelamento do Mercosul com a viagem do Presidente Bush proximo ao Uruguai. Então eu gostaria de... E a liderança do Brasil no continente da América do Sul que está sendo, ao nosso ver, está sendo fragilizada na relação com o Presidente venezuelano querendo impor uma posição de liderança da Venezuela incabível na América do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Embaixador Roberto Abdenur.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Senador, com relação à sua primeira pergunta, eu queria dizer-lhe o seguinte. Eu tive um relacionamento muito cordial, muito correto com o Prof. Marco Aurélio Garcia, sem prejuízo da primazia que naturalmente tem o Ministro Celso Amorim com o Ministro de Estado na Assessoria ao Presidente em formulação e execução de política externa. E estive com ele algumas vezes a relatar-lhe e através dele mais diretamente ao Presidente, aquilo que havia antes relatado ao Ministro Celso Amorim ou outro chefe da Casa em termos de desenvolvimentos pouco a pouco da relação Brasil-Estados Unidos. E eu sempre encontrei no Prof. Marco Aurélio Garcia uma atitude extremamente positiva em relação aos Estados Unidos. Se o Prof. Marco Aurélio Garcia tem outras idéias em relação a outros temas que possam ir em sentido diferente, é uma questão que escapa ao meu conhecimento porque a minha relação com ele foi uma relação adstrita à questão do relacionamento com os Estados Unidos e aí eu tive sempre um interlocutor muito positivo, muito receptivo.

No que diz respeito ao reconhecimento da China como economia de mercado, eu digo agora considerá-lo precipitado. E quero dizer digo agora porque quando eu fiz certos comentários a respeito da China em abril

do ano passado, num seminário em São Paulo, que tiveram certa repercussão e que causaram desagrado no Itamaraty, eu tive o cuidado de não criticar nenhuma decisão, nenhum gesto do Governo Brasileiro. Os meus comentários tiveram apenas o sentido de encerrar, como eu disse mais cedo, a importância de uma atualização na nossa visão da China e, portanto, na nossa parceria estratégica com a China que eu ajudei a lançar e que eu apoio fortemente. Mas agora, sim, eu digo eu considero que foi algo prematuro. Por quê? Porque quando um País não é reconhecido dentro da organização mundial de comércio como economia de mercado, o País que não reconhece tem um arsenal por assim dizer mais amplo de instrumentos de defesa comercial para evitar que o seu mercado seja, digamos, invadido muito rapidamente por exportações provenientes daquele País que não tem economia de mercado. A China indiscutivelmente está se liberalizando, se abrindo muito, mas não é a rigor uma economia de mercado. E com isso o Brasil teve limitado os seus recursos para às vezes defender-se de exportações de produtos chineses pelo instrumento do *anti-dumping*. Mas é um instrumento que está subordinado a critérios, objetivos, monitoramento, e não pode durar muito.

Mas agora o fato é que está feito, não pode ser negado, e como eu dizia, a reversão da balança comercial pode não ser agradável, pode representar perda aqui e lá, mas nós temos que ver isso no contexto mais amplo da relação do Brasil com o mundo. E assim como o Brasil pode passar a ter agora uma relação deficitária com a China temos altamente superavitária com os Estados Unidos, temos superavitária com nossos sócios no Mercosul e com muitos outros Países no mundo e o saldo comercial brasileiro hoje é muito importante e isso tem sido importante na redução da vulnerabilidade do Brasil a eventuais crises internacionais.

De modo que eu reitero. Nós não devemos adotar em relação à China a política de erigir uma muralha da China às avessas. Uma muralha para por a China do lado de fora. E a entrada de produtos chineses competitivos do mercado brasileiro em muitos sentidos ajuda até a conter a inflação. Agora, o meu ponto é esse. Vamos administrar a relação com a China de maneira positiva, para frente, mas com uma visão mais atualizada do que hoje é verdadeiramente a China.

Sua terceira pergunta, Bolívia, eu não conheço, enfim, os por menores ou o que está por trás da negociação com a Bolívia. Eu entendo que o Governo tenha que ter muito cuidado, muita flexibilidade, a Bolívia é um País que compartilha dois mil quilômetros de fronteira com o Brasil. Um País muito pobre, com muita instabilidade ainda potencial. Agora, o caso da

Bolívia foi desagradável em particular porque ele ocorreu no momento mesmo em que nós celebrávamos a tão desejada auto-suficiência em petróleo. E mostrou a nossa vulnerabilidade no caso do gás. E a conclusão que eu tiro disso não é de que o Brasil deva recuar para uma posição autárquica, até porque nós precisamos trazer gás e outros produtos de fora do País, da região e de alhures, mas nós temos de ver que a questão da integração energética na América do Sul é mais complicada. A integração física, transportes, pontes, portos, aerovias é mais fácil e está correndo bem. A integração energética é um jogo muito mais complicado em que o Brasil precisa tomar muito cuidado para não colocar-se em posição de vulnerabilidade pelo menos de vulnerabilidade acima do desejado.

No caso do Uruguai, eu não creio que o Uruguai deseja absolutamente sair do Mercosul. O acordo que o Uruguai assinou com os Estados Unidos é uma coisa muito vaga, chama-se TIFA em inglês. É um acordo para a promoção do comércio de investimentos. Não é um acordo de livre comércio como tal. Eu conversei muito com o meu colega uruguaio em Washington que era um bom amigo, muito bem informado do assunto que me deixou claro que o Uruguai quer obter mais entrada no mercado americano para cinco ou seis de seus produtos, a pauta exportadora uruguaia não é muito diversificada, e que não quer de modo algum, enfim, prejudicar o Mercosul. E no caso da Venezuela, aí eu digo a minha opinião, eu aí eu considero pessoalmente não ser conveniente à entrada plena da Venezuela no Mercosul, porque o Governo da Venezuela de hoje tem um ideário econômico que não é compatível, é contraditório com o Mercosul e nós vimos aqui a situação desagradável do Presidente Chávez vir dizer considerar o Mercosul um cadáver a ser enterrado, porque ele tem outras idéias, ele estava trabalhando na base do escambo. Ele troca o fornecimento de petróleo por serviços que obtém. Isso não é uma forma realmente de estimular para valer o comércio internacional. E além do que eu tenho a impressão de que infelizmente o que se está montando na Venezuela hoje é verdadeiramente uma ditadura que, portanto, não é compatível com o compromisso democrático do Brasil e do Mercosul. Essa é a minha opinião pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, Embaixador Roberto Abdenur, eu remonto ao fato que originou a sua vinda a esta Comissão. Foi em primeiro lugar a sua... Eu digo, em segundo lugar, a sua entrevista às páginas amarelas da revista Veja, e em primeiro lugar a políti-

ca externa em si, que como qualquer política pública pode e deve ser criticada, positiva ou negativamente, e em terceiro lugar o Requerimento do Senador Eduardo Azeredo muito oportuno que possibilitou esse momento que por si só é um momento vitorioso, em face de nós estarmos aqui discutindo política externa. É um tema árido no Brasil. Infelizmente um tema árido. É um tema que não aquece o debate político com frequência e nós começamos, portanto, a dar, o que pra mim é um salto civilizatório discutirmos política externa nós que não somos um País vocacionado para a autarquia, V.Ex^a disse muito bem isso, e que ao contrário, temos um papel como *globo player*(F) que é relevante. O Brasil é uma potência média, econômica, não militarizada e que tem portanto uma perspectiva de exercer um papel fantástico como intermediário de soluções. Ele que não tem contencioso com praticamente País nenhum no mundo.

Eu tenho talvez tanto quanto V.Ex^a, não sei, dificuldade de... Dificuldade, não, eu cumprio o dever de criticar a política externa brasileira, embora eu tenha uma relação de amizade pessoal muito grande com o Embaixador Celso Amorim. Tenho um carinho pessoal por ele. E na sua entrevista, e eu achei positiva, ela não tem que causar melindres a ninguém, porque ela disse que o achava de certo, o que achava de errado, na política externa que o Brasil vivencia nesse momento. V.Ex^a chega a dizer até algumas coisas positivas e aí enfrenta até a minha discordância. V.Ex^a disse que de positivo é o Brasil engatar uma parceria com a Índia, com o Japão e com a Alemanha para obter uma cadeira definitiva no Conselho de Segurança da ONU.

Primeiro, eu considero que o Brasil deveria continuar perseguindo esse tal Conselho de Segurança da ONU, mas sem que isso aí virasse uma obsessão. O Brasil foi... O Presidente Lula foi enfiado num avião para ir ao Oriente Médio supostamente a visita ao Oriente Médio teria caráter comercial, e ele visitou todos os Países menos Arábia Saudita e Israel. Fica difícil me convencer de que a viagem tinha objetivos comerciais efetivos.

Então, o que estava prevalecendo era a obsessão pelo Conselho de Segurança da ONU. O Presidente Lula poderia sim encarnar uma liderança mundial forte e expressiva lutando pela restauração plena do multilateralismo, do sistema multilateral, já que a ONU vive dias de liga das nações. Eu não sei se será substituída por uma ONU revigorada ou se ela será substituída por outro organismo que precisa ter o organismo que regule a relação entre as nações, entre os Estados internacionais, entre os Estados nacionais, e isso é verdade. Agora, não sei se esse instrumento que aí está hoje seria capaz de ser revigorado a esse ponto.

O Brasil pecou, se queria o Conselho de Segurança da ONU, ele pecou ao se aliar à Índia, Japão e Alemanha pelo fato simples, desconheceu-se naquele momento a história das relações bilaterais entre Japão e China. Se tinha Japão no meio, e se era entra os quatro ou não entra nenhum dos quatro, o poder de veto que a China detêm no Conselho de Segurança da ONU diria: "Então não entra nenhum dos quatro". Só isso aí pra mim já mostrava um esforço meio tiro n'água. Tipo tiro n'água. Aí V.Ex^a diz que abriu novas frentes de comércio com Países árabes, com o sudeste asiático, com a Ásia Central e África. Eu entendo que nós teríamos que olhar caso a caso e alguns lugares o Brasil praticamente não terá corrente de comércio por um lado e por outro nenhuma. Algumas embaixadas brasileiras relevantes estão funcionando precariamente porque o dinheiro é um só distribuído por centenas hoje de embaixadas [soa a campainha], e eu sinto que seria melhor nós deixarmos de lado essa história do diálogo Sul-Sul no mundo unipolar de hoje nós teríamos que privilegiar mesmo com independência, com tudo aquilo que significa o respeito à nossa soberania nacional, mas uma relação privilegiada que tem tudo para acontecer entre Brasil e Estados Unidos. Até porque a relação entre Presidente Bush e Presidente Lula é boa. A relação entre... V.Ex^a teve um papel essencial nisso, a relação entre Brasil e Estados Unidos hoje é boa. Não há contencioso, além daqueles tradicionais ligados à abertura ou não abertura de mercado para o Brasil, enfim.

Eu diria que V.Ex^a tem razão quando diz que há muito tempo não era tão boa a relação Brasil-Estados Unidos. Então por que não aproveitar isso? Certa vez eu era Deputado junto com o meu prezado colega e amigo Senador Inácio Arruda, e um colega meu hoje também Senador, dizia que a ALCA seria a aliança do cutelo com o pescoço. E a explicação desse colega, Sr. Presidente, de que nós não podíamos nos aliançar comercialmente com quem deteria 76% do PIB das Américas. E eu dizia: Mas é precisamente com quem detêm 76% do PIB das Américas que eu quero fazer acordo comercial. Nós estaremos estagnados em um ponto alguma coisa por cento do comércio americano e não saímos disso. Nós estamos precisando mesmo é de ver aquele mercado aberto para nós. Ou seja, a ALCA a meu ver foi abandonada de maneira muito simples, muito fácil. Eu não teria abandonado a ALCA desse jeito, eu teria lutado por ela. Eu creio que ela fez bem ao México, ela teria feito bem ao Brasil. O Brasil tem investido muito em algo que me cheira aí sim a um certo sentimento anti-americano. Você não deve ser anti-americano. Deve ser a favor do Brasil com muita clareza.

V.Ex^a se referiu à sua relação com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, figura que eu estimo. Não tenho com ele a relação tão próxima como eu tenho com o Ministro Celso Amorim. Eu estimo. Mas evidente que eu não posso concordar com a história dos três livros. Não posso. Não posso concordar com essa tentativa de limitação intelectual a quem quer que seja. Não posso concordar com o fato de ter sido retirada da bibliografia do Instituto Rio Branco as obras de Celso Lafer. Alguém pode ler, não gostar e criticar. Alguém pode ler, gostar e a partir daí aprofundar seus conhecimentos de política externa. Mas eu considero que é obrigatório para o bem ou para o mal se ler Celso Lafer, se sequer mergulhar um pouco mais profundamente nas relações do Brasil com o mundo.

Então, qualquer tentativa de limitação intelectual, qualquer tentativa de direcionamento do pensamento leva a algo parecido com aquele filme Fahrenheit aquele que queimavam livros, enfim, e não é bem o que eu preconizo para o meu País.

Então, é essencial que ao lado dessa atitude correta do Ministro Celso Amorim de ter acabado com a história dos três livrinhos que constrangia pais de família e mães de família, pessoas de 40 anos, 50 anos, cinquenta e poucos anos terem que ler três livros e darem conta para o Secretário-Geral do Itamaraty de três livros simples, três livros aqui para nós parecido com o de colorir, não tinha que o discutir. O de Muniz Bandeira é para colorir. Aquilo é simples demais. Não teria porque nós se obrigar a esse constrangimento. A carreira sempre se caracterizou por ser universal, por ser ampla. Por ser apartidária e por ser ampla, universal.

V.Ex^a tem razão, e eu dizia ao Senador Arruda ainda há pouco. Quando eu fiz o Rio Branco, era algo que a minha família custou sacrifício, porque era preciso gastar muito dinheiro em aulas particulares. E não tinha mistério. Com aquelas aulas particulares caríssimas, muito acima do que a média dos brasileiros podiam pagar, se podia passar ou não. Sem aquelas aulas ninguém passaria. Ninguém passaria àquela altura.

Então, era de fato um curso extremamente elitizado e, portanto, pronto para uma certa parte da elite brasileira. Hoje eu acredito que talvez menos acadêmico, mais prático. Está talvez servindo melhor ao Brasil do que naquele tempo. A minha turma foi uma turma de 12 pessoas. Não sei quantos concorreram, apenas 12 passaram no concurso.

Então, nós ficamos... Foi a última turma no Rio de Janeiro, nós ficamos lá servidos por quatro funcionários para cada aluno do Instituto Rio Branco. Foi o momento mais delicioso que eu tive na minha vida, porque aquele palácio todo à disposição ali, quatro

peessoas para atender cada aluno foi algo que eu não consigo ter nem aqui no Senado.

Então, eu reconheço que nós temos avançado na direção de casar mais... Perdão, Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Senado tem mais ou menos isso. Até mais.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): [risos] Eu não sei... Talvez eu tenha saudade daquela juventude daquela época, sabe? Talvez eu esteja hipervalorizando os tais quatro, com a maior vontade de ficar sem nenhum, desde que com a aquela idade de antes. [risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tá certo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Rio de Janeiro juntou tudo. Estou falando só de coisas que eu gosto... Juventude, o Rio de Janeiro e o Itamaraty. [risos] Mas enfim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, não estou não. Eu estou... Acho que a vida vai marchando, como as águas dos rios. Os anos que vêm não são nunca os mesmos de antes e as águas que passam não são as que... Elas não são as mesmas. Portanto é bom viver a cada momento e o meu momento é viver agora o Senado como vivi intensamente aquele momento do Rio Branco que me deu a possibilidade de estudar muito, de ler muito e pesquisar muito, enfim. Mas, enfim, eu gostava muito da banda de Ipanema, Senador Mão Santa. [risos] Mas então Celso Amorim com muita habilidade terminou contingenciando o Marco Aurélio Garcia. Eu achava estranho. O Presidente Fernando Henrique era aparelhado para não precisar do Assessor. O Presidente Sarney, que era aparelhado também, resolveu colocar Ricupero, um grande Embaixador como seu Assessor. E Ricupero não falava. Ele não aparecia na imprensa. Ricupero aconselhava Sarney a dialogar com os Chefes de Estados estrangeiros, ele trocava idéias com o Sarney para aquele *briefing* sair, digamos, a posição que seria a posição exposta do Presidente da República--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Aliás, o Presidente falou com a imprensa pagou um preço tão alto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Foi. Pois é. Mas mesmo assim tem um passado tão decente, tão de serviços prestados a esse País. Inclusive com a implantação da estabilidade econômica que eu só consigo falar bem do meu professor, foi meu professor na UnB de relações internacionais, Rubens Ricupero. Mas enfim, o fato é que eu estranhei quando eu vi Marco Aurélio Garcia, e aí nada anormal o Presiden-

te Lula o ter como conselheiro, mas o Marco Aurélio Garcia falando: E vai ser assim. A nossa relação com a Venezuela vai ser assim, vai ser assado. Eu disse: Muito bem, isso aí, com o tempo, se eu conheço bem o Celso, o Celso vai dar um jeito nisso. E hoje não se ouve falar mais em interferência do Marco Aurélio. Não estou vendo. Vejo que ele pode talvez manter suas conversas com o Presidente Lula, não sei se as mantém, mas o fato é que a gente percebe que as rédeas das Relações Exteriores estão nas mãos do Ministro com essa coisa do Secretário-Geral que é uma pessoa metódica do ponto de vista de ter... Ele trabalha com aquela coisa que parece negócio de jogo do bicho, aquela história de dar ordem para o conselheiro fulano de tal, isso acontecia também, acho que ele já evoluiu na época do computador... Como é que chama? Carbono, né? Com o carbono. Então ele ficava com uma cópia e a outra era do que deveria executar a tarefa. Isso não é grave. Isso aí revela uma pessoa metódica e antiga. Mas o que é grave, isso aí revela uma pessoa metódica e antiga, mas o que é grave é o negócio dos livros. Isso acabou, como também a influência de Marco Aurélio acabou.

Mas veja, Embaixador, V.Ex^a teve momentos preciosos na sua intervenção. A Venezuela não deveria ter sido aceita da maneira açodada como foi no Mercosul. A cláusula democrática do Mercosul foi desrespeitada. No Governo passado, no Governo do Presidente Fernando Henrique, e não sei... Os Governos do Uruguai e da Argentina agiram no mesmo sentido, esses três Governos deram ultimato ao Paraguai. Ou se impedia aquele golpe do General Oviedo ou o Paraguai seria expulso do Mercosul. A cláusula democrática foi respeitada naquele momento, e a Venezuela vem sem nenhum compromisso com a democracia tal qual como nós a entendemos. Então eu entendo que ela não acrescenta para o Mercosul neste momento.

Em relação à Bolívia, eu reconheço a lógica. Ou seja, qual foi a lógica do Governo Brasileiro que não é diferente da lógica do Governo Americano. É disputar a Bolívia, a influência de Chávez. Até aí tudo muito bem. Agora, o problema é que quando permitiram passivamente como se fosse uma coisa normal a ocupação humana militar de ativos brasileiros em La Paz, abriu-se precedentes que mais essa concessão dos tais cem milhões de dólares não é muito, isso tudo levando à perda de valor de onze ponto não sei quanto bilhões de dólares no patrimônio da PETROBRÁS está sendo alcançada pela VALE do RIO DOCE. A PETROBRÁS deixa de fazer parte para algumas agências que classificam o risco de empresa deixa de ser classificada como uma empresa de primeiro nível para se negociar os papéis. Isso tem a ver com esses precedentes todos.

Agora vamos ver as conseqüências. Está aí o Uruguai exigindo isso, isso e mais aquilo outro para não fazer o acordo bilateral com os Estados Unidos e ameaçando criar uma ALCA pelas nossas costas.

Se o Brasil ficar sozinho, sozinho, sozinho, nasce uma ALCA nas nossas costas. O Paraguai está... é item de campanha eleitoral se aumentar, alguns falam em até 7 vezes o preço da energia de Itaipu. A energia dolarizada, o dólar estava nas alturas, o Brasil pagava. O Brasil honrava. O dólar está... Vou inventar uma palavra, está nas "baixuras" e agora o Brasil está sendo instado a pagar mais. Ou seja, o Brasil perderia em qualquer circunstância. E sempre com a espada de dama sobre a sua cabeça. Qualquer coisa fazem acordos bilaterais com os Estados Unidos. Porque o Brasil não soube, a meu ver, liderar um processo de ingresso da América do Sul como um todo na ALCA.

São essas críticas que eu faço, e faço de maneira muito fraterna quando tomo café, quando converso com o meu prezado colega e amigo Celso Amorim. Mas eu vejo que V.Ex^a foi corajoso, já ouvi dizer "ah, V.Ex^a podia ter feito isso quando estava lá". É não conhecer a carreira diplomática para dizer isso. Lógico que lá V.Ex^a teria sido um péssimo profissional se tivesse feito essa crítica no exercício da sua função. Teria que fazer a crítica quando estivesse fora da sua função. Fora disso estaria violando regras fundamentais de uma carreira eminentemente hierarquizada como é o Itamaraty. Hierarquizada tanto quanto são as Forças Armadas. V.Ex^a tinha mesmo que fazer ou não fazer a crítica após. E como brasileiro agora na sua vida, vamos dizer assim, com aspas, civil, é livre tanto quanto qualquer um de nós é para falar que o quiser sobre qualquer tema. Sobre qualquer tema que tenha a ver com política externa.

Uma vez a pedido do Presidente Sarney eu relatei uma matéria que era impessoal. Eu perguntei primeiro ao meu líder Pimenta da Veiga, perguntei ao Dr. Ulysses Guimarães, eu perguntei ao meu adversário, Nelson Marquazan, ao meu adversário Amaral Neto, perguntei a todos eles se eles achavam antiéticos eu como Diplomata licenciado fazer... Enfim, relatar aquela matéria, Senador Heráclito Fortes, que era meu colega. Me disseram que não havia. Porque a carreira dizia: Fica no posto A e depois tem que ir para o posto C. É um pouco o nascedouro do que hoje nós estamos tentando ver e fazer no Itamaraty. Dois colegas, um falecido Robertão, Roberto Cardoso Alves, de saudosa memória, e um outro colega, enfim, esse outro eu não cito o nome porque ele chegou de noite, era Sessão noturna do Congresso, ele chegou um pouco calibrado. Ele tinha durante o jantar ele abusou um pouco do chamado vinho. E chegou e disse que eu muito preo-

cupado com a ética, enfim, ele estava espantado os dois. Um e outro no [inaudível], estava espantados de ver como é que eu estava legislando em causa própria ali naquele momento. E eu disse: Muito bem, Sr. Presidente, artigo tal, peço direito para me defender. Antes de mais nada, uma questão de ordem são duas mas a acusação é uma só, eu vou primeiro responder só a parte sóbria que amanhã de manhã transmite a outra o que se passa. E eu respondi dizendo que o Roberto Cardoso Alves era latifundiário. Então eu disse: Não vai falar mais Reforma Agrária, Roberto Cardoso Alves? Quer dizer, então eu sou Diplomata e não vou mais falar em relações internacionais aqui? Que história é essa de castrar o mandato de quem quer que seja? Tomei as precauções éticas tais, tais, tais, me aconselhando com pessoas do seu lado, do meu lado, de todos os lados aqui na Casa para saber se eu podia ou não podia apaziguar a minha consciência com aquilo. Eu que tinha a decisão tomada de nunca mais retornar à carreira.

Então, em outras palavras, não daria para castrar o Deputado que eu era e não daria para se castrar o cidadão que V.Ex^a é. Agora, teria sido a meu ver deplorável se V.Ex^a tivesse feito as críticas lá. E quanto ao critério, é claro que o Governo tem direito de nomear quem quiser, ganhou a eleição, nomeia quem quiser. Não está lá um mau profissional, está lá um bom profissional, pessoa preparada. O Governo, por exemplo, aqui tem uma parte, eu soube que V.Ex^a se refez disso e acho que já falamos sobre isso pessoalmente, aliás dizer também que só nomeiam pessoas com viés ideológico de esquerda não é verdade. Nós sabemos que não. A Embaixadora Maria Luiza Viotti, brilhante como ela é, acabou de ser indicada e não é propriamente uma teórica marxista-leninista, enfim, e poderia ser e desde que cumprisse o que o Brasil pede e o que o Brasil pedisse, enfim. Acabamos de ver a nomeação do patriota que é um profissional de carreira, um gesto ousado se colocar alguém que vai pela primeira vez chefiar uma missão colocar logo na Embaixada em Washington. Um gesto muito ousado, até... Enfim, mas eu tenho certeza que haverá de sair bem. O fato é que eu não tenho queixas quanto como promove ou como não promove. Eu tenho queixas quanto aos livros, entendo que há um viés ideológico, sim, eu entendo que há um viés Sul-Sul, sim, há um certo sentimento anti-americano desnecessário, não precisava ter, não precisava ter porque o Brasil poderia muito bem surfar nessa onda.

Ou seja, eu vejo que a política externa se ela tivesse a meu ver pouco mais de lucidez, ela poderia ser um agente auxiliar do crescimento econômico brasileiro. Ao contrário, ela poderá ser um agente auxiliar

do crescimento econômico baixo, porque os reflexos da política externa hoje no segundo globalizado tem... Esse reflexo tem seus sub-reflexos econômicos com muita clareza. Mas é lhe dar o testemunho de alguém que o conhece e que sabe do homem público que V.Ex^a é e do Diplomata que foi.

V.Ex^a honrou o Itamaraty, honrou a vida pública do País, e por todos os postos por onde passou deixou sempre a idéia do profissional competente, agregador, formador de equipe, extremamente responsável. Participou de uma equipe com Celso Amorim, inclusive, brilhante nos idos de Saraiva Guerreiro. E eu diria que aquela equipe dos chamados barbudinhos era, Senador Arruda, era um sopro de inteligência naquele universo de marasmo intelectual que era a ditadura militar brasileira. Eu entendo, portanto, que devo neste momento homenageá-lo como seu colega e seu amigo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A palavra com o Embaixador Roberto Abdenur.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Senador Arthur Virgílio, o diálogo que agora se inicia entre nós dois tem um elemento de ambivalência. Porque V.Ex^a sendo embora um simples conselheiro ousou discordar de mim Embaixador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Em outros tempos podia dar punição, né? [risos]

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Mas por outro lado isso mostra justamente a importância, e nisso nós concordamos de que no Itamaraty haja multiplicidade de idéias e debate na formulação da política. Uma vez definida a posição, as instruções são cumpridas. Mas na Casa é preciso haver tolerância para o debate para aquilo que não seja necessariamente coincidente com a visão da chefia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O problema é que ninguém sabe como é que ele vai votar aqui depois.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Pois é. Por isso que eu não ainda não acabei e eu vou ser positivo depois. Mas enfim, brincadeiras aparte, eu queria dizer-lhe que efetivamente a sua primeira observação é importante.

Eu creio que, como eu disse mais cedo, ainda que involuntariamente se com essa entrevista eu contribuí para trazer mais à luz questões de política externa, eu acho que isso é positivo. Eu diria que talvez essa entrevista tenha tido muita repercussão justamente porque o assunto estava na cabeça de muita gente, mas um pouco suplantado pelas preocupações mais imediatas com economia, com a Política Nacional. E hoje é fundamental um debate cotidiano sobre política

externa. Nós vivemos um mundo que muda caleidoscopicamente. Se nós chegarmos aqui à janela, ligarmos a televisão, abrirmos o jornal, alguma coisa importante está acontecendo em alguma parte do mundo que afeta os interesses do Brasil que muda em muitos aspectos a situação no plano internacional, e, portanto, nós precisamos a cada momento estar atentos ao que ocorre e prontos a atualizar a nossa visão e adaptar a nossa postura a essas mudanças.

V.Ex^a discordou de mim no que diz respeito à questão da formação do grupo dos quatro, Brasil, Alemanha, Índia e Japão, em relação ao Conselho de Segurança, eu--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Do ponto de vista da eficácia. Não da convivência. Da eficácia.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Veja bem, a eficácia, Senador, obviamente é sempre sujeita a situações fora de nosso controle. E efetivamente eu creio que não se antecipou o fato da dura oposição do Japão, perdão, da China à entrada do Japão. E talvez menos claramente também não agrade à China a entrada da Índia hoje tornando-se uma aliada estratégica dos Estados Unidos como contrapeso à China.

Portanto, há fatores aí que estão fora do nosso controle. Mas o importante foi que o Brasil, ao juntar forças a esses três Países, inviabilizou inclusive uma eventual decisão da qual se falou mais cedo. De que só entrassem no Conselho de Segurança o Japão e a Alemanha. E também houve quem brincasse com a idéia de que dentre os Países em desenvolvimento só entrasse a Índia. De modo que o Brasil com isso formou um núcleo que torna, eu diria inviável, e para nós seria de todo inaceitável qualquer solução que não incluísse o Brasil.

Agora, não há dúvida de que essa é uma luta que vem de gerações e pode até talvez durar outras gerações, mas nós acho que devemos continuar a enfrentá-la.

O senhor comentou também a questão de abertura a novas frentes. Eu, sim, sou favorável a aberturas de novas frentes. Mediante viagens do Presidente, missões empresariais, criações de alguns canais de instituição. Mas eu compartilho uma certa preocupação com a criação de algumas embaixadas que não são indispensáveis e que ampliam os custos do Itamaraty. Numa situação em que muitas das embaixadas pré-existentes enfrentam por vezes sérias limitações orçamentárias.

Houve no passado um momento feliz de grande abundância de recursos e o Itamaraty abriu várias embaixadas e eu me pergunto de futuro quando? Porque

necessariamente o Governo terá que encolher gastos de futuro, isso é importante para viabilizar maior crescimento, eu me pergunto até que ponto o Itamaraty terá condições de manter todas essas embaixadas ou vai, digamos, repartir a pobreza entre elas como houve em momentos anteriores, e eu vivi isso no exterior. Eu estando na China, imaginem, na época a única ligação com o Brasil era o telex. Não havia internet ainda. Telefonia era muito cara e um dia me entra o funcionário na sala para dizer que o telex ia ser cortado por falta de pagamento, de modo que eu tive que fazer gestões políticas no Ministério do Exterior da China um pouco acabrunhado para pedir que não se cortasse a linha de telex da Embaixada do Brasil em Pequim. Eu estou falando de idos atrás.

No que diz respeito à ALCA, eu queria reiterar que eu nunca tive posição apriorística a favor da ALCA. Mas que sempre rejeitei posições apriorísticas contra a ALCA como representando necessariamente um perigo, uma anexação do Brasil. Não seria assim, até porque nós Diplomatas brasileiros de qualquer Governo não somos bobos e jamais permitiríamos que se chegasse a uma ALCA que representasse tal prejuízo ao Brasil.

Em relação à Venezuela eu já externei a minha opinião que coincide com a sua. Eu considero inadequado, indesejável e contraproducente a introdução precipitada da Venezuela como membro pleno no Mercosul. Tanto por razões econômicas, quanto pelo perfil político e também porque ela vai de certo modo alterar em detrimento do Brasil, digamos, o jogo de poder dentro do Mercosul.

O Brasil precisa ter um mente o fato de que nós somos de certo modo os novos gringos na região. Eu quando fui Embaixador no Equador eu dizia mais cedo lá, começaram a entrar empresa, grandes empresas brasileiras, seja exportadoras, seja prestadores de serviço, tudo na área de construção civil, também a PETROBRÁS lá entrava na época, tentou e não encontrou petróleo, agora voltou e está indo bem, mas enfrentando dificuldades. A PETROBRÁS é uma grande presença, os investimentos brasileiros em toda a região. Não existiam 20 anos atrás. Isso é um fenômeno relativamente novo. E isso cria suscetibilidades em relação ao Brasil. Portanto, isso é algo do qual nós devemos estar muito conscientes e não nem subestimar as suscetibilidades em relação ao Brasil nem subestimar a importância que os Estados Unidos têm para nossos vizinhos. De modo que eu digo quanto melhor as relações do Brasil com os Estados Unidos melhores as nossas relações com eles, porque nós ganhamos respeito com isso. Afastar o Brasil dos Estados Unidos não nos reforça o prestígio aos olhos de nossos

vizinhos que são muito pragmáticos na condução de suas relações com o Brasil.

Finalmente eu lhe agradeço por ter, enfim, explicado como profissional que também é, que o Embaixador no serviço ativo está naturalmente limitado na sua possibilidade de expressar opiniões. Eu não acho que o Itamaraty seja um Vaticano em que haja um chefe Supremo dotado de infalibilidade(F) e que os padres só possam dizer aquilo que está no missário.

Agora, acho válido que um Embaixador num seminário, numa Mesa redonda, às vezes num artigo de jornal se pronuncie sobre um tema de política externa. Mas outra coisa é obviamente um Embaixador dizer, fazer críticas mais amplas inclusive sobre temas que não lhe são afetos.

Então eu não podia como Embaixador na ativa fazer certos tipos de crítica. Mas quero deixar claro que na confidencialidade da correspondência diplomática eu sim deixei clara as posições minhas de certo modo diferentes ou discordantes das posições do Itamaraty em assuntos da relação Brasil-Estados Unidos. Ou assuntos que eram relevantes para as relações Brasil-Estados Unidos.

E eu quero dizer finalmente, embora eu conheça menos, porque o Antônio Patriota é um colega com o qual eu nunca coincidi em nenhum lugar. Minha mulher e eu temos relações de amizade muito próxima com a família Patriota. Eu trabalhei um breve período com o pai do Patriota em 1967 na divisão de política comercial, foi um excelente Diplomata. Mas o Antônio Patriota é um Diplomata de muita competência, e eu tive ocasião de ter um longo encontro com ele no Rio de Janeiro, umas semanas atrás em que por assim dizer dei a ele o mapa da mina e expliquei todos os... Indiquei a ele todos os principais interlocutores, todas as principais situações que ele pode enfrentar. De modo que eu estou seguro que ele vai ser um bom Embaixador e o meu desejo do meu próprio interesse, é de que o trabalho que eu imodestamente me atribuo em Washington tenha continuidade e eu tenho certeza de que ele dará continuidade a isso. As relações estão num patamar mais elevado e ele assume agora, vai apresentar credenciais já na segunda-feira, ele chegou dias atrás, apresentará com outros Embaixadores as credenciais na segunda-feira de modo a estarem em condições de operar plenamente já na visita do Presidente Bush aqui em meados de março na visita do Presidente Lula aos Estados Unidos duas semanas depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, eu admirava muito quando no Governo Itamar Franco V.Ex^a e o atual Chanceler eram os dois homens que tocavam a política do Itamaraty. Era muito comentado a unidade de entendimento entre V.Ex^a e o Sr. Ministro. E era muito comentado a linha positiva que o Itamaraty desenvolveu naquela época. E eu vejo e consigo imaginar o que teria ocasionado a saída assim como V.Ex^a saiu do cargo. V.Ex^a ficou quantos anos Embaixador em Washington?

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Dois anos e dez meses.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dois anos e dez meses.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Depois de haver estado, já antes disso, mais de nove anos. Eu fiquei no total mais de 11 anos no exterior seguidos. Seis anos e quatro meses na Alemanha, dois anos na Áustria e quase três anos nos Estados Unidos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não houve nenhum incidente de ordem pessoal entre V.Ex^a e o Itamaraty, assim que ocasionasse a sua saída.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Senador, a minha saída de Washington estava nos planos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Plano de V.Ex^a?

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Não, planos do Itamaraty.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ah, do Itamaraty.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Sim. Eu fui para Washington convidado pelo Ministro Celso Amorim, não pedi, fui convidado pelo Ministro Celso Amorim, no entendimento de que eu lá ficaria até a mudança de Governo. Até porque não se sabia àquela altura quem venceria as eleições.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mudança de Governo lá ou aqui?

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Não, não. Mudança de Governo aqui no Brasil. Até o final do primeiro Governo Lula. De modo que eu estava preparado para voltar ao Brasil e até eu lhe digo quase desejoso porque depois de 44 anos na carreira, com uma carreira muito ativa, muito estresse, e eu também me dava conta de que eu havia, como eu disse mais cedo, completado a minha missão, sobretudo com a preparação e a implementação da viagem do Bush ao Brasil em novembro de 2005. Quer dizer, completou-se uma etapa.

Então, eu não saí de Washington extemporaneamente antes de ter terminado um capítulo das relações.

Agora, um novo capítulo se inicia com esses encontros presidenciais, e modesta à parte, como eu dizia mais cedo, eu ajudei a elevar o nível e a ampliar as bases da relação, de modo que agora será ainda mais fácil efetuar progresso na relação bilateral. Eu queria esclarecer isso ao senhor, que o senhor fez esse comentário, eu não estava desejoso e nem esperançoso de ficar mais tempo em Washington. Se eu fosse solicitado a ficar eu não me recusaria, mas desde cedo estava claro que eu seria removido de volta. A remoção em si não foi problema.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E a remoção não tem nada que ver com esses acontecimentos, essas entrevistas posterior de V.Ex^a.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Perdão, eu não ouvi.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A remoção aconteceu porque ia acontecer. Aconteceu normal.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: A remoção não foi totalmente normal na medida em que em condições normais eu seria removido no início do segundo Governo Lula. E eu fui removido nas primeiras 48 horas da eleição do Presidente Lula.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ainda no primeiro Governo? [soa a campanha]

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Sem aviso prévio. E de uma maneira que não correspondeu ao que tinha sido a minha relação pessoal com o Ministro de Estado e ao que era e eu creio continua a ser o meu status como um dos mais veteranos Diplomatas brasileiros. E eu diria até um respeitável Diplomata.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quer dizer, o Itamaraty não teve elegância que deveria ter com a sua remoção.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Eu diria, enfim, que não houve a consideração que eu acho que eu merecia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a já tinha dado essas entrevistas antes da remoção?

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Não, Senador. Não na extensão em que eu as dei depois. Porque, como dizia e com razão o Senador Arthur Virgílio, eu próprio havia comentado isso mais cedo, acho que talvez o senhor não estava, enquanto Diplomata da ativa com uma missão específica, o Embaixador naturalmente tem uma liberdade de expressão muito limitada.

Agora, eu queria dizer ao senhor que eu fiz questão de solicitar a minha aposentaria para terça-feira, dia 30 de janeiro. Eu embarquei de Washington direto

para o Rio de Janeiro, embarquei de Washington na noite da segunda-feira, 29, e desembarquei no Rio de Janeiro dia 30 já aposentado. E como aposentado eu tenho a liberdade de dizer as coisas que digo. E tê-las-ia dito independentemente das circunstâncias em que se deu a minha remoção, porque efetivamente já desde algum tempo, enfim, foram alargando-se diferenças de opinião quanto a assuntos substantivos de política externa entre mim de minha parte e alguns dos chefes da Casa.

De modo que eu quero dizer ao senhor que naturalmente as circunstâncias desagradáveis da minha remoção me tocaram. Não há dúvida de que me tocaram. Eu sou um ser humano, eu não sou um robô, não sou feito de ferro. Mas eu não estou aqui atuando movido por rancores, e sim pela idéia de que eu tenho até um dever como veterano Embaixador expressar certas opiniões.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A amizade de V.Ex^a com o atual Chanceler ela era profunda.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Muito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Digamos que ela ia além da profissão era uma amizade onde V.Ex^a e ele... Me perdoe, mas eu fui líder do Governo Itamar, e acompanhei e era setores que nós mais tínhamos orgulho era exatamente o Itamaraty. Tínhamos uma satisfação muito grande por V.Ex^a e pelo Chanceler. E víamos, inclusive, às vezes várias quando ele comparecia nas reuniões para debater o assunto do Itamaraty no Palácio, V.Ex^a sempre esteve presente. Vinha ele, vinha V.Ex^a, e era uma unidade de entendimento.

Eu vejo... Eu tinha... Tenho admiração pelo Chanceler. Acho que ele teve uma atuação muito competente como... Não sei se o termo é Chefe de Gabinete do Fernando Henrique, que aliás ele ajudou muito o Fernando Henrique quando Chanceler, porque o Fernando tinha toda a pinta, todo o jeito, toda a categoria, toda... Mas não tinha o conhecimento da profundidade de como era a Casa. E ele... Aliás, o próprio Fernando Henrique quando assumiu o Ministério da Fazenda, eu acho que V.Ex^a estava lá, e quando ele fez o pronunciamento, aliás, foi uma coisa muito interessante, onde ele disse que chegava no Ministério da Fazenda vindo do Itamaraty e conhecendo, analisando as causas, problemas, a luta do Itamaraty, as dificuldades financeiras... Aí ele acrescenta, e foi uma risada geral: "O que eu já agora como Ministro da Fazenda não acho que são tantas..." [risos] Ele assumindo o Ministério da Fazenda, já dava uma despedida para o Itamaraty. Eu já não estou achando que são tantas as dificuldades

financeiras. Mas ele ali mesmo fez questão de agradecer ao Chefe de Gabinete. Dizendo que ele realmente é que tinha conduzido, que tinha levado adiante, que ele tinha chegado ali com muita paixão, mas sem nenhum conhecimento, e que devia a ele. Tanto que se diz e se confirma que foi indicação do Fernando Henrique ao Itamar que ele fosse o sucessor do Fernando Henrique. E foi surpresa para nós quando no Governo Fernando Henrique, ele não permaneceu no Itamaraty. Foi substituído pelo Embaixador Lampreia, e o Lampreia cá entre nós, em minha opinião, houve modificações eu diria profundas no Itamaraty. O estilo do Embaixador Lampreia, há quem fala até que o estilo dele, ele e a esposa já pertencendo àquilo que V.Ex^a diz que hoje o Itamaraty está se modificando. Acho que o casal Lampreia representava exatamente o máximo da hierarquia superior que...

Mas quando ele assumiu agora o Ministério com o Lula, eu acho que foi um dos setores onde em minha opinião o Lula mais acertou. E mais recebeu a simpatia da sociedade. Exatamente porque ele representou um passado que eu efetivamente considero muito positivo.

Uma outra questão que eu gostaria de ver com V.Ex^a, eu vejo V.Ex^a... E eu concordo plenamente, seria infantil... Eu não nego a V.Ex^a que eu tenho mágoas profundas do americano. Mas daí eu querer fazer uma política anti-americana só se eu não tivesse o mínimo de sensibilidade. Eu acho que o americano fez com a decisão da ONU, do Conselho de Segurança da ONU provado que estava e agora está provado que o Governo sabia que o Iraque não tinha as armas, que não tinha absolutamente nada daquilo, agora ficou provado, o Congresso americano reconheceu isso, quer dizer, e tudo aquilo que aconteceu, quer dizer, a violência de uma decisão do Conselho tomada ali... O que o americano fez com o nosso representante lá no Conselho das Armas Nucleares, onde o nosso representante foi um herói, ele estava ali com a unanimidade de todos, reeleito por unanimidade--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bustani.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --e estava conseguindo o Bustani, estava conseguindo com o Iraque que o Iraque concordasse plenamente que as tropas, que os enviados da entidade dele fosse lá e fizesse as investigações que quisesse. Só não queria a ONU porque a ONU estava... O Conselho estava enviando os técnicos americanos que já estavam lá com uma previsão de dizer que tinha coisa. Eles enxotaram o Embaixador, pagaram... Era num período de férias, pagaram... Uma das páginas negras da ONU. Pagaram as passagens para os coitados dos Embaixadores, os

Países mais pobres as despesas para irem lá numa Reunião Extraordinária e expulsarem, quer dizer, casarem o mandato do nosso representante. E além do mais inventando uma série de coisas com relação a ele que tinha sido aprovado por unanimidade e com aplauso geral.

Então... Mas daí eu concordo com V.Ex^a de que nós temos que ter uma relação real, clara, prevista com relação ao americano. O americano que está aí, eu tenho uma angustia muito grande com relação à Amazônia, e acho que o Brasil às vezes se curva e eu lutei aqui tremendamente para que o Projeto de Proteção à Amazônia fosse francês e não americano. E os caras, mas por quê? É porque a França fica longe. Eu não tinha nenhum medo da França. Medo eu tenho dos americanos. Se os dados da Amazônia estivessem lá em Paris, eu estaria muito mais tranquilo de saber do que estão ali em Washington.

Então... Mas eu vejo, eu era Governador do Rio Grande do Sul, quando nós iniciamos, aliás, eu era Ministro da Agricultura do Sarney quando nós iniciamos um diálogo com a questão do Mercosul. Me lembro da primeira reunião que nós fizemos onde o Sarney disse, e disse muito bem o Presidente. Olha, durante o Governo dos militares nós somos obrigados a reconhecer que houve um avanço positivo com relação à África. Visitas, embaixadas... Mas não há uma condição ao mesmo com relação à América Latina. Nós nunca tivemos tão longo da América Latina. Foi ali até ali que eu fui dos primeiros a falar e disse: "Olha, Presidente, eu acho que para nós começar com a América Latina só tem um jeito. É começar com a Argentina". Quer dizer, essa antipatia Brasil-Argentina, essa ridícula... E eu sou gaúcho, essa ridícula expectativa de que é inevitável uma guerra do Brasil com a Argentina, isso é uma grosseria que tem que terminar. E isso é real porque durante 50 anos, metade do Exército Brasileiro esteve na fronteira do Brasil com a Argentina. Metade. Nós temos cidades lá no Rio Grande do Sul como livramento, Santiago com cinco quartéis, seis quartéis na mesma cidade. Quer dizer, a Argentina tem bitola larga do trem, o Brasil tem bitola larga do trem e o Rio Grande do Sul tem bitola estreita, porque se tiver a guerra nós não podemos fazer o cruzamento.

Então, terminar com isso. Foi quando o então Chanceler, Ministro das Relações Exteriores, o Setúbal, que é muito engraçado como é que o Setúbal terminou Chanceler. Nós estávamos lá quando os empresários paulistas vieram dizer que tinham duas exigências. O Setúbal para Ministro da Fazenda. E aí o Tancredo respondeu: "Olha, eu vou atender. Na medida do possível pode ficar tranquilo que eu vou atender". Aí quando ele saiu, casualmente eu estava ali, "mas Dr. Tancre-

do, Setúbal para Ministro da Fazenda? O senhor disse que não ia botar paulista na Fazenda". Aí ele disse: "E quem falou isso?" "O senhor disse que ia atender". "E vou atender. O Setúbal vai ser o meu Chanceler". E foi aí que o Fernando Henrique rifou. Era para ser o Fernando Henrique o Chanceler e entrou o Setúbal de Chanceler e não de Ministro da Fazenda, como eles queriam. Aí o Setúbal disse: Pois é, mas o Ministro da Agricultura, o Senador Pedro Simon, que é do Rio Grande do Sul, está boicotando, está dificultando os acordos que nós estamos fazendo de importação de vinho e de maçã, e não sei mais o que. Aí o Sarney se vira pra mim e diz: "Simon, mas logo tu que é gaúcho?" [risos] "Presidente, em primeiro lugar eu não estou contra. Faz um acordo de vinda de vinho, de vinda de maçã, mas que tenha tempo determinado. Não pode vir a maçã de lá na época que está da colheita daqui, porque aí liquida. Agora, não tem problema nenhum. Agora, o senhor achar que vai reavivar reações com a Argentina na base de não sei quantas toneladas de maçã e não sei o que, é piada. O que o senhor pode fazer, o Brasil está importando quase seis milhões de toneladas de trigo do Canadá e dos Estados Unidos. Não importa um grão de trigo da Argentina porque num determinado ano que a Argentina o preço europeu subiu lá em cima e cortou e nós ficamos sem pão. E por causa disso não importava mais nada. E o Brasil importa petróleo de todo mundo e a Argentina é exportadora. É o mesmo preço. De repente o senhor quer ser recebido aos aplausos da Argentina? Diz que o senhor vai comprar dois milhões de toneladas de trigo da Argentina e diz que o senhor vai importar petróleo da Argentina". Foi que o aconteceu. De repente o Sarney era Deus em Buenos Aires. As reuniões dele é porque ele anunciou. "Olha, nós vamos passar a importar trigo, dois milhões de toneladas e vamos passar para importar petróleo da Argentina". Nesse namoro com a Argentina que começou, nem era, porque o Sarney não é muito simpático, cá entre nós. E o Governo da Argentina, pelo amor de Deus, o Alfonsín...

Então, quem fazia a ligação era o Presidente do Uruguai, uma simpatia total, e que o que depois foi dez anos Presidente do Banco Central. Pelo Banco Mundial que era o Chanceler...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É, que era...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E aí começou o Mercosul. E eu acho que foi um grande trabalho do Sarney e um grande trabalho do Brasil. Foi um grande trabalho. Porque é impossível que a América Latina era o único País onde ninguém falava com ninguém. Ninguém conversava com ninguém. Quer dizer, e o Mercosul começou a nascer. Difícil, difícil.

Mas não sei se V.Ex^a concorda comigo. Quer dizer, tudo que precisa para existir, para viver como grande Nação a América do Sul tem. Tem pão, tem trigo, tem petróleo, tem minério... O que nós precisamos importar se nós resolvêssemos nos entender entre nós? Pois dá um grande continente. Infelizmente, me perdoe a sinceridade, o americano não admite que isso aconteça. Porque o americano quer ligação com a Argentina, com o Brasil, como tá agora o coitado do Lula lá se entregando e todo mundo vai cair de pau nele para que o Uruguai não faça o negócio com o americano. Que nem fez com o Chile, que nem está fazendo com o Paraguai. Porque na verdade, na verdade, o Brasil é colônia do americano e é uma colônia maltratada. Porque se nós fôssemos quintal e um quintal tratado com fruteiras, e tudo. Tudo bem. Não, mas nós somos maltratados.

Agora, na verdade, o Mercosul só tem o Brasil. A Argentina não leva a sério, o resto não leva a sério. O Brasil. E o que é pior, o Brasil mal-encarado. Porque muitas vezes eles respondem: Não, para ser colônia eu prefiro ser colônia do americano que é muito mais rico do que ser do Brasil. Eu prefiro vender meus produtos e comprar do americano que me dá mais prazo, que me dá mais isso, que me dá mais aquilo.

Então, quando houve e estava aqui esse rapaz que é brilhante, que é o Líder do PSDB, e que seria indiscutivelmente seria o Chanceler de qualquer Governo, aliás, apesar de não estar lá, seria uma boa escolha. Eu como Presidente era uma das primeiras pessoas que eu pensava. Ele teve um gesto de grandeza. Porque ele, com a mágoa que todo o Brasil sentiu, entrou com Requerimento aqui com relação ao Presidente da Bolívia que fez aquele gesto grotesco, ridículo, estúpido com relação à PETROBRÁS. Não é o gesto em si apenas, mas a forma como foi feita com intervenção militar.

No entanto, quando nós conversamos aqui numa reunião da Comissão de que o Brasil era o único País que se preocupava com o Mercosul, e que talvez aquele gesto de nós romper com o Presidente da Bolívia fosse o início de um fim de um Mercosul, e o início de um novo movimento que parece que estão querendo se criar, Bolívia, Venezuela, Peru e etc, ele teve a grandeza e o gesto de concordar em retirar o Requerimento de considerar *persona non grata* e substituir por uma busca de entendimento, de conversar, de buscar um diálogo que deve ser feito.

Então, eu vejo que nós não podemos deixar de reconhecer com todas as dificuldades, o Mercosul é importante para o Brasil. É importante para o Brasil. E em segundo lugar, eu digo a V.Ex^a que eu não consigo ver um anti-americanismo no Itamaraty. É que nós

levamos tantas e tão seguidas com relação ao americano, que com toda a sinceridade eu acho que o que há é o Brasil defendendo a América do Sul. E eu acho importante. Eu acho que quando V.Ex^a propôs o entendimento, eu não sou fã, digo com toda sinceridade de participar do Conselho das Nações da ONU. Eu acho que não se quer participar do Conselho da ONU nos tira, primeiro lugar que não adianta nada, porque nós ali achar que nós vamos influenciar, que o Conselho de Segurança vai modificar com o Brasil? Não sei. Mas acho que nos tira uma posição, a América do Sul e muita gente já começa a olhar com certa desconfiança, eles acham que o Brasil tem sonhos imperialista, etc e tal. Já começam a olhar com certa desconfiança o fato do Brasil querer ser o representante da América Latina no Conselho das Nações Unidas. Mas eu vejo de que o Brasil está tendo uma política muito difícil.

Eu vou ser muito sincero. Eu admiro o Lula. Porque acho que o Presidente da Venezuela tem sido muitas vezes insolente, está querendo partir não sei para onde. Eu só acho que nós temos que tentar evitar que isso aconteça. Quer dizer, de repente... Se bem que tem gente que diz que vocês do PT agora vão entrar com pedido(F) também de no Brasil, o Parlamentarismo eternamente. Não é mandato de dois anos. Quer dizer, o cara se elege Presidente e fica. É o que está nos jornais de hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De hoje?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É, nos jornais de hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não li essa parte.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está na manchete de capa. Que o PT estaria sugerindo o Parlamentarismo. Até vibrei: Oba! O Parlamentarismo, mas o Parlamentarismo onde o Presidente poderia ser eleito em perpétuo.

Bom, mas de qualquer maneira, eu vejo e sinto que o Lula está numa posição delicada e importante. Quando o Lula não deu uma pedrada que ele deveria ter dado no Presidente da Bolívia, e não sei se até um pouco mais ríspido, mas ele segurou as pontas. O Presidente da Bolívia veio, pediu desculpa, foi um pedido de desculpa pra mim eu aceitei. Mas foi um pedido de desculpa onde soava como ridículo. Não sabia o que tinha dito, como é que tinha falado, não sei o que. Foi um pedido realmente bobo que fez.

Então, por exemplo, o Kirchner vem aqui, sai antes da sobremesa, outro dia sai antes da janta, outro dia não sei o que. E o Brasil aceitando as coisas. Mas de tal maneira que hoje, por exemplo, o relacionamento com o Brasil com a Argentina nunca esteve tão positivo.

Então eu acho que essa posição do Brasil de tentar compor com a América Latina é um fato que eu vejo como positivo.

Outra coisa, a China é a China. A China está aumentando 10% ao ano. Eu acho que não aumentou 0,1% a mais por causa do Brasil. E que a China os produtos da China são fantásticos, são, e nós não temos que... Houve um período lá no Rio Grande do Sul, aliás, no Brasil inteiro, que foi a festa... A gente ia nas favelas do Rio Grande do Sul, as favelas mais pobres na frente das favelas eram latas ou papelão que não tinham nada. E a iluminação espetacular. Que era a iluminação vindo da China, a cinco reais cem velas. Era uma coisa fantástica. Realmente eles têm produto, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, houve um período em que todas as fábricas de camisa fecharam. Quebrou tudo. Porque as camisas da China entravam... Tu pagava uma camisa e o preço era da lavagem da outra. Então era conveniente comprar a camisa, usar e botar fora do que pagar... Quer dizer, a concorrência era absoluta, tremenda. Agora, eu acho que é um problema para a humanidade. É um problema para o Estados Unidos, para a Inglaterra, para França, para Alemanha, para Itália, para nós e todo mundo. Como é que vai ser feito isso, e de que forma vai acontecer isso? Agora dizem que a entrada da China na indústria automobilística, e a forma com que ela vai entrar, será de tal maneira que... Não sei. Mas eu acho. Que a China, a Índia, o bloco que V.Ex^a se referiu, é melhor do que só ter um País no mundo. Eu acho que é... Dizia quando eu falei com o Marcos, e o Marcos me respondeu aqui. Melhor se não tivesse nenhum. Eu também concordo. Melhor se não tivesse nenhum. Nem China, nem Índia, nem Alemanha, nem Japão, nem Estados Unidos. Mas que todo mundo tivesse uma média igual. Agora, a ter, o ruim não é só ter um, o melhor é nós termos vários.

Por isso eu acho que é delicada a posição do Brasil. E acho que foi bom V.Ex^a estar na posição que está, porque veja que V.Ex^a, por exemplo, com a sua posição, a jornalista Miriam Leitão publica: "Cientista político culpa também oposição - É V.Ex^a - O Cientista político Otávio Amorim da Fundação Getúlio Vargas, leu a coluna que publiquei hoje no globo sobre a entrevista do Embaixador Abdenur, e fez o seguinte comentário: Ele diz que o Congresso e a oposição também são responsáveis, porque o que acontece hoje na política externa do País". Aqui segue a sua análise. É curtinha, Presidente. "A entrevista do Embaixador Roberto Abdenur à revista Veja, em sua coluna Alerta Vermelho no Globo, deve ser vista como um sinal gravíssimo do que se passa hoje no Itamaraty. O Congresso e a oposição, contudo também têm sua responsabilidade

nessa triste história. Numa democracia, um dos papéis precípuos do Poder Legislativo é supervisionar o Poder Executivo, a fim de que esse Governo bem a fim de forçá-lo governe a fim de forçá-lo é retificar os seus erros. Quando uma questão diz respeito às Relações Exteriores do País, e a organização da nossa chancelaria, o Senado é a principal Casa Legislativa em que deve ser discutido e que o tem feito no nosso Senado diante de tudo que tem acontecido, e tem sido denunciado, não apenas pelo Embaixador Abdenur, muito pouco ou quase nada. Isso explica porque a sua maioria é governista. Mas que o tem feito a oposição Parlamentar? Muito pouco ou quase nada também. Nossos Parlamentares em geral escudam-se na noção de que questões internacionais não têm relevância eleitoral no Brasil. Para pouco nada a fazer em matéria diplomática. Porém, justamente por isso a liderança dos partidos, principalmente os da oposição deveria fazer um enorme esforço para que alguns de seus Deputados e Senadores se especializassem a fundo nesse assunto crucial. Os partidos não podem subordinar a situação Parlamentar exclusivamente ao suposto incentivo eleitoral. No caso a falta de relevância doméstica de temas internacionais. Todavia, no que toca a política externa, o que se observa é tal subordinação à exceção dos partidos de esquerda como esses estão com o Governo, o Congresso praticamente não tem mais voz autônoma em termos internacionais".

Não sei até que ponto isso é verdade. Mas tem um "Que" de verdade. Que a nossa Comissão, até por tradição, quase que se limita no tempo a dar o sinal verde para o Embaixador [inaudível]. Isso é verdade. Eu tenho dito muitas vezes, Sr. Embaixador, que nós devíamos, por exemplo, como seria interessante que nós tivéssemos convidado o senhor para vir aqui um ano atrás. Para V.Ex^a vir e conversar conosco e analisar essas questões onde elas poderiam ter sido evitadas e inclusive com a presença de V.Ex^a muitas das coisas que estão acontecendo não tivesse acontecido. Infelizmente isso não acontece. O Embaixador é nomeado, vai embora, e se V.Ex^a daqui a alguns dias vier para cá para falar uma outra coisa que eu considero absurda, V.Ex^a indicado Embaixador vem dos Estados Unidos e amanhã é indicado para França. V.Ex^a vem aqui fazer a sua exposição e só fala sobre a França. Não diz uma palavra sobre os quatro anos que esteve no País. Eu digo... Mas devia a exposição de Embaixador que sai de uma Embaixada e vai para outra deveria se dividir em duas partes. A primeira da que saiu, e a segunda para onde vai. No entanto não acontece isso. Não acontece. Nós inclusive tomamos a decisão, Presidente, de que por ano duas ou três vezes nós chamaríamos o Embaixador. Podemos chamar o Embaixador da China,

chamar o Embaixador para debater questões que são importantes e que são graves. No entanto ao acontece. Então a nossa Comissão, olhando... Claro que é até piada a importância espetacular da Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano que é a mais importante, é a mais significativa, reúne-se à Comissão do Senado Americano e o Governo Americano fica de prontidão para ver o que vai acontecer, o que vai deixar de acontecer. Agora ela terminou de tomar uma posição contra o envio de tropas para os Estados Unidos. Para o Iraque. Se o Presidente vai enviar ou não vai enviar, é outra coisa. Mas que soa mal e soa ridículo perante o povo americano e que vai somar pontos e mais pontos para baixo para o americano se o Bush mandar à revelia do Congresso, vai acontecer.

Agora, nós não temos isso. Nós não temos oposição. Nós não fizemos nada. Hoje é uma posição inédita que nós estamos tomando, mas estamos tomando porque o Embaixador falou. Quer dizer, fica até muito chato com as três entrevistas que ele deu a seriedade dos assuntos que ele abordou se nós não o chamássemos para vir aqui. Mas também vai ficar nisso. Eu acho que o máximo que vamos fazer é chamar o Chanceler para vir aqui e vai dar outra série de explicações, etc e tal. Mas eu não sei... Eu acho que V.Ex^a que é uma pessoa muito dinâmica, e V.Ex^a que é uma pessoa muito capaz, com todo respeito que eu tenho aos antecessores de V.Ex^a, V.Ex^a podia iniciar um novo tipo de atividade. V.Ex^a poderia dar um rumo novo a essa Comissão. Isso eu venho insistindo, venho repetindo, não nego, a cada novo Presidente eu digo a mesma coisa. Mas infelizmente nós não temos conseguido sair dessa questão. Essa questão, por exemplo, que envolve o Brasil e a Bolívia, podia ter uma reunião entre V.Ex^a e Brasil e da Comissão de Relações Exteriores da Bolívia. A Argentina que tem tantas questões que se repetem a cada ano, e, no entanto, nunca tivemos um debate, uma discussão entre a Comissão de Relações Exteriores da Argentina e a Comissão de Relações Exteriores do Brasil para debater, para discutir. Muitas coisas eu tenho certeza que chegaríamos ao mesmo entendimento e mesma fórmula.

Então, eu acho, pegando a nossa querida jornalista Miriam Leitão e as críticas que o Sr. Otávio Amorim da Fundação Getúlio Vargas faz a nós, a essa Comissão, inclusive a nós da oposição, eu acho que seria muito bom aproveitar esse momento para nós realmente levarmos adiante.

Eu quero dizer a V.Ex^a, Sr. Embaixador, que eu felicito absolutamente V.Ex^a. Acho que V.Ex^a foi muito competente, foi muito feliz. Tem algumas coisas, me perdoe, que em se tratando de Itamaraty, só um pouco... Meu desculpe o que eu vou dizer, um pouco piegas,

dizer, por exemplo, que o Itamaraty determina que os Embaixadores têm que ler determinado livro. Eu acho que é óbvio. É óbvio que um corpo de Diplomatas do Brasil que tem um pensamento, que tem uma idéia, os embaixadores do Brasil têm que ter uma série de livros que todos vão ler. Não ler no sentido de aceitar ou não aceitar. Ler no sentido de conhecer. Agora, obrigar a ler, é claro que não tem lógica. Acho que da maneira que aparece no jornal, aparece em minha opinião maneira grosseira, grotesca. Agora está liberado. Antes era obrigado a ler. Não tem. Que os Embaixadores, que os políticos que nós devemos ler uma série de livros que digam de perto os problemas, principalmente ligado ao nosso País isso parece evidente. Isso me parece evidente. Agora, obrigatoriedade... Envia um livro: "Olha, você tem 48 horas para ler e me dizer o que você acha e o que você não acha". Aí soa realmente como piada. Agora, V.Ex^a agiu bem. Claro que V.Ex^a sabe que querer ser o Joãozinho de parte certa numa instituição, a instituição geralmente fecha em si e fica olhando para V.Ex^a. Eu não vi até agora a solidariedade, o abaixo assinado, essas coisas. É claro. Os caras estão lá, V.Ex^a saiu, está aposentado, está numa boa. Agora, os que estão ali, quer dizer, que estão na ativa e que dependem do dia-a-dia, lhe dê um abraço pessoal etc e tal. Nem pelo telefone, porque o telefone pode estar gravado. E fica nisso. Mas V.Ex^a sabe que as suas entrevistas fez o efeito positivo também no Itamaraty. Fez o efeito positivo também no Itamaraty. E essa história dos barbudinhos, essa coisa toda, ser ou não ser, quando vier aqui o Chanceler vai explicar. Vai dar uma explicação do que tem de verdade e do que não tem de verdade. V.Ex^a não deixou nenhum nome dizer fulano foi preterido. Mas ele acho que vai responder. Mas eu felicito. Eu conheci, repito, V.Ex^a num momento muito importante. Nós saímos de uma ditadura, da ditadura saímos de um *impeachment*, um Governo que nem do Presidente Itamar que a gente dizia na época ele não tinha voto popular, ele não tinha povo, ele não tinha um voto. Quem tinha que dar responsabilidade para ele era o Congresso. O Congresso que tinha cassado o Presidente e o Congresso que tinha o escolhido para Presidente. E nesse momento com o Chanceler, seu então grande amigo, tiveram um papel excepcional da maior importância e do maior significado. E foi muito importante porque o mundo inteiro ficava olhando e não sabia o que era *impeachment*. Nunca tinha acontecido no Brasil. O que é aquilo que está acontecendo? O que é que vinha e qual seria a solidez de um Presidente que entrava da maneira que entrou. V.Ex^a e o Chanceler tiveram uma atuação realmente de primeira grandeza. Meus cumprimentos a V.Ex^a.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de passar a palavra ao Embaixador Roberto Abdenur, nós queremos dizer aqui que ele foi quase profético quando disse que esperava acabar essa sua participação antes da janta. Estamos chegando perto. Espero que com a compreensão dos demais, nós tenhamos pelo menos a oportunidade do almoço. Senador Simon, eu agradeço a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, V.Ex^a tem nesta Casa o poder absoluto da palavra. Não só pela experiência, pela competência, mas acima de tudo pela dedicação com que mergulha em assuntos de interesse do País.

Eu quero dizer a V.Ex^a que encontra-se na Mesa para ser aprovado, eu gostaria que fosse até hoje logo após o Embaixador, um Requerimento exatamente no sentido de que V.Ex^a fala, que é um convite a que os Presidentes de Comissão de Relações Exteriores dos Países vizinhos venham ao Brasil discutir exatamente esta nossa relação. O documento está aqui e até gostaria que V.Ex^a o subscrevesse para que ele tenha mais credibilidade perante a Comissão. Passo a palavra a V.Ex^a, Sr. Embaixador.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Obrigado pela gentileza de suas palavras. Eu tenho a mais grata recordação justamente daquela época na Presidência de Itamar Franco sendo o senhor líder do Governo aqui no Senado, eu como Secretário-Geral secundando o trabalho de Celso Amorim. Estive em inúmeras vezes contato com V.Ex^a e foi pra mim uma oportunidade muito grata. Como é grato ouvi-lo agora em sua ampla elaboração sobre múltiplos aspectos. São tantos que me seria difícil responder a todos.

Eu queria dizer-lhe fatalmente em termos de quem sucedeu a quem, Celso Amorim era Embaixador em Londres quando Fernando Henrique Cardoso saiu para a Fazenda, José Aparecido seria o Ministro de Itamar Franco e Celso Amorim seu Secretário-Geral. E eu na época já estava com quatro anos e meio em Pequim, tinha Estado no Rio de Janeiro de férias durante umas semanas e tinha conversado com o Celso expressando a ele o meu interesse em obter um outro posto. E viajei para Washington porque dois de meus filhos iam por nós ser deixados nas universidades. Meus filhos tiveram de cursar escolas internacionais de língua inglesa ou de orientação americana por força da carreira. Porque senão não teriam podido estudar no Equador, na China, na Alemanha. E um belo dia, isso é apenas uma anedota, era uma quarta-feira, eu estava em Washington, toca o telefone, era o Celso Amorim e me diz: "Olha, Roberto, o José Aparecido

não vai poder assumir. Então, eu estou sendo nomeado Ministro e quero que você venha ser Secretário-Geral". Eu até tive um certo desconcerto porque dois filhos de universidade americana era muito caro. Eu estava pensando num posto, mas aceitei e vim de bom grado e me orgulho do trabalho que ele e eu fizemos sob a orientação do Presidente Itamar Franco e com a orientação também de V.Ex^a e outros de seus colegas naquela época no Senado.

Quanto ao Lampreia, diferentemente de Celso Amorim, nunca fomos grandes amigos. Mas Lampreia fez um trabalho sólido no Ministério. A minha maior crítica ao Lampreia era de que nos jogos de futebol, que nós jogávamos aqui no clube das nações ele foi um dos piores backs(F) da roça que eu já vi.

No que diz respeito ao Presidente Lula, o senhor tem toda razão. O Presidente Lula realmente tem sido muito popular mundo afora, e também dentro do Brasil por força da sua política externa. Eu não... Embora discordando de alguns aspectos dessa política externa eu reconheço plenamente que ela é em muitos sentidos popular no Brasil. Mas isso naturalmente não deve impedir-me de por vezes veicular percepções críticas de alguns aspectos dessa política.

Eu devo dizer ao senhor também com toda isenção, eu tive a honra de representar o Brasil durante longos anos como Embaixador na Alemanha, em particular, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Que teve grandes realizações em política externa, teve muitas dificuldades na Política Econômica por força inclusive de crises internacionais que felizmente não tem se apresentado nos últimos anos, foram dois Presidentes em tempos mais recentes com grande carisma e grande presença no plano internacional.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Presidente Fernando Henrique, me desculpe, mas ele já abandonou um pouco o problema de África e América Latina, e foi mais para os Estados Unidos e para Europa, não?

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Eu diria o seguinte, não. Ele realmente em matéria de África não fez nem de longe... Não, fez alguma coisa, mas não fez o que o Presidente Lula tem feito. Não há dúvidas. Mas em matéria de América Latina eu lhe dou um exemplo de algo que eu diria quase milagroso em diplomacia. Não tive nada que ver com isso, mas eu fui Embaixador no Equador durante quatro anos, como eu lhe disse, 85 a 88, e eu ao sair do Equador jamais imaginaria viver para ver uma solução definitiva para o conflito de fronteiras entre Equador e Peru. Que era o último *casus belli* na região. E graças à diplomacia do Presidente Fernando Henrique Cardoso o Brasil foi o mediador foi o construtor

de uma solução definitiva para essa questão que era gravíssima. E Fernando Henrique foi quem... Eu queria dizer isso. Olhando para trás é interessante ver isso. Quando nós analisamos a evolução da política externa desde, digamos, antes de Jânio, Juscelino e tal, até o final dos anos 50 e início dos anos 60, a política externa brasileira, digamos, não havia propriamente uma política externa latino-americana. Era hemisférica. Juscelino Kubitschek lançou a operação pan-americana que era um chamamento aos Estados Unidos para vir em socorro da América Latina. Isso levou mais tarde o Kennedy a lançar a aliança para o progresso. Nós não pensávamos muito América Latina e nem sequer passava remotamente pela cabeça de alguém na diplomacia brasileira conceptualizar a América do Sul como uma unidade em si. Esse foi um desenvolvimento novo justamente desses anos anteriores. E foi o Fernando Henrique quem promoveu duas reuniões presidenciais para lançar o Projeto de Integração Física da América Latina, o chamado IIRSA que hoje tem um foco de apoio do Banco Interamericano de defesa. De modo que eu não nego que o Presidente Fernando Henrique não tenha dado atenção tão grande à África, mas a ênfase dada à América Latina foi muito grande, o progresso na relação com a Argentina e com muitos outros países, com o Chile, foi muito grande. E também naturalmente com a Europa. E eu era Embaixador na Alemanha. A relação do Fernando Henrique com e depois com Helmut Kohl e depois com Schröder foi tão boa quanto a relação que há hoje entre Lula e Bush e serviu para avanços consideráveis na nossa política externa.

Eu queria fazer isso porque não posso deixar de prestar homenagem ao que representou Fernando Henrique Cardoso também como evolução da política externa brasileira na região.

No que diz respeito à integração na região, eu não considero que os Estados Unidos sejam os responsáveis pelas dificuldades, tensões, desconfianças na região. Os Estados Unidos jogam o seu jogo na região. E nós não podemos ter uma espécie de imperialismo às avessas e dizer aos americanos: Não entrem aqui. Esse é nosso território e vocês não tem o direito de aqui estar. Eles são partes do continente, tem uma presença, tiveram um histórico lamentável de intervenções e de apoio à ditadura, o senhor como eu, somos de uma geração que tem razões boas para ressentir-se do que foi o apoio americano durante a Guerra Fria. A ditadura na América Latina. Porque não os interessava a democracia. Interessava ter regime com eles alinhado na cruzada contra o comunismo. E nós pagamos esse preço no Brasil de maneira muito séria. Mas o mundo mudou os Estados Unidos mudaram, o Brasil mudou. Os Estados Unidos de hoje são

diferentes. Não há dúvida de que o governo Bush está cometendo erros gravíssimos alhures em outras partes do mundo. Em relação à América Latina de certo modo cometeu o erro de ausentar-se. Que a presença dos Estados Unidos aqui têm elementos às vezes inconvenientes e às vezes positivos. E o Brasil, por exemplo, compartilho com os Estados Unidos o interesse em preservar e fortalecer a democracia e estabilidade aqui na região. Nós não compartilhamos com os americanos a idéia de impor a democracia no Oriente Médio pela ponta de um fuzil. Mas nós nem por isso devemos deixar de alguma maneira convergir com os Estados Unidos em questões de combate à pobreza e de apoio à democracia aqui na região. Nós não podemos ignorar as razões internas. Infelizmente existem, enfim, existem ressentimentos históricos, frustrações e suscetibilidades hoje em dia em relação ao Brasil. Existe isso e torna a nossa diplomacia na região muito difícil. E não por interferência dos americanos. Eu tenho amigos argentinos. Eu vou lhes contar, se me permite, já que o senhor suscitou assuntos tão interessantes. Eu fiquei chocado uma vez em 1979, numa viagem a Buenos Aires, eu entrei numa livraria na Calle Florida e havia toda uma seção chamada réu política(F), e o senhor abria qualquer livro, havia toda uma literatura na Argentina, qualquer coisa que acontecesse no Brasil era contra a Argentina. Quer dizer, a mentalidade lá e também aqui em menor escala era de que o que era ganho para um País era perda para o outro. Agora um ano atrás mais ou menos eu passei uns dias de férias em Buenos Aires, não existe mais um livro mais sobre réu política(F). A nossa relação mudou. Isso foi... Eu não digo um milagre, porque não é um milagre. Em política externa, eu digo, não há destinos. E eu discordei dessa frase de que Mercosul é destino. Não é destino. É uma opção. E é na medida que é opção e é deliberadamente concordada pelas duas partes é que é sólido e é verdade. O que há em política externa são inevitabilidade. A vizinhança é inevitável e ela pode ser mal administrada e gerar tensões ou pode ser bem administrada e ela pode evoluir de mal para bem ou de bem para mal. Enfim, há todas essas dificuldades que nós não devemos, portanto, subestimar.

E em relação a... O senhor fez um elogio ao Presidente Lula que eu subscrevo plenamente, porque fui inclusive testemunha disso. Acho que de imensa sabedoria que o Presidente Lula jamais tenha passado recibo público de alguns momentos desagradáveis que ele teve. Com o Chávez, com o Kirchner, com o Morales. E com isso ele preservou a possibilidade de chegar a um desenvolvimento mais positivo. É mais um exemplo daquilo que me leva a respeitar o Presidente Lula e a sua sabedoria no plano internacional.

E finalmente, em relação a... Se me permitem uma sugestão ou duas, com vistas ao fortalecimento do trabalho desta Comissão, o senhor disse com toda razão que o Embaixador que aqui se apresenta para ser designado para um outro posto deveria falar da sua experiência anterior. Eu estou inteiramente de acordo com isso. Agora, tenha o senhor em mente que em alguns casos, como foi o meu, eu já não iria para outro posto. Eu me aposentei. Eu estou aqui por uma razão, digamos, acidental que foi essa minha entrevista. Outros Diplomatas voltam para Brasília e aqui ficam por longo do tempo antes de sair. E eu diria que valeria a pena que o Congresso chame aqui todos os Embaixadores que terminam uma gestão sua. Estejam ou não sendo transferidos para outro posto, que venham aqui fazer um Relatório do que foi a sua gestão. Pelo menos naqueles casos em que representem o Brasil em Países mais significativos. E eu lhes permitiria aventar uma outra hipótese que de vez em quando convoquem os senhores aqui grupos de Embaixadores brasileiros de uma região determinada que esteja em foco. Ou grupos que estejam envolvidos num tema relevante, digamos, as negociações de Doha. A Índia é importante para o Brasil, a China, os Estados Unidos, o Embaixador em Genebra, a Argentina...

Então, talvez às vezes possa esta Casa promover certo tipo de diálogo com os nossos Embaixadores para não falar de diálogos com Embaixadores estrangeiros também ou colegas de V.Ex^{as}. que sejam aqui chamados. Mas eu realmente quero dizer-lhes isso. Eu não tive intenção nenhuma de provocar uma maré, uma grande onda em matéria de política externa. Mas eu constato hoje com alguma satisfação que essa entrevista minha com tudo que ela possa ter de criticável, possa ter provocado de irritação, cumpriu, digamos, um papel, ela teve um propósito... Não foi minha intenção, mas se ela coopera para trazer mais à tona do debate nacional questões de política externa, eu acho que ela foi oportuna e agradeço por essa oportunidade. Eu lhe reitero meu agradecimento pelas palavras gentis do senhor que pela sua autoridade, pelo que o senhor representa e pela relação que eu tenho a muito tempo com o senhor muito me sensibiliza.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de passar ao próximo orador, Senador Pedro Simon, queria apenas fazer o registro que tenho certeza que esse é um assunto de interesse do Senador Suplicy. A Assessoria acaba de informar que houve uma queda na Bolsa da China de 8%. Essa queda está se arrastando pelo mundo inteiro atingindo inclusive a Bolsa brasileira. Apenas para... Enquanto nós cantamos o gigante, o gigante nos surpreende com esse... Não sabemos ainda quais os motivos, es-

tuou pedindo aqui exatamente para que se descubra. O Senador Suplicy que é um peregrino de assuntos dessa natureza, evidentemente que saberá nos informar.

Com a palavra o Senador Marco Maciel. Informamos que em seguida, por permuta do Senador Inácio Arruda que permutou com a Senadora Serys, e depois o Senador Suplicy. Senador Marco Maciel.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Me permita, Senador Marco Maciel--

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, eu serei breve, e até para que não se cumpra o vaticínio do Embaixador Abdenur que nós só terminaríamos esta reunião por volta do jantar.

Eu gostaria de em rápidas palavras, portanto, de fazer dois registros. Primeiro, com relação ao Embaixador Roberto Abdenur que eu o conheço de longa data, e o aprecio, portanto, há muito tempo. Não foi por outra razão que o Itamaraty sempre distinguiu com postos muito importantes no exterior. Porque além da sua competência, do seu tirocínio, do seu discernimento, ele é também uma pessoa extremamente aplicada e que cumpre com muita competência os seus misteres. E eu posso dizer que isto me surpreende que o Itamaraty, como aqui também foi mencionado, o Itamaraty é uma Casa que goza de muito conceito, não só aqui no Brasil, mas também e até diria, sobretudo, no exterior.

Então, os quadros do Itamaraty são quadros bem formados e por isso merece o nosso reconhecimento e o reconhecimento que não podemos deixar de fazer ao Embaixador Abdenur nas suas múltiplas funções que exerceu durante quase 45 anos de sua competente ação diplomática.

A segunda observação que decorre desta reunião é algo que não é novo o que vou citar aqui. Eu sempre... Há tempos que defendo, isso no começo agora já no exílio de 83 quando cheguei no primeiro mandato de Senador, tenho defendido que cada vez mais o Congresso Nacional e, sobretudo, o Senado Federal eu acho que, sobretudo, o Senado Federal posto que até por gozar nesta área de Relações Exteriores matéria de competência privativa, eu acho que é fundamental que o Congresso Nacional se volte mais para a questão da política externa. E de modo especial o Senado da República por fazer entre outras atribuições privativas, por exemplo, a sabatina e a aprovação dos Embaixadores indicados para postos no exterior.

Acredito que os novos tempos, esses tempos de mundialização eles nos levam a fazer com que nós possamos voltar mais o nosso olhar para o exterior e também a fazer com que aqui se gere um Fórum de reflexão. Eu não diria sobre a execução da política externa. Porque acho que a execução de política

externa é ato de competência do Executivo. Mas eu diria de formulação da política externa. Houve um autor francês que de certa feita disse que o Parlamento é a palavra da Nação. E eu diria que nós não podemos neste momento de deixar dar uma contribuição enquanto membros do Senado, no sentido de uma formulação da política externa brasileira agregando conseqüentemente a contribuição do Congresso ao trabalho que desenvolve pelo Executivo. E acho que temos muito a ganhar na medida em que o Senado e, sobretudo, esta Comissão se aplicasse ainda mais no trato dessas questões.

Por fim, eu quero dizer que o que nós estamos falando aqui sobre a importância do Senado na política externa, decorre inclusive de preceitos constitucionais. Se não me engano, não estou com a Constituição aí, mas art. 49, art. 52 e o art. 53, tratam dessas matérias, e acho que essa reunião de alguma forma ajudou a fazer com que se enfatizasse mais a necessidade desta Comissão em examinar as questões mais momentosas da política externa brasileira. Inclusive acho que com a presença do Senador Abdenur nesta Casa, ele foi cinco vezes sabatinado, foi durante cinco oportunidades sabatinado, ele de alguma forma está inaugurando um novo tipo de sabatina, é uma sabatina a posteriori. Sempre as sabatinas, por óbvio, elas são feitas por ocasião da indicação que o Presidente da República faz ao Senado Federal. E no caso em apreço, além das cinco vezes em que ele aqui compareceu--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer que por outras vias a sugestão dele já começou a ser posta em prática.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Exatamente, Senador Inácio Arruda. Então, eu diria que isso é algo que também pode ser incorporado à nossa didática de trabalho. E, sobretudo, naqueles casos em que... Nos casos em que a oitiva do Embaixador seja necessário pela importância do País ou até mesmo pela delicadeza de uma função que o Brasil, a delicadeza de um tema que possa interessar mais diretamente ao Brasil.

E por fim eu só gostaria de mencionar também que nós deveríamos pôr também mais os nossos olhos em algumas questões que nos dizem respeito muito de perto. Uma delas é a questão do Mercosul. Eu acho que o Mercosul, que nasceu sob bons auspícios, conseguimos avançar, mas atualmente é notório o desconforto que vivem os membros do Mercosul, os jornais de hoje inclusive falam muito sobre esse assunto, inclusive porque com a visita do Presidente Lula ao Uruguai essa questão se reabre, e além da questão do Mercosul acho também que não podemos desprezar outros tipos de enlace que avançamos em

tempos atrás e que agora não tem acusado avanços desejados. Por exemplo, o enlace, para dar mais um exemplo, o Mercosul a União Européia. O acordo foi firmado em 95 em Madri, se não estou equivocado, e pouco avançamos nesse campo. E acho que é uma variável importante da política externa brasileira. E quando me referi ao Mercosul é porque isso é algo que tem muito a ver até com a presença de Rio Branco que tinha assim como um de seus paradigmas, como assim se diz, a questão do Mercosul também. A atenção ao Prata. Quer dizer, então eu acho que nós não podemos deixar de dar uma importância maior a nosso enlace regional, ao Mercosul, leia-se num Projeto que poderia avançar numa integração de toda a América do Sul, o Embaixador Abdenur se referiu um programa IIRSA, por exemplo, que era um programa já mais de consolidação de uma infra-estrutura comum, de uma infra-estrutura física e econômica comum, e a propósito me ocorre lembrar que pela primeira vez na história dos Países da América do Sul, eu acho que no ano 2002 se realizou um encontro Chefes de Estado e Chefes de Governo dos Países da América do Sul. Foi a primeira vez. Aqui em Brasília. Acho que entre 30 ou 31 de agosto e 1º de setembro. Acho que 2002. Eu posso estar equivocado-- [interrupção no áudio] 2000. Pois bem, então foi algo muito importante, primeiro porque o debate deixou de ser apenas o debate em termos de Mercosul, esse Cone Sul para abrigar os 12 Países da chamada América do Sul. Países com os quais nós temos excelentes relações diplomáticas e 10 dos quais nós temos vizinhança.

Pois bem, o que eu gostaria de chamar atenção é que na medida em que se fortalece o Mercosul, na medida em que se amplia isso para a questão de incorporar toda a América do Sul, isso nos dá mais musculatura, nos dá mais vertebração para no mundo que se globaliza nossa possamos também nos apresentar no exterior com a presença mais sólida. Isso facilitaria inclusive a questão de Mercosul-União Européia, que são parceiros importantes nossos também. E também uma questão delicada, discutir a questão ALCA. Eu não vejo porque não... Aliás, se não me engano o Embaixador Abdenur falou aqui na reunião de Miami, 94, se não estou equivocado. Aliás, essa reunião, posso estar equivocado, compareceram os dois Chefes de Estado brasileiro, o Itamar Franco que era o então Presidente da República e o Fernando Henrique o Presidente eleito, e os dois Chefes de Estado americanos. E é bom lembrar que aquela ocasião se estabeleceu uma co-Presidência. Havia uma Presidência norte-americana, os Estados Unidos, que representaria os Países da América do Norte, e uma Presidência sul-americana, ou América Central, Caribe, América do

Sul, que foi representado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se me perguntarem se é conveniente... Quer dizer, convém trabalhar a questão ALCA, eu diria que nós não podemos deixar de examinar uma hipótese de integração hemisférica, sobretudo, friso mais uma vez no momento em que os enlaces são muito importantes. É lógico que uma integração hemisférica precisa muito cuidado, sobretudo, porque quando se tem um vizinho ao norte que é hoje o que algum tempo já o é uma potência não somente econômica, mas também militar. Mas nós não devemos excluir a priori a possibilidade de discutir a questão ALCA. E eu sempre fico pensando, aliás, não é boa essa citação que vou fazer, mas eu acho que uma frase de Kennedy que de certa feita, "nós não devemos negociar por medo, mas não devemos ter medo de negociar". Eu acho que a priori, bom, a questão da ALCA, vamos colocar na Mesa. Discutir. Convém, não convém, vamos examinar, que concessões que vamos fazer, etc. Aliás, essa é a matéria-prima da política. Quer dizer, tanto da política que nós a praticamos internamente quanto na política internacional. Quer dizer, ninguém é obrigado a se associar. Ninguém é obrigado a aceitar um enlace que não seja o desejado. Mas não custa discuti-lo. Não custa discuti-lo e examinar pontos positivos e pontos negativos e a partir daí se fazer um balanço olhando em primeiro lugar, lógico, olhando em primeiro lugar a questão do... Que eu acho importante a questão do interesse nacional, e ter presente aquela máxima do Rio Branco [inaudível], onde tiver a Pátria em primeiro lugar.

Quer dizer, então, eu consultaria que a Comissão agora iniciando nova gestão tem tido bons Presidentes, teve o Presidente Suplicy, depois teve o Presidente Roberto Saturnino, agora com o Presidente Heráclito Fortes, eu acho que a Comissão precisa sob agora a inspiração do novo Presidente talvez conservar um pouco mais do tempo ao debate dessas questões que são questões que dizem muito respeito a consolidação do nosso Projeto de desenvolvimento. O Brasil tem tudo para ter uma interlocução maior na sociedade internacional, nós somos um País que temos muitos vizinhos e nos damos bem com todos os vizinhos, salvo no futebol, e inclusive também temos uma boa... Somos bem apreciados no exterior. Então não vejo porque nós não insistamos na ampliação dessa interlocução internacional e que isso, sobretudo, traria dividendos significativos para o País, porque eu acho que de alguma forma nós temos todos os motivos para a partir daqui construirmos um tipo de... Vou usar uma palavra um pouco de exagero, um tipo de civilização. Aquilo que Gilberto Freyre chamou também de Civilização dos Trópicos. Civilização que é fiel aos valores

do ocidente, mas que tem suas peculiaridades, suas singularidades e que caracterizam muito o País que nós construímos, um País marcado por uma grande diversidade étnica, por uma grande capacidade de se integrar, e então um País que tem todas as condições de ter um... De melhorar sua interlocução no exterior, e, sobretudo, fazendo de forma consistente com aquilo que eu acho que é a nossa vocação, a questão do Mercosul, a questão, portanto, do Mercosul, União Européia, e outros tipos de enlaces que surjam, e alguns já surgiram, eu mencionei ALCA, mas poderia mencionar também outros tipos de enlace, como os Países africanos, por via CPLP, e enfim, acho que seria uma vocação natural do nosso País.

No mais, cumprimentos ao Embaixador Abdenur pela exposição que fez e à Comissão pelos debates que desenvolveu.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Depois da exposição do Senador Marco Maciel, passar a palavra ao Embaixador Roberto Abdenur.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: A V.Ex^a eu dirijo uma palavra muito calorosa e eu diria até afetuosa, porque temos uma relação muito antiga que remonta há muito tempo. Eu tive inclusive o prazer de recebê-lo numa longa visita quando era Embaixador na Alemanha, o senhor como Vice-Presidente, além de todo o contato que tive com o senhor desde muitos e muitos anos, de modo que muitíssimo obrigado pela gentileza de suas palavras.

Com relação aos seus comentários substantivos, eu concordo inteiramente com a importância que o senhor atribui ao Mercosul, a negociação Mercosul-União Européia, eu havia observado mais cedo, apenas um registro, como Embaixador na Alemanha, eu contribuí para o próprio lançamento dessas negociações. E aí lhes conto mais um episódio anedótico.

No final de 98, Helmut Kohl depois de 17 anos cai e é substituído por Schröder, Gerard Schröder. Inexperiente e pouco preparado em política externa. E a Alemanha teria no primeiro semestre de 99 a Presidência da União Européia. E o grande desafio enfrentado pela Alemanha na ocasião era a questão do envio ou não de tropas alemãs para a intervenção no Kosovo. E o último evento na seqüência de responsabilidades da Alemanha na sua Presidência da União Européia no primeiro semestre de 99 era a cúpula euro-latino-americana, dentro da qual se previa um encontro Mercosul-União Européia. E acontece que o Schröder demorou muito a dar-se conta da importância desse evento, tão grandes eram as preocupações dele domésticas, e em âmbito da Presidência União Européia. E eu ajudei de certo modo, indiretamente, através de amigos comuns

no Ministério do Exterior, na própria chancelaria federal, lá, o gabinete do Primeiro Ministro, e valendo-me de contatos com empresários alemães para dar uma sacudida e fazer ver ao Governo alemão a importância de que ele extraísse da Comissão europeia um mandato capaz de permitir o lançamento das negociações Mercosul-União Europeia, como ocorreu na reunião do Rio de Janeiro, no final de junho de 99. E também mais já adiante, também comentei, tive a idéia da criação de um Fórum empresarial Mercosul-União Europeia que continua, está um pouco, digamos, dormente, mas ele apaga e acende conforme apagam ou acendem as perspectivas de progresso nessa negociação que eu considero da maior importância para o Brasil e que tem inclusive a vantagem de permitir uma emulação entre europeus e americanos. Quer dizer, eu desde cedo vi a questão de ALCA e União Europeia como dois processos que nós devíamos fazer competirem entre si de modo que nós teríamos mais ganhos em ambos na medida em que por assim dizer jogássemos europeus contra americanos.

No que diz respeito à ALCA, o senhor referiu à co-Presidência. Eu queria chamar a atenção para o fato de que o Brasil e os Estados Unidos continuam na co-Presidência da ALCA. E no comunicado emitido pelo Presidente Lula e Bush em Brasília no dia 6 de novembro de 2005, há um parágrafo que começa com uma reafirmação pelos dois Presidentes na sua condição de co-Presidentes da ALCA com uma eventual futura retomada das negociações no momento que se figure oportuno. Estava aí subentendido, vamos aguardar o desfecho de rodada de Doha na OMC. Mas em suma, a ALCA está em coma induzido, mas não morreu, e pode um dia ser, digamos, reativada, ainda que isso não se afigure possível no curto prazo.

Eu encontrei entre meus papéis dois artigos que se interessarem aos Srs. Senadores eu poderia mandar copiar. São artigos que eu escrevi quando Embaixador na Alemanha sobre a ALCA. Um deles menor, a ALCA em perspectiva, e o outro maior saiu eu creio que na revista de política exterior, chama-se Mercosul, ALCA, União Europeia, Reflexões para uma estratégia brasileira. E ao mesmo tempo em que eu, digamos, preconizo a continuidade das negociações da ALCA, eu alerta para uma série de problemas, dificuldades e riscos que o Brasil deveria enfrentar. Sr. Presidente, se o senhor quiser mandar copiar é só--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Exatamente. Eu pediria então à Assessoria que providenciasse.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: E só para terminar, o Ministro Celso Amorim outro dia comentou que as negociações da ALCA avan-

çaram 98%. E que elas foram, o término foi inviabilidade por fundamentalistas de um lado e de outro.

Então, o ponto que eu quero fazer é que quando se chega a 98% de uma negociação com um pouco mais de esforço se pode chegar ao final e vencer as resistências dos fundamentalistas. De modo que eu creio que, não no futuro previsível, a curto prazo, mas quem sabe em algum tempo mais seja possível retomar a ALCA. Sempre quando nós tenhamos reforçado o Mercosul. Porque o problema como eu disse, quando eu negocie em 94 o lançamento da ALCA ele era previsto para começar em 2005. O Mercosul chegou à condição de União aduaneira em dezembro de 94, duas semanas antes da reunião presidencial de Miami que previa começo da ALCA em 2005. E a ALCA começaria em 2005 muito devagarzinho podendo-se estender-se por 15, 20 anos ou mais. E ter até produtos excluídos do processo de liberação. Agora, naturalmente o Mercosul está em dificuldade. E a minha crítica é que acho que nós deveríamos ter nos concentrado na recuperação, na consolidação, no aprofundamento do Mercosul e não numa expansão, a meu ver, precipitada, e com a inclusão de um País que tem, como eu diria, um ideário antinômico em relação ao Mercosul como é o caso da Venezuela.

Mas em suma, eu considero que como o senhor disse, algum dia possa ser possível retomar a ALCA sem prejuízo para aquilo que é a nossa prioridade que é o fortalecimento do Mercosul e do processo de integração da América do Sul. Acho que uma coisa não é inimiga da outra sempre quando ambas sejam bem manejadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o nobre Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero dizer que inicialmente considerei que deveríamos fazer a nossa primeira Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim. A primeira audiência com o nosso novo Presidente eleito de forma unânime e por aclamação, como fizemos aqui nesta Comissão. Mas considero então, que o resultado de trazer V.S^a até essa Comissão foi muito positivo. Muito bom. A entrevista de V.Ex^a eu considero, assim, ela é uma entrevista muito boa. Mostra o papel destacado do Itamaraty na política diplomática do nosso País. E como V.Ex^a trabalhou com zelo pelo mundo afora defendendo os interesses do Brasil. Mesmo que tivesse opiniões divergentes. Mesmo que não concordasse agora ou antes, porque não conheço as discordâncias de V.S^a, antes, se, porventura, ocorreram. Mas ali estava um Diplomata brasileiro cumprindo as determinações do Estado Brasileiro, do nosso País.

Acho que isso foi muito importante e muito significativo. E que ao se aposentar tem todos os direitos de cidadãos brasileiros e dar suas opiniões agora aberta e livremente. Agora eu não tenho mais, digamos assim, aquela marra do cumprimento do dever daquele Diplomata que está representando o Brasil. Está representando o nosso País. Naquele posto seja onde for. Acho que isso é uma postura muito correta, muito acertada de um Diplomata brasileiro em qualquer posto que ele sirva. Acho que foi muito ajustado. E considero que o debate em torno das discordâncias, e aí já após a presença de V.S^a na Embaixada americana, ou no outro posto que pudesse estar servindo, elas são naturais, elas fazem parte do embate político que nós estamos, digamos assim, enfrentando no Brasil. Às vezes a gente tem divergência numa tolice que a gente pode considerar. Isso é uma tolice... Eu mesmo tenho discutido aqui, e poderia até perguntar a opinião de V.Ex^a, e V.Ex^a pode até considerar uma tolice a minha pergunta e até não entrar nela, mas eu vejo assim, sempre coloco aqui na Mesa: Olha, Embaixadores têm que ser Diplomatas de carreira. Tem que ser da carreira do Itamaraty. Eu considero que não. Quantos excelentes Diplomatas o nosso País teve que não eram da carreira do Itamaraty? Quantos? É só a gente ler a história. É só a gente ler. Se a gente desse o trabalho de ler, a gente vai ver. Não foram do meu tempo de vida. Mas são da história do nosso País. Que tiveram que fazer acordos que ampliaram as nossas fronteiras, que tiveram que fazer acordos que diminuíram as nossas fronteiras, mas que garantiram ao Brasil uma presença significativa no mundo. Que reforçaram as nossas relações com nossos Países vizinhos.

Então, sinceramente, eu acho que ela, digamos assim, a presença de outros componentes que não são exatamente da carreira... Esse é um afago muito especial. [risos] Esses, digamos assim, membros de outras corporações, de outras instituições que não são exatamente da carreira que não vieram da formação do instituto, da carreira Diplomata dentro do Itamaraty, é como se dessem uma... Oxigenassem mais com outros ventos, com outras idéias também a diplomacia brasileira. Acho que ajuda, contribuem à diplomacia brasileira. Acho que reforçam o papel do Brasil no mundo. Se V.S^a pudesse dar uma opinião a esse respeito, seria pra mim muito interessante.

O debate que eu acho que aqui eu acho que afora também é assim. Sempre... A entrevista estava muito boa. A entrevista estava ótima. Então, cumprimos muito bem. A carreira Diplomata é excelente defendendo o Brasil e mostrando pontos destacadíssimos da atividade do Brasil lá fora, desde outros governos. Foi isso que V.S^a fez na entrevista. Mostrou o que é que o Brasil

fez, o que o Brasil está fazendo. Que V.S^a no papel de Embaixador buscou reforçar isso e abrir espaço para o Brasil. É isso que está lá. Mas isso parece que não interessa. Isso não vende. Isso não é boa notícia. Se tem coisa boa na matéria, se tem espaços que o País ocupou destacado, então ele não virou assim uma notícia boa. Agora tem aqui uma coisa que é o seguinte, é que tem os conflitos, é que temos problemas. Agora isso aí vai render. Isso dá uma coisa boa. Isso dá uma confusão, isso dá uma briga política. E no País tem oposição. Então, vamos aproveitar esse negócio aqui e transformar isso numa grande disputa também. Mas eu considero o contrário. Eu considero é que foi salutar. Então, essa disputa é salutar. Pois vamos trazê-la para cá, vamos debater. Isso que parece que é, digamos assim, algo extraordinariamente difícil, complicado, que é a disputa em torno das idéias, que é o debate político, que parece que é o debate ideológico, que é a ideologização do Itamaraty ou coisa que o valha.

Eu vejo um pouco assim, você veja o seguinte, nós temos o Embaixador lá em Paris. O Embaixador que estava com a ligação que se poderia dizer no passado eu estava lá na oposição, no Governo Fernando Henrique. Tinha uma relação muito forte com o Governo Fernando Henrique. Foi para Paris. Não teve problema nenhum. O próprio Samuel saiu de um posto que estava ali no Itamaraty e numa disputa também no Governo passado, era uma disputa política e ideológica, mas faz parte do embate político. Isso é disputa política. É o debate político. Se dava lá e vai dar aqui. E vai continuar. Porque é uma disputa que existe mesmo no País. A discussão em torno da escolha, que acho que o senhor abordou muito corretamente, a questão do Mercosul. É uma questão de escolha. Não é destino, não. Que destino? Por que é que eu não fiz a escolha lá em cima primeiro, com as Guianas? Vamos começar com as Guianas. É destino para o norte. Então olha para o norte, vamos começar com as Guianas. Não. Eu comecei com a Argentina. Porque é questão de escolha. A escolha entre os dois parceiros que tinham o maior potencial econômico. Que é a escolha que diz respeito à economia. Dois Estados mais fortes da região. Por isso que foi feito assim. Então é uma questão de escolha econômica, política, de nós nos juntarmos aqui para poder enfrentarmos a dinâmica econômica de um mundo, digamos assim, numa expansão maior do que a época dos fenícios, do que a época das grandes navegações, que digamos assim, exploraram a nossa região nos idos da Idade Média.

Então, é uma globalização diferente. Numa velocidade muito mais arrojada do que da época dos fenícios. Porque o pessoal fica achando que globalização começou agora. Que a China começou agora.

Não, esse povo vem de mil anos. O negócio acontece há muito tempo.

Então, eu acho que nós fizemos uma escolha. Fizemos uma escolha aqui. Mercosul. Agora, fizemos uma outra escolha. O Mercosul, vamos discutir também África, vamos discutir também Países do oriente, vamos discutir o mundo árabe, vamos estabelecer mais relações. Tudo isso pode ser feito sem abandonar as relações com os Países fortes, mais desenvolvidos, aqui que eu acho que nós temos que examinar. É que eu considero que tudo isso pode ser feito fortemente sem nós largarmos as nossas relações com a Europa e com os Estados Unidos. Acho que nós não temos que ter uma relação de atrito no mundo econômico com os americanos. Por quê? Por acaso os chineses vão ter? Quem deveria ter mais relação de atrito com os americanos deveria ser o Vietnã. Mas o Vietnã está fazendo relações comerciais. Eles não esqueceram o passado deles, não. Eles sabem muito bem o que enfrentaram com os americanos lá, matando os vietnamitas, com o terror mais abrasador cometido contra os vietnamitas. Eles sabem perfeitamente. Mas eles estão vendo que negócios devem ser feitos.

Então, aqui não tem dúvida. Eles vão fazer os acordos que são necessários. E acho que o Brasil deve fazer. V.S^a falou aqui da presença já brasileira com várias companhias dentro do território americano. A expansão de algumas empresas brasileiras. Acho que é um dado positivo. Muito positivo. Nos Estados Unidos, alguns já na Europa, outras na China, VALE do RIO DOCE particularmente, acho que a gente deve buscar expandir mais ainda essas empresas brasileiras, se a gente encontrar meios de incentivar, acho muito positivo. Mas acho assim, a nossa diplomacia... E eu vejo que mesmo com essa relação de escolha, que eu acho que é escolha, foi feita de escolha política do Governo Brasileiro. As relações Sul-Sul, mesmo que a gente tenha aumentado bastante o comércio Sul-Sul, aumentou muito o comércio brasileiro, mas não diminuiu o nosso comércio com os Países centrais. E acho que pode expandir muito. E no outro ponto que V.S^a tocou, que é um ponto também estratégico para nós, que é o problema energético, onde nós temos muito a ganhar com a expansão da exploração de algo apreciável no momento, que é a questão da biomassa e de outros fatores energéticos, nós temos as maiores jazidas provadas de energia eólica do mundo, também estão no nosso território, provadas até agora. Pode ser que apareçam outras fora do território brasileiro. Mas as provadas até agora estão no Brasil. Então nós temos um potencial gigantesco. E na biomassa nem falar.

Então, as relações com os Países centrais em função desse nosso potencial podem crescer e muito.

Então, eu vejo espaços muito bons. E mesmo na questão da ALCA, eu vejo um pouco assim, tem muito de embate político. Nós mesmos tínhamos uma posição e temos uma posição diferenciada. Nos posicionamos ali, vamos fortalecer aqui o Mercosul, vamos trabalhar com o Mercosul e vamos segurar esse negócio de ALCA. Deixa isso para... Vamos esperar aí uns 20, 30 anos quando a gente resolver os nossos assuntos aqui. Isso interfere na nossa relação econômica com os americanos? Não. Vamos ampliar os negócios com os americanos. Não implica em ter ALCA imediatamente. Nós podemos ter grandes negócios com os americanos independente de ALCA, como temos. Então acho que a gente pode ir trabalhando.

Agora, mesmo na ALCA, o Brasil fez uma contraproposta. Discutiu com os parceiros do Mercosul. Por quê? Porque a ALCA que estava em curso, e o senhor que acompanhou a ALCA desde o seu nascedouro, as primeiras tratativas em torno da ALCA, ela foi ganhando um espectro amplíssimo, basicamente se entrava tudo na ALCA. Você entrava com patentes, você entrava a questão toda de setor financeiro, de Bancos, de financiamento, de proteção para todos esses setores de forma muito ampla, de forma muito larga. Criou-se uma ALCA muito ampla. Quer dizer uma proposta muito ampla. Foi feita uma contraproposta, chamada de ALCA flexível. Na proposta de ALCA flexível também os americanos colocaram o pé. "Bom, nessa ALCA flexível nós gostaríamos de segurar". Então também eles não gostariam de uma ALCA tão flexível. Eles gostariam de uma ALCA mais ampla. Então também tem ALCA que interessa, digamos assim, ao Brasil e ao Mercosul, e tem ALCA que interessa aos americanos.

Então, esses impasses de negócios, porque aqui é aquela velha máxima: Amigos, amigos. Negócios à parte. Que nós estamos discutindo com os americanos são negócios. E nós estamos discutindo negócios com a maior potência militar do mundo. Então a gente tem que ter muita sabedoria. E nós temos tido. Acho que nós temos tido. O senhor que acompanhou ali dentro, diretamente em Washington conversando com o Embaixador, com Embaixadores, conversando com Senadores, com Deputados dos dois partidos democrata e republicano, sabem muito bem como eles trabalham, como eles negociam, quer dizer, toda hora são negócios que eles fazem. Quer dizer, então acho que a gente tem que ter a sabedoria, tem que estar muito preparado, tem que fazer muita ciência no jogo político com os americanos. E com os europeus. E também com a União Européia. Que acho que são dois grandes gigantes econômicos, já muito fortes, de muitos anos, e com o novo gigante econômico que é a China. Que está em curso a despeito das quedas das

bolsas de valores pelo mundo afora, que parece que anda em curso a queda, o nosso Heráclito Fortes está acompanhando, vendo as ações como é que elas estão. Mas acho que a despeito da queda, eu acho que nós precisamos acompanhar essas nossas relações. E acho que a diplomacia brasileira tem que estar cada vez mais preparada, fortalecida, para que a gente estabeleça fortíssimas relações com esses parceiros que são chamados grandes parceiros comerciais do mundo. E ao mesmo tempo a gente possa ter aqui na nossa região América do Sul com a Argentina, com o Chile, com o Uruguai, com o Paraguai, com a Bolívia, e mesmo com a Venezuela. A despeito da questão política com os venezuelanos. Nós não vamos interferir na relação política com os venezuelanos e nem com bolivianos. Nada disso. As relações aqui é comerciais. Nós temos que fazer e tratar disso. O povo venezuelano é que resolve o problema político deles. E nós resolvemos o nosso. O boliviano resolve o dele. E nós resolvemos o nosso. Agora, a relação comercial, aí sim essa nós temos que resolver, tratar com a nossa soberania e sabendo fazer essa relação com os povos da região. Sabendo o que é que interessa para nós. Às vezes nós abrimos mão... O que nós abrimos mão é pensando do que nós vamos ganhar. É assim que se faz a relação. Às vezes pergunta: Bom, mas o Brasil emprestou, quantos milhões o BNDES emprestou para a Venezuela para fazer isso e aquilo? Quanto emprestou para o Peru? E quando se olhava... Mas quem vai construir? Quem vai construir são tais empresas brasileiras. Ah, então são as empresas brasileiras que vão construir.

Então, quer dizer, foi uma tratativa. Quer dizer, foi um empréstimo em que o Brasil saiu ganhando porque as empresas brasileiras foram construir também na Bolívia. Abriu-se um mercado para as empresas brasileiras construírem naquele País. As nossas empresas agora estão baseadas naquele País que não estavam.

Então, tem que se examinar os vários aspectos do negócio que foi feito com aquelas nações que nós estamos ajudando de um modo, mas ao mesmo tempo abrindo espaço para empresas brasileiras. Então acho que é assim que nós devemos fazer.

Por isso eu considero que a presença de V.S^a aqui ao lado de... Vamos dizer assim, permitiu um franco debate sobre questão de posições políticas. Acho que é corretíssimo, de opinião. A minha opinião está diferente. Eu tenho uma outra opinião. Como os senhores também têm, cada um aqui tem uma opinião. E a respeito da condução também de trabalhos do Itamaraty. Eu também tenho uma opinião. Eu apoio o Governo. Defendo o Governo, defendo o Itamaraty, e defendo o Ministro Celso Amorim. Acho que é uma pessoa

eficiente, está conduzindo muito bem a sua tarefa, o seu trabalho no Itamaraty, mas eu divirjo de opiniões a respeito da condução em relação a alguns colegas de trabalho no Itamaraty. A respeito de quem irei tratar mais na frente. Mas acho que em defesa do nosso País ele tem agido de forma muito correta. E a política externa do Presidente Lula tem sido uma política muito justa, muito correta. Acho que tem aberto espaço para o Brasil. Tem sido até atacada aqui internamente no Brasil. E aproveito os ataques quando eles são feitos para ver se a gente aprimora mais a política externa. Ao invés de considerar que são apenas ataques ruins. Não é feito um ataque? Vamos examinar o que é que tem de positivo ali pra gente poder melhorar a nossa política externa com os nossos vizinhos e com os outros parceiros comerciais do Brasil. Porque estão atacando, e os adversários estão atacando é porque ela não deve estar tão ruim assim. Ela não deve estar tão ruim assim.

Então, ver como é que a gente aprimora mais com as observações que os adversários podem fazer à nossa política externa. Então eu considero um pouco assim. Acho que V.S^a, pelo contrário, ajudou a gente a debater esse tema de política externa aqui na nossa Comissão e vai ajudar com certeza o nosso Itamaraty a aprimorar ainda mais a sua ação com os seus Diplomatas, com aqueles que não são de carreira, e de forma a ajustar ainda mais. Sempre é assim, sempre tem... Governar é essa arte mesmo. Às vezes sempre fica dificuldades. Tem escolhas para poder fazer parcerias comerciais e às vezes tem escolhas também para poder fazer política interna de relações a na área de recursos humanos, na área também da escolha para você conduzir um Embaixador ou conduzir uma pessoa às vezes com todas as relações que você tem, como é o caso que V.S^a teve com o nosso Ministro Celso Amorim. Acho que a gente tem que às vezes encontrar um meio de estender, se for possível. Se não for possível, vamos enfrentar o problema como V.S^a está fazendo aqui neste momento. Mas eu considero que foi positiva aqui a vinda de V.S^a. Eu agradeço essa oportunidade para fazer um franco debate de opiniões, de questões políticas sem receio de que vá criar nenhuma dificuldade para a nossa Nação. Acho que não vai. Vai melhorar ainda mais o nosso potencial de política externa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Passo a palavra ao Embaixador Roberto Abdenur.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Obrigado, Senador Inácio Arruda. E eu concordo inteiramente com o senhor, que na realidade o que nos une aqui é a busca daquilo que é melhor para

o Brasil, e acho que o debate ou o embate até de idéias diferentes resulta produtivo na medida em que quem está no Governo, enfim, posso valer-se de algumas críticas para aprimorar o que está fazendo.

O senhor me deixa numa situação difícil, porque aqui no Senado o senhor levanta a questão sobre até que ponto a carreira deveria ser profissional ou incorporar políticos. Eu vou lhe dar a minha opinião, eu acho que há políticos que sim, inegavelmente foram e poderão ser excelentes Embaixadores. Não tenho a menor dúvida. Eu apenas observo que no mundo de hoje, a diplomacia é mais, digamos, "técnica" entre aspas do que foi no passado. Em outras palavras, o que se requer do Diplomata é uma formação extremamente variada e por vezes até profunda em determinadas áreas de trabalho.

Portanto, quer dizer, o sentido de profissionalismo na diplomacia hoje está bastante mais presente justamente pela complexidade crescente dos assuntos, pelo fato que surge a cada dia momentos novos no plano internacional. Eu testemunhei isso ao longo da carreira. Por exemplo, eu quando entrei na carreira, o Brasil exportava cacau, café, minério de ferro, produtos primários. A evolução do Brasil para uma postura de exportador mais sofisticado, por exemplo, nem sempre foi acompanhada. Ainda hoje não é plenamente acompanhada pela formação de recursos humanos. Nós por vezes não temos técnicos, não digo nem Diplomatas, técnicos especializados em temas de comércio internacional. Nos falta isso.

Então, o Diplomata hoje precisa de mais conhecimento técnico do que no passado. O que não quer dizer que um bom político não tenha ou não possa adquirir. Mas o sentido de profissionalismo hoje é mais relevante justamente diante da complexidade crescente da vida internacional e da internacionalização de um número cada vez maior de atividades da vida internacional.

Do outro lado, é curioso porque houve momento em que muita gente dizia que o Diplomata estava condenado à obsolescência pela velocidade dos meios de comunicação. E efetivamente hoje você não entra, se você entrar na sala do Celso Amorim ele deve estar vendo a CNN como eu em Washington ficava o tempo todo ligado com o computador vendo o noticiário. Agora o Senador Heráclito acaba de nos mostrar. É um fato talvez grave, porque pode representar agora uma inversão no curso extremamente feliz da economia internacional, uma súbita queda na Bolsa da China. Dado o peso que a China tem.

Então, o ponto que eu vou é o seguinte, o Diplomata hoje não compete mais com o noticiário. Mas a velocidade dos meios de comunicação exige mais ra-

pidez do Diplomata em apresentar-se com a reflexão, com a análise sobre os acontecimentos. Então ele precisa estar muito ligado ao noticiário, mas ao mesmo tempo ele precisa estar muito bem informado, conhecer o contexto das coisas de modo que rapidamente em cima de um acontecimento ele possa comparecer perante a sua chancelaria com elementos de reflexão, de análise e às vezes até de sugestão, de postura ou de reações do Brasil.

E finalmente há às vezes isso que eu considero um certo risco que é a partidarização de um serviço exterior. Existem Países que não têm serviço exterior. Que jogam qualquer um para uma Embaixada. Inclusive no nível de funcionários. Existem Países que têm serviços diplomáticos mais ou menos estruturados. Existem outros que têm serviços diplomáticos bem estruturados, mas nos quais os Diplomatas nunca chegam muito alto. E o caso do Departamento de Estado, nos Estados Unidos, é esse. Por quê? Porque é prática no Governo, nos governos americanos assignar-se os principais postos e às vezes até alguns que não são muito importantes, há pessoas não apenas ligadas ao Presidente, mas que tenham sido arrecadadores de fundos para a campanha eleitoral do Presidente. Por exemplo, agora em Washington nós fizemos amizade minha mulher e eu com uma senhora casada com um rico empresariado local, o empresário republicano que contribuiu muito para campanha do Bush, e essa senhora que nunca exerceu diplomacia na vida foi feita Embaixadora num pequeno País, enfim, do Caribe. E eu acho que uma das coisas que tem tradicionalmente dado muito prestígio ao Itamaraty é justamente a idéia de que ele não é um corpo diplomático partidarizado.

Eu vi também agora em Washington Embaixadores de Países altamente desenvolvidos, com serviços diplomáticos altamente profissionais em que praticamente não há políticos. Mas esses serviços são às vezes rachados politicamente. Em alguns regimes Parlamentares na Europa há, enfim, na Espanha os que estão alinhados com o partido popular do AZNAR. Quando o AZNAR estava no poder, o pessoal do PSOE do González estava por baixo. Vira a coisa.

Então, por vezes, mesmo Países com serviços diplomáticos altamente profissionais, de certo modo são prejudicados quando há essa partidarização, essa polarização política entre um lado e outro Diplomatas profissionais, mas que tem ligação ou com um partido ou com outro. Eu não estou dizendo que um Diplomata profissional não possa ter uma filiação partidária ou uma posição partidária. Não. Agora, eu acho que enquanto Diplomata de carreira na ativa é preciso certos limites no envolvimento do Diplomata com atividades

que são mais bem partidárias do que relacionadas com a política externa como política de Estado.

Enfim, o senhor comentou também, perdão, o senhor comentou também e eu concordo com o senhor que é perfeitamente possível aumentar a diversificação das nossas parcerias e de nossos mercados sem prejuízo para as relações com outros parceiros importantes. O que eu observo é que a meu ver, como eu disse antes, a ênfase nessa abertura de novos mercados e na relação Sul-Sul, nos levou senão a prejuízos, pelo menos a lucros cessantes. Porque como eu dizia, foram muito poucos os recursos destinados ao apoio ao exportador brasileiro nos Estados Unidos. E é um mercado tão dinâmico e tão grande que acho que é um mercado que deve ser tratado com mais atenção. E entendo que agora neste momento justamente está havendo mais diálogo dentro do Governo e entre o Governo e o empresariado com vista a que haja mais trabalho conjunto. Eu acho muito importante que o Governo Brasileiro intensifique o seu diálogo com o empresariado aqui no Brasil. Eu digo no Brasil porque há um empresariado propriamente brasileiro, a CNI, a FIESP, a FIRJAN o que for, e há um empresariado americano estabelecido no Brasil que tem naturalmente que é nosso aliado no desejo de aumentar as relações com os Estados Unidos. De modo que é uma questão de equilíbrio na alocação de recursos e de prioridades. E o senhor com razão disse isso. É perfeitamente possível avançar na relação com os Estados Unidos sem a ALCA. Não há a menor dúvida. É o que estou pregando. No momento atual não há condições do lado americano para qualquer negociação de acordo de livre comércio conosco. Mesmo que é que nós a desejássemos. Por quê? Porque há uma grande incerteza quanto ao futuro da política comercial americana. Não se sabe se o Presidente Bush agora muito enfraquecido vai conseguir a renovação da chamada Trade Promotion Notoriety a lei que dá ao Presidente poderes para negociar sem que o Congresso depois mude o que ele negociou. O Congresso tem que apenas dizer sim ou não ao que lhe é apresentado. Há dúvidas sobre isso. Há dúvidas sobre o desfecho da rodada de Doha, há dúvidas sobre a chamada Farm Bill, a lei agrícola americana e que impacto ela vai ter sobre uma coisa ou outra. Há dúvidas sobre a aprovação ou não de acordos já assinados, mas não ratificados com o Peru e com a Colômbia. Em suma, há muitas dúvidas.

Então, mesmo que o Brasil hoje chegasse e dissesse: "Olha, senhores... Está bem. Mudamos de idéia. Queremos a ALCA..." e tal. Não sairia. E naturalmente em termos políticos, a introdução de um País como a Venezuela torna mais difícil uma negociação para fora com os Estados Unidos ou mesmo talvez com outros

parceiros como a União Européia. Uma palavra de esclarecimento quanto às negociações da ALCA, houve momentos em que sim teria sido possível concluir com êxito a negociação da ALCA sem a dimensão que nos é indesejável das normas e disciplinas em serviços, investimentos, compras governamentais. Houve momentos em que isso era possível. Quando em Miami o Celso Amorim, com a habilidade inventou digamos a idéia da bifurcação, quer dizer, em vez de ter um pacote único, haveria um conjunto de direitos e deveres aplicáveis a todos, e haveria a liberdade de que pequenos grupos que quisessem acertassem entre si e ir mais longe. Era isso. A idéia, a ênfase do Brasil sempre foi a negociação de acesso a mercados para produtos agrícolas, industriais e serviços. Mas nós não vemos, não vimos e não vemos com bons olhos a imposição de certas normas duras, excessivas em investimentos, em serviços e em propriedade intelectual. Mas houve momentos em que essas normas não estavam presentes. E teria sido possível fechar a ALCA. Mas eu acho que como disse o Ministro Amorim, ele próprio agora dias atrás, fundamentalistas de um lado e de outro não permitiram que as negociações foram concluídas. Agora não há a menor possibilidade. Mas não morreu. Como disse o Presidente Lula e o Presidente Bush reafirmaram a sua condição de co-Presidente de modo que talvez num futuro mais remoto, num segundo momento, isso possa acontecer. E como eu disse, sem prejuízo para os interesses do Brasil como tal e para os interesses do Mercosul como tal ou da comunidade sul-americana como tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Inácio Arruda, a observação que V.Ex^a fez eu permito, ousou inclusive uma pequena intervenção. Evidente que o Brasil é bem diferente que os Estados Unidos. Lá os arrecadadores de fundos são Embaixadores. No Brasil, os arrecadadores de fundos respondem a CPIs. São dois destinos totalmente diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Exato. Aqui, a prática é outra. Aos arrecadadores de voto, o Presidente Lula no seu primeiro mandato que foi com o seu espírito românico resolveu distingui-los com embaixadas. O ex-Deputado Paes de Andrade e o ex-Deputado de Tilden Santiago. Que adquiriu na sua prática de convivência com o Itamaraty o espírito da solidariedade. Eu digo isso porque sou testemunha, ele chegou bem cedo, esteve em meu gabinete, orgulhoso da missão cumprida na misteriosa ilha de Fidel e disse: Vim a Brasília apenas prestar solidariedade ao Embaixador Roberto Abdenur. De forma que eu não separaria o exercício da função entre o Diplomata de carreira e o eventual convocado. Por-

que nós temos Diplomatas sem nenhuma vocação e temos não Diplomata com vocação e que brilharam na história do Brasil e nós temos aí para contar. De forma que é evidente que nós temos que ter essa carreira prestigiada, mas acho que não é nenhum sacrilégio se pegar homens que prestaram serviços ao País e convocá-lo para exercer missão no exterior.

Evidentemente que cabe ao Presidente optar pela exclusividade de Diplomatas ou pelo sistema misto. Evidentemente que nós nesta Comissão a nós cabe apenas aprovar após estudo as indicações feitas. Quero fazer esse registro aqui até por dever de justiça ao Tilden Santiago. E passar a palavra ao Senador Suplicy que garante à imprensa que será muito rápido, porque ele tem mais tarde compromisso e... Mas usará a palavra e com certeza iremos ouvir algo sobre a sua renda mínima que, com certeza, será um dos temas da sua fala.

Com prazer, a palavra ao Senador Suplicy, essa figura extraordinária que eu tenho certeza que se dependesse de mim um dia seria Diplomata desse Brasil aonde ele quisesse no mundo, porque a sua vocação é permanente para diplomacia. Tem a palavra, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado, Presidente Senador Heráclito Fortes. Eu quero inclusive agradecer logo de início ter me chamado pelo fato do Embaixador Roberto Abdenur ter feito referência a mim logo de início. Mas eu acho que o Embaixador Roberto Abdenur sabe, eu havia me empenhado inclusive na quinta e sexta-feira passada para que pudéssemos não ter o conflito de ao mesmo tempo termos hoje audiência com o Presidente do Banco Central e os seus diretores na Comissão de Assuntos Econômicos onde eu sou titular e precisaria por ser um dos assuntos que aos quais eu me dedico estar ali presente e por isso tinha sugerido que essa audiência pudesse ser, por exemplo, na quinta-feira, mas agora aconteceu e eu não pude ser dois ao mesmo tempo.

Mas eu tendo tido conhecimento, quero agradecer, Embaixador Roberto Abdenur, por suas palavras. Eu, de pronto, quando vi a sua... Vi a revista Veja e a sua entrevista foi a primeira matéria que li com muita atenção, fiquei bastante preocupado, considerei uma palavra importante, mas avaliei que era importante poder ter o esclarecimento, tanto do Ministro Celso Amorim, como do Secretário-Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, e conforme pode notar V.Ex^a, eu procurei obter o esclarecimento da parte de ambos e fiz um pronunciamento em Plenário logo após a sua entrevista. Ocasão em que inclusive acabei obtendo os livros que... Os exemplares. Não tive o tempo de

lê-los para ter uma opinião ainda mais aprofundada, mas eu tive a oportunidade de folheá-los e o que eu gostaria de lhe transmitir é que eu fiquei com vontade de ler os quatro livros da biografia do Rio Branco de Álvaro Lins, tão elogiada por tantas pessoas no âmbito do Itamaraty no mais largo espectro, e também o livro do Prof. Ricardo Bielschowsky sobre o Pensamento Econômico Brasileiro, elogiado por economistas no mais largo espectro ideológico--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Suplicy. A palavra de Deus tarda, mas não falta. Eu quero registrar a presença do Senador Crivella.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem, Senador Crivella. E também o livro muito interessante, Chutando a Escada, do coreano que havia também sido citado, Ha-Joon Chang, que traz um histórico importante a respeito de como é que os Países hoje desenvolvidos durante muito tempo protegeram a sua própria economia, e finalmente o livro talvez considerado de mais polêmico de Luiz Alberto Muniz Bandeira, Brasil, Argentina e Estados Unidos, sobre conflito integração na América do Sul da tríplice aliança ao Mercosul, mas que em verdade é também elogiado por pessoas que não poderiam ser, digamos, ser caracterizadas assim por um viés ideológico inadequado, porque há ali referências positivas, tanto do professor Charles Kindbergh(F), como também do Embaixador Rubens Ricupero. E enfim, como principalmente percebi que não se tratava de leituras exclusivas, se tratava simplesmente de uma recomendação de leitura, e não propriamente um requisito, mas o fato é que a sua entrevista resultou em que o Ministro Celso Amorim dissesse: "Olha, isso não é uma leitura considerada obrigatória, é uma leitura que pode ser recomendada". Eu mesmo estou com vontade de ler, estou com muita coisa para fazer, e muitas leituras, e... Mas este foi um aspecto da entrevista. Mas há outros aspectos que foram inclusive aqui objeto de um diálogo que me pareceu ter sido feito pelo que pude perceber num alto nível construtivo, e onde inclusive me parece que prevalecendo aquilo que acredito seja a sua própria vontade que ainda que tenha sido crítico de alguns aspectos não de tudo, porque V.Ex^a fez questão de ressaltar alguns aspectos muito positivos da política externa do Governo do Presidente Lula, e do Itamaraty, do Ministro Celso Amorim, de Samuel Pinheiro Guimarães, ao mesmo tempo disse na sua entrevista que foi amigo e é amigo pessoal deles dois, Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, e eu espero que essa divergência de alguns pontos de vista não seja destruidor de uma amizade que eu acredito seja muito positiva. Eu espero que inclusive a sua presen-

ça aqui hoje, as suas palavras possam ser no sentido de... Que tenha sentido de debate, de troca de idéias com o objetivo de estar aprimorando a política externa brasileira, e com o sentido, portanto construtivo para pessoas que V.Ex^a conviveu com muita amizade e pode continuar a ter esta amizade em que pese estas diferenças que expressou.

Mas eu gostaria de colocar alguns pontos. Primeiro quero muito agradecer a atenção que como Embaixador teve para comigo, pessoalmente, seja quando visitei a Alemanha e a Embaixada pela qual era responsável, em Washington mais de uma vez, inclusive durante um período prolongado em que estive ali no Woodrow Wilson International Center for Scholars, naquela ocasião eu tive a oportunidade de escrever um trabalho que o próprio Woodrow Wilson está publicando agora em inglês, e que eu faço questão de lhe dar aqui o exemplar em português em agradecimento por sua atenção e colaboração com o meu trabalho quando estive lá. E, portanto, tivemos a oportunidade de trocar idéias sobre alguns aspectos que vou aqui mencionar.

No sábado último, em Nova York, eu almocei ao lado do... Me convidou amavelmente o Prof. Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia e professor da universidade de Columbia, e que numa palestra para [inaudível] *American Economic Association* ponderou dentre outras coisas que a palavra *free trade* muitas vezes tinha pouco de ser livre e de comércio, porque muitas vezes os acordos de livre comércio acabavam sendo imposições, sobretudo para Países mais fracos e que alguns dos acordos que os Estados Unidos fizeram de chamados de livre comércio com Países foram acordos que vão impor limitações e dificuldades para este Países menores da América do Sul.

E numa análise que ele fez sobre o acordo da NAFTA com o México, ele ponderou que foi um acordo que ao longo dos últimos anos tem levado a maior disparidade entre mexicanos e norte-americanos e que inclusive levaram à necessidade dos Estados Unidos estarem fazendo isso, que me parece um contra-senso, eu até fiz uma pergunta ali no debate recordando que eu avaliava que o Thomas Paine que em 1776 escreveu o senso comum, dizendo que contrariava o bom senso que uma ilha dominasse um continente estaria hoje dizendo que aquele muro entre os Estados Unidos e o México contraria inteiramente o senso comum ou o bom senso, e o Prof. Joseph Stiglitz na sua resposta disse que seria importante que se criassem instrumentos de Política Econômica que viessem a diminuir as diferenças e não para que não houvesse a necessidade daquele muro.

E eu gostaria de estar aqui sugerindo que se for para o Brasil e os Países da América do Sul que compõem o Mercosul terem um diálogo construtivo com os Estados Unidos, e isso inclui inclusive o trabalho do Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América, deveríamos nós estar dizendo ao governo dos Estados Unidos que se for para haver um dia integração econômica para valer, que seja não apenas para bens e serviços e o capital, mas para o que é para mais importante que são os seres humanos. E que se comece a tomar as medidas efetivas, não para aumentar o muro, como houve decisão recente desse sentido até do Congresso Norte-Americano, mas para criar as condições no sentido de acabar com o muro.

Se for para haver integração, então que haja aquilo que V.Ex^a, como Embaixador na Alemanha e na União Européia, teve a oportunidade de testemunhar. Porque a liberdade de europeus da União Européia, estarem podendo escolher hoje aonde estudar, aonde trabalhar, aonde viver, tem contribuído para que as diferenças sócio-econômicas entre os europeus dos diversos Países que compõem a União Européia de fato estejam diminuindo. Hoje os cidadãos de Portugal, Grécia, Espanha e outros Países estão muito mais próximos do padrão de vida, digamos, dos franceses e italianos do que há 40 anos atrás. E então é importante que possamos... Quer dizer, se Bill Clinton falou para os Presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e os chefes de 34 Países, salvo... Cuba não estava ali em Miami em 94 dizendo que em 2005 ele queria ter do Alasca à Patagônia a área de livre comércio das Américas, precisaria ter pensado também na maior homogeneização de direitos sociais e de direitos das pessoas, e não da maneira como acabou sendo feito. E acho que esta falta de percepção da parte deles é que contribuiu para que houvesse essas dificuldades imensas. Mas se for para então para retomar o diálogo sobre a integração econômica, eu avalio que teremos que pensar mais e mais nestes aspectos.

Agora, é importante ressaltar, inclusive V.Ex^a quando Embaixador nos Estados Unidos, contribuiu para que o Brasil aumentasse significativamente até suas relações comerciais com os Estados Unidos da América, porque se formos olhar período 95 e 98, exportações 36,8 bilhões, 99-2002 exportações do Brasil para os Estados Unidos 53,4, 2003-2006 exportações em média... Exportações 83,6 bilhões. Ou seja, esta evolução significa inclusive uma evolução no sentido positivo de relações com o Governo dos Estados Unidos, com os Estados Unidos da América.

Me parece que o Presidente Lula teve um cuidado especial, inclusive no que diz respeito a estas questões relacionadas aos governos da Venezuela, da

Bolívia, da Argentina e os demais, mas eu acredito que o Presidente Lula deu passos importantes e inclusive mostrando um equilíbrio de muita atenção para com os Estados Unidos. Por exemplo, logo no início de seu Governo, quando criou o grupo de amigos da Venezuela, que incluiu os Estados Unidos, a Colômbia, o Brasil e outros, mas que contribuiu significativamente para que uma possível guerra civil não se desse na Venezuela e houvesse um processo de democratização mais adequado. E se em algumas ocasiões o Presidente Hugo Chávez ou o Presidente Evo Morales usam de palavras um pouco mais, digamos, agressivas do que aquelas que alguns poderiam recomendar, sempre que o Presidente Lula tem colocado a sua opinião sobre possíveis situações de eventual conflito com os Estados Unidos, a sua palavra tem sido muito construtiva. E neste ponto acho que tem havido o seu reconhecimento para com isso. Mas e essa palavra do Presidente Lula está inteiramente em consonância com as diretrizes do Ministro Celso Amorim, inclusive levam em consideração as próprias recomendações do seu Ministro Celso Amorim. Então acho que isso precisa ser ressaltado.

Eu gostaria que o Presidente Lula tivesse um papel ainda mais catalisador para a paz mundial no que diz respeito, por exemplo, às diferenças que tivemos, e inclusive a sua opinião aqui expressa sobre o que os Estados Unidos fizeram no Iraque. Eu acho que como o Presidente Lula inclusive teve a oportunidade de organizar no Brasil um encontro dos Países árabes com os Países do Mercosul, avalio que tipicamente ali poderia o Governo Brasileiro estar sendo mais incisivo e sugerindo possibilidades de maior entendimento junto aos iraquianos V.Ex^a Embaixador Abdenur tem conhecimento que inclusive eu tenho feito uma proposta por essa razão Presidente Heráclito Fortes tem pensado em me mandar para Bagdá e eu não me recusarei à missão quando ele o fizer, mas eu sim considero que o Iraque terá condições de criar maior justiça e--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Só quero esclarecer que diferentemente do desejo de alguns dos seus correligionários de partido, a minha proposta é com passagem de ida e volta.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Tá bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Quero deixar isso bem claro.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito bem. Eu já disse que irei quando houver a sua determinação. Porque eu ainda neste final de semana, Embaixador Abdenur, no Congresso da US [inaudível], ocasião em que inclusive fiz o convite ao Prof. Joseph

Stiglitz para vir a Irlanda em Dublin no próximo Congresso de junho de 2008, mas eu ali expus aos que compareceram ao Congresso como deveriam estar reiterando a proposta que tenho feito que no Iraque se siga o exemplo do Fundo Permanente do Alasca por eles terem petróleo e constituam ali um dividendo, uma espécie de uma renda básica para todos os iraquianos, porque isso irá contribuir sem dúvida para a pacificação.

Eu não vou falar até a hora do jantar, como gostaria o nosso Presidente, mas eu gostaria apenas de também como o fez Presidente Heráclito Fortes saudar aqui a presença do nosso Embaixador Tilden Santiago que tanto contribuiu para o nosso melhor relacionamento com Cuba. E inclusive para que haja a melhor integração das Américas, é importante que... E eu tenho dito isto, que outro dia ainda conversei com o Embaixador Sobel aqui dos Estados Unidos no Brasil que se eles quiserem avançar na direção de democracia, de contribuir para maior democratização de Cuba e de todas as Américas, então será importante que acabem com o bloqueio econômico contra o que tem dificultado o desenvolvimento de Cuba, tema sobre o qual Tilden Santiago muitas vezes refletiu quando estava ali em Havana e em Cuba como o nosso Embaixador.

Mas eu quero então transmitir, quer dizer, dar ao Embaixador o resultado do meu trabalho quando tantas vezes ele foi hospitaleiro comigo em Washington e em janeiro e fevereiro de 2005. Muito obrigado. Aqui está o Renda Básica de Cidadania. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a pode ver que não é só o Embaixador que tem o dom da profecia. Eu também previ que isso aconteceria. Agora, o Embaixador deu uma sugestão aqui, Senador Suplicy, que pode ser acatado de imediato por V.Ex^a. Convocar para uma Audiência Pública o ex-Embaixador Tilden Santiago para prestar contas dos seus dias maravilhosos, embora de muita labuta naquela ilha misteriosa. De forma que é só uma questão de apresentar o Requerimento que nós aprovaremos e poderemos fazer isso, e essa idéia do Embaixador posta em prática poderemos fazer também com todos aqueles que cumprem missões dessa natureza.

Eu queria apenas pedir, antes de passar a palavra ao Embaixador responder ao Senador Suplicy, nós temos um Requerimento que tem... Deverão ser lido por uma questão de rotina, embora já tenham sido aprovados verbalmente. O primeiro deles é o que cria a Subcomissão Permanente de Acompanhamento Internacional das Mudanças Climáticas, o aquecimento global. É o Requerimento nº. 03. É a Comissão composta de sete membros titulares e sete suplentes. Os

Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Comissão será composta, portanto... O bloco de apoio ao Governo. Senador Fernando Collor, o Senador João Ribeiro, Senador Inácio Arruda e o Senador Augusto Botelho. Senador Suplicy, fique absolutamente tranqüilo que V.Ex^a estará bem representado nesta Comissão pelo seu colega Fernando Collor, da base do Governo. PMDB: Mão Santa, Joaquim Roriz, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha. PFL e PSDB: Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Rosalba Ciarlini, Papaleo Paes. PDT: Cristovam Buarque e Jefferson Peres. Requerimento de autoria desse Presidente apenas para formalizar que anexando a um já existente para uma discussão juntamente com a Comissão de Infra-Estrutura sobre as Parcerias Público-Privadas. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

O terceiro Requerimento é aquele inclusive que foi aqui discutido pelo Senador Simon aonde propõe a discussão entre Presidentes e membros das Comissões de Relações Exteriores Defesa Nacional ou equivalente de Senados ou das casas legislativas unicamerais, se for o caso, dos Países sul-americanos com o objetivo de troca de idéia sobre o momento político e econômico que nós vivemos. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

O quarto Requerimento é o que propõe uma visita às tríplices fronteiras, compreendidas entre as tríplices fronteiras do sul que é Foz do Iguaçu... É Brasil, Paraguai e Argentina. E a outra do Amazonas que seria uma visita a Tabatinga em data a ser posteriormente marcada. Portanto, fica aqui a proposta. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu passo agora a palavra ao Embaixador Abdenur.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI

ABDENUR: Senador Suplicy, muitíssimo obrigado pela gentileza de suas palavras e pelo livro resultado daquela sua feliz estadia no Woodrow Wilson em Washington que eu tive o prazer de acompanhar em modesta medida apoiar e muito obrigado ao senhor pela gentileza.

O senhor fez comentários variados, e eu queria dizer-lhe que... Enfim, naturalmente o senhor não pode estar, mas desde o início eu me referi ao pronunciamento que aqui o senhor fez. E eu interpretei como uma espécie de convite ou quase um desafio para que eu me pronunciasse sobre os livros dessa leitura aqui. Eu devo dizer não era uma leitura apenas recomendada, era forçada. Naturalmente ninguém vai questionar o livro sobre o Rio Branco. E sobre os demais são todos livros interessantes. Mas há um traço comum entre

eles. E aí é onde vem a minha crítica de um certo viés ideológico. A mensagem última que se tira da leitura desses livros é de que era preciso voltarmos no tempo aos anos 60, 70, ao nacional desenvolvimentismo, protecionista de que o mundo externo é muito adversário. A meu ver uma concepção ultrapassada. O livro do Prof. Bielschowsky é um livro de grande peso, de grande valor acadêmico em que ele inclusive não apenas retrata a história das idéias econômicas no Brasil até o início dos anos 60, mas ele as interpreta à luz da realidade, da vinculação ou de sua aplicação com a realidade. Mas ele acaba nesse período. Ele não vai além. Portanto, ele não tem a oportunidade. Eu espero que tenha no futuro de cobrir o que terá sido a evolução do pensamento econômico brasileiro nas últimas décadas à luz inclusive das drásticas mudanças no plano internacional.

O livro do professor... "Chutando a escada" do Prof. Ha-Joon Chang também é um livro muito interessante que é um livro que diz basicamente que muitas das virtudes, digamos, que os Países desenvolvidos hoje tentam impingir aos Países em desenvolvimento, eles não praticaram quando eles estavam em processo de desenvolvimento.

Eu comentei que o autor faz muitas vezes a ressalva de que o que é preconizado hoje por esses Países não é necessariamente ruim. Pelo contrário, em muitos casos é bom para os Países em desenvolvimento. A democracia, o equilíbrio fiscal, a política monetária cuidadosa, a Lei de Falências, etc, etc. E eu observei também, pensando bem, que o Brasil sim e com muita razão desde muito cedo no seu processo de desenvolvimento e industrialização valeu-se desses instrumentos o protecionismo, a forte presença do Estado na economia, e até hoje o Brasil dispõe de entidades que são direta ou indiretamente usadas pelo Estado em apoio à economia. E nós ainda temos tarifárias relativamente elevadas, temos a PETROBRÁS, tivemos a VALE do RIO DOCE, a EMBRAER que foram privatizadas em bom tempo porque isso lhes permitiu, no caso da EMBRAER, sobreviver e prosperar. No caso da VALE do RIO DOCE, prosperar ainda mais. Mas nós temos o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Bancos brasileiros são muito fortes, novas temos o BNDES, poucos Países no mundo tem uma instituição equivalente e tão forte para apoiar infra-estrutura, indústria, projetos sociais. Temos a FINEP, no caso da Ciência e Tecnologia, de modo que o Brasil de maneira muito inteligente realmente fez e está fazendo aquilo que os Países hoje altamente desenvolvidos fizeram no passado.

De modo que acho que não há dúvida, são livros interessantes. E o livro do Prof. Muniz Bandeira eu con-

sidero que é um livro com um sentido interessante de reportagem histórica, mas altamente panfletário, um pouco obsessivamente preocupado, exagera, digamos, nas acusações aos Estados Unidos, e contém, enfim, em alguns trechos uma visão que eu comentei mais detidamente a meu ver é até empobrecedora do Brasil e curiosamente há dois dos esteios da política externa brasileira e dois dos esteios da relação Brasil-Argentina que são duramente criticados. O Mercosul é considerado um modelo neoliberal comercialista de integração. Em vez do que deveria ser uma integração política que de resto não é nem justificada e nem explicada. E critica-se fortemente o fato de que o Brasil abriu mão da bomba. Abriu mão de armas de destruição em massa. O que não quer dizer que nós tenhamos aberto mão do direito completo, soberano e inalienável do uso da energia nuclear para fins pacíficos. E o senhor veja que a contradição, pregaram uma política eminentemente pró-Mercosul, pró-Argentina, pró-Sul-americana e lamentar que o Brasil tenha aberto mão de armas de destruição em massa a meu ver é uma contradição em termos. Quanto ao comentário que o professor--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu quero dizer que estou de acordo que maneira alguma o Brasil deveria, na minha avaliação, estar desenvolvendo armas nucleares.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: E quanto ao comentário que o senhor ouviu do Prof. Stiglitz eu concordo inteiramente. Os acordos de livre comércio que os Estados Unidos negociaram com os Países centro americanos, a República Dominicana já aprovados e em implementação e que assinaram com a Colômbia e com o Peru e podem vir a assinar com o Panamá são extremamente desiguais. Os americanos quase não fizeram concessão nenhuma além das preferências que esses Países tinham dentro da política americana de dar facilidades de acesso ao mercado americano em apoio à luta contra o narcotráfico. E em compensação os Estados Unidos impingiram a esses Países, em matéria de regras de investimento, propriedade intelectual, serviços, e compras governamentais em muitos casos realmente normas excessivas.

De modo que são inegavelmente acordos injustos, e por isso mesmo contribuem para tornar ainda mais, digamos, remota a hipótese de algum entendimento com o Mercosul. Concordo com o senhor quanto à migração. O muro, a rigor, não foi sequer erguido. E devo dizer aí, é preciso reconhecer, o Presidente Bush, no assunto migração, tem uma política, tem uma proposta lúcida. Ele tinha de render-se, digamos, à linha dura que queria um pouco de controle sobre a fronteira, mas a

proposta dele de facilitar-se a legalização e até a aquisição da nacionalidade por imigrantes, e em contratações temporárias, é uma proposta muito lúcida.

E eu lia ontem algo que... o Economist que sai agora tem uma matéria de capa para o que se possa fazer para salvar a Presidência Bush no que lhe resta: A parte Iraque, que não tem muita salvação, a política americana, não tem salvação. Enfim, em assuntos internos justamente se diz que uma possibilidade talvez de entendimento entre ele e os democratas hoje no comando do Congresso seria a questão de migração, além de questão de saúde, Previdência Social.

O senhor me elogiou por algo que eu infelizmente não fiz. O senhor diz que eu contribuí para aumentar as exportações brasileiras para os Estados Unidos. Contribuí em escala muito modesta. Mas é justamente isso que eu lamento. Esse foi um aspecto do meu trabalho em que a disponibilidade de recursos foi muito longa. Uma das minhas críticas a que eu considero uma ênfase excessiva no Sul-Sul é que isso se fez em detrimento de uma alocação mais equilibrada de recursos financeiros, humanos e materiais para a promoção comercial nos Estados Unidos.

Eu, sim, fiz promoção comercial com a minha equipe, mas eu acho que muito mais pode fazer. O que eu fiz, Senador, foi, sobretudo, eu disse isso aqui, o senhor não estava, evitar prejuízos de centenas de milhões ou até bilhões de dólares para as exportações correntes do Brasil aos Estados Unidos, mediante solução para problemas de propriedade intelectual, anti-dumping, a renovação do sistema de preferências americano.

Então foi mais pelo lado de evitar prejuízos do que de avançar. Mas deixei idéias inovativas desenvolvidas não por mim, mas pela minha Assessoria em Washington como, por exemplo, a idéia de desenvolver nos Estados Unidos, Networks Brasil. Em outras palavras, ações de promoção comercial que envolvam ao mesmo tempo divulgação cultural, imagem, contatos políticos e que implantem nos Estados Unidos redes de Brasil-Estados Unidos afora para facilitar a nossa difusão lá.

E em suma são tantos os assuntos que eu acho que para evitarmos ir para o jantar eu paro por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu passo a palavra ao último orador... O Senador Suplicy sinalizou que... Como sempre o espírito colaborador de V.Ex^a coopera com esta Presidência. Eu queria... Já tinha encerrado a lista de inscrições, mas o Senador Crivella fez um apelo celestial e eu não posso negá-lo. Eu gostaria apenas de fazer um apelo terráqueo de que V.Ex^a fosse breve porque nós temos outros compromissos e eu pediria a V.Ex^a a compre-

ensão. Muito embora compreenda as razões de que lhe leva a pedir a palavra. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, muito obrigado. Sr. Vice-Presidente, Sr. Embaixador. Em primeiro lugar eu quero me escusar por ter vindo à reunião já no final. Mas os compromissos da vida Parlamentar são muitas vezes intransponíveis.

Sr. Embaixador, o Legislativo e o Executivo têm duas características completamente díspares, diferentes. O Legislativo o poder emana de todos. Presidente numa Casa, numa Assembléia Legislativa ele normalmente se comporta... Normalmente, não, em via de regra se comporta como a sua maioria o indica. Ou seja, no mundo são assim. No Executivo é diferente. O poder emana de um. E todos acabam de certa forma influenciados pelo Executivo, sobretudo, quando conquistou a sua posição no voto. V.Ex^a fez bem expressar suas críticas muito inteligentes, no momento em que se afastava. Eu vivi dez anos na África, e acho que a política externa brasileira Sul-Sul nos deu uma coisa muito positiva. Nós passamos, nós deixamos de ser exportadores de *commodities* para ser exportadores de manufaturados. Com a África do Sul temos hoje uma exportação de um bilhão de dólares. E compramos deles 400 milhões. É um desequilíbrio até injusto. Mas com a Índia, com a China, as coisas têm andado bem. De tal maneira que me surpreendi com as críticas que o senhor externou.

Eu não quero me delongar, mas agora passado todo aquele momento e... Da entrevista e todos os comentários que foram feitos, editoriais e respostas, eu pergunto ao senhor: O senhor realmente acha possível que no Itamaraty possa haver qualquer tipo de influência de viés político na promoção de Conselheiros, Ministros ou Embaixadores, pelo grau de maturidade, profissionalismo e eu diria de altos estudos, de tradição daquela Casa? Porque isso me surpreenderia muito. Eu nesses quatro anos sempre fui membro dessa Comissão e cheguei a ser Vice-Presidente. Fui Relator de indicação de vários Embaixadores. Alguns de oposição. Por exemplo, me lembro de um aqui que foi indicado recentemente para ser Subsecretário que é irmão do Senador do Rio Grande do Norte, Agripino. Enfim, eu só queria perguntar isso. O senhor tem uma experiência larga, uma carreira brilhante, bonita. Com mais calma. E hoje já mais tempo de pensar. Realmente acredita nisso? Pode haver essa influência de viés político? Alguém que pense com a esquerda, que tenha mais ou menos o pensamento dos livros de Samuel Pinheiro Guimarães, que gostei, li todos... "... Brasil na era dos gigantes" e os seus estudos, 500 anos de periferia. Acho que tem muita coisa ali importantíssima

para que a gente forme uma consciência nossa... Da Nação que somos hoje.

Era essa a pergunta, Sr. Embaixador. Muito obrigado pela atenção e muito obrigado por ter vindo aqui e ter participado de um debate tão democrático com essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de passar a palavra ao Embaixador, meu caro amigo Senador Crivella, eu quero dizer que o primeiro tema do debate foi exatamente esta questão. E eu cheguei a levantar a possibilidade de em uma Sessão reservada o Embaixador falar com mais clareza sobre estas afirmativas, inclusive dando os nomes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Os esclarecimentos foram feitos, e inclusive para surpresa minha, a Líder do Governo eventual, que é a Senadora Serys Slhessarenko, pediu que fosse suspensa a Sessão reservada.

Ora, as nomeações foram feitas supostamente no atual Governo. Se o atual não sentiu atingido, não sou eu um simples mortal que eventualmente presido essa Comissão que me sentiria ofendido com relação ao Governo, mas me senti molestado pelo fato que V.Ex^a afirmou. Os nomes passam por esta Comissão e esta Comissão aprova. Mas o Embaixador deu... Prestou os esclarecimentos que todos consideraram necessário. Muito embora em consideração a V.Ex^a eu passo a palavra ao Embaixador para ver se mais algum esclarecimento ele gostaria de prestar sobre a matéria.

Quero dizer, inclusive, que o fiz da maneira provocativa para evitar que o debate se delongasse por toda a Sessão. Se não tivesse tido feito aquele questionamento e o pedido da Sessão Secreta nós iríamos ter uma sucessão de questionamentos exatamente a respeito desse fato. E diante do procedimento inicial, o assunto morreu. Infelizmente para pesar dessa Comissão V.Ex^a estava em outras Comissões da Casa, nós compreendemos, e agora faz a pergunta. Daí porque em respeito a V.Ex^a e aos que lhe ouvem nesse momento é que eu indago do Embaixador se ele ainda quer abordar o assunto.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR: Senador Crivella, obrigado. Obrigado pelos seus comentários. O senhor comentou brevemente e inicialmente a questão da exportação de manufaturados, que foi um tema que o senhor abordou no pronunciamento que o senhor fez no primeiro momento a propósito do meu artigo, e eu queria crescer-lhe que eu ao longo da carreira desde cedo muito empenho

pus por justamente em contribuir para que o Brasil passasse da condição de exportador de produtos primários que era quando eu entrei no Itamaraty para uma posição de cada vez mais sofisticado produtor e exportador no mundo.

Só um parêntese, uma anedota, quando entrei no Itamaraty, no início dos anos 60, a velha guarda do Itamaraty olhava com certo desprezo para os poucos Diplomatas brasileiros que na época cuidavam de assuntos econômicos. Eram chamados “A turma dos secos e molhados”, e o Itamaraty quem conhece o Itamaraty no Rio deve ter em mente, tem aquelas belas instalações antigas, nobres, o laguinho, e à esquerda do lago, do outro lado de um corredor há um edifício muito feio de quatro andares onde eu trabalhei muitos anos em extremo desconforto que era referido como Niterói por analogia com Niterói, que está do outro lado da baía e tal. E lá ficavam os nossos colegas da área econômica. O Brasil na época exportava café, cacau, minério de ferro e açúcar. Por aí parava. Um bilhão e meio de dólares. Os nossos Diplomatas econômicos na realidade não faziam promoção comercial porque não tinham o que vender que não fosse isso. Trabalhavam nos então existentes acordos internacionais ou acordo do café, o acordo do cacau, e tal. Mudou o mundo, mudou o Brasil e hoje não há Diplomata que não possa deixar... Ou que possa deixar de engajar-se fortemente no trabalho de promoção comercial. E eu observo que no caso das exportações brasileiras para os Estados Unidos, 70% do que nós vendemos são produtos manufaturados. O que nós vendemos aqui na região, 90% são produtos manufaturados. Mas veja em parte isso é consequência do nosso acesso preferencial a esses mercados. No caso dos Estados Unidos, 70% do que nós vendemos são produtos manufaturados. No caso da União Européia, só 40%. E no caso dos Países da Ásia, China, Japão e outros, só 20%. De maneira que realmente o ponto que eu fazia de que é preciso fazer mais esforços para aumentar as vendas nossas aos Estados Unidos, é um ponto válido, porque é um comércio, digamos, nobre, entre aspas, em sua composição.

Quanto à questão das promoções do Itamaraty, eu reafirmo o que eu disse. Qualifico que não fiz crítica a todas as promoções, e não nego mérito a nenhum dos colegas que eu vi promovidos em tempos recentes. Mas eu, sim, assisti com tristeza a alguns casos de colegas que, digamos, foram preteridos ou tiveram suas promoções injustamente retardadas porque não eram vistos como plenamente afinados ou suficientemente afinados com o pensamento dominante. E algumas coisas que foram ditas pelo Itamaraty nesses últimos dias de certo modo, embora com outras pala-

vas, não fundo corroboram isso com afirmações como a de que houve nichos de resistência à atual política, e de que naturalmente faz sentido buscar aqueles que se mostram com mais afinidade com os objetivos da atual política externa. E isso por vezes pode significar que a afinidade prevalece sobre a competência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Isso existia nessa longa carreira e brilhante carreira que o senhor teve no Itamaraty, isso é cíclico, isso existe, por exemplo, existiu na política neoliberal do Presidente Fernando Henrique? Isso é uma coisa natural, há uma afinidade...

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI AB-DENUR:

Não, não creio que tenha... Veja bem, eu fui chefe da Casa, eu fui Secretário-Geral. E quando você está no comando da Casa como Secretário-Geral ou como Ministro, muitas vezes você enfrenta a situação de que você tem uma lista de promoções e você às vezes topa com desafetos ou uma pessoa de quem você não gosta, e tem lá amigos seus. E há um impulso humano de promover o seu amigo. Eu procurei e creio que tive êxito sempre em separar amizades do juízo de valor. E não era apenas eu que promovia. Naturalmente o meu Ministro era o Celso Amorim, mas muitas vezes eu levava ao Celso uma lista e dizia: Olha, eu sugiro a promoção de fulano e cicrano. E o fulano e o cicrano às vezes não eram meus amigos. E eu deixei de promover, perdi até alguns amigos porque não os promovi porque não os considerava merecedores da promoção. Então são coisas que acontecem.

Agora, houve casos, eu também vi em outras eras casos de colegas que tiveram suas carreiras prejudicadas por antipatia dos Chefes da Casa. Mas não por razões de afinidades digamos, ideológicas. Por antipatia pessoal.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

O senhor me fez lembrar agora um caso de um brilhante Ministro, ele hoje é vice-Cônsul lá em Houston. Chama-se Milton Torres. Serviu muito tempo na Europa, é um estudioso do Brasil-Colônia, do período Brasil-Colônia. Para sua infelicidade, o irmão, o seu irmão foi motorista do Gabeira naquele seqüestro ao Embaixador lá no meu Estado do Rio de Janeiro. Ele de fora está próximo aos 70 anos, e já deixando a carreira. Mas com muita mágoa, com muita tristeza, porque se sentiu na época da ditadura completamente aliado da carreira Diplomata, embora seja indiscutivelmente um sujeito brilhante. Os livros que escreveu, as poesias, a carreira que ele tem. Mas por essa marca.

Quer dizer, eu acho que com todo respeito à opinião e o senhor conhece o Itamaraty muito melhor que eu. Eu não posso fazer um paralelo entre esse tipo de comportamento que havia no Brasil da ditadura com o

Ministro Celso, com o Secretário-Geral Samuel que no relacionamento que tem tido com eles nesses quatro anos acho que tem procurado valorizar aquela Casa, inclusive nessa última, que até digo ao senhor tenho certas discordâncias, mas tenho sugerido ao Presidente para que todos os nossos Embaixadores fossem de carreira. Ouvi dizer que nos Estados Unidos 70% dos Embaixadores são políticos. Ou quase isso. 40%. E no Brasil hoje temos o Itamaraty ocupando todos os espaços. Isso mostra, quer dizer, me parece que mostra um Ministro e um Secretário-Geral prestigiando o seu grupo, sua Casa... Eu discordo.

Quer dizer, pela experiência que tem e respeito sua opinião. Mas acho que não há paralelos entre aquilo que aconteceu com o Milton, não acho que há ambiente em termos de democracia de Governo Lula. Com todos os erros, Cristovam, com todos os erros, para que coisas assim acontecessem. Mas de qualquer forma muito obrigado e parabéns aí por esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Crivella, o Senador Suplicy, salvo engano no ano passado resgatou um servidor do Itamaraty em circunstância semelhante. Ele deve saber o caso bem o nome do Diplomata que se sentiu perseguido e teve a sua carreira resgata o ano passado, não foi Senador Suplicy? Inclusive designado para exercer uma missão. Eu tenho certeza que se V.Exª levar esse caso ao conhecimento do Senador Suplicy, ele estava discutindo renda mínima ao telefone, não prestou atenção, ele terá todo o carinho com esse caso. O Senador Suplicy tem um espírito justiceiro, e não vai permitir que essas distorções que são abomináveis aconteçam.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Heráclito, o pior é que ele já está com 70 anos e agora enfrenta um tratamento contra o câncer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Senador Suplicy ou o Diplomata?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, o Diplomata.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Mas olha, eu queria apenas fazer um registro aqui, Senador Crivella, grave. Eu acho que nós temos que ter uma reflexão sobre esse fato aqui. O Embaixador Abdenur citou dois períodos que coincidentemente estava no exercício do Itamaraty o mesmo Ministro. Lá atrás Celso Amorim, ele Secretário-Geral. Agora, Celso Amorim com um novo Secretário-Geral. Acho que V.Exª poderia esclarecer mais um pouco o que mudou. Se o Embaixador Celso Amorim, o Ministro Celso Amorim ou se o Secretário-Geral. Porque V.Exª ao dizer que lá atrás Celso Amorim não perseguiu e

que agora esse sistema existe, nos deixa novamente com aquela dúvida. E esta Comissão não pode aceitar por hipótese nenhuma que nós estejamos aqui homologando e aprovando nomes recomendados pelo Executivo e que passem por este critério. Que seja de tortura ideológica, psicológica ou de qualquer maneira. V.Exª entrou numa questão que acho fundamental deixar claro. Se no Governo Itamar o Celso Amorim Ministro, promovia com justiça e agora não o faz, é preciso que V.Exª, como Embaixador que exerceu as funções mais importantes da diplomacia brasileira, inclusive a de Embaixador dos Estados Unidos que é o sonho azul de todos os Diplomatas, era preciso que V.Exª nos falasse mais um pouquinho sobre esse assunto. Com a palavra V.Exª.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI

ABDENUR: Senador Crivella, no que diz respeito ao Milton Torres da Silva, eu desconhecia a circunstância de ter ele um irmão envolvido. Eu até pouco diplomaticamente, estava presente o Deputado Gabeira, e disse a ele que naquela época eu vi com prazer o seqüestro do Embaixador americano na medida em que se tratava de uma ação contra uma ditadura. Mas depois eu apressei-me a dizer, também jocosamente que eu hoje em dia, sendo Embaixador, não gosto dessa idéia de seqüestros de Embaixador, naturalmente.

Enfim, a gente muda com a vida. O Milton Torres da Silva é um intelectual de altíssimo nível, meu amigo, aliás, enfim, eu tive o prazer de ler, ele me mandava até algum tempo atrás muitos dos escritos dele, como o senhor diz, de alto valor. Pesquisas inéditas e matéria da história da colônia brasileira. Eu lamento. Enfim, não conheço bem as circunstâncias da carreira dele que não possam ter favorecido. Mas não creio que tenha sido perseguição por causa disso. Perseguição pode ele ter tido mais cedo quando ainda havia ditadura.

E eu concordo com o senhor que a situação na ditadura é uma coisa e hoje é outra. Aquilo que eu me refiro é uma... Essa palavra apareceu, creio na minha entrevista é uma vaga ideologização, mas que como eu disse mais cedo, Senador Heráclito, no debate que houve sobre isso, não provocou maiores alterações na mentalidade de quem quer que seja. Eu critiquei e critico, e agora foi extinto, foram extintas essas leituras, não porque enfim, em primeiro lugar permita-me dizer isso. Eu acho que o chefe da Casa não tem o direito de impor a seus subornados suas preferências. Nem em poesia, nem em futebol e nem em política externa. E três dos livros têm sim vistos em seu conjunto, ainda em sutilmente um certo sentido ideológico.

Agora, devo dizer quando o Senador Heráclito aqui aventou a hipótese de que ao final fizéssemos uma Sessão Secreta em que eu falasse mais exten-

samente sobre o assunto, eu queria dizer a ele que eu não teria nada a acrescentar ao que eu acabei de dizer aqui. E que eu, inclusive, me sentiria muito mal porque eu não teria autoridade para investir contra os colegas. E também não cometeria a indiscrição de citar nomes de colegas que a meu juízo foram preteridos, porque isso poderia ser em tese prejudicial para eles.

De modo que Senador Heráclito Fortes e Senador Crivella, eu creio haver respondido de maneira ampla essas inquietações e eu reitero, não me arrependo de haver dirigido certas críticas porque eu acho que elas foram saudáveis e construtivas em evitar algo que era um incômodo menor, mas que não estava em conformidade com as boas tradições do Itamaraty de respeitar a pluralidade de opiniões e ter abordagens equilibradas na análise de questões. Análises que devem ser feitas nos vários cursos de aperfeiçoamento que há ao longo da carreira. Essa é a minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu já tinha encerrado a lista de inscrições, mas eis que chega a essa Casa, essa sala, o Senador Cristovam Buarque, ex-Presidente da Comissão, e um Diplomata por vocação, não poderia de maneira nenhuma negar-lhe a palavra. Apenas pedindo diplomaticamente que seja o mais rápido possível. Tem a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro, Presidente, pedindo desculpas que eu já almocei. Vocês aqui talvez não. Ao Embaixador, pedindo desculpas que eu sou Presidente da Comissão de Educação, e quando saímos de lá o Ministro estava aqui e eu fui embora. Eu não imaginei que estivesse havendo isso. E tinha um almoço na Embaixada da Tunísia e quando eu estava chegando, para minha surpresa disseram que ainda estão aqui. O que mostra o interesse de todos nós nesse assunto.

Quero dizer, Embaixador, que ninguém precisa dizer aqui o respeito que tem pelo senhor nem pelo Itamaraty como instituição. E que sua entrevista, com todos os custos emocionais para o senhor, para o Ministro Celso e para a instituição, eu acho que foi um serviço que trouxe o assunto das relações internacionais para cenário. Os Estados Unidos essa é a Comissão mais importante quase lá do Governo. E aqui as pessoas não dão a importância. Com a globalização, cada vez mais aqui vai ser importante. E com as crises que a gente está vendo nos Países vizinhos, talvez eles estejam vendo para nós também, crise em nós, cada vez vai ser mais importante. O senhor trouxe isso com sua análise.

Eu vou fazer sua pergunta, mesmo assim se já respondeu eu não quero nem que toque. Já respondi e pronto. Porque eu não tenho direito de pedir nada. É a

respeito do problema ideológico. Ideológico. Veja bem, o que está errado é ter ideologia no programa ou ter uma só ideologia? Se a gente põe muitas ideologias para debate, isso é positivo, eu não vejo nada negativo. Nós não estamos numa área como ciência pura em que seja avessa a idéias, a tomadas de posições, a visões diferentes.

Então, a minha pergunta é se existe um viés de uma linha de pensamento. Aí eu acho grave. Mas se existe uma linha e outra linha e outra linha eu acho isso positivo.

A outra coisa é que talvez mereça, Presidente, a gente até debater mais. É uma preocupação que queria ouvir a sua opinião. A impressão que se tem hoje, pelo menos eu tenho, é de que a política externa de qualquer País em relação aos Estados Unidos é uma relação de atrelamento ou de trombada. Chávez é trombada. Outros Países é de atrelamento. A sensação que eu tenho, e hoje eu sou um crítico obviamente ao Governo Lula, é de que o Ministro Celso Amorim e a equipe completa do Itamaraty está tentando e a minha impressão é que estaria conseguindo, nem atrelar-se, nem trombar. Aliás, na sua entrevista, eu li logo naquele dia com muito cuidado pelo respeito que tenho, e da maneira como ela está formulada, e de que nunca foram tão boas as relações com os Estados Unidos. Está escrito lá. Não só graças ao Governo, o senhor foi Embaixador quatro anos, o Rubens Barbosa prestou serviços. Todos os outros. Mas está lá escrito que nunca foram tão boas. A sensação que eu tenho, isso é a pergunta que se ninguém fez eu gostaria de ver. Não lhe parece que o Itamaraty no Governo Lula está tentando sair dessa posição de atrelamento ou de trombada, conseguindo ao mesmo tempo nem trombar nem atrelar-se? Essa é a pergunta que eu deixo. Porque eu acho que esse deve ser o objetivo de todos nós, nem trombar nem atrelar. Se eles não estão conseguindo acho quem deve procurar. A sensação que eu tenho sem ser alguém de dentro é que está se tentando. E eu diria até de certa maneira conseguindo. Está aí o Presidente Bush vindo aqui, está aí as boas relações que o senhor deixou lá. Essa é a minha pergunta. Porque essa é a chave da questão nos próximos anos. Como conviver com os Estados Unidos sem atrelamento e sem trombada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Muito obrigado, Senador Cristovam. Agradeço a V.Ex^a o poder de síntese e o brilhante poder de síntese de V.Ex^a. Quero apenas dizer que é salutar na democracia os pensamentos diferentes. O Embaixador chegar aqui rogou que lhe poupassem de perder a janta. V.Ex^a entra se vangloriando de que almoçou na Embaixada da Tunísia. [risos] Eu fico numa

posição do meio. Feliz por ter perdido o almoço porque vai me fazer bem, e com esperança de que pelo menos o jantar seja tranquilo depois de ter ouvido lições aqui de sabedoria diplomática que irão enriquecer esse pobre currículo desse Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu aceitarei que a resposta seja dada no outro momento em uma janta com ele. Eu aceitarei também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Evidentemente de que desde o Senador Suplicy pague, que é uma das suas prerrogativas, esse jantar será feito o mais rápido possível. Evidentemente que com data aprazada. Com a palavra o nobre Embaixador.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: ... Senador, com relação à questão da ideologia, eu estava lendo outro dia Norberto Bobbio, a questão da ideologia é um tema muito interessante. Eu estava relendo outro dia um livro que eu recomendo de um grande filósofo teórico marxista brasileiro Leandro Konder, é um livro antigo do Leandro Konder. A questão da ideologia em que ele traça de maneira muito clara um tema complicado que foi... Surgiu com os pré-marxistas, Marx trabalhou fortemente e depois houve toda uma série de desdobramentos que chegam até um pouco a negação da interpretação marxista da ideologia como sendo o conjunto de construções teóricas que o Estado burguês impõe à sociedade para justificar a exploração do trabalho da mais-valia e o Marx achava que era o proletariado porque não estava na propriedade privada é que seria capaz de denunciar a ideologia.

Mas enfim, ideologia é hoje num sentido mais amplo é tudo aquilo que são conjuntos de idéias. Todos nós temos ideologia nesse sentido, enfim, a plataforma de um partido é ideológica no sentido de que ali vai às vezes um desejo e não necessariamente a aceitação da realidade. Agora, em política externa o meu ponto é de que num mundo que muda com uma velocidade como eu dizia mais cedo, caleidoscópica, é preciso muito cuidado e evitar os vieses ideológicos. Seja para cá, seja para lá. E é nesse sentido que eu critiquei algumas leituras que eram exigidas de Diplomatas por fora dos cursos institucionais e que tem a meu ver e a meu ver de muitas outras pessoas um viés ideológico. E o Itamaraty é uma Casa em que deve haver lugar, eu não digo para muitas ideologias, mas para muitas opiniões e muitas visões. Sem prejuízo de que na hora "H" da ação se cumpram as ordens que vêm de cima.

Quanto aos Estados Unidos, eu diria que nós tivemos lamentáveis períodos de atrelamento com os Estados Unidos, e essa foi uma coisa que eu disse

aqui, sobretudo, a marca. Nós tivemos proveitosos momentos, não digo de atrelamento, mas de aliança ou de aproximação com os Estados Unidos. Rio Branco fez isso reforçando a nossa posição em alguns dos... Na solução de alguns dos contenciosos de fronteira na Segunda Guerra, com razão, nos alinhamento com os Estados Unidos e também extraímos deles o que foi necessário para lançar o processo de industrialização no Brasil. E durante a primeira década, sobretudo do golpe militar, aí houve realmente a prevalência de uma postura ideológica fortemente anti-comunista que de um lado justificou a brutal repressão interna e de outro lado um alinhamento automático com os Estados Unidos. Por exemplo, e eu já tinha entrado no Itamaraty vivemos um momento dramático que foi a decisão de mandar tropas para intervenção na República Dominicana quando lá foi eleito um Presidente de tendência vagamente centro-esquerda, Juan Bosch. Um colega meu que faleceu depois tragicamente se insurgiu contra isso e recusou-se a redigir a exposição de motivos que justificaria a intervenção. Mas em suma, isso é uma devagação. Eu diria que hoje nos é perfeitamente possível evitar o atrelamento que houve em certos momentos, houve aquela famosa frase do que é bom para os Estados Unidos e o que é bom para o Brasil. Ninguém em sã consciência jamais diria isso no Brasil de hoje. Mas tampouco precisamos estar na trombada com os Estados Unidos. E aí também vem um pouco a minha crítica. Um pouco dessa visão é de que os Estados Unidos estão no coração de um sistema que é perverso, que nós devemos combater e de que nós devemos manter uma certa aversão, distância aos Estados Unidos. Acho que é possível. Eu digo isso. É possível ter relações positivas com os Estados Unidos sem estar a ele subordinado. E isto está sendo feito. Não apenas agora, começou mais cedo. Não é apenas nesse Governo. O Governo Fernando Henrique, antes dele outros lograram fazer isso. Mas isso agora está ganhando força e eu acho que é um mérito para o Governo inegavelmente. E me orgulho de haver contribuído um pouco, ou até nem tão pouco, em alguma medida, para isso como Embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra, para um pequeno comentário o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, já encaminhando para encerramento eu quero apenas registrar a importância da presença do Embaixador Abdenur, para sua respeitabilidade, as suas respostas aqui colocadas. Saudar a presença do Embaixador Tilden Santiago, meu conterrâneo das Minas Gerais, e dizer que considero realmente que esse debate aqui ele mostra que a nossa Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional deve acompanhar a política externa de maneira mais interativa, eu diria. Mais ativa. Até mesmo eventualmente podendo chamar aqui alguns Embaixadores que estejam até mesmo na ativa. Acho que seria uma inovação interessante e de maior participação na nossa Comissão nas questões ligadas às Relações Exteriores.

Mas agradecer a presença do Embaixador Abdenur pela sua contribuição para esse debate aqui hoje realizado e já são mais de seis horas que nós estamos aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de encerrar eu gostaria de agradecer a presença do Embaixador Roberto Abdenur, presença de Diplomatas que aqui se encontram assistindo a esse depoimento, dos Srs. Senadores, e mais uma vez agradecer a presença do Tilden Santiago e apenas, Senador Marco Maciel, a fim de ilustração, o Senador Cristovam, juntamente com o Senador Eduardo, contavam-me um de público e outro aqui privado, o almoço que tiveram evidentemente que em locais diferentes. E eu me lembro um tempo, inclusive, que V.Exª era o Presidente da Câmara. Um tempo difícilíssimo nesse País aonde a prática do almoço não era corrente, mas havia um vinho de honra. O vinho de honra significava o que, Senador Cristovam? Muita bebida e pouca comida. E diante dos excessos, os participantes geralmente naquela época, na Câmara, os Deputados, vinham com a inspiração retórica triplicada, potencializada. E desabafavam no microfone. Sete horas da noite era escutar a Voz do Brasil que o resultado estava lá. “O AI-5 cassando mandatos”. Felizmente o tempo mudou, as ocupações são outras e nós não vivemos mais com essa preocupação de ter que obedecer a Eclesiastes que diz que o homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada.

Agradeço a todos... Com maior prazer. Com a palavra o Embaixador Roberto Abdenur.

SR. ROBERTO PINTO FERREIRA MAMERI ABDENUR: Muito brevemente para agradecer a todos a imensa atenção, a paciência, Senador Azeredo pela sua iniciativa do convite, a V.Exª, Senador Heráclito Fortes pela gentileza de aqui acolher-me e acompanhar durante essa extensa conversa, a todos os Senadores que estiveram presentes.

Sobre o almoço eu queria dizer que uma das coisas desagradáveis de ser Embaixador em Washington é que os marianos praticamente não almoçam. Engolem qualquer coisa. E você... Eu com muita frequência duas vezes por semana, pelo menos, participava de seminários e mesas redondas, tinha de falar. Então eu brincava com eles. Porque lá eles dizem: *The is no free lunch*. Não há lanche grátis. E eu dizia bom, problema

aqui pra mim não é que não haja *free lunch* aqui. *The is no lunch at all(F)*, porque eu tinha que falar e não podia comer. E aqui isso acontece outra vez.

Mas Senador, eu queria dar aos senhores, permitam-me apenas isso. Uma iniciativa, modesta, embora, que eu tomei lá, mas que eu espero possa prosperar e que eu vou apoiar de fora, não é uma iniciativa propriamente oficial, embora lançada pela Embaixada do Brasil, é no sentido de estimular a formação no Brasil de estudos acadêmicos sobre os Estados Unidos. Há uma longa história de brasilianistas nos Estados Unidos, mas não há americanistas no Brasil. Nós fizemos um seminário lá, reunimos alguns cientistas políticos brasileiros, dialogamos com os colegas americanos e disso resultou essa publicação da Embaixada do Brasil com o apoio do Wilson Center, onde estive o Senador Suplicy ela é bilíngüe. Perspectivas brasileiras sobre os Estados Unidos, em português, e do outro lado em inglês, e eu deixo aqui com a Comissão que eu creio que é um tema que de futuro pode interessar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Comissão agradece e deixa em aberto para que os americanistas se habilitem. Saiam do armário. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 16h34

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas do dia oito de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, CRISTOVAM BUARQUE, ARTHUR VIRGÍLIO, GILVAM BORGES, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, INÁCIO ARRUDA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FRANCISCO DORNELLES, JEFFERSON PÉRES E MARCELO CRIVELLA**. Ha-

vendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente da Comissão propõe a retificação do Requerimento aprovado de visita a Tríplice Fronteira, na cidade de Foz de Iguaçu e Tabatinga no Estado do Amazonas, transformando em visita a Audiência Pública. Aprovado. O Presidente da Comissão interrompe os trabalhos da Comissão e passa a palavra ao Senador Fernando Collor para fazer a abertura da 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas. O Presidente da Comissão reabre os trabalhos e lembra que a visita do Ministro Celso Amorim será dia 29 de março do corrente. Fazem uso da palavra antes da votação da pauta da Comissão os Senadores **EDUARDO SUPLYCY; ROMEU TUMA**, que solicita as notas taquigráficas para deixar registrado o questionamento do presidente Collor e a resposta do presidente da Alemanha, aprovada pelo Presidente da Comissão. Continua a lista de oradores com os Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, INÁCIO ARRUDA, MÃO SANTA, FERNANDO COLLOR**, que solicita seja encaminhado ao Embaixador Roberto Abdenur o Manual de Serviço do MRE, contendo normas de conduta do Diplomata e retificação das notas taquigráficas daquela reunião. Usou da palavra, ainda, o Senador **EDUARDO AZEREDO**. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 31, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome Senhor Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica*”. O Senhor Presidente convida o Embaixador para compor a Mesa. Faz uso da palavra o Senador **INÁCIO ARRUDA** para leitura do seu Relatório. O Presidente da Comissão concede a palavra ao Embaixador **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES** para sua exposição. Assume a Presidência o Senador Eduardo Azeredo. O Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES** sugere a votação dos outros itens da pauta. Aceita pelo Presidente em exercício da Comissão, passa-se aos outros itens. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 502, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho - OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*”. O Presidente da Comissão concede a palavra ao Relator, Senador

ANTONIO CARLOS VALADARES para a leitura do seu Parecer. Fazem uso da palavra para discussão da matéria os Senadores **ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, MARCELO CRIVELLA E EDUARDO SUPLYCY**. Aprovado. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 503, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **JARBAS VASCONCELOS**. Discute a matéria o Senador **ROMEUTUMA**. Aprovado. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 504, DE 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **MARCELO CRIVELLA**. Aprovado. Passa-se a **Pauta Extra**. **Item 1:** Requerimento Nº 05, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *requer que seja realizada, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública com o objetivo de discutir o recente Relatório Elaborado pelo Grupo de Trabalho da Amazônia – GTAM, colegiado composto por representantes da ABIN e dos Órgãos de Informação das Forças Armadas e da Polícia Federal, e que, em síntese, aponta riscos de dominação da Região, com a presença e atuação de estrangeiros na Amazônia*. Matéria Adiada. **Item 02:** Requerimento Nº 09, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *requer, nos termos do art. 93 inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta comissão, na forma de Seminário, sobre fontes alternativas de energia, sendo convidados representantes do Ministério de Minas e Energia; Ministério de Ciência e Tecnologia; Associação Brasileira de Energia Eólica e ANEEL*. O Presidente da Comissão concede a palavra ao Autor Senador **INÁCIO ARRUDA**. Aprovado. Encerrada a pauta da Comissão o Presidente retorna a sabatina do Embaixador. Usam da palavra os Senadores **ROMEUTUMA** e **CRISTOVAM BUARQUE**, que apresenta Requerimento para criação de Comissão Externa para estudo das relações do Brasil com os países fronteiriços. Continua a sabatina usando da palavra os Senadores **MARCELO CRIVELLA** e **INÁCIO ARRUDA**. O Presidente da Comissão transforma a Reunião em Secreta às 12:49 horas. Às treze e trinta e dois o presidente em exercício, **CRISTOVAM BUARQUE**, reabre a reunião ao público. Faz uso da palavra

o Embaixador **HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINGUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos passar à apreciação da pauta. Antes, porém, gostaria de propor aos Srs. Senadores a retificação do edital da convocação de visita à Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu e da Amazônia. Erradamente, e reconhecendo o meu erro, pedimos uma Audiência Pública. Tendo em vista o caráter sigiloso de algum desses encontros, se o Plenário concordar proponho aqui a transformação de visita. Todos concordam? Aprovado.

Comunico que o processo de instalação da Subcomissão de Acompanhamento do Aquecimento Global completou-se, já estamos aqui com a Comissão presidida pelo Senador Fernando Collor composta e apta a funcionar a partir de agora.

Passo então a palavra ao Senador Fernando Collor para esclarecimentos e proposições.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente Heráclito Fortes, Srs. Senadores. Hoje marca a posse de todos nós que fazemos parte da Comissão... Da Subcomissão de Controle Ambiental dos quais são membros titulares o Senador João Ribeiro, Senador Mão Santa, que... Senador, levaram para o senhor pessoalmente para que o senhor assinasse a sua inclusão como membro da Subcomissão?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não. Eu não recebi. Mas é uma honra ser liderado por V.Exª. Eu já fui na campanha de Presidência da República e não me arrependi, não. Acho que quem deve ter ar-

rependimento é o Congresso que roubou o mandato de V.Exª.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Mão Santa. Então eu levarei pessoalmente às suas mãos para colher a sua assinatura. O Senador Joaquim Roriz, o Senador Romeu Tuma, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Cristovam Buarque. E como Suplentes o Senador Inácio Arruda, o Senador Augusto Botelho, o Senador Valdir Raupp, Senador Leomar Quintanilha, Senadora Rosalba Ciarlini, e Senador Papaleo Paes, além do nosso grande Senador Jefferson Peres.

Então o Presidente interrompeu a reunião da Comissão de Relações Exteriores para que fosse realizada a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas.

Havendo número regimental declaro aberta essa 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A pauta é exatamente a instalação da Subcomissão que acaba de ser feita e a votação de requerimentos. Eu me permitiria apresentar um primeiro Requerimento para a 1ª reunião de trabalho que seria na próxima quarta-feira, dia 14 de março, às 10h da manhã, aqui na sala de reuniões das Sessões da Comissão de Relações Exteriores.

Eu gostaria de apresentar aos senhores um Requerimento de convite ao nosso primeiro palestrante que eu peço a permissão de sugerir aos senhores.

Requerimento 01/2007 da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas vinculada à Comissão de Relações Exteriores.

Requeiro na forma do disposto no art. 58, § 2º inciso V da Constituição Federal e no art. 90, inciso V do Regimento Interno, seja convidado o Sr. José Goldenberg para participar de Audiência Pública dessa Subcomissão de Mudanças Climáticas e proferir palestra sobre o tema: “Perspectivas da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o Papel do Brasil”. Justificação: O físico e Prof. José Goldenberg personifica hoje no Brasil uma das maiores autoridades nas questões ligadas ao meio ambiente, especialmente no que tange as tratativas, acordos e relacionamentos entre as nações quando na busca de soluções para os graves problemas ambientais enfrentados em todo o planeta. Além de coordenador da Conferência Mundial do Meio ambiente Rio 92, foi Ministro da Educação, Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidente da República, Secretário do Meio Ambiente da Presidente da República e do Governo de São Paulo, Reitor da

USP, e atualmente ocupa a cadeira de professor do Instituto de Estudos Avançados daquela Universidade de São Paulo.

Seu currículo profissional e experiência de Governo, inclusive de âmbito internacional por si só já o credenciam a subsidiar de forma altamente qualificada os trabalhos e debates dos temas relevantes dessa Subcomissão, como é o caso aqui proposto das perspectivas e do papel do Brasil diante dos resultados e acordo da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto. Sala da Subcomissão, 08 de março de 2007, por mim subscrito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Então eu convocaria todos os Srs. Senadores membros da Subcomissão para a próxima e 1ª Reunião com Audiência Pública em que será ouvido o Prof. José Goldenberg na próxima quarta-feira, dia 14 de março, às 10h na sala da Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Quero lembrar à Comissão que ficou acertada a data da presença do Ministro Celso Amorim atendendo o convite. Será dia 29 próximo, quinta-feira. Dia 29 de março.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de cumprimentar Senador Fernando Collor pela iniciativa e, inclusive, apoiar a toda Comissão, a Subcomissão sobre as Mudanças Climáticas e aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo pela iniciativa de também ter formulado convite ao ex-Vice-Presidente Algor que tem dado uma contribuição muito importante para a conscientização de todas as pessoas a respeito dos cuidados que precisamos ter com o planeta Terra. Eu tive a oportunidade de assistir o filme “Uma verdade inconveniente”, e acho que muitos Senadores viram e, de fato, um trabalho que merece ser visto por todos. E avalio que a oportunidade de uma exposição que ele possa fazer, acredito que no Plenário do Senado, porque V.Ex^a o convocou para o Plenário do Senado, sendo ele o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos é mais do que próprio que ali seja o local para este debate, este diálogo. Então, acho muito positiva essa iniciativa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, só sobre o mesmo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Tuma tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Além de cumprimentar o Presidente Collor. Por dois motivos: Pela iniciativa da Comissão e pela participação hoje na visita do Presidente da Alemanha. Onde o Presidente Collor teve a oportunidade de questionar o Presidente alemão como um dos grandes representantes da União Européia sobre o trabalho, em defesa contra o aquecimento da terra. Então foi uma pergunta com bastante elegância, mas bastante objetiva em que o Presidente respondeu com tranquilidade e sem nenhum sentimento de amargura que tenha sido questionado sobre o assunto. Acho que valeu a pena, nós deveríamos por esta Comissão pedir as notas taquigráficas e deixar registrado aqui até em benefício da Comissão. Não sei se foi instalado ou não, só manifestação, porque como membro eu queria deixar registrado o questionamento do Presidente Collor e a resposta do Presidente da Alemanha que nos visitou hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em votação a proposta do Senador Tuma. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu só queria enaltecer a iniciativa do Senador Fernando Collor que em boa hora propõe a esta Comissão de Relações Exteriores a criação de uma Subcomissão exclusivamente voltada para as mudanças climáticas. Como se trata de um assunto que atinge a humanidade, ou seja, todo o globo terrestre, e sendo esta Comissão de Relações Exteriores voltada para os problemas relacionados com os Países que cuidam do meio ambiente, que têm o meio ambiente como prioridade para o desenvolvimento sustentável, eu gostaria de dizer que é por demais oportuna, mormente porque nós sabemos da experiência, do conhecimento, do interesse que tem o Presidente Fernando Collor pelo equilíbrio ecológico mundial.

Por isso felicito V.Ex^a por essa iniciativa e ao Presidente Heráclito Fortes que eu, sem dúvida alguma, ele deve ter influenciado na formação dessa Comissão e estimulado ao Senador Fernando Collor a tomar essa iniciativa. Então minhas felicitações aos dois Senadores.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Inácio Arruda, tem a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, três breves registros. Primeiro, enaltecer a iniciativa do Senador Collor pela criação da Subcomis-

são na nossa Comissão de Relações Exteriores uma Subcomissão que vai tratar desses impactos sobre a terra da ação, digamos assim, do próprio homem. Uma parte da ação é da natureza. Talvez o homem não tenha como conter a força da natureza. Pode até modificá-la, mas talvez seja impossível contê-la. O segundo é de que nós temos na Comissão de Meio Ambiente uma Subcomissão tratando do mesmo assunto e o Congresso Nacional constituiu uma Comissão especial para tratar do tema reunindo os Senadores e Deputados numa Comissão Mista mostrando a preocupação dos Parlamentares com a questão dos impactos climáticos do nosso País e no mundo.

O segundo destaque que gostaria de fazer é que em 92 realizou-se no Brasil a Conferência Mundial do Meio Ambiente, mas realizou-se também a Conferência Internacional sobre o Semi-Árido, e ela se deu exatamente no Estado do Ceará. Foi uma Conferência Internacional. Ali nós destacamos a questão dos impactos da ação do homem e da ação da natureza que começava a gerar efeitos catastróficos em determinadas regiões ampliando os espaços de desertos, inclusive nas nossas regiões, particularmente no Ceará, na Paraíba, no Piauí, Pernambuco e agora no Rio Grande do Sul. São muitas das cidades brasileiras, mais de mil cidades brasileiras que já são impactadas pelo efeito da desertificação.

Então, criamos uma situação com aquela conferência que permitiu a ONU criar uma convenção quadro que está exatamente na Alemanha, na cidade de Bonn. É a sede dessa convenção que é a Convenção sobre Desertificação que fica sediado na cidade de Bonn. Eu tive a oportunidade de participar seguidas vezes de reuniões para debater esse assunto em Recife, lá no Ceará, aqui em Brasília, juntamente com missões das Nações Unidas. Acho que é muito oportuna a iniciativa que a Comissão acaba de realizar. E na Conferência Mundial de Meio Ambiente, esteve presente na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, no Encontro do Parlamento Mundial já àquela época o Senador Algor como Senador do Parlamento americano debatendo com todos os Parlamentares do mundo já o tema do meio ambiente. Acho que também oportuno que ele venha até aqui ao Brasil, mesmo porque é preciso que os Países desenvolvidos mostrem o exemplo de como eles atuaram na destruição do meio ambiente para que os Países subdesenvolvidos não incorram nos mesmos males que eles cometeram com as suas nações. Para que a gente busque extrair lições do desastre ambiental que já cometeram com sua própria pátria e a gente não faça o mesmo com a nossa, o Brasil e com as outras nações. Acho que é muito oportuno para que a gente tenha exatamente o exemplo das nações mais

desenvolvidas, entre elas o Estados Unidos e a Alemanha são exemplos particulares de danos causados à natureza. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu queria apenas fazer um apelo aos Srs. Senadores. Nós temos que iniciar o processo de votação para facilitar alguns Senadores que devem se deslocar. Como eu sei que o Mão Santa tem um poder de síntese, não vale para ele essa advertência, esse pedido de colaboração. Não é advertência, é um pedido de colaboração. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois não. E lembrando que a bandeira do Piauí só tem uma estrela e V.Ex^a na Presidência se [inaudível] da bandeira do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Evidentemente que essa estrela deve ser guiada por V.Ex^a que é única.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Aí tem aquela e eu queria homenagear o Presidente Collor que ele engrandece essa Casa e a política, a história da política brasileira. E Franklin Delano Roosevelt disse que bom é aquele homem que se levanta. E tem uma música que diz: "Sacode a poeira e dá a volta por cima". E o Presidente Collor sintetiza isso. E Presidente, eu tenho muita fé em V.Ex^a porque a história se repete. O Perón que V.Ex^a falou e eu vou citar, tiraram ele aí, os militares do poder, e ele foi embora e elegeu um [inaudível] só para ele voltar. Renunciou à Presidência da República. Aí perguntaram porque. Disse: O Perón é mais do que o sol. O sol ilumina a Argentina de dia, Perón dia e noite. E o Presidente Collor já está chegando com muita coragem, muita luz combatendo aí até esse aquecimento e tal.

Então nós queremos dizer que a história se repete. Foi o Perón, foi o De Gaulle, foi o Getúlio, e V.Ex^a volta e enriquece esse Congresso e a democracia e dá um exemplo para a juventude. V.Ex^a foi... Olha, eu passei... Eu não sei onde estava o Heráclito, mas eu passei no chão vendo aquele dia mais negro do Parlamento brasileiro. E V.Ex^a não usou a máquina e tudo, foi com muita altivez. Ninguém se esquece do caminho de volta. V.Ex^a deu a volta por cima. Nós todos temos que aprender muito com V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu apenas quero dizer ao Senador Mão Santa que nem de pensamento o nome do Perón me veio à cabeça nas últimas 48 horas. Muito menos citá-lo aqui. Quero apenas fazer esse registro. Mas de qualquer maneira concordo com V.Ex^a. Senador Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente Heráclito, Srs. Senadores, quando da presença aqui na Comissão do Embaixador Abdenur, eu

fiz uma afirmação de que o Embaixador brasileiro para que se deslocasse, por exemplo, de Washington a Nova York, ou de qualquer lugar do mundo da capital do País a qualquer uma outra cidade do posto onde ele serve, ele precisa de autorização expressa da Secretaria de Estado. Na oportunidade, o Embaixador Abdenur disse que não era necessário. Que eu estava enganado. E eu inclusive disse... Pedi desculpas porque achava que a informação que eu havia recebido estava equivocada. Mas quem estava equivocado era ele, Sr. Presidente. Eu gostaria que... Não sei quais seriam os meios, mas que se fizesse chegar ao Sr. Embaixador Abdenur o manual de serviço editado pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo seu Departamento de Administração, que é uma espécie de regulamento disciplinar e que contém as normas de procedimentos para os Diplomatas. E esse manual de serviço, no seu art. 231, § 2º, diz: "Chegado ao posto o funcionário não poderá dirigir-se para outra cidade, salvo autorização expressa da Secretaria de Estado".

Então, isso está dentro do manual de serviço que o Ministério das Relações Exteriores distribui a todos os seus funcionários e que talvez tenha havido por parte do Embaixador Abdenur esquecimento desse artigo.

Então, eu pediria que fosse retificada nas notas taquigráficas da Sessão passada, ou se não for possível que fosse ratificado nessa Sessão de hoje e que fosse enviado uma comunicação ao Embaixador Abdenur, lembrando a ele que no manual de serviço que ele deve ter em sua casa, o art. 231, § 2º, diz exatamente aquilo que eu naquele momento afirmava. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São os manuais, né? É um negócio terrível.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Manual de serviços administrativo Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Administração, divisão de organização. Enfim, mas é isso é uma coisa oficial.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Fica feito o registro e a determinação de que a Secretaria da Mesa tome as providências necessárias para atender a solicitação de V.Ex.^a.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estou apresentando um Requerimento para que seja convidado aqui a comparecer o Sr. Mauro Vieira, Embaixador do Brasil

na Argentina para debater conosco os problemas do Mercosul, incluindo as dificuldades do estabelecimento das tarifárias comum, o livre comércio e também as articulações que envolve a chamada Tríplice Fronteira, Brasil, Argentina e Uruguai podendo também discutir as questões ligadas à energia, gás natural e preservação do meio ambiente.

O objetivo, Sr. Presidente, é que nós normalmente aprovamos aqui os Embaixadores nas sabatinas, e depois não se tem mais notícia do que está acontecendo. E no caso específico da Argentina, é o nosso maior parceiro na América Latina, existem dificuldades reais em relação ao Mercosul, de maneira que me parece salutar que nós possamos eventualmente convidar alguns Embaixadores para que venham aqui, mesmo no exercício da sua função, na ativa, poder expor o desempenho da sua função. De maneira que essa é uma primeira iniciativa que eu tomo em relação ao Embaixador do Brasil na Argentina.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Item 01 da pauta. Perdão. Em votação o Requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos aprovar e fazer uma fila de embaixadores depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Aprovado.

Item 01 da pauta. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. Solicitamos a introdução do Sr. Embaixador a esta sala. Sr. Ministro de Primeira Classe.

Eu faço aqui apenas um registro curioso antes de proceder. Eu tive a alegria de receber o Embaixador, Senador Pedro Simon, no meu gabinete, e observei que o seu cartão ele traz apenas o nome Tadeu Valladares. E eu compreendi porque, ele é acreano e o primeiro nome é Hildebrando. Eu vou conceder a palavra ao Relator, Senador Inácio Arruda, antes porém, para atender as necessidades de locomoção de alguns Parlamentares, eu vou excepcionalmente colocar aberta a partir de agora o processo de votação para aqueles que através da documentação recebida nos seus gabinetes tiveram a oportunidade de analisar a qualificação do avaliado, possam a partir de agora se assim desejarem exercer o direito do voto. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, antes de mais nada, quebrando o rito protocolar, gostaria de prestar a minha homenagem a todas as mulheres brasileiras, especialmente as Parlamentares, e as nossas funcionárias do Senado e do Congresso Nacional e dos nossos gabinetes que permitem que a gente possa desempenhar um bom trabalho nessa Casa. E as nossas companheiras que muitas vezes também estão envoltas no trabalho para garantir o bom desempenho da nossa Nação, da nossa Pátria. E as mulheres do mundo inteiro que lutam por igualdade neste mundo de desequilíbrio ambiental, entre outros. Feita esta homenagem--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está falando em nome de todos nós, é claro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em nome de todos os homens presentes nesta Comissão. Eminentemente, meu caro Senador Pedro Simon. V.Ex^a que é devoto de São Francisco e que fez aquela caminhada na estrada de Canindé cantada em verso e prosa por Humberto Teixeira, um homem de Iguatú, e cantada por Luiz Gonzaga. O Rei do Baião.

Meu caro Senador Heráclito Fortes, talvez fosse dispensável a leitura do Relatório dadas as credenciais do nosso convidado para essa sabatina, mas vamos fazer o rito que eu acho que é bastante interessante. Hildebrando não tem problema com Hildebrando. Porque Hildebrando nasceu na Rua Sena Madureira que é também um cearense de escol que põe o nome em uma daquelas ruas da cidade onde Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares nasceu. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada, portanto, a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministro das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do Diplomata indicado, do qual se extrai para este Relatório as informações que seguem. Nascido em Sena Madureira, Acre, em 12 de novembro de 1945, filho de Oriovaldo da Silva Valladares, e de Alaíde Nascimento Valladares, o Sr. Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares graduou-se em administração pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro em 1968. É mestre em sociologia pela Universidade de Brasília,

diplomado em 1974, tendo ainda pós-graduação em sociologia das relações internacionais, pela escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris em 1977. Concluiu o curso de preparação à carreira de Diplomata e ingressou na chancelaria no posto de Terceiro Secretário em 1971. Ascendeu a Conselheiro em 1984, a Ministro de Segunda Classe em 1995 e a Ministro de Primeira Classe em 2002. O Diplomata indicado exerceu o cargo de chefe das divisões da África II e Ásia e Oceania I. Em 1985 e 1986 e o de Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e temas sociais entre outras funções na chancelaria. No exterior, desempenhou os cargos de Cônsul-Geral adjunto em Paris, em 1975. Conselheiro em Washington em 1987, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe em São José, Ministro e Conselheiro na representação junto à ALADI, em Montevideu, em 1992. Cônsul-Geral em Santa Cruz de La Sierra em 1999, e Embaixador em Bucareste em 2004, posto onde tivemos oportunidade em visita que ele teve a honra de fazer ao nosso gabinete. Quer dizer, eu tive a honra de recebê-lo em meu gabinete onde tivemos a oportunidade de dialogar sobre este Estado importante que acaba de ingressar na União Européia e sua latinidade que são mesmos os romenos, aquele povo que ali está multi-étnico, uma Nação que se incorpora agora a esse mercado europeu. Vamos ver o que vai acontecer com a sua presença, mais um País do leste europeu que se incorpora a essa unidade econômica que vai se desenvolvendo no mundo contemporâneo.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, inserções de negociação de organismos internacionais e de conferências diplomáticas isoladas. Sobre Costa Rica, País que receberá o Diplomata indicado, cabe assinalar aqui alguns aspectos analíticos que possam subsidiar os questionamentos na Comissão retirados do informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores. A Costa Rica é uma república presidencialista com uma área de 51.100 quilômetros quadrados e 4,3 milhões de habitantes. Sua capital é São José e seu PIB em 2005 foi de 19,5 bilhões de dólares. O que lhe propicia renda per capita de 4.625 dólares por habitantes. A principal característica da vida política costarricense é a estabilidade e a tradição democrática, mantida sem interrupção desde a Revolução de 1948. Anulação das eleições de 1948 vencidas por Otílio Ulate provocou uma breve guerra civil, que como resultado à vitória das forças comandadas pelo socialista José Figueres Ferrer este fato levou a promulgação de uma nova Constituição em vigor até hoje. A abolição das Forças Armadas e a posse do Presidente eleito Otílio Ulate em 1949. Figueres Ferrer dominou a política da Costa Rica durante décadas

exercendo dois mandatos presidenciais, de 53 a 58 e de 70 a 74. Sobre sua liderança, o País nacionalizou os Bancos, implantou eficiente sistema de Previdência Social, e aumentou os impostos sobre os lucros da empresa norte-americana UNITED FRUIT que ainda mantém controle sobre o setor bananeiro do País.

Desde a Revolução de 1948 o País conta com dois partidos políticos principais. Partido de Liberação Nacional e partido De la Unidad Social Cristiana que se tem alternado no poder a cada quatro anos, e com três partidos de menor expressão. O Presidente da República é eleito a cada quatro anos, juntamente com dois vice-presidentes por sufrágio universal. Por votação que exceda 40% do total dos votos válidos. Também a cada quatro anos são eleitos por voto direto e 57 Deputados que compõem a Assembléia Legislativa unicameral. Os 17 magistrados que integram a Corte Suprema de Justiça e o [inaudível] Tribunal Superior de eleições são escolhidos pela Assembléia Legislativa para mandatos de oito anos. O candidato do partido de liberação nacional nas eleições gerais realizadas em 5 de fevereiro de 2006, Oscar Arias foi eleito Presidente da República para o período 2006/2010. Detentora do segundo maior PIB da América Central depois da Guatemala, a Costa Rica depende de maneira significativa do comércio exterior em vista do tamanho relativamente reduzido de seu mercado interno. A participação do comércio exterior em relação ao PIB chega a 80%. Nesse sentido, a Costa Rica tem se beneficiado do presente ciclo de expansão da economia global refletido no crescimento da demanda externa dos dois principais segmentos exportadores do País. O agrícola e o de bens de tecnologia da informação. Microprocessadores montados pela INTEL no País. A expectativa é de que o valor total das exportações em 2006 atinja a cifra de 8,5 bilhões de dólares com aumento de cerca de 15% em relação a 2005. No campo da política exterior, resiste que ação externa da Costa Rica caracteriza-se por suas tradicionais posturas de neutralidade bélica, respeito ao princípio da autodeterminação dos povos, moderação e equilíbrio como uma atuação consistente em favor da paz e da estabilidade na América Central. Na condição de País desarmado, a questão da paz regional condiciona a própria política interna na medida em que funciona como elemento de coesão social e prestígio para o Governo costaricense que impunha a bandeira da pacificação e primazia do direito sobre o recurso ao uso da força. O Presidente Oscar Arias eleito em 1986, eleito para novo mandato no período de 2006 a 2010, propôs um acordo de paz regional aprovado em 87 por El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. No mesmo ano Arias ganhou o Prêmio Nobel da Paz por seu bem

sucedido esforço de mediação e se tornou uns dos principais líderes centroamericanos e mundiais pelo combate principalmente a corrida armamentista. No contexto estritamente centroamericano, a Costa Rica tem se destacado por sua liderança em favor da integração regional em sua vertente econômica comercial como forma de buscar uma inserção mais competitiva na economia internacional.

Brasil e Costa Rica mantêm relações diplomáticas desde 1906 quando foi instalada a alegação do Brasil em Cuba e a ela foi atribuída cumulatividade da representação com a Costa Rica. Brasil e Costa Rica compartilham valores comuns e desfruto de relacionamento marcado por clima de tradicional cordialidade. Os dois Países possuem em foros multilaterais uma tradição de defesa da democracia, dos direitos humanos e da paz mundial. Por sua condição de País com longa tradição democrática e por sua ativa atuação internacional, a Costa Rica é interlocutor naturalmente relevante para a política externa do Brasil.

O Governo Brasileiro tem oferecido à Costa Rica a oportunidade de participar de inúmeros projetos de cooperação técnicas nas mais diversas áreas, havendo em vigor os diversos acordos de cooperação protagonizados por importantes agências técnicas do Governo Brasileiro.

No plano econômico comercial ressalta-se que a Costa Rica é o principal parceiro comercial do Brasil na América Central, apesar das exportações brasileiras para o mercado costaricense teria sofrido extensivo desvio após a entrada em vigor do acordo de livre comércio desses Países com o México, em janeiro de 95. Desde então o México tem se consolidado como o terceiro maior parceiro comercial da Costa Rica atrás dos Estados Unidos e da União Européia.

Em 2006 o intercâmbio bilateral registrou a cifra de 427,75 milhões de dólares em exportações do Brasil para a Costa Rica contra 117,70 milhões de dólares de importações, o que gera um superávit para o Brasil de 310 milhões de dólares. Aspecto importante nesse relacionamento são as possibilidades de alianças estratégicas de empresas brasileiras com empresas costaricense para a produção local, especialmente nas zonas francas de bens destinados aos mercados norte-americano, europeu da América Central e do Caribe. Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Somos, Sr. Presidente, pela aprovação portanto do nome do nosso eminente indicado Embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares. É o nosso Relatório e o nosso voto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Lido o Relatório por parte do Senador Inácio Arruda, passo a palavra ao Embaixador HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES para que faça a sua exposição. Tem a palavra V.Ex^a.

SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES: Muito obrigado, Sr. Presidente. A minha exposição vai ser uma exposição muito curta porque o essencial de dados e de informações sobre a Costa Rica já foi feito no trabalho muito completo apresentado pelo Senador Inácio Arruda, Relator da Comissão.

Eu gostaria, sobretudo, de expressar que eu me sinto muito honrado, Srs. Senadores, com essa oportunidade que também é um privilégio. É um privilégio comparecer pela segunda vez a uma Sessão dessa Comissão na condição de indicado pelo Sr. Presidente da República para exercer a chefia de uma Embaixada brasileira.

Em 2004, como assinalou o Relator, eu aqui estive pela primeira vez com vistas a receber de V.Ex^{as}. e do Senado a aprovação que me permitiu exercer desde então o cargo de Embaixador do Brasil em Bucareste, Romênia. Hoje eu volto a me apresentar perante a Comissão na esperança de caso aprovado por V.Ex^{as}., poder deslocar-me de Bucareste para São José onde exercerei a chefia de nossa missão de nossa Embaixada.

Cabe-me, creio nesta oportunidade, e antes que eventualmente se inicie propriamente o diálogo da Comissão com o candidato, apresentar uma visão da Costa Rica. Essa moldura interpretativa idealmente permitirá no debate eventual a seguir, analisar as questões que os Srs. Senadores julguem relevantes sobre a Costa Rica, sobre a sua dinâmica interna, sobre o relacionamento do País com outros atores do sistema internacional e naturalmente o relacionamento bilateral com o Brasil. Srs. Senadores, se nós temos em mente o célebre dito de Ortega Y Gasset nas meditações do Quixote, nós poderemos sempre afirmar que o mundo para cada um de nós seres humanos, mas também para os Estados e as sociedades, resulta da vinculação insuperável entre uma singularidade e suas circunstâncias. Se nós aplicarmos essa noção à Costa Rica contemporânea e as suas perspectivas, torna-se claro que para bem compreender o País há que levar em conta não apenas o Estado e a sociedade civil costarrriquenhos, mas também a sua respectiva circunstância centroamericana e caribenha bem como a proximidade em relação à América do Norte.

Em outras palavras, o decisivo para melhor interpretarmos a Costa Rica é considerar por um lado a sua inserção na América Central, e por outro a sua diferença específica, ou seja, a sua singularidade, a

sua forma própria de ser e de agir, a sua excepcionalidade. A América Central e o Caribe constituem uma região marcada ao longo de sua história por grande número de conflitos, por alto grau de instabilidade política e econômica e por várias experiências políticas autoritárias. Desse quadro de dificuldades também fez parte desde o período colonial até os dias de hoje o jogo pesado de hegemonias levado a cabo naquele espaço por grandes potências e até mesmo por superpotências.

Nesse contexto é importante ter em mente que a região centroamericana e caribenha foi o espaço em que originariamente se projetou com mais clareza o poder americano. Isso ocorreu a partir do estabelecimento da Doutrina Monroe em 1923, manifestou-se sucessivas oportunidades e teve o seu episódio notório mais recente na derrubada do regime Noriega em 1989. É preciso não olvidar também a confrontação dos Estados Unidos com a União Soviética no âmbito do conflito leste-oeste cujo ápice regional foi a crise dos mísseis em Cuba em 62. E por fim, é importante não esquecer os sangrentos acontecimentos que compassaram a prolongada crise da América Central na década de 80 e que tiveram como epicentros as guerras civis na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala.

Em suma, há que se considerar esse quadro de conflitividade como parte do que nós estamos chamando de circunstância costarrriquenha. Entretanto, o mais importante a anotar em tudo isso é que a problemática da região centroamericana não determinou mecanicamente os rumos da Costa Rica. Muito pelo contrário. Essa preponderância da singularidade costarrriquenha sobre as suas circunstâncias se deve em grande parte a que desde os tempos coloniais a estrutura econômica e social da Costa Rica esteve caracterizada pela prática ausência do latifúndio e do Sistema de Plantation, pela inexistência de amplos recursos minerais naquele território e pela escassez de população indígena.

Já desde o seu início, portanto, aquela área periférica da capitania geral da Guatemala gerava algo que escapava à regra da experiência colonial espanhola no restante da região. O que era apenas um prenúncio no período colonial fortaleceu-se com o início da vida independente a partir de 1821 e especialmente a partir de 1838, quando a Costa Rica se torna um Estado independente único e não mais faz parte da Confederação Centroamericana e se expande ao longo de todo o Século 19 para culminar na ordem regulada pela Constituição de 1871. Este é um momento de apogeu do liberalismo costarrriquenho e marcado também pelas eleições presidenciais de 1899, as primeiras sobre as quais não pairou qualquer dúvida, seja em termos de procedimento, seja em termos de legitimidade.

Ao apogeu da ordem liberal sucedeu-se um longo período de crise. O processo tem um momento emblemático de decadência do sistema política costarriquenho com a instauração de uma curta ditadura de Frederico Tinoco entre 1917 e 1919. O processo, esse ciclo de decadência se profunde nos anos 30 e alcança o seu momento final na curta guerra civil de 1948. O conflito de 48 originado pela recusa de Rafael Calderon em aceitar os resultados das eleições presidenciais que havia eleito o Presidente Ulate, leva a uma oposição por parte de forças comandadas por José Figueres, e essas forças de José Figueres se contrapõe a uma aliança entre os seguidores do Social Cristianismo de Calderon e os comunistas liderados por Manoel Mora. Da vitória de Pepe Figueres, como é conhecido José Figueres na Costa Rica resultam a instituição da segunda República via Constituição de 1949, e a construção de um Estado de bem-estar social cujos êxitos quase seis décadas depois do seu início ainda definem o perfil da Costa Rica contemporânea.

O que torna a Costa Rica singular no contorno das suas circunstâncias centroamericanas e caribenhas é, portanto, essa rica história cumulativa. Essa experiência de mais de três séculos junto com as mudanças derivadas da guerra civil, entre elas, muito especialmente, a dissolução das Forças Armadas e a conformação sob a égide de Figueres e do Partido Liberação Nacional de um tipo de Estado indutor do desenvolvimento e de uma estrutura de sociedade fundada em marcado equilíbrio que tiveram vigências ambos incontestes por mais de três décadas.

O declínio do modelo de Estado idealizado por Figueres e o ingresso da Costa Rica numa crise de sociedade, se deveu mais além da usura do tempo e das armadilhas da burocratização ao quadrado adverso que a América Latina enfrentou a partir dos anos 70, a partir das duas crises do petróleo e da inclusão da crise da dívida externa.

Em resumo, o que se afirmou como modelo de Estado e de sociedade esgotou-se ao longo da década perdida. Mas não sem antes ter transformado a Costa Rica num País que desfruta de alto índice de desenvolvimento humano.

A Costa Rica, entre os 192 Estados que formam a comunidade internacional é o 48º em termos de Índice Desenvolvimento Humano, é considerado um País altamente desenvolvido em termos humanos.

Desde então, ou seja, a partir dos anos 80 o Estado e a sociedade debatem alternativas em busca de novos caminhos. Uma parte da sociedade, da classe política e da camada empresarial vê a saída no que talvez imprecisamente poderíamos chamar de neoliberalismo. Uma outra fração significativa dos costar-

riquenhos busca a adorno, a modernização, a atualização do País via preservação até onde possível do lado positivo da herança deixada pelo Estado de Bem-Estar Social.

Nesse intento, essa fração crítica duramente as propostas neoliberais. Uma terceira corrente, enfim, empenha-se no difícil exercício de combinar os dois paradigmas. Vale dizer, procura um só tempo atender as exigências da globalização e do neoliberalismo sem desprezar a importância da solidariedade social, valor que guia tanto o discurso vagamente social democrata do Partido Liberação Nacional quanto o pensamento das alas mais permeáveis no partido Unidade Social Cristã a visão transformadora da Igreja Católica. De certa forma, é contra esse pano de fundo dilemático a exigir Resolução adequada da crise de sociedade num plano temporal que parece esgotar-se que se desenvolveu a mais recente campanha eleitoral para a Presidência. A despeito dos resultados de todas as pesquisas que o apontavam como franco favorito, em fevereiro de 2006 Óscar Arias obteve apertada vitória por apenas 18 mil votos sobre Ottón Solís a principal liderança do Partido da Ação Cidadã. E o grande tema que mobilizou o eleitorado foi sintomaticamente o da conveniência ou não de um tratado de livre comércio da América Central e República Dominicana com os Estados Unidos assinado em 2004 vir a ser ratificado pela Costa Rica, único País que ainda não ratificou. No discurso do dia 08 de maio de 2006, quando assumiu pela segunda vez a chefia do Estado, Óscar Arias apontou para a multiplicidade de vias que continuam abertas diante da Costa Rica esperando por decisão da sociedade e do Estado com vistas a construir o futuro do País. Em suas palavras, e passo a citar, todos estes caminhos estão abertos. Mas não é muito o tempo que temos para decidir. De minha parte escolho a vida, a democracia e o desejo de mudar e paz. Felicitação. Muito obrigado, Srs. Senadores, pela atenção que me dispensaram.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Só agradecendo ao Sr. Embaixador. Pela ordem o Senador Antônio Carlos Valadares e depois Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a colocasse na pauta como... Já está na pauta, mas para ser votado como prioritário o Item nº. 02. Se trata apenas de um texto, aprovar um texto de convenção sobre trabalhadores marítimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com a licença do Sr. Embaixador, nós deveríamos agora transformar a reunião em secreta. Mas antes de transformar em secreta, atendendo ao Senador Valadares, nós poderíamos colocar em votação os tratados e em seguida voltaríamos à questão--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presença do Embaixador que ilustra a votação. Ilustra a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente, o Presidente Heráclito Fortes fez uma observação que me levou a obter aqui uma informação precisa porque eu me dei conta que certamente haveria muitas pessoas com o nome de Hildebrando que tivessem tido ótimas realizações. Então apenas vou dar aqui três exemplos: Hildebrando Acioli Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva que autor do Manual do Direito Internacional Público é considerado um dos mais completos a respeito da matéria com clareza e objetividade, mostra todos os aspectos do Direito Internacional público. Hildebrando Pafundi, jornalista escritor contista e cronista de São Paulo com grande atuação no ABC, no jornal o Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde, Hildebrando Moguier(F) Alves, que nascido em Paraisópolis, é um artista plástico de Minas Gerais, da terra de V.Ex^a que inclusive o crítico italiano Giovanni David escreveu sobre ele que a pintura de Hildebrando Moguier(F) cobre amplas áreas em vermelho, indicação de uma procura orientada definição de uma linguagem pessoal e assim por diante. Eu encaminho à Mesa além do Embaixador Hildebrando Tadeu Valadares, há muitos Hildebrando que honram esse nome. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sr. Senador Suplicy, os Hildebrando do Brasil agradecem essa interferência.

Então vamos passar à parte dos tratados. O Item 2 não terminativo Projeto de Decreto Legislativo 502/2006 que aprova o texto da Convenção 178 relativo à inspeção das condições de vida e trabalho dos trabalhadores marítimos bem como o texto da recomendação 185, ambas da OIT, e assinadas em Genebra 22 de outubro de 96. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, preliminarmente eu acho que essa é a primeira vez que eu tenho o prazer de votar num Valadares para ocupar uma Embaixada. É uma prova evidente do prestígio que tem esta família. [risos] Logicamente que é a primeira vez que estou conhecendo e participando de um evento aqui no Senado onde aparece um Valadares como candidato.

Meus parabéns antecipado, já votei. Logicamente que é secreta a votação--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, Benedito Valadares foi Presidente aqui desta Comissão. Político mineiro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então veja, Presidente. Eu não foi impedido de votar apesar de ser Valadares.

Sr. Presidente, o Item 02 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº. 502/2006 que aprova o texto da convenção nº. 178 relativa inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos bem como o texto da recomendação nº. 185, ambas da OIT e assinadas em Genebra em 22 de outubro de 1996. Autoria é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em resumo, a presente convenção, bem como a recomendação que a acompanha destinam-se a definir compromissos para todos os seus signatários relativos à criação de um sistema de inspeção sobre as condições de vida e laborais dos trabalhadores marítimos. Esse sistema de inspeção teria de cobrir todos os navios com mais de 500 toneladas registrados em território nacional em intervalos não maiores do que três anos. Ficam excluídas apenas as plataformas marítimas de perfuração e extração de petróleo.

Pois bem, esses instrumentos da OIT são muito bem vindos, pois o trabalho em alto-mar é frequentemente insalubre e perigoso, dando margem a todo tipo de abuso. Assinala-se que o isolamento dos navios torna difícil combate efetivo aos abusos trabalhistas. Temos a lamentar somente o atraso da ratificação desses instrumentos já que eles foram assinados pelo Governo Brasileiro em 22 de outubro de 1996.

Sr. Presidente, esse é o texto que resume esta matéria da lavra da Assessora do bloco, a quem faço homenagem nesta hora também, até presente nessa Sessão, Sr. Presidente, aquele nosso amigo, o Embaixador Marco Antônio quem dirigiu a palavra de agradecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Valadares e a presença do Embaixador Marco Antônio Brandão é sempre muito bem vinda aqui conosco e que nos acompanhou recentemente na missão internacional. Em discussão o Parecer. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, só para citar, Senador Valadares sempre... Acho que o nome tem um efeito positivo para nós. Não é Senador? Esse Benedito Valadares, o nosso Embaixador e tantos quantos aqui vierem com Valadares a gente respeita. Hildebrando a gente fica... Só esse aqui que merece os nossos [inaudível]. Mas eu acho que o grande pro-

blema do Congresso tem sido o atraso na análise de acordos que o Brasil é signatário. Esse aqui é de 22 de outubro de 96...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): 1996.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): 22 de outubro de 96 em Genebra o Brasil faz parte da OIT de forma que com tantos anos, o senhor como Embaixador não sei se isto... A consistência desta aprovação vai se retroagir a tanto tempo. Então é uma coisa bastante difícil. Acho que os Embaixadores têm dificuldade quando não há ratificação em acordos internacionais. Nós temos um outro aqui com problema de Portugal e eu acho que esta Comissão e a V.Exª na Vice-Presidência, o Heráclito na Presidência têm muito lutado muito para que realmente se possa por em dia essas matérias de acordos internacionais. Então é apenas complementar e endossar a reclamação do Senador Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sr. Senador Romeu Tuma, o atraso nesse caso específico não foi da Comissão. Certamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não é da Comissão. É o encaminhamento até do próprio Governo. O Governo retarda. Ele--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O próprio Embaixador Marco Antônio está aqui presente pudesse talvez percorrer essa lista da burocracia para ver o que fez--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele é um sofredor. O Marco Antônio é um sofredor aqui.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente... Senador Romeu Tuma um aparte?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque se tiver amanhã que retificar qualquer coisa que está nesse acordo, como é que a gente vai fazer?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Romeu Tuma, V.Exª me concede um aparte? Eu só quero esclarecer o seguinte.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com as suas orações eu concedo qualquer aparte.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. Só para esclarecer ao senhor o seguinte, é que na última Sessão Legislativa nós aprovamos um Projeto da lavra do Senador Eduardo Suplicy, que é uma de Sessão Legislativa anterior chamado Mandado Negociador, que contempla essa preocupação de V.Exª. Foi aprovado aqui agora está em tramitação na Câmara dos Deputados, talvez o Senador possa até nos dizer...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está na fase final para ser apreciada na Comissão de Cons-

tituição e Justiça em caráter terminativo. O Senador José Eduardo Martins Cardoso está sendo designado Relator em substituição ao Deputado... O Deputado José Eduardo Martins Cardoso porque o Sérgio Miranda era o Relator e agora passou a ser José Eduardo. Então será apreciado proximamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O significado do Senador Romeu Tuma. Infelizmente, Deputado Sérgio Miranda, lá do Estado de Minas Gerais não se elegeu, nobre Deputado, sujeito competente, mas não logrou êxito na última campanha.

O Projeto que aprovamos aqui é exatamente para que nós possamos acompanhar a celebração dos acordos e darmos nosso parecer antes de eles serem efetuados. O que daria a essa Comissão realmente uma relevância que hoje não temos. E que contempla a preocupação de V.Exª. Era só isso que eu queria acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero ainda dizer que quando o Presidente Morales teve aí o Senador Heráclito como Presidente e eu como Vice-Presidente, nós tivemos com o Presidente Lula lá no Itamaraty e ele manifestou a preocupação também com a demora de alguns tratados, alguns acordos, no caso específico ele falava da questão de um avião para Senegal que foi solicitado e que o Brasil estava emprestando, mas que demorou muito a aprovação aqui. De maneira que realmente nesse caso aqui 10 anos não sabiam aonde que entupiu esse gasoduto, aonde foi que houve o problema. Mas o fato é que realmente temos que ter rapidez e aqui da parte da Comissão isso tem acontecido.

Não havendo quem queira discutir coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Passamos ao Item 03 também não terminativo Projeto de Decreto Legislativo 503/2006, aprova o texto de acordo entre a República Federativa do Brasil e República portuguesa sobre facilitação de circulação de pessoas celebrado em Lisboa em 11 de julho de 2003. Também já com três anos. O Relator, Senador Jarbas Vasconcelos a quem passo a palavra com muito prazer.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): A mesma questão, Sr. Presidente, levantada aqui pelo nobre Senador Romeu Tuma é um acordo firmado entre os Países irmãos, Portugal e o Brasil, que vai completar agora quatro anos e que já está em vigor. Se sabe o número de brasileiros que tem em Portugal é grande, as medidas foram positivas, mas ainda insuficientes. Há muita reclamação desde pequenos... Pessoas que têm uma pequena participação em Portugal até questão de profissionais liberais. Mas de qualquer

maneira é um avanço que houve entre Brasil e Portugal. A matéria ela aprova texto de acordo entre a República Federativa do Brasil e a República portuguesa sobre facilitação de circulação de pessoas celebrado em Lisboa em 11 de julho de 2003, quer dizer, prestes a completar quatro anos.

A matéria foi à Câmara dos Deputados, foi aprovada em 18 de março de 2004 na forma de Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça. O acordo versa... Tem sete artigos e enfrenta os problemas mais delicados nas recentes relações bilaterais entre os Países signatários como decorrência da desordem econômica mundial e das imensas diferenças econômicas entre Países e regiões. Tem-se modernamente grande fluxo de migrações transnacionais pelas quais os trabalhadores clandestinos se lançam em busca de melhores condições de vida ou apenas de sobrevivência.

O acordo ora apreciado é facilitador da circulação de pessoas entre os Países que o assinam, provendo meios de agilização quer pela concessão, quer pela isenção de vistos de entrada temporária para fins artísticos, culturais, científicos, empresariais, de estágio acadêmico, e jornalístico, desportivo ou turísticos. Quero ressaltar inclusive, Sr. Presidente, a relação que existe entre Pernambuco e Portugal, até a década de 70 Pernambuco era a porta principal de entrada da Europa e vãos por exemplo eram obrigatórios a entrada e saída pelo Recife. Daí ser imensa a colônia portuguesa que Pernambuco acolhe. Tanto no setor profissional, setor artístico, setor cultural. Existe... Não é à toa que Pernambuco tem o Hospital Português, o grupo português que revela exatamente essa relação estreita que existe entre Brasil e Lisboa, Pernambuco e Lisboa, Pernambuco e Porto, Pernambuco e enfim todas as regiões portuguesas.

Em face do exposto e por considerarmos conveniente e oportuno os interesses nacionais, opinamos pela aprovação já tardia, foi evidenciado aqui do Projeto de Decreto Legislativo nº. 503/2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o Parecer. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa. Acredito que o Relatório do Senador Jarbas Vasconcelos é ilustração da importância de Pernambuco nesta ligação com a Pátria portuguesa. Tem importância. Mas ele chama atenção para uma coisa que estava aqui até para eu questionar, mas ele se acautelou que é os limites que Portugal tem em tal âmbito determinados pela rígida política de admissão de estrangeiros na União Européia. Há um acordo na União Européia

de que os Países por onde entrarem qualquer tipo de clandestinidade que desrespeitem a Lei de qualquer um dos Países assume a responsabilidade pelo fato. Então, eu aproveitaria o nosso Embaixador, já que tudo ele tem que acompanhar, é que haja uma reunião com a comunidade européia para se discutir isso. Porque os brasileiros que vão muitos brasileiros são impedidos de entrar em Portugal pela suspeita de que vão se encaminhar como para a Espanha também. A suspeita de que possam ser encaminhados para outros Países onde é impeditiva o trabalho de estrangeiros, Alemanha e outros tantos.

Eu cumprimento V.Ex^a por esse alerta, mas acho que seria de bom alvitre que o Itamaraty tivesse uma reunião com a comunidade européia para evitar esse transtorno que muitas vezes alguns brasileiros vão a Portugal para passear, e são impedidos sob suspeita de que possam adentrar em território europeu clandestinamente e em outros Países.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Não havendo quem queira discutir coloco em votação o Parecer do Senador Jarbas Vasconcelos. Aprovado. Passamos ainda ao Item 04, que é o Projeto de Decreto Legislativo... Antes, porém, eu quero lembrar que o Senador Jarbas, deu a memória também a primeira vez que fui à Europa, foi exatamente via Recife. Recife-Lisboa. Na década de 70 era por lá que se passava. Agora só tem o vôo da TAP de Recife para lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A seleção brasileira quando foi campeã pela primeira vez na década de 50, passou e voltou pelo Recife. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vamos lá... Item 04 da pauta. É o Projeto de Decreto Legislativo 504/2006, aprova o texto do acordo entre o Governo de República Federativa do Brasil e o Governo da República Croácia sob cooperação no campo de veterinária celebrado em Zagreb em 20 de abril de 2004. O Relator é o Senador Marcelo Crivella, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, trata-se de um acordo de segurança sanitária e alimentar no intercâmbio comercial bilateral de animais vivos e gêneros alimentícios de origem animal. É bom lembrar que naquela parte da Europa a Croácia é uma antiga região, quer dizer, fez parte antes da Iugoslávia, o maior parceiro comercial importador de alimentos de origem animal que o Brasil tem é a Croácia. Como muitas vezes no passado na Europa já se criaram embaraços as nossas exportações por conta muitas vezes de meros, eu diria indícios, o Brasil então celebrou com a Croácia um acordo que visa manter as inspeções, os padrões técnicos de importação

e exportação desse tipo de gênero alimentício dentro dos termos previstos nesse acordo. Aqui no Relatório inclusive cita o aumento. Ainda é pouco. O Brasil exporta 80 milhões de dólares por ano para a Croácia, 10% disso são produtos de origem animal, mas está crescendo, a cada ano cresce. E eles têm interesse de aumentar as importações dos produtos brasileiros. De tal maneira, Sr. Presidente, que o voto é favorável nos termos aqui do nosso Relatório e peço aos companheiros também mencionando o atraso nessa tramitação do processo até chegar aqui, o voto desse acordo é importante celebrado agora em 2004, três anos atrás pelo Governo Brasileiro com o Governo Croata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós teríamos ainda dois pontos, dois requerimentos Extrapauta. O Requerimento do Senador Arthur Virgílio, o Arthur Virgílio não está presente então eu passo ao Requerimento do Senador Inácio Arruda que é o Requerimento nº. 9/2007 que requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão na forma de seminário sobre fontes alternativas de energia. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, apenas eu quero fazer uma breve alteração, quer dizer, uma breve fala com uma alteração no Requerimento. A fala é em relação à questão do debate sobre os efeitos da ação do homem no clima do nosso planeta. Então a nossa ação tem causado danos ao clima. E o debate que nós queremos realizar, e por isso eu proponho alteração, que alteremos de audiência na forma de seminário para Audiência Pública. Tiremos o seminário. Vamos fazer uma Audiência Pública. É essa a modificação. E o sentido é que o debate, a Audiência Pública, ela se dê no tom da busca da solução dos problemas. E nós temos muitas alternativas. O Brasil especialmente. Não só a alternativa que nós apresentamos no campo da biomassa. Nós temos outras alternativas que estão sendo muito bem examinadas e exitosas, que podem expandir a produção de energia no Brasil sem impactos negativos. É esse o objeto da discussão que nós queremos trazer para cá e que vão acelerar talvez mais o crescimento do que a própria aceleração em curso que nós estamos assistindo com o PAC.

Quer dizer, fontes alternativas de energia muito vantajosas para o Brasil. Esse é o objetivo do debate que nós queremos patrocinar por isso peço o apoio

dos nossos pares para que possamos aprovar o Requerimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Voltamos, portanto, às questões ligadas à sabatina do Embaixador Tadeu Valadares. Segundo a Constituição. A reunião torna-se secreta. Então... Antes, portanto...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, o senhor poderia depois me dar uma preferência. Até seria um abuso, mas tenho que ir no almoço do Presidente da Alemanha às 13h, e eu gostaria... Não vou fazer nenhuma pergunta de caráter reservado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Vou ouvir o Embaixador Cristovam rapidamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não vou fazer nenhuma pergunta reservada. Apenas cumprimentar o Embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pergunto aos Senadores se todos já votaram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Saber da importância do posto que ele vai ocupar, conheço vários pontos principalmente em reuniões internacionais do desenvolvimento de alguns aspectos do Direito Internacional, do Direito Penal da Costa Rica e tudo isto vai nos ajudar sem dúvida é um contato permanente com o Embaixador e visto que o Brasil é um bom parceiro e há um mercado aberto, principalmente das zonas livres que lá se instalaram e o Brasil pode nesse comércio direto se aproveitar disso para vender.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): V.Ex^a será o primeiro orador logo após a... Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, depois da reunião secreta a gente só vai ter o que comemorar da aprovação do Embaixador. Eu queria dizer o seguinte, na reunião primeira eu sugeri que se criasse aqui e eu me lembro que o Senador Tuma deu apoio, a gente ter uma Subcomissão para analisar a situação dos Países fronteiriços com o Brasil. Creio e o Senador também deu apoio, Crivella, e me foi pedido um estudo sobre isso. Eu terminei o estudo junto com a Assessoria Técnica que eu quero passar ao Presidente. Agora, eu quero passar também com uma proposta que é um Requerimento. Que é o Requerimento de criarmos uma Comissão temporária dessa... Do Senado para estudarmos a

situação nos Países fronteiriços. Porque pelo estudo que nós fizemos, a Comissão e eu, há margens para muita preocupação.

Então, a sugestão, eu vou dar entrada aqui no Requerimento, não sei se vai votar hoje ou outro momento, precisar um pouco de reflexão é de que criemos uma Comissão Externa do Senado, Externa Comissão, para fazer uma espécie de audiência sobre o que é que pode acontecer nos próximos anos em cada um dos Países com os quais nós temos fronteiras e com a população de brasileiros que moram nesses Países. Então eu vou passar para o senhor tanto o estudo como também esse Requerimento para que passe ao Presidente Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque, de antemão já quero-lhe dizer da minha posição pessoal favorável, eu não tenho dúvida que esse é uma tema que vai crescendo em importância. O Requerimento que eu apresentei aqui pedindo a presença do Embaixador, convidando o Embaixador do Brasil na Argentina para comparecer aqui também eu ressalto um pouco essa questão da Tríplice Fronteira, quer dizer, é um problema que está crescendo, por questão de tráfico de drogas, tráfico de armamento, tráfico também ligado ao meio ambiente. De maneira que é muito oportuna, sim, essa proposta de V.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero lembrar que o problema da Comissão Externa teria que ser no Plenário. Agora, eu não gostaria de passar por cima dos demais Senadores dessa Comissão. Eu não quero apresentar só. Ou o Presidente Heráclito Fortes apresenta ou apresentamos todos os Senadores da Comissão. Acho que seria mais interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Vamos colocar na pauta da próxima semana a discussão sobre essa questão. Poderia ser aqui no âmbito de uma Subcomissão temporária.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas parece que já temos as quatro Subcomissões compostas. Não seria possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ok. Obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, uma breve palavra a respeito dessa preocupação do Senador Cristovam Buarque. Nessa semana foi capturado no Estados do Rio de Janeiro, nas comunidades carentes, no Morro do Alemão, 30 mil cartuchos de pistola e fuzil, e armas que não sei precisar o número, de origem Argentina. O senhor vê como é que está o Estado das nossas fronteiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos suspender.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu considero que esse não é um problema de... Na verdade não é nem um problema de fronteira só. É um mega negócio. É gente do andar de cima. Que a gente fica pensando que isso é um negócio... Isso é um problemzinho ali da fronteira. É um negócio do andar de cima.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Seguramente. Não é questão de um brasileiro...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Acho que nós temos que estar corretíssimo. A posição. Está correta para posição do Senador Cristovam, não há dúvida. Para ter idéia de onde é que surge. De onde é que vem. Não é um negócio que surge ali no morro, ali na periferia... Não tem esses cartuchos ali. Passa por ali, entendeu? É um negócio do andar de cima. Tem que ter noção de onde é que vem e onde é que a investigação, onde é que a gente deve colocar a mão. Se é que dá para colocar a mão efetivamente aí num terreno desses grandes negócios que envolvem contrabando, tráfico de armas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Contrabando, tráfico, armas, tráfico de drogas...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho certeza Presidente que a leitura do documento feito pela Assessoria Técnica do Senado e comigo vai assustar muita gente. Vai mostrar que há fenômenos dentro desses Países que podem trazer problemas para nós e problemas realmente na fronteira.

Então, o documento é um pouco extenso, mas eu gostaria que fosse distribuído a todos e em função disso defender essa Comissão. Não só porque ela é importante, mas porque a gente precisa despertar a opinião pública brasileira para esse assunto. Porque parece que não existem problemas. E há muitos problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Solicito à secretaria que distribua para todos os Senadores porque nós possamos ter já uma discussão na próxima reunião com o conhecimento da proposta do Senador Cristovam Buarque. Suspendo a reunião para que ela se transforme em secreta o que prevê o nosso regimento e a Constituição.

Sessão suspensa às 12:49.

Sessão reaberta ao público às 13:32.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho prazer de comunicar a aprovação do Embaixador Valadares por unanimidade.

de e dedico... Dedico, não. Manifesto a ele toda a intenção dos Senadores que o senhor seja um grande representante do Brasil, como tudo indica, pelo seu passado, que vai ser.

SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES: Queria agradecer aos Srs. Senadores, a toda a Comissão essa oportunidade que me deram desse debate e espero poder cumprir com os votos do Senador Cristovam. Eu tenho uma tarefa difícil pela frente e um pensando um pouco mais atrás nos anos 90, porque nos anos 90 eu servi com um grande amigo do Embaixador Cristovam, e um grande amigo meu o Embaixador Jerônimo que deixou uma marca na Costa Rica. Isso cria algumas dificuldades para quem vem depois. Mas a minha dificuldade ainda é muito mais multiplicada, porque eu estou indo à Costa Rica para suceder imediatamente ao Embaixador Francisco Alvim, que é um dos grandes Diplomatas brasileiros e na minha visão um dos nossos melhores poetas. Então eu tenho... Não é uma missão fácil. Eu espero corresponder à confiança dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E ele ficou muito tempo lá, né?

SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES: Ele ficou bastante tempo. O Francisco.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero dizer ao Embaixador que vamos enviar ainda hoje e tentar aprovar o mais rápido possível no Plenário a sua nomeação.

SR. HILDEBRANDO TADEU NASCIMENTO VALLADARES: Muito grato, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada essa Sessão da Comissão de Relações Exteriores.

Sessão encerrada às 13h34.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA QUINZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas do dia quinze de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **FERNANDO COLLOR**, **MARIA DO CARMO**

ALVES, **INÁCIO ARRUDA**, **SERYS SLHESSARENKO**, **PAULO DUQUE**, **GILVAM BORGES**, **JARBAS VASCONCELOS**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **ROSALBA CIARLINI**, **VALDIR RAUPP**, **EDUARDO AZEREDO**, **MARCO MACIEL**, **ROMEU TUMA**, **EDISON LOBÃO**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **FRANCISCO DORNELLES**, **MARCELO CRIVELLA**, **FLEXA RIBEIRO**, **AUGUSTO BOTELHO** E **JOAQUIM RORIZ**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente da Comissão põe em votação os itens da Extra-Pauta. **Item 01:** Requerimento Nº 05, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *nos termos regimentais e constitucionais, requer que seja realizada, no âmbito da Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública com o objetivo de discutir o recente relatório elaborado pelo Grupo De Trabalho Da Amazônia – GTAM, colegiado composto por representantes da ABIN e dos órgãos de informação das FORÇAS Armadas E Da Polícia Federal, e que, em síntese, aponta riscos de dominação da região, com a presença e atuação de estrangeiros na amazônia.* Não estando presente o Senador Arthur Virgílio, o Presidente da Comissão solicita que o Senador Eduardo Azeredo subscreva o Requerimento. Aprovado. **Item 02:** Requerimento Nº 11, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *requer, em aditamento ao Requerimento Nº 09, DE 2007-CRE, aprovado no dia 08 de março do corrente, sejam convidados as autoridades relacionadas abaixo, para participarem de debate em reunião de Audiência Pública, em conjunto, com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre “fontes alternativas de energia” e, ainda, a inclusão de um representante da Agência Nacional Do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP) entre os convidados. Márcio Pereira Zimmermann, MME; Luiz Antonio Rodrigues Elias, MCT; Jerson Kelman, ANEEL; Adão Linhares Muniz, ABEE; E Haroldo Borges Rodrigues Lima, ANP.* Aprovado. O Presidente comunica a retirada do Item 02 da pauta, nos termos do Art. 175, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 32, de 2007, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Vitor Candido Paim Gobato**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de Embaixador do Brasil Junto à República da **Romênia**. O Senhor Presidente convida o Embaixador para compor a Mesa. O Presi-

dente da Comissão comunica que o Relator Senador João Tenório não está presente e designa relator Ad Hoc o Senador **JARBAS VASCONCELOS** que faz a leitura do Relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **VITOR CANDIDO PAIM GOBATO** para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO AZEREDO** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. O Presidente torna a Reunião Secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação do indicado pela unanimidade. Usou da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA QUINZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Sessão Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a Comissão à dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passarmos à apreciação da pauta, temos dois itens que entrarão Extra-pauta.

O Item 01, Requerimento nº. 05. O Senador Arthur Virgílio, por gentileza, é o autor do Requerimento.

Nos termos regimentais e constitucionais requer que seja realizado no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública com o objetivo de discutir o recente Relatório elaborado pelo qual Grupo de Trabalho da Amazônia, GTAM, colegiado composto por representantes da ABIN, e dos órgãos de informação das Forças Armadas da Polícia Federal, e que em síntese aponta riscos de dominação da região com a presença e atuação de estrangeiros na Amazônia.

O autor é o Senador Arthur Virgílio. O Senador Arthur Virgílio não se encontra em Plenário. A indagação é se algum dos senhores... Senador Arthur Virgílio... Indago ao Senador Eduardo Azeredo se assume

a defesa do Requerimento Extra-pauta. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o Requerimento do Líder do nosso partido, Senador Arthur Virgílio, requer que seja realizado no âmbito dessa Comissão, Audiência Pública com o objetivo de discutir o conteúdo do recente Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da Amazônia, GTAM, colegiado composto por representantes da ABIN e dos órgãos de informação das Forças Armadas e Polícia Federal, e que em síntese aponta riscos de dominação da região com a presença e atuação constante de estrangeiros na Amazônia. Nesses termos, solicita que para participar de Audiência Pública acima citada sejam convidadas as seguintes autoridades: A Ministra Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, Ministro Waldir Pires, Ministro de Estado da Defesa, Ministro Amorim, Ministro de Estado de Relações Exteriores, e o Sr. Márcio Paulo Buzanelli, Diretor-Geral da ABIN, além do Dr. Paulo Lacerda Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

O objetivo como está aqui descrito é discutirmos essa questão da segurança da Amazônia em relação a riscos permanentes especialmente na área do tráfico.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 02. Requer aditamento ao Requerimento nº. 09/207 dessa Comissão aprovado no dia 08 de março do corrente, sejam convidados as autoridades relacionadas abaixo para participar de reunião em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de Serviços de Infra-estrutura de Meio Ambiente, Defesa do consumidor, Fiscalização e Controle sobre fontes alternativas de energia e ainda a inclusão de um representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível, ANP, entre os convidados, Márcio Pereira Zimmerman, MME, Luiz Antônio Rodrigues Elias, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Gerson Kelman, ANEEL, Adão Linhares Muniz, Agência Brasileira de Energia Elétrica, e Aroldo Borges Rodrigues Lima, Presidente da ANP. Autor, Senador Inácio Arruda.

É, portanto, um aditamento, não sendo necessário discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Há uma solicitação de retirada do Item 02 da pauta de hoje.

Nos termos do art. 175, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico aos Srs. Senadores a retirada do Item 02 da pauta, mensagem

do Senado Federal 39/2007, tendo em vista o erro ocorrido na mensagem enviada pelo Poder Executivo. Trata-se da indicação do Embaixador Raul de Tomé, para Embaixada do Brasil no Zimbábue. Fica, portanto, o Item 01... Mensagem nº 32, submete à apreciação do Senado Federal nome do Sr. Vitor Cândido Paim Gobato, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para o cargo de Embaixador junto à República da Romênia. O Relator, Senador João Tenório. Não encontrando-se em Plenário, solicitará ao Senador Jarbas Vasconcelos que atuasse como Relator *ad hoc*.

Concedo, portanto, a palavra... Antes, porém, gostaria de pedir a presença do Embaixador. Com a palavra o Senador Jarbas.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Srs. Senadores, na ausência do Senador João Tenório designado para relatar a matéria e indicado por V.Ex^a para substituí-lo, mensagem que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Vitor Cândido Paim Gobato, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Romênia. O Senador, Presidente Heráclito Fortes, o Senador João Tenório fez um Relatório minucioso, cuidadoso em que debruça-se no currículo do indicado, do Dr. Vitor Cândido, faz um histórico das suas missões já exercidas, já cumpridas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, e conclui pedindo para que a Casa, no caso a Comissão de Relações Exteriores, acolha o nome do indicado. Não tenho nenhuma posição, e mantenho conseqüentemente o Relatório feito pelo nobre Senador das Alagoas, Senador João Tenório. É o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Relatório do Senador Jarbas Vasconcelos em substituição ao Relator João Tenório é pela aprovação. Passamos, portanto, a palavra ao Embaixador Vitor Cândido Paim para fazer sua exposição pelo tempo que julgar necessário. Antes, porém, quero comunicar que tendo em vista outros compromissos em outras comissões a partir de agora nós vamos abrir a possibilidade que os Srs. Senadores exerçam o direito do voto desde que já que tem em mãos toda a documentação necessária para análise, se sentirem em condições do exercício da sua... Por escolha ou não do sabatinado. Concedo a palavra ao Embaixador.

SR. VITOR CÂNDIDO PAIM GOBATO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente permita-me registrar, Sr. Presidente, a satisfação com que eu regresso à Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional para falar hoje sobre a Romênia onde fui designado para servir como Embaixador do Brasil, caso obtenha a aprovação dos Srs. Senadores que muito me prestigiam e me honram com a sua presença nessa sala. Como os senhores sabem, a Romênia é uma República Parlamentar situada na Europa Oriental onde vivem 22 milhões de nacionais, 10 milhões deles no exterior, e 20 mil romenos que constituem a colônia de romenos resistentes no Brasil.

Com a Romênia, o Brasil compartilha ou é beneficiário de uma herança comum qual seja da latiniidade. De fato, como os senhores sabem, a Romênia é há quase dois mil anos latina, por gênese, por idioma, por sistema normativo, hábitos, tradição, cultura e civilização. Eu creio que por isso, Sr. Presidente, eu vou me permitir referir sucintamente a dois momentos a onde se percebe a influência da inspiração romena no Brasil. O primeiro quando há 85 anos se realizou a semana de arte moderna e São Paulo que constituiu uma manifestação inaugural do modernismo no Brasil onde esteve presente o dadaísmo, e de um poeta, de um escritor romeno Tristan Tzara, que foi entusiasticamente acolhido no Brasil. E de tal maneira se identificou com o estilo brasileiro que ainda hoje está presente nas reverências carnavalescas com que o brasileiro, nosso compatriota, procuram demonstrar o seu sentido e sua maneira de viver. O segundo, o outro, ocorreu no início da década de 30, quando industriais paulistas fazendo uso ou utilizando um exemplar de um Economista romeno, Mikhail Manuelesko(F), traduziram a sua obra com o título de teoria do protecionismo e da troca internacional e que foi distribuída como uma bíblia as partidários da industrialização do Brasil. Nelas uma das teorias era de que o processo de troca dos produtos agrícolas pelos bens industriais desfavorecia muito os Países desenvolvidos. Razão porque eles tinham que ser necessariamente industrializados. Mais tarde, na década de 70, um importante historiador Joseph Loph(F) vem estudar a importância, o impacto que veio a ter as idéias de Manuelesko(F) no Brasil, tendo inclusive justificado que foi por causa dela que ocorreu a transferência da liderança industrial do Rio para São Paulo. E como elas colaboraram pra a elaboração da concepção ideológica do Centro de Indústria do Estado de São Paulo, instituição que foi o embrião, que foi a origem da atual FIESP. Até mesmo na Lei Tarifária de 1931 se encontra ainda refletido o pensamento desse ilustre Economista romeno que foi para seus homólogos do início do século 20, considerado o pai da doutrina econômica brasileira. Eu desejaria mencionar que as nossas relações bilaterais com a Romênia datam do segundo império de 1980, nós passamos a ter a nossa Embaixada em Bucareste a partir de 1929, e ao longo

desses 127 anos vou eu fazer referência a algumas visitas ilustre, como, por exemplo, a que realizou em 1975 o Presidente Nicolau Ceausescu ao Brasil, ao tempo da política brasileira do pragmatismo responsável do Presidente Ernesto Geisel, tendo essa visita se constituindo, salvo engano, a única de um líder comunista ao nosso País durante o regime militar.

No ano 2000 visitou o Brasil o Presidente Constantinesco e o Presidente Iliesco que esteve esqui na ECO 92 quando visitou a Itaipu Amazônia e depois em 2003 por ocasião do encontro de Internacional Socialista que se realizou em São Paulo. Do Brasil foram a Romênia. Em 2001 o nosso Presidente, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Carlos Veloso acompanhado de Parlamentares, inclusive o Senador José Sarney, e depois o chefe da Segurança Institucional em outubro de 2004, o Vice-Presidente José Alencar, quando assinou um acordo de isenção parcial de visto que a Câmara dos Deputados enviou para análise do Senado em 26 de fevereiro último, e cuja célere apreciação dos Srs. Senadores seguramente representaria um gesto de simpatia para com o Governo da Romênia. O atual Presidente da Romênia, Traian Basescu no final do ano passado reiterou o convite que fizeram ao seu antecessor para que o Presidente Lula visitasse Bucareste. Inclusive incluiu Brasília como uma das escalas que ele cogita fazer num périplo pela América Latina ainda no transcorrer deste ano. Eu gostaria de recordar que nosso relacionamento bilateral com a Romênia teve um impulso especial a partir do que foi chamado o final do comunismo dinástico, ocorrido em outubro de 89 com a queda do Presidente Ceaucesco.

A partir de então, a Romênia passou por muitas mudanças, afirmando-se como uma economia de mercado, assegurando um ambiente democrático, e privatizando empresas estatais e por isso tendo colhido índice de performance econômica notáveis, que é garantir um crescimento de 5.5% no último quinquênio e segundo o Banco Mundial e o FMI para o presente ano, espera-se um crescimento da ordem de 6.5%. Este notável esforço, Srs. Senadores, de natureza interna que fez a Romênia, não deixou de visar um objetivo estratégico de se integrar à União Européia. O que ocorreu em primeiro de janeiro deste ano. E que é sem dúvida um êxito de dimensões históricas. E que não deixou de certa maneira de produzir o efeito para que esse... Para que projetássemos o efeito prático com o Brasil nos domínios políticos, diplomático, cultural e econômico comercial.

O nosso... Olhando para os dados do nosso comércio bilateral, percebe-se que há um desequilíbrio estrutural muito grande a nosso favor. De fato temos um

superávit com a Romênia que se caracteriza basicamente por exportações brasileiras de produtos primários, com baixo valor agregado, e que importa muitos produtos industrializados com alto valor agregado. De um volume total de comércio bilateral da ordem de 372 milhões de dólares, o nosso superávit chega na ordem de 310 milhões de dólares.

Nesse sentido, valeria observar que como resultado do mencionado ingresso na União Européia, e por conta do chamado [inaudível], pelo qual obriga os demais Países a se conformar com os tratados internacionais dos quais aquela organização é signatária, o Governo da Romênia solicitou em meados do ano passado que o Brasil ab-rogasse quatro acordos, dois deles de natureza econômico comercial, um de proteção de plantas e outro de cooperação no campo da sanidade veterinária. Em contrapartida, todavia, foi proposto ao Brasil um acordo de cooperação econômica e tecnológica que constitui uma extraordinária oportunidade para concretizarmos as potencialidades que existem dentro da perspectiva futura do nosso relacionamento. Nesse contempla a Constituição de uma Comissão Mista, que vai agir como principal instrumento de implementação do referido acordo. Que contempla priorizar áreas que já estão refletidas na nossa pauta bilateral, e inclusive promovendo a transferência de tecnologia com o que abre a possibilidade do Brasil compartilhar também com a Romênia o êxito que vem obtendo nas áreas de etanol e biocombustível.

Além disso, esse projeto já negociado, como diz os senhores, contempla também a possibilidade de implementar projetos estruturantes, como o de fazer de Constança, do Porto de Constança, um centro redistribuidor de mercadorias brasileiras. Por quanto é o maior porto do Mar Negro. O segundo maior porto de águas profundas da Europa, e de onde se pode alcançar um universo de nada menos de duzentos milhões de consumidores, num raio de apenas mil quilômetros.

Na dimensão cultural valeria a referência a diplomacia acadêmica, da qual é um resultado eloquente o interesse dos romenos em aprender inclusive o idioma brasileiro, por quanto o curso de português mantido pela Chancelaria brasileira no ano passado formou mais de 250 romenos. O interesse também revelado pelas iniciativas de natureza artística, cultural e musical, e inclusive a publicação de mais de 50 obras em romeno, obras da literatura brasileira em romeno, são provas eloqüentes dessa convergência, dessa latiniidade e desse apreço pela cultura brasileira.

Merece destaque nesse particular as visitas dos professores e Reitores da USP, e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, quando em 2002, para comemorar os 80 anos da chegada do pensamento de Tristan

Tzara e a doutrina Manuelesko(F) ao Brasil, o então Reitor Cláudio Lembo criou o Centro de Estudos Brasil-Romênia, uma instituição interdisciplinar que continuará iluminando a presença da Romênia no Brasil, complementando o estudo que tem feito com pioneirismo o historiador norte-americano Joseph Loph(F) na Universidade de Illinois.

Quanto à política interna, queria referir que em que pese a divergência que faz do Primeiro Ministro da Romênia, um adversário declarado do Presidente da República, a manutenção da democracia e a economia de mercado, constitui os dois pilares da política interna. Existe obviamente um esforço para buscar uma identidade dentro do contexto europeu e aprofundar as reformas econômicas e estruturais em cumprimento aos compromissos assumidos com a integração na União Européia. Até mesmo para estar a salvo do uso da cláusula de salvaguarda.

A Corte Internacional praticamente impediu a consecução de processo de impeachment do Presidente que se limitou a fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito cujo resultado vai ser aprovado no dia 21 de março.

Finalmente, Srs. Senadores, sobre a política externa, queria observar que não obstante a Romênia faça ou promova um certo ativismo no campo exterior e na área regional, a diplomacia romena está sentada num eixo triplice, qual seja: Na associação estratégica e subordinada a Washington, declarada como um parceiro chave; Segundo, na diversificada contribuição com a OTAN, com a qual colabora inclusive com integrantes de forças militares de intervenção como fez no Iraque e no Afeganistão, e a quem o Presidente Basescu confia a segurança de seu próprio País.

Finalmente, com a sua recente integração na União Européia, onde se apresenta com uma política de portas aberta, está comprometida a melhorar a capacidade de absorção de fundos europeus por quanto receberá 32 bilhões de euros nos próximos sete anos.

Finalmente, Sr. Presidente, desejaria dizer que embora as relações bilaterais da Romênia com o Brasil se encontrem num bom momento, melhorá-las não deixa de também ser uma tarefa desafiadora. A Romênia hoje integrada à OTAN, aliança Atlântica e a União Européia é uma Romênia diferente. Mas não impossível, Srs. Senadores, de concretizar resultados, de dar mais visibilidade e resultado práticos à nossa cooperação entre aquilo que um colega e amigo Embaixador Jerônimo Moscardo chamou de entre o núcleo mais fecundo da latinidade que é Romênia, e o seu mais amplo horizonte que é o Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Encerrada a discussão para o Sr. Embaixador, vamos passar a palavra para os Srs. Senadores que se inscreveram para questioná-lo. Antes, Senadora Serys, eu quero registrar aqui com maior felicidade que a base do Governo já completou os votos. Os seis votos da base do Governo já estão... Fato esse que merece um registro nessa Comissão. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Senadores e Senadoras, eu queria do Sr. Embaixador um pouco mais de informações a respeito da Romênia, do ponto de vista da perspectiva que pode ter de... Do ponto de vista econômico para o Brasil, de exportações. Porque o que se verifica é que hoje a exportação é mais de produtos primários, ainda na base da soja, do minério de ferro, da carne, que evidentemente é importante, mas seria bom se nós pudéssemos ter uma perspectiva também de produtos manufaturados que envolvem mais mão-de-obra.

Essa é a questão que gostaria de fazer e existe uma natural curiosidade sobre a Romênia. Como eu pude dizer a V.Ex^a. pessoalmente, é um País pouco conhecido, fruto do fechamento da cortina de ferro durante quase 50 anos.

SR. VITOR CÂNDIDO PAIM GOBATO: Muito obrigado, Sr. Senador Azeredo. Eu devo dizer que de fato houve... Há essa característica de que as nossas exportações são de produtos primários e com baixo valor agregado, e que isso é resultante desse choque que houve com o regime comunista a partir do qual inclusive não se criou uma tradição de confiança no empresariado brasileiro de fazer iniciativas conjuntas. A PETROBRÁS e a VALE DO RIO DOCE têm o pioneirismo e o mérito de terem cogitado fazer isso. A PETROBRÁS chegou a cogitar de desenvolver uma siderúrgica, uma empresa de refino de petróleo numa cidade distante de cem quilômetros de Bucareste, cujo nome não me recordo, mas se chamava SIDERCA o nome da empresa, no entanto encontrou pouca experiência na parte cabo-verdiano em responder ou em corresponder às expectativas, as precondições que eram apresentadas para fazer esse empreendimento.

Eu acho que não impediu, entretanto, que ela desistisse. E a prova disso mais eloquente que eu tenho, Senador, é de que para o gasoduto de Santa Cruz de La Sierra a PETROBRÁS voltou a comprar equipamentos dessa mesma empresa para realizá-lo. Eu devo ter no Rio de Janeiro encontros com a PETROBRÁS para relançarmos isso. Agora, sobretudo, que a prioridade do Governo da Romênia não é mais integrar à família européia. Eles querem se pré-qualifi-

car dentro do contexto europeu. E vale a pena lembrar de que esse esforço também da parte da Romênia a absorvia totalmente. A Romênia e a Bulgária, juntas, representam apenas 1% do PIB, salvo engano, na União Européia.

Então, a prioridade era um esforço interno de cumprir as regras para se integrar à família e essas alianças com o exterior foram deixadas, digamos, para um plano mais secundário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Antes de passar a palavra à Senadora Serys que é a próxima inquiridora, de acordo com o exposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, vou transformar a reunião em secreta, a fim de que o Embaixador faça sua exposição e em seguida seja argüido pela Comissão.

Eu vou solicitar, portanto, que as pessoas se retirem e vou com permissão da Comissão autorizar a permanência da esposa do Embaixador em Plenário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Nós participamos da tese, Sr^a. Embaixatriz que nesse caso não há segredo, nem sigilo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, permite? Antes de virar secreta a reunião, eu que tinha... Não de interpelar, mas de dar um depoimento sobre o Embaixador Vitor Gobato--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pois não. Tem V.Ex^a. a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): -- Gostaria de dizer que minha confiança no seu trabalho é tanta que eu votei antecipadamente. Eu não o ouvi, primeiro votei para depois ouvi-lo. Tenho certeza que ele estreitará as relações do Brasil com a Romênia e fará um belíssimo papel dando seqüência a uma carreira brilhante, correta, que o credencia como um dos mais decentes, mais competentes diplomatas da nossa competente diplomacia.

SR. VITOR CÂNDIDO PAIM GOBATO: Muito obrigado, Senador.

[Sessão secreta às 11h02]

[Sessão reaberta ao público às 11h18]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Reaberta a Sessão... A Sessão está reaberta. Vamos anunciar o resultado. 15 dos Srs. Senadores votaram, e há unanimidade pela aprovação do nome do Embaixador Gobato para representar o Brasil junto à Embaixada Brasileira na Romênia. Os Srs. Senadores querem fazer algum comentário?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tem V.Ex^a a palavra pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Apenas gostaria se pudesse sugerir a V.Ex^a que o representante do Itamaraty não saísse durante a reunião secreta, porque às vezes a gente precisa de uma informação durante a exposição e eles têm a obrigação de guardar o segredo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Na realidade, Senador Romeu Tuma, já tomamos essa decisão da outra vez. Só que eu olhar a cadeira onde sempre senta o representante do Itamaraty e ele não estava. E minha dúvida se...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu falei com ele e ele disse que ficou constrangido em ficar quando pediram para todos se retirarem, porque eu achei... Eu queria consultá-lo e não vi.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, não. Já existe aqui, ele sabe, mas é o estilo, a modéstia do Embaixador Marco Antônio que... O que só faz crescer o conceito dele nessa Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Peço desculpas a V.Ex^a por sugerir com atraso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, mas eu achei inclusive que ele estivesse fora do recinto por alguma outra necessidade de caráter profissional. E que V.Ex^a desde já convocado de maneira peremptória para estar presente nem que seja sob vara a todas as reuniões secretas dessa Casa para aprovação dos Srs. Embaixadores.

Portanto 15 votos a favor, nenhum voto contra. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, antes, porém, cumprimentando o embaixador Gobato e desejando muito sucesso nas novas funções. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h18

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas do dia vinte e dois de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos

Senhores Senadores **ROMEU TUMA, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPPLY, JOÃO TENÓRIO, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP, MARIA DO CARMO ALVES, EDISON LOBÃO, FRANCISCO DORNELLES, MARCO MACIEL, EDUARDO AZEREDO, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, ANTONIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, CRISTOVAM BUARQUE, PAULO DUQUE, PEDRO SIMON E MOZARILDO CAVALCANTI**. Presença também do Senador **JOSÉ AGRIPINO**, não membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inversão da pauta. Inicia a apreciação da Pauta-Extra. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994”*. Relator Senador **MARCO MACIEL**. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, (Decisão Terminativa na CRE), de autoria do Senador Tião Viana, que *Altera o inciso “c” e revoga o inciso “d” do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas”*. Relatora Senadora Maria do Carmo Alves. Votação nominal, Aprovado com 10 votos SIM. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de Agosto de 2003*. Relator Senador Romeu Tuma. Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO e ROMEU TUMA**. O Senhor Presidente convida os Embaixadores para comporem a Mesa. Passa-se a Pauta da Comissão. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 43, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Celso Marcos Vieira de Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa*. Relator Senador Marco Maciel faz a leitura do seu Relatório. Pauta-Extra. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 52, de 2007,

de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue*. Relator Senador Jarbas Vasconcelos faz a leitura do seu Relatório. O Presidente passa a palavra ao Embaixador **CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA** para sua exposição de motivos. O Presidente passa a palavra ao Embaixador **RAUL DE TAUNAY** para sua exposição de motivos. O Senador Cristovam Buarque assume a Presidência. O Senador Heráclito Fortes retorna a Presidência. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPPLY e ROMEU TUMA**. Senador **CRISTOVAM BUARQUE** faz uso da palavra e apresenta o Requerimento nº 17, de 2007 – CRE, que *Requer, nos termos regimentais, que: a) solicite ao Governo informações sobre as compras de terra e de empresas agrícolas por capital estrangeiro nos últimos cinco anos; b) convide o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Energia para, em audiência pública, debater acordos e negociações em andamento, com governos e empresas estrangeiras, relacionadas com a produção de bioenergia; c) seja feita uma audiência convidando-se: Roberto Novaes, da UFRJ; Marcelo Carneiro, da UFMA; Lígia Sigaud, do Museu Nacional; Reginaldo Nunez, do DIEESE; Batista Vidal, um dos criadores do PROÁLCOOL e defensor, a décadas, de alternativas bioenergéticas; para responder a cinco perguntas relacionadas à possibilidade de o Brasil se transformar em um grande produtor e exportador de etanol e outras formas de bioenergia*. Aprovado. Senador **MARCO MACIEL** encaminha Requerimento a Mesa. Requerimento nº 18, de 2007 – CRE, que *“Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE CONGRATULAÇÕES para a União Européia, em virtude do cinquentenário da assinatura dos Tratados de Roma, marcos no processo de integração das nações da Europa. Requer, ademais, que os votos sejam transmitidos ao Ilustre Representante das Comunidades Europeias no Brasil”*. Aprovado. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade. O Senador **EDUARDO SUPPLY** faz uso da palavra. Apreciação do Requerimento nº 15, de 2007 – CRE, de autoria do Senado Inácio Arruda, que *“Requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (CREMC) com a Subcomissão Permanente*

sobre *Aquecimento Global (CMAAQ)*, já aprovada por este órgão da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que será realizada na próxima quarta-feira, dia 28 de março, com as presenças da Ministra de Estado do Meio Ambiente, a Senhora Marina Silva, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Senhor Celso Amorim". Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Havendo número Regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passarmos aos itens da pauta, vamos apreciar três itens extra pauta, por solicitação dos Srs. Senadores autores das propostas e pelos membros que encontrarem condições de apreciação.

Item 01, Projeto de Decreto Legislativo nº. 04/2007 aprova o texto do acordo relativo à implementação da parte 11º da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, de 10 de dezembro de 82, concluído em Nova York em 29 de julho de 94. A Comissão de Relações Exteriores é... Autoria [inaudível] Exteriores da Câmara dos Deputados, o Relator é o Senador Marco Maciel, que tem um parecer favorável. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Senador Marco Maciel deseja falar?

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, em rápidas palavras, eu gostaria de dizer a V.Exª. e às Sras. e Srs. Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A leitura do parecer, Senador Marco Maciel. Tem a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Muito obrigado. V.Exª. inclusive simplifica o procedimento. Mas devo em rápidas palavras disser, Sr. Presidente, que o

Presidente da República no exercício das faculdades constitucionais, houve por bem indicar para exercer a função de Embaixador do Brasil, junto à República portuguesa, o Diplomata Embaixador Ministro de Primeira Classe, Celso Marques Vieira de Sousa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Exª. me desculpe, nós estamos aqui ainda no item extra. É um Projeto de autoria de V.Exª. sobre um texto do acordo relativo à convenção das Nações Unidas sobre os direitos do mar. De forma que...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Exª. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não, não está na pauta de ninguém. Foi apenas solicitação de... Nós estamos colocando...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, com o fundamento do disposto do art. 49 inciso 1º da Constituição Federal, a Comissão de Relações Exteriores desta Casa é chamada a apreciar o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe. A propulsão foi originada pela mensagem presidencial de 1999, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2006, após passar pela apreciação de três comissões da referida Casa, ou seja, da Câmara dos Deputados.

Agora, Sr. Presidente, fazer rapidamente uma análise. Como se sabe a Comissão das Nações Unidas sobre o direito do mar. foi assinado em Montego Bay em Jamaica, em 1982. E demorou mais de 10 anos para atingir as 60 ratificações necessárias sua para entrada em vigor. Devo também dizer que a convenção que deu nova disciplina à questão dos direitos do mar foi retrato de uma época de sua negociação e não contou com a participação de nº. significativo de Países desenvolvidos. Negociada no mundo dividido entre as duas potências, adotou mecanismos de proteção e de acesso aos bens marinhos próprio do confronto da época contra e no caso a vitória das teses dos países do sul contra as idéias mais liberais de apropriação dos recursos do mar.

A negociação desse acordo da parte 11, cujo ponto mais importante em verdade são os novos textos para os anexos relativos a esses conceitos, que se revelaram deslocados ante as novas condições políticas. Ou seja, sobretudo logo após 1989, com a queda do chamado muro de Berlim. Durante a Presidência do Presidente Reagan, os Estados Unidos decidiram não assinar convenção, no que foram secundados por alguns países, mais não todos, Países industrializados. O motivo alegado era o regime de exploração dos fundos marinhos regulamentado na parte 11, a que me já

me referi, baseado no conceito de patrimônio comum à humanidade, atribuído àquela área aos seus recursos minerais, sólidos, líquidos ou gasosos. Como se sabe no fundo do mar [inaudível] de manganês, ou seja, uma série de recursos minerais importantes e que hoje, constam do item dos Países... Constan de matéria de interesse de Países, sobretudo dos Países que têm tecnologias adequadas à exploração desses recursos. Com o fim da bipolaridade ideológica e o desprestígio das idéias estatizantes, a maioria dos Países industrializados aderiu à convenção. Porém, apesar de estrutura institucional planejada para administração da exploração dos fundos marinhos, perdeu o sentido com a ausência inclusive de qualquer atividade mineradora efetiva. E nesse sentido alcançou-se pela via de negociação a reformulação da parte 11, que ora se submete do Senado Federal para essa justa adequação.

As consultas, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas constituíram um exercício pragmático de atração dos Países industrializados para evitar a perda da eficácia da referida convenção, pelo afastamento de importante parcela da comunidade internacional e a previsível proliferação de normas unilaterais concorrentes estabelecidas pelos Estados, não parte da referida convenção. O texto negociado atraiu os Países industrializados, especialmente por simplificar a estrutura ou autoridade internacional dos fundos marinhos, adequar a empresa à realidade das considerações de mercado e a dificuldade do aproveitamento efetivo do potencial dos recursos marinhos.

Devo também, Sr. Presidente, sem querer ler todo o parecer, que encerrado o processo de consultas, o acordo foi aberto à assinatura e isenção da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1994. Neste mesmo mês, 40 Países, inclusive o Brasil, firmaram o acordo. Até 9 de julho de 1998, 88 Países já o haviam ratificado. Sua entrada em vigor previsto para 30 dias depois da 40ª ratificação, sendo no mínimo sete de Países em desenvolvimento e 5 de Países desenvolvidos, ocorreu em 16 de novembro de 1994. Importante ressaltar, por fim, que a modificação se justifica não apenas pela adequação às regras de eficácia econômica, mas, também pelo fato de que essa universalização da convenção significa em termos de proteção ambiental do alto-mar e dos fundos marinhos. A importância da participação dos Países desenvolvidos na convenção, nesse aspecto, está consagrada no acordo em diferentes itens, uma das justificativas do acordo em seu preâmbulo refere-se à consciência de sua importância, aspas, para proteção e preservação do ambiente marinho, aspas, e do meio ambiente global, fecha aspas. Da mesma forma, o acordo atribui à autoridade internacional dos fundos marinhos, o dever de adotar, aspas, normas,

regulamentos e procedimentos que incorporem padrões aplicáveis para a proteção e preservação do meio ambiente marinho, fecha aspas.

Entre outros análogos que demonstram compromisso inarredável do acordo para a proteção ambiental. Por razões já aqui produzidas que constam do parecer, o meu voto é pela aprovação do referido Decreto Legislativo nº. 42007. E devo dizer também, Sr. Presidente, antes de encerrar que o Brasil concorreu em muito, ao longo dos 30 anos, para que nós avançássemos nesse campo tão sensível que é o direito do mar. Inclusive, a definição, por exemplo, a nova definição de conceito de mar territorial, de plataforma continental entre outros itens que foram objeto de convenções, de conchaves internacionais e que interessa ao Brasil visto que o País produz... Possui um largo território marítimo. Era o que eu tinha a dizer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente.

Só para encaminhar--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Do senador Marco Maciel... Para discutir, Senador? Para discutir o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Queria cumprimentar V.Exª., Senador Marco Maciel, pelo brilhante Relatório. Até porque eu... É um assunto que eu gosto muito, o direito do mar. Tanto é que quando eu sou autorizado a ir à ONU, a primeira coisa que eu procuro é material referente a alguma evolução que diga respeito a esse direito do mar. E hoje vem em boa hora, Presidente, Marco Maciel. Acho que nós vamos aprovar esse Projeto no dia internacional das águas. Eu acho que ela... Viu Presidente Heráclito, V.Exª. escolheu, bom o dia, para pôr isso em pauta. O dia internacional da água. E nós aprovamos, recentemente aqui nessa Casa, autorização à Aeronáutica da aquisição de alguns aviões P 3 que é para a vigilância da plataforma marítima brasileira pela riqueza que ela representa e que às vezes são exploradas por alguns invasores indiscriminadamente trazendo consequências graves, não só prejuízo econômico, também para a ecologia, que o mar hoje representa uma segurança. E V.Exª. deve lembrar a reunião de Portugal em Lisboa que em 4 anos, se não me engano, teve um resultado fabuloso. Porque lá cada País tinha que apresentar o seu programa da plataforma marítima. Senão acabava perdendo os direitos sobre o mar. Então eu acho... O que me entristece é o tempo que demora para se aprovar um acordo dessa natureza. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O item dois da pauta, esse requer coro qualificado porque é

terminativo e eu sugeriria aos Srs. Senadores... Pediria presença em Plenário para esta votação. Em seguida passaremos aos Srs. Embaixadores.

O Projeto de Lei 305 altera o inciso C e revoga o inciso D do artigo 2º da lei de 2784, de 18 de junho de 1913, visando alterar o fuso horário estado do Acre, de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich menos cinco horas para o fuso Greenwich o menos quatro horas. Autoria Senador Tião Viana, e a Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves, com o parecer favorável a quem passo a palavra.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem para a apreciação dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado de nº. 305/2006 de autoria do Senador Tião Viana.

A proposição altera a Lei 2784 de 1913, que determina a hora legal em todo o território nacional. O objetivo em alterar o fuso horário em todo Estado do Acre, e de parte do Estado do Amazonas, do fuso horário Greenwich menos cinco horas, para o fuso horário Greenwich menos quatro horas. Segunda justificção, a redução permanente de uma hora no fuso horário permitirá, nessa parte mais ocidental do Brasil, uma maior integração com o sistema financeiro do resto do País, facilitará as comunicações e o transporte aéreo, e resultará numa participação mais efetiva na vida econômica, política e cultural dos centros mais desenvolvidos.

Compete a esta Comissão nos termos no art. 103 do Regimento Interno, examinar a matéria e sobre ela emitir parecer. Quanto ao mérito, a proposição é certamente necessária e oportuna. De fato o fuso horário de menos cinco horas tem se mostrado prejudicial ao Estado do Acre e à parte ocidental do Amazonas, na medida em que dificulta a integração dessa região com o restante do País, o que o atual estágio da evolução tecnológica possibilita. Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº. 305. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores serão chamados porque a votação é nominal. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Tenório, não existe nenhum suplente aqui. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Roriz... Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Suplicy. Abalado com as notícias que acaba de saber, como é que vota?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Mozarildo Cavalcanti. Não está presente. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): 10 votos favoráveis, não voto contra, a matéria está aprovada.

O item 04. Aprova o texto, Decreto Legislativo 29, aprova o texto sobre cooperação em assuntos relacionados à defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Turquia, celebrado em Brasília em 14 de agosto de 2003. Autoria, Comissão de Relações Exteriores, Relator é o Senador Romeu Tuma, parecer favorável, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, vou pedir licença só para ler o trecho final do Relatório, visto que está distribuído, e nós temos dois Embaixadores e é um acordo importante para o Brasil e para a Turquia. É importante ressaltar que o acordo estabelece que sua implementação se dará por meio de programas separados. É diferente de outros acordos que nós temos assinados aqui. Detalhados anualmente e planejados com antecedência. O que sem dúvida, provê uma feição moderna ao tratar de contribuir para a sua real concretização. Define também o regime especial para a liberação de informações sigilosas com toda a proteção necessária, o que sem dúvida é adequado, tratando-se de cooperação de natureza militar. Portanto somos favoráveis à aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passaremos agora à mensagem do Executivo, que submete à apreciação... Duas mensagens.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, apenas uma questão que nós podemos resolver em 30 segundos. Trata-se de um Requerimento, Sr. Presidente, que pedi para que fosse incluído na pauta, num voto de solidariedade aos nossos irmãos do Zimbábue em que estão sofrendo terrível perseguição por parte da polícia do Governo. Se V.Ex^a. pudesse ainda na Sessão de hoje, pelo oportunismo dos fatos que estão ocorrendo, colocar em votação... No Zimbábue. Inclusive hoje estamos votando um Embaixador para o Zimbábue.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a. eu não gostaria de... Esperava a compreensão de V.Ex^a. de que essa matéria não fosse votada hoje, não por oportunismo do fato, mas pela oportunidade. Nós estamos aprovando o Embaixador do Brasil no Zimbábue. Seria uma deselegância nossa aprová-la hoje. Assumo o compromisso com V.Ex^a. de que na próxima reunião faremos essa aprovação. Apenas não ficará bem na mesma Ata constar os dois fatos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu concordo com V.Ex^a. e apenas discordo sobre questão de deselegância. É um ato humanitário que nós precisamos [pronunciamento fora do áudio], sobre tudo lá... Religiosos em Harare, farei em plenária também ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Teríamos inclusive a oportunidade de já aprová-lo na próxima semana com o Embaixador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Concorde, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Agradeço a V.Ex^a.. Submeto à apreciação, antes porém... Pois não?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só... V.Ex^a. tem informação sobre duas Audiências Públicas, tão solicitadas aí, uma com a presença do Ministro Celso Amorim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Dia 29 já foi anunciada, devidamente marcada e comunicada aos senhores Senadores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não fui comunicado não, sim Senhor, obrigado, estou sendo comunicado agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Solicito à Assessoria que conduza os

senadores... Embaixadores Celso Marcos Vieira de Sousa e Raul de Taunay, que serão submetidos à sabbatina nessa Comissão, para indicação de seus nomes respectivamente na República portuguesa e República do Zimbábue.

Mensagem 43. Submeto à apreciação do Senado Federal, o nome do Embaixador Sr. Celso Marcos Vieira de Sousa, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. Com autoria da Presidência da República, a Relatoria é do Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra.

Vou ler a segunda mensagem apenas, para que já cumpra o protocolo e anunciar o Relator para que posteriormente seja ouvido o segundo Embaixador. A mensagem 52. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Raul de Taunay, Ministro de segunda classe, de carreira Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Jarbas Vasconcelos.

Passo a palavra, portanto ao Senador Marco Maciel, para proferir o Relatório. Antes, porém, quero avisar aos Srs. Senadores, tendo em vista vários compromissos em outras comissões, poderão a partir de agora exercer o voto uma vez que os relatórios estão distribuídos a cada um dos Srs. Senadores. E se acharem em condições de exercê-lo, agora poderão fazê-lo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, pela ordem. Desculpa. Vai ter Congresso para apreciação do veto? Vai ter o Congresso?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A informação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Era bom apressar. V.Ex^a. tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, o Presidente da República, de conformidade com o art. 52, inciso 4º da Constituição, e o disposto nos artigos 18, inciso primeiro e 56 do regulamento de pessoal do serviço exterior, houve por bem indicar a apreciação do Senado Federal à escolha do Ministro de primeira classe, Celso Marcos Vieira de Sousa, para exercer as funções de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Como é de hábito, foi juntado à respectiva mensagem, o curriculum vitae do indicado. O Embaixador Celso Marcos Vieira de Sousa, que ingressou no

Itamaraty em 1968, após a conclusão do seu curso do Instituto Rio Branco. Ao longo de sua atividade no Itamaraty, a partir de 3º Secretário, 2º Secretário, 1º Secretário, Conselheiro, Ministro de segunda classe e Ministro de primeira classe, ele demonstrou ser, não somente um competente Diplomata, mas também uma pessoa que conhece bem os problemas que marcam a política internacional dos nossos dias, e bem como também ser uma pessoa que já foi ao longo da sua carreira titular de diferentes chefias de representações diplomáticas do Brasil no exterior. Sem querer citar muita das missões que ele cumpriu no exterior, porque algumas das funções ele já cumpriu no Brasil, inclusive exercendo cargos em Ministérios da área econômica, inclusive Ministério da Fazenda, ele foi Embaixador do Brasil no Cairo, ele foi Embaixador do Brasil na Áustria, e é bom lembrar que também foi representante permanente, junto aos organismos da ONU, em Viena, acreditado cumulativamente a Croácia, Eslováquia e Eslovênia como Embaixador. Além disso, ele participou das reuniões adjuntas de Governadores da conferência geral da agência internacional da energia atômica, a AIEA, que é, como se sabe, sediada em Viena. E ele chefiou inclusive a Delegação brasileira. Devo também dizer que as relações do Brasil com a República Portuguesa são excelentes, e ao longo da nossa história as relações têm se adensado. E não podemos deixar nesse momento também de registrar o trabalho feito pelo Embaixador Paes de Andrade, que durante mais de quatro anos chefiou a representação diplomática do Brasil junto à República Portuguesa.

Também devo dizer a V.Ex^a., Sr. Presidente, e senhoras e Srs. Senadores, que o indicado, e eu já o conheço há bastante tempo, ele além de preencher todos os ricos itens para o exercício da função, é uma pessoa extremamente habilitada, e conseqüentemente dará continuidade a esse esforço que nós empreendemos no sentido de estreitar cada vez mais, as relações Brasil / Portugal, que hoje significa também dizer... O que significa também dizer estreitar as relações do Brasil com a União Européia, já que Portugal ingressou na União Européia. E é bom lembrar, que no próximo dia 25 deste mês, a União Européia estará comemorando 50 anos de existência, contando com 27 membros do... 27 Países membros do referido organismo. Por isso, sem mais outras apreciações, eu quero dizer a V.Ex^a., Sr. Presidente, que este era o meu Relatório, e aguardo conseqüentemente que depois possamos ouvir a manifestação do Embaixador Marcos César... Celso Marcos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Relatório é pela aprovação. Antes de passar a palavra ao primeiro Embaixador, vamos pas-

sar a palavra ao Relator do Embaixador Taunay, que é o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, mensagem da Presidência da República que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Raul de Taunay, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.

Foi atendido o preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou um curriculum vitae do interessado, o Dr. Raul ingressou no Itamaraty ao concluir o curso Rio Branco em 1974, nomeado terceiro Secretário, foi promovido a segundo Secretário em 78, a primeiro Secretário em 1982, a conselheiro em 1992 e a Ministro de segunda classe em 2002. Serviu já a várias embaixadas, como a embaixada de Luanda, a Embaixada na Índia em Nova-Delhi, num consulado em Caiena(F), chefiou a delegação brasileira ao festival internacional de cinema em Cannes em 1981. Tem obras publicadas, várias obras, entre elas o livro meu Brasil Angolano, editado pela editora Record em 1993. No que tange ao relacionamento político diplomático do Brasil com a República do Zimbábue, as relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas exatamente no dia da celebração da independência daquele País, em 18 de abril de 1980. A situação interna daquele País vem recebendo os impactos da grave crise política e econômica porque passa. O setor encontra-se paralisado e o valor da moeda local sofre corrosão com a desaceleração da atividade de setores produtivos e as crises de abastecimentos, excessivas. A questão política prende-se, sobre tudo à Reforma Agrária, cujo programa só foi implementado a partir de 2002. Rejeitada a emenda constitucional que permitiria que a expropriação de terras, sem compensação, nesse mesmo ano. Foram iniciadas invasões sistemáticas a fazendas por grupos promulgados e produzindo severa atenção no campo e repreensões internacionais. O Presidente, inclusive, tenta agora uma nova reeleição programada para 2008.

A relação comercial, entre o Brasil e o Zimbábue é pequena. No ano de 2005, os principais produtos de exportação brasileira foram veículos automotores, 81%, seguidos de peças de máquinas e inseticidas. A grave crise econômica enfrentada pelo governo em grande parte resultado de sua participação na guerra com o Congo entre 1998 e 2002 levou o déficit orçamentário a 11% do PIB. O apoio do FMI foi suspenso, quando o País deixou de cumprir as metas acordadas com a instituição. Chama atenção o dado fornecido pela Organização Mundial de Saúde, OMS, em 2004. Segundo

qual a expectativa de vida da população do Zimbábue é de 37 anos para homens e 34 para mulheres.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, conversar com o Embaixador indicado, senti todo o seu preparo, a sua dimensão, o conhecimento que ele tem do País onde ele vai ser Embaixador, depois dessa conversa mantida entre mim e o Embaixador lá no meu gabinete, vi na imprensa brasileira a ameaça inclusive de expulsão, não de Embaixada do Brasil, mas de todo o corpo diplomático lá no Zimbábue, o que mostra uma situação de imensa dificuldade que de resto vive Países comandados por ditadores. De forma que o nosso indicado, o Governo Brasileiro sabe da situação difícil econômica, social e política por que passa aquele País. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada não cabe ao Relator aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório. Considero o Embaixador amplamente preparado para exercer a sua função. É o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O Relatório é pela aprovação. Passamos agora a palavra ao Embaixador Celso Marcos Vieira de Sousa que tem indicação proposta pelo Governo para ocupar o posto de Embaixador do Brasil junto a Portugal, República portuguesa. Com a palavra V.Ex^a..

SR. CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUSA: Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, excelentíssimos Srs. Senadores, membros dessa Comissão, eu gostaria de lhe dizer da minha honra, de comparecer mais uma vez perante essa Comissão para submeter-me à arguição de V.Ex^a. s. uma vez que fui indicado para o cargo de presidente... Embaixador do Brasil junto à República portuguesa. Quero igualmente deixar consignado a honra, que se caso merecer a aprovação de V.Ex^a.s., terei em suceder a homem público da expressão Embaixador Paes de Andrade, em Lisboa. Da experiência que colhi em duas oportunidades anteriores, quando fui designado para o Cairo e Viena, e da instrução que recebi do Sr. Presidente da Comissão, no sentido de fazer esta minha primeira colocação inicial, o mais breve e concisa possível, eu pretendo deixar, caso seja este o desejo aqui presente, para a parte das perguntas formuladas à abordagem de determinados específicos da relação entre os dois Países.

Traçar um retrato do relacionamento moderno entre o Brasil e Portugal é tarefa fácil e difícil ao mesmo tempo, sobre tudo nessa Comissão. Eu estou seguro que eu tenho diante de mim homens públicos que conhecem, muito bem, todos os aspectos da história de Portugal, de seu relacionamento presente com o Brasil e das perspectivas que se abrem para esse relacionamento. Eu resolvi, então, apenas pinçar al-

guns elementos na história recente dos dois Países, que possam dar uma contextualização do que são... Do é a relação bilateral entre o Brasil e Portugal. Do lado de Portugal, eu selecionei a Revolução dos Cravos de 1964, em que o País já reencontra o caminho democrático após mais de 40 anos de totalitarismo, a entrada de Portugal para a União Européia em 1986 e a adoção do euro em 2002. E do lado do Brasil, a redemocratização da metade dos anos 80 e a estabilização monetária conseguida a partir de 1994. São esses dois... Esses conjuntos de fatos que vão permitir melhor entender o que é que acontece com Portugal, com o Brasil e com a interação entre os dois Países no plano internacional.

Apenas para dizer muito brevemente o que isso significou para Portugal, eu lembraria aqui, que a União Européia disponibilizou para Portugal seis bilhões de euros para o fundo de colisão destinado às regiões mais pobres, e 42 bilhões de euros para fundos estruturais destinados à construção de toda a infra-estrutura portuguesa. 42 bilhões de euros. 48 no total. A expectativa, e isso se reflete imediatamente na vida portuguesa da seguinte forma: A expectativa média de vida do homem português passa de 70 para 75 anos de idade. E nas mulheres de 77 para 81.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): A inflação reduz-se de 12% para 7%, e a estabilidade monetária conseguida e refletida na diminuição das taxa de juros que caem de 15.8 para 3.4. O produto português que representava apenas 58% da média da União Européia, dos Países da União Européia, ele representa hoje 64% já num contexto da Europa ampliada de 27 membros. Estes fatores econômicos foram embasados também pela lei constitucional. Portugal vota sua Constituição em 1976, o que permite a Portugal gozar de 30 anos de estabilidade ininterrupta, fator absolutamente inédito na história portuguesa do Século 20. O que era antes muito um aspecto que eu poderia qualificar como histórico, afetivo, marcadamente cultural, soma-se a uma dimensão econômica. Eu acho que a relação entre Brasil e Portugal era bastante bem definida por uma poesia de Manuel bandeira, que era Portugal meu avozinho. Nós gostávamos de Portugal, íamos a Portugal, havia uma grande interação cultural, mas faltava densidade econômica. E essa densidade é conseguida a partir de então. O investimento de Portugal no Brasil entre 95 e 2005 é multiplicado por 75 vezes, e alcança 12 bilhões de dólares. O que faz com que Portugal hoje seja o 6º ou 7º País em termos de estoque de investimento no Brasil.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Faria a gentileza só de repetir o intervalo de data que o senhor acabou de citar.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): 95 e 2005. O investimento de Portugal no Brasil é multiplicado por 75 vezes.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito significativo.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): É o que foi o movimento realmente extraordinário no setor financeiro estende-se também ao comércio. Também no mesmo período de 95 a 2005, a corrente geral de comércio entre Brasil e Portugal cresce 140%. Ela passa de meio Bilhão para 1.2 Bilhão em 2005 para 1.7 em 2006. Com crescimento que supera o crescimento da corrente geral de comércio de Portugal com o mundo. O Brasil, hoje, tem uma corrente de comércio com Portugal largamente favorável a ele, aonde nós importamos apenas, trezentos e poucos milhões de dólares e exportamos um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de dólares. Do lado brasileiro, há uma predominância a guisa de exemplo, de produtos básicos, o petróleo é o elemento predominante nas nossas exportações, e do lado português, como que um equilíbrio onde os bens comestíveis aparecem com 50% e os bens industrializados com outro 50%. Acho que esse dinamismo se deveu um pouco à Constituição da República portuguesa, que privilegia a relação com os Países de língua portuguesa. Assim é que em três artigos da Constituição portuguesa de 76, há menção específica a essa comunidade. No art. 7, § 4º, lê-se que Portugal manterá laços privilegiados de amizade e cooperação com Países de língua portuguesa. No art. 15º, está escrito que a todos os cidadãos de Estados de língua portuguesa e em condições de reciprocidade, são garantidos todos os direitos políticos, salvo os de ser eleito Presidente da República e Presidente da assembleia da república. E por último no art. 78, que trata da fruição dos bens culturais pelos portugueses, lê-se que Portugal deverá desenvolver relações culturais com todos os povos, especialmente com os de língua portuguesa.

Obviamente que, como acontece em todo o contexto em relações bilaterais o Brasil com outros Países, há desafios, Portugal não seria uma exceção. São os desafios dos contingentes populacionais, o seu tratamento, a legalização da situação de imigrantes brasileiros, o exercício de determinadas profissões, o reconhecimento de títulos e graus em Portugal. Mas estas questões, tendo em vista o embasamento cultural comum e os mecanismos de diálogo que hoje existem entre Brasil e Portugal, são encaminhadas de uma forma muito fluída e expedida. Isso se... É fa-

cilmente verificável quando nós verificamos... Quando nós constatamos, que na área de negociações internacionais comerciais, Portugal e o Brasil têm um relacionamento realmente especial. Assim é que Portugal não endossa a política agrícola comum europeia em totem. Portugal é um doador líquido em termos de política agrícola, e tem uma posição um tanto afastada da posição tradição de França e Alemanha. Da mesma maneira a posição de Portugal no relançamento da Rodada Doha no contexto da Organização Mundial do Comércio. E Portugal tem dado apoio à pretensão brasileira de juntamente com o Brasil, Índia, Alemanha e Japão conseguir acentos permanentes no Conselho de Segurança entre as Nações Unidas.

Essa disposição a que eu me referi em solucionar os problemas, em trabalhar e em cooperar, é significativa quando se verifica que com nenhum outro País, o Brasil tem um encontro a nível de chefes de Governo anual, onde o Brasil tem uma Comissão Permanente extremamente ativa, onde são encaminhados todos os seus problemas de uma forma junto com Portugal, a Comissão Nacional de uma forma muito franca e muito leal.

Sr. Presidente, eu creio que para não me alongar mais na exposição, eu ficaria por aqui e eu preferiria então, deixar aos Srs. Senadores mais tempo para que pudessem, no decurso da Sessão, uma parte referente às perguntas a um diálogo mais aprofundado sobre este e aqueles temas que eles julgarem de maior interesse. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Com a palavra... Nós vamos ouvir, se todos concordarem, nós vamos ouvir agora o Embaixador Raul Taunay, e posteriormente abriremos para as perguntas, inclusive com a parte sigilosa. Tem a palavra V.Ex^a.

EMBAIXADOR RAUL TAUNAY: Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, senhores Relatores, Srs. Senadores, antes de iniciar propriamente esta exposição, eu gostaria e peço licença para deixar registrado o grande prazer, a verdadeira emoção que eu sinto de voltar a usufruir desses instantes de convívio nesta comissão, com os membros dessa Comissão, alguns dos quais eu tive a honra de conhecer quando eu trabalhava na Assessoria Parlamentar do Itamaraty. Foi o momento em que eu acompanhei, daquelas cadeiras do fundo, a Excelência dos debates que aqui se tiravam, e aprendi muito e sobre tudo o exercício de democracia praticado aqui entre os senhores. Isso pra mim teve uma importância inestimável.

Fui designado para o Zimbábue, País da África austral que vive graves momentos de crise econômica e indefinição política. Aceitei este desafio com o

espírito de missão, e me empenharei para defender nossos interesses, desvendar oportunidades para nossas empresas e para o nosso País e assistirei da forma que melhor puder, nossos cidadãos residentes naquele País. Não me estenderei muito a falar do Zimbábue, porque vejo que na pauta preparada pela Comissão estão criteriosamente selecionadas informações precisas e atualizadas sobre o seu perfil: Geográfico, político, social, econômico e a atualidade de seu relacionamento com o Brasil. Procurarei por tanto em brevíssimas palavras, trazer a visão adicional que adquiri de minhas leituras.

Em primeiro lugar devo dizer, e acreditem que é importante dizer isso, que o Zimbábue é um País de belíssimos contornos, é um País configurado entre duas bacias de rios importantes e tem um cenário similar ao semi-árido brasileiro. É um pouco maior que o Estado do Mato Grosso do Sul. Tem terrenos férteis com amplas savanas e grandes árvores imponente, como aquelas árvores grandes portes que a gente vê nos filmes africanos, sobre a África, como Baobá, por exemplo, tem muito Baobá lá. Reservas bem guarnecidas de animais, há 21 reservas de animais guarnecidas pelo governo e graças a ela, ainda existe uma manada de 30 mil elefantes. Há vários animais, há uma espécie de antílope chamado Cudo, há reservas também de Zebras, Babuínos, e o Zimbábue tem a maior manada de Rinocerontes negros do planeta. Mas o Zimbábue não é somente uma terra bonita, ela é uma terra muito antiga. Consta que no século VI, um povo chamado os Carangas, construíram uma cidade que eles denominaram de Zimbábue, que quer dizer no idioma Bantu, Casa de Pedra. Quer dizer, Zimbábue quer dizer Casa de Pedra. Depois essa região entre os séculos 9º e 13, ela foi berço de uma civilização importantíssima na África Austral, que foi a civilização Monomotapa. Era uma civilização que se estendeu, se espalhou além dos limites. Ela passou pelo Botsuama, passou pelo Malawi, passou... Dominou o norte da África do Sul, entrou por Moçambique e foi até a Costa, porque eles eram um povo que dominava, dominava, não somente a agricultura, mas também a mineração. A metalurgia. Eles faziam objetos de ouro, de ferro, de metal de bronze, e eles negociavam muito com os mercadores que vinham do oriente. Então é uma terra que tem um passado, um lastro. Quando os portugueses na época das grandes descobertas chegaram lá, eles não encontraram qualquer coisa. Eles encontraram povos que já tinham... Muito arraigados, muito apegados à terra. E os portugueses vieram, e isso é interessante dizer, eu sei que eu estou comendo tempo de outras coisas, mas acho que a parte política e econômica, já está bem descrita já, mas os portugueses chegaram

lá com grandes projetos, que ficou chamado como o mapa cor-de-rosa. O mapa cor-de-rosa era um Projeto geo estratégico dos portugueses de unir aquela região toda do império monomotapa, às grandes colônias ultramarinas deles, Angola de um lado e Moçambique de outro, criando uma outra grande província, ultramarina que se esse projeto tivesse vingado, hoje o Brasil teria um irmão gêmeo africano, aproximadamente de suas dimensões e com suas riquezas também. Quer dizer, não vingou porque esse Projeto? Não vingou porque vieram atraídos pelo ouro, vieram os ingleses, os [inaudível], africanos da África do Sul empurrando. E sem mais bem armados e muito mais, militarmente mais bem preparados, eles não tiveram dificuldade nenhuma de se estabelecer na região. Esse é o detalhe. Seriam também necessárias várias outras páginas para descrever o longo processo histórico depois disso que levou o Presidente e hoje Chefe de Estado e chefe de Governo, Robert Mugab, professor universitário com sete diplomas universitários, que grande 20 anos foi professor universitário, seriam necessários páginas para explicar esse longo processo histórico, a longa luta armada que levou Mugab ao poder em 1980, liderando a luta contra ao regime, que na época era um regime muito semelhante ao regime do Apartheid na África do Sul, que era o regime da frente Rodesiana de Ian Smith, que enfim, que ao longo de longa... Longo inclusive, processo de mediação internacional feita em Genebra, em Londres, o Ian Smith perdeu o raio de projeção dele e perdeu apoio sobre tudo da Inglaterra, e dos Estados Unidos na época, Estados Unidos do Kissinger e a Inglaterra da Thatcher, e perdendo isso, na época ele ficou à mercê dos avanços da luta armada que levou então Rober Mugab ao poder. E hoje? Hoje, apesar de alguns escândalos de corrupção na máquina de Governo do Zimbábue e descontentamento da população com o desemprego, com a corrosão salarial, com a aspiral inflacionária, com as crises de abastecimento constante, luz, gás, telefone, telecomunicações, apesar disso o Governo ainda insiste, eles tem seus motivos, depois se quiserem a gente poderá entrar em detalhes nisso, mas o Governo insiste em perseverar conjunturas muito positivas, muito otimistas. Eles acham que o País desceu ao fundo do poço e além do fundo do poço não irá mais abaixo. E a tendência atual da economia, e que inclusive é confirmada em grandes estudos, sobretudo do The Economist, naquele Intelligent's Unions, eles predizem que o Zimbábue está em lenta recuperação econômica. Em função de muitos aspectos. O aumento das suas reservas internacionais, a diminuição gradativa da queda do seu Produto Interno Bruto, o aumento dos preços dos minérios do commodities. Isso na

África toda, isso deu uma oxigenação financeira muito grande, o aumento do ouro, da platina que são dois grandes produtos de exportação. A lenta, mas gradual recuperação do setor agrícola. O setor agrícola, isso é um ponto muito crítico naturalmente, a questão da Reforma Agrária. Mas houve várias reformas agrárias, umas feitas inconscientemente e outras feitas com mais tecnicidade, digamos assim. Então hoje--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sobre o aspecto da violência, Embaixador, desculpa perguntar. O aspecto da violência que foi praticado.

EMBAIXADOR RAUL TAUNAY: Sim. Isso daí não há no Zimbábue, o povo Zimbabuano, não é um povo propenso, tanto é que agüentaram muito, eles não são propensos a movimentos repressivos. Inclusive a própria luta armada no Zimbábue, foi muito estimulada por Angola e Moçambique. Que forçava aqueles intelectuais de Rarare, como o Mugab: Não vocês têm que pegar em armas porque senão os ingleses jamais vão sair daqui.

Então, eles não são... Não é uma sociedade propensa. Agora, o Mungab, sim, ele é um homem que, vindo da luta armada, ele não... Eu vou até utilizar uma expressão, mas para ele não caiu a ficha que ele tem já que passar seu poder para as novas gerações, que são muito bem preparadas lá. Lá é um País... O Zimbábue é o país com maior índice de alfabetização da África. 86% dos zimbabuanos sabem ler e escrever em inglês. Sem contar o idioma Xoma e o Idioma Nedeli.

Então, entrando no que o senhor puxou com muita propriedade, há poucos dias, então, o Governo do Zimbábue acusou os governos ocidentais, é a visão deles, e diz serem cúmplices no planejamento de atos de desrespeito à autoridade estabelecida. Reprimiram então, com violência manifestações de rua organizadas pelo candidato opositor, Morgan Tsvangirai, aliás, não é só ele, há outros candidatos inclusive mais fortes que têm... O Morgan é aquele homem que é quer fazer manifestações de ruas. Há uma outra parte do próprio partido dele que faz um trabalho dentro do Parlamento, para aumentar a bancada para as eleições de 2010. São dois tipos de oposição, e o Mungab tem mais medo da segunda que da primeira. Essa primeira é mais algo que repercute naturalmente na mídia, mas o Mungab não se importa com isso naturalmente. Ele não se importa em ser objeto de... Ele já teve dissabores outros, então. Agora, o que é difícil hoje em dia e eu estou levando um pouco essa dúvida, naturalmente essa apreensão, é difícil profetizar se o Presidente Mungab permanecerá no cargo por mais dois anos como ele deseja. Porque agora a sugestão dele foi de unir as eleições presidenciais que ocorreriam agora em novembro, com as eleições

Parlamentares que ocorreriam em 2010. E ao mesmo tempo ele deu outra sugestão, bom, se não for possível fazer isso, para vocês não dizerem que eu quero ter mais dois anos de mandato, então, vamos passar as eleições Parlamentares para 2008. Naturalmente isso é muito difícil, que no Parlamento isso seja votado, porque isso implicaria em que os Parlamentares que foram eleitos, e têm direito ao seu mandato, perdessem dois anos. Quer dizer, ele é muito astuto. Ele está no poder desde 1980. E na África permanecer no poder, isso eu conheço alguma coisa, um pouco de África, mas permanecer no poder na África, vivo, é muito difícil.

Então, analistas hoje acreditam que os principais inimigos do Mungab estariam no próprio Governo, no próprio. E nas lideranças menos moderadas de seu partido. Isso é muito importante, já teriam discutido na convenção dezembro último, a idéia de afastar Mungab da chefia do Governo, mantendo ele apenas como Chefe de Estado, cargo honorífico esse que ele despreza profundamente. Outros observadores asseguram que nada impedirá ao Presidente de pairar intocável na cena política zimbabuana pelo tempo que ele achar preferível, medindo forças com a União Soviética, com Estados Unidos e de quando em vez com a África do Sul.

Bom, aconteça o que acontecer e diante do cenário e desse nó político, e do Governo que estiver estabelecido, eu pessoalmente pretendo levar comigo para o Zimbábue as credenciais históricas de uma diplomacia que privilegiou, desde o primeiro momento, seu relacionamento com a África. De uma diplomacia que tem longa tradição de defesa da causa da descolonização e do repúdio ao finado, *Apartheid*. De uma diplomacia que procura os alicerces de um paradigma novo de cooperação sul, sul. E que em função dessa postura é bem-vista pela maioria dos líderes do continente. Levarei também a vontade política de estreitar, a cooperação e de desvendar oportunidades de negócios para o Brasil onde quer que eles se encontrem. Servir-me-ei de uma estrada que começou a ser pavimentada em 1980, quando o Brasil estabeleceu relações com o Zimbábue. Naquele tempo o *Apartheid* da África do Sul, estava sólido, e em Angola e Moçambique os respectivos regimes se confrontavam com as guerrilhas em larga medida apoiada pelos *africaners* e pelos governos do Reino Unido e dos Estados Unidos.

Isso segundo o Embaixador Bernardo Brito, que hoje é observador junto a Bagdá, ele me mandou uma belíssima carta e que ele me disse: Taunay, o gesto de abertura da missão brasileira naquele momento foi, assim, naquele tempo, um ato essencialmente político, como manifestação de apoio a um País da linha de

frente. Hoje naturalmente o momento é completamente diferente. As relações se encontram numa segunda fase de maturidade. Já são seis os acordos bilaterais. Não é muito, mas para relações ainda em na pré-adolescência, já são seis acordos bilaterais a sustentar tais relações. Um acordo comercial, um acordo de cooperação cultural, um acordo que está sendo examinado de supressão de vistos diplomáticos oficiais, um acordo de cooperação educacional que é muito importante, um acordo assinado para o estabelecimento de uma Comissão Mista permanente destinada a analisar a cooperação em vários setores importantes como agricultura, a pecuária, os recursos naturais, a indústria, a mineração, a energia, transportes, comunicação, saúde, educação, esportes e turismo, e um acordo geral de cooperação técnica.

Pessoalmente sinto-me estimulado em trabalhar com essa matéria-prima. Num primeiro momento, procurarei acelerar, eu acho que tenho que acelerar a realização logo dessa primeira Comissão Mista, se as condições internas do País assim permitirem. Em segundo lugar, outra coisa que eu pretendo logo fazer é apoiar também a realização, o pronto início da cooperação técnica prevista nas várias frentes, sobretudo na área de cooperação com a luta contra a Aids. O Brasil pode, já que o Brasil tem esse campo aberto e o Brasil é liderança nisso. O Brasil pode através... Porque o Zimbábue tem muita repercussão. Porque o que faz o Zimbábue é um pouco o que faz o... Digamos que o Mungab, com todos os defeitos que ele possa ter, ele é para aquela região, ele é um pouco como o Fidel Castro é para o Caribe. Quer dizer, as potências ocidentais nem olham para ele mais. O pessoal lá olha. Quer dizer, estimulando essa parceria do Brasil nessa área de cooperação na luta contra a AIDS, o Zimbábue é o 5º maior País com maior incidência de Aids no mundo. Então acho importante isso, é um desafio realmente.

Terceiro lugar, intensificar as missões recíprocas. Acho que isso é muito importante, inclusive em missões Parlamentares. Eu não me caberia estimular V.Ex^{as}. agora, mas no futuro o Zimbábue é um País belíssimo, as cataratas Vitória são belíssimas. Quer dizer, tem um aspecto também turístico que decaiu muito ultimamente, mas, por exemplo, já a companhia aérea do Zimbábue que suspendeu vôos, parece que ela recomeçou novamente os vôos a Londres. Quer dizer, há uma série de coisas que estão caminhando. E naturalmente, conviver sem interferir, isso é uma coisa que eu pretendo fazer com autoridades em exercício e com personalidades que possam incutir avanços positivos nessas relações... Tendo em vista que o Zimbábue também é membro do G 20, apóia a candidatura bra-

sileira ao Conselho de Segurança da ONU e também não despreza a cooperação sul, sul.

Então, com isso naturalmente, eu não esgotei todos os projetos e nem tenho resposta ainda, para todas as questões ou situações que me aguardam no novo posto, Sr. Presidente. Mas, acredito que para trabalhar na África é preciso, antes de tudo, querer compreender a África. Lembrar-se que sobram costumes e tradições à África, outrora fortes, mas que hoje estão enfraquecidos pela modernidade de um mundo que às vezes, o continente mal consegue acompanhar. Morresse na África prematuramente e desnecessariamente. Guerras, endemias, bombardeios, lutas tribais, tráfico de armas, drogas, de pedras preciosas, fome, sede, abandono, descaso da sociedade ante a reincidência da morte tantas vezes vista. Desvalorização do próprio valor da vida humana.

Por outro lado, há o irreversível processo de internacionalização das economias que tem sido bom para a África. Porque começa a favorecer o continente. A alta dos preços de suas commodities, o aumento da ajuda internacional que tem sido significativa, o perdão de várias de suas dívidas e os avanços institucionais e tecnológicos que tem permitido ao continente uma certa estabilidade macro econômica, inclusive dentro do Zimbábue. Contudo, e apesar dessa fase... Estou terminando. Apesar desta fase promissora de maior interdependência. Observadores internacionais tendem a tirar suas conclusões sobre a situação africana baseados unicamente em conclusões, em valores de suas sociedades onde vivem, não tendo como temperar suas interpretações com conhecimento da realidade do continente. Isso se faz com que se olhe para a África sem enxergar seus verdadeiros contornos. É preciso compreender esses contornos. Compreender o quão receptivo é o tecido africano. O Zimbábue, por exemplo, recentemente ele caiu de seu pedestal, mas ele não lascou o cristal de sua identidade. Procura a seu modo o caminho para organizar suas sociedades, reerguer sua economia, voltar a ser um seleiro de alimentos sem abrir mão de uma identidade que lhe custou tanto esforço e tanto sangue. Não vejo nisso um problema para o Brasil, ao contrário, vejo um fator de aproximação. Temos tudo para fazer compreender ao Zimbábue a medida exata de nossa capacidade e propensão para cooperar com eles. Fazê-los saber o que podemos e o que não podemos fazer. Cabe-me, portanto, a missão de procurar criar um clima propício de respeito e confiança, não somente com as lideranças que podem ou não vir a serem não mais as lideranças agora, porque tudo indica que pode haver transformações e câmbios. Mas cabe-me, sim, criar esse clima de... Se esse clima for propício, também será propício

para nossas comunidades que lá vivem. Atuarei nesse sentido, honrando, os senhores podem ter certeza, a confiança que essa Casa vier a depositar em mim.

Devo para terminar, devo dizer que não tenho bola de cristal para prognosticar o futuro dessa turbulência toda no Zimbábue. Porém sei por experiência própria, adquirida em missões diplomática anteriores ao Continente africano, que buscarei interagir localmente com cautela e serenidade, orgulhoso de representar uma sociedade democrática, em suas maiores e cada vez mais complexas associações com outros povos. Muito obrigado aos senhores.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Pela ordem Senador Eduardo Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, as agências internacionais acabam de informar que quando estava realizando a sua entrevista coletiva em Bagdá, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, ao lado do Primeiro-Ministro iraquiano, Nouri al Maliki, estavam justamente falando da melhora das condições de segurança no Iraque, dentro da chamada área verde, onde estão as instituições iraquianas e a Embaixada dos Estados Unidos, área altamente protegida de Bagdá. E justamente o lugar onde haviam o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Brasil/Iraque e também o Embaixador que ainda ontem me fez uma visita, o [inaudível], o conselheiro e encarregado de negócios de Sabá [inaudível], confirmando o convite que haviam me feito para estar visitando o Parlamento iraquiano, em abril próximo, para explicar a proposição de uma renda básica aos iraquianos. Eis que Sr. Presidente Heráclito Fortes, eu recebi a fortíssima recomendação do Ministro Celso Amorim, e ontem pela manhã, por uma hora, a visita do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Executivo e Ministro interino porque o Ministro Celso Amorim estava em Jacarta. Fazendo um apelo muito forte no sentido que eu possa adiar esta visita, para quando as circunstâncias estiverem melhores, do ponto de vista da segurança.

Informou-me o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães de que qualquer incidente grave que pudesse ocorrer com o Senador brasileiro no Iraque poderia causar um enorme problema. Eu gostaria inclusive de--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Supply, o que aconteceu no momento?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex.^a mencionou Senador Supply, V.Ex.^a não narrou o que aconteceu. O Brasil inteiro curioso para saber através de V.Ex.^a o que aconteceu.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): No momento da entrevista em que estava justamente sendo... Falando o Secretário-Geral da ONU e o Primeiro Ministro dizendo de como estavam melhorando a situação de segurança, eis que explodiu a 50 metros deles um míssil, uma bomba. E ambos se agacharam, e obviamente as condições de segurança, portanto, inclusive da área verde, não estão tão seguras assim. É isso que eu queria transmitir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eles sofreram alguma coisa?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não. Felizmente não. Mas obviamente eu transmiti ontem, ao Ministro interino Samuel Pinheiro Guimarães Pinheiro, que compreendendo a recomendação do Governo Brasileiro transmitido oficialmente a mim, eu então avaliei que será melhor aguardar uma circunstância mais adequada para fazer a visita que eu muito quero realizar ao Iraque. Mas, nas circunstâncias presentes, até meus próprios familiares, meus filhos e todas as pessoas que são queridas a mim, até familiarmente, estão recomendando cuidado. E eu faço essa observação inclusive porque quando o Embaixador Celso Marcos Vieira de Sousa, que foi Embaixador do Brasil no Egito me visitou anteontem, ele fez ponderações na mesma direção. Inclusive fazendo uma sugestão que é quem sabe eu possa estar enviando o teor da proposição que eu estou para encaminhar ao Iraque ao Presidente da Liga Árabe das Nações, [inaudível], porque ele poderia colaborar muito.

Então, eu até quero agradecer ao Embaixador Celso Marcos Vieira, mas eu quero comunicar a esta Comissão e ao Presidente, Senador Heráclito Fortes, que eu então vou seguir a recomendação do Ministro e do Secretário interino Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, para realizar essa viagem no momento que eles considerarem mais adequado e assim estou respondendo às autoridades do Iraque. Era a comunicação que eu considerei importante fazer. Agradeço a atenção de V.Ex.^a, Senador Heráclito Fortes, Presidente dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Essa Comissão, no momento em que lamenta o ocorrido no Iraque, colocando mais uma vez em risco a paz mundial, se congratula com V.Ex.^a. Por a decisão de adiar essa viagem. Acho que V.Ex.^a não atendeu apenas aos seus familiares, V.Ex.^a está atendendo ao desejo de todos nós aqui, seus amigos, o povo paulista. Evidente que a uma viagem V.Ex.^a seria uma viagem de risco. Daí porque eu me congratulo com V.Ex.^a por essa madura decisão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Passaremos agora à parte dos questionamentos reservados. Portanto lamentavelmente eu gostaria de pedir--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, pela ordem. Uma dúvida. Quem tiver requerimentos? A gente faz agora ou no final? Requerimentos que eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Fica ao final. Se V.Ex^a. quiser enquanto desocupa, eu acataria excepcionalmente o Requerimento de V.Ex^a.. Agora.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Sr. Presidente, estou vendo se falar tanto em etanol e as relações do Brasil com o exterior nesse sentido. E eu me sinto, nessa Comissão, como se estivesse na véspera da descoberta do ouro no Brasil, e o Senado tivesse a sua Comissão de Relações Exteriores reunida.

É mais uma oportunidade que o Brasil vai ter, depois da oportunidade da cana-de-açúcar, no começo da colonização, do ouro, do café, e a gente perdeu todas as oportunidades. Não podemos perder mais uma. Ao mesmo tempo em que eu vejo com maior interesse e satisfação essa possibilidade do Brasil se transformar no grande fornecedor de bioenergéticos para o mundo inteiro, eu vejo com preocupação. Então eu gostaria de fazer o Requerimento para que a gente tivesse uma audiência aqui. E pedisse algumas informações ao Governo. A audiência com algumas perguntas concretas. O que é que vai acontecer? Tendo em vista as novas relações do etanol com o mundo. O que vai acontecer com os canavieiros? O que vai acontecer com a terra? Com as florestas, os dólares que entrarem? O que vai acontecer com o Brasil inteiro? De tal maneira que agente possa fazer um processo organizado nessa do Brasil. Então é um requerimento que está assinado por mim, Senador Eduardo Azeredo e pelo Senador Eduardo Suplicy. O Senador Paim, também gostaria de assinar, mas ele não é membro. Então eu tenho esse Requerimento, quero fazer além de algumas consultas ao Governo Brasileiro sobre quem é que está comprando usina de açúcar no Brasil? Que fala-se, que muito capital está entrando. Qual é o plano para a gente não perder essa oportunidade. Está aqui o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A Presidência solicita a V.Ex^a. que encaminhe à Mesa e já colocamos o Requerimento de V.Ex^a. em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passaremos então agora... Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa para apreciação do Plenário, um Requerimento que solicita voto de congratulações à União Européia pela passagem no próximo dia 25, próximo domingo, dos 50 anos de sua criação. E eu estou com o Requerimento já assinado, fundamentado, e dizer quanto considero importante a União Européia, até de exemplo para a nossa tentativa aqui de criação de organismo regional que no caso, o Mercosul. E acho que por esse caminho nós estamos homenageando também todos aqueles que ao longo da história, como [inaudível] como Monet, que tanto contribuíram para que tudo isso acontecesse e se consolidasse porque a União Européia hoje, comemora no próximo domingo, 50 anos de existência com 27 Países membros e com três Países que aguardam a sua adesão. Portanto não deixa de ser um fato importante para a integração da Europa que já se dividiu entre grandes guerras. E não deixa de ser também um exemplo que nós devemos seguir aqui na América do Sul. Era o que eu tinha a dizer a V.Ex^a..

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Solicitamos V.Ex^a. encaminhar o pedido à Mesa, o Requerimento à Mesa, acatamos e colocamos em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. [pronunciamento fora do microfone] A partir de agora as pessoas que não pertençam à Comissão, retirem-se para que possamos fazer a Sessão reservada.

Sessão passou a ser secreta às 12h45.

Sessão passou a ser aberta ao público às 13h26.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Em Sessão aberta, tem a palavra V.Ex^a..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com respeito àquilo que acontece no Zimbábue, gostaria de recordar o que eu ouvi do Senador Makwue(F) na África do Sul, quando ele me disse em 1997, como é que estava a questão do direito de reeleição na África do Sul, pois aqui no Brasil estafa-se discutindo direito de reeleição por iniciativa do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. E ele me relatou que o Presidente Nelson Mandela havia recebido dele próprio e de amigos, a sugestão: Quem sabe você possa ser candidato à reeleição ser reeleito. Com certeza o povo que o dariam e respeita tanto e que o ama vai levá-lo à vitória. Você escolhe um vice de sua confiança para continuar, e se você quiser, você sai depois de um ano. E pouco e ele então, depois de duas, três semanas, chamou este amigo dele, Senador, e outros

para o seu gabinete em Pretoria e disse o seguinte: Eu pensei muito sobre a sugestão de vocês. Mas eu tenho observado muitos chefes de Estado que desejam permanecer tanto no poder, especialmente aqui na África. Eles acabam se desgastando tanto. E eu prefiro muito terminar o meu mandato com o povo querendo muito que eu continue. Por isso eu não serei candidato à reeleição. E assim o fez. Uma lição que eu acho muito importante. E o caso do Presidente Roberto Mungab, desde 1980 no poder, é tipicamente um exemplo daquilo que Nelson Mandela não estaria recomendando. Queria cumprimentar ambos os Embaixadores, Raul de Taunay e Celso Marcos Vieira de Sousa, por sua exposição e desejar a ambos excelente sucesso nas suas respectivas missões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): O resultado discutido foi: 19 votos a favor, nenhum voto contra. Portanto em unanimidade para os dois indicados pelo Governo, no caso Celso Marcos Vieira com Sousa para a Embaixada do Brasil em Portugal, e Raul de Taunay para a Embaixada do Brasil no Zimbábue.

Antes de encerrar a Sessão, coloco em votação a autoria do Senador Inácio Arruda que requer nos termos do artigo 93, inciso primeiro do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta Subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas. Com a subcomissão permanente sobre aquecimento global, já aprovada por este órgão da Comissão do Meio Ambiente, que se realizará na próxima quarta-feira, 28 de março, com a presença da Ministra de meio ambiente, Marina Silva, e do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Quero esclarecer que o Ministro Celso Amorim entrou nessa Comissão no dia 29. O dia 28 é um outro convite para uma Sessão conjunta, com a participação em outras comissões. Os senhores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão. Antes, porém eu quero parabenizar os Embaixadores Taunay e Celso Marcos, desejando a ambos uma missão de êxito nos postos para o qual acabam de ser aprovados nessa Comissão, e esperando que o Senado da República através de seu Plenário ratifique essa decisão. Muito obrigado. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h30.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessa-renko, Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Adelmir Santana, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Neuto de Conto, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio e José Agripino.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação da seguinte matéria constante da Pauta: **Item Único - Requerimento nº 02, de 2007-CI**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “requer realização de Audiência Pública para serem debatidos entre os senhores senadores a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de trens metropolitanos no País, para a qual sugere convidar, para expor sobre o assunto, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o Ministro das Cidades, Márcio Fortes e o Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, senhor João Luiz da Silva Dias. **Aprovado.** **Pauta Extra. Item 1 – Requerimento nº 01, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros, que “requer seja convidada a Ministra de Estado da Casa Civil, Dilma Rousseff, para participar de um debate com os membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.” **Aprovado. Item 2 – Requerimento nº 03, de 2007-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “requer sejam convidados a Ministra de Estado da Casa Civil, Dilma Rousseff, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, o Procurador-Geral da República, Antônio Fernando Souza, o Presidente das Centrais Elétricas

do Norte do Brasil – Eletronorte, Carlos Raimundo A. Nascimento, o Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal de Souza e o Presidente da Empresa de Pesquisas Energética – EPE, Maurício Tolmasquim, para se pronunciarem a respeito da usina hidrelétrica de Belo Monte, matéria de interesse público relevante.” **Aprovado.** Por decisão unânime, os senhores membros decidem que as reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura serão realizadas, extraordinariamente, às quintas-feiras, no horário de onze horas e trinta minutos. Fizeram uso da palavra os Senadores José Agripino, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Jayme Campos, Adelmir Santana, Delcídio Amaral, Heráclito Fortes, Inácio Arruda, Romeu Tuma e João Tenório. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com os apanhados de estenotipia informatizada. – **Senador Marconi Perillo**, Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu desejo saudar a todos os integrantes dessa Comissão de Infra-Estrutura, registrar com satisfação as ilustres presenças dos líderes do meu partido, PSDB, Senador Arthur Virgílio e do nosso partido irmão, PFL, o Senador José Agripino. É uma honra recebê-los aqui nessa abertura nos trabalhos da Comissão de Infra-Estrutura.

Teremos algumas questões relevantes a serem tratadas nessa Comissão no decorrer desses próximos dois anos. Desejo discutir com os Srs. Senadores o *modus operandi* e também um cronograma de atuação, já que essa Comissão terá um papel muito relevante este ano, sobretudo, em razão da discussão do PAC, mas também por outras atribuições, dentre elas a de se discutir o verdadeiro papel das agências

reguladoras, debaterem esse assunto com os atuais presidentes, discutir com especialistas. Teremos outras discussões muito importantes para o País como a questão do biocombustível, enfim, uma Comissão que terá muito o que fazer.

Pretendo propor aos colegas, os companheiros, Senadores dessa Comissão, uma série de discussões aqui, trazendo em audiências públicas, convidando em Audiências Públicas autoridades do Governo Federal para tratar do PAC e de outras questões referentes à infra-estrutura. Pretendo também convidar Governadores, Ministros e outras autoridades com essa finalidade, mas pretendo também sugerir a Comissão a descentralização do nosso trabalho. Pretendo propor que essa Comissão possa percorrer o Brasil, debatendo os gargalos, debatendo as soluções e, sobretudo, projetos, macro estruturantes que possam transformar o Brasil numa Nação competitiva a medida em que tenha a sua infra-estrutura consolidada. O País só vai efetivamente oferecer as reais condições para que a sua produção, o seu produto seja competitivo no mercado externo se tivermos uma infra-estrutura adequada, e nesse sentido, acho importante nos deslocarmos as regiões, aos Estados para debatermos com a sociedade civil organizada, com o setor produtivo, com os agentes políticos, com academia, as questões referentes ao PAC, mas todas as outras questões também que dizem respeito a essa Comissão.

Pretendo que essa Comissão tenha um dinamismo próprio, seja uma Comissão extremamente ágil, possa estar cumprindo o seu papel de debater os relevantes temas que são sustentados por ela em todas as partes do País. A idéia é rapidamente definirmos um cronograma, convidando autoridades para virem aqui debater assuntos de interesse nacional e ao mesmo tempo também nos dirigirmos aos Estados e as regiões todas para conversarmos com os entes políticos, com a sociedade civil, com o setor produtivo, esses assuntos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador, Líder do PFL, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Presidente Marconi Perillo, eu folgo em ouvir de V.Exª essa manifestação inicial, no instante primeiro em que V.Exª assume a presidência da Comissão que eu já tive a honra de presidir, V.Exª coloca o comportamento que quer adotar como condutor dos trabalhos dessa Comissão. V.Exª diz claramente que a Comissão, sob a presidência, não vai ser uma Comissão reativa, vai ser ativa, ela vai tomar iniciativas, ela vai debater. Ela

não vai se submeter apenas a apreciar eventuais propostas que venham do Poder Executivo ou da iniciativa de Parlamentares, mas que venham do executivo, mas V.Ex^a vai promover o debate da agenda nacional, a retomada do crescimento, o investimento público, a forma de poupar, eu acho que é por aí que nós podemos inverter a imagem do Congresso que hoje está má e que só pode ser recuperada pelo ação de nós próprios, na medida em que nós tomemos as iniciativas e demos a oportunidade aos nossos talentos de mostrar o que eles são capazes e V.Ex^a está claramente dizendo e tomando o compromisso de fazer da Comissão de Infra-Estrutura uma Comissão ativa que vai tomar iniciativas e vai promover o bom debate em torno da agenda nacional. Cumprimentos V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado, Senador José Agripino, pela participação e pela honrosa presença aqui na Comissão no dia em que nós iniciamos os trabalhos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com prazer concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, primeiro eu quero parabenizar V.Ex^a pela assunção na presidência da Comissão de Infra-Estrutura, e pela proposta que V.Ex^a coloca de fazer com que os trabalhos da Comissão de Infra-Estrutura sejam práticos em relação as necessidades que o País tem de desatar o nó da questão dos equipamentos que possibilitem a retomada do crescimento.

V.Ex^a sugere, em boa hora, que a Comissão de Infra-Estrutura, ela se desloque as diversas regiões do nosso País para que de forma presencial possa discutir com os agentes políticos de cada região as necessidades de infra-estrutura de cada local e de cada Estado. Eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa e acho que ela é fundamental, é fundamental no momento em que o Governo Federal acena e propõe um plano de aceleração do crescimento, centrado basicamente em ações infra-estruturais. Então eu quero parabenizá-lo, dizer que isso vai trazer um trabalho bastante importante para que a Comissão possa ouvir os Governadores que são os agentes interessados na implantação dessas obras de infra-estrutura e que lamentavelmente foram esquecidos pelo Governo Federal na confecção do plano. Esse plano que todos nós brasileiros queremos que dê certo, e vamos trabalhar aqui no Congresso Nacional para emendá-lo no sentido de corrigi-lo para que ele realmente se torne eficaz, mas não podemos em hipótese nenhuma deixar

de ouvir os Governadores dos Estados para que eles digam quais as suas necessidades de infra-estrutura, para que sejam compatibilizadas com o problema do Governo Federal.

Da minha parte, do meu Estado, eu estou entrando com um Requerimento aqui na Comissão de Infra-Estrutura para que seja feita uma Audiência Pública para que possamos discutir, efetivamente, em profundidade, a implantação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. Muito se fala da Usina de Belo Monte, é um projeto que já vem há décadas e que lamentavelmente, até hoje não saiu do papel. Ela é fundamental, não para o Pará, que é superavitário na geração de energia, ele é exportador de energia, mas para o Brasil. E notícia nós temos de que o Poder Judiciário ainda coloca algumas restrições na execução desse projeto.

Então, eu vou entrar com um Requerimento para que a Comissão de Infra-Estrutura saia à frente para discutir e ver as reais condições hoje do projeto e que ele possa, efetivamente ter o seu início de implementação agilizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a manifestação do ilustre Senador Flexa Ribeiro, e adianto aos Srs. Senadores aqui presentes, que já discuti com o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, a respeito da disponibilização de recursos para que a Comissão possa realizar essa itinerância, para que a Comissão possa, efetivamente, estar em todas as regiões do País, debatendo democraticamente o PAC em todas as nossas atribuições com a sociedade civil organizada, nas assembleias legislativas, com os Governadores de Estado, com a academia, de modo que já há essa iniciativa e também já há iniciativa nossa no sentido de procurar a TV Senado, a Rádio Senado que também estão à disposição para dar cobertura a esse trabalho que nós deveremos realizar pelo País afora.

Eu concedo com muito prazer a palavra, em primeiro lugar, ao ilustre Ministro, Senador Francisco Dornelles, posteriormente, ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio e depois ao Senador Eduardo Azeredo, ao Governador Eduardo Azeredo. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar a Comissão pela escolha de V.Ex^a para presidi-la, pela sua história.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um instante, eu anuncio o Senador Francisco Dornelles também como Líder do PP, com muito prazer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pela sua história, pelos postos que ocupou, é uma hon-

ra muito grande para todos nós, ter V.Ex^a como nosso Presidente, eu queria apoiar também as palavras do nosso Senador José Agripino, eu não posso falar pelo Senado, porque agora estou chegando, mas a Câmara sempre teve uma posição muito passiva, ela nunca tomou uma posição ativa, uma posição de iniciativas e hoje quando vejo V.Ex^a mostrar que quer fazer a frente dessa Comissão uma série de iniciativas, eu quero trazer o meu integral apoio.

O Governo lançou agora um plano ambicioso, o PAC, com investimentos anunciados na área de infraestrutura, hoje nós temos importantes e enormes pontos de estrangulamento, e eu estou certo que V.Ex^a saberá identificar aquelas áreas do Governo que poderão ser convocadas a essa Comissão para que prestar informação sobre qual estratégia e como serão conduzidos esses investimentos na área de energia, na área dos portos, principalmente hoje que começa a criar dificuldades ao nosso comércio exterior. E tenho um específico no Rio de Janeiro, o problema de Angra III, que até agora ninguém sabe em que condições, qual é a problemática de Angra, para que seja tomada uma decisão, se Angra vai, realmente o Governo abandonou a idéia de Angra III e essa é uma preocupação que eu quero trazer também a V.Ex^a e a Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles, líder do PP nesta Casa. Com a palavra o líder do PSDB, ilustre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente Marconi Perillo, Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão. Eu percebo que essa direção tem tudo para fazer um trabalho belíssimo, seja pela experiência de ambos, a começar pela de V.Ex^a, Governador duas vezes do Estado de Goiás e com êxito, com êxito reconhecido pelo Brasil, seja pela vivência do Senador Delcídio Amaral, Ministro das Minas e Energia e figura das mais acatadas e mais estimadas nesta Casa.

Do ponto de vista particular, eu já sei que soube que faz aniversário hoje, Senador Delcídio, tem mais isso. [risos] Eu sei, eu considero muito. Eu quando chegar a essa idade, eu vou entrar em crise existencial. [risos] Mas o Presidente já passou dessa idade, não faz muito tempo, né? Mas do ponto de vista específico do interesse do meu Estado, portanto, pretendo focar muito a minha participação, embora não membro da Comissão na construção energética, no gasoduto Guari-Manaus que é obra urgente, inadiável, com um dano a natureza calculado, reversível e depois poupará a natureza de danos maiores, os que são causados diariamente pela energia cara e altamente poluente do

diesel. E do ponto de vista geral eu pretendo discutir nessa Comissão o País, eu repito, embora não membro da Comissão, tenho que discutir o País. Eu vejo, por exemplo, Presidente Marconi Perillo, uma contradição muito grande no Governo do Presidente Lula, quando ele se dispõe, não tenho porque duvidar da sinceridade de S.Ex^a, quando se dispõe a fazer o País crescer a 4,5%, 5%, 5% e 5%. E eu digo que infelizmente não 4,5%, 5%, 5% e 5%, cresce 3,5% e depois não sei mais quanto, vai depender muito dos rumos, da falta de rumos do Governo. E ele investe contra as agências reguladoras, sistematicamente, a contradição, ele propõe que se reforme a Lei de Licitações, isso é muito bom. E ele propõe que aprovemos a Lei das Agências Reguladoras, a que está na Câmara é péssima ela não serve aos interesses do País, ela não atrai o capital privado para impulsionar o crescimento da economia a taxas mais expressivas, a taxas mais fortes. E o Brasil pode, muito bem, repetir para menos, para menor o fenômeno mexicano, inflação baixa, o que é ótimo e crescimento medíocre o que é medíocre. O Brasil teria que, sinceramente, abrir oportunidade para o capital privado.

Então a questão do marco regulatório eu penso que vai ser um dos temas chave da presidência de V.Ex^a e já vi com agrado o convite a Ministra Dilma Rousseff para que ela venha aqui expor os seus pontos de vista e ouvir o nosso. Eu tenho da Ministra impressão de pessoa honesta, de pessoa que quer fazer o melhor pelo País, agora vejo que o viés dela, o que ela tem utilizado até o momento não indicará para o País os rumos do crescimento celerado. Eu percebo isso com nitidez. E se o Brasil não cresce o que o Presidente Lula preconiza, o que é muito fácil prever, é uma declaração de intenções, eu vou crescer, podia dizer até 12% ao mês, ao ano, ele podia escolher a fantasia que preferisse, mas se não cresce, nós vamos ver as consequências para a situação fiscal do País na medida em que não crescendo, então vamos tirar uma certa capa protetora, porque se cresce tudo isso, nós vamos ter a situação fiscal, que a meu ver, é grave, está se agravando a cada momento mascarada pela figura do crescimento econômico. Até mesmo o drama da Previdência Social. De repente não cresce tudo isso. Cresce 3, 3, 3 ou 3,5, 3,5, 3,5 aí fica, os problemas aparecerão, virão a luz.

Eu, então, percebo a importância dos assuntos que vamos aqui discutir, o PAC, o plano que, a meu ver, é insuficiente, sem reformas estruturais ele não vai longe. O PAC que tem coisas boas e eu já me referi a Lei de Licitações, tem coisas ruins como o viés estatizante, o PAC que tem o pássaro na mão que são os sessenta e seis bilhões, muitos deles já programados

antes estatais, ELETROBRÁS e PETROBRÁS para investimento e conta com outros quinhentos bilhões, dois pássaros voando, ou quinhentos bilhões de pássaros voando do capital privado que não vem se não tiver um ambiente de segurança jurídica que o acolha, não virá. Não vamos criar fetiches em relação ao que não podemos alcançar se não trabalharmos para alcançar.

Portanto, será o exercício fascinante de servirmos ao País, mostrando inclusive, nós que fazemos oposição a uma qualidade diferente de oposição. Não estou aqui querendo criar 30 obstáculos para o Presidente escorregar, atrapalhando, portanto, os caminhos do Brasil. De jeito algum. Eu estou aqui para criticar erros e omissões de um Governo que tem errado e se omitido muito. Estou aqui para aplaudir acertos e para ajudar a construir acertos. Esse é o exercício. Não quero que o Governo se mostre ruim para que nós voltemos ao poder. Eu quero mostrar que nós somos capazes de fazer melhor ainda e, portanto, ajudar o Governo fazer uma boa gestão. Esse seria o meu propósito e sei que é o propósito de V.Ex^a é o propósito do nosso partido, é o proposto de um modo geral de quem faz oposição aqui no Senado da República. Então eu saúdo com muita efusão e antecipadamente a atuação que eu sei que essa Comissão oferecerá ao País. Obrigado a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço as palavras do ilustre Senador e Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. Registro aqui com satisfação a presença do ilustre Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Delcídio Amaral, uma das figuras mais proeminentes desse País, com grande experiência técnica, um homem das mais altas qualidades, com alto espírito público, é uma honra para mim tê-lo como Vice-Presidente dessa Comissão. Aproveito para, em nome da Comissão, saudá-lo pelo aniversário. O senhor possa ser muito feliz, ter saúde, muito sucesso nessas muitas jornadas.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao ilustre Senador Governador, Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, quero também aqui trazer os cumprimentos nesse início de gestão como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, V.Ex^a que tem evidentemente todas as condições para dirigir essa Comissão como o Governador vitorioso que foi de Goiás por duas vezes, o Senador eleito agora com a expressiva maioria, e tendo ao seu lado o Senador Delcídio Amaral, que sempre soube ter uma relação harmoniosa aqui dentro do Congresso, como Líder do partido do Presidente, do PT, ele soube entender a diversidade partidária que nós temos e respeitar a oposição exa-

tamente pelo que dizia o nosso Líder Arthur Virgílio que a questão importante de que o nosso objetivo a fazer crítica é exatamente corrigir erros, é melhorar o funcionamento do País.

Assim na infra-estrutura, nós temos vários pontos a serem melhorados. Nos assusta quando a Ministra Dilma disse que vai rever o Sistema de Concessões De Rodovias, quando na verdade, passados quatro amanhã, não houve uma concessão sequer feita pelo Governo Federal. O Sistema de Concessão de Rodovias é um sistema moderno utilizado no mundo todo. A China que ainda é dirigida pelo Partido Comunista tem o Sistema de Concessão de Rodovias da iniciativa privada sobre a cobrança de pedágio. Aqui no Brasil, o Sistema de Estradas de São Paulo, talvez seja o único que a gente pode dizer que é um bom sistema, e em São Paulo a maior parte da malha rodoviária é também concedida no regime de cobrança de pedágio e lamentavelmente isso não tem sido seguido aqui pelo Governo Federal, talvez por questões realmente ideológicas e que são inconcebíveis no estágio de avanço que nós já temos na sociedade brasileira. Me preocupa muito que rodovias importantes como a Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, que já deveriam estar com a manutenção sendo feita no regime de pedágio não tenha nada até hoje. Então há uma deterioração permanente daquela rodovia. É uma rodovia que custou muito e que está sem manutenção, com isso vai se perdendo o dinheiro público que foi investido lá. A previsão de que houvesse essa cobrança de pedágio era de oito anos atrás.

Então, eu acho que essa vinda da Ministra Dilma será até uma boa oportunidade para discutirmos essa questão. Afinal de contas, o Governo tem restrições ideológicas no Sistema de Concessões? Não parece que seja isso, porque quando se discutiu a PPP, a PPP na verdade é um Sistema de Concessões, só que com a participação do Governo, além do público que utiliza as estradas. Eu vejo aqui hoje no material distribuído pela sub-Secretaria de Comunicação da Presidência da República, abordando a questão da infra-estrutura dentro do PAC. Desejamos que corra bem, esperamos que seja assim, mas veja que existem outros problemas, no ano de 99, 98, na verdade, o Presidente Fernando Henrique ainda, quando Presidente, ele fez um acerto com os Governadores, corrigiu a data, na verdade, ele já foi ao fim de 2002, ele acertou com os Governadores da época um programa de repasse de estradas federais para alguns Estados e repassando recursos para a manutenção dessas estradas, o recurso era pequeno, foi feito sobre uma Medida Provisória, isso em 2002 e essa Medida Provisória acabou caducando, mas o dinheiro foi entregue aos Estados, ao Estado do Rio

Grande do Sul foi quatrocentos e poucos milhões, a Minas Gerais foi setecentos e poucos milhões. O que acontece de lá para cá, com essas estradas desde 2003? Elas não têm manutenção nenhuma, porque o Governo Federal diz que já passou para os Estados e não faz manutenção, e os Estados não receberam, porque efetivamente a Medida Provisória não foi aprovada e o valor, os Estados alegam que era um valor pequeno para essa manutenção, no caso de Minas Gerais o recurso foi utilizado, inclusive para pagar a folha de pagamento do 13º salário ainda na época do Governador Itamar Franco e esse dinheiro, então, não foi utilizado para as estradas. O fato é que tem que se chegar a uma solução. Quer dizer, o Governo Federal tem que se sentar com o Governo dos Estados, e a perspectiva de uma solução já vem lá de cinco anos, de quatro anos atrás, e vai continuar assim? Quer dizer, ontem mesmo, anteontem encontraram com alguns Deputados mineiros, eles me diziam: Olha, tem estradas lá em Minas que não tem nem mesmo tapa buraco, por causa dessa questão do buraco negro, da zona cinzenta.

Então, não é possível que não se decida. Tem que decidir. Ou então, ou o Governo retoma essas estradas e pede o dinheiro de volta, ou então ele complementa o dinheiro que é o que os Estados querem, completamente algum recurso a mais e dá um prazo para que os Estados assumam as estradas.

Então, veja, essa é uma questão que o Senado, essa Comissão pode ajudar, pode provocar uma decisão, o que não está acontecendo. Da mesma maneira como esclarecer essa questão também das concessões das PPPs.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Eduardo Azevedo, concedo com muita satisfação a palavra ao Senador, Governador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): ... Particular, Delcídio Amaral, demais Senadores, eu quero apenas registrar a minha satisfação de estarmos aqui participando dessa Comissão que eu acho que de uma relevância tão importante para o País, na medida de um País de uma dimensão continental e nas mãos de V.Ex^a, Governador, Senador Marconi Perillo. Eu acho que estamos em boas mãos. Entretanto, ouvindo aqui os Srs. Senadores, o PAC gera uma expectativa tão grande em todo o território nacional e a preocupação nossa é muito grande na medida em que eu recorde muito bem de quando da formatação e da nossa posição da nossa Constituição Federal dava aquela expectativa de que resolveria o problema do nosso País, sobretudo dando condições de vida melhor a sociedade brasileira.

Todavia os tempos passaram e quase pouco melhorou, em virtude que pouco foi feito para que a nossa população tivesse uma melhor qualidade de vida, sobretudo tivesse uma melhor distribuição de renda. E é muito temerário quando o Governo Federal lança esse programa que dá a entender, que vai ser um programa que vai resolver o problema, sobretudo, da questão de obras estruturantes para o nosso País, e eu entendo de fundamental importância, Senador Marconi Perillo, que essa Comissão e o próprio Senado Federal não podem receber prato feito. Muito pelo contrário. Nós temos que debater com toda a sociedade, sobretudo a sociedade brasileira, realmente esse programa, que é um programa que eu entendo que envolve bilhões, bilhões de reais, na ordem quase, quinhentos bilhões que eu espero ser materializado.

Todavia, eu aqui quero a título de sugestão de que vamos debater com maior amplitude possível através das [inaudível], sobretudo com segmentos sociais, principalmente quando se fala da Região Centro-Oeste do Brasil que V.Ex^a conhece tanto quanto conheço, a medida que foi Governador e o exemplo de Governo que fez no Estado de Goiás, eu quero crer de que a nossa região, quando se lança este programa está muito pouco aqui [inaudível]. Quando se vê a região desse País aqui o que vai receber, é mais do que justo, claro, cento e trinta bilhões de reais, e a nossa região está contemplado, eu espero que seja pelo menos realizado essa parte, 24.4 bilhões, e o Estado é uma região que tem dado muito para o Brasil, sobretudo contribuindo muito com a balança comercial, especificamente o meu Estado do Mato Grosso, nós temos questão sérias, questão de logística, e eu espero que esse PAC que está sendo lançado pelo Governo Federal, que vai passar por aqui a questão das obras estruturantes dessa Comissão tão importante, ela seja debatida, principalmente envolvendo também as próprias assembleias legislativas para que nós possamos democratizar de tal forma que toda a sociedade saiba perfeitamente de que qual o papel e, sobretudo, o que o papel do Senador da República nesse contexto que nós estamos pretendendo realizar.

De maneira que eu quero, e espero que V.Ex^a junto com o nosso Vice-Presidente, realmente promova na nossa região, principalmente na minha região, esse debate franco, aberto, sobretudo transparente para que toda a sociedade mato-grossense, goiana, do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, região, do Distrito Federal, saiba perfeitamente qual será a participação nossa efetiva. Eu espero que essa Comissão ela seja a Comissão que possamos, com certeza, corrigir e dar uma nova bússola, um novo norte nesse progra-

ma que eu tenho a convicção que será realizado pelo Presidente Lula. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Jayme Campos, concedo a palavra ao ilustre Senador representante do Distrito Federal Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Inicialmente, Sr. Presidente, quero parabenizar pela escolha de V.Ex^a como Presidente dessa Comissão, bem como do nosso Vice-Presidente, Senador Delcídio e vejo que a Região do Centro-Oeste já começa bem contemplada nessa Comissão pela direção da mesma.

Queria lhe dizer que concordam com as colocações do Senador e Líder Arthur Virgílio quando fala da questão dos marcos regulatórios, e nos preocupa também em não termos um avanço maior na questão das reformas. Não apenas os marcos regulatórios, mas também as reformas são necessárias para atrair o capital internacional, os investidores.

Nesses dias, hoje, teremos um debate também com a Ministra Dilma, e aí já com os dirigentes de todos os SEBRAEs estaduais, porque nós sentimos no PAC não há nenhuma referência com relação as micros e pequenas empresas neste País. Nós estamos recebendo a Ministra Dilma, hoje, às 14 horas, 81 dirigentes de todos os Estados brasileiros do SEBRAE para sentirmos aonde o PAC efetivamente vai contemplar a questão da micro e pequena empresa. Esse debate se dará hoje à tarde, nós também do centro-oeste, aqui reafirmo o convite do nosso Governador, temos um almoço no dia de hoje para tratarmos dessas questões colocada pelo Senador mato-grossense, a pouca contemplação de recursos da nossa região, a região do centro-oeste, e nós, questão regional nos preocupamos muito, inclusive com essa questão da região metropolitana do Distrito Federal, Sr. Presidente, e aí envolve também, naturalmente o Estado de V.Ex^a.

Então, parabenizo pela escolha e pela sua escolha de Presidente e saber que nossa região, na minha visão, está extremamente bem contemplada nesta Comissão, e aqui, certamente, vamos fazer valer as nossas posições quando formos discutir a questão do PAC. Parabéns, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado. Agradeço a manifestação do ilustre Senador e dirigente do SEBRAE aqui no Distrito Federal, Senador Adelmir Santana. Passo a palavra com muito prazer, ao Senador Delcídio Amaral, Ministro e Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro, meu caro Senador Marconi Perillo, cumprimentá-lo, desejar para V.Ex^a sucesso, êxito, que é uma marca de

toda a carreira política de V.Ex^a, de todo o trabalho que tem desenvolvido, não só por Goiás, pelo Centro-Oeste, mas pelo Brasil. Eu vou procurar me empenhar muito para ajudá-lo e ajudar também os demais Senadores e Senadoras que compõem essa Comissão no sentido de discutir com afinco as questões associadas a infraestrutura. Acredito que, em todas essas Legislaturas, eu entendo que a Comissão de Infra-Estrutura que foi muito bem presidida pelo Senador Heráclito que acabou de chegar aqui a Comissão, nos últimos dois anos, nós vamos ter momentos de extrema importância e relevância na discussão desses temas para o País. Rapidamente, eu ouvi aqui vários temas que já foram listados, temas que passam pelos marcos regulatórios, nós não vamos ter investimentos no País se as incertezas jurídicas permanecerem.

Então, essa questão dos marcos regulatórios, essa questão é de fundamental importância, e aqui nós falamos também de concessão de rodovias, ouvi atentamente ao Senador Dornelles, a questão dos portos principalmente na área Rio de Janeiro, a importância desses investimentos, além de outros também previstos, ouvi também a questão de Angra III, que eu acho que a oportunidade é ímpar para se realmente definir se Angra III caminha ou não. Na minha leitura, eu sei que é um assunto muito polêmico, mas na minha leitura é inevitável a construção de Angra III, até porque Angra II é irmã de Angra III e tem um desempenho excepcional, reconhecimento mundialmente. Não estou falando de Angra I que tem as dificuldades que todos nós aqui conhecemos. Falamos aqui também e ouvi o nosso querido Flexa, Senador Flexa sobre Belo Monte, como também vamos ter a oportunidade de discutir aqui projetos lá na região do Madeira, Giral, Santo Antônio e também projetos ligados, Senador Arthur Virgílio também aqui citou projetos ligados a gás natural, ao atendimento do suprimento de Manaus, substituindo óleo diesel, óleo combustível por gás natural, gás natural de urucum.

Então, eu entendo, Sr. Presidente, que nós teremos um grande desafio. Acredito que o Programa de Aceleração do Crescimento, ele vai tomar aí os principais debates dessa Legislatura, pelo menos nos próximos seis meses, pela abrangência que tem e pelo montante de recursos que serão investidos.

Então, eu entendo que essa Comissão terá um papel fundamental, e nós falamos em rodovias, nós falamos em ferrovia, em portos e energia, porque não falar também na aviação comercial, na infraestrutura aeroportuária, uma vez que os problemas continuam.

Então, eu entendo que nós teremos um longo trabalho pela frente e é importante registrar a representatividade, principalmente dos Senadores e Sena-

doras indicados para essa Comissão de Infra-Estrutura, para executar esse trabalho ao longo dos próximos dois anos.

Então, eu acho que teremos um grande desafio e gostaria só de manifestar uma pequena preocupação. Alguns itens do PAC, Sr. Presidente, são itens associados a empresas estatais, e eu vou focar especialmente a PETROBRÁS.

Cerca de 150 bilhões de reais, dos quinhentos e dois, quinhentos e três bilhões de reais do PAC, pertencem a PETROBRÁS, cento e cinquenta bilhões, e é muito importante, e isso já estava previsto no planejamento estratégico da companhia, e nós precisamos olhar essa questão com muita atenção para eventualmente o PAC não vir a ser um complicador para o desenvolvimento dessas atividades. Porque, nós precisamos entender muito bem aquilo que vai ser discutido aqui no parlamento e aquilo que é específico de uma empresa que faz parte do planejamento estratégico, de uma empresa amplamente discutida pela empresa e seus acionistas, porque a minha preocupação é se rotulando, colocando a PETROBRÁS no Programa de Aceleração do Crescimento, começar a haver uma interferência tal que os próprios negócios da companhia não vão ter velocidade.

Então, nós temos que ter o discernimento adequado para não prejudicar, talvez um dos maiores vetores de desenvolvimento, senão o maior vetor de desenvolvimento do Brasil que é a nossa PETROBRÁS.

Era isso que eu gostaria de dizer e falar da minha honra de ser Vice-Presidente de V.Ex^a e procurar trabalhar muito junto aí com todos os Senadores e Senadoras e acima de tudo, como disse o Senador Santana, pelo nosso Centro-Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Vice-Presidente dessa Comissão, Delcídio Amaral, muito obrigado pelas palavras.

Concedo a palavra, com muita honra ao ilustre Presidente da Comissão de Relações Exteriores dessa Casa, experiente, Senador Heráclito Fortes, e a seguir Senador Inácio Arruda. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Meu caro Presidente Marconi Perillo, é com muita alegria que assisto aqui do baixo clero a 1ª Sessão dessa Legislatura, dessa Comissão, e o meu primeiro registro é pela generosidade do aniversariante, que geralmente numa data como essa aguarda o presente. Como ele tem tudo, resolve brindar os amigos com elogios como que me fez agora, que o me comove muito, até porque, durante os meus dois anos a frente dessa Comissão, ele foi um dos esteios. Pelo conhecimento e acima

de tudo pela independência que tomou no comportamento de membro dessa Comissão. Algumas vezes até pagando preço alto, pagando um preço caro. Líder de um partido policialesco, em termo de ação dos companheiros, ele usava em nome de compromissos que tem com o País, tomar atitudes melhores do que a cartilha recomendava. Quero dizer que quando eu falei policialesco foi [inaudível] policial, foi o novo PT com o Governo. As coisas foram se ajustando, não é mais... Hoje eu não repetiria, nem ele passaria por esse constrangimento. Quero louvar... Infelizmente, não tem ninguém do PT aqui, é pena. Desculpe, desculpe. Desculpe, é porque V.Ex^a não aprendeu na doutrina antiga, na cartilha antiga, V.Ex^a. é dessa cartilha, graças a Deus. [risos]

Mas eu, dito isso, meu caro Senador Marconi. Eu quero dizer que essa Comissão é uma Comissão, no meu modo de ver, a mais importante deste País nos próximos dois anos. Se for verdade que o PAC é para valer, se for verdade que o País quer crescer, se for verdade que o PAC, vai ser um PAC, vai ser um programa e não um "Pacderme", a sinceridade do Governo, meu caro Dornelles, vai começar por aqui, nas atitudes, no fortalecimento das agências reguladoras. Assustou-me muito, Presidente Marconi, quando num ato de arrogância e prepotência, um Ministro com assento nas privilegiadas cadeiras do Palácio do Planalto, que aí meu caro Dornelles também tem suas divisões, o Palácio, o poder é dividido, tem Ipanema e tem a Rocinha. Os que ocupam Ipanema Vieira Souto, declaração de um deles de que o PAC era aquilo e não mudava nada, não diz respeito ao Congresso e respeito maior a essa Casa.

O PAC é uma proposta e de proposta o País está cheio. A proposta mais intencionada de Presidente de República que o País tem conhecimento, foi a do Jango, com a reforma de base. Não teve base que o sustentasse e caiu. A reforma anunciada e chamada PAC, ela tem para mim uma coisa que me deixa um pouco intrigado. O excesso de euforia e confraternização de banqueiros e de empreiteiros, não vi o povo bater palma. Acredito na capacidade do Governo de reverter e de que logo mais, quando as ações começarem a acontecer, nós tenhamos as ruas aplaudindo o Brasil, primeiro passando do Haiti, um termo de crescimento e aí, meu caro Dornelles, passando o primeiro, o segundo e sendo o Líder continental que todos nós desejamos.

V.Ex^a não terá nenhuma surpresa em presidir essa Comissão, porque presidiu Goiás e mudou os quadros, mudou o aspecto administrativo de Goiás e daí porque chega aqui consagrado por 80% ou mais dos votos daquele Estado. Tenho certeza que os goia-

nos, o povo de Goiás que não votou em V.Ex^a foi exatamente para não confirmar que toda a unanimidade é burra, quiseram lhe livrar desse vexame.

Mas, meu caro Presidente, acho que nós temos que ter à disposição de colaborar com o País, ajudando o Governo por essa Comissão. Não existe na América Latina Congresso mais forte que o brasileiro em regime democrático. Os que viraram-lhe as costas pagaram um preço, os que governaram de mãos dadas saíram-se bem. Daí porque eu acho que a aliança que o Governo tem que fazer para o bem do Brasil é com este Congresso. Tentando não jogar-lhe pedras, mas tirar as pedras deste caminho que eu tenho certeza será um caminho pelo qual todos nós vamos lutar para percorrer e para trilhar. Daí porque eu vim a esta Sessão parabenizá-lo pela investidura. Agradecer aos funcionários da Casa pela paciência, pela tolerância e por se adaptarem a meu jeito. A pior coisa do mundo, Presidente Marconi, nesta Casa, ao se assumir funções como essa, o corporativismo querer que você se adapte ao *status quo*(F) e não ao contrário. Nós estamos aqui num mandato do povo, representamos um Estado, e nós temos nessa Comissão funcionários valorosos, eu dou o testemunho disso.

Queria apenas, se me fosse permitido, alertar não a V.Ex^a, mas a Casa toda. O ideal, meu caro Dornelles, é que nós tivéssemos aprovado um Projeto de Lei que tramita já algum tempo e regulamenta o lobby, nós temos que acabar com o lobby envergonhado, os que ficam no fundo da sala, no canto de parede, cabelo “gostorado”(F), lenço saindo da lapela, sapato brilhando e os perigosos telefones celulares a fotografar intimidades que não existem com Parlamentares. São perfeitos, sabem o nome da sua mãe, do seu bisavô, seu prato preferido e até as suas superstições. Ganham para isso e se ganham tão bem devem assumir esta função para que se tenha uma relação correta como em outras democracias do mundo. Eu disse isso, Sr. Presidente, porque tenho testemunhado nessa Casa cenas, e eu já tenho quase que metade da minha vida no Congresso. Cenas tristes. Uma das últimas Sessões que eu presidi aqui vi um fato inusitado, o Governo defendendo uma matéria que era a regulamentação da lei do gás e a PETROBRÁS do Governo, Senador Dornelles, mandando lobistas para trabalhar contra o Governo. Eu nunca vi uma inversão de valores e uma bagunça administrativa tão grande. Lobistas chegando ao desarvergonhamento de retirar da sala Senadores.

Quero alertar V.Ex^a para isso, sei que V.Ex^a Governou um Estado e sabe exatamente o que eu estou dizendo. Ontem nós vivemos no Plenário um episódio semelhante, e aí os lobistas eles transam bem na co-

municação, chegaram a dizer que eu estava contra o funcionário da Casa. Não, eu sou contra a invasão de lobistas como fizeram ontem querendo desfazer um acordo feito para o desmembramento de uma Comissão. Era o desmembramento da Comissão de Educação com Ciência e Tecnologia. O que tem haver com torre de televisão, de telefone? Mas aí, meu caro Dornelles, o mistério se desfaz. Nas concessões, nas outorgas é que os interesses correm e os lobistas atravessam o trabalho legítimo do Parlamentar para vender facilidades aos desavisados, e geralmente o prejudicado é o prefeito, o prejudicado são os desatentos. Eu alerto isso nesse começo de Legislatura, porque nessa Comissão passarão os interesses maiores do País e nós não podemos mais deixar que ação de vida dentro dessa Casa motive momentos ruins para a democracia e para o Congresso, como foi o caso dos sanguessugas. Até hoje, mal explicado e mal apurado porque o Congresso cumpre aqui o seu papel apenas simbólico da liberação. O financeiro é lá, ninguém, até hoje apurou, as influências reais, por que é que saíram, se tinham co-relações com votações, com independência do Congresso ou não, jogou-se a lama no Legislativo e ficou por isso mesmo. Como eu acho que nós estamos dando a volta por cima nesse início de Legislatura e eu pedi a palavra que é de agradecimento, mas também é de convocação a todos os colegas para que nós lutemos para a recuperação deste poder que e eu até concordo com alguns, não é dos melhores, mas ninguém encontrou nada para substituir.

De forma que agradeço aos companheiros, felicito V.Ex^a pela nova missão, a mais importante, a Comissão mais importante se o Governo estiver falando a verdade e eu espero que sim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Heráclito Fortes e quero registrar em nome dessa Comissão o reconhecimento pela importância do trabalho desenvolvido por V.Ex^a durante os últimos dois anos, reconhecer a importância desse trabalho, agradecê-lo e dizer que a dinâmica que V.Ex^a trouxe a essa Comissão certamente será muito útil a mim, ao Senador Delcídio e a todos os demais integrantes dessa Comissão. Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes pelo seu trabalho a frente dessa Comissão. Eu agradeço também em nome dos servidores que compõem essa Comissão.

Eu concedo a palavra, com muito prazer, ao ilustre Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero primeiro dar os meus votos de congratulações por eleição, por aclamação dos nossos dirigentes, Presidente Marconi

Perillo, nosso Vice-Presidente Delcídio Amaral, que eu acompanhei todo o seu trabalho aqui no Senado ao lado da Câmara dos Deputados, eu acho que um trabalho brilhante que V.Ex^a desenvolveu como Senador da República, não só a frente da Comissão Parlamentar de Inquérito que participou, mas na sua atuação como Senador da República, com cartilha ou sem cartilha, eu acho que são menos importância. Eu acho que o principal trabalho nosso, a responsabilidade imensa, a Comissão por si já é de grande importância e ela ganha um relevo especial porque ela assume ao mesmo instante que o Governo lança um programa importantíssimo para o Brasil que vai nos caber analisá-lo, emendá-lo, discutir, debater com o Governo e com a sociedade. Eu acho que a iniciativa do Presidente Marconi que já nos solicitou subscrever um Requerimento convidando a Ministra Dilma Rousseff, que eu tive a satisfação já de subscrevê-lo, muito importante para a gente partir de um debate com a Ministra Dilma, de uma discussão com a Ministra Dilma sobre o trabalho, o tamanho, as particularidades do Programa de Aceleração do Crescimento, a partir daí, nós fazemos também uma discussão com os Estados, eu acho que nós somos representantes dos Estados, bem disse o Senador Heráclito Fortes, somos representantes do Estado e do povo, então vamos discutir com os Estados, vamos destravar e desconcentrar. Algumas regiões têm dito aqui. O PAC beneficia pouco, algumas regiões, ao concentrar sobremaneira, porque também bem dito pelo Senador Delcídio Amaral, a PETROBRÁS concentra o grosso dos recursos, mas já estava na programação da PETROBRÁS. Aquilo ali já é o projeto da PETROBRÁS, não foi a partir do PAC que surgiu os bilhões que estão dentro do projeto da PETROBRÁS, e os bilhões que estão ali estão concentradas também em uma região, pela natureza do trabalho que a PETROBRÁS desenvolve naquelas regiões. Isso dá um desbalanço total com o programa de aceleração de crescimento com as demais regiões do País. Centro-oeste, norte, nordeste e mesmo o sul do País.

Então, fica uma concentração muito grande na região sudeste e em cima de uma instituição, uma empresa, que é uma empresa muito importante para o Brasil, para o nosso desenvolvimento que a PETROBRÁS que todos zelamos por ela, vamos defendê-la, porque onde ela chega, ela contribui, ela ajuda, ela reforça o desenvolvimento de tudo quanto é Estado, de tudo quanto é região. E nós queremos ser parceiros íntimos da PETROBRÁS em todos os lugares da nossa Nação, mas nós queremos ampliar o potencial das nossas regiões, dos nossos Estados. Explicar não só para a Ministra Dilma, mas os outros Ministérios que tem responsabilidade com o PAC, as nossas pe-

culiaridades. Às vezes explicar porque é pouco compreensível, às vezes você vem de uma região como o nordeste brasileiro, de onde eu venho, ou do Estado do Ceará mais precisamente que é o meu Estado, que é uma região semi-árida, mas às vezes o pessoal acha que semi-árido aqui e em Israel é a mesma coisa, ou que o semi-árido do Ceará é igual ao da Bahia, ou que é igual ao da Espanha ou da China. E não é. É totalmente diferente. Nós temos diferenças entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, entre o Ceará e a Paraíba, entre o Ceará e a Bahia.

Então, essas particularidades às vezes exigem uma presença maior do Estado Nacional, da federação para contribuir para o desenvolvimento daquele Estado e daquela região.

Então, esse desbalanceio, essa concentração em determinadas regiões tornam ou criam uma trave ao desenvolvimento. Então o Presidente Lula fala: "Vamos destravar". Ora, vamos destravar, se vai destravar precisa também desconcentrar o Programa de Aceleração do Crescimento. E nós podemos. Claro, a discussão entre nós vai se centrar na questão da infra-estrutura. A infra-estrutura discute portos, discute aeroportos, discute ferrovias, ligação na área da cabotagem do Brasil, quer dizer, que é um escândalo, um País continental com um mar imenso, rios, com um potencial enorme está travado ainda, mas para poder fazer um projeto de integração na área de infra-estrutura, talvez a gente tenha que também discutir com a Ministra e com os Ministros que a gente talvez tenha que, na seqüência, intercalando uma movimentação com os Estados que devemos pontuar aonde nós vamos com o Presidente da Comissão e com os nossos Senadores, quem está no dever de visitar, talvez não tenha condições de visitar todos os Estados para colhermos o máximo de contribuições possíveis, mas convidarmos também na seqüência da Ministra Dilma, outros Ministros para discutirmos outras traves, porque aqui no PAC, o PAC já permitiu você dobrar os investimentos do orçamento fiscal, mas é muito pouco, Senador Marconi Perillo, é muito pouco, Senador Delcídio, é muito pouco para quem quer acelerar o crescimento do nosso País. É pouco, mas às vezes até nem tem os projetos nos Estados, porque a gente ficou tanto tempo sem conseguir envolver o País, quem conseguir fazê-los crescer, sem dar a expectativa do crescimento que você nem tem projeto. Você chega nos Estados, os Estados nem têm os projetos, porque ninguém vai fazer projeto se não tem expectativa de crescimento.

Então, você para poder ter essa expectativa, você precisa começar a discutir também com a nossa área econômica, uma trave que se mantém muito dura no Brasil, que é a trave da política monetária brasileira,

eu acho que nós podemos discutir, podemos discutir os setores da área de infra-estrutura, os setores empresariais que certamente o Senador Marconi Perillo e os Senadores dessa Comissão irão convidar para debater, as empresas para vir aqui discutir, todos eles vão ser unânimes em mostrar que essa é uma trave que nós vamos ter que tirar do caminho do nosso povo, do nosso País, que é a trave da política de juros instituída pelo Banco Central brasileiro. Quer dizer, nós temos uma política de juros, quer dizer, o Governo anuncia um Plano de Aceleração do Crescimento, e o Banco Central anuncia um Plano de Desaceleração do Crescimento. Quer dizer, nós não podemos viver com essa dicotomia. Quer dizer, fazemos uma festa do crescimento e o outro faz o enterro do crescimento.

Então, essa dicotomia não é possível, isso não tem como conviver, porque senão um desmonta o outro. Nós precisamos fazer uma combinação e eu tenho a impressão que nós podemos, Senadores da República, unindo-se mais fortemente aos Estados e ao povo brasileiro com suas instituições, nós temos instituições empresariais, nós temos as instituições sindicais ligadas aos trabalhadores brasileiros que é querem, sim, acelerar o desenvolvimento, e podem contribuir imensamente conosco para que essa política também na área monetária a gente possa tocar. Será que é proibido a gente baixar os juros reais de 9%, Ministro Dornelles? Será que está proibido, será que existe um patamar impossível do Brasil descer, nós não podemos baixar de 9% de juros reais? Será que tem alguém que segura e nos amarra nesse patamar, impedindo que o setor de infra-estrutura tenha perspectivas de contrair, digamos assim, empréstimos mais vultuosos de longo prazo que permita entrar com mais força na aceleração do crescimento? Eu acho que nós temos que tocar nessas coisas também na Comissão de Infra-Estrutura, que aí sim a gente começa a pensar numa perspectiva de mais longo prazo. O PAC não pode ser um curto circuito, algo imediatista, não é algo para se pensar, é só para curto prazo, é só para quatro anos, é só para dois anos. Não, isso aqui nós temos que pensar num projeto de mais longo prazo para o nosso País. Eu acho que é nessa perspectiva que nós devemos andar, por isso V.Ex^a tem não só o nosso apoio para trazer aqui a Ministra Dilma, mas é projeto que a Comissão possa se envolver com ele de discussão ampla com a sociedade brasileira, os Estados, as empresas, o movimento sindical brasileiro, a sociedade brasileira que quer alterar o PAC, não no sentido de negá-lo, mas dizer aqui é um começo, nós precisamos modificar para fortalecer e fazer com que avance de fato o crescimento em nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Inácio Arruda, existem duas inscrições, Senador Romeu Tuma, Senador João Tenório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu queria apenas por questão de ordem, só para fazer uma proposta a V.Ex^a, é que dentro do que foi dito aqui e dentro dos propósitos de V.Ex^a, eu queria já deixar o assunto em pauta, era a proposição que nós fizéssemos um encontro conjunto, Comissão de Relações Exteriores e Infra-Estrutura para discutir as experiências internacionais das PPPs. Que nós fizéssemos aqui um seminário entre abril ou maio envolvendo as duas Comissões para discutirmos os PPPs, Srs. Senadores, nos Países que deram certo, nos Países que fizeram sucesso, os que não tiveram experiência não tanto positiva, trazer para cá esse debate, quem sabe nos vai trazer grandes lições e experiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou solicitar a Secretaria desta Comissão que prepare em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, um Requerimento propondo a realização desse seminário para meados de maio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente. Solicito as providências a Secretaria. Nós temos dois oradores inscritos e ainda teremos pelo menos quatro assuntos a serem debatidos no dia de hoje. Um deles, definir o horário das reuniões. Eu vou pedir a Secretaria que distribua o cronograma das reuniões, os horários que já estão definidos nas Comissões para que nós possamos escolher o melhor horário, o melhor dia para as reuniões desta Comissão, a fim de que a gente possa ter *quorum* todas as semanas, no sentido de que a gente possa dar vazão aos inúmeros debates que serão realizados aqui. Além disso, temos dois requerimentos sobre a Mesa que deverão ser apreciados, discutidos e votados. De modo que eu vou conceder a palavra aos dois oradores inscritos, vou encerrar as inscrições e depois nós começaremos a debater essas outras questões referentes a pauta. Com a palavra o ilustre Senador por São Paulo, Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu preliminarmente, gostaria de cumprimentar a Mesa Diretora dessa Comissão pela qualidade de administradores que são tanto V.Ex^a, como o Senador Delcídio. Os postos que ocuparam na área do Executivo sempre foram de sucesso como resultado da inteligência, da experiência e da visão do interesse público nessas administrações. Não poderia deixar de fazê-lo, até como brasileiro que eu acho que eu sou

um bom brasileiro. Mas, Senador Heráclito, olhei atrás não vi ninguém com seu perfil, nem com a indumentária descrita por V.Ex^a, acho que tem algum infiltrado aí trocando já indumentário. Mas eu acho que talvez a proposta é boa, a aprovação, porque vão usar crachá, a gente já identifica em princípio, a liberdade de conversar. [risos]

Mas eu tomei a liberdade, Presidente, que hoje, logo cedo eu estava falando com V.Ex^a sobre o problema do PAC que ainda há uma desorientação, pelo menos comigo. Não há uma solidez de conhecimento de toda a abrangência, Senador Inácio, de toda abrangência do PAC. Eu acho que são projetos para o futuro, não é para dois anos, um ano. É a reconstituição, principalmente da infra-estrutura do País onde se falava, o Presidente Sarney dizia: “Está acabando o problema da aviação, está com uma dificuldade imensa, não há estradas para transportar veículo, não há trem que o povo possa se transferir de um Estado para outro, então, como é que nós vamos ficar nessa infra-estrutura se não houver uma definição do Governo de investimento claro com parceria ou não”, é uma outra coisa.

Então, eu, hoje cedo, fiz uma reunião, peço até desculpa porque eu acho que talvez seja interesse de todos nós com o PRODASEM que é a área de inteligência do Senado, com o autor da criação do SIGA, aqui se falou em sanguessuga, só se tomou conhecimento pela transparência que o Senado deu nas Emendas Parlamentares, porque hoje você vai no computador o SIGA te dá todas as informações, as liberadas ou não, quem apresentou e quem deixou de apresentar.

Então, a própria instituição legislativa é que deu conhecimento, não só as autoridades, como o povo que tem interesse e vá buscar essas informações. E hoje, o orçamento usa o SIGA e o SIGA foi premiado no final do ano passado como o mais inteligente programa de transparência na área de orçamento.

Então, eu acho que nós estamos seguindo um caminho correto com esses investimentos internos na área de inteligência.

Então, eles se comprometeram, Senador Delcídio, Presidente, a nos trazer uma minuta do que se refere a cada ponto do PAC, quais são as dificuldades e quais são os reais objetivos dele. Porque se falou muito em PAC, a gente fica meio..., com CPMF, com coisas que estão mais no dia-a-dia nosso, não é Senador Flexa? Esse dia-a-dia dos empresários, paga CPMF, se o Governador vai ter direito ou não de participar. Eu acho que como nós vamos ter que votar e discutir, o Inácio fez aqui uma apresentação correta, dessas dificuldades de relacionamento do Banco Central com a equipe desenvolvimentista do Governo, então tudo isso, eu tomei a liberdade de pedir ou para mim ou realmente para

aqueles que se interessarem para a gente já começar a raciocinar em cima de dados concretos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa, eu não sei se o Presidente autoriza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com prazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela sugestão do Senador Romeu, nós poderíamos fazer inicialmente, abrindo também os trabalhos aqui da Comissão de Infra-Estrutura uma..., por parte do Governo, uma apresentação à Comissão do programa, para que a gente possa--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Detalhado, para a gente ver os objetivos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -detalhado, esmiuçá-lo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas eu acho que o Requerimento do Presidente é referente a isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tá. Então, ótimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ela, como ela comandou, provavelmente, a feitura do plano, é correta a decisão do Presidente de propor a vinda dela aqui que eu acho que nesse momento a mais capacitada para fazer uma apresentação. E vai ter aqui um electricista que possa discutir com ela.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao ilustre Senador João Tenório, das Alagoas.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhor Vice-Presidente, primeiro de tudo um registro mais do que confiança, de certeza absoluta que essa Comissão vai se tornar, sem sombra de dúvida, talvez a mais importante Comissão do Senado nesses próximos tempos, por duas razões simples. Primeiro porque esse estado de deterioração que se encontra a infra-estrutura brasileira, quer seja ela na área de produção de energia, quer seja ela na questão das rodovias, dos portos, enfim, um estrangulamento meio que absoluto em tudo que diz respeito a infraestrutura no Brasil. De outro lado, a possibilidade de que esse estrangulamento seja atenuado com esse programa que ora é apresentado pelo Governo Federal que foca muito particularmente essa questão de infra-estrutura.

Então, acho que nós temos nessa Comissão, a oportunidade de contribuir de uma maneira importante para que esses estrangulamentos venham ser

atenuados se não resolvidos. Então, primeiro de tudo é um registro da confiança absoluta, da certeza absoluta de que conduzido por V.Ex^a nós teremos um trabalho aqui que pode tirar proveito dessa situação, dessa coincidência, de que de um lado nós temos uma infra-estrutura absolutamente carente e do outro lado uma oportunidade que se cria agora de poder se resolver isso.

Em segundo lugar, uma preocupação que o PAC não seja de novo um festival, uma coisa fantasiosa, eu diria assim, como foi as PPPs. Na verdade, eu participei um pouco aqui no período em que as PPPs foram criadas e com muito entusiasmo foi um programa lançado com o Governo com muita ênfase, com muito entusiasmo eu diria, e por uma série de razões a coisa não decolou. Essa que é a grande verdade. Na verdade, no meu entender, o que faltou nas PPPs e é muito preocupante que falte nesse momento agora com o PAC é que todo esse tipo de parceria que envolve o público e o privado, ele pressupõe como toda a parceria, uma relação não de animosidade, então no Brasil existe claramente uma animosidade muito explícita entre o público e o privado e no meu entender foi essa animosidade que criou a dificuldade muito grande, o entendimento necessário para que as PPPs desse o resultado absolutamente importante para o País e o receio que o PAC também que pressupõe uma criação de uma parceria muito clara entre o público e o privado venha a sofrer do mesmo problema, das mesmas dificuldades pelo mesmo motivo. Por falta de uma relação menos... de animosidade entre o público e o privado. É preciso que haja confiança entre as partes públicas e privadas para que esse tipo de programa que envolve os dois lados da sociedade tenha possibilidade concreta de progredir, então, mais uma vez eu registro a minha confiança absoluta e mais do que confiança, a certeza de que todos esses trabalhos vão ser bem conduzidos por V.Ex^{as} e registrar essa minha preocupação de que o PAC não submeta-se as mesmas dificuldades que aconteceram nas PPPs por falta absoluta de um entendimento mais aberto, mais transparente nas relações entre o público e o privado no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador João Tenório e após a saudação inicial, após as apreciações preliminares, passamos agora algumas deliberações.

A primeira delas diz respeito ao horário de funcionamento desta Comissão. Os senhores receberam o calendário com os horários das reuniões das demais Comissões. Anteriormente, a CI funcionava às 14 horas de terça-feira, nós temos essa alternativa e, na mi-

nha opinião, temos uma outra alternativa que seria o funcionamento na quinta-feira às 11h30. Talvez fosse melhor se transferíssemos para quinta-feira às 11h30, há uma reunião da CAS no mesmo horário, mas creio que a maioria dos integrantes dessa Comissão não pertença a CAS, caso os Srs. Senadores concordem com essa proposta de alteração, eu submeterei a apreciação dos senhores.

Os Srs. Senadores que concordarem com a alteração do horário e dia de funcionamento da CI, transferindo de terça-feira, 14 horas, para quinta-feira às 11h30, permaneçam como estão. Está aprovada então a mudança de horário do funcionamento da Comissão de Infra-Estrutura, Serviço e Infra-Estrutura.

Estão sobre a Mesa três requerimentos para serem apreciados e deliberados. O primeiro deles, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de autoria dessa presidência coadjuvados pelos ilustres Senadores, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, Jayme Campos, Francisco Dornelles, Augusto Botelho, José Agripino, Adelmir Santana, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romeu Tuma, Valdir Pires, Valdir Raupp, aliás, que eu vou ler a partir de agora.

Requerimento nº 1 de 2007 da Comissão de Infra-Estrutura. Requeiro nos termos regimentais convidar a Ministra de Estado da Casa Civil, Dr^a Dilma Rousseff, para participar de um debate com os membros dessa Comissão e também com os demais Senadores dessa Casa que se interessarem dessa Comissão de Serviço de Infra-Estrutura sobre o Programa de Aceleração do Crescimento.

A Ministra Dilma Rousseff, certamente, a principal interlocutora do Governo em relação a esse tema, foi a coordenadora para a elaboração desse programa e acho que é a pessoa mais apropriada para debater conosco aqui em primeiro plano, na Comissão de Infra-Estrutura, no Senado Federal, sobre o PAC. Seus desdobramentos, gargalos, aprimoramentos que devem ser feitos, enfim, transformar essa Comissão numa Comissão de debates a partir da participação como convidada da ilustre Ministra Dilma Rousseff.

Os Srs. Senadores que queiram discutir o Requerimento, por favor se inscrevam. Não havendo inscrição, coloco em discussão o Requerimento. Coloco em votação o Requerimento. Está em votação. Os Srs. Senadores que concordarem com a aprovação do Requerimento, permaneçam como estão. Está aprovado o Requerimento nº 1 de 2007 que convida a ilustre Ministra Dilma Rousseff para debater o PAC.

Requerimento nº 2 da Comissão de Infra-Estrutura. Nos termos regimentais, requeiro a V.Ex^a Audiência Pública para serem debatidos entre os Srs. Senadores a situação em que se encontram os investimentos do

Governo Federal no Sistema de Trens Metropolitanos no País, para o qual sugiro convidar para expor sobre o assunto o Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Bernardo, o Sr. Ministro das Cidades Dr. Márcio Fortes e o Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, CBTU, Sr. João Luís da Silva Dias. Justificação. Justifica-se, Sr. Presidente, essa Audiência Pública pelo baixo percentual de investimentos empenhados e realizados pelo Poder Executivo em importantes capitais brasileiras. Assinatura do Senador Eduardo Azeredo.

Está em discussão, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Requerimento já tinha sido apresentado no fim do ano passado, mas não foi possível realizar em tempo hábil essa Audiência Pública pela impossibilidade dos Ministros estarem aqui na época ainda de dezembro. Essa semana mesmo eu compareci a um encontro de bancada mineira e o Ministro Márcio Fortes lá estava e ele se colocou à disposição para vir aqui. Na verdade, a questão do transporte de massa no Brasil é uma questão grave e que vem se agravando mais ainda a cada dia. Basta verificar que o metrô realmente do Rio de Janeiro, ele está ainda lá, pouco atende Copacabana, pouca utilidade ainda. A questão do metrô da Bahia, o Belo Horizonte, está nesses últimos quatro anos carentes de investimentos, o de Fortaleza, de Recife, temos ainda metrô em Porto Alegre, aqui em Brasília e o de São Paulo. O de São Paulo já é da esfera estadual e na verdade é o que funciona melhor também.

Então, há uma necessidade urgente também. Quer dizer, essas cidades estão entupidadas pelos ônibus, podemos dizer assim. E o sofrimento das pessoas, dos trabalhadores que gastam uma, duas horas dentro dos ônibus para irem ao trabalho não pode continuar. Não há dúvida de que em todas as grandes capitais do mundo, ao Sistema de Trens Metropolitanos, é que consegue atender a demanda de transporte de massa, e essa questão no Brasil ela está relegada a segundo plano. Nós tivemos aí, realmente, um investimento mais significativo na década ainda de 70, quando praticamente foram iniciados alguns projetos, depois no início dos anos 90, ainda alguma coisa a mais, mas o fato é que há necessidade de investimentos significativos, daí a proposição desse Requerimento para que possamos discutir esses investimentos em metrô no Brasil todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão o Requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, peço permissão ao nosso nobre colega para subscrevê-lo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Com todo prazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com autorização do autor do Requerimento, V.Ex^a terá oportunidade de subscrevê-lo.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Terceiro e último Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Flexa Ribeiro.

Requerimento nº 3 de 2007. Sr. Presidente, requeiro nos termos regimentais e constitucionais que seja dirigido convite as autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, se pronunciarem a respeito da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, matéria de interesse público relevante. Os convidados seriam, Sr^a.ora Ministra Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil, Sr^a. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, Sr^a. Ana Júlia Carepa, Governadora do Estado do Pará, Sr. Antônio Fernando Souza, Procurador-Geral da República, Sr. Carlos Raimundo Nascimento, Presidente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, a ELETRONORTE, Sr. Valter Luís Cardeal de Souza, Presidente da ELETROBRÁS, Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

Está em discussão o Requerimento, com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro, autor do Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, quero aproveitar essa oportunidade que quando fiz a minha intervenção no início da Sessão, V.Ex^a ainda não tinha ainda chegado ao recinto da Comissão para parabenizá-lo pela assunção como Vice-Presidente, tenho absoluta certeza que seria de ajuda inestimável ao êxito da missão do Presidente Senador Marconi Perillo. O conhecimento de V.Ex^a, principalmente no setor elétrico, em que o PAC tem uma ação bastante importante, e parabenizá-lo também pelos seus 38 anos que comemora hoje e que Deus continue lhe abençoando e lhe iluminando.

Presidente Marconi, o objetivo dessa Audiência Pública é sem deméritos dos demais projetos do PAC que são todos importantes e é importante que se diga que eles vêm de há muito tempo, do Avançar Brasil, Mãos a Obra, são programas do Governo de Fernando Henrique Cardoso que já contemplavam

praticamente todos esses projetos de infra-estrutura que hoje foram condensados no PAC, o projeto de Belo Monte, ele tem a importância vital no sentido de que sem energia o PAC não vai dar resultado, porque o Brasil, melhor dizendo, não avançará no seu caminho do desenvolvimento.

Nós todos temos conhecimento que há uma possibilidade de um apagão futuro proximamente, principalmente, todos nós queremos isso, o Presidente Lula vem anunciando há quatro anos que em cada início de ano vai crescer a 5% do seu PIB e se isso houvesse ocorrido, nós já estaríamos com um apagão hoje, com uma escassez de geração de energia.

Então, como queremos que ele realmente cresça a essas taxas ou taxas superiores, próximas dos Países em desenvolvimento, Países emergentes como China, Rússia e Índia, então é preciso que essa questão de energia seja realmente solucionada.

Belo Monte será a maior hidroelétrica genuinamente nacional, vai gerar em torno de 11 mil megawatts de energia. É uma obra que já poderia estar em funcionamento se não tivesse sido impedida por ações outras há tempos passados.

Então, temos notícias pelos jornais de que existem ações ainda a serem vencidas, inclusive com impedimentos dos estudos que foram levantados recentemente pelo Poder Judiciário, mas que repetidamente estão vindo à baila de que isso pode vir a tornar realidade. Então é importante que se faça essa Audiência Pública para que o País possa ter um caminho certo de que nós vamos ter energia, talvez em 2012 ou 2013, porque todos esses projetos de geração de energia são de médio e longo prazo, então precisamos iniciá-lo efetivamente. Então vamos esclarecer quais são os óbices, aonde é que estão os impeditivos para que o Senado Federal, através da Comissão de Infra-Estrutura possa ajudar na superação dessa dificuldade.

Então, é esse o objetivo maior para que a gente possa, realmente dar o início efetivo na instalação da Usina de Belo Monte.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão o Requerimento.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só agregando os comentários do Senador Flexa com relação a esses projetos na Amazônia. Senador, eu tive a oportunidade de trabalhar, e de certa maneira ser adotado pelo Estado de V.Ex^a durante muitos anos na

construção e colocação em operação da maior usina hidroelétrica genuinamente brasileira que é Tucuruí, pelo menos até agora. E é importante destacar essas discussões com relação a Belo Monte, a Giral e Santo Antônio. Essas discussões, e por isso que eu louvo essa iniciativa desse Requerimento, Sr. Presidente, porque são projetos complexos porque se situam em regiões do País que têm carência da infra-estrutura necessária para desenvolver projetos desse porte. Eu acompanhei Belo Monte e acompanhei o aperfeiçoamento que foi feito no projeto, eu sou da época ainda, apesar dos meus 38 anos que eu agradeço muito a V.Ex^a pela referência, mas eu acompanhei esse projeto quando ele se chamava Cararaú, que era um grito de guerra Caiapó. Eram dois aproveitamentos, Cararaú e Babaquara. Babaquara era mais ou menos um projeto do tamanho de Tucuruí. E esse assunto precipitou-se em função, inclusive, do extingue que esteve lá com o Raoni, então teve uma cena, uma fotografia do então Presidente da ELETRONORTE que era o José Antônio Muniz com uma índia Caiapó, com um facão no rosto dele. Então essa discussão tomou uma conotação muito arraigada na realidade daquela região nessas questões indígenas e especialmente nas questões ambientais.

Então, eu entendo que esse debate, nós não podemos, são projetos fundamentais para o País, mas nós não podemos simplificar a implantação desses projetos, porque implantação não é simples, não só o caso de Belo Monte que hoje já tem um projeto que praticamente o reservatório é a calha do Rio Xingu, porque ali na volta grande do Xingu a calha se espalha, então o impacto em termos de reservatório é pequeno, mas também Giral e Santo Antônio que interfere com a Bolívia, e a Bolívia já está se posicionando com relação a esses dois projetos também.

Então, eu acho que essa iniciativa é muito importante para deixar claro para o Congresso e para que a gente tenha oportunidade de discutir realmente as restrições que existe em todos nós somarmos esforços para viabilizar esses projetos. E importante. Não simplificando também. São projetos cuja primeira unidade, uma usina como essa ela não entra inteira, ela entra em etapas. A cada três meses, normalmente se a obra andar dentro do cronograma, a cada três meses entra uma unidade. Então a primeira unidade tem uma perspectiva de entrar em 2012, 2013. Por isso que a discussão do PAC é fundamental nessa questão de energia porque nós vamos ter que discutir antes de 2012, 2009, 2010 e 2011.

Então, louvo a iniciativa de V.Ex^a para deixar claro os desafios para um projeto tão importante como é o projeto de Belo Monte, não só para o Pará, como

V.Exª disse que é superavitário em termos de geração de energia, mas para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão o Requerimento. Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco em votação. Em votação o Requerimento, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, agradeço a todos pela participação, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e convoco outra em caráter extraordinário para a próxima quinta-feira às 11h30 horas. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h15

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Inácio Arruda, Fernando Collor, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Augusto Botelho, Neuto de Conto, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio**. Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **Item 1 - Requerimento, nº 04, de 2007-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo que “requer, nos termos regimentais, convidar os Ministros de Estado da Fazenda, da Fazenda, Guido Mantega e do Planejamento Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo para participarem de debate com os membros desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”. **Aprovado. Item 2 - Requerimento, nº 05, de 2007-**

CI, de autoria do Senador Marconi Perillo que “requer, nos termos regimentais, convidar os Governadores dos Estados da Federação, para participarem de debate no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a ser realizado em Audiência Pública sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em caráter regional”. **Aprovado. Item 3 - Requerimento, nº 06, de 2007-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que “requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de uma Subcomissão permanente, composta de 7 membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC”. **Aprovado. Item 4 - Requerimento, nº 07, de 2007-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes que “requer, nos regimentais, seja agendado para o primeiro semestre deste ano um Seminário sobre experiências internacionais em Parcerias Público-Privadas (PPPs), a ser realizado por esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal”. **Aprovado.** A Comissão aprova, **Extra Pauta**, os seguintes requerimentos. **Item 1 – Requerimento nº 08, de 2007-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que “requer, nos termos regimentais, seja realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura audiência pública sobre as condições do Aeroporto de Congonhas, tendo por convidados os presidentes das empresas aéreas que operam aviões comerciais à jato naquele aeroporto”. **Item 2 – Requerimento nº 09, de 2007-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que “requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre as condições de segurança do transporte aéreo no País, tendo como convidados o Comandante da Aeronáutica e o Responsável pelo Departamento de Controle de Espaço Aéreo – DECEA”. A Presidência pré-agendou o dia oito de março de 2007 a realização de audiência pública a fim de que seja debatido entre os senhores senadores a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de trens metropolitanos no País, em atendimento ao Req nº 02, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. O Senador Flexa Ribeiro solicita à Presidência a alteração da composição de membros efetivos e suplentes da Subcomissão Permanente destinada a acompanhar o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, de cinco para sete membros, o que foi atendido. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Eliseu Resende, João Ribeiro, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Heráclito Fortes, Wellington Salgado, Adelmir Santana e Arthur Virgílio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a pre-

sença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com os apanhados de estenotipia informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a apreciação, discussão e votação de alguns requerimentos, sobretudo, de requerimentos de convocação. Antes, porém, de iniciar a apreciação desses requerimentos, concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Presidente, Senador Marconi Perillo, eu queria só ainda voltar àquela questão que já foi aprovada aqui do Requerimento, para que pudéssemos discutir a questão do transporte de massa no País, especialmente os metrô, e solicitar que V.Exª designe a Secretaria que a gente possa marcar o mais rápido possível a vinda dos Ministros, que é o Ministro Márcio Fortes e o Ministro Paulo Bernardo. Eu estive com o Ministro Márcio Fortes semana passada ele disse que estaria pronto a vir, e esse Requerimento, na verdade, ele já tinha aprovado aqui ainda no ano passado. No ano passado nós já tínhamos aprovado esse Requerimento aqui, mas não teve tempo hábil para poder realizar essa Audiência Pública. O Senador Elizeu Rezende é inclusive da origem do programa de metrô no Brasil todo, ainda quando estava à frente desse setor de transporte no País. Eu ainda ontem, pude falar novamente falar sobre esse assunto no Plenário, da importância que nós tenhamos investimentos de verdade nos trens metropolitanos e só depois disso é que os Estados poderão assumir, os Estados de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco e do Ceará que tem metrô ainda federais. O metrô de Belo Horizonte para se ter uma idéia, tem a previsão de 180 milhões para quatro anos, isso é insuficiente, não resolve o problema de

colocar eficiência e poder transportar um número mais significativo de pessoas.

Então, há necessidade de um movimento no sentido de mais recursos para o transporte de massa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Eduardo Azeredo, eu concordo com a preocupação de V.Exª, a medida em que há muitos anos esse assunto e arrasta. Os metrô de Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza se encontravam no Programa Avança Brasil, do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Era um dos... Participavam ou pertenciam ao chamado Eixos Estruturantes, que foram elaborados no Plano Plurianual, o II Plano Plurianual do Governo Fernando Henrique. Esses metrô se desenvolveram com recursos do orçamento da União, com recursos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos e de repente já no final do Governo anterior e durante todo esse Governo, esse assunto se arrasta, os recursos alocados no orçamento por parte do Executivo são muito pequenos, muito inferiores as necessidades reais. E a medida em que os metrô de Belo Horizonte, Recife e Fortaleza se arrastam por falta de prioridade por parte do Governo Federal, outros projetos como o de Goiânia, Curitiba, dentre outros, também ficam na gaveta, ficam na fila. Nós temos absoluto interesse na construção do metrô de Goiânia. O projeto chegou a ser aprovado pela CEAIM(F). Ocorre que não dá para você colocar na pauta essa discussão, se nós não resolvermos preliminarmente as questões que estão travando aí a conclusão dos sistemas anteriores.

Portanto, eu tenho interesse absoluto nesse tema, acho que ele é fundamental para a estruturação da infra-estrutura no País. É preciso lembrar ainda há pouco dizia que em alguns Países do mundo se discute planos decenais, planos vintenais.

A Espanha, por exemplo, aprovou em 1999 o seu plano decenal de infra-estrutura de transportes. Para se ter uma idéia, entre os anos 2000 e 2010 a Espanha estará construindo 8 mil quilômetros de ferrovias para trens de média e alta velocidade. A Espanha inteira está sendo cortada, e eu pude visitar a Espanha, conhecer algumas ferrovias que estão sendo construídas, dentre elas a que liga Madri a Barcelona. Mas o fato é que a Espanha, até 2010 terá incorporado ao seu patrimônio nacional 8 mil novos quilômetros de ferrovias para trens de alta velocidade. Em Madri se constrói a cada ano cerca de 50 quilômetros de linhas novas de metrô e nem sequer faz inauguração, isso é normal, é natural, faz parte do cotidiano. Ou seja, 50 quilômetros anuais de linhas novas no metrô de Madri.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E não tem problema de mudança de Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente. Aqui para se --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aqui é um quilômetro por ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --construir cinco quilômetros numa linha de São Paulo é uma dificuldade, é um entrave, falta financiamento, faltam recursos.

Então, eu considero absolutamente oportuno a realização dessa Sessão. Acho que esse debate vai ser muito importante e eu sugiro, Governador, Senador Eduardo Azeredo que essa Sessão Extraordinária, essa audiência, uma Sessão Extraordinária, se dê no dia 8 de março. No dia 7 de março nós teremos aqui a presença da Ministra Dilma Rousseff para discutir conosco o PAC. Já que o PAC foi apresentado a sociedade sem que houvesse uma discussão preliminar com a sociedade. O PAC é um programa interessante na medida em que hoje nós temos um programa, mas ele não foi discutido com a sociedade, ele veio de cima para baixo. De modo que nós vamos ter a honra de receber aqui a Ministra Dilma Rousseff para debater o PAC no dia 7. Nós vamos aprovar hoje, eu espero, com a anuência dos senhores o convite a dois outros Ministros, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento. É preciso que essa Sessão se dê conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos e é possível até que esta Sessão se dê até no Plenário do Senado, há essa discussão sendo cogitada, não sei se será efetivada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas a verdade é que essa Sessão-- um instante-- essa Sessão será de alta relevância para a Casa e será uma grande oportunidade para nós debatermos o PAC, seus aspectos positivos, seus aspectos negativos, as omissões que ocorreram e iniciar um debate, que a gente pretende levar para os Estados também. Eu vou apresentar hoje um Requerimento convidando os Governadores por região para estarem aqui nessa Comissão debatendo o PAC, mas acho que essa Comissão também deve ir conferir as obras e os projetos macroestruturantes para o Brasil, na área de infra-estrutura *in loco*. Eu já pedi inclusive a minha Assessoria que consultasse aos Srs. Senadores e Senadoras a respeito das prioridades locais em cada Estado, em cada região e a respeito da possibilidade, necessidade e interesse dos Srs. Senadores de nós irmos em Comissão a cada Estado Brasileiro, a cada região, para debater nas assembleias com os Governadores, com os setores organizados da sociedade civil esse assunto.

De qualquer maneira, Governador Eduardo Azeredo, Senador Eduardo Azeredo, eu sugiro a nossa secretária que marque uma Sessão extraordinária para o dia 8 com o objetivo de discutirmos a questão dos metrô de Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza. Porque não também os demais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A idéia é o transporte de massa como um todo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só pela ordem, se V.Ex.^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com essa decisão, satisfaço a...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, está bem...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem, se V.Ex.^a permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --solicitação de V.Ex.^a. Por favor. Com a palavra, pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu acho que V.Ex.^a começa bem com essa Comissão, segunda reunião. Mas eu queria propor, Presidente, se V.Ex.^a concordar e os demais Senadores, como nós estamos com *quorum* e já votar as questões que precisam *quorum* para adiantar, porque muita gente às vezes precisa viajar, o senhor teria tranquilamente a votação dentro do Regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Acolho com prazer, Senador Romeu Tuma, a questão de ordem de V.Ex.^a. Antes, porém, concedo a palavra ao ilustre Senador, grande brasileiro, Eliseu Resende.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Também gostaria, Sr. Presidente, depois de usar da palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sr. Presidente, o programa de metrô é um programa extraordinário e a gente contempla as obras dos metrô inacabadas e esses metrô que V.Ex.^a citou, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Fortaleza.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Fortaleza, foram iniciados a mais de um quarto de século. Estão aí sem trazer os benefícios para a sociedade. Se calcularmos os custos dos investimentos atualizados, nós vamos ter um volume, uma quantia estratosférica. Isso é uma demonstração de ineficiência. Então esse programa de discutir os metrô é muito importante.

Mas eu queria chamar a atenção de V.Ex.^a e da Comissão para a questão de definição de prioridades,

quando a gente vai analisar o PAC, a definição das prioridades. Há um programa de investimentos para produzir o crescimento do País a taxa de 5,5% ao ano, é a afirmação do Governo.

Esse programa de investimentos, no entanto, tem de obedecer uma prioridade estudada profundamente. E eu, hoje, fico pensando na maneira como está deteriorada a rede rodoviária desse País. Todos os Senadores aqui têm exemplos a dar, todos os Governadores sentem nos seus Estados como as BRs do Brasil estão estragadas. Está produzindo um aumento de custo, um aumento dos fretes enorme, está produzindo um grande consumo de combustível. Eu acostumo dizer se a gente transformar uma estrada esburacada de uma estrada perfeita, aperfeiçoada, nós vamos ter uma economia de combustível de 25%. Se nós fizemos um programa de restauração das estradas, nós vamos consumir 25% a menos de gasolina e diesel. Isso colocaria no País no grupo da OPEP, das [inaudível] exportadoras líquida de petróleo. As estradas depreciam, desgastam o pneu, depreciam os veículos e trazem um grande mal, um grande prejuízo para a Nação inteira. Há um custo Brasil elevadíssimo em decorrência disso. Eu acho importante, portanto, essa reunião com os Governadores que algumas idéias precisam ser feitas. Eu tenho muita preocupação de um órgão central em Brasília, V.Ex^a que já foi Governador do Estado de Goiás que é aqui perto, mas os Governadores dos Estados longínquos, como é que um órgão, chamado DNIT, hoje, chamado DNER no passado, como um órgão sediado em Brasília, com uma rede de representações muito rarefeita nos Estados, muito mal suprida de recursos humanos, de equipamentos vai fazer o planejamento adequado, o projeto certo e vai fiscalizar corretamente as obras num País de dimensão territorial como a nossa?

Então, há teses para isso. É preciso que o Governo acorde e reponha os ativos depreciados. Ninguém cresce se não repor os seus ativos, se não manter a malha, o patrimônio líquido da Nação, a malha viária e todo o sistema de infra-estrutura. Eu acostumo dizer que a decisão de construir uma estrada nova é uma decisão política. Agora, a conservação e a restauração dessa estrada quando ela está estragada não é decisão política mais, é obrigação do Governo, do poder público restaurar, porque nós estamos jogando fora o dinheiro gasto do passado, com sacrifício de inúmeras gerações.

Acho que o Brasil e essa Comissão de Infra-Estrutura aqui do Senado pode ficar atento a isso, precisa acordar para a restauração das suas estradas. Conservação preventiva, e tapa buraco não adiantam. Conservação preventiva, restauração adequada para

que cada Estado depois de aperfeiçoada no seu pavimento, possa ter o pavimento durante dez a quinze anos, aí os fretes se reduzem, a economia do País ganha. Precisa haver um movimento nessa direção. Eu tenho até uma idéia que é muito ousada, mas parece singular, mas não é. A idéia de um instrumento, de uma sistemática, de um procedimento adotado no mundo inteiro pelas repúblicas federativas de maior dimensão territorial. As estradas são todas administradas pelos Estados.

Acho que nós devíamos pensar neste processo de estadualização das BRs. Cada BR quando a... A Rio-Bahia que vem, a BR-116, que vem de Pelotas do Rio Grande do Sul a Fortaleza no Ceará. Ela atravessa tantos os Estados, se a administração da Rio-Bahia, da BR-116 tivesse entregue aos Estados, geraria, inclusive, uma competição entre a eficiência das administrações estaduais, a estrada está boa em Minas, está ruim na Bahia, está boa em Sergipe, está ruim em Pernambuco. Então eliminaríamos a superposição do ex-DNER, hoje DNIT com os DER estaduais para diminuir custos e aumentar a eficiência.

Eu queria colocar isso aqui porque esse é um tema que eu vou provocar muito aqui como membro titular dessa Comissão, até que nós possamos chegar a uma conclusão. Podemos debater isso com os Governadores, serão convidados para estar conosco e alimentar um desejo de resolver essa questão da restauração dos ativos que depreciados não podem prejudicar concurso Brasil elevadíssimo, em decorrência do crescimento do País. Então eu queria colocar...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Permite um aparte, Senador?

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa, é só... É que se a memória não me falha, nós tivemos há cerca de dois ou três anos, uma discussão imensa sobre a devolução do dinheiro para os Estados de conservação de estradas federais. E lá foi discutida a passagem para a administração pelos Estados dos trechos que por eles passavam.

Então, acho que a idéia de V.Ex^a é importante desde que a gente fique firme nessa pressão para que isto aconteça, porque houve uma discussão muito forte, V.Ex^a foi Governador e sabe, o Aécio foi um dos que mais discutiu sobre o uso de dinheiro para pagar salário e houve um tumulto em razão disto. Eu só estou lembrando aqui porque a idéia é brilhante, deve continuar, mas houve alguns constrangimentos passados.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Isso mostra como a resolução desse problema, pela mani-

festação do Senador Tuma, é complexa. Mas eu não seguiria o caminho, não proporia o caminho da Medida Provisória 82. Os Estados assumiram os recursos para gastar em despesas gerais, as estradas ficaram órfãs e hoje os Estados não quer...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E o pior, a MP 82 até hoje não foi votada, e conseqüentemente os estradas não foram transferidas há um vácuo, a um buraco negro, porque a MP 82 não foi votada e não tendo sido votada o Governo Federal, a União não pode transferir as rodovias aos Estados, então os Estados não agem, não tomam providências e também a União. Há três anos... Esse problema já se arrasta há quatro anos.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Como estão o Estado não pode assumir as estradas onde ele recebeu para fazer, para prestar esse serviço, cento e trinta mil reais por quilômetros. As estradas estão todas estragadas. Eu seria mais ousado, é claro que a transferência das estradas sem recursos, V.Ex^a foi Governador de Estado, seria uma coisa excelente para a União, mas simplesmente desastrosa para os Estados. Como é que os Estados vão pegar as BRs sem dinheiro? Por isso eu proporia, por isso que eu acho que o estudo é muito profundo que toda a tributação aplicada sobre os combustíveis e automotivos fosse transferido para os Estados na proporção do consumo. A CIDE que nós tínhamos de oportunidade de criar seria transferida para os Estados proporcionalmente a consumo e a extensão da malha viária. Aí os Estados receberiam um bolo de dinheiro e saberia como planejar a aplicação desse dinheiro. E iriam aprender imediatamente que não podia começar obra nova enquanto não acabar as obras inacabadas, enquanto não restaurar as obras estragadas.

É o que tínhamos a dizer, esse assunto nós temos condições de debater nessa Comissão e eu vou provocar isso com a permissão de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu Resende, a manifestação de V.Ex^a é absolutamente pertinente. V.Ex^a foi um dos grandes Ministros que esse País conheceu, foi um dos Ministros de Transporte que mais pensaram o sistema de infra-estrutura, o sistema modal no Brasil, multimodal no Brasil. E V.Ex^a tem contribuído com esse debate ao longo das décadas, ao longo dos anos. V.Ex^a, portanto, vai agregar muito valor a essa Comissão em trazendo para cá esse debate.

Eu tive a experiência de criar um programa de manutenção e conserva permanente da malha rodoviária estadual. O Brasil carece de um programa permanente de manutenção e conserva da malha rodoviária federal. Agora, eu debati recentemente, e ainda

como Governador do Estado, com ABDR, exatamente o tema da descentralização das rodovias federais. Os Estados terão muito maior competência para lidar com essa questão das rodovias federais do que a União. Os Estados estão mais próximos dos problemas, sobretudo os Estados mais distantes. E o pior é que quase todos os recursos da CIDE são destinados a geração de superávit primária, assim como na CPMF, esses recursos não são destinados aos seus objetivos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Além de colocar (?)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Exatamente. E ainda na DRU. Então a verdade é que, por experiência própria, eu posso afirmar aqui, tenho certeza que os demais Governadores, que os recursos que são destinados hoje da CIDE aos Estados e aos Municípios são muito bem aplicados. Os recursos que não são tão elevados foram todos aplicados nos últimos anos na forma mais eficiente possível, tanto na reabilitação de rodovias, no restauro, quando na conclusão de rodovias inacabadas ou na construção de rodovias novas. Nós temos um problema sério no Brasil, muito bem aqui colocado por V.Ex^a, que é a depreciação das rodovias federais. O meu Estado recente muito porque é um Estado central, várias rodovias cortam o Estado de Goiás, mas não há um projeto de manutenção e conserva permanente. Você tem hoje o CREMA, o Creminha com recursos alocados em organismos internacionais, esse recursos são finitos, vão acabar, nós vamos ter uma reabilitação agora e depois, se nós não tivermos um projeto, um programa permanente de manutenção e conserva das nossas rodovias, nós não vamos ter condições de ter rodovias capazes de transportar os nossos produtos e, com isso, nós vamos perder cada vez mais competitividade. Um dos maiores inibidores da competitividade do Brasil, e eu conheço isso de Cátedra, é exatamente o custo frete, o custo transporte, e isso se dá exatamente porque nós temos uma malha rodoviária federal muito precária e há muitos anos não temos um debate em relação há um projeto consistente na área ferroviária e muito menos em relação ao setor hidroviário. Portanto essa questão multimodal precisa ser debatida com ênfase aqui nessa Comissão. Eu acho que o Brasil vai ganhar com isso. Por isso que nós vamos convidar os Governadores por região para que a gente possa discutir profundamente os seus gargalos, suas deficiências, suas necessidades, os fatores que inibem a competitividade desses Estados e dessas regiões, e é por isso que também nós pretendemos visitar in loco, debater com a sociedade, com a sociedade em cada Estado, a sociedade civil organizada, o setor produtivo, academia, Governadores, Parlamen-

res essas questões do PAC, não apenas do PAC, mas toda a questão estruturante do País.

Eu concedo a palavra... Antes de começar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só um acréscimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por favor, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Nós não esquecermos dos membros das agências reguladoras, porque sobre ferrovia, eu estive lá na ANTT e o conhecimento é profundo de todas as dificuldades que estão havendo nos projetos que não consegue sair do papel na área de ferrovia.

Então, eu acho que talvez se V.Ex^a puder concluir além de Governadores, autoridades, as agências que elas tem que ter a cada dia um pouco mais de liberdade para decidir e buscar as soluções.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, eu concordo plenamente com V.Ex^a e ontem mesmo me reuni com a consultoria do Senado, aqui inclusive encontra-se uma das consultoras com as quais me reuni, durante um longo tempo para discutir exatamente a contribuição dessa Comissão, a regulamentação das agências reguladoras no Brasil. Eu acho que essa Comissão pode dar uma grande contribuição ao Brasil ao discutir profundamente o papel das agências reguladoras e ao elaborar o seu conjunto aqui um Projeto de Lei que regulamente as agências reguladoras. Um projeto que coloque o Brasil num patamar das grandes nações mais fortes do ponto de vista de organismos reguladores que possam conseqüentemente dar segurança jurídica aos investidores e, sobretudo, aos usuários. De modo que esse vai ser um debate com o qual nós vamos lidar aqui nos próximos meses. A idéia é debater, realizar um seminário ou uma Audiência Pública convidando os principais diretores e os presidentes dos órgãos reguladores do País e discutir os projetos que já existem aqui na Casa também.

Há um projeto do Executivo que já tramita na Casa há alguns anos, um projeto que em minha opinião está muito aquém da necessidade, um projeto ruim porque tira a autonomia e independência das agências reguladoras. Há um projeto do Senador Tasso Jereissati apresentado recentemente que trata da autonomia financeira, organizacional e administrativa das agências, e eu acho que essa Comissão pode colaborar com esse debate no Brasil ao apresentar uma verdadeira regulamentação do papel, do perfil, da atuação independente, autônoma dos órgãos reguladores no Brasil. De modo que esse debate será muito importante. Eu creio que essa Comissão possa dar ao Brasil

uma grande contribuição, revelando o nosso espírito público em tratar de uma questão tão importante para o Brasil nesse momento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havia solicitado a palavra o Senador João Ribeiro, mas como o senhor pede pela ordem...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. É para discutir. Pode passar para o Senador João Ribeiro que depois eu falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Marconi Perillo, ex-Governador do Estado em que nasci, quero primeiro cumprimentar V.Ex^a por ter entrado nesta Casa com o pé direito e já assumindo a presidência dessa Comissão que, a meu ver, será a Comissão mais importante do Congresso Nacional nos próximos quatro anos. Exatamente por causa do PAC, Programa De Aceleração do Crescimento que passará na sua grande maioria por essa Comissão. Essa Comissão terá a função de debater, de aprovar os projetos mais importantes já que a Comissão, que é a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Tenha a certeza, Sr. Presidente, que V.Ex^a colocou muito bem que nós poderemos dar uma grande contribuição ao País, principalmente neste momento que o País aguarda com muita ansiedade o anúncio, aquilo que foi anunciado pelo Presidente, e eu que tenho acompanhado de perto essa questão, já que sou Líder do meu partido aqui na Casa, e faço parte conseqüentemente das reuniões periódicas que acontecem no Palácio para discutir exatamente a questão do PAC.

Em colocando rapidamente essa questão, Sr. Presidente, eu quero apenas solicitar também a inclusão do meu nome nessa Subcomissão já que ela está sendo criada com a motivação de acompanhar de perto a questão de aplicação do PAC. E, aliás, Sr. Presidente, elogio mais uma vez V.Ex^a por essa atitude, porque esta colocação foi feita também pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião de terça-feira nesta semana que era muito importante que todos os líderes, e todos os Parlamentares acompanhassem a aplicação do PAC de perto, não só do PAC, mas de outras obras, porque assim estaremos dando uma grande contribuição ao País e cumprindo com a nossa obrigação que é de acompanhar, criticar aquilo que estiver errado, mas sobretudo apontar soluções e, portanto, a questão do

PAC que terá prazo para início de obras, o Presidente disse, inclusive, o Senador Raupp lá estava, acompanhou também tudo aquilo que o Presidente disse, aquilo que foi colocado pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro do Planejamento e discutido entre nós de que muitas obras que tinha o entrave muito grande com a questão ambiental, porque a questão ambiental no nosso País é um problema seriíssimo, não se pode fazer às vezes uma rodovia que já está construída há mais de 50 anos porque há problema ambiental aonde já foi desmatado, às vezes não se pode dar, não se pode autorizar novamente essa licença.

Se nós fôssemos aqui levar essa discussão agora ou encarar essa discussão, eu acho que a gente ficaria a Sessão toda falando sobre isso. Mas de qualquer forma, quero dizer que saio cada dia que vou as reuniões lá no Palácio mais animado, mais entusiasmado com que o está acontecendo hoje e, sobretudo, com o desejo do Presidente Lula que isso dê certo, que esse PAC é um Programa de Integração Nacional, de infra-estrutura. Sei que muitos Governadores, inclusive no meu Estado, nós queríamos colocar lá a BR-010, outras rodovias importantes, mas sabemos que esse é um Programa de Integração Nacional. E é claro que nós não vamos parar nisso, nós vamos aqui discutir outras questões, aqui somos representantes dos nossos Estados, procurar cada Senador, eu tenho certeza que vai procurar levar tudo aquilo que ele puder levar para o seu Estado, discutir as obras importantes e todas elas passam por aqui.

Então era isso que eu queria colocar, cumprimentar V.Ex^a, desejar muito êxito nessa sua nova missão já que é um homem de muito sucesso na vida pública, nós fomos colegas, Deputados Federais juntos. Tentei ajudar o meu Estado de Goiás, colocando naquela época uma Emenda quando fui Relator para o aeroporto da nossa capital, que não pode ser usado porque houve problemas na licitação daquela época, mas quero dizer a V.Ex^a que eu sou um goiano de nascimento, um Tocantinense apaixonado pelo meu Estado que foi Goiás por muito tempo.

Então, vamos estar juntos aqui nessa Comissão para debater tudo aquilo que foi importante para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço, sensibilizado, a manifestação carinhosa do ilustre Senador João Ribeiro, do Estado de Tocantins, nosso Estado irmão. Estão inscritos os Senadores Flexa Ribeiro e o Senador Presidente Fernando Collor. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, V.Ex^a

fez um preâmbulo da maior importância mostrando o papel que a Comissão de Relações Exteriores tão bem presidida por V.Ex^a, desculpe, de Infra-Estrutura, é verdade, eu vi o Senador Heráclito assinando a lista de presença e já vi um Requerimento de um seminário conjunto da Infra-Estrutura e de Relações Exteriores, como ele também não sai do pensamento de todos nós. Então como eu dizia, corrigindo, Sr. Presidente, a Comissão de Infra-Estrutura tão bem presidida por V.Ex^a terá um papel da maior envergadura nessa Legislação, no acompanhamento das obras que vão, sem sombra de dúvida, permitir, como todos os brasileiros querem que o PAC seja sucesso.

A questão da infra-estrutura nacional é determinante para o êxito do PAC, para o crescimento do PIB brasileiro e da melhoria de qualidade de vida da nossa Nação. V.Ex^a colocou aqui, com propriedade, a questão das agências reguladoras, da necessidade de que seja revisto esse projeto que tramita na Câmara dos Deputados que é um projeto que tira das agências reguladoras a autonomia para a qual elas foram criadas, no sentido de regular e fiscalizar as ações dos serviços públicos prestados a sociedade brasileira. Ainda na Legislação passada, fiz uma proposição na Comissão de orçamento para tornar impositivo, ou seja, não sujeita com contingenciamento os recursos arrecadados pelas agências reguladoras que são receitas próprias que não são receitas da União. E que, lamentavelmente, o Tesouro faz, se apropria desse recurso para aumentar o superávit primário.

Então as agências reguladoras além de enfraquecidas por este Governo que tem um viés estatizante elas também estão enfraquecidas financeiramente por não terem recursos para terem as suas atividades levadas a bom termo.

Então, nós vamos ter aqui debates importantes como esse que V.Ex^a colocou e que vão propiciar o aprofundamento dos temas e, com certeza, absoluta trazer as soluções que o País precisa para entrar no ritmo de crescimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Flexa Ribeiro, muito pertinentes por sinal, como sempre, e tenho a honra de conceder a palavra ao ilustre Senador Fernando Collor, Presidente que prestou, na minha opinião, importante contribuição ao nosso crescimento ao estartar no Brasil o processo de desregulamentação e abertura da economia brasileira. Com a palavra, portanto, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Senador Presidente Marconi Perillo, meus cumprimentos a V.Ex^a pela merecida condução de sua pessoa na presidência dessa Comissão, das

mais importantes da nossa Casa e meus cumprimentos pelo Governo realizado a frente do Estado de Goiás, um Governo responsável, audaz e timorato e que todos nós elogiamos e apreciamos como ex-administradores públicos.

Eu pediria licença ao Sr. Presidente e a todos os companheiros que se manifestaram sobre a questão das agências reguladoras. A minha posição e a minha opinião é diferente. Como o senhor teve a gentileza de colocar nas suas palavras, antes de me permitir falar a este auditório, foi em 1990 que se iniciou a agenda de desestatização, desregulamentação e a abertura da economia do País. Lembro-me bem quando da primeira privatização realizada, da USIMINAS na Bolsa de valores do Rio de Janeiro, a enorme reação que aquilo casou. Aqueles que ali entravam eram agredidos, o Governo era vilipendiado pelas opiniões as mais diversas dizendo que se iniciava ali um processo de venda dos ativos nacionais ao capital estrangeiro. Mas o tempo mostrou o acerto daquelas medidas e o acerto da agenda inaugurada em 90 e que até hoje ainda aí está incólume, a sua estrutura nada foi modificada, apesar de vários Governos que já se passaram após o nosso.

Agências reguladoras, elas são criadas exatamente para regular determinadas áreas que foram dadas a iniciativa privada tocar adiante. Para que essas agências possam ser realmente reguladoras é indispensável, é absolutamente imprescindível, sobretudo no momento em que nós hoje estamos vivendo no Brasil, nesse experimento que estamos vivenciando no País a participação do Estado. Indispensável. Não significa que era isso um indício de estatização ou de uma nova presença do Estado na economia. Significa sim a presença do Estado na defesa dos interesses do cidadão, da sociedade brasileira e do próprio Estado Brasileiro, no caso das agências reguladoras de áreas estratégicas.

Por exemplo, recentemente fomos acometidos por esse desassossego ocorridos nos aeroportos brasileiros. Uma parte em função dos controladores que estavam reivindicando melhores salários de outra parte pela absoluta irresponsabilidade das companhias aéreas. Absoluta irresponsabilidade. Companhias aéreas que retiravam das suas linhas regulares aeronaves para fazer vôos charters e com isso ganhar mais dinheiro, e deixando, no aeroporto, mães, famílias, crianças, horas, horas, horas, às vezes até dias aguardando o transporte para voltar as suas casas, até um noivo que perdeu a hora para o seu casamento, enfim, aquele transtorno todo causado. E eu me pergunto, qual foi a atitude tomada pela agência que regula este setor para dar uma resposta aqueles que estavam sendo

prejudicados? Efetivamente, nenhuma. Que punição recebeu essas companhias que transtornaram o cotidiano da população brasileira? Nenhuma.

Então, o que acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que acontece no desenho das atuais agências reguladoras é que há uma tendência natural das áreas que estão regulamentadas por aquela agência absolverem por osmose essas agências reguladoras. Trazerem essas agências reguladoras para as posições que lhes são cômodas e benéficas. E já temos alguns casos em que ex-Presidentes de agências reguladoras, logo depois de vencido o seu período como Presidente, foram contratados exatamente por empresas portentosas ganhando salários estratosféricos de trinta, quarenta mil dólares por mês, vinte salários por ano, depois de ter presidido uma agência que tratava das questões desta mesma empresa que o contratou depois de vencido o seu mandato.

Então, isso é algo que me preocupa bastante. Eu acho que todos nós devemos refletir sobre isso. O que está sendo gestado pelo Governo, não conheço ainda nos seus detalhes, mas a idéia de uma maior presença do Estado nessas agências reguladoras para que o Estado possa de fato intervir no processo diretamente e não via essa agência reguladora e só pode intervir direto se dela fizer parte. Houve um comitê de gestão para tentar minimizar os efeitos causados pela crise no transporte aéreo e isso trouxe também transtorno para Administração Pública Federal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): V.Ex^a permite um aparte?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Só concluindo, então a minha impressão e a minha firme convicção, é de que a presença no Estado dessas agências reguladoras ela terá um efeito extremamente benéfico, porque ela no modelo que elas foram desenhadas, elas não estão atendendo as expectativas daqueles que estão sofrendo com a má administração desses setores e não está resolvendo também o problema das próprias empresas que necessitam de ter uma diretriz que possa ser seguida por essas mesmas empresas. Senador Heráclito. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Senador Fernando Collor, V.Ex^a demonstra que retorna a essa Casa, que chega a esta Casa realmente acompanhando os fatos importantes desse País com muita atenção. Preparou-se para esta chegada, para essa volta ao Congresso. Queria apenas lembrar um fato no que se diz respeito as agências reguladoras. Nós não queremos e é impossível se querer a ausência do Estado nessas agências. Ela se faz presente pela própria liderança que exerce o Presidente da República

na média indicação. Mas o que não pode é nós não termos segurança jurídica para vender a imagem do Brasil como bom investidor. Nós não temos segurança jurídica, nós não temos independência financeira. Os recursos são contingenciados. E as escolhas, muitas vezes, recaem não nas pessoas mais qualificadas para os postos. Quantas disputas políticas essa Comissão aqui assistiu para indicação de nomes para estas agências?

O que nós vimos no caso aéreo é um bom exemplo, a desautorização das agências. Funcionários do Governo sentar-se na Mesa colocando as agências ao lado, desautorizando e descredenciando. Acho que o Estado pode perfeitamente caminhar ao lado das agências, mas lhe dando essa independência. Porque a falta de segurança jurídica da agência não nos assusta internamente, nos assusta externamente. Mas quando eu digo que não nos assusta internamente, eu sou injusto, porque o Vice-Presidente da República que compõe essa galeria de ex-Presidente é um investidor extraordinário. Nos últimos anos vêm crescendo nos seus negócios e está investindo lá fora porque aqui não tem segurança jurídica, que se estimule investimento de longo prazo. Exatamente por isso. V.Ex^a disse uma coisa certa e é um risco que a gente corre. São os gestores dessas agências, após o exercício dessas funções ocuparem cargo ganhando bem. Só que geralmente são pessoas competentes que se credenciaram no cargo que ocuparam e vão para a iniciativa privada. O pior é o incompetente que vai sem nenhuma aptidão e passa todo o período do mandato monitorado politicamente. Eu lhe digo isso com um fundo de inveja e de saudade. Olha como político, como eu ficaria feliz de indicar uma agência inteira. Ganharia um prestígio danado lá com fulano, sicrano, mas prestaria um péssimo serviço ao setor.

A liderança do homem público, num caso homem esse se reflete como fez V.Ex^a com relação a indústria automobilística brasileira. V.Ex^a foi uma agência naquele momento quando disse que o carro no Brasil era uma sucata. Não precisou ser uma carroça, não precisou formalmente criar uma agência, mas se mostrou que ali nascia uma nova intenção de uma nova gestão. E aí, a indústria brasileira começou, a indústria estrangeira implantada aqui dentro começou a sentir o que é uma insegurança jurídica se não avançasse no processo e num momento de muita felicidade porque a indústria asiática estava saindo da automobilística, estava saindo da clandestinidade e ganhando meio próprio. Já não era mais copiadora da boa tecnologia européia, americana, começou a dar os seus passos próprios. Imagine V.Ex^a, naquele momento, não vem para cá o americano e recicla a sua indústria, você estava aqui

cheio de coreano e coreano fazendo sucesso já tendo os carros mais vendidos no mundo. Aí que a gente precisa. O que nós estamos precisando no momento é essa segurança jurídica.

O que não é possível é você viver o caos aéreo que nós vivemos, fizemos uma Audiência Pública, o Ministro da defesa diz uma coisa, o Presidente da agência outra. Só que o Presidente da agência que tem que ser autônoma, ele não diz com independência, porque foi nomeado politicamente por favor, pelos serviços prestados no passado a sua facção política. Isso tudo é, para lhe chamar a atenção do fundamental. É o contingenciamento financeiro.

Senador Collor, as agências vivem pedindo esmola ao Governo. Ora, quem pede esmola ao Governo não tem autoridade. Nós tivemos hoje que o jornal publicou ou ontem que a ANATEL foi a campeã de contingenciamento. Não pode haver isso. Daí porque nós temos que ter, as agências elas têm que ter ligação, sim, com o Governo, até porque se não houver essa ligação administrativa, elas deixam de existir, mas elas devem ser independentes e, principalmente, essa independência ela tem que ser inspirada na segurança jurídica e na autonomia financeira.

Concordo com V.Ex^a e acho que esse ano será um ano de debate e daí porque nós temos inclusive aí uma proposta conjunta desta Comissão e da Comissão de Relações Exteriores para que a gente debata um pouco, para ver se a gente consegue reverter e trazer para o Brasil os investimentos que todos nós precisamos para as PPPs. Os investidores chegam aqui, vêm, quando lhes falta segurança jurídica, volta. Mas não voltam por completo não, muitos deles deixam o capital aqui para exploração motel. O dinheiro fica aqui o investimento volta. Muito obrigado.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Com licença, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Sr. Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Muito obrigado. Senador Heráclito, eu teria algumas considerações, com a sua permissão, a fazer. Lá atrás, quando começou-se o processo de desestatização da economia, nós instituímos as chamadas câmaras setoriais que eram exatamente um embrião do que viria a ser hoje, Sr. Presidente, as agências reguladoras. O que é que essas câmaras setoriais faziam? Essas câmaras setoriais, elas reuniam o Estado brasileiro coordenando, na época a Ministra Dorotéia Werneck, ela que presidia as comissões setoriais dos diversos setores da economia, aqueles que estavam privatizados, aqueles que viriam a ser desestatizados futura-

mente para haver um *modus operandi* dessas novas empresas num processo de livre concorrência.

E para o sucesso dessas câmaras setoriais foi indispensável a participação do Estado. Não se trata aqui, em momento nenhum, eu venho pregar a insegurança jurídica não, eu venho pregar também, fazendo eco as suas palavras, a segurança jurídica em relação aos investidores, mas também a segurança do cidadão de ver os seus direitos respeitados. Quando houve a interferência do Governo na questão aérea, desse caos aéreo, do apagão aéreo como queiram chamar, foi já uma atitude de intervenção do Governo no bom sentido para suprir a incompetência de uma agência reguladora e de outros agentes do Estado co-relacionados com a crise para tentar resolver o problema.

Então, não houve aí, em nenhum momento, uma ação indevida do Estado. Foi um momento de caos em que realmente o Governo teve que tomar uma atitude e foi formado aquele comitê de gestão coordenado pela Ministra Dilma Rousseff. Ninguém vai ficar e eu acho também que todas essas empresas, todas essas áreas que estão vinculadas a regulamentação dessas agências, elas ficariam também muito mais seguras se a presença do Estado ficasse clara, ficasse clara, ficasse nítida, porque o que é que significa agência reguladora? É uma agência que regula. Lá na nossa região, às vezes utiliza isso, "Fulano de tal levou uma regulamentação, levou um aperto, levou uma..." Então, agência reguladora é aquela que vai tratar de impedir que haja avanços indevidos naquelas áreas que foram privatizadas e coibir determinados abusos.

Então, no setor hidroelétrico, energético, por exemplo, da mesma maneira. Elas têm que ter uma participação ativa, porque se não houver essa regulamentação, essas companhias, essas empresas, elas vão colocar a tarifa onde elas querem, vão colocar as tarifas telefônicas e elétricas na estratosfera da maneira que elas quiserem. Então é necessário que a agência reguladora tenha uma planilha para chegar e dizer o seguinte: "Nós estamos vivendo sim numa economia de mercado, nós estamos vivendo, sim, numa economia livre, nós não estamos aqui quebrar nenhum tipo de contrato, mas nós não podemos também deixar que vocês ultrapassem certos limites". Que seria o abuso de poder de que detêm essas mega empresas. Isso não é só aqui, é em qualquer lugar do mundo. A Microsoft, outro dia, alguns anos atrás, ela foi multada pelo Governo Norte Americano em bilhões de dólares porque estava vendendo o seu computador obrigando o consumidor a comprar também o seu programa Windows, e isso numa economia mais aberta do mundo e o Governo Americano agiu fortemente e uma multa de dezenas de bilhões de dólares.

Então, o que eu defendo é uma agência reguladora que funcione, que nós, cidadãos, possamos nos sentir protegidos e até nós podermos ter a quem reclamar, a quem nós podemos reclamar, por exemplo, a quem nós reclamaríamos ou reclamamos nessa questão do caos aéreo, estamos falando nisso porque o exemplo mais recente e mais evidente. A ninguém. Não sabíamos, o Ministro tal, o Ministro "Y". Se há deficiência de pessoas, isso é fácil de ser corrigido, vamos tratar de ajudar a que pessoas competentes sejam indicadas, mas nós não podemos ir contra o espírito da criação da agência reguladora.

A agência reguladora não foi criada para deixar voltar ao século XIX, do *laissez-faire*, *laissez-passer* que todos façam o que queiram, o mercado é livre, está aí à vontade para pratique os preços que é queiram, sem que a sociedade em defesa possa argüir o seu direito de cidadã, de poder ter alguém a quem possa fazer os seus reclames. Eu acredito, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes que é de suma importância que haja essa agência reguladora se o problema é de pessoas que não são competentes, mudam-se as pessoas, procuram-se pessoas mais competentes, e esse exemplo que eu citei, é claro, se essas pessoas são depois convocadas para trabalhar na iniciativa privada, muito bem porque são competentes. Agora, não é, eu acho, não inspira muita confiança que logo depois de um primeiro mandato de dois anos, as pessoas saiam de uma presidência de uma Comissão e vão trabalhar numa área em que elas estiveram durante dois anos, entre aspas, regulamentando. Não é inspirador de talvez de uma boa prática na relação que aquele que exerce a presidência possa ter em relação ao Estado, em relação a empresa a qual presta serviço.

Eu acredito firmemente, firmemente, depois de ter arrostado com as conseqüências de ter dado início ao processo de desestatização no País, eu acredito firmemente que as agências reguladoras somente poderão merecer esse nome a partir do momento que elas possam exercer o papel para o qual elas foram criadas que é de regulamentar, ou seja, evitar os abusos que podem e eventualmente são cometidos por aquelas áreas que estão submetidas a regulamentação dessas mesmas áreas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu acho esse debate importantíssimo, Sr. Presidente, se V.Ex^a permitir isso, mas é exatamente essa a função das agências. Aliás, pouco divulgada são as multas que as agências aplicam por inadimplência, por não cumprir suas metas as empresas. E graças as agências, não há sempre aquele jeitinho brasileiro aonde o faltoso se socorre de alguém para se livrar da multa. O caos aéreo, um exemplo muito bem citado aqui, só

que numa circunstância diferente. O caos aéreo aconteceu, Senador Collor num momento muito delicado, num momento aonde a estrutura militar estava passando as suas atribuições para a estrutura civil. Ninguém estava preparado para que ocorresse o que ocorreu, a fatalidade que correu nesse acidente do avião da GOL e do Legacy.

Então, a questão veio a público, mas é uma questão que já fervia, mas não pela transição e sim pela falta de investimento no setor e aí falta a agência reguladora. Presidente, o Senador Collor, o nosso CINDACTA que protege o Presidente da República é da década de 70, vive falhando a cada hora, o SIVAM que a posição retrasada criticava porque o Governo trasado, já não falei do Governo passado, tinha feito investimentos, a integração não foi completada e aí você tem o famoso buraco negro exatamente por conta disso. O que é que o Ministro Waldir Pires faz? Lembrando-se daquele seu período do clube dos marinheiros, vai ao centro de controle junta-se aos sargentos e diz: "Faça um plano de cargos e salários que eu vou resolver o problema de vocês". Não é justo que um ganhe mil e tanto e o outro ganhe quatro mil. Não se preocupou com a circunstância de carreira de cada um, a questão previdenciária e a questão disciplinar. E o caos veio para cá e providência nenhuma se tomou. Juraram que no Natal não tinha problema. Tiveram problemas graves e agora fizeram a promessa de pé junto que no carnaval não vai ter e os indícios que se tem hoje é que começa a ter caos nos aeroportos. Porque você junta a deficiência dos equipamentos com a indisciplina.

Senador Marconi, discutiu-se aqui 8 horas a questão do Legacy, aí o Ministro Waldir Pires, adorável figura, adorável figura. Não para ser Ministro da Defesa, Ministro da Paz tudo bem, ele é mais para Mahatma Gandhi do que para qualquer outra coisa. É um homem de paz. O Ministro da Defesa se referia a Posição Teres é que um espaço imaginário no céu de amarração, de posições aéreas, como é a linha do Equador, como se aquilo, a Posição Teres evitasse o caos aéreo. Confundiu-se aqui espaço aéreo com tráfego aéreo. E se deu tanta importância a altitude Senador Perillo, Governador, em que as aeronaves circulavam naquele momento e se esqueceram que estavam sobrevoando as proximidades da base aérea de Anápolis, aonde o que menos vale é a altitude, porque o que comanda são as manobras que eventualmente ocorre ali. V.Ex^a andou, inclusive, de supersônico saindo daquela base. Imagine um Presidente da República andando de supersônico, ele deve suspender a duzentos quilômetros de distância para não correr risco. E qualquer avião está acostumado a aquilo, qualquer piloto, não assustou ninguém, nem o piloto internacional porque na carta

vem. É uma área de segurança. Fizem besteira, depois disseram que o avião se desintegrou, vieram com uma discussão boba que dá mais a entender que se está tentando salvar companhias de seguro, do que preservar vida.

Se tivesse deixado com profissionalismo a agência reguladora agir, o Governo estaria livre da responsabilidade direta e talvez as soluções fosse mais rápida. V.Ex^a falou bem, tudo que começou essa abertura, essa modificação com Dorotéia. Tanto é que ela ficou aí usada pelo Governo passado, trasado durante muito tempo e continuou o seu trabalho de infra-estrutura. Mas se nós queremos ser um País moderno, que nós queremos entrar naquela abertura que tanto pregamos, a agência reguladora, até para dar garantia e estímulo ao investimento externo é fundamental.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):

Presidente, só para concluir. Eu acredito que o exemplo que nós citamos aqui que foi da agência reguladora talvez tenha encadernado o assunto principal que é da filosofia para a qual foram criadas as agências reguladoras. Quer dizer, a questão da aviação, esse caos da aviação apenas chamou a atenção, bateu o sino dizendo, "olha, alguma coisa precisa ser feita, alguma coisa está errada". Se as pessoas são inadequadas para as posições que hoje ocupam e não tem a competência para gerir convenientemente as pessoas podem ser trocadas. O que não deve ser mudada é a filosofia, é o espírito para o qual foi criado ou foram criadas as agências reguladoras. Agências reguladoras são feitas para regulamentar o mercado. É a presença implicitamente, é a presença do Estado dentro de uma agência para impedir os abusos que normalmente acontecem numa economia de mercado.

Então, se o Estado não estiver presente nessas agências, a segurança jurídica e também a segurança do cidadão, essa sim estará em risco. O Governo estará, inclusive, garantindo a segurança jurídica, não permitindo, por exemplo, como foi feito recentemente, isso aqui cause insegurança jurídica a não permissão de pouso nos aeroportos lá de São Paulo, de Congonhas, o que deixou, de repente, não sei quantos aviões, não sei quantas pessoas sem poderem fazer parte.

Então, tudo isso é uma consequência do fato em si. Ou seja, a agência reguladora, o espírito para o qual ela foi criada é exatamente para regulamentar o mercado e defender a sociedade dos abusos que normalmente acontecem numa economia de mercado. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço as manifestações dos ilustres Senadores Fernando Collor e Heráclito Fortes e gostaria de acrescentar apenas, Senador

Fernando Collor, Senador Heráclito, que as manifestações de V.Ex^{as}, sobretudo as reflexões do Presidente Collor enriquecem muito esse debate. São reflexões que revelam um amadurecimento e, sobretudo, o compromisso com o interesse público, revela um espírito público. Nós estamos, é claro, preocupado com a segurança jurídica para os investidores, mas é claro com os principais papéis dos órgãos reguladores é exatamente assegurar aos usuários desses serviços os seus direitos, suas garantias.

Então esse debate iniciado aqui hoje, essas reflexões de V.Ex^{as} só corroboram com a necessidade da gente abrir aqui nessa Comissão essa agenda permanente para debater o papel das agências reguladoras. O Estado, Senador Fernando Collor, V.Ex^a bem sabe disso pela experiência que tem, já tem uma participação fundamental nesse processo a medida que indica os presidentes, os diretores, os integrantes das executivas dessas agências. Às vezes indicam mal ou bem, quer dizer, essa é uma questão que pode prejudicar ou não o encaminhamento dos trabalhos que são prestados por elas, os serviços que são prestados por elas. Acho que é preciso, durante esse debate que nós vamos realizar aqui na Comissão e nessa Casa, discutir a questão de critérios, critério para indicação, perfil, discutir prazos, nós temos exemplos de agências, cujas presidências ficaram vagas um ano e não houve a indicação por questões políticas em função de atritos políticos na base do Governo. Então essa é uma questão que precisa ser decidida. Muitas vezes essa Comissão fica aguardando por meses a fio a chegada dos nomes que vão integrar as agências, que vão ocupar diretorias vagas ou que vão presidi-la.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só um instante.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Eu olho aqui e vejo o Dr. Kelman que é Presidente da ANEEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu ia fazer a citação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Até... não sei, é uma visita de cortesia, mas ninguém tem dirigido com tanta competência, já é a segunda agência por onde passa e ninguém tem sofrido tanto. Eu tenho a impressão que ninguém tem mais acendido a vela de alerta do apagão do que a ANEEL. Agora se a autonomia financeira não vai para lugar nenhum com os recursos contingenciados, entendeu, Senador Collor, a questão é essa. Tem que ser dado liberdade e a autonomia para essa agência. Essa questão que

V.Ex^a lembrou é fundamental. Discutiu-se um ano e tivemos um caso aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E quem é que geria essa agência? Havia um vácuo. Mas só para concluir o meu raciocínio, Senador, a verdade é que nós precisamos iniciar, e estamos iniciando hoje um debate que vai ter a maior relevância para o País. Debater o papel e a regulamentação das agências reguladoras. Debatendo a necessidade da presença mais premente do Estado, a questão das indicações, critérios em relação a perfis, critérios em relação a prazos. Quer dizer, eu acho que a chegada aqui nessa Comissão a indicação de um diretor ou de uma pessoa para integrar a presidência de uma agência, nós temos que ter rapidez, celeridade, na apreciação do currículo, debater e usar a sabatina para efetivamente saber se essa pessoa está ou não de acordo com os critérios estabelecidos para que a pessoa possa ocupar uma função tão nobre, tão importante, tão relevante como essa. Mas o fato é que esse debate será importante para o País. Nós estamos iniciando a partir de hoje e vamos aprofundar esse debate em relação ao projeto que a Comissão pretende apresentar no sentido de colaborar para que as agências cumpram o seu papel. Claro, oferecendo segurança jurídica aos investidores, mas jamais se esquecendo do interesse público, do cidadão usuário desse serviço. De modo que essas reflexões são importantes em minha opinião e essa Comissão vai pegar fogo daqui para frente. Nós vamos realmente trazer esse debate, nós vamos chamar aqui os presidentes de algumas agências, vamos discutir os seus gargalos, suas imperfeições, eventualmente idéias para que elas possam ser aperfeiçoadas e vamos apresentar o projeto. E esse projeto vai nascer, Senador Collor, desse debate que nós estamos iniciando.

Quero aqui, antes de retornar a palavra a V.Ex^a, depois ao Senador Wellington Salgado e depois ao Senador Flexa Ribeiro para que a gente possa votar os requerimentos, eu queria apenas registrar aqui com alegria a visita de cortesia que nos faz aqui os diretores e o Presidente da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. E é importante destacar também Ministro Eliseu, Presidente Collor, demais Senadores, é importante destacar que algumas agências avançaram muito em relação ao seu papel, outros estão apenas começando, engatinhando. Então nós não temos um modelo equânime, um modelo isonômico em relação ao funcionamento, organograma, e a estrutura, etc. das agências. Quer dizer, algumas como a ANVISA avançaram mais nos últimos tempos, a ANEEL já tem uma história, foi muito importante, inclusive para prevenir um apagão mais sério, inclusive um apagão agora em

2008, 2009, graças às providências que foram tomadas atrás, mas o fato é que também há disparidade, heterogeneidade em relação ao próprio funcionamento das agências, porque algumas são mais novas, outras não, e essas agências não obedecem a um critério de organização, de estruturação, de funcionamento. De modo que eu anuncio aqui, registro, com muito prazer, as presenças ilustres do Sr. Presidente da ANEEL, Jerson Kelman, do Sr. Romeu Donizete Rufino, da Sr^a. Diretora Joísa Campanha Dutra e da Superintendente interina Maria Carla, com prazer que nós recebemos aqui toda a diretoria da ANEEL.

Eu havia previsto uma audiência para receber essa visita de cortesia, mas como nós estamos aqui realizando exatamente esse debate, eu registro as presenças deles, presenças honrosas e vou remarcar uma próxima oportunidade, uma discussão com eles. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente Marconi Perillo, Senador Marconi, concordo plenamente com as palavras de V.Ex^a. Aqui está faltando investimentos, não tem a menor dúvida, que as agências hoje elas necessitam de um maior aporte para que elas possam cumprir com suas funções, tudo isso concordo. Que há algumas áreas incapacitação profissional para o exercício de certas funções daqueles que hoje exercem a direção de algumas agências, também concordo. Mas nós não podemos perder de vista a filosofia para a qual foram criadas as agências reguladoras. E se faltam recursos para fazer esses investimentos de modo que as agências possam melhor funcionar, mais um motivo para nós recebemos, com entusiasmo, o Programa de Aceleração do Crescimento que será debatido aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E que vai depender muito do fortalecimento dessas agências.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente. Então aí está o Programa de Aceleração do Crescimento lançado pelo atual Governo e que eu considero uma das iniciativas mais alvissareiras adotadas por Governos dos últimos anos. Dizem que porque já cita obras em andamento, cita coisas que estão sendo concluídas, bom, mas tem que citar, se uma coisa está vinculada a outra tem que haver a citação. Todo mundo sabe que o Estado já perdeu a sua capacidade exuberante de investir como lá na década de 40 e depois em 70, ao Estado já não cabe mais o papel de provedor dos investimentos que devam ser feitos em infra-estrutura. E por isso, com esse Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo sugere, convida a iniciativa privada a ser parceira nessa proposta. E esse programa, eu tenho absoluta certeza de que induz o

processo de crescimento. Vai conseqüentemente fortalecer o papel das agências, desde que elas estejam voltadas para o motivo para o qual elas foram criadas, ou seja, de defender a sociedade contra abusos das iniciativas privadas ou mesmo de outras áreas. E eu tenho também certeza de que o Governo, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, ele exerce o papel de indutor do crescimento e faz com que em todos nós haja uma expectativa favorável e reacenda as esperanças de que nós brasileiros estamos a necessitar de que o País volte a crescer e a crescer taxa de 5% que é o que nós necessitamos para atender a demanda da sociedade brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu que agradeço. Eu só gostaria de agregar a essa agenda que nós vamos começar a debater, a questão da quarentena. V.Ex^a colocou muito bem a questão dos diretores, um ou outro que deixa as agências e depois vai trabalhar para empresas que estavam fiscalizadas pelas agências.

Então, a questão da quarentena, se um ano, dois anos, três anos, também terá que ser debatida, discutida aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tem uma questão aí fundamental, Senador Collor que precisa ser lembrado. Num País presidencialista aonde... O Senador Wellington está passando mal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em seguida eu passo a palavra para V.Ex^a.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Heráclito, V.Ex^a sabe que eu sou seu fã, digamos assim, mas V.Ex^a também monopoliza o tempo inteiro para um grande debate como esse, Presidente. Veja bem, eu estou aqui realmente ansioso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Alguns monopolizam com o corpo e outros com a cabeça. Sr. Presidente, a verdade é o seguinte...

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E continua monopolizando. Não tem jeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): A verdade é a seguinte... V.Ex^a monopoliza com a [inaudível] o Ministério que eu gostaria de pelo menos entrar e sair. Nem por isso eu reclamo. Mas, Senador Collor, num País presidencialista, a dificuldade de acesso do investidor ao Presidente da República é grande. Nós temos Ministros aí que para você ter acesso, é um negócio infernal. É mais fácil se falar com o Presidente da República e com o Papa do que com o Ministro. A

agência é o órgão responsável, é o endereço certo. E aí Presidente Marconi Perillo, vamos imaginar que no Brasil apareça um Presidente que quando a crise pareça e diga eu não sabia de nada, eu não sei de nada. Quem é que vai responder por isso? Vamos dizer que um dia pareça, não é coisa de agora, mas que um dia o Presidente, eu não sei de nada, que é que vai ser responsabilizado? Daí porque a agência protege o Presidente, protege o Governo, protege a República, mas não tira a confiança do investidor, porque a preocupação nossa é com as duas pontas, é com o consumidor prejudicado, mas também com aquele que vem para cá investir, porque senão não vem. E se nós queremos crescer a 5%, nós temos que dar segurança jurídica ou então nós vamos ficar nesse campeonato empatado, terrivelmente empatado com o Haiti de 2%, e nós não queremos isso, até porque nós não estamos em guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Senador Wellington, eu gostaria de apenas de acrescentar, Senador Heráclito, que graças a ANEEL o Brasil não sofreu conseqüências mais danosas em relação a questão energética. E eu vou dizer mais, se não fossem as providências que a ANEEL vem adotando ao longo do tempo, o Brasil não poderia pensar em crescer 5%. Já será difícil crescer 5% e por outro lado também, no passado, se o Brasil tivesse crescido 5%, nós não teríamos energia suficiente para atender as demandas novas. De modo que esse debate do PAC com o crescimento e a questão dos órgãos reguladores será muito importante e essa Comissão será a grande protagonista desse debate de interesse nacional.

Com a palavra o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, depois Flexa Ribeiro e por fim o nosso Senador candango Adelmir Santana e por fim o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de saudar e parabenizar o seu partido por tê-lo indicado como Presidente dessa Comissão, eu que realmente, historicamente participei de uma grande caminhada, quando V.Ex^a ainda jovem Deputado ganhou a primeira eleição em Goiás, eu me lembro plenamente o pessoal todo com aquelas panelas batendo, V.Ex^a lembra bem dessa época e hoje estou aqui participando do Senado Federal com V.Ex^a. e tendo visto toda a sua caminhada política.

Então, me orgulho muito de ser seu companheiro e de conhecer a sua história e o seu partido por tê-lo indicado também está de parabéns. Agora, o que eu queria dizer para os demais membros dessa Comissão, é que eu concordo plenamente com o colocado

pelo Senador, ex-Presidente Fernando Collor. Eu acho que autonomia não é soberania. Autonomia tem que ter alguma coisa sobre essa questão, que no caso é o poder público que tem que realmente criar condições e estar sempre, a autonomia da agência tem que estar subordinado a alguma coisa. Não é simplesmente, nós estamos vendo no caso das teles, das televisões, da radiodifusão essa complicação que está acontecendo. Você tem a lei da radiodifusão onde o capital internacional só pode deter até 30% das empresas. No entanto, você tem as teles onde o capital corretamente que nós precisamos desse capital internacional detém bem mais que 30%. Não, não tem briga nenhuma, não está, eu estou falando o que está acontecendo, Senador Heráclito.

E o que você vê, você vê de repente, sem saber até onde vai o limite das teles e até onde vão ficar a questão da radiodifusão, o poder é muito maior, está entrando a chamada lei de convergência, digamos assim, isso na Comissão que acaba de ser criada do qual estará presente o Senador Marconi Perillo, o Senador Heráclito não está ainda, o Senador Collor, eu gostaria que estivesse presente nessa Comissão que foi o desmembramento da Comissão de Educação que é a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, onde vai ser debatido esse assunto, a questão das teles, eu acho que é muito importante, porque a agência diz que de repente quem ganhou a licitação em determinada área das teles e agora o no [inaudível] não pode participar, definido pela ANATEL, definido de alguma maneira, que acabou tendo um problema sério, onde no final entrou o TCU suspendendo o edital. O Ministro das Comunicações não tinha nem nenhuma atuação sobre essa questão.

Quer dizer, são fatos importantes. Hoje, nós tivemos aqui o início de um debate de alto nível, é muito bom ver outra vez o ex-Presidente, Senador Collor, aqui presente. É muito bom sentir que depois de tanto tempo ainda continuo tendo algumas coisas comuns com V.Ex^a, pensando igual a V.Ex^a que é da minha geração, digamos assim, é bom vê-lo de volta. Uma frase que V.Ex^a usou e que ficou aguardado na minha memória que talvez muitos lembrem que é “o tempo é o senhor da razão”. Vai agora, V.Ex^a vai dizer se realmente o tempo tinha razão ou se a presença de V.S^a aqui é que vai dar razão ao tempo. Quer dizer, é uma complicação que está sob responsabilidade de V.Ex^a, o seu trabalho aqui.

Mas, Presidente Senador Marconi Perillo, o Senador Heráclito também não está nessa Comissão, teria o maior orgulho de tê-lo lá, acho que vai ser um debate, onde V.Ex^a falou que alguns ocupam o espaço pela mente, outro pelo corpo, acho que V.Ex^a

tem as duas coisas [risos] quer dizer é bem dotado. É bem dotado. O destino foi justo, foi até muito bom com V.Ex^a, generoso. E agora vai usar a mente contra mim que é o que ele vai sabe usar muito bem. [risos] Pegou o microfone e vai usar fortemente contra mim, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): São que o diga, companheiro.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos] Mas eu realmente tenho o maior orgulho de participar. Queria parabenizá-lo por esse debate altamente qualificado que demonstra que vai acontecer nessa Comissão, onde V.Ex^a vai coordenar muito bem com a sua juventude, com o seu momento maravilhoso que está vivendo. E espero que esse debate ocorra também na outra Comissão.

Concordo plenamente com o ex-Presidente, com o atual Senador Collor, tem que haver alguma questão para limitar ou colocar soberania sobre autonomia, porque não pode simplesmente cinco pessoas dizer o que tem que acontecer no País, e cinco pessoas é muito fácil de ser induzida numa determinada direção. Aqui não. Aqui é um grupo pensando de cada maneira, está demonstrado nesse debate.

Então, Senador Marconi Perillo é uma honra muito grande para mim pertencer a Comissão que V.Ex^a preside e que os demais membros, a nata da nata, digamos assim, presente aqui, e espero estou ansioso para o segundo debate. Espero que V.Ex^a e o Senador Heráclito também pertençam a Comissão de Comunicação. Muito obrigado e parabéns, Senador Marconi Perillo por essa primeira audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores, antes de conceder a palavra ao Senadores Flexa Ribeiro, Adelmir e Arthur Virgílio, eu tenho aqui uma proposta de encaminhamento, bastante prática, bastante objetiva, eu aprendi isso no exercício de mandato de Governador.

Nós temos sobre a Mesa quatro requerimentos que consta na ordem do dia, consta na pauta, se V.Ex^s concordarem, eu colocaria de forma agrupada os quatro requerimentos em votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): E mais dois Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu coloco rapidamente Adelmir e passo a palavra a V.Ex^a. Mas são quatro requerimentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): E tem dois Extrapauta que eu gostaria, que é até sobre o tema do momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Adelmir, se V.Ex^a me permite, eu vou ler rapidamente, nós aprovamos e aí continuamos o debate que é muito importante.

Primeiro Item é um Requerimento de minha autoria que requer convite aos Ministros Guido Mantega da Fazenda e Paulo Bernardo do Planejamento, Orçamento e Gestão para participarem em conjunto com a Ministra Dilma da reunião, da Sessão de Audiência Pública que será realizada no dia 7, essa sugestão veio da própria Ministra.

O segundo Requerimento também de minha autoria requer participação aqui no Plenário dessa Comissão dos Governadores de todas as regiões, nós queremos começar esse debate com os Governadores da região sudeste e depois a cada semana, convidando os demais Governadores para debaterem o PAC, debaterem a questão das agências reguladoras, debaterem a questão de infra-estrutura.

O terceiro Requerimento diz respeito a uma iniciativa do Senador Flexa Ribeiro que propõe a criação no âmbito dessa Comissão de Infra-Estrutura de uma Subcomissão permanente composta de 7 titulares, igual número de Suplentes, destinada a acompanhar o PAC. Considero também uma iniciativa altamente pertinente.

O Item 4, de iniciativa do Senador Heráclito Fortes requer a realização, o agendamento de um seminário sobre experiências internacionais em parcerias público-privadas, chamadas PPPs a ser realizado por essa Comissão em conjunto com a Comissão, presidida por ele, a Comissão de Relações Exteriores, tão bem presidida por ele e coadjuvada pelo Senador Eduardo Azeredo.

Um quinto Requerimento de autoria do Senador Heráclito Fortes que requer que seja realizado nessa Comissão, uma Audiência Pública para discutir as discussões do Aeroporto de Congonhas, e por fim um Requerimento de iniciativa do Senador Heráclito Fortes propondo também uma outra Audiência Pública a ser marcada para discutir as condições de segurança do transporte aéreo no Brasil tendo como convidados o comandante da aeronáutica e o responsável pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA.

Nós vamos colocar em votação e após a votação, a gente abre o debate aqui e inclusive àqueles que queiram justificar seus requerimentos respectivos.

Então, coloco de forma agrupada em votação os seis requerimentos que constam da pauta e extrapauta da reunião de hoje.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir as matérias, coloco em votação. Em votação os seis

requerimentos. Srs. Senadores que concordarem que continue como estão. Aprovado.

Com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro e logo após o ilustre Senador Adelmir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu vou aproveitar a palavra concedida por V.Ex^a para, em primeiro lugar, fazer um registro sobre o Requerimento que fiz da Comissão que foi agora criada permanente a Subcomissão Permanente da Comissão de Infra-Estrutura para tratar do acompanhamento da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento. É da maior importância, porque como aqui já foi visto, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento são todas voltadas a questão da infraestrutura.

Então, esta Comissão vai poder, através da Subcomissão, ter os cronogramas dessas obras, acompanhar a sua implantação, verificar se elas estão dentro dos cronogramas previsto para que realmente esse programa, como que aqui já foi dito pelo Presidente Collor, dê certo, que é que todos os brasileiros querem que isso aconteça.

Então, quero parabenizar V.Ex^a e os membros da Comissão pela aprovação dessa Subcomissão. O Programa de Aceleração do Crescimento, o Presidente Collor colocou como uma notícia alvissareira, nós do Partido da Social Democracia Brasileira que defendemos, Presidente Collor, de forma permanente as ações que visem o crescimento da economia com distribuição, economia e também da questão social da nossa Nação, ele, para que dê certo, V.Ex^a colocou aí com bastante propriedade da importância da parceria do setor privado no PAC. Praticamente, algo em torno de 40% dos investimentos do previsto no PAC virão da iniciativa privada. Para que isso ocorra são necessárias algumas ações que dê a iniciativa privada a confiança dos investimentos.

V.Ex^a colocou aí, com propriedade também a previsão pelo Governo do Presidente Lula de um crescimento de 4,5% do PIB. Se isto, de fato, ocorrer e que todos nós queremos que ocorra, nós teremos, sem sombra de dúvida, um apagão de energia nos próximos anos de 2009, 2010, já levantados pela própria ANEEL.

Para que o Brasil cresça a taxa de 4,5 a 5% vai faltar energia para que isso possa ocorrer. Se não crescer nesta taxa o PAC não vai ter sucesso, porque ele está baseado num crescimento da economia para dar sustentação aos investimentos do Governo previsto na ordem de 60 bilhões de reais dentro do pacote de quinhentos e tantos bilhões.

Então, nós estamos aí numa ação difícil porque nós precisamos e aí a Comissão de Infra-Estrutura

tem um papel importante de destravar como quer o Presidente as barreiras que existem para que essas obras possam ser executadas, principalmente as de energia.

No meu Estado, no Estado do Pará, nós temos lá fazendo parte do PAC a Hidroelétrica de Belo Monte que é um projeto que demanda mais de vinte anos. Há mais de vinte anos esse projeto está na pauta, já era para estar funcionando e gerando energia, não para o Pará, o Pará é superavitário em energia, ele é exportador de energia. Isso é para o Brasil, para a Nação que essa obra é importante. Apenas que a condição de geração hídrica está no nosso Estado. Mas, lamentavelmente, o que nós vemos é que as dificuldades de ordem ambiental, de ordem jurídica continuam permanentes.

Então, nós vamos aqui, através da Comissão de Infra-Estrutura ajudar o Governo a destravar para que isso possa vir a ocorrer.

Com relação a questão das agências reguladoras, eu concordo com V.Ex^a, Presidente, que elas são da maior importância, até porque não há como voltar atrás a nível da economia de mercado. Não há como voltar atrás. Nós temos que proteger ao consumidor em primeiro lugar e proteger aos investidores. Porque se não protegemos os investidores, não serão feitas as obras necessárias para que os consumidores possam se beneficiar disso. E lamentavelmente, o que nós temos visto ao longo desses quatro anos, nas Comissões aqui, principalmente na Comissão de Infra-Estrutura é uma ação deliberada do Governo Federal no sentido de minimizar a importância das agências reguladoras de fazer com que elas sejam impedidas de atenderem às suas ações primordiais, como V.Ex^a colocou, de regular o sistema, de fiscalizar o sistema porque elas são limitadas na sua autonomia, seja administrativa ou financeira. Porque às vezes, como não podem ser pelo meio administrativo, eles fazem a contensão pela área financeira asfixiando as agências reguladoras, tomando delas as suas receitas como disse anteriormente, sejam elas receitas de taxas ou receitas de multas que deveriam estar alimentando essas agências para exercerem as suas funções.

Então tem Presidente Perillo e V.Ex^a tenha absoluta certeza que fará uma presidência vigorosa e competente aqui da Comissão de Infra-Estrutura para que a gente possa aqui nessa Comissão dar às agências reguladoras essa autonomia. Não é soberania, é autonomia. E que elas possam ter a competência técnica necessária também nos seus quadros diretivos para que não sejam elas utilizadas como apêndices do Governo para que sejam colocadas indicações partidárias e que podem ser partidárias, não tenho dúvida disso, mas

tem que ser tecnicamente correta desde que podendo ser partidária, mas tem que ter o conhecimento técnico para que elas sejam levadas a bom termo.

Então, eu tenho absoluta certeza, quero parabenizar V.Ex^a, esse é um debate da maior importância que nós vamos poder aprofundar ao longo das nossas reuniões aqui na Comissão de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ilustre Senador Flexa Ribeiro e concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Adelmir Santana, também Presidente Nacional do SEBRAE, nosso anfitrião aqui em Brasília.

SENADOR ADELMIR SANTANA (PFL-DF): Mais uma vez eu quero parabenizar a V.Ex^a pela investida de presidência dessa Comissão. A minha intervenção, Sr. Presidente, claramente já foi aqui, pelos meus antecessores, esclarecida. Mas eu queria fazer referência, Presidente Collor, e fiquei muito feliz em ver a sua participação nessa Comissão que V.Ex^a iniciou na sua fala exatamente se posicionando contrário ao que nós estávamos ou o que já tinha sido colocado em relação às agências reguladoras e pedindo, naturalmente, que houvesse uma intervenção do Estado. V.Ex^a que é o responsável inicial pelo processo de abertura do País, mas eu fico feliz porque no decorrer da discussão, sinto que a colocação inicial foi totalmente modificada. V.Ex^a também concorda para que haja os investimentos da iniciativa privada, para que o PAC efetivamente se traduza em resultados estão previstos ali, na ordem de duzentos bilhões que terão que vir da iniciativa privada e só virão certamente se tiver a confiança jurídica, a confiança econômica e só será possível essa confiança, creio eu, se tivermos um processo regulatório claro e as agências têm um papel importante nesse processo.

O Estado está presente, sim, nas agências quando faz as indicações dos seus diretores, a indicação do seu Presidente e que passa naturalmente por essa Casa o processo de escolha e de revalidação, de sabbatina, esse é o nosso papel, creio eu, no processo de participação, de valorização dessas agências, muito obrigado Sr. Presidente, pela espera.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Adelmir Santana e com prazer concedo a palavra ao Líder do meu partido, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Sr. Presidente, antes de mais nada, eu constato o êxito que se reafirma a cada dia da gestão de V.Ex^a a testa dessa Comissão.

Em segundo lugar, eu reafirmo quase que como uma cantiga de realejo, a preocupação que tenho com esse certo hermafroditismo intelectual do Governo, que

por outro lado almeja o crescimento, por outro lado castra as prerrogativas das agências.

Por um lado aceita as políticas macroeconômicas que se casam muito bem, coerentemente com o processo de revisão de Estado, as privatizações que o Brasil por elas passou recentemente.

Por outro lado, se mostra relutante em tocar por adiante esse processo como se nocivo ele fosse para a economia brasileira, como se, na verdade, nós não tivéssemos a partir das privatizações obtido um crescimento, uma evolução sistêmica na competitividade da economia brasileira, com ganhos de produtividade, com perspectiva de hoje temos as exportações em níveis ainda insatisfatórios, porém muito superiores aos do passado que temos hoje. Não foi uma vara de condão, não foi o Presidente Lula que pegou uma vara de condão e se transformou num mago e falou “agora vamos exportar mais”. Por favor, é bom que nós respeitemos a inteligência um dos outros. Eu respeito profundamente a inteligência política de S.Ex^a, se ele puder respeitar minimamente que seja a minha, eu fico satisfeito, eu fico feliz.

Eu vejo vários problemas nas agências, agências sem autonomia financeira, ela é dependente do Governo. O Governo não aceita agência como instrumento do Estado, ele pensa que deve ser um departamento de um Ministério. O Governo não reconhece que a agência pode contrariá-lo até porque se ela representa o Estado, em algum momento o interesse do Estado Brasileiro pode ser contrário ao interesse do Governo Brasileiro. Nesse momento é para chocar mesmo, por isso a idéia dos mandatos de coincidentes. E mais ainda, não foi invenção brasileira, não é jabuticaba, não é invenção brasileira, não é algo que dê só aqui. As agências significam precisamente a experiência vivida por todos os Países que passaram por esse processo de revisão do Estado, desmontando estatais ineficazes, ineficientes e substituindo essas empresas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio, e nem é americana não, porque eles ficam achando que...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não. Eles ficam com ojeriza quando se trata de coisa americana, dada a urticária neles. Enfim, mas o fato é que nem é americana. Portugal já passou por várias revisões do seu processo de agências reguladoras.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): V.Ex^a me permite uma observação?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com muita honra, Ministro Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Eu fico muito satisfeito em ouvir o pronunciamento de

V.Ex^a, porque nós não podemos confundir Governo com Estado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Claro.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): A primeira vez que isso é dito aqui, é importante. A agência não representa um Governo, representa o Estado. O conjunto dos Governos. E outra coisa colocação, o poder concedente é a União, não é o Governo, não é o Ministro, é a União, então, dá a concessão depois de implantar uma estrutura que é aprovada pelo Legislativo.

Então, a União não é só o Governo Federal também. Se é o caso de mudar a Lei das Agências, vamos mudar, é preciso respeitar essas condições essenciais. A agência está para servir o Estado durante a vida pública, no longo período, inclusive das concessões, é o que queria dizer.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Obrigado, Ministro Eliseu, é da maior lucidez o seu aparte. Mas eu gostaria de dizer mais coisas. No começo do Governo, do primeiro Governo do Presidente Lula, eu atribuí isso arroubos da inexperiência e arroubos da euforia da vitória. A vitória ela procura ela provoca aquilo que a ginástica gera também que é a endorfina, aquela boa droga. A derrota deprime, a vitória colocam as pessoas com endorfina, uma endorfina política, enfim. Diziam coisas assim, "nós ganhamos a eleição, não foi para mandar nas agências". Ora, quem ganha a eleição não ganha para poder fazer tudo que quer. Por exemplo, não pode o ganhador da eleição, escolher o meu local de moradia. Quem escolhe o meu local de moradia sou eu, quem escolhe a minha mulher sou eu, ou seja, eu não concedo certos direitos ao vencedor da eleição. Eu concedo a ele o direito e ele conquistou esse direito de governar o País de acordo com a Constituição, sobre a Constituição, limitado por leis que consolidam a democracia brasileira e não acima e nem além, e nem circundando, volteando essas próprias leis. Então essas agências, elas não podem ser conspurcadas porque isso prejudica o processo econômico brasileiro e prejudica o desempenho econômico do Governo Brasileiro, aí sim.

Então, digo, Sr. Presidente, que vejo esse debate como muito saudável porque eu tenho uma certa visão formada sobre o PAC. Eu, ano passado, eu teimei com vários colegas, enfim, e infelizmente fui vitorioso na teima, eu disse que o Brasil crescia 2.8%. Fui otimista, o Brasil cresceu 2.7%, é o que o IBGE vai confirmar, 2.70 alguma coisa. Eu espero errar de novo, eu insisto que vai ser algo tipo 3.5%, não acredito em menos e não acredito em nada além disso, mais de erro para cima, mais de erro para baixo. Tipo de pesquisa de opinião

quando a eleição está remida. Eles falam em 4.5. 4.5 não vai dar, infelizmente. 5, 5 e 5 também não acredito que o Brasil tenha posta as condições para crescer a média de quase 5% ao ano. No momento que isso não se realizar, nós vamos então ver expostas as chagas fiscais do País, um País que não é capaz de retomar o ciclo de reformas estruturais para atacar as despesas onde elas devem ser atacadas. Atacar a crise fiscal pelo lado das empresas, onde a crise fiscal deve ser atacada e aí com o crescimento pequeno tudo vai ficar maior, com o crescimento maior, se máscara a crise fiscal por mais um tempo.

Eu vejo o PAC como algo que tem alguns méritos. Fala que temos que mexer na Lei das Agências. Muito bem, mas não é aquela lei que está na Câmara, aquela é péssima. Aquela ali é contra a economia brasileira. A Lei das Concorrências é boa, vamos trabalhar isso. O foco no investimento é ótimo, o simples fato de o Governo dizer, eu estou focando na idéia de que é preciso investir mais, isso é muito bom, é péssimo, a meu ver o viés estatista.

Então, é basicamente ELETROBRÁS, é basicamente PETROBRÁS, esse é o pombo que eles têm na mão. Ministro Eliseu e Presidente Collor, os dois pombos voando são o dinheiro privado, esse não é assim não. É aquela história do Garrincha com o Vicente Feola. Tem que combinar com os russos. Não há ambiente jurídico que dê segurança ao investidor. A proposta de reestatização que eu vejo escrita no PAC, praticamente de reestatização do Sistema Elétrico Brasileiro, isso vai levar, eu lamento entristecer a Ministra Dilma que é uma figura que eu tenho como séria, vai ter uns duzentos leilões fracassados, não vai atrair jamais êxito para os leilões dela se ela não perceber que é preciso retirar esse viés estatizante e dar segurança jurídica para o investidor vir e resolver a questão energética brasileira. Isso para mim é muito claro. Então, se o Brasil me surpreende para a melhor, e se Deus quiser vai surpreender, e cresce mais do que os 3.5 que eu modestamente prevejo, o Brasil vai crescer isso não é por causa do PAC exatamente, não, vai crescer isso porque reformas macroeconômicas que vêm desde os seus tempos, Presidente Collor de abertura na direção do exterior, desde o Governo Itamar Franco com a implantação inicial com Plano Real, desde o Governo Fernando Henrique com a consolidação do Plano Real e com o ciclo de reformas que mudou a face da economia brasileira e desde o Governo Lula com aprovação de importantes reformas microeconômicas, eu cito aqui já três: O Super Simples, agora, isso é uma coisa fantástica, a Lei Geral da Pequena e Micro Empresa, enfim, é isso que nós estamos discutindo e a Lei de Falências. A Lei de Falências e a

Lei Geral, bem exploradas, elas podem fazer o Brasil crescer 0.8% ao ano, 1% ao ano a mais em cima de qualquer base.

Eu acredito mais nisso, do que propriamente no PAC. Eu acredito mais nisso. O PAC é uma bela peça de marketing e o PAC é uma tentativa de ordenar gastos que já estavam previstos na sua maior parte de PETROBRÁS e ELETROBRÁS, com muito pouco abertura para o capital privado. Ou seja, o Governo precisa sair desse hibridismo. Eu ontem estava vendo lá, fiquei decepcionado porque eu fui a Itamarati, estava lá o almoço, eu fui para o almoço por quê? Porque eu imaginei que o Presidente Evo Morales lia falar, o Presidente Lula iria falar também e eu imaginei que a partir daí eu sairia com uma visão clara das relações bilaterais Brasil-Bolívia. Mas não houve o discurso. Depois o Presidente Evo Morales veio aqui e deixou plantados os dois Presidentes, Renan Calheiros e Arlindo Chinaglia, plantados esperando por ele, simplesmente mostrou naquela altura que não tem apreço pelo Legislativo, se tivesse, isso é perigoso para o Legislativo da Bolívia, mostrou que não tem apreço pelo Legislativo, senão não deixaria os dois Presidentes das Casas Legislativas do País mais importante da América Latina esperando por ele.

Eu até na hora brinquei com o Renan, "Óh, Renan, eu não já vou lá, porque eu já fui no almoço e assim como o Jimmy Hendrix morreu por uma overdose de heroína, eu tenho medo de morrer de uma overdose de Evo Morales. Eu já tomei a minha cota do dia. Essa aí já está bom, já dá para ir até o final, até amanhã", enfim e não fui. E fiz bem, porque eu ia ficar plantado no sol esperando por uma pessoa que não sabia da importância real a um outro poder. Ele conversou com o Poder Executivo, não sei se teve algum diálogo com o Poder Judiciário Brasileiro, mas mostrou despreço pela base essencial da democracia que é o Poder Legislativo.

Então, o PAC poderá ser um êxito, sim, Presidente Marconi Perillo, a depender, por exemplo, da atuação de V.Ex^a nessa Comissão, a depender dessa Subcomissão que o Senador Flexa Ribeiro preconiza que se instale. A depender da nossa capacidade de interagir para melhorá-lo, para aperfeiçoá-lo, assim como o Governo coloca, introduz a idéia do investimento, vamos reintroduzir a idéia das reformas estruturais com coragem, sem medo de desagradar a setores com coragem para nós cumprimos o nosso dever para com o País. Sem essa história de fazer média para cá e média para aculá. Vê o que o Brasil precisa que é simplesmente elencar e executar isso sem olhar Governo, sem olhar oposição, pensando no País dos nossos filhos, dos nossos netos, dos que virão depois. O PAC

poderá até realmente ajudar a economia a crescer, não da forma como ele está. Se nós o modificarmos como fizemos com aquela reforma, Reforma Tributária inicial incipientes que aqui foi aperfeiçoada e que depois, infelizmente, terminou empacando nas suas contradições na Câmara dos Deputados.

Mas eu queria dizer que eu percebo as vésperas do carnaval e não vamos aqui também criar nenhuma antipatia em relação a uma festa tão bonita, tão popular que polariza o País e pára todo mundo. Mas às vésperas de uma festa importante para o Brasil, para o povo brasileiro, como é São João para o nordeste, como é a festa do Boi Bumbá para o meu Estado. As vésperas de uma festa importante para todo o povo brasileiro, está aqui uma Comissão discutindo temas fundamentais, mostrando a sua vivacidade, o seu sentimento de presença no País num debate da melhor postura. Eu quero, portanto, de novo parabenizar V.Ex^a, porque percebo que nós vamos ter momentos muito relevantes e acredito que o povo brasileiro será o principal vitorioso. Mas o Governo, se tiver grandeza e generosidade, será o segundo a ganhar com isso. Por que o que é que lhe adianta um instrumento que não serve? O que é que lhe adianta um instrumento ruim? Digamos que ele tivesse maioria e não tem, para nos esmagar a nós aqui da oposição aqui no Senado, não tem maioria, ponha na cabeça que não tem. Aí digamos que tivesse. Ia aprovar uma coisa ruim? Digamos que a gente concordasse e aprovasse a Lei das Agências como ela está na Câmara dos Deputados, para quê? Para atrasar o investimento privado para simplesmente consagrar que o Brasil não consegue ter uma visão aberta em relação as agências?

Então, eu creio que esse papel é o papel que a democracia nos reserva. O de, no espaço que nos cabe, de homens de oposição, mas fazendo uma oposição bem diferente daquelas que sofremos, bem diferente, nós aqui, sem maniqueísmos, sem propriedades da verdade, nós aqui virmos dizer com nitidez que queremos ajudar. Não vamos fazer trinta obstáculos artificiais para o Presidente Lula tropeçar neles e o Presidente Lula naufragar porque nós somos maus. Nada disso. Vamos apoiar acertos e criticar erros de um Governo que erra e que acerta e nosso dever é estarmos atentos aos dois fatos, principalmente aos erros. Não vamos inventar erros, não vamos artificializar crises, vamos jogar com nobreza. O que a Nação brasileira espera de nós, não é que nós derrotamos o Governo provando que o Governo é pior do que tudo, vamos mostrar que nós somos capazes de nos mostrar como alternância de poder efetiva por sermos melhores, nada de ter arrasada, nada de quanto pior, pior, nada de farinha pouca, meu pirão primeiro. Que faça um bom Gover-

no, vamos ajudar nisso. E que o povo nos veja como aqueles que pode fazer Governos melhores.

Se não for assim, Sr. Presidente, eu prefiro não estar mais nisso, porque não estou na vida pública para atrapalhar o País dos meus filhos, não estou. Estou na vida pública para procurar fazer o melhor pelo País, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a relevante contribuição que o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB trás, aduz a essa Comissão. Concordo plenamente, Senador Arthur Virgílio que essa Comissão, e essa Casa deverão debater no contexto do PAC algumas questões que precisam ser discutidas nesta Casa, no conjunto da sociedade.

O PAC não ataca, Presidente Collor, o perfil do gasto público, a qualidade do gasto público. O PAC não discute e não insere no seu conjunto a discussão em relação as grandes e relevantes reformas estruturantes ou reformas estruturais necessárias, absolutamente necessárias ao País, Reforma da Previdência que precisa ser aprimorada, Reforma Tributária, nós vivemos num País de paradoxo, nós temos a maior carga tributária do mundo, quase 40% em relação ao PIB, isso inibe as exportações, isso inibe a nossa competitividade, isso inibe o nosso crescimento. Talvez o maior fator inibidor do nosso crescimento seja a carga tributária e os juros que também são os mais altos do mundo.

Quer dizer, eu não vejo essa discussão inserida no contexto do PAC. O Brasil pode ser, até o ano de 2010, 2015, o maior produtor de alimentos do mundo. Nós podemos chegar a duzentos milhões de toneladas de grãos produzidos no Brasil e eu não vejo quase nada no PAC relativamente ao setor primário, sobretudo da agricultura, pecuária, a produção de alimentos. Quer dizer esse debate precisa ser trazido a essa Casa, nós precisamos de uma política para a agricultura no Brasil.

Além disso, a gente também não percebe que no PAC a discussão é em relação a descentralização do serviço, nós discutimos ainda há pouco aqui a descentralização das rodovias federais, os Estados têm competência para assumir desde, que é claro, sejam passados os recursos da CIDE. Os Estados têm competência para gerir a malha rodoviária federal com competência e resolver a questão da competitividade na medida em que o frete realmente é um componente importantíssimo nessa área, enfim. Não dá mais para a gente deixar de discutir, por isso nós estamos convidando os Governadores de cada região para estar aqui debatendo conosco. O PAC, as agências reguladoras, o crescimento, etc., mas não dá para a gente continuar mais admitindo, Ministro Eliseu que o Governo Federal

continue concentrando 73% dos recursos oriundos dos impostos, das cobranças em seu poder, deixando a míngua os Estados, os Municípios. Não dá mais para a gente vê desviados os recursos da CPMF ou da CIDE enquanto não se distribui, ou não se compartilha com os Estados essas cobranças. O legislador constituinte foi inteligente ao garantir aos Estados e Municípios o compartilhamento das receitas através dos impostos, entretanto o legislador, aliás, o Executivo, há época, também foi competente ao encontrar uma fórmula que driblasse os impostos ou o texto da Constituição, que foi a criação da chamada cobranças ou contribuições que não são compartilhadas.

Então, acho que esse debate será muito pertinente, muito importante. Governador sofre muito e eu fui duas vezes, porque as grandes demandas da sociedade recaem sobre os Governadores e sobre os Prefeitos. Saúde, educação, segurança, aliás, o grande responsável pela segurança do cidadão, os grandes responsáveis são os Estados, são os Governadores. Quer dizer, moradia, habitação, saneamento, infraestrutura, isso quase tudo recai sobre os ombros ou sobre a responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.

Então, é preciso debater também, por que não nessa Comissão, a questão do compartilhamento das receitas. Os Governadores reivindicam com justiça, e eu já estive do lado de lá, o Presidente Collor também já esteve, Governador Azeredo também, o senhor como Ministro, quer dizer, a gente sabe o quanto é importante trazer também a público esse debate. Eu acho que os Governadores vão dar uma inequívoca contribuição.

De modo que eu me sinto feliz por estar presidindo essa Comissão com a presença de tantas ilustres autoridades e personalidades da vida pública do Brasil. E acho, aliás, estou convencido de que essa Comissão propiciará um grande debate, não apenas em relação à área de infraestrutura, mas em relação às questões de Estado de uma maneira geral. Os Governos passam, o Estado permanece. V.Ex^a, o Senador Arthur Virgílio, tem razão em relação a isso.

Antes de declarar encerrada a presente Sessão, eu concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apenas para fazer constar em Ata, a Assessoria da Comissão me trouxe aqui uma observação. O meu Requerimento na criação da Subcomissão de acompanhamento do PAC estava previsto cinco membros titulares e cinco membros Suplentes, mas pela distribuição pelos blocos de Governo, V.Ex^a já aprovou com 7 titulares e 7

suplentes, só para fazer a correção para constar na Ata da...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É verdade. Já está aprovado com 7 membros e 7 suplentes, e nós vamos aguardar que os blocos possam fazer as indicações. Já existem algumas solicitações de Parlamentares que desejam participar da Subcomissão. Creio eu que V.Ex^a deverá presidir essa Subcomissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso que eu ia dizer. O figurino cabe muito bem no Senador Flexa Ribeiro, eu ia falar isso. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas eu aguardo... A presidência vai aguardar a indicação dos blocos para que nós possamos efetivamente declarar instalada a Subcomissão para que ela possa iniciar os seus trabalhos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para registro, por solicitação da Assessoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está registrado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria registrar só que Minas Gerais está tão interessada na questão da infra-estrutura que os três Senadores de Minas Gerais estão aqui, está vendo? Então, Minas está em peso pela importância que a infra-estrutura tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Meu aplauso, minha saudação ao nosso grande Estado irmão, Minas Gerais, muito bem representado nessa Comissão e nessa Casa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, a presente reunião e convoco outra em caráter extraordinário para a próxima quinta-feira, após o carnaval. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h50

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quarenta minutos do dia primeiro de março de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e

dos Senhores Senadores Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, João Durval, Flávio Arns, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Antônio Carlos Magalhães e José Agripino. Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica ao plenário o recebimento do Aviso do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações solicitadas pelo Requerimento de Informação nº 928, de 2006-CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes, sobre autorização para a elevação temporária de limite de endividamento da Petrobrás Transportes S.A. – Transpetro, no valor de 5,6 bilhões de reais. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: **ITEM 1** - Mensagem do Senado Federal nº 34, de 2007, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Marco Maciel, que oferece Parecer favorável à matéria. A indicação foi aprovada obtendo o seguinte resultado: 23 (vinte e três) votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, num total de 23 votos. **ITEM 2** - Requerimento nº 10, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “requer, nos termos regimentais, sejam convidados para Audiência Pública o Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau e o Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, para prestarem esclarecimentos sobre o acordo Brasil e Bolívia a respeito do Gás.” Aprovado. **ITEM 3** - Requerimento nº 11, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “requer, nos termos regimentais, sejam convidados os Senhores José Sérgio Gabrielli – Presidente da Petrobrás; Valtér Luiz Cardal de Souza – Presidente da Eletrobrás; Benjamin Steinbruch – Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Armando de Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; Paulo Antônio Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIP, para participarem de debate no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a ser realizado em Au-

diência Pública sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.” Aprovado. **ITEM 4** - Requerimento nº 12, de 2007-CI, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “requer, nos termos regimentais, sejam convidados os Senhores Presidentes das Entidades do Setor Produtivo CNA – Antônio Ernesto Werna de Salvo, CNT – Clésio Andrade, CNC – Antônio Oliveira Santos e CNI – Armando de Queiroz Monteiro Neto, para participarem de um debate com os membros desta Comissão, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.” Aprovado. A Comissão aprova, Extra Pauta, as seguintes matérias. **Item 1** – Requerimento nº 13, de 2007-CI, de autoria das Senhoras Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, requerendo, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados em Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o senhor Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; o senhor José Alexandre Nogueira de Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o senhor José Augusto da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes e o senhor Cloraldino Severo, Consultor de Transportes e ex-Ministro dos Transportes, para debaterem o processo das Concessões Públicas em Rodovias Federais”. **Item 2** – Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2006, que “altera os incisos I e III do caput do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, prorrogando, até 31 de dezembro de 2010, a obrigação de as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aplicarem, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia”, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos da redação final oriunda da Câmara dos Deputados. Fizeram uso da palavra os senhores Senadores Eliseu Rezende, Fernando Collor, Marconi Perillo, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Azeredo, Delcídio Amaral, Romeu Tuma, Wellington Machado e Cristovam Buarque. A Presidência registrou a presença do Deputado Federal Julio Semeghini, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Delcídio Amaral. O Senador Flexa Ribeiro solicitou à Presidência que determinasse a correção na redação do Requerimento nº 06, de 2007-CI, de sua autoria, aprovado na reunião de 15 de fevereiro de 2007, fazendo incluir a seguinte redação: “acompanhar a implementação do Plano de Ace-

leração de Crescimento – PAC”, bem como formulou pedido de urgência para o plenário, da Mensagem do Senado nº 34, de 2007, que aprovou o nome do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com os apanhados de estenotipia informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 10 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Há expediente sobre a Mesa que passo a lê-lo.

Sr. Presidente, encaminho à consideração dessa Comissão cópia do Ofício SF 2.166/2006 da 1ª Secretaria do Senado Federal por intermédio da qual a Senadora Serys, Primeira Secretária em exercício transmito-me resposta do Requerimento de informação nº. 928/2006 sobre autorização para elevação temporária de limite endividamento da Petrobras Transporte S/A, TRANSPETRO, no valor de 5.6 bilhões, de minha autoria. Senador Heráclito Fortes.

Comunico aos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que o aviso do Ministro de Estado da Fazenda que encaminhe informações em resposta ao Requerimento nº. 928/2006 de autoria do ilustre Senador Heráclito Fortes encontra-se a disposição dos Srs. Senadores na Secretaria dessa Comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação de mensagem nº. 34/2007 bem como discussão e votação de Requerimento.

Item 01 da pauta, não terminativo. Mensagem do Senado Federal nº. 34/2007 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de

Telecomunicações, ANATEL. Autoria, Presidência da República, Relator Senador Marco Maciel.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Convido para assento à Mesa dos trabalhos o indicado, o Sr. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Senador Marco Maciel para proferir o seu Parecer sobre o indicado. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE): Sr. Senador Marconi Perillo, Presidente desta Comissão, sr^{as}. e Srs. Senadores. Incumbido pelo Presidente desta Comissão, vou passar agora a prolar o meu parecer alusivo a indicação do Presidente da República do Ministro de Primeira Classe, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL.

Como sabem V.Ex^{as}., Sr^{as}. e Srs. Senadores, a matéria é de iniciativa do Presidente da República nos termos do art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal combinado com o art. 23 da Lei n^o. 9.472 de julho de 97. De acordo com o dispositivo e a lei já citados anteriormente, cabe ao Senado Federal, como competência privativa, é bom frisar, apreciar previamente por voto secreto após arguição pública a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Conforme essa hipótese o caso em tela de conselheiro da ANATEL indicado pelo Poder Executivo conforme dispõe o já citado artigo da Lei n^o. 9.472, conhecida como a Lei Geral de Telecomunicações que criou a referida autarquia e instituiu como seu órgão máximo um Conselho Diretor composto de cinco mineiros com mandato de cinco anos.

O *curriculum vitae* anexado à mensagem presidencial, que foi distribuída pela Secretaria de Comissão aos Srs. Senadores, evidencia que o Sr. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado. Numa rápida análise, gostaria de lembrar que o indicado é formado pela faculdade... Antigamente denominada Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1963, concluiu posteriormente a formação de Diplomata pelo Instituto Rio Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores, além disso desenvolveu sólida carreira na academia, no Instituto Rio Branco, na Universidade de Brasília onde lecionou curso de pós-graduação. Tem ainda inúmeras publicações de relevo, mormente na área de sua especialização Diplomata que o é.

No campo profissional destacou-se na diplomacia, além de diversos cargos de relevo que ocupou foi Embaixador do Brasil em Moscou, em Madri, repre-

sentante permanente do Brasil junto a Organização das Nações Unidas em seu Conselho de Segurança, presidindo este colegiado por duas oportunidades.

É bom lembrar que a última missão diplomática que desempenhou o indicado foi justamente essa de ser Embaixador... Ser o representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas. Atividade que está agora concluindo.

Ocupou entre janeiro de 1995 e dezembro de 1998 o cargo de Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que é uma função que equivale a Ministro de Estado. Posto que fazia parte do organograma do primeiro escalão do Governo e conseqüentemente participava da reunião do Ministério, e, portanto, acolhido como integrante do primeiro escalão.

Foi sob sua direção que foram desenvolvidos os projetos do Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia, o SIPAM/SIVAM por estudos sobre segurança das comunicações estratégias de longo prazo para o País.

Eu gostaria de chamar atenção que para fazer também referência ao Projeto Brasil 2020. Durante o tempo em que o indicado esteve como secretário de assuntos estratégicos, foram feitos estudos com vistas a uma análise prospectiva de como poderia estar a economia brasileira e a sociedade brasileira como poderia... Como elas poderiam estar dentro... No limite da segunda década do século 21. Esses estudos se voltam naturalmente a formar programas de longo prazo. E foi uma atividade que o Embaixador Sardenberg desincumbiu com muita competência e eu posso dar esse testemunho posto que à época ocupava a função de Vice-Presidente da República.

Posteriormente ocupou o cargo de Ministro de Ciência e Tecnologia, nos anos de 1999 a 2002. Foi, é bom destacar, responsável pela aprovação e institucionalização dos fundos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico. Que o fundo, como o Sr. Presidente e as Sr^{as}. e Srs. Senadores sabem, foi um fundo instituído a partir da privatização de setores essenciais da economia brasileira e esses fundos por sua vez estão ajudando ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Se bem que temos que registrar nesse momento oportuno que grande parte desses fundos estão contingenciados, daí porque não se tem desenvolvido como seria desejado o Programa Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Devo também dizer que além de suas qualificações acadêmicas e profissionais, ele recebeu ao longo da sua vida pública como Diplomata inúmeras condecorações como a ordem do mérito do Rio Branco, de ordem do mérito científico, do mérito das For-

ças Armadas, e das três forças, inclusive, e também condecorações estrangeiras decorrentes das funções que desempenhou no exterior. Os cargos e funções que exerceram evidenciados em seu currículo que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando assim essa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Sr. Presidente, é este o meu parecer, e farei a manifestação final após a exposição do indicado. Era que o eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Encerrada a exposição do Relator do processo, Senador Marco Maciel, tenho a honra de conceder a palavra ao indicado, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg. Com a palavra o Sr. Embaixador.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Exm^o. Senador Marconi Perillo. Exm^a. Sr^a. Senadora, Exm^{os}. Srs. Senadores. Nesse momento em que o Senado inicia a consideração de meu nome no quadro do processo de nomeação como Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações, eu não posso deixar de sentir uma profunda emoção, e peço que me perdoem por isso. Agradeço penhoradamente, Sr. Presidente, a convocação dessa Sessão e essa oportunidade de interagir com os Srs. Senadores e com a Sr^a. Senadora.

Desejaria agradecer também vivamente ao Senador Marco Maciel, o Relator do tema em discussão pelas palavras que dirigiu a Comissão sobre a minha pessoa. Desejo saudar todos os membros dessa Comissão que dedico especial atenção aos temas relativos aos serviços de infra-estrutura e nesse quadro as telecomunicações e constitui um elo básico do Senado, de ligação com o Senado... Do Senado com a ANATEL.

Eu queria pedir permissão para registrar a presença de três atuais Conselheiros da ANATEL entre nós esta manhã, Dr. Plínio de Aguiar Júnior, Dr. José Leite, Dr. Pedro Jaime Ziller, e também [inaudível] a presença de ex-Presidentes e ex-Conselheiros. O Dr. Elifas Chaves Gurgel e o Dr. Renato Guerreiro.

A indicação por parte do Sr. Presidente da República é uma manifestação de confiança que muito me distingue e que tudo farei para honrar. Na decisão de S.Ex^a terão pesado, quero crer, fatores que vão desde a necessidade do fortalecimento institucional da agência e a retomada de sua agilidade decisória pela

recomposição do seu Conselho até o aproveitamento de minha ininterrupta experiência no serviço público como Diplomata e como Chefe da então Secretaria de Assuntos estratégicos de Ministro de Ciência e Tecnologia, cargos aos quais fui conduzido pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, os comentários apresentados pelo Senador Maciel deixa entrever a variedade e a complexidade dos temas que me foram cometidos em minha vida profissional e pública. Certamente tenho consciência da complexidade das tarefas que me aguardam agora, uma vez o Senado manifesta o seu acordo. Assim como tenho clareza quanto ao interesse público e o valor social e econômico das atividades sob a responsabilidade da ANATEL.

Como alguém que agora apenas entra neste setor, chego com forte disposição de ouvir, aprender, e dialogar. E decidido a compartilhar a experiência que tenha com os demais membros do Conselho Diretor, e todos aqueles interessados nas telecomunicações, seus aspectos regulatórios e de fiscalização. Minha disposição de trabalho não diferirá muito da que tive em outras oportunidades. E em decorrência desta experiência compareci pelo menos quatro vezes ao Senado, fui aprovado pelo menos quatro vezes pelo Senado, tivesse prazer, inclusive a última das quais quatro anos atrás quando pela segunda vez fui investido da alta responsabilidade de representar o Brasil junto ao sistema das Nações Unidas.

Sr. Presidente, o momento atual pode muito bem ser único. Ao olharmos à frente, são animadoras as perspectivas. Seus parâmetros são a competência legal da agência e a necessidade do aperfeiçoamento de seu marco regulatório. E a capacidade que a ANATEL tem e deve ter de relacionar-se com os grandes atores interessados no setor. Os Poderes da República, a começar pelo próprio Governo, o Executivo, inclusive o Ministério das Comunicações. A sociedade com suas aspirações, em especial no momento em que são milhões os usuários do serviço de telecomunicações. As empresas operadoras e todos os demais parceiros na qualidade, regulação, fiscalização e universalização dos serviços.

Como sabemos, as tecnologias da comunicação e informação são aquelas que pela velocidade e amplitude de seu desenvolvimento lideram uma revolução sob a bandeira da convergência tecnológica. Novas oportunidades e novos desafios se abrem com implicações para o processo Legislativo e para a organização das instâncias reguladoras e fiscalizadoras em todo mundo, não apenas do Brasil. Seu papel, sua ação mais e mais se centra na criação de confiança entre todos os atores do setor ou naqueles interessa-

dos. O Brasil felizmente está em condições de participar crescentemente desse processo. São de grande interesse alguns pontos e tendências que tem a ver com uma visão estratégica do trabalho que a ANATEL deverá empreendedora. Primeiro lugar, sublinharia que as telecomunicações estão na vanguarda da revolução tecnológica mundial pelo extraordinário dinamismo de seu desenvolvimento e pela rapidíssima transformação de seus pressupostos técnicos e modalidades de implementação. Os avanços já alcançados são notáveis. A receita da indústria global de telecomunicações atingiu um trilhão e duzentos bilhões de dólares no fim de 2006. Com o crescimento contínuo em comunicações sem fio, puxando esses resultados.

No início de 2006, um bilhão e oitocentos milhões de pessoas já assinantes utilizavam os serviços de telefonia móvel em todo mundo. E a Ásia, Pacífico e a América Latina são regiões de maior expansão relativa em banda larga, enquanto na Europa e na América do Norte o crescimento tende a se retardar, até por já ter cumprido suas metas todas. Essa característica de avanço explosivo por assim dizer seguramente cria oportunidades ímpares e ao mesmo tempo previsíveis desafios para o País. O Brasil tudo deverá fazer para continuar a beneficiar-se do processo tecnológico mundial. A base legal de nossa atividade deverá ser atualizada e reforçada, o que implica a intensificação e diversificação do trabalho da ANATEL junto ao Senado. A recente performance brasileira no setor de telefonia móvel pessoal é muito indicativa da nova situação. A sociedade e a parcela mais avançada de nossa economia aderiram fortemente aos celulares que alcançaram cada vez mais brasileiros e brasileiras. Hoje mais de três mil e cem Municípios dispõe de serviços de telefonia móvel pessoal. O que equivale acerca de 56% do total dos Municípios, nos quais residem cerca de 160 milhões de pessoas. O número de celulares em uso no Brasil em janeiro deste ano, segundo dados da ANATEL é de cem milhões e setecentos mil. A remuneração das empresas brasileiras e estrangeiras do setor de telecomunicações tem progredido de forma comparável com as novas realidades mercadológicas - saudar o Vice-Presidente da Comissão - No entanto, 16 anos depois do início da implantação do serviço de celular no Brasil ainda há muito a ser feito. Pesquisas mostram que cerca de 2.400 Municípios, ou seja, mais de 10% da população ainda não são atendidos. Seguramente dados como este, conceitos e práticas merecerão atenção crescente no processo de atualização Legislativa já em curso. Enquanto legalmente caracterizada como agência reguladora do setor, a ANATEL ocupa posição especial, própria e individual num quadro em mutação. Não está encerrada em si mesmo distante do Gover-

no, dos órgãos governamentais, inclusive o Ministério das Comunicações, nem por outro lado poderiam suas prerrogativas legais serem esquecidas ou ignoradas. A cada momento, a ANATEL precisa capacitar-se para cumprir o seu mandato legal. Não só em termos de participação política no processo, mas também de promover permanentemente sua capacitação e o bom entendimento com seus interlocutores.

Para essas finalidades e tantas outras, é necessário que esteja aprovada de recursos orçamentários de que necessita. Mais do que qualquer outra entidade, a ANATEL precisa zelar pelo seu corpo funcional para que este tenha condições de cumprir suas essenciais tarefas. Nasce deste fato, a meu ver, a necessidade de buscar o aperfeiçoamento da estrutura e organização da agência. A capacitação e qualificação do funcionalismo da ANATEL, já em curso, deverá a meu ver receber forte impulso de modo a garantir-lhe renovadas oportunidades de trabalho. Garantir-lhes aos funcionários.

Eu queria pedir perdão por estar falando de maneira muito incisiva. Na verdade a minha intenção é ser tentativa, ser preliminar e ainda aprender muito. Mas é a exigência do tempo, a exigência da brevidade faz com que o estilo seja um tanto telegráfico.

Em conclusão, queria fazer apenas referência muito concisa a algumas outras questões. A participação da ANATEL, a plena participação da ANATEL com suas atividades no esforço mais amplo para proporcionar segurança jurídica ao setor e para atrair investimentos de qualidade é extremamente importante;

Dois. Em 2006 registrou-se uma alta de quase 30% no número de reclamações. Nessas condições tornou-se prioritário intensificar os esforços já empreendidos pela agência, e melhorar os padrões de atendimento aos cidadãos;

Três. As telecomunicações não são não apenas cruciais para a economia, mas também para a integração social e, portanto, devem ser ofertadas a toda a população em níveis compatíveis de preço, abrangência e qualidade. A continuação do esforço e universalização é necessário à sociedade e a aceleração do desenvolvimento econômico, permitindo-se desse modo a criação de novas sinergias e novas formas de integração em escala nacional e em benefício de regiões menos desenvolvidas.

Finalmente, assinala-se que não existe modelo que seja aplicável à revelia do contexto e das circunstâncias de cada País. A experiência brasileira demonstra a necessidade de harmonizarem diferentes visões de se construir consensos e se definirem estratégias em torno de um modelo abrangente para a reestruturação da crucial função de Estado exercida pela

ANATEL. Isso se dará mediante a inescapável tarefa que nos aguarda de discussão do aperfeiçoamento da Legislação para o setor e inclusive o seu marco regulatório. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Encerrada a exposição...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Queria fazer um apelo a V.Ex^a, tendo em vista já temos ouvido a exposição do Dr. Sardenberg, indicado à ANATEL, e que alguns membros aqui da Comissão precisam se retirar para outras Comissões, como o Senador Roriz tem que presidir a Comissão de Agricultura daqui a pouquinho, se pudesse liberar a votação enquanto aqueles que vão fazer algumas interpelações vai prosseguindo a reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador, o roteiro aqui da Sessão prevê inicialmente arguição por parte dos excelentíssimos Srs. Senadores e excelentíssimas Sr^{as}. Senadoras. Entretanto, esta Mesa é democrática. Caso os Srs. Senadores e Senadoras concordem, não vejo porque não concordar, não aprovar. De qualquer maneira eu submeto à apreciação do Plenário esta proposta de V.Ex^a. Se os Srs. Senadores e a Sr^a. Senadora concordarem permaneçam como estão. Uma vez havendo concordância com a propositura de V.Ex^a, eu indago se algum Senador deseja fazer uso do voto antes de iniciarmos o processo de arguição. Os Senadores que assim desejarem, por favor, se manifestem para que eu possa convidá-los nominalmente já que a votação é secreta. Os Senadores que assim desejarem, por favor, se dirijam à Mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO #1: Obrigado pelo espírito democrático de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, eu gostaria de fazer um apelo aos Senadores que puderem permanecer, será muito honroso aqui participar desse debate tão importante para o Brasil. Olha, eu gostaria de pedir aos suplentes...

Srs. Senadores, encerrada essa fase preliminar de voto de alguns Senadores que se manifestaram interessados em fazê-lo antes mesmo da arguição, encerrada a exposição do ilustre Relator e do ilustre arguido, passo a arguição pelos Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras de acordo com a lista de inscrição. Tenho a honra de conceder a palavra ao ilustre Senador Eliseu Resende, PFL de Minas Gerais.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): ...Sr. Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, Embaixador Ronaldo Sardenberg, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores.

Embaixador, eu vou começar exatamente da parte final da sua exposição. V.Ex^a tem experiência, tem qualificação... O fato de nós concordarmos aqui que houvesse voto antes da sabatina, é a primeira vez que estou vendo aqui nessa Comissão, os membros da Comissão na sabatina votassem... A votação acontecesse antes da sabatina. Mas isso é devido à confiança, o seu currículo, a sua história muito bem relatada aqui pelo Senador Marco Maciel. Temos conhecimento do seu trabalho como homem público do Brasil e no exterior. Mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade e auscultar a sua experiência neste momento sobre preocupações que o Congresso Nacional tem, profundas, a respeito das agências reguladoras do marco regulatório.

Para ser breve, eu gostaria de ouvir a sua palavra sobre qual é a impressão que V.Ex^a tem da Legislação brasileira, da Legislação vigente que preside a atuação das agências. Não apenas da ANATEL, mas das agências em geral. Há áreas cinzentas, Embaixador, da atuação da administração centralizada com a autarquia especial. Há uma superposição sobre o formulador da política do setor e operacionalizador da política do setor. Entende V.Ex^a que existe um marco regulatório bem definido, particularmente no campo das telecomunicações? No campo da ANATEL? Está lítido(F) o limite entre as atribuições do Ministro de Estado, do Ministério, e as atribuições da agência? Gostaríamos que a agência servisse ao Estado, ao invés de servir ao Governo vigente. Claro que naquele momento o Governo vigente representa o Estado. Mas houve uma preocupação do Congresso Nacional em toda a Legislação sobre as agências, Agência Nacional das Águas, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional do Petróleo, a ANATEL, as Agências Nacionais de Transportes... Houve uma discussão a respeito de como as agências podem representar o Estado tornando duradouros os compromissos assumidos pelo Brasil junto aos empresários investidores que assinam contratos de concessão outorgados a ele mediante licitação. Então eu gostaria de ouvir de V.Ex^a, desculpe eu fazer uma pergunta tão genérica, tão ampla, tão filosófica, mas é a grande preocupação que existe no Congresso Nacional sobre as agências.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Eliseu Resende, caso o senhor concorde, eu passaria a palavra para mais alguns Senadores a fim de que o Embaixador

Sardenberg pudesse depois fazer as respostas conjuntamente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA): Não participando dessa Comissão, fiz questão de vir até aqui não só para prestigiar V.Ex^a como Presidente, mas para também dizer do acerto, eu que sou um opositorista claro do Presidente da República na indicação do Dr. Sardenberg para a ANATEL. Acho que foi um ato muito correto, muito certo, e que vai dignificar o Governo com a presença do Ministro Sardenberg. Era isso que eu tinha a dizer e peço desculpas a V.Ex^a de ter interrompido sem ser membro da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador Antônio Carlos Magalhães, essa Comissão se sente honrada com a participação e com a presença de V.Ex^a, sobretudo com a intervenção que V.Ex^a acaba de fazer. Muito obrigado pela presença. Essa Casa é a Casa do senhor também.

Tenho a honra de conceder a palavra ao ilustre ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, prezado Embaixador Sardenberg.

Eu gostaria de inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, dizer da minha satisfação de fazendo parte da Comissão de Infra-Estrutura, estar aqui hoje ouvindo o Embaixador Sardenberg indicado pelo Presidente da República para a Agência Nacional de Telecomunicações. Tive a oportunidade de privar como Presidente da República com o Embaixador Sardenberg de grandes momentos da vida diplomática brasileira em que ele pontificou com a sua conhecida competência como representante permanente do Brasil nas Nações Unidas. É sem dúvida nenhuma o Embaixador Sardenberg um homem de Estado. E como tal, para presidir uma agência desta importância, e com o conhecimento que ele tem específico nessa área, nada melhor ou ninguém melhor.

Eu faria algumas considerações. O Embaixador, na sua apresentação, concisa e muito bem feita, ele se refere a um ponto que julgo muito importante e que aqui já foi levantado pelo ex-Ministro e Senador Eliseu Resende, a questão do marco regulatório. E expressamente o Sr. Embaixador refere-se ao, aspas, “aperfeiçoamento do marco regulatório”. Que eu julgo de extrema importância. Eu acredito até pela experiência que tive, e até isento, porque o processo de privatização, de desestatização e de espaços para que a iniciativa privada pudesse avançar e realizar em favor do Brasil iniciou-se no nosso Governo com o apoio de tantos e queridos amigos Senadores que aqui estão.

Mas entendo que as agências, no desenho atual, elas estão muito frouxas. Elas estão com pouca consistência na sua ação. E isso naturalmente em detrimento da defesa dos interesses da sociedade. É exatamente aquela questão da formulação e da execução. Ou seja, na empresa quem compra não pode ser aquele que paga. Mas nesse caso há uma dicotomia. Quem formula não é quem executa, ou a formulação não foi entendida corretamente como deve ser por aquele que executa como ela deve ser posta em prática.

A Agência Nacional de Telecomunicações ela difere um pouco das outras. Ela tem recursos próprios, são recursos oriundos do FISTEL, isso lhe dá uma certa mobilidade, ela tem autonomia financeira, é uma agência que é a primeira agência reguladora da América Latina que recebeu o certificado ISO 9001, ou seja, mostrando a excelência dos seus serviços. Mas mesmo assim é necessário que haja esse aperfeiçoamento. Julgo eu que seja necessário que haja esse aperfeiçoamento e fico feliz de ter ouvido isso na introdução, na apresentação do Embaixador Sardenberg. O que me preocupa também um pouco, e aí que eu gostaria que depois o Embaixador discorresse um pouco sobre isso, o que me preocupa é que o campo de atuação da ANATEL é muito extenso, muito amplo. É da organização do Sistema de Telecomunicações, da sua regulamentação, até mesmo ajuda na sua formulação e uma coisa que parece simples, mas é extremamente complicada que é, por exemplo, a questão da fiscalização.

A ANATEL cabe, por exemplo, a fiscalização do setor de radiodifusão. Hoje no Brasil nós temos uma proliferação absurda, por exemplo, de rádios. De rádios piratas, de rádios comunitárias, de pequenas rádios, e que isso conturba o mercado que deveria ser regulado de uma forma mais rígida, até porque é um setor muito... Que tem ligação direta com a opinião pública, e que daqui a pouco se nós não abirmos os olhos, haverá também pequenas emissoras com transmissores, com o avanço da tecnologia do jeito que anda, daqui a pouco nós teremos também a proliferação de pequenas emissoras de TV com transmissores nos mais recônditos do nosso País divulgando também e sem nenhuma concessão por parte do Governo, sem nenhuma obrigação em relação aos impostos que devem ser recolhidos.

Portanto, Embaixador, eu gostaria de deixar essas duas questões. Primeiro, na questão do aperfeiçoamento do marco regulatório, que tipo de aperfeiçoamento do marco regulatório para as agências em geral, o senhor entende, ou se somente para a agência ANATEL. Porque eu também entendo que o marco regulatório as áreas são muito distintas. Eu acredito que o marco de-

veria ser, deveria ter um corpo, deveria ter uma coluna vertebral que servisse para todos, e uma outra regulação, uma outra parte da regulamentação adaptada à especificidade de cada uma das agências.

Então, essa seria a primeira pergunta. E segundo, nessa questão da fiscalização, se V.Ex^a entende que haverá possibilidade com os recursos de que dispõe e com o número de funcionários que estão hoje vinculados à ANATEL condições de fazer essa fiscalização como deve ser feita e que até o presente momento não vem atendendo aos interesses do setor de telecomunicações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Convido o ilustre Vice-Presidente, Senador Delcídio para assumir essa Presidência a fim de que eu possa participar do debate, argüindo o Embaixador Sardenberg.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Como aqui o sistema é absolutamente... A liturgia tem que ser seguida, eu passo a palavra ao Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Embaixador, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora. Considerando os debates atualmente travados no setor de telecomunicações, o papel desempenhado pela ANATEL e as perspectivas para os próximos anos, acho pertinente formular algumas questões a V.Ex^a. O Ministro das Comunicações anunciou recentemente a intenção daquela pasta no sentido de dar andamento à elaboração de um Projeto de Lei de Geral de Comunicação Social Eletrônica. Em sua opinião, quais os principais aspectos que devem ser abordados no Projeto? Qual deverá ser o papel da ANATEL neste processo? A Lei Geral de Telecomunicações, a Lei 9.462 de 16 de julho de 97, que estruturou o atual marco regulatório do setor, está completando dez anos. Em sua opinião, o modelo de organização por ela estabelecida requer mudanças profundas? Que modificações poderiam ser feitas no sentido de aperfeiçoá-la? A atual regulamentação do fundo de universalização dos serviços de telecomunicações, o FUST, limita a aplicação de seus recursos ao setor de telefonia fixa. Nesse contexto, qual o melhor caminho para permitir que esses recursos sejam utilizados em outros serviços, como, por exemplo, acesso a redes digitais de informação em alta velocidade, por exemplo?

Por fim, Sr. Embaixador, em função da convergência tecnológica, empresas de televisão por assinatura passaram a oferecer serviços de acesso à internet e de telefonia. Do outro lado, empresas de telecomunicações também procuram entrar no mercado de distribuição de conteúdos, principalmente televisão por

assinatura. No seu entender, que medidas legais e regulatórias são necessárias para preservar a competição nesses setores e não prejudicar os consumidores? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de passar a palavra ao Embaixador Sardenberg, respondendo aos questionamentos do Senador Eliseu Resende, do Senador Fernando Collor e do Senador e Presidente Marconi Perillo.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Seria possível incluir mais uma pergunta? Mais uma pequena observação a fazer? A minha é curto rápido e rasteiro, até porque tenho outro compromisso, mas que ficasse registrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela nossa amizade e pelo carinho que tenho por V.Ex^a, desde que seja muito curta a pergunta, meu caro...

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Com certeza. Sr. Presidente, Embaixador Sardenberg, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Eu quero apenas que o senhor leve em consideração essa minha observação, até porque o senhor não assumiu ainda o cargo de Conselheiro. Entretanto tenho certeza que vai ser aprovado nessa Comissão como também pelo Plenário do Senado, e eu quero que o senhor já leve para a ANATEL essa nossa preocupação em relação ao assunto pertinente que vou falar com os Srs. Senadores, sobretudo com V.Ex^a.

Nesse exato momento, as companhias telefônicas, imagino quase todo o território nacional, sobretudo o meu Estado de Mato Grosso, tem alegado que está impossibilitado de que nos assentamentos do INCRA possa instalar serviço de telefones fixos e até mesmo postos telefônicos na medida que tem dois Decretos, por sinal. O Decreto 2.592 que é de 15 de maio de 1996, que diz o seguinte, especificamente no inciso terceiro, diz que em localidades toda ela parcelada, circunscrita do território nacional que possui um aglomerado urbano permanente de habitantes, caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando uma área continuamente construída com arruamento irreconhecíveis ou disposta ao longo de uma via de comunicação, tais como Capital Federal, capital estadual, cidade, vila e aglomerado rural. O que é que ocorre, Sr. Embaixador? Na medida que os assentamentos, e o senhor sabe perfeitamente, que é o caso especificamente de um exatamente chamado São Pedro no Município de Paranaíta, no norte do meu Estado, nós temos lá 1.500 assentados. Entretanto são habitações distanciadas. Às vezes um quilômetro e meio, dois quilômetros... E assim por diante. Feito isso, as companhias estão alegando de que não

poderá ser feito nenhum serviço de telefonia mediante o distanciamento, ou seja, a descontinuidade dos serviços de arruamento. Isso até por própria situação naturalmente que impede que os assentamentos tenham continuidade dos seus arruamentos.

Então, eu quero solicitar de antemão já como membro da Comissão e, sobretudo, como cidadão pelo meu Estado de Mato Grosso em que ali tem centenas de assentamento, levar essa preocupação à ANATEL no sentido de nós damos com certeza a esses assentados também o direito de ter o serviço de telefonia a seu alcance. Não vou mais fazer nenhum questionamento ao senhor, até porque eu acho que pertinente tendo em vista que o senhor não está no exercício do cargo, e momento mais oportuno. Todavia que V.Ex^a leve essa nossa reivindicação e essa nossa preocupação também com os trabalhadores dos assentados do INCRA do Mato Grosso e certamente do País. Muito obrigado companheiro e amigo Senador Delcídio Amaral e companheiro Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Jaime Campos, e gostaria apenas de propor ao ilustre Vice-Presidente que agora pouco assumia a Presidência no exercício, no sentido de invertermos a proposta que ele havia formulado anteriormente. Faltam apenas três manifestações, e eu gostaria de em tendo o aceite dele, propor que os demais Senadores façam a arguição a fim de que o Embaixador possa depois responder a todos. Havendo concordância do Senador Delcídio, eu passo a palavra para o ilustre Senador Flexa Ribeiro, depois ao ilustre Senador Eduardo Azeredo, e por fim ao ilustre Senador Delcídio Amaral. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, Embaixador Sardenberg, Srs. Senadores. O questionamento ao ilustre Embaixador Sardenberg ele é comum acho preocupação de todos que o argüiram com exceção do Senador Jayme Campos que pontuou uma questão de instalação do sistema de telefonia nos assentamentos do INCRA. Eu faço minhas também as palavras no Senador Antônio Carlos Magalhães, trazendo aqui o reconhecimento do acerto do Presidente Lula na indicação do seu nome, Embaixador Sardenberg, para fazer parte do Conselho da ANATEL e presidi-la, porque é o reconhecimento que o Presidente faz em indicar um nome reconhecidamente já com competência reconhecida nas funções que exerceu, como aqui foi colocado, em funções de Estado, sem confundi-la com a questão de Governo.

A preocupação dos Senadores e do setor privado que investe no segmento da telefonia no Brasil é com relação à visão distorcida do Governo do Presidente Lula no enfraquecimento das agências reguladoras, e esse enfraquecimento se faz por várias maneiras. Até por uma questão, eu diria, de linha de conduta ideológica do Governo em não reconhecer as agências reguladoras como um instrumento de... Da maior importância para que os serviços prestados à sociedade sejam, na realidade, fiscalizados e ao final de melhor qualidade.

O Governo traz agora ao encaminhar o Programa de Aceleração do Crescimento, o tão festejado PAC, que todos nós queremos que ele realmente seja exitoso apesar de termos várias correções aqui que o Senado e o Congresso irão introduzir, no sentido evidente de que ele possa ser implementado com sucesso em benefício da população brasileira, mas ele demonstra ao encaminhar o PAC, com relação aos setores de telecomunicação e informática e da própria comunicação, de que o Governo pretende agora, corrigindo apesar de já com algum tempo, mas corrigindo o rumo, fortalecendo os marcos regulatórios, posição fundamental para que ele possa atrair os investimentos necessários ao setor.

O Projeto que tramita no Congresso PL 337/2004 ele começa agora por vontade do Governo a ser retomado a sua discussão a nível do Congresso Nacional. O enfraquecimento das agências reguladoras, Presidente Marconi Perillo, também se faz observar pela intenção do Governo em não encaminhar os nomes em tempo hábil para aprovação por parte do Senado Federal.

No Governo anterior, no primeiro mandato do Presidente Lula, inúmeras agências reguladoras que ficaram, algumas delas, Embaixador Sardenberg, sem número até para que pudessem deliberar suas ações.

Um outro ponto de enfraquecimento importante que debilita as agências reguladoras é o contingenciamento permanente dos recursos para que elas possam fazer desenvolver as suas ações de fiscalização. Recursos esses que são recursos oriundos de arrecadação própria das agências reguladoras que ao invés de entrarem diretamente no caixa das agências vão para o Tesouro Nacional e lá são contingenciados pelo Governo sem deixar com que as agências possam fazer o seu trabalho.

Então, eu gostaria, temos certeza absoluta do acerto do Presidente Lula, como disse o Senador Antônio Carlos Magalhães, apesar de sermos um Senador de oposição, o acerto da indicação de seu nome, o senhor será aprovado aqui na Comissão e eu gostaria de ter de ouvir a sua opinião sobre questões polêmicas com relação ao Projeto que trata do fortaleci-

mento das agências reguladoras. E eu quero pontuar essas questões, ouvir a sua opinião com relação aos contratos de gestão. Com a questão da implantação da ouvidoria das agências de regulação. A retirada do poder das agências, da autonomia financeira e do papel do judiciário nas questões de conflitos que não constam do Projeto de Lei.

Eu, ao finalizar Embaixador Sardenberg, quero mais uma vez dizer que a sua indicação tem o apoio não só da base do Governo, tenho certeza absoluta, como também da oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): ... Ilustre Senador Flexa Ribeiro, e registro com muita satisfação para a Comissão a presença do ilustre Deputado Federal Júlio Semeghini, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal, bem como a ilustre presença do Senador José Agripino Maia, Líder do PFL, a quem concedo a palavra para falar em nome da liderança do PFL.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Obrigado, Presidente Marconi Perillo. Embaixador Sardenberg, eu vim aqui, eu não sou membro da Comissão, mas vim aqui de propósito para lhe cumprimentar. E para dizer o seguinte: Aleluia. O atual Governo não prima por prestigiar as agências reguladoras. É um reparo que a oposição tem permanentemente em pauta é a restituição dos poderes e da independência das agências reguladoras. A indicação do seu nome é um alento, por isso que eu disse aleluia. Porque a sua qualificação e a sua personalidade e a sua... Estou seguro, absoluta insubmissão a comportamentos que não sejam da sua absoluta convicção, não são do seu feitio.

Então, eu tenho certeza que convidado V.Ex^a aceitou ser Presidente de uma agência reguladora na medida em que tenha poderes para desenvolver o seu trabalho. V.Ex^a tem uma ficha, tem um currículo, tem uma história de vida que não mancharia se estivesse apenas em busca de um emprego. V.Ex^a está aqui para honrar a modernidade que o Brasil precisa e deseja que são as agências reguladoras, prestigiada na sua inteireza, e recuperadas no seu papel.

De modo que eu vim aqui para dizer que confio absolutamente no desempenho da sua Presidência e vim aqui dizer que se votasse votaria gostosamente a favor da sua indicação para a Presidência da ANATEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a presença e a manifestação honrosa por parte do Senador José Agripino Maia. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, Embaixador Sardenberg. A leitura do Relatório pelo eminente Senador Marco Maciel demonstra e mostra com clareza que V.Ex^a tem todos os predicados para ocupar o cargo. E mais, que é uma pessoa que vem exatamente da área tecnológica, da área da Ciência e Tecnologia. E esta agência, ela evidentemente precisa de quem entenda da moderna tecnologia, porque a convergência tecnológica é um fato e as implicações são claras no dia-a-dia da prestação desse serviço à população brasileira. O Presidente Collor colocou aqui a questão das rádios piratas, é um problema que tem permanecido, tem crescido, e, portanto, precisa de uma ação mais efetiva da ANATEL para evitar que o problema se multiplique e chegue também às TVs piratas, eventualmente. Eu queria colocar ainda três pontos, Embaixador. Um deles diz respeito à universalização da telefonia celular. Quer dizer, a telefonia celular hoje virou na verdade um bem de todos e é sem dúvida alguma o ponto de privatização de maior sucesso no Brasil é o referente às telecomunicações. Nós já chegamos acerca de cem milhões ou mais de cem milhões de telefones celulares no Brasil todo. Agora, o que acontece é que nós temos cidades do interior, muitas cidades que não tem ainda telefonia celular. Por quê? Porque do ponto de vista econômico nem sempre se justifica. Lá no nosso Estado de Minas Gerais, nós temos 853 Municípios, metade tem telefonema celular. A outra metade não tem. O Governador Aécio Neves está até levando a efeito um Projeto com recursos do Estado para conseguir levar essa telefonia celular para todos os Municípios. Mas junto com a telefonia celular vem também o problema da internet. Quer dizer, se nós tivemos no passado os Municípios que ficavam de alguma maneira isolados por falta de energia elétrica, depois por falta de asfalto, se bem que ainda tem muito Município no Brasil que não tem esses benefícios. Hoje, esse problema tem sido um diferencial. Quer dizer, o Município que não tem telefonia celular, que não tem internet, ele está na verdade com o Município de segunda categoria. E na disputa por investimentos que é natural, para buscar novos empregos, essas populações acabam sendo prejudicadas.

Então, esse seria um ponto que eu gostaria de colocar, quer dizer, a necessidade de que a universalização da telefonia celular seja um Programa Nacional e não programas localizados como esse de Minas Gerais. A questão do FUST.

Bom, o FUST é 1% que nós todos pagamos, alguns do Governo insistem em dizer que são as empresas que pagam. Mas evidentemente que dinheiro não nasce numa árvore. Então, esse 1% faz parte dos

custos das empresas. E esse 1% já gerou mais de cinco bilhões de reais já foram arrecadados com o FUST, e nenhum tostão conseguiu ser aplicado ainda no seu objetivo que seria principal dessa questão, por exemplo, de levar a questão da informática às escolas públicas, e esse dinheiro continua paralisado sem o andamento. Eu sei que tivemos tratativas junto a Tribunal de Contas. Mas não dá, não tem desculpas mais. Quer dizer, já passou um Governo inteiro e o FUST continua sem ser utilizado. Cinco bilhões.

E por último, Embaixador, a questão que diz respeito a nós aqui do Senado. A TV Senado. A TV Senado tem sido um instrumento importante da democracia, assim como as TVs públicas. A NET, uma das concessionárias de TV a cabo, não sei se atende como concessionária, mas as exploradoras de TV a cabo, ela ao instalar a TV digital ela está retirando as TVs públicas da sua grade. De forma que é quem quer assistir a TV Senado tem que desligar a TV digital para voltar à antena comum dentro do sistema analógico. Isso é fato real. Aconteceu comigo pessoalmente. Eu não estou podendo usar o sinal da TV digital porque eu quero continuar com a grade completa em que tenha a TV Senado. É um problema que a ANATEL tem que resolver, porque não é possível que haja essa preferência. Por que é que as TVs comerciais são colocadas na grade digital e as TVs públicas ficam em segundo plano. Era o que eu queria colocar elogiando mais uma vez a atitude do Presidente Lula que acertou, sem dúvida alguma, na sua escolha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa agradece a manifestação do ilustre Senador Eduardo Azeredo, e concedo, como ao Senador Delcídio Amaral como último orador inscrito. Concedo a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Marconi Perillo, cumprimentar os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, e cumprimentar especialmente o Embaixador Sardenberg. Registrar, Dr. Sardenberg, a alegria e a satisfação de vê-lo aqui na sabatina, nessa sabatina na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, e uma sabatina voltada para uma área de fundamental importância do País que é de telecomunicações.

O Presidente Lula mostra a importância que as agências terão principalmente no desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento, quando indica V.S.^a para a direção da ANATEL. Eu, pessoalmente, em algumas situações questioneei até alguns nomes que foram indicados para algumas das agências reguladoras, mas eu não tenho dúvida que a presença de V.Ex.^a aqui, de V.S.^a, é um grande avanço no que se

refere à independência, autonomia, e a importância que as agências reguladoras terão inegavelmente no sentido de atrair os investimentos privados tão necessários para o sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento.

Portanto, eu fico muito feliz em vê-lo aqui e tenho absoluta convicção que V.S.^a fará um grande trabalho na frente da ANATEL, não só pela experiência internacional, pela experiência como Ministro de Ciência e Tecnologia, como Secretário de Assuntos estratégicos.

Portanto, V.Ex.^a tem um currículo exemplar, competência para desenvolver um trabalho desafiador. Eu ouvi aqui a opinião de alguns Senadores, Senador Eli-seu Resende, Senador Fernando Collor, Senador Flexa falando sobre o marco regulatório. Na minha visão, o maior desafio para que o País cresça, especialmente em função da infra-estrutura são os marcos regulatórios. Marcos regulatórios das rodovias, das ferrovias, energia, petróleo, gás natural, telecomunicações. Na minha leitura é o maior desafio nesse debate, nessa discussão do Programa de Aceleração do Crescimento. Com insegurança jurídica jamais nós teremos a possibilidade de investimentos, principalmente privados. E eu também não poderia deixar de destacar porque aqui eu vi comentários sobre o contingenciamento de recursos que não ocorrem, Presidente, só nesse Governo. Isso já vinha ocorrendo em outros governos também. E esse é um erro, porque prejudica a execução dos trabalhos das várias agências. Eu vou dar um exemplo aqui, a Agência Nacional de Petróleo com os recursos que têm não consegue promover os levantamentos necessários que vão servir de base para os leilões. Para as rodadas dos leilões de tal maneira a incentivar a produção de petróleo no País.

Tramita aqui no Senado um Projeto sobre a constitucionalização das agências, se não me engano do Senador Tasso Jereissati, um Projeto muito importante que traz e destaca mais do que nunca a importância das agências reguladoras por todos nós Senadores e Senadoras. E para abreviar aqui a minha fala, Presidente, eu só gostaria de desejar antecipadamente muito sucesso ao Embaixador Sardenberg, registrar mais uma vez a iniciativa do Presidente Lula ao indicá-lo para a ANATEL. Quero registrar também aqui a presença do Dr. Guerreiro, primeiro Presidente da ANATEL que executou um bom trabalho à frente da agência com todos os desafios de ser pioneiro, não é Guerreiro? Mas eu queria só fazer uma pergunta, Embaixador Sardenberg, é com relação a... Toda essa infra-estrutura ela é voltada para as pessoas, para os consumidores. Qual é a visão do senhor com relação ao atendimento aos consumidores, às queixas? Há possibilidade de se criar novas perspectivas até para que a sociedade tenha acesso

à ANATEL e controle de uma maneira mais efetiva a qualidade dos serviços prestados pelas companhias de telefonia no País? Essa é a única pergunta que eu queria fazer a V.S^a, e agradecer, Presidente, mais uma vez pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Vice-Presidente dessa Comissão, ilustre Senador Delcídio Amaral. Já havia proclamado o final da lista de inscrição para arguição, com a chegada do Senador Romeu Tuma eu pergunto se ele tem interesse ainda... Com a palavra o ilustre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpe, Presidente. Agradeço a benevolência de V.Ex^a, mas eu não podia deixar de saudar o Embaixador Sardenberg. Eu sei que o nosso Senador Delcídio, um homem profundo conhecedor dessa área de tecnologia, de energia, provavelmente tenha já feito uma locução mais voltada para a área mais importante da ANATEL. Mas eu me lembro que quando foram criadas as agências, eu assisti a primeira exposição que foi feita pelo gerenciamento que elas teriam para aquelas atividades que até então era do Estado, de interesse social e da população e era transferida para a empresa privada. E o Estado não poderia abrir mão de que os trabalhos fossem perfeitamente evoluídos dentro do interesse. Se o Estado não pode investir, pelo menos ele delegou a empresas o ressarcimento, é claro, e essa fiscalização era importância pelas agências, que tem que ter independência. Tanto é que ontem houve uma pequena discussão porque não se votou a PEC de regulamentação das agências. E a expectativa é que na próxima quarta-feira o faça.

Eu acredito que a ANATEL ganha muito com o Embaixador Sardenberg pela sua independência, pela sua força de conhecimentos internacionais, e propriamente até diria sem de demérito a ninguém, seu caráter. É um homem de bem que eu conheço há muitos anos, acompanhei de perto várias missões que recebeu, sempre cumprindo com destaque sem nenhuma restrição. Eu peço a Deus que o abençoe nessa missão tão difícil de pegar... O Presidente Collor sabe como é difícil pegar quando há um desgaste de determinado serviço público, e que tenha que se recompor a dar a importância devida que é para isso que foi acredita. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Mesa agradece a manifestação do ilustre Senador Romeu Tuma e concede a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria ser rápido e pedir desculpas por chegar atrasado ao final por-

que eu realmente estava na implantação da Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia e Informática. Mas não poderia estar presente e depositar na urna o meu voto, que com certeza é favorável ao Sr. Ronaldo Sardenberg...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É secreta, hein?

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não sei se é favorável ou não favorável. Não me lembro agora.

Então, é muito importante estar aqui e não vou levar um pouco mais porque o Senador Romeu Tuma me deixou agora sobre xeque. Então só isso que eu queria dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Wellington Salgado e com muita honra concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que honra essa Comissão com a sua presença e com a sua visita. Ele que é o Presidente da Comissão de Educação. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu não faço parte efetiva dessa Comissão, mas não pude deixar de vir aqui em meu nome e também do meu partido manifestar satisfação de ver o Embaixador Sardenberg nessa sabatina.

Eu creio que o Presidente acerta plenamente a ter escolhido e sugerido a nós um nome do porte e da qualidade do Embaixador. Se eu votasse, não tinha dúvida que votaria a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Cristovam, bem como a sua presença. Encerro a parte da arguição, e concedo a palavra ao indicado para que ele possa responder a todas as arguições formuladas.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Ok. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer vivamente as manifestações de apoio, as manifestações de reconhecimento que tive essa manhã. Realmente é raro na vida profissional, na vida pública ter um reconhecimento desse tipo, de uma audiência tão qualificada, de pessoas que têm responsabilidades tão fortes na condução do processo Legislativo Brasileiro, de pessoas que têm nome nacional e internacional de maneira que eu não posso deixar de registrar.

Evidentemente eu saio alentado, mas também com a consciência [risos] que a tarefa que me cabe é muito mais importante e muito mais difícil do que até eu poderia imaginar. Eu não vou negar que sou recém chegado. Eu sou recém chegado. Eu espero apenas

que as minhas respostas sejam interpretadas como reações preliminares, como reações iniciais.

Eu devo dizer que o conjunto das perguntas reflete o que eu tenho ouvido. Eu cheguei ao Brasil segunda-feira, e nesses três dias conversei com muita gente. E eu vejo que há realmente um sentimento nacional de que a questão das telecomunicações deve ser discutida. Que se deve pensar em aperfeiçoamento do marco regulatório, que enfim, que esse momento é um momento crucial. Quer dizer, não é um momento de desespero, é um momento em que se abre novas oportunidades e nós devemos, como é nossa vocação nacional, aproveitar as oportunidades que se abrem. Eu acho que eu sou um pouco doutor nessa questão de Governo e Estado, de um órgão que é de Governo ou que é do Estado que é o caso do Itamaraty. Quer dizer, acho que na vida profissional nossa o tempo inteiro estamos sopesando essas duas considerações. O Itamaraty que é um órgão de Estado e ao mesmo tempo um órgão de Governo. E assim a outros dentro da administração pública federal. Eu acho que o fato que... Esse fato é um fato importante. Acho que é importante, inclusive no contexto da chamada independência da ANATEL.

Evidentemente esse processo das agências passou por várias fases, como a vida política internacional. E essas fases, algumas estão superadas. Outros aspectos permanecem. Há permanências de largo prazo. Mas passou por várias fases. E agora nós estamos numa fase nova. Eu acho que devemos fazer o histórico, não aqui nesta oportunidade, hoje, mas que se deve fazer o histórico, se deve fazer a variação crítica do que foi conseguido. Sem dúvida. Mas acho que o momento é mais de nós olharmos para frente. Nós temos aí um momento fugidio que é muito predicado no desempenho da economia mundial, quer dizer, na chamada onda que hoje existe no sentido de uma performance de uma economia mundial satisfatória e onda essa que pode passar. Essa semana mesmo nós tivemos um susto. E Oxalá seja um susto. Nesse momento há confiança ainda que se possa prosseguir essa situação em que há uma sensação de progresso econômico internacional. Isso é muito importante no caso de atração de investimentos. Eu acho que um dos pontos fundamentais, mencionei inclusive no que disse, mas eu mencionei muito suavemente, um dos pontos fundamentais, uma das questões fundamentais que nos afetam hoje é continuar a atrair capitais. E capitais de qualidade. Quer dizer, atraí-los de forma negociada, atraí-los por meio de contratos. Tendo sido Ministro de Ciência e Tecnologia, não posso deixar de dizer, atrair capitais e estimulá-los a aplicá-los no Brasil no plano de desenvolvimento da tecnologia. Porque

isso faz das companhias estrangeiras bons cidadãos brasileiros. Eles precisam ter essa percepção de que eles têm que responder as aspirações do povo brasileiro, do nosso povo, e as necessidades da nossa vida nacional. Uma delas fundamental é o desenvolvimento tecnológico. De maneira que eu acho que há esperança e nós devemos continuar.

O Presidente Lula, quando me convidou, eu fui surpreendido. Alguém disse que eu não estava procurando cargos. E é verdade. Eu fui chamado e fui convidado para essa posição. Eu nunca poderia imaginar que eu iria ter essa posição. Como de resto nunca imaginei que ia ser Ministro de Ciência e Tecnologia. Outras posições, sim, tenho imaginado muito. Mas as duas que me couberam e que me cabem [risos] foram totais surpresas pra mim. E o Presidente me falou especificamente no fortalecimento institucional da ANATEL. Quer dizer, eu entendo a minha interpretação, e eu acho que tenho bons fundamentos para isso, de que a minha nomeação significa parte de uma política que leva ao fortalecimento da ANATEL. E eu estou disposto a trabalhar nesse sentido.

Eu acho que a ANATEL deve ser independente. Mas não arrogante. A ANATEL tem que estar em perfeito contato e se possível até em sintonia com o Governo. Deve estar sempre consultando o Governo e consultando muito especialmente o Ministério das Comunicações. Nesses três dias eu não busquei o Ministro Hélio Costa porque eu achei que não era apropriado. Mas na próxima oportunidade que tiver, ainda antes, se for aprovado pelo Senado, evidentemente, ainda antes de assumir o cargo de Conselheiro, eu procurarei o Ministro Hélio Costa para conversar com ele porque ele é um ator no Ministério das Comunicações é ator importante desse processo, tal como nós o conhecemos.

Presidente Collor, eu me orgulho muito de... Já respondi o Senador Eliseu Resende, não? Está satisfeito, pedi desculpas e talvez até antes de progredir eu diria o seguinte. Eu sou um grande entusiasta da consulta e do debate estruturado. Eu acho que nós devemos estruturar um debate sobre essa temática. Quer dizer, eu mesmo estou disposto a estar sempre presente no Senado formal ou informalmente para discutir, para conversar. Essa questão é de extrema importância das telecomunicações. Não vou nem falar em televisão. Mas se nós nos cingirmos aos celulares, é uma questão que afeta a cidadania brasileira toda. Pequenos erros terão impactos no Brasil inteiro. Pequenos erros significarão famílias que deixarão de ter acesso ao celular se as contas subirem demais, se as contas não subirem de acordo com que podem subir. O nosso mercado é um mercado extremamente sensí-

vel. O fato é que 80% dos telefonemas são pré-pagos, mostra o sacrifício que a população está fazendo para ter acesso a esses telefones. E nós do serviço público, da vida pública, no Governo Federal, no Senado Federal, nós temos a obrigação de sermos sensíveis a esses anseios de nossa população.

Vou aproveitar e falar um pouquinho sobre universalização também. A universalização é um tema muito complexo. Quer dizer, nós claro que temos que nos orgulhar de que uma faixa tão importante do território nacional e de nossa população já tem acesso. Mas não podemos aceitar um estilo de *apartheid*, dos que têm e os que não têm, e os que não têm estão condenados a não ter esse acesso, e por isso não obter aquelas sinergias, aqueles arranjos, aquelas oportunidades que o estar conectado pelas telecomunicações traz aos cidadãos e às famílias. De maneira que é um ponto importante para nós. É evidente que hoje em dia não há base financeira para promover a universalização nas áreas de telefone fixo, onde há telefone fixo predominantemente. Mas isso é nossa função. A nossa função é descobrir bases financeiras, bases orçamentárias, seja em fundo, seja de outras maneiras, de maneira a assegurar o progresso desse processo.

O Presidente Collor eu queria mencionar que me orgulho muito de ter participado de um evento que eu creio talvez o mais importante da diplomacia primeira na década de 90, que foi a Conferência do Rio que o presidiu e eu tive a oportunidade de Assessorá-lo, estar sentado na cadeira de trás durante a conferência, durante o debate. Eu fico muito satisfeito de poder ter essa oportunidade e de estar com o senhor nesse momento e de lhe dizer isso.

A questão do aperfeiçoamento do marco regulatório eu acho que já há um suficiente consenso no Brasil para a idéia de aperfeiçoar o marco regulatório.

Aliás, eu não encontrei ninguém nesses três dias que me dissesse que nós não devemos aperfeiçoar o marco regulatório. Então está maduro. A questão está madura. Nós temos que aproveitar esse momento em que a tecnologia mundial explode, que as coisas estão mudando. Em que as leis têm ficado por essa razão obsoletas. Leis de 1995, 1992... Estão obsoletas. Precisam ser revistas de maneira que uma entidade como a ANATEL, quer dizer, uma entidade pública que só pode agir em decorrência de uma base legal possa agir. Quer dizer, é claro que na iniciativa privada, a iniciativa privada faz tudo que não é proibido por lei.

Agora, o Estado, a organização de Estado qualquer que seja para fazer alguma coisa tem que ter uma base legal. E se a base legal é inadequada, isso prejudica enormemente uma entidade que só dedicada à

regulação e a fiscalização. Torna vulnerável o processo regulatório e o processo de fiscalização.

Com relação a rádios, radiodifusão, rádios comunitárias e rádios piratas, esse é um tema que precisa ser aprofundado. A participação da ANATEL se cinge ao aspecto, digamos, negativo do problema. Fiscalização e o fechamento dessas rádios. Essa é a realidade política. Eu entendo que tanto no caso da ANATEL quanto no caso de outras agências, os marcos regulatórios foram parte de um processo de negociação para cada setor. Um processo... Diplomacia não é um termo muito corrente, mas se diz barganha. Quer dizer, resulta de consensos separados, resultaram de consensos separados que foram formados. Agora já foram formados no caso de telecomunicações há muito tempo. Que as telecomunicações de hoje não são as telecomunicações da época em que a ANATEL foi constituída.

As suas perguntas, Presidente, eu não estou em condições realmente a essa altura como entrante de dar-lhe opiniões sobre como devem ser as novas leis. Apenas eu reitero o que disse de que hoje há uma percepção geral de que mudanças profundas são necessárias e que é necessário, no caso específico da ANATEL, que se estabilize a base financeira da instituição. Seja pelo uso do FUST, seja por outros métodos. Por que é que isso é necessário? Porque tudo custa dinheiro. A gente fala assim: Tem que haver maior fiscalização. Claro. Fiscalização é caríssimo. A sensação que tem alguém do povo, uma pessoa não iniciada como eu, é que fiscalização é barato. E aos poucos a gente vai descobrindo que para poder fiscalizar em escala nacional, num País do tamanho do Brasil, com a população que tem e com atividade econômica diferenciada que tem é necessário ter uma base financeira mais estável do que nós temos tido.

Bom, anotei as observações do Senador Jayme Campos que são complexas e eu gostaria de na próxima oportunidade, se nomeado examiná-las com cuidado, com o cuidado que merecem. Eu sei que há um fundo enorme de problemas de sobrevivências, digamos assim, que nós temos que resolver. Nós temos que tornar... Para poder avançar é necessário também resolver as pendências existentes.

Eu tomei nove páginas de nota. Só isso já é um recorde mundial. [risos] Eu falei na discussão estruturada... Quer dizer, a discussão estruturada tem que ser ampla. Não é só a questão do setor, é a questão da própria organização da ANATEL. É a questão da capacitação, do oferecimento de capacitação a seus funcionários. Na medida em que esse setor vai ficando mais complexo, e que a tecnologia vai avançando, o conhecimento existente vai se tornando ou inadequado ou obsoleto. Então nós precisamos manter um

sistema que eu sei que já está sendo realizado, ontem conversei com o Dr. Plínio Aguiar e ele me disse que está sendo realizado. Mas nós precisamos fazer disso algo permanente, algo... Dar muita ênfase para permitir que nós possamos aproveitar completamente o talento, a competência dos funcionários da ANATEL. Autonomia financeira já falei...

Bom, universalização também já disse alguma coisa no sentido de que realmente esse é um desafio macro, um desafio super importante e que se nós não resolvermos a questão da universalização nós sempre estaremos um tanto mancos em todo o processo. Não é porque estou usando bengala não que eu uso essa imagem, [risos] mas, para medir o que nós já alcançamos em celulares, eu cito sempre o exemplo da Índia. A Índia é a pérola da tecnologia mundial. A Índia tem uma população mais que cinco vezes maior que a população do Brasil. E tem 60 milhões de celulares. O Brasil tem cem milhões de celulares. Isso mostra... Isso quer dizer algo. Isso precisa ser estudado. Isso... Como é que no Brasil o celular penetrou tão mais rapidamente do que na Índia. Usualmente se diz porque a renda média na Índia é muito baixa. É muito baixa em 800 milhões da população. Mas em 200 milhões da população, quer dizer, uma população maior do que a brasileira, a renda é renda de classe média. Eles são classe média, classe alta.

Então, apesar disso, o desempenho deles não é tão satisfatório quanto o nosso. Eu tomo a Índia porque a Índia é um País de grande porte, eu podia tomar outros exemplos. E é longe, fora da nossa região. Eu queria realmente então propor aos senhores isso, quer dizer, que nós continuássemos esse tipo de debate, que nós procurássemos e usássemos outras formas de debate, que o Senado, eu sei que o Senador Marconi Perillo tem idéias de realizar seminários, eu acho isso muito importante. Quer dizer, eu sou 100% a favor de levar ao público a discussão, de ouvir o maior número de atores possível. Esse é um campo que tem variadíssimos atores, e é preciso que nós recebamos o insumo das pessoas que realmente estão tratando do problema ou que estão sofrendo as consequências dos desacertos.

Nisso, eu acho que poderia parar. Mas estou disposto realmente a responder qualquer outra pergunta específica que deseje ser feita. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Mesa agradece a participação do Embaixador Sardenberg, sua disposição para responder a todas as arguições, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente. Depois de me restabelecer do choque do Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só fazer uma colocação que eu recebi uma informação e que eu achei simplesmente absurda. Eu queria só colocar isso aqui agora, Sr. Presidente. É que o custo das escutas telefônicas hoje já está pesando no seu orçamento. As escutas por decisões judiciais que não são mais escutas realizadas na sede das empresas, e sim as decisões já vem que, por exemplo, isso aí já montado a escuta na Polícia Federal. Esse custo de tanta escuta já está pesando no orçamento das teles.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, sem lhe dar nenhum choque, posso fazer um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro. É uma área que V.Ex^a domina bem.

[risos]

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não a escuta, né, Senador.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não a escuta, mas essa...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É que eu tenho tido oportunidade, Presidente, Embaixador Sardenberg, uma angustia muito grande. Já usei de três ou quatro vezes a Tribuna para queixar sobre a avalançada da escuta telefônica. Permite. O senhor fala em barganha, eu falo na esculhambação da escuta. Que são termos que se usa normalmente. No tempo do Presidente Collor e de outros havia uma fiscalização permanente do próprio órgão do Governo para evitar que houvesse abuso em indiscriminadas escutas telefônicas.

Então, se uma autoridade policial pede com autorização judicial foi isso que nós aprovamos aqui, eu fui o Relator do Projeto, não se pode acrescentar nenhum nome a... O Juiz ou a Juíza que dá a autorização, ela tem que conferir o assinante e qual é a finalidade, e acompanhar de perto as escutas, para não ir para o jornal às vezes coisas que não estão nem autorizada. Então ficou realmente... Criaram sistemas de escutas, equipamentos especiais que estão sendo até estimulados pelo Ministério da Justiça para que as Secretarias adquiram.

Então hoje é uma coisa chocante. Qualquer um de nós está sujeito. Esse que não é feito nem da escuta é o celular que sempre disseram que não havia

possibilidade de escuta. V.Ex^a é um técnico e sabe que sim. Não importa de Israel, de tudo... Então ficou uma coisa...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas pesar no orçamento das teles?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): E pesa mesmo. Porque você tem que designar o funcionário, você tem que por um equipamento especial, tem que desviar a linha para onde área de escuta. Estou falando aqui porque eu tenho conhecimento e infelizmente em missão que a gente sempre teve com dificuldade à época. Hoje não. Hoje não tem muita dificuldade. E a exigência em cima da companhia e a responsabilidade ela tem que assumir.

Então, a ANATEL, alguém foi à Tribuna esses dias e disse que a ANATEL tem que ser responsável inclusive pelo uso telefone dentro dos presídios, que tem um Projeto meu que é agravar pena.

Então, todos nós temos que defender, porque diz que o Estado não tem a capacidade de fazê-lo. Pode ser que tecnicamente, não. Mas tem que colaborar para ajudar. Mas esse problema de escuta telefônica eu acho que a ANATEL tem que criar uma regra rígida junto com o judiciário como deve ser autorizado e como deve ser fiscalizado. Desculpa a interferência.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que eu queria era justamente provocar o debate. Sabia que V.Ex^a ia fazer a colocação. E saber se passa pela ANATEL, mas tem que ter o apoio do Judiciário para ter regras para essa questão. Senão as teles também não vão agüentar essa despesa total. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr^a. Senadora, Srs. Senadores, antes de encerrar o procedimento de arguição, eu indago aos senhores e às senhoras se consideram satisfeitos com as respostas do ilustre Embaixador Sardenberg. Antes de encerrar o uso da palavra, eu concedo ao Embaixador Sardenberg a palavra para que ele possa complementar suas respostas.

SR. RONALDO MOTA SARDENBERG: Obrigado. Além de... [pronunciamento fora do microfone] eu queria fazer um pequeno comentário dizendo o seguinte. É como o sistema é de empresas privadas, operadoras são empresas privadas, todas e quaisquer despesas tendem a ser contabilizadas e podem até aparecer nas conta.

Então, hoje o que nós estamos fazendo? Podemos fazer? Nós podemos é aumentar, tornar mais transparente a segurança jurídica do sistema. A segurança legal do sistema. Fazer com que haja uma ordem mais estável em termos jurídicos. Uma ordem jurídica mais

estável com relação a essa questão. E estabelecer também um... Quando eu digo necessário um diálogo estruturado, um diálogo estruturado a as operadoras no sentido de persuadi-las nos problemas que nós sentimos, que nós temos, que nós vemos. Nós conversamos aqui sobre universalização, esse é um dos casos. Há esse problema dos presídios, como resolver, afinal, há ou não tecnologia para resolver esse problema. Quer dizer, tecnologia que não seja bloquear a linha... áreas inteiras de uma cidade. Eu suponho que haja tecnologias hoje no mundo. Não pode se imaginar que no tipo de mundo que nós vivemos, que o mundo onde há ações terroristas, etc e tal, que internacionalmente não se possa descobrir onde é que estão os *softwares* que permita esse bloqueio de telefone para evitar situações como estão ocorrendo no Brasil, e é claro que eu tenho percebido que todos Senadores estão preocupados com a questão da segurança, e, portanto, tem que haver um tratamento dentro do Governo e dentro da sociedade para essa questão para responder essa preocupação que vem do povo e é transmitida pelo sistema político. Então eu queria apenas acrescentar esse comentário. Quer dizer, o processo é um processo amplo que envolve marco regulatório, envolve segurança jurídica, envolve organização da ANATEL, envolve a questão do seu funcionalismo, envolve uma série enorme de fatores. E que isso não deve nos desestimular, não. Pelo contrário, isso indica que precisamos conversar mais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Sabatinado, como houve inversão no rito da sabatina, eu encerro o processo de sabatina, de arguição ao Sr. Embaixador Sardenberg e ao mesmo tempo também encerro o processo de votação, já que todos os 23 Senadores aptos a votar proferiram o seu direito de voto.

A votação ocorreu em escrutínio secreto, de acordo com o art. 383, inciso VI do Regimento Interno do Senado Federal, e por essa razão declaro encerrado o processo de votação.

Tenho a honra de convidar os ilustres Senadores Eliseu Resende e Serys Shlessarenko para funcionarem como escrutinadores.

Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, finda a apuração dos votos, tenho a satisfação, Sr. Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, de proclamar o resultado. V.Ex^a obteve a unanimidade dos votos dessa Comissão, 23 votos sim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nenhum não, nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o processo de indicação de V.Ex^a como Conselheiro da ANATEL.

Devo, ao encerrar esse Item 01 da pauta, registrar a satisfação minha pessoal, enquanto Presidente dessa Comissão, de presidir essa sabatina e de poder proclamar esse resultado, já que V.Ex^a dispõe de um currículo invejável. V.Ex^a exerceu com denodado espírito público todas as funções ao longo de uma brilhante carreira, V.Ex^a é um homem de Estado, tem uma visão de estadista, e portanto com certeza oferecerá grande colaboração ao Brasil nessa nobre missão que esta Casa lhe incumbirá a partir da sua aprovação no Plenário do Senado.

Agradeço aos Senadores e Senadoras pelas manifestações, pela participação no processo de arguição, no processo de votação e aprovação do nome de V.Ex^a. Este certamente é um momento histórico para essa Comissão e para essa Casa, já que a maioria, minoria, todos os demais integrantes dessa Comissão referendo ao nome de V.Ex^a a unanimidade. Antes de encerrar esse processo de votação, tenho a honra de conceder a palavra à ilustre Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Obrigada, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um instante. Eu pediria à platéia e à assistência que, por favor, faça silêncio. Eu solicito à assistência que, por favor, faça silêncio.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente... [risos] Essa campanha está subnutrida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por favor, com a palavra a ilustre Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria de consultar o senhor e consultar os Srs. Senadores, há um Requerimento na Mesa de autoria da Senadora Ideli e minha autoria, se seria possível, se for possível, depende aí do seu entendimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Logo após a conclusão desse procedimento eu farei.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Exatamente. Eu gostaria que fosse colocado em votação, se possível. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com certeza. Fazem parte dos próximos itens da pauta.

Aprovado o nome do ilustre Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg para Conselho da ANATEL por essa Comissão, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Com os cumprimentos de toda a Comissão de Infra-Estrutura--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao ilustre Embaixador Sardenberg. Com a palavra pela ordem...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria que tramitasse em regime de urgência o processo ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Determino à Secretaria tramitação em regime de urgência. Que solicite também à Mesa do Senado o mesmo procedimento. Muito obrigado a todos pela presença. Nós vamos prosseguir a reunião dessa Comissão e quero cumprimentar aqui, desejar muita sorte e muito sucesso ao ilustre sabatinado dessa manhã.

Item 02 da pauta. Requerimento de minha autoria que requer nos termos regimentais, sejam convocados o Ministro de Estado de Minas e Energia Silas Rondeau, e o Presidente da PETROBRÁS, José Sérgio Gabrielli para prestarem esclarecimentos sobre o acordo Brasil/Bolívia a respeito do gás.

Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Item 03 da pauta. Requerimento de minha autoria, que requer nos termos regimentais sejam convidados os Senadores, os Srs. José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRÁS, Valter Luiz Cardeal de Souza Presidente da ELETROBRAS, Benjamin Steinbruch, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, CNI. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. E Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, Associação Brasileira de Indústrias de Base para participar de debate no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infra-Estrutura em parceria com a Subcomissão que avalia o PAC a ser realizada em Audiência Pública sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para discutir, o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicitei a V.Ex^a que quero agradecer aqui o atendimento para que eu tivesse a honra também de subscrever junto com V.Ex^a o Requerimento de convite para a Audiência Pública para tratar de ouvir as pessoas que foram cita-

das sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. E também a propor a inclusão do Dr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, que já foi feito por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Flexa Ribeiro. O Requerimento ainda continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir-lo, coloco em votação. Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores e Sr^a. Senadora que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 04 da pauta, não terminativo. Requerimento de autoria do ilustre Senador Adelmir Santana, que requer nos termos regimentais convidar os Srs. Presidentes das entidades do setor produtivo para participarem de um debate com os membros dessa Comissão sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Dr. Antônio Ernesto Werner de Salvo, Presidente da CNA, Confederação Nacional da Agricultura, o Dr. Clésio Andrade, Confederação Nacional dos Transportes, Dr. Antônio Oliveira Santos, Confederação Nacional do Comércio, e Dr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da CNI, Confederação Nacional da Indústria.

Em discussão o Requerimento. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Em votação o Requerimento. Não havendo mais... Os Srs. Senadores e Sr^a. Senadora que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item... Aliás, pauta extra. Item 01 da pauta extra não terminativo. Requerimento de autoria das ilustres Senadoras Ideli Salvatti, Serys, requer com base no art. 93 do Regimento Interno do Senado Audiência Pública com os seguintes convidados: Dr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB, Associação Brasileira da Indústria de Base, Dr. José Alexandre Nogueira de Resende, Diretor-Geral da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Dr. José Augusto da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transporte do Ministério dos Transportes, Dr. Cloraldino Severo, Consultor de Transportes e ex-Ministro de Transportes, para debater o processo de concessões públicas em rodovias federais. Em discussão o Requerimento. A Sr^a. Senadora e os Srs. Senadores que queiram discutir, por favor, tem a palavra. O ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em 30 segundos, só para dizer da importância de discutirmos realmente essa questão aqui. Quatro anos se passaram do primeiro Governo Lula, não foi feita uma concessão de rodovia no Brasil. E as rodovias estão em petição de miséria como se costuma dizer.

Então, não há justificativa mais para que continue esse processo do jeito que está, paralisado quando

nós precisamos de investimentos nas estradas brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Requerimento continua em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero aqui associar-me às preocupações do Senador Eduardo Azeredo no sentido de que o Governo Lula não mostrou nenhum interesse ou competência para avançar no processo das concessões das rodovias brasileiras. E que lamentavelmente que nós estamos assistindo, assistimos o ano passado e continuamos insistindo agora no noticiário das televisões que são as estradas brasileiras em péssimo Estado de conservação. O que traz onera o custo do transporte e onera com isso a sociedade brasileira. E fico satisfeito de que a proposta para que se possa discutir o processo de concessão tenha vindo da ilustre Senadora Serys Shlessarenko que é da base do Governo, Senadora do PT, e que faz com que uma demonstração de que o próprio--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Shlessarenko.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Shlessarenko... É tão difícil quanto falar em chinês o sobrenome da ilustre Senadora... Mas isso é uma demonstração que pelo menos a Senadora do PT está preocupada com o processo de concessão das rodovias brasileiras.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão o Requerimento. Com a palavra o ilustre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente. Eu queria só fazer um contraponto. Realmente um País do tamanho do Brasil é difícil de atender. E todos nós vimos no ano passado toda a questão das rodovias. Agora, no Triângulo Mineiro, o Governo tem feito bastantes obras, Senador Flexinha. Eu só queria fazer essa colocação para não parecer ingratidão. Tem sido bem desenvolvida a questão de Uberlândia e Uberaba, que o Senador Azeredo não tem passado há muito tempo lá, Senador. Mas Uberlândia e Uberaba está sendo... O senhor inclusive tem que nos visitar no Triângulo. Uberlândia e Uberaba estão sendo bem desenvolvidas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador Wellington, Uberaba e Uberlândia já deviam estar pronto há muito tempo essa duplicação. Está devagar. E lá para o lado de Araxá tá tudo ruim do mesmo jeito. Então, pode ser que só esse pedacinho. Mas é muito pouco ainda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é o que eu fico satisfeito quando pelo menos dedicam alguma coisa e vão fazendo. Eu sou nesse sentido.

Então, eu acho que ele tem dado uma atenção especial por aquela região e só queria fazer um contraponto. Para não ficar simplesmente a reclamação. E que existe algumas obras sendo feitas no nosso Triângulo Mineiro, Senador Eduardo Azeredo. Muito pouco, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão. A palavra a ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Rapidamente, Presidente. Só para dizer que nós sabemos que muito já foi feito pelas estradas do Governo do Presidente Lula, mas muito tem que ser feito ainda. As estradas têm complicações de dezenas de anos para trás. Mas independente disso, eu diria que abrir essa discussão das concessões é da mais alta relevância. Nós talvez tenhamos que fazer concessões, sim. Mas a gente tem que discutir o procedimento. O porquê e o como. Aí o objetivo maior deste Requerimento com certeza, tanto da minha parte como da Senadora Ideli. Nós sabemos que tem estradas que precisam ser consertadas, restauradas. Mas nós também não vamos aceitar, pelo menos é o que nós queremos colocar em discussão, é que essas estradas não podem ser intempestivamente, é um dos aspectos, consertadas pelo Poder Público. Deixadas maravilhosas e aí feita a concessão.

Então, essa discussão é que vai ser, eu diria, o mote maior. Quem vai consertar essas estradas e quem vai usufruir. Porque consertar também estrada para entregar para alguém só usufruir é um outro questionamento que tem que ser colocado.

Então, essa discussão é uma discussão muito mais ampla e por isso vai ser posta com certeza a Audiência Pública todos esses aspectos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quem vai usufruir é a população brasileira.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim, a população brasileira é quem vai ganhar também pela concessão. Muito bem. Mas isso é uma discussão para a Audiência Pública. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão o Requerimento. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só duas observações. Primeiro para felicitar o Senador Wellington Salgado. Senador Wellington Salgado ocupa a posição de... Que deveria ser do PT, em defesa do Governo do Presidente Lula. Não só nesta Comissão, mas em todas as outras aonde ele tem a presença brilhante, ele faz a defesa permanente do Governo. E inclusive usando argumentos que foram contestados aqui pelo Presidente Collor e pelo Senador Eduardo Azeredo com relação à estrada de Araxá que não está em condições de trafegabilidade. Mas quero parabenizar pela lealdade e pela dedicação do Senador Wellington ao Presidente Lula. E também só dizer à Senadora Serys que Senadora Serys, isso é uma questão apenas de engenharia financeira. Porque a concessão, se os custos que... E eu concordo com V.Ex^a, de recuperação da estrada possam ser feitos pela concessionária ou pelo Governo. Isso vai refletir, e aí acho que V.Ex^a tem que ter o cuidado na discussão, vai refletir no custo do pedágio. Este sim que deve ser motivo de discussão e de profundamente por parte do Senado Federal. Porque aí você está penalizando o usuário que é a sociedade brasileira. Aí V.Ex^a tem todo o apoio nosso.

Agora, na questão de discutir em vai fazer isso é de menos importância. Vamos ver o valor do pedágio a ser cobrado à população. Mas novamente parabéns pelo seu Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Continua em discussão o Requerimento. Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Meio minuto. É só para dizer que quando a gente coloca esse Requerimento aqui é para discussão ser feita na sua amplitude maior. Que vai óbvio desde valor de pedágio que isso é óbvio que tem que ser discutido, mas o grande problema é esse da concessão, do meu ponto de vista. O Governo não pode, do meu ponto de vista, a discussão tem que ser feita consertar, para resumir, consertar uma estrada deixar maravilhosa e entregar para alguém levar o lucro. Claro, e o povo levar o prejuízo.

Então, se o Governo conserta a estrada, essa estrada não tem que ser concedida por particular. Que também é uma outra discussão. Agora, se o particular consertar, ele terá direito a essa concessão e aí tem que ser discutido o pedágio porque também nós não poderemos vitimizar agora a população que já paga tantos impostos cobrando pedágio por aí. Mas essa discussão é para a Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu espero que com a intervenção do Senador Wellington e a intervenção do Senador Flexa nós possamos concluir essa discussão. Pelo bom senso. Com a palavra o ilustre Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Marconi Perillo, eu sempre disse que participar dessa Comissão é algo muito gratificante. E é verdade. Acho que o grande conhecimento que a gente adquire no Senado muitas vezes não é no Plenário, são nas Comissões. Porque aqui se debate. E o que é importante: Olho no olho. Você vê muitas vezes agora a própria Senadora do PT colocando essa questão e eu tenho certeza que vai ser muito frutífero. Vai ser maravilhosa essa discussão. Porque temos aqui oposição, temos situação, temos a governabilidade.

Então, vai ser muito interessante essa discussão. Agora, Senador Flexa, o que V.Ex^a colocou, eu espero realmente que o Presidente Lula esteja acompanhando aqui o debate. É só o que eu espero nesse momento.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington, só completando, se ele estiver assistindo, V.Ex^a será futuro Ministro. Porque até agora ele não decidiu o Ministério. O ano não começou lamentavelmente para o Brasil.

Eu só quero deixar registrado aqui, Presidente Marconi Perillo, que foi bastante produtiva a viagem que fizemos em janeiro em companhia da Senadora Serys à China. A Senadora Serys teve a oportunidade naquela ocasião de percorrer várias estradas daquele País e verificar o pagamento de pedágio num Governo comunista e que implantando o sistema de pedágio pago por todos aqueles que trafegam em estradas de excelente qualidade. Sem um único buraco, diferentemente dos investimentos do Presidente Lula que único investimento que o Presidente Lula fez nas estradas brasileiras foi a operação “tapa buraco” do seu primeiro Governo que está em análise e fiscalização no TCU, lamentavelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Requerimento continua em discussão. Não havendo mais quem queira discuti-lo, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores, a Sr^a. Senadora que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

Antes de encerrar os trabalhos dessa Comissão, eu gostaria de agradecer ao ilustre Senador Delcídio

Amaral, Vice-Presidente, pela coadjuvância muito competente à altura mesmo dessa Comissão, comunico aos membros que essa Comissão realizará reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos no próximo dia 13 de março, terça-feira, às 10h, no Plenário do Senado Federal. Com a presença da ilustre Ministra chefe da Casa Civil, Dr^a. Dilma Rousseff, do ilustre Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, e do ilustre Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, com o objetivo de discutir o Programa de Aceleração do Crescimento. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): é só um outro Projeto que eu tinha pedido que incluísse Extrapauta, não sei se discutir ainda rápido. É uma página só ou se deixamos para outro dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Se os Srs. Senadores continuarem... Por favor, solicitaria...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Existe acordo da parte do próprio Ministério que está favorável também de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu registro apenas o esquecimento, Senador Eduardo. Ele entraria como Item 02 da pauta extra. Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem. Rapidamente, Presidente, eu queria fazer uma correção no Requerimento que já foi aprovado aqui pela Comissão para implantação de uma Subcomissão Permanente de acompanhamento à implementação do PAC.

Então, no Requerimento eu queria acrescentar acompanhar a implementação. Está na justificativa, mas não está no texto do Requerimento. Para evitar dúvida. Não é só na aprovação aqui, não. É no acompanhamento da implementação do PAC. E pedir a V.Ex^a que possamos instalar essa Subcomissão para que o acompanhamento se faça desde a aprovação e discussão nessas Audiências Públicas e Sessões em que o PAC será discutido no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone] tome as providências necessárias.

Eu coloco em discussão e em votação o Item 02 da pauta extra. Projeto de Lei da Câmara Federal nº. 111/2006 que altera os incisos I e III do caput do art. 1º da Lei nº. 9.991. A autora é a ilustre Deputada Maria Lúcia Cardoso, o Relator é o ilustre Senador Eduardo Azeredo. O parecer pela aprovação do Projeto nos termos da redação final oriunda da Câmara dos Deputados. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Azeredo, para proferir o seu parecer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, o projeto aprovado pela Câmara ele prorroga [inaudível] 2010, obrigação da concessionárias e permissionárias do serviço público distribuição de energia elétrica aplicarem no mínimo 0,5%, cinquenta centésimo por cento de sua receita operacional líquida em programa de eficiência energética na oferta e no final da energia. Existem vozes no Brasil levantando, importantes vozes do setor elétrico de que o Brasil poderá enfrentar nos próximos anos problemas de escassez e elevação dos preços da energia elétrica, principalmente em decorrência da necessidade de se recorrer a geração térmica, tendo em vista que poucos aproveitamentos hidrelétricos foram licitados. É ocioso discorrer sobre os ganhos decorrentes da redução do consumo de energia elétrica por meio de ações voltadas para o seu uso racional. Com o efeito o aumento da eficiência energética evita investimentos em novos empreendimentos em energia e até mesmo agressões ao meio ambiente, seja na forma de alagamento de extensas áreas, no caso de construção de hidrelétricas seja por meio de carbono e outras... Emissão de carbono e outras partículas com [inaudível] térmica. Nós vimos recentemente na época do racionamento de energia do Brasil que é possível sim fazer economia com ganhos efetivos para a população brasileira. As estimativas da Associação Brasileira de Empresas de Serviço de Conservação de Energia aponta a existência de um potencial térmico de economia de energia de cerca de 18.500 gigawatts/hora por ano. Isso representa quatro vezes e meio os quatro mil gigawatts/hora por ano alcançados por meio dos programas de eficiência energética implementados de 88 até cá.

Então, nós teríamos aí a uma possibilidade efetiva de mais economia. Esse quadro parece recomendar fortemente a manutenção dos investimentos em programa de eficiência energética em percentual de 0,5%, na forma proposta pela Câmara dos Deputados. Esses recursos poderão contribuir para a redução da demanda sem inibição do crescimento econômico, porque ajuda a evitar um racionamento futuro de energia elétrica. O voto, portanto, é favorável à forma como foi aprovada pela Câmara dos Deputados no sentido de que as companhias continuem com esta obrigação de aplicar 0,5% da sua receita operacional em programas de eficiência energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. O parecer do Relator favorável

ao Projeto. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Encerro a presente Sessão convidando a todos os Srs. Senadores integrantes da Comissão para uma Reunião Extraordinária próxima quinta-feira às 11h, possivelmente com a presença de Governadores ou de representantes de instituições com o objetivo de debatermos o PAC. E uma outra se dá em caráter extraordinário na terça-feira, dia 11, como já disse aqui anteriormente com a presença de Ministro de Estado.

Muito obrigado a todos e até a próxima Sessão.

Sessão encerrada às 12h44

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2007, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia oito de março do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Expedito Júnior, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Marco Maciel, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marcelo Crivella, Lúcia Vânia e Arthur Virgílio**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência lê o Ofício 059/2007, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra, comunicando que Sua Excelência encontra-se de licença médica desde o dia 12 de fevereiro de 2007, por um período de quarenta dias, justificando, assim, sua ausência. A Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos senhores José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás; Valter Luiz Cardeal de Souza, Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás; Benjamin Steinbruch, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; Paulo Antonio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp e Paulo Godoy, Presidente da

Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB, com a finalidade de debaterem, no âmbito da Comissão, questões acerca do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em atendimento ao Requerimento nº 011/2007-CI, de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Flexa Ribeiro. Em seguida, a Presidência convida os expositores presentes, senhores Armando de Queiroz Monteiro Neto e senhor Paulo Godoy, para tomarem assento à mesa dos trabalhos, concedendo a palavra ao senhor Armando de Queiroz Monteiro Neto, como primeiro expositor, para suas considerações iniciais. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao senhor Paulo Godoy para suas considerações iniciais. Fizeram uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para interpelar os convidados, os Senadores Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Eliseu Resende, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Arthur Virgílio e Marconi Perillo. A Comissão **aprova, Extra Pauta**, os seguintes Requerimentos: **Item um:** Requerimento nº 014, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Requer, em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2007-CI, aprovado em 1º de março do corrente, convidar o Sr. Paulo Safady Simões – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, para participar de debate no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”. **Item dois:** Requerimento nº 015, de 2007-CI, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “Requer, em aditamento ao Requerimento nº 13/2007-CI, já aprovado nesta Comissão, seja incluído o nome do Secretário de Estado dos Transportes do Paraná, Dr. Rogério Walbach Tizzot, na relação de convidados para a Audiência Pública sobre Concessões de Rodovias Federais”. **Item três:** Requerimento nº 016, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, para participar de debate no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”. **Item quatro:** Requerimento nº 017, de 2007-CI, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Requer, nos termos regimentais, seja convidado a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Sua Excelência, Ministro de Minas e Energia, Exmo. Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, para tratar sobre as seguintes questões: 1) Informar sobre a situação da extração mineral ilegal, em terras indígenas no Estado de Rondônia, e sobre qual tem sido a atuação do Ministério de Minas e Energia, em conjunto com os órgãos competentes, para combater esse contrabando; 2) Informar sobre as concessões de licenças de pesquisas minerais em

áreas próximas à reservas indígenas do Estado de Rondônia pelo DNPM, inclusive em parques federais; sobre quais são os critérios adotados para liberação dessas licenças; e sobre quais tem sido as ações do Ministério para que a liberação dessas licenças não sejam instrumento de contrabandistas para regularizar as pedras retiradas ilegalmente das reservas em terras indígenas; 3) Informar sobre a prioridade do Ministério de Minas e Energia em relação à regulamentação exigida pela Constituição Federal para a extração mineral em terras indígenas e em relação à regulamentação da profissão de garimpeiro. **Item cinco:** Requerimento nº 018, de 2007-CI, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Requer, nos termos do art. 93, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, na forma de seminário, sobre Fontes Alternativas de Energia, sendo convidados representantes do Ministério de Minas e Energia; Ministério de Ciência e Tecnologia; Associação Brasileira de Energia Eólica e ANEEL. **Item seis:** Requerimento nº 019, de 2007-CI, de autoria dos Senadores Serys Slhessarenko e Jayme Campos, que “Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura a fim de discutir o projeto de desenvolvimento regional “Brasil Central”, de iniciativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Para tanto, indico os nomes de especialistas e autoridades governamentais: Dr. José Alexandre Nogueira Rezende – Diretor-Geral da ANTT; Dr. Gregório Rabelo – Diretor e Autor do Projeto Brasil Central – ANTT; Professor Amir Mattar Valente – Chefe do Laboratório de Transporte da Universidade Federal de Santa Catarina e senhor Antônio Galvão Novaes – Consultor da Universidade Federal de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 36 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Havendo número regimental declaro aberta a 5ª reunião de Audiência Pública da Comissão de Serviços de Infra-estrutura,

extraordinária, da primeira Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente a ser lido. Encaminho, em anexo, cópia de concessão de licença médica ao Senador Sérgio Guerra por 40 dias por justificativa por sua ausência nessa Comissão de Infra-Estrutura. É um expediente de licença médica. Informo aos Srs. Senadores que essa Comissão recebeu alguns requerimentos que constarão da pauta extra que passaremos a deliberá-los. Requerimento nº. 14 de minha autoria. Requeiro em aditamento ao Requerimento nº. 11, aprovado no dia 1º de março convidar o Sr. Paulo Safadi Simão, Presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção, a CBIC, para participar de debate no âmbito dessa Comissão. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria da ilustre Senadora Ideli Salvatti. Requeiro em aditamento ao Requerimento 13/2007 dessa Comissão, já aprovado por essa Comissão, seja incluído o nome do Secretário de Estado de Transportes do Estado do Paraná, Dr. Rogério Tizzot, na relação de convidados, para audiência pública para a concessão de rodovias federais. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de minha autoria convidando o ilustre Ministro Silas Rondeau para participar de debate, no âmbito dessa Comissão, para discutir o Programa de Aceleração do Crescimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Item 04 da pauta extra de iniciativa do ilustre Senador Expedito Júnior. Requeiro nos termos regimentais, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Infra-Estrutura o senhor Ministro de Minas e Energia, o Dr. Silas Rondeau para tratar das seguintes questões. Informar sobre a situação da extração mineral ilegal do Estado de Rondônia, informar sobre concessões de licenças de pesquisa, informar sobre prioridade do Ministério de Minas e Energia em relação à regulamentação exigida na Constituição Federal para extração mineral em terras indígenas em relação à regulamentação da profissão de garimpeiro. Está em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 05 de iniciativa do Senador Inácio Arruda. Requeremos nos termos do art. 93 do Regimento Interno a realização de audiência nessa Comissão, na forma de seminário sobre fontes alternativas de energia, sendo convidados o Ministro de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Associação Brasileira de Energia

Eólica e ANEEL. Está em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Último item da pauta extra de iniciativa dos ilustres Senadores Serys Slhessarenko e Jayme Campos. Nos termos do regimento convidam o Diretor-Geral da ANTT, o Diretor e autor do Projeto Brasil Central o chefe de laboratório de transportes da Universidade Federal de Santa Catarina e o Consultor da mesma universidade. Está em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Cadê aquela pauta de...

Desejo informar aos Srs. Senadores também que estão sendo convidados para a próxima Reunião Extraordinária dessa Comissão os senhores Governadores da região sudeste com o objetivo de debatermos o PAC. Posteriormente vamos convidando os outros Governadores das outras regiões. Eu mesmo já estou em contato e acho que S.Exª Senador Eliseu, S.Exª Senador Dornelles poderão colaborar nos convidados dos Governadores dos respectivos Estados. Eu estarei tomando essa iniciativa, mas pediria também a colaboração de V.Exªs.. Próxima quinta-feira.

Já temos aqui agendado na próxima terça-feira as presenças dos Ministros chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, do Planejamento Paulo Bernardo e da Fazenda Guido Mantega. Essa Sessão, convocada por essa Comissão, será realizada no Plenário do Senado Federal. Com o objetivo de discutir o programa de aceleração. Também já marcado o convite aos Governadores do sudeste, marcado para o dia 22 as presenças dos Ministros de Minas e Energia, Sr. Presidente da PETROBRÁS, Sr. Presidente da ELETROBRÁS que deveriam vir hoje. Não vieram em virtude de compromisso no exterior, mas já agendaram e confirmaram as presenças no próximo dia 22. Também no dia 29, por solicitação do Senador Eduardo Azeredo e Inácio Arruda, convite aos Ministros do planejamento, das cidades e da CBTU para discutir a questão dos trens metropolitanos. Já agendado também para o dia 29. Portanto neste mês nós temos já agenda para todas as sessões extraordinárias, sendo que na semana que vem é possível que nós possamos realizar duas sessões extraordinárias, duas Audiências Públicas para debater o Programa de Aceleração do Crescimento. Informo aos Srs. Senadores que essa Comissão recebeu. Enfim, alguns requerimentos nós já deliberamos.

A presente reunião de Audiência Pública vem em atendimento ao Requerimento nº. 11 de minha autoria subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro. Com a finalidade de debater no âmbito da Comissão de Serviços de infra-estrutura acerca do Programa de Aceleração do Crescimento. Tenho a honra de convidar para tomarem assentos à Mesa dos trabalhos os ilustre senhores Dr.

Armando de Queiroz Monteiro neto, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias. Tenho a honra de convidar o ilustre Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e indústrias de base, ABDIB, Dr. Paulo Godoy.

Informo aos Srs. Senadores e aos ilustres convidados que se encontram presentes para nossa alegria também representante da CSN, um dos diretores, infelizmente não poderei convidá-lo à Mesa porque o convite é dirigido ao Presidente da CSN. Também está presente aqui o representante da FIESP, da mesma maneira não poderei convidá-lo, mas registro e agradeço a presença. Da mesma forma representante da PETROBRÁS.

Os senhores convidados, Dr. Armando Monteiro Neto, Paulo Godoy, ilustre Sr. Senadores, esta Audiência Pública tem por finalidade a continuidade da discussão iniciada aqui nessa Comissão para debatermos democraticamente, aqui nesta Comissão, aqui no Senado da República, o Programa de Aceleração do Crescimento. Na nossa opinião pessoal, e creio que seja também a opinião da maioria dos ilustres integrantes desta Comissão e dessa Casa, o PAC tem suas virtudes mas acho que careceu de um debate anterior com a sociedade brasileira, com a sociedade organizada, com os Governadores, com Prefeitos, e sobretudo com os nossos agentes do setor produtivo, sobretudo com a indústria. E esta Sessão de hoje tem esse objetivo, debatermos os pontos que sejam positivos, debatermos os pontos que precisam ser aprimorados... Enfim, utilizarmos aqui dessa Comissão para colaborarmos com o debate. A respeito do PAC e também de outras questões que são importantes no sentido de dar mais competitividade à indústria brasileira. E ninguém melhor do que os convidados que aqui estão hoje para, num primeiro momento, apresentarem suas opiniões genéricas em relação a essas questões todas e depois partimos para o debate no sentido de aprofundarmos a discussão. Eu tenho a honra de passar a palavra inicialmente ao ilustre Presidente da CNI, Dr. Armando Monteiro Neto.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO:

Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar o Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado, cumprimentar os ilustres Senadores aqui presentes, o nosso companheiro Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base. Eu gostaria de iniciar essa nossa intervenção dizendo que temos um interesse muito grande no debate em poder também conhecer a avaliação dos Senadores sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, mas vou me permitir fazer rapidamente aqui algumas considerações sobre o PAC.

A meu ver, o PAC tem o mérito de colocar na agenda do País, uma agenda pró-crescimento. A agenda do Brasil foi marcada nos últimos anos por uma postura que, eu diria que defensiva. Era a agenda da estabilização. E evidentemente o Brasil logrou a conquista de um quadro de relativa estabilidade que está traduzida hoje numa situação de razoável equilíbrio macro econômico. Mas esse processo de estabilização que teve custos, e eu diria, que custos elevados, colocou o Brasil... O Brasil ficou enredado num ciclo de baixo crescimento. Que aliás tem sido a marca dos últimos 25 anos. O Brasil cresce pouco há 25 anos. E, nesse sentido cabe discutir as causas desse processo. Por que é que um País que tem as potencialidades do Brasil, que tem uma imensa energia empreendedora, de uma economia que teve durante quase 60 anos extraordinário dinamismo, que nos alçou inclusive a condição de 8ª economia do mundo. O que aconteceu que no Brasil logo a partir do início dos anos 80, o Brasil perdeu o rumo no que diz respeito ao crescimento? Há dados que são extremamente deprimentes para o País. Em 19 dos últimos 25 anos o Brasil cresceu menos do que o mundo. E se nós reproduzirmos nos próximos anos esse padrão insatisfatório de crescimento, que se traduziu por exemplo numa taxa de crescimento *per capita* inferior, próxima de 0,7% significa que o Brasil precisará de cem anos para dobrar a renda dos brasileiros. Mantido esse ritmo de crescimento *per capita*, nós vamos precisar de cem anos para dobrar a renda dos brasileiros. E quando isso acontecer, nós teremos alcançado a renda de Portugal hoje. Ou seja, nós estaremos alcançando, depois de cem anos, a renda de um País, vamos dizer, de nível médio em matéria de renda.

Então, eu acho que o grande desafio que se coloca hoje para o País é esse, como o Brasil pode reconciliar-se com essa vocação de dinamismo e de crescimento. E que inflexão nós temos que fazer na agenda do País para que o Brasil crie efetivamente condições de poder conseguir alcançar um processo sustentável de crescimento. O PAC tem o mérito de recolocar na agenda do País essa questão do crescimento. Mas é evidente que o PAC não responde a todas as demandas de uma agenda de crescimento. O PAC, a meu ver, significa apenas, e é algo que já justifica o programa, ele revela uma disposição do Governo de se organizar em torno de uma agenda e de poder priorizar um elenco de projetos, sobretudo projetos voltados para a área de infra-estrutura, que terão um efeito positivo sobre a taxa de investimentos, especialmente do setor público, e que podem representar uma ação indutora do investimento privado. Porque evidentemente o investimento público, ele estimula o investimento pri-

vado que tem um caráter de complementariedade ao investimento público.

Então, traduzindo, como os agentes hoje privados irão investir se houver dúvidas com relação ao suprimento de energia nos próximos anos? Então, a meu ver, o PAC tem o mérito de colocar, de organizar o Governo em torno de uma agenda que prioriza os investimentos públicos na área de infra-estrutura. E que seguramente, se for implementado, vai se traduzir numa elevação da taxa de investimento, particularmente a taxa de investimento do setor público. Qual é... Por que nós dizemos que ele não responde todas as demandas de uma agenda de crescimento? Porque evidentemente e eu tenho certeza que esse Plenário tem absoluta compreensão desse fato, o Brasil criou constrangimentos estruturais ao longo desses anos que não podem ser removidos de uma hora para outra e muito menos com uma mera edição de um plano governamental. Eu quero, por exemplo, referir ao fato de que o Brasil construiu ao longo desses anos algumas amarras como, por exemplo, essa trajetória explosiva de crescimento do gasto público que terminou por criar uma carga tributária no Brasil, que é absolutamente incompatível com o País de renda média. Os Países que têm uma renda equivalente à do Brasil tem carga tributária próxima de 20%. Há pouco, meu caro Senador Marco Maciel, conversava alguns dias atrás com o Embaixador do México e ele nos relatava que no debate das eleições presidenciais no México o tema da reforma tributária foi debatido no México. Mas na perspectiva de elevação da carga tributária que atualmente é de 16% no México, e como o Estado lá está impossibilitado, vamos dizer, de prover investimentos importantes de infra-estrutura, a sociedade mexicana discutia na eleição presidencial a necessidade de elevar a carga tributária.

Então, ora, quando nós constatamos que no Brasil essa carga está próxima de 40%, num País que tem mais ou menos as mesmas características, o mesmo estágio de desenvolvimento econômico, então a partir daí é perfeitamente possível compreender que nenhum plano governamental poderá em si mesmo responder ou remover constrangimentos estruturais que foram criados ao longo de décadas.

Então, nesse sentido, eu gostaria de trazer a nossa preocupação com um ponto em que eu acho que o PAC deveria ter dado uma sinalização mais efetiva no que diz respeito à contensão fiscal. Ou seja, o PAC não sinaliza de forma muito efetiva com o compromisso de controle do gasto corrente no Brasil. Ele, na realidade, traz algumas medidas que pretendem disciplinar a questão da política salarial no setor público, e, a meu ver, utilizando mecanismos perigosos de reindexação.

Mas que não tem efetivamente o alcance capaz de garantir, por exemplo, que nós teremos assegurado nos próximos anos um processo de maior contensão da evolução do gasto corrente. E tanto é verdade que os primeiros números já do orçamento de 2007 já apontam para uma elevação do gasto corrente medido sobre o PIB, sobretudo dos gastos federais que devem atingir em 2007, 19%. Tendo sido em 2006, 18.4%.

Então, se o Brasil não interromper essa trajetória de crescimento do gasto corrente, nós estaremos sempre pactuando com um aumento da carga tributária nos próximos anos. E enquanto isso acontecer, é evidente que não há chances de elevar de maneira significativa o investimento privado ou a poupança privada, já que a carga tributária efetivamente representa um peso para o setor produtivo nacional.

Então, me parece que esse é o ponto mais sensível que revela que o PAC, ainda que com todo o mérito de organizar o Governo, de comprometer o Governo com uma agenda pró-crescimento, mas o pacto em si mesmo não poderá garantir um processo de sustentabilidade do crescimento. Embora eu entenda que ele pode produzir uma aceleração do crescimento, até justificando o nome. Mas nós estaremos talvez condenados mais uma vez a viver um processo oscilante que alterna ciclos de expansão e de estagnação ou de relativa estagnação.

Então, eu acho que o ponto fundamental é colocar com clareza a idéia de que a agenda do crescimento vai além do PAC, é muito mais complexa do que o plano de aceleração do crescimento e, na realidade, há questões que precisam ser consideradas como questões fundamentais como, por exemplo, a retomada de uma agenda de reformas no País. E eu tenho certeza que o Congresso Nacional tem essa compreensão. Nós precisamos promover a reforma tributária, uma nova geração de reforma na Previdência, uma modernização no ambiente institucional, a Legislação trabalhista, a definição de marcos regulatórios que ainda estão aí indefinidos, a questão do papel das agências reguladoras, de uma nova Lei de Defesa da Concorrência e de Defesa Comercial. Portanto nós temos uma agenda densa, complexa, que vai muito além do programa de aceleração do crescimento. Com relação a algumas medidas, vamos dizer, de caráter mais específico e pontual, no PAC o Governo ofereceu algumas medidas de desoneração tributária, e dentro da visão de que se deve buscar a desoneração dos investimentos. O Brasil, o sistema tributário brasileiro tem esse viés anti-crescimento. Nós nos damos ao luxo de tributar o crescimento. Que é algo que o mundo não faz. Ou seja, pagar impostos já quando se adquire uma máquina ou um bem de capital, antes mesmo de que essa máqui-

na produza ou gere um produto. O que significa dizer que nós elevamos o custo do investimento no Brasil. O Governo atual iniciou uma agenda de desoneração dos bens de capital. Mas esses movimentos ainda foram insuficientes. No PAC havia uma expectativa de que esse processo de desoneração de bens de capital pudesse se dar de forma ampla e horizontal. Mas, na realidade, as medidas se cingiram apenas a desonerar os bens diretamente vinculados aos investimentos de infra-estrutura ou da área de habitação.

Então, esse, a meu ver, esse é um ponto insuficiente e eu gostaria de aproveitar esse momento, meu caro Senador Marconi Perillo, que é tão importante, para lembrar aos Senadores que, nessa agenda da desoneração dos investimentos, nós temos um tema muito sensível que é a questão do ICMS sobre esses bens. E nessa discussão da reforma tributária que haja nesse federalismo, vamos dizer, fiscal que é quase sempre contraditório, que haja uma agenda convergente no sentido que a esse movimento de desoneração que se dá na esfera federal também a ele corresponda o movimento de desoneração de bens de capital do ICMS, sob pena de não avançarmos nessa agenda, já que o ICMS é isoladamente o imposto de maior peso. O que ocorre hoje é que na realidade se pode compensar o imposto, mas num prazo longo, de quatro anos. E com esse custo de capital no Brasil, ficar quatro anos para realizar esses créditos, isso se traduz num custo financeiro insuportável. Um outro ponto que eu destacaria como uma lacuna no PAC, para a melhoria do ambiente de negócios e para estimular sobretudo os investimentos privados, é a chamada agenda dos *spreads*(F) bancários. A Taxa Selic vem caindo, embora que num ritmo que não seria o ritmo desejável, mas vem caindo, mas infelizmente os juros ativos para as famílias e, sobretudo, para as empresas, são extremamente elevados ainda no Brasil e não refletiram a queda da taxa básica de juros. Há uma rigidez nesse processo. E nessa agenda dos *spreads* bancários há muito que fazer e o Governo poderia avançar em várias áreas. Por exemplo, o atual regime de depósitos compulsórios hoje que significa um custo na operação financeira. No Brasil hoje nós temos um nível de recolhimento compulsório extremamente elevado e até mesmo recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo, que é algo difícil até de entender. Quer dizer, o depósito a vista que é quase moeda, evidentemente que faz sentido na política monetária enxugar os meios de pagamento, etc. Mas até em depósito a prazo no Brasil existe o recolhimento compulsório. Um outro ponto é a Cunha fiscal, é a tributação que incide sobre as operações de crédito no Brasil.

Então, esse sistema tributário ele até bem pouco tributável à exportações tributa o investimento e tributa o crédito fortemente. E diferente do que se supõe, isso não significa que está se impondo uma tributação à empresa financeira, à instituição financeira ou ao Banco. Essa tributação na realidade ela é imposta ao tomador do crédito. Porque tudo isso se reflete nos *spreads* bancários, que no Brasil são extremamente elevados.

Então, para se melhorar as condições de financiamento do País essa agenda dos *spreads* que é extensa também, que passa por outras questões, como por exemplo o estímulo à competição no sistema financeiro, uma maior participação das chamadas cooperativas de crédito no sistema de crédito, no sistema de crédito, e algumas medidas que se colocam até na esfera Legislativa como o cadastro positivo e algumas medidas relacionadas com a própria segurança jurídica dos credores, etc.

Então, meu caro Senador, para concluir aqui essa nossa intervenção, eu gostaria de ao final sublinhar que o PAC é um programa que tem o mérito de recolocar a questão do crescimento na agenda do País, ele é ousado nos objetivos e limitado nos instrumentos, mas ele tem o mérito de organizar o Governo em torno de uma agenda de Projetos que são muito importantes para o País, sobretudo focando a infra-estrutura, porque se efetivamente através de um processo transparente e célere, se esses projetos realmente acontecerem, os agentes privados seguramente reagirão de forma positiva e se abrirá aí um ciclo eu diria positivo de estímulo ao investimento que é, em última instância, que produz o crescimento econômico. O Brasil só vai crescer 5% de forma sustentável se elevar a taxa de investimentos para no mínimo 25 ou um pouco mais de 25% sobre o PIB. E isso então vai envolver não apenas o esforço do setor público que hoje investe pouco, dada a crise fiscal que envolve o Estado Brasileiro, mas sobretudo a criação de um ambiente institucional e de um ambiente de negócios capaz de estimular o investidor privado.

Então eu acho que embora reconhecendo essas limitações, eu creio que o plano é um plano benigno, é um plano que deve ser apoiado e o Governo tem o desafio de gerenciar esse programa. E aí nós nos, compartilhamos uma preocupação de ambos os setores de que o Governo, a estrutura governamental talvez não possa responder de forma adequada às necessidades de coordenação e de gestão de um programa como esse. E me parece que esse é um grande desafio. Quer dizer, o Governo estruturar-se para gerir esse programa. E, para encerrar, eu diria que a Confederação Nacional da Indústria está oferecendo uma contribuição ao Governo, criando um mecanismo de acompanhamento

do programa, reclamando uma participação do setor privado institucionalizada no comitê, senão no comitê gestor mas no comitê de acompanhamento consultivo do PAC, e estaremos, quer dizer, atentos para que efetivamente o programa possa cumprir os seus objetivos. De qualquer forma, nós achamos que para sair dessa chamada economia de baixo crescimento, para criar as bases de uma economia de alto crescimento, nós ainda teremos no Brasil que viver um período de transição e talvez o PAC cumpra essa função de poder nos ajudar a fazer com que esse processo de transição possa se dar num período mais curto. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao ilustre Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro Neto. Agradece pelas palavras, pela apresentação preliminar. Tenho a honra de passar a palavra ao ilustre Presidente da ABDIB, Paulo Godoy. Após pronunciamento dele nós abriremos para o debate.

SR. PAULO GODOY: Bom dia, Senador Marconi Perillo, Senador Delcídio Amaral, Srs. Senadores. Quero inicialmente cumprimentá-los pela composição que foi dada a essa Comissão de Infra-estrutura do Senado, porque acredito que o debate neste período vai passar muito pelo desenvolvimento da infra-estrutura e a composição com a experiência acumulada que diversos Senadores e a direção da Comissão está entregue em mãos experientes e nós esperamos que tenhamos realmente aqui um intercâmbio permanente de entendimento, de debate, para ajudar o desenvolvimento do País. Nós... A ABDIB é uma entidade focada na infra-estrutura e na indústria de base, fazemos parte do sistema CNI através do Fórum Nacional da Indústria, e nos dedicamos mais especificamente aos temas que estão voltados à infra-estrutura. E, de fato, a tempos que vimos acompanhando desenvolvimento da infra-estrutura no Brasil, e fazendo comparações com outros Países para se chegar à conclusão do que finalmente parece ser agora um entendimento nacional. De que ou nós desenvolvemos a infra-estrutura do País ou não teremos condições de pleitear um crescimento econômico sustentado. Os exemplos são marcantes, alguns chocantes através de filas de portos, através de caos aéreo como agora o próprio Congresso se debruça a debater com mais precisão aquilo que está acontecendo. São as estradas esburacadas, as ferrovias limitadas, as hidrovias limitadas... Enfim, um conjunto de ações na infra-estrutura que estão onerando a economia brasileira e, ao mesmo tempo, impedindo que se tenha um crescimento econômico. Nós podemos imaginar um pouquinho de incremento na renda média dos brasileiros para verificar o que vai aconte-

cer, por exemplo, nos aeroportos. Que todos nós aqui circulamos. Vocês imaginam no estado que nós estamos agora se nós tivermos um crescimento econômico e as pessoas tendo mais recurso para viajar. E por aí afora se conseguirmos exportar mais, se a produção dos grãos melhorar, se a indústria agora a perspectiva nova do Brasil no etanol, não tão nova mas se abrindo para o mercado internacional.

Então, é fundamental essa equação. Então, como disse o Armando Monteiro, o primeiro item importante do PAC foi já chamar a atenção de toda a Nação colocando mais holofotes. Hoje nós vimos pessoas fazendo estudos de toda ordem, em todos os setores, para verificar as carências, comparar, verificar o que precisa ser feito. Então esse já é o primeiro ganho que nós temos. Mas o que nós temos dito é que esse programa ligado à infra-estrutura e habitação e área imobiliária, ele só terá um sucesso total se nós realmente conseguirmos envolver a sociedade brasileira. E aí passa pelas instituições, quer dizer, não passa só pela ação do Governo Federal, passa o engajamento com os governos estaduais, passa um entendimento com o Congresso Nacional e as suas instâncias que incluem institucionais como o Tribunal de Contas, passa pelo Sistema Judiciário, o Ministério Público, agentes que interferem em licenciamento ambiental. Quer dizer, é um amplo espectro de instituições envolvidas na tarefa de fazer com que a infra-estrutura brasileira possa se desenvolver aceleradamente. Nós fazemos um acompanhamento desses investimentos em infra-estrutura e aproximadamente, sem querer ser preciso nos números, o Brasil precisa nesse estágio de desenvolvimento que nós estamos agora, investir perto de 90 bilhões de reais por ano na infra-estrutura. Nós estamos investindo perto de 70, pouco menos do que isso. Se nós retirarmos os investimentos que são bancados pela PETROBRÁS, que é o maior investidor isolado de infra-estrutura no País, nós vamos verificar que nos outros setores de energia, transporte e logística, saneamento e telecomunicações, telecomunicações muito menos também, mas especialmente concentrado em energia, transportes e saneamento, a diferença de investimento é muito grande daquilo que nós precisaríamos. E o resultado é isso que acabei de falar, são as estradas, os aeroporto, as ferrovias e a situação calamitosa e dramática no oferecimento de serviços de saneamento, de água e esgoto e tratamento de esgoto no País.

Então, como montar essa equação? Como eu disse, ela depende de um esforço geral. O PAC ele ataca ao colocar projetos prioritários, porque isso é uma das condições fundamentais para nós termos um norte, o que seguir. O que é que nós queremos, o que é pre-

ciso que o País viabilize nos diversos segmentos que nós estamos falando. Então na área de energia foram listados os projetos mais importantes do programa da PETROBRÁS, no desenvolvimento da matriz do gás, na exploração do petróleo, e na área de energia os principais aproveitamentos hidrelétricos e as usinas termoeletricas que precisam ser viabilizadas. Nas ferrovias os principais eixos, nos portos as principais intervenções, e assim por diante em todos segmentos, foi então colocado essa necessidade de se concluir os investimentos nessas áreas todas.

Então, aí que já se situa o primeiro desafio. É como acompanhar e como viabilizar esses empreendimentos que estão ali listados. Obviamente que hoje não se pretende aqui exaurir todo o tema e porque tem muitas conotações, intervenção de diversas entidades e instituições. Mas, dando um panorama geral, esse é o número que se pretende perseguir. E para conseguir isso, o que o Armando Monteiro colocou, ele já deu a receita, nós precisamos melhorar toda a condição macroeconômica com redução da carga tributária, o aumento da competitividade da indústria e o restabelecimento da capacidade do Poder Público em agir nas áreas em que a responsabilidade seja dele. Para que o Poder Público tenha condições de investir, obviamente que é preciso, num cenário em que a carga tributária já atinge níveis não suportáveis pela produtividade da economia brasileira, é só preciso melhorar a gestão dos recursos públicos abrindo espaço, portanto, para o investimento público nessas áreas. A segunda parte é a iniciativa privada. Definitivamente um País como o nosso e com esse desafio de investimento que nós temos não pode abrir mão da capturação de poupança e gestão privada, seja ela nacional ou internacional. Quer dizer, essa mentalidade precisa se consolidar na mente dos brasileiros. Porque sem isso nós não vamos conseguir fazer com que as ações dos Estados, mesmo através de estatais importantes como a PETROBRÁS e outras empresas como ELETROBRÁS, não será capaz de dar conta isoladamente do desafio de investimento. E aí, para atrair o capital privado, para a gestão do recurso público tem o próprio sistema de gestão do Poder Público e a possibilidade de investimento com redução das suas... Dos seus custos.

Para o ambiente de capturar recursos privados, aí a agenda é muito ampla, e o que nós chamamos é favorecer um ambiente de negócios. E todos entenderem qual é a lógica do capital privado. O capital privado mutante e disponível mundo afora, o Brasil está competindo com nações que estão se desenvolvendo muito rapidamente, que tem sustentado inclusive a economia internacional favorecendo até Países como o nosso, e para esta competição nós precisamos con-

solidar no Brasil um ambiente de negócios favorável. E aí nós passamos por um sistema judiciário eficiente, ágil, que possa dirimir controvérsias com agilidade e eficiência, nós precisamos de um ambiente regulatório estável, precisamos de agências, ainda ontem foi noticiado um avanço de uma PEC aqui no Senado para dar maior autonomia para as agências de regulação e independência. São essas condições é que levam ao capital privado e as iniciativas privadas se desenvolverem nos Países. E nós precisamos buscar esse tipo de ambiente e aperfeiçoar. É bom que se diga também que o Brasil, em muitos desses campos, está muito à frente de muitos Países se compararmos, principalmente aqueles Países que vivem a democracia. Porque é um processo muito mais delicado de construir esse ambiente de negócio no sistema democrático. Já avançamos bastante mas temos que avançar ainda mais. A segunda condição é criar essas condições de financiamento. Financiamento de longo prazo. Quer dizer, que consigamos produzir no País acesso a recursos de longo prazo que podem ser aplicados na infra-estrutura como outros Países fizeram.

Então, o PAC tenta iniciar um debate sobre essas questões, como disse o Armando Monteiro, de um lado alguma desoneração tributária para poder melhorar a competitividade dos investimentos, diminuir o custo de investimentos, conseqüentemente vai produzir tarifas e custos e serviços mais adequados. Do outro lado, criar alguns mecanismos de financiamento. Quer dizer, um deles é uma nova modalidade que esperamos que o Brasil possa desenvolver que é essa criação de fundos de investimentos específicos para infra-estrutura. Quer dizer, nós entendemos que esse tipo de formatação poderá capturar... Os senhores sabem que hoje nós temos nos fundos de investimento do Brasil mais de um trilhão de reais estão sendo aplicados em fundos de investimento. E nós tivemos uma ascensão muito grande desses fundos nos últimos meses. E desses um trilhão de reais nós temos aproximadamente 70 bilhões de reais que estão aplicados em títulos de renda fixa. Notadamente os títulos do Governo. Se nós imaginarmos capturar 10% desses recursos que estão aplicados na renda fixa nós estamos falando em trazer para investimentos de infra-estrutura 70 bilhões de reais, vamos imaginar num prazo de quatro anos. E criaria um novo mercado de títulos que pudesse se realimentar e refinar investimentos na infra-estrutura.

Então, o PAC ajuda ao colocar numa das Medidas Provisórias a estruturação de como funcionaria um modelo de governança desses fundos. Mas nós temos outras atividades e atribuições que precisamos perseguir. Já foi aprovado o marco regulatório do saneamento para dar um exemplo. Existe um montante

de recursos importantes a serem destinados à área de saneamento. Nós entendemos que precisaria se agilizar um novo marco regulatório do saneamento para poder fazer com que esses investimentos sejam canalizados para essa área já estejam dentro do novo modelo que tem uma série de condições de controle e governança dos recursos.

De uma forma geral, o que nós estamos entendendo é que será fundamental este modelo de gestão do Governo. Porque a tarefa de fazer com que os investimentos ocorram, como eu disse, ela permeia por outras instituições. E acho que esta Casa e esta Comissão podem dar uma contribuição para acompanhar, por exemplo, uma das metas do PAC, já que eu falei de aeroportos, que é acrescentar a capacidade de carga por aeroportos em 90% até 2010. É aumentar o transporte de passageiros em 30 milhões de passageiros por ano até 2010.

Então, tem algumas metas que são metas físicas que eu acho que toda sociedade deve procurar acompanhar e aqueles investimentos que são necessários para atingir essas metas como eles estão se comportando. E dentro desses investimentos, como eu disse, a PETROBRÁS será responsável por 170 bilhões de reais, ela já tem a sua própria estrutura que vai continuar funcionando, agora tem alguns outros emblemáticos. E esses nós achamos que deve ter uma atenção especial. Na área de estradas nós temos um programa de concessões de rodovias. E está contemplado no PAC. E nós achamos que o programa de concessão de rodovias tem que acontecer e é muito mais pelos dois... Muito menos pelos dois mil e seiscentos quilômetros de estradas que estão ali, e muito mais pela sinalização que será dada na implantação do PAC. Nós temos um modelo de PPP. Como todos os senhores participaram já existe a Legislação de Parceria Público Privada no País, um modelo de gestão, de garantias, agora precisa acontecer. Fazer Projeto, editais e oferecer para a iniciativa privada um conjunto de projetos nesse sentido. Nós temos como informe emblemática também a questão do Rio Madeira e dos grandes aproveitamentos hidrelétricos que nós precisamos viabilizá-lo também no conjunto de todos investimentos que estão ligados à área de energia.

Na questão de meio ambiente também tem uma Legislação específica que procura dar um pouco mais de transparência das atribuições de cada instituição no processo de meio ambiente e aqui, Senador, vai já uma opinião que nós queremos externar aos senhores para os senhores também ajudarem a raciocinar. Nós temos pleiteado que os licenciamentos ambientais no País sejam informatizados e transparentes. Que todo o processo de licenciamento seja possível dar entra-

da no órgão ambiental seja estadual ou federal e ali fazer um acompanhamento de todos os passos que são dados até que possamos aferir de quem é a responsabilidade. Nós não estamos pleiteando nenhuma alteração da Legislação ou flexibilização com relação ao atendimento das normas legal. O que nós estamos falando é que precisa ter um sistema transparente até para poder alocar as responsabilidades que muitas vezes recaem só no IBAMA, por exemplo. Muitas vezes são outras instituições que interferem. Então essas são algumas das sugestões que nós vamos procurar trazer no debate com os senhores.

Assim, nós temos uma previsão, um cenário econômico que serviu de base para o PAC. Entre eles, a própria taxa de juros e a possibilidade do Brasil reduzir a relação de endividamento público com o PIB. Nós achamos até tímido. Achamos que o Brasil tem que pleitear uma aceleração ainda maior não só da redução da taxa e do custo capital como diz o Armando Monteiro, até o debate sobre os spreads, mas acho que o Brasil nós temos todas as condições para que o País cresça aceleradamente. Quer dizer, é inimaginável discutir num País com a potencialidade energética que nós temos a possibilidade de faltar energia novamente. Quer dizer, é uma situação que realmente não deve caber na cabeça de ninguém que conhece minimamente as potencialidades que o Brasil tem neste campo.

Então, gestão e compromisso. Compromisso do Governo, compromisso das instituições brasileiras e compromisso da iniciativa privada em dar a sua colaboração e a sua experiência e também recursos para que possamos atingir esses níveis. Tem outras coisas que certamente vão passar ao debate acalorado no Congresso, como o aperfeiçoamento da Lei de Licitações que é outro tema de relevância, que na verdade tem servido muito para postergar investimentos. Quer dizer, é preciso ter coragem de avaliar uma modernização da Lei de Licitações e de tantas outras coisas que nós precisamos fazer. De qualquer forma eu quero externar aqui a confiança que o setor tem, os concessionários de serviços públicos, as indústrias e empresários ligados à área aqui da infra-estrutura a confiança que tem no Brasil, a disposição de muitas empresas multinacionais com que nós temos relação em realmente voltar os seus olhos ao Brasil, nós temos diversas comitativas de diversos Países, estamos montando diversas comissões ligadas a investimento da infra-estrutura, e queremos externar aqui essa nossa confiança no País e na confiança nas nossas instituições. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Dr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB pela exposição.

Aliás, as duas exposições foram extremamente elucidativas. As opiniões dessas duas importantíssimas instituições brasileiras foram muito objetivas e acho que agrega muito ao debate que a gente começa aqui nessa Casa e nessa Comissão especificamente. Nós vamos agora abrir as discussões existem inúmeros Senadores inscritos para o debate, e eu quero propor que a cada grupo de três Senadores concluam seus questionamentos, a gente passa aos expositores para responder a fim de a gente possa dar maior objetividade a esta Sessão. Estão inscritos sete Senadores. Eu passo a palavra ao primeiro Senador inscrito para o debate, o ilustre Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr. Vice-Presidente Senador Delcídio Amaral, meus cumprimentos pela iniciativa de terem trazido a essa Comissão pessoas tão ilustres para falar sobre um tema tão importante e eu cumprimento o meu querido amigo Presidente Armando Monteiro e também o meu amigo Paulo Godoy pela brilhante exposição que acabam de fazer. Quero inicialmente concordar plenamente com a opinião dos senhores de que o PAC mudou o enfoque do debate nacional. Ou seja, abandonou aquele enfoque exclusivamente monetário que caracterizava a ação do Governo e levou para o enfoque de natureza voltado para o crescimento, voltado para o investimento, e mostrando inclusive que a economia que o Governo pretende fazer com a redução da taxa de juros será aplicado no aumento do nível de investimentos. Eu concordo plenamente com a exposição, com os pontos colocados que é importante a participação do setor privado, que hoje sofre uma carga tributária elevada. E eu devo dizer que eu não tenho esperança que a curto prazo nós venhamos a resolver esse problema da carga tributária e que nem devemos ficar de braços cruzados esperando que isso ocorra. Porque devemos lutar, batalhar, mostrar que é uma carga tributária insuportável. Mas devemos tomar algumas ações enquanto isso não ocorre.

Concordo plenamente com a posição do Presidente Paulo Godoy com o problema relacionado com a necessidade dos problemas ambientais. Eu acho que essa sua idéia de informatizar essa área extremamente importante para que nós possamos saber onde é que estão os pontos de estrangulamento.

Acho que nós temos um problema gerência vai ser fundamental para o sucesso do PAC. Eu acho que o Presidente tem mostrado as melhores intenções, mas existem setores governamentais onde a gerência deixa muito a desejar, principalmente na área portuária, na área de aeroportos. Eu quero apenas mostrando essa minha concordância plena levantar um ponto do

PAC que eu não entendo a razão do caminho seguido. Os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador, o FAT, depositados do BNDES, podem ser aplicados em infra-estrutura. Nada impede que o BNDES aplique os recursos do FAT na infra-estrutura, o risco é do BNDES, examina os projetos, é uma instituição totalmente equipada para fazer esse investimento. Eu não compreendo porque não se adotou o mesmo mecanismo para aplicação dos recursos do FGTS pela Caixa Econômica. Ou seja, nós temos os recursos do FGTS hoje depositados na Caixa Econômica e bastaria uma autorização do Conselho Curador do FGTS dizendo: Caixa, pode aplicar os recursos do FGTS em infra-estrutura. O mesmo sistema que existe no BNDES com o FAT na Caixa Econômica com o FGTS.

Então, eu pergunto: Porque motivo criar um novo fundo? Um fundo que vai criar, gerar uma grande estabilidade em relação a empregados e empregadores na medida em que ele está dando a impressão de que a única razão e motivo de se criar um novo fundo com recursos do FGTS que vai fazer a mesma coisa que podia ser feito diretamente pelo FGTS é tirar a administração dos recursos do FGTS dos empregadores e empregados e transferir diretamente para o Governo. De modo que eu não vejo motivo e razão de ser criado esse fundo. Eu concordo plenamente com a aplicação dos recursos do FGTS em infra-estrutura, mas acho que ele poderia ser feito diretamente pela Caixa. Dentro do sistema do BNDES. E que o Governo ainda não explicou o motivo e a razão pela criação desse novo fundo. Por quê? Investir em infra-estrutura? Pode ser feito diretamente. Por quê? Tirar recursos de empregadores e empregados para o Governo administrar? Por que motivo? E além do mais, nós teríamos no momento que saiu cinco bilhões do FGTS para o chamado novo fundinho, isso não vai ser aplicado da noite para o dia. Isso vai levar algum tempo. Então há um desfalque no FGTS e uma não aplicação no novo fundo. E a remuneração desse novo fundo? E a remuneração desses recursos onde é que vai ficar? De modo que eu acho que esse ponto exige uma explicação do Governo o motivo e a razão pelo qual ele deseja criar um fundo para investir em infra-estrutura quando esse investimento pode ser feito diretamente pelo FGTS no mesmo caminho seguido pelo BNDES nos recursos do FAT. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação do ilustre Senador Francisco Dornelles. E concedo a palavra ao Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Delcídio Amaral. A seguir, Senador Eliseu.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Queria primeiro saudar o Presidente, Senador Marconi Perillo

pela iniciativa dessa Comissão. Uma das mais importantes do Senado Federal agora mais do que nunca em função do Programa de Aceleração do Crescimento. Cumprimentar o meu caro Armando Monteiro, Presidente da CNI, cumprimentar o meu amigo Paulo Godoy também, da ABDIB, cumprimentar os Senadores e Senadoras.

Eu gostaria, Sr. Presidente, fazer só um registro que eu acho que é um consenso entre todos os oradores que até agora aqui falaram. É a importância do Programa de Aceleração do Crescimento estabelecendo uma pauta para o País. Uma pauta de desenvolvimento para o País. De crescimento para o País. E agregando outros programas que vão preparar o País para esse crescimento. Eu vou citar um especificamente de qualificação de mão-de-obra. Que é um tema muito importante para todos nós. Agora recentemente, em função até dos investimentos da PETROBRÁS na nacionalização de uma série de equipamentos para extração, para produção de petróleo, de gás natural, existe um programa vigoroso hoje onde as indústrias estabelecem a grade a ser seguida pelas universidades com o intuito de preparar mão-de-obra para essas novas frentes de trabalho que vão se apresentar. O famoso PROMINP. Agora, o mérito do Programa de Aceleração do Crescimento é essa pauta que está nos levando inclusive e vai nos levar um debate intenso, especialmente com relação a infra-estrutura do País como foi muito bem citado aqui pela Armando e pelo Paulo Godoy. Rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, talvez hoje esse tema aeroporto é um tema candente em função de todas as dificuldades que nós temos enfrentado. A população como um todo tem enfrentado.

A questão do petróleo, do gás natural, da energia. Portanto, eu acho que esse é um Projeto para o País e um Projeto que não vai... Eu achei interessante o comentário do Armando sobre essa transição. Que eu entendo como absolutamente necessária, Armando, porque a despeito de todas essas projeções do Programa de Aceleração do Crescimento, nós temos que discutir a questão dos licenciamentos ambientais. Já existe isso no pacote que foi encaminhado ao Congresso. Mas isso vai ter que ser trabalhado tanto na Câmara como no Senado. A questão dos processos licitatórios daquilo que a Lei 8666 determina. E que vai nos levar inclusive a dar uma certa celeridade com relação aos leilões que vão ser feitos ou as licitações que serão executada para fazer frente a esse programa. E como disse muito bem o Paulo Godoy, é toda uma articulação com a sociedade. Porque aí entra Ministério Público, entra indústria, enfim, as principais... Os principais atores envolvidos principalmente num programa que vá alcançar aí 503 bilhões de reais, aproximadamente.

E que é um programa que não se extingue em 2010. Ele vai ter seguimento. Então nós estamos diante de uma oportunidade ímpar de retomar a discussão do desenvolvimento. Uma pauta propositiva no Congresso Nacional e no País.

Evidente, existem algumas questões ligadas ao PAC que foram inclusive levantadas já nesses primeiros estudos, questão das despesas correntes que de certa maneira tem uma relação forte com a carga tributária também, e como foi apontado aqui: a carga tributária e o juros que podem eventualmente representar um obstáculo para as metas do Programa de Aceleração do Crescimento. Mas evidentemente só o fato de se existir um plano concatenado, articulando essas várias ações do Governo Federal, das estatais, e também da iniciativa privada, é absolutamente louvável. A despeito das dificuldades que necessariamente nós vamos enfrentar. E eu não poderia também deixar de destacar, Sr. Presidente, e eu inclusive entrei na Comissão de Assuntos Econômicos com o Requerimento pela criação de uma Subcomissão de marcos regulatórios, e que pela discussão com as lideranças do Senado e com Parlamentares aqui do Senado possivelmente ela vai ser uma Comissão temporária para discutir os marcos regulatórios que aqui foram colocados tanto pelo Armando como pelo Paulo de uma maneira muito intensa. Porque se nós olharmos os números do PAC, cerca de 43% aproximadamente, são investimentos privados. E se existirem incertezas jurídicas, os investidores privados, eles não comparecerão dentro dessas estimativas que estão sendo colocadas. Porque nós temos o Projeto das agências tramitando a Câmara, como o Armando aqui colocou, e que traz uma insegurança de como as agências vão se posicionar, as agências reguladoras.

Nós temos agora a lei do gás, que vai tramitar na Câmara e que foi aprovada aqui no ano passado, um Projeto do Senador Rodolpho Tourinho que vai ser muito importante. Nós temos um modelo do setor elétrico também, um novo modelo que o Paulo Godoy acompanha muito de perto. Que vai ser fundamental para garantir novos investimentos. E não só investimentos como madeira que foi citado aqui, como belo monte que são investimentos complexos, não são investimentos fáceis. O Senador Flexa está aí, conhece bem a Amazônia e sabe que fazer usina hidrelétrica na Amazônia não é tranquilo. Não é... Existem questões de caráter ambiental, interferência com áreas indígenas... Interferências com Países vizinhos, como é o caso da Usina do Madeira. Que é uma usina a bulbo. São máquinas de 70 mega watts, é uma inovação tecnológica que está sendo implementada nesse Projeto.

Então, nós temos um grande desafio pela frente. E onde a questão do marco regulatório na minha leitura, ela é absolutamente essencial para que se tenha os instrumentos que garantam os investimentos privados. Como também, e aqui também está agendado, Presidente, muito possivelmente para o mês de abril, porque a nossa agenda de março já está lotada de audiências, também a discussão da Lei de Concessões, que no meu ponto de vista nós precisamos utilizar a Lei de Concessões que é uma lei que deu resultados. Especificamente no caso das rodovias, foi inclusive um Requerimento apresentado e discutido na semana passada aqui na Comissão de Infra-estrutura. E as Parcerias Público Privadas que vão ser fundamentais. Nós discutimos quase um ano isso aqui no Senado. Um ano não digo, mas talvez uns oito meses com certeza. Essa formatação nesse fundo que vai bancar as Parcerias Público Privadas. Até porque também foi muito bem citado pelo Paulo, nós agora criamos a Lei do Saneamento. Que é muito importante para nós. E que foi também... Houve uma caminhada intensa até nós chegarmos num texto consensual e que vai garantir investimentos em saneamento, uma vez que nós estamos muito aquém daquilo que se espera em termos de saneamento no Brasil. E saneamento é saúde acima de tudo. Aquele número mágico de para cada um real investido em saneamento são quatro reais que nós economizamos em saúde. Então isso é importante.

Portanto eu acho que essa iniciativa é muito... é fundamental no momento crucial para o País que se espera um crescimento acentuado, acelerado, aproveitando os bons ventos da economia mundial, apesar desses sobressaltos. Mas eu queria deixar só uma pergunta no ponto de vista do Armando, no ponto de vista do Paulo Godoy. Quer dizer, dentro dessas análises que competentemente eles fazem, qual hoje talvez o setor de infra-estrutura que mereceria ou deveria merecer a atenção especial do Senado Federal, do Congresso, em função do que esse segmento de infra-estrutura eventualmente pode vir a representar para o desenvolvimento do País. E eu gostaria, Presidente, só também de fazer um registro e foi citado aqui pelo Armando e pelo Paulo, existem investimentos que estão sendo colocados da ELETROBRÁS e da PETROBRÁS. E eu tenho acompanhado algumas discussões aqui no Senado, eu tenho visto que há uma confusão entre Projeto Estruturante e Emenda Parlamentar. Tem muita gente que acha que o PAC foi feito para se apresentar Emenda. Para fazer ambulatório, hospital, e outras coisas em Municípios. São coisas absolutamente diferentes porque são projetos estruturantes. E mais importantes, eu ouvi isso também em algumas ocasiões, aqui mesmo na Comissão de Infra-

estrutura, onde alguns Parlamentares entendem que nós temos que mexer no orçamento da PETROBRÁS. No orçamento da ELETROBRÁS. A PETROBRÁS tem uma lógica empresarial. E uma lógica absolutamente voltada para mercado. A PETROBRÁS é um *player* internacional. Quer dizer, ela não pode merecer alterações dentro de um portfólio de investimentos que ela definiu discutindo com seus principais dirigentes, seus conselhos de administração e com seus acionistas. Então é mais uma essa preocupação que eu queria destacar. Mas acima de tudo ouvir dos convidados especialmente na área de infra-estrutura eu sei que nós temos carências várias. Aqui foram citadas. Mas talvez aquele que é o setor de infra-estrutura do ponto de vista da CNI e da ABDIB que é talvez o segmento mais importante para dar essa alavancada no processo de desenvolvimento do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral. Inscritos o Senador Eliseu, Senador Marcelo Crivella. Com a palavra o Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, palestrantes, Armando Monteiro e Paulo Godoy, para ser objetivo eu gostaria de colocar uma pergunta aos dois palestrantes. Muito clara e objetiva. Sabem eles que os investimentos privados estão sendo obliterados pela taxa de juros alta e pela carga tributária. Os investimentos públicos estão sendo obliterados pela necessidade de contingenciamento já que o Governo não encurta os gastos correntes para efeito de administrar o serviço da dívida. Nós temos vetores fiscais que atuam sobre a nossa economia. É muito difícil administrar a economia do Brasil. A taxa de juros precisa ser elevada para combater o processo inflacionário. Mas deteriora todas as perspectivas de crescimento.

A administração da dívida é extremamente delicada também. Nós não temos nenhuma esperança de pagar essa dívida e sim de administrá-la para que ela fique no percentual de 40% do PIB. Eu quero falar isso para resumir e dizer que nós precisamos, para o sucesso de qualquer programa, como o PAC, do investimento privado. É indispensável um programa que atraia o investimento privado. Para que esse programa possa atrair o investimento privado é necessário que os projetos sejam projetos que acaltem a finalidade do setor privado. Sejam bons projetos. Haja taxa de retorno. E finalmente o investidor privado ele tem... Nacional e estrangeiro, tem de confiar na administração, na gestão daqueles investimentos. Então a minha pergunta é a seguinte: Tem o Brasil condições de administrar um programa de investimentos em parceria com

o setor público para resultar disso aí um acréscimo na aceleração do crescimento do PIB de 2 ou 3% a 5 ou 6%? O Brasil tem capacidade para administrar esse programa? Os projetos que se colocam no PAC foram precedidos de estudos de viabilidade econômica para determinar o retorno do investimento? Finalmente, se o setor privado tem a confiança nos marcos regulatórios que presidem aqui no Brasil esses investimentos. Se o Governo sabe o que quer fazer com as concessões e com as Parcerias Público Privadas. Quando foi trazido aqui para o Congresso, o PPP, parcerias, são três Ps, público privado, eu fiquei muito cético. Porque se nós não estamos sabendo administrar nem o PP, que é o PPP sem o P público, que no processo das concessões, muito mais complexo será administrar os projetos de parceria público-privada. Então eu pergunto também aos expositores se eles acham que este processo, se isso inspira confiança pelo investidor. São Presidentes de associações de classe que trabalham na indústria de construção civil, na indústria mecânica, na indústria elétrica, estão esses industriais, esses fornecedores, esses eventuais parceiros confiantes no PAC que foi publicado e divulgado pelo Governo nos últimos dias? Eu resumo as minhas perguntas nesses aspectos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Eliseu Resende. Passo a palavra ao ilustre Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Sr. Armando Monteiro, Sr. Paulo Godoy, sem sombra de dúvidas hoje aqui está extremamente, eu diria, enriquecedor o nosso debate. O Ministro Dornelles falou uma coisa, quer dizer, importantíssima quando de maneira simples e objetiva diz que a carga tributária é essa. Num País de desigualdades. Aliás, ontem o Presidente Lula citou uma frase do Ministro Dornelles na inauguração lá com o Governador Sérgio Cabral de uma obra do Estado. Dizendo que o Ministro Dornelles quando o visitou no palácio logo após a sua eleição como Senador, disse a ele que depois de ser Ministro, depois de ter sido Deputado várias vezes, participou do Governo do Presidente Getúlio Vargas, do Presidente Tancredo, grau de família, Getúlio não, mas em relacionamentos. Mas de Tancredo foi Ministro. Havia dito ao Presidente o seguinte, que conhecia uma realidade dos grotões do Estado do Rio de Janeiro que não conhecia antes. O grau de miséria, de violência, de sofrimento das populações carentes abandonadas ao longo desse processo de desenvolvimento brasileiro que não contemplou distribuição de renda. De tal maneira que a carga tributária é essa. Agora, é possível diminuí-la crescendo o PIB. É um raciocínio perfeito

do Ministro Dornelles que eu acho que é princípio do nosso PAC. Vamos diminuir sim a carga tributária. Vamos trazê-la a 40% do PIB desde que o PIB aumente. A 40% do PIB a carga tributária nossa, que hoje está aí em torno disso, 40%, a carga tributária em relação ao PIB desde que o PIB aumente, matematicamente a carga diminui. Se o PIB for o dobro, a carga vai ser 20%. Não é verdade? Se o hoje nós tivéssemos um PIB de quatro trilhões a nossa carga seria proporcionalmente metade. O fato é que eu queria também ser objetivo e perguntar o seguinte: Armando e Paulo, qual é a perspectiva de crescimento do PIB que a CNI e a ABDIB trabalham para esse ano considerado o PAC?

Segundo. Ministro Eliseu Resende disse uma coisa importante. Nós temos que nos preocupar com todos os marcos regulatórios e a independência das agências. Mas o que os empresários mais procuram é o lucro. E esse lucro depende de melhor distribuição de renda. Os brasileiros hoje consomem muito pouco. Dessa dívida de um trilhão de reais segundo o professor Márcio Porchman, 80% dela pertence a 15 mil famílias brasileiras. Quer dizer, 15 mil famílias brasileiras têm hoje nos Bancos públicos e privados 800 bilhões de reais aplicados em títulos da dívida pública, já que essa dívida é de um trilhão. Como é que vocês vêm as aplicações de recursos de infra-estrutura a questão da distribuição de renda?

E finalmente, lembrando aqui o Senador Saturnino Braga do meu Estado do Rio de Janeiro que já não é mais Senador, nem disputou as eleições, mas na última Legislatura, não foi Sessão Legislativa, na última Legislatura, ele era Relator do Plano Plurianual de orçamentos. E ele propôs uma diminuição de 0,25% ao ano no superávit primário. O Governo discordou, ele não quis ser Relator e manteve-se o superávit nas taxas que estão. Eu queria que vocês fizessem uma análise sobre isso. Eu pediria. Se vocês, com essa diminuição da taxa de juros, observariam alguma perspectiva de se diminuir o superávit primário praticado pelo Governo Federal nas contas públicas. A taxa de juros cai, do COPOM, mas ela é muito contábil. Porque o sujeito hoje, vamos dizer, tem lá 50 milhões aplicados em títulos da dívida pública, se ele retira e compra uma indústria, o sujeito que vende a indústria vai aplicar nos títulos da dívida pública. É contábil. É meramente contábil. Não tem investimento em termos de segurança melhor do que esse.

Então, o pagamento de juros a gente sabe é uma coisa muito escriturária, muito contábil. Mas o superávit primário não. Isso aí são recursos que se tira de pagamentos de impostos dos brasileiros, das empresas brasileiras que não retornam em termos de serviços. E hoje, por lei são 4,25, mas o Governo tem praticado às

vezes 4,50, 4,30, nesse último Governo do Presidente Lula foi assim. O superávit praticado pelo tesouro foi maior do que o previsto. Então, era apenas esses três itens parabenizando aos senhores. E apenas, Presidente, lamentando. Eu vim aqui esperando encontrar o Presidente da PETROBRÁS, o Presidente da ELEKTROBRÁS, o Presidente da CSN, Presidente da FIESP, e infelizmente não puderam comparecer. Mas é uma frustração para nós. Porque é um assunto tão importante como todos disseram é pauta nacional hoje. Seria realmente de inestimável valor que eles pudessem estar aqui conosco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella. Gostaria de informar que o ilustre Presidente da FIESP, Dr. Paulo Scaff justificou a ausência dele em virtude de uma viagem internacional, enviou um representante para essa reunião, e já estamos agendando proximamente a vinda dele. Assim como também ocorreu em relação ao Dr. Benjamin Steinbruch. Presidentes da ELETROBRÁS e da PETROBRÁS já agendaram para o próximo dia 22 suas presenças aqui nessa Comissão. Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio que solicitou como líder. Aguarda? Então, com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Vice-Presidente Senador Delcídio Amaral, meus caros amigos Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, Paulo Godoy e Presidente da ABDIB. Eu quero primeiro, Presidente, e os nossos convidados, justificar o meu atraso aqui na vinda e que não tive a felicidade de ouvir a explanação do Armando e parte da explanação do Paulo. Estava em dois compromissos, um da bancada do Pará e outro na recepção ao Presidente da Alemanha, junto com o Presidente do Senado. Mas é importante, e eu festejo aqui, Presidente Marconi, que V.Ex^a na Presidência da Comissão de Infra-estrutura, esteja fazendo várias Audiências Públicas para discutir a questão do PAC. Nós mesmos subscrevemos um Requerimento que foi aprovado já na nossa Comissão para criar uma Subcomissão Permanente da Comissão de Infra-Estrutura para acompanhar a implementação do PAC. Ou seja, o Senado Federal vai estar, através da Comissão de Infra-estrutura, acompanhando par e passo a implementação do PAC. Eu acredito que... E todos nós brasileiros torcemos para que o PAC dê certo. Porque é evidente que o Brasil não pode mais ficar crescendo a taxas que nos envergonham, porque cresce apenas acima do Haiti que está em guerra civil. Quando Países aqui da América do Sul, todos eles, todos sem exceção crescem à taxas bem maiores do que o Brasil, alguns até ao dobro da do Brasil ou mais do dobro

da do Brasil. Isso se deve, evidentemente, à falta de visão do Governo Lula no sentido de fazer com que o Brasil cresça, ele deu no seu primeiro Governo uma atenção para a distribuição de renda através do bolsa-família. Não somos contra o bolsa-família, já dissemos isso em vários pronunciamentos nossos, somos contra sim você fazer a distribuição dos recursos sem gerar emprego que é isso é que não é feito no Brasil para que essas pessoas que são atendidas emergencialmente pelo bolsa-família possam ter um emprego para tal forma, de forma digna sustente as suas famílias. Então, é preciso, tomara que o caminho seja esse, que se gere os empregos necessários para que esse, o universo que é atendido pelo bolsa-família possa ter a condição digna de ter acesso ao emprego.

O programa do PAC, é um programa importante, evidente, mostra o caminho do Governo Lula, preocupado com o desenvolvimento do Brasil. Mas não deixa de ser a continuidade do programa avança Brasil do Governo de Fernando Henrique Cardoso, festejado naquela altura por todos, por todo o setor privado. Como é festejado e efetivamente festejado o PAC. Agora, já foi aqui dito e muito bem dito pelo Ministro Dornelles a questão e o Ministro Eliseu, a questão dos óbices ao avanço, o Presidente ao criar esse fundo ele quis transferir ao trabalhador o risco do investimento. Lamentavelmente uma visão distorcida porque o risco, quando o empréstimo é feito pelo BNDES com o recurso do FAT ou pela própria Caixa Econômica que o faz com recurso do FAT o risco não é do trabalhador, o risco é do Governo, é da União. Neste caso ele criou um fundo separado para transferir o risco para trabalhador e que não vai passar no Senado. Não vai passar no Congresso. Não vai passar, até porque o trabalhador não é nem consultado se quer ou não fazer um investimento, diferentemente do que foi nas ações da PETROBRÁS e da Vale do Rio Doce que a opção era de cada um dos trabalhadores para fazer o investimento em ações.

Com relação à carga tributária, Presidente Armando e o Presidente Paulo sabem já a receita para que a gente possa corrigir isso. Gasto público eu coloco como a primeira delas, a diminuição do gasto público e a melhor qualidade do gasto público, não só a diminuição como a qualidade do gasto que é feito pelo Governo Federal. A questão da carga tributária e aí me perdoa o meu nobre Senador Crivella, se aumentar o PIB não reduz a carga tributária. O percentual não reduz. A carga tributária permanece nos 40% sobre o valor da produção. O que nós temos que fazer, evidentemente, é reduzir a carga...

SENADOR ARTHUR VIRGILIO (PSDB - AM): Permite Senador? E tem mais, começa a carga tribu-

tária, para dobrar o PIB e precisa de 150 anos para um cálculo otimista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que nós temos que fazer é a Reforma Tributária que está encalhada na Câmara e no Congresso, mas uma Reforma Tributária que não seja apenas para aumentar a carga tributária como foi feita ao longo dos últimos anos. O Ministro Palocci esteve aqui quando modificou as alíquotas do PIS e do COFINS e disse a todos os Senadores e acredito aos Deputados que a reforma proposta pelo Governo era neutra, não haveria acréscimo e cresceu quase 4% no Governo Lula a carga tributária brasileira.

Então, nós precisamos realmente fazer essa Reforma Tributária, a redução dos juros é outro fato importante. E aí, o Presidente Armando, pela CNI, colocou que não basta reduzir a taxa SELIC, é preciso atacar a questão do spread bancário para que a gente possa levar a ponta à redução real do custo do dinheiro para investimento. E por último o aumento dos investimentos. Essa aqui é uma análise que todos nós temos clara e podemos fazer. Aí eu pergunto aos nossos ilustres visitantes. O PAC ele baseia a sua, o seu êxito em cima de investimentos públicos e privados. Os investimentos públicos são apenas a somatória dos investimentos já previstos pela Petrobrás, já previstos pela Eletrobrás que foram somados e míseros, me parece, 70 bilhões ou 60 bilhões de reais da União nos 4 anos, ou seja, nós vamos continuar investindo aquilo que está sendo colocado nos orçamentos a cada ano e que por força do contingenciamento acabamos não realizando.

Então, não há nada, não há uma intenção do Governo no orçamento de gastos da União de investir no PAC. Há, sim, investimentos da Petrobrás e da Eletrobrás que já eram anunciados há muito tempo. Mas, me preocupam os outros 40% que diz respeito ao setor privado. Esta sim é saber se o setor privado vai responder efetivamente pelos 40% porque se assim não o fizer o PAC não vai ter êxito. E aí eu pergunto aos nossos visitantes, a imprensa tem dado, tem noticiado que o setor privado tem dito que na sua visão, na sua análise o PAC não será implementado a não ser a 40% do seu total. Já foi noticiado isso pela imprensa que o setor privado analisa que somente 40% do total do PAC será implementado. Então, eu queria saber se isso que a imprensa tem dito, realmente é a análise do setor produtivo nacional.

Segundo. O PAC, já foi dito aqui, ele se baseia numa taxa de crescimento de 4,5%, a partir dos próximos anos. Acho que a partir deste ano que é a taxa que o Governo diz que cresce chegando a 5% nos anos para frente. Se o Brasil crescer a 4,5% este ano e a 5% nos anos próximos nós vamos ter problemas com

a energia, nós não vamos ter energia para sustentar esse crescimento. E aí? E aí eu digo, se o PAC não crescer, se o Brasil não crescer a 4,5% não haverá a receita necessária que está previsto no orçamento da União o crescimento de 4,5%, para ver a sustentação do Governo nos seus investimentos.

Então, nós estamos num problema que precisam ter solução. Se o Brasil cresce para atender o PAC não tem energia, se não tem energia não pode crescer, se não pode crescer não atende o PAC. Então, eu queria ouvir também do Presidente Armando e do Presidente Paulo, qual a visão dele nesse conflito que existe entre taxa de crescimento e energia e receita para continuar a crescer. E por último, e por último eu quero saudar aqui o Senado Federal. Ontem eu diria que fizemos uma Sessão importante para o crescimento do Brasil. Aprovamos a PEC do Senador Tasso Jereissati que define de uma vez por todas, de forma Constitucional a função das agências reguladoras.

Lamentavelmente este Governo, ele esvaziou ao longo desses 4 anos as agências reguladoras, fazendo com que elas deixassem de ser o agente fiscalizador e regulamentador dos serviços prestados à sociedade e passasse a ser apêndice do Executivo. O fizeram por várias formas. Primeiro, exaurindo as agências de recursos, contingenciando os recursos, não transferindo recursos para que elas pudessem fazer o seu papel regulador e fiscalizador. Segundo. Fazendo indicações, indicações de pessoas, eu diria até partidárias para que ocupasse funções técnicas e aí eu quero saudar e louvar o Presidente, o Presidente Lula ao fazer a indicação do Embaixador Sandemberg para presidir a ANATEL. E ainda ontem o nosso líder Arthur Virgílio, no Plenário do Senado achou estranho que na votação o Embaixador Sandemberg foi aprovado na Comissão por unanimidade de votos, pelos 23 votos dos Senadores da Comissão. Quando foi para o Plenário ele teve 18 votos contra. E quando que o Ministro do Supremo Tribunal Militar teve dois votos contra, uma votação logo em seguida, o Senador Arthur Virgílio perguntou qual o motivo dessa diferença de votação de uma para a outra. Se o bloco do Governo não está satisfeito com a indicação do Embaixador Sandemberg porque tinha sido Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, seria, eu queria, a terceira pergunta com relação à opinião do Presidente da CNI e da ABDIB com relação às agências reguladoras sobre a PEC do Senador Tasso Jereissati e necessidade de definir os marcos regulatórios para que a iniciativa privada tenha confiança em fazer os investimentos necessários para o crescimento do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhores Senadores esta Comissão está...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, só pela ordem, esclarecer ao meu companheiro aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O que eu disse foi o seguinte, mantida a despesa atual de arrecadação de impostos do Governo, em torno de 800 bilhões. Subindo o PIB, pode demorar 100 anos, mas subindo o PIB de 2 trilhões para quatro, 800 bilhões não representaria, mantida a carga tributária no nível que está. Foi isso que eu digo. Agora, claro que foi apenas um exercício matemático, mas se crescermos 5% mantida a despesa no nível que está, é claro que percentualmente cairia a nossa carga tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhores Senadores, esta Comissão está alcançando plenamente os seus objetivos e abrir a discussão do programa de aceleração a todos os segmentos mais representativos da sociedade brasileira. Nós tivemos já a participação de cinco ilustres Senadores nessa fase inicial, essa fase preliminar do debate. Nós vamos agora passar a palavra para as respostas e eu peço que sejam sucintas aos ilustres expositores, da Confederação Nacional da Indústria e Dr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base para depois continuar. Primeiro inscrito na fase seguinte, Senador Valter Pereira, segundo inscrito Senador Arthur Virgílio, terceiro inscrito Senador Cícero Lucena, quarto inscrito Senador Jayme Campos. Pergunto se mais algum outro Senador deseja fazer uso da palavra e por último eu farei também algumas perguntas aos ilustres expositores. Havendo concordância, eu vou passar aos expositores para as respostas e logo a seguir, Senador Valter, o senhor será o primeiro a questionar. Com a palavra os expositores.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: Bom, nós vamos aqui, de maneira articulada tentar esclarecer algumas questões que foram colocadas. Mas começando pela intervenção do nosso estimado Ministro Francisco Dornelles, eu diria que com relação à questão do fundo que foi criado aí com recursos do FGTS, o Ministro lembrava bem que esse, tanto o FAT do BNDES quanto o Fundo de Garantia que é gerido pela Caixa Econômica, o Ministro entendia que não há necessidade de criar um fundo. Eu acho que o que se pretendeu é dar um caráter de um fundo de investimento tipicamente, ou seja, é mostrar que é possível mobilizar a poupança do trabalhador na direção

do investimento. É claro que esse risco precisa ser mitigado ou precisa ser de alguma maneira atenuado. Mas quando a aplicação se dá pelo sistema BNDES ou pela Caixa Econômica eles indicarem o caráter tipicamente de um empréstimo, quer dizer, é meramente um, para que essas instituições emprestem o recurso. Eu acho que é um pouco essa diferença que o Governo pretendeu dar. Com relação à colocação do Senador Delcídio,

SR. PAULO GODOY: Não é melhor eu complementar?

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: Vamos lá, vamos lá.

SR. PAULO GODOY: E aí aproveita também a colocação do Senador Flexa Ribeiro, não é. E eu acho que nessa linha, Senador, eu acho que poderá dar até muito mais transparência se tiver num conjunto de investimentos de um fundo, porque, inclusive, é previsto que o comitê de investimento que é a peça chave desse fundo são as pessoas que terão atribuição de aprovar os investimentos. Há uma previsão, inclusive, de convocação da representação dos trabalhadores através das centrais sindicais e das confederações patronais no mesmo modelo do Conselho curador para que o comitê de investimento possa ter a fiscalização e interação com aqueles, aquelas instituições que já participam do Conselho curador.

Então, acredito que terá, através desse mecanismo, um fator indutor para que tenhamos cotas do fundo de investimento, criando um mercado secundário, o Fundo de Garantia será um dos fundos, serão criados outros, essa mitigação de risco que o Senador Flexa Ribeiro coloca é perfeitamente possível, quer dizer, não jogar o risco integralmente para o patrimônio do fundo, é possível mitigar com taxas de administração e os próprios projetos conseguirem pagar essas taxas adicionais que possam mitigar os riscos dos projetos.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: Muito bem, com relação à intervenção do Senador Delcídio eu gostaria primeiro de dizer a ele que realmente o programa de qualificação de mão-de-obra no PROMIMP, é da maior importância, e eu me permitiria apenas lembrar que o SENAI também participa desse esforço, o sistema SENAI. Quero saudar aqui a informação trazida pelo Senador Delcídio de que uma Subcomissão vai se debruçar sobre a questão dos marcos regulatórios, uma Subcomissão do Senado que é algo fundamental para que se crie realmente um ambiente que estimule os investimentos privados e ofereçam o mínimo de previsibilidade e de segurança.

Então, eu acho que é um elemento fundamental esse. E finalmente o Senador Delcídio nos indaga de

qual área da infra-estrutura que ele entende como... O que nós pudéssemos considerar como prioritário. Seguramente a área de energia na nossa visão. Eu acho que o grande desafio que se coloca aí diante de nós é a questão do suprimento de energia tendo em conta que havendo uma aceleração do processo de crescimento certamente nós vamos ficar aí com uma situação de maior constrangimento nessa área. Como a área de energia é vital, até mesmo os investimentos privados serão postergados se houver uma dúvida com relação à oferta de energia nos próximos anos.

Então, sem dúvida nenhuma, a área de energia me parece a área mais importante.

SR. PAULO GODOY: Mesmo porque, eu digo carga não chia, energia as pessoas chamam, mas as cargas nos aeroportos, carga não chia, energia é o centro, eu só acrescentaria, o que o Senador colocou também que nós entendemos que a lista dos projetos do PAC é uma lista administrativa, inclusive pode ser acrescida do ponto de vista administrativo, nós não imaginamos que nenhum tipo de benefício fiscal ou qualquer outro possa ser vinculado especificamente se você tiver aquela lista ali um projeto ou outro, é uma lista, eu diria administrativa e gerencial.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: O nosso Ministro Eliseu Rezende colocou aqui de forma sempre muito lúcida as suas dúvidas, com relação ao investimento privado e público, os problemas dos constrangimentos que ainda estão presentes na economia brasileira. Eu gostaria de dizer ao nosso Ministro Eliseu que, com relação a investimento privado que, como muito bem colocou o Ministro, é a chave do processo, se o setor privado não investir, não há processo de crescimento sustentável e esse processo pressupõe a confiança dos agentes econômicos, o ambiente institucional, os marcos regulatórios, a segurança jurídica, a lógica que a empresarial, com relação à questão da lucratividade, do retorno, da segurança jurídica, esses são os pilares. Agora eu queria dizer com relação à questão dos juros e da carga tributária que estão ainda inibindo os investimentos, há no PAC alguma coisa auspiciosa que deve ser registrada. É que com relação ao financiamento de investimentos o sistema BNDES acaba de fazer alguns movimentos importantes. Primeiro, o Governo já havia reduzido a TJLP a um nível que, para os padrões aqui do País, é um nível razoavelmente atrativo, 6.7%. E os *spreads* do BNDES foram reduzidos e no que diz respeito à investimentos em infra-estrutura foram praticamente zerados os *spreads* do BNDES.

Então, é algo que pode significar ou pode ter um peso na indução dos investimentos, sobretudo considerando o peso que o sistema BNDES tem nesse

processo. De qualquer forma eu compartilho da preocupação do Senador Eliseu de que é preciso ainda construir no Brasil um ambiente mais estimulador dos investimentos. E aí há uma agenda, como eu disse, que vai muito além do PAC, uma agenda densa, complexa que envolve todo um olhar sobre essas questões que estão aí. Ainda, a questão da logística, da burocracia, dos marcos regulatórios, da segurança jurídica.

Então, esse processo, o encadeamento dessa coisa, o investimento público puxando o investimento privado, só vai acontecer de maneira efetiva se nós melhorarmos essas condições. Agora, eu acho que o Brasil oferece em várias áreas uma perspectiva, vamos dizer, que em si mesmo já é atrativa para o investidor privado em que pese ainda essas dificuldades que estão presentes. Quer complementar, Paulo. Ministro Eliseu.

SR. PAULO GODOY: Aí aproveito para falar um pouquinho, que já foi citado aqui em outras ocasiões, o Ministro Crivella, essa questão de rentabilidade. O Ministro colocou, mas eu acho que a rentabilidade é muito técnico, além de ser técnico é objetiva. Os projetos, no mundo afora, têm um conceito. Esse conceito ele é relacionado à situação de cada País. Tem um custo do capital de terceiros, quer dizer, a estrutura de créditos de determinados países e o custo de capital próprio. O custo de capital próprio reflete todas as preocupações, inclusive o risco do País, o risco regulatório, então, isso é contemplado e tem mecanismos que o Mercado Financeiro trabalha. O que nós precisamos ter é essas avaliações objetivas de taxa de retorno que vai sendo alterado com o decorrer do tempo, se o País for melhorando de perspectiva e ainda não haveremos de ter grandes emoções na definição adequada de taxas de retorno dos projetos. E o senhor perguntou se o Brasil tem condições de administrar o programa, nós precisamos construir essa condição. Eu acho que faltam ainda muitas tarefas para que tenhamos uma administração eficiente de um programa como esse.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: Bom, o Senador Crivella já saiu mas eu acho que deveríamos aqui comentar a intervenção. O Senador coloca uma certa visão conformista em relação à questão da carga tributária, como se dissesse, o Brasil tem demandas na área social imensas, é um País que tem aí um acúmulo de demandas nessa área e que portanto está condenado a ter uma carga tributária muito alta. Ora, se a carga tributária resolvesse essas demandas o Brasil já teria na área social um quadro bem mais confortável. A questão está menos ligada ao tamanho da carga e muito mais a qualidade do gasto, a gestão e a prioridade que possa ser atri-

buída a alguns programas que tenham impacto mais efetivo na área social.

Então, eu acho que o Brasil não está condenado a ter uma carga entre 40%, pelo contrário, eu acho que se o Brasil quiser crescer de forma sustentável nos próximos anos tem que ir reduzindo a carga tributária, mas dessa forma o que o Senador lembrou, não pela redução absoluta do gasto público, mas por um crescimento nos próximos anos, que seja menor do que o crescimento do produto. Isso, então, vai criando as condições para que a carga tributária possa ser em termos relativos, reduzida ao longo do tempo. Ele indagava sobre a projeção de crescimento do PIB para 2007. Nós ainda estamos com a previsão de crescimento de 3,5%. Nós achamos que o impacto do PAC em 2007 é um impacto praticamente insignificante, quer dizer, o impacto é muito pequeno do PAC em 2007, mantemos nossa previsão de crescimento de 3,5%, não vemos a possibilidade de que se possa crescer acima dessa taxa. E, finalmente, ele indagava sob a perspectiva de redução do superávit primário. Eu acho que é algo que o Brasil não deve fazer até porque já temos aí essa variável do PPI.

Então, o que coloca hoje o Brasil na rota de uma perspectiva de melhoria da relação dívida-PIB é exatamente a manutenção do superávit. Se nós começarmos a afrouxar essas metas, considerando que já temos problema na área fiscal, se não for crível essa perspectiva de que a dívida poderá se reduzir, eu acho que aí sim o Brasil vai criar dificuldades maiores para construir esse processo de crescimento nos próximos anos.

Então, eu acho que esse esforço deve ser mantido, mesmo reconhecendo que há algum espaço que será obtido com a redução das taxas de juros.

SR. PAULO GODOY: A única coisa que também sem investimento não tem distribuição de renda. Sem crescimento econômico que é a colocação que o Senador fez.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: Bom, o nosso companheiro Flexa, que colocou uma série de questões aqui, Flexa, que eu não sei, o Paulo vai nos socorrer. Mas algumas que eu gostaria de comentar. Eu não creio que o Presidente Lula tenha criado o Fundo de Garantia, essa modalidade do fundo só para perversamente endereçar o risco ao trabalhador. Eu não creio nisso. Até pela história do Presidente Lula, etc. Eu acho que esse processo pode ter sido, quer dizer, a idéia é a idéia de colocar a poupança do trabalhador no sistema do mercado de capitais, quer dizer, no sistema de poupança, não é, mas eu não creio que seja uma ação para transferir risco ao trabalhador, embora, entenda que na medida do possível

deve-se buscar mitigar esse risco ou mesmo neutralizar em grande medida o risco. Eu acho é que é uma modalidade nova que deve, a meu ver, ser estimulada e nesse sentido eu acho que é uma iniciativa interessante. O companheiro Flexa fez, eu digo companheiro porque nós temos o privilégio de tê-lo na diretoria da CNI, companheiro lá de muitos anos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Privilégio meu por ser presidido por V.Exa..

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: Obrigado, Flexa. Mas você falava que havia um estudo no setor privado de que apenas 40% dos investimentos do PAC...

SR. PAULO GODOY: É eu posso talvez... Aí, Senador, o que foi, o que aconteceu, o que pode exatamente tido essa leitura, mas estava se referindo ali exatamente a área de energia, e aí o senhor fez essa colocação de que se vai faltar energia. E exatamente na área de energia, citam projetos, por exemplo, como Belo Monte, então, a avaliação que se faz é que têm projetos importantes nessa área e que não terão durante o período previsto do PAC, obviamente, condições de estarem concluídos.

Então, entre não a perspectiva geral de 40% do PAC, porque só a Petrobrás, vai responder por 170 bilhões e diversos projetos, inclusive tem 100 bilhões só da área imobiliária, que não tem essa relação de, aqui com os recursos públicos.

Então, essa avaliação que foi feita no campo da geração de energia, com esses projetos mais complexos, não haveria condições de nesse período de tempo estarem concluídos.

Então, esta foi a origem desta colocação que acabou ocorrendo aí e vinculando os 40%, não é. E como o senhor disse, não é, continuamos aqui. Eu havia mencionado, não sei se o senhor pegou, louvamos a iniciativa do Congresso de aprovar, de dar trâmite a PEC do Senador Tasso Jereissati, da mesma forma como o Senador Delcídio colocou, precisamos agora nos voltar ao processo que se desenvolve na Câmara para complementar com esta, com esta colocação que foi feita sobre as agências e o senhor mesmo colocou fatores importantes da designação de elementos para compor o quadro das agências que traz uma perspectiva de que não vamos caminhar pelo rumo de desestabilização das agências mesmo porque se isso ocorrer os tais 200 bilhões previstos aqui não acontecerão.

Então, mesmo que não tivesse componente ideológico, eu acho que o componente pragmático vai pesar muito mais.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO: Eu queria só no final me associar também a esse registro que o nosso companheiro Paulo Godoy fez sobre a

importância dessa PEC que o Senador Tasso Jereissati com muita competência e em muito boa hora viabilizou a aprovação, ou seja, de que sem uma estrutura de agências reguladoras com autonomia e condições de oferecer ao investidor uma segurança de regras, e esses investimentos privados evidentemente não serão estimulados. Eu considero algo da maior importância o Senado ter aprovado ontem essa PEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço aos ilustres expositores pelos esclarecimentos prestados aos Senadores que participaram das indagações. Concedo a palavra ao ilustre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, ontem houve uma reunião da bancada do PMDB e o Deputado Armando Monteiro de Neto esteve lá presente e fez uma brilhante exposição sobre a visão que o setor que ele representa tem acerca do PAC. Indiscutivelmente o PAC é um marco de discussão que não havia no primeiro Governo do Presidente Lula. Pelo menos, nesta sua segunda administração a questão da retomada do crescimento econômico é discutida a nível de Governo e da Sociedade Civil.

Então, há de se reconhecer que existe um avanço, existem propostas, existem discussões, podem as propostas ser tímidas de um lado, insuficientes do outro, equivocadas de outro, mas pelo menos é uma discussão que está na pauta, na agenda nacional. É claro que ali se observa, algumas travas como por exemplo a questão dos gastos públicos. A timidez ali é muito grande e isso ameaça o plano. E ameaça o plano também a carga tributária. É bem verdade que, no momento que se travam essas discussões, é possível que mudanças sejam, sejam feitas de sorte é que crie-se o ambiente mais apropriado para o desenvolvimento do País. No entanto, eu quero me ater aqui a um ponto que V. Exa. focou ontem e hoje também. A questão dos juros.

Essa aí é uma questão delicada e emblemática que tem gerado infinidades de discussões em todos os campos, de mal-estar com o Governo, do Governo com oposição, do Governo com o Governo, do partido do Governo com o Governo, enfim, é um ponto, realmente, emblemática essa questão dos juros. E ontem o Banco Central fez, introduziu mais uma redução de 0,25 pontos percentuais, tímida e merecedora de críticas e sem viés de baixa, o que é mais grave. Ou seja, o Banco está dizendo: Olha, nós estamos indo com calma e vamos com mais calma ainda, vamos caminhar mais devagar ainda. Isso aí também preocupa. A taxa SELIC é uma ferramenta que ajuda melhorar o perfil da dívida pública. Ajuda a melhorar as contas públicas.

Então, do ponto de vista do saneamento é importante que ela baixe. Mas existe uma outra questão nessa discussão dos juros que é fundamental para a iniciativa de empreendedores que é a questão do juro comercial, daquele juro que é praticado no dia-a-dia, no desconto de duplicatas, nos empréstimos que são feitos por bancos particulares. Porque V. Exa. apontou muito bem aí que o BNDES chegou a um ponto desejável, até na redução das taxas de juros. Mas os bancos particulares, que deveriam operar também no fomento ao desenvolvimento do País, a retomada do crescimento, resistem duramente contra a redução dos juros. E é claro que alguma coisa tem que ser feita para que o pequeno empreendedor, o micro empresário, que tem uma capilaridade em todo o Território Nacional, que pode gerar uma riqueza extraordinária em todo esse processo de retomada do crescimento, para que ele tenha estímulo para fazer investimentos. Agora, com as taxas de juros praticadas não há viabilidade. E aí é que vem a minha indagação.

A questão do spread, spread bancário. Veja que essa discussão é uma discussão que eu venho travando há muito tempo já na Assembléia Nacional Constituinte, eu travei essa discussão com a questão do spread e encontrei duras resistências. E hoje, em toda a discussão que se observa, quando se fala em taxa de juros, se discute sempre a taxa SELIC que é importante reduzir a taxa SELIC por causa das contas públicas. Mas essa questão do spread V. Exa. trouxe à tona, trouxe à tona num momento apropriado e eu acho que esse é um viés importante porque ele alcança um universo que nós não estamos enxergando que é o universo da pequena empresa, da microempresa, que, da empresa de fundo de quintal. Enfim, de todos aqueles que podem ser incluídos como empreendedores.

Então, como atacar essa questão do juro comercial? É via spread. Eu não encontro outro, outro caminho, outra alternativa se não através do spread. Tem também a opção, que muitas vezes os Governos já utilizaram, do depósito compulsório. Mas o depósito compulsório sempre é uma medida provisória, é uma medida que tem uma duração efêmera. Agora, o spread é efetivamente se fosse adotado como política de Governo, de disciplinar o spread dos bancos, eu entendo que poderia, que poderia pressionar o sistema financeiro a reduzir as taxas de juros comerciais, aquela que alcança o cheque, o cheque especial, que alcança a duplicata, que alcança as operações de créditos celebradas entre os... Exatamente.

Então, a pergunta que eu faço a V. Exa., a V. Exa. e ao Dr. Paulo Godoy também, é como operar essa, essa questão do spread no sentido de que ele possa

realmente produzir uma eficácia na redução dos juros, desse juro comercial?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação e a participação do Senador Valter Pereira. Concedo a palavra ao ilustre Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB nessa Casa.

SENADOR ARTHUR VIRGILIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, parabênizo a V. Exa pelas iniciativas. Estou vendo aqui uma pauta de audiências públicas e realmente vão enriquecer e em muito o debate nesta Casa. E cumprimento os dois ilustres debatedores de hoje, o Dr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB e o meu querido amigo e colega Deputado Armando Monteiro Neto, Presidente da CNI. Eu gostaria, definir uma das declarações finais do Dr. Armando Monteiro quando respondia aos ilustres Senadores da fase inicial deste questionamento. Falava das PPIs, eu queria apenas, sem fazer nenhum reparo, acrescentar uma preocupação. Para mim o final do mundo seria nós termos o Governo não sendo capaz por falta de gerência de consumir o que se propôs a gastar fora do cálculo do superávit de PPIs mas deixar o impacto que já deixou, de que está reduzindo o superávit. Para mim esse é o pior dos mundos. Vira aquele fanfarrão da esquina, aquele sujeito que depois não aguenta parado. Em relação aos superávits, ou seja, eu vejo que mesmo que ele consiga cumprir isso, apesar disso, como a inflação está muito baixa, se vai ter uma lenta, porém constante diminuição da dívida pública interna com proporção do PIB. Mas se consuma sem se mexer na questão estrutural, sem se retomar o episódio das reformas estruturais, se consuma essa redução do superávit primário, se consagra isso, mais adiante poderemos ter um foco de inflação.

Eu vejo assim. Concordo com a sua avaliação de que o crescimento ficará em torno de 3,5% e as consequências são... 3,5% com algumas consequências que nós podemos aqui já avaliar bem no prático. O Governo na LDO e no PAC ele fala em 4,5, fala depois em 5, 5 e 5. E nós temos uma convicção, e parece que a CNI, modestamente eu próprio, de que não será assim. Aí depois fica um claro aberto, fica um claro aberto, porque até as contas da previdência se amenizam quando se tem um crescimento maior. De repente o crescimento não se realiza e nós ficamos com aquele clarão aberto. Já virou uma certa moda, todos os anos o Governo abre o exercício dizendo que vai crescer a 5%, esse ano 4,5. 5%, parecia quase que um fetiche. Fetiche é fetiche. E depois infelizmente não se consuma. Eu gostaria de ainda aproveitando aqui a fala do nosso Senador Valter Pereira, dizer que esse Governo, eu entendo que o Banco Central por natureza é con-

servador. Sempre digo que os Bancos Centrais mais para frente que eu conheço são os da Argentina e da Venezuela que são irresponsáveis. Tem que ser conservador mesmo. E o trabalho dele é garantir o valor, proteger a moeda. E os outros agentes que aproveitem isso para fazer o País crescer. Não dá para pedir ao Banco Central para cobrar o *corner* e cabecear. Só o Garrincha fazia isso, ninguém mais é capaz de fazer isso, eu atribuo de ontem, talvez a tanto palpite leigo, a tanta conversa em cima, tanto técnico de futebol, no final diz: Vamos mostrar que a saída do Bevilacqua(F) não mudou a nossa linha de compromisso com as metas de inflação.

Então, 0,25. Talvez isso. Inclusive, quando eu digo assim, o pessoal que interessa, pessoas de proa no Governo assumissem um certo silêncio como se estivessem fazendo um retiro espiritual no mosteiro de São Bento, coisa parecida com isso, acredito que ajudariam a fazer cair a taxa de juros, com os reflexos positivos num médio prazo para a economia. Muito bem. Eu vejo que o Governo fala e eu acredito que deseja o crescimento econômico porque seria sadismo não querer o crescimento econômico. Mas relutou e só ontem conseguimos aprovar numa etapa inicial a PEC do Senador Tasso Jereissati. Até então o Governo tratava as agências reguladoras como se fossem departamentos, meros do Governo, ou seja, o Presidente de agência aprovada numa Comissão como esta teria que ser um recebedor de ordens do Ministro ou da Ministra fulana, ou fulano de tais, isso complicou em muito o Governo Brasileiro na tarefa de atrair, a economia brasileira na tarefa de atrair investimentos para energizar a economia.

O Banco Central. Nós falamos agora sobre os palpites. Eu sou a favor da autonomia do Banco Central, ontem eu apresentei um projeto nesse sentido. Eu já imagino onde que eu vou encontrar dificuldades para ver esse projeto aprovado, certamente não será no Senador Francisco Dornelles, se quiserem que eu dê as iniciais do partido, eu diria, Partido dos Trabalhadores, eu digo mais ou menos isso, vai ser aí, vão dizer que não têm nada contra, mostrar na prática que tem pouco a favor. Eu creio que o Banco Central autônomo, ou seja, sem se preocupar com eleição, sem se preocupar com quem ganha, com quem perde e, ele propiciaria no quadro de hoje, se virasse uma fada madrinha, autonomia hoje, poderia ter baixado de não 0,25 mas talvez 3 pontos os juros ontem. E o exemplo americano é muito eloquente, não é. Eu me ponho a pensar no que teria sido, eu tenho que de novo trazer o PT à berlinda, o que teria sido de bom para o Brasil se de Itamar Franco para cá, pegando os 8 anos do Fernando Henrique, não tivessem feito uma oposição

tão brava, e tão, talvez, inconseqüente, as quebras dos monopólios, processo de privatizações, as reformas estruturais, tudo isso era vista como venda da pátria, traição da pátria, enfim, e a Lei de Responsabilidade Fiscal que tem sido o maior anteparo para o Presidente Lula, toda hora, ele diz, eu tenho a Lei de Responsabilidade Fiscal e o partido dele foi à justiça contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, muito bem, em muitos lugares não cumpre. As reformas, as reformas, reformas estruturais pararam, ou seja, os grupos de trabalho se multiplicam e não se pensa em nada que efetivamente possibilite ao Governo Brasileiro reduzir as suas despesas e melhorando a qualidade dos seus investimentos e a quantidade dos seus investimentos. O investimento público há muitos anos não é tão baixo, enfim.

Então, eu vejo, chegando aqui ao PAC, eu assumo, abro uma, ainda antes de falar do PAC eu digo o seguinte, que eu vejo o Governo muito, assim, me dá a impressão que eles rezam para que o quadro internacional vá bem, porque aí eles não têm necessidade de enfrentar os problemas internos para valer. Eu fico feliz, pessoalmente gosto muito dele, vejo ele feliz, ontem ele disse uma coisa incrível, que ensinando que as pessoas devem... O Governo deve ensinar as pessoas, os jovens a usarem preservativos e até a fazer sexo. Eu digo ao Presidente que a primeira parte da sua declaração é meritória porque tem que ensinar mesmo a usar preservativo, não precisa ensinar a fazer sexo, isso é natural, eu asseguro que não precisa. Talvez, fosse melhor voltar sua preocupação para as reformas de que o Brasil carece, as reformas de que o Brasil carece. Isso sim. O Brasil não vai, no Governo do Presidente Lula, experimentar crescimento médio de quase 5% ao ano, no quadro atual de carga tributária insustentável, de economia emperrada por falta de reformas, Legislação Trabalhista superada. Eu sempre digo que uma pessoa que eu combateria se ditador ele fosse, eu combateria qualquer ditador, mas reconheço nele a figura de estadista, se Getúlio Vargas viesse ao mundo, dissesse, eu vou ser Presidente da República agora, a primeira coisa que ele faria seria reformar a Legislação Trabalhista Varguista, que ele genialmente compôs àquela altura, com a visão de estadista que tinha, aquele momento era o que tinha que ser feito. Neste momento não tenho nenhuma dúvida de que Vargas se oporia a Legislação de Vargas porque ele tinha capacidade de olhar para frente, olhar além, olhar, enfim.

Mas, muito bem, sobre o PAC eu vejo que tem coisas importantes, a Medida Provisória que trata da tecnologia digital para recepção e para transmissão. Tem um episódio muito, eu vejo ali que, talvez, se torne

inócuo, não sei, mas a tentativa de segurar despesas em relação a salário de servidores e não há a figura da indexação ali porque eles colocam um montante mas eu não sei se isso resiste, não sei se na prática isso vai se solidificar, eu entendo o que o PAC tem um grande mérito de falar em investimento, de falar em crescimento e é uma espécie de Avança Brasil com a diferença de que o Governo passado falava em marco regulatório, falava em fortalecer as agências, falava em reformas, procurava fazer reformas, esse é um Avança Brasil sem reformas, uma grande peça de marketing que vai render durante dois anos e alguma coisa, neste ano muito pouco, no outro ano um pouco mais, não é uma coisa que me abalance, me deixe entusiasmado, enfim, a não ser a idéia em si de ordenar gastos, de procurar ter uma certa visão sistêmica do que seria necessário se fazer. Mas não gosto do viés estatista, não gosto da idéia, o setor elétrico em vias de reestatização, quem entende muito bem disso é o Senador Delcídio, tem uma medida que é extremamente interessante e que tem que ser trabalhada com sinceridade, com honestidade. Quando o Presidente Lula diz que o PAC, aliás, estabelece inflação mais 1,5% como parâmetros para o salário mínimo, aí o Presidente Lula com a habilidade que tem, ele diz para o trabalhador, estou garantindo de qualquer jeito no sol e na chuva, reajuste real para você. Mas, ao mesmo tempo, para o Dr. Paulo Godoy ele chega e diz assim: Isso daí na verdade é arrocho salarial. E é. É preciso ele escolher um lado. Eu sou Flamengo, estou felicíssimo com o que o flamengo fez ontem. É um lado. No meu Estado, eu sou do boi bumbá, ninguém... Político não gosta de dizer o boi, eu sou caprichoso, tenho um lado, escolho meus lados, somos colegas, não hesito em defender minhas bandeiras com muita clareza.

E se tivessem nos últimos 15 anos para trás, nós tivéssemos adotado essa metodologia para reajuste do salário mínimo, ele seria de 305 reais hoje. E teríamos uma relação dívida PIB de 30% e não de 50%. Ou seja, é uma medida que deve ser levada com toda a seriedade e quem sabe o Presidente Lula admitindo que isso aí seja necessário para o equilíbrio do Brasil e para crescimento econômico futuro que vai beneficiar a população como um todo, sem continuar a vender a idéia de que está defendendo no curto prazo reajustes bons para o salário mínimo. Eu não sei se me fiz entender bem.

Mas, então, Dr. Paulo Godoy, Deputado Armando Monteiro, eu vejo que nós temos essas duas incógnitas aí, Tem a China, que a meu ver não vai causar sustos permanentes e nem maiores, acredito que isso aí é passageiro, enfim, mas a China já se propõe a crescer um pouco menos. Os Estados Unidos, talvez, exagere

ao dizer que se avizinha uma recessão para a economia americana não há quem discorde da idéia de que os Estados Unidos crescerão menos. Evidentemente que isso se repercutirá no Brasil. Por isso que eu digo que o Brasil tem esses 3,5 mesmo, de um ano para o outro nós transplantamos de 1.7%. De 2006 para cá. Se não fizesse nada, todo mundo ficasse parado, o Presidente Lula ficasse só dando aula de educação sexual, nós teríamos 1,7% de crescimento, trabalhando, cada um fazendo um pouco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Crescimento demográfico. [risos].

SENADOR ARTHUR VIRGILIO (PSDB-AM): Sim. Não, com preservativo, teria um crescimento demográfico mais razoável, controlado, grande mérito, enfim... Você não precisava nem ter ficado vermelho, porque quem disse isso foi... Mas o fato é que nós vamos ter esse crescimento mesmo, viu. Esse crescimento é muito bem, está havendo votação na Câmara, Deputado está sendo convocado. Eu, na verdade fazer nenhuma pergunta, eu já soube aqui pelo Senador Cícero Lucena que falaram algo parecido com isso, não estão esperando nenhum milagre, nós é que temos que operar o milagre de fazer esse Congresso de votar nas reformas, de aprovar essa PEC do Senador Jereissati *ad hoc* de urgência, aprovar a autonomia do Banco Central, não deveria ter sido sugestão minha, deveria ter sido sugestão do Governo para travarmos um debate amplo e sem preconceitos partidários, enfim. Mas, enfim, eu lamento muito que já tenha passado a época mais brilhante da economia internacional, já passou, nós tenhamos jogado fora a oportunidade, se tivéssemos feito o dever de Casa, se o PT não tivesse atrapalhado tanto o País, antes do primeiro Governo do Presidente Lula, coisa que nós não fizemos durante os primeiros 4 anos, não faremos ao longo dos 4 anos seguintes dele, nós teríamos um outro País quem sabe crescendo a taxas chinesas muito mais do que as taxas russas, indianas e de maneira sustentável. Aí nós poderíamos realizar o sonho do Senador Crivella de ver o PIB duplicar. E com a carga tributária diminuindo porque nós teríamos realizado uma Reforma Tributária que já teria sido aprofundada nos seus efeitos e nas suas consequências práticas. Só parabenizar os dois pela belíssima exposição que fizeram. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação do ilustre líder Arthur Virgílio e compreendendo a premência do tempo, sobretudo da parte do Presidente Armando Monteiro, em virtude de votações que ocorrem na Câmara, desejo abreviar, mas não sem antes, ilustres convidados, também colocar a minha rápida opinião e fazer alguns questionamentos em relação a este tema.

Nós estamos debatendo nesta Comissão desde o primeiro dia da sua instalação estes assuntos que a meu ver são muito importantes para o futuro do Brasil.

Eu mesmo já emiti minha opinião em relação ao PAC. Acho que pior do que o PAC se não tivéssemos o PAC. O Brasil carecia de um plano macro-estruturante, de um plano estratégico. Nestes últimos quatro anos nós tivemos essa lacuna, realmente. Depois de termos tido os chamados eixos macro-estruturantes do avança Brasil, que acabou sendo importante no sentido de se delinear e de se definir objetivamente investimentos na infra-estrutura, tivemos essa lacuna, esse vácuo aí de 4 anos sem que o Brasil tivesse um plano estratégico. Agora, em que pese a importância de se ter um plano macro-estruturante para o Brasil, nós vemos no PAC algumas, algumas limitações, algumas falhas graves. A primeira delas, na minha opinião, é porque o PAC não trata de duas questões a meu ver, as mais relevantes do Brasil, nos dias de hoje.

Primeiro a discussão em torno da qualidade do gasto público. Segundo. A retomada de um outro tema absolutamente prioritário para o Brasil que é a questão das reformas estruturais. Quer dizer, não dá mais para a gente pensar em crescimento se a gente não enfrentar definitivamente, Senador Delcídio, a questão da Reforma Tributária, Reforma Tributária, Reforma Política, Reforma Trabalhista, Previdenciária é preciso voltar a discutir a Reforma Previdenciária. E eu queria aproveitar aqui a oportunidade, em que recebemos aqui com muita honra, duas das mais ilustres autoridades da indústria no Brasil. Presidente da Confederação Nacional da Indústria e a Indústria de Base para fazer um apelo a V. Exas. no sentido de que essas instituições abracem prioritariamente campanhas em seus segmentos no sentido de pressionar o Governo Federal, o próprio Congresso Nacional, a colocar com prioridade a partir de agora essas duas questões, a melhoria do gasto público, da qualidade do gasto público e as reformas. O PAC não pode significar uma panacéia, entre aspas, os problemas do Brasil, o PAC tão pouco pode também significar uma espécie de anestesia em relação a esses temas tão relevantes e tão importantes. Queria perguntar aos ilustres expositores, já que o Dr. Paulo Godoy colocou com muita precisão a preocupação em relação ao controle, a governança desses recursos, modelo de gestão do Governo em relação ao próprio PAC, eu queria perguntar aos ilustres conferencistas, debatedores, o que eles acham que deve ser aprimorado aqui na Casa? Quais os aspectos que merecem aprimoramento aqui no Congresso? Nas PECs, nos projetos? O que, ao ver de V. Exas., V. S.as, pode ser melhorado, qual a contribuição que o Senado pode oferecer a este programa?

Gostaria de ir um pouco mais além, também, extrapolando o objeto deste Requerimento perguntando a V. Exas. algumas outras questões que para mim são importantes, sobretudo ao Dr. Paulo Godoy. O que é que ele acha do atual estágio do processo de privatização de pedágio das Rodovias Federais que estão absolutamente deterioradas. O que os senhores acham da descentralização das Rodovias Federais para os Governos Estaduais? Os senhores, concordam que os recursos da CIDE estão sendo devidamente aplicados, estão sendo aplicados no sentido de efetivamente melhorar a infra-estrutura no Brasil ou se está havendo desvio desses recursos que foram dessa cobrança que foi instituída, especificamente para colaborar com o avanço da infra-estrutura no País. Nós temos a questão das PPPs emperradas, qual a opinião também em relação ao atual estágio de avanço das PPPs, das Parcerias Público Privadas e por fim a questão do saneamento. Nós estamos há quase 10 anos sem que o Conselho monetário nacional autorize ao fundo curador do FGTS investimentos em moradia e em saneamento. Quer dizer, o Conselho Monetário Nacional engessou a utilização dos recursos do fundo curador do FGTS, quase 10 anos atrás, queria pedir a opinião também, dos senhores, e por fim, em relação a isso, e por fim a opinião dos senhores em relação à visita do Presidente norte-americano.

Ele vem aqui num momento em que está desgastado diante da opinião pública mundial, nós estamos discutindo nesse momento o mundo inteiro a questão do aquecimento global, a necessidade da energia limpa, da energia renovável e, talvez, ele tenha a grande oportunidade da vida dele de acenar com uma agenda positiva para o mundo, entrando, se inserindo nessa esfera de discussão. Qual a opinião dos senhores em relação, por exemplo, a uma apresentação de uma proposta de redução gradual das sobretaxas em relação ao etanol? Será que o Presidente americano não estaria ganhando aqui muitos pontos se pudesse sinalizar com a possibilidade do Brasil se transformar no grande supridor de energia limpa para os Estados Unidos e para o mundo. Eu agradeço, por fim, querido amigo, Deputado Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, por vossa disposição em estar aqui conosco, por estar aqui conosco debatendo e eu coloco que outro grave defeito do PAC foi ter sido apresentado ao Brasil e ter sido criado de cima para baixo, sem que houvesse uma discussão preliminar com a sociedade brasileira, sobretudo com a sociedade organizada e essa Comissão procura suprir essa lacuna.

Então, eu quero agradecê-los pela presença, agradecê-lo pela presença que muito ilustra essa Comis-

são e ao Dr. Paulo Godoy, grande artífice da indústria de base que traz aqui também seus conhecimentos e sua enorme colaboração. Com a palavra o Dr. Armando Monteiro.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO:

Senador Perillo, muito obrigado pelas suas palavras. E indo diretamente aqui às intervenções, o Senador Valter Pereira coloca a preocupação a meu ver inteiramente procedente com a questão dos *spreads* e dos juros comercial no Brasil. Realmente essa é uma agenda que não avançou. O Brasil tem os maiores... Pratica as maiores margens de intermediação no sistema financeiro do mundo. E isso reflete características, vamos dizer, estruturais do sistema financeiro no Brasil. Que é um sistema marcado por uma baixa concorrência, é um sistema pouco competitivo, e agravado por um quadro em que os recursos são direcionados para o financiamento da dívida pública em grande medida. Ou seja, as ações de tesouraria, quer dizer, a carteira, as aplicações de tesouraria rendem mais do que as operações de crédito propriamente.

Então, o Brasil tem um sistema que é contingenciado na oferta de crédito, e esse contingenciamento da oferta de crédito levou o sistema a promover ganhos não pela escala de operação como fazem as instituições financeiras no mundo. Mas os levou, com volume relativamente pequenos de operações ativas, realizarem grandes lucros através das margens de intermediação.

Então, a solução desse problema é uma solução complexa, que envolve uma abordagem ampla dessa questão. Eu creio, por exemplo, que na medida em que a taxa SELIC vá caindo para um patamar inferior a 12% dos bancos vão sendo estimulados a assumirem mais operações de risco. Porque com a SELIC num patamar de 12%, os tais ganhos de tesouraria apenas com as aplicações em títulos públicos se reduzem muito. Então, o sistema vai tendo uma propensão a aplicar mais, a fazer mais aplicações de risco, e na medida em que a oferta se amplia cria-se um efeito saudável de restabelecer uma certa competição sistêmica que nós não temos. Então esse é um ponto que envolve mais uma variável aí de caráter mais macroeconômico. E ao mesmo tempo existe uma agenda micro econômica, aí representada por uma, por questões que envolvem o compulsório e aí me permita, Senador, o compulsório afeta diretamente os *spreads*, porque ao serem obrigados a promoverem recolhimento num nível muito alto do Banco Central, sem remuneração, os bancos consideram que isso é um custo e eles terminam por transferir isso para as margens de intermediação, o compulsório é um componente de custo dos bancos, portanto, rever a estrutura dos compulsórios, quer di-

zer, sem prejuízo da política monetária, no sentido de reduzir um pouco os atuais níveis é algo que poderá ter um efeito positivo nessa agenda, o outro ponto é tributação. Como já foi dito, o Brasil tributa o crédito fortemente, impostos diretos e indiretos, PIS, COFINS, IOF, Imposto de Renda, diferentemente do que muitos ingenuamente supõem quem paga esses impostos não são os bancos, quem paga esses impostos são os tomadores de crédito. Porque tudo isso vai para a conta das operações. Então o Brasil tem que montar uma agenda de desoneração do custo tributário da intermediação financeira. Ir promovendo uma desoneração, isso é importante também. Mecanismo para, de alguma maneira, estimular a competição no sistema financeiro. Imaginar que o sistema cooperativado de crédito pode ter no Brasil um papel muito maior, por exemplo, na Alemanha 14% do crédito vem de cooperações de crédito. Essa participação no Brasil é absolutamente irrelevante. Há medidas ainda para reduzirem o risco das operações, o cadastro positivo, a questão da própria execução das garantias no Brasil que hoje sabe-se, por exemplo, que, para executar uma garantia real no Brasil hoje você tem 10 anos, quem não quiser pagar o acessório pode deixar de pagar o principal no Brasil. Isso é algo absurdo, Senador Arthur Virgílio. Se alguém questiona uma dívida, adquire logo o direito também de não pagar o principal no processo, e ele está discutindo os juros apenas. Então, é um sistema que precisa de aperfeiçoamentos inclusive do ponto de vista institucional, legislativo etc.

Então, essa é uma agenda complexa e eu gostaria de dizer ao Senador Valter Pereira que a Comissão de Finanças da Câmara há 3 anos criou uma subcomissão que discutiu essa questão dos *spreads*. Me parece que a recomendação da Comissão ainda são absolutamente presentes, quer dizer, estão atualizadas. Eu poderia, se o Senador tiver interesse, lhe passar esse material, eu tive a honra de presidir essa Subcomissão, talvez pudéssemos retomar essa discussão e eu tenho certeza que o Senado terá um papel importante nesse processo. Quanto à intervenção do nosso brilhante Senador Artur Virgílio, eu creio que eu tenha muito mais concordância e convergências. Eu sublinharia primeiro essa afirmação do Senador, muito pertinente, de que ele torce para o que benefício da PPI possa compensar o custo, ou seja, se não investirmos realmente, se não aplicarmos isso não terá compensado, obviamente o prejuízo que tivemos que reduzir o superávit mesmo levando em conta essa possibilidade.

Então, eu creio que é fundamental manter os superávits num nível ainda alto, exatamente para que a relação dívida/PIB ao longo do tempo possa ser cada vez mais uma relação mais favorável. Faço apenas um

pequeno reparo, o Senador está com a visão mais otimista da trajetória da relação dívida/PIB em função do comportamento da inflação. Eu não estou tão otimista, Senador, na medida que vejo que o gasto corrente, que é uma componente fundamental, continua a ter um crescimento explosivo.

Então, a meu ver, essa trajetória vai refletir muito o desempenho da área fiscal e particularmente da evolução da despesa corrente que volta a crescer já em 2007. Por exemplo, os gastos federais de despesas correntes já estão projetados num nível de 19% em 2007, eu tenho continuo tendo uma preocupação com essa questão da trajetória da dívida. O Senador com muita, de forma muito lúcida, valoriza a discussão da autonomia institucional do Banco Central. Acho que esse é o ponto fundamental, essa taxa SELIC ela tem embutida, aí, um viés que é o de...

SENADOR ARTHUR VIRGILIO (PSDB-AM) Cus-
to palpite.

SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO:

De afirmar a autonomia de fato da política, se tivéssemos uma autonomia institucional não precisaria estar reafirmando a todo o momento essa autonomia própria da política. Eu estou absolutamente de acordo com o Senador, é preciso retomar a discussão da autonomia do Banco Central e, no dia que tivermos essa autonomia, a taxa de juros já vai de alguma maneira refletir essa, os benefícios desse processo.

No mais, o Senador Arthur Virgílio talvez não tivesse aqui no início da nossa exposição, eu estou absolutamente, concordo inteiramente com o Senador, sem a questão das reformas estruturais, sem a melhoria do ambiente estrutural, e sem o enfrentamento a meu ver dessa agência de reformas e da questão fiscal, o Brasil não vai efetivamente criar um processo sustentável de crescimento. E aí o PAC, até pelo nome ele tem a ambição de acelerar o processo de crescimento, mas em si mesmo ele não garante a sustentabilidade do processo, que a meu ver dependerá fundamentalmente da agenda de reformas e da melhoria do ambiente de negócio no País.

O Senador Marconi Perillo, eu creio que o nosso companheiro Paulo vai poder responder de forma muito mais completa uma série de questões que o Senador traz sobre a CID, sobre a questão dos pedágios, eu vou apenas me permitir fazer rapidamente um comentário sobre a visita do Presidente Bush. Eu acho que essa visita se insere numa preocupação que a meu ver vem tardia, mas que o Brasil não pode deixar de valorizar, do reconhecimento dos Estados Unidos de que ele, o governo Bush não teve efetivamente um olhar sobre a América Latina e sobre a América do Sul. E descobre agora tardiamente que tem, que essa é uma região

que tem, que envolve interesses estratégicos e agora, valorizados pela presença do Presidente Chaves que produz uma grande inquietação à sua movimentação, à sua movimentação aqui no continente. Então eu acho que é uma oportunidade extraordinária para redimensionar essas relações tanto no plano bilateral quanto no plano hemisférico com os Estados Unidos no sentido até de aproveitar a oportunidade. Melhorar o acesso ao mercado americano, promover uma agenda nessa questão do etanol e dos bio-combustíveis e aí a questão da sobretaxa do álcool. Eu estou absolutamente de acordo, quer dizer, tem que oferecer uma perspectiva de redução ainda que gradual dessa sobretaxação, o único ponto que eu reconheço frágil é que eu acho que o Presidente Bush vive um momento delicado e sobretudo, considerando que agora o peso do partido democrata no Congresso, e a dificuldade que o Presidente tem de renovar o TPA, que é o Trade Promotion Authority que ele tem dificuldade de renovar se não fizer, evidentemente, concessões ao próprio Congresso e aí há um conjunto de interesses dessas áreas ligadas à produção de etanol nos Estados Unidos e a necessidade de proteger esses setores. Mas de qualquer forma eu acho que é uma visita importante e que pode abrir aí perspectivas novas para o País.

E eu quero só também registrar que o Senador Perillo coloca de forma muito própria essa preocupação com a questão da qualidade do gasto e da necessidade de retomar essa agenda de reformas estruturais. Nós estamos absolutamente de acordo com essa sua preocupação. No mais agradecer pela atenção e pedir licença estão votando lá na Câmara e eu peço ao Senador Perillo que me permita já sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De acordo, muito obrigado Deputado Armando Monteiro, com a palavra Paulo Godoy Presidente da ABDIB...

SR. PAULO GODOY: Presidente, então só para terminar aqui o nosso encontro, poucas coisas...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pedir desculpas que eu tive que me ausentar, obviamente compreendo que não terei a oportunidade de fazer os meus questionamentos por ser Relator de outra Comissão, mas é um prazer participar desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa recebe o registro do illustre Senador Cícero Lucena.

SR. PAULO GODOY: Presidente, então só para terminar, Presidente, apenas complementar aqui as palavras do Armando Monteiro, e qualificar também a sua preocupação com relação as reformas estruturais e quero fazer chegar até senhor um artigo que foi publicado pelo Estado de São Paulo no qual nós

defendemos inclusive a reforma política centrada em três pontos que é a fidelidade partidária, o voto distrital e alguma cláusula de barreira que eu não sei se foi essa que foi aprovada, mas alguma cláusula de barreira para que também a estrutura política brasileira seja modernizada. O senhor colocou bem a qualidade do gasto público, e acho que na gestão eu posso dar uma sugestão. A exemplo do que o Armando Monteiro colocou, nós na ABDIB vamos procurar fazer um acompanhamento do andamento dos projetos com a informação dos agentes privados envolvidos. Que, muitas vezes, as informações colhidas nos âmbito do Poder Público, acaba não refletindo em alguns aspectos a realidade do andamento dos projetos, o que nós vamos fazer, obviamente, preservado as empresas privadas envolvidas é monitorar o que as empresas, tanto como contratados ou como agentes, qual a visão que eles têm com relação aquilo que está acontecendo. E vamos municiar o governo, e acho que a Comissão aqui do Senado e no Congresso, pode de alguma forma utilizar-se desses mecanismos que serão desenvolvidos de controle ou de informação paralela, e, de alguma forma, encontrarmos um meio que os senhores possam também receber esse tipo de informação a respeito do andamento dos projetos.

Então, e conseqüentemente esse modelo de gestão que estará ali estabelecido. Como eu coloquei, nós achamos que a concessão de estradas é fundamental até para o aspecto emblemático de um eventual recuo nessa posição poderia trazer com relação às expectativas do próprio andamento do PAC, concordamos com o senhor a respeito das questões ligadas à CID que está ligado ao superávit primário e o superávit primário está ligado sim também à redução do juros que vai permitir a relação melhor da dívida PIB e aí conseqüentemente abre uma outra perspectiva nas contas públicas. Eu acho que a descentralização acho que é correta quando envolver especialmente concessões. A descentralização sem recurso, a não ser que seja uma descentralização com descentralização de recursos também, aí obviamente vai ou da CID, e especialmente esse processo que podem ser conduzidos os processos ou de PPP ou de concessões pelos Estados. Eu acho que seria razoável, principalmente os eixos que têm interferência com a malha rodoviária estadual. E no restante eu acho que as PPPs o senhor colocou também o saneamento, o atual Estado das PPPs é o que eu disse, só falta uma coisa singela, apresentar os projetos e colocar a licitação. O marco regulatório está completo e ter perna para fazer estudos de viabilidade econômica. Não sei se respondi a tudo Senador. Que foi prazer poder estar aqui intera-

gindo e estaremos permanentemente à disposição da Comissão e do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço mais uma vez em nome dessa Comissão de Infra-estrutura, Serviço de Infra-estrutura aos ilustres convidados pela enorme contribuição ao debate sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. Não havendo mais nada a tratar declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h17.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EM 13 DE MARÇO DE 2007, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia treze de março do ano de dois mil e sete, no Plenário do Senado Federal, com a abertura dos trabalhos feita pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e, em seguida, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e do Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Francisco Dormelles, Inácio Arruda, Fernando Collor, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Garibaldi Alves, Neto de Conto, Pedro Simon, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Cícero Luceno, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Marcelo Crivela, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Jarbas Vasconcelos, Edson Lobão, Kátia Abreu, José Agripino, Arthur Virgílio e Jefferson Peres.** e, ainda, dos Senadores, **Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Tião Viana.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, que se destina a realização de Audiência Pública com a presença da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Exma. Sra. Dilma Rousseff, do Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e

Gestão, Exmo. Sr. Paulo Bernardo, a fim de “discorrer sobre as propostas concernentes ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, e a Política Econômica do Governo”, em atendimento aos Requerimentos nºs 01 e 04/2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, e nºs 01, 03 e 04/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Após a exposição dos Ministros, usam da palavra os Senadores Marconi Perillo, autor dos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, Francisco Dornelles, Sibá Machado, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Marcelo Crivella, Fernando Collor, Inácio Arruda, José Agripino, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Lúcia Vânia, Aloizio Mercadante, autor dos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos, Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Eduardo Azeredo, Tião Viana, Cícero Lucena, Marisa Serrano e Mão Santa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos, lavrando nós, *Dulcídia Calháo e Luiz Gonzaga Silva Filho*, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão. – **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de Assuntos Econômicos.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2007 ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu peço que todos, por favor, tomem seus lugares—

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu peço, por favor, que todos tomem os seus lugares.

Havendo número Regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura a realizar-se em conjunto, que se destina a ouvir a Exma. Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Dilma Rousseff, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, e o Exmo. Sr. Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, para discorrerem sobre as propostas do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento e a política econômica do governo, em atendimento, Sr. Senado-

res, a Requerimentos dos Exmo. Sr. Senadores Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

É, portanto, com grande satisfação que informo o Plenário das honrosas presenças da Ministra Dilma Rousseff, dos Ministros da Fazenda Guido Mantega e do Planejamento, Paulo Bernardo. Eu tenho certeza, Srs. Senadores, absolutamente certeza que esse debate será esclarecedor e que elevará muito os trabalhos do Senado Federal. Aliás, o Senado Federal, no que depender do seu Presidente, estará sempre, como sempre esteve, de portas abertas para discutir as ações necessárias para promover a aceleração do crescimento nacional. A nossa pauta com relação aos interesses do país está absolutamente em dia. Nós já votamos todas as matérias de interesse do país que estavam prontas para serem votadas e temos avançado bem numa agenda suprapartidária. Como exemplo, nunca é demais repetir, eu cito que, na semana que passou, nós aprovamos a PEC, do Senador Tasso Jereissati, definindo os princípios da atividade regulatória.

Estaremos também, Sr. Senadores, reunidos nos próximos dias com todos os Presidentes de Comissões Permanentes do Senado Federal para definirmos, do ponto de vista do Senado, uma pauta de votações, uma agenda que, como eu disse, que esteja verdadeiramente alinhada com os reais interesses da sociedade organizada e voltada, sem dúvida nenhuma, para o desafio do crescimento de capacidades. É a pauta que o Senado apresentará ao Brasil, resultado do talento de todos os Srs. Senadores, de todas as senhoras Senadoras aqui presentes e independentemente de cor partidária.

Nós estamos instalando também, eu aproveito a oportunidade para dizer, sob a liderança do Senador Aloizio Mercadante, a Comissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional. Essa Comissão Constitucional, que agora estará sendo criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, acompanhará a administração tributária da União, dos Estados e Municípios indicando, propondo, colaborando com soluções para todos os gargalos que ainda oneram a produção no nosso país. Será, sem dúvida, um dos mais importantes fóruns da Federação. Essa presença da Ministra Dilma, do Ministro Mantega e do Ministro Paulo Bernardo numa Audiência Pública das Comissões de Assuntos Econômicos presidida, como disse, pelo Senador Aloizio Mercadante e de Serviços de Infra-estrutura presidida pelo Senador Marconi Perillo, evidencia a seriedade com que esse tema vem sendo tratado e será tratado aqui no Senado Federal. Eu parabeno os dois Senadores pela iniciativa conjunta e todos os

demais, nas pessoas dessas respectivas lideranças, por demonstrarem, Sr. Senadores, que a Casa sabe dialogar com todas as cores partidárias e regionais quando o assunto é o desenvolvimento do país.

Nesse diálogo entre os poderes, Ministra Dilma Rousseff, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, sem dúvida nenhuma quem ganha é o Brasil. Eu peço licença à Ministra Dilma Rousseff, ao Ministro Guido Mantega e ao Ministro Paulo Bernardo para passar a Presidência dos nossos trabalhos inicialmente ao Presidente Aloizio Mercadante e, em seguida, ao Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Infra-estrutura.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós queríamos, portanto, dar início a essa Audiência Pública, que teve a presença sempre relevante do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, queria agradecer a ele, não só a presença nessa audiência conjunta, mas, sobretudo esse espaço no Plenário porque é, eu diria que é uma deferência com a Comissão de Estrutura presidida pelo nobre Senador Marconi Perillo, foi inclusive a primeira Comissão a aprovar o convite aos Ministros de Estado para a discussão do Programa de Aceleração do Crescimento. Uma Comissão que já vem aprofundando o debate sobre essa matéria. E a Comissão de Assuntos Econômicos que, de forma semelhante, tem um imenso interesse que esse debate possa ser aprofundado. Nós estamos fazendo, no Senado, para que todos os Senadores possam participar.

Quero, antecipadamente alertar que o nosso prazo para essa audiência é até às 14 horas, porque às 14 horas teremos uma Sessão Especial no Plenário do Senado. Portanto, nós temos aí duas horas e meia para a realização dessa audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Três e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Três horas e meia para a audiência. A nossa proposta é que duas horas e meia para o debate. Assim, nós teríamos até uma hora para a exposição dos três ministros de Estado, com uma divisão do tempo de trabalho e de 20 minutos para a exposição de cada um deles. Queria também dizer que na Sessão Conjunta nós vamos compartilhar aqui a Presidência, eu apenas inicio esse trabalho porque, apesar do Marconi ser o mais velho, ele cedeu o espaço para mim, como diz o art. 113 do Regimento Interno, é a idade que prevalece.

Então, nós gostaríamos de iniciar com a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil e o Ministro Guido Mantega, da Fazenda e o Ministro Paulo Bernardo, de Planejamento, Orçamento e Gestão. E dizendo que o

desafio do crescimento, é um grande desafio da Nação, é o tema que mais mobiliza hoje o governo e tenho certeza de que essa discussão vai ser esclarecedora tanto no sentido de preparar o Senado para a discussão do PAC quanto para que os Senadores possam contribuir para o aperfeiçoamento desse conjunto de iniciativas que o governo apresenta.

Assim, nós vamos iniciar a exposição com o Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, que fará a primeira parte da exposição aos Sr. Senadores e às senhoras Senadoras. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Bom dia a todos, quero cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante, Presidente da CAE, Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, a todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e todos os demais presentes nesta Sessão. Eu vou apresentar a parte macroeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento. Queria esclarecer que o Programa de Aceleração do Crescimento, ele não esgota toda a política econômica e social que o governo do Presidente Lula está realizando. Na verdade, ele é uma complementação da política econômica e social já em curso e, inclusive, será complementado por outros programas como, por exemplo, o PAC Educação, que está em gestação. O objetivo deste programa é buscar taxas mais elevadas de crescimento econômico no país. O país já está crescendo a taxas superiores à média histórica dos últimos anos e nós queremos que haja uma aceleração desse crescimento. O principal instrumento a ser utilizado para acelerar o crescimento é o aumento do investimento e a remoção dos obstáculos que impedem que investimentos privados e públicos se realizem.

Eu vou, passando adiante, eu vou procurar mostrar qual é a lógica do PAC, quais são os principais instrumentos que serão utilizados pelo PAC. Naturalmente, não haveria possibilidade de acelerarmos o crescimento econômico se os fundamentos da economia brasileira não estivessem sólidos. Até poderíamos acelerar o crescimento, mas seria de forma efêmera, não duradoura. E, pelas condições que nós conquistamos na atualidade, de fundamentos bastante sólidos, nós temos as condições de acelerar o crescimento, atingirem patamares mais elevados e mantê-los ao longo de um prazo maior. Então, hoje nós temos uma estabilidade monetária confortável, com uma inflação abaixo de 4%, que nos permite ter um horizonte de longo prazo. Nós temos um equilíbrio fiscal nas contas públicas, que continuará a ser mantido, também nos dá condições bastante sólidas e, fundamentalmente, nós temos hoje uma baixa vulnerabilidade externa,

que é posta à prova periodicamente como, por exemplo, na turbulência que sofremos duas semanas atrás, onde o Brasil conseguiu passar por ela praticamente incólume. A moeda brasileira foi a que menos flutuou ao longo dessa turbulência que começou na Ásia, semana passada.

Portanto, temos hoje condições para enfrentar turbulência internacional sem que isto venha a abortar o processo de crescimento, como já aconteceu no passado. No passado qualquer turbulência, qualquer espirro que acontecia no exterior afetava a economia brasileira, o crescimento era abortado. Agora, não precisamos fazer isso. E é por isso, então, que podemos ousar em direção a um crescimento mais vigoroso. Adiante. Esse crescimento mais vigoroso, ele será impulsionado, sobretudo pelo aumento do investimento público e privado. Os Sr. puderam verificar que no resultado do PIB do ano passado nós tivemos um crescimento de 2.9 do PIB total, é um crescimento ainda modesto, insatisfatório, sem dúvida, mas a taxa de investimento da economia cresceu 6.7%. Portanto, a taxa de investimento já está crescendo. E se nós pegarmos o último trimestre do ano passado, nós vamos verificar que a taxa de crescimento do investimento, a chamada formação bruta de capital fixo, se aproxima dos 10%, que é um índice bastante satisfatório para impulsionar um crescimento sustentável.

Como fazer para estimular o investimento privado e o investimento público? Adiante. Primeiro lugar, o investimento privado se move a partir da demanda do mercado consumidor. É preciso que haja demanda do mercado externo para que nós continuemos aumentando as exportações brasileiras, isso está acontecendo. E, sobretudo, a demanda interna. A demanda interna é mais importante do que a demanda externa porque ela representa cerca de 80% de toda a nossa demanda. O que nós observamos é que há um robustecimento da demanda do mercado interno brasileiro, em função do aumento do emprego, da massa salarial, aumento do crédito. Com isso tudo, nós estamos aumentando este mercado interno que é um estímulo importante para o aumento dos investimentos.

Seguindo adiante, o governo tem procurado fazer política monetária creditícia e cambial de modo a consolidar a demanda interna e externa do país. Alguns problemas na área cambial, que depois poderemos mencionar, mas, de todo o modo, o mercado global para as empresas está aumentando. Passamos adiante. Além disso, os investimentos privados dependem de redução de custo. Uma vez em que o Brasil está metido na globalização e, portanto, as empresas brasileiras competem com as empresas estrangeiras, seja em solo nacional, não é, com os produtos destas

empresas, seja no exterior, é preciso que as empresas brasileiras tenham mais produtividade e redução de custos. Portanto, o governo tem posto em prática medidas no sentido de reduzir custo financeiro, o custo tributário e o custo de infra-estrutura.

Passamos adiante. Como fazer para reduzir esses custos? O governo tem procurado liberar crédito cada vez mais barato para os investimentos das empresas. A TJLP, do BNDES, já está no seu patamar histórico mais baixo, 6,5% mais o spread também baixo. Então, nós já temos condições bastante competitivas dos financiamentos para investimento. E não falta crédito no BNDES para as empresas que se habilitarem. Nós temos que reduzir o custo tributário, porque sabemos que a carga tributária cresceu muito no Brasil nos últimos anos. Então, ela tem que ser reduzida. Então, o governo vem fazendo movimento de redução do custo tributário e, nesse programa de aceleração de crescimento, estão medidas que vão nesta direção. Além disso, nós temos que aumentar a oferta de infra-estrutura e reduzir o seu custo. Caso contrário, será impossível continuar fazendo o movimento significativo nos portos, nas rodovias, nas ferrovias brasileiras, que são cada vez mais demandadas pelo movimento econômico e movimento de exportação e importação.

Então, nesse sentido nós temos, passa adiante, que tomar, que remover obstáculos que hoje dificultam investimentos principalmente na área de infra-estrutura; marco regulatório melhor, e estamos procurando fazê-lo; agilização das licenças ambientais, evidentemente, mantendo os princípios do equilíbrio ambiental, e outras reformas que vêm no sentido de melhorar o marco regulatório.

Passando adiante. Finalmente, um programa de longo prazo como este tem que ser sustentável, tem que ser fiscalmente sustentável, porque nós estamos propondo aqui é aumentar investimentos do governo em infra-estrutura, portanto, aumento de gastos do governo. Estamos propondo aqui a redução de tributos, não é? O que significa também uma diminuição da nossa arrecadação. É preciso que estas medidas sejam compatibilizadas com o equilíbrio fiscal, ou seja, nós temos que continuar fazendo o superávit primário, continuar diminuindo a relação Dívida/PIB, e isto está garantido com um programa fiscal de longo prazo que vai ser apresentado pelo ministro Paulo Bernardo.

Passamos adiante. As medidas do PAC foram organizadas em cinco blocos, dos quais eu vou me referir aos dois primeiros blocos: O estímulo ao crédito e ao financiamento e a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. A Ministra Dilma vai falar no investimento em infra-estrutura e gestão do PAC, que é a espinha dorsal deste programa. E o Ministro

Paulo Bernardo falará da melhora do meio ambiente, da melhora do ambiente de investimentos e medidas fiscais de longo prazo. Vamos passar adiante. Pode passar adiante. Estímulo ao crédito e ao financiamento. É fundamental para que um país possa crescer a taxas mais elevadas que exista uma oferta de crédito compatível com as necessidades de investimento e de consumo. E esse crédito tem que ser cada vez mais barato porque senão ele inviabiliza os negócios.

Passa adiante. Nós podemos ver ali a evolução do crédito no Brasil, do Sistema Financeiro Nacional. É apenas uma parte do volume de crédito. Podemos ver que de 2002 a 2007 há um crescimento expressivo, de 24% do PIB para mais de 34% do PIB. Portanto, mais de 60% de crescimento do crédito no Sistema Financeiro. Além disso, passamos adiante, o crédito mercantil também vem subindo de forma expressiva. Aquele crédito dado das empresas para outras empresas. E, desta maneira, somando crédito bancário com mercantil, já temos quase 50% de crédito para a economia. Além disso, passamos adiante, nós temos um mercado de capitais que está se tornando cada vez mais importante. Nós tínhamos um mercado de capitais que podíamos dizer que era medíocre, que tinha uma importância pequena na oferta de crédito, na capitalização das empresas e hoje já podemos falar, em 2006, que o mercado de capitais, ele deu conta de oferecer 125 bilhões de crédito para a economia. Além do crédito que eu mencionei, temos que adicionar este. Isto significa crédito barato para as empresas. As empresas fazem oferta de ações, lançamento de ações e são subscritas por investidores e, portanto, as empresas podem se expandir com esta modalidade de crédito.

Eu posso dizer aos senhores que já em 2007, janeiro e fevereiro, foram liberados 33 bilhões de reais de crédito nesta modalidade. Portanto, em 2007, deveremos chegar a 200 bilhões de reais de crédito do mercado de capitais brasileiro. Então, compondo os três elementos que eu mostrei, hoje a economia brasileira já tem um volume de crédito razoável, ainda não é totalmente satisfatório, razoável e as taxas de juros estão caindo.

Passamos adiante. Dentro da, do âmbito do PAC, tomamos algumas medidas para ampliar ainda mais o crédito, aumentamos o capital da Caixa Econômica Federal, o capital de referência, o patrimônio de referência, de modo que ela possa emprestar mais 05 bilhões para a área de habitação e saneamento. Nós aumentamos o limite de crédito de endividamento que pode ser tomado por Estados e Municípios de 07 bilhões. Normalmente, esse limite de endividamento de Estados e Municípios é de um bilhão. Portanto, aumentamos

expressivamente a possibilidade de aprovar projetos de saneamento e habitação por parte dos Estados e Municípios. Além disso, tomamos medidas, criamos o Fundo de Investimento em Infra-estrutura, com recursos do fundo de garantia por tempo de serviço, em 05 bilhões, e eu posso dizer que a remuneração mínima deste fundo será garantida pela própria Caixa Econômica Federal. Vamos passar adiante. Eu tenho pouco tempo. Outras medidas foram tomadas, a redução das taxas de juros do BNDES e do spread.

Passamos adiante. Bom, do ponto de vista do sistema tributário, nós procuramos reduzir a carga tributária que incide sobre as empresas. Pode passar adiante. De modo que as medidas principais que foram tomadas são desoneração dos investimentos. Isto é fundamental porque beneficia o sistema econômico como um todo. Então, aqui são redução de... Aceleração para a obtenção dos créditos de PIS e Cofins quando uma empresa vai ampliar as suas instalações, aumentar a sua planta de 25 anos para 24 meses. Portanto, é muito mais rápida a obtenção de crédito de PIS/Cofins. Nós estamos isentando a cobrança de PIS/Cofins para os novos projetos na área de energia elétrica, para transportes e para saneamento básico. Então, qualquer empreendimento desta natureza não paga PIS e Cofins. Estamos desonerando o Fundo de investimentos em Infra-estrutura, que não vai pagar Imposto de Renda.

Seguimos adiante. Nós estamos incentivando áreas de nova tecnologia, que ainda não estão implantadas no Brasil. Portanto, a partir do padrão de TV digital, nós estamos isentando os insumos desta área de praticamente todos os tributos como estão ali. O mesmo estamos fazendo para o setor de semicondutores, a maioria dos tributos federais está sendo eliminada neste setor, de modo que se implantem fábricas para produzir semicondutores. Além disso, nós elevamos a isenção de microcomputadores de 2,5 para 04 mil reais, o que abrange um grande espectro, um amplo espectro de microcomputadores, de modo a estimular a produção nacional. Porque esse é um produto que normalmente era contrabandeado. Ao fazermos essa isenção estamos dando a condição de fazer no país. Já duplicou a produção de microcomputadores no país só com a primeira isenção e agora esperamos ainda resultados melhores com essa segunda isenção. Desoneração de perfis de aço para a construção civil. Passamos adiante. Medidas que já foram aprovadas aqui no Congresso e que são de extrema importância para a simplificação tributária e desoneração, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que entrará em vigor no segundo semestre deste ano. O reajuste da tabela de Imposto de Renda para os próximos quatro

anos. A prorrogação da depreciação acelerada, em dois anos pode haver uma depreciação de todos os insumos de bens de capital adquiridos pelas empresas. E a prorrogação da cumulatividade de PIS e Cofins para a construção civil, significa um custo menor de PIS e Cofins para a construção civil.

Passando adiante. Nós temos aqui o agregado dessas medidas, que representa uma desoneração de 6,6 bilhões em 2007, porque nem todas... As medidas não entram em vigor no ano todo de 2007 e para 2008 essas mesmas medidas representarão uma desoneração de 11,5 bilhões. Isto vem se somar com a desoneração que já vem sendo realizada, pelo governo, de vários itens tributários, que já soma 23 bilhões até o final de 2006. Então, temos que somar 23 com esses números que estão aí para saber qual é o tamanho da desoneração. Passamos adiante. Bom, medidas para aperfeiçoamento do sistema tributário. Nós estamos prolongando os prazos para recolhimento da Previdência e para o recolhimento do PIS e Cofins, em alguns dias, é bom para as empresas, menos capital de giro para as empresas. Passando adiante. Elas precisam de menos capital de giro, não é? Então, medidas em tramitação, implementação. Bom, quando eu fiz aqui o PowerPoint, não tinha sido aprovada ainda a criação da Receita Federal do Brasil, que é muito importante, conforme os senhores sabem.

Está em curso a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital, eliminando a escrituração em papel. Isso simplifica muito a vida das empresas. Nós vamos criar cadastros unificados com os governos estaduais, a partir de convênios, portanto, um aperfeiçoamento do sistema, a desburocratização e um controle muito mais forte sobre a eventual sonegação. Isso desemboca na nota fiscal eletrônica, que já está sendo utilizada por um grupo restrito de empresas, mas o nosso objetivo é divulgá-la, generalizá-la para todas as empresas, para todo o sistema econômico. Dessa maneira, será muito mais fácil as empresas emitirem notas e o governo fiscalizar o sistema. É o primeiro passo para a implantação de uma reforma tributária que dê mais racionalidade ao sistema tributário brasileiro. Nós temos um sistema tributário que não ajuda a produção, não ajuda o investimento. Ele pode ser melhorado. O empresariado brasileiro, ele se vê às voltas com um emaranhado de tributos, alíquotas diferenciadas de um estado para o outro e nós temos que simplificar essa situação. Então, foi feita uma proposta. Está sendo feita uma proposta para os Governadores, nós vamos transmitir essa proposta ao Congresso para que ela seja discutida em várias partes, de modo a que possamos desembocar num sistema tributário moderno, simplificado e mais eficiente. Eu

acho que depois nós podemos até marcar aqui uma discussão, ou na CAE ou numa outra Comissão, para que discutamos a proposta de Reforma Tributária que o governo possui, que é muito importante para a desoneração, a simplificação.

Podemos passar adiante. Bom, para encerrar a minha fala - passa adiante - eu queria mostrar a consistência macroeconômica das medidas do PAC. O que está colocado ali naquele quadro são as principais variáveis econômicas que nós esperamos no país nos próximos quatro anos, porque o PAC, é bom lembrar, é um plano de quatro anos. E nós temos ali, na primeira linha, a taxa Selic nominal, esperada pelo mercado. O SR. MINISTRO da Fazenda não pode dizer qual é a taxa de juros que ele espera nos próximos anos. Então, eu sou obrigado a pegar a pesquisa Focus, que é uma pesquisa de mercado, que costuma ser conservadora. Certamente essa taxa é mais conservadora do que aquilo que eu acredito que poderá ser a taxa de juros. Mas, eu quero demonstrar que mesmo com uma taxa de juros conservadora, ou seja, mais alta do que ela poderá ser, nós teremos um crescimento substancial da Economia com equilíbrio fiscal. Então, nós temos a primeira linha em 2007 a taxa média, Selic, seria de 12,2. Não é taxa final de ano, é taxa média do ano. E 11,4, em 2008, assim por diante, até chegar em 10% em 2010. A taxa de inflação esperada para esse ano é 4,1, poderá ser menor, porque os prognósticos apontam para algo como 3.9 de inflação para 2007. E 4,5% é a meta de inflação que está estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. A taxa de crescimento do PIB, que nós esperamos para esse ano, é 4,5%. É aperfeiçoamento factível de alcançar esta meta. A economia já está crescendo a um ritmo próximo de 4%. E, nos próximos anos, em torno de 5%. Nós vamos manter um superávit primário de 4,25, porém, nós vamos ampliar o programa prioritário de investimentos, que é um programa especial de investimentos, onde o governo assinala projetos prioritários, que têm um efeito importante na economia, que geram um efeito multiplicador. É economia externa, como dizem os economistas. Então, esse programa de investimentos poderá atingir 0,5 % do PIB e, se necessário, será deduzido do superávit primário.

Portanto, na pior das hipóteses nós poderemos fazer um superávit primário de 3,75. Dessa maneira, com essas variáveis, com essa taxa de juros, com este primário, tirando os 0,5 % do PPI, nós teremos o pagamento de juros líquidos de 5.6% do PIB, em 2007. O que significa um déficit nominal de 1.9. Para comparar, nós temos que ver o déficit nominal do ano passado foi de 3,5%, então, estaremos diminuindo o déficit nominal de um patamar de 3,5 para cerca de 2,0 em 2007, e o

importante que em 2010, com essa trajetória modesta de queda de taxa de juros, nós poderemos zerar o déficit nominal. Então, a economia brasileira, do ponto de vista fiscal, estará equilibrada até 2010, mesmo com algumas premissas conservadoras que estão aí nesse quadro. E a relação dívida/PIB, ela continuará em queda. Ela já foi de quase 60% do PIB; este ano deve terminar abaixo de 50, cerca de 48, e nós poderemos chegar, em 2010, a cerca de 40%.

Portanto, nós temos aqui a combinação de variáveis econômicas satisfatórias: Um crescimento maior da economia, com uma inflação sob controle, com o déficit nominal caindo, levado a zero e a relação dívida/PIB, caindo também. Portanto, o Brasil, depois de quatro anos, terá uma condição econômica muito mais favorável. Eu encerro por aqui, passando a palavra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Ministro de Estado Guido Mantega pela excelente exposição. Tenho certeza, muito produtiva para o debate que nós vamos ter hoje no Plenário. E agora, imediatamente, passaríamos a palavra à Ministra Chefe de Estado da Casa Civil, Dilma Rousseff, que falará sobre investimento em Infra-estrutura e as medidas de gestão do Programa de Aceleração do Crescimento, contribuindo aí para a nossa Audiência Pública. Com a palavra, a Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ao cumprimentar o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, o Senador Aloizio Mercadante e ao Senador Marconi Perillo, eu gostaria de saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. A minha parte é sobre investimento em infra-estrutura e as relativas medidas de gestão específicas do PAC.

Basicamente, nós consideramos que essa mobilização do investimento público, ele é condição, ele não é suficiente, mas é condição para a aceleração do desenvolvimento sustentável, na medida em que nós nos propomos a eliminar gargalos que afetam a todos os segmentos da economia. Os segmentos industriais, agrícolas, de serviço e comerciais são afetados por esses gargalos. E, ao desfazê-los, nós, sem dúvida nenhuma, aumentamos a produtividade do sistema, melhoramos a competitividade para as empresas brasileiras e, ao mesmo tempo, fornecemos um instrumento para a superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais. Além disso, esses referidos gargalos, eles, para serem superados, eles necessitam de uma visão de médio e longo prazo da economia e da própria ação de governo. Nesse sentido, o uso do planejamento estratégico, que é um instrumento que hoje é praticamente adotado por quase

todas as grandes empresas desse país, ele, para os efeitos de programação do governo, esse instrumento é estratégico e condição para que esses gargalos sejam desmontados. Isto implica também numa outra questão, que é a necessidade de, dado o desenvolvimento institucional do país, e dada a importância que hoje os setores privados têm nesta área de infraestrutura também, é fundamental que fortaleçamos as Agências Reguladoras e, portanto, a regulação, o que tem estreita relação com a competitividade. Ou seja, um dos papéis cruciais das Agências Reguladoras é permitir que haja uma competição próxima da competição perfeita, evitando, portanto, as práticas oligopolistas ou monopolistas que gerariam super rendas ou sobre rendas, melhor dizendo.

E algo também, outra questão também é fundamental. É o fato de que é impossível supor que investimentos em infraestrutura sejam realizados sem uma adequada adequação dos instrumentos creditícios do país. Ou seja, adequar o financiamento às necessidades do investimento de longo prazo é essencial, ninguém investe, no mundo, sem uma disponibilidade de capital de terceiros com taxas compatíveis aos elevados volumes de capital que, no investimento de infraestrutura, são necessários. Daí a importância de toda essa questão levantada pelo Ministro Guido e também o fato de que é muito importante hoje que haja uma adequação e uma cooperação, uma verdadeira parceria entre o investimento público e o investimento privado na área de infraestrutura. Ela, tradicionalmente, era uma área, era uma área em que primava mais o investimento privado, aliás, o investimento público, do que o investimento privado. Nós estamos caminhando para um reequilíbrio desta relação. Apesar de que, como nós veremos, na área de energia, ainda o peso dos investimentos públicos é muito grande, principalmente na área de petróleo. Então, parcerias entre o setor público e o investimento privado, essa parceria é crucial para levar a cabo o PAC.

E, por último, a articulação entre os diferentes entes federativos na medida em que o PAC é um programa que necessita da cooperação, em várias áreas, de todas essas, desses entes, principalmente na área de meio ambiente, na área também de saneamento, de habitação, de metrô, enfim, em várias áreas essa cooperação, ela é estratégica. Os critérios de seleção que nos moveram em relação à questão do PAC, na escolha dos projetos, começam por um item que eu considero muito importante, o governo acha que ele é essencial e é uma prática bastante saudável que nós nos acostumemos a concluir projetos em andamento. Então, priorizá-los é algo muito importante porque significa o uso adequado do dinheiro público e não se

deixa um conjunto de esqueletos espalhados nessa área. E também, dentro da mesma medida, é recuperar a infra-estrutura que já existe, a infra-estrutura que é a infra-estrutura essencial para o país porque ela é a infra-estrutura existente. O critério de escolha de novos investimentos seria aquele com forte potencial para gerar retorno econômico e social.

E, finalizando, há uma consideração, que é muito importante, que é o fato de que os projetos têm de ser vistos de uma forma global, há que ter sinergia entre eles. Principalmente na área de infraestrutura logística. Há que pensar a integração dos módulos rodoviários, ferroviários com a estrutura de portos, enfim, com as hidrovias do país e a estrutura aeroportuária. A logística é eminentemente uma teia. No caso da energia, isso também se repete quando se trata, por exemplo, das grandes estruturas de rede. Basicamente, das estruturas relativas às redes de transmissão de energia, aos gasodutos e à estrutura de refino do país.

O Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2007/2010, nesta etapa, ele está centrado em três eixos: O eixo de infraestrutura logística; o eixo de infraestrutura energética e o eixo de infraestrutura social e urbana. Um quarto eixo está sendo também estruturado pelo governo, ele será tratado à parte, que é o eixo de infraestrutura de telecomunicações, basicamente, a meta do governo de levar a banda larga a todas as escolas. Será tratado à parte, não está tratado no PAC, mas integra o esforço de solução de gargalos. Nesse sentido, nesses três eixos, nós estamos prevendo investimento de aproximadamente 504 bilhões de reais, divididos entre a logística energética social urbana, obviamente, com um peso extremo, bastante significativo na infraestrutura energética, diante do vulto dos investimentos que essa infraestrutura exige. Ao mesmo tempo, com um aumento muito significativo na área social e urbana e na área de logística também. Estes investimentos, eles têm uma característica, que eles têm, eles estão pensados regionalmente. E aí se destaca a capacidade que o PAC tem de ter de equilibrar estas relações. Então, destaca-se, sobretudo, o fato de que, entre Norte e Nordeste, nós temos hoje um peso de 41% da destinação do PAC. O sudeste, com 40, o Sul com 12 e o Centro-Oeste com 7%. Esta é uma distribuição dos recursos que estão diferenciados pelo território, mas há um conjunto de investimentos, que nós chamamos nacionais, que são indiferenciados pelo território, por exemplo, dragagem, quando a gente falar de dragagem de todos os portos tem uma destinação específica para dragagem. Quando nós falarmos, por exemplo, de recuperação das estradas, também é de todas as estradas. Então, esses, estes investimentos que têm dimensão nacional, porque eles

se dão sobre a infra-estrutura existente, eles não estão regionalizados, apesar de ocorrerem nas diferentes regiões do país.

Bom, eu começarei a minha apresentação então específica pela questão da infra-estrutura logística, primeiro, a questão das rodovias. Nós integramos, antes estava distribuído regionalmente, mas, para facilitar a exposição e porque a apresentação ficava muito grande, nós juntamos todas as estradas num mapa único. E eu queria destacar, no canto esquerdo, a terceira, a 163, no Norte, por exemplo, queria destacar, eu não sei se eu chego lá, queria destacar aqui a 135, que é Piauí, Bahia e Minas Gerais, que sai lá do Piauí e chega a Minas Gerais. Queria destacar também a 116, principalmente a 116-PPP, que está aqui. A duplicação da BR-101, a duplicação também da BR aqui no Sul, da BR-101 Sul. A BR-101 do Espírito Santo. Queria destacar também a 381 em Minas Gerais, se não me engano, está aqui. Queria destacar, ainda, a 153, a 365 e a 050, em Minas Gerais. E queria destacar o trecho, aqui no Centro-Oeste, da 163 e da 364. Além disso, o Rododnel de São Paulo, o trecho Sul e o arco Rodoviário do Rio de Janeiro, como sendo obras muito importantes, estruturantes, que tem essa capacidade de articulação sinérgica com as demais obras do PAC.

Na sequência, nós vamos tratar dos projetos em hidrovias, portos e ferrovias, sintetizando num único mapa. Vamos começar, então, aqui pelo Norte com todas essas hidrovias previstas no grande eixo de estrada do Amazonas, que são os seus rios. Além disso, no Amazonas ainda, a eclusa de Tucuruí e o Porto de Vila do Conde. Gostaria de destacar, lá no Nordeste, a Ferrovia Transnordestina, tanto esse trecho que sai de Eliseu Martins e vai até o Porto de Suape, com o acesso rododferroviário, aqui no Porto de Suape, quanto o trecho que chega ao Porto de Pecém e se integra também com a BR 222. Ao mesmo tempo, é muito importante destacar, ainda, as variantes ferroviárias que estão sendo propostas aqui no Nordeste e a via portuária aqui em Salvador. Além da dragagem, o derrocamento aqui no rio São Francisco, que se complementa tanto com a revitalização do São Francisco como com a transposição. No que se refere ao Sudeste... Ainda aqui na região Norte, era bom destacar também a ferrovia Norte/Sul e, destacando a ferrovia Norte/Sul, nos seus dois trechos, nesse aqui e nesse aqui, tanto Palmas-Araguaína quanto Anápolis-Porangatu, são obras que nós consideramos estratégicas no que se refere às ferrovias.

Na região do Sudeste, o grande destaque está com a questão de todos os portos, tanto o Porto de Santos, como o Porto de Barra Mansa e o Porto de Taguaí. E, com o Ferroanel de São Paulo - Tramo Nor-

te. Já na região Sul, dos moles aqui do Porto de Rio Grande, passando pelo contorno ferroviário de Joinville, pelo contorno de São Francisco do Sul, pelos berços do Porto de São Francisco do Sul, pela via expressa do Porto de Itajaí e, além disso, pelo corredor ferroviário do Oeste do Paraná, que eu acredito que esteja por aqui, que integra um conjunto de obras, cujo objetivo é, de fato, dar ênfase ao escoamento da produção pela estrutura ferroviária e pelos portos do país. Além disso, no Centro-Oeste, nós já falamos aqui de Anápolis-Porangatu e, ao mesmo tempo, da Ferronorte, aqui em Rondonópolis, neste caso, é uma obra privada, mas com recursos públicos, na medida em que nós vamos incidir sobre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Passando, agora, para aeroportos, os aeroportos em azul estão em implantação hoje e os em vermelho estão previstos para iniciar a partir de agora. Alguns já, outros até o final do ano. Eu queria destacar, basicamente, que a estrutura que concentra o tráfego aeroportuário Brasil, que é, basicamente, o Sul, o Sudeste, desculpa, o Sudeste, tanto Aeroporto de Congonhas, Viracopos, quanto o Rio de Janeiro, Santos Dumont e Tom Jobim, quanto o Aeroporto de Brasília, estão contemplados aqui, por aqui se dá uma parte, a parte mais expressiva, bem acima de 50% do tráfego aeroportuário brasileiro. Mas, estão sendo feitos reforços e ampliações e adequações, tanto em pista como em terminal, em todo o território nacional. Houve um cuidado de distribuir os orçamentos no sentido de viabilizar essa que é uma questão fundamental, num país Continental, que é a estrutura aeroportuária.

Então, resumindo. Pode passar. Em rodovias, nós estamos contemplando 45 mil quilômetros; em ferrovia Norte-sul, com Transnordestina e todos os acessos rododferroviários, mais a Ferronorte, 2500 quilômetros/; são 12 portos que estão sendo objetos de intervenção. No caso das hidrovias, são 27, 67 portos, a eclusa do Tucuruí e 20 aeroportos, totalizando, portanto, 58 bilhões, sendo que 13 bilhões em 2007. Na geração de energia elétrica, passemos para ela. Pode passar. Este mapa tem uma característica, que é bom a gente prestar atenção, quando a gente compará-lo com o próximo. Há uma imensa concentração de hidrelétricas, nessa região ainda, nesse momento. E aí, tem destaque, aqui nesse mapa, está aqui Estreito, aqui também tem térmicas, mas aqui está Estreito, é a maior hidrelétrica neste período. Aqui embaixo, está Foz do Chapecó, que é uma das maiores. Tem projetos bastante integrados, como é o caso aqui de Jacuú, 14 de julho e Castro Alves, aqui no Rio Grande do Sul, que são três projetos em cascata. E um conjunto de usinas térmicas também. Nas usinas térmicas, se des-

taca, aqui no Sudeste, bagaço de cana, que começa a aparecer uma participação muito importante de usinas térmicas a bagaço de cana. Usinas a gás natural ainda, basicamente em Cubatão e em Canoas. Usinas a carvão, aqui no Sul. E aqui também, no Nordeste, muitas usinas térmicas.

Na seqüência, essas 49, elas estão em implantação. Na seqüência, nós vamos olhar as previstas, e é interessante que os Sr. percebam a muda a concentração. Antes, você tinha essa concentração no eixo Sudeste/Sul e, agora, ela passa a se deslocar para o Norte e para o Centro-Oeste. Os grandes aproveitamentos do país estarão no Norte e no Centro-Oeste. Aqui, nas regiões Sul e Sudeste é... Passa, é como se nós tivéssemos esgotado, nós esgotamos, não é? Não é como se nós tivéssemos... Nós esgotamos os melhores empreendimentos. Eles foram feitos primeiro, estavam perto dos centros de carga e agora é fundamental que a gente perceba que a geração de energia hidrelétrica no Brasil passa a se deslocar para o Norte e para o Centro-Oeste. E aí, três usinas se destacam: No Norte, a Usina de... As duas, do Madeira, que é Santo Antônio aqui e Jirau, e Belo Monte aqui em cima. Mas os senhores podem perceber aqui, a Serra Quebrada, Uruçuí, Tupiratins, Novo Acordo e Tocantins, elas estão bem estruturadas ali no Centro-Norte do país. E, aqui na região Centro-Oeste, que se tem Toricôê(F), a de Água Limpa, Torixoréu, Tucano e Porto Galeano. Na previsão, se tem mais usinas hidrelétricas do que térmicas porque as térmicas existentes, no que se refere a gás natural, foram praticamente todas, dado o nosso potencial de gás natural, estruturadas. E a carvão, entrou agora, no final do ano passado, nos leilões. Na transmissão, em implantação, nós temos 21 linhas com destaque central para isso, que é a linha de transmissão Norte/Sul - Circuito 03. Se há algo parecido com um esqueleto no sistema elétrico, a coluna vertebral estaria aqui. Ela faz a interconexão entre toda essa região Sul-Sudeste, Centro-Oeste com o Norte do país. E ela é, portanto, estratégica e está em processo de construção, deve estar finalizada. Isso implica num grande reforço no sistema brasileiro. E as demais linhas são linhas que se destacam aqui, que tem um complexo sendo feito, importante, dado que aqui é o centro de carga e a caixa d'água do Brasil, que é um grande reforço que está sendo feito e, depois, reforços, reforços, desculpa, distribuídos pelo resto do país de forma... De acordo com a necessidade. Em previsão, as previstas, chamo a atenção, duas grandes interconexões: Esta que vai de Porto Velho à Araraquara, em São Paulo. Ela é a primeira linha que corta o Brasil transversalmente, todas as nossas linhas nunca chegaram aqui. E ela vai ser estratégica para escoar

a energia produzida nas usinas do Madeira. E chamo a atenção também a essa interligação Norte/Nordeste, que é muito importante para o Nordeste, que vem sendo reforçada sistematicamente, nos últimos anos, uma vez que, no Nordeste, este fenômeno que é o esgotamento das fontes de energia, é mais acelerado, ou seja, se explorou mais, então, o Nordeste será muito importador. Então, Colinas-Coremas, vai ser uma linha muito importante estruturante. É basicamente isso que eu gostaria de salientar neste caso.

Pode passar. Bom, essas duas próximas telas, começando por essa e pela outra, mostram uma enorme necessidade do Brasil de fazer planejamento estratégico de médio e longo prazo. Um país tem de ter, necessariamente, uma prateleira de projetos. Primeiro porque ele tem de buscar sempre os projetos mais eficientes e, segundo, porque um país não pode, em tendo recursos, não investir porque projetos não foram providenciados. Nós fizemos um grande esforço no sentido de sanear um interregno que houve, no que se refere a EIA/RIMA de aproveitamentos, estudos de viabilidade técnica e econômica, ou seja, de providenciar EVTs e EIA/RIMA de todos os projetos hídricos já inventariados, totaliza, 25 mil, 768. Eles têm, porque EIA/RIMAS e projetos, estudos de viabilidade técnica que vão virar projetos básicos e executivos, na área de hidroeletricidade, eles levam um tempo bastante significativo. Um governo tem de legar para o governo seguinte. Então, este processo está em conclusão em 2008, 2009 e 2010. Isso significa que se terá, neste período, uma soma de estudos de viabilidade prontos para serem licitados. Ou seja, isso implica também em licença prévia etc.

Na seqüência, tem uma outra questão, que é inventariar os rios do país. Nós pretendemos legar para o próximo governo 32 mil, 950 megawatts de usinas hidrelétricas inventariadas até 2010. Este inventário significa, hoje, um estudo um pouco mais complexo, por quê? Porque se inventaria não um empreendimento específico, mas se faz um estudo de viabilidade integrado. Ou seja, se avalia o conjunto da bacia; essa é uma exigência e um acordo feito com os órgãos ambientais. Isso significa que você não simplesmente avalia um rio. Isso é muito importante porque um governo tem de ser julgado pelo que faz e pelo que ele lega também para ser feito no futuro. Então, esses 30 mil, mais de 30 mil megawatts, são importantes para que o país, na seqüência, possa ter perspectiva, no ano, a partir do ano de 2010, de licitar projetos. Isso nós nos preocupamos em todas as áreas. Na área de rodovias, estão destinados um bilhão e cem milhões de reais para fazer estudos e projetos. A mesma coisa se dá na área de saneamento e habitação.

Então, fazendo uma síntese, síntese da área de energia elétrica, nós temos aí, serão 55 PCHs do PROINFA, 48 eólicas, 08 usinas de biomassa e, até 2010, 12 mil megawatts de geração, 14 mil de transmissão. Estes investimentos legam 27 mil, após 2010, porque eles não estão prontos, eles vão entrando progressivamente. E mais 05 mil de transmissão. O total, até 2010, é 78 bilhões; após, 24.

Petróleo e gás natural. A estratégia na área de petróleo é manter a política de auto-suficiência de petróleo, com o nível de reservas confortável na área, na área... No nível de 15, no mínimo 15 anos de reservas, ou seja, manter sempre um nível confiável de reservas. Hoje, nós estamos com 18 anos. Então, manter, no mínimo, 15 e, na média, procurar manter os nossos 18 anos de reserva. Isso implica num grande investimento da Petrobrás na área de produção e prospecção. Implica também numa política, na medida em que os investimentos são muito altos, implica numa política específica de conteúdo local que significa que nós produziremos plataformas e os equipamentos da Petrobrás, procurando sempre criar condições para uma ampliação do conteúdo local, na medida em que a área de petróleo e gás natural, nos últimos 04 anos, foi responsável por uma taxa de crescimento bastante significativa no setor industrial e de infra-estrutura no Brasil.

Então, as P-52, P-54, P-55, P-53, P-51, P-56 e P-57 estão sendo produzidas no Brasil. O investimento, nessa área, é de 81,4 bilhões. Portanto, o PROMIMP, que é o Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás, ele tem sentido porque ele permite que o setor de máquinas do país, um país que não faz seus projetos, ele não adequa seus projetos à sua indústria. Então, é fundamental também que nós recuperemos a capacidade de projetar da nossa engenharia. Então, isso é integrado tanto pela demanda quanto pela capacidade... Tanto pela demanda de equipamentos e de fornecedores também como pela capacitação e recapacitação da nossa mão-de-obra. Além disso, na área de refino, petroquímica e H-Bio, nós temos dois grandes movimentos. Temos um movimento que é o movimento de duas novas refinarias, uma no Nordeste, que é a refinaria Abreu Lima, em Laranja, e o complexo petroquímico do Rio de Janeiro. Destacando o complexo petroquímico do Rio de Janeiro porque ele usa petróleo pesado e, portanto, ele adequa ao nosso refino a característica do nosso óleo. E os UV(F) azuizinhos(F), principalmente os que estão, vamos chamar assim, no litoral, os que estão no litoral aqui, são ampliação e modernização. Vocês vêem que o custo é maior do que o custo de implantação das duas. Por quê? Porque a modernização e a ampliação, ela trata de ampliar

e adequar também as nossas refinarias à qualidade do nosso óleo. E esses quatro aqui, basicamente, é a produção de H-Bio, ou seja, a gente produz um diesel de altíssima qualidade, utilizando óleos vegetais, oleaginosos, derivados de oleaginosas. Basicamente, nessas quatro refinarias. Um total de 425 mil metros cúbicos/ano de óleo vegetal vão ser consumidos. Na prática, isso funcionará como uma espécie de carro, ou seja, na área de etanol, o *Flex Full* funciona como um grande regulador de mercado, quando tem, quando o petróleo está alto, você usa mais etanol na sua gasolina, quando ele está baixo, faz o vice-versa e regula o mercado. Nunca se corre o risco de haver falta do produto. O H-Bio das refinarias da Petrobrás, ele funciona, ele tem um papel muito importante na área do biodiesel, primeiro porque ele não é concorrente, ele é complementar. O biodiesel é usado para diminuir a emissão de CO₂. O H-Bio não reduz CO₂; ele reduz particulados e ele tem um resultado bastante importante no que se refere à pureza do diesel; ele produz um diesel de altíssima qualidade. Então, nesse momento em que os biocombustíveis são muito tratados, é importante sinalizar que o Brasil entra com o H-Bio na fase de segunda geração dos biocombustíveis. Seremos o primeiro país do mundo a utilizar, nesta dimensão, óleo vegetal, produzindo um diesel de altíssima qualidade. É algo que não se enfatiza muito, eu paro para enfatizar, porque vivemos num momento em que biocombustível não é... Etanol é fundamental, mas não é só etanol no Brasil: é etanol, mais biodiesel e H-Bio.

No que se refere ao gás, o projeto do gás pretende na Bacia do Espírito Santo, na de Campos e na de Santos, até 2010, extrair o equivalente que nós consumimos, vindo da Bolívia. Nós consumimos, em média, vindo da Bolívia, hoje, 26 milhões de metros cúbicos/dia, apesar do contrato nosso ser de 30. Mas, até hoje, nós consumimos 26, 27, na média. Tem dia que consumimos 30. E o Plangás pretende, até 2010, aliás, até 2010, introduzir 39,2 milhões de metros cúbicos/dia, bem mais do que nós consumimos da Bolívia. Mas até 2008, 24,2 milhões de metros cúbicos/dia. O total do investimento é 25 bilhões até 2010.

O transporte. Nós vamos fazer 4.526 quilômetros, investindo 12 bilhões. Pode passar que o mapa é mais claro. Nós vamos fazer o GASENE, que é essa linha... O que está em vermelho está em obra; o que está em azul é projeto e o que está em laranja claro é estudo de viabilidade. Então, em vermelho está o que está sendo construído já. Então, é o GASENE, se destaca o GASENE, Aqui é a Malha Norte, a Malha Nordeste, desculpa, a Malha Sudeste, concluir a Malha Sudeste, principalmente Campinas-Rio, que é estratégico para o Brasil. E se destaca, ainda, o... Eu acho uma obra que

é fundamental para o país, que é o Urucu-Coari-Manaus. É a conclusão do Urucu-Coari-Manaus que vai permitir o uso do gás natural na Amazônia. E o Urucu-Porto Velho, que está sendo estudada a sua viabilidade. Porque nós passamos a exigir que haja previsão das reservas existentes por um período existente. Porque para fazer o... Para utilizar um gás de um posto você tem de saber quanto, quanto tempo ele depreciona(F), em quanto tempo ele depreciona(F); se uma térmica vai ser em 15 anos, eu tenho de ter gás por 15 anos. Então, eu tenho que ter gás suficiente para manter um consumo firme por 20 anos. Então, é isso que está sendo estudado neste caso aqui.

E eu queria destacar dois terminais de gaseificação de GNL, também até 2008, que é o terminal do Nordeste aqui, em Suape e esse no Rio de Janeiro. Os dois pretendem trazer em torno de 20 milhões de metros cúbicos/dia, que somados aos 39 existentes, totalizarão 60 milhões de metros cúbicos/dia. No etanol e no biodiesel, o destaque aí é basicamente o alcoolduto, Senador Canedo, Senador Canedo, Senador Canedo-São Sebastião, em São Paulo, passando aqui por Minas Gerais. E esse aqui está em projeto e esse está em estudo. Esse aqui é basicamente a utilização de um poliduto Cuiabá, Mato Grosso, sai aqui de cima, Cuiabá, Mato Grosso, corta a ponta aqui do... Corta o Mato Grosso do Sul e passa pela ponta de São Paulo, chegando aqui em Paranaguá. O resumo da área de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis está aí, a única coisa que falta dizer é que serão também contratados 42 navios, sendo que 15 foram entregues, serão entregues ainda esse ano, nesse ano não, nesses, até 2010 e 2 super-petroleiros também serão contratados. Por que é que aqui estão 55 mil sem... Só lembrando, porque os 39 mais os 15 mil que saem dos acréscimos dos postos de gás natural dão 55.

Luz para Todos. Serão, se repetirá o objetivo de atender 05 milhões de pessoas, é bom sinalizar, no caso, Luz para Todos, que está acontecendo uma situação bastante interessante, por exemplo, em Minas Gerais, se previam 160 mil ligações. Agora, além das 160 mil ligações, apareceram mais 100 mil. A mesma coisa ocorreu no Espírito Santo, em vários estados, a previsão inicial das distribuidoras do governo, ela era uma; com o passar do ano, ela está mudando e se readequando. Mas, a previsão é essa, é um investimento de 08 bilhões e 700 milhões, sendo que o Governo Federal entrará com 6,4 bilhões.

Na área de saneamento, o nosso objetivo é buscar a universalização, implementar a lei, por suposto, garantir uma política estável de financiamento para dar continuidade aos investimentos e não ter os altos e baixos e os soluços, que são péssimos para o investidor,

principalmente o investidor privado que, geralmente, é o responsável por essas obras. Promover intervenções integradas e sustentáveis e apoiar a preparação de projetos. O Brasil é um país carente de projetos. Isso é algo que o governo está extremamente interessado em tornar sustentável na seqüência de uma política de médio e longo prazo. No caso do saneamento, o déficit do saneamento, ele é muito concentrado; 52% da carência está nas cidades com mais de um milhão de habitantes ou regiões metropolitanas. E, obviamente, a nossa distribuição, ela leva em conta este fato, dando prioridade para o Sudeste, pelas regiões e pelo tamanho das cidades e pelo Nordeste. As demais regiões, na proporção. Serão investidos em torno de 40 bilhões de reais, neste período de 7 a 10.

Na área de habitação, nós distinguimos três tipos de déficit: o quantitativo, o qualitativo, que é a inadequação da residência, por exemplo, não tem banheiro, e as favelas, os chamados aglomerados subnormais. E as ações são a construção de novas moradias, no caso do qualitativo, é urbanização ou a adequação da moradia e dos subnormais, é uma política de construção de novas moradias, urbanização, melhoria ou reforma de moradia. Nós utilizaremos todos os mecanismos: subsídio, financiamento, financiamento e arrendamento. O déficit em habitação, 96, 3% dele está na faixa de renda até cinco mínimos, sendo que o quantitativo, ou seja, não tem residência, 1/3 no sudeste, 1/3 no Nordeste. E favelas, 60% no Sudeste. Por isso, nós estamos fazendo um esforço muito grande nessa área de habitação. O total dos investimentos previstos são 106 bilhões de reais. Agora, é bom que se diga, só passa para a próxima, que na área específica, uma parte, 50 bilhões, é basicamente sistema brasileiro de poupança e empréstimo. Mas, na área de governo, para essa população de baixa renda e para as favelas, está assim distribuído: São 44,3 bilhões para moradias; 11,6 bilhões para favelas. Um total de 55,9.

Recursos hídricos. Recursos hídricos. Na região Nordeste, nós temos revitalização, nesse mapa, está revitalização de bacia e integração de bacia. A revitalização são duas grandes bacias, a do São Francisco e a do Parnaíba. O total... Vão ser usados 1,6 bilhões. No que se refere à integração, é basicamente o eixo Leste, Pernambuco, Paraíba, e o eixo Norte, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Ceará. E sete obras complementares que estão aqui explicitadas. É Orós-Feiticeiro, Adutora do Agreste, Canal do sertão, Adutora do Pajeú, enfim, as que estão aí expressas. Na região Nordeste, se concentra o grosso dos investimentos em recursos hídricos. É lá que está a situação mais problemática do país e, portanto, é ali que se está destinados o maior volume de recursos.

Então, neste mapa está a questão da água tratada, que é o ProÁgua Nacional e a oferta de água bruta. No ProÁgua Nacional, que são investimentos de 269 milhões, é um sistema de abastecimento integrado, sete sistemas adutores e dois açudes. Na oferta de água bruta, investimento de 640 milhões, são duas Barragens, quatro adutoras e duas Barragens adutoras, simultaneamente. E as cores explicitam a diferença entre as diferentes obras. A diferença entre as obras, desculpa. No Nordeste ainda, irrigação. Do orçamento geral da União, são 11 projetos de irrigação, também no Nordeste e três PPPs, que são o Pontal, o Salitre e o Baixo de Irecê.

Nas demais regiões, portanto, sul, norte, centro-oeste e sudeste, nós temos um investimento de 766 milhões. O grande destaque é para a região ainda considerada Nordeste, que é Norte de Minas Gerais, como vocês podem ver, que concentra a grande parte desses investimentos, que é Barragem do Berizal, Barragem do Peão, o Projeto de uso múltiplo, Barragens Minas Gerais e de Jequitaiá. E, nas demais regiões têm Barragens também, tem Barragens no Rio Grande do Sul, por exemplo, e em Santa Catarina e distribuídos três projetos no Tocantins, em Goiás e só.

Metrô. Metrô, são quatro metrô e um corredor. O total de 1,5 bilhões. É a linha Sul em Fortaleza; a linha Sul e a linha Oeste em Fortaleza; a Sul e a Centro no Recife; a linha Calçada-Paripe e a linha Lapa-Pirajá em Salvador; em Belo Horizonte, a linha 1 e a 2 e, em São Paulo, o Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano.

Bom, a conclusão na infra-estrutura social urbana, a importância é a meta que está sendo atingida lá em termos de contemplar as pessoas. Esse, de fato, é um investimento em mudança na qualidade de vida e na condição de renda porque melhora a qualidade de vida para a mesma renda, nesse sentido. Então, é um conjunto com destaque para saneamento, que são 22,5 milhões de domicílios atendidos e recursos hídricos, que são 23, 24 milhões de pessoas. Bom, eu, quando estive na Câmara e em todas as palestras que dei para as associações de classe, muito me perguntaram sobre gestão do PAC. Então, vou passar rapidamente à situação da gestão do PAC. Nós temos um Comitê Gestor, que foi estruturado, que foi definido por Decreto, cuja atribuição é coordenar as ações do PAC. A composição é o Planejamento, a Fazenda e a Casa Civil, que tem a Secretaria Executiva. A estrutura do acompanhamento do PAC é essa que está na tela. Por favor. É uma estrutura que parte do Presidente. Perguntaram-me, numa exposição que eu fiz em Minas Gerais, se parecia com a estrutura do Juscelino. Em parte, sim, porque é uma estrutura paralela à estrutu-

ra existente, mas em parte não porque ela se integra à infra-estrutura existente, conforme eu vou explicar. Então, é o Presidente da República, que acompanha e decide; o comitê gestor de Ministros, Fazenda, Planejamento e Casa Civil e o grupo executivo do PAC, que são o Ministério do Planejamento com a Secretaria de Orçamento e Finanças, a SOF, com a Secretaria de Programação de Investimentos, SPI. Aqui nós estamos usando a estrutura existente do governo. A Secretaria do Tesouro Nacional e a de Política Econômica e a Secretaria de Acompanhamento e Monitoramento da Casa Civil, com a coordenação da Casa Civil. Nós utilizamos uma estrutura de sala de situação. Na sala de situação, se encontram, pela parte dos Ministérios assinalados, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, essas respectivas áreas técnicas que, juntamente com o representante da área, do órgão setorial, passam a fazer o acompanhamento sistemático, permanente de todas essas questões, divididos por salas. Uma de medidas institucionais, rodovias, ferrovias e, na sequência, combustíveis renováveis até a última. Por sua vez, essas salas de situação, elas estão, cada Ministério criou o seu órgão do PAC, internamente, e é com eles que nós nos relacionamos. Acabou já. O objetivo do PAC é assegurar prazo e resultado, evitar sobrecusto, auxiliar no processo decisório, gerenciar risco, maximizar a alocação de recursos e divulgar o andamento das ações. A sala de situação é um mecanismo para resolver os problemas, acompanhar, obter informações, centralizá-las e, por seu caráter estratégico, elas estão na Casa Civil por causa da importância que é uma gestão específica. Nós fazemos cadastros, cronogramas, relatórios de acompanhamento físico, financeiro, orçamentário e relatórios gerenciais. Pode passar. Nós temos uma ficha cadastral. Essa ficha cadastral é preenchida para todos os projetos, individualizados e faz o resumo desses projetos. Além disso, nós temos um cronograma do empreendimento. Esse cronograma do empreendimento, ele, de um lado, aliás, etapas, ele lista a cadeia de eventos, avaliação, EVTE primeiro, convênio de EIA/RIMA, elaboração de EIA/RIMA, obtenção de licença prévia, enfim, lista todos os estágios prévios de um projeto e, através deles, nós olhamos se está bom ou não. Aqui está a 050, Minas Gerais, Uberaba-Uberlândia. Então, nessa, nessa etapa, sub-trecho Uberaba-Uberlândia, está tudo *ok* e tem 67% da obra concluído; até dezembro de 2007, nós teremos 100%. Já no outro sub-trecho, Uberlândia-Araguari e divisa, nós vamos ter uma situação diferente. No mês 04, até o final do mês 5, de, portanto, maio, nós vamos ter o EVTE; o EIA/RIMA, na sequência, está ali listado e, portanto, ali estão avaliados os recursos. Eu dei esse exemplo e finalizo com o relatório de situação

de empreendimento, que tem uma fonte ali, a primeira coluna é fonte, se o dinheiro é da OGU, se o dinheiro é da Petrobrás, enfim, privado ou misto. Depois, em que região, em que unidade da federação, qual é o tipo, o subtipo, do que é que nós estamos falando. E título do empreendimento, se é o contorno, se é a BR, etc. e ações preparatórias, se estão realizadas, se não estão, em que fase que está a realização. E a avaliação. A avaliação tem três situações e os problemas estão ali tipificados, nesse sentido. Portanto, o PAC vai ter um relatório mensal e nós iremos disponibilizar na Internet o relatório. A partir do mês, deste mês de março, final do mês de março.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece a Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff pela exposição. Gostaria de, representando os membros da Comissão de Infra-estrutura, agradecer as presenças da Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff, do Exmos. Srs. Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo por terem aceito o convite da Comissão de Infra-estrutura em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para a realização deste importante debate sobre o PAC. Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, para fazer a sua exposição, lembrando a V.Exa., senhor Ministro, o senhor que tem experiência parlamentar, que o nosso tempo está bastante limitado em função de que nós teremos que encerrar essa Sessão às 14 horas e, sobretudo, em função de que existem quase 30 Senadores inscritos para o debate. Contando com a compreensão de V.Exa., imediatamente concedo a palavra para que V.Exa. possa fazer a sua exposição.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Obrigado, Senador Marconi Perillo. Cumprimento também o Senador Aloizio Mercadante, as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores. Eu vou procurar ser breve. Vou apresentar um conjunto de medidas que compõem também o PAC e que se dividem em dois grupos. O primeiro grupo de melhoria do ambiente do investimento no país e o outro as medidas fiscais de longo prazo. Na verdade, todas essas medidas que eu vou apresentar, elas são medidas que visam muito mais um efeito no longo prazo, até porque a concepção que nós temos é que, apesar de, como o Ministro Guido Mantega disse, a espinha dorsal do PAC ser esse grande programa de investimentos públicos que foi apresentado pela Ministra Dilma, nós estamos convencidos de que é preciso criar condições para que o investimento privado aumente. O Brasil precisa aumentar a sua taxa de formação de capital fixo para 25% até 2010. Isso é um dos objetivos que nortearam a discussão na hora que nós estávamos

tratando do PAC. E, para isso, nós precisamos melhorar o ambiente de negócios no país, nós precisamos ter condições de manter a estabilidade, ter previsibilidade no ambiente de negócios e, portanto, eu considero que essas medidas são importantíssimas e, repetindo, todas elas têm um viés mais de longo prazo.

Passando então, eu queria apresentar algumas medidas que estão inclusive já tramitando aqui neste Congresso, no Senado ou na Câmara. A primeira delas trata da regulamentação do art. 23 da Constituição. Isso é matéria de ambiental, ela define a competência ambiental, define as atribuições de cada ente federativo e o objetivo disso é permitir maior efetividade na proteção do meio ambiente por parte do poder público, mas, ao mesmo tempo, celeridade e eficiência na tramitação dos Projetos.

A segunda medida trata do marco legal das Agências Reguladoras. Define também as competências das Agências Reguladoras, é um projeto que já se encontra aqui, me parece que está bastante adiantado o entendimento na Câmara dos Deputados e, certamente, será um grande avanço institucional com a sua votação. Além disso, nós estamos também incluímos, no PAC, a Lei do Gás Natural. Essa lei, ela regula a concessão e construção de gasodutos, o acesso e formas de garantir o transporte do gás nesses gasodutos, tarifas e outras medidas. Isso vai preencher uma lacuna porque a nossa legislação ainda não tem previsão que regule essa questão do gás. A reestruturação do sistema brasileiro de defesa da concorrência, nós achamos fundamental que seja também votada e aprovada porque vai melhorar o ambiente de competitividade, o ambiente entre as empresas.

E queria apresentar algumas medidas que estão seguindo adiante, elas, essas medidas, três medidas, já foram aprovadas pelo Congresso, já viraram Lei. Nós deixamos aí na apresentação porque, quando nós discutimos o nosso programa, que depois passou a ser o PAC, elas estavam em tramitação, são medidas importantíssimas, foram aprovadas e acho que todas elas foram sancionadas em janeiro deste ano, mas nós preferimos mantê-las. São: a aprovação do marco regulatório para o Setor de saneamento, que se transformou na Lei 11.445, deste ano; a abertura do mercado de resseguros, com a Lei Complementar número 126, também de 2007 e a recriação da SUDAM e da SUDENE, com Leis Complementares 124 e 125 também deste ano. Então, essas aí estão aprovadas e, portanto, são Leis.

Além disso, nós incluímos algumas medidas, que nós achamos que seriam fundamentais, medidas de caráter fiscal visando ao longo prazo. O principal objetivo que norteou a nossa discussão nesses itens é

que nós almejamos fazer com que a receita, a despesa corrente do governo cresça menos do que o crescimento da economia, menos que a variação do PIB. Nós temos os dados dos últimos anos que mostram que as despesas correntes estão crescendo mais do que o PIB, e, portanto, estamos propondo algumas medidas que achamos fundamentais para que nós tenhamos essa estabilidade, essa previsibilidade do que vai acontecer com as contas do governo nos próximos anos. A primeira delas é um projeto de lei complementar que visa um controle da expansão das despesas de pessoal computadas separadamente para cada um dos poderes da União. Nós estamos propondo que a despesa de pessoal não possa crescer mais do que o índice, o IPCA mais 1,5% real ao ano. Tem algumas ressalvas, por exemplo, os acordos que foram feitos no ano passado nos três Poderes também a substituição de pessoal terceirizado poderá ser computada fora desse limite. Mas nós achamos absolutamente importante que haja essa medida aprovada e ela, o objetivo é que ela vigore até 2016. Portanto, pelo período de dez anos.

Além disso, mandamos para cá uma política de longo prazo, de valorização do salário-mínimo. Ela estabelece regras de reajustes, onde o salário-mínimo será corrigido pela inflação mais o crescimento do PIB medido dois anos antes. Por que dois anos antes? Porque todo o ano o IBGE calcula o crescimento do PIB, divulga normalmente em março e depois, em novembro, é que vai fazer o índice revisado, definitivo, portanto, essa postergação para ser dois anos depois é importante para não deixar margem, não deixar esqueleto, não deixar polêmica sobre qual teria que ser o índice correto de reajuste. Isso foi objeto de uma negociação que nós fizemos com todas as Centrais Sindicais e mandamos o projeto para o Congresso. Já está na Câmara.

Além disso, nós estamos fazendo um esforço para melhorar a gestão da Previdência Social, combater fraudes, combater irregularidades, eliminar vazamento, ralos que eventualmente sejam detectados. E tem um projeto que já foi aprovado pelo Senado, está na Câmara, que é o projeto de lei do Senado 261/2005, que tem medidas importantíssimas que ajudam nessa melhoria da gestão da Previdência. E constituímos um fórum nacional da Previdência, através de Decreto do Presidente, com participação das Centrais Sindicais, de Confederações Empresariais e do governo com o objetivo de fazer um grande diagnóstico e propor medidas para solucionar também com visão de longo prazo os problemas previdenciários. Nós estamos com uma expectativa de que esse fórum dê grandes resultados no médio prazo.

Também mandamos para o Congresso, já está na Câmara, um projeto para mudar a Lei de Licitações. É um projeto de lei que visa incorporar diversos avanços que nós tivemos nos últimos anos, por exemplo, o Governo Federal só faz hoje contratação de serviços e compra de bens de uso comum através de pregão. Nós queremos transformar isso em Lei para que também os Estados e Municípios possam usufruir. Estamos introduzindo fortemente elementos de utilização de meios eletrônicos no processo de contratação. Achamos que vamos agilizar, diminuir prazo, diminuir custos para os governos e para as empresas que participam como licitantes. Fizemos um decreto com um Conselho interministerial para aperfeiçoar a governança corporativa nas estatais. A idéia é, junto à Casa Civil, a Fazenda, o Planejamento, fazermos um controle das políticas de gestão nas empresas estatais, através da nossa participação nos Conselhos de Administração.

Mandamos para cá também a proposta de extinção de duas empresas estatais federais que estão em processo de liquidação. A Rede Ferroviária Federal e a FRANAVE, empresa de navegação do São Francisco. Dessas medidas todas que eu estou expondo, acho que essa é a única que veio por Medida Provisória. Particularmente no caso da Rede Ferroviária Federal, nós precisamos concluir o processo de liquidação. Existe, a Rede tem um prejuízo acumulado de mais de 15 bilhões. Nós temos um contencioso judicial que passa de 40 mil ações, um prejuízo potencial de quase 08 bilhões de reais. E nós precisamos também dar um tratamento para a questão do patrimônio. São mais de 55 mil imóveis só, não operacionais e, portanto, essa proposta busca dar uma solução que, acreditamos, vai ser definitiva para essas questões.

E o último projeto, Sr. Presidente, é um projeto que está em fase final de revisão, nós estamos discutindo com a Fazenda, com a Previdência e com a Casa Civil, é um projeto que vai regulamentar a Previdência complementar do servidor público federal. É um Projeto de Lei visa regular, regulamentar a reforma previdenciária que foi concluída aqui em 2003 e que ainda não foi regulamentada. Então, nós devemos mandar, nos próximos dias, esse Projeto de Lei com o objetivo de instituir, de vez, o teto da Previdência, que vai ser igual ao teto do Regime Geral da Previdência Social e dar outras providências para que o servidor tenha o seu fundo de previdência. Eu encerro, Sr. Presidente, como prometi, acho que fui rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao ilustre Ministro Paulo Bernardo por sua compreensão em relação ao tempo e por sua exposição. A partir de agora, Srs. Senadores e Senadoras, a palavra será

concedida aos Senadores e Senadoras, na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de 05 minutos, assegurando igual prazo para a resposta do interpelado. Tendo prazo máximo de 02 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica. Gostaria apenas de sugerir, enquanto encaminhamento, que, num determinado momento, mais oradores inscritos possam fazer uso da palavra e os Ministros possam fazer respostas mais englobadas, a fim de que possamos dar segmento a essa Sessão de tamanha relevância, sem prejuízo a qualquer um dos Sr. Senadores ou Senadoras. Eu retorno a Presidência ao Senador Mercadante. Para que eu possa fazer uso da palavra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como um número muito expressivo de Senadores interessados no debate, nos temos um teto que é 14 horas, a mesa vai procurar ser rígida no tempo, e concedeu cinco minutos para cada orador, e permitindo assim que o maior número de oradores possam participar e vamos intercalar pelos partidos. O primeiro orador é o Presidente da Comissão de Estrutura, o Senador Marconi Perillo, que foi o autor do requerimento nº 134 de 2007 na respectiva Comissão, com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Ministros, Srs. e Sras. integrantes da Comissão de Infra-Estrutura, da Comissão de Assuntos Econômicos, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer aqui algumas reflexões rápidas, sobretudo motivos que nos levaram a solicitar dos Srs. Ministros a presença nesta Sessão Conjunta, para debatermos o programa de aceleração de crescimento. Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que o principal objetivo que levou a Comissão de Infra-Estrutura a solicitar esta audiência foi exatamente de propiciar o debate, dar esta contribuição através e a partir destas duas Comissões para que a sociedade possa efetivamente participar do debate deste programa tão importante, uma discussão como esta tem que nascer de baixo pra cima, auscultando a sociedade, propiciando debate em cada região, e na minha opinião esse debate também leva a reflexão em relação à necessidade de se desconcentrar o crescimento no país reduzindo-se os enormes gargalos e discrepâncias regionais.

O maior mérito do Presidente Juscelino Kubitschek, quando apresentou o seu plano de metas, foi exatamente de pensar o Brasil uma perspectiva de longo prazo. Aliás, países como a Espanha já tem os seus planos decenais que estão impulsionando fortemente suas economias no ponto de vista do crescimento

e desenvolvimento. O plano de metas do Juscelino, objetivava transformar o Brasil do setor primário, um país secundário, terciário, industrial, forte, começando a eliminar seus estrangulamentos nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e sobretudo desconcentrando, deslocando seu eixo de decisões para o Planalto Central, a construção de Brasília acabou se transformando na sua 6ª meta síntese. Enfim, essas foram as metas síntese do Presidente Juscelino Kubitschek, e o mérito, o grande mérito dele foi exatamente pensar o Brasil de longo prazo. O PAC tem seu mérito, eu não tenho dúvida, a medida em que define um plano para o país. Nós tivemos Presidentes da República nos últimos anos que pensaram o Brasil, que deram contribuições. O Presidente Sarney foi importante na transição democrática, na criação do projeto, início do projeto da Ferrovia Norte-Sul, apesar de muito criticado à época, dentre outras muitas contribuições. O Presidente Collor teve a importância de ter feito a desregulamentação, iniciado a desregulamentação e abertura da nossa economia, dentre outras contribuições. O Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique foram importantíssimos em relação a concepção e implementação do Plano Real, o Presidente Fernando Henrique também foi muito importante nessa questão do planejamento estratégico quando definiu o avanço Brasil e os seus 50 chamados eixos macro estruturantes, os seus eixos estruturantes, de modo que é importante essas experiências anteriores e sobretudo é importante que tenhamos depois de algum tempo um plano que efetivamente possa garantir o planejamento e o pensar o Brasil no médio e longo prazo. Eu tenho aqui algumas preocupações, senhora Ministra, senhores Ministros, em relação a entraves ou gargalos, obstáculos em relação ao PAC. O primeiro deles referente aos gastos correntes. De acordo com a FIESP e o IED há espaço para redução de 5,5% no PIB nas despesas com gastos correntes, melhorando assim a qualidade do gasto público, o custeio tem sido maior que as receitas e aí é muito importante a questão da gestão fiscal.

A outra questão e isso tem fundamental importância em relação a competitividade é a redução dos juros e a questão do câmbio, isso também, a isso também agrega-se à questão da carga tributária. Nós temos hoje uma, talvez, a mais alta carga tributária do Brasil, quase 40% em relação ao PIB e a carga tributária elevada também reduz extraordinariamente competitividade. Além, é claro, também, da preocupação que nós temos quanto ao foco no agronegócio. O agronegócio é responsável por quase 33% do PIB, de modo que é importante focar o agronegócio. A equação, senhor Presidente, em relação aos gastos Públi-

cos, não fecham em média e longo prazos já que as despesas de custeio tem crescido em média 6% ao ano, enquanto o país tem crescido em média 2,5% ao ano nos últimos anos. Caso o crescimento do PIB não seja da ordem de 4,5 a 5%, a combinação do resultado com o INPC, provocaria reajustes salariais, sobretudo do mínimo, inferiores às últimas médias históricas. Nós temos uma outra preocupação que é o foco nas reformas estruturantes, política, tributária, trabalhista que também dariam competitividade ao setor produtivo. Uma outra preocupação que a gente considera também gargalos, as receitas tem sido muito concentradas, eu fui Governador, sou testemunha disso, então é importante o compartilhamento das receitas sobretudo em relação às contribuições ou as chamadas... [Corte de áudio] Por fim, senhora Ministra, senhores Ministros, preocupação em relação ao fato que a região Centro-Oeste foi a menos contemplada, 24 bilhões, é uma região que responde muito rapidamente aos estímulos provocados em termos do seu crescimento. Eu gostaria de pedir também que fosse examinada essa questão e a questão da energia, segundo uma matéria da Folha de São Paulo no dia 3 de fevereiro, os níveis de risco de falta de energia superam o aceitável a partir de 2009, ficando mais críticos a partir de 2010, na região Sudeste, por exemplo, onde mais se produz e mais se consome energia no país. O risco em 2009 é de 12.75%, em 2010, 21% e em 2011, 27.15%, de modo que essas são algumas questões que somadas a necessidade de termos segurança jurídica com garantia de autonomia as nossas agências reguladoras nos levam a trazer algumas reflexões. [Corte de áudio] Senhor Presidente, duas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ao Presidente da Comissão e ao autor do requerimento, a Mesa está tendo uma generosidade especial, ainda mais com o prestigioso Governador, com a experiência que traz o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado Sr. Presidente. Sra. Ministra, Srs. Ministros, o PAC não apresenta uma medida assim mais efetiva em relação ao controle dos gastos corridos, a regra de correção do salário mínimo irá elevar os gastos da previdência em relação ao tamanho do PIB e a limitação da expansão da folha de pagamento do Governo Federal enfrentará fortes resistências à aprovação e a implementação. Se os gastos correntes não forem reduzidos, não será possível reduzir a carga tributária, dado que os elevados gastos públicos correntes e a carga tributária reduzem possibilidade de crescimento por diminuírem os recursos disponíveis para investimentos públicos e privados, como é possível

falar-se em aceleração do crescimento sem tratar de forma consistente da questão dos gastos públicos, da carga tributária, das reformas estruturais, taxa de juros, competitividade, parcerias... [Corte de áudio] Eu agradeço pela compreensão e fico apenas nessa pergunta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer ao Senador Marconi Perillo pela qualidade da intervenção e queria sugerir para que a gente possa realmente contemplar o maior número de Senadores, dado que nós temos um teto predeterminado que é 14 horas, de nós fazemos sempre alternância entre os partidos e nós fazemos as perguntas em bloco que assim mais Senadores poderão falar. Se há acordo nesse encaminhamento, nós vamos ter privilégio de ouvir agora o Senador Francisco Dornelles, ex-Ministro e com uma grande contribuição no debate econômico desta Casa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Marconi Perillo, Srs. Ministros de Estado, eu quero inicialmente manifestar o meu apoio ao PAC lançado pelo Governo Federal e que mudou o foco da discussão que existia no país e ocupou um grande vazio então existente no cenário político e econômico do país. Pelo PAC o Governo Federal mostra a sua disposição de retomar o processo de crescimento, prioriza o investimento e sinalizou que a economia que vai fazer com a redução das taxas de juros, vai ser investida em infra-estrutura e em alguns casos vai implicar em redução de impostos para determinados setores. Eu gostaria de fazer inicialmente uma pergunta muito pontual à ilustre Ministra Dilma Rousseff relacionado com o Rio de Janeiro. A usina de Angra III faz parte do programa de desenvolvimento do Rio, 70% do equipamento está comprado, 700 milhões de dólares já foram investidos. Ela tem um potencial de geração de 1400 megawatts que representa quase 20% do gás importado da Bolívia. De modo que eu gostaria de saber de V. Exa. qual é a posição do Governo em relação a usina de Angra III? Em segundo lugar a mesma pergunta à ilustre Ministra, qual é a posição do Governo em relação ao fornecimento de gás para a usina termoeletrica de Paracambi? E o último ponto, a administração, Ministra, é como o PT, se há recursos de gestão? Paracambi.

A competência não falta aos Ministros que vão comandar o PAC, cada um deles tem a demonstração de que conhece profundamente o assunto. Os recursos estão colocados. Agora eu tenho receio da gerência. De modo que eu queria perguntar ainda à Ministra Dilma Rousseff se vai haver alguma modificação na gerência do problema portuário no Brasil que eu considero da maior gravidade os nossos portos não funcionam e

constituem um ponto de estrangulamento muito grande no processo do desenvolvimento. Em relação a minha última questão colocado ao Ministro Guido Mantega e Paulo Bernardo, os recursos do FAT são depositados no BNDES e o BNDES aplica os recursos do FAT em infra-estrutura, ficando com o risco da operação, ou seja, o risco não é do trabalhador, mas é do FGTS. Mas é do FAT, é do BNDES, desculpa. Não é do FAT, mas é do BNDES. Em relação ao FGTS, esses recursos que estão na Caixa Econômica são aplicados em habitação e saneamento e com a simples decisão do conselho curador poderiam ser aplicados também em infra-estrutura. Porque motivo o Governo vai retirar recursos do Fundo de Garantia criando um outro fundo que será Administrado, não pelos trabalhadores, será administrado pelo Governo, mas se houver perda, será dos trabalhadores. A Administração, o Governo tira dos trabalhadores, mas a perda continuará sendo dos trabalhadores. Eu não vejo razão para se criar esse fundo de infra-estrutura com os recursos do BNDES porque acho que poderá ser feito um investimento em infra-estrutura dentro da mesma sistemática que o BNDES faz com os recursos do FAT e que a Caixa Econômica já faz na área de saneamento e habitação. Essa eu gostaria de ouvir essa pergunta e essa razão da criação, da criação do fundo, do ilustre Ministro Guido Mantega. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Francisco Dornelles que contribuiu com o tempo coletivo aí, economizando o processo de intervenção. E agora com a palavra, apesar de o Senhor a todo o Requerimento teria a preferência na arguição, eu vou deixar para falar Depois para poder ouvir o nobre Senador Sibá Machado. Curto e grosso, Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Obrigado, Presidente, senhora Ministra Dilma Rousseff, senhores Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo, nosso Senador Marconi Perillo, demais colegas parlamentares. Ministra, eu faço uma reflexão histórica, de quando já ouvi V. Exa. pela segunda vez apresentando o PAC e faço a seguinte reflexão, buscando lá de Dom Pedro I, 1822, o grito da independência, olhando para 2022, dois séculos da história do Brasil eu considero uma ousadia muito grande de todos os Governos que nos antecederam e o atual e aqueles que virão a nos suceder que o grande desafio é encontrar isto aqui que nós estamos vendo, o marco legal, o marco fiscal e o marco do desenvolvimento e investimentos em infra-estrutura. E olhando para isso acho que o cerne do nosso trabalho tem sido a busca pela manutenção da democracia do país, os investimentos no desenvolvimento sustentável e o equilíbrio fiscal, dificuldade que

o Brasil permeia neste quase dois séculos de sua existência democrática. Então, senhora Presidente, senhora Ministra, eu gostaria de lembrar a V. Exa. que ainda não tinha tido essa oportunidade de fazer algumas sugestões que eu considero muito importante para o sucesso deste plano.

Primeiro. Que os 27 Estados da Federação tenha algum tipo de investimento. Os 27. Então, olhando os mapas tem alguns Estados que ainda não foram contemplados nos mapas, seja da energia, seja de Rodovias, hidrovias, outros tipos de investimentos. Segundo. É que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pudessem ter um aporte financeiro para a pesquisa, Ciência e Tecnologia. Por que digo isso? Porque a Amazônia apresenta-se mais uma vez como mais como uma fornecedora de matéria-prima para o desenvolvimento nacional e eu considero muito importante o investimento em pesquisa vide o caso de Serra Pelada no Pará que virou um buraco pelado e a gente não pode ver as riquezas dessa região depois sendo assim consumidas sem um investimento futuro para a sua sobrevivência equilibrada. A outra é que nós pudéssemos ter até o ano, por exemplo, 2012, eu não tenho aqui uma mas que a gente pudesse, levando em consideração que o PAC, eu considero que vem para ficar e vem para dar sua grande contribuição do Governo Lula ao desenvolvimento sustentado do Brasil, que a gente pudesse pensar uma data que chamasse novamente os Governadores e os Prefeitos para um novo tipo de repasse, se é do FPE, do FPM, se se acrescenta um percentual a mais, ou coisa parecida, ou seja, neste momento nós estamos fazendo um enxugamento de muitas coisas para fazer o desenvolvimento coletivo do país e que a gente possa fazer no sucesso desse crescimento um desenvolvimento mais equilibrado com maior distribuição e participação. Por último eu acho que a sustentabilidade do plano é caminhar para que o nosso país possa comemorar, no dia 7 de setembro de 2022, a nossa independência não só política, mas mais que isso, é a econômica e acima de tudo a tecnológica, que o nosso Brasil não fique a mercê do andamento da macroeconomia mundial e ficando assim, no meu entendimento, perdendo muito tempo com coisas menores. Então, acima de tudo a grandeza do nosso país e parabeno mais uma vez V. Exa. os demais Ministros pela brilhante apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço o Senador Sibá Machado também que permitiu nós acelerarmos o nosso trabalho e para permitir que todos possam falar, com a palavra agora o Senador Renato Casagrande, PSB Espírito Santo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado Presidente Senador Aloízio Mercadante, Senador Marconi Perillo, Ministros, Ministra Dilma, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, Senadores e Senadoras, obrigado pela presença dos Ministros aqui nessa audiência nessa sessão conjunta das duas Comissões, eu também quero manifestar primeiramente o meu apoio ao plano de aceleração do crescimento, também compreendo que o plano veio para preencher uma lacuna e estabelecer uma pauta nova de debate sobre o desenvolvimento no nosso país. Também acho que ele recoloca ou começa a recolocar num país com tamanha desigualdade regional, mas começa a recolocar o Estado como indutor do desenvolvimento, atraindo, fazendo mais investimentos que nos últimos anos foram irrisórios da administração pública e com isso atraindo os investimentos privados. Então, a minha alegria com relação a essa retomada da função do Estado para que a gente possa diminuir as desigualdades regionais e sociais e saber também que o Presidente e o Governo está pensando em outros planos integrados para desenvolver setores específicos como é o caso da educação, que nos próximos dias o Presidente vai anunciar um plano na área da educação e também anunciou que vai estabelecer medidas na área de Segurança Pública de forma mais integrada entre os entes federativos.

Aqui, Ministra Dilma, nós vamos fazer nossa fala e nossas perguntas com já atendido o pré-requisito da gestão para não ficarmos presos às perguntas repetitivas que são feitas naturalmente pela, pela dificuldade que o Governo Brasileiro teve nos últimos anos, independente de Governo, de quem esteve a frente do Governo para as dificuldades de planejar a execução orçamentária, de executar o orçamento da forma como a população necessita. Mas vamos considerar que a questão de gestão e de coordenação estejam resolvidas, que nós vamos ter de fato um acompanhamento como foi anunciado pela Ministra que eu confio e acredito na competência da Ministra junto com o Ministro Guido e o Ministro Paulo Bernardo para conduzir todas as ações de Governo. Colocando essa questão como resolvida, eu acho importante que nós possamos questionar alguns pontos.

O primeiro ponto é o ponto da carga tributária. Nos 4 anos do primeiro Governo do Presidente Lula nós tivemos um aumento aproximado de 0,8% do PIB a cada ano, crescente na carga tributária. Eu acho que a carga tributária do percentual que ela está hoje, ela vai chegar a ser o teto do processo de crescimento brasileiro. Então, eu acho que nós precisamos de estabelecer um teto para a carga tributária brasileira, vamos controlar o que é devido ao Governo Federal, a

máquina do Governo Federal, mas que é fundamental a administração pública compreender que não pode estabelecer e passar de um percentual. O Governo começou a discutir isso na LDO, mas depois recuou, mas acho que essa questão do teto e da discussão da carga tributária eu acho importante e acho fundamental. O outro grande debate que se faz aqui na Casa e que vai ser o debate da Câmara e do Senado, vai ser uma questão polêmica é a questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é o FGTS. O Senador Dornelles já começou a debater com relação ao fundo. Por quê a criação do fundo se a Caixa Econômica pode efetivamente fazer os investimentos de forma direta em saneamento e em habitação? Segundo. Se o Governo estuda ou aceita o debate da possibilidade de nós termos parte das contas individualizadas como já está proposto uma aplicação de até 10% em fundos de investimento, em infra-estrutura, se há possibilidade do investimento em mercado de ações por conta e risco e autorizativa na conta individual de cada trabalhador. Se isso é possível porque o PAC está fazendo com que haja também uma transparência no debate do recurso do Fundo de Garantia que eu acho que é importante isso.

Não se discutia muito a questão dos recursos do Fundo de Garantia e hoje nós estamos debatendo, conhecendo um pouco mais e eu acho isso importante para nós. E uma outra questão que está fora do PAC, mas é um problema relacionado ao Fundo de Garantia é a questão da multa rescisória. O aumento que se teve de 40 para 50% e que interfere efetivamente, as vezes, em algum investimento da iniciativa privada, se o Governo analisa a hipótese e a possibilidade de fazer com que nós possamos também retornar à multa de 40%, uma vez que isso já cumpriu efetivamente o seu papel naquele momento de cobrir saldos negativos do passado de pagamentos de planos econômicos do passado. Então, se há essa possibilidade desse retorno porque seria também mais investimentos nessa área de infra-estrutura. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço também a brevidade da intervenção do Senador Renato Casagrande. E agora para fechar esse bloco o Senador Wellington Salgado, PMDB. E PMDB Minas Gerais, que não é qualquer coisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito obrigado, senhor Presidente, Presidente da Comissão de Economia que está aqui como Presidente agora do Senado, Ministro Guido Mantega, Ministra Dilma Rousseff, Ministro Paulo Bernardo, nosso Senador por Goiás, Marconi Perillo. Quanto à questão do PAC, eu, como Senador mineiro, me sinto muito bem

recompensado pelo PAC para Minas Gerais. Estamos vendo a obra da duplicação Uberlândia, Uberaba que é a 050 e pelos projetos, muitas outras obras vão acontecer. Claro que quanto ao Ministro Guido Mantega, ele sempre, antes mesmo de ser Ministro, já discutia que nós temos que ir para o desenvolvimento, então eu já sei exatamente como ele pensa, qual o seu objetivo. O Ministro, também, Paulo Bernardo planeja muito bem todas essas questões do Brasil, com certeza o PAC vai muito bem. E a Ministra Dilma Roussef, toda vez que faz uma apresentação acaba sendo uma grande aula. Então, a gente vai tirando as dúvidas a medida que vão sendo apresentados os projetos, a aula vai sendo apresentada. Eu só tenho uma dúvida, Ministra Dilma Roussef, que hoje, como todas as grandes mulheres no mundo que aparecem nesse momento, o Brasil está muito bem representado, não é? Eu queria saber o seguinte, pelo crescimento, para nós crescermos 5%, que é a previsão de crescimento do PAC, eu recebi a informação de que nós temos que ter uma disponibilidade de energia, se eu estiver errado a Ministra pode me corrigir mais tarde, de 7 mil megawatts, se for esse o tamanho.

Então, em 4 anos nós teremos 7 mil vezes 4, 28 mil megawatts. E pelo menos a previsão de informação que chegou para mim também, é que nós temos disponível nesse período, teríamos disponível de energia para ser usado na faixa de 12 mil megawatts, eu não sei. Então, existe uma diferença nessa conta simples de 7 vezes 4, 28, menos 12, 16. Eu queria saber, Ministra, se existe a possibilidade de nós usarmos a energia que também é usada em Angra e em outros locais do Brasil, porque eu acho que a energia mais limpa, mais rápida do que toda essa burocracia que a gente enfrenta, de repente, para criar usinas hidroelétricas com os órgãos que hoje criam uma dificuldade tremenda para a nossa, para o nosso desenvolvimento. Eu queria saber só essa situação, Ministra, que é a dúvida que eu tenho quanto ao PAC. Quanto ao restante, senhor Presidente, eu vou seguir o Conselho de V. Exa., como a Ministra já tirou toda a minha dúvida com sua aula, eu sou do ramo da educação, V. Exa. também, então sabe que uma aula bem apresentada, ficam poucas as Dúvidas. Então vou pegar e abrir mão do meu tempo para os outros Senadores que não estão, de alguma maneira ainda tem dúvida ainda, ou que não se sintam bem recompensados pelo PAC. Minas agradece e o Triângulo Mineiro também. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com essa brevidade o prestígio última intervenção. E para fechar então, agora, a representação de diversos partidos, o também ex-Ministro

e vice-Presidente da nossa Comissão, prestígia muito a presença nesse Senado Federal, Senador Eliseu Rezende, PFL-Minas Gerais.

SENADOR ELISEU RESENDE (PFL-MG): Que minha apresentação seja Rápida, também, Presidente. Claro que qualquer programa de aceleração do crescimento é bem-vindo. Qualquer programa de ação do Governo, visando ao crescimento da economia é bem-vindo. Nós estamos discutindo aqui, principalmente, numa reunião conjunta de assuntos econômicos de infra-estrutura a questão do entendimento do Congresso e do Senado de que realmente o principal obstáculo ou um dos principais obstáculos que obliteram o crescimento da economia é a infra-estrutura de energia, de transporte, de saneamento básico e etc. A minha colocação é mais simples e eu acho que as questões quando são muito complexas, as soluções mais corretas são as mais simples. É preciso de ver com nitidez quais são as nossas verdadeiras prioridades. No campo da energia elétrica foi falado aqui pelo Senador Wellington, nós devemos destacar essa questão da projeção da oferta de energia no Brasil para ver se há a possibilidade de um crescimento da economia de 3% ao ano para 5% ao ano. Então, esse é um primeiro ponto que eu queria destacar. O segundo ponto que eu queria destacar é a necessidade de reposição dos ativos construídos pelo país. Principalmente o setor rodoviário e a área portuária. É preciso que haja investimentos maciços na restauração das Rodovias para que nós tenhamos um fluxo de tráfego mais barato, mais econômico, mais seguro. Ministro Mantega, há estudos que indicam que se as nossas estradas estivessem boas e nós não tivéssemos o problema de oferta de transporte público nas áreas metropolitanas, então nós estaríamos gastando 25% a menos em combustíveis automotivos que são a gasolina e o diesel. Haveria uma redução do consumo energético do país de 25%.

Talvez nós pudéssemos ser exportadores líquidos da indústria do petróleo, poderíamos até participar da OPEP. O terceiro ponto que eu queria destacar é o ponto, voltando a essa questão do petróleo, é preciso de entender que o Brasil sempre elaborou e aplicou um plano de conservação de energia elétrica. Nós nunca vimos a elaboração e a implantação de um programa de energia do petróleo, de conservação de energia do petróleo. Então, é preciso que se atue nessas áreas para que os transportes se efetuem com eficiência, os fretes sejam baratos, as cargas se conduzam com segurança e facilidade e não haja consumo de petróleo, de combustíveis automotivos no país. Então, eu gostaria de levantar estes pontos básicos para receber a apreciação dos expositores. Primeiro, energia

do petróleo, economia de combustíveis com ações do Ministério dos Transportes. Segundo, a necessidade da reposição dos ativos rodoviários. Todos os Senadores que aqui estão representando os seus Estados e os ex-Governadores que estão aqui também sabem do Estado deplorável do sistema rodoviário do Brasil. É preciso de uma ação imediata e a taxa de retorno, Ministra Dilma, de um investimento na restauração de Rodovia conforme o volume de tráfego chega a ser menor do que um ano de retorno. Não há investimento mais adequado, mais próprio, mais nítido para resultar em redução do crescimento da economia. Então, eu falo sobre o petróleo, sobre as estradas e sobre a estruturação do setor e a gestão do setor para que nós tenhamos planos de economia e aplicação na reposição dos ativos nacionais. É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer. E mais uma vez Minas é uma escola de habilidade política também, a brevidade só contribui para esse prestígio todo. Mas vamos inverter a ordem agora das respostas e vou pedir Que os nossos Ministros também se inspirem nessa atitude de Minas Gerais e cumpram os 5 minutos programados agora, para que todos os Senadores possam falar e invertendo a ordem das intervenções, Senador, o nosso nobre Ministro Paulo Bernardo do planejamento, orçamento e gestão.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Muito obrigado. Eu vou responder aquelas, aqueles questionamentos que dizem respeito a minha área. Eu queria dialogar com o Senador Marconi Perillo, primeiro para dizer, Senador, que eu concordo com o teor da fala de V. Exa. quando diz que nós precisamos conter o crescimento dos gastos correntes e eu tive a oportunidade de falar isso na minha intervenção, justamente um dos objetivos do PAC, mas eu queria duas coisas apenas que eu queria falar, me parece que são as duas coisas mais importantes que V. Exa. mencionou, primeiro com relação ao reajuste do salário mínimo, o nosso entendimento aqui é que o projeto que foi mandado para este Congresso, ele não vai ter um, não vai causar um desarranjo nas contas da previdência. Por que, veja bem, as despesas vinculadas ao salário mínimo, isso representa aproximadamente metade das despesas da Previdência Social e nós estamos propondo que elas cresçam no máximo com a variação do PIB de dois anos anteriores. A outra metade já é, já tem uma lei dizendo que é reajustado pelo INPC, todo ano, portanto, se nós fizermos a média, os gastos da previdência vão crescer menos do que o crescimento do Produto Interno Bruto, o que é diferente do que está acontecendo nos últimos anos, tem crescido mais do

que isso. Portanto, eu acho que essa é uma medida importante, vai ser uma medida boa para nós.

As Centrais Sindicais que quando fizeram a negociação, certamente aceitaram essa regra por dois motivos, uma porque eles querem uma regra de mais longo prazo, ter uma garantia de que o salário mínimo terá por um longo prazo uma política de reposição. E a outra porque certamente estão apostando também que vai haver um crescimento maior. Com relação a essa idéia da FIESP de cortes de 5,5% do PIB nos gastos correntes, com certeza isso é uma grande confusão. Não tem a menor consistência, Senador Perillo. Nós temos aqui nesta Casa um grande número de ex-Governadores, ex-Ministros, ex-Secretários de Estados, temos dois ex-Presidentes da República. Quando a gente fala, basta olhar o orçamento, por exemplo, deste ano, se nós pegarmos, tirarmos todas as despesas que são obrigatórias e que, portanto, não podem ser cortadas, nos sobra aproximadamente 90 bilhões e não só gastos correntes, também estão aí dentro os investimentos. Portanto, falar em cortar 5,5 pontos do PIB significa 110 bilhões é quase a nossa despesa de pessoal do ano.

Não tem a menor consistência essa possibilidade. Eu lembro que no debate eleitoral, inclusive, alguém falou nisso, a assessoria do candidato do PSDB mencionou a possibilidade de que cortar menos 3,7% do PIB nem o candidato sustentou isso porque de fato não tem a menor viabilidade, nem técnica, nem política. A questão da carga tributária que o Senador Casagrande falou, certamente o Ministro Guido vai falar disso, mas nós vivemos um dilema, quer dizer, nós temos de um lado que baixar a carga tributária, mas para baixar a carga tributária nós temos que cortar gastos ou pelo menos conter o crescimento dos gastos. Então, eu queria só aproveitar a fala de V. Exa. para dizer: Nós precisamos aprovar essas medidas na área fiscal porque elas vão, ao impedir que os gastos cresçam mais que o PIB, abrir um espaço para que gradativamente nós façamos a derrubada da carga tributária. Quer dizer, se nós continuarmos tendo a despesa crescendo é evidente que nós não vamos conseguir fazer a mudança na área tributária. E me parece que o Ministro, Senador Eliseu Rezende dirigiu mais as questões dele para a Ministra Dilma, mas eu acho que é importante que realmente nós façamos um esforço para recuperar a infra-estrutura já existente. No PAC nós estamos fazendo um foco especial nesse aspecto, V. Exa. tem toda a razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao nosso nobre Ministro Paulo Bernardo e agora com a palavra a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEF: Bom. Eu vou tentar fazer uma resposta conjunta para tanto o Senador Marconi Perillo como para o Senador Wellington, como para o Senador Eliseu Rezende e o Senador Dornelles. Não, mas a conjunta eu vou falar primeiro na questão se há ou não escassez de energia, eu acredito o que o Senador Dornelles não perguntou isso. A questão da escassez de energia, ela é sistematicamente reposta e ela é ciclicamente reposta, eu acho que houve um processo e eu acho correto que assim o seja e acho muito virtuoso que assim o seja. Por quê? Porque de fato o apagão de 2001/2002 traumatizou o país e sem sombra de dúvida, há nele entre outras coisas, um erro de previsão até porque o setor elétrico brasileiro é um setor acostumado a trabalhar com modelos de previsão, ele trabalha com risco, ele tem um sistema de gestão de risco, trabalha com um risco de 5% e pelas suas características ele tem em si condições de previsibilidade intrínseca. O quê que é que se 848 e 49 que instituiu a empresa de pesquisa energética que é uma empresa de planejamento de médio e longo prazo.

Ao mesmo tempo o decreto presidencial instituiu a Câmara de monitoramento do setor elétrico que se reúne aqui de quinze em 15 dias e que reúne não só os órgãos do Ministério, mas também os órgãos do operador nacional do sistema, como também da Agência Nacional de energia elétrica. Todos eles fazem um monitoramento do país em tempo real porque uma das características desse modelo do setor elétrico, não estou falando da lei 10848, estou falando do sistema elétrico, da sua estrutura física, é permitir a previsibilidade, é permitir que você se antecipe. E o que foi feito nesse Governo foi aperfeiçoar os mecanismos de previsão e assegurar que quando se contratasse energia, não se contratasse energia papel, se contratasse energia real, foi os dois, as duas iniciativas aprovadas pelo Congresso, aperfeiçoada pelos senhores e que hoje resulta no fato de que essa discussão pode ser feita em termos muito concretos. Primeiro a primeira informação. Nós, nós fazemos, até por herança do Governo anterior, uma coisa que se chama curva de aversão a risco, foi sendo melhorado ao longo do tempo, depois do apagão foi instituída a questão da curva de aversão ao risco.

Então, se tem uma previsão de qual é a curva de aversão a risco e aí eu acho que o papel da imprensa é muito importante, mas quem define a curva de aversão a risco é o operador nacional do sistema junto com a agência e a curva de aversão a risco do sistema não aponta para isso, aponta para riscos abaixo de 5%, não é? Até porque por um motivo muito simples nós temos uma situação hidrológicamente dependente da água

e nós andamos vertendo em todas as bacias estratégicas do país, ou seja, no Sudeste e no Nordeste nós vertemos. Então, nós estamos com os reservatórios completamente recuperados. No Sul, que tivemos três secas pesadíssimas e que no ano de 2002 nós não teríamos conseguido, mantido o nível de transmissão do ano de 2002, o Sul teria tido um apagão pesado nos últimos 3 anos, mas houve uma ampliação da transmissão. Então, de 2400 megawatts médios que se transportava para o Sul, chegava a 2600 se a gente fizesse muito esforço. Nós hoje temos quase 6 mil megawatts médios sendo transmitidos. Então, o país do ponto de vista da energia elétrica ele se reforçou sobremaneira, essa é uma constatação que nós todos temos de ter, tanto na área da transmissão quanto na área da geração. Bom, qual é o efeito do apagão? O efeito do apagão é pendular. Ele leva sobre oferta. 2003, 2004 e 2005 as empresas brasileiras estavam com excesso de energia descontratada. Por quê? Primeiro porque houve uma queda do mercado de energia violento, uma queda imensa.

Tanto é que as chamadas usinas botox são efeitos desta descontratação. O processo de contratação, de energia existente... [Corte de áudio] Então, hoje o país tem energia suficiente até 2010. Qual o problema que houve, relativo ao gás natural, esse problema relativo ao gás natural foi que nós não éramos, o Brasil não tinha uma cultura de gás natural. Ele não tinha. Então, a compatibilização entre as curvas de produção de poços de gás e o tempo de duração de uma hidroelétrica ninguém fazia. Hoje se faz. Então, se sabe quais são as necessidades para que você forneça 15 anos de gás sistematicamente. Esse processo resultou num grande esforço da Petrobrás que é o PLANGAS, o PLAN-GAS foi feito para garantir que esse problema do gás não ocorra. Hoje estão colocando, como o Senador Marconi Perillo disse, o problema em 2009, 2010. Eu lembro que em 2003,4, o problema estava em 2007. Eu respondi muitas questões sobre 2007. Não tem o menor problema em 2007, como não terá em 2009, 2010, porque, Senador, está sendo monitorado, leilões sistematicamente estão sendo feitos. Um dos objetos do PAC é justamente assegurar a energia do gás.

As hidroelétricas, aí eu vou responder ao outro Senador, principalmente as em implantação são para atender depois de 2010, se a gente não fizer hoje, não tem energia em 2010. Leva 5 anos para fazer uma hidroelétrica, cinco anos, então tem que fazer hoje para ter em 2010. Então eu acredito que o PAC, ele tem uma relação e é bom que se saiba que a relação, a necessidade de demanda de energia elétrica em relação ao PIB, está entre um e um e um e dois, então se o PIB crescer a 5, s precisa, se precisa, se o

POB crescer a 5, se você utilizar uma velocidade de 1,1, vai dar 5/2. Se o PIB crescer a 5, se eu usar uma elasticidade de 1,2, dá 6%, é geralmente isso. Então, eu não acredito que haja, não há taxa de crescimento de 7% de energia no Brasil há muitos anos, porque você precisa, você precisava de um país ainda sem um nível de maturidade de energia elétrica que hoje nós temos. Essa taxa de crescimento é real. Bom, eu queria também completar essa fala para o Angra III. O Governo hoje avalia a questão de Angra III dentro de um conceito de programa nuclear brasileiro. A empresa de planejamento energético, de pesquisa energética do país, aponta no seu plano de 10 anos, no horizonte de 10 anos e no de 15 anos a necessidade de utilização da fonte nuclear. Mas essa questão, ela não só tem esse aspecto energético, ele tem também um aspecto ambiental e um aspecto estratégico. Então essa é uma questão que está sendo discutida no âmbito do Governo do programa nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a Ministra Dilma Rouseff e peço agora ao Senador, desculpe, ao Ministro Guido Mantega que a gente possa se ater ao tempo por que são 12:42, nós temos ainda 25 Senadores inscritos. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu vou procurar ser breve. Queria retornar a colocação feita pelo Senador Marconi Perillo sobre os vários planos econômicos que foram praticados aqui no Brasil, certamente esses planos, cada um deu a sua contribuição e tiveram que se defrontar com situações e cenários completamente distintos, só para ficarmos nos mais recentes, o plano, os programas econômicos do Presidente Sarney se defrontavam com questões de inflação, desequilíbrio externo, o Presidente Collor também, inflação de 83, 84% e outros problemas, desequilíbrio fiscal, desequilíbrio das contas externas e a diferença do PAC em relação a esses programas é que nós superamos, claro, graças a ação desses Governos anteriores e também do nosso Governo, superamos essas crises todas. Então, a virtude do PAC é que é um programa de desenvolvimento, finalmente o nosso problema é o desenvolvimento. Então, coloca na Ordem do Dia a agenda do desenvolvimento uma vez superados, uma parte desses problemas que nos preocupavam. E, portanto, já respondendo também ao Sibá, ao Senador Sibá o Brasil já não está a mercê da economia mundial graças a essa ação que foi feita nesse período e a nossa acumulação de reservas, superávit comercial e tudo mais que nos levou a ter mais de 100 bilhões de dólares de reservas para fazer frente essa situação.

Então, hoje o Brasil não está mais a mercê. É claro que não vou dizer que não esteja suscetível a uma cri-

se de grandes proporções porque qualquer país está, mesmo os países avançados. Mas, infinitamente menos de quando o Presidente Collor governou o país, ou o Presidente Sarney, aonde as nossas reservas eram muito inferiores. Agora, justamente porque nós tivemos essa melhoria da conta comercial que nós estamos acumulando superávits comerciais, nós hoje pagamos o preço do sucesso comercial do Brasil. Nós estamos arrecadando divisas externas em grande quantidade, estamos tendo um superávit comercial de mais de 40 bilhões de dólares por ano e isto faz com que haja uma oferta grande de dólares no mercado brasileiro. O que pressiona a moeda brasileira. Evidentemente não é só isso, existem outros dois fatores que contribuem para que o câmbio esteja valorizado no Brasil. Uma outra, um outro fator é o juro mais elevado, o Brasil ainda pratica juros mais elevados, o que permite ganhos no Brasil em relação aos juros e outros países, ganhos de arbitragem, como se diz, a diferença entre o juro pago aqui dentro com o juro pago lá fora e também porque o Brasil, hoje, é cada vez mais seguro. O risco do país diminuiu. Então, diminuiu o risco, aumenta a oferta de moeda forte e você apresenta a possibilidade de um rendimento maior no país, com isto há uma sobre valorização cambial que de fato prejudica uma parte da produção e o Governo está fortemente preocupado com isto.

É em parte o resultado do nosso sucesso. Como nós estamos enfrentando este problema? Uma determinada valorização é inevitável, porque muita gente tem saudades do tempo em que o dólar valia três e meio reais ou 3.8 reais que foi quando assumimos o Governo. Mas é impossível ter uma economia estável, forte, gerando dólar com um câmbio de uma economia instável que era a situação que nós tínhamos. O Governo se empenha em comprar reservas cada vez mais. O Banco Central chegou a comprar, na semana passada, mais de um bilhão de dólares por dia, já estamos com 105 bilhões de modo que nós... E ao mesmo tempo nós esperamos que com uma taxa de crescimento maior da economia as importações aumentem. Não é possível você ter um crescimento das exportações e você ter o crescimento das importações. Então, ao aumentar as importações, também, num ritmo parecido com a das exportações, teremos um saldo comercial menor.

E, finalmente, os juros estão caindo, os juros estão caindo há 14 meses consecutivos. Estão caminhando em direção a um patamar de juros normais de países emergentes.... [Corte de áudio] Está se fazendo isso agora e caminhamos para juros que serão menos atrativos para esse tipo de capitais. Respondendo a questão do FGTS, foi levantada por dois Senadores e

depois eu vou fechar, as aplicações, quer dizer, esse fundo de infra-estrutura foi criado com o objetivo de estimular ainda mais os investimentos em infra-estrutura que eu acho que é o grande desafio que temos hoje pela frente. Não dá para crescer 5, 6% no país se não tiver uma grande oferta de infra-estrutura. No caso do FGTS, nós estamos pegando a sobra de recursos, ou seja, o patrimônio líquido do Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia tem ativos de mais de 120 bilhões. O patrimônio líquido é de 21 bilhões.

Então, 5 dos 21 iriam para estimular ainda mais uma nova alternativa para investimento em infra-estrutura.... [Corte de áudio] [soa a campainha] Que dá garantias para que o rendimento mínimo deste fundo seja o equivalente ao rendimento, hoje, do Fundo de Garantia, que é 3% mais TR. Isso está garantido, portanto, não haverá perda, só poderá haver ganhos. Nós acreditamos que empreendimentos de infra-estrutura que serão gerenciados pela Caixa Econômica Federal, que tem um padrão eficiente de gerenciamento, basta ver os resultados que tem apresentado, será fiscalizado pelo conselho do FGTS, renderão, se fizer aplicação no setor elétrico, por exemplo, que está crescendo, que no mínimo apresenta uma remuneração de 8, 9, 10% ao ano é muito maior do que 3% mais TR. Portanto, é uma atividade rentável que onde vai melhorar ainda o Fundo de Garantia. Portanto, não se espera. Não vai ter perda. Mesmo por... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos agora dar prosseguimento à intervenção. Eu vou pedir também licença aos diversos Senadores, vamos fazer três minutos a pergunta, porque nós temos mais de 20 inscritos, senão, não haverá como todos falarem, são 14:50(F), nós vamos ter que interromper as 14 horas a sessão, você balança a cabeça porque você já falou, né Siba! Senão você não balançava, não. Mas vamos lá. Vamos fazer três minutos cada um. Próximo, Marcelo Crivella. Senador Marcelo Crivella, Rio de Janeiro. Três minutos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, eu gostaria de saudar os senhores Ministros e dizer que nós do Rio de Janeiro temos uma preocupação com o crescimento porque ligamos a violência do nosso Estado ao desemprego e achamos que o PAC muda o rumo no sentido de que fazer com que suas políticas macroeconômicas, na só agora defendam a moeda ou a estabilidade do país, mas também caminhe para o crescimento. Agora, três pontos, Ministro Mantega, Paulo e Ministra Dilma, me preocupa. Primeiro por que a gente faz um prazo de 4 anos para chegar a um juros de 10%. Acho que isso é desanimador, a gente continua a ter uma taxa de juros mais atrativo no sistema financeiro do que

no sistema produtivo. Segundo. A gente tem também duas variáveis importantes a serem consideradas. Se nós tivermos crescimento econômico e tivermos uma taxa de câmbio valorizada, vai explodir a importação no nosso país.

A saída para isso é óbvia, é comprar ativos, mas aí também nós temos um problema de comparar a taxa de juros doméstica com a internacional. Mais uma razão para a gente baixar nossa taxa de juros. Uma coisa que me preocupa também é que eu acho que foi uma concessão que nós fizemos a pressões neoliberais, é conter a despesa da União com pessoal. Uma das grandes preocupações nossas é gestão. Nós vamos precisar pagar bem e contratar bons engenheiros, bons fiscais, policiais, projetistas. Não é esse o momento? É o objetivo de crescimento e se a gente quer ter também e foi aqui e a palestra do Ministro Guido começou de maneira, eu acho importante o que V. Exa. falou sobre demanda, que é uma palavra que estava esquecida nessa Casa noticiou Governo há muito tempo, nós queremos retomar o crescimento retomando a demanda. É importante que a gente tenha nossos marcos regulatórios, nossas agências, mas na verdade o empresário quer lucro. Está aí a China que é um país sem democracia, sem eleições e que, no entanto, é destino da maior quantidade, do maior volume de investimentos americanos. Porque há lucro. Então, essas três preocupações. Juros, câmbio e a Ministra Dilma que vai ter a missão de gerenciar isso tudo como fará se nós vamos limitar as despesas da União com contratação de pessoal. Mas eu quero parabenizar os Ministros e dizer que torcemos muito para que o PAC dê certo, que o país volte a crescer, principalmente nós do Estado do Rio que vivemos dias, vamos dizer, de crimes de barbárie e ligamos isso ao desemprego e a falta de crescimento. Muito obrigado, Senhor Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Marconi Perillo. Próximo Senador, Senador Fernando Collor. Alagoas. Desculpe.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Marconi Perillo não, é Crivella.

SR. PRESIDENTE ALOÍZIO MERCADANTE: Desculpe Marcelo Crivella, mas é um elogio, de qualquer forma, com um currículo destes, tenho certeza V. Exa. se sente prestigiado. Marcelo Crivella, nosso Senador PRB do Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É um elogio, mas eu sou desenvolvimentista, ele é neoliberal, então é bom não confundir as coisas aqui. [Risos].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Desculpe, Senador. Basta o senhor passar os olhos para ver o que foi feito em Goiás em termos de desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixando aqui nossas provocações de lado. Próximo Senador, Senador Fernando Collor de Mello, PTB, Alagoas.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Srs. Presidentes, Sra. Ministra, Srs. Ministros, o programa de aceleração do crescimento, é importante que a população saiba, representa um enorme esforço do Governo Federal, enorme, extraordinário esforço. É preciso ter ousar e ousar acreditando para lançar um programa como esse que o Brasil precisa e necessita. Acho que fundamental para que ele dê certo será a gestão dele. Quero apenas aqui lembrar um fato acontecido comigo antes de assumir a Presidência quando, fazendo conversas, tendo conversas com diversos economistas e alguns integrantes do mercado, eu perguntei a um deles, no mercado, essa coisa difusa, aparentemente difusa, mas que está sempre à espreita para dar o bote no Governo, eu perguntei qual era a expectativa que o mercado tinha das medidas que nós iríamos adotar e que não era do conhecimento ainda do público. E ele disse assim com muita tranquilidade e até com uma certa ironia. Disse assim: Não, não se preocupe, Presidente, nós estamos preparados para qualquer cenário. Nós desenhamos todos os cenários possíveis, de modo a que nós possamos sempre ganhar do Governo. A grande diferença que tem de anos passados para cá é que o atual Governo, devido a competência da sua política econômica, está aí alicerçado com reservas da ordem de 100 bilhões de dólares. E isso eles respeitam. Isso eles respeitam. Mas eles também estão vendo que há no PAC uma desoneração fiscal de 6,6%, de que há uma correção do Imposto de Renda em 4,5%. De que há uma correção salarial do IPCA mais 1,5%. E isso tudo ademais de todos esses... [soa a campainha]

Que significa uma renúncia fiscal, isso vai trazer, vai trazer a seguinte Pergunta: O Governo terá condições de manter o superávit fiscal de 4.25%? E se não conseguir manter, de que forma isso vai implicar na taxa de juros? E se essa taxa de juros mais adiante, não tendo esse superávit sendo alcançado, como essa taxa de juros irá se comportar? E essa taxa de juros, saindo da sua perspectiva de queda, como isso irá refletir no mercado que hoje, junto a sociedade brasileira, que hoje tem uma grande expectativa em relação ao programa? E gostaria também, senhor Presidente, com a sua permissão, os Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos e de infra-estrutura, apresentar

um requerimento indicativo. Sei que não pode ser votado na sessão porque é uma audiência Pública, mas é um requerimento que nos termos regimentais em que requeiro a indicação ao Governo Federal para que tome a iniciativa de promover a realização da Terceira Conferência Mundial do meio ambiente e desenvolvimento, a Rio mais 20, em 2012, com sede no Rio de Janeiro. O Governo Federal dessa maneira vai dar, assim Agindo, estaria viabilizando dentro do PAC, o compromisso ambiental que lhe falta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Fernando Collor. E agora com a palavra o Senador Inácio Arruda, PC do B-Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados, Ministro Paulo Bernardo, Ministro Guido Mantega, Ministra Dilma. Eu fico muito feliz com não só a iniciativa do Debate, mas a iniciativa do Governo de retomar a questão do desenvolvimento. Quer dizer, nós mudamos, estamos discutindo desenvolvimento, acelerar o desenvolvimento. Isso muda tudo no Brasil. Segundo. O Estado deixou de ser estigmatizado, quer dizer, ele não é mais aquele elefante pesado, ele é um indutor do desenvolvimento convocando a iniciativa privada, convocando todos os agentes da sociedade para o desenvolvimento. Nós passamos um tempo grande, quase uma década inteira ou quase duas décadas com o Estado sendo estigmatizado e agora o Estado é convocado, é chamado para ser o grande indutor do desenvolvimento. Eu acho que isso é muito positivo, isso mexe com toda a sociedade brasileira. Acho que uma outra questão central é também a distribuição regional do projeto, embora haja uma concentração ainda muito forte dentro do Programa de Aceleração do Crescimento face a uma presença gigantesca da própria PETROBRÁS e aqui eu não vou falar de siderúrgica porque eu quero tratar, principalmente, da questão de uma outra fonte de energia, porque a PETROBRÁS está com uma parte significativa do programa de energia dentro do PAC.

Mas na nossa região, na região Nordeste brasileira nós temos uma fonte de energia alternativa que era importante que nós também pudéssemos acelerá-la. Como acelerar esta fonte de energia que está no PROINFA e que dentro do PAC, eu acho que a gente poderia buscar tirar alguns entraves que vem sendo discutido uma delas que há pouco tempo debati com o setor que é o imposto de importação nessa área da energia eólica, equipamentos que podem ser adquiridos no exterior, são taxados e isso, talvez, a gente pudesse resolver. Quer dizer, você tem que comprar esses equipamentos lá fora e aqui dentro nós esta-

mos com um custo altíssimo, nós poderíamos tratar de acelerar também num determinado período, nesse período aqui de dois anos, 3 anos e ofertar, quem sabe aí já de imediato 800 mil megawatts de energia eólica numa região como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, uma parte da Bahia e também no Sul do país, o Rio Grande do Sul é um dos Estados que também fornece energia eólica, uma fonte limpa de energia, quer dizer, com um selo mais do que ambiental. Eu acho que é uma grande alternativa. E o outro gargalo é a questão do transporte ferroviário. Acho que como a gente, nós estamos ali com a transnordestina, eu busquei aqui as páginas... [Corte de áudio] [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você vê que o Nordeste sempre tem muita sede. Esse transporte ferroviário eu busquei aqui nas páginas todas por que eu queria examinar exatamente como é que estava esse desenho do Transporte ferroviário. Eu acho que a gente deu um salto razoável do que a gente tinha. Mas é que quando olho o mapa do Brasil, quando a gente vê no mapa é que a gente vê ainda o tanto que nós temos que andar, o quanto a gente tem que andar, quer dizer, nós ainda somos o país dos caminhões, das Rodovias. Quer dizer, nos outros países do mundo aqui se fala em China, se fala em China, mas olha a malha ferroviária que eles estão montando lá. Se fala as vezes em Europa, Estados Unidos e etc..., mas olha a malha ferroviária que esses países dispõe e o tipo de transporte que eles estão trabalhando. Então eu acho que a minha pergunta era principalmente essa, primeiro questão dessa energia alternativa, essa energia eólica, está ali, nós temos uma série de investimentos nesses setores. Não quero ainda tratar da questão dos juros e da questão da TR na questão do Fundo de Garantia... [Corte de áudio] [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Inácio Arruda e pediria também aos Senadores que nós temos ali um tempo, eu estou marcando o tempo para que eles possam concluir o raciocínio dentro do tempo previsto. Tenho certeza que o plenário não vai protestar, mas vamos fazer uma permuta aqui porque aqui não há contradição entre desenvolvistas e neoliberais, os dois tem tido posições semelhantes no debates econômicos e políticos, Senador Arthur Virgílio, estamos trocando pelo Senador José Agripino, na forma de prestigiar a liderança sempre brilhante do Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Presidente Aloízio Mercadante, Presidente Marconi Perillo, senhores... Srs. Ministros Paulo Bernardo, Guido

Mantega e Dilma Rousseff. Eu queria rapidamente cumprimento a V. Exas. por terem vindo aqui para iniciar um processo de debate que na minha opinião é só o início porque com perguntas reduzidas ao tempo de três minutos, com as disposições que foram feitas, nós vamos ter apenas um começo de debate, mas é um começo, de qualquer maneira salutar em torno de um assunto que interessa ao país e a nós temos que é a retomada do crescimento, é o desenvolvimento. Eu, enquanto ouvia as exposições fui chamado pela imprensa e lá fora me fizeram uma pergunta que era uma provocação. Será que isso de PAC não é uma renovação de primeiro emprego que eles entendem como uma coisa malsucedida? Outro saiu de lá e disse: Será que não é a reedição da retomada do crescimento anunciada como o espetáculo do crescimento que nunca aconteceu? Passa pela cabeça de muitas pessoas, senhores Ministros, que o PAC é uma grande peça de encenação, é um enunciado de intenções com uma enorme carga de marketing para levar as pessoas o compromisso do Governo de retomar o crescimento. Aqui nesse plenário, de forma muito pragmática, foi colocada por muitos Senadores da base do Governo e da oposição que retomada de crescimento em termos macro você vai conseguir na hora em que conseguir domar o câmbio ou trazer o câmbio para níveis compatíveis em que você domar os juros em que você fundamentalmente abaixar a carga tributária. Aí você criou as macro condições para que normalmente, por gravidade, se retome o crescimento.

Eu não quero discutir isso até porque eu tenho uma enorme boa vontade com tudo aquilo que vier em nome do desenvolvimento. Eu quero dizer a V. Exas. que eu vou tentar convencer o meu partido e não terei dificuldade em votar tudo do PAC que for favorável ao desenvolvimento. Agora, nada que seja vender gato por lebre eu levarei. Eu tenho uma preocupação, 503 ou 504 bilhões de investimentos, parte, grande parte deles, oriundos de uma presunção do crescimento do país a 5%, na minha opinião e na opinião de muita gente é uma temeridade. Queria eu que o país crescesse a 5%, mas quem é que assevera isso? Quem é que diz que os economistas que falam que o país não crescerá mais do que 3% e se crescer a 5 o gargalo do apagão elétrico vai acontecer? Não são eles que estão certos? Então, o que é que eu desejo? Assegurar a V. Exas. que o debate que vai ser levado a efeito no Senado vai ser levado em termos patrióticos, mas em termos reais. Aquilo que for irreal vai receber, o nosso voto contrário. Eu queria só mais um minutinho, Presidente, para concluir. O que é que eu penso fundamentalmente? Eu advogo as coisas naturais. Eu tenho

razões para desconfiar de anúncios que são feitos e que não acontecem.

Eu queria fazer uma pergunta, creio que a Ministra Dilma Roussef, o Ministro Paulo Bernardo, não sei quem poderia me responder melhor? Em abril de 2003, há 4 anos atrás o Governo anunciou a aplicação de 5.3 bilhões de reais com dinheiro do FAT, do FARC e da Caixa Econômica para um grande programa de saneamento, de assentamento rural, 1200 casas e de construção de moradias. Curiosamente em 4 anos depois, 5 bilhões de reais, agora com o dinheiro da Caixa Econômica são anunciados para investimentos no mesmo segmento. O que é que aconteceu com aquele programa que anunciava 5.3 bilhões? Eu nunca vi nenhum anúncio de resultado. Ouvi muito o anúncio de que agora... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pediria ao Senador José Agripino que concluísse. Nós já demos um minuto de tolerância pela importância da vossa intervenção.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Eu vou concluir, Presidente. Os 5.3 bilhões foram anunciados com grande alarde. Eu não conheço os resultados. Outra coisa. Eu acredito muito nas coisas naturais. Eu não compreendo e queria uma resposta conclusiva de V. Exas. Há previsão de investimentos maciços em diversas áreas em que você vai forçar situações. Por outro lado, deixa eu voltar para o meu Estado. No Rio Grande do Norte existe uma planta da PETROBRÁS que produz gás que poderia produzir eteno e ao lado desta planta existe uma termoelétrica chamada Termo Sul que está em vias de conclusão e as salinas de Areia Branca e Macau. V. Exas. devem saber que energia elétrica mais sal, por hidrólise produz-se cloro... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, eu pediria só que concluísse, mesmo, nós já demos 5 minutos a V. Exa. que foi o tempo mais generoso de todo o plenário.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN): Com mais um minuto eu concluo. Se produz numa região do Brasil carente de emprego Soda Cáustica e cloro. Numa outra região a 40 quilômetros de distância você tem produção de gás da Petrobrás que pode produzir eteno. Eteno mais cloro produz resina de PVC para uma região pobre, carente de emprego e que deveria merecer a atenção privilegiada do Governo. Ao invés de se fazer uma fábrica de resina de PVC no Rio Grande do Norte, está se fazendo um pólo petroquímico de gás com a Bolívia, na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, prejudicando os investimentos que o Rio Grande do Norte pleiteava numa vocação natural onde há uma justaposição de oportunidades,

para deslocar não sei por que razões, para a fronteira Mato Grosso, Bolívia, a partir de gás boliviano e não gás potiguar. Em cima, portanto, de vocações naturais é que eu pediria uma explicação. Por quê que o PAC, que prevê tanta coisa não objetiva suas ações em cima de vocações naturais?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador José Agripino e agora o próximo inscrito o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Ninguém em sã consciência, sendo brasileiro como nós somos, poderíamos objetar ou criar dificuldades à implementação de um plano que venha ao encontro de um antigo sonho que, infelizmente, ainda não se concretizou, de tornar o Brasil um país igual, desenvolvido, um país em harmonia consigo mesmo, longe da violência, contando com postos de trabalho em todas as capitais e também na zona rural. Para acelerar o meu tempo eu gostaria também de enfatizar de que este projeto, esse Programa de Aceleração do Crescimento traz um grande recado, traz aquilo que vive na alma de todos nós brasileiros que propugnamos por justiça social que o Governo não está preocupado única e exclusivamente com resultados econômicos, mas também com a primazia de resultados sociais, haja vista a implementação de programas sociais e nas grandes capitais, nas periferias urbanas onde acontecem grandes índices de desemprego e de violência. Mas antes de terminar a minha participação nesse debate, eu gostaria de fazer uma reflexão rápida sobre a necessidade imperiosa de o Governo estabelecer uma certa tranquilidade, um certo equilíbrio no que diz respeito à segurança de um programa de revitalização do Rio São Francisco, fazendo com que a Câmara dos Deputados acelere o processo da aprovação de uma PEC da autoria do Senado Federal que eu fui o seu primeiro iniciante que já está na Câmara dos Deputados há 4 anos e há uma, nos corredores do Congresso Nacional de que a equipe econômica do Governo, principalmente o Ministro da Fazenda com quem eu já tive oportunidade de conversar, apenas é só um desmentido que eu quero, de que haveria resistência do Ministério da Fazenda quanto a aprovação dessa PEC que faz uma pequena vinculação de recursos da União e agora dos Estados e Municípios. Então, eu gostaria de perguntar se há realmente o interesse do Governo, porque o Presidente da República já se manifestou de forma pública favorável a esta aprovação desta PEC, se o Ministério da Fazenda apóia integralmente a aprovação dessa proposta do Congresso Nacional? Porque

tenho certeza absoluta que iria resolver em definitivo mais de 500 anos de degradação que o rio São Francisco tem sido... [Corte de áudio]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, com a utilização da palavra pelo Senador Antônio Carlos Valadares, informo que apesar de haver a faculdade da réplica para que haja o contraditório e em função da limitação do tempo nós vamos abrir mão dessa faculdade e depois vamos usar a tribuna para os devidos esclarecimentos. Com a palavra o ilustre Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Ministra Dilma Roussef, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo. Apesar de ter alguma, algum ceticismo com relação ao PAC e isso decorre basicamente do fato de que são tímidas algumas metas como a redução dos gastos públicos, a redução da taxa de juros e a desoneração tributária, devo reconhecer que há uma mudança de perfil do primeiro Governo do Presidente Lula com o atual, o atual Governo recentemente instalado. O PAC é um marco, porque substituiu-se a discussão daquele arroz com feijão de estabilidade econômica com a questão da taxa de juros e passou-se a discutir a questão do desenvolvimento econômico. Tive duas oportunidades, nesse curto período que estou aqui no Senado, de interagir com o gabinete civil da Presidência da República comandada por V. Exa., Ministra Dilma Roussef e confesso que nas duas oportunidades tive uma impressão muito boa da forma pela qual V. Exa. administra a Casa Civil. Nas duas oportunidades a missão a que propusemos foi bem... [soa a campanha] Bem, encaminhada. Portanto, tenho algumas razões para acreditar que alguma coisa pode mudar. No entanto, Ministra, quando se analisa o PAC e V. Exa. aqui disse que dos critérios de seleção, um deles foi a fonte, a forte, o forte potencial para gerar retorno, observamos que a região Centro-Oeste que é a região que da qual o meu Estado integra foi muito pouco aquinhoadada. E o caso de Mato Grosso do Sul praticamente não foi aquinhoadado com nada. Teve ali a BR-158, a ponte Brasilândia...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já vou terminar, Excelência. [soa a campanha]

Eu acho que V. Exa. tem que descontar depois essas interrupções também, Excelência. Então, tem duas obras que foram aquinhoadas. No entanto, numa dessas audiências que eu tive com V. Exa. e daí a minha boa impressão, V. Exa. sabendo que realmente Mato Grosso do Sul estava sendo omitido abraçou uma discussão, a discussão do Poliduto e hoje V. Exa. se

referiu como uma das metas em estudo no PAC. E veja o seguinte: Eu acho que o Governo poderá se tornar a grande alavanca do desenvolvimento se efetivamente abraçar esta meta do biocombustível. E Mato Grosso do Sul, Excelência... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, não é mais possível... Já foi concedido um minuto a mais a V. Exa. Existem...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Parece até que V. Exa. não está querendo defender a nossa região.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, existem 20 Senadores inscritos. Sr. Senador, existem 20 Senadores inscritos, nós só temos 42 minutos. Não é possível, senhor Senador, eu vou conceder mais um minuto a V. Exa, certamente em detrimento aos demais Senadores inscritos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Excelência, o que eu quero dizer que estudos da Petrobrás indicam Mato Grosso do Sul com a possibilidade, com o potencial de ser responsável por 20% de toda a produção de etanol do Brasil. Está certo? Então, o que eu quero, a razão da minha intervenção basicamente é rogar aqui a V. Exa. que dando seguimento a aquela conversa que foi tida na Casa Civil que abrace essa causa. Mato Grosso do Sul está dentro desse perfil que V. Exa. tratou, a questão do retorno, a questão da potencialidade. Então, o Poliduto para Mato Grosso do Sul e para o PAC é da mais alta significação porque se insere dentro da logística que tem sido propalada como uma das razões, fundamento do PAC. Era esse... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre Senador Valter Pereira. Concedo a palavra a ilustre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada Presidente, Srs. Ministros, senhora Ministra Dilma Roussef, eu gostaria de dirigir a primeira pergunta à Ministra Dilma com relação a infra-estrutura de logística, nós temos um gargalo imenso por esse Brasil afora, que onera o custo da nossa produção, especialmente da produção agropecuária. E o PAC nos revela a prioridade que continua a prioridade da matriz de transporte investida, ou seja, 57% dos recursos para Rodovia e apenas 1.3% para as Hidrovias. A China tem 50% do seu transporte em cima de Hidrovia, o Brasil apenas 13%. A eclusa de Lajeado, ela deixou de ser construída, concomitante com a hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães. Se fosse construída à época simultaneamente ela teria custado 380 milhões de reais aos co-

fres públicos. E se hoje ela for construída, ela custará 624 milhões de reais. Quero aqui chamar a atenção da necessidade a senhora Ministra de priorizar recursos no PAC para a construção da eclusa de Lajeado, da usina de Luís Eduardo Magalhães e também dizer a senhora que o projeto da usina hidroelétrica de Estreito, também no Rio Tocantins, no meu Estado do Tocantins, ela não tem o projeto Executivo da eclusa. A empresa não se sentiu obrigada nem pelo Ministério dos Transportes e nem pelo meio ambiente em fazer o projeto da construção da eclusa.

E quero informar a senhora que também sou desenvolvimentista e nós vamos trabalhar duro junto com o Governo do Estado e toda bancada para a não construção da usina do Estreito sem a eclusa que nós tanto precisamos. Então eu gostaria, essa é a primeira pergunta de pedir à senhora que reconsiderasse também a inclusão no só da eclusa de Tucuruí, mas da usina de Lajeado no Tocantins. A senhora falou muito em gargalos e eu quero aqui entregar agora há pouco um trabalho para a senhora que a Confederação Nacional da agricultura fez com relação aos gargalos na logística de transporte, nada de investimento, apenas ações que não custam um centavo do Governo Federal e que poderiam melhorar em muito a condição do transporte da logística do nosso país, de cargas. A ANTAC, senhora Ministra, já pediu por duas vezes ao Ministério dos Transportes intervenção no Porto de Paranaguá. Nós estamos com um custo de 50 mil dólares por dia, por dia parado e hora parada no Porto de Paranaguá, Rio Grande e Santos, especialmente no Porto de Paranaguá. Nós estamos pagando um bilhão de dólares por ano de multa por falta de dragagem nesses portos. E não é por falta de dinheiro, Ministra, nós sabemos que aquele adicional de tarifa, a INFRAMAR, é suficiente para que essas dragagens pudessem ter acontecido e o Ministério do Transporte não toma, que é o concessionário, não... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Senadora, mais um minuto para a conclusão.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): E o Ministério dos Transportes não toma nenhuma providência para que os 50 milhões de reais que estão nos cofres de Paranaguá, dessa tarifa que é exclusivamente para dragagem, não toma providências necessárias para que a dragagem pudesse ser feita, então a senhora repare que não vai gastar um centavo do Governo Federal, o dinheiro está na conta. O Porto de Rio Grande, o recurso é misturado no caixa do Estado, é difícil de identificar os valores que lá nós temos. Então, já tem dois acordos do Supremo, do Tribunal de Contas da União e dois pedidos de intervenção da ANTAC e nada

foi feito em Paranaguá para que o produtor rural possa deixar de pagar prêmios negativos pela incompetência da administração dos portos brasileiros. Quero aqui parabenizar V. Exa. pela questão dos defensivos genéricos que também era um grande gargalo para o aceleramento do desenvolvimento brasileiro e a Casa Civil foi bastante ágil na definição junto com a Dra. Teresa Campelo para que a gente pudesse sanear esse problema. Então, eu gostaria que de mesma forma... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a Senadora Kátia Abreu, com a palavra a ilustre Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Senhor Presidente, senhores Ministros, senhor Senador Mercadante, foi colocado aqui os investimentos públicos e o Ministro Paulo Bernardo apontou que um dos objetivos, também do PAC, seria propiciar um ambiente favorável aos negócios citando para isso a Comissão, a criação de uma Comissão para Reforma Tributária, a criação de um fórum para a previdência, as agências reguladoras e eu não vi, não sei se eu estou equivocada, V. Exa. colocar a questão da Reforma Trabalhista que eu acho que também é um dos grandes gargalos que impede, que leva o custo Brasil. A segunda pergunta que eu gostaria de fazer, senhores Ministros, eu sou Presidente da Comissão de desenvolvimento regional, o PAC contempla a SUDAM e a SUDENE. Nós trabalhamos aqui o ano todo discutindo esses projetos e os recebemos de volta com dez vetos, fazendo com que esses organismos percam a sua eficácia. Eu gostaria de saber a opinião dos senhores Ministros a respeito desses vetos e qual o destino que está reservado para a SUDECO que já está na Comissão de Justiça?

E eu gostaria de dizer, senhores Ministros, que nós recebemos esses vetos e nenhum sinal para negociar esses vetos ou para explicar os vetos àquela Comissão. Segunda coisa que eu gostaria de colocar diz respeito à RID, região integrada do Distrito Federal, o PAC também contempla projetos pontuais para a RID, Ministro Bernardo. Projetos pontuais para a RID. Sabendo V. Exa. que nós temos uma carta convite já analisada pelo Ministério das Cidades, já analisada pelo Ministério da Integração Nacional e que, contempla a RID como um todo, na área do lixo, do saneamento, da infra-estrutura, enfim, em tudo, enquanto nós estamos aí com um projeto pontual e por último, eu gostaria de dizer em relação ao meu Estado, ao estado de Goiás, no que diz respeito a logística. Nós temos um projeto importantíssimo feito entre o BID e o Estado de Goiás, um projeto importante mostrando os gargalos da nossa logística e, no entanto, a gente vê no PAC a saída Leste que é importantíssima para

o Estado de Goiás não contemplada. Enquanto esse projeto sequer foi analisado para estabelecer as prioridades. Portanto, deixo aqui os meus agradecimentos e essas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB): Parabenizo a Sra. Lúcia Vânia pela economicidade do tempo, quero dizer que me associo a ela, todas as reivindicações referentes ao nosso Estado. Com a palavra o ilustre Senador Aloízio Mercadante, Presidente da Comissão de assuntos econômicos, para falar como autor do requerimento. Como ele é o Presidente da Comissão também autor do requerimento, quero conceder a ele o tempo de 5 minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço e vou buscar ser o mais breve possível. Eu, primeiro, compartilho com a visão daqueles Senadores formadores de opinião, que reconhecem que o PAC é uma reflexão na política econômica relevante. É relevante primeiro porque abre o debate sobre o crescimento econômico rompendo essa cultura da estagnação que nós estamos presos nas últimas décadas e aponta a direção correta, reduz o superávit primário, estabelece prioridades claras e precisas, quer dizer, investimento público em energia prioritariamente, em logística e infra-estrutura social e de habitação e saneamento. E além disso impulsiona um novo padrão de financiamento público para alavancar os investimentos. Eu acho que é um equívoco da oposição não reconhecer. O mérito dessa inflexão, da direção e do sentido que está sendo apontado. Segundo. Como dizia [inaudível], que não tem, eu diria, uma formulação mais avançada ainda, quer dizer, não tem poupança sem investimento. Quando a gente define um projeto de investimento, a gente cria condições de alavancar a poupança. Então quando nós estamos desenhando projetos claros de infra-estrutura nas regiões, nos setores, nós estamos viabilizando uma perspectiva de crescimento econômico segura para o Brasil. Agora, de outro lado eu compartilho com aqueles que acham que nós não atingiremos 5% de crescimento do PIB se não houver uma inflexão na política monetária cambial.

E aí, Ministro Guido Mantega, meu parceiro, sei que V. Exa. compartilha de muito do que eu penso sobre este assunto. É verdade que a taxa de juros cai a 14 meses, mas há 11 meses está abaixo da meta e muito abaixo da meta. A projeção do mercado para inflação futura é 4% para esse ano, 4,1 para o ano que vem. Há espaço na política monetária. Se é verdade que nós temos hoje uma turbulência decorrente da China, nós não a tínhamos no período anterior e, talvez, possamos não ter até a próxima reunião do COPOM. Espero que a gente não tenha. O Governo tem que explorar a política monetária e a meta definida pelo Governo não

é a meta do Banco Central hoje. E eu que debati tanto a questão da meta no futuro e vejo hoje que alguns, inclusive, que estavam no Governo reconhecem que nós tínhamos razão naquela ocasião que aquilo abortou o crescimento econômico, quero insistir que há espaço na política monetária e é fundamental a atenção no Governo na política cambial, o real está virando o principal produto de exportação no Brasil. O fluxo de entrada de capital em bolsa, sobretudo de renda fixa está levando a uma apreciação indevida da moeda, nós vamos ter a safra agrícola agora, recorde, com os preços avantajados, vão entrar pelo menos mais 16 bilhões de dólares. O Governo precisa estar muito atento à questão do câmbio e não basta comprar reservas cambiais. E dou um exemplo: A indústria de transformação, ano passado, cresceu 1,9%, dou dois exemplos, Ministro Guido e pediria especialmente a V. Exa. uma atenção especial. Calçados. As exportações em calçados nos últimos 4 anos, cresceram 141%. O ano passado o emprego no setor caiu 13%. Têxtil. Nos últimos 4 anos, as importações cresceram 180% e dou aqui para o Senado Federal um exemplo: A China, quando a gente olha o balanço de pagamento da China, saíram da China 37 milhões de toneladas de produto têxtil. Quando se olha a Receita Federal aqui, Rachid, só entraram 22 milhões, 15 milhões entraram sem a fiscalização da Receita Federal de produtos têxteis da China no Brasil, um setor que emprega 3 milhões de pessoas. Nós temos que aperfeiçoar ainda mais a fiscalização e muito rigor na fiscalização, nós temos que discutir tarifas em setores específicos e em alguns casos como calçados, por exemplo, que é intensivo de mão-de-obra e cadeia curta, o PIS/COFINS aumentou a carga tributária.

Então nós precisamos de políticas específicas em alguns casos para proteger setores com grande impacto no emprego. Quero ainda sugerir, Ministra Dilma Rousseff. Acho que o PAC tem que ter uma ousadia na questão da inovação científica tecnológica, na perspectiva da sociedade do conhecimento e na inclusão digital. [soa a campainha] Acho, eu fiquei entusiasmado com o discurso que o Presidente Lula fez nesse plenário dizendo: Até o final do meu Governo, todas as escolas públicas, ele repetiu, todas as escolas públicas terão banda larga e computador na escola. Isso significa um investimento, em 5 anos, de 9 bilhões de reais. Nós precisaríamos de 6 bilhões de reais para fazer a infra-estrutura nas teles, 3 milhões de reais para comprar os computadores, nós precisaríamos de 2 milhões de computadores, para que as 42 milhões de crianças e os dois milhões e meio de professores tivessem acesso a informática. Eu acho isso revolucionário, inovador, decisivo e vou apresentar

uma proposta nessa direção, Ministro, exigindo que o FUST seja canalizado nessa perspectiva.

Não dá mais para o FUST ser utilizado como foi desde o dia da sua criação só para fazer superávit primário, nós precisamos do FUST para financiar um programa de grande alcance social, estratégico, de inovação, que é botar essa geração dentro da internet e realmente apontar como a sociedade do futuro.... [Corte de áudio] Devia ser uma das grandes prioridades do PAC e não está definido enquanto tal ainda há tempo de corrigir e espero que a gente consiga avançar nessa perspectiva. Eu tinha alguns outros temas para, mas em respeito aos diversos Senadores, fico por aqui e vejo, Senador Marconi Perillo, nós não temos outra alternativa a não ser fazer mais uma audiência, que o pessoal quer discutir, quer aprofundar, quer debater, evidente que os Ministros tem muitas responsabilidades, mas nós poderíamos dar um prazo, nós temos tempo até o PAC chegar no Senado, mas tenho certeza que na CAE o pessoal vai querer continuar esse debate e na infra-estrutura também, nós podemos já, juntos, marcarmos uma nova audiência para continuar essa discussão, promissora e qualificada que vai ajudar a aprimorar a política pública do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Aloísio, Presidente da CAE concedo a palavra pela ordem de inscrição a ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador Marconi Perillo, Presidente da infra-estrutura, Senador Mercadante, Presidente da CAE, Srs. Ministros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Sr. Ministro Mantega, Sr. Ministro Paulo Bernardo e em especial, muito em especial a minha homenagem à Ministra Dilma Rousseff. Neste mês que nós temos o Dia Internacional da Mulher, Ministra, com certeza a mulher brasileira tem muito orgulho da senhora. Eu assisti a primeira apresentação do PAC em Salvador feito pela Ministra Dilma e pelo Ministro Paulo Bernardo. Fiquei muito entusiasmada, realmente. Entusiasmada que pela primeira vez nos parece que um programa nesse país vê o Brasil por inteiro. Entusiasmaram outras questões também, com certeza, como os 11 bilhões para o fundo, para o combate das desigualdades regionais, vamos dizer assim e também entusiasmada por ver que o meu Estado do Mato Grosso ainda precisa muito mais, com certeza, mas nós já vemos aí contemplada, a questão da 163, da 364, da 158, da 242, Ferronorte e alguma coisa na área de Hidrovias também. Isso para Mato Grosso que é hoje esse potencial gigantesco de possibilidades de desenvolvimento

principalmente na agricultura para exportação, mas também na agricultura familiar.

Eu diria que eu estou, tamanho entusiasmo que eu já fiz até aqui uma síntese do PAC, estou saindo para explicar no Estado inteiro. Eu acho que isso todos nós deveríamos fazer também. Discutir com as lideranças, cada um de seus Estados, nos seus Estados, o PAC, para que haja um entendimento de todas as autoridades e lideranças Municipais e etc. do que significa isso aqui para que ele tenha condições de avançar e mais rápido, talvez, do que se espere. Uma das questões que eu ia colocar, a Senadora Lúcia Vânia já colocou, que era a questão da SUDECO, como os senhores enxergam essa questão da possibilidade da SUDECO? E também sei que não está no PAC, porque essa questão não entrou, a questão de um Poliduto ou dutos porque nós em Mato Grosso temos aí um potencial gigantesco de etanol, álcool, biocombustível, etc., sei que está fora do PAC, mas como isso é visto e pode ser tratado também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação da Senadora Serys. Concedo a palavra pela ordem de inscrição ao ilustre Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Senadores Marconi Perillo e Aloísio Mercadante, Sra. Ministra Dilma Rousseff, Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Ministro Guido Mantega. O Governo Lula apostou no seu primeiro Governo nas reformas e enviou para o Congresso Nacional a Reforma Tributária, enviou para o Congresso a Reforma Previdenciária e faltaram as reformas trabalhistas, a reforma trabalhista e outras de previdência e outras reformas que hão de compreender os Ministros que se tornaram a tônica de que o país só alcançaria um crescimento sustentável se ele levasse à frente esse processo reformista. Aí de repente a Reforma Tributária... Eu sei que a culpa não é só do Governo.

A Reforma Tributária parou no meio do caminho, a Reforma Previdenciária não foi concluída como deveria ser, a Reforma Trabalhista não foi enviada e eu pergunto: O Governo tem todos os méritos quando consegue alcançar o superávit fiscal, tem todos os méritos quando consegue alcançar o superávit comercial. Mas fica uma cabeça sem corpo, senhor Presidente, ou um corpo, desculpa, ou um corpo sem cabeça porque o Governo fez a base, mas quando deveria cimentar aquela base para fazer as reformas pulou para fazer, então, as obras de infra-estrutura, deu esse salto que nós precisamos saber se o trapezista tem por baixo a rede ou se não terá. Por outro lado é só para concluir. A obra de transposição das bacias, muita gente pensa que é uma obra apenas de recursos hídricos, de

transposição de recursos hídricos, de onde tem água, para onde não tem água. Mas eu sei que é uma obra, é uma obra de saneamento... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO(PSDB-GO): Senador Garibaldi, nosso tempo está extremamente escasso, eu pediria mais um minuto apenas para conclusão.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, nós temos o programa de redução de perdas e uso da água, o programa de abastecimento de águas às pequenas comunidades situadas ao longo dos canais da transposição. Mas o que se diz é que será feito só o canal, o primeiro canal que beneficia Pernambuco e Paraíba e não será feito o canal que beneficia Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, porque nós não teremos os recursos suficientes para isso. Então, eu gostaria de ter uma garantia, Sr. Presidente, através dos senhores Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra em permuta com a ilustre Senadora Marisa Serrano, o ilustre líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu vou ficar exatamente nos meus três minutos. Eu prometo isso solenemente. E por isso, Ministra Dilma, Ministro Guido Mantega, Ministro Paulo Bernardo, meu querido amigo, eu vou me reportar tão somente a um item que é a Medida Provisória 352 que tem muito a ver com o futuro tecnológico do país e, portanto, ela é relevante sim, eu não sou a favor, eu sou contra a crença demasiada no Estado, isso é ruim no PAC, vejo algumas inocuidades mesmo com positivo foco no investimento, isso é muito positivo. Não espero nenhum milagre quanto ao crescimento econômico, agora a Medida Provisória 352 é importante, ela trata da transmissão e trata da recepção de tecnologia digital e ela é relevante. Agora, no ano passado e o período eleitoral atrapalhava a compreensão daquilo eu denunciei e o Ministro Paulo Bernardo e a Ministra Dilma me conhecem, V. Exa. nem tanto, eu sou uma pessoa de boa-fé mesmo.

Eu denunciei porque eu tinha a convicção de que haviam gestado no MEDIC uma Medida Provisória que seria muito nociva aos interesses do Pólo Industrial de Manaus. Depois veio, ou seja, eu tenho convicção de que aquilo existia. E tenho convicção de que, talvez, a intervenção do Presidente, talvez os fatos, a própria denúncia, a denúncia, por isso é muito bom oposição. Veio com outro formato a Medida Provisória 352 com a intenção de garantir a tecnologia de TV digital para o meu Estado, mas faltam dois senões a serem corrigidos, sem o que não haverá conclusão positiva dessa tentativa de garantia, Ministra e Ministro Man-

tega e se não houver possibilidade para fabricação dos [inaudível], daqui a pouco, quando os [inaudível] forem construídos dentro, forem para funcionarem dentro das TVs, começará a haver um sério perigo de concorrência, não a fabricação dos [inaudível] em outros Estados, mas sim, vai haver competição com a fabricação de TVs.

Do mesmo modo, do mesmo modo quando nós falamos na, nós temos os [inaudível] e temos os CRT'S ficam conosco, a parte obsoleta. Os displays para entretenimento, se não se disser claramente que o que diz respeito a entretenimento, os display para monitores de vídeo, para televisores e se não se disser que o ligado a entretenimento fica com o Amazonas, com exclusividade em incentivos fiscais, amanhã se fabrica isso em outro lugar, fabrica televisão em cima dessa brecha e o Amazonas não terá como competir de maneira igual com Estados que tem condições locais mais vantajosas. É mais, não é nem uma pergunta, é mais uma advertência que faço, por que não quero duvidar da boa vontade do Governo, quero dizer apenas que se outros Estados não conseguirem isso não ganham nada, se o meu não conseguir, ele perde o seu principal pólo que é o eletro eletrônico, responsável por 63% do faturamento, por metade dos empregos. [soa a campainha] Não cumpri a palavra, é uma tristeza, mas eu vou concluir em 15 segundos. E é, portanto, uma calamidade o que se avizinha para lá. Eu quero reconhecer que houve esforço, sim, porque enfrentaram forças, houve esforço do Governo para responder positivamente a isso, mas tem que observar esses dois itens sem o que a garantia não é completa e sem essa garantia nós podemos perder o principal sustentáculo da economia do meu Estado, que aliás conserva 98% da sua cobertura florestal, graças ao Pólo Industrial de Manaus, fora disso, nós teríamos a realidade do desmatamento, está mais do que na moda nós nos preocuparmos mesmo com a preservação da Amazônia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ainda existem oito Senadores inscritos, Senadores e Senadoras. Eu consulto ao plenário se há concordância, em que pese o regimento estabelecer o prazo de 14 horas, para que nós possamos adiar a sessão por mais 20 minutos e após, por mais 30 minutos? Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a prorrogação do tempo dessa sessão até as 14:30 horas. Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Marconi, Senador Presidente da CAE, Aloízio Mercadante, quero cumprimentar a Mi-

nistra Dilma Rousseff, o Ministro Guido Mantega e o Ministro Paulo Bernardo pela ação coordenada que desenvolveram no programa de aceleração do crescimento que tem entre outros objetivos o de estimular os investimentos privados a partir de investimentos bem ordenados no setor público em obras de infra-estrutura. As minhas dúvidas referem-se primeiro a aquilo que será feito com o rio São Francisco. Há consenso sobre a revitalização do rio. No que diz respeito à transposição, entretanto, ainda não foram inteiramente dirimidas as questões a que se referem estudiosos como os professores Assis Absaber(F), Aldo Rebouças, Abner Curado, João Suassuna, Washington Novaes e em especial o Bispo Dom Luís Flávio Capiro, que comoveu a nação quando realizou uma greve de fome, no ano passado, para que o governo melhor reavaliasse a sua decisão de levar adiante a transposição das águas do São Francisco para o Nordeste cetentrional. Ainda há poucos dias Leonardo Boff fez uma advertência em seu artigo na Agência Carta Maior, onde espôs que seria importante que se pudesse ouvir o apelo de Dom Luís Flávio Capiro, que ainda no último dia 23 de fevereiro encaminhou uma carta ao Presidente pedindo que fosse assegurado o compromisso que no ano passado foi estabelecido entre o então Ministro Jacques Wagner, hoje Governador da Bahia, quando assegurou que a decisão sobre aquilo aguardaria a conclusão do debate sobre todos os prós e contras da referida transposição. E eu pergunto se considera o Governo que já foi concluído o debate de prós e contras, ainda que nas palavras da carta de Dom Luís Flávio Capiro, isto ainda não teria acontecido. Eu vou ficar apenas nessa pergunta para respeitar o tempo, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão de V. Exa. Senador Suplicy. Concedo a palavra ao líder Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sra. Ministra Dilma Rousseff, Srs. Ministros Guido Mantega e Paulo Bernardo, Sras. e Srs. Senadores. Eu sei que tudo já foi perguntado e quem fala por último corre o risco de ser repetitivo, mas eu ainda me preocupo, senhora Ministra Dilma, com a questão da energia, nós sabemos que existe uma certa garantia com as usinas que vão entrar em operações, com a energia nova. Mas se isso não acontecer porque tem projetos que ainda estão enrolados com questões ambientais e poderão sofrer processo de continuidade. Me preocupa também na área mais da economia a reindexação do salário mínimo e também a indexação da despesa com o pessoal do serviço público, isso poderá também indexar os preços dos produtos, eu vou abreviar aqui, acelerar um pouco, ao Ministro Guido

Mantega também, quais são as medidas que o senhor pretende tomar para cortar os gastos correntes que estão perto dos 19 pontos percentuais? Praticamente isso tudo já foi falado.

Como será compensado a possível redução do Superávit primário de Estados e Municípios caso estes venham a tomar os empréstimos permitidos pelo PAC, como os do saneamento básico, habitação populares, a meta da LDO é de 1.10 do PIB e atualmente estes entes contribuem com o superávit de 1.21. Quais são as expectativas de maiores desonerações tributárias e redução da carga tributária, já ultrapassa aos 38%? Eu não tenho nenhuma dúvida, senhores Ministros, senhoras e senhores Senadores, que o PAC é um programa importante. Eu falava com o Presidente da República no ano passado, numa viagem à Bolívia, de que se não seria necessário lançar um programa a exemplo do avança Brasil? Não para copiar. Aí o Presidente me falou o que o avança Brasil não deu certo, que muitas obras ficaram inacabadas, mas o PAC, eu acredito que seja diferente, ainda bem que o Presidente lançou esse programa porque com o advento do PPI não há contingenciamento, 11, 12 bilhões por ano que vão ser investidos, mais os recursos das Estatais que também não sofrem muito contingenciamento, eu acredito que se não 100%, mas grande parte desses recursos previstos serão investidos em obras de infraestrutura no país. Era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece a compreensão do ilustre Senador Valdir Raupp e passa a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero saudar os Presidentes da Comissão de Infra-estrutura e assuntos econômicos, senhores Ministros que comparecem a essa audiência pública e quero iniciar rapidamente fazendo minhas as palavras do Senador Mercadante na sua colocação. Não poderia ser, não poderia, Senador Mercadante, colocar tão claramente como V. Exa. colocou todas as dúvidas com relação à questão da, do desenvolvimento versus política macroeconômica do Governo. Quero fazer também já, desde já. V. Exa. tem sido, como já foi na outra reunião com o Banco Central, o líder da oposição no plenário do Senado. Eu quero aqui louvar e parabenizar a apresentação do PAC. Acho que é como já foi dito, uma inflexão e diria, até plageando o lema de Minas Gerais com relação a liberdade, que trazer a pauta da discussão de desenvolvimento antes tarde do que nunca. Já perdemos 4 anos e dizer, como bem colocou aqui o Senador Raupp,, que a idéia surgiu realmente com o avança Brasil que teve evidentemente, as correções

necessárias já com as condições hoje para que seja implementado.

Então, vamos votar a favor, evidentemente, do PAC porque como desenvolvimentistas achamos que esse é o caminho que o Brasil tem que tocar. Apenas lamento que o PAC não tenha sido usado pelo Governo para diminuir os desníveis regionais nas suas aplicações e, muito pelo contrário, para agravá-los. Quero, com relação ao PAC, Ministra Dilma, no meu Estado, o Estado do Pará, pedir a V. Exa., ao Ministro Paulo Bernardo e ao Ministro Guido, que o Pará tem contribuído e muito para a nação brasileira. Então, no quadro que a Ministra colocou aqui do estudo de viabilidade técnica e econômica para aproveitamento hidrelétrico, de 25.000 megawatts, 23 mil estão no Estado do Pará. 23 mil. Então, é importante que o Pará seja lembrado. E eu quero, então, dizer que as obras do PAC no Pará, são obras que se arrastaram há mais de 20 anos e colocar entre elas a Hidrovia [inaudível] Tapajós. É importante por que não é uma obra para o Pará, é uma obra de Integração Nacional que vem desde o Centro-Oeste até abrir para a exportação através do porto de Vila do Conde e nós temos lá um aproveitamento hidroelétrico, então podíamos e devemos trazer a questão da Hidrovia até porque economia de uso do transporte rodoviário e ferroviário nós temos e o Brasil tem que assumir definitivamente a bandeira do sistema... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluindo. Eu só gostaria de só também como dúvida, Ministra Dilma, o plano decenal de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia, ele prevê um aumento 4.4%, entre 2006 e 2015. V. Exa. disse que a relação entre PIB e de energia é de 1.2, 1.3. Crescendo a 5% ao ano, como prevê o PAC, nós precisaríamos de 6 a 6,5% de crescimento de energia. Como é que nós vamos conciliar as duas coisas? E se não houver energia para crescer os 5%, como é que o PAC vai ter resultado se a economia não crescer aos 5% que está previsto no PAC? Há aí uma questão que precisa ser resolvida. Ou cresce para ter energia para crescer ou se não crescer não tem energia. E por último, Ministra, com relação ao uso dos recursos do FGTS, tem 21.1 bilhões de patrimônio do FGTS já... [Corte de áudio] Outras questões que ficarão para uma segunda oportunidade como bem lembrou o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, concedo a palavra ao ilustre Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Presidente Senador Aloízio Mercadante, minha querida Ministra Dilma Rousseff, meu caro Ministro Paulo Bernardo, Ministro Guido Mantega, primeiro uma satisfação muito grande de tê-los aqui, parabenizar pela exposição. O PAC é um programa muito bem estruturado, inegavelmente e eu não posso deixar de destacar as observações feitas pelo Ministro Mantega com relação aos números da macroeconomia, chamando atenção especificamente para o zeramento do déficit nominal até 2010, este é um dado muito importante e a desoneração tributária, estou vendo o nosso caro Rachid aqui, mas com o devido respeito ao nosso caro Rachid números importantes, 6 bilhões e depois fechando em 11 bilhões até o final de 2010. E desonerando o quê? Habitação. Desonerando informática, isso é absolutamente fundamental. É uma opção clara e importantíssima do Governo com relação a esses dois segmentos de importância crucial para o país. Não posso deixar de destacar também a exposição do Ministro Paulo Bernardo, primeiro tocando nos marcos regulatórios, fundamentais para o funcionamento do PAC, ou seja, segurança jurídica. Esse *fast track* aí, essa definição clara aí sobre o aspecto de responsabilidades ambientais, isso é muito importante também e nós vamos ter que nos defrontar com isso. A questão também, foi citada aí muito por alto, mas no meu ponto de vista, de fundamental importância, a Previdência Complementar e com contribuição definida, o que é muito importante isso também, é um fator fundamental para o futuro da previdência do país. E eu não posso também deixar de destacar a preocupação com as despesas correntes.

A preocupação do Governo em função desse Programa de Aceleração do Crescimento com as despesas correntes. Mas eu vou ter que abreviar e evidentemente registrar também, Ministra Dilma, o detalhamento extraordinário com que foi feito esse programa. E importante, o acompanhamento também, aquelas planilhas onde nós acompanhamos projeto a projeto, inclusive, com uma interação forte do Governo para ver cumpridas essas metas. Isso é muito importante. Portanto, eu acho ele, o PAC um projeto muito bem constituído... [Corte de áudio] [soa a campanha] Muito bem estruturado e evidente, existem as questões regulatórias, ambientais, processo licitatório que o Ministro Paulo Bernardo citou aqui e essa gestão desse conjunto de ações que são verdadeiros desafios, além das votações aqui no Congresso, que são Projetos de Lei, Medidas Provisórias, mas eu acho que um programa absolutamente bem estruturado. Inegavelmente nós temos que fazer um esforço grande para que ele dê certo e tenha resultados. É importante destacar também, o PAC é

diferente dos demais programas, foram citados outros programas aqui, entre eles o avança Brasil. O erro do avança Brasil foi não mexer na Legislação que é o que o programa, o PAC, está fazendo. Então, ele fica, ele se torna um conjunto de boas idéias, mas ele não caminha porque não mexe nos pontos cruciais para viabilizar os projetos. Aí, para concluir, senhor Presidente, rapidamente, quinze segundos se V. Exa. me permitir, eu vi o Poliduto que já foi citado lá... [Corte de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, o senhor é vice Presidente da Comissão, eu concederei mais um minuto de tolerância.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, é só uma pergunta para a Ministra Dilma, nós já estamos discutindo, estudando o Poliduto que é fundamental e um velho sonho do nosso Estado. Mas eu acho que faltou a discussão da Ferrovia Novo Oeste que vai ter um papel muito importante, principalmente com os investimentos privados que vão acabar finalizando a Ferrovia novo Oeste, escoando lá por Santos, muito provavelmente. E Ministra Dilma, V. Exa. que é uma *expert* em Energia e em gás natural, já que nós negociamos com a Bolívia as frações ricas do gás natural que vem do país vizinho, será que não vale a pena se discutir com a separadora de gás uma fábrica de fertilizantes e o futuro pólo gás-químico que agrega valor ao gás natural e é um velho sonho da Bolívia no sentido de agregar valor a aquilo que ela produz?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO: Agradeço ao ilustre Senador Delcídio, vice-Presidente da Comissão de Infra-estrutura pela manifestação. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Ministros, Ministras, Srs. Presidentes, Senadores e Senadoras, é evidente que todos somos favoráveis ao plano, o plano é bem intencionado, é bem concebido. A dificuldade da crítica que eu vejo é como fazer o plano funcionar, veja que, quando a Ministra coloca a questão da inclusão digital para as escolas terem banda larga, nós já tivemos quatro anos, o governo acumulou cinco bilhões no FUST e não conseguiu gastar nenhum tostão desse dinheiro, na questão ligada a infra-estrutura de estradas, também aí eu tenho que, lamentavelmente contestar meu colega de estado, Wellington Salgado, eu não vejo tanta obra em Minas Gerais, pelo contrário, nós estamos carentes de obras, a Fernão Dias, ela está para ser concedida a iniciativa privada sobre regime de..., para manutenção, já a oito anos, eu sai do governo em 98, ela já estava praticamente pronta e o projeto de concessões continua parado, de maneira que a pergunta é específica sobre concessões e par-

ceria públicas privadas, passaram os quatro anos e nenhuma concessão foi feita, as estradas estão sendo deterioradas, sito a Fernão Dias, está no plano, mas a minha dúvida é: Está bem, está no plano, e aí, vai sair ou não vai sair?

Essa é a minha dificuldade em ver. Eu acho que V.Exa., como Ministra, como a “dama de ferro”, vai ter que ser muito dura realmente, na cobrança, para que essas coisas, essas questões aconteçam. O mesmo posso dizer da duplicação da BR-040, que eu estou... Que liga o Rio, Belo Horizonte e Brasília. Desde que eu cheguei aqui eu tenho lutado, conseguido aprovar Emendas nesse sentido e a obra nunca que começa. Diz que agora vai começar. Mas não começou ainda. A duplicação da 262 está anunciada, já tem até faixa lá cumprimentando o Presidente Lula, mas eu não sei quando que ela começa. E aí a minha dúvida. Bom, então são esses dois pontos. E aí a questão da Angra III, Ministra, como um estado vizinho ao Rio, mas que interessa também a resposta de Angra III, não ficou muito claro, se o Governo vai ou não vai retomar as obras de Angra III. São essas três questões. E, ainda, com o Ministro Paulo Bernardo, apenas elogiar realmente a coragem de modificar a 8666. Essa é uma Lei que é importante para a transparência, mas que tem sim segurado os investimentos do Brasil. Então, é importante podermos fazê-la. Agora, tenho dúvidas com relação à volta da indexação. Aí a questão que eu até já coloquei no Banco Central, a indexação tem algum risco quando o Governo prevê aumentos automáticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Eduardo Azeredo. Ainda existem três Senadores inscritos. E os Ministros ainda terão que responder. Eu vou propor dois minutos a cada orador inscrito para que todos possam usar da palavra. Com a palavra, o ilustre Senador, Vice-Presidente deste Senado e deste Congresso, Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Srs. Presidentes, Marconi Perillo, Aluizio Mercadante, Srs. Ministros, cara Ministra Dilma, a minha observação diz respeito apenas ao cumprimento e a homenagem que faço ao Governo do Presidente Lula pela apresentação deste programa. Evidente que ele não é um programa de crescimento do país, é um programa ajustado com outros critérios. Não se compara ao plano de metas de Juscelino Kubitschek, não se compara aos PNDs dos Governos militares, mas é um programa que atende não só as necessidades do Governo, mas à necessidade do Brasil neste momento, que é um investimento corajoso em infra-estrutura que faz o Governo do

Presidente Lula e é tão bem dirigido em desenho, em estratégia pela Ministra Dilma.

De modo muito objetivo eu só observaria, e a Ministra foi clara em explicitar, a preocupação na implementação da Lei do Saneamento Básico, porque é uma área distinta deste país, que diz respeito à mortalidade infantil, à qualidade de vida, à vida urbana desse país e à vida rural. Então, é fundamental o acompanhamento e a implementação rápida da Lei do Saneamento Básico que nós votamos aqui e tivemos o apoio efetivo da Casa Civil. E, de outro modo, eu gostaria de lembrar uma preocupação que, embora tenha havido um distinto cuidado em desconcentração de investimentos, como na área de energia, mas nós vamos ver alguns Estados isolados no meio desse investimento do PAC, perdendo, ainda, em termos de concentração de riqueza. O centro-sul vai sim concentrar riqueza na resultante final e é natural pela capacidade instalada que tem, mas sei da preocupação que terá o Governo de atender às políticas compensatórias do financiamento público que dizem respeito a esses Estados. A BR-364, por exemplo, muitas são triplicadas, quadruplicadas, ela começou em 1958, em Juscelino Kubitschek, e até hoje ela não foi concluída. Centenas de quilômetros estão em barro ainda e o Presidente Lula atendeu, como nenhum Governo, a atenção de financiamento para aquela rodovia que integra definitivamente o Brasil, no seu sentido rodoviário.

Então, eu tenho certeza de que o Governo está atento e saberá corresponder. A minha preocupação básica, peço 15 segundos a V.Exa., Presidente, é que foi debatido recentemente o chamado PAC da Educação. A área social jamais pode ser esquecida num Governo como o do Presidente Lula. Eu só lembraria que a área de Saúde precisa do seu PAC e o PAC, na área de Saúde, é a aprovação da Lei Complementar, Emenda 29 que, de imediato, levaria um aumento de investimento de 10 bilhões. Infelizmente, por pressões menores de estados e municípios, o Governo não conseguiu, ao longo desses anos, aprovar a lei complementar, a Emenda 29 que aumenta em 10 bilhões, de imediato, o financiamento porque políticos deixarão de comprar arroz para dizer que é Saúde e deixarão de pagar aposentadoria de soldado para dizer que estão gastando com Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do ilustre Senador Tião Viana e concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu estava, Sr. Presidente, aqui preocupado se para mim sobraria apenas o tempo de dar boa tarde. Mas, Sr. Presidente, senhores Ministros, senhora Ministra, de-

mais Senadores, eu acho que o plano, eu me incluo entre os Senadores que reconhecem a importância do plano, que poderia ser resumido em colocar o crescimento do país na agenda e na pauta da discussão, não só do Congresso, mas do Brasil como um todo. E a necessidade de se criarem condições favoráveis para que esse plano venha a ser executado. Sem dúvida nenhuma, clama-se pelas reformas que, algumas incluídas no plano, como no caso da tributária, a previdenciária, a trabalhista, serão fundamentais para que esse plano possa ser implementado a contento da demanda da necessidade que o país reclama, há tanto tempo. Mas não posso deixar de registrar a minha preocupação—

[Soa a campanha].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a questão do pacto federativo, até porque, na desoneração, que é necessária, parte dessa carga, porque não dizer, toda, só será bancada pelos Estados e pelos Municípios já que não há desoneração do custo não compartilhado e, conseqüentemente, que fica só acrescido ao Governo. Também gostaria de fazer um alerta, uma reflexão, Senador Raupp, sobre a questão do salário-mínimo. Porque se essa regra viesse vigorando desde 2003, o salário-mínimo hoje seria de 304 reais. Será que o trabalhador, o Governo e nós achamos que não se faz necessário mantermos um nível do ganho real do salário-mínimo?

E, por fim, Sr. Presidente, até porque já nos foi informado que teremos uma outra oportunidade para debater, eu gostaria de ir ao meu Estado. Está previsto, Ministra, na Paraíba, a questão da BR-230, apenas 40 quilômetros de um total de 500 quilômetros que tem a BR, bem como o atendimento de ferrovia não está previsto na Paraíba; de porto, nem falar; geração de energia específica na Paraíba, nem alternativas, também não foram citados; o biocombustível, que foi tão prometido na campanha, também não está contemplado. Eu só não chamo o aeroporto de rodoviária porque o português não permite, mas o que está sendo feito na Paraíba, em termos de aeroporto, na verdade, está muito mais para rodoviária. E aí, me permita dizer que, há muito tempo, como cidadão, como Ex-Governador, Vice-Governador, Ministro e Prefeito da capital do nosso estado eu procurava, na literatura, onde estava escrito que a Paraíba teria que continuar pobre. E, infelizmente—

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Cícero Lucena e passo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Marisa Serrano.

[interrupção no áudio].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os Ministros e agradecer a presença nessa Casa e fazer duas perguntas pontuais. Queria que a Ministra Dilma pudesse explicar um pouquinho que, no total previsto nos investimentos de infra-estrutura para o Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul, na área de transporte, tem apenas uma única obra prevista, que é a ponte da BR-158, ligando Mato Grosso do Sul a São Paulo e que já consta do Orçamento Geral da União para este ano. Levando-se em consideração o previsto para investimento no âmbito nacional, nos 28,4 bilhões, quanto poderia ser investido ou se está previsto investimento da parte nacional também em Mato Grosso do Sul? Porque esse é um questionamento que nos fizeram lá e que a gente não tem como responder—

[soa a campanha].

Porque não está constando do plano. Não nos esquecendo que Mato Grosso do Sul está à mercê de São Pedro que teve a maior safra colheita de soja da nossa história. é um dos maiores produtores de gado do país, está se industrializando e precisa de apoio não só na área rodoviária, na ferroviária, na hidrovária, com dois grandes rios que nós temos, o Paraguai e o Paraná, além de nós não termos sido contemplados como todas as capitais do Centro-Oeste foram com nenhuma melhoria nos nossos aeroportos. E queria perguntar ao querido amigo Ministro Paulo Bernardo, falaram aqui na questão do PAC da Educação. Isso foi mencionado aqui hoje. E se isso foi mencionado, nos 08 bilhões que estão previstos serem gastos nos próximos 04 anos. Eu queria colocar--

[interrupção no áudio].

Para a educação, se o PAC na área de infra-estrutura coloca 500 bilhões de reais, e para um PAC que é importante que, sem ela, não há crescimento e desenvolvimento no país, apenas 08 bilhões na Educação, como sendo um grande avanço nessa área. Nós esperávamos mais. Eu espero mais porque, para nós, é fundamental que isso possa acontecer. Se isso há a possibilidade de nós acrescentarmos mais para investir mais na Educação porque 08 bilhões realmente são irrisórios para as necessidades do nosso setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão da Senadora Marisa, nós teremos--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu só gostaria de concluir o meu despacho, senhor Senador. Nós teremos apenas 15

minutos para as respostas dos ilustres expositores. Com a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu apenas... O “Pai Nosso” foi feito em minuto... Eu queria lembrar porque, para onde a gente vai, leva a sua formação profissional. Eu sou um médico cirurgião. Às vezes dá certo, Juscelino era. Mas, ou a gente termina a operação ou a gente morre. Então, no Piauí tem 10 obras inacabadas, do Governo Federal: Porto de Luís Correia; Estrada de Ferro Central Teresina-Parnaíba-Luís Correia; os platôs foram citados; Universidade do Delta; Hospital Universitário; Pronto-Socorro Municipal de Teresina, falta só um convênio; Ponte do Sesqui-centenário, essa é ridícula. Foi para comemorar 150 anos; Teresina vai fazer 155 anos. Eu fiz uma ponte, no mesmo rio, em 87 dias. Heráclito Fortes fez em 90 dias. Transcerrado para alimentar—

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Atenção às horas, Senhor Senador--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eclusa da Represa de Boa Esperança e Porto Luzilândia, essa era a solicitação do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, nós temos apenas 15 minutos para as respostas dos ilustres expositores. Concedo, com prazer, a palavra à ilustre Ministra Dilma Rousseff.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Continuando as respostas da primeira, a Usina de Paracambi é uma usina termelétrica, não é, Senador? E ela faz parte das chamadas usinas prioritárias do PPP do Governo anterior. Ela agora se habilitou no leilão de maio. Ela tem licença de instalação e ela está negociando um contrato de fornecimento de gás com a Petrobrás. Então, a expectativa é que se a negociação for bem sucedida, que ela entre no leilão de maio, porque ela está inscrita. No que se refere à questão da reposição dos ativos, é importante, que eu não falei na minha exposição, destacar que aqueles investimentos considerados nacionais, basicamente no que se refere a rodovia, serão investidos em torno de 12,9 bilhões em... Divididos mais ou menos no seguinte: Conservação de 52 mil quilômetros, 1,7 bilhão; manutenção e recuperação, 08 bilhões e abrange também estudos e projetos, nós estamos destinando 01 bilhão para estudos e projetos; controle de peso, 666 milhões; sistema de segurança em rodovias 1,1 bilhão; sinalização nos 52 mil quilômetros, 470 bilhões; então, no que se refere à reposição, que foi levantado, se não me engano, Senador Eliseu Resende, eu acredito que dentro, obviamente, do espaço fiscal existente, nós estamos fazendo os investimentos necessários. Somado ao

fato que, para a dragagem de portos, especificamente, está sendo destinado 1,1 bilhão, além desses referidos. Totalizando, entre rodovias e portos 14 bilhões. No que se refere à questão do aspecto ambiental do PAC, eu queria destacar que a União Européia lança, com pompa e circunstância, um dos programas que externa e manifesta e realiza o seu compromisso com a questão do aquecimento global, um programa de biocombustíveis.

Ora, o PAC, ele dá seqüência a essa questão, ele tem muito mais expressão nesse sentido, uma vez que a política de biocombustível do Governo, no que se refere tanto a etanol, no caso de infra-estrutura, que são os alcooldutos, quanto ao que se refere também à expansão dos investimentos, inclusive, alguns em parcerias com a Petrobrás na área de etanol são muito expressivas. Mas eu queria destacar, sobretudo, na área de biodiesel. Biodiesel e H-Bio. Talvez, o programa, um dos programas mais avançados do país estejam concentrados nessa área. Então, do ponto de vista de medidas efetivas, o PAC, no que se refere, sendo só um programa de investimento, de infra-estrutura logística, energética, social e urbana, ele tem um forte compromisso com o meio ambiente, na medida em que ele introduz na matriz energética de combustíveis do país, o biodiesel que, até antes de 2003, não existia no país. Que, no dia primeiro de janeiro de 2008, será responsável por 2% da mistura com o diesel. Então, eu acredito que esse aspecto seja muito forte. No que se refere ao alcoolduto, nós não tínhamos projetos de um alcoolduto pronto. Então, a Petrobrás está fazendo o Projeto Senador Canedo até, passando por Minas até São Paulo e o poliduto, especificamente, também não existia enquanto projeto. Existia enquanto sugestão. Não ter projeto é isto, tem de parar e fazer projeto.

Então, parar e fazer projeto do alcoolduto, está contemplado no PAC, principalmente no que se refere ao poliduto, que ligaria toda a região do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraná até o Porto de Paranaguá. No que se refere às eclusas porque não está contemplado na hidroelétrica de Estreito porque a lei impede que isso ocorra. Quando foi enviado para o Congresso a Medida Provisória que resultou no Projeto de Conversão 10.848, nós colocamos a possibilidade de incluir na tarifa de energia projetos estruturantes. E nós não conseguimos passar isso, nós, o Governo perdeu esse artigo. Então, hoje é proibido, por lei, colocar na tarifa de energia algo que não esteja relacionado diretamente com a energia e eclusa, infelizmente, é considerado como não estando diretamente relacionado. E isto, então, para ser alterado, no que se refere às usinas, tem de modificar a legislação. No que se refere

ao Governo, nós temos recursos restritos, ou seja, nós temos um determinado espaço fiscal, então, o projeto que estava moralizado era eclusa de Tucuruí, por isso que ela foi incluída. Eu concordo com a Senadora que as demais, principalmente algumas que ela se referiu, no caso, tanto Lajeado quanto—

[interrupção no áudio].

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Teria condição de ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, Ministra.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Para concluir, eu queria só destacar a questão da Infovia, o Governo enviará, estará divulgando um programa de infovias e de banda larga nas escolas, nesses próximos dias. E ele não fez essa divulgação anteriormente, durante o PAC, porque algumas das condições não estavam maduras porque nós estávamos num processo negocial que ainda não se concluiu e que, portanto, assim que for concluído será divulgado. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a participação da ilustre Ministra Dilma Rousseff, lembrando que o Projeto do alcoolduto também é parceria com o Governo de Goiás--

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu queria só uma única resposta para a Lúcia Vânia, para a Senadora de Goiás, no que se refere à saída Leste. Nós achamos que a Saída Leste, em parte está contemplada, foi você, não é? Em parte está contemplada no PAC, no que se refere ao contorno de Belo Horizonte e a questão da Serra do Tigre. Mas isto faz parte de uma negociação com a Companhia Vale do Rio Doce de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato porque é responsabilidade, é área que tem problema de concessão. Então, isso também está em negociação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Garibaldi e Senador Delcídio. Lembrando que o nosso tempo está praticamente esgotado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria me permitir lembrar à Ministra a minha pergunta a respeito das obras da transposição de bacias. Eu...

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Ah, o eixo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O eixo. Eu perguntei à Ministra se haveria condições da implantação das duas etapas.

SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF: Eu reitero aqui para o senhor que nós faremos as duas etapas--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, propriamente pela ordem, tem algumas perguntas que não foram respondidas, mas é impossível a Ministra responder. Foram 20 perguntas, 21, ela respondeu em 05, 06 minutos. Ou nós damos mais tempo e prorrogamos mais a Sessão ou eu não vejo como vai ser respondido, tanto por ela, como pelos dois Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de propor, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, gostaria de propor, concordando com V.Exa., a realização de uma segunda Sessão, onde nós possamos continuar o debate a respeito do Programa de Aceleração do Crescimento. Eu informo que, aqui do lado, já estão todas as autoridades da Marinha, já aguardando, há meia hora, para o início da Sessão Especial que vai debater o PROANTAR. Eu concedo a palavra ao Senador Delcídio, que solicita pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, somente com relação à separadora de gás, na divisa da Bolívia com o Brasil, porque são projetos muito importantes, não só para a Bolívia, mas também para o Brasil e para Mato Grosso do Sul, quanto à produção de fertilizantes e também a produção de... A implantação de um futuro pólo gás químico binacional. Agora, a resposta com relação ao poliduto, se o Ministro Paulo Bernardo confirmar o poliduto que passa por Mato Grosso do Sul, entra por Paraná, Ministra e vai até Paranaguá... Nós desejamos muito esse projeto e insistimos bastante, Ministra, com relação a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ok, com a palavra o ilustre Ministro Guido Mantega.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Obrigado, Senador. Inicialmente, queria comentar algumas posições de ceticismo que foram colocadas aqui, particularmente pelo Senador José Agripino, eu imagino que o ceticismo dele é compreensível, em função de outros planos apresentados em outras épocas, que não tiveram sucesso. Mas eu queria dizer que esse programa econômico, ele vai ter sucesso, não só porque a economia brasileira já está crescendo mais e, portanto, vai ser um estímulo maior para esta economia, já está na rota do crescimento, além do que nós estamos colocando pelo menos meio por cento a mais do PIB em

recursos para investimentos já colocados, já estão no orçamento, liberados, não podem ser contingenciados e, portanto, alguns dos projetos já estão sendo executados. Então, é palpável. A desoneração tributária já foi feita também, já consta de medidas provisórias e leis que já estão feitas, já estão realizadas. Então o programa, em parte, já está em curso. Existem outras partes que têm que ser aprovadas aqui no Congresso, tenho certeza que os senhores o farão. Então, não tenho dúvida quanto à eficiência do plano. Então, não pode se dizer que é um enunciado de intenções, vai muito além das intenções. A Ministra Dilma mostrou a consistência dos programas, dos projetos, a forma como foram escolhidos, avaliados e estão sendo agora implementados e fiscalizados. Então, é um modelo de gestão novo que está sendo utilizado. Então, os programas serão implementados e já estão sendo implementados.

Quanto à questão da taxa de juros, que foi colocada por vários Senadores, eu queria dizer o seguinte: Primeiro, o Senador Crivella falou--

[soa a campainha].

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Que quatro anos de juros, os juros que foram apresentados em quatro anos, eles são elevados. Eu concordo. Eu frisei que aqueles juros daquela tabela que eu mostrei, é uma previsão do mercado, que é conservadora. Nós poderemos ir para juros menores. Eu tenho dito que, ao cabo dos próximos anos, nós deveremos ter um juro real, no Brasil, de 5%. Igual a outros países emergentes. Isso é perfeitamente factível e, mais do que isso, quero dizer que já estamos neste caminho porque a maioria das taxas de juros da economia brasileira já foram reduzidas. Nós estamos acostumados a olhar só para a TR, perdão, só para a Selic, mas a Selic não é a única taxa. Vejam as taxas para financiamento habitacional, vejam para a Agricultura, financiamento para automóveis, crédito consignado, muitos instrumentos foram utilizados, mercado de capitais que barateia, então--

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, senhor Ministro.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Eu acredito que nós poderemos continuar nessa trajetória, acho que os juros selic ainda estão elevados, têm que ser reduzidos. Nós estamos naquela direção e o Banco Central tem que cumprir sim a meta de 4,5, centro da meta é 4,5 e não é outro e isso será determinado ao Banco Central e ele vai perseguir esta meta, de modo que isto possibilite um crescimento econômico. Infelizmente--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu queria lembrar ao Ministro a pergunta da importância das Reformas para o PAC, frente ao PAC.

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: As reformas são de fundamental importância, aliás, já fizemos dezenas de reformas neste período, praticamente todos os setores, setor financeiro, setor de agricultura, várias Leis foram modificadas. Temos um desafio, ou dois grandes desafios pela frente: Reforma tributária, e eu já antecipo aqui que não vai se tocar na questão do pacto federativo, o pacto federativo será respeitado—

[soa a campanha].

SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA: Nenhuma região vai perder. O Governo Federal garante. é um jogo de ganha-ganha em relação à reforma tributária. E a reforma previdenciária poderá ser feita também a partir da deliberação do fórum que está sendo já implantado, está trabalhando, e eu acredito que deverá desembocar numa proposta desta natureza. Então, nós queremos fazer reformas sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a compreensão do Ministro Guido Mantega, certamente teremos outros debates para aprofundarmos essas idéias, essas questões. Concedo, por último, a palavra ao ilustre Ministro Paulo Bernardo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Obrigado, Sr. Presidente. Vários Senadores e Senadoras—
[soa a campanha].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Discorram, com pontos de vista diversos, sobre a questão fiscal. Portanto, eu queria, novamente, falar o que preocupa o Governo e o que nos moveu na definição desses pontos. Só para citar, o Senador Crivella taxou de concessão neoliberal à medida que nós fizemos, com o objetivo de controle das despesas de pessoal. O Senador Eduardo Azeredo manifestou preocupação com a volta da indexação. O Senador Valter Pereira, o Senador Arthur Virgílio consideraram tímidas as medidas. Com certeza, mostra que esse debate vai ser um debate importante. O Senador Lucena acha que o reajuste que está previsto, de acordo com o crescimento do PIB, para o salário-mínimo, é pouco, é insuficiente. Então, eu queria dizer o seguinte, o que nós temos de preocupação com essa questão—

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: Permitir que as despesas correntes do Governo sigam crescendo mais do que o PIB. Quer dizer, colocar como parâmetro para crescimento das nossas despesas correntes o crescimento da economia. Parece-me que é um critério razoável, um critério justo. Quando o Se-

nador Crivella fala que nós precisamos pagar bem, eu diria que nós precisamos pagar de maneira justa. O servidor tem que receber uma remuneração justa. Nós fizemos uma série de reestruturações de carreira, de medidas nessa área e achamos que é perfeitamente possível, viável, importante, necessário, fazer um teto para o crescimento das despesas. A questão do salário-mínimo, Senador Cícero Lucena, nós fizemos um acordo, onde as Centrais Sindicais concordaram em ter um parâmetro para o crescimento do salário-mínimo, que nós consideramos sustentável, mas, em compensação, eles vão ter uma lei que garante, no longo prazo, condições para reposição do poder de compra do salário-mínimo. Então, eu queria dizer--

[interrupção no áudio].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: A nossa visão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para concluir, ilustre Ministro, para concluir.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO: A nossa visão é a seguinte: Se essas medidas não forem aprovadas, nós deveremos ter alguma dificuldade, vamos enfrentar, com certeza, um pouco mais de dureza na área fiscal, mas nós temos condição, assim mesmo, de fazer algumas adequações e executar o PAC, tocar o nosso programa. O que nós estamos discutindo com essas medidas é como deixar um legado de maior previsibilidade, de maior estabilidade, uma coisa com um viés mais de longo prazo, que vai servir para os próximos Governos, para dar para o país condição de prever o seu ambiente de negócio para os próximos 10, 12, 15 anos. Acho que é disso que se trata. Quer dizer, além de fazer o PAC que, com certeza, vai dar um grande impulso nesses 04 anos, também deixar condições de melhoria do ambiente regulatório, o ambiente de negócios, as condições fiscais do Brasil para os próximos Governos, para o próximo—

[interrupção no áudio].

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em meu nome--

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Eu sei que o Ministro da Marinha está lá junto ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, o senhor Presidente do Senado já está--

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Então, muito bem, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas quero também informar que São Francisco está à espera de, pelo menos, uma palavra já que, pelo menos, 03 Senadores formularam perguntas e, quem sabe possa a Ministra Dilma sintetizar o espírito das respostas numa brevíssima palavra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador, os Ministros irão responder por escrito ou na segunda oportunidade que as Comissões proporcionarão a esta Casa. Eu quero agradecer, em meu nome próprio, em nome do ilustre Senador Aloizio Mercadante, em nome das Comissões de Infra-estrutura e de Assuntos Econômicos do Senado Federal, agradecer ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, por ceder esse espaço. Agradecer a todos os Senadores e Senadoras pela compreensão e, por último, agradecer aos ilustres Ministros, Dilma Rousseff, da Casa Civil; Guido Mantega, da Fazenda e Paulo Bernardo, do Planejamento, por terem aceitado os convites das duas Comissões para estarem aqui, durante mais de quatro horas, debatendo este assunto de alta relevância para o Brasil. Nós agradecemos e, com isto, estamos certos de que estamos cumprindo com as nossas missões à frente daquelas duas Comissões. Muito obrigado a todos. Está encerrada esta Sessão conjunta e convocamos outra para a próxima Sessão.

Sessão encerrada. às 14h35.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2007, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos do dia quinze de março de dois mil e sete, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Serys Sihessarenko, Francisco Dornelles, Fernando Collor, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Adelmir Santana, Eli-seu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Durval, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena e, ainda, do Senador Arthur Virgílio.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presi-

dente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta. É aprovada a inversão da Pauta. **Item 1** Requerimento, nº 20, de 2007-CI, de autoria do Senador Fernando Collor e outros, “requerendo, nos termos regimentais, a indicação ao Governo Federal para que tomem a iniciativa de promover a realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente, Desenvolvimento, a RIO + 20, em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro”. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Arthur Virgílio. **Aprovado. Item 2** - Requerimento, nº 21, de 2007-CI, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “requer o convite ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes - DNIT para, em Audiência Pública, explicar o demoradíssimo processo de desenvolvimento das obras fundamentais nas rodovias brasileiras, que se encontram em estado deplorável e, até mesmo, caótico, a reclamar providências urgentes”. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Eduardo Azeredo, Expedito Júnior e Valdir Raupp. **Aprovado. Item 3** Requerimento nº 22, de 2007-CI, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “requer, nos termos regimentais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão e em conjunto com a CDR, seja debatido a implementação do PAC na área da AMAZÔNIA LEGAL: Sra. Ana Júlia Carepa – Governadora do Estado do Pará; Sr. Eduardo Braga – Governador do Estado do Amazonas; Sr. Binho Marques – Governador do Estado do Acre; Sr. Waldez Góes – Governador do Estado do Amapá; Sr. Ivo Cassol – Governador do Estado de Rondônia; Sr. Ottomar de Souza Pinto – Governador do Estado de Roraima; Sr. Marcelo Miranda – Governador do Estado de Tocantins e Sr. Blairo Borges Maggi – Governador do Estado de Mato-Grosso”. Usaram da palavra para discutir a matéria os Senadores Flexa Ribeiro e Delcídio Amaral. **Aprovado. Item 04** - Requerimento nº 23, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa, para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, esclarecer a respeito da criação de rede pública de TV ao custo de R\$ 250 bilhões em quatro anos”. **Aprovado. Item 05** - Requerimento nº 24, de 2007-CI, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “requer, em aditamento ao Requerimento nº 18, de 2007-CI, aprovado no dia 08 de março do corrente, sejam convidados as autoridades relacionadas abaixo, para participarem de debate em Reunião

de Audiência Pública, em conjunto, com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre “Fontes Alternativas de Energia” e, ainda, a inclusão de um representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) entre os convidados: MME – Ministério de Minas e Energia – Márcio Pereira Zimmermann – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético; MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia – Luiz Antônio Rodrigues Elias – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; ANELL – Agência Nacional de Energia Elétrica – Jerson Kelman – Diretor-Geral; ABEE – Associação Brasileira de Energia Eólica – Adão Linhares Muniz – Presidente; ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor-Geral”. **Aprovado. Item 6** - Requerimento nº 25, de 2007-CI, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 13, de 2007-CI, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, subscrito pela Senadora Serys Slhessarenko, aprovado em Reunião desta Comissão no dia 1º março do corrente, sejam convidados os Srs. Geraldo Viana – Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logísticas NTC; José da Fonseca Lopes – Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros e Moacyr Sevilha Duarte – Diretor-Presidente Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias - ABCR”. **Aprovado. Item 7** - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado Federal, nº 155, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Cícero Lucena, que apresenta parecer pela prejudicialidade da matéria, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, são apreciadas as matérias constantes da **Extra Pauta. Item 1** - Requerimento nº 26, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros, “requerendo, nos termos regimentais, convocar os Ministros de Estado da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Fazenda, Guido Mantega e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para participarem de um novo debate no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC”. **Aprovado. Item 2** - Decisão Terminativa - Projeto de Lei do Senado Federal nº 137, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “determina que empresas operadoras do Serviço de Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais, e

dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 (fls.14) e pela rejeição da Emenda nº 2 (fls.15), ambas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nos termos do Substitutivo que apresenta. Após, a fala do Relator Flexa Ribeiro acerca do seu Parecer, a Presidência **concede vista coletiva**, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com os apanhados de estenotipia informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a sétima reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

A presente reunião, senhores Senadores, destina-se a apreciação, discussão e votação do PLS nº. 155/2005 em decisão terminativa e de vários requerimentos. Eu começo aqui a leitura do primeiro Projeto de Lei que consta como item 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 155 de 2005, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. A autoria é do Senador Gerson Camata, o relator é o Senador Cícero Lucena. O parecer do Senador Cícero Lucena é pela declaração de prejudicialidade da matéria. Eu lembro a V. Exas., Srs. Senadores, que o projeto é terminativo e, portanto, exige *quórum* qualificado. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena. Não estando presente, eu transiro esse processo, esse projeto para o último item da pauta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senhor Presidente, era exatamente essa a sugestão que eu ia dar. O Senador Cícero Lucena está numa sessão da Comissão de Orçamento e, também nós teremos que ver como fazer para operar essa coisa do quorum. Estou pedindo ao pessoal da liderança do PSDB que providencie a vinda do máximo de Senadores do bloco de oposição para cá.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senhor Presidente. Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senhor Presidente. Eu gostaria de pedir vistas no item 1, eu gostaria de discutir, gostaria de olhar melhor esse projeto, gostaria de ver o que é que está, como é a questão de saneamento básico e nós temos em Rondônia a capital do nosso Estado, acho que é uma das piores capitais no sentido de saneamento básico e eu gostaria de pedir vistas, agora eu não sei como é que vai ficar, se o senhor nomeasse um relator Ad Hoc e eu em seguida já faria o pedido de vistas. Não precisaria fazer a inversão da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Senador Expedito, é praxe em todas as Comissões que nomeia-se o relator Ad Hoc após a segunda ausência do relator. Neste caso é a primeira sessão em que o relator não comparece e por motivos justificados. Vamos aguardar até o final da sessão para ver se é possível ainda o comparecimento do ilustre Senador Cícero Lucena, relator do processo. Enquanto isso nós começaremos a apreciação de outros requerimentos que estão na pauta, requerimentos extra pauta e também um projeto de interesse do ilustre Senador Flexa Ribeiro que deverá entrar como extra pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Além do que, só para concluir o despacho, vale ressaltar, Sr. Senador Expedito, que o pedido de vistas, a concessão da vista só se dá após a leitura do parecer. Espero ter satisfeito a vossa questão de ordem. Com a palavra pela ordem o ilustre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu compreendi perfeitamente a resposta que V. Exa. deu ao Senador Expedito, acho que está correto, ele também entendeu perfeitamente esta, vamos dizer, uma sessão de expectativa para que justificadamente o membro não comparece. Mas eu queria pedir desculpa a V. Exa., porque tem, o Demóstenes Torres membro do meu partido, teve que pegar um vóu urgente, disse que deixou um requerimento de pedido de vistas de um dos projetos, me parece que do Flexa, do Senador Flexa Ribeiro. Eu não sei qual é deles por que eu fiquei meio. Eu peço desculpa, não sei se é um, ou dois, ou três, agora o senhor está falando que é extra pauta não sei se é este que ele requereu a vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Demóstenes já deixou por escrito aqui um pedido de vistas, Senador Romeu Tuma. Um pedido de vistas em relação ao projeto 137 que é o projeto de interesse do Senador Flexa Ribeiro que deverá ser sugerido aqui a inclusão extra pauta. Claro, depois da apreciação e deliberação do plenário dessa Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu tenho que perguntar é se esse requerimento, como ele não está presente, se V. Exa. poderá atendê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Caso eu, caso não seja possível atender por escrito V. Exa. pede vista do processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tudo bem, mas só que eu vou ter que dar uma saidinha e volta-rei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o ilustre Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senhor Presidente Marconi Perillo, senhoras Senadoras, senhores Senadores, o requerimento indicativo que apresento nos termos regimentais é para que o Governo Federal tome a iniciativa de promover a realização da 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente e desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, a Rio mais 20 em 2012 na cidade do Rio de Janeiro com uma explicação. Do por que 2012? Não é somente para ter um número redondo de Rio mais 20, ou seja, 20 anos depois da realização da segunda conferência que foi em 1992. É porque em 2012 expira-se o prazo de vigência do protocolo de Kioto e alguma coisa tem que ser feita, alguma coisa, algum instrumento legal tem que substituir o protocolo de Kioto para que as nações e os países tenham as suas diretrizes estabelecidas em convenções planetárias. Por isso eu entendo que nenhum outro espaço melhor do que o Brasil, que sempre esteve na vanguarda da discussão ambiental, para sediar esse encontro e para, desta reunião que poderia não ser, nem tão extensiva, como foi a da segunda conferência mundial, mas mais restrita, talvez com os maiores emissores de CO2 do mundo para que dali saísse então um outro protocolo que desse seguimento e mantivesse em vigência a preocupação ambiental que o protocolo de Kioto tem no seu texto, e que se encerrará no dia, se encerrará no ano 2012. Daí o meu requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente. Deixa ele discutir o requerimento, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senhor Presidente, Senador Fer-

nando Collor, dado a relevância do requerimento de V. Exa., sobretudo em relação as últimas convenções e mudanças climáticas, dado também ao fato que V. Exa. foi o Presidente que convocou a Rio 92, dado o interesse desta Comissão e desta Casa em relação a esse tema que é tão importante e dado também ao grande interesse de V. Exa. já que é vice-Presidente da Subcomissão que estuda a questão das mudanças climáticas eu proponho e submeto a esta Comissão a inversão da pauta já que este requerimento de iniciativa de V. Exa. é o item de nº 6. Havendo concordância da Comissão para que haja a inversão da pauta, eu pergunto a V. Exas. se concordam. Em havendo concordância, permaneçam como estão. Está aprovado. Nós vamos fazer a inversão da pauta e colocar em primeiro lugar como item 1 da pauta o requerimento do ilustre Senador Fernando Collor. Abro nesse instante, então, o tempo para a discussão da matéria.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu peço desculpas a V. Exa., porque, enfim, não me dei conta de que a pauta não havia sido invertida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com prazer, Sr. Senador. Abro nesse instante, então, a palavra aos Srs. Senadores para discutir a matéria. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Deixa eu anotar aqui os demais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para discutir aqui também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, eu já fiz referência ao requerimento do Senador Fernando Collor que foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores por unanimidade dizendo que, o parabenizando, inclusive, por ter encaminhado o requerimento propondo a execução de uma nova reunião mundial a respeito da questão ambiental denominada de Rio mais 20 que seria consequência da Rio 92, 20 anos depois, para em 2012, na Subcomissão das mudanças climáticas, na reunião de ontem, que pelo, o Embaixador de que esteve aqui, de que o protocolo de Kioto foi assinado a partir de 92 até agora houve uma regressão nas ações de combate às emissões de gases e produção de carbono. Então, é necessário que parece até que a Rio 92, ao invés de induzir as ações dos, principalmente dos países desenvolvidos com relação à proteção do meio ambiente, fez com que eles retrocedessem nessas ações e agora, nesse momento, é que eles estão voltando à essa preocupação em função das alarmantes notícias que tem sido divulgadas com o aumento da temperatura do planeta. Então, é importante que se faça essa nova reunião e também na reunião da Subcomissão nós tivemos a informação de que lamentavelmente a Amazônia Brasileira é que contribui com

três vezes mais do que o resto do Brasil industrializado com relação à emissão de carbono. Então, eu parablenizo o Presidente Collor pelo requerimento e peço a ele para que a gente possa estudar de fazer esta reunião ao invés de repeti-la no Rio, que a fizéssemos na Amazônia, que sem sombra de dúvida é o local que hoje tem o maior apelo a nível ambiental internacional. Internacional. Então, ao fazermos essa reunião, que ela seja feita exatamente no ponto de discussão, no ponto de atração mundial, de interesse mundial para a questão. Se for possível que a gente possa estudar as condições de logística para que ela seja efetuada na Amazônia e eu já disponibilizo, Senador Presidente Fernando Collor, disponibilizo o Estado do Pará que é, na Amazônia, um dos Estados que tem uma contribuição lamentável com relação à questão da emissão dos gases. Era o que eu queria acrescentar e parabenizá-lo pelo seu requerimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Flexa. Já estão inscritos os Senadores Valdir Raupp, Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo. Mas eu devolvo a palavra ao Senador Fernando Collor para responder ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Senador Flexa Ribeiro, ontem na Subcomissão quando ouvíamos a palestra do professor José Goldemberg, ele nos deu a todos uns dados que nos preocuparam e nos deixaram até alarmados. Ele nos comunicou, como disse o Senador Flexa Ribeiro, que hoje o Brasil contribui com 80 milhões de toneladas de emissão de CO₂, sem contar a Amazônia. E que somente a Amazônia contribui com a emissão de 200 milhões de toneladas de CO₂ em função do desmatamento, tão somente do desmatamento. Hoje o Brasil é o 4º ou 5º maior emissor de CO₂ do mundo, retirando a Amazônia, estaria em 18º. Portanto, o que coloca o Senador Flexa Ribeiro, eu acho absolutamente procedente. Embora esse seja um requerimento indicativo, é um requerimento indicativo ao Governo Federal para que peça o engajamento do Itamaraty para que junto às Nações Unidas, sensibilize a direção do Secretário-Geral das Nações Unidas para que o Brasil, estando na vanguarda dessa discussão, possa sediar. E naturalmente a questão da localização vai depender exatamente como o Senador Flexa Ribeiro acabou de dizer, a questão da logística, a questão de como receber as pessoas que acorrerão a esta conferência e eu diria até que para ser mais fácil a realização dessa conferência, que ela não fosse, como disse, tão extensa ou

tão ampliada como foi a de 92, em que compareceram mais de 150 chefes de Estado e chefes de Governo. Poderia ser somente com os maiores emissores de CO₂, já que o problema emergencial do planeta hoje que nós estamos vivenciando é exatamente a questão do efeito estufa. E também o Senador Marco Maciel, ele deu uma grande, uma boa sugestão nesta reunião que foi de solicitar do Brasil se credenciar junto as Nações Unidas para sediar uma agência de meio ambiente aqui no Brasil. E citou vários casos da OIT, daquele órgão em Roma, da OCTADE, enfim, de Genebra, que são órgãos da ONU que distribuídos pelo mundo e que hoje a ONU ainda não tem uma agência de meio ambiente, ela tem apenas o programa de meio ambiente. E essa sugestão do Senador Marco Maciel que ele irá também encaminhar, eu acho que se acopla perfeitamente com essa iniciativa. O Brasil sediando a Terceira Conferência Mundial de Meio Ambiente em local a ser definido pela logística que o Governo Brasileiro vai estabelecer, em segundo lugar, porque coincide a data 2012 com o fim da vigência do protocolo de Kioto e em terceiro lugar, porque é a oportunidade que o Brasil tem de colocar essa sugestão do Senador Marco Maciel muito a tempo e muito a propósito de que o Brasil sedie uma agência reguladora do meio ambiente aqui no nosso território. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra para discussão, para discutir a matéria para o ilustre Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a minha fala vai no mesmo sentido do Senador Flexa Ribeiro, ou eu li o pensamento dele ou ele leu o meu, eu já tinha anotado aqui para falar e propor que essa Rio mais 20, que já teve a Rio mais 10, o Rio já sediou um encontro dessa magnitude, porque não agora nós levarmos para a Amazônia? A Amazônia que tem Estados com 98 de preservação de mata nativa, como o Estado do Amazonas, o estado do eminente Senador Arthur Virgílio. O Pará, eu não sei quanto tem, mas deve ter em torno de 70% também. Rondônia tem 78% de preservação das florestas nativas. E eu colocaria aí três capitais da Amazônia, Belém, como o Flexa Ribeiro já colocou, Manaus e Porto Velho porque Porto Velho está no centro da Amazônia, porque a Amazônia peruana, Amazônia boliviana, Amazônia colombiana, então não é só Amazônia Brasileira, a Amazônia abrange aí quatro, cinco países e se a Amazônia é considerada como o pulmão do mundo e todas as atenções de ambientalistas e de cientistas do mundo inteiro estão voltados para a Amazônia dizendo que a Amazônia tem que ser preservada a qualquer custo, acho que seria importante

para formar uma consciência ao homem, ao cidadão da Amazônia de preservação. Então, se essa referência for levada para o centro da Amazônia, as possibilidades de preservação da Amazônia seria muito maior. Então, essa é a minha proposta também, louvo a atitude do Senador, do Presidente Fernando Collor de Mello por ter feito essa proposta muito importante para a ecologia mundial e para o nosso país também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre líder do PMDB, Senador Valdir Raupp. Concedo a palavra ao ilustre Senador, líder do PSDB, Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada a respeito do projeto que o Senador Flexa Ribeiro apresenta à Casa e isso eu asseguro, eivado de toda a boa-fé pelo seu espírito público que todos reconhecemos e que ele nem precisa apregoar, mas sua Excelência, democrata como é, já se colocou de acordo de se conceder vistas coletivas a partir da iniciativa do Senador Demóstenes Torres para que possamos debater melhor. O Senador Azeredo já me disse que o FUST poderia resolver essa questão e o FUST não deixa de ser muito mal trabalhado, não tem sido otimizado. Mas nós temos o Governador de São Paulo José Serra que prega que custos e tecnologias fiquem ao encargo dessas empresas todas que, inclusive, só ganharão se nós resolvermos o problema de segurança no país. Nenhuma delas gostaria de trabalhar mais investimentos nem no clima de insegurança jurídica que ainda reina no Brasil e nem no clima de insegurança policial que igualmente exaspera todos nós. Sobre a manifestação do Senador Fernando Collor eu devo dizer do meu agrado e da minha concordância. Sim. 2012 seria Rio mais 20. Sim, os Estados nacionais que são mais responsáveis pela emissão dos gases poluentes. E eu percebi com muito mérito o Senador Flexa dizendo que Belém é o local ideal e o Senador Raupp dizendo que Porto Velho que é um ótimo lugar seria o local ideal, Manaus aceita entrar como teste com a maior tranquilidade. Entra como teste, aceita, eu sei que dá muito trabalho tudo isso--.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mato Grosso também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois é, aí a gente, quando for Rio 2032. Mas essa, enfim, e sobretudo é fundamental nós percebermos algo que ontem foi dito por V. Exa., Senador Fernando Collor e que me fez pensar. De 92 para cá erros terríveis, vazes foram cometidos. Em 92 havia avisos, mas não havia o sinal de calamidade. Em 2007 nós temos sinais claros de calamidade. Eu dizia ainda há pouco aos jornalistas que nós não podemos brincar com duas coisas nesse país, segurança e meio ambiente. Nós que não

devemos brincar com nada, a vida pública não é feita para se fazer um jogo lúdico dela. Portanto, eu estou completamente de acordo com a idéia, Manaus aceita sediar, é claro e acho que deva ser sincopada, sim, a participação dos Estados nacionais. E considero uma aberração de doer no coração, nós temos uma solução magnífica a disposição do país que é a Amazônia com a sua biodiversidade, com o seu potencial de gerar riquezas permanentemente sem nós matarmos a galinha dos ovos de ouro e a Amazônia vem sendo vista como um problema. A Amazônia está levando o Brasil a sair do 18º lugar entre os poluidores para a 5ª posição. Ela que poderia tranqüilamente alimentar sua população e ajudar a alimentar segmentos expressivos da população brasileira com solução sustentável e temos que colocar de maneira categórica, não é boa a economia, não é boa a tecnologia, não é boa a racionalidade se essa tecnologia, essa economia e essa racionalidade não levarem a sustentabilidade da exploração da região Amazônica,. Fora disso o Brasil não tem expectativa de futuro e seria uma traição aos que virão depois de nós. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do ilustre líder do PSDB Senador Arthur Virgílio e concede a palavra para discutir a matéria ao ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu quero também me manifestar favoravelmente a esta idéia da realização do Rio mais 20, talvez seja melhor realmente fazer na Amazônia. Mas eu quero também essa questão de um órgão específico poder ser sediado aqui no Brasil, um órgão da ONU, os órgãos hoje estão todos, os órgãos da ONU estão instalados, ou nos Estados Unidos, ou em alguns países da Europa e essa descentralização poderia ser buscada, eu acho que é uma briga muito mais interessante do que ficar lutando por posição no conselho de segurança, que no Brasil fica se batendo por esta posição sem uma chance real. Essa tem uma chance real, devia se instalar no Brasil. Mas é que é só por posição favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece a manifestação do Senador Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem queira.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gostaria de só uma palavrinha rápida e dizer que sou favorável, do meu projeto, não, não, eu quero que o critério de localização seja por preservação de floresta, seria um prêmio para o Amazonas que tem 98%, por que o meu Estado, determinando a conclusão do estudo, nós temos, devemos ter 96 ou 97 de florestas preser-

vadas e não temos estrutura para sediar um evento desses. Mas eu acho que seria um critério, Amazonas tem conservado a floresta dele, então essa reunião poderia ser feita lá justamente para valorizar a conservação da floresta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio agradece. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, está em votação. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado. Item 3 da pauta. Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Eduardo Azeredo. Requer a convocação do senhor Mauro Barbosa da Silva, Diretor-geral do departamento nacional de infra-estrutura e transporte, o DNIT, para, em audiência pública, explicar o demoradíssimo processo de desenvolvimento das obras fundamentais nas Rodovias brasileiras que se encontram em Estado deplorável e até mesmo, caótico, a reclamar providências urgentes. Antes de passar a palavra ao ilustre Senador para discutir a matéria eu gostaria de lembrar que a Constituição, no seu artigo 50, deixar aqui claro que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões poderão convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgão diretamente subordinados à Presidência da República. Portanto, senhor Senador não está previsto na Constituição a convocação do Presidente do DNIT, assim como não está também previsto na Constituição a convocação de Presidentes de outras agências e órgãos que não estejam diretamente vinculados ao Excelentíssimo senhor Presidente da República. Apenas para lembrar esta, não diria falha, mas esta lacuna na Constituição, passo a palavra a V. Exa. para encaminhar o vosso requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, eu tenho conhecimento de que a Constituição só prevê a convocação de Ministros. Mas veja que nós temos a aprovação por esta Comissão e pelo Senado dos dirigentes das agências, seguramente é uma lacuna que, então, nós temos, porque quem pode mais, pode menos. Se nós podemos convocar Ministro, porque não convocar alguém que seja de uma agência, ou do DNIT, como é o caso específico, de forma que a palavra convocar ou convidar, por que a palavra convocar é mais forte mesmo, nós não podemos continuar assistindo o que está acontecendo. A ineficiência dos órgãos de infraestrutura do Governo Federal é uma ineficiência clara. Eles não conseguem resolver nada, não conseguem fazer obra nenhuma. Eu tenho um exemplo aí da duplicação de Brasília, Belo Horizonte/Brasília, parte dessa estrada que a audiência de meio ambiente foi feita em julho de 2005, gastou-se um ano para fazer

a concorrência. A concorrência foi feita em agosto de 2006, nós já estamos em março e a obra não começa, na tem nada, tem dinheiro, tem tudo. Então, é inconcebível que nós continuemos assistindo isso, são mortes permanentes nas estradas, coloquei ontem no pronunciamento na tribuna, são 50 mil mortes nas estradas brasileiras por ano. E, então, o objetivo é exatamente de poder ter uma explicação, quer dizer, ajudar o Governo até acho que cobrando para que esses órgãos funcionem de maneira mais adequada. E a questão novamente aí de convocar ou de convidar me parece de segunda importância, certo? Agora, precisamos, talvez, nos debruçar sobre uma alteração.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Uma proposta de emenda a Constituição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim, talvez uma emenda para que fique claro que se nós aprovamos a indicação dos membros das agências, é razoável que nós também os possamos convocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Existem oradores inscritos para a discussão da matéria. Com a palavra o ilustre Senador Expedito Júnior para discutir a matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu só queria fazer uma sugestão. Nós aprovamos na Comissão de Agricultura a convocação, o convite do Ministro da Agricultura para na próxima semana vir expor sobre as metas do Ministério da Agricultura e nós já percebemos que na próxima semana já deveremos ter mudança nos Ministérios. Eu faço uma sugestão aqui ao ilustre Senador Azeredo, ou convocação, ou convite, que esperássemos um pouco mais, nós devemos ter aí mudanças nos Ministérios, pelo menos está sendo anunciado aí nos meios de comunicação e eu consultaria se teríamos condições de esperar um pouco mais sobre essa convocação, ou esse convite do ilustre companheiro Mauro Barbosa da Silva. E eu quero dizer o seguinte. Eu sou favorável, até porque eu tenho vários problemas lá no meu Estado, eu tenho a questão das BR's que nós precisamos discutir com o DNIT a questão da 429, 421, 74, a BR 364, então eu vou votar favorável. Só pediria se teríamos condição...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Expedito, só a título de colaboração, nós temos uma pauta cheia até o dia 14 de abril, nós já temos inúmeras convocações, inúmeros convites e todas as autoridades convidadas, entre elas o Presidente da PETROBRÁS, o Ministro de Minas e Energia, o Presidente da ELETROBRÁS, que vão discutir a questão do gás, a questão do PAC, governadores do sudeste, etc., etc. Temos aí pauta cheia

para o final deste mês e a metade do mês seguinte. De modo que vai dar muito tempo para a gente saber quem será o novo Presidente do DNIT. O novo Diretor-geral do DNIT.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu não tenho nada. Eu estou de acordo com a ponderação do Senador Expedito Júnior. Agora só espero que o Ministério saia logo mesmo, porque já são dois meses e meio, o meu receio é de que a gente adie esperando a mudança do Ministério e esta mudança do ministério fique para depois da Semana Santa, depois da Semana Santa, depois tem feriado de primeiro de maio, depois tem festas de São João. Então o perigo é esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos colocar em votação depois convoca.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A minha proposta pela ordem. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu passo a palavra para discussão da matéria ao ilustre Senador Valdir Raupp. Agora, uma vez aprovado o requerimento, senhor Senador Eduardo, a Mesa da Comissão definirá datas posteriores. Senador Valdir.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A minha proposta neste sentido é de que seja suprimido o nome e que fique apenas Diretor Geral do DNIT. Quem estiver lá, virá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo concordância do Senador Eduardo Azeredo...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se for desta forma, está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não Presidente. A proposta era exatamente esta. Que o convite seja ao diretor, impessoal. Quer dizer, quem estiver a frente do DNIT que ele seja convidado e eu também espero que o Presidente Lula, Senadora Serys poderia ajudar neste aspecto, possa acelerar o processo e o Senador Delcídio também, por que a Senadora Idely disse na tribuna que quem tem pressa é a oposição para que seja nomeados os novos Ministros e eu disse a ela que não é a oposição. É o Brasil. Nós precisamos trabalhar. Então, já passamos a convenção do PMDB, vai vir a Páscoa como disse o Senador Azeredo, estou com medo de que seja depois das festas juninas.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente. Eu concordo e até eu iria fazer esta proposta, mas até percebendo aqui hoje o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Valdir Raupp, estão combinados aqui hoje, que um está lendo aí o pensamento um do outro, mas eu comungo também da mesma idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que se acham de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Item 4 da pauta. Requerimento não terminativo de iniciativa do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Requer nos termos regimentais que seja dirigido o convite as autoridades abaixo relacionadas para em audiência pública e no âmbito desta Comissão e em conjunto com a CDR seja debatido a implementação do PAC na área da Amazônia legal. Sra. Ana Júlia Carepa, Governadora do Estado do Pará, Sr. Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas, Sr. Binho Marques, Governador do Estado do Acre, Sr. Valdez Góes, Governador do Estado do Amapá, Sr. Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia, Sr. Otomar de Souza Pinto, Governador de Roraima, Senador Marcelo Miranda, Governador de Tocantins e senhor Blairo Borges Maggi, Governador do Estado do Mato Grosso. Eu indago ao ilustre Senador Flexa Ribeiro se ele quer discutir a matéria, enquanto autor do requerimento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito rapidamente Presidente Marconi Perillo, para pedir aos meus pares a aprovação do requerimento da importância que nós possamos discutir os projetos elencados no PAC para a Amazônia legal. Lamentavelmente, Senadora Serys, Senador Delcídio, o PAC não ouviu os anseios dos Governadores para que pudesse ser, então, organizado. Ele juntou vários projetos em andamento, juntou os investimentos da PETROBRÁS, do INFRAERO, da ELETROBRÁS, deu o arcabouço final, um confeito para que pudesse melhor ser apresentado a sociedade e foi lançado. Então existe por parte dos Governadores uma série de reivindicações, de obras importantes que não foram incluídas no PAC. A própria Senadora Serys já fez ressalva com relação ao Estado de Mato Grosso de necessidade e a mesma coisa o Senador Delcídio Amaral com relação ao Mato Grosso do Sul. Então, eu acho que da maior importância que os Governadores, já que não foram ouvidos pelo Presidente Lula, que sejam ouvidos pelo Senado Federal e que nós possamos, então, sermos caixa de ressonância desses pleitos. Até porque pelo que eu pude saber a reunião dos Governadores que ocorreu no último dia 6 próximo passado ela foi apenas para, como sempre, para homologar as teses de inte-

resse do Governo Federal e não para ouvir os pleitos de cada Estado. Muito parecido, Senador Marconi, e V. Exa. em bom tempo propôs que fosse feito uma segunda audiência pública para discutir o PAC, aquela audiência pública que tivemos na terça-feira, ela lamentavelmente deu aos Senadores três minutos para que pudesse ser feito a interrogação aos Ministros e nem o direito de réplica que V. Exa. e o Senador Mercadante tinham assegurado aos Senadores, nos foi possível. Então, é importante que a gente realmente discuta o PAC com profundidade para que a gente possa, como todos nós somos a favor, que a gente possa contribuir para aperfeiçoá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está em votação o requerimento do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Senhoras Senadoras e senhores Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Gostaria apenas de esclarecer ao ilustre Senador Flexa Ribeiro e aos integrantes dessa Comissão, Sr. Senador Flexa, que caso esta Comissão decida convidar ou convocar mais uma vez os Ministros da Casa Civil, Planejamento e Fazenda para debaterem o PAC nós faremos nessa Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E aí não haverá mais necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A reunião conjunta é muito complicada, muito extensa e acaba perdendo o foco, foi o que aconteceu na sessão conjunta, onde pudemos ter a oportunidade de debater o PAC, o tempo foi insuficiente, muitos Senadores ficaram sem respostas, se tivermos que tomar essa iniciativa outra vez, faremos nesta Casa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, já o parabenizando pela iniciativa, mas queria contribuir que nós não houvesse a necessidade de nova explanação dos Ministros que nós já ouvimos que a gente passasse direto aos debates, ou seja, esgotássemos a audiência com troca de informações, de questionamentos, de resposta, de réplicas com os Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sugiro à Secretaria da Comissão que prepare para ser apreciado ainda hoje em caráter extraordinário um requerimento de nossa autoria coletiva convidando os ilustres Ministros da Casa Civil, Fazenda e Planejamento para continuarem o debate sobre o PAC, nessas condições e no âmbito desta Comissão, exclusivamente desta Comissão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Marconi, só uma palavrinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concedo a palavra com mui-

to prazer ao ilustre vice-Presidente dessa Comissão, querido Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Presidente Marconi Perillo e eu acho que esta foi uma decisão, nós infelizmente fomos bastante prejudicados na audiência pública que foi realizada na terça-feira, não dá para ter, para falar em três minutos. Nós precisamos de mais tempo até para discutir questões, não só nacionais, mas específicas dos Estados. Eu acho que a forma como está sendo encaminhada essa nova audiência eu acho que vai ser muito boa e concentrada na infra-estrutura. Pelo que eu entendo. Isso é uma questão que aí o Presidente vai decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Acho que os Ministros não vão querer perder o tempo expondo de novo. Todos nós já sabemos do conteúdo das exposições deles.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Inclusive a nossa querida Carminha aqui da liderança do Governo está dizendo que as Comissões é muito melhor esse debate, por que há uma informalidade que é muito mais eficiente no debate. E eu não posso também...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Podemos então convidá-la para ir para a liderança da oposição. [Risos].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ela é nossa. Não tem jeito. Carminha é nossa, não tem jeito. E eu só queria também saudar a aprovação do requerimento do Senador Flexa, inclusive, absolutamente alinhado com a nossa Governadora Ana Júlia. Então, é uma coisa surpreendente, Senador, parabéns.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O alinhamento com a Senadora Júlia é pelo, eu não sou contra o governo, eu sou a favor do Pará, então tudo o que é para o Pará desenvolver, conte com o apoio nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito bem, Senador Flexa Ribeiro! Parabéns pelo seu compromisso com o Estado do Pará. Item nº. 5 da pauta. Requerimento de minha autoria. Requeiro nos termos regimentais, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa, Senador Hélio Costa, para em audiência pública no âmbito dessa Comissão de serviços de infra-estrutura esclarecer a respeito da criação de rede pública de TV, ao custo de 250 bilhões em 4 anos. A justificativa é o que já está em toda a imprensa, isso

já está mais do que divulgado. E eu submeto à apreciação desta Comissão o convite ao ilustre Senador Hélio Costa, os senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado. Item nº 6 da pauta. Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Inácio Arruda. Nos termos regimentais ele convida os ilustres Ministros de, aliás, as ilustres personalidades, o senhor Secretário de Planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Secretário de desenvolvimento tecnológico e inovação, Dr. Luís Antônio Rodrigues, o Diretor-geral da ANEEL, Gerson Kelmann(F), o Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Adão Linhares, o Presidente da ANP Haroldo Lima e com o objetivo de uma reunião em audiência pública em conjunto com a Comissão de serviços de infra-estrutura, de meio ambiente, defesa do consumidor, fiscalização e controle e de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir o tema fontes alternativas de energia. O autor do requerimento não se encontra presente. Eu passo direto à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

Item nº 7. Não terminativo. Requerimento de autoria do ilustre Senador Delcídio Amaral que requer nos termos regimentais o aditamento ao requerimento nº 13 dessa Comissão de Infra-estrutura de autoria da ilustre Senadora Ideli Salvatti, subscrito pela Senadora Serys Slhessarenko aprovado em reunião dessa Comissão no dia 1º de março corrente, sejam convidados ainda os senhores Geraldo Viana, vice, Presidente, aliás, da Associação Nacional de Empresas de Transportes e Cargas e Logísticas, NTC, o Dr. José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira de Caminhoneiros e Moacir Sevilha, Diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias, ABCR. Eu consulto ao ilustre Senador Delcídio se ele deseja discutir o requerimento? Consulto aos ilustres Senadores se desejam discutir o requerimento? Não havendo quem queira discutir o requerimento, submeto a votação. Os senhores senadores que aprovam, permaneçam como estão. Senhores Senadores e Senadora. Aprovado. Submeto aos ilustres Senadores requerimento extra dessa pauta, extra pauta de minha autoria e de todos os Senadores presentes, pois solicito à Secretaria que colha as assinaturas dos demais Senadores presentes, a começar pelo nosso ilustre vice-Presidente Delcídio Amaral. Requeiro nos termos regimentais, ou seja, requeremos a convocação dos ilustres Ministros de Estado, da Casa Civil, Fazenda e Planejamento, para continuarem o debate sobre o programa de aceleração do crescimento no âmbito dessa Comissão. Os senhores Senadores que apro-

vam permaneçam como estão. Aprovado. Item extra da pauta, projeto de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Concedo a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro para encaminhar o projeto e utilizar da palavra para fazer aqui a sua discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Projeto de Lei do Senado nº 137 de 2006 que determina que as empresas operadoras do serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de rádio comunicações nas penitenciárias Estaduais e Federais e dá outras providências. Eu estou incluindo extra pauta caso haja concordância da ilustre Senadora e dos ilustres Senadores. Havendo concordância, permaneçam como estão. Aprovado a inclusão extra pauta. Com a palavra o ilustre Senador Flexa Ribeiro, autor do projeto, para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu, num tempo bastante exíguo, eu recebi esse projeto com o encaminhamento honroso de V. Exa. para relatá-lo na terça-feira da semana passada e ao longo desse tempo busquei as informações, fiz várias reuniões com os segmentos interessados no processo a partir da agência reguladora da ANATEL, da Associação das Empresas de Telefonia Móvel, busquei subsídios no, em dados da CPI do tráfico de armas e pude, busquei experiências internacionais e pude concluir o meu parecer que poderia relatá-lo. O nobre líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, fez, na abertura desta sessão, uma solicitação para que nós adiássemos a discussão do projeto face ao pedido de vistas já declarado do Senador Delcídio, do Senador Demóstenes Torres. Demóstenes Torres. E aqui a minha querida amiga, Senadora Serys Slhessarenko, é mais fácil falar em chinês, lá na China a gente se comunicava muito melhor. Também disse que vai pedir vistas. Eu estou seguro, eu estou seguro do parecer que fiz, inclusive, com dados que fundamentam o motivo da solução que nós encontramos. Até porque a única coisa que eu tenho consciência e eu acho que a nação brasileira toda tem é da necessidade imediata da instalação dos bloqueadores não somente de telefonia celular móvel, mas de todo e qualquer sinal de rádio transmissão que possa existir na área, na área contígua do presídio sem que haja com isso interferência nos usuários da redondeza. Existe tecnologia, existe forma de ser feito, a única dúvida, existe uma lei, por incrível que pareça, uma lei de 2003, é a lei 10792 de primeiro de dezembro de 2003 que alterou a lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal que estabeleceu em seu artigo 4º que os estabelecimentos penitenciários, especialmente os destinados ao regime

disciplinar diferenciado e aí eu discordo, eu acho que devam ser todos os estabelecimentos penitenciários, evidente que não delegacia de polícia, mas aqueles que tenham um porte já médio também deverão ter o bloqueio porque lá também se faz a comunicação e o controle do tráfico e do crime, disporão, dentre outros equipamentos de segurança, de bloqueadores de telecomunicações para telefones celulares, rádio transmissores, outros meios.

Então, gente, isso é lei. A nação brasileira precisa saber que existe uma lei desde 2003 que determina que os presídios tenham esse bloqueio e lamentavelmente nada foi feito. É preciso que nós tenhamos que discutir. E não foi feito porque a lei não define quem faz e não define quem paga. Então, exatamente o meu parecer é no sentido de acrescentar a lei definindo de quem é a obrigação para isso. Então, eu pediria ao Presidente já que há esse pedido de vistas, eu gostaria e como o relatório só ficou pronto ontem à noite e realmente os nossos, os meus pares não tiveram oportunidade de ter acesso a ele, eu vou distribuir não só o parecer, mas vou distribuir todos os anexos que embasaram o parecer da ANATEL, a declaração do Ministro das Telecomunicações, o documento da CPI do tráfico de armas que são documentos e onde estão grifados pontos que todos nós temos conhecimento e que pelos quais eu tomei os dados para fazer o parecer. Então, eu proporia, se o Presidente concordar e o plenário, que nós agendássemos para a pauta da próxima semana, visto que há uma urgência e emergência para que aproveemos isso. O próprio Presidente, ao longo da semana, me fez cobranças a respeito do parecer, a imprensa toda está querendo que o parecer e mais, a sociedade busca uma solução definitiva do Senado. Eu estou pronto para relatar, face aos pedidos de vistas, nós iremos, de qualquer maneira, interromper por uma semana, eu vou distribuir a todos os membros da Comissão os documentos e peço ao Presidente para colocá-lo em pauta na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente. Sr. Senador Flexa Ribeiro, eu quero dar um despacho. Eu vou conceder vistas coletivas e o regimento faculta pedido de vistas coletivas por cinco dias, mas não vou fazer o adiamento porque senão na semana que vem vão pedir vistas novamente. Então, eu quero fazer um compromisso com V. Exa. Na próxima semana nós temos convidados para debaterem aqui temas importantes através de audiência pública. Eu me comprometo a coloca como item único da pauta iniciando, porventura, às 10 horas esse debate, 10:30 e depois da discussão desse projeto nós começaríamos a audiência pública. E me comprometo ainda com V. Exa., a dar a palavra a V.

Exa. para proceder o relatório e o voto e depois abrirei a palavra a todos os Senadores que eventualmente queiram proferir os seus votos em separado. Havendo concordância de V. Exa., da ilustre Senadora, e dos ilustres Senadores, eu concluirei esse despacho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero, inclusive, parabenizá-lo, Presidente Marconi Perillo, por que se não fosse a intervenção de V. Exa., poderíamos ter na semana seguinte um pedido de vista o que o adiaria por mais uma semana. Então, vistas coletivas, eu me comprometo a encaminhar ainda hoje a todos os membros da Comissão a documentação completa para que possibilite o estudo e a definição da convicção de cada um para que na apresentação do parecer que farei na próxima semana, nós possamos debater e aprová-lo ou enriquecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Os senhores senadores e senhoras Senadoras que aprovam este despacho, permaneçam como se encontram. Aprovado. Concedo vistas coletivas desse projeto a todos os integrantes e suplentes dessa Comissão incluindo o ilustre Senador Demóstenes Torres, autor desse requerimento formal que se acha sobre a Mesa. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco outra em caráter extraordinário para a próxima semana com o objetivo de recebermos aqui para audiência pública o ilustre Ministro de Minas e Energia, Dr. Silas Rondon e os ilustres Presidentes da ELETROBRÁS e PETROBRÁS, além, é claro da discussão e votação do item único da pauta que é esse o projeto cujo despacho acabei de proferir.

Sessão encerrada às 12h21

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2007.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e sete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador JOAQUIM RORIZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: DELCÍDIO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, PEDRO SIMON, HERÁCLITO FORTES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, VALDIR RAUPP, EDISON LOBÃO E JOÃO TENÓRIO. Deixam

de comparecer os Senhores Senadores: Sibá Machado, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005. (DECISÃO TERMINATIVA). EMENTA:** Altera a Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. **AUTORA:** Senadora Lúcia Vânia. **RELATOR:** Senador Osmar Dias. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação com duas emendas que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Jonas Pinheiro, Delcídio Amaral, João Tenório e Kátia Abreu. **RESULTADO:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 2: AVISO Nº 27, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Encaminha recomendação proferida pelo Tribunal de Contas da União, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, com o seguinte teor: “à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42, do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias”. **AUTOR:** Tribunal de Contas da União. **RELATOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO:** Pelo pedido de providências e, após, encaminhamento do processado ao arquivo. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Cícero Lucena, Marisa Serrano, Osmar Dias e Expedito Júnior. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovado o relatório por unanimidade. **RESULTADO:** APROVADO. Será cumprida a deliberação da Comissão. À SGM, com destino ao arquivo. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007-CRA. ASSUNTO:** Requer seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Luís Carlos Guedes Pinto, para, em audiência pública, prestar informações sobre o funcionamento e aportes financeiros referentes ao fundo de estabilidade do seguro rural, bem como dos programas de sanidade animal, especialmente sobre o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNFEA. **AUTOR:** Senador Osmar Dias. Não havendo oradores inscritos para discutir a matéria, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO:** Aprovado, com adendo

da Senadora Kátia Abreu, que requer informações relativas ao concurso público para admissão de fiscais federais agropecuários, especialmente sobre um texto de autoria do Presidente da ABIFINA – Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades, que trata do registro de defensivos genéricos, no qual serviu de base para a prova de português. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2007-CRA. ASSUNTO:** Requer seja convidado, para audiência pública, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Guilherme Cassel, com a finalidade de apresentar o plano estratégico de sua pasta ministerial, prestar informações sobre a evolução do PRONAF no atual Governo, e sobre a evolução dos assentamentos de famílias na Reforma Agrária, com enfoque no Estado de Rondônia. **AUTOR:** Senador Expedito Júnior. Não havendo oradores inscritos para discutir a matéria, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO:** APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Srs. Senadores, havendo número legal, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário, se assim o desejar, é dado como aprovada.

A presente reunião, Srs. Senadores e Senadoras, destina-se a além da abertura de início dos trabalhos, a discussão da agenda e a ampliação de matérias. Sobre a Mesa está aqui o Ofício de nº 1.589 de 2004, datado de 12 de julho de 2004, do Dr. Fábio Alessandro dos Santos que é Assessor da presidência do CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que trata de uma operação de aquisição dos negócios internacionais de semente da CARGILL pela MONSANTO COMPANY. Informo ainda que o presente documento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores para consulta na Secretaria dessa Comissão.

Entendemos que deveria relatar esse documento recebido por ser de 2004 e tratar-se de um assunto que me parece, da época, importante, hoje não sei se terá a mesma importância, mas é importante dizer que referia-se a uma venda de sementes no valor de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares.

Portanto está aqui à disposição dos senhores para qualquer análise que desejarem.

Passamos, então, passamos a apreciação das matérias constantes da pauta. Eu quero pedir aqui, desculpa, aos Srs. Senadores que é a primeira vez que eu estou presidindo essa honrosa Comissão e naturalmente terei as dificuldades iniciais. Qualquer... Algo que não esteja de acordo com o normal dessa Comissão, eu estou disposto a rever qualquer posição que porventura trazer, ou descrever o que está acontecendo.

Portanto, vamos passar a apreciação das matérias constantes da pauta. O primeiro da pauta é um Projeto de Lei do Senado nº 205 de autoria da Senadora Lúcia Vânia que altera a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros índice e indicadores de produtividade.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa e exige *quorum* qualificado e votação nominal. Naturalmente, vamos passar aqui a palavra ao Relator do projeto, Senador Osmar Dias.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, eu sei já a intenção do eminente Relator e antes que ele peça a suspensão da votação dessa matéria, eu gostaria de fazer algum comentário sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Naturalmente, eu deveria consultar o Senador, mas é com o maior prazer, eu passo então a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias, o senhor está pedindo que gostaria se pronunciar antes da palavra do Relator.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Fazer alguns comentários atuais sobre o que está acontecendo a respeito dessa matéria.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu serei rápido. Eu peço então para usar da palavra agora e depois a gente pode ouvir o Senador Jonas Pinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Relator e em seguida passarei a palavra a V.Exª.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, primeiro gostaria de cumprimentar V.Exª por presidir essa importante Comissão do Senado Federal que com certeza não terá dificuldades porque tem conhecimentos sobre a agricultura e quem governou o

Distrito Federal por quatro vezes não vai ter dificuldade de presidir a Comissão de Agricultura do Senado.

Então, está em boas mãos. Cumprimentar o Senador Expedito Júnior que é o Vice-Presidente e desejar, eu gostaria de fazer um apelo para que nós trabalhássemos este ano no sentido de que essa Comissão tivesse realmente representatividade e *quorum*. O ano passado essa foi uma Comissão que dificilmente deu *quorum* nas reuniões e nós temos que fazer um esforço, tanto nós membros da Comissão, quanto a Mesa Diretora da Comissão para que os Senadores que compõem a Comissão de Agricultura, veja a importância de nós decidirmos aqui matérias relacionadas a esse setor porque esse setor tem uma relevância para o País que é discutível. Não adianta nem, não é preciso nem nós repetirmos aqui os números, mas é preciso que nós Senadores façamos essa Comissão funcionar de fato, até porque nós ajudaremos dessa forma esse setor tão importante para a vida econômica do País. Eu vou pedir a autorização de V.Ex^a, Presidente, para retirar o meu parecer da pauta porque... Eu justifico. Em primeiro lugar, a autora do projeto gostaria de estar presente, a Senadora Lúcia Vânia, ela está na Comissão de justiça e me pediu para que não relatasse hoje. Segundo, porque a Senadora Kátia Abreu, ela me pediu também que ela quer apresentar Emendas. Como esse Parecer já tem algum tempo e eu também gostaria de refazê-lo, a Senadora Kátia Abreu, inclusive, chega agora a Comissão, eu gostaria de atualizar esse meu Parecer, até porque nós vamos ouvir algumas notícias do Senador Jonas Pinheiro que justifica ainda mais esse fato, então eu estou retirando de pauta para permitir que a Senadora Lúcia Vânia apresente a sua Emenda, aliás a Senadora Kátia Abreu apresente a sua Emenda, claro, eu estou atendendo o pedido de duas Senadores, Sr. Presidente, então tem que obedecer e eu peço a autorização a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): V.Ex^a... Estou de acordo com V.Ex^a na medida em que solicita a suspensão da análise do seu relatório. Assim sendo, fica suspenso o relatório nesse presente momento, está, portanto, retirado de pauta.

E passo a palavra, com muito prazer, ao ilustre Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, referendando o que disse o nosso eminente Senador Osmar Dias, eu quero parabenizar tanto o Presidente quanto o Sr. Vice-Presidente por estar hoje imbuído dessa função de coordenar essa Comissão que é uma das mais importantes do Congresso Nacional, particularmente do Senado Federal. E a figura do Governador, Ministro e hoje Senador Joaquim Roriz nos garante de que com

sua experiência nós vamos ter um excelente trabalho nessa Comissão e, com certeza, V.Ex^a será aplaudido por todos nós Senadores que estaremos ao seu lado trabalhando a favor do agronegócio brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, quando nós aprovamos a Lei Agrária, ficou estabelecido naquela oportunidade que as desapropriações teriam que ser levado em conta, as normas teriam que ser levada em conta os parâmetros para descobrir se uma propriedade é produtiva ou não. Porque a própria lei, e assim também diz a Constituição, que pequena propriedade, média propriedade, e isso é bem definido em lei, e a propriedade produtiva ela não pode ser desapropriada, mas o que é que vem a ser propriedade produtiva? Produtiva é aquela que atinge dois índices importantes: Que é o índice de uso daquela propriedade e o índice de produtividade daquela propriedade. Não havendo nenhuma dessas duas condições, evidentemente a terra é improdutiva.

O uso da propriedade com respeito a sua extensão, ele tem que atingir 80% da área aproveitável dessa propriedade, então é um índice mais frio, dá-se para medir mais fácil. Mas quando se trata da área, do cálculo, se ela é produtiva ou não em termos de uso dela, aí complica um pouco, porque aí leva em consideração a produtividade dessa área. Se for pecuária é unidade animal por hectare, se for agricultura é quantidade de saco, tonelada ou arroba por hectare.

Muito bem, e prevê também que isso poderá ser mudado de acordo com o desenvolvimento tecnológico da região, da área ou do País. Mas esta mudança tem que ser ouvida o Ministério da Agricultura e o Ministério da Reforma Agrária. São eles a área do Poder Executivo que determina como que tem que ser usada, ouvida o CNPA, o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Muito bem, Sr. Presidente, o Governo Federal através, sobretudo, do Ministério da Reforma Agrária está tentando mudar esses índices há algum tempo e isso nós temos que ter muito cuidado porque mudar esse índice, hoje, sobretudo, nesses últimos dois anos que nós tivemos índices precários do nosso produto seja porque deu seca, seja porque deu enchente, seja porque deu muita praga ou doença, é muito temeroso. E os índices em certos produtos, que o Ministério da Reforma Agrária está desejando que seja considerado como índice para efeito de achar a produtividade, ela vêm às vezes a ser muito alto e que a média dos nossos produtores não tem condições de assim alcançá-los.

Muito bem. Eu estive, Sr. Presidente, numa reunião, numa determinada época, com o ex-Ministro Roberto Rodrigues na Presidência da República tratando desse assunto. Naquela oportunidade, Senador

Osmar Dias, Senadora Kátia, o Ministério Roberto Rodrigues levou o antigo, o fundador da EMBRAPA, Dr. Elizeu, para discutir esse assunto com o Presidente da República e o Presidente ficou muito preocupado quando ficou conhecendo a influência que poderia ter essa proposta de mudança dos índices, dos índices de produtividade dos nossos produtos agrícola, seja pecuário, seja da agricultura.

Pois bem, hoje, Sr. Presidente, hoje, tomei conhecimento que esse índice, novamente, voltou a tomar conta do Governo Federal, chega hoje nas mãos do Ministro da Agricultura, o índice desejado pelo Ministério da Reforma Agrária. E segundo que eu tomei conhecimento hoje o Sr. Presidente da República interessa assinar essa semana essa Portaria mudando os índices de produtividade do nosso produto agrícola no Brasil. E como o CNPA ele nunca reuniu, é difícil reunir, eu não sei se os dois Ministérios, eu vou ouvir a CNPA, o que nós pensamos em determinado momento de que não seria apenas por conta do Ministério da Agricultura, do Ministério da Reforma Agrária, ou mesmo da CNPA, que esse assunto devia ser discutido, mas deveria entrar aí também o Congresso Nacional, Sr. Presidente, o Congresso Nacional deve ser ouvido, essa é a proposta da Senadora Kátia que quer estabelecer uma Emenda que esse assunto tem que ser ouvido também o Congresso Nacional que eu acho muito mais justo, que eu considero muito mais oportuno que assim façamos.

Portanto, em bom momento o Senador Osmar Dias, levanta esse processo, e vamos, então, agora aproveitar a Emenda da Senadora Kátia Abreu e vamos fazer todo o esforço, Sr. Presidente, para que não fique na mão apenas dos dois Ministérios, porque aí fica na mão do Governo Federal.

Nós vimos a reação do Ministro Roberto Rodrigues em não acatar essa Portaria do jeito que estava, mas nós não sabemos se o Ministro Guedes poderá tomar essa mesma posição. Daí, Sr. Presidente, essa explicação que nós trazemos para essa Casa, para essa Comissão, mas muito mais do que isso, sugerindo que a Senadora Kátia apresente logo essa Emenda e que o nosso Relator eficiente, Relator, Senador Osmar Dias, toque esse processo rápido, vamos aprovar no Senado, vamos mandar para a Câmara e fazer com que o Congresso Nacional seja o grande balizador da mudança dos índices de produtividade no Brasil. Muito obrigado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu pedi pela ordem, porque a notícia que traz o Senador Jonas Pinheiro é muito preocupante, nós estamos para estabelecer, no País, através da decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário sem ouvir o Conselho Nacional de Pesquisa de Política Agrícola, CNPA, índice de produtividade que dificilmente serão alcançados. Só para citar um exemplo, eu fui verificar no meu Estado, qual seria o índice estabelecido para a produção de soja, só para ficar num exemplo, 48 sacas por hectare. Isso, Presidente, se nós tomarmos propriedades isoladamente parece um índice baixo, mas se nós tomarmos o universo de todas as propriedades especialmente naquelas áreas onde a fertilidade do solo não é tão boa, onde ocorreu um problema climático no meio do ciclo de desenvolvimento da cultura e isso pode ocorrer, e muitas vezes esse problema climático atinge uma propriedade e não atinge do vizinho e quando o técnico vai fazer a vistoria na região, ele chega e diz: não, a região teve uma precipitação pluviométrica suficiente para dar uma boa produtividade, mas ocorre que às vezes de um lado de um rio, a precipitação é diferente do outro lado do rio, e nós temos aí, muitas vezes, gente que não consegue atingir esse índice de produtividade, ou porque teve problema no plantio. Uma temperatura baixa no plantio, por exemplo, da soja vai fazer com que essa lavoura cresça menos, tenha um índice menor de produtividade.

Então tem muitos fatores aleatórios, fatores que pode influenciar negativamente nos índices de produtividade que muitas vezes não são considerados, não porque o técnico não quer considerar, mas porque eles não estão visíveis.

Então, nós corremos o risco de ao implantar um índice de produtividade neste número, 48 sacas por hectare, eu estou citando o exemplo do Paraná, é muito difícil que todas as propriedades atinjam isso. Uma boa parte, Sr. Presidente, das propriedades vão ficar com índices abaixo disso e ficarão sujeitos a essa insegurança do proprietário chegar lá num dia e vê a sua propriedade desapropriada, ele que já sofreu um problema climático que não foi revelado no laudo do técnico. Ele que sofreu um problema climático no plantio, na evolução da cultura, ou mesmo teve problema às vezes de qualidade de semente e que isso vai se refletir na produtividade. Muitas vezes fatores que ele não teve responsabilidade, mas que passa a ser penalizado quando a sua lavoura não atingir esses índices.

Acho temerária essa medida de adotar esses índices de produtividade que são propostos hoje, e por isso mesmo, nós já defendemos há algum tempo que isso passe pelo Congresso Nacional, porque aqui

estão os representantes do povo e os representantes do povo devem votar aquilo que mais interessa a sociedade brasileira.

Eu aguardo, portanto, esta Emenda, este fato que o Senador Jonas Pinheiro traz que o Presidente está com o Decreto, a Portaria para assinar, ele torna ainda mais importante nós estabelecermos essa regra aqui no Congresso Nacional e, Sr. Presidente, acho que o Senador Delcídio Amaral ou o Líder do partido do Governo ou o Líder do Governo aqui no Senado Federal, deveria, no meu entendimento, fazer um contato com o Presidente da República, pedindo que ele aguarde que o Congresso se manifeste a respeito dessa matéria, porque será um caos se essa Portaria for assinada sem rever esses índices de produtividade que estão sendo colocados sem a participação e a decisão do CNPA, do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Eu faço esse apelo àqueles que têm esse acesso ao Presidente da República. Seja do partido dele ou líderes do Governo aqui na Casa que faça esse contato para que se aguarde até que o Congresso se manifeste sobre o assunto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu queria colocar, fazer uma referência aqui às palavras do Senador do Estado do Paraná que coloca com muita segurança e propriedade essas suas colocações, na medida em que ele é de um Estado altamente produtor e também já foi Secretário de Agricultura daquele Estado, portanto ele traz uma palavra com segurança e avalizada e nós temos que levar em consideração. Parabéns, Senador Osmar Dias do Paraná.

Eu quero comunicar aqui ao nobre Senador Delcídio que nós estamos seguindo pela lista de inscrição.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só queria fazer, Sr. Presidente, se me permite, registrar essa preocupação do Senador Osmar Dias, sempre pautando a sua conduta com muito bom senso e acima de tudo com muita experiência, porque é um dos maiores especialistas nessa área aqui nessa Casa e não tenha a menor dúvida que vou levar esse assunto adiante até pelas consequências que isso não só traz para o Paraná, mas como o Senador Jonas disse também disse também para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e para o Brasil é uma decisão importante, tem que ser discutida a exaustão para que se tenha uma Portaria compatível com a nossa realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, primeiro eu gostaria de registrar a esperança, mais do que a esperança, a convicção de que esta Comissão vai conferir as atividades agrícola do País, o prestígio e as observações que ela precisa merecer. Tem sido um setor que na maioria das vezes tem sido relegado a uma avaliação secundária e não coincide, não corresponde a importância que ela tem para o desenvolvimento que seja ele econômico e social do País.

Portanto a nossa convicção de que sob a sua presidência e com a participação do Vice-Presidente, Senador Expedito Júnior, nós vamos ter essa Comissão voltada para proporcionar esse trabalho no sentido de que a agricultura brasileira ocupe no cenário da economia nacional aquele ponto que realmente precisa ocupar, será uma contribuição muito grande para toda a política agrícola do Brasil, sem sombra de dúvida a palavra final e a contribuição que ela Comissão poderá dar.

Segundo lugar, eu gostaria de registrar, de concordar com as preocupações do Senador Jonas Pinheiro e de Osmar Dias no que diz respeito a essa questão desses índices de produtividade que serão levados em consideração para estabelecer a possibilidade ou não da reforma agrária em algumas áreas, existe a questão climática é uma questão fundamental. Existe a flutuação da questão climática que é uma questão fundamental, afinal de contas, nós estamos vivendo aí, a mídia está comentando isso com muita frequência e intensidade o efeito do aquecimento global em todos os climas e todas as situações do mundo e isso é efetivamente muda os paradigmas, os parâmetros para que se possa considerar quais são as produtividades que devem ser consideradas como boa produtividade ou não. Em segundo lugar e é uma coisa que nos preocupa, sobretudo, essa questão regional. Considerar índice de produtividade sem levar em consideração efetivamente as diferenças de capacidade produtiva da região. Às vezes tem explícito alguma diferença, mas normalmente essas diferenças não medem a realidade. Comparar, por exemplo, o meu Estado, a região do semi-árido nordestino alagoano para a produção de gado, por exemplo, ou grãos, com a região do Pará, da região onde se cria pecuária no Pará, onde se desenvolve pecuária no Pará, nós temos certeza absoluta que a diferença de produtividade que é levada em consideração para a compensação dos índices, ele nem de longe estabelece a realidade.

Então, é preciso que além dessa questão climática local, a questão espacial, regional tenha uma preocupação muito grande, tenha um tratamento diferenciado importante, que pesquisas sejam feitas no sentido de

avaliar a efetiva diferença de produtividade que essas condições regionais proporcionam no uso da terra.

Portanto, o trazer como é a proposta do Senador Osmar Dias, o trazer o debate para essa Casa, para o Senado, eu acho que isso proporcionará uma diminuição dessas distorções que naturalmente acontecerão se esse estudo for feito muito centralizado por um Governo central que às vezes está muito longe da realidade das diferenças regionais.

Portanto, concordo plenamente, Senador Osmar com essa idéia de trazer para Casa essa discussão, porque todos aqui, cada Estado, cada região apresenta as suas verdades, as suas realidades e poderá se construir uma solução muito mais adequada e capaz de proporcionar soluções melhores para o País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Agradeço as suas colocações e vamos passar a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora do Estado de Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada Presidente. Eu gostaria de, em primeiro lugar, aqui de registrar a minha alegria de vê-lo como Presidente dessa Comissão, o senhor que tem experiência de um ex-Governador, de um ex-Ministro, mas acima de tudo de um produtor rural competente. E eu acho que nós teremos muito a ganhar com a sua posição nesta Comissão, e aqui estou, como uma novata, pela primeira vez usando o microfone desta Casa e com muita alegria defendendo uma das coisas que mais acredito na minha vida que é a agricultura e a pecuária deste País.

E quero aqui deixar a minha indignação, Sr. Presidente, quando vejo as informações como a que teve o Senador Jonas Pinheiro a respeito da publicação de um novo Decreto por parte do Presidente alterando os índices de produtividade.

Eu não quero aqui nem falar e nem mencionar a questão do direito de propriedade que o Brasil inteiro conhece. Do mais abastado ao mais pobre cidadão, esse sentimento está arraigado e no DNA de toda a população brasileira. Haja vista, que todas as pesquisas de opinião a respeito das invasões de terra, em todas as classes, A, B, C, D e E, todo o brasileiro, todo o povo brasileiro é radicalmente contra o MST e as suas invasões. Não são contra a reforma agrária, nenhum de nós contra a reforma agrária, nós somos contra a invasão da propriedade, o esbulho possessório e a contrariedade a nossa Constituição Brasileira.

Mas eu quero aqui dizer da minha indignação, porque o Governo Federal desconsidera o que o agro-negócio significa para o País, para os brasileiros. Não se trata mais de um assunto de produtores rurais, mas

se trata de um assunto que é a questão de Estado. Quando nós apresentamos os indicadores que essa categoria representa, quase um terço do PIB, mais um pouquinho, um terço das exportações, mais do que um terço dos empregos do País, com esses três indicadores, seriam suficientes para mostrar ao Governo da nossa importância, do que nós significamos. E nós queríamos, Sr. Presidente, nada mais, nada menos de sermos tratados não com benevolência, mas gostaríamos de ser tratados baseados nesses índices que nós representamos para a economia nacional.

E quero aqui, ainda, dizer da minha indignação com relação a discriminação e o preconceito que o nosso setor tem por parte do Governo Federal.

Um industrial, Sr. Presidente, que produz automóveis, se ele sentir que o mercado não vai bem e que ele tem no seu pátio vários carros fabricados e sem mercado, ele tem o direito de reduzir a sua produção de carros pela metade e pode dar férias coletivas por 30 dias a todos os seus funcionários. Nós não temos sequer esse direito, de acordo com o mercado, com a análise mercadológica, nós não temos o direito de sermos profissionais, nós não temos o direito de reduzir a área plantada por uma crise, por baixo custo na nossa produção, por estarmos vendendo o produto abaixo do preço com que nós plantamos, nós não temos esse direito, porque se nós agirmos com inteligência, se nós reduzimos a área plantada, se nós reduzimos o número de animais por hectare, nós somos visitamos pelos auditores do INCRA e somos desapropriados.

Sequer temos o direito e o respeito por parte do Governo Federal, nos casos de espólio, no caso de morte do proprietário do patrimônio, onde às vezes se estende por demanda de dois, três, quatro, cinco anos numa divisão de heranças aonde há uma interrupção na produção. Nós não temos o direito de reivindicar nada disso. Nos cobram todos os direitos trabalhistas, direito e leis trabalhistas que foram feitas para as cidades, para as indústrias e que nós do campo somos obrigados a engolir e a cumprir. Mas o tratamento igualitário na questão mercadológica, na redução de produção, esse direito não nos é permitido.

Quero aqui também, registrar, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, o que acontece com relação a esses índices de produtividade, além de tudo que disse até agora, também a questão da insegurança jurídica dos contratos que esses índices podem significar.

Imagine um investidor externo num País como os Estados Unidos, a Europa que não pode admitir uma legislação aonde não pode haver variação na produção e na produtividade. Nós teremos, por parte desses investidores preocupação e vão com certeza, evitar as grandes parcerias e as *joint ventures* que po-

deriam estar sendo feitas com agronegócio brasileiro por significar uma insegurança jurídica essa questão dos índices de produtividade.

Agora mesmo, Sr. Presidente, as negociações das dívidas rurais da safra 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, nós sistemas que todas houve frustração por conta de uma questão econômica, do câmbio principalmente, da questão dos preços da *commodity* em nível internacional e nós estamos numa crise implantada que apenas nessa safra ela começa a ser recuperada. E todos os contratos dos produtores rurais deste País que conseguiram prorrogar as suas dívidas tiveram negada a nova proposta de custeio quase que 100%. Eu posso garantir que no Banco da Amazônia que serve a região norte do País aonde o meu Estado Tocantins está inserido, 100% dos produtores rurais receberam a negativa do Banco, aqueles todos que compareceram pagaram 20% da dívida e prorrogaram elas e ficaram adimplentes.

Esses todos, quero comunicar ao País, todos esses produtores rurais, a partir dessa safra que não tem recurso para plantar, estão literalmente improdutivos e à disposição da reforma agrária para que suas propriedades rurais possam ser dívidas e entregue aos Sem-Terra deste País.

É uma aberração, Sr. Presidente, que o Conselho Nacional de Política Agrícola que devia ser o órgão mais importante a ser ouvido com relação dos índices de produtividade, não merece o menor respeito e a menor atenção por parte do Governo. E quero aqui registrar que um dos motivos que fez com que o Ministro Roberto Rodrigues, um dos maiores conhecedores do agronegócio deste País, um dos motivos graves de sua demissão do Ministério da Agricultura foi a pressão que estava sofrendo por parte do Governo para assinar esses índices de produtividade. Precisa ter a assinatura do Ministro da Reforma Agrária e do Ministro da Agricultura e Roberto Rodrigues, conhecedor desse setor como é, se recusou com veemência a assinar esses índices por todo o tempo que ficou no Ministério da Agricultura, e esse é um dos motivos mais importantes da sua saída daquele Ministério.

Eu quero agradecer ao Senador Osmar Dias por essa oportunidade, que nós possamos, nesse momento, no Projeto de Lei da Senadora Lúcia Vânia que o nosso Senador, que é um dos Senadores junto com o nosso Jonas Pinheiro e todos aqui dessa Comissão, um dos maiores defensores do agronegócio deste País, do Estado do Paraná, do Estado do Mato Grosso, e eu tenho certeza absoluta que nós temos condições de apresentar uma excelente proposta, uma proposta justa que seja boa para todas as partes, mas que não seja uma proposta parecido com que é hoje. Aonde, o

que é analisado, Srs. Senadores e Senadoras, numa propriedade rural, não é uma produtividade que um animal pode oferecer ao País, mas por hectare, nós precisamos para cumprir com o GUTE e o GE, dez vacas de leite por hectare, mesmo que eu tenha cinco e que produza o dobro de leite dessas dez vacas, mas se eu tiver as cinco vacas, eu sou anotada produzindo 50 litros contra 10 que é orientado pelo GUTE e o GE, eu sou improdutivo e posso ser desapropriada.

Então, nesse instante, eu quero aqui registrar que o pedaço de área mais produtivo do País é o jardim zoológico, porque tem o maior número de animais por hectare.

Então, não é essa proposta que nós queremos para o Brasil e vocês podem ter certeza que com muita humilde, eu quero apresentar uma proposta que pode ser justa, viável e, acima de tudo, vou fazer muito esforço para que seja uma proposta inteligente. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu quero parabenizar as colocações da Senadora Kátia Abreu que demonstrou conhecimento lá do setor e veemência no trato da agricultura que é muito importante para essa Comissão. Parabéns pelas suas colocações.

Está livre a palavra para esse assunto, quem desejar usar, o momento é oportuno. Não havendo mais ninguém a falar desta... Não havendo ninguém que solicita, nós então, vamos retirar de pauta, por decisão do Sr. Relator, a matéria em discussão. Está, portanto, retirado de pauta o relatório do Sr. Senador Osmar Dias.

Passaremos, então, para o Item 2, o Item 2 trata-se de um aviso nº 27 de 2006 de autoria do Tribunal de Contas da União que encaminha recomendação proferida por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República, exercício 2005, do seguinte teor: A presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão orçamentária anual do mínimo de 20% dos recursos destinados a irrigação da região centro-oeste em cumprimento ao inciso I do art. 42 do ato das disposições constitucionais transitórias. E o Relator dessa matéria é o nobre Senador Jonas Pinheiro a quem eu passo a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, a Constituição Brasileira, a de 1988, estabeleceu no seu art. 42 das disposições transitórias que durante 25 anos a União aplicará dos recursos destinados a irrigação a todo o território nacional, 20% na Região Centro-Oeste, 50% na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido e o restante, 30% em todas as

regiões brasileiras. Muito bem, o que tem se visto todos os anos, ao estudar o Orçamento da União, não se tem prestado atenção nesse dispositivo constitucional. É exatamente isto que o Plenário do Tribunal de Contas da União encaminha para esta Casa para que ela tome conhecimento do relatório de que o Congresso Nacional não tem tomado conhecimento dessa disposição constitucional.

De fato é isso. O Estado de Goiás, o Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal têm feito um esforço todo o ano para vir atendido essa disposição constitucional. Sr. Presidente, não tem jeito, o próprio Congresso Nacional não aprova os 20% que está destinado a irrigação, conforme acontece todos os anos.

Então, o que nós temos como voto, é que diante do exposto, considerando que o TCU em sua análise demonstrou o não cumprimento de uma norma constitucional e que estava o Projeto de Lei Orçamentária 2007 está em tramitação, estava naquela época, propõe que essa Comissão tome conhecimento do assunto aqui relatado e que informe ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão Mista do Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e do Relator Geral do Orçamento 2007 para a verificação do feito no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2007 e que tome as providências necessárias. Solicite ao Tribunal de Contas da União informações sobre o cumprimento do limite mínimo de aplicação de recurso na irrigação do Centro-Oeste nos cinco exercícios anteriores e que encaminhe o processado ao arquivo.

Portanto, Sr. Presidente, já estamos estudando esse projeto, esta análise do TCU com um pouco de atraso, vamos vê se vale para o próximo ano, mas, de qualquer maneira, mesmo neste ano não foi atendido o preceito constitucional sobre a irrigação no Centro-Oeste brasileiro. Este é o nosso Parecer que eu peço a aprovação dessa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): O Relator concluiu por pedido de providências e após que seja encaminhado o processado ao arquivo, está em discussão. Mas passo a palavra a quem solicitou, em primeiro lugar, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado Presidente, registrando a minha satisfação de compor essa Comissão, que com certeza com a condução de V.Ex^a, bem como do Senador Expedito Júnior e os demais companheiros da Comissão estaremos dando uma grande contribuição para um assunto tão importante para esse País como bem disse a Senadora Kátia Abreu, e que infelizmente, o Governo, com seus gestos, com suas atitudes demonstra o total descaso

com esse setor, o mais recente, todos nós sabemos é a não participação de um momento importante para o País que é a busca do desenvolvimento, quando o Governo simplesmente esqueceu de um setor tão importante como da agricultura.

A minha posição é de acompanhar o voto do Relator, uma demonstração clara da sua sensibilidade e da sua preocupação, inclusive, recomendando para que a própria Casa obedeça às questões constitucionais, dos índices que são estabelecidos, não só para a Região do Centro-Oeste, mas também para a do Nordeste. E aproveito para acompanhar na solicitação ao Tribunal de Contas as verificações também dos índices que foram aplicados no setor de irrigação do Nordeste que no caso é de 50% previsto a nossa Constituição. Então a minha posição é essa, acompanhando o voto do Relator, recomendando a verificação também da região nordeste. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem de inscrição, passo a palavra a Senadora Marisa Serrano, representante do Mato Grosso do Sul.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela função ao cargo de Presidente dessa Comissão, cumprimentar o meu colega, ex-colega de Câmara dos Deputados, Expedito Júnior, nosso Vice-Presidente, cumprimentar os meus colegas desta Comissão e dizer que vou aprender muito aqui, tenho certeza. Mas vim a essa Comissão, principalmente para apoiar o meu Estado, e o Centro-Oeste uma região e um Estado extremamente produtores que são orgulho da Nação e âncora verde da economia nacional.

Portanto, quero dar aqui a minha contribuição, embora eu seja professora e ativamente esteja trabalhando mais na Comissão de Educação. Mas eu queria falar um pouquinho sobre essa questão e sugerir ao Relator, não sei se o Senador Jonas Pinheiro pode fazê-lo, se isso é regimental aqui nesta Casa, mas eu queria saber se deve a Constituição Federal, coloca um artigo como esse em 88 e que, portanto, essa disposição transitória expira em 2014, estamos próximo de expirar essa norma, se não se deve nas indicações, se colocar uma questão ao Presidente da República a quem em última análise se deve o cumprimento de uma disposição transitória da Constituição que obriga a União a investir esse recurso.

Acho que é importante tomar conhecimento, acho que é importante enviar, perguntar ao Tribunal de Contas, mas o que é que esta Casa, que é a guardiã da Constituição Federal, da legislação maior votada pelos Senadores e Deputados, o que é que nós vamos fazer para que aquilo que é constitucional seja aplicado?

Nós temos que parar de achar e, meus oito anos na Câmara Federal me deram pelo menos essa noção e foi sempre uma briga minha porque é que nós não vamos sair da retórica e fazer com que as coisas sejam cumpridas nesse País. Nós estamos discutindo agora segurança pública e exigindo que a lei seja cumprida, mas nós também não estamos exigindo. Quer dizer, é um dispositivo legal, votado nesta Casa que não está sendo cumprido, procurei saber quanto de irrigação foi para o Centro-Oeste nos dois últimos anos, zero, nenhum tostão.

Então, não há porque a gente não fazer uma interpeleção a quem de direito, isto é, a quem deve a obrigação de cumprir as normas constitucionais naquilo que lhe é direito e nesse caso, da União é o Presidente da República. É pergunta que eu faço ao Relator se seria norma dessa Casa, não sei, o nosso consultor aqui pode nos informar, mas eu acredito que nós temos agora que ir ao âmbito da questão. Quem é o direito? O direito é do Presidente da República nos dar uma informação a ele também nós temos que interpelá-lo. Era só isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, baseado no que veio do Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas da União veio com apenas com uma crítica de que analisado um ano da aplicação desse recurso, ele não atingiu os índices previstos, preconizado na Constituição Brasileira. E o que nós estamos respondendo é o assunto ao Tribunal de Contas da União. Agora, se for preciso acrescentar algo a Presidência da República, nós queremos ver com o Marcelo, qual seria o encaminhamento que nós poderíamos nessa oportunidade fazer.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador do Paraná.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu faço uma sugestão que o Presidente da Comissão, por decisão do Plenário, encaminhe ao Presidente da República, um relato sobre essa situação. Ou seja, o descumprimento desse dispositivo constitucional tanto em relação ao Centro-Oeste quanto em relação ao Nordeste. Cobrando do Presidente da República que reveja a sua política para esse setor e que cumpra aquilo que está disposto na Constituição, porque se nós decidirmos apenas trocar correspondência com o Tribunal de Contas da União, talvez o Governo nem saiba que não cumpriu e que há aqui no Senado Federal um protesto contra isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Bem, antes de passar para a votação, eu gostaria de fazer alguma colocação ligeira com referên-

cia a esse preceito constitucional e que acaba de ser discutido com relação a destinação de recursos para o setor de irrigação. Para que todos tenham conhecimento, o relatório da Comissão de Orçamento que seria constitucionalmente obrigado a incluir 20% para o Centro-Oeste brasileiro e 50% para o Nordeste, eu gostaria de dizer que o Centro-Oeste foi contemplado este ano apenas com 4.3% e o nordeste com 50.3 das verbas destinadas à irrigação. O que vale dizer se é constitucional dentro da minha visão, de um Senador, primeira vez que preside, o Senador neófito, mas eu entendo que isso aí é uma medida que pode ser até reclamada até no Supremo Tribunal para que cumpra a Constituição Federal.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Já existe esse processo no Supremo Tribunal Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito obrigado pela informação. Então está aí a injustiça que está se cometendo mesmo porque temos a agricultura como disse a Senadora Kátia e a pecuária, são atividades das mais importantes deste País. É a que proporciona o grande agronegócio, é o que está proporcionando ao País um superávit na balança de pagamento e nós temos que fazer com que essa Comissão se possa influenciar-se nas decisões do Governo com relação à agricultura. Eu quero então lhes dizer e fazer aqui uma colocação para que dentro da minha visão de Centro-Oeste brasileiro.

Se o Governo hoje luta pelo crescimento nacional, eu não vejo outro caminho senão investir no Centro-Oeste brasileiro, exatamente no setor da agricultura e pecuária. Por que eu penso dessa maneira? Nós não temos enchente na região, não temos seca, temos abundância de água, não tem nenhum acidente climático e temos a maior reserva agricultável do planeta Terra, está no Centro-Oeste brasileiro, então por que não fazer esse investimento maciço do Centro-Oeste brasileiro que nós estaríamos colaborando naturalmente com o crescimento do País.

Em que pese o respeito a outros Estados, como é o exemplo do Estado do Paraná, que é um Estado totalmente hoje aproveitado as suas terras, altamente produtor, naturalmente ele entende dessa situação que é onde está a grande possibilidade para o futuro deste País está no Centro-Oeste brasileiro.

Eu quero parabenizar todos os senhores representantes do Centro-Oeste e dizer que nós aqui dentro das nossas possibilidades e limitações, nós vamos fazer com que esta Comissão, esta Comissão de Agricultura tenha os dias certos de reunião que nós promovemos os encontros aqui através de notícias a imprensa local para que a sociedade tome conhecimento de todas as reuniões do que se debateu para que nós possamos

transformar essa Comissão em uma das Comissões importantes do Congresso Nacional.

Assim sendo e não havendo mais quem queira discutir, nós passamos a votação. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam permaneça como se encontram e os que desaprovarem, se manifestem. Aprovado por unanimidade.

Portanto, serão tomadas providências, a Secretaria Geral da Mesa para encaminhar a documentação conforme foi solicitado.

Temos aqui um Requerimento de Extrapauta nº 1 de 2007 de autoria do Senador Osmar Dias que requer que seja convidado o Ilm^o. Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Dr. Luiz Carlos Guedes Pinto, para em Audiência Pública, prestar informações sobre o funcionamento e aportes financeiros referentes ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, bem como os programas de sanidade animal, especialmente sobre o Programa Nacional De Erradicação da Febre Aftosa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem a palavra ao Senador Expedito Júnior, Vice-Presidente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de antes de passar a palavra para o autor, nobre Senador Osmar Dias, eu gostaria de primeiro fazer aqui minhas as palavras da, além de fazer aqui um agradecimento e cumprimentar aqui a companheira Kátia Abreu, tivemos a oportunidade de trabalhar juntos na Câmara dos Deputados Federais, ela que tão bem representou o Estado de Tocantins e nós representando o Estado de Rondônia, da mesma maneira com a companheira Marisa Serrano. Dizer que há 12 anos como Deputado Federal, isso que nós estávamos falando sobre a questão do nosso orçamento que não se cumpre, que nós tínhamos que fazer valer aqui um pouco mais, eu acho que os nossos direitos constitucionais, o Congresso abre mão de suas prerrogativas. Eu vejo discutir sobre a questão do orçamento da segurança pública, eu vejo discutir sobre a questão do orçamento na agricultura e nós temos que aprovar o orçamento impositivo. Isso se fala, e se discute há tanto tempo e nessa Casa não se avança nada e nós estamos abrindo mão dos nossos direitos, das nossas prerrogativas.

Eu quero cumprimentar aqui também o Senador Osmar Dias e gostaria, Senador de fazer em conjunto com este seu Requerimento e estender um pouquinho mais. Eu sei que V.Ex^a trata aqui de uma questão que é de fundamental importância que é a questão da erradicação da febre aftosa. Eu que venho representar

o Estado de Rondônia, acredito que nós estamos na zona livre, acredito não, estamos na zona livre, porque foi um dos primeiros Estados que cumpriu ao seu dever de Casa, inclusive com a presença do Senador Jonas Pinheiro por várias vezes nos nosso Estado, onde se discutia a Medida Provisória 2166 e por várias vezes o Senador esteve visitando o Estado de Rondônia.

Eu gostaria, nós que temos vários conflitos agrários no nosso Estado. Infelizmente, nenhum foi resolvido. Nós que esperávamos tanto que nesse Governo, nós iríamos avançar nessa questão dos conflitos agrários no nosso Estado, eu gostaria de fazer aqui, em conjunto também ao presença, um convite a presença do Ministro Guilherme Cassel do Desenvolvimento Agrário, eu acho importante a vinda do Ministro da Agricultura também e quero aproveitar aqui e fazer aqui a apresentação também do seu plano estratégico dos respectivos Ministérios e falar aqui sobre o PRONAF, Programa de Fortalecimento Da Agricultura Familiar. Falar aqui sobre a questão da estratégia para a agricultura familiar na produção do biodiesel, falar aqui sobre o crescimento do agronegócio na balança comercial do Brasil, o crédito rural, a situação da dívida dos agricultores, a infra-estrutura para escoamento da produção e o PAC, e ouvi aqui o Senador, nosso Presidente, a quem eu rendo aqui as nossas homenagens, quatro vezes Governador do Distrito Federal, Ministro de Estado e com certeza fará um grande trabalho por esta Comissão, reclamando sobre os investimentos no Centro-Oeste.

De repente é a oportunidade que nós vamos ter de discutir com a Ministra Dilma que na quinta-feira, amanhã as duas Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura, amanhã às 11h30, nós estaremos fazendo uma Audiência Pública com a Ministra onde ela vai vir explicar sobre as questões do PAC e os seus investimentos e nós que somos, eu principalmente do Estado de Rondônia, nós estamos sendo atendido muito pouco pelo PAC e nós precisamos discutir sobre essas diferenças regionais que nós temos no Brasil e é a oportunidade que vamos ter de discutir com a Ministra, amanhã. E também sobre a evolução do assentamento de famílias da Reforma Agrária.

Então, eu gostaria de parabenizá-lo e gostaria de assinar em conjunto e perguntar ao Presidente e ao autor do Requerimento se podíamos fazer também o convite ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Peço a palavra, Presidente, como autor do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Bom, o meu Requerimento, Sr. Presidente, ele foi feito já na Legislatura passada e nós já tivemos esse debate com o ex-Ministro Roberto Rodrigues, e como disse a Senadora Kátia Abreu, um dos motivos que o Ministro Roberto Rodrigues deixou o Ministério foi o problema dos índices de produtividade. Mas o outro motivo foi que, durante dois anos o Ministro Roberto Rodrigues implorava ao Senado, a Câmara dos Deputados que destinasse recursos no orçamento para o controle sanitário no País.

Os apelos do Ministro foram veementes quando ele esteve aqui. Ele, o Ministro, pedindo ajudas dos Senadores para convencer o Ministro do Planejamento e da Fazenda para convencer o Presidente da República da importância de recursos na área de sanidade. Não foi atendido. O ano passado o Estado do Mato Grosso do Sul foi surpreendido com o vírus da febre aftosa provenientes do Paraguai. Eu vinha há dois anos alertando, fronteira com o Paraguai é um problema, lá não se faz o controle sanitário como se deve, nós vamos ter o ingresso do vírus da febre aftosa brevemente. Aconteceu. Aconteceu e pior do que o Mato Grosso do Sul que teve a febre aftosa e teve que combatê-la e ficou, portanto, com um prejuízo enorme, porque há o tempo para recuperar a condição de Estado exportador, o Estado do Paraná, por uma atitude equivocada do Governo do Estado do Paraná, por um erro grosseiro de quem não mede esforços para aparecer na mídia, seja qual for o assunto, o Governo do Paraná anunciou através do Vice-Governador, Secretário da Agricultura e através do próprio Governador a existência de febre aftosa no Paraná. Os exames de laboratório não tinham sido feitos, não se comete um erro grosseiro desse, mas lá se cometeu. E o Estado do Paraná não teve febre aftosa, mas o Governo anunciou. Enquanto outros governos negam a existência da febre aftosa mesmo ela existindo, o do Paraná disse: não, aqui nós queremos anunciar a febre aftosa. E anunciou, a febre aftosa que não existiu deu um prejuízo para o Estado de um bilhão e quinhentos milhões. Derrubou o preço da carne de suínos, derrubou o preço da carne de franco que ainda vive, até hoje, um drama porque os custos estão altos em função até do fato do milho ter tido uma reação de preços por razões que nós já conhecemos e lá no Paraná 60 segmentos foram prejudicados. Porque você mexe com carne, você mexe com 60 segmentos da economia. Muitos empregos deixaram de existir por aquele anúncio. Esse assunto é muito sério. Primeiro ninguém pode sair por aí anunciando febre aftosa se ela não existe. Segundo o Governo Federal não pode negligenciar, deixar de aportar recurso, porque só para o controle da febre aftosa, fiscalização de fronteiras,

portos, aeroportos, o Governo precisa colocar 90 centavos para cada cabeça de animal que nós temos nesse País. Estamos próximos de duzentos milhões de cabeças, então arredondando a conta, nós teríamos que ter aí quase cento e oitenta milhões só para o controle da febre aftosa, sem contar com as doenças exóticas das aves, dos suínos e que estão ameaçando.

O Uruguai teve um problema desse, ficou dois anos sem exportar com um bilhão e meio de prejuízo e não recuperou até hoje a sua economia, o Uruguai, pela importância desse segmento para o Uruguai.

Nós temos exemplos do que significa, do que representa o ingresso de uma doença exótica no País, mas o Governo continua agindo irresponsavelmente não colocando recursos para esse setor. E pior, nós aprovamos aqui no ano passado, Senador Roriz, Presidente da Comissão, uma Emenda para proibir o contingenciamento nessa área de sanidade e o Presidente da República vetou, vetou aquela Emenda. Ou seja, vai continuar contingenciando. Esses anúncios de dezesseis bilhões vai também atacar os recursos que eram destinados a sanidade. Se formos olhar o que está no orçamento, não dá nem para o começo, sem estrutura de técnicos, sem conscientização dos produtores e principalmente porque não se faz um trabalho de liderança no continente que o Brasil deveria liderar o movimento para tornar homogêneas as políticas de sanidade em todos os Países do Mercosul, nós não vamos dar conta de por fim a esses males que ocorrem esporadicamente, mas que causam danos irreversíveis. Nós temos que liderar no Mercosul, nos Países do Mercosul, no continente um programa que seja eficiente no sentido de erradicar a febre aftosa, erradicar as doenças que são provenientes até desses Países vizinhos que não tem políticas adequadas e programas adequados, mas o Brasil não pode continuar não tendo também. Tem que dar o exemplo e liderar esse movimento de homogeneizar as políticas sanitárias no Mercosul.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou propondo um Requerimento para que o Ministro, convidando o Ministro da Agricultura para que ele discorra aqui sobre os planos, o orçamento para a área de sanidade e para a outra área importante que é o seguro da produção. Nós falamos isso há muito tempo e eu já ouvi V.Ex^a, inclusive, falar sobre esse assunto. O agricultor precisa de seguro, nós aprovamos uma lei, mas para que a seguradoras tenham coragem de investir no seguro rural, no seguro de renda para o produtor, elas precisam ter um fundo de equalização que não existe, que suporte as catástrofes climáticas regionais, estaduais, porque senão elas quebram e quebram junto os produtores.

Então, nós precisamos discutir esse assunto com mais seriedade, porque nem no orçamento e nem o PAC está prevendo recursos para esse fundo do seguro, eu estou propondo isso, e vou sugerir ao Senador Expedito um outro Requerimento, porque esses dois assuntos são tão importantes e o seu tempo que nós devíamos convidar os Ministros separadamente.

Então, eu sugiro que nós votemos esse Requerimento de minha autoria para convidar o Ministro da Agricultura e V.Ex^a já apresenta oralmente mesmo um Requerimento para convite do Ministro do Desenvolvimento Agrário, da Reforma Agrária para que nós possamos discutir o seu assunto separadamente. Essa a sugestão que eu faço, e já estou votando a favor do seu Requerimento.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu concordo e já faço aqui o nosso Requerimento e peço que o Presidente já coloque também em votação, e eu acredito que nós vamos poder dar uma contribuição muito grande nessa Comissão. Eu vou aprender aqui muito nessa Comissão de Agricultura, eu sou professor de matemática, assim com a Marisa, com certeza, haverei de aprender com a presença dos nobres Senadores que já têm a experiência dos maiores produtores da região norte que é o Senador Jonas Pinheiro e com certeza haverei de buscar junto com vocês para que nós possamos melhorar a qualidade da agricultura.

Eu fiz questão de participar dessa Comissão porque o meu Estado é evidentemente agrícola. Rondônia, a base nossa, a economia do nosso Estado é a agricultura.

Então, eu acredito que eu posso, nessa Comissão contribuir um pouco junto com os demais Senadores do nosso Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Uma questão de ordem do Senador Expedito Júnior que ele convoca o Ministro da Reforma Agrária, eu solicito do Plenário, dos Srs. Senadores e Senadoras se estão de acordo com o Requerimento do nobre Senador Expedito Júnior, quem estiver de acordo permaneça como estão. Aprovado por unanimidade.

Em seguida, passo a palavra aqui a Senadora, pela ordem de inscrição, a Senadora do Estado de Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu acho que idéia foi muito interessante separar as Audiências Públicas, os dois Ministros, porque são muitos assuntos mesmo, Sr. Presidente. E

quero dizer ao nosso Vice-Presidente Expedito Júnior, que ele não sabe da importância da formação dele que é matemática para nos ajudar a ensinar o Governo a fazer conta na hora de trabalhar o endividamento rural brasileiro. [risos] Eu acho que ainda falta um pouco de aula para eles nesta área.

Bom, para justificar a importância dessa divisão, desses dois convites, eu quero aqui também incluir, se for possível, um questionamento ao Sr. Ministro da Agricultura. Tentarei ser o mais breve possível, Sr. Presidente.

Nós estamos desde o mês de outubro do ano passado numa franca negociação com a Casa Civil e a Confederação Nacional da Agricultura, aonde eu sou Vice-Presidente com relação aos defensivos genéricos, a produção de defensivos genéricos no País.

Esse mercado, Sr. Presidente, significa quatro milhões de dólares/ano e essa comercialização de quatro milhões de dólares/ano está na mão de seis multinacionais que desses quatro milhões comercializa 85% dos defensivos de todo o País em cada safra/ano. Que é a MONSANTO, a SYNGENTA, a DOW QUÍMICA, a BAYER, a BASF. Enfim, essas seis comandam o mercado. E portanto, nós não estávamos conseguindo, até o mês de outubro facilitar e flexibilizar o registro de defensivos genéricos. Assim como são os remédios humanos, os genéricos humanos, o Brasil inteiro sabe que depois que nós implementamos a fabricação de remédios e medicamentos humanos genéricos, todo mundo sabe que o preço abaixou substancialmente e isso foi muito importante para o consumidor e com os defensivos genéricos não é diferente. Se nós conseguirmos uma produção alta de defensivos genéricos, claro que este produto vai baixar no mercado. Principalmente, nesse momento aonde a agricultura precisa de diminuir os seus custos e está aqui bem o Senador Jonas Pinheiro que sabe o que eu estou dizendo.

Para o senhor ter uma idéia o defensivo agrícola no algodão significa 50% do custo de produção, e na soja significa 30% do custo de produção. E havia um Decreto já por vários anos, não apenas desse Governo, que endurecia as regras do jogo para atender o lobby dessas multinacionais que jogavam pesado para dificultar o registro das médias e pequenas indústrias brasileiras de novos produtos.

Até que enfim, nós conseguimos sensibilizar a Casa Civil e esse Decreto foi publicado colocando regra na Casa. Produto novo, desconhecido para o povo brasileiro de defensivo, passa pela norma de uma burocracia infundável que é normal e é preciso ser feita. Produto genérico, uma fila separada aonde esse produto já foi testado, está apenas pedindo o registro com o nome e uma marca nova e assim, então, como

os medicamentos humanos que leva 90 dias para adquirir o registro e atualmente, até outubro que gastava quatro a cinco anos e gastava um milhão e meio de dólares, nós, se Deus quiser, vamos passar para um ano nesse registro.

Então, isso é uma luta, Sr. Presidente, e o Senador Jonas aqui é testemunha, só da minha época, eu me lembro que tem seis anos que eu luto nessa área. São dois anos de suplência na Câmara Federal e depois mais quatro como efetiva e estou aqui repetindo isso.

Então, são seis anos da minha vida lutando junto com outros companheiros, claro, para modificar essa situação que é uma aberração nacional.

Então, essa história está andando, nós já tivemos várias reuniões na Casa Civil e o Decreto tem sido aperfeiçoado, as normas tem sido mudadas, claro que não é uma luta fácil. E para a minha surpresa, é aonde o ponto que eu quero chegar e pedir ao Senador Osmar Dias um espaço para esse questionamento ao Ministro, foi feita uma prova de concurso público para fiscais federais agropecuários no Ministério da Agricultura. Uma prova de português para um concurso público. E diferente dos outros concursos que eram feitos pela CESPE, na UNB, foi contratado uma fundação Plínio Ferreira, no Rio de Janeiro que a gente não tem muito conhecimento, mas deve ser uma fundação séria também, e contrataram, então, essa fundação e a prova de português, o título do texto era o seguinte, para o Ministério da Agricultura, fiscais federais agropecuários que é um dos cargos mais importantes do setor, o título da matéria, Senador Osmar Dias, do texto da prova: Ameaça ao agronegócio. E incrivelmente o autor deste texto é o Sr. Guedes que é o Presidente da ABIFINA que é a Associação Brasileira da Química Fina que é um dos maiores interessados na não produção de defensivos genéricos. Então a prova para os nossos fiscais federais, Senador Jonas, era em cima deste texto vindo contra todo esse trabalho que nós estamos fazendo, colocando que será um prejuízo ao agronegócio, a produção de defensivos genéricos, e eu gostaria muito que o senhor Ministro da Agricultura desse explicações a respeito desta prova, que não é uma simples prova, isso aqui é um sinal fortíssimo do lobby, do cartel que está instituído dentro do Ministério da Agricultura, nos escalões mais baixos e que tem uma influência fortíssima no sentido de trabalhar contra o agronegócio brasileiro, porque isso pode significar a aprovação dos defensivos genéricos no País, pode significar uma redução no custo de produção em torno de 25 a 30%, dependendo da atividade e do grão produzido.

Então, eu gostaria muito que o senhor Ministro da Agricultura do Brasil, desse explicações, a respeito desse texto e dessa prova de português dos fiscais federais do Ministério da Agricultura. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu quero informar a Senadora Kátia Abreu que já existe um Projeto de Lei da Câmara em que regulamenta exatamente essa questão levantada por V.Ex^a, e cujo processo está distribuído ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, eu tenho conhecimento sim, o que eu estou pedindo é para incluir no Requerimento do Senador Osmar Dias é que seja questionado ao Ministro da Agricultura o porquê desta prova deste texto, indo contra o pensamento de muitos técnicos do Ministério da Agricultura de onde saiu a autorização para uma prova dessas, e que, na minha opinião, é um crime de lesa pátria, você trabalhar contra a produção de defensivos genéricos para o País.

Então, que o Ministro pudesse se justificar e encontrar o caminho desta aberração que aconteceu dentro do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Está bem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Concordo com proposta de inclusão deste assunto no meu Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo concordância do Senador, nós botamos em votação. Se estiver de acordo permaneça como estão. Tudo aprovado, então. Em seguida, passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, Srs. E Srs. Senadoras, eu tenho um projeto de genéricos em minhas mãos, mas não é o genérico de defensivo, é genérico de veterinária. Isso está aqui nós queremos votar imediatamente. É, viu Marcelo, o genérico que eu tenho é de produto veterinário.

Sr. Presidente, está aí hoje no Brasil a discussão sobre o PAC e em se tratando do PAC, há um Movimento Nacional da Liderança do Agronegócio Brasileiro, comandado pelo Roberto Rodrigues, e já com um bom movimento na Câmara, nós queremos também que o Senado não ficasse alheio a esse assunto. Era o trabalho de inclusão dos problemas da agricultura, os problemas mal resolvidos da agricultura é dentro do PAC. Nós temos problema ambiental mal resolvido, problema de trabalho escravo versus lei trabalhista, mal resolvido, problema de revisão na lei de terras indígenas no Brasil, problema mal resolvido. Enfim, problema da EMBRAPA, problema mal resolvido, desoneração fiscal da cadeia produtiva no Brasil, política de fomento as

cooperativas. Enfim, uma série de assuntos pontuais que nós temos que discutir para facilitar de fato o desburocratamento no Brasil. Agora, particularmente a respeito do Requerimento que nós acabamos de aprovar, nós, ano passado, como disse o Senador Osmar Dias, nós trabalhamos juntos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, para a aprovação de uma Emenda que viesse a não deixar possível de travar o recurso que, no orçamento nós fôssemos aprovar de defesa sanitária animal e vegetal. Por incrível que pareça coisa fácil, coisa pequena e importante o Presidente vetou esse dispositivo desta Lei da LDO que nós aprovamos aqui com bastante dificuldade.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos ouvir aqui o Ministro, conforme propõe o Senador Osmar Dias e vamos trabalhar no sentido de que vamos resolver bem os assuntos do agronegócio brasileiro, como eu disse, nós tocamos o agronegócio brasileiros, mas todos eles com ações mal resolvidas no Brasil. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, só uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Expedito Júnior, Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É que eu anunciei que amanhã nós estaremos fazendo Audiência Pública com a Ministra e na verdade foi adiado até porque estão discutindo para fazer junto com o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda em conjunto nessas duas Comissões. Então, não vai ser mais amanhã e deve ser agendada uma nova data. Até para não passar aqui uma inverdade a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Não havendo mais nada a tratar, está, portanto...

Então, está em votação o Requerimento do Senador Osmar Dias. Todos aqueles que desejarem votar a favor, permaneça como estão. Aprovado por unanimidade. Serão tomadas as providências para a realização da Audiência Pública.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h40

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2007.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia primeiro de março de dois mil e sete, na Sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos seguintes Senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, AUGUSTO BOTELHO, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, PAULO PAIM, VALDIR RAUPP E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Jonas Pinheiro, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se, além da apreciação de matéria, à leitura de expediente: Aviso s/n GM/MAPA, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Luís Carlos Guedes Pinto, o qual informa de sua missão em Tóquio, por ocasião da Foodex Japan, e, em seguida à Jacarta, para assinatura do Memorando de Entendimento com as autoridades agropecuárias da Indonésia, bem como convidando membro desta Comissão para integrar a referida Missão Brasileira. Aviso s/n GM/MAPA, também do Ministro da Agricultura, propondo a realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007-CRA, para o dia 21 de março do corrente ano. Após a leitura dos expedientes, passou-se à apreciação de matéria, de acordo com a seguinte Pauta: **REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 – CRA**, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis. **AUTOR:** Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto abordado, os seguintes Senhores Senadores(as): João Tenório, Leomar Quintanilha, Kátia Abreu, Neuto de Conto e Valdir Raupp. Passa-se a fase de votação, ocasião em que o referido requerimento foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo número regimental declaro aberta a Sessão que refere-se à 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura.

Revedo... Naturalmente, declaramos aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dado como aprovada. Aprovada a Ata anterior.

Sobre a Mesa está um aviso GM, mapa do Ministro do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Luiz Carlos Guedes Pinto, informando da impossibilidade do comparecimento para Audiência Pública nessa Comissão na data proposta por esta Comissão, porém, ele deixa naturalmente aqui uma sugestão pelo fato de ele estar fora, ausente, está viajando para o Japão, em viagem ao Japão participando de um evento de importância para o agronegócio brasileiro, e sendo assim proponho a realização da audiência para o dia 21 ou 22 de março do corrente ano. Eu gostaria de saber qual é o dia da semana, 21 e 22, para enquadrar de acordo com o desejo aqui da Senadora de Tocantins que solicita que não seja reuniões na quinta-feira, e sim retornar para as quartas-feiras. Eu solicito da Mesa qual é o dia que propõe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 21 é quarta. Quinta é 22.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pois é, é o dia que ela propõe aqui para retorno. Portanto, nós vamos estar... Estamos fazendo essa comunicação porque o Ministro esteve conosco, nos procurou porque recebeu uma solicitação, um Requerimento de vir fazer alguns esclarecimentos aqui a essa Comissão. E ele foi gentil nos procurando deixando um documento dizendo da impossibilidade de comparecer no dia em que foi proposta, mas deixou outras datas que está à disposição para esclarecimento. Inclusive dia 21 ou 22. Mas como a Senadora do Estado de Tocantins solicita que as reuniões não deveriam ser na quinta e sim na data, voltar à data anterior, aos dias anteriores, eu não tenho nenhuma restrição, se os senhores estiverem de acordo voltamos a realizar todas as reuniões nas quartas-feiras--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente Roriz, com respeito a essa propositura da eminente Senadora Kátia Abreu, com relação a retornar as reuniões ordinárias da Comissão de Agricultura para as quartas-feiras, eu ponderaria o seguinte. Nós temos também a honra de presidir a Comissão do Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pois não.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas integramos a Comissão de Infra-Estrutura, a Comissão de Ciência e Tecnologia e estava exatamente com V.Ex^a na Comissão de Infra-Estrutura votando a indicação de um membro da ANATEL, e o que nós estamos observando que há uma incompatibilidade entre os horários de funcionamento das Comissões. Está implicando na impossibilidade dos membros de cada Comissão participar simultaneamente de mais de uma, porque elas ocorrem no mesmo horário. Como nós estamos enfrentando essa situação na Comissão de Meio Ambiente e eu vejo que a Senadora Kátia com muita procedência entende que as Comissões nas quintas-feiras também implicam nessa incompatibilidade de horário, eu sugeriria que nós promovêssemos uma reunião entre os membros, Presidentes das Comissões, para procurarmos ajustar os horários de seus funcionamentos de modo a permitir que os Senadores, seus membros, pudessem participar das Comissões que integram. Porque o que está acontecendo é exatamente essa impossibilidade em razão do Senador integrar duas ou mais Comissões que funcionam no mesmo horário.

Então, eu sugeriria que nós promovêssemos uma reunião entre os Presidentes das Comissões, estabeleçêssemos um calendário para estudar e analisar uma forma de racionalizar esse tempo e permitir que as Comissões tivessem o aproveitamento melhor da presença dos eminentes Senadores nas suas reuniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra a Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Muito obrigada. Sr. Presidente, eu acho que essa idéia, essa sugestões do Senador Leomar Quintanilha é bastante viável, mas eu ainda gostaria de reiterar a minha solicitação porque eu acho que a quarta-feira é o dia nobre nessa Casa, e agricultura, como o Senador Leomar conhece bem, não pode perder esse horário nobre da semana. Quinta-feira com certeza nós teremos dificuldades de *quorum* e nós teremos assuntos importantíssimos a ser tratados ao longo desse ano. Então, eu gostaria muito que essa reunião pudesse fi-

car preestabelecida sob pena de comprometer a nossa Comissão com relação à participação dos Senadores, horários de voo e retorno aos seus Estados e comprometer o nosso trabalho. E também quero fazer apenas um comentário com relação ao adiamento da vinda do Ministro da Agricultura, a única surpresa que pode ocorrer é que até essa data nós teremos que aprovar outro Requerimento, pois o Ministro poderá ser trocado daqui a essa data do dia 21.

Então eu acho que talvez até seja proposital esse adiamento porque a qualquer momento eu acho que pode haver substituição. E acho importante até essa espera, porque nós já pegaremos então Audiência Pública com o Ministro que subentende-se definitivo, pelo menos por um período. Então eu acho louvável que tenha sido adiado para que a gente possa conversar com quem de direito vai tocar a questão da defesa e outros temas que nós precisamos debater. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Senadora Kátia, o que eu posso lhe adiantar é que estou de pleno acordo com as suas colocações, mas também não vou desconsiderar a proposta do Senador Quintanilha. O que eu posso lhe adiantar é que nesta proposta do Quintanilha de fazer um encontro com os Presidentes das Comissões eu serei um defensor da data que você reivindica. Porém não posso me comprometer porque eu posso ser perdedor. De forma que vamos aguardar. Acho que foi muito justo a solicitação do Senador Quintanilha de fazer um encontro, uma reunião com todos os Presidentes e restabelecer a data para que todos possam comparecer nas suas respectivas Comissões. Mas eu lhe afianço que eu defenderei a sua proposição nesta reunião que nós vamos gestionar para que seja realizada o mais rápido possível.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu acredito aqui que a Senadora Kátia Abreu quando ela faz este Requerimento solicitando para que antecipássemos para quarta-feira... Já é quarta. E acredito que as duas proposições aqui, o Senador Quintanilha também não foi contra. A única coisa que o Senador quis foi que nós tentássemos reunir aqui os Presidentes das demais Comissões porque é verdade eu agora teria que estar em mais duas Comissões e tendo que estar aqui presente também na Comissão de Agricultura.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Aliás, estávamos os três lá na outra Comissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Inclusive o Presidente. Eu até dizia: "Presidente, você não vai abrir às 11h a Comissão de Agricultura?". Ele falou: "Vamos ficar cinco minutos aqui, vamos votar e vamos embora para lá". Quer dizer, isso não tem como. Isso aqui a gente fica doido aqui de uma Comissão para outra. E eu quero participar de todas elas. Eu estou em quatro Comissões. Acho que sete Comissões, quatro titular e três suplências. Então eu gostaria pelo menos as Comissões que eu sou titular eu gostaria de estar presente. Gostaria de estar discutindo os problemas do Brasil--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Quem sabe a solução poderia ser que a gente fizesse mais cedo? Em horários diferentes.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, mas eu acho que essa idéia do Senador Leomar Quintanilha, eu acho que é boa. Acho que deveria marcar uma reunião com todos os Presidentes, e decidir sobre a questão dos horários. Acho que não teria confronto, não teria conflito de horário e nós teremos condições de trabalhar em todas as Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu vou assumir o compromisso de comunicar as lideranças partidárias para que faça essa reunião o mais rápido possível para que possa atender as reivindicações dos dois Parlamentares, Senadores do Estado do Tocantins.

Mas continuando então aqui a pauta, este aviso do Ministro da Agricultura informando que realizará missão em Tóquio. Me parece por ocasião do folder(F) Japan 2007, e em seguida haja carta para assinatura de memorando de entendimento com as autoridades agropecuárias da Indonésia. Informa que no período de 9 a 17 de março corrente será a ocasião propícia para empresários brasileiros em relação a oportunidades bilaterais no âmbito do agronegócio. Desta forma, formulou convite para que este Presidente integre a Comissão Brasileira aqui dos Países.

Eu confesso, eu comunico que eu estou impossibilitado de comparecer nesta viagem. Mas quero comunicar aos Srs. Senadores dessa Comissão que aquele que desejar acompanhar essa Comissão do Ministro o convite foi formulado ao Presidente e ele rejeitou o convite. Nós rejeitamos o convite, porém está aberto àquele que desejar fazer essa viagem de interesse do Ministério da Agricultura. Pode-se manifestar aqui que nós comunicaremos ao Ministério.

A presente reunião destina-se além de leitura destes expedientes, apreciação de matéria. A primeira matéria é o Requerimento nº. 03/2007, CRA, de autoria do Senador João Tenório, que requer a criação do âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de

uma Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis com sete membros titulares, e mesmo número de suplentes com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas para o setor agrícola brasileiro na produção mundial de recombustíveis. Com a palavra o autor do Requerimento, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. No ano de 2006 o superávit comercial do agronegócio brasileiro apresentou quase 93% do saldo da balança comercial do País. Eu realmente fiquei impressionado com esse número. Não me ocorria o peso do... Sabia que o agronegócio tinha um peso assim absolutamente consistente nos resultados da balança comercial, mas não nessa proporção, ilustrando de forma bastante significativa a importância desse setor no País. Foram 42.7 milhões de superávit para um saldo da balança comercial de 46 bilhões.

Então, do saldo de 46 bilhões que o Brasil conseguiu no ano passado, 42.7 foi devido ao saldo na conta dos agronegócios, da nossa atividade que aqui a gente defende.

Os últimos anos, por motivos diversos, é possível identificar o crescimento expressivo dentro do segmento agrícola da produção de matéria-prima para os chamados biocombustíveis, sendo uma parcela crescente desse volume destinado ao mercado externo. Tanto a produção de etanol quanto a produção de biodiesel tem crescido no país de forma acentuada. A produção atual de etanol já é superior no Brasil a 16 bilhões, a safra anterior, e deve chegar a 17.5 bilhões na safra 2006/2007. Quanto ao biodiesel que é algo incipiente, mas começa a demonstrar a sua força e capacidade de desenvolvimento, após a obrigatoriedade legal de uma mistura mínima de 2% do produto a todo o óleo diesel comercializado no País até 2008, a ANP já realizou cinco leilões para a compra dos produtos. Nos primeiros quatro leilões, o volume de biodiesel adquirido atingiu a marca de 804 milhões de litros. Com essa produção, cerca de 250 mil agricultores devem participar da cadeia produtiva. Isto sem que o Governo Federal tenha regulamentado e padronizado totalmente as regras desse setor. Algo que obrigatoriamente terá que ser feito o mais breve possível.

Srs. Senadores, o cenário atual desses dois biocombustíveis para a comercialização apenas no mercado interno e suas implicações na brasileira por si só já justificariam a criação de uma Subcomissão do Senado Federal imbuído de acompanhar a evolução do setor. No entanto, quando observamos os mais recentes acontecimentos mundiais, as perspectivas futuras para o mercado do biodiesel se tornam praticamente imensuráveis. Além de todas as dificuldades já

conhecidas no setor do petróleo que já apontava uma demanda crescente pelo biodiesel e pelos biocombustíveis, principalmente nos Países mais desenvolvidos, foi apresentado em Paris no início de fevereiro no IPCC, Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática, um estudo que essencialmente constatou que o clima terrestre está efetivamente se tornando mais quente por uma elevação excessiva da concentração de gases do efeito estufa. Até então, Sr. Presidente, e Sr. Vice-Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, havia um certo conflito de digamos assim, entendimento entre o grupo de inteligência, digamos assim, científica, sobre se de fato seria essa a causa efetiva do aquecimento global. Mas depois desse encontro que aconteceu em Paris aproximadamente um mês, um mês e pouco atrás, não restou dúvida nenhuma, houve quase que uma unanimidade dos cientistas do mundo todo que lidam com esse tema de que de fato está a emissão de gases, principalmente do CO₂ que é muito particularmente proveniente da queima indiscriminada dos produtos fósseis, não restou dúvida nenhuma ou quase dúvida nenhuma de que esta é efetivamente a causa do aquecimento global. Antes da divulgação do Relatório, o Brasil já estava tratando com dois grandes Países de acordo em torno do biocombustível. Com os Estados Unidos, o Brasil possui um objeto de audacioso, porém viável, de transformar o etanol em uma *commodity*, pois se tratam dos dois maiores produtores mundiais responsáveis por cerca de 70% da poluição global. Com o Japão já existe tratativa adiantada, tanto no segmento do etanol quanto do biodiesel. Depois do anúncio do citado Relatório as possibilidades de crescimento do uso de biocombustível aumentaram ainda mais. A União Européia estabeleceu que seus 27 Países membros deverão utilizar 5.75% no etanol na frota dos carros até 2010. A França foi mais além e pretende antecipar suas metas.

O Brasil que tem todas as condições de se tornar um dos maiores senão o maior e mais importante produtor de biodiesel do mundo, tanto pelas nossas vantagens climáticas e diversidade de matéria-prima quanto pela tecnologia de ponta que já possuímos no setor.

Diante desses fatos, pela importância e magnitude que terão os biocombustíveis no futuro do planeta e pela possibilidade de participação no Brasil desse futuro, acredito que é fundamental o acompanhamento permanente pelo Poder Legislativo brasileiro do desenvolvimento desse setor em seus impactos na agricultura e meio ambiente do nosso país. Para tanto creio ser indispensável que o Senado Federal crie uma Subcomissão dos Biocombustíveis no âmbito dessa

Comissão para desempenhar de forma satisfatória essa função.

Resumindo, Sr. Presidente: Nós temos de um lado um mercado, quer seja ele interno como principalmente agora mercado externo com um potencial de crescimento absolutamente importante e imensurável no momento. Nós tivemos o etanol já estabelecido uma coisa mais antiga, coisa mais realizada mais tempo, mas nós temos o biodiesel dando os primeiros passos que também é uma coisa que trará ao Brasil as vantagens do emprego, da renda... E uma coisa importantíssima que é bom que se diga. Toda essa atividade é uma atividade geradora, plenamente geradora de emprego, e ainda, emprego fixado no campo brasileiro. O que contribuirá também para evitar ou pelo menos atenuar esse enchimento, essa inchação que acontece nas grandes cidades brasileiras.

Então, de um lado isso acontece. Há um interesse, há um mercado crescente. Do outro lado, o Brasil apresentando um potencial extraordinário de expansão, de crescimento, de implementação dessa... E da liderança, o que é muito importante também, da produção de biocombustíveis.

Então, é fundamental que se crie um ambiente de discussão e de avaliação do andamento desses projetos. Evidentemente que uma das coisas que chama atenção são as questões ambientais que precisam ser levadas em consideração, porque uma expansão digamos assim desregrada dessa atividade, sem obedecer regras preestabelecidas e acompanhadas dos controles e dos cuidados com o meio ambiente pode ser algo que seja danoso para o País. Mas as duas coisas podem ser conciliadas.

Então, a minha avaliação é que a criação de uma Comissão que tenha como objetivo esse tipo de acompanhamento poderá estabelecer a conciliação entre a possibilidade, a conveniência para o País no crescimento forte do setor agrícola nessa atividade e de outro lado às preocupações que devem ser contidas no que diz respeito a meio ambiente e as suas implicações.

Então, por essas razões, Sr. Presidente, é que eu estou propondo a criação dessa Subcomissão Permanente que teria como objetivo fazer esses dois tipos de ação.

Primeiro, contribuir com o estímulo que for necessário, estimular da maneira que for mais conveniente e eficaz que de fato esse crescimento, essa liderança do Brasil venha ser a implantada. E do outro lado criar os cuidados necessários para que esse crescimento não venha conspirar contra os interesses do meio ambiente brasileiro. É isso que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu queria solicitar dos senhores membros da Comissão se tem mais alguém que queira discutir esse Requerimento. Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente Joaquim Roriz, o Requerimento do Senador João Tenório é tão importante como oportuno. Acabava de comentar com a Senadora Kátia Abreu que justificaria a Constituição no âmbito do Senado Federal até de uma Comissão para cuidar da energia renovável, sobretudo dos combustíveis originários das biomassas. É muito claro para todos nós que o Brasil será efetivamente uma das mais importantes províncias de etanol, de metanol, de biodiesel e de Hbio. Nós estamos mais avançados na produção do álcool combustível, o etanol e o metanol, o Brasil já desenvolveu com programas anteriores nesse segmento uma tecnologia de ponta saindo na frente de outros Países com a exploração do álcool como combustível, e agora com esse forte apelo ambiental sendo o álcool uma energia renovável, sendo o álcool uma energia limpa, naturalmente a demanda por esse tipo de combustível será crescente a cada dia que passa. E é importante que nós possamos discutir aqui no Senado, que é o foro adequado da discussão dos grandes temas nacionais, nós possamos discutir de forma mais aprofundada aqui no âmbito da Comissão da Agricultura essa situação. Não só a questão do álcool combustível, mas a questão do biodiesel também, que se apresenta como uma atividade adequada do ponto de vista ambiental, adequada do ponto de vista comercial, e adequada do ponto de vista social, Sr. Presidente, porque permite ao pequeno participar de um Projeto de grande envergadura como é este de energia alternativa. Então é preciso que nós estejamos atentos aqui para proteger principalmente o pequeno produtor brasileiro que tem atravessado reveses, a agricultura brasileira tem atravessado reveses como nunca antes experimentado. E surge principalmente o biodiesel como uma oportunidade de uma recuperação ou de uma alternativa econômica no meio rural, no campo, e que nós precisamos realmente acompanhar para que o agricultor não seja mais uma vez penalizado, para que ele possa efetivamente ter uma alternativa econômica saudável, que lhe permita com honradez continuar dando essa extraordinária contribuição que o setor sempre deu para a economia do País.

Então, eu quero cumprimentar o eminente Senador João Tenório pela oportunidade da apresentação do Requerimento de criação dessa Subcomissão, e

entendo pertinente e oportuna a sua criação, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão a matéria ao Requerimento do Senador João Tenório.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra, a Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Muito obrigado. Eu quero aqui também parabenizar o Requerimento do Senador João Tenório. Eu acho que é bastante próprio para o momento. Acho que é um dos setores que vai mais expandir no País que é a produção de álcool. Agora também gostaria, Sr. Presidente, de aqui deixar um alerta. Ainda ontem nós no Plenário do Senado tivemos um grande avanço tecnológico quando nós aprovamos o *quorum* viável da CTN-Bio. Aprovamos na Câmara Federal, e lá eu estive presente com as duas Emendas da medida 327, Medida Provisória 327, que tratava das zonas de amortecimento e lá então foi absorvida as minhas Emendas com relação ao quorum da CTN-Bio, e também autorização da venda da plumagem de algodão transgênico. Aprovamos ontem aqui e estamos muito ansiosos e esperamos e temos a certeza e convicção de que não será novamente vetado pelo Presidente da República. Isso vai significar um atraso e não só um atraso como quase que o fim da produção de algodão no País. Nós somos o quarto produtor de algodão do mundo. As nossas empresas de tecelagem tem vivido em função dessa produção, então nós queremos aqui deixar registrado a nossa confiança de que o Palácio do Planalto e o Presidente da República não irá vetar a tecnologia, o desenvolvimento, a ciência que este Governo vai sancionar essa aprovação pela segunda vez pelo Congresso Nacional em respeito a essa Casa, ao desejo dos Parlamentares que representam as suas bases, que conhecem a realidade do campo no País, sabem o quanto é importante nós darmos esse passo e esse avanço em direção e respeito à ciência e a tecnologia.

A grande preocupação que eu gostaria aqui de registrar, Sr. Presidente, sem receita, sem indicação, apenas um registro. É de que o nosso País, Senador Leomar Quintanilha, Senador Tenório, posso virar um grande canavial. Um grande canavial porque hoje o sonho de quase 100% dos produtores rurais do País é ter uma usina de álcool próximo a 50, 70 quilômetros da sua propriedade rural. Todo mundo está querendo virar mensalista de usineiro. Arrendar suas terras para a produção de álcool porque não existe nada mais viável

do que esse arrendamento hoje. E isso nos entristece. Não o desenvolvimento, não a produção do etanol, de todo o biodiesel em cima da biomassa. Eu acho que tudo isso é muito importante, nós seremos um grande mercado, mas um País como o Brasil diversificado como é, com tanta produção, com tanta diferença de itens produzidos neste País, com mais de 25 itens importantes produzidos no País, nós vamos poder ver tudo isso chegar ao fim, se não tomarmos medidas e providências para que todo esse setor não abandone a tecnologia adquirida até agora. A experiência dos produtores rurais para entregarem aos braços do açúcar e o álcool as nossas propriedades rurais. Isso me preocupa bastante, porque será atingido exatamente a classe média rural brasileira. Ela vai ser totalmente expulsa do campo em detrimento da crise que nós passamos, da falta de uma política agrícola sustentada, da falta da confiança que o produtor rural hoje tem, do seu desânimo, da depressão com que passa nossos produtos, a perda horrível de renda de 25 bilhões de reais no último ano. Então tudo isso traz um desalento, traz um desânimo e isso não é bom para o País. Nós temos que continuar sendo um País que produz muito e de tudo um pouco, porque nós somos bons em quase tudo que nós produzimos. Poucos Países do mundo podem ter alguma melhora em tecnologia em algum item melhor do que o Brasil. Mas com certeza nós somos o melhor em tudo e no espaço muito curto de tempo seremos em 100%.

Então, eu só queria deixar aqui esse alerta e essa preocupação para que a gente não se emocione com essa nova perspectiva da produção do biodiesel, mas que a gente possa ter também essa preocupação com o futuro dos nossos produtores rurais com o futuro do nosso País. Muito obrigada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão a matéria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais uma razão, Sr. Presidente, para a criação da Subcomissão. A preocupação da Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão a matéria.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, só para completar...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador João Tenório, de Alagoas.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu concordo plenamente. Eu acho que é preciso que haja uma preocupação, digamos assim, de zoneamento de produção brasileira no que diz respeito à cana, a grãos... Enfim, todas aquelas coisas nas quais nós

somos especialistas e imbatíveis que é a produção do agronegócio.

Concordo plenamente com a Senadora e acho até que a criação dessa Subcomissão terá como uma das suas funções principais é exatamente lutar para que o zoneamento seja mais justo e, digamos assim, dê cobertura e dê suporte à sua preocupação. Para evitar que a sua preocupação se torne uma realidade.

Então, até por isso eu acho Senadora que é importantíssimo que a gente escuta aqui nessa Casa exatamente essas questões que V.Ex^a levantou. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua a discussão à matéria.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, para reforçar... Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com permissão aqui de quem solicitou, eu passo a palavra à Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Só para não deixar nenhuma dúvida com relação à minha concordância de criação dessa Subcomissão. Acho ela extremamente importante, oportuna, estou totalmente favorável para que a gente possa fazer essa criação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Neuto de Conto de Santa Catarina.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Primeiramente eu gostaria de cumprimentar nosso Presidente pela posse na Comissão, Senador Roriz, e cumprimentar os pares e dizer que realmente quero fazer conta com o Requerimento do Senador João Tenório e tudo aquilo que aqui se manifestou. Nos parece que vem de encontro à necessidade que o País precisa.

Nós crescemos a metade da média dos Países do mundo. E temos uma potencialidade em todos os segmentos da nossa economia para suplantarmos e para voltar a crescer aos níveis desejados pela nossa população brasileira e por nós todos. Por isso eu além de fazer coro, eu queria dizer de que essa matéria ela também vai participar para alcançarmos os objetivos em que tantos precisamos para o crescimento e conseqüentemente a criação de emprego e desenvolvimento.

Gostaria também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de registrar dentro dessa mesma linha de ações que em Santa Catarina nós conseguimos na última semana o primeiro Estado do Brasil e primeiro momento na história do País que se registra junto a OIE, a Organização Mundial da Saúde Animal através da área técnica e área científica com o acordo dessas duas áreas o nosso Estado é o primeiro que está livre de febre aftosa sem vacinação.

Conseqüentemente, no dia 10 de maio, haverá a reunião de todos os membros dos Países que fazem parte da OIE para lá em Plenário dar o voto final e certamente com a liberação para que possamos vender para o mundo os produtos produzidos no nosso Estado vamos também contribuir significativamente para esse desenvolvimento e crescimento.

Por isso, eu quero além de cumprimentar o Senador João Tenório, cumprimentar os pares que dão este apoio, dizer que está certamente e sem dúvida nenhuma no nosso solo, na nossa terra, na força da nossa gente, no braço do nosso trabalhador a oportunidade de crescermos se nós aqui os orientarmos dentro do sentido que tanto esse Brasil precisa. E eu não tenho dúvida nenhuma de que o PAC ele vai contribuir nada mais do que 2,5% do crescimento. Os outros 7,5 eles estão em todas as áreas possíveis sendo muito pouco gastos, com muito pouco recurso, mas com vontade administrativa e com soluções de mobilização de massa é que vamos encontrar esses caminhos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão a matéria. Não havendo mais nenhum Senador que deseja manifestar, nós vamos colocar a matéria em votação. A Sr^a. Senadora e os Srs. Senadores que aprovarem o Requerimento do Senador João Tenório de Alagoas queiram permanecer como estão. Os que desaprovarem que se manifeste. Aprovado por unanimidade.

Comunico o Senador requerente João Dantas que vamos formar esta Comissão, mas gostaria, antes, de comunicar as lideranças partidárias para que proporcionalmente indicasse os respectivos membros da Subcomissão. Está aprovado, portanto, vou cuidar pessoalmente de comunicar as lideranças aqui já comunico o Líder do PMDB que está presente sobre a criação dessa Subcomissão que é a proposta do Senador Tenório sobre uma Subcomissão, criação, e naturalmente terá que ser indicado dentro da mesma proporcionalidade das Comissões estabelecidas. E levando em consideração que a quem solicitou, quem requereu foi o Senador de Alagoas, Senador João Tenório, naturalmente ele me solicitou, se não tiver nenhum outro interessado, que ele gostaria de presidir esta Comissão que eu acho justo e normal. Mas já fica aqui o nosso Líder já com esta incumbência de indicar os demais dentro da proporcionalidade levando em consideração o pedido do Senador que nos faz sentido.

Está encerrada esta discussão, está aprovado o Requerimento do Senador.

Antes de encerrar eu gostaria de comunicar aos senhores que nós entendemos que é uma Comissão importante essa da agricultura. Mesmo porque como

foi dito pelos senhores, hoje o agronegócio é o negócio mais importante desse País. E o agronegócio basicamente ele é da agricultura e pecuária, portanto, nós queremos fazer desta Comissão dentro do possível uma Comissão de... Uma grande Comissão que tenha repercussão na cidade, principalmente em Brasília. Por isso eu convidei a imprensa de Brasília sem nenhum custo para o Senado e nem pela Comissão que está cobrindo a estas reuniões aqui da Comissão não só fotógrafo como jornalistas, para que noticie no dia as reuniões e os assuntos tratados. Não havendo nenhuma restrição dos senhores, isso vai continuar dando notícia a todas as nossas reuniões e os assuntos tratados dela, para que nos dê importância que ela merece Comissão que nós achamos que é de alta importância para o País.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Eu tenho uma dúvida sempre quando se fala em agro, agroindústria, agro-agricultura e nós deixamos um setor que está em um crescimento e desenvolvimento que é o Agro-Silvo-Pastoril. A [inaudível] hoje é um reflorestamento no País, está crescendo num desenvolvimento tão próspero e tão rentável com tanto... que nós temos que começar a pensar o que a terra produz e colocar também o Silvo-Pastoril para essas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem. Com a palavra o Líder do PMDB, Senador, a quem nós agradecemos pela sua presença e está com a palavra o Senador Presidente do...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado, Presidente. Eu tenho certeza que essa Comissão vai ter dúvida nenhuma um grande destaque daqui para frente porque V.Ex^a na condução, na Presidência dessa Comissão com o meu conterrâneo Expedito Júnior, do meu Estado, que conhece profundamente as questões agrárias e agrícolas do meu País.

Quanto à concorrência das Comissões que eu vi aqui hoje, além das reuniões ordinárias marcadas pelas Comissões, estão marcando reuniões extraordinárias. Reunião da Infra-Estrutura que nós estávamos lá ainda há pouco e eu pedi que iniciasse a votação antes da sabatina do indicado Sardenberg para a ANATEL, até porque se não fosse isso nós estaríamos lá até agora na sabatina para depois votar. E aí essa Comissão estaria prejudicada como outras que estão acontecendo também. E tendo em vista que a infraestrutura é a segunda reunião dessa semana. Ela já teve a sua Reunião Extraordinária. A reunião de hoje

é extraordinária e concorrendo com as reuniões ordinárias das Comissões que marcaram em dias como hoje na quinta-feira para fugir da concorrência das outras Comissões na terça-feira. Na terça e quarta-feira. Então, acho que esse assunto tem que ser levado à Mesa do Senado para que as Comissões evitem de marcar reuniões extraordinárias nos dias aonde as outras Comissões estão funcionando. As Subcomissões não chegam a tomar espaço e não chegam a concorrer com isso as Comissões permanentes. Mas as reuniões extraordinárias, sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nobre Líder me concede um aparte?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Houve já uma proposição aqui hoje do Senador Leomar, onde ele está sugerindo e sugeriu ao nosso Presidente da Comissão que liderasse isso, uma reunião com todos os Presidentes das Comissões para que deixasse um calendário definitivo, para que não houvesse mais conflito de horário das Comissões. E eu acredito que vem em boa hora, até porque hoje, agora mesmo nós teríamos que estar em três Comissões. Não temos como estar nas três Comissões.

Então, acredito que de repente, louvável aí de repente até levar o assunto à Mesa do Senado, mas acredito que numa reunião com os Presidentes das Comissões acredito que esse assunto seria resolvido.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E para encerrar, Sr. Presidente, quero lhe parabenizar pela condução dos trabalhos e dizer que realmente a agricultura nesse País ela não tem tido o empenho dos governantes, o empenho necessário, mas forçosamente daqui para frente vai ter que ter, porque a agricultura, a pecuária brasileira e a agricultura brasileira que vai salvar esse País. Você a corrida agora... Não é a toa que o Presidente Bush está vindo ao Brasil, porque já está de olho, além de estar todos os Países de olho na Amazônia, que eu acho até que nós devemos preservar as nossas florestas amazônicas, mas estão de olho também nas terras brasileiras que são muitas. É um dos maiores Países agrícolas do mundo, junto com os Estados Unidos e que vai produzir etanol, vai produzir biodiesel, que vai produzir grãos, carne, peixe, quer dizer, tudo que precisa no mundo que hoje tem fome. O mundo que cresce a cada dia e que tem fome. Então o Brasil vai ser sem dúvida um dos celeiros agrícolas e pecuários do mundo e além de produzir o biodiesel e álcool que vai ser a OPEP verde do mundo daqui para frente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Agradeço as colocações do Senador Val-

dir Raupp, Líder do PMDB no Senado Federal pelas suas colocações e a sua presença.

Não havendo mais matéria a tratar, e não... Nós vamos então encerrar, não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h55

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2007.

Às onze horas e quatorze minutos do dia quatorze de março de dois mil e sete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador JOAQUIM RORIZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, E EDISON LOBÃO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Augusto Botelho, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Jayme Campos e Jonas Pinheiro. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: Modifica o artigo 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social). AUTOR: Deputado Inocêncio Oliveira. RELATOR: Senador Leomar Quintanilha. RELATÓRIO: Pela Aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores(as): Leomar Quintanilha, Osmar Dias, Marisa Serrano, Sibá Machado, Kátia Abreu e Delcídio Amaral. RESULTADO: Concedido vista ao Senador Delcídio Amaral. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra. AUTOR: Senador

Tasso Jereissati. RELATOR: Senador Heráclito Fortes. RELATORA "AD HOC": Senadora Kátia Abreu. RELATÓRIO: Pela aprovação, com emenda substitutiva que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores(as): Kátia Abreu, Mariza Serrano e Sibá Machado. RESULTADO: Concedido vista coletiva. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 4, DE 2007 – CRA. ASSUNTO: Requer a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para tratar da importância e dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol, com a presença dos seguintes convidados: Luís Carlos Guedes Pinto - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Guilherme Cassel - Ministro do Desenvolvimento Agrário; Marcio Santilli - Instituto Sócioambiental; Roberto Rodrigues - Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; Maurílio Biaggi Filho, Presidente do grupo Moema; Manoel dos Santos - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). AUTOR: Senador Sibá Machado. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Leomar Quintanilha, Marisa Serrano, Expedito Júnior, Osmar Dias, Cícero Lucena e Kátia Abreu. RESULTADO: Aprovado com adendo da Senadora Marisa Serrano, no sentido da presença do Presidente da CNA, Dr. Antonio Ernesto de Salvo. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 5, DE 2007 – CRA. ASSUNTO: Requer nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLS 202/2005, que "altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade", com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; Francisco Graziano Neto, Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Antônio Ernesto Werna de Salvo, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Eliseu Roberto de Andrade Alves, ex-presidente da EMBRAPA. AUTORA: Senadora Kátia Abreu. RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 2: Instalação e eleição da Subcomissão dos Biocombustíveis – CRA-BIO. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as): Cícero Lucena, Marisa Serrano, Sibá Machado e Expedito Júnior. RESULTADO: Eleitos os senhores senadores João Tenório e Sibá Ma-

chado, com sete votos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis – CRABIO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 14 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo número regimental declaro aberta a quarta reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Naturalmente vamos requerer a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário, aguardo que se tiver alguém que se manifeste contrariamente. Não havendo, nós vamos declarar aprovada a ata da reunião anterior. A ata da reunião anterior.

Sobre a Mesa está um ofício número 14/ASPAR MAPA, datado de primeiro de março corrente da Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, confirmando a audiência pública com o Ministro da agricultura para o dia 22 de março corrente, às 10 horas em cumprimento ao requerimento número 1 de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, que adendo, com adendo da Senadora Kátia Abreu. Isso é apenas um requerimento, uma comunicação, ficando convocado todos os senhores membros dessa Comissão para estarem presentes às 10 horas, no dia 22 de março, próxima quinta-feira para ouvir a palestra do Ministro da agricultura e Reforma Agrária.

Porém, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunicamos que a Comissão que tendo em vista a aprovação do requerimento número 3 de 2007, aprovado na reunião de 1º de março do corrente, de autoria do Senador João Tenório, de criação da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, designo, de acordo com o artigo 89, § 4º do regimento interno do Senado Federal, os seguintes Srs. Senadores e Senadoras que compõem a referida subcomissão. Titulares: Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, João Tenório, autor do requerimento, Sérgio Guerra; Jonas Pinheiro; Valter Pereira e Neuto de Conto. Suplentes: Paulo Paim; João Ribeiro; Marisa Serrano; Raimundo Colombo; Rosalva

Ciarlini; Valdir Raupp; e Mão Santa. Estes são nomes indicados pelas lideranças dos respectivos partidos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB - PB): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem a palavra do Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB - PB): Presidente, o Senador João Tenório pediu para que eu justificasse a não presença dele nesse exato momento fruto do que todo o Senado e o Brasil está tendo conhecimento da grave situação de segurança que se encontra o Estado de Alagoas e por ter sido agendado, coincidentemente nesse instante, com o Ministro da Justiça com o Estado de Alagoas, com a presença do Governador Teotônio Vilela, do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado e também de Alagoas, com o ex-Presidente Collor e também Senador de Alagoas, bem como com o Senador João Tenório. Então, ele pede a desculpa de não estar aqui presente que eu possa justificar pedindo, inclusive que os trabalhos dessa subcomissão possa ser continuado pela sua importância, pela sua urgência para que ela já se considere até no processo de instalação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito obrigado. Desta forma, tendo em vista a importância do tema, consulto ao Plenário se podemos realizar a eleição do Presidente e do vice-Presidente nesse momento. Nesse momento quero consultar o Plenário. Apenas para a sugestão fica bem os senhores a vontade que o Senador João Tenório, ao entrar com o requerimento, fez uma indagação à Mesa se não seria difícil presidir essa Subcomissão? Mas isso quem vai decidir são os Srs. e Sras. Senadoras. Eu confesso que o meu voto será em benefício dele, porque ele ao solicitar essa criação, ele já solicitou também a possibilidade de presidi-la, fica aí ao Plenário para--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu acompanho a sua indicação, nada mais justo até como pelo conhecimento dele, mas também como praxe das comissões quem tem o requerimento tais com o Presidente e quero registrar que ele pediu também para dizer que estaria de acordo com a indicação do vice-presidente, no caso quem já também demonstrou interesse nisso o Senador Sibá Machado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra Senadora Marisa Serrano

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Era só para manifestar o meu consentimento e fico

muito contente em ver que o Senador João Tenório de um Estado extremamente produtor na questão do etanol, possa, com o conhecimento que ele tem de causa, que ele possa presidir essa Comissão importantíssima para o país na atual quadra da nossa economia, particularmente para o meu Estado, Mato Grosso do Sul, que se torna um dos Estados com maior número de usinas sendo construídas nesse exato momento e apoio também a indicação do Senador Sibá Machado para vice.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Sibá Machado

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz. Primeiro lugar para também concordar com V.Exa., demais colegas sobre a indicação do Senador João Tenório para a presidência dessa subcomissão, ao mesmo tempo agradecer aqui o meu colega Senador Lucena pela sugestão de meu nome, acato de bom grado e queria até já fazer uma ressalva a V.Exa. aqui no item 3 é um requerimento de minha autoria que até deixo aberto para os demais senadores e senadoras que quiserem subscrevê-lo para que possamos fazer uma Audiência Pública com as seguintes autoridades: doutor Luiz Carlos Guedes Pinto, o Ministro da agricultura; Dr. Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Dr. Márcio Santilli, Presidente do instituto Sócio Ambiental; Dr. Roberto Rodrigues, Presidente do Conselho Superior do Agropêlo do FIESP e atual Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; Dr. Maurílio Biaggi filho, Presidente do Grupo Moema e o nosso colega Manoel do Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Porque é que eu remeto a essa Comissão, Sr. Presidente? Por que simultaneamente nesta Comissão nós trataríamos desse assunto sobre o ponto de vista da economia, o tanto que esse assunto hoje mobiliza o nosso país e mobiliza o mundo e também com a Comissão de Meio Ambiente, porque nós poderíamos aproveitar juntamente faríamos uma audiência conjunta das duas Comissões e poderíamos indagar sobre dúvidas que possa pairar dos dois pontos de vista, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Então, o Senador João Tenório teria pedido que se o requerimento for aprovado, que a subcomissão pudesse, então, fazer juntamente com a CMA a audiência solicitada por esse requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra Senadora Marisa Serrano

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de só perguntar a Mesa se nós já estamos discutindo para a votação o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Ainda não, ainda não, estava ouvindo o requerimento do Senador Sibá.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas o requerimento do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Em seguida nós vamos colocar a matéria em votação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esse, o número 4?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): O número quatro

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O requerimento número quatro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Houve uma inversão da pauta, então?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Houve uma inversão da pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Houve uma inversão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu tenho um adendo a fazer a esse requerimento, portanto não sei se já estão--.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Nós vamos votar pela ordem, por que normalmente ele vai submetido a apreciação, após a discussão do requerimento anterior.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está ótimo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria só de, eu gostaria só de--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria só de acompanhar sua indicação aonde V.Exa. traz aqui a pretensão do Senador João Tenório e também a sua votação acredito que é por aclamação aqui e também na mesma linha o Senador Cícero Lucena quando faz a indicação aqui do meu conterrâneo vizinho do Acre, Senador Sibá para ser o vice-presidente. Então eu concordo na indicação e já no voto da aclamação aqui para que seja instalado e apoio o Presidente João Tenório e vice-Presidente Sibá Machado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu, antes gostaria de , antes de botar

em votação, comunicar todos os membros da Comissão que sendo aprovado e instalado imediatamente, nós, nós vamos propor que as reuniões sejam feitas conjuntamente. A Subcomissão com a Comissão de Agricultura, porém, cada um faz o seu trabalho a parte com uma legislação, mas submeta na reunião da Comissão e juntamente com a subcomissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou checar Sr. Presidente, eu gostaria de fazer parte dessa subcomissão, mas infelizmente como a indicação foi feita aqui já pelos líderes dos blocos, o nosso nome nós não tivemos o nosso nome indicado. E eu vou conversar com o Senador João Ribeiro para ver a possibilidade de fazer a substituição, fazer a troca aqui, desde que haja aqui o consentimento do nosso líder do partido da República, do Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Sras. Senadoras, Srs. Senadores, encaminhar a Mesa os seguintes nomes para Presidente: Senador João Tenório; para vice-Presidente, Senador Sibá Machado e deixo aí esta ressalva com relação ao nosso vice-Presidente que gostaria de participar também dessa Subcomissão, mas que fica para, já tem a sua indicação, a bem da verdade, então não haveria nenhuma dificuldade, além disso nós poremos em seguida a votação da sua pretensão, mas está em votação, portanto, sobre a indicação do João Tenório para Presidente e Sibá Machado para vice, consulto se todos concordam com a chapa proposta. Dessa forma todos concordaram, está em votação. Aprovado.

Proclamamos eleito, portanto, vamos proclamar eleitos os Senadores João Tenório, Presidente e Sibá Machado para vice-Presidente. A presente reunião destina-se à apreciação de matérias, Projeto de Lei da Câmara número 82 de 2006 da autoria do Deputado Inocêncio Oliveira que modifica o artigo 79 da lei 5764 de 16 de dezembro de 1971 incluindo como o ato comparativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado quando vinculados ao seu objetivo social. E acaba então, nós vamos dar a palavra para o Relator da matéria, o Senador Leomar Quintanilha

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Cheguei na hora Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Na hora exata.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tudo bem?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Deixa eu terminar aqui.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Sra. Senadora, o projeto de autoria do eminente Deputado

Inocêncio Oliveira, propõe ampliar o significado do ato cooperativo. Portanto, ele promove uma nova redação ao artigo 79 da lei 5674, 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. O Projeto de Lei complementar número 82 de 2006 preenche os requisitos formais e materiais de constitucionalidade não configurando vícios de iniciativa nos termos do artigo 61 da Carta Magna. Pela adequação do instrumento legal e pelo objetivo inovador que se propõe alcançar para todo o segmento cooperativista o projeto se mostra correto quanto à jurisdição, quanto a mérito julgamos oportuna a iniciativa pelas razões que passamos a expor: a Constituição de 1988 no artigo 146, 3º, Inciso C, prescreve que cabe a Lei Complementar o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas. O conceito proposto no PLC contribui essencialmente para o entendimento preciso da expressão ato cooperativo, dando a eficácia ao contido no artigo 174, § 2º da Constituição Federal que preconiza que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo, a lei 5764 de 16 de dezembro de 71 que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, teve o seu conteúdo inerente ao tratamento tributário recepcionado pela Constituição Federal, uma vez que a Lei Complementar de que trata o texto constitucional ainda não foi elaborada.

No que tange ao referido tratamento tributário, a interpretação do conceito do hábito cooperativo, tal qual se encontra na mencionada lei do cooperativismo é objeto de muita controvérsia, sobretudo na situação em que o associado se apresenta como cliente de serviços cooperativos no papel ambíguo de sócio e consumidor. Nesse sentido, o texto do projeto corrobora a interpretação consagrada pelo Superior Tribunal de Justiça que já apreciou a matéria, Sr. Presidente, segundo o qual, a qual apesar de a cooperativa realizar operação de compra e venda de mercadorias, qualquer incidência de tributo deve ser mitigada, haja vista que essa atividade é realizada somente entre a cooperativa e os associados, sem o intuito de lucro e está diretamente ligada ao objeto, ao objetivo social da cooperativa. Na ausência de Lei Complementar prevista a luz trazida pelo PLC ao reformular o conceito de ato cooperativo conduz ao adequado tratamento de que cuida a Constituição Federal levando em seu desdobramento, frente ao ordenamento tributário existente, a conclusão de que os atos praticados, tão só, com os associados não estão sujeitos a incidência de tributos. A implementação desse entendimento resultará indubitavelmente na realização do estímulo tributário,

hoje latente na Carta Magna para que dinamize o cooperativismo brasileiro e pela ampliação da escala de irredução nos custos de produção concomitantemente a promoção de geração de emprego de conseqüente inclusão social. Voto em conformidade com o exposto manifestando pela aprovação do Projeto de Lei de Câmara nº. 82 de 2006, Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu peço a palavra Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Senador Roriz, o Senador Leomar Quintanilha, ofereceu o relatório sobre uma parte importante da lei do cooperativismo e nós vamos votar favoravelmente, é claro, a esta definição do ato cooperativo mesmo porque ele é quem traduz esta, este benefício tributário às operações realizadas pelas cooperativas. No entanto eu quero fazer aqui uma consideração que considero importante. A lei do cooperativismo é de 1971, portanto, não precisa nem fazer nenhuma análise da lei para saber que ela está ultrapassada e precisa ser modernizada. Pois bem, em 1999 eu apresentei um Projeto de Lei com mais de 100 artigos, reformulando a lei do cooperativismo e colocando a lei do cooperativismo dentro dos tempos em que vivemos. Tudo mudou. Inclusive o cooperativismo nos países que criaram o espírito cooperativista e introduziram de forma pioneira cooperativismo, na França, por exemplo, na Inglaterra, a França que é um exemplo do cooperativismo, na Itália, todos esses países modernizaram suas leis para adequar essa atividade importante, que é o cooperativismo, a função do cooperativismo, aos tempos modernos.

No entanto, quando apresentei o Projeto de Lei, repito, em 99, também apresentou, logo depois do meu, o Senador Suplicy. Imediatamente após o Senador Suplicy o então Senador José Fogaça. Com os três projetos apresentados e tramitando conjuntamente, nós realizamos dezenas de audiências públicas, eu digo dezenas, porque foram sim, dezenas, muitas, na Comissão de Justiça, na Comissão de assuntos econômicos, na Comissão de assuntos sociais. Durante todos esses anos havia uma discussão antes com o Governo Fernando Henrique Cardoso e depois o com o Governo Lula, em relação a alguns pontos do modelo de cooperativismo que eu estava propondo. Alguns pontos discordantes entre minha proposta e a proposta do Senador Suplicy. Principalmente em relação ao ato cooperativo que nós estamos aqui hoje discutindo e em relação à questão da unicidade de representação. No meu projeto a minha proposta é de que haja um órgão representante das cooperativas brasileiras, como é hoje

a OCB. Já o quando Suplicy quer a pluralidade. Eu fiz um estudo deste assunto depois de tanta discussão aqui no Senado Federal o que fizeram os países que tem um cooperativismo avançado?

Aqueles que optaram pela proposta do Senador Suplicy tiveram que retroagir porque quando dividiram o poder de representação das cooperativas o cooperativismo foi enfraquecido naqueles países. Ele enfraqueceu e aí eles voltaram com a unicidade de representação. Agora, eu reapresentei o projeto com outro número já que aquele número foi um azar, não é? Ter esse projeto ter recebido o número 171. Então como, eu percebi que esse número tem uma relação muito ruim com o Código Penal, eu aproveitei a mudança de legislatura, deixei no arquivo aquele projeto e o mesmo projeto eu apresentei novamente que recebe o número 3 de 2007. Sr. Presidente, 99 para 2007 são 8 anos, daqui a pouco o meu projeto vai estar ultrapassado se a gente não votar. Eu disse que de 71 até 99 a lei defasou. De 99 a 2007 e V.Exa. que é agricultor e que acompanha as cooperativas sabe o quanto se modernizou a agricultura brasileira, e quanto as cooperativas também evoluíram, se modernizaram, agora 8 anos um projeto desses tramitando é demais.

O Presidente Lula, no final do ano passado, me chamou até o Palácio para me perguntar se eu fazia questão de manter a unicidade de representação, eu disse se é esse o problema que impede a votação vamos discutir. Eu aceito uma proposta que seja consensual e a proposta que a OCB apresentou e que é consensual é a seguinte: que ao invés de uma podemos admitir duas representações, uma das cooperativas consideradas já instaladas que são empresariais e outras de cooperativas de agricultores familiares, duas representações. O que me faz chamar atenção a esse assunto aqui é para dizer que se nós temos esse projeto aqui na Comissão de Agricultura, nós temos que votá-lo para que ele possa entrar em vigor, Presidente, e possa ajudar as cooperativas como nós vamos fazer votando esse projeto relatado pelo Senador Leomar, nós vamos ajudar as cooperativas, porque elas vão ter um espectro de atuação muito maior, porque o ato cooperativo deixa de ser considerada apenas aquele ato entre a cooperativa e o cooperado. Mas pode ser também aqueles não cooperados que usam os serviços da cooperativa e que, evidentemente, fazem com que as cooperativas tenham uma participação maior na atividade social e econômica dos municípios e das regiões. Eu peço, além de votarmos esse aqui que é importante, que possamos votar também os projetos que estão tramitando não sei se o Senador Suplicy voltou a apresentar o dele, eu reapresentei o meu, mas que possamos apreciar esses projetos que modernizam a

lei do cooperativismo. Com este mais aquele projeto que é de toda a lei do cooperativismo nós vamos colocar as cooperativas em situação de competir melhor no mercado nacional, no mercado internacional e poder oferecer mais serviços, mais importantes ainda do que oferecem hoje.

Eu me lembro que quando fui até o Presidente Lula, ele tinha cravado uma frase na imprensa dizendo: "eu gostaria que o Brasil se transformasse numa grande cooperativa". Então é a oportunidade de nós fazermos com que as cooperativas cresçam e possam ajudar os agricultores familiares, os médios agricultores, os grandes agricultores, enfim, aqueles que trabalham e produzem nesse país e que tenhamos dessa forma a consciência tranqüila de termos cumprido na nossa responsabilidade, porque 8 anos é muito tempo, vamos votar o projeto para que ele possa entrar em vigor ajudando as cooperativas, os agricultores, todos os treze Ramos de cooperativismo, não são só os agricultores, cooperativa médica de trabalho, enfim, de transportes, enfim, todas as cooperativas e dessa forma vamos ajudar o país também, Presidente, é o que eu tinha a dizer, o meu voto nesse relatório do Senador Leomar Quintanilha é evidente, é favorável cumprimentando o Senador Leomar Quintanilha pelo relatório que apresenta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu queria também manifestar a minha aprovação a esse, ao parecer do PLC, número 82, relatado aqui pelo Senador Quintanilha, porque ele vem realmente e era essa a idéia quando pedi a palavra junto com o Senador Osmar Dias, é clarear, tornar mais transparente a questão jurídica de relacionamento entre os cooperativados e a cooperativa, dar mais tranqüilidade e confiança aqueles que utilizam nossas cooperativas, garantir a elas condições de continuar fazendo o trabalho social que fazem e, principalmente, organizando a economia em muito dos municípios brasileiros. E eu queria justamente falar dessa unicidade de representação, já que pela primeira vez nós vimos a possibilidade de termos aí duas representações, a OCB e das cooperativas da agricultura familiar. Eu acredito que vai ser, Senador Osmar, a fórmula que temos para dividir as duas representações, porque são os objetivos, embora sejam cooperativas, mas há objetivos efetivos e imediatos diferenciados. Então eu acredito muito que isso poderá passar e será uma forma de fazer com que o seu projeto, se esse é o ponto, que a gente possa aprovar essa, que por tantos anos nós mantínhamos uma unicidade e quebrar, eu estou

hoje com um problema na garganta, quebrarmos essa unicidade de representação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu peço um aparte a V.Exa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Apenas para dizer que eu concordo com a manifestação que V.Exa. fez e para dizer que, muitas vezes se comete injustiças por não ter lido o projeto, por não conhecer a lei, tem gente que se coloca a criticar o projeto, tem gente que se coloca a fazer comentários, recentemente o Governador do Paraná fez uma crítica ao meu projeto dizendo que eu estava abrindo as cooperativas às empresas multinacionais, que um capítulo desse projeto disse que será permitido o aporte de capital. Ele não leu, eu não estou falando em participação acionária o que eu estou falando com aporte de capital é que pessoas físicas cooperadas ou não poderão participar de empreendimentos das cooperativas praticamente fazendo empréstimos às cooperativas, às cooperativas como qualquer outra empresa constituída no país poderá adquirir empréstimos na forma de aporte de capital para realizar, por exemplo, uma obra de abatedouro de frango, ou uma indústria de suco de laranja, enfim, um empreendimento específico da cooperativa, não significa que com esse aporte de capital, essa pessoa que fez o aporte de capital, vai fazer parte do, da sociedade, vai ter uma participação acionária. Infelizmente, o Governador do Paraná não se interessou em ler e deve ter ouvido apressadamente algum assessor para fazer média chutando no ouvido dele e como ele gosta de fazer crítica, principalmente a mim agora, ele fez essa crítica totalmente infundada. Então só para registrar que nós estamos propondo aporte de capital e não estamos abrindo coisa nenhuma mesmo porque a lei já é clara e não admite a participação de multinacionais no cooperativismo

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi boa a sua explicação, porque eu li também nos jornais a respeito disso e da discussão que estava acontecendo no Paraná a respeito do problema de aporte de capital estrangeiro nas cooperativas. Mas, Sr. Presidente, terminando a minha fala, era só dizer que o cooperativismo e aqui representado muito bem nesses anos todos pela OCB e o associativismo que o SEBRAE trabalha tanto em todos os Estados brasileiros, apoiando o associativismo como forma de fazer com que a sociedade tenha um resultado melhor no seu trabalho, fica aqui um apoio irrestrito a todo e qualquer projeto que venha melhorar, clarear e tipificar questões relativas ao associativismo e ao cooperativismo no país. Obrigado, Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Para discutir Presidente,

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão, com a palavra o Senador Sibá Machado

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente. Em primeiro lugar, que essa tem sido uma das organizações iniciadas lá pelo século XIX, que eu acho que cumpriu muito uma missão mundo afora, acredito que todas as sociedades em mais ou em menos desenvolvidas tem procurado esse tipo de organização para mitigar em alguns momentos o que a gente conceitua como desenvolvimento sustentável. Eu tenho acompanhado um pouco desse debate, Sr. Presidente, e não estou, digamos assim, ainda plenamente convencido do teor da matéria, mas eu quero aqui fazer apenas um ressalva. Eu estou num debate no Estado do Acre que eu compreendo da seguinte maneira a distribuição mais equitativa dos resultados benéficos do desenvolvimento econômico. Algumas empresas e até me ajudei a convencer alguns empresários aí no meu Estado no caso da cana-de-açúcar e a gente tem seguido o seguinte caminho, que parte do empreendimento, a maior parte dele, no caso até 70% do empreendimento, fique por conta do empresário que para lá se investiu em se instalar no nosso Estado, mas 30%, se reservado ao Estado, dividido da seguinte maneira, até 10% disso, até 20% ou até 25%, entre 20 e 25% na mão de empresários locais e o restante, entre 10, 5 e 10% na mão da cooperativa do que nós chamamos lá do capital comunitário. Isso se deu, porque a usina de cana chamada de ALCOBRA, na época falida desde 1988, não tinha a menor condição e nós não temos *know-how* nem tecnológico e talvez nem gerencial para um negócio daquele tamanho. Então, compreendemos dessa maneira e isso virou, então, uma regra do nosso Estado e as demais empresas têm seguido esse caminho a exemplo de uma outra que se instala para a construção, para fabrico de pisos de madeira para vender, já para, digamos assim, em último estágio, que o caso dos chineses comprem no máximo 90% de acabamento, 10% tem que ser na China e o Estados Unidos abriu um precedente que nós podemos vender a peça completa, 100% industrializada. Então nós fomos procurar um empresário do Estado do Paraná que está nos ajudando e a matriz continuou. Então, 70% é dele e os outros 30% ficou, 22% de empresários locais e 8% da cooperativa.

Então, nós estamos chamando isso do capital comunitário o que seria o PPP do Governo Federal nós estamos chamando lá de PPC, participação pública, privada e comunitária em investimentos do setor produtivo. Agora, é claro que o cooperativismo, nós

tivemos um debate aqui, trabalha em diversas áreas na área de produção, na área de serviços, prestação de serviços, cooperativa de trabalho, cooperativa de crédito e daí por diante. E a matéria trata de mais um aporte de facilitação de que as cooperativas possam, digamos assim, se inserir numa área que ainda a lei não a protege. Neste caso há concordância, mas eu tenho dúvida de qual o, digamos assim, o interesse contrário, Senador Quintanilha, que outras pessoas poderiam vir a se beneficiar da legislação aqui proposta. Então, fica aqui apenas uma preocupação de minha parte me abstendo da votação, porque eu ainda não tenho um convencimento total, mas fica aqui uma sugestão que eu faço, de que tudo que a gente puder avançar numa matriz como essa, a exemplo da lei do biodiesel, que já procura isentar de uma série de tributos as empresas que utilizam também assentados da reforma agrária na matriz da produção da oleaginosa e nós lá no Acre, que avançamos mais do que o fornecimento, mais de que uma integração da cooperativa de produtores como o setor empresarial indústria, mas também na propriedade da empresa como um todo, no mercado, na tecnologia nas rendas e nos bens, então, portanto, esta é uma das sugestões que eu gostaria, talvez de mais a frente poder conversar melhor sobre esta matéria. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão, está com a palavra a Senadora Kátia Abreu

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Em seguida o Senador Delcídio Amaral

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, esse projeto tem uma importância vital para o sistema cooperativo e os seus produtores rurais. Na realidade o relatório, o projeto, o relatório do Senador Leomar Quintanilha, vem consagrar o que o Supremo Tribunal de justiça já determinou em várias ocasiões que é a questão da diminuição dos impostos com relação ao ato cooperativo. Porque na realidade não há a questão do lucro nessa comercialização, entre o associado e a cooperativa, atendendo principalmente o objetivo social da cooperativa em si. Então, eu quero dizer que isso vai solucionar o problema de milhares de produtores rurais ligados às cooperativas e a cooperativa mais fortalecida no sentido de uma convivência melhor com seus associados. Então fica bastante claro que o ato cooperativo não objetiva lucro entre a comercialização do cooperado e cooperativa. Portanto, não pode haver incidência de tributação, especialmente PIS e COFINS. Parabéns o Senador Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão com a palavra o Senador Delcídio Amaral

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo e cumprimentar os senadores e senadoras aqui presentes, cumprimentar o Relator, nosso querido Senador Quintanilha e a despeito das argumentações que foram aqui apresentadas e pelo papel do cooperativismo, não só no país, mas pelo mundo e os avanços que conseguimos, especialmente e eu quero citar a região centro-oeste no que se refere às cooperativas, ao cooperativismo. Nós que sempre, também, defendemos o trabalho de muitas das cooperativas no Brasil, inclusive, constante de uma agência prioritária que foi estabelecida agora, recente, numa reunião aqui em Brasília, mas, Sr. Presidente, até em função caso ponderações do Senador Sibá e em função também de algumas ponderações que me foram feitas pela assessoria da liderança do governo, eu gostaria de pedir vistas e dentro do prazo regimental reapresentar esse projeto na Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Diante do requerimento do Senador Delcídio Amaral eu submeto à apreciação dos senhores Senadores e Senadoras presentes. Quem tiver em desacordo com a sua proposta de vistas permaneça como estão. Quem discordar se manifesta. Aprovado. Foi concedida a vista ao Senador Delcídio Amaral. Projeto de Lei do Senado de número 266 de 2003 de autoria do Senador Tasso Jereissati que altera a lei número 10420 de 10 de abril de 2002 para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratante do fundo garantia safra. O Relator é o Senador Heráclito Fortes. Entretanto, por motivo de viagem oficial não está presente. Desta forma, gostaria de designar Relator ad hoc, poderia ser... Eu pergunto à Senadora Kátia Abreu se ela aceita ser relatório ad hoc desse projeto em discussão?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Com certeza, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Então, dessa forma designo a relatora ad hoc a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): O PL, os PLs nº. 266 de 2003 de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati compõem-se de 4 artigos que abrigam o intuito de incluir os parceiros rurais outorgantes como beneficiários e os consórcios e condomínios como contratantes do fundo garantia safra, nos termos da lei número 10420 de 10 de abril de 2002. O primeiro artigo do PLS estabelece o rateio da contribuição para o fundo garantia safra entre o agricultor familiar

e o parceiro outorgante, o qual passa, nos termos do Artigo 2º, a fazer jus ao rateio do benefício na mesma proporção fixada no contrato formal de parceria para divisão dos resultados da atividade. o Artigo 3º, erroneamente enumerado como Artigo 2º, possibilita a adesão de condomínios e consórcio de agricultores familiares ao fundo de garantia safra. Assim, a vista do exposto manifestamos-nos pela aprovação do projeto de lei do Senado número 266 de 2003 na forma do substitutivo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão, passo a palavra à relatora Marisa Serrano

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, gostaria de pedir vista desse processo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Peço vistas conjuntamente, Sr. Presidente,

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pedido de vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pois não. Qualquer pedido de vista eu gostaria de submeter à decisão do Plenário, aqueles que tiverem de acordo com o pedido de vista, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade e com vistas coletivas à Senadora Marisa Serrano. O item 3 da pauta é o requerimento número 4 de 2007, CRA, de autoria do Senador Sibá Machado que requer a realização de Audiência Pública conjunta das comissões de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle, CMA e agricultura e reforma agrária, para tratar da importância dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol. Com a presença dos seguintes convidados: 1- Luiz Carlos Guedes Pinto, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2- Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário, 3- Márcio Santilli, Instituto Sócio Ambiental; 4- Roberto Rodrigues, Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana de Etanol; 5- Maurílio Biaggi Filho, Presidente do Grupo Moema; 6- Manoel dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG. Portanto, este requerimento está em discussão, mas com a palavra inicialmente ao autor do requerimento, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, a título de complementação das informações, uma preocupação que eu tenho muito grande, hoje, com todo o debate que se faz com relação a etanol, a vinda do Presidente norte-americano George Bush

reacende no Brasil um desejo muito grande de todas as pessoas que hoje atuam no setor agrícola brasileiro, não apenas no agronegócio, mas apenas aquela agricultura mais incipiente de subsistência vêm nisso como uma saída para suas vidas, ao mesmo tempo que me chamou atenção no Estado de São Paulo, região de Ribeirão Preto o avanço da Ana de açúcar sobre outras culturas como o caso a pecuária bovina que até no meu entendimento foi bem resolvida lá em Ribeirão Preto, porque o boi está sendo confinado. Mas o território destinado à laranja e a todas outras culturas, isso tem me preocupado, porque de uma hora para outra nós podemos ter, digamos assim, um desordenamento territorial da produção agrícola brasileira. Temo até o desabastecimento então que a gente possa trabalhar onde está maior, maior avanço tecnológico, eu vejo que em algumas áreas já se atingiu uma produtividade acima de 100 toneladas de cana por hectare, em outras áreas nós ainda não chegamos a 60. E isto leva as pessoas a querer horizontalizar apenas o plantio e tomar este cuidado a nessa direção, mas os outros também na questão do mercado, o Brasil pode ser chamado a qualquer hora a querer emprestar e eu não sei se será devolvido esse conhecimento, essa tecnologia.

Portanto, no meu entendimento nós teremos aqui as pessoas que poderão colocar os 3 pontos de vista básicos que nós deveremos tratar esta questão aqui com toda a respeitabilidade que ela merece. Os Ministros de Estados Luiz Carlos Guedes e Guilherme Cassel que podem colocar como estão vendo no Brasil, o avanço da cultura e as perspectivas que nós temos como reserva estratégica do país na área do biocombustível. O doutor Márcio Santilli, as preocupações mais do ponto de vista ambiental. O Maurílio Biaggi como um dos empresários que eu tenho o maior respeito, aliás, tem nos ajudado muito com a sua consultoria a levar cana-de-açúcar para o Estado do Acre. O doutor Roberto Rodrigues foi Ministro da agricultura e que hoje responde num dos mais importantes fóruns internacionais sobre esta matéria e também o senhor Manoel José dos Santos que é o Presidente da confederação que vai travar sobre a vontade que a pequena agricultura brasileira gostaria de participar desse grande empreendimento. Portanto acredito que nós poderíamos avançar muito no Senado Federal a tirar idéias cada vez mais, digamos assim, complementares a este grande investimento que o Brasil vai ser com certeza um dos ícones. Então, eu pediria o acatamento do requerimento, Sr. Presidente, e vou encerrar dizendo que ontem ao indagar os ministros que compareceram ao Plenário do Senado no ambiente das comissões de assuntos econômicos e infra-estrutura e fiz uma pergunta que não me veio resposta a contento

que é: Por que é que no PAC não se contempla que os 27 Estados do Brasil gerem energia sobre qualquer fonte, a fonte disponível, a fonte possível? Todos nós queremos ser geradores de energia. Como estou na Amazônia há tantos anos acompanho o debate da hidrelétrica de Belo Monte, Tucuruí, acompanho o debate de Rondônia lá de Giral e Santo Antônio, acompanho o debate dos gasodutos para Manaus e para Porto Velho, mas vejo o que Amapá, vejo que Roraima, vejo que o Estado do Acre, vejo que vários outros estados brasileiros estão colocados na matriz de energia como apenas consumidores e isto, Sr. Presidente, me chamou a atenção e me preocupa. Eu não gostaria de ver nenhum Estado dependendo de nenhum outro sobre uma matéria como esta.

E outra é, porque é que o PAC também não avança numa tecnologia, em recursos para pesquisas na área de tecnologia por que, assim como é muito bom ver o Brasil liderando um ambiente como esse, vendo americanos, japoneses e alemães vindo até aqui perguntar como se faz a agricultura no Brasil e como se faz álcool de cana-de-açúcar, seria muito importante também espalhar Brasil afora para que todos nós, em todos os Estados nós também sejamos líderes desse processo num ambiente que eu não discuto aqui a proporcionalidade do seu tamanho. Portanto eu pediria a atenção da Comissão de Agricultura e reforma agrária que possamos fazer esta audiência conjuntamente com a Comissão de meio ambiente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá, me concede um aparte?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Com o maior prazer, Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. aborda um tema que eu acho do maior relevo, da maior importância. O Brasil como um todo tem uma vocação agro pastoril natural, pelas suas condições [inaudível] climáticas favoráveis e pela exuberância das suas terras férteis e é incrível nós verificarmos, como V.Exa. falou, que vários Estados não tem ainda incrementado um sistema produtivo aproveitando o potencial econômico que tem. Nós descerríamos mais as outras unidades federadas, aos municípios. A grande maioria dos municípios brasileiros vive em função do fundo de participação. Numa mendicância, porque o fundo de participação está se reduzindo cada vez mais, numa mendicância total. Então, eu entendo que V.Exa. tem total razão, o PAC deveria contemplar esses arranjos produtivos locais e estimular a produção, principalmente agora com essa possibilidade de, da energia renovável via biomassa, esses projetos de biodiesel que podem oferecer a oportunidade ao pequeno de produzir. Então eu acho que V.Exa., a sua intervenção

é brilhante, tem toda a razão. Seria importante que o PAC contemplasse os municípios brasileiros com a produção de energia renovável, limpa que não só o país precisa, mas o mundo inteiro hoje está demandando. E isso ofereceria uma outra alternativa de renda e de Receita para os pequenos produtores brasileiros. Era essa consideração que eu gostaria de fazer em razão das colocações que V.Exa. fez.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Com a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Está com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu queria cumprimentar o Senador Sibá Machado e dizer que acredito muito que vai ser uma boa, boas discussões nós vamos ter nessa Audiência Pública, mas gostaria de sugerir ao autor desse requerimento a inclusão da C N A, da confederação nacional da agricultura, porque nós teríamos aí uma abrangência maior dos temas a serem tratados, já que em ficha, na C N A, questões ligadas a essa área também em todo o país e se V.Exa. aceitar a minha inclusão, eu gostaria que a gente colocasse a C N A e se fosse aprovado pelos nossos pares após a gente enviaria também um nome da pessoa que poderia participar dessa discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ

(PMDB-DF): Está incluído a solicitação da Senadora no seu requerimento, mas eu submeto a apreciação dos demais o adendo da proposta da Senadora Marisa Serrano. Se o autor estiver de acordo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Plenamente de acordo, Sr. Presidente. Eu acho que pela riqueza da participação seria importante vir o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura que vai engrandecer muito o nosso ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ

(PMDB-DF): Aprovada a solicitação da Senadora Marisa Serrano está e continua em discussão a matéria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ

(PMDB-DF): Com a palavra pela ordem, eu confesso que pedi em primeiro lugar aqui o nosso vice-presidente, o Senador Expedito Júnior aqui.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É só uma sugestão, é só uma sugestão que de repente, até pela nossa ignorância que nós viemos da Câmara dos Deputados e lá era com, não ia Ministro com tanta frequência. E já existem aqui dois requerimentos aprova-

dos aqui que é a vinda do Ministro da agricultura e a vinda, também, do Ministro do desenvolvimento agrário. O Ministro da agricultura até foi uma solicitação do Senador Osmar Dias e a nosso pedido aqui, o nosso requerimento foi aprovado a vinda do Ministro de desenvolvimento agrário. Eu não sei se tem condições da gente adequar e fazer tudo junto, eu sei que os assuntos são diferentes, mas deveríamos aproveitar aí a vinda dos ministros. É só a questão de título de colaboração, eu não sei qual é a regra aqui nas comissões do Senado, mas fica aqui a nossa sugestão e Senador Sibá já tem o nosso voto, o nosso apoio no sentido de realizarmos aqui essa audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ

(PMDB-DF): Continua em discussão, pela ordem eu passo a palavra ao Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu faria também a mesma sugestão que a Senadora Marisa Serrano fez como já aprovado, então é dispensável, mas eu não concordo que realizemos a audiência, a mesma audiência para tratar dos dois assuntos, porque o assunto que me levou a apresentar o requerimento tem importância, tanto quanto este, são dois assuntos extremamente importantes e seria prejudicial a um ou a outro se nós incluíssemos na mesma audiência pública os dois assuntos já que eu estou querendo discutir a questão da sanidade que foi um problema que afetou de forma drástica o Mato Grosso do Sul, o Paraná e trouxe consequências a todo o Brasil, porque o país está quase que inviabilizado em alguns exportadores de carne e nós precisamos reconquistar o mercado e é preciso saber, portanto, o que o governo vai fazer? O Paraná, por exemplo, se nós recuperarmos o mercado pela questão técnica do prazo que se admite que ao Estado voltar a ser considerado livre, nós não vamos ter como exportar, porque não está sendo feita a rastreabilidade no rebanho paranaense, então me parece que não está sendo cumprido o mínimo necessário, desejável para que o Brasil possa conquistar mercados e possa, dessa forma, aumentar a participação do setor agropecuário na balança comercial brasileira. Infelizmente eu tenho que reconhecer que não está sendo cumprido nem o mínimo necessário.

Então, é necessário, sim, a audiência pública separado. De outro lado eu li o requerimento e aqui só está a discussão da exportação de produção e exportação de álcool e etanol. Talvez como está constituído uma outra, ou uma subcomissão permanente, mas em algum momento eu acho que a própria Comissão de Agricultura deveria trazer para dentro do Plenário dessa Comissão e não na subcomissão, a Constituição também do programa de biodiesel. Porque os dados estão revelando uma preocupação de alguns

setores, veja, no ano passado o Brasil produziu perto de 570 milhões de litros de biodiesel com 18 usinas instaladas. Tem mais projetos e usinas autorizadas ou em construção, nós vamos chegar a 94. Para chegar, para produzir 800 milhões de litros, que é o necessário para o B2, ou seja, 2% do biodiesel misturado, na mistura apenas 2%, que é o primeiro passo do programa, 800 milhões de litros. Então se nós com 18 usinas estamos produzindo 600 milhões de litros, com 94 vai ter uma oferta muito superior àquilo que o governo está propondo, o B2 e até a proposta do Presidente Lula, de antecipar de 2013 para 2010 o B5, que é 5% de mistura, fica muito aquém daquilo o que Brasil vai produzir já nesse primeiro, vamos dizer assim, nessa primeira etapa do programa de biodiesel. Então, acredito que o Congresso poderia contribuir discutindo e essa Comissão especialmente contribui muito para que o governo possa aperfeiçoar o programa de biodiesel que é importantíssimo para a agricultura familiar, para o país, sob o ponto de vista econômico, social, ambiental e, sobretudo, porque nós temos mercados que estão hoje ávidos pelo biodiesel, como o mercado europeu. No entanto nós precisamos discutir também a qualidade do biodiesel que nós estamos produzindo, com a atual qualidade nós não vamos conquistar esses mercados que são muito exigentes, nós vamos perder essa primeira corrida e é importante ganhar essa primeira corrida para conquistar esses mercados e oferecer uma nova alternativa de produção, de mercado para os nossos produtores, em especial os agricultores familiares. Então, eu recomendo ao Presidente que em determinado momento a gente possa realizar também um debate sobre o biodiesel para que a gente complete essa questão do biocombustível, o etanol, mais o biodiesel

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Senador Osmar Dias, eu vejo V.Exa. trazendo uma informação importante, mesmo porque criou-se uma subcomissão exatamente para o biodiesel, não é? Praticamente para esta, para discutir essas questões. Eu sugiro, sugiro aí ao autor do requerimento se podemos deixar para rediscutir essa matéria após a instalação da subcomissão? Porque eu não saberia dizer aqui, porque me parece que as duas opiniões são divergentes, a sua com o Senador Osmar Dias.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Acho que complementares, Presidente, porque o requerimento peca realmente em tratar exclusivamente do etanol, enquanto que o biodiesel também, aliás, está com, digamos, um nível de animação senão igual, mas muito próximo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu faço uma proposta: Que incluamos na discussão o biodiesel. No mesmo requerimento, no mesmo dia para não --

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): OK se todos estiverem de acordo fica incluído então no mesmo dia a discussão do biodiesel. Continua em discussão quem pede a palavra nesse instante é o Senador Cícero Lucena

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente após a intervenção dos nobres Senadores, nós temos o seguinte comentário, a importância da vinda de um Ministro a esta Casa para uma Audiência Pública é fundamental para os esclarecimentos que nós precisamos, na forma de debate, para termos o nosso posicionamento. Ontem nós tivemos uma experiência que eu acho que muitos aprenderam com a experiência de ontem. Por mais ilustre que tenha sido a presença de 3 ministros para se discutir um assunto de fundamental relevância que é o PAC, numa audiência conjunta da Comissão de assuntos econômicos com a Comissão de infra-estrutura, o que nós vimos, na verdade, foi a falta de oportunidade para os devidos esclarecimentos. Nem mesmo os Senadores e aqui não é nenhuma crítica aos Ministros que porventura não conseguiram responder aquilo que foi colocado, aquilo que foi indagado, os questionamentos que foram verificados e nós não podemos dizer que foi uma reunião que deu grandes contribuições para os esclarecimentos. Por falta de tempo e da metodologia do debate. Então, aquilo que foi levantado pelo Senador Osmar Dias, eu concordo plenamente. Eu acho que nós temos um assunto que é o biodiesel, que aqui foi colocado e agora devidamente corrigido, que o meu posicionamento é que seja discutido na subcomissão que aqui foi criada, embora, concomitantemente, como proposta do senhor na própria reunião da agricultura, mas existem muitos pontos que precisam ser esclarecidos.

A preocupação se vai ocupar a área que hoje produz alimentos, a preocupação se nós estamos com a qualidade do produto, a preocupação se aquilo que nós estamos concluindo e essa euforia internacional ela é verdadeira ou não, porque eu não sei se eu estou fazendo uma leitura errada, mas se o etanol é tão importante para os Estados Unidos, porque não houve a mínima sinalização do governo americano na preocupação da sobre taxa que hoje são cobrados dos produtos brasileiros? Então é um assunto que merece a preocupação de todos nós, merece o aprofundamento desde a questão da produção, da questão da qualidade, de que mercados nós temos efetivamente para conquistar e conseqüentemente aprofundar essa discussão. Então eu acho que essa discussão na subcomissão do biodiesel é fundamental que ela seja específica.

Da mesma forma tem o requerimento da discussão do Senador Osmar Dias com a presença do Ministro da Agricultura para discutir a questão sanitária e outros temas que são importantes e me chega também aqui à mão, não sei se já foi apresentado, se já foi aprovado ou não, o requerimento da Senadora Kátia Abreu onde faz um convite, também, ao Ministro da Agricultura entre outros, outras autoridades para nós discutirmos os índices indicadores da produtividade que é outro tema muito relevante que, sem dúvida, merece a atenção dessa Comissão e merece uma discussão específica sobre isso para que não haja sobreposição de assuntos que eventualmente conduzem uma reunião. Eu acho que todos os três assuntos são fundamentais e necessários às devidas audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, nós colocamos em votação o requerimento. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. Não havendo ninguém discordante, declaramos aprovado o requerimento. Será cumprida a deliberação dessa Comissão. Agora temos a extra pauta, requerimento número 5 de 2007, CRA que requer, que requer nos termos do inciso I do artigo 93 do requerimento interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública para instruir o PLS 2002/2005 que altera a lei nº. 8629 de 25 de fevereiro de 1993 para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Francisco Graciano Neto, Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Antônio Ernesto [inaudível] de Saulo, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA e Eliseu Roberto de Andrade Alves, ex-Presidente da EMBRAPA --

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem e com a palavra a autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente eu gostaria de pedir a retirada de pauta da votação desse requerimento, ele foi muito em função do Projeto de Lei da Senadora Lúcia Vânia que eu estou relatando e os dados que compõem para formatação do relatório já estão preparados e essa, e esse tema, com relação aos índices de produtividade, é um tema bastante importante, não é a retirada não significa a diminuição da importância desse assunto, mas eu gostaria de propor posteriormente um seminário mais amplo, com o maior número de pessoas pela Comissão

de Agricultura, então eu gostaria que V.Exa. retirasse para que a gente pudesse novamente aprovar, então, uma Audiência Pública tipo seminário num futuro bem próximo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Senadora Kátia Abreu. Essa Mesa entende que poderia deliberar sobre a matéria sobre a solicitação de V.Exa. de retirar a matéria, porque V.Exa. é autora, mas pelo processo democrático que nós usamos aqui a presidir a Comissão, eu submeto a apreciação dos demais senadores se estão de acordo com a retirada do requerimento? Não havendo nenhum que se manifeste ao contrário está aprovada a matéria de V.Exa., está retirado o requerimento. Não havendo mais matéria a deliberar eu quero só comunicar que eu tinha dois requerimentos para dar entrada, mas como eles são mais ligados ao biodiesel eu só, eu comunico que os dois serão naturalmente, darão entrada após a instalação da subcomissão de biodiesel. Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h20

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência informa que há acordo de Liderança para votar a matéria imediatamente.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 2007, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática-CCT.

Ao Projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, para proferir parecer sobre o Projeto, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 11, DE 2007–PLEN

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para proferir parecer.) – Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente, acatando as duas emendas. Portanto, não há muita discussão, porque houve consenso desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Relator tem o parecer favorável e acata as duas emendas.

Em discussão, em turno único.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ponderar em relação a esta Resolução, até para uma reflexão da Casa sobre esse fato.

Apesar de haver o acordo de Lideranças, quero dizer que isso, pela minha ótica e pela ótica de muitas pessoas, não é interessante para o Brasil.

Fizemos um debate muito grande no ano passado no Senado, na Subcomissão de Ciência e Tecnologia que havia dentro da Comissão de Educação, e, nesses debates todos, sempre a ênfase que era dada para a ciência e tecnologia era no sentido da sua relação, da interface com a educação.

Esse debate aconteceu com a robótica, com a nanotecnologia, com a questão da TV Digital, com a questão da informática. Todos os cientistas, todas as pessoas das universidades que vieram, dos meios de comunicação, fossem pessoas de que área fossem, todas elas insistiam que ciência e tecnologia, inclusive o pessoal da Unesco. Fizemos um evento especial pela questão da ciência para a construção da paz no mundo. Todas as pessoas, profissionais, professores, cientistas que vinham a este Senado Federal diziam da necessidade de ciência ser consequência, ser desdobramento de um processo educacional.

Uma boa educação. Educação de qualidade, educação voltada para reflexão, para discussão, para a construção de um espírito crítico, isso tudo levando para a ciência e a tecnologia. O meu grande receio e de muitas pessoas pelo Brasil é no sentido de se dividir, de se dividir e de se esvaziar e, ao mesmo tempo, de ter atividades.

O meu grande receio e de muitas pessoas pelo Brasil é no sentido de se dividir, de se esvaziar e, ao mesmo tempo, tecer atividades diferentes, com objetivos diferentes, não atendendo às necessidades do País.

Então, nesse sentido, lamentamos que esta decisão, tendo o consenso dos líderes, não tenha sido mais debatida, mais discutida na Comissão de Educação, onde, por anos a fio, tivemos uma Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, procurando fazer o seu trabalho com conhecimento acumulado, com dificuldades, inclusive, de reunir Senadores, por terem dificuldades naturais de participar de tantas comissões. E ainda se cria mais uma comissão.

Estou com documentos em mão da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual se manifestan-

do contra; Associação Nacional de Biossegurança se manifestando contra; SBPC, Prof. Dr. Ênio Candotti se manifestando contra, todas as pessoas, todos os cientistas. Isso está sendo feito ao arrepio do que se discutiu aqui no Senado e ao arrepio daquilo que a sociedade pensa.

O que mais devemos buscar na nossa atividade parlamentar é uma sintonia, uma simbiose, um entendimento, um diálogo com a sociedade que atua nesta área, para ver o que pode ser feito, como pode ser feito e qual a melhor forma.

Nesse sentido, quero deixar claro para a sociedade e para os meios de comunicação que também estão se manifestando contra essa iniciativa que ela foi tomada num processo de negociação e de entendimento de divisão de cargos, de comissões, de presidências e de relatorias, no início desta legislatura, mas não está de acordo com o amplo debate que vem acontecendo na interface com a educação, com a cultura. Dentro de uma comissão do trabalho já está bem consolidada, mas também não está levando em conta a opinião de inúmeros setores da sociedade que querem ver, com toda justiça, esta área avançar, porque o Brasil será melhor no momento em que não for dependente de outros Países na área do conhecimento, da Ciência e Tecnologia.

O meu posicionamento, inclusive como Presidente até o mês de janeiro da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Educação, é contrário como também é contrário o posicionamento de tantas entidades. Lamento que essa iniciativa esteja sendo tomada sem que tenha sido levado em conta o envolvimento dos Senadores e da sociedade de maneira geral.

Por essas razões, Sr. Presidente, manifesto-me contrário à aprovação desta resolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, por coincidência, estou aqui falando da bancada de V. Ex^a, mas vou falar também contra à criação dessa comissão, porque ela, ao ser criada, enfraquece, e muito, a Comissão de Educação.

Presidi a Comissão de Educação por dois anos e, nesse tempo, realizaram-se 52 reuniões por ano e mais de mil matérias foram aprovadas.

Ao juntar o debate sobre educação, ciência e tecnologia, proporcionou-se a oportunidade de realizarmos audiências públicas com a participação de

segmentos importantíssimos representando o pensamento científico do País.

Quando, na ocasião em que os líderes se reuniram, se decidiu pelo desmembramento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, que fazia parte da Comissão de Educação, fiquei preocupado, Sr. Presidente, não só porque coube ao PDT, meu Partido, a indicação do presidente da Comissão de Educação, que começa enfraquecida nesta legislatura. E fico preocupado ainda em relação à comissão que irá debater a reforma universitária: será a Comissão de Educação ou será a Comissão de Ciência e Tecnologia?

O Senador Cristovam Buarque, que é reconhecidamente uma autoridade em educação, respeitada no Brasil inteiro, poderá dar uma contribuição muito grande como Presidente da Comissão de Educação no debate dessa questão que levantei, da reforma universitária. Preocupa-me se ela não será deslocada para a comissão nova, de Ciência e Tecnologia. A meu ver, trata-se de matéria que pertence às prerrogativas da Comissão de Educação, e nós vamos defender a adoção disso.

Ouvi o pronunciamento do Senador Flávio Arns, do Paraná, que é também um representante da área de educação, não apenas da área de educação especial, mas de todas as categorias, e gostaria de acompanhar o voto de S. Ex^a, contra a criação dessa nova comissão. Se nós continuarmos criando comissões para acomodarmos os partidos na distribuição de suas presidências, daqui a pouco, iremos esvaziar essas comissões.

Algumas comissões criadas na legislatura passada jamais conseguiram **quorum** para deliberar. E temo que essa divisão traga dificuldades, principalmente para a Comissão de Educação, que contava atuar em conjunto com a Comissão de Comunicação a fim de que houvesse **quorum**.

Sr. Presidente, o enfraquecimento da Comissão de Educação não é um bom caminho que o Senado Federal está adotando. Acredito que poderíamos ter resolvido os problemas de participação dos partidos nas comissões sem violentarmos essa área tão importante, tão delicada e sensível como é a da Educação, Ciência e Tecnologia. Nós já tínhamos uma Subcomissão de Ciência e Tecnologia em funcionamento na Comissão de Educação. Nós vamos fragilizar a Comissão de Educação, e, com isso, Sr. Presidente, entendo que não estaremos dando a nossa contribuição como deveríamos ao atendimento das necessidades desse setor tão importante na vida de todo cidadão brasileiro. Por isso, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. PT – AC) – Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação a matéria, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com os votos contrários dos Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque, Almeida Lima, Tasso Jereissati, Marisa Serrano, Marconi Perillo, Osmar Dias, Garibaldi Alves Filho, João Durval e Patrícia Saboya.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. PT – AC) – Para pedir verificação, V. Ex^a precisa do apoio de três Srs. Senadores.

Apoiaram os nobres Senadores Almeida Lima, Flávio Arns, Marconi Perillo e Cristovam Buarque.

Feita a solicitação de verificação de **quorum**, a matéria será submetida à votação nominal.

Solicito as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que venham ao plenário votar a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

Solicito aos Srs. Líderes que orientem suas Bancadas, lembrando que a matéria é fruto de um acordo de lideranças.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero primeiramente recordar que essa matéria foi acordada em uma reunião dos líderes com o Presidente Renan Calheiros. Ressalto, portanto, o conteúdo político da matéria que estamos votando.

Em segundo lugar, o contexto dessa nova comissão é importante porque a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação acaba tendo muitas matérias. Muitos daqui vieram da Câmara, onde há uma Comissão de Educação, que é importante, e onde há a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, que também é importante. Não precisamos repetir pelo fato de, na Câmara, haverem muitas comissões; devemos manter um número menor de comissões aqui no Senado. Mas acho que é prestigiar o setor de ciência, tecnologia e comunicação a criação de uma comissão específica para essa área. Isso não tira o peso político e a importância da área de educação, que continuará tendo uma comissão com todo o interesse. Inclusive, sou membro efetivo da Comissão de Educação; pedi para integrá-la.

Esse foi um acordo político, e não há prejuízo na retirada dos temas ciência, tecnologia e comunicação

da Comissão, que vai poder se especializar muito em temas relacionados diretamente à educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos diante de uma votação em plenário na qual a lógica é que o desmembramento não seria o melhor caminho. Até concordo, meu Líder José Agripino. Mas esse princípio também não valeu para outras comissões que, pelo crescimento da Nação ou por outros fatores, foram também desmembradas.

Mas a questão não é essa, Sr. Presidente.

O desmembramento dessa Comissão se deu, meu caro Líder Romero Jucá, numa reunião de Lideranças, acordado pelos Líderes partidários; chegou ao plenário após uma decisão.

Temo, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, que esta votação aqui seja uma desautorização aos Líderes dos partidos e não acho um bom começo, até porque se chegou a essa decisão para acomodar situações partidárias de alguns partidos que, nesta Casa, desejavam outras posições para o equilíbrio representativo.

O momento de discutir-se a validade ou não, no meu modo de ver, Líder José Agripino, foi lá. Trazer para aqui esta discussão e derrotar a proposta de criação da Comissão é uma atitude dos liderados contra os seus líderes.

Peço a todos a reflexão no sentido de que possamos dar aqui um voto que seja harmonizador e, acima de tudo, não fira um princípio básico do Eclesiastes, que diz que o homem é dono da palavra guardada, mas é escravo da palavra empenhada.

Vejo aqui, na periferia, a movimentação de alguns funcionários comandando esse processo. É legítimo o descontentamento, mas acho que os Senadores têm primazia sobre as decisões.

A interferência indevida, por mais digno que seja o funcionário da Casa, é inaceitável. Não podemos mais conviver com esse tipo de coisa. Os interesses contrariados do corpo de funcionários, por qualquer motivo que seja, não podem superar as decisões dos Senadores da República, que aqui chegam trazidos pelo voto popular.

Dito isso, Sr. Presidente, peço a reflexão dos companheiros sobre decisão tomada pelo Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Heráclito Fortes, a Mesa entende que a orientação de liderança que V. Ex^a emite é favorável à matéria como foi o acordo dos Líderes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente que sim, Sr. Presidente. Estou apenas alertando, para que alguns companheiros que pegaram o fato no plenário e estão sendo acionados e incitados por alguns travesseiros de orelha não interfiram nessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Valdir Raupp tem a palavra. A seguir, Senador José Agripino.

A Mesa lembra ao Plenário que a discussão está encerrada e pede objetividade dos Srs. Líderes para o bom entendimento e o bom resultado do encaminhamento da matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que o desmembramento da Ciência e Tecnologia e da Comunicação da área da Educação foi fruto de um acordo.

Concordo plenamente com o Senador Renato Casagrande quando diz que isso não vai diminuir a Comissão de Educação. A educação é tão ampla neste País que teria matéria suficiente para ser discutida todas as semanas. A área de ciência, tecnologia e comunicação, em qualquer País do mundo, é tratada como uma das mais importantes pelo Parlamento.

Eu vejo que esta Comissão poderá se reunir, sim, semanalmente, para tratar da ciência, tecnologia e comunicação, principalmente com o crescimento e a ampla expansão da TV digital e de tantos outros projetos na área de ciência e tecnologia.

Então, eu gostaria de contar com a compreensão das bancadas. Eu vejo aqui Presidentes de Partidos votando de forma contrária ao acordo estabelecido pelas Lideranças aqui do Senado.

Peço a compreensão das bancadas e, em especial, da minha bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC)

– A Liderança do PMDB recomenda o voto “sim”.

Com a palavra o Senador José Agripino e, em seguida, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero lembrar aos meus companheiros de bancada que foi acordado em reunião de Líderes a divisão da Comissão de Educação em duas. Remanesce a de Educação e cria-se uma outra que tratará, de forma mais abrangente e focada, a questão da ciência e tecnologia, que era tratada, evidentemente, na Comissão de Educação.

É claro que essa matéria suscita dúvida e polêmica, mas quero apenas lembrar aos companheiros que foi uma decisão de colegiado, tomada logo após a eleição do Presidente, decisão essa que contou com

o “de acordo” do PFL, que recomenda para a matéria o voto “sim”.

Lembro apenas que essa é uma questão política, e não se trata de questão fechada. Mas eu votarei “sim” e recomendo à minha bancada o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PFL recomenda o voto “sim”.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB. Em seguida, o Senador Marcelo Crivella, pelo PRB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro faço um breve histórico do que se passou naquela reunião, que não foi a mais agradável da minha vida.

Aquele clima não é o meu e não me agrada. Todos falavam ao mesmo tempo e houve aquela disputa de cargos. Não é o meu clima. Mas muito bem, foi feito um acordo. Eu estava presente e o meu Partido aceitou o acordo, que ocorreu para dar a Comissão de Educação a essa figura notável no ramo, o Senador Cristovam Buarque. Então, houve o desmembramento, quando coube ao PMDB indicar o novo Presidente da nova Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia.

Portanto, compreendo que no meu Partido até surjam alguns votos em contrário, mas eu voto “sim” e o recomendo precisamente porque, agradando-me ou não o acordo que fiz, sou obrigado a cumprir os acordos que faço. Esse é o norte da minha vida, Sr. Presidente. Então, voto “sim” e recomendo o voto “sim”, entendendo que no meu Partido algumas vozes em contrário surjam.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, recomenda o voto “sim”.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, pelo PRB, e a seguir o Senador Osmar Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar o voto favorável à criação dessa nova Comissão e dizer que a Comissão de Educação merecia tratar desse assunto com exclusividade. A partir de agora, a Comissão de Educação, que tem o tema mais importante para o futuro do nosso País, tratará desse tema com exclusividade e prioridade.

Quantas vezes, Sr. Presidente, como membro efetivo da Comissão de Educação, deixamos de discutir propostas importantes e fazer audiências públicas relevantes porque tínhamos de votar, por exemplo, autorização de renovação de concessão pública de rádios, que são importantes, mas tomavam espaço no debate fundamental, prioritário da Comissão, que é sobre educação.

Portanto, Sr. Presidente, o voto do PRB é favorável à nova criação. A Comissão de Educação agora tratará dos temas relativos à educação deste País, com prioridade e exclusividade, enquanto que a Comissão de Ciência e Tecnologia se ocupará de outra área também muito importante, embora não tanto quanto a educação, e tratará da renovação de milhares de concessões no Brasil, no cotidiano de nossas atividades.

Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PRB recomenda o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias. A seguir falarão os Senadores Sérgio Zambiasi e Francisco Dornelles.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sou mais Líder do PDT, mas Vice-Líder do Partido. Estando ausente o Líder do Partido, vou manifestar-me. Tenho minha posição adotada na tribuna desta Casa e não vou mudar de opinião. Libero a Bancada do PDT para votar como desejar. O meu voto, porém, é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PDT libera a Bancada para votar, mas o Senador Osmar Dias declarou voto “não”.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, com a autorização do Líder Epitácio Cafeteira, ressalto que participei de todo o processo de negociação e também testemunhei o acordo dos Líderes. Por essa razão, recomendamos à Bancada do PTB que vote “sim”, pelo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PTB recomenda o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, pelo PP.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, participei das negociações e penso que acordo político tem que ser cumprido. O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PP mantém o voto “sim”.

Concedo a palavra Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar de este assunto não ser diretamente de interesse da Liderança do Governo, faço dois registros. Em primeiro lugar, foi feito um acordo no sentido de ampliar exatamente o raio de ação das comissões, o que já se fez quando se criaram a Comissão de Agricultura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turis-

mo. Em segundo lugar, a questão da comunicação e da ciência e tecnologia é um assunto muito sério e que precisa ser discutido, assim como as questões de educação. Portanto, ao abrir-se o leque, não se está, de forma alguma, prejudicando o debate de qualquer setor. Ao contrário, está-se dando mais visibilidade, mais transparência, mais espaço para que audiências públicas, comissões ou subcomissões temáticas possam ser criadas e efetivamente se discuta uma questão fundamental para o futuro do País, que é a tecnologia brasileira.

Então, sem dúvida alguma, a Liderança do Governo recomenda o voto “sim”, pelo cumprimento do acordo e pelo mérito de se criar uma Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações funcionando nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência, mais uma vez, faz um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que venham ao plenário, pois estamos em votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que ninguém está negando o mérito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que, na verdade, tem conteúdos a serem debatidos – e muitos. O que estamos discutindo é que, de fato, há o acordo entre os Líderes para criação dessa Comissão. Porém, nessa divisão da Educação, da Cultura, nessa segmentação com a Ciência e a Tecnologia, o mérito dessa matéria é que está sendo questionado por todos os cientistas, pesquisadores e educadores com os quais entramos em contato e com os próprios Senadores. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é contra; o Conselho Nacional de Biossegurança é contra; o setor de Propriedade Intelectual é contra. Todos enfatizando a importância de que a área de ciência e tecnologia em nosso País, conhecimento e informação, é um desdobramento inclusive de um processo educacional bem conduzido. As instituições de ensino superior, as universidades, que produzem quase toda a pesquisa em nosso País são instituições educacionais.

Então, a grande discussão que se faz é no sentido de dizer que essa divisão não atende os interesses do País; ela pode atender o interesse de divisões que tinham de ser feitas. No entanto, do ponto de vista da ciência e da tecnologia, do domínio da informação, para não ficarmos subservientes a outros países, dependentes de outros países, esse debate precisaria ser muito mais aprofundado para que os Senadores

participassem de uma discussão que levasse em conta essas necessidades principais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Se todos, Sr^{as} e Srs. Senadores, já votaram, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 48 Srs. Senadores; NÃO, 6.

Houve uma abstenção.

Total: 55 votos.

Foi aprovada a matéria e criada a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Em votação as emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 2, de 2007, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 12, DE 2007-CDIR

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Está criada a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, que foi desmembrada da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes

OFÍCIOS NºS , DE 2007

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria apenas para chamar atenção dos fotógrafos para registrar esse momento histórico em que o Senador Romero Jucá preside esta Casa. Cansado de mandar como Líder do Governo e dentro dessa linhagem absolutista do poder, não conformado, S. Ex^a assume o poder da Casa. Quero fazer esse registro pela importância do ato.

Senador Romero Jucá, desejo a V. Ex^a uma profícua administração à frente da Mesa desta Casa na tarde de hoje. Parabéns a V. Ex^a e ao povo de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes. Como diz o ditado, “vou bater o escanteio e correr para cabecear”.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Com a palavra, pela ordem, Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o meu voto “sim” na votação nominal anterior, visto que nosso registro não apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – A Ata registrará a posição de V. Ex^a.

Conforme aconteceu no dia de ontem, a Presidência submete ao Plenário, por aclamação, o nome dos Srs. Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, recém aprovada. (Pausa.)

Não havendo contestação dos Srs. Líderes, coloco em votação.

Em votação a indicação mencionada. (Pausa.)

Aprovada.

Ficam eleitos e empossados o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2007.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia primeiro de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 09, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Gilvam Borges,

Valter Pereira, Romeu Tuma, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Garibaldi Alves Filho e Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Ideli Salvatti, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a reunião, dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Magno Malta, não membros da Comissão. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. 1ª Parte: O Senhor Presidente da Comissão, Senador Wellington Salgado de Oliveira, informa a aprovação da Resolução n.º 001, de 2007, que “Cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”, faz comentários, comunica os procedimentos a serem adotados pela CCT e coloca à apreciação dos membros o dia e horário em que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática fará suas reuniões. O dia e horário de reunião da Comissão é aprovado para as quartas-feiras às 8:45 horas. 2ª Parte: Item 01: Requerimento n.º. 001 de 2007-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende e das Comunicações, Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos quatro anos”. O requerimento é aprovado. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º. 422, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro”. É concedida vista ao Senador Gilvam Borges, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n.º. 437, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mundo Jovem Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Marcelo

Crivella e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 438, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação comunitária a Voz de São Francisco de Itabapoana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 474, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Varre-Saí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varre-Saí, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 424, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação João Dehon a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Boa Vista do Buricá, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 488, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida Nova a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 489, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de três Forquilhas a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Três Forquilhas, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 484, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Gaivota FM de Barra do Mendes Ltda para explorar serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 456, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária entre Amigos de Reserva a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Reserva, Estado do Paraná”. O relator

designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 466, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Sonora e Cultural de São Pedro do Iguaçu a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de São Pedro do Iguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 495, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão ao Estúdio Roquete Pinto de Comunicações Ltda. para explorar serviço de Radiodifusão sonora em Frequência Modulada na Cidade de Imbituva, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 499, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Ecológica Santo Antonio - Acesa a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 442, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Modelo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 446, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Fronteira Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 464, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura e Ciência Clementina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Clementina, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 465, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comu-

nitária Boas Novas de Assis - SP a executar serviço de radiodifusão Comunitária na Cidade de Assis, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 468, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Botucatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 469, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Dracena, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 476, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão do Sistema São Paulo de Comunicação e Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 477, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade "Casa do Povo" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guariba, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 490, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural, Recreativa e Social Bauru Centro Leste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bauru, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 493, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio a Tribuna de Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 08 (oito)

votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho, Augusto Botelho e Marcelo Crivella requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta dos Projetos de Decreto Legislativo 439 de 2006, 453 de 2006, 480 de 2006, 492 de 2006, 08 de 2007 e 510 de 2006, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 439, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de apoio ao desenvolvimento de São Pedro/RN a executar serviço de radiodifusão Comunitária na Cidade de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 453, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação João Luís Albuquerque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 480, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação dos Jovens Unidos de Lagoa Real a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Real, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 492, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carnaubais/RN - ACCRN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubais, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 08, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Guiomard, Estado do Acre". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 510, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá

para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura a realizar-se em 1º de março de 2006.

Antes de iniciarmos a reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Antes de darmos início à nossa pauta diária, eu queria falar um pouco sobre essa Comissão criada pela nossa Casa através da Resolução nº. 01/2007, onde o Senado Federal cria a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a qual será conhecida como CCT. Vamos ao ato.

O Senado Federal resolve, os arts. 72, 77 e 107 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática. Art. 2º. O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do

art. 104 C. Art. 104 C. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas, Srs. Senadores. Desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica. Política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática. Organização institucional do setor. Acordo de cooperação, inovação com outros Países e organizações internacionais na área. Propriedade intelectual. Criações científicas e tecnológicas de informática, atividades nucleares de qualquer natureza. Transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia. Comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão. Permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e sons e imagem. Regulamentação controle e questões éticas referentes à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Inovação tecnológica, comunicação e informática. Inciso IX. Outros assuntos correlatos.

Art. 3º fica convalidada a decisão da Comissão diretora do Senado Federal datado de 31 de janeiro de 2007 que referenda as decisões da Presidência e da 1ª Secretaria do Órgão Central de Coordenação e Execução praticado no período compreendido entre o início da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura e o final da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da mesma Legislatura. Revoga os incisos IV e V do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, essa revolução entra em vigor na data da sua publicação. Senado Federal, 08 de fevereiro de 2007. Senador Renan Calheiros, Presidente.

Esse foi o ato que criou essa Comissão, senhores. Uma Comissão que era uma Subcomissão e acabou crescendo, como eu disse, eu aí foi morar fora de Casa e virou uma Comissão. É um prazer muito grande tê-los aqui como membros. Acho que vai ser uma Comissão super importante. Queria dizer que protocolei na Mesa pedindo que venha para essa Comissão a aprovação dos novos membros da ANATEL, está sendo feito uma aprovação hoje, porém as próximas terão que ser... Terão que ser, não. Foi pedido para que seja nessa Comissão. Porque nada mais justo porque é uma Comissão de Comunicação. Foi encaminhado uma mudança para que faça uma alteração. E eu acho que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador Wellington, eu realmente pedi para vir para essa Comissão. Sabe que a dificuldade dos líderes em designar

porque tem Comissões especiais que há um interesse maior dos Parlamentares. E eu vim mais porque V.Ex^a é o Presidente e o Vice é o nosso grande pastor dessa Casa. E sei a devoção do trabalho Parlamentar que V.Ex^a tem demonstrado, e essa garra permanente em buscar aquilo que realmente possa trazer benefício para todos nós, dando à população a certeza de que essa Casa trabalha em benefício da sociedade. E V.Ex^a viu ontem que eu até consultei por que é que não vinha para essa Comissão o caso do Projeto relatado pelo Senador Arns sobre o benefício fiscal para investimento em pesquisa, que é uma coisa desesperadora no País a falta desses investimentos. E V.Ex^a disse que ia fazer um ofício e até me convidou para assiná-lo com V.Ex^a pedindo a planilha de liberação das leis já aprovadas por esta Casa de benefícios fiscais em troca de investimento em pesquisa.

Então, além de desejar ao senhor boa sorte, sei que Deus vai estar ao teu lado, porque ele não vai deixar de orar permanentemente pelo sucesso dessa Comissão, e que o senhor continue com esse brilho permanente sem que os Antônio Carlos o confunda.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, eu queria nesse momento, que acho que é um momento muito importante... Pela ordem. Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de parabenizar a constituição da Comissão e acho que essa é a Comissão do conhecimento. Conhecimento é a coisa mais importante nesse nosso milênio. Nós vamos lutar para que o Brasil evolua e que haja dinheiro para tecnologia, para... Eu tenho um propósito firme de tentar regularizar o processo de registro de patentes. Tentar prestigiar o nosso órgão. Que tinha mil e oitocentos funcionários e hoje só tem setecentos e pouco. E o Brasil perde, porque não tem registro de conhecimento.

Outra coisa que eu gostaria de já pedir para acrescentar na pauta, o PDL nº. 08/2007. Requerimento para entrar na pauta. É o PDL nº. 08/2007 pra acrescentar na pauta de hoje. Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Extrapauta, nós vamos passar... Se aprova todos em conjunto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tenho certeza de que essa Comissão será muito boa e funcionará bem porque tem o representante do chefe lá de cima.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não. Senador Garibaldi. Com a palavra, por favor.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu queria solicitar de V.Ex^a uma pauta extra para quatro processos de autorização de emissoras de rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Junto com o Senador encaminharei, a Mesa já está aqui e vamos levar à votação imediatamente, assim que a palavra do Senador Flávio Arns.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a terá tudo sempre que pedir a essa Mesa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estou começando bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não usa as cadeiras, só a Mesa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da minha parte também quero parabenizar V.Ex^a, o Senador Marcelo Crivella pelos cargos também de Presidente e Vice, uma Comissão fundamental, uma área fundamental para o Brasil como o Senador Augusto Botelho colocou, se nós não quisermos ser subservientes aí também, nós temos que dominar a informação, o conhecimento, e a Ciência e Tecnologia trabalha muito para isso.

Eu também discuti aquele aspecto que o Senador Romeu Tuma levantou, por que é que aquele Projeto que assim permitia, permite a isenção do Imposto de Renda para aplicações na área da Ciência e Tecnologia, por que é que não tinha vindo para cá. E a informação que eu tinha é que estava em regime de urgência constitucional, iria para o Plenário no dia de hoje, inclusive, mas como Medidas Provisórias trancaram a pauta, três Medidas Provisórias, acho que inclusive em termos de tempo há o tempo suficiente para ele também ser apreciado por esta Comissão. Porque, na seqüência, o Projeto trancará a pauta. Mas eu quero também dizer da minha satisfação de estar aqui, e me colocar à disposição também para todos juntos fazermos um belo trabalho a favor do Brasil nesta Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Gilvam.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Peço a palavra a V.Ex^a para uma comunicação elogiosa. Pri-

meiro, eu quero me congratular com V.Ex^a, Senador Wellington Salgado, e o Senador Marcelo Crivella. Sem sombra de dúvida, dentre todas as Comissões que compõem esta Casa, já era hora realmente da criação da Comissão de Ciência e Tecnologia. Com o mundo globalizado e a importância do gerenciamento da área de comunicação e a tecnologia é fundamental que esta Comissão funcione realmente com a vocação realmente de gerenciar toda essa demanda Legislativa. E me impressiona o seu olhar profundo, os seus cabelos de Sansão, e eu quero dizer, que nós estaremos sempre aqui a postos integrando essa Comissão, não só...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, só que a força não está no cabelo, está no coração.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): É isso aí. [risos] E não só propondo projetos e propondo também idéias para pauta, mas principalmente também nas Relatorias e também a serviço das orientações da Mesa para que possamos fazer um grande trabalho. Nós sabemos que a criação desta Comissão V.Ex^a teve um papel fundamental. Se nos perguntarem quem foi o mentor da idéia, é só olhar para Mesa e ver a composição e ver quem é o Presidente. Então para ele sem sombra de dúvidas V.Ex^a teve uma participação decisiva na criação juntamente com o Senador Crivella.

Estamos aqui para integrarmos essa grande frente e a emoção de estarmos participando da 1ª Sessão de Trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador. Senador Cícero Lucena, por favor.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu me somo aos demais Senadores no sentimento da importância dessa Comissão. Ela que no seu nome, cada palavra expressa a dimensão dessa Comissão da responsabilidade que nós teremos em participar nela, bem como pela contribuição que poderá ser dada para o desafio que nós queremos desse País desenvolver e desenvolver com justiça social.

Então, a minha satisfação de participar dessa Comissão, de procurar colaborar, bem como parabenizar pela condução do trabalho, pela Presidência e Vice-Presidência que está sendo ocupada pelos senhores e na certeza com os demais pares nós faremos um trabalho que o Brasil tanto precisa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador. Eu queria dizer o seguinte, quando o meu partido me indicou, que na verdade é uma indicação do partido, eu nessa Casa, assim eu comecei nessa Casa, depois que eu conheci os Senadores, acho que com os Senadores a gente não precisa ter medo de nenhuma responsabilidade. O Presidente

Renan sempre me disse que essa Casa é uma Casa sábia. E isso é verdade. Eu já tive grandes momentos nessa Casa e com os Senadores sempre tudo acaba corretamente aplicado nessa Casa.

Então, quando o meu partido me indicou eu não tive receio nenhum de estar aqui presente porque eu sei que quando eu tiver qualquer dificuldade, além de ter Senador Marcelo Crivella, eu tenho os Senadores que eu sempre vou poder me dirigir e tenho a tranquilidade de tirar dúvida com qualquer um deles e procurar a sabedoria... Não vou falar dos mais velhos, mas dos mais experientes.

Eu queria agora passar a palavra para o nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, que vai falar a sua posição sobre essa Comissão. Com a palavra, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu só gostaria de agradecer. Tenho certeza que o meu nome e de V.Ex^a as palavras tão elogiosas de nossos companheiros que nos prestigiam e nos incentivam nesse momento. A função do Presidente e Vice-Presidente de uma Comissão, é muito essa, de estimular, de prestigiar os membros da Comissão para que os trabalhos prosperem. Senador Augusto Botelho sabe, ele é médico. Comissão é mais ou menos como um corpo. Num corpo, quem cresce sozinho é o câncer. Nós precisamos crescer todos. Nossos projetos aperfeiçoarmos, apresentarmos as Emendas, mas tirarmos daqui o que o Brasil mais precisa que é inovação.

Quero prestar uma homenagem, Sr. Presidente, à Fundação Bio-Rio no meu Estado que é agregado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. O que é que ela faz? Ela pega os pesquisadores, as boas idéias, e desenvolve numa incubadora. Ensina o professor como é que se abre uma empresa. Depois, no seu espaço eles chamam de quarteirão industrial, monta-se o galpão e se financia as máquinas. Dali já saiu, por exemplo, a pesquisa que hoje permite no Rio de Janeiro fazermos tubos de esgoto com diâmetros de 160 e 240 milímetros de material de garrafa de coca-cola. De PET. Olha que boa idéia. Que polui a nossa Baía de Guanabara e os rios todos da nossa bacia. E dali saiu também um Banco que guarda células troncos. Hoje no Rio de Janeiro as pessoas que quiserem do cordão umbilical de seus nenéns terem um Banco, guardarem células tronco, também podem, porque lá tem um Banco de célula tronco. E outras tantas iniciativas.

Portanto, acho que a inovação, a tecnologia, a informática, e a ciência nesse País é que vai garantir os nossos jovens serem seduzidos por um caminho melhor. Hoje estão seduzidos pela violência, pelas drogas, pelas emoções, eu diria mais selvagens e mais primitivas. Nós esperamos que os nossos jovens de amanhã com

o apoio e trabalho profícuo dessa Comissão sejam seduzidos pelo mundo do saber. Pelo fascinante mundo da ciência, do conhecimento e da inovação que com certeza vai mudar suas vidas. Sr. Presidente, eram essas minhas palavras, agradecendo profundamente o brilho e o apoio dos nossos companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, eu peço perdão por repetir, mas a Assessoria me alertou de um tema que depende de V.Ex^a. V.Ex^a pedia que a ANATEL fosse analisada e que as indicações--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não. Eu encaminhei para o Senado, para Mesa decidir.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Agora, tem o problema das telecomunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É tudo. Aqui está pedindo que tudo referente a teles venha para cá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ah, bom. Senão ficaria dividido e a gente não poderia ter uma análise mais profunda sobre todo o sistema que vai ser unificado, vai estar sendo discutido e é uma área muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso. O Requerimento na Mesa é que tudo sobre teles venha para cá. Perfeito. É que eu fiquei... Está aqui presente um membro e eu fiquei focado nele.

Bom, senhores, eu tenho que submeter antes de entrar em pauta algumas questões. Eu queria submeter à apreciação dos senhores o dia e horário das reuniões dessa Comissão. Está sugerido não hoje, mas quarta-feira, 9h da manhã. Mas está aberta a sugestões e a votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quarta-feira só tem o problema da CCJ, onde a maioria...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É às 10h. Eu acho que uma hora a gente consegue fazer tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Podia fazer um quinze para as nove, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É. Começar e fazer...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quinze para as nove, Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu apoio quinze para as nove.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Quinze para às nove, porque se atrasar um pouquinho...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então 08h45. Não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Façamos 7h, então.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 08h45 está razoável. Princípio da razoabilidade. Então, quem está de acordo continue como está. Aprovado 08h45.

Quarto item da pauta é informar a Assessoria dos Senadores que o acesso ao Plenário da reunião dar-se-á portando o crachá de Plenário. Para poder entrar nessa sala. Quinto. Será adotado pela CCT...

Bom, primeiro tem que levar à votação. Estão todos de acordo? Só com crachá? Aprovado? Será adotado pela CCT os seguintes procedimentos para projetos em pauta. PDS. Quem não estiver de acordo, favor, podem se manifestar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só o problema do crachá, eu pediria até a Assessoria que como é democrática e aberta, às vezes vem Comissões para acompanhar um Projeto de interesse coletivo. Então a gente teria que ter a cautela de permitir, dependendo da circunstância, permitir a entrada de alguns...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Será tratado com uma atenção especial. Com certeza.

PDS. Já na primeira reunião será indicado o Relator *ad hoc*, quase o Relator esteja ausente. PDS. Se estiverem de acordo...

Agora, PLS, PLC e demais. Na terceira vez em que conste o Projeto em pauta sem que o Relator esteja presente, será designado um Relator *ad hoc*, a não ser que haja um pedido do Relator para adiar mais uma vez. Estão de acordo? Aprovado.

Vamos à pauta? Bom, então vamos submeter à aprovação dos senhores os quatro projetos nesse momento Extrapauta, que a pedido do Senador Garibaldi Alves. É o PDS 439/2006, PDS 453/2006, PDS 480/2006 e o PDS 492/2006. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Desculpe, e o PDS 08/07, Senador Augusto Botelho. Os Senadores que estão de acordo, não se manifestando... Aprovado. Vamos à pauta.

O Item 01 da pauta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obviamente no cumprimento do regulamento, mas não poderia já que todos têm algo compatível, que é a concessão e estando presente aqui os Relatores, não poderia ser votado em bloco a pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou sujeitar ao grupo essa idéia do Senador Cícero Lucena. Aprovado. Vamos fazer em bloco, então. Então deixa eu só primeiro tentar aprovar o Requerimento que nós temos aqui.

Nos termos dos dispositivos... Esse é um Requerimento meu, de autoria... Nos termos do dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal requer a realização de Audiência Pública no sentido de que sejam ouvidos separadamente os Excelentíssimos Srs. Ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Resende e das Comunicações Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e programas prioritários de suas respectivas pastas para os próximos quatro anos.

Os Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Vamos agora, como foi bem sugerido pelo Senador Lucena, vamos fazer a aprovação em bloco pelos Relatores.

Primeiro projetos terminativos. Primeiramente o Senador Marcelo Crivella, Projeto 422/2006 que aprova o ato que outorga a permissão ao sistema de radiodifusão de Sertãozinho Ltda para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Sr. Senador. Deixa eu ler os outros demais de V.Ex^a. Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Mundo Jovem Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora na frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Projeto de Decreto Legislativo nº. 438/2006 aprova o ato que autoriza a Associação comunitária Voz de São Francisco de Itabapoana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Itabapoana na cidade do Rio de Janeiro.

Relatoria Senador Marcelo Crivella. Aprova o ato que autoriza cultural e artístico de Varre-Sai a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Varre-Sai, Estado do Rio de Janeiro. Pronto. São os quatro projetos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, trata-se de emissoras do meu Estado, Sr. Presidente, que chega a essa Comissão para apreciação em caráter terminativo, e se V.Ex^a me permitir e os demais membros da Comissão para que nós pudéssemos ganhar tempo, eu vou ler os votos. Apenas os votos, Sr. Presidente.

Primeira delas é do sistema radiodifusão de Sertãozinho, cidade de São Gonçalo, mais de um milhão de habitantes. O voto, Sr. Presidente. Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39/92 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão ao sistema de radiodifusão de Sertãozinho para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto Decreto Legislativo originado na Câmara dos Deputados.

O segundo aqui, Sr. Presidente, é com relação à Rádio Mundo Jovem. A Rádio Mundo Jovem, Sr. Presidente, é uma rádio da cidade do Rio de Janeiro. Muito importante que tenha uma programação muito assistida. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 437/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mundo Jovem para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, originário da Câmara dos Deputados.

Senador Magno Malta, essa rádio é uma rádio muito importante no Rio de Janeiro, porque não só tem a programação de informação e entretenimento, mas também a programação evangélica. É a rádio popularmente conhecida como El Shadai. Aliás, uma rádio que toca muitas músicas de V.Ex^a como de todos os grandes cantores da música gospel. E presta nesse Rio de Janeiro tão violento um trabalho inestimável na propagação do evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo.

O primeiro, Sr. Presidente, a primeira concessão que vem a voto nessa Comissão é o PDS 438, que também não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação da Associação Comunitária

a voz de São Francisco de Itabapoana, uma rádio no norte do meu Estado, tem lutado muito com as dificuldades, inclusive agora com essa enchente, luta por uma ponte que ainda não foi concluída há 20 anos é um monumento eu diria da incompetência do Executivo para terminar essa ponte sobre o Rio Paraíba do Sul que tem ali o seu delta ligando São Francisco do Itabapoana até barra de São João que é exatamente o encontro da maior riqueza do meu Estado, Rio Paraíba do sul com o mar.

E por último, Sr. Presidente, quero apresentar o meu voto com relação à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Varre-Sai. Varre-Sai, Sr. Presidente, é um dos menores Municípios entre os 92 Municípios do Estado do Rio de Janeiro. No noroeste do Rio de Janeiro.

E o voto, Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 474 não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Varre-Sai a executar ou continuar executando os seus serviços de radiodifusão comunitária, nessa pequena mas muito importante, muito querida e muito linda cidade do meu Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, esse são então os quatro relatórios que tenho a honra de apresentar pedindo aos meus companheiros dessa Comissão para que aprove essas concessões dessas emissoras que prestam no Estado do Rio de Janeiro um relevante serviço ao nosso povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pediria aos Senadores que nós faremos o voto em bloco, ao final, visto que são projetos terminativos. Então eu pediria um pouco de paciência, porque precisamos de *quorum* para votar e será votado em bloco ao final.

Passamos agora aos projetos do qual Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, que é o PDS 424/2006, de autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi com o parecer favorável.

Projeto de Decreto-Lei 488/2006 de autoria também do Poder Executivo, Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi que também se encontra com o parecer favorável.

E o Projeto 489 também de autoria do Poder Executivo Relatoria de Sérgio Zambiasi com o parecer favorável. Passaremos agora a palavra ao ilustre Senador. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Wellington Salgado. São três projetos

de Decreto Legislativo autorizando o serviço de radiodifusão em cidades do Rio Grande do Sul.

O primeiro o 424/2006, aprova o ato que autoriza a Associação João Dehon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Buricá, Estado de Rio Grande do Sul. Segundo Projeto PDL 488/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, e o terceiro PDL 489 que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Três Forquilhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Forquilhas, Estado do Rio Grande do Sul. E os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Pareceres favoráveis do Senador Sérgio Zambiasi para as três rádios, para executar sistema de radiodifusão. Passaremos agora e será votado ao final, Senador, porque é em bloco, passaremos agora ao PDS 484/2006 que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Gaivota de FM de Barra do Mendes Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Gilvam Borges. Com a palavra o ilustre Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS de nº. 484/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução de nº. 39/92 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica Legislativa opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio Gaivota FM de Barra do Mendes Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Barra do Mendes, Estado da Bahia. Na forma do Projeto de Decreto Legislativo ordinário da Câmara dos Deputados. O nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Votaremos ao final. O Relatório é favorável à aprovação. Passaremos agora como foi sugerido no início pelo Senador Lucena, passaremos agora a quatro rádios do qual o Relator é o Senador Flávio Arns.

É o PDS 456 de autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Flávio Arns. O 466 também de autoria do Poder Executivo e do Senador Flávio Arns, o 495 também Poder Executivo e Relatoria do Senador Flávio Arns e o 499, também Relatoria do Senador Flávio Arns. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O 456 é para autorizar a Associação Comunitária Entre Amigos de Reserva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reserva.

O 466 autoriza a Associação de Radiodifusão Sonora e Cultural de São Pedro do Iguaçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Iguaçu.

O Projeto PDL 495 outorga a permissão ao estúdio Roquete Pinto de Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Imbituva, Estado do Paraná.

E o PDL 499 autoriza a Associação Comunitária Cultural Ecológica Santo Antônio - ACESA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná. Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pareceres favoráveis do Senador Flávio Arns que será votado em bloco ao final. Agora passaremos à votação de uma série de PDSs.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Antes da execução da votação eu peço vista do Projeto de Decreto Legislativo nº. 422, Sertãozinho, Rio de Janeiro. Da rádio. Eu peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Pedido vista Senador Gilvam Borges.

Voltando. Senador Romeu Tuma, agora V.Exª em bloco. Teremos o PDS 442/2006, PDS 446/2006, PDS 464/2006, PDS 465/2006, PDS 468/2006, PDS 469/2006, PDS 476/2006, PDS 477/2006, PDS 490/2006 e o PDS 493/2006. Todos de Relatoria de V.Exª. Como são várias rádios acho que V.Exª terá direito de citar pelo menos os locais dessas rádios para que as pessoas que estão aguardando saibam exatamente a que se referem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): São todas do meu querido Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com certeza, Senador. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É o Item 14 e o 442, frequência modulada na cidade de Indaítuba.

O 446 é TV Fronteira Paulista Ltda, também para cidade de Presidente Prudente. Para cidade de Clementina, Rádio Cultura e Ciência de Clementina.

465 é Associação e Difusão Cultural e Comunitária serviço de radiodifusão.

468, Item 18, Rádio Clube de Botucatu, serviço de radiodifusão e frequência modulada.

469, frequência modulada para cidade de Dracena, também no Estado de São Paulo.

O Item 20, Sr. Presidente, é o 476 para a radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cutia. Essa aqui eu fiquei um pouquinho emocionado, Presidente. Até porque lendo o documento, e eu sempre leio porque às vezes tem alguma advertência no Relatório que vem da Câmara, e o Relator foi o meu querido filho Deputado Robson Tuma. Então eu queria homenagear o meu filho que teve um trabalho bastante intenso, com quatro mandatos nessa Casa. Eu peço desculpa por ter ocupado o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que isso, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): É o 21, 477, na cidade de Guariba, Estado de São Paulo também em radiodifusão comunitária. Rádio comunitária na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Projeto 490 Item 22.

E por último, Item 23 Projeto 493 de frequência modulada para uma empresa importantíssima na cidade de Santos que é a rádio A Tribuna de Santos. Esses são os relatórios, todos favoráveis, Sr. Presidente, por terem apreciados os exigidos pela lei atual.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pareceres favoráveis. Votaremos ao final. Aproveitando também que nós aprovamos um, dois, três, quatro, cinco PDS Extrapauta, passaremos imediatamente a eles. Passaremos o PDS 439/2006, 453/2006, 480/2006, 492/2006, cuja Relatoria do Senador Garibaldi Alves, que com certeza irá citar o que está contido em cada PDS. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, trata-se do serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Carnaúbas, Estado do Rio Grande do Norte. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carnaúbas. O meu parecer, Sr. Presidente, é favorável porque preenche todas as exigências legais. Também sou de parecer favorável ao ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio ao Desenvolvimento de São Pedro também no meu Estado, no Estado do Rio Grande do Norte, a executar serviço de radiodifusão comunitária.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trata-se de aprovar nesta Comissão o ato que autoriza a Fundação João Luiz Albuquerque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias, Estado do Maranhão. O meu parecer é favorável.

E também, Sr. Presidente, aprovar nesta Comissão o ato que autoriza a Associação de Jovens dos Jovens Unidos de Lagoa Real a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Real, Estado da Bahia. O meu parecer também é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Todos favoráveis? Passaremos agora ao PDS 08/07 do qual o Relator, Extrapauta, o Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o PDS 08/07 aprova ato que outorga permissão à Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Guiomar no Estado do Acre. O parecer desse Relator é favorável. Parecer favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Também parecer favorável. O Senador Augusto Botelho. Eu tenho em conta um pedido do Senador Crivella, também um pedido Extrapauta... Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perdão, Presidente. Presidente, V.Ex^a precisa me perdoar pela grandeza do vosso coração. Eu estava atendendo o Senador Magno Malta e não ouvi o que V.Ex^a tinha me dito.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): é que V.Ex^a tinha me comunicado que ia fazer um pedido Extrapauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É verdade, Sr. Presidente. E se V.Ex^a puder conceder a oportunidade de relatar a Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá, para que eu pudesse apresentar esse Relatório em Extrapauta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Primeiro teremos que botar em votação para ver se o Plenário aprova. Em votação. O Plenário aprova o pedido Extrapauta da Fundação Dona Dadá? Os Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Então passaremos à Relatoria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): No momento que eu faço a Relatoria, Sr. Presidente, gostaria de pedir também a V.Ex^a porque retire de votação o Projeto da rádio Sertãozinho que foi informado pela

Assessoria de que existem pendências no Ministério da Comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa rádio já foi pedido vista pelo Senador Gilvam Borges. V.Ex^a então deseja o quê?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se V.Ex^a pedir vista, vamos ter uma Sessão para resolver. Se nós tirarmos da pauta poderemos dar um pouco mais de tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Gilvam Borges havia pedido vista.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Acho que a vista é importante, Sr. Presidente. Desculpa. Porque a vista vai dar a oportunidade da pesquisa rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acho que o Gilvam Borges pediu vistas e acho que ele pode vir também se encontra o mesmo problema e aí...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Na próxima Sessão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A quatro mãos. Resolve melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos então aqui para o Relatório apresentado pelo Senador Renato Casagrande que faço agora *ad hoc*, Sr. Presidente. Se V.Ex^a me permitir vou para a leitura do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 510/2006 não evidenciou violação da Legislação pertinente e não reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, V.Ex^a acaba... Estou tendo a honra de relatar *ad hoc* o Relatório de V.Ex^a, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tá muito bem entregue.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. Então, como o Senador Casagrande não evidenciou violação da Legislação pertinente, não havendo reparos contra os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, foi opinião pela aprovação do ato que outorga a permissão a Fundação Educativa e Cultural Dona Dadá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o Relatório, Sr. Presidente, para o qual peço atenção e aprovação dos meus pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Relatório é pela aprovação. Eu queria apenas fazer uma colocação, Senador Crivella. Porque às vezes acontece em certas coisas que a gente não consegue entender. Esse pedido seria do Senador Casagrande. Ele não consegue chegar a tempo, e acaba caindo para V.Ex^a relatar que tem uma ligação muito grande com o Espírito Santo e também com a Dona Dadá e o Senador. Quer dizer, há coisas que acontecem que não tem explicação, e ao passar para V.Ex^a ser o *Ad Hoc*, chega o Senador Casagrande. Então estava escrito que seria o Relator *Ad Hoc* dessa rádio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): As vias do destino, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, passaremos agora à votação das rádios, tendo em vista que a votação é nominal, porque são projetos terminativos. Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Fiquei preocupado não com a vista pedida pelo Senador que é correta, por alguma razão a gente pode pedir vista. Mas pela advertência segundo o Senador Crivella que ele recebeu que eu li não tem nada contrário aqui. Pelo menos todos os relatórios que foram apresentados pelo Ministério, pela Câmara... Ou nós somos enganados ou tem alguma coisa--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso aí eu acho que o Senador...

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, eu pedi vista porque recebi um comunicado confidencial e eu preciso averiguar e preciso então--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De qualquer maneira, Senador Romeu Tuma, no próximo... Na próxima imediatamente colocaremos em pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Porque eu estava conversando com o Senador, o Garibaldi, pela cautela dos que eu vou ler, vejo se não tem nenhuma advertência. Porque às vezes tem advertência ou faltou algum documento ou algo que ainda precisa ser discutido e a gente tem que ir se acautelar e não ir aprovando sem pelo menos o final da leitura. E eu li esse aqui agora porque fiquei curioso e não encontrei nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a que é sempre cauteloso nas análises, com certeza, Senador Gilvam e...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas é importante. Se tem uma denúncia sigilosa tem que apurar mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos à votação nominal. Como vota o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o ilustre Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pela aprovação dos projetos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi? Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o ilustre Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sim, Sr. Presidente. Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cícero Lucena. Não se encontra. Como vota o Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Todos os Senadores foram chamados. O Senador Cristovam, ainda não chegou a sua indicação para essa Comissão, com certeza chegará. Se não chegar nós vamos dar um jeito de chegar.

Então, encontram-se aprovados todos os projetos.

Eu queria dizer aos Srs. Senadores que essa Comissão foi implantada e vai ser uma Comissão muito importante. Em termos de comunicação, nós estamos vivendo um momento incrível que é um momento onde o avanço da tecnologia, da informação, dos meios de comunicação, da comunicação em massa elas estão caminhando muito mais rápido do que a Legislação que nós estamos conseguindo preparar aqui no Congresso. Então essa Comissão vai ter um fator impor-

tantíssimo durante esse ano. Existe algo chamado Lei da Convergência. É até onde as teles vão sobre a radiodifusão e até a radiodifusão vai. Essa, acho que vai ser... Telefonia, TV a cabo, e a questão também da biotecnologia. São fatores importantes que vão ser discutidos aqui nessa Comissão.

Então, eu tenho certeza que esse ano vai ser um ano muito frutífero para nós e para os Senadores que aqui estão. Porque são Senadores que atuam em diferentes áreas, o Senador Flávio Arns bem na área humana, na área... Também tecnológica, a questão da relação do ser humano com o meio. Eu vejo V.Ex^a sempre discutindo. Senador Romeu Tuma sempre de olho na tecnologia, no avanço. Senador Marcelo Crivella muito ligado nos meios de comunicação, Senador Sérgio Zambiasi também... Então é muito importante ter implantado essa Comissão, e espero que seja frutífero esse ano e muito bem discutido e que os momentos que aqui nós passaremos, que sejam bem prazerosos para nós e para o Brasil. Diante de tudo atendido, declaro encerrada essa reunião.

Sessão encerrada às 11h42

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2007.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia sete de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Maria do Carmo Alves, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Agripino, João Tenório e Marcelo Crivella, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que requer, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social - ACCS a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbas, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheirinho do Vale, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Liberdade de Barra do Guarita a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à rádio Mampituba Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária do bairro Salgado Filho e região Norte de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1998, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a radio Mirante Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luis, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que,

“Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Mirandiba - PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco”. O relator designado ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Bairros da Comunidade de Dolcinópolis, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dolcinópolis, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural “Waldomiro de Freitas Sant’anna” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Educação e Telecomunicação de Barretos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Verde é Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuá, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Independência FM Lucélia Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2006, de ca-

ráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Social de Paracatu (ONGPAR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais”. A relatora designada ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Vivaldo Nascimento Piotto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Uruana de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruana de Minas, Estado de Minas Gerais”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itamonte, Estado de Minas Gerais”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Samaritana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista do Maranhão, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Ação Social e Cultural 22 de dezembro a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Nativa - Rádio Arara Azul FM para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parauapebas, Estado do Pará”. O relator desig-

nado, ad hoc, é o Expedito Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Laudano Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pojuca, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Município de Bom Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Francisco Dornelles e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do João XXIII a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Cícero Lucena requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2006, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à sociedade paraibana de comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conde, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICA-

ÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 7 de março de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu sou um Presidente que eu gosto de ser bem direto e prático, mas eu acho que como essa Comissão está começando, é a terceira reunião dessa Comissão, eu acho que nós temos que falar, claro que vai ser rapidamente, mas sobre as questões administrativas. Eu vou submeter agora oral, mas, porém, para a aprovação, um Requerimento que será encaminhado à Comissão de Educação para a extinção da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, visto que não existe razão de existir essa Subcomissão já que existe a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

Encaminharei também um Requerimento de retirada da Subcomissão de Ciências também da Comissão de Educação do nome, do título de Comissão Social que também vem, esses assuntos vieram para a nossa Comissão. Comunicação Social.

Anteriormente, eu conversava com o Senador Renato Casagrande, que conversava comigo e sugeri, já que ele pertence, esteve na Câmara quando ele era Deputado, uma Frente Plurissetorial em defesa da ciência, tecnologia e inovação. Eu acho válido porque, com certeza, o Senador já vem com o conteúdo bem abrangente para que possa debater esse assunto também nessa Comissão.

Então, sugiro ao Senador que possa encaminhar Requerimento no sentido de criar uma Subcomissão também ou uma Frente Plurissetorial e nos submeteremos à Comissão para ver se aprova ou não. Ok. O Senador Lucena também conversava comigo que nós temos direito também a criar quatro Subcomissões Permanentes, o que está aberto também aos Senadores às sugestões para que possamos levar à votação. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Aliás, assunto que V.Exª. trouxe à baila, eu tenho lido nos últimos dias, volta, a tentativa de exploração de energia nuclear que é menos poluente. Acho que essa Comissão tem muita importância reacender essa discussão, já que vai ter a, provavelmente, a visão da Angra 3 e outros projetos, nós começamos a discutir. Não sei se nessa que o Senador está propondo, se poderia discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Colaborando com o Senador Romeu Tuma, eu só sugeriria que, obviamente, iremos apresentar isso por escrito. Mas, Senador, se me permite a sugestão é que nós discutíssemos em termos de tecnologia da geração de energias limpas, alternativas e geração de energia--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Que é mais abrangente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): --eólica. Seria um pouco mais abrangente o tema de energia com essa preocupação da tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Um assunto que eu acho de tremenda importância para a nossa Comissão e eu pediria aos Senadores que pensassem a respeito, levantassem, informassem, trouxessem debates ou soluções para essa Comissão é uma questão que eu tenho estudado, inclusive tenho conversado informalmente com o Ministro, que nós estamos hoje com a situação da Lei de Convergência. O que é que quer dizer isso? Quer dizer o seguinte: De um lado nós temos a Lei de Telecomunicações, de outro lado nós temos a Lei de Radiodifusão, Senador Zambiasi, e o que é que está acontecendo? Está, por falta de legislação, ninguém sabe até onde vai cada uma. Por exemplo, olha que incoerência total: A lei de telecomunicações permite que as teles tenham até 100% de capital estrangeiro, a Lei de Radiodifusão só permite que tenha 30%. No entanto, as teles estão tentando, de alguma maneira, e corretamente, a nível de mercado, tentar produzir conteúdo. Como? Comprando, de repente, canais a cabo, comprando sistemas MMDS, que também tem o direito de produzir conteúdo.

Então, como é que isso vai acontecer? Como é que as teles, com capital de 100%, vão poder competir com a radiodifusão que só pode ter 30? Aonde elas são se encontrar? Qual é a legislação que vai corrigir isso?

Eu acho que isso tem que ser debatido aqui nessa Comissão. Ou nós vamos debater ou vamos esperar que venha um pacote de cima para baixo. Eu acho que um pacote não vai ser bom porque essa Casa é a Casa do debate. Hoje com a velocidade da tecnologia não estamos conseguindo produzir leis que atenda a velocidade da informação ou da tecnologia do desenvolvimento. Eu acho que os Senadores aqui presentes têm que pensar a respeito disso inclusive, vai ter uma competição muito grande a nível de própria questão de capital, as teles faturam hoje 140 bilhões, a radiodifusão fatura 20 bilhões como isso vai acontecer, quais

os modelos que nós vamos criar para corrigir essas questões? A telefonia, claro.

Então, esse é um assunto muito importante, senão... Com a palavra o Senador Casagrande, por favor, Senador. Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A grande disputa entre as teles e a telefonia, aqui na Comissão de Educação, com o Ministro Hélio Costa presidindo audiências públicas, o choque profundo porque a telefonia está avançando até em imagem, em som, em tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro parabenizá-lo, o senhor está colocando assuntos e temas assim fundamentais para a vida dos brasileiros e essa Comissão tem um papel excepcional nessa área, os dois temas grandes que nós trabalhamos, Ciência e Tecnologia e Comunicação, são dois temas importantes para o desenvolvimento do País. Então essa questão das telecomunicações, a questão da radiodifusão, da legislação [inaudível] de convergência, e o debate sobre o FUST, desse fundo que está aí com 4 bilhões e seiscentos milhões de reais, final desse ano vamos chegar a 5 bilhões e 500 aproximadamente de recursos e ainda não tem um consenso no Governo para alterar a Legislação que permita que nós possamos usar esse recurso de forma adequada. Eu acho que a maneira mais apropriada para nós conduzirmos esses grandes temas é nós chamarmos aqui o nosso colega, Ministro das Comunicações para que ele possa fazer um debate com ele sobre esses temas e ele depois desdobrar isso com a Assessoria dele e nós poderemos pressionar e cobrarmos o Governo com umas ações mais rápidas com relação a esses temas, alguns desses temas. Nós poderemos tomar iniciativa de apresentação de proposta de Legislação, mas precisamos, naturalmente, de ter por parte do Ministro do Governo algumas orientações de qual a política do Governo e cobrarmos do Governo algumas orientações.

Então, acho que a melhor maneira para a gente iniciar esse debate se a Comissão concordar é que nós possamos aprovar um Requerimento, não sei se existe o Requerimento, na última reunião não participei totalmente dessa. Foi aprovado. Então melhor debatemos com o Ministro esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): É só vê na agenda com o Ministro Hélio Costa e com o Ministro de Ciência e Tecnologia, são os dois que virão a essa Casa para nós tirarmos as nossas dúvidas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Então, para iniciarmos aqui com conhecimento do Governo. Então, está ótimo. Está encaminhado. A outra questão que eu acho importante, quando eu coloquei para o Presidente a questão da frente setorial, na minha avaliação ela não cabe como Subcomissão, porque nós funcionamos com gente da Câmara e do Senado, mas mais do que do Parlamento, tanto quanto do Parlamento, a expressão plurisetorial é para que nós possamos fazer para essa frente, para discutir o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, sistemas estaduais e nós possamos ter gente do setor empresarial, gente da academia e gente dos Governos, da administração pública.

Então, eu acho que a frente poderá funcionar como sustentáculo e base de apoio da sociedade para que a Comissão aqui possa ter cada vez mais peso nas definições da política do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Essa Comissão conta com o apoio de V.Ex^a., com certeza, que apresentará requerimentos, já que é uma Frente Plurissetorial, com certeza V.Ex^a. apresentará requerimentos para convidar personalidades para virem debater esse assunto. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Só uma coisa. Eu concordo com o Senador Renato, mas a frente é iniciativa dele, já pode requerer informação imediata e colher assinaturas, o senhor vai fazer mista? Então... já coletar as assinaturas e fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Tem outros assuntos, eu estou debatendo porque na verdade, eu gosto de, eu como Presidente, tenho sido procurado, e alguns assuntos têm surgido, eu sempre digo o seguinte, vamos levar para a Comissão, eu acho que os Senadores são especialistas em debater, dominar conteúdo, a questão mesmo *wirefire*, *wireless* quando aconteceu a abertura de licitação, colocou-se que as teles que dominavam naquela região que ganharam por licitação, não poderiam participar dessa concorrência por cima, quando todo mundo sabe que ao captar o sinal em cima tem que entrar na rede em algum lugar e seria muito mais barato se essas que já detém o cabeamento, os sinais naquela região, participassem. No entanto a ANATEL disse que não poderia participar. Por que não poderia? Porque a ANATEL decidiu que não poderia. No debate da infra-estrutura, nós debatemos, inclusive, o Senador colocou, o Senador Collor, a questão até aonde a ANATEL é independente corretamente, mas será que é independente para tudo? Será que chega a ser soberana? Eu não sei. Eu acho que tem que ter, pelo menos em outros Países tem uma Comissão que não

diz o que ela tem que fazer, mas orienta para onde ela tem que ir em função do Parlamento. E aqui no Brasil nós não temos isso.

Então, eu espero que com esses novos membros da ANATEL haja uma relação melhor com o Ministro e com a nossa Comissão. Por que é que não pode concorrer, entendeu Senador Romeu Tuma, se qualquer sinal captado no ar tem que em algum momento entrar na rede internacional por um cabo. E, no entanto, não sei se o senhor lembra, V.Ex^a. lembra, que teve que o TCU entrar, parar o edital e acabou não tendo uma licitação até hoje, está tudo paralisado. Uma questão também, o que aconteceu com a base de Alcântara? Explodiu, acabou, ninguém mais se fala nisso, onde é que está a obra? Eu soube que já foi autorizada a obra, a obra não realiza, o que é que aconteceu, nós temos convênios com vários Países, aquele é o melhor local para se lançar satélite no mundo. Vamos criar uma visita da Comissão, vamos trazer o representante aqui. Eu acho que a função da nossa Comissão é essa e quanto mais nós mostrarmos até aonde nós vamos, essa Comissão vai ser mais respeitada. Entendeu, Senador Romeu Tuma? É uma Comissão nova, está chegando agora e tem que conquistar o seu espaço. E tudo que está designado aqui, nós temos que explorar bastante, temos que adquirir conhecimento, tomar informações e debater aqui. Senão, nós não vamos conquistar o nosso espaço. Vamos voltar agora à nossa pauta, primeiro item da pauta. Como já foi sugerido em outros encontros, em outras reuniões da Comissão, poderemos votar em bloco. Quando nós tivermos todos os Relatores.

Vamos começar pelo Senador Sérgio Zambiasi, o Senador Gilvam Borges. Primeiro item da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 475/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social a executar serviços de Radiodifusão Comunitária em Macaúbas, Estado da Bahia. Aatoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Gilvam Borges, com Parecer favorável, com a palavra o Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, nobres colegas de ambos os sexos, da Comissão de Ciência e tecnologia de Comunicação e Informática, em caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto de nº. 475/2006, de nº 2.339 de Câmara de Deputados que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social, a CCS, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbas, Estado da Bahia.

O voto, Sr. Presidente: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS de nº. 475/2006, não evidenciou violação da Legislação perti-

nente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato a Associação Comunitária de Comunicação Social ACCS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbas, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. O nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): O voto em discussão, o voto do Senador Gilvam Borges, sabemos que faremos a votação no final, visto que é Projeto terminativo votaremos em bloco. Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos ao próximo item. É com muita honra que eu passo cinco Projetos para Relatoria do Senador Zambiasi, um Senador muito ligado a área de rádio, é um dos primeiros a chegar a essa Casa, desde lá que faz seu o programa de manhã, quando eu chego está sempre lá já presente, porque já encaminhou.

Passaremos ao Projeto do Item nº 2, que é o Projeto... Vou citar Projeto, os nomes, que é o Projeto de Decreto Legislativo 499/2006, que autoriza a Associação Comunitária Pinheiro do Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiro do Vale, Estado do Rio Grande do Sul.

O Projeto do Item 3 é um Projeto também de Decreto Legislativo 471, que aprova o ato que autoriza a Associação e Desenvolvimento Comunitário, Liberdade de Barra do Guarita, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo 482/2006 que aprova o ato que outorga a permissão à rádio Mampituba Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora na frequência modulada na cidade de três cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo nº 496/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária do bairro Salgado Filho, região norte de Santa Maria, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 6, Projeto de Decreto Legislativo 513/2006, aprova o ato que outorga a permissão a Morro Alto, FM Ltda para explorar o serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Com a palavra para Relatoria dos cinco Projetos todos de autoria do Poder Executivo, com Parecer favorável a Relatoria. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente, Senador Wellington Salgado, obrigado

pelas referências em relação ao rádio, o rádio é minha vida, efetivamente, toda a minha formação profissional é dedicada à comunicação e ao rádio especialmente. E me sinto muito honrado, muito orgulhoso em poder relatar cinco emissoras de rádio do Rio Grande do Sul e para facilitar o tempo dos colegas todos aqui, Presidente, se me permitir, vou apenas citar os números dos Decretos e a região para que nós ganhemos tempo na análise e na votação.

Então, o primeiro o Projeto de Decreto Legislativo 499, trata-se da autorização para funcionamento da rádio comunitária Pinheirinho do Vale, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, Parecer é favorável. O Item nº 3, Projeto de Decreto Legislativo 441 que aprova, autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário Liberdade de Barra do Guarita, Radiodifusão na cidade da Barra do Guarita, a executar serviço de radiodifusão na cidade de Barra do Guarita que também é na região noroeste do Estado, Parecer é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo 482, aprova o ato que outorga a permissão a rádio Mampituba, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Cachoeiras que fica no litoral gaúcho, Parecer favorável. Projeto de Decreto Legislativo 496, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária do bairro Salgado Filho, região norte de Santa Maria, que fica no coração do Rio Grande do Sul, nossa Cidade Universitária, Parecer também favorável. Projeto de Decreto Legislativo nº 513 de 2006, aprova o ato que outorga a permissão a Morro Alto FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade Salvador do Sul que fica no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. Parecer é favorável. São cinco Projetos de Decreto Legislativo, Sr. Presidente, todos com Parecer favorável.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Pela ordem Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou sendo convocado na Comissão de Meio Ambiente, tenho um Projeto para relatar na Comissão de Meio Ambiente e eu tenho um projeto para relatar aqui. Eu poderia pedir inversão de pauta do Item 22, para que eu possa fazer o relato? 30 segundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Se a Comissão concorda e demais Senadores, submeto a votação, quem estiver de acordo não se manifeste. Aprovado a inversão de pauta sugerida pelo Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Projeto, é o Item número...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Ah, me desculpe, Senador Casagrande. Em discussão os Projetos do Senador Zambiasi. Não havendo quem queira discutir. Passaremos à votação no final. Como foi aprovada por essa Comissão, passaremos ao Item 22 lembrando, Senador Casagrande que são Projetos terminativos que V.Ex^a. terá que dar esse voto porque nós estamos com a conta certa, vou procurar ser o mais rápido possível.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Rapidamente voltarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Senão, não adianta votar se não tiver o *quorum*. Como foi aprovado por essa Comissão, o Item 22, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 451/2006, aprova o ato que outorga a permissão à Laudano Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada na cidade de Pojuca, Estado da Bahia. Autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Casagrande. Parecer favorável, com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Projeto de Decreto Legislativo 451 que outorga a permissão à Laudano Comunicações Ltda, e esse Projeto de Decreto Legislativo, ele está atendendo, ele não viola nenhuma das formalidades fornecidas na Resolução, nº 39/92 do Senado Federal, a matéria é de competência nossa, do Congresso Nacional, portanto, nosso Parecer é favorável para que a gente possa aprovar essa permissão à Laudano Comunicações Ltda. Esse é meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Em discussão, o Projeto que acaba de ser relatado pelo Senador Renato Casagrande. Havendo quem queira discutir. Não havendo passaremos à votação no final. Vamos agora ao Item 7.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Peço a inclusão Extrapauta do Decreto Legislativo 507.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Em votação, pedido Extrapauta do Decreto Legislativo, encaminhado pelo Senador Lucena. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Será incluído aqui pela nossa Secretária e iremos colocar na pauta.

Vamos aos Item 7 e Item 8. São dois Projetos de Decreto Legislativo, um que aprova, sonora modular na cidade de São Luis, Estado do Maranhão, autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Marco Maciel que não está presente, então já que o Senador Marco Maciel não está presente passaremos a outro católico ortodoxo, Senador Flávio Arns, um Projeto nº 69, de 98 e também o Projeto 486 de 2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária de Mirandiba, PE, também Pernambuco, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirandiba também Pernambuco. Com a palavra, com o Relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, os Pareceres em relação aos Itens 7 e 8 são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Um resumo ortodoxo também. [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Até que não é ortodoxo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): É verdade, não é não, não é não. [risos] Mas em discussão os dois Projetos relatados rapidamente pelo Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação final em bloco. Passaremos agora à relatoria de vários Projetos do Senador Romeu Tuma, esse Estado de São Paulo que além de ser grande ainda tem hoje de nove a quatorze rádios. Vou ler, Senador Romeu Tuma, como uma homenagem ao Estado de São Paulo.

Projeto de Decreto Legislativo 452, que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos de Bairro da Comunidade de Dolcinópolis, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dolcinópolis, Estado de São Paulo. Aprova o ato que autoriza a associação, o 461/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Waldomiro de Freire de Santana, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Passa Quatro, Estado de São Paulo.

Projeto de Decreto Legislativo 462/2006 aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Piratininga, de São José dos Campos Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Projeto de Decreto Legislativo 467, que aprova o ato que outorga a permissão a Fundação de Educação e Telecomunicações de Barretos a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos. A grande cidade que tem lá, não

é Senador, aquele rodeio maravilhoso, meu irmão que gosta muito dessa área.

Projeto de Decreto Legislativo 472/2006, que aprova o ato que autoriza associação Verde é Vida, na cidade de Tapuí, Estado de São Paulo.

Projeto 515/2006, que aprova o ato que renova a permissão, outorgada à rádio Independência FM Lucélia Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Lucélia em São Paulo. Passamos agora a palavra em homenagem à comunidade Dolcinópolis a esse doce Senador Romeu Tuma. Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, tendo em vista a leitura das ementas por V.Ex^a. como homenagem ao meu querido Estado de São Paulo, eu me limito a dizer que foram examinadas todas as documentações referentes aos seis Projetos, sendo cinco de autorização e um de renovação só pela aprovação de todos eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Em discussão os Projetos que acabaram de ser relatados pelo Senador Romeu Tuma. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação final e agora aos novos Projetos também terminativos.

Temos agora aqui quatro Projetos que deveriam ser relatados pelo Senador Eduardo Azeredo que não se encontra. Nomeamos como Relatora *ad hoc*, Senadora Maria do Carmo, que possa nos ajudar. Passaremos aqui à leitura do Decreto Legislativo.

Aprova o ato que autoriza Associação Comunitária Educativa e Social de Paracatu, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, nosso querido Estado de Minas Gerais.

Projeto terminativo, 454/2006, aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Educativa e Cultural, Vivaldo Nascimento Piotto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Projeto de Decreto Legislativo nº 459 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Uruana de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Uruana de Minas, Estado de Minas Gerais.

E por último, o Projeto 470/2006 que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio e TV Centauro Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamontes, Estado de Minas Gerais. Espero que o Senador Hélio Costa mande mais rádios para nós, depois de passar e que consiga ganhar de São Paulo, que hoje bateu o recorde aqui, mas ainda não chegamos lá. Com a palavra Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, em vista do exame da documentação de todos os PDS, listados pelo Sr. Presidente, não evidenciamos violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa opinamos pela aprovação do ato que autoriza todas as três rádios. Somos, portanto, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Em discussão os projetos que são quatro rádios, Senadora, relatado pela Senadora Maria do Carmo. Não havendo quem queira discutir faremos a votação ao final.

Temos agora... O Senador Augusto Botelho não está presente, ele queria relatar, mas está numa audiência, Senador Renato Casagrande já foi. Deixa eu só ver um pouquinho aqui. Vamos nomear *ad hoc*. Eu queria pedir ao Senador Cícero Lucena... E o Extra-pauta é esse?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Vamos passar ao Item 24 da pauta, eu pulei alguns Senadores que queriam relatar não estavam presentes para ver se eles chegam, senão eu vou nomear Senadores *ad hoc* para relatar para a gente fechar a pauta.

Projeto de Item 24, Projeto de Decreto Legislativo nº 479 de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de João XXIII, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Cícero Lucena. Poderemos também, Senador Cícero, incluir o Extra-pauta pedido por V.Ex^a. para que possamos fazer a votação em bloco. Um minutinho, por favor, Senador. Esse, o 507.

Passaremos também a relatoria do Projeto, nº 507/2006, que aprova o ato que outorga a permissão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade do Conde, Estado da Paraíba. Com a palavra o Senador Cícero Lucena para relatoria dos dois Projetos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com aprendizado do Senador Flávio Arns os dois Projetos têm Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador Flávio Arns fez escola. Rapidamente.

Então, em discussão, os dois Projetos relatados resumidamente pelo Senador Lucena. Senadores que queiram debater. Não havendo, passaremos ao próximo Item da pauta e votação em bloco no final. Já foi

o Extrapauta agora. Já que não chegou o Senador, o Senador Augusto Botelho, pediríamos ao Senador Expedito que fizesse a relatoria *ad hoc* do Item 19 e o 20 e o 21 do ilustre Senador Augusto Botelho que por motivo de audiência não está presente, mas estava no início aqui, pediu que aguardássemos, colocamos para o últimos item, não conseguimos que ele chegasse a tempo.

Com a palavra o Senador Expedito para a Relatoria do Item 19, 20 e 21. Ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Samaritana FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista do Maranhão, Estado do Maranhão.

O Item 20, aprova o ato que autoriza a Associação de Ação Social e Cultural 22 de dezembro, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Projeto de Decreto Legislativo, Item 21, 509/2006, que aprova e outorga a permissão da Fundação Educação Cultural Nativa, Rádio Arara Azul, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade, Parauapebas, Estado do Pará. Com a palavra o Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo 458, 483, 509. Todos eles com Parecer favorável do Senador Augusto Botelho. Este é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Em discussão os três relatórios, Item 19, 20 e 21 da pauta, relatado pelo Senador Expedito. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final. Acho que terminamos a pauta ou ainda falta um? Renato Casagrande, Senador Renato Casagrande, já votou, já fizemos é só o Item 23, nomearemos *ad hoc*, o Senador Flávio Arns, que hoje está com a palavra bem resumida, já que é o último item vamos aproveitar esse momento. O Senador Dornelles sempre chega na hora certa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Portanto, está cassada a palavra do Senador Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador Flávio Arns não poderá utilizar do seu meto resumido. É o 23. Senador, chegou na hora certa de relatar. Bom, o Item 23 Senador Francisco Dornelles é um Projeto de Decreto Legislativo nº 494/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão no Município de Bom Jardim, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro. Autoria do Poder Executivo, Relatoria de V.Ex^a., com Parecer favorável a quem a esse momento eu passo a palavra. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, o relatório já foi distribuído, eu acredito que tenha sido examinado pelos Senadores presentes, o meu voto é que o exame da documentação não evidenciou qualquer violação da legislação pertinente, e não existem reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, jurisdição e técnica Legislativa. Opino pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Em discussão o Projeto relatado pelo ilustre Senador Francisco Dornelles. Não havendo quem queira debater passaremos agora a votação em bloco dos Projetos, visto que são terminativos. O Senador Renato Casagrande, Senador Sérgio Zambiasi, como vota V.Ex^a? Como os relatores. Senador Gilvam Borges, no momento que eu vou chamar V.Ex^a., V.Ex^a. adentra a Comissão. Como vota V.Ex^a.?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): ... Esse sentimento espiritual que não estamos interligados, eu peço desculpas a V.Ex^a., para estarmos dirigindo [inaudível]. Peço que permita um segundo para que eu possa sentar para proferir o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Aguardaremos o Senador Gilvam encontre seu assento para que possa proferir o seu voto. Aguardaremos com a maior honra, Senador. Aqui no Senado nós temos que correr várias Comissões, a verdade é essa. E pergunto se eu estou andando todo dia. Eu falo que não precisa, não é Senador Flávio Arns, o que nós andamos aqui nessa Casa, não tem outra. Senador Romeu Tuma está fininho porque está em todas as Comissões. Muda o final de televisão ele está sempre lá. Com a palavra o Senador Gilvam Borges para o seu voto.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, eu consulto a Mesa, a V.Ex^a., se a votação ela está em bloco com todos os relatórios devidamente votados e aprovados. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): É isso, Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sendo assim nós comungamos com todos os relatórios que foram submetidos à apreciação. É o meu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Por isso que valeu a pena aguardar o voto de V.Ex^a. Senador Romeu Tuma como vota V.Ex^a.?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com os Srs. Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador Cícero Lucena, que hoje relatou uma rádio da Paraíba.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Voto com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador Flávio Arns...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu pensei que ele ia dar o voto mais resumido, "sim", mas não foi. Foi "com os Relatores". Senador Francisco Dornelles como vota V.Ex^a.?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador Valter Pereira como vota V.Ex^a.? Com os Relatores. Ok.

Queria dizer que a nossa... Faltou o Senador Tuma? Todos votaram. Bom, diante da votação aprovado os Projetos terminativos queria dizer que esse horário é um horário maravilhoso porque todos os Senadores, horário nobre, todos os Senadores chegando, não vou dizer fresquinhos, Senador Romeu Tuma, mas com muita vontade, a televisão no Senado nos transmitiu ao vivo, é muita honra para essa Comissão ter sido privilegiada nesse sentido. Não tendo mais nada a expor--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Parabéns a V.Ex^a. pela condução, e pelos temas que vão ser discutidos em breve, elencados por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, e espero, acredito muito nessa Comissão. Tive maior orgulho o meu partido me indicar e ao ver os membros que vieram para essa Comissão, acho que temos assuntos importantíssimos a discutir com relação à radiodifusão, telecomunicações e espero a participação de todos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Ex^a., eu faço parte de várias Comissões nessa Casa, uma delas é a Comissão de Agricultura, que eu acho que é de vital importância para o País e nós não conseguimos até agora um *quorum* qualificado naquela Comissão, e eu percebo que essa Comissão está chegando agora e

de repente pela habilidade de V.Ex^a. aí, pelo trabalho, pela competência... Pela competência, pela simpatia de V.Ex^a., consegue trazer nove horas da manhã, praticamente, a Casa cheia, a Comissão, todos os Senadores aqui dessa Comissão. Parabéns a V.Ex^a. e a todos os nossos servidores dessa Comissão também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Obrigado, Senador Expedito algumas--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Queria só, Presidente, pela ordem só consignar o meu voto...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Casagrande. Claro, ainda estamos em aberto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para manifestar o meu voto favorável aos Projetos que foram relatados aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Senador Casagrande, também vota favorável com os Relatores. Eu queria dizer que o fruto dessa pequena Comissão que nós montamos, tanto os Senadores, quanto os funcionários administrativos estão acordando cedo, alguns malham de manhã, deixaram de malhar nesse dia tão--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eles passam a malhar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): É. Vamos ver que algumas vão engordar um pouquinho, mas é fruto da dedicação ao trabalho, não é isso Sr. Romeu Tuma? Mas eu estou muito animado com essa Comissão, eu acho que pelo menos eu tenho sido procurado por setores importantes, eu estou falando, tudo tem que ser debatido na Comissão. Essa Comissão tem Senadores de idades de todas as áreas, quer dizer, de todas as faixas, não é isso Senador Romeu Tuma, eu sempre acho que a juventude e a experiência é o que faz algo funcionar muito bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado pela parte que me toca.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Na juventude, é claro. Então, nada mais havendo a votar, declaro encerrada a reunião, e comunicando que na semana que vem teremos aqui os Ministros.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2007.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatorze de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 19, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Valter Pereira, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, João Ribeiro, Francisco Dornelles e Marconi Perillo reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, José Agripino e João Tenório. A presidência comunica que não há número regimental para deliberar as matérias terminativas, itens 01 a 07, que ficam adiadas. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Nesse momento, o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento, com o que todos concordam. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, passa a Presidência ao Senhor Senador Romeu Tuma para relatar o seguinte item: Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 002, de 2007-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, para que compareça à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a fim de prestar informações acerca da aprovação pela Agência Reguladora de licença para a TELEFÔNICA prestar serviço de TV por assinatura via satélite (DTH)”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias da pauta: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 485 de 2006, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 498, de 2006, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 511, de 2006, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 473, de 2006, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 497, de 2006, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 487, de 2006 e Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 491, de 2006. O Senhor Senador Romeu Tuma, Presidente Eventual, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às nove horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 14 de março de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Como não temos *quórum* para projetos terminativos, não faremos a leitura dos projetos de rádio e de televisão. Passarei agora, nesse momento, a Presidência para o Senador Romeu Tuma para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Bom dia senhores. Conforme o anúncio feito pelo Senador Wellington Salgado, como Presidente desta Comissão, em razão da falta de *quórum* para os projetos terminativos, principalmente de rádio e televisão, eu passo a palavra ao Senador Wellington, que tem um requerimento à apresentar e ser discutido por esta Comissão. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente Romeu Tuma. Srs. Senadores. Eu submeti à aprovação dessa Comissão o requerimento no qual eu requeiro nos termos do artigo 58, § 2º, inciso 5º da Constituição Federal, combinada com o inciso 5º, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, o senhor Plínio de Aguiar Júnior, para que compareça à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, a fim de prestar informações acerca da aprovação pela agência reguladora da licença para a TELEFÔNICA, para prestar serviço a TV por assinatura, via satélite, DTH. Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse requerimento que, após conversa também com o Senador Marconi Perillo, será objeto

de um requerimento também na Comissão de Infra-estrutura, conseqüentemente tentaremos fazer esse pedido de esclarecimentos conjuntos. Esse meu requerimento se deve ao fato de que com essa aprovação da licença para a TELEFÔNICA para prestar serviço TV por assinatura, o quê que acontece? Nós vamos ter uma prestação de serviços feito por uma empresa internacional com cobertura total do país sem área de limitação que poderá colocar filmes onde a tradução pode ser feita no exterior, Senador Crivella, ou seja, não vai gerar nenhuma mão-de-obra aqui, não vai gerar nenhum emprego aqui. Os filmes poderão ser comprados no exterior, passado em todo o Território Nacional, mas também não culpo a ANATEL, não, por essa decisão. Porque na verdade a Legislação, ela está omissa quanto a esse problema. Entendeu, Senador Crivella? Então, eu submeto, Sr. Presidente, a essa Comissão, a aprovação para que possamos pedir esclarecimentos e tentar descobrir um caminho para a famosa lei de convergência, porque está uma coisa totalmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desconvergente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Desconvergente, bem colocado, Sr. Presidente. Porque, veja bem. É, divergente, perfeito. O quê que acontece? Você tem as empresas telefônicas que podem ter 100% do capital internacional e com aquisição de TV a cabo ou outro tipo, no caso satélite não, mas no futuro ele vai poder produzir conteúdo. Quando que a produção de conteúdo, ela é regulamentada pela lei de radiodifusão em que só pode ter 30% do capital internacional, enquanto essas outras empresas podem ter até, a Net até 49%. Agora, as outras até 100%, então, quer dizer, fica uma competição absurda. E, inclusive, com esse problema do satélite, com a aquisição da TELEFÔNICA já está ocorrendo um dumping em alguns Estados, eu não sei se no Estado de V. Exa. está acontecendo isso. Mas pelo menos tenho acompanhado nos jornais, está havendo um dumping, está sendo oferecida assinatura por preço abaixo do custo. Por quê? Porque eles têm uma capacidade financeira muito maior do que as pequenas empresas que estavam na região. Então, nós temos que ver como, claro, uma explicação do Presidente da ANATEL para dizer qual foi a sua interpretação para tentar, para que nós possamos esclarecer as dúvidas e depois caminharmos, Senador Crivella, numa direção em que possamos fazer uma Legislação para corrigir os defeitos que acontecem aí. É esse o meu requerimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Em discussão o requerimento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Para discutir, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com a palavra o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Senhor Presidente, o nosso Presidente Wellington Salgado, de maneira muito oportuna traz o assunto, um assunto a essa Comissão que nós não podemos deixar de nos debruçar. Isso é fundamental para o nosso país. Há pessoas que dizem que essa violência anômica que estamos vivendo com crimes, com atos de barbárie diários, vem muito de conteúdo de televisão, de filmes, alguns dizem que há incentivo a atos ou comportamentos nocivos à família, adultério, prostituição, drogas e outras coisas. De tal maneira que nós temos uma cobertura nacional de uma empresa de telefonia sem que esse conteúdo seja submetido às regras e sem que as práticas de mercado que regem as demais seja também obedecida, o Senador Wellington tem toda a razão. Isso é uma questão de CADE, isso é uma questão de tributos, isso é uma questão de mercado, isso é uma questão social, política, econômica, nós não podemos passar, senhor Presidente, sem discutir esse assunto nessa Comissão. Então, eu quero dar total apoio, aliás, quero parabenizar o Senador Wellington e dizer a ele que gostaria de participar na elaboração dessa lei de convergência, estudarmos juntos a fim de propormos uma Legislação moderna que abre espaço para todos, mas que haja a garantia da concorrência. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PFL-SP): Obrigado Senador Marcelo Crivella. Não havendo mais quem queira discutir, eu queria cumprimentar o Senador Wellington Salgado, porque, Senador Wellington, tem um detalhe que desde a Comissão, quando presidida pelo Ministro Hélio Costa, já se discutia o problema da telefonia e da televisão, principalmente no campo da imposição do sistema digital e percebeu-se de perto o choque entre essas empresas que eu acho que é natural, que é uma questão comercial. Mas eu li ontem ou anteontem que os jornais já dão, as empresas de televisão a cabo no Brasil já entraram na justiça contra essa autorização. Por quê? Porque há uma concorrência desleal e nociva se não houver o controle, como explica o Senador Crivella. Então, V. Exa. é um homem de visão, objetiva sempre o melhor para o país e imediatamente fez esse requerimento que eu ponho em votação e pergunto aos senhores Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Não havendo ninguém contra, está aprovado o requerimento. Pergunto se V. Exa. quer reassumir ou se posso dar por encerrada em razão...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): A Comissão está muito bem entregue na mão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Muito obrigado. E encerro e agradeço a presença de todos.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2007.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Mão Santa, Leomar Quintanilha e Marconi Perillo reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Gilvam Borges, Demóstenes Torres e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 09, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Centenário de Araras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar Serviço de Radiofusão Comunitária na Cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por doze (12) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Amigos - ACCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso”. O relator designa-

do é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por (12) votos favoráveis. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 12 (doze) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Comunitária Caminhos da Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por (13) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Edéia, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Crixás Para todos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crixás, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à JR Radiofusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas”. O relator designado é o Senador João Tenório e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Educativa Jorge Elias para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad

hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Atividade Lapão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapão, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Fundação Marica Saraiva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Longá, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos/Rádio Comunitária São Domingos FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos, Estado de Sergipe”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Eduardo Azeredo e Wellington Salgado de Oliveira requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 003 de 2007 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer a Vossa Excelência, convidar o Senhor Plínio de Aguiar Júnior, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Senhor Christopher Torto, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA e o Senhor James Gama, Diretor Geral da TV SENADO para, Audiência Pública, discutir com as Senhoras e Senhores Senadores, sobre as razões da retirada das emissoras de televisão de instituições públicas da grade das empresas prestadoras de serviço de televisão a cabo, ao migrarem do sistema de transmissão a cabo analógico para o sistema de transmissão a cabo com tecnologia digital”. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº

004, de 2007 - CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a criação da Subcomissão Permanente de Serviços e Informática – CCTSINF, com 05 (cinco) membros titulares e o mesmo número de suplentes, com o objetivo de discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, passa a Presidência ao Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência para relatar o item: Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 005, de 2007 - CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos regimentais, requeiro que a Audiência Pública, aprovada por meio do Requerimento nº 007, de 2007 (CMA), de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Renato Casagrande, a fim de debater acerca de projetos de implantação de energia nuclear como parte da matriz energética do país, seja conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática”. O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e seis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a quinta reunião extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1a. Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se a 21 de março de 2007. Antes de iniciarmos a reunião submeto à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria, enquanto nós aguardamos os demais Senadores chegarem, vamos passar os requerimentos a votação dos requerimentos e depois passaremos... passaremos também a leitura dos Projetos Terminativos, enquanto chegam os Senadores. Eu queria pedir, eu queria ver, se nesse período enquanto nós aguardamos alguns Senadores e Relatores chegarem, se nós pudéssemos discutir alguns assuntos, levantar algumas discussões aqui sobre algumas coisas que estão acontecendo com relação à ANATEL, questão de ela estar dando direitos a algumas compras e outras não. Então eu queria levantar esse debate, para ver se nós conseguimos ter alguma idéia formada aqui, porque eu acho que quando o grupo se reúne é muito bom para discutir alguns assuntos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Pois não, com a palavra o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu queria pedir primeiro a inclusão extrapauta, são dois requerimentos, um é referente à Subcomissão e o outro é referente a uma Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Então, vamos submeter aos Senadores a aprovação dos requerimentos extrapauta encaminhado pelo Senador Azeredo, são dois requerimentos. Os Senadores que estão de acordo com a inclusão como extrapauta que permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Aprovou só a inclusão, por enquanto só a inclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Podemos passar direto a leitura, Senador Azeredo? Então com a palavra o Senador Azeredo, para a leitura dos seus Requerimentos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Primeiro, Presidente, nos termos regimentais requero à V. Exa convidar o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente do Conselho Diretor da ANATEL, Sr. Christopher Torto, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura, ABTA; e o Sr. James Gama, Diretor Geral da TV Senado. São os três convidados para em Audiência Pública discutir com as senhoras e senhores Senadores, sobre as razões da retirada das emissoras de televisão, de instituições públicas, da grade das empresas prestadoras de serviços de televisão a cabo, ao migrarem no sistema de transmissão a cabo analógico para o sistema de transmissão a cabo com tecnologia digital. Desde a sua implantação a grade das prestadoras de serviço de televisão a cabo ana-

lógico, contém acesso às emissoras de televisão de constituições públicas, como TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, TV Assembléia e outras. Assim entendemos que a grade das prestadoras de serviços de televisão a cabo digital devem manter o mesmo acesso, o que se explica a motivação da mudança. Da forma em que se encontra para assistir a programação nas emissoras de televisão de instituição pública, o usuário é obrigado a desconectar-se do sistema de TV a cabo e conectar-se ao sistema de TV a cabo analógico.

Pela informação que tenho, Sr. Presidente, isso já aconteceu em alguns Estados do Sul, está acontecendo agora em Belo Horizonte. As empresas de TV a cabo, além de trocarem o canal da TV Senado, por exemplo, a TV Senado era no Canal 8 e passou para o 4, mas você não consegue acessar a TV Senado se estiver ligado a TV a cabo com sinal digital, que não é a TV digital ainda não, é só o sinal digital, é só a tecnologia de transmissão no cabo. Não é ainda a TV Digital. Então eles estão instalando os decodificadores, também com o objetivo de não ter mais aqueles pontos extras na casa sem pagar taxa, os chamados "gato", né? Então o objetivo das emissoras também é esse, das prestadoras de serviços. Mas ao fazer isso eles instalam todo o menu, toda a lista de televisões, excluindo o que eles estão chamando de canais básicos, e fez só a informação, que os canais básicos estão disponíveis, basta você desconectar o codificador e ligar no outro. Então vai ter que ficar com dois controles na mão, desliga um para poder ligar o outro. Eu não entendo bem, porque eu acho que isso é um prejuízo grande, sim, a transparência que tem crescido, e nós que temos a TV Senado como um instrumento muito importante de divulgação das atividades parlamentares, também ficaríamos prejudicados. De maneira que esse é o objetivo principal.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Não, é outro assunto, só quero pedir a palavra pela ordem, posteriormente à votação desse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO (PMDB-MG): Ok, , com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O Senador

Eduardo Azeredo é um técnico em várias matérias que a gente discute aqui, é um especialista em Informática, eu acho que é uma coisa interessante, que nos chama atenção hoje, essa proposta de V. Exa, porque a gente as vezes fica... Bota no canal da TV Senado, que é uma TV que é gratuita, mas você paga o sinal. Eu acho que ela está incorporada a um recibo da TV a cabo, porque

você só tem acesso a ela por TV a cabo. A TV comum, se não tiver a ligação, ela não pega, ela não consegue receber o sinal da TV Senado, nem outras.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Senador Romeu Tuma, acabamos de inaugurar a TV aberta em João Pessoa, mais Salvador e Recife.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu sei... Você tem um investimento, é claro, muito maior. Então eu acho que é importante essa discussão até para a gente saber a profundidade dessas restrições, e dessa exploração que é feita pela TV a cabo. Isso é importante porque, inclusive, poderíamos discutir, se o Senador permitir, qual é essa TV que o Governo quer que, nosso ministro Hélio Costa...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): TV Popular.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Tem proposto à TV governamental popular. Talvez seja interessante discutir o assunto, se V. Exa. permitir.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O nosso Presidente já está falando em TV popular, já arrumaram até um nome mais bonito para vencer as resistências aí... [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito bem. É a TV pública, né? O Ministro já foi... aprovado aqui o requerimento para convidá-lo, estamos, possivelmente vamos marcar na próxima quarta-feira, ele tem agenda na próxima quarta-feira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É para discutir sobre essa questão da TV pública?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Isso, isso. Eu acho que vai ser um bom debate, todos estão interessados, ele virá aqui na quarta-feira, hoje ele me falou que tem agenda na quarta, vou ver com a Secretária para ver se é possível encaixá-lo. Neste horário, 9 horas da manhã, 15 para as nove, que vai ser um bom debate. Acho que está todo mundo querendo esse debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): A Senadora quer que seja às 7 horas agora a Audiência Pública.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Pela ordem Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu queria não só parabenizar o Senado Eduardo Azeredo pela sua iniciativa, mas também conversando aqui com o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, para que fosse feito em conjunto também com aquela Comissão, porque isso é algo que interessa dentro do direito da defesa

do consumidor. A nossa proposta é que seja conjunta, até contando com a presença do nosso Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização que se encontra aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito bem colocado, Senador Cícero. Com a palavra Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Reiterando as colocações feitas pelo eminente Senador Lucena, eu entendo que fere diretamente os interesses do consumidor, acho que essa reunião conjunta, uma Audiência Pública conjunta contribuiria muito para ilustrar essa questão. Agora eu queria cumprimentar V. Exa, que numa forma de encontrar uma alternativa para funcionar as Comissões, marca a reunião da sua Comissão muito cedo. E eu imaginava que a minha, hoje, seria a Comissão do Meio Ambiente, se teria uma reunião mais cedo, já que nós vamos discutir com os padeiros a questão dos paezinhos. Eu estou vendo aqui que Ciência e Tecnologia está levantando mais cedo que os padeiros.

[risos].

Oito e quarenta e cinco, e com um bom *quórum*. Aliás eu até estou estranhando a ausência do Senador Augusto Botelho, porque nós tivemos um compromisso ontem à noite até tarde. E ele se despediu, dizendo que tinha que estar aqui às 8 e 45.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com certeza ele vai chegar já, já.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Deve ter tido algum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Ainda em discussão o Requerimento do Senador Azeredo. Não havendo mais quem que queira discutir. Para a aprovação, os Senadores que aprovam o Requerimento continuem como estão. Aprovado o Requerimento. Segundo Requerimento, Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O segundo Requerimento, Sr. Presidente, é para a criação de uma Subcomissão no âmbito dessa Comissão de Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com cinco membros titulares e o mesmo número de suplentes, com o objetivo de discutir os serviços prestados aos cidadãos e à sociedade, mediante o uso da informática. Na justificativa está colocado que a recém-criada Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática tratará de matéria importantíssima para o desenvolvimento econômico e social do país, a prestação de serviços mediante o uso de informática ao cidadão e à sociedade. A matéria envolve computadores, suas redes, os softwares, que

os faz funcionar, dispositivos de comunicação, telefonia fixa e móvel, telefonia via rede de computadores, transmissão de sinal de rádio digital, televisão via rede de computadores, e outras aplicações da informática. Para maior profundidade na análise dessa matéria, eu entendo que é maior do interesse dessa Casa Legislativa, a criação de uma Subcomissão no âmbito da CCT. Assim estabeleceremos o acompanhamento constante das iniciativas dos Governos Federal, estaduais e municipais, na prestação de serviços ao cidadão mediante o uso de informática, conhecidos como *e-gov*, ou governo eletrônico. Estará incluído também nessa Subcomissão o acompanhamento dos esforços do Poder Judiciário, de tornar mais ágil a justiça brasileira na aplicação da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. E naturalmente discutiremos também as propostas de programas do Poder Legislativo, se tornar disponíveis ao cidadão e à sociedade, as matérias legislativas em tramitação e a divulgação do que é discutido nas Comissões Técnicas das duas Casas de Parlamento. A discussão da informática terá como objeto dispositivos, redes de sistema, onde é aplicada, do software, que os torna disponíveis para uso, e dos protocolos neles implementados, de maneira que permita o contínuo aperfeiçoamento da compatibilidade, interconectividade e interoperabilidade dos dispositivos. Poderão ser discutidas ainda as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas, da (inaudível-outro idioma) e outras normas nacionais e internacionais.

Finalmente a Subcomissão será o foro de discussão natural da inclusão digital, entendida como movimento social, que dá a todo cidadão, a igualdade, condições de usufruir as vantagens dos processos digitais em sua plenitude. Esses processos vão desde a simples navegação pelos sítios de informação da rede mundial de computadores, que é a internet, até a comunicação pessoal e íntima do correio eletrônico. Passando pela enorme gama de serviços bancários, serviços de compras de produtos, oferecimento de empregos ou oferta de serviços, que o próprio cidadão presta diretamente ou através da organização que faz parte. Da Subcomissão poderão surgir sugestões a serem encaminhadas a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, na forma de Projetos de Lei ou da necessidade da criação de normas brasileiras, que possam ser levadas à apreciação dos organismos nacionais e internacionais, já citados.

De maneira que essa é a justificativa, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras. Então nós temos aqui uma Subcomissão, já que a questão da Ciência e Tecnologia é mais ampla e nós estaríamos cuidando

facilmente dessa questão dos serviços de informática em si. É evidente que sempre há uma certa conexão, uma duplicidade, em algum momento pode acontecer, mas especificamente a informática tem a sua função, e agora mesmo a gente está vendo essa questão do apagão aéreo. O último, segundo a informação, não é a greve, é um problema realmente de software do CINDACTA, que já estaria desatualizado. Então essas questões todas acabam tendo essa chamada convergência digital, mas especificamente a área da informática, me parece que merece ter uma Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Ainda em discussão, o Requerimento do Senador Azeredo, com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, pela importância da matéria que, sem dúvida nenhuma, são várias presentes aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas nós não podemos desprezar esse que, inclusive, é instrumento para as pesquisas, para o desenvolvimento da educação. O país pagou no passado um preço muito alto pela questão da reserva de mercado na área de informática, e o mundo hoje tomou uma velocidade muito grande, e pela proposição dos assuntos que devem ser tratados nessa Comissão, o nosso voto é pela implantação da Comissão de Informática com a abrangência que foi proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Em discussão ainda o Requerimento do Senador Azeredo. Não havendo mais quem queira discutir, passaremos à votação. Senadores que estão de acordo com o Requerimento do Senador Azeredo, permaneçam como estão. Aprovado.

Acho que podemos passar direto à pauta dos Projetos Terminativos, porque temos *quórum*.

Então vamos direto ao Item 1. Projeto Decreto Lei Legislativo 09/2007, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio Centenária de Araras Ltda. para explorar, servir de radiofusão sonora e frequência modular na Cidade de Araras, Estado de São Paulo. Autoria do poder Executivo, e Relatoria do Senador Romeu Tuma, que está com Parecer favorável. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, lida a Ementa por V.Exa. só me cabe informar que toda a documentação necessária exigida pela Constituição e pela lei em vigor, estão completas, portanto somos favoráveis à sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Visto que é um Projeto Terminativo, faremos a votação dos Relatores dos votos ao final, em bloco, como é comum nessa Casa, nessa Comissão.

Passaremos então, desculpe. Em discussão o Relatório do Senador Romeu Tuma. Não havendo quem queira discutir, passaremos ao final a votação em bloco.

Item 2 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo 498/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso. A autoria do Poder Executivo e Relatoria do Senador Valter Pereira, que está com o Parecer favorável.

Temos também um outro Projeto, como é comum nessa Comissão, quando temos dois projetos com o mesmo Relator, é de conduzir diretamente os dois projetos. Então temos aqui também o Projeto de Decreto Legislativo 511/2006 que aprova o ato, que autoriza também a Associação Cultural e Comunitária de Amigos, ACCA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Juína, Estado de Mato Grosso. A autoria também do Poder Executivo, Relatoria também do Senador Valter Pereira, que é com Parecer favorável. Com a palavra o Senador Valter Pereira para a Relatoria dos dois projetos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 498/2006, nº. 2.342/2006 da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Relatório. Chega a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, um Projeto de Decreto Legislativo nº 498/2006 na Câmara dos Deputados nº 2.342, destinada aprovar o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar o serviço de radiodifusão comunitária da Cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 4912 combinado com 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra nos autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicada, que levou ao seu deferimento. Portanto, na análise, resumidamente, o exame da documentação que acompanha o PDS, nº 498/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612/98.

Ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 498/2006 não eviden-

ciou violação da legislação permanente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e jurisdição e técnica legislativa opinamos pela aprovação do ato, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O outro Parecer está vazado nos seguintes termos, o relatório: Chega a esta Comissão para exame em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº. 511/2006, 2.340/2006 da Câmara dos Deputados, destinado a aprovar o ato que autoriza a associação Cultural e Comunitária de Amigos - ACCA - a executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Juína, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da mensagem presidencial, nos termos do art. 4912 combinado com o artigo 223 § 3º, ambos da Constituição Federal.

Análise. O exame da documentação que acompanha o PDS nº. 511/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9612/98.

Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 511/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Amigos a executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer apenas um breve comentário sobre essas emissoras comunitárias, que a nossa Comissão tem aprovado com bastante frequência. Na verdade, essa modalidade de radiodifusão, que temos espalhado pelo Brasil afora, vem ensejando a toda a população, as mais distantes do país, onde não existe outro tipo de radiodifusão, um importante meio de comunicação e de cultura. E existe também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um dado importante que eu devo assinalar depois de ter viajado em meu Estado, onde tem um grande número dessas emissoras, a qualidade da programação. Em alguns casos nós temos sentido que as emissoras comunitárias têm superado até as FMs, comerciais, numa competição do ponto de vista de programa, do ponto de vista de difusão cultural e informativo de alta qualidade. Então eu acredito que ao dotar os municípios com esses meios de comunicações, nós estamos contribuindo significativamente para a inclusão social.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Muito bem colocado, Senador Valter. Em discussão os relatórios. Não havendo quem queira discutir... Pois não, Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, Sr. Presidente, questão de ordem, só depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Ok. Não havendo quem queira discutir, faremos a votação ao final. Questão de ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só como sugestão, Presidente, já que foi criada a Comissão de Informática, que se for do interesse da presidência, ouvir quais Senadores, a posteriori, que indique, que querem participar dessa Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Ok. Eu queria anunciar aqui também a presença do Sr. Bedran, que é o indicado para a ANATEL, e como um bom mineiro já está fazendo o seu trabalho de visitar os Senadores. [risos]. O indicado, claro que terá que passar pela aprovação na Infra-Estrutura, na qual o Senador Marconi Perillo é o Presidente, mas temos maior prazer em tê-lo nessa Comissão, que com certeza depois de V. Exa, essas situações de indicações para ANATEL, terá que ser indicado nessa Comissão. Já está na Mesa Diretora, para tomar as devidas decisões.

Passaremos então à votação ao final dos Pareceres do Senador Valter Pereira. Vamos agora ao Projeto de nº.... O Zambiasi não está presente, passaremos ao Item 5.

Vou pedir para nós adiantarmos um pouco, visto que o *quórum* está uma maravilha, todo mundo acorda cedo, e nós temos que ir em outras Comissões, e essas rádios são todas terminativas. Então temos que ter um número de Senadores presentes.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria até ressaltar o seguinte: eu tenho a impressão que a nossa Comissão é a primeira que produz, nos dias que realiza as suas reuniões. Eu não acredito que alguma outra Comissão já tenha assegurado algum tipo de produção neste horário, que nós estamos deliberando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sucesso total. Agora mais rápido, segundo o Senador Cícero Lucena, o pessoal que acorda cedo gosta de rapidez.

Item 5, Projeto de Lei de Decreto Legislativo nº. 418/2006, que aprova o ato que outorga a permissão a FM, SOM DAS CATARATAS LTDA. para explorar serviços de radiodifusão, sonora e frequência modulada, na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Autoria

do Poder Executivo, Relatoria do Senador Flávio Arns. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu leio só o voto, porque é pela prejudicialidade, conquanto exame da documentação que acompanha o PDS 418/2006 não tenha evidenciado a violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/1992 do Senado Federal, e embora não haja reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela prejudicialidade do ato que outorga a permissão da FM SOM DAS CATARATAS LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modular na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná diante da expressa, espontânea e pacífica manifestação de desistência da interessada. Esse é o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Nos termos no art. 334, declarado prejudicada a presente matéria. A votação se dará ao final, juntamente com os demais Projetos de Decreto Legislativo.

Passaremos ao Item 6. Projeto de Decreto Legislativo 445/2006, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente... Desculpa, Senador Marconi Perillo está?

Vamos pular porque o Senador Marconi está ao telefone.

Passaremos ao Item 7. Também não está, Demóstenes também não está. Ah, voltou, Senador Marconi adentra ao recinto.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nem todo mundo é madrugador, né, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Não, esse acorda cedo, que já estava cuidando de alguns problemas. Senador Marconi acorda cedo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valter, eu já saí de Goiânia hoje, às 6 da manhã, já estou aqui.

[Risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Goiânia vai ter uma pista complicada.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por isso que eu cheguei a tempo. Já antecipando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Então vamos. Senador Marconi, Projeto de Decreto Legislativo 45/2006 que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Comunitária, CAMINHOS DA VIDA, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itumbiara, Estado de Goiás. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Marconi Perillo.

Senador Marconi, V.Exa. estava em uma Reunião na outra sala e eu anunciava a presença do Bedran, que é o próximo indicado para a ANATEL, e que irá ser submetido à votação na Comissão de V.Exa., que é a Comissão de Infra-Estrutura. Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Pois não, Senador Wellington, nosso Presidente, terei o máximo prazer em dar a máxima agilidade à discussão e certamente à aprovação dessa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu passo à análise desse projeto, desse Parecer, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104, "c", inciso VII, cumpre a Comissão da Ciência e Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa dessas proposições. A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sobre o exame atende aos requisitos constitucionais formais, relativos à competência legislativa da União, e as atribuições do Congresso Nacional. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da lei maior à nossa Constituição. Nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sobre o aspecto da técnica legislativa observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95. O exame da documentação que acompanha PDS 445/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9612.

Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 445/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição, técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, na forma de projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o voto do Relator. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Passaremos agora ao item... Senador Sérgio Zambiasi, ao item 4. Projeto Decreto Legislativo nº

14/2007 que aprova o ato que autoriza a Associação Bairreirense de Cultura e Comunicação Social a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Novo Barreiro, no Estado do Rio Grande do Sul. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, que é um Senador do ramo. Então, com certeza, teremos um relatório bem... bem... bem reduzido [risos].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente, atendendo a expectativa de todos os colegas, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu passo imediatamente ao voto, e ao Parecer que é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos]. Em discussão o Parecer resumido e sucinto do Senador Zambiasi. E não havendo quem queira discutir, passaremos à votação, ao final.

Vamos agora ao relatório da Senadora Maria do Carmo que foi a primeira a chegar à essa Comissão, madrugou e estava no item 14 da pauta, projeto Decreto Legislativo 485/2006, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Domingos, Rádio Comunitária São Domingos FM a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de São Domingos, no Estado de Sergipe. A autoria é do Poder Executivo e a Relatoria da Senadora Maria do Carmo, a quem nesse momento eu passo a palavra. Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. A documentação que acompanha o PDS 485/2006 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição, técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, Rádio Comunitária São Domingos FM, a executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de São Domingos, Estado de Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório da Senadora Maria do Carmo. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos agora ao Item 9. Projeto Decreto Legislativo 512/2006, aprova o ato que autora a permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Porto Real do

Colégio, no Estado de Alagoas. A autoria é do Poder Executivo e a Relatoria é do Senador João Tenório. Com a palavra, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, atendendo às orientações sempre inteligentes do Senador Cícero Lucena, da Paraíba e sua determinação de ser rápido, serei. Vou logo ao voto. É... tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto Decreto Legislativo nº 512/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução de nº 39 de 1992 do Senado Federal, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à JR Radiodifusão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada da Cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas, na forma do projeto Decreto Legislativo originário da Câmara de Deputados. O voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero apenas cumprimentar o Senador João Tenório, porque ele ontem foi elogiado pelo Presidente Lula, que disse que aqueles que trabalham nas usinas de açúcar do Brasil são realmente trabalhadores heróicos, que conseguem realmente sustentar a indústria da cana e do açúcar no Brasil. O Presidente agora reconheceu, no passado ele criticava, agora ele está reconhecendo o trabalho daqueles proprietários da usina de açúcar e álcool.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Eduardo, só...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É incrível, mas é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem conhece a história do Senador João Tenório sabe que ele sempre trabalhou muito. O que precisa... Eu tenho algumas colocações que nós precisamos colocar no Senado, que quem trabalha, quem sempre trabalhou e quem consegue fazer uma situação financeira, por trabalho, tem que ser respeitado nessa Casa. Nós podemos colocar de que de repente, alguém que tem algum sucesso profissional ou financeiro oriundo de trabalho sério que possa ter em algum momento vergonha de falar que tem algum patrimônio ou de alguma maneira. Eu acho que o trabalho limpo e sério e que chega a algum resultado, tenho certeza que quem

chega a esse resultado vai sempre cuidar dos mais pobres. Eu tenho certeza disso, porque é sempre o que a gente vê, muitos não falam, mas quando você vai ver, tem sempre, tem uma creche que ele cuida, ele faz a sua parte.

Então, Sr. Senador João Tenório, eu faço as palavras do Senador Azeredo. A mim aí, é com muito orgulho que nós temos V.Exa. nessa Comissão. De toda Comissão, então.

Passaremos agora ao Projeto 10 e 11, que é Relatoria do Senador Eliseu Resende e vamos passar para o seu correligionário lutador do mesmo partido, do Estado de Minas, Senador Azeredo, o item 10 e o item 11.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, deixa só eu fazer uma correção. Não somos do mesmo partido, mais somos partidos irmãos, coligados que é o PSDB e o PFL.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): desculpa, é verdade, é verdade, bem colocado. É que eu...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Novo PD, partido democrático, o PFL.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que eu os vejo tão junto, que eu achei que eram...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente, estamos sempre unidos por Minas. O projeto é da Fundação Cultural Educativa Jorge Elias, na Cidade de Patrocínio. Patrocínio fica no Alto de Paranaíba, Minas Gerais, e é uma cidade de muito progresso, Parecer é favorável. Quero lembrar ainda que Patrocínio também é a terra do Sr. Nenê Constantino da empresa Gol, e é essa rádio vem exatamente atender mais necessidades da cidade. Parecer favorável. E o número 11, que é o projeto de Decreto Legislativo 508 que é da Rádio Comunitária da Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas, na Cidade de São Sebastião do Paraíso, que fica no Sudoeste de Minas Gerais, próximo já à divisa com São Paulo, terra do nosso Ex-Ministro e Deputado Melles, Carlos Melles. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já fez uma propagandinha do correligionário de leve, *en passant*.

Passaremos então à discussão os dois relatórios discutir. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final.

Nós temos aqui dois projetos, que seria o de Relatoria do Senador Mão Santa. Então, eu queria ver se nós nomeávamos agora o Senador *ad hoc*, o Senador Cícero Lucena, visto que é do Nordeste também, o Item

12 e o Item 13 da pauta, Senador. Se V.Exa. puder nos ajudar, viabilizaremos a pauta.

Item 12 é o projeto Decreto Legislativo 473/2006, que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Atividade de Lapão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lapão, no Estado da Bahia. Desculpe, não é da Bahia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas também é Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É claro. Relatoria do Senador Mão Santa, autoria do Poder Executivo, Senador *ad hoc*, Senador Cícero Lucena. E o Projeto nº 497/2006 que autoriza a Fundação Maricá Saraiva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Longá, Estado do Piauí. O Mão Santa não está presente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o Longá é um belo rio daquele Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos] Então, autoria também do Poder Executivo, Relatoria do Senador Mão Santa, não está presente, Senador *ad hoc*, Senador Cícero Lucena. Com a palavra, Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O projeto, Decreto Legislativo 473/2006, aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Atividade Lapão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lapão, Estado da Bahia. Tendo como Relator o Senador Mão Santa, e eu tendo o prazer de ser o Relator *ad hoc*, com o Parecer favorável.

Da mesma forma a projeto Decreto Legislativo 497/2006, onde aprova o ato que autoriza a fundação Maricá Saraiva a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Alto do Longá, no Estado do Piauí, como diz o Senador Mão Santa. Também com Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final.

Parabéns para nossa Comissão, só faltam dois itens, Projeto Terminativo que tem que ter presença, maioria significativa.

Temos agora dois Projetos Terminativos para fechar a pauta, que é o Item 7 e o Item 8. Que seria de Relatoria do Senador Demóstenes Torres, do Estado de Goiás, mas estando presente seu ex-Governador, Senador Marconi Perillo, eu acho que estará bem representado para que seja feita a Relatoria *ad hoc*, pelo Senador Marconi Perillo.

Para o item 7. Projeto Decreto Legislativo 421/2006 que aprova o ato que outorga concessão da Rede Bra-

sileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar o serviço da radiodifusão sonora, em média, e de ondas médias na cidade de Edéia, no Estado de Goiás. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Demóstenes Torres, Senador *ad hoc*, Senador Marconi Perillo.

O item 8 é o 443/2006, que autoriza a Associação Comunitária Crixás para todos executar serviço de radiodifusão, comunitária na cidade de Crixás, Estado da Goiás. Autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Demóstenes Torres, Senador *ad hoc* presente, ex-Governador Marconi Perillo, a quem eu passo a palavra nesse momento. Com a palavra o Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é um prazer relatar esses dois processos na forma de Relator *ad hoc*, passo portanto ao voto do Parecer dessa Comissão de Ciência, Tecnologia que aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Edéia, no Estado de Goiás.

O voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 421/2006 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº. 39/92 do Senado Federal. E não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição de técnica legislativa, opino pela aprovação do ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Edéia, no Estado de Goiás, na forma do Projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Passo ao segundo voto, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Crixás Para Todos a executar serviço de radiodifusão comunitária da Cidade da Crixás, Estado da Goiás.

Passo ao voto, Sr. Presidente. Tendo em vista, que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 443/2006 não evidenciou a violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Crixás Para Todos a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Crixás, Estado de Goiás na forma do Projeto Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados. Esse é voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os votos do Senador. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É ... tem apenas mais um item, eu solicito inclusão extrapauta, PDL 16/2007, aprova ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Senador, Sr. Senador, só um minuto. É extrapauta, nós temos que submeter à Comissão. Se podemos incluir extrapauta o Parecer, o Projeto do Senador Sérgio Zambiasi. Em votação. Com a palavra o Senador.

SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Eu gostaria só de verificar a possibilidade de participar também dessa Subcomissão... Tendo em vista, eu não sei quais os Senadores do bloco, mas eu gostaria, entendo possibilidade de participar também da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Será encaminhado à Mesa para ser incluído.

Em votação o extrapauta do Senador Sérgio Zambiasi. Os Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Com a palavra para o relatório, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A PDL 16/2007 que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária Cultural Santo Cristense a executar serviço da Radiodifusão Comunitária na Cidade de Santo Cristo, e o Parecer de votos são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso aqui é um Parecer resumido, excelente, né, Senador Casagrande.

Vamos agora à votação de toda a pauta de Projetos Terminativos, com esse *quórum* maravilhoso, ou seja, essa Comissão acorda cedo.

Vamos à votação. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Maria Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marcelo Crivella que chega...

MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, Senador. Então estão aprovados os relatórios.

Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Me parece que... Fui, fui contactado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministro Sérgio Resende, o ministro companheiro nosso, do nosso partido e está marcado para vir aqui amanhã, uma Audiência Pública. Ele pediu para que eu pudesse colocar para os membros da Comissão, para o Presidente... da possibilidade de alterar essa data da vinda dele aqui. Por razão bastante, bastante clara, eu acho. O Presidente não anunciou ainda, completamente, a reforma ministerial. E ele, na verdade, agradeceu pelo nome indicado pelo PSB, e nós temos todo um acerto partidário com o

Governo, ele se sentiria mais à vontade no momento depois do anúncio do Presidente com relação a essa questão da reforma ministerial. Queria colocar para o Presidente avaliar e...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., sorte do Ministro que tem V.Exa. como interlocutor. Eu submeto à Comissão se devemos ver a agenda do Ministro, que está muito bem colocada pelo Senador. Ok, aprovado. A nossa Secretaria manterá um novo contato, assim que ele confirmar, espero que seja para que possamos... Eu pediria, Senador Romeu Tuma, poderia assumir a presidência, tem um requerimento extrapauta de minha autoria... Ah, não, desculpe, desculpe. O Senador Marcelo Crivella está presente. Por favor, Senador Marcelo Crivella. Ao Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V.Exa. comunicou ao Senador Marcelo Crivella que foi apagada a expressão que ele usou ontem de Garcia Márquez na Comissão... Mandou, mandou retirar, [risos]...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra Senador Wellington Salgado para pronunciar o seu relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella. É um requerimento, nos termos regimentais requeiro que Audiência Pública aprovada por meio de Requerimento nº [inaudível] /2007, de Autoria do Exmo. Senador Renato Casagrande, a fim de debater acerca de projeto de implantação de Energia Nuclear como parte da matriz energética, seja, conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, para que possamos aproveitar numa única audiência discutir toda essa questão da energia nuclear no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu estava atendendo aqui a nossa nova e simpática, fascinante... E usando o modelinho da Rosinha, Senadora Ideli.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ela fica vermelhinha...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Fico vermelhinha mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me diga, por favor, aliás, ela ontem suscitou certos comentários de Gabriel Garcia Márquez, poéticos por sinal e que tocaram profundamente o Senador Romeu Tuma. V.Exa. acabou de ler o relatório. Em discussão os Senadores que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O requerimento. Os Senadores que

queiram discutir, com a palavra... Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra, V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu queria cumprimentá-lo pela entrevista tamanha hoje sobre a discussão da Comissão de Direitos Humanos, de um projeto que leva a prisão... Eu até estava ontem, conversando com as pessoas, e falei assim: se o padre pregar na igreja qualquer coisa, ele sai algemado... do jeito que está o projeto. Eu acho que a gente tem que preservar a vontade, acho que V.Exa. colocou perfeitamente dentro do quadro hoje que a cidadania respeita.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, e demais Senadores. Eu queria levantar aqui uma questão, e aproveitar que estava presente e não está mais, o Sr. Bedran, que é indicado da ANATEL. Eu queria... Eu acho que a nossa Comissão é uma Comissão nova, mas ela é uma Comissão que tem uma responsabilidade estupenda, V.Exa. sabe muito bem disso, e todos os demais membros da aqui.

Agora, veja bem, nessa semana nós tivemos uma decisão da ANATEL, que nós estamos discutindo sempre isso aqui, que foi uma decisão incrível. A ANATEL autorizou a TELEFONICA a usar na semana retrasada, a televisão via satélite, que é uma televisão que você pode usar no Brasil inteiro, pode ser produzida de Miami, pode ser feita a dublagem em Miami, ou seja, pode gerar emprego em Miami. E pode ter 100% do capital estrangeiro. Quando foi essa semana, a mesma ANATEL que havia autorizado a TELEFONICA a executar esse serviço, não autoriza a uma empresa da TELEMAR a poder comprar a TV a cabo de Belo Horizonte, no Estado de Minas. É uma incoerência total. O que me deixa mais preocupado, não quero dizer aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É uma decisão de três a zero.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Três a zero, mas o que me deixa preocupado, Senador Crivella, é que acontece o seguinte, num momento em que nós estamos indicando mais dois membros para a ANATEL, para compor o número de 5. Essa Comissão, porque na verdade o terceiro voto, já foi quando estava dois a zero. O terceiro

ro voto, vai votar contrário, acompanhou. Mas olha só, por que então a ANATEL está fazendo essa votação correndo? Quando o Presidente deve sair em junho e os outros dois membros estão sendo indicados pelo Senado, inclusive um já foi aprovado e falta só publicar. Por que essa correria? E o que é pior, Senador Crivella, eu não estou aqui querendo defender ninguém, por acaso são duas empresas de Minas. Agora, porque, a TELEMAR é a única empresa nacional. A TELEMAR, da TELEFONICA, é a única empresa nacional.

Quer dizer, tudo bem que nós não possamos fazer nada contra as empresas para poder o capital estrangeiro não ir embora. Temos que ajudar ao capital estrangeiro vir para o Brasil. Mas pegar o capital nacional e colocar numa situação difícil e privilegiar o capital estrangeiro, contra o capital nacional. Aí eu acho que existe alguma coisa errada. E o que me preocupada é justamente botar em votação correndo, quando dois membros novos estão chegando. Por que não esperou um pouco mais? Daqui a um mês, estariam lá os cinco membros, e poderia acontecer essa votação.

Eu tenho defendido a Associação de TV a Cabo, nós temos recebidos várias empresas para poder formar opinião sobre isso, peço a essas empresas para procurar os Senadores dessa Comissão, porque nós estamos aprendendo, essa Comissão é uma comissão nova, tem surgidos assuntos estupendos, Sr. Presidente. Fomos visitados pelo embaixador do Irã. Não é isso, Senador Tuma? Que nos colocou sobre a questão de energia limpa para fins pacíficos, que eu acho que é a solução do país. Agora, quando a ANATEL na sua independência pratica um ato dessa magnitude, eu acho que alguma coisa estranha está no ar. Alguma coisa estranha está no ar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senador, o senhor me dá licença um pouquinho?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Essa é realmente uma comissão nova, só que o assunto é novo também. Então a Comissão nasce na discussão dos temas mais delicados nessa área de comunicação. Então ela nasceu em hora correta e certa, então ela não é nova, ele é... está dentro de contexto das modificações das perspectivas que o Brasil tem, em matéria de comunicação. Então, a presidência de V.Exa. caiu do céu, porque aí damos uma puxada de orelha no Hélio Costa com facilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadores eu acho que o assunto levantado pelo Senador Wellington Salgado é da maior relevância. As pessoas no Brasil elegeram a mídia de

televisão... As pessoas do Brasil elegeram a mídia televisiva como prioridade.

Antigamente para se receber isso era em sinal aberto. Ondas eletromagnéticas que vinham pelas antenas, depois surgiu a TV a Cabo.

E agora mais recentemente ela pode vir pelos fios de telefone, cabo do telefone. Cabo de telefone não vai só transmitir apenas a voz, mas também os dados. Portanto, como nós temos milhões de aparelhos fixos, as companhias que detêm esse monopólio passam a ter estrategicamente, diria, um meio para levar televisão a cabo para as pessoas, o que coloca em risco toda uma infra-estrutura de TV a cabo que já foi.... Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, a TV Globo, abriu as calçadas uma obra monumental, criando lá passagens para os seus dutos.

Então isso precisa ser revisto. E uma decisão, e acho que V.Exa., mais uma vez, mostra o interesse que tem pelo seu Estado de Minas Gerais, foi uma decisão que realmente nos surpreendeu. Essa TV a cabo pertence ao Diário dos Associados que grande relevante serviço tem prestado ao nosso país, haja vista o Jornal do Comércio do meu Estado, Estado, Estado de Minas, o seu Estado, e tantos outros meios de comunicação. Desde a época de Chateaubriant. E que tem o direito e tinha o direito legítimo, tanto é que entrou na justiça e acredito que a justiça irá ganhar. Agora, é surpreendente como V.Exa. disse, eu acho que nós podemos nos debruçar e na próxima reunião apresentar um requerimento, para começarmos a trabalhar em cima dessas coisas, principalmente uma lei de convergência aqui para regular o setor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Crivella, o que... eu vejo o seguinte: eu acho que nós temos que fazer leis, para quê? Para que o país caminhe, para que gere empregos, para que haja crescimento auto-sustentável. No momento em que nós aprovamos empresas internacionais, que eu não sou contra, a executar um serviço, e pegamos uma empresa nacional e não deixamos gerar empregos aqui, porque essa é uma empresa nacional que está tentando comprar uma outra nacional, no entanto o voto é contra. Quer dizer, “não, olha, para nós é mais importante gerar emprego lá fora, não gerar emprego aqui dentro”. Para mim, a minha posição é sempre a favor do emprego.

E eu queria, V.Exa., até concedido num cafezinho, vou conversar com V. Exa. que tem um conhecimento grande na área, para ver se a nossa Comissão pode se manifestar a respeito ou então montar um caminho, um plano da vó, para ver se nos corrigimos isso ou tentamos conversar com a ANATEL, porque a ANATEL é órgão regulador, ela está legislando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Permite um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, com o maior prazer, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Talvez se pudéssemos fazer de início já, um pedido de informações a ANATEL sobre as duas situações, o que é que levou essa decisão discrepante que realmente não tem porque privilegiar empresas estrangeiras, tem que ser tratadas da mesma maneira que as empresas brasileira. E nesse caso específico existe um prejuízo real aí, sendo localizado no nosso Estado de Minas Gerais. Poderíamos fazer um pedido de informações, como providência imediata.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então seria um requerimento de V.Exa. nesse momento oral, poderíamos votar. Em votação, Sr. Presidente, é um requerimento oral, do Senador Azeredo, o qual eu também eu subscreveria. E aí poderia botar em votação neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então em votação o requerimento do Senador pelo Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, do PSDB, assinado também pelo Wellington Salgado e acompanhamento Senador Romeu Tuma e da Senadora Ideli, para enviarmos à ANATEL um pedido de informações sobre em que... Sobre que princípios decidiu desfavoravelmente a venda da TV, televisão do Grupo do Diário Associados do Estado de Minas Gerais, o WAYTV (F) . Em votação. Senadores que aprovam como estão. Aprovado. Não havendo mais o que tratar, declaro encerrada a presente sessão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2007.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, João Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Demóstenes Torres e José Agripino. O Senhor Presidente Senador

Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, na forma do substituto oferecido, é aprovado. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Elisiário, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a associação de moradores da cidade de Goiandira - GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiandira, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a associação comunitária beneficente Acácia Branca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas”. O relator designado é o Senador João Tenório e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Candangos do Paranoá - ACP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Paranoá, Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação da Cidadania e dos Direitos Humanos - ACDH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10

(dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Flávio Arns e Cícero Lucena requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 006, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal – CCT estabeleça entendimentos com o Ministério do Planejamento, em atenção ao expediente recebido do Fórum de Ciência e Tecnologia, constituído por profissionais da área atuantes em Instituições Públicas, para a recomposição salarial da Carreira de Ciência e Tecnologia presente em diversos Ministérios, sob a égide do Ministério da Ciência e Tecnologia”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 007, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Requer, nos termos do disposto no Art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada a “Subcomissão Temporária para o estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos” composta de 05 (cinco) membros Titulares e igual número de Suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses”. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom dia a todos os Senadores, bom dia aos senhores convidados presentes aqui. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura, a realizar-se no dia 28 de março de 2007.

Antes de iniciarmos a Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da Leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Senhores Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passaremos, imediatamente, ao primeiro item da Pauta, caráter não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº. 010/2007, que modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES – de que trata a Lei 8.405, de 09 de janeiro de 1992, e altera a Lei 11.273 de 06 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e pesquisa a participantes de programa de formação inicial e continuada para professores de Educação básica. Autoria da Presidência de República. Relatoria do ilustre Senador Eduardo Azeredo do PSDB-MG. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. Observação: tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, c/c 122, II, b, e art. 375, I do Regimento Interno do Senado Federal. Observação II: No prazo regimental, foram oferecidas cinco Emendas ao Projeto pelos Senadores Arthur Virgílio (nº. 01-PLEN), Heráclito Fortes (nº. 02, 03 E 04-PLEN) e Neuto de Conto (nº. 05-PLEN). Com a palavra, o ilustre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, senhores Senadores e Senadoras, o relatório que está anexado ao material distribuído aos Senadores, ele prevê exatamente o voto semelhante ao que foi o voto apresentado pela Senadora Marisa Serrano; nós conversamos em conjunto com o Ministro Fernando Haddad, e estivemos, a convite dele, no Ministério, de maneira que as modificações são todas elas já acordadas, com exceção deste último item, que é o item referente ao art. 3º, em que ficam criados, no âmbito da CAPES, os cargos de Comissão, de direção e assessoramento superior; são 52 cargos criados, no qual está incluído, então, conforme acordo realizado ontem, na Comissão de Educação, o parágrafo único, que diz: “Os cargos que trata esse artigo no mínimo 16, serão ocupados obrigatoriamente por servidores efetivos da CAPES, respeitados quanto aos provimentos, em qualquer hipótese, o disposto no art. 5º desta Lei”.

Eu quero lembrar que não se fez nenhuma alteração nos cargos de provimento efetivo, que são muitos, são 140 cargos de assistentes de ciência e tecnologia; 270 de analista em ciência e tecnologia. A explicação é de que uma parte desses cargos vai substituir terceirizados, mas existe um crescimento efetivo. Existe... Emendas foram apresentadas no sentido de reduzir esses cargos, mas nós achamos que seria correto

confiar de que a direção da CAPES previu o número adequado e a palavra do senhor Ministro de que isso não... Esses cargos não serão todos preenchidos de uma vez. Será um preenchimento gradativo. De maneira que não se faz nenhuma alteração nos 410 cargos efetivos. Nos 52 cargos de Comissão, é que se coloca que 16 deverão ser privativos de funcionários. Parece-me, portanto, uma alteração extremamente razoável e as outras alterações são alterações que foram todas elas consensuadas e que tratam basicamente de buscar dar maior transparência e existe também um quadro comparativo, foi distribuído para todos aí, em que se verifica que o objetivo é realmente que a CAPES possa coordenar um processo de treinamento e de capacitação dos professores de ensino básico pelo Brasil e sempre no sistema de convênios, ou seja, não será a CAPES que vai ministrar os cursos; será sempre sob regime de contratação.

De maneira, Sr. Presidente, que esses seriam os pontos mais relevantes e que eu gostaria de colocar. É evidente, tem algumas coisas que são óbvias, tem um item aqui que foi suprimido, que falava que as vagas não podiam ser supridas antes de primeiro de janeiro de 2007, que já passou. Então, outros itens são apenas de revisão semântica. O voto é favorável com o substitutivo que a [inaudível] está colocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria agradecer o trabalho realizado pelo Senador Azeredo porque foi realmente um tema muito polêmico, quando mexe numa estrutura muito reconhecida num país, inclusive na área de Educação e tenho certeza que V.Exa. teve um trabalho de poder, até mesmo com o Ministro visitando V.Exa., para que pudesse acertar, sendo V.Exa. inclusive, não do governo, mas teve uma posição bem clara e sensível às necessidades que a Educação passa hoje.

Eu queria parabenizá-lo pelo relatório. E em discussão o relatório do Senador Azeredo. Por favor, primeiramente, Senador Arns, depois o Raupp e depois a Senadora Ideli. Depois a Senadora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo pelo relatório que está apresentando, como V.Exa. colocou, em relação a uma instituição, CAPES, que tem uma história de credibilidade, de reconhecimento, de bons trabalhos, reconhecidos, desenvolvidos no Brasil.

Como o Senador Eduardo Azeredo colocou, o relatório está de acordo, inclusive com um grande debate que aconteceu no dia de ontem aqui na Comissão de Educação. Quero destacar que a Senadora Marisa Serrano, assim como foi a Relatora na Comissão de

Educação, assim como o Senador Eduardo Azeredo, aqui na Ciência e Tecnologia, colocaram alguns aspectos que eu considero fundamentais. O primeiro deles é relacionado à questão de formação de professores para a Educação básica, nos níveis e modalidades, ou seja, Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e modalidades. Educação especial, por exemplo, pessoas com deficiência, Educação de jovens e adultos. Abriu-se a possibilidade de que instituições de ensino superior privadas e que vêm tendo um papel essencial na Educação do Brasil, cite-se, por exemplo, as PUCs, Pontifícias Universidades Católicas, têm a possibilidade de participar também do projeto. Então, isto é fundamental.

Também um terceiro aspecto de que a CAPES deverá, obrigatoriamente, se utilizar da infra-estrutura educacional no Brasil, não criar uma estrutura paralela. Será feita através de convênios com instituições públicas e instituições particulares. Eu penso, Sr. Presidente, que isso vai ajudar as próprias instituições a ficarem mais próximas à comunidade, das necessidades da comunidade. Quer dizer, tem lá a instituição. Às vezes o pessoal diz: "Ah, mas a instituição está diante daquilo que a comunidade pensa". Então, vamos achar mecanismos para tentar aproximá-la mais e isto é um fator assim que permite esta aproximação.

Então, isto é um fato assim muito importante também. Houve o debate em relação à questão dos cargos, ontem, mas isso foi ultrapassado na Emenda que foi colocada. Agora, a Senadora Marisa Serrano também colocou um ponto, que eu acho importante desta avaliação anual porque, vamos dizer, todos nós concordamos que isso seja fundamental. Mas eu fico me questionando como é que a Secretaria de Educação Básica, que tem, entre as suas atribuições, a formação de professores, como é que vai ficar nessa história? Que tem uma Secretaria lá de Políticas Educacionais com cargos em Comissão, inclusive. Quer dizer, então eu diria assim, saiu da responsabilidade da Educação básica. Como é que fica a situação da SESU, que é a Secretaria de Ensino Superior? Nós estamos falando de instituições de ensino superior, de formação de professores, de acompanhamento, formação continuada e não se mencionou, em nenhum momento, que vai ser com a SESU. O que é que vai ser? Quer dizer, eu fico até pensando assim, há um demérito, um desprestígio para essas Secretarias assim... A gente pensar: "Não, vocês não sabem fazer, vamos criar uma outra estrutura para que seja feito aquilo que vocês deveriam fazer e não estão fazendo". Então, eu acho assim meio problemático.

Mas isso não tira o mérito principal da idéia, de que temos que formar professores com Faculdade e

temos que acompanhar a formação desses professores. Mas nós, que somos da Ciência e Tecnologia, do ensino superior, da Educação, nós temos que pensar nessas relações todas que estão aí acontecendo e observar, como é que tudo isso vai ser concretizado na seqüência.

Mas quero parabenizar o Executivo pela força nessa área e os Relatores, tanto o Senador Eduardo Azeredo como a Marisa Serrano. E dizer que é um projeto sobre o qual eu acho que muito esforço deve ser feito porque é para melhorar bem a área da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns, V.Exa. coloca com muito entendimento de toda essa situação. Eu acredito que no MEC, por questões até de indicação, muitas vezes, de repente você tem a SESU, que não tem muito canal com a direção maior, e aí se começa a isolar um órgão tão importante, que é a SESU, por questões políticas. Eu acho que isso tem que ser corrigido.

E uma outra situação muito importante, Senador Arns, é que eu acompanho essa questão da Educação, essa área da Educação. Nós tivemos uma situação muito séria, que vai acabar repercutindo no Senado Federal ou no Congresso. Foi criado o Sistema de Avaliação Nacional, onde são avaliados e indicados, na grande maioria, professores qualificados da Universidade Federal. Conseqüentemente, o professor, ao aplicar a avaliação, ele saía da Universidade Federal e aplicava a avaliação. Então, ele deixava de estar com uma dedicação exclusiva para praticar um outro ato, que ele é competente para praticar essa fiscalização porque são altamente qualificados. Só que o TCU deu uma decisão que ele não pode fazer isso. Ou seja, o funcionário está ganhando duas vezes: Como dedicação exclusiva e mais a remuneração que recebe pela fiscalização. O TCU parou. E o sistema de avaliação hoje está parado por quê? Porque vai ter que se encontrar uma solução legal para isso, para essa situação que o TCU disse que não pode. E quando nós criamos esses cargos aqui, nós estamos acabando... Não vamos deixar que a CAPES caia no mesmo problema. Eu, pelo menos, vejo dessa maneira, ou seja, criou o cargo, ele é funcionário dali, para essa única e exclusivamente para resolver esse problema.

Então não tem uma situação que venha a acontecer, como aconteceu agora, com o grande trabalho de avaliação que estava acontecendo, porém, legalmente, que o TCU acho que também está com toda a razão, mas criou um constrangimento e parou o sistema. Eu acho que com essa situação das vagas não vamos ter esse problema. Com a palavra, o Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, esse é, sem dúvida, um projeto importantíssimo para a Educação do país. E eu quero parabenizar o relatório do nobre Senador Eduardo Azeredo que, com brilhantismo, conseguiu aperfeiçoar esse projeto já debatido exaustivamente ontem na Comissão de Educação. E a Universidade tem um papel muito importante na formação dos profissionais de Educação, e eu cito aqui um exemplo do meu Estado, o Estado de Rondônia que, nos últimos anos, a Universidade Federal, a extensão da Universidade Federal lá no Estado, a UNIR, através dos seus campi espalhados por todo o Estado tem formado milhares e milhares de professores da rede básica de ensino do Estado. E, com a aprovação desse projeto, eu não tenho dúvida de que a CAPES irá, com mais condição, ajudar na formulação das políticas educacionais, no desenvolvimento científico e tecnológico do país. E é isso que o Brasil está precisando, de melhorar o nível da Educação. O problema não está, talvez, lá na escola e sim na formação do professor. E a Universidade... A CAPES vai, com certeza, melhorar a qualidade dos nossos professores do país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pela colocação, meu líder do PMDB, Senador Raupp. Com a palavra, Senador Lucena. Ah, Senadora Ideli. A senhora, V.Exa. faz o fechamento? Senador Lucena, por favor, com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, parabenizar os dois Relatores, tanto a Senadora Marisa, na Comissão de Educação, como o Senador Eduardo Azeredo, quando, no papel que nos cabe exatamente do diálogo, do avanço das conquistas estão relatando esse projeto de tamanha importância, principalmente na reestruturação de um órgão que é reconhecido por todos nós o seu papel e a sua contribuição que vem dando e que pode ser ampliado em particular agora na formação dos professores.

Então, eu quero reconhecer, dar o meu testemunho, o meu reconhecimento em relação a esse projeto. Da mesma forma, aproveitando, já que estou fazendo o reconhecimento, me permita também reconhecer o trabalho da assessoria dessa Comissão, ao fazer esse quadro comparativo que, sem dúvida nenhuma, nos facilita muito, nesse trabalho. Então, eu quero aqui parabenizar essa assessoria. Espero que seja mantido nos demais projetos, bem como estendida às outras Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é o

problema, Senador Lucena, faz muito bem o primeiro, depois não há como melhorar.

[risos].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas eu confio na assessoria. Então, Presidente, eu queria dizer que, ao reconhecer, os Senadores aqui já deram o seu testemunho, mas eu vivi uma experiência que para mim foi muito importante, como Prefeito da cidade de João Pessoa e chegamos, em determinado instante, onde identificamos que existiam, pelos índices, cerca de 40 mil pessoas analfabetas na cidade de João Pessoa. E nós estabelecemos, eu quero com isso ilustrar a importância de ter um instrumento como esse que nós estamos aqui apoiando, e, naquela oportunidade, nós estabelecemos uma meta de, em quatro anos, erradicar o analfabetismo na cidade de João Pessoa.

No primeiro ano, nós conseguimos alfabetizar 15 mil. Isso só foi possível porque nós tivemos a parceria com as instituições universitárias da nossa cidade. Participou a Universidade Federal, participou a Universidade Estadual, participaram as Universidades particulares. Nós conseguimos, inclusive mudar a grade curricular dessas Universidades, para que o aluno que estava em fase de terminar o seu curso, pudesse ver como um estágio é... Esse processo de alfabetização com o devido acompanhamento das turmas que foram formadas. Eles foram remunerados, tiveram bolsas para fazer esse processo de alfabetização. E, no primeiro ano, nós conseguimos alfabetizar cerca de 15 mil jovens e adultos.

Então, eu acho que essa parceria, esse papel que é reconhecido por todos nós da CAPES, com essa nova estrutura, todos nós só vamos ter a oportunidade de avançar em algo que todos consideram importante, que é a Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Lucena, eu tive a oportunidade de ver um vídeo que V.Exa. me apresentou, onde mostrou um tratamento de um lixão, que é uma coisa incrível, porque V.Exa. me mostrou antes, como era e, após, como ficou. E conheço também o trabalho de V.Exa. na área de Educação também. E, realmente, é muito bom ouvir essas palavras de V.Exa. porque tem o conhecimento na área. Mas, além de tudo, V.Exa. tem algo mais no coração, porque realmente para fazer aquele tipo de trabalho e ter o poder da visão, de poder ver algo como era e falar: "Eu vou fazer assim", que é isso que diferencia os homens, entendeu? E Deus também ajudando, é claro. Mas eu queria até, se V.Exa. pudesse, passar esse vídeo para os demais Senadores, distribuir para dar uma olhada e é um trabalho sensacional, que eu acho que todos os Senadores aqui têm capacidade e

até... ou novas idéias para fazer algo parecido com o trabalho realizado por V.Exa.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Senador Presidente. Inclusive, naquele vídeo, mostra a alfabetização dos ex-catadores do lixão, exatamente nesse programa que eu acabo de me referir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É. Espero que o--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Espero que o ex-senador Ney Suassuna não fique muito enciumado com esse meu carinho com V.Exa. Com a palavra, Senadora Ideli Salvatti, nossa líder.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, senhores Senadores, acho que nós fizemos ontem um debate até acalorado sobre este Projeto. E, como todo o debate acalorado, pelo menos a gente espera, que o resultado seja positivo. Eu tenho o entendimento de que foi positivo. Primeiro porque, nas conversas mantidas entre o Ministério da Educação, de forma especial o Ministro, com os Relatores, o Senador Eduardo Azeredo e a Senadora Marisa Serrano estiveram fazendo as tratativas, vários aprimoramentos foram feitos de comum acordo com o próprio Ministro e os Relatores. Outros não. Não houve, e depois aqui nós tivemos condição de fazer a negociação.

Agora, eu gostaria de trazer alguns elementos. O primeiro deles é de que, como eu disse ontem, talvez a melhor maneira de nós homenagearmos Darcy Ribeiro é, depois de 10 anos, de ele ter sugerido em 1997 a criação da Universidade Aberta, que é esse instrumento em parceria com as instituições, sejam públicas ou privadas, para dar condições de capacitação, formação, aprimoramento dos professores, que a gente possa homenagear o Senador, o grande brasileiro Darcy Ribeiro, concretizando esta idéia que ele teve lá em 1997, que é exatamente essa reestruturação da CAPES, toda esta ampliação das tarefas da CAPES; vai se dar principalmente para poder cumprir este objetivo, que é o objetivo de capacitar e formar professores através do ensino à distância, com esta idéia concebida por Darcy Ribeiro há 10 anos atrás. Há mais de 10 anos atrás. Então, eu acho importante deixar isso registrado. Já falei isso na Comissão ontem, acho importante deixar registrado aqui também na Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia.

O debate que nós estamos fazendo e a expectativa que está criada, inclusive com algumas iniciativas até louváveis, da grandeza política, como aconteceu na Comissão de Educação do Senador Cristovam

Buarque, propondo até voto de aplauso ao Ministro Haddad pelos debates todos que nós estamos agora acompanhando e as medidas que deverão ser anunciadas, está bastante claro de que o foco é a Educação Básica e qualidade da Educação. E não tem como você tratar e superar os desafios da qualidade da Educação se não for através do agente educador, do professor. Então, todas as medidas que nós adotarmos para que os professores possam estar permanentemente sendo aprimorados, o seu trabalho, permanentemente ampliando as suas condições de exercer com mais dignidade e mais eficiência o seu trabalho educativo é muito importante.

Por isso que o projeto que nós estamos votando, o ideal seria se não precisasse aprimorar nada, até que a gente aprovar como veio da Câmara, até para agilizar. Mas, como teve mudanças, inclusive, várias delas de acordo com o Ministério e as conversas ontem e hoje evoluem, eu acho que nós temos que aprovar mesmo, rapidamente, até para que, antes que ele comece a trancar a Pauta, que é a partir de 04 de abril, a gente possa ter o projeto transformado em Lei.

Agora, eu queria aqui registrar duas questões. Ontem, nós fizemos um grande debate, acho que pegou fogo na história dos cargos. Na história dos cargos. E a gente dizia o tempo todo que a prática, a prática do governo atual tem sido, de, preferencialmente ocupar os cargos comissionados sim por pessoas do próprio quadro, do efetivo. E, como na hora do debate não conseguiu chegar a tempo, eu não pude fazer o registro, que eu faço questão de fazer hoje, Sr. Presidente, que é o seguinte, não só é uma prática, como é algo que está estabelecido através de Decreto do Presidente da República. O Decreto nº. 5497.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Aliás, é ético, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O quê?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Aproveitar, numa carreira, o pessoal que já está há anos prestando serviços.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É claro, é ético, é eficiente e tal. Mas o Decreto 5.497, de 21 de julho de 2005, ele estabelece, no art. 1º, eu que faço questão de ler, até para que isso fique público, que a gente pare, muitas vezes, de perder tempo com debates que têm, obviamente, aqui numa Casa política como a nossa, a gente não pode eliminar o debate da contradição e do contraponto político-partidário. Mas o art. 1º diz o seguinte: “Serão ocupados exclusivamente por servidores de carreira os seguintes cargos em Comissão do grupo, direção e assessoramento superior, DAS”, que, aliás, são os cargos que tratar aí o 52 criados, “da administração pública federal direta,

autárquica e fundacional”. “Inciso I - 75% dos cargos em Comissão, DAS, e níveis 1, 2 e 3”.

Portanto, dos 52, nós fizemos uma obrigatoriedade de ser 16, está inclusive abaixo, muito abaixo do que o próprio Decreto do Presidente Lula estabelece. 75% dos DAS, 1, 2 e 3 são obrigatoriamente do cargo, do quadro efetivo, dos concursados; 50% dos cargos em Comissão, DAS, nível 4.

Portanto, aquilo que nós debatemos tanto ontem e criou tanta celeuma, nós fomos inclusive, na Emenda, nós fomos até... Digamos assim, menos exigentes do que o próprio Presidente Lula em 21 de julho de 2005, quando ele assinou esse decreto, estabelecendo que metade dos DAS, nível 4 e 75% dos DAS 1, 2 e 3, obrigatoriamente têm que ser do quadro efetivo de carreira do órgão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não fala nada do DAS 5, que é o de maior salário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas o... É engraçado, porque assim, olha, eu não queria fazer essa provocação, mas, assim....

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou acompanhar o debate.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nem esta exigência durante o governo de V.Exas. Tinha por decisão presidencial. Então--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

É, pela primeira vez na história desse país.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, tudo o que não fizeram, exigem que seja feito. E, mesmo quando a gente faz melhor do que fizeram, ainda falta um pouquinho a mais. Mas, aqui nós estamos tudo sangue doce hoje.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A senhora quer abrir a polêmica ou quer terminar a polêmica?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu quero terminar a polêmica, porque estamos todos sangue doce hoje.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O Senador disse que a senhora ia terminar a polêmica, mas normalmente abre a polêmica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu, como Presidente, é uma maravilha ver esse debate, assistir esse debate, mas nós temos algumas rádios que são terminativas e se nós não aproveitarmos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aproveitar o *quórum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E eu estou sentindo que esse debate vai continuar um pouco mais, o Senador Romeu Tuma pediu a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu só queria dar uma palavrinha, se fosse possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V.Exa...
Aí é um aparte à Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador, só falta um último item aqui que eu queria registrar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Eu queria só, Senadora, primeiro dizer que eu não posso negar a amizade com o Presidente Lula; ele pode, eu não porque eu a mantive há mais de 30 anos. E acredito que é o mesmo. O que a gente tem que pensar é o que o país precisa, se o Presidente anterior fez ou não fez, ou fez menos do que podia, ou fez mais do que podia, nós temos que pensar o que é necessário agora. Eu sei que o Senador Haddad é uma pessoa de bem, jovem, Ministro Haddad, é jovem, pode ser Senador, no futuro, não sei se ele tem idade para isso, mas pode ter um futuro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
la ter milhões de votos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Ele tem tido uma preocupação com o ensino. Eu acho que ele está dando alguns passos. Se é o melhor ou não, é uma outra coisa que nós temos que discutir aqui. Eu conheço a problemática do CAPES, porque eu tenho um filho que foi estudar nos Estados Unidos, a luta para que ele pudesse ter a bolsa correspondente para continuar os seus estudos. Ele foi em razão da bolsa do CAPES e nós tivemos que ajudá-lo porque, às vezes falhava 4, 5 meses. Então, essa discussão, ontem, da Senadora Marisa Serrano, com a Senadora Ideli, que foi sadia, não houve assim uma disputa de ordem político-partidária, era no interesse da Educação. Então, se buscou aqueles 16 cargos que fossem ocupados dentro do total que é proposto pelo governo, não se criava nenhum, mas 16 seriam por concurso público, é isso mesmo, Senadora?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É que dentre os comissionados.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Dentre o total de 52.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 16 obrigatoriamente teriam que ser efetivos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Teriam que ter feito um concurso público. Já é uma grande vantagem porque eu sou um batalhador pelo concurso público. Não consegui fazer aqui. E ainda ontem falei com o diretor do pessoal que o meu coração sangrava até hoje de não ter conseguido. Ele disse que está viva a proposta e não consegue fazer o concurso para o Senado. E é importante que a gente tenha quadros

que tenham um vínculo forte com a área que está sendo administrada. Por exemplo, você tem o chefe de gabinete, eu tenho, todos nós temos, da Casa, de carreira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Competentes.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Competente, de carreira, que conhece e tem vínculo permanente com a Casa. Não estou falando dos APs e tudo que a gente nomeia, mas é à vontade de cada um de nós, mas cargos importantes têm que ser realmente por concurso público. Ninguém pode entrar de outra forma para ter uma dedicação permanente na Casa. Então, eu acho que essa solução que foi encontrada harmonicamente, depois de discussão, concordância. Você vê que é bonito, a Educação, a briga foi entre duas mulheres. Uma briga sadia, que buscou o melhor para a Educação, da Senadora Marisa, que eu presto homenagem, e a Senadora Ideli, que concordou e encontraram um ajuste que eu não sei se vai servir para nós aqui. Acredito que sim, pelo que a Senadora está expondo é.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque, como eu, como eu expliquei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa o aparte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com a leitura do Decreto, Senador Romeu Tuma, o acordo aqui está aquém do que o próprio—

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Está sacramentado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Decreto de 2005 já estabelece com rigidez.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O parágrafo único fala no mínimo. Então, está bem, estamos no mínimo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agora, por último, Presidente, só para completar, eu apenas gostaria de deixar registrado, acho que o acordo está bem construído e tal, mas eu não poderia deixar de fazer um registro porque no inciso I do art. 2º foi colocada uma preferência, que ela é absolutamente salutar. Mas como toda essa reestruturação da CAPES é para nós podermos dar andamento ao “Universidade Aberta do Brasil”, de forma prioritária, não é só isso, mas prioritariamente ao “Universidade Aberta do Brasil” e o “Universidade Aberta do Brasil” é para implementar a capacitação dos professores, a formação dos professores, através do ensino à distância, quando se coloca que dar-se-á preferência ao ensino presencial, é lógico que nós todos temos que ter um entendimento que, numa modalidade de ensino à distância, feito em

parceria com entidades instituições públicas e privadas sérias e responsáveis, a gente tem a consciência de que esse ensino à distância será feito com muita qualidade. Mas, o preferencial, ser presencial, em muitos casos, talvez não possa ser executado.

Então, assim, o preferencial tem que ter mesmo este entendimento de que seria o salutar, o mais adequado, mas como a modalidade já estabelecida é à distância, no caso da Universidade Aberta, que a gente não tenha o entendimento que, ao colocar aqui, depois se entre numa exigência que a própria modalidade de ensino já não estabelece como prioritário ser o presencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero dizer a V.Exa. que eu fiz doutorado em ensino à distância. Eu acho que a metodologia do ensino à distância, ela é uma metodologia centrada nos meios. Hoje você tem centrada no professor ou no aluno. Mas, no entanto, o ensino à distância é centrado nos meios. Quando eu estudava lá na Espanha, todos falavam assim: "Que o Brasil é um país criado para o ensino à distância". E, no entanto, isso levou anos para que pudesse aparecer uma Universidade de educação à distância, como a que o Ministro Haddad está conduzido. Quando todos, em outros países, como Cuba tem ensino à distância, Costa Rica tem ensino à distância e o Brasil não conseguia ter. Faltava vontade política... Credibilidade e faltava vontade política. Eu acho que é isso e o Ministro Haddad vem, acho que a solução do país é esta, entendeu? Temos que levar o professor até o local por meios, por imagem, por informática, como V.Exa., que é um especialista nessa área. E, muito feliz essa idéia do Ministro Haddad e espero que ele conduza, e o Senado está fazendo a parte que nos compete, que é realmente dar os funcionários que ele precisa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador, ainda, para discutir o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, só para esclarecer que a questão da preferência é apenas na formação inicial de profissionais do magistério. Na formação continuada, não há a palavra, não há essa referência à preferência do ensino presencial. É que na formação inicial, é evidente que é preferível o ensino presencial do que no continuado. Agora, sem querer repetir que, pela primeira vez, na história desse país, eu quero dizer que uma coisa que é muito clara é que, pela primeira vez, no Brasil, está caindo o número de alunos do ensino básico. Isso está caindo. Por quê? Pela questão demográfica que os brasileiros hoje, as

brasileiras estão tendo menos filhos, não é isso? Então, nós já chegamos a um patamar que já prevê e já está acontecendo, no meu estado de Minas Gerais, nós temos hoje 500 mil alunos a menos na rede estadual. E isso faz o quê? Faz com que realmente esse seja o momento de nos dedicarmos exclusivamente, ou não exclusivamente, mas dedicarmos mais à questão da qualidade sim.

Quer dizer, houve, num primeiro momento, um esforço para colocar todo mundo na escola. Então é isso. Vamos olhar para frente mesmo. Quer dizer, os governos passados fizeram esse esforço de colocar todo mundo na escola. Agora nós estamos no segundo, num outro momento, é o momento de nós conseguirmos a melhoria da qualidade, com o treinamento dos professores porque não se tem mais aquela necessidade tão imperiosa. Claro que existe ainda, mas não tem que se construir uma escola a cada mês, a cada ano, feito os municípios todos tinham que fazer. Lembro-me bem, Presidente, que eu fui uma vez, quando era Prefeito de Belo Horizonte, num encontro internacional de Prefeitos, eu fiquei morrendo de inveja de um Prefeito de uma cidade européia que dizia assim: "Não, lá nós temos que dar manutenção nas escolas só, nós não construímos novos prédios não". "Pois eu aqui tenho que construir 15 por ano e assim por aí vai". Porque tamanha era a demanda brasileira de aumentar o número de alunos. Agora não. No ensino básico, nós já chegamos a um patamar que já começa até a cair. No ensino médio não. Ainda estamos crescendo exatamente fruto dessa pirâmide educacional.

Mas o papel da CAPES, eu quero terminar, mostrando a importância e cumprimentando pelo trabalho que a CAPES faz. O trabalho exatamente que fez até hoje, que foi esse sempre de bolsas de estudo no exterior, de orientação na questão de pós-graduação. E eu acredito que essa iniciativa, ela pode ser sim muito bem sucedida na melhoria da formação dos professores de ensino básico.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que nós já podemos passar à votação. Acredito que o debate foi feito. Então, botamos em votação o relatório do Senador Azeredo. Os Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Eu pediria agora aos Senadores, nós vamos votar as outorgas de rádio. Eu pediria um pouquinho de paciência, vou procurar ser o mais rápido possível.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, questão de ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu vou ter que participar de uma Comissão de biocombustível agora, se não fosse inconveniente para os nossos colegas Senadores, eu gostaria de pedir uma inversão da Pauta, serei breve como V.Exa. determinou na última Sessão. Lerei apenas o voto sem querer atrapalhar os demais Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação a inversão de Pauta. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Agora, Senador João Tenório, o senhor teria que ler o seu relatório e aguardar um pouquinho porque senão nós estamos com o *quórum* apertadíssimo, senão não vai valer de nada. Acho que 10 minutos no máximo. Se V.Exa. pudesse aguardar. Senadora Ideli, não fuja! Não fuja! Então, passaremos... Aprovado. Com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Wellington, não fique preocupado. O senhor não vai ficar só com Senadores nesta sala.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos, então, ao item 04. Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2006, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Acácia Branca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas. Autoria: Poder Executivo. Relatoria: Senador João Tenório. Com parecer favorável. Com a palavra, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, lerei apenas o voto, no sentido de ser rápido e não trazer nenhum transtorno para os senhores Senadores. Tendo em vista--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O senhor pulou o 02, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Inverti a Pauta. Fiz votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Desculpa, não, não, tudo bem, é que eu estava preparado aqui. Eu queria até depois fazer uma proposta.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 455/2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Acácia Branca, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco, ao final. Voltaremos ao item 02 da Pauta. O Projeto de Lei legislativo 13/2007, projeto que aprova o ato que outorga permissão a Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Elisiário, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Romeu Tuma. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria pedir a palavra a V.Exa. dois minutos, porque eu queria relatar rapidamente aqui no dia em que o Presidente Lula tomou posse, e V.Exa. estava ao meu lado. E, naquele momento, nós dois conversávamos e V.Exa. falava: "Olha, Senador Wellington, está ali um homem que foi preso na época que eu era da Polícia Federal e, no entanto, acabei ficando amigo desse homem que acabou sendo um Presidente reeleito do país". Eu queria dizer a V.Exa., Senador Romeu Tuma, que V.Exa. realmente é, mostra o que é ser um bom policial. E a vida de V.Exa. inteira, sempre foi um bom policial, conhecido até como xerife, bem reconhecido. E que esse tipo de situação que acaba acontecendo no passado, muitas vezes, não se torna público e não vem a público. Então, mais uma vez, V.Exa. demonstrou, naquela conversa, naquele momento em que o Presidente Lula fazia o seu discurso de posse, que V.Exa. sempre foi um grande policial e que, por ter sido um grande policial, acabou cuidando de um homem que veio a ser um Presidente reeleito do Brasil.

Então, só queria tornar pública essa, aquela situação que era fechada entre nós dois, mas que V.Exa. merece todo o carinho e todo o respeito pela sua profissão. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Agradeço a V.Exa. sempre com o coração amável para com esse teu amigo. Agradeço sinceramente. Lida a Ementa por V.Exa. Preenchidos todos os pré-requisitos exigidos por lei somos favoráveis à aprovação do decreto legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório do ilustre Senador Romeu Tuma. Não havendo quem queira discutir, faremos a votação em bloco ao final. O item 03 aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da cidade de Goiandira - GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiandira, Estado de Goiás. Autoria do

Poder Executivo. Relatoria seria do Senador Marconi Perillo. Com parecer favorável, será “ad hoc” o Senador Gilvam Borges, o Senador mais rápido para ler relatório de todo o Brasil. Com a palavra, o Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 444/2006, essa relatoria opina pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. foi um pouco mais lento do que ontem. Ontem V.Exa. foi bem rápido. Hoje V.Exa. foi um pouco mais lento, acho que é o horário matinal.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): É justamente para ganhar tempo, Sr. Presidente, eu estou sentindo que V.Exa. quer mais *quórum*.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdade. Quem queira discutir o relatório lento do Senador Gilvam Borges... Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação final. Item 05 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo 448/2006, aprova o ato que autoriza a Associação de Candangos do Paranoá, ACP, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Paranoá, Distrito Federal. Autoria do Poder Executivo. A relatoria seria do Senador Demóstenes Torres, meu ilustre amigo, que não está presente, mas será representado pelo meu grande líder do partido, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com muita honra, Sr. Presidente, que relato *ad hoc* o parecer do nobre Senador Demóstenes Torres, que é pela aprovação, e eu ratifico o relatório do Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, eu queria dizer que V.Exa. encaminhar segurei V.Exa. em qualquer caminho que V.Exa. mostre. Item 06. Projeto terminativo, projeto de Decreto Legislativo nº. 07/2007, que aprova o ato que autoriza a Associação de Cidadania de Direitos Humanos, ACDH, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso no Tocantins, Estado do Tocantins. Autoria do Poder Executivo. Relatoria seria do Senador João Ribeiro, que não está presente, mas será muito bem representado pelo Senador Cícero Lucena. Com a palavra, o ilustre Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): [inaudível] e como relator *ad hoc*, nomeado pela Presidência, o parecer do ilustre Senador João Ribeiro é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos agora à votação de todos os projetos terminativos para aproveitar, como disse bem o meu Senador Gilvam, aproveitar o *quórum*, não é isso, Senador?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora, minha líder, Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho dois líderes, líder do partido e líder do governo, que diz que não é mais líder, mas é líder. Senador Valdir Raupp, meu líder.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os relatores, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, o xerife.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Com os senhores Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador João Tenório, que está aqui fora, vai vir. Acho que já foi chamado. Senador Eduardo Azeredo. Senador, como devo anunciá-lo? Ainda é o Senador do PFL de Minas ou tem outro nome o partido?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Não, ele é PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, desculpe, PSDB. É isso mesmo. Do PFL é outro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É outro Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, peço, realmente, é que V.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sou fundador do PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. anda tão colado com o Senador Eliseu, que eu fiquei.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Somos amigos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador, ele é do partido que lhe aguarda.
[Risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cícero Lucena, como vota, Senador?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Ok, temos *quórum*, aprovado. Vamos lá. Temos aqui sobre a Mesa... Temos relatoria *ad hoc* alguma? Não, não, *ad hoc* não, extra Pauta? Não. Temos sobre a Mesa Requerimento do Senador Flávio Arns. Requerimento. Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu leio o requerimento, senhor Presidente, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, esta Comissão, estabeleça entendimentos com o Ministério do Planejamento, em atenção ao Fórum de Ciência e Tecnologia, constituído por profissionais da área, atuantes em instituições públicas, para recomposição salarial da carreira de Ciência e Tecnologia, presente em diversos Ministérios, sob a égide do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os baixos salários da carreira não são atrativos a novos talentos, acarretando, inclusive, a perda de efetivos o que compromete o desenvolvimento tecnológico e científico, essencial para o progresso do país. Os profissionais da carreira de Ciência e Tecnologia do serviço público devem ser valorizados sob todos os aspectos, com condições adequadas de trabalho e remuneração à altura dos importantes trabalhos que desenvolvem. Somente assim o poder público garantirá a presença do Brasil entre as nações que consolidam a própria soberania na área do Desenvolvimento Tecnológico e Científico.

Eu explico, Sr. Presidente, no sentido de dizer que vários Ministérios possuem a carreira da Ciência e Tecnologia. E nós estamos na Comissão de Ciência

e Tecnologia. E nada melhor do que, para se avançar na área, para se abrirem caminhos, ter-se perspectivas, é termos quadros bons, remunerados, prestigiados, valorizados, com planos de carreira. E esse debate vem acontecendo. O Presidente Lula designou o Ministro da Ciência e Tecnologia para ser o interlocutor nesta área. E eu tenho a correspondência do Ministro da Ciência e Tecnologia para o Planejamento, datado de junho do ano passado. E a situação ainda continua em debate, não é? Inclusive, eu tenho aqui a carta do Presidente da CAPES, que nós discutimos hoje a situação da CAPES, pedindo para que o Ministro Fernando Haddad interfira junto ao Planejamento, para se abrir, assim, esse canal de diálogo, de entendimento, para se achar uma solução.

Tenho aqui a carta do Ministro Valdir Pires, do Ministério da Saúde, de vários Ministros, porque a Ciência e Tecnologia está em vários Ministérios, não é? Então, é um Fórum de Ciência e Tecnologia. E eu, aí a nossa Comissão, eu digo: "A gente precisa ter os cientistas aí nessas áreas, pelo menos assim dizendo: Não, nós estamos escutando, estamos ouvindo, estamos querendo ajudar. Porque a Ciência e a Tecnologia irá para frente se essas pessoas forem prestigiadas".

Então, eu sugiro, Sr. Presidente, que a Comissão entre em contato com o Ministro do Planejamento para ser algo institucional, não particular meu, mas da Comissão, entre em contato, pedindo um horário para receber o Fórum de Ciência e Tecnologia, que o Ministro possa escutar o Fórum de Ciência e Tecnologia. E tenho certeza que o Ministro Paulo Bernardo não vai se furtar a fazer isso porque ele é uma pessoa extremamente democrática também. E que, nesta primeira reunião, alguns representantes desta Comissão estejam presentes. Só na primeira reunião, para abrir o entendimento. E, depois, a gente acompanha à distância, porque não é função também dessa Comissão ficar de perto acompanhando as tratativas de plano de carreira, salariais. Mas, pelo menos, abrir o entendimento, o diálogo, o caminho.

Então, eu sugiro, eu posso estar lá, sugeriria que alguém mais pudesse estar, o Senador Cícero Lucena, o Senador Eduardo Azeredo, não é? Pelo menos nós três, se o Senador Cícero Lucena concordar, Senador Eduardo Azeredo, vamos juntos na primeira reunião, em nome da Comissão. E depois, a partir daí é uma negociação que tem que se estabelecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Senhor Presidente, sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o requerimento. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Primeiro, pedir para o Senador Arns não falar de democrata, que o PFL hoje é democrata. Quem for democrata deve estar inscrito no PFL. Não acredito que o Ministro esteja. Mas é... Eu queria cumprimentar o Senador Arns pelo requerimento, e é claro, a Comissão proposta por ele, nós temos que aguardar a aprovação de V.Exa. para que V.Exa. designe a Comissão indicada por ele. E acho que é tranqüilamente importantíssimo que se dê início por aqui, por esta Comissão, dessa discussão proposta pelo Senador Arns. E peço desculpas por tê-lo alertado, que agora o PFL é democrata. Que V.Exa. fez confusão com o nosso Azeredo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É porque eu acho o Senador Azeredo com uma cara tão democrata, que aí eu sempre me engano. Segunda vez.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): O grande problema foi o diminutivo, se era "Demo" ou se era PD. Essa coisa deu uma confusão. Não sei como vai decidir agora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quando eu mencionei os nomes, eu mencionei aqui porque estava olhando para as pessoas. Mas nós gostaríamos muito que o Senador Romeu Tuma e outras pessoas, a critério de V.Exa. fizessem parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação o requerimento. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Senador Flávio Arns, a Presidência passa a V.Exa. a nomeação da Comissão porque, com certeza vai acompanhá-lo. E a presidência imediatamente, encaminhado por V.Exa., indicará essa Comissão. Sobre a Mesa requerimento extra Pauta do Senador Cícero Lucena. Um requerimento que eu pediria ao próprio Senador que lesse e que justificasse. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, o meu requerimento é, nos termos do disposto no art. 73 do Regimento Interno do Senado, que seja criada a Subcomissão Temporária de Estudo, Acompanhamento e Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos. Com a sua composição de 05 membros titulares, igual número de suplentes, com um prazo de funcionamento de 12 meses.

A justificativa é que nós temos conhecimento e estamos vivendo e reconhecendo a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento de todos os países e, em particular, do nosso país. Então, em todos os países do mundo, as questões relativas à tecnologia assumem um papel crucial, cada vez mais importante para o desenvolvimento das nações, seja

no aspecto econômico, educacional ou, ainda, na de geração de emprego.

Em nosso país, existe a criação de pólos tecnológicos, tem se constituído em um forte instrumento para o desenvolvimento de determinadas regiões. Ocorre que os pólos tecnológicos são voltados para setores específicos de tecnologia, e visando uma determinada região, sem integrar uma política pública permanente e dinâmica que contemple um planejamento nacional, buscando um direcionamento, no que se refere às áreas tecnológicas a serem implantadas e às regiões contempladas com esses pólos.

Nesse sentido, é que nós propomos a presente Subcomissão temporária para que o Senado possa acompanhar de perto essa questão, que é tão importante para o nosso país. Sabemos que já existem muitas Subcomissões. Os Senadores estão muito sobrecarregados dessa tarefa e dessa missão, mas a nossa proposta é que ela seja temporária com um prazo de 12 meses para que possa fazer um diagnóstico dessa tendência de criação de pólos, bem como das suas demandas e, ao final desse prazo, que seja proposta legislação que venha a estabelecer regras bem como suportes e apoios para que esses pólos possam desenvolver, da melhor forma, o seu compromisso com o desenvolvimento e com a justiça social desse, do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alguém mais que queira discutir? Não havendo, passaremos à votação. Em votação o requerimento do Senador Lucena. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Eu pediria que os partidos, acompanhando a proporcionalidade, encaminhassem os nomes, inclusive para a Subcomissão de Informática, que já foi criada. Nós precisamos... Eu pediria rapidez, Senador Azeredo, inclusive, porque já houve uma reunião dos Presidentes de Comissão com a Mesa Diretora, onde as Subcomissões irão acontecer às segundas e sextas, porque não está tendo, nós Senadores não temos como pertencer a todas. E deve haver um novo limite para as Subcomissões.

Então, eu sugeriria que, imediatamente, que já se criasse, já levasse para a Mesa, está bom? Algo mais? Não havendo mais nada, declaro encerrada essa Reunião. E foi um prazer acordar tão cedo, não é isso? E sempre falam que eu acordo tarde, o Senador, o nosso líder do PT, o Mercadante, vive dizendo que eu acordo tarde.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só gostaria de fazer uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quando a gente vem para a Reunião, significa que a gente já teve umas três atividades antes da Reunião. Como, por exemplo, fazer a caminhada diária, de uma hora, um café da manhã, um outro evento e, depois, a Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. ganhou de mim aí, porque eu já venho correndo.

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Mão Santa e Lúcia Vânia. reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) Leomar Quintanilha, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Eliseu Resende e Papaléo Paes. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião conjunta das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Educação a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são em seguida aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao requerimento nº 1 de 2007 – CDH, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinando à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Com os seguintes convidados: José Pastore – Consultor da CNI e Professor da Universidade de São Paulo, representado Armando de Queiroz Monteiro Neto - Pre-

sidente da Confederação Nacional da Indústria; Paulo Antonio Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Eugênio Pereira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representado Antonio José Domingues de Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Michael Haradon - Presidente da Fersol; Ivan Zurita - Presidente da Nestlé. A Senhora Presidente convida os senhores convidados a sentarem-se à mesa para dar início aos debates. Às dez horas e trinta e sete minutos a Senhora Presidente dá a palavra ao Senhor José Pastore, que expõe, utilizando recurso de multimídia em arquivo Power Point. Às dez horas e cinquenta e sete minutos a Senhora Presidente dá a palavra ao convidado Senhor Michael Haradon, Presidente da FERSOL, que utiliza recurso de multimídia em arquivo Power Point. Durante uma pausa na apresentação do Senhor Michael Haradon, para sanar problemas técnicos no equipamento de multimídia da sala de reunião nº 2, a Senhora Presidente passa a palavra ao Doutor Deuclécio para suas considerações. Às onze horas e vinte e cinco minutos a Senhora Presidente passa a palavra ao Senhor Eugênio Garcia da Confederação Nacional do Comércio para sua exposição. Às onze horas e vinte e nove minutos a Senhora Presidente passa a Palavra a Senhora Claudia para suas considerações. Às onze horas e trinta e três minutos a Senhora Presidente passa a palavra para a atriz Maria Paula, Madrinha da campanha de apoio ao projeto em instrução. Às onze horas e cinquenta e dois minutos a Senhora Presidente franqueia o uso da palavra aos Excelentíssimos Senhores Senadores. Fizeram uso da palavra as Senhoras Senadoras Kátia Abreu, Patrícia Saboya Gomes, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko e Rosalba Ciarlini e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Durante o uso da palavra dos Senhores Senadores às doze horas e um minuto a Senhora Presidente passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e trinta e dois minutos o Senhor Presidente Senador Paulo Paim passa a presidência a Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes. Faz uso da palavra o Senhor Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que faz suas considerações, em ato contínuo às treze horas e dez minutos o Senhor Senador Paulo Paim pede a palavra e a Senhora Presidente lhe dá a palavra para suas considerações finais como relator do projeto. A Senhora Presidente às treze horas e quinze minutos franqueia a palavra aos convidados que desejam fazer suas considerações finais. Item Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente faz suas considerações finais e encerra a

reunião às treze horas e quarenta e tres minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 8ª Reunião da Comissão de Educação e a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicitamos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados.

Passamos à apreciação da pauta. Item único: Audiência Pública conjunta CDH, CAS e CE. Nos termos do Requerimento CDH nº 01/2007, de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya, para instruir o PLS nº 281/2005, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da Licença Maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal.

Eu gostaria, de imediato, de dizer a todos que há uma alegria muito grande de nossa parte nesse trabalho que estamos fazendo de forma muito integrada, com muita parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação. O Senador Cristovam preside a Comissão de Educação, a Senadora Patrícia, a de Assuntos Sociais e eu presido a Comissão de Direitos Humanos. Como, nesse caso, a Senadora Patrícia, além de presidir a Comissão, é a autora do Requerimento, é autora do Projeto e eu sou o Relator, nós combinamos aqui na Mesa e, de imediato, eu passo à Presidência dos trabalhos, porque vou ficar na Relatoria e tanto posso ficar no Plenário ou aqui na Mesa para acompanhar os debates e construindo o meu Relatório que no fundo vai seguir a orientação da nobre autora do Projeto original. Senadora Patrícia, a senhora nesse momento assume aqui a Presidência.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE):

Bom dia a todos e a todas, em primeiro lugar eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos, por me conceder o privilégio de presidir esta Sessão, esta Audiência Pública, que para o nosso mandato é de fundamental importância. Quero agradecer também ao Senador Cristovam Buarque, que também tem uma Audiência Pública nesse momento na sua Comissão, na Comissão de Educação, e que fez questão de estar

aqui na abertura desta Audiência, para que na verdade nós pudéssemos trocar algumas idéias sobre um Projeto, que na verdade, até para explicar o início, como começou tudo isso é preciso deixar claro e esclarecer que esse Projeto foi elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, com o aval da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, já se encontra aqui presente o Dr. Deoclécio, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e que colocou nas minhas mãos esse Anteprojeto, provavelmente pela luta que eu venho ao longo da minha vida travando na defesa dos direitos da criança e do adolescente não só do meu Estado, o Estado do Ceará, onde eu já tive o privilégio de ser Vereadora pela nossa capital, Deputada Estadual, mas sempre abraçando a causa que considero certamente uma das mais importantes do nosso País, que é proteger o direito daqueles que muitas vezes não têm vez, não têm voz e que precisam de cada um de nós, não só da família, da sociedade, mas do Estado Brasileiro para que possam ter uma vida melhor e uma vida mais saudável.

Ao longo desses quatro anos do meu mandato, tenho procurado aqui me dedicar a essa causa, presidi, tive também a honra de presidir uma Comissão Mista de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso País e vi com os meus próprios olhos uma sociedade que ainda exclui a maioria das nossas crianças, que não dá oportunidade a essas crianças, onde elas não têm muitas vezes acesso à educação, acesso ao esporte, ao lazer, à cultura. E, portanto, cada vez maior é o meu convencimento de que é preciso cuidar dessas crianças desde que estão no ventre das suas mães. É preciso dar uma atenção especial àqueles que muitas vezes estão vulneráveis e fragilizados dentro de uma sociedade como a nossa. Eu torço, luto e acredito que é possível transformar esse País num País mais junto, num País mais igualitário, onde todos tenham direito à liberdade, desde que nós sejamos capazes de cuidar, em primeiro lugar, de quem mais precisa. E quem mais precisa são as nossas crianças. Porque elas precisam da nossa voz. Elas não podem vir até aqui fazer manifestações, elas não podem reivindicar, mas nós temos a obrigação e a responsabilidade de fazer isso por elas, independente da vocação que cada um tenha nesta Casa para atuar em determinadas áreas.

Eu tenho aqui a presença ilustre de Senadores que têm um papel importantíssimo na nossa sociedade, que já desenvolveram papel importantíssimo, cada um dentro do seu Estado, e que se dispuseram a vir aqui hoje para discutir um Projeto, talvez um Projeto, de certa forma, polêmico, quando as pessoas ainda não conhecem bem o que é que ele trata e qual é o

seu objetivo principal. Por isso nós estamos fazendo esta Audiência Pública para ouvir também o segmento empresarial, nós convidamos hoje para participar desta audiência representantes da FIESP, da CNI, da CNC, trouxemos também alguns exemplos, que os senhores e as senhoras vão ter a oportunidade de ouvir, de experiências que já demonstraram que dá certo invisto na primeira infância, que dá certo dar uma oportunidade às mulheres brasileiras. É um Projeto, na verdade, que amplia de quatro para seis meses a Licença Maternidade. Este Projeto ele não obriga as empresas a adotarem os seis meses de Licença Maternidade, até porque nós queremos criar uma nova cultura, a cultura da responsabilidade social, a cultura de que é preciso investir na primeira infância para termos uma sociedade mais justa e uma sociedade mais igualitária. Nós queremos aqui os empresários como nossos aliados nessa luta, nessa luta que é de todos os brasileiros de boa-fé, de todos os brasileiros que acreditam na possibilidade desse País mais justo, desse País melhor.

Aqueles empresários que aderirem ao Projeto de seis meses de Licença Maternidade terão oportunidade de deduzir esses dois meses excedentes em 100% do Imposto de Renda. Esse não vai recair sobre a Previdência, como alguns podem imaginar. Na verdade, é aquilo que o Governo deixará de arrecadar. Eu tenho dados importantes de estudos feitos pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Consultoria do Senado que apontam que se o Brasil inteiro, todas as empresas brasileiras aderissem aos seis meses de Licença Maternidade, o Governo iria ter em torno de 500 milhões de renúncia. E temos também dados que mostram que hoje o SUS gasta, por ano, em torno de trezentos milhões só em internações de crianças com menos de um ano de idade por pneumonia. Portanto, nós não queremos aqui tratar de gasto, mas sim de investimento, e mudar um pouco a idéia de que isso seria um gasto para o Governo, mas sim uma economia brutal que o Governo irá fazer. Já tivemos a oportunidade em outras ocasiões de discutir com todos os representantes das Sociedades de Pediatria de todos os Estados que aqui estiveram presentes, já tivemos a oportunidade de ter também a Ordem dos Advogados do Brasil, a representação do Governo Federal, através da Ministra Nilcéa Freire, que eu tive a oportunidade de ter ontem um contato com ela, recebi hoje pela manhã um telefonema, que me alegrou muito, do novo Ministro da Saúde, que se compromete a lutar também, ele quer entender melhor o Projeto, quer conversar e marcamos uma conversa para terça-feira, mas ele colocou claramente hoje em todos os jornais que isso é uma questão de saúde pública, e que esse

investimento que nós estamos fazendo poderá salvar a vida de muitas crianças que hoje acabam morrendo antes de completar um ano de idade, por falta desse cuidado tão específico.

O Projeto ele não se concentra apenas como foco principal na amamentação, mas sim no fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho. Provado claramente por todos aqueles especialistas e estudiosos que esses seis meses de Licença Maternidade é aquilo que vai definir essa criança no futuro. O seu comportamento, o seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. O cérebro de uma criança cresce mais rapidamente nos seis primeiros meses de vida. Isso que nós perdemos nos seis primeiros meses de vida, se a criança não recebe os estímulos suficientes, nós não vamos recuperar logo depois. O cérebro cresce, se não me engano, em torno de dois gramas nos seis primeiros meses de vida, e logo depois esse crescimento vai caindo. O rendimento escolar tem uma ligação muito forte com isso. Doenças como obesidade, doenças alérgicas, doenças do coração, até alguns tipos de câncer podem ser evitados. Não necessariamente apenas com aquela que é a melhor vacina que existe no planeta, que é o leite materno, mas também com a convivência, com o carinho, com o afeto. Às vezes nós não percebemos como é importante o cuidado da mãe, o carinho, aquela palavra na hora que está amamentando, o carinho, o tato da mãe, o cheiro que a mãe passa para a criança. Todos esses são aspectos importantes que vão determinar quem será essa criança no futuro.

Alguns dizem que seis meses é muito e que isso vai prejudicar o acesso da mulher no mercado de trabalho. Eu acho que está na hora, mesmo num País que tem tantas dificuldades, da gente poder também mudar esse tipo de pensamento, ou esse tipo de cultura. Está na hora de se respeitar a mulher brasileira, a mulher que gera a humanidade. Se não fôssemos nós mulheres, não existiríamos todos que aqui estamos hoje e todos os outros que estão lá fora.

É importante que nós tenhamos a consciência de que é preciso também mudar a concepção de como se encara a vida. Tivemos aqui depoimentos de várias mulheres, e cada dia recebo mais e mais declarações, opiniões de mulheres que já são mães, de mulheres que foram mães, de mulheres que pretendem ser mães. A Maria Paula, que é a madrinha desse nosso Projeto, do Casseta e Planeta, ela esteve aqui e ela fez muito mais uma declaração com o coração, e ela dizia: "...talvez os senhores não saibam como é importante o primeiro filho...", por exemplo, as dificuldades que nós mulheres passamos. E eu mesma declarei nesta Comissão, quando tive minha primeira filha eu

tinha 19 anos de idade e eu tive muitas dificuldades para amamentar, para segurar, pela experiência que eu não tinha. O corpo da mulher muda, a mente, a cabeça da gente muda, a gente passa por um processo que é preciso tempo para se adaptar. E é isso que é importante ressaltar.

Nós vivemos em média 70, 75 anos na vida. O que seria seis meses de uma mulher ficar ao lado do seu filho? A Organização Mundial de Saúde recomenda, o Governo Brasileiro faz propaganda recomendando a amamentação durante seis meses. Mas, na verdade, pela lei, nós não temos direito a isso. Não queremos fazer um Projeto que imponha isso, porque queremos ganhar os empresários também nessa luta. E muitos já fazem isso. Hoje nós vamos trazer aqui o exemplo de alguém que conseguiu, com o seu empenho, com a sua dedicação, com a sua sensibilidade mudar o perfil da sua empresa, mudar completamente a realidade da sua empresa e hoje ser um exemplo para todo o nosso País. Queremos nos espelhar pelos Países que já adotam a Licença Maternidade de seis meses, de um ano ou de dois anos. Nós não queremos nos mirar, ou nos espelhar pelos exemplos que não conseguem proteger esses direitos fundamentais. É evidente que aqui nós vamos ter demonstrações de outros Países, ou da maioria de Países que não adotam a licença de seis meses; países que adotam a licença de um mês, Países que nem adotam esse tipo de Licença Maternidade, que não é. Mas acho que o Brasil vive um momento que precisa se espelhar naquilo que é melhor, naquilo que é melhor para os nossos filhos, naquilo que é melhor para a nossa sociedade.

Portanto, eu venho fazendo esta Audiência Pública hoje esperando ouvir o contraditório, ouvir aqueles que acham que talvez não seja o momento, mas que podem sair daqui também com uma nova impressão, que podem sair daqui talvez tocados pela sensibilidade de muitos outros que já conseguiram assim fazer. O Projeto não vai criar mais nenhum tipo de encargo para as empresas brasileiras. Esta Casa, nós temos discutido isso, sabemos que no Brasil já se paga muito imposto, sabemos que no Brasil o problema da segurança, o problema da violência que acontece, muitas vezes esses depoimentos que acontecem na sociedade no momento de crise, de violência, acabam optando por um caminho que é mais rápido e mais curto, porque as pessoas já, de tanto pagar impostos, desejam ter segurança, desejam ter acesso à educação, desejam ter acesso à saúde, à moradia e ao emprego digno. E hoje, nessa discussão, nós vamos ter a oportunidade aqui de fazer uma explanação que eu tenho certeza que muitos dos senhores, que talvez ainda não estejam convencidos da importância desses seis meses

de Licença Maternidade, possam sair daqui com o coração repleto de entusiasmo na certeza de que esse será um caminho que poderá ajudar as nossas crianças e a nossa sociedade a ter uma vida melhor, a ter uma vida mais digna.

Tenho feito sempre uma comparação com um olhar, que é o olhar que eu trago para dentro da minha casa, dos meus filhos, dos meus quatro filhos, onde eu tive a oportunidade de ter tempo suficiente de ficar com eles, onde eu tive a oportunidade de dar o melhor da educação que eu podia lhes oferecer, o acesso a tantas coisas que o mundo moderno exige hoje que os nossos filhos tenham direito. Mas sei que essa não é a realidade da grande maioria das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros. E o modelo que nós devemos adotar, Senador Cristovam Buarque, V.Ex^a que tem tido a bandeira da educação como certamente a solução de tantos dos problemas que nós vivemos hoje, tenho a certeza que continua sendo a educação, o investimento na primeira infância que vai fazer com que esse País que nós tanto amamos, que nós estamos querendo viver, fincar os nossos pés, criar os nossos filhos e os nossos netos possa ser esse País dos nossos sonhos. Desde o momento em que nós possamos, em primeiro lugar, olhar para aqueles que mais precisam.

Com essas palavras, eu gostaria de iniciar esta nossa Audiência Pública, passando, em seguida, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que também preside a Comissão de Educação, registrando a presença do Deputado Alcení Guerra, responsável também pela Licença Paternidade, que tem acompanhado de perto esse nosso Projeto, agradecer de coração a presença tão expressiva dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que atenderam ao nosso chamado imediatamente e estão aqui nesta Sessão nos prestigiando a todos os três Presidentes das Comissões, e eu espero que daqui a gente possa sair não como a última Audiência Pública, o Senador Paulo Paim é o Relator desse Projeto, está ali e já abriu mão do seu lugar na Mesa, para que possa atentamente acompanhar a todos que aqui vão se expressar. Aqueles que são favoráveis, aqueles que tecnicamente podem apresentar outras razões para que o Projeto, enfim, não seja votado dessa forma, nós estamos abertos a essas sugestões, a essas opiniões, desde que a gente seja capaz de garantir os seis meses da Licença Maternidade para as mulheres e para as crianças. Eu passo então a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para que, logo depois, a gente possa compor a Mesa. Muito obrigada a todos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu peço para falar inicialmente, em primeiro lugar, para

ceder meu lugar aqui para os que vão levar adiante esse debate e, segundo, porque dentro em breve eu tenho que estar no Plenário presidindo uma Sessão em homenagem a Darcy Ribeiro, que eu cito, porque, eu tenho certeza, Senadora Patrícia, se ele estivesse aqui ele seria um dos grandes defensores dessa idéia, e não apenas pelo interesse específico da criança, pelo interesse específico da mãe, o interesse específico do pai e da família, Senador Crivella, mas pelo interesse do Brasil. Um Projeto como esse ele não traz vantagens apenas para a criança, para a família, para a parte micro da sociedade. Traz para o País inteiro. Porque uma criança bem alimentada, bem atendida e bem desenvolvida com a ajuda da mãe nos primeiros meses da sua vida, vão aprender mais facilmente na escola, vão ter saúde melhor ao longo da vida, vão reduzir custos de repetência, reduzir custos de atendimento médico e terão uma chance maior, obviamente não só por isso, de terem um futuro melhor e através disso construir uma vida melhor para todo brasileiro.

Quero concluir dizendo que fico satisfeito que esse Projeto nesse momento seja voluntário e por dois meses a mais. Mas eu espero que essas empresas voluntárias com dois meses a mais mostrem, Patrícia, que, em breve, possam ser mais de seis meses e para todas as empresas. Não tenho a menor dúvida que isso será possível. E faço um apelo àqueles empresários que obviamente tinham a visão micro, e é o papel deles, que entendam que às vezes não é essa disputa pelas empresas de uma maneira selvagem, com todo respeito àqueles são chamados selvagens, que não é essa disputa que vai melhorar a vida das empresas. Quando eu vejo os jornais brigando entre eles, distribuindo enciclopédias, CDs, para ver qual toma mais leitor do outro, eu me pergunto: se esses caras se juntassem e fizessem uma campanha para erradicar o analfabetismo, eles iam vender muito mais jornais do que brigando entre eles. Mesma coisa as empresas, se se juntam para promover soluções como essa, o resultado vai ser melhor para todas elas.

Eu espero que esse debate receba daqueles que aqui vêm falar essa simpatia, mesmo que tragam alguns cuidados especiais no momento de implantá-lo. Mas eu fico feliz de, como Presidente da Comissão de Educação, estar aqui ao seu lado, Senadora Patrícia, ao lado do Senador Paim, como uma questão de Direitos Humanos, como uma questão de direito da criança. Mas, sobretudo, eu falo como quem pensa o Brasil e um Economista, do ponto de vista do maior desenvolvimento do Brasil, esse é um Projeto que está faltando há décadas na história do Brasil e que eu espero que a gente possa tê-lo o mais rápido possível e prove que é bom para cada empresa, para ir espalhar para todas

elas e, em breve, não mais apenas em seis meses - já há Países que deixam a mãe cuidando dos filhos por um ano inteiro e os resultados têm sido extremamente benéficos para o País inteiro. Era isso que eu tinha a dizer, e eu peço licença para me sentar na platéia, como se chama, entre os outros Senadores para ceder mais um lugar aos que vão falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Iniciando a nossa Sessão, a nossa Audiência Pública, eu gostaria de convidar o Sr. José Pastore, Consultor da CNI, e Professor da Universidade de São Paulo, representando aqui o Sr. Armando Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Seja bem-vindo. Gostaria de convidar a Sra. Cláudia Skaf, Diretora do Comitê de Responsabilidade Social, representando nesta Sessão o Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, convidar o Sr. Eugênio Pereira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representando aqui o Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional de Comércio. Seja muito bem-vindo também. Gostaria de convidar o Sr. Michael Haradon, Presidente da FERSOL, uma empresa que irá trazer aqui a sua experiência da Licença Maternidade de seis meses. Gostaria também de convidar o Sr. Carlos Faccina, Diretor da Nestlé, representando o Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Patrícia, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Apenas para registrar o interesse da Comissão da Comissão de Infra-estrutura, da qual sou Presidente, em participar ativamente também desse debate que está sendo promovido pelas três Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Eu agradeço também. Hoje, como nós podemos perceber, nós temos aqui quatro Presidentes de Comissões que estão aqui trazendo o seu apoio. Eu fico muito grata, eu sei que V.Ex^a acabou de chegar do seu Estado e veio direto para nos prestigiar nessa audiência, Senador Marconi Perillo. Eu fico muito agradecida pela sua presença, V.Ex^a que já tem uma experiência brilhante como Governador no seu Estado e que agora brilha nesta Casa, trazendo essa experiência e a sua sensibilidade. Muito grata. Quero convidar também Dr. Deoclécio, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria para se sentar conosco à Mesa. E passo a palavra... Nós vamos ter 15 minutos, em torno de 15 minutos para que cada

representante aqui possa expor as suas idéias. Então, eu passo primeiro a palavra para o Sr. José Pastore, para que possa fazer a sua apresentação.

SR. JOSÉ PASTORE: Muito obrigado, Senadora Patrícia Saboya, pelo convite para participar dessa Sessão, cumprimento todos os Senadores e os demais presentes nesta sala, os companheiros de Mesa, é um prazer trabalhar com colegas de tamanha experiência como aqueles que compõem esta Mesa nesta audiência. É claro que eu acho que o assunto vai ser focalizado de vários pontos de vista, e eu procurarei focalizar esse assunto do ponto de vista trabalhista, do ponto de vista das relações do trabalho, que é minha especialidade na Universidade de São Paulo.

Então, podemos passar este aqui? O Projeto em tela, eu acho que todos nós reconhecemos, tem um cunho social de grande importância, um cunho humanitário, visando à melhoria da saúde da mãe, da criança, da sociedade, tem uma característica positivíssima, que é a adesão voluntária, é um Projeto de livre adesão, as empresas aderem se quiserem, e para aderir elas têm um incentivo, que é um incentivo fiscal, mas têm a liberdade total de entrar ou não entrar nesse programa. Passando até por cima da área da negociação coletiva, do acordo, da convenção coletiva, podendo fazer esse acerto diretamente com as mulheres empregadas. Lembrando que há setores no Brasil que, através de acordos e convenções coletivas, já vêm praticando essa extensão da Licença Maternidade; e há empresas que, por concessão própria, também já vêm proporcionando esta prorrogação.

Se nós examinarmos a situação da Licença Maternidade em vários Países do mundo, como a Senadora Patrícia Saboya já mencionou, nós vamos verificar Países que têm licenças maiores do que o Brasil e outras que têm menores do que o Brasil. Nessa tabela, com um asterisco estão os Países que têm licença mais curta do que o Brasil e, dois asteriscos, aquelas que têm licença mais longa do que o Brasil. E aqui é uma parte dos Países da Europa: Alemanha com 14 semanas, onde se remunera 100% durante essa licença, a Áustria com 16 semanas, igual à do Brasil, onde se remunera 100%, a Bélgica com 15 semanas, menor que a do Brasil e também com remuneração menor, 82% para trinta dias e 75% depois disso, e aí a lista vai e eu não vou entrar em detalhes, porque eu deixei esse material e acredito que a Comissão depois poderá estudar com mais vagar.

Vamos continuar ainda na Europa, passando o próximo slide. Luxemburgo com 16, Malta com 13 semanas, Polônia com 16 a 18, Portugal com 98, Romênia com 112... Os Países da Europa, de um modo geral, têm licença que é igual à do Brasil ou um pouco

maior; poucos são aqueles que têm licença menor do que a do Brasil.

Passando agora para a situação das Américas. Aí os senhores vão notar que o quadro é diferente. Nas Américas, temos a Argentina com apenas 90 dias, a Bolívia com 60 dias, temos a Canadá com 17 a 18 semanas, o Chile com 18 semanas, mais que o Brasil, Colômbia com 12 semanas, Costa Rica com quatro meses, igual à do Brasil, Cuba com 18 semanas, Equador com 12, El Salvador com 12, Estados Unidos com 12 semanas, mas a remuneração é zero nos Estados Unidos, é um dos poucos Países que não garantem a remuneração; Estados Unidos e Austrália são dois Países que não garantem a remuneração da gestante que, na maioria dos casos, ela é garantida pela Previdência Social. Não é a empresa que paga essa parte.

Continuando ainda na América. Guatemala, Honduras são Países que têm licenças menores do que a do Brasil, na maioria dos casos aí bem menores, e temos o caso de Venezuela que tem uma licença maior que a do Brasil.

Se nós passarmos para a Ásia pacífica e outras regiões, vamos verificar a Austrália, que tem licença de um ano e, entretanto, a remuneração é zero durante esse ano, Camboja com 90 dias, China com 90 dias, Cingapura com oito semanas, Filipinas com 60 dias, Índia com 12 semanas, Indonésia com 13, Irã com 90 dias, Iraque com 62 dias, Israel com 12 semanas, Japão com 14 semanas. Na maioria dos casos a remuneração é integral e em alguns casos ela é um pouco menor.

Continuando ainda na mesma região, o Kuwait com 70 dias, o Laos com 90, Líbano com 40, Malásia com 60, Nova Zelândia com 14 semanas, remuneração zero também, embora esteja mudando a legislação lá agora, Paquistão com 12 semanas, Sri Lanka com 12, Síria com 75 dias, Tailândia com 90 e Vietnã, de quatro a seis meses.

Comparações com o Brasil: no caso da Europa, ela é igual ou um pouco maior do que do Brasil, com algumas exceções. Mesmo naqueles casos onde há uma licença estendida, uma licença igual à do Brasil ou um pouco maior, há alguns casos, como Áustria, Espanha, Holanda, Luxemburgo e Grécia, em que a remuneração é menor do que o salário normal; a situação das Américas é pior do que da União Europeia, a situação da Ásia é pior do que das Américas e a situação da África é pior do que da Ásia. Ou seja, a licença do Brasil, comparada com o mundo, é uma licença generosa, uma licença que mantém as condições básicas dentro da média daquilo que é a Licença Maternidade da maior parte dos Países do mundo, sem querer comparar, como disse a Senadora Patrícia

cia Saboya, com os piores casos, é claro, vamos nos comparar com os melhores casos.

Casos que superam o Brasil: Noruega, Itália, Rússia, Suécia, Ucrânia, Dinamarca, Canadá, França, Polônia, Cuba e Venezuela. Casos que estão abaixo do Brasil, em geral na Europa e nas Américas: Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, México, República Dominicana, Uruguai, Honduras, Suíça, Portugal, Argentina, Peru e Bolívia. Esses são os casos que estão abaixo do Brasil. A África, é uma situação muito séria na África. Nós temos Angola e Etiópia com apenas 90 dias, Guiné Bissau, Quênia, São Tomé e Príncipe, Sudão e Moçambique com apenas 60 dias, Egito com 50 dias e Tunísia com 30 dias. Esse é o quadro.

Bem, na Europa, muitos Países têm usado vários tipos de medidas para estimular a fecundidade. Porque a Europa, como todos sabem, passa por uma época em que a população está se reduzindo. E tem problemas sérios pela frente a Europa. Ela tem problemas para crescer, vai ter déficits populacionais que vão gerar problemas para o crescimento econômico e gerar graves problemas para a Previdência Social. Então a taxa de reprodução da população, como todos sabem, é 2,1%. Uma população que cresce 2,1% ao ano, ela mantém o seu tamanho ao longo tempo. Aquela que cresce menos do que 2,1 ela diminui no seu tamanho. Então nós temos a Irlanda abaixo disso, a França abaixo, Noruega abaixo, Suécia abaixo, Inglaterra bem abaixo, Holanda bem abaixo, Itália extremamente abaixo, Espanha abaixo, Grécia abaixo e Polônia abaixo. Muito abaixo. Então Países que estão com taxas muito baixas. Isso vai afetar o crescimento econômico e as finanças públicas. Só para se ter uma idéia, a Itália está arriscada a ter 14 milhões a menos de italianos até o ano 2050. É uma cifra fantástica esta redução da população.

Bem, os Países que procuram contornar esse problema eles usam várias medidas. Premiação em dinheiro é uma delas, mas tem sido insuficiente. Vários Países têm dado prêmios em dinheiro para os casais terem filhos, e eles decidiram não ter filhos, não têm filhos, Japão também tem ocorrido a mesma coisa. Ultimamente o Japão tem um programa do Governo que oferece um cruzeiro marítimo para os casais ficarem oito dias passeando e ver se inspiram [risos] para ter filhos. A adesão a esse programa é fantástica, mas eles voltam sem as crianças.

A extensão da Licença Maternidade tem se mostrado como uma medida que ajuda a aumentar a reprodução. A extensão da Licença Paternidade ajuda mais ainda. Por quê? Porque aí surge mais uma divisão do trabalho, onde o marido passa a assumir várias

atividades dentro do lar, e isso estimula muito e dá um outro horizonte para as mulheres. As creches perto das empresas ajudam muito, os horários flexíveis ajudam enormemente. Apesar disso, em muitos Países ainda domina o estilo de vida sem crianças.

Medidas de sucesso nesse campo: A Suécia, por exemplo, o cônjuge escolhe a licença, que pode ser até 18 meses, ou a mãe ou o pai, só que não pode acumular as duas, eles têm 18 meses para serem divididos entre os dois parceiros. Creches e pré-escolas são altamente subsidiadas e os horários muito flexíveis para as mães. A Noruega, as mães podem se licenciar até 12 meses, com 80% do salário, mas têm 10 meses com salário integral. Os pais têm de se licenciar quatro meses. Têm. São obrigados. Se eles não se licenciarem... Quatro semanas, perdão. Se eles não se licenciarem, acabam perdendo e retirando isso aqui da licença das mulheres. Então o tema do crescimento demográfico ele está dentro dessa questão, embora não seja um tema trabalhista, mas ele tem interfaces com a área trabalhista.

Prioridades para o Brasil. Bem, a prorrogação da Licença Maternidade no Brasil para 180 dias deverá ter também um impacto na estimulação à reprodução humana. Então nós deveremos ter um aumento da taxa de fecundidade. É esperado ter isso aí. A questão que se coloca é saber se isso é uma prioridade, se essa é uma prioridade a ser custeada pelo Estado, essa ampliação, essa aceleração da taxa de fecundidade e, portanto, pelos contribuintes. Ou seja, saber se essa é uma prioridade básica, em face das outras carências que nós temos na área do emprego, da saúde, da educação, da segurança. Como todos sabem, nós temos um desemprego de 10%, informalidade de 60%, e entre as mulheres a informalidade é de 70%. Então a pergunta é... Quer dizer, levando em conta todas as características positivas desse Projeto, levando em conta os seus propósitos altamente humanitários e de alto cunho social, a pergunta é se é prioritário alocar recursos públicos para essa prorrogação. Não que se questiona a necessidade da prorrogação, a intenção da prorrogação. Mas se é prioritário alocar recursos públicos para essa prorrogação. Ou deveria esse assunto ficar no âmbito das negociações coletivas, como está hoje esse assunto. Outra questão que se coloca, acredito que a Senadora já deve ter tido contatos com a Receita Federal, é saber se a Receita Federal está de acordo com essa renúncia fiscal. Ou se vai compensar isso aumentando outros impostos e outras contribuições.

Então, não se questiona aqui o Projeto, apenas nós estamos indagando da prioridade em face de outras prioridades e a adequação do financiamento des-

sa prorrogação com recursos públicos intermediados pela Secretaria da Receita Federal.

E finalmente, Senadora, como falou bem V.Ex^a e também o Senador Cristovam Buarque, aqui estão colocados alguns problemas práticos com a finalidade de buscar aperfeiçoar o Projeto. Ou seja, superar algumas questões que parece que, por enquanto, no Projeto, ainda não estão contempladas. Por exemplo, uma vez aderindo a empresa cidadã ela pode desistir? Ou seja, se aderiu, ela tem volta ou não tem volta? Eu sei que é ela é voluntária para aderir, mas ela é voluntária para sair? Outra coisa, essa ampliação de dois meses ela vai gerar uma verba salarial, e haverá incidência de encargos sociais sobre essa verba. Então a isenção de que trata o Projeto, pergunta-se, também os encargos poderão ser abatidos? Essa isenção envolve as despesas de contratação e as despesas de substituição que a empresa terá que fazer durante esse período de 60 dias, ou apenas o salário pago? Outra coisa, no Projeto, a prorrogação pode ser inferior a 60 dias? Se houver um acordo, digamos, em torno de 50 dias, isso é contemplado, ou é necessariamente 60 dias? Pode ser para apenas uma parte das mulheres e outra parte não ou todas as mulheres terão que ser contempladas com isso? E aquelas que não quiserem entrar no Projeto, aquelas que tiverem condições especiais dentro da empresa, haverá alguma válvula para poder dar liberdade à empresa e a essas mulheres para se acomodarem dentro do Projeto? O que fazer com a empresa que teve lucro no ano passado e teve prejuízo neste ano, nós vamos cancelar a prorrogação? Quer dizer, no ano passado ela teve lucro, portanto, ela teve uma dedução do Imposto de Renda, mas esse ano, como ela não tem lucro, ela não vai poder deduzir. [soa a campanha] Como ela está percebendo que não vai ter lucro, já vou terminar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Tem mais cinco minutos.

SR. JOSÉ PASTORE: Pois não. A pergunta é: como é que fica? A empresa terá que cancelar esse benefício que foi dado no ano passado?

Outra questão: há setores que já fazem essa concessão sem incentivo fiscal. Daqui para frente eles terão incentivo fiscal? Quer dizer, esses que já fazem sem incentivo?

E, finalmente, qual será o efeito demográfico, se é que se pode simular alguma coisa nesse campo, o efeito demográfico conjunto da prorrogação desta licença, que é a prorrogação que está sendo aqui proposta, combinado com o Salário Família e combinado com o Bolsa Família, que são três bolsas que atuam bastante aqui na questão demográfica.

Então a exposição que nós estamos apresentando aqui ela partiu a partir de um quadro internacional, que mostra que o Brasil não está mal, do ponto de vista legal, em relação à maioria dos Países, que evidentemente pode melhorar, é claro, que o Projeto tem a grande virtude de ser voluntário e, além do mais, ele tem um incentivo muito claro de dedução do Imposto de Renda, mas que talvez mereceria uma meditação um pouco mais detalhada em relação a essas questões práticas que vão surgir da operacionalização desse Projeto. Essas eram as considerações que eu tinha a fazer. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Quero agradecer a exposição do Sr. Pastore, e com certeza, no caminhar da nossa audiência, nós iremos responder, ou tentar responder esses questionamentos, que são questionamentos legítimos, eu entendo, e essa Audiência Pública é justamente para que a gente tenha a oportunidade de discutir tudo isso. Eu quero anunciar a presença da Dra. Cláudia Skaf, que teve problema de vôo e só pôde chegar agora, porque houve um atraso no seu vôo, e quero anunciar aqui, já agradecendo, a presença da nossa madrinha, da nossa musa, Maria Paula, que está ali atrás.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Que tem sido muito querida, está em todos os momentos com a gente. Ela e a Flávia, a trabalhadora também lá no Rio de Janeiro, da Mangueira, que serviram para nos orientar e para sensibilizar o Brasil, e com isso nós já temos mais de trezentas mil assinaturas de pessoas do Brasil inteiro que procuram também colaborar, ser solidários com a Licença Maternidade de seis meses. Maria Paula, eu queria que você estivesse aqui, mas, infelizmente, nós não temos lugar. Mas eu sei que você está aqui, obrigada, querida. Obrigada mesmo, um beijo bem grande. Eu quero agora passar a palavra também ao Sr. Michael Haradon, Presidente da FERSOL, que irá também nesse momento fazer a sua exposição.

SR. MICHAEL HARADON: Bom dia a todas e a todos. Eu queria agradecer a Senadora Patrícia Saboya e, através dela, os companheiros colegas da Mesa, os Parlamentares e os demais presentes. Eu queria colocar o assunto de Licença Maternidade, extensão à Licença Maternidade num contexto um pouquinho maior e colocando aqui, olhando para frente o que é que acontece com as mulheres na área do Parlamento, na área da governabilidade. Nós temos: Brasil, 9.1, aí vemos Suécia, Espanha e Dinamarca e, conseqüentemente, nós vemos taxa de mortalidade materna e infantil também. Nós vemos aqui o que acontece com

a violência contra a mulher e também vemos o que é que nós temos na Câmara, Senado, Vereadores, Prefeitos. A mulher tem pouca participação. A condição de vida e equidade melhorou nos últimos anos, mas a precariedade, na minha opinião e na opinião, acredito, de muitos, ainda persiste, nós podemos ver na diferença salarial que existe entre homens e mulheres, que beira os 30%.

Nós temos aqui o IDH, que todos nós conhecemos, Brasil no lugar 69. Temos aí outros Países que nós colocamos, Suécia, Espanha e Dinamarca, porque são Países que têm uma Licença Maternidade ampliada. A expansão demográfica que nós temos aqui no Brasil e nos outros Países, a expectativa de vida, que já é conhecida por todos nós, a expectativa de vida no Brasil para a mulher e para homem. E aqui uma triste e lamentável constatação: rendimento médio, pelo menos pelo IBGE em 2004, para homens brancos, mil e trinta e sete e, mulheres, seiscentos e oitenta e um.

Eu coloco isso, porque mais tarde nós vamos fazer uma pequena contabilidade para as empresas, se é rentável ou não ter mais mulheres, independente da Licença Maternidade expandida. Quando a gente chega para os afro-descendentes, é realmente lamentável essa realidade. A população feminina, nós somos já quase 55% da população - quando digo nós é porque nós temos [inaudível], então nós estamos participando - com salários novamente menos de 30% do que o homem com a mesma escolaridade. Eu coloquei aqui "com a mesma escolaridade", quando, na realidade, nós sabemos que a escolaridade da mulher é superior. E ainda assim ela percebe uma remuneração 30% inferior do que o homem. A população feminina economicamente ativa é 53%, chefes de família já não é 29, acho que é 32 ou 33%.

Bom, aqui nós vemos também que isso aqui não é novidade, aparece nos jornais, "mulher chefia mais lares, trabalha mais, mas a renda cai. Mulheres têm de alterar rotina profissional". O mais interessante disso, de que existem labores, trabalhos que a gente considera que são netamente masculinos e outros que são netamente femininos, apesar que não existe. E naqueles que deveriam ser netamente femininos, ainda assim, os homens ganham 10% a mais do que as mulheres. Realmente inexplicável. Nós temos que as mulheres esperam mais 35% para uma promoção e a mulher, com certeza, ela faz jornada dupla. No caso da nossa empresa nós temos jornada tripla, porque a mulher trabalha, a mulher trabalha em casa e depois a mulher vai estudar. Coisa que não está acontecendo com os homens.

Bom, mulheres sobem, mas ainda com limites. E a mulher em postos... Dá para voltar, por favor? A mulher em postos de comando ainda é raro.

Podemos ir para o próximo? Isso aqui desconta do tempo, [risos] Senadora? Não desconta [risos] do tempo. Por favor, para o próximo slide. Eu estou colocando isso daqui para que a gente atenda que Licença Maternidade expandida está dentro de um contexto muito maior. E que nós temos que entender também não somente equidade entre homens e mulheres, mas também o assunto de remuneração, o assunto de equidade no trabalho, nas atividades, nas tarefas também. Quer dizer, o assunto é mais amplo. Não obstante a gente esteja hoje focando na Licença Maternidade e, por que não, num futuro próximo, Licença Paternidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu queria, só enquanto nós estamos consertando essa falha técnica, passar a palavra ao Dr. Deoclécio. Dr. Deoclécio, se o senhor pudesse dar uma palavrinha, porque nós combinamos ficar intercalando. Como nós, eu e o Dr. Deoclécio e a Maria Paula já temos falado muito, a gente hoje vai falar menos. Então, enquanto isso, eu peço ao Dr. Deoclécio que, por favor... Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

SR. DEOCLÉCIO: Obrigado, Senadora. Eu saúdo os integrantes da Mesa na ilustre figura da Senadora Patrícia Saboya, estendo minha saudação aos ilustres Senadores, Parlamentares presentes a essa audiência, aos colegas Pediatras, membros da Sociedade Brasileira de Pediatria, que também comparecem para sustentar e dar apoio a essas discussões. Eu vou ser breve, como solicitou a Senadora. Primeiro lugar, registrar a imensa satisfação nossa de cidadãos em vermos um assunto de tão grande importância discutido nas entranhas do Parlamento brasileiro, onde se passa a falar de temas como vínculo afetivo, como crescimento e desenvolvimento da criança do País. Sem dúvida nenhuma, um inegável avanço, uma grande conquista para a cidadania. E aqui falo numa condição diferente. Aqui falo como porta-voz das crianças, como Pediatra, como alguém que representa um contingente profissional enorme neste País, a quem cabe cuidar das crianças às quais se negaram vários direitos, entre os quais, o de estarem presentes, juntos com suas mães, os seus pais, o primeiro grupo social, que é a família para receberem não só a nutrição, mas também a estimulação adequada e indispensável à formação de sua estrutura cerebral, as sinapses entre os neurônios e a arquitetura essencial ao desenvolvimento mental, a condição de saber lidar com o afeto desde os primórdios da existência, para que não se tornem

futuramente presas fáceis de comportamentos agressivos, de comportamentos violentos, tais como os que prosperam pela nossa sociedade atualmente.

Vi vários números aqui apresentados, várias preocupações, todas elas, como disse a Senadora, procedentes. Mas há que se salientar um aspecto fundamental: os Países da Europa nos antecederam na concessão de Licença Maternidade, e o fizeram por pouco tempo, porque à época se conhecia muito pouco da fundamentação científica que sustenta a necessidade da expansão da Licença Maternidade. À época não existia a neurociência, com a abundante produção de conhecimentos da atualidade. Por essa razão, é indispensável que se fundamente a decisão de um Projeto dessa natureza sob os conhecimentos científicos que estão mostrando a indispensável presença do elemento vínculo afetivo nos primeiros seis meses de vida como pré-requisito para o desenvolvimento normal da criança. E se é verdade, todos nós o dizemos, que a criança é sujeito de direito. A Licença Maternidade precisa ser entendida também, e principalmente, como um direito da criança. Criança que não tem condição de estar aqui presente reivindicando aquilo que lhe cabe como condições essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento, para a evolução do seu potencial humano. Portanto, eu trago à presença dessa discussão um apelo para a consideração dos componentes científicos que embasam a proposta de ampliação da Licença Maternidade.

E toco também, se me permitem, na questão econômica. A Senadora salientou muito bem que os custos são fartamente cobertos pelos benefícios, que também se traduzem economicamente. É só calculá-los. E até me reporto, historicamente falando, há uma proposta feita por um Médico, à época do príncipe regente do Brasil, quando ainda existia escravidão no País, Dr. Humberto Mello Franco, de Paracatu, próximo aqui a Brasília, apresentou a José Bonifácio de Andrade Silva uma proposta de mudança no texto constitucional da época, que incluísse o seguinte: "A escrava prenhe deve ser afastada dos trabalhos a partir do sétimo mês de gravidez e, após o nascimento, ficar afastada de encargos pesados durante o primeiro ano após o nascimento da criança". Uma antevisão fantástica e que visava, à época evidentemente, a garantir o crescimento e o desenvolvimento das novas gerações de escravos, para que pudessem crescer com saúde e trabalhar adequadamente para a produção na sociedade do País.

Então, os indícios são evidentes. A fundamentação científica é inquestionável nessa altura da evolução. E se o Brasil já deu vários exemplos de avanços, se temos o Programa do Álcool, que hoje é mencionado

no mundo inteiro, o País começa a ser procurado por essa inovação fantástica, por que não nos avançarmos também na área social e darmos o exemplo para os Países que ainda estão atrasados nessa evolução e não mostramos a todos que o Brasil respeita a evolução científica, respeita o avanço social e pretende uma sociedade igualitária com violência decrescente, e não essa realidade danosa, nefasta, perversa na qual vivemos na atualidade. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr. Deoclécio. O senhor, como sempre, mexe no coração da gente aqui com a forma como fala com tanto entusiasmo. Eu acho que foi lhe ouvindo que também aprendi a ter tanto entusiasmo e paixão por essa idéia. Muito obrigada. Eu passo novamente a palavra ao Sr. Michael Haradon, para que possa continuar a sua exposição.

SR. MICHAEL HARADON: Muito bem. Continuando, e peço desculpas aí por esse defeito. Nível de formação, ensino da população ocupada, nós vemos aí, são estatísticas assim macro, mulheres, 55%, homens, 45; os anos de estudo também, que são maior para as mulheres. E eu digo isso daqui, porque nós estamos vendo de que as empresas estão cada vez desempregando mais gente e as pessoas que são empregadas são pessoas que têm mais tecnologia, mais informática, mais robótica... Então nós precisamos de mais anos de estudo. Apesar disso, a desvantagem da mulher cresce com a escolarização.

Bom, isso aqui é para as meninas e para os meninos. Tudo que uma mulher faz ela deve fazer duas vezes melhor do que o homem. Sorte a nossa que isso não é muito difícil, palavras da Charlotte Whitton.

Espanha. Nós vimos a Espanha que aprova novas medidas para igualdade entre homens e mulheres, não vou entrar no assunto, mas inclusive para homens, que hoje é 13 dias, vai chegar a quatro meses até o ano 2013.

Bom, a pergunta agora, que foi colocada: que Nação queremos construir, queremos escrever uma outra história? E eu acho que os empresários, sim, podem mudar a lógica do mercado.

Uma outra empresa, nós colocamos aqui a experiência da FERSOL, é uma pequena empresa brasileira, eu coloco aqui a marca registrada de que não possui monopólios ou oligopólios, porque senão diriam "é fácil fazer isso com monopólios, oligopólios", não tem concessões e incentivos fiscais, não tem financiamento público e o PLR é com mais 10% além da negociação sindical e patronal, auditado por uma auditoria externa.

Então eu digo isso daí, porque tudo isso vai se refletir nesses dois meses de Licença Maternidade e que a gente não está falando em salário mínimo.

Trabalho com diversidade, e desde o ano 2000 é prioridade na política da empresa, e a contratação é de segmentos socialmente e historicamente excluídos. Como é que nós conseguimos acessar esse pessoal? Escrevendo para as ONGs de afro-descendentes e para as ONGs também de mulheres. Quer dizer, esse negócio de não encontrar esse pessoal, isso daí é realmente porque o pessoal não quer. Porque o pessoal existe e está aí.

A diversidade aí na FERSOL, apesar de ser uma indústria química, onde supostamente não deveria ter mulheres, nós éramos 65% no ano 2005 e reduzimos para 53, porque houve uma crise, e todos vocês sabem, na agricultura no ano 2005/2006 e tivemos que fazer uma reacomodação. Mas aí estão os números para afro-brasileiros, pessoas acima de 40 anos. Terceirizados e estagiários obedecem à mesma lógica.

Desafios para a equidade. Nós acumulamos vantagens e desvantagens, e nós consideramos que não às desigualdades, nós achamos injusto tratar desiguais de forma simétrica. A equidade tem que ser em condições de trabalho e remuneração, em capacitação e empregabilidade.

Na conscientização de educação que fazemos dentro da empresa, o foco é para relações raciais e de gênero também. E nós, na conscientização, homenageamos e celebramos estes dias que são o Dia da Mulher, Não Violência contra a Mulher, Consciência Negra etc.

E para a FERSOL, nós não temos... Nós quando contratamos o funcionário, ele quer saber, além da remuneração, quais são os benefícios e os privilégios. E nós respondemos que não tem. A empresa não tem privilégios e benefícios. A empresa somente trabalha com direitos.

Então, direitos são plano de cargos e salários, uma remuneração equitativa por gênero, etnia, etária e física. E no processo de seleção, além do conhecimento e experiência, é mister que entrem ações afirmativas. Nós não operamos de outra maneira. Isso é claro e é política da empresa.

A remuneração, e aí é que vem o divisor das águas, nós consideramos que deve ser [inaudível], e aí cada empresário faz o que acha necessário. Esse é o patamar mínimo da nossa empresa.

Coloco isso, porque isso é que acho que é importante em quanto é que vai ser investido nessa Licença Maternidade. PLR, eu coloquei aqui, é 10%, e a diferença entre o maior e o menor é inferior a dez vezes. Nós achamos que a pessoa que é dispensada do trabalho

por qualquer razão, tem [inaudível] na cabeça. Portanto, a cesta básica, convênio saúde são seis meses além e depois do desligamento, previdência privada nós recomendamos, transporte escolar deve existir, independente da dispensa do funcionário, e assistência psicóloga, seguro de vida, isso daí é opcional.

Para as mulheres. Conscientização da ação de mulher. Direitos reprodutivos. Antes de falar do planejamento familiar, que fecha, temos que abrir, não é? Direitos reprodutivos. Nós somos a favor do parto "natureba", amamentação também, e prevenção, é claro, do câncer de mama, Papanicolau, prevenção à anemia falciforme, porque nós temos quase 50% da nossa população que é afro-brasileira.

Licença maternidade. E aqui nós entramos. A Licença Maternidade que nós instauramos no ano 2003/2004 tem nos trazido grande satisfação, porque as pessoas que estão trabalhando numa indústria química, que é uma indústria delicada, mas pode ser para qualquer indústria, sabem que seus filhos estão bem depois de seis meses de amamentação. Eles sabem que os filhos estão em ordem. Quando nós ausentamos, uma pessoa se ausenta por seis meses, você programa isso. Então você coloca dentro da programação da empresa. É diferente de que quando você tem uma pessoa, uma mãe ou pai, que tem que sair correndo, não programado para atender o filho, porque tem que levar ao Pediatra, ou tem que levar para a escola por mau comportamento. Então nós consideramos que isso é um ganho muito grande para a empresa.

A Licença Paternidade, nós também achamos que o pai deve, pode e deve ajudar a mãe. A diferença que nós temos agora é que antigamente era concomitante e hoje nós estamos colocando que ele pode tirar esses dois meses no momento que ele quiser. Quando termina a mãe ter sua Licença Maternidade, ele pode achar que é o momento de ele ir cuidar o filho. Então tem que haver essa flexibilidade. E isto é uma novidade dentro da nossa empresa e que o Marquito também não sabe. Extensivo a homo-afetivos, é claro, e para adoção e para casos de óbito também.

Essa daqui é uma das cartas que nós temos para as colaboradoras, para saber o que é que é Licença Maternidade. Porque é política da empresa; essa daqui é para os pais, para Licença Paternidade também. E nós temos mais uma, que são as dez dicas para os pais quando eles vão para casa "[inaudível] encorajar, incentive sua mulher a amamentar, divida e compartilhe as mamas da sua mulher com o bebê, se for o caso, sempre que possível, participe na amamentação, seja paciente..."

Então a gente dá algumas dicas que achamos que é interessante. Agora, para que essa pessoa, esse

homem, para que esse homem possa ter essa Licença Maternidade dois meses, quem tem que requisitar é a mulher, através de uma carta, como nós estamos vendo aqui, escrita a mão. Por quê? Porque ela é realmente quem determina. Se esse companheiro, o marido ele fizer um *pit stop* no barzinho da esquina, ela manda uma outra carta dizendo: "pessoal, pode ficar com ele, porque não estou precisando" [risos]. Realmente, quem manda aí é a mulher.

Aleitamento materno, nós escutamos o Professor, e é claro que traz uma série de benefícios, mas, principalmente, eu diria que a extensão da Licença Maternidade não é somente para a mãe, não é para o pai, não é sequer somente para a criança, vai além disso daqui, é para toda a sociedade. Não somente em termos de saúde, mas também em termos de afetividade essa criança vai ser quem vai construir o mundo para os nossos filhos e os nossos netos. Por que não proporcionar o melhor que nós podemos dar?

A gente junta também isso com o auxílio creche, que nós achamos que o valor que é colocado hoje não é suficiente e o número de anos também não, nós achamos que tem que ir para seis anos, o auxílio creche é dois anos, e a gente tem que colocar a criança no armário até os seis anos, quando vai à escola. Então tem que se estender para seis anos.

O interessante também, é que o auxílio creche também, que geralmente para a mãe, na nossa empresa é para pai, funcionário cuja companheira não obtém esse direito em outra empresa. Ele vai, ele informa e ele tem esse auxílio creche; direitos dos homo-afetivos, é claro, e aquilo que diz a nossa amiga Rose Marie Muraro, que é conhecida de todos nós: "ao invés de ter uma pequena parcela da sociedade que está ganhando e a grande parcela da sociedade que perde, nós temos que inverter isso daí, ter um círculo virtuoso, onde todo mundo ganha, as empresas, com bom investimento, a sociedade ganha, com uma boa saúde..." Porque senão o próximo passo será "perder-perde", todo mundo estará perdendo.

Agora eu queria colocar para os empresários, pelo menos essa é a conta que eu fiz, se os empresários têm aqui uma conta diferente eu peço desculpas e a gente pode até vir a discutir. Aposentadoria 100% INSS, homem 65 e mulher 60 anos, homem 35 anos e mulher 30. Se a remuneração média que nós temos como estatística é 1.307 reais para homem e mulher 681 reais, falando em homem e mulher brancos, a diferença é 356 reais por mês. Muito bem. A diferença a favor da empresa é a seguinte, uma remuneração de 356 reais por mês vezes... Eu calculo que uma pessoa vai trabalhar no mínimo dez anos, nós temos 30 anos de trabalho, então dez anos dentro de uma empresa

é uma coisa viável. Então tem um custo melhor para a empresa, a mulher, de 42.720 reais. Se nós calcularmos dois meses de Licença Maternidade e a nossa explosão demográfica dá 2,1 filhos por casal, quer dizer que a empresa, mesmo não tendo isenções de imposto, ela vai investir um adicional de 2.860 reais, o que significa que o rendimento para a empresa, depois de dois anos, dá 39.860 reais. Quer dizer, não é essa razão que a FERSOL ocupa 65% de mulheres. A razão é outra. Mas a gente aqui também pode dar uma olhada para outras empresas. No caso da FERSOL, a remuneração ela é equitativa e o patamar mínimo é DIEESE. Mas a gente está olhando aqui é em relação ao Brasil inteiro.

E o último, e eu peço até desculpas, pensando que a mulher trabalha 30 anos e a taxa de fertilidade é 2.1, é isto daqui que vai custar a menos para as empresas. É 128 mil reais. E o investimento, em dois filhos, são 2.860 reais. A mulher termina contribuindo para a empresa, ou para as empresas 125.300 reais a mais. A economia, uma visão social do nosso saudoso Celso Furtado, como ele dizia, meu pessoal é pura álgebra, e só a participação cidadã é capaz de mudar o País. Eu queria dizer para vocês que nós temos, claro, toda essa experiência da existência, da ciência, da matemática, economia, finanças... Isso diz uma coisa provavelmente para alguns empresários que fizeram outra conta. Mas a gente também tem que pensar na essência, na espiritualidade, nos valores, na ética e na justiça. Eu acredito realmente que a existência e a essência elas podem e elas devem caminhar juntos.

Bom, queria agradecer, porque vocês e nós vamos poder construir uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Bom, eu quero agradecer essa brilhante exposição do Sr. Michael Haradon, e dizer que a gente espera e tem muita esperança de que exemplos como esse possam acontecer mais e mais no nosso País. Acho que esse é um exemplo que deve ser seguido e aonde eu puder eu vou fazer propaganda disso. Fiquei muito feliz em lhe conhecer, acima de qualquer coisa, quero dizer publicamente, pela sua sensibilidade, pela sua inteligência e pelo afeto que tem, o carinho que tem, principalmente com as suas funcionárias, com as suas trabalhadoras. Isso merece ser aplaudido por todos nós brasileiros que acreditamos naquilo que eu disse, que é possível construir essa sociedade com mais justiça. MUITÍSSIMO obrigada.

Quero aqui saudar e agradecer, e pedir desculpas por não ter falado antes, a presença do representante do Ministro da Saúde, Tite(F) Borges, que está

aqui conosco, e eu há pouco falava também da posição, que para nós nos alegrou muito, do Ministro da Saúde, colocada em todos os jornais hoje favorável como uma prioridade a Licença Maternidade, quero aqui agradecer sensibilizada também ao Dr. Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que está aqui conosco desde o início da Sessão, quero cumprimentar e agradecer a presença da Regina Odami(F), representando a Ministra Nilcéa Freire, que tem sido uma defensora dessa bandeira, eu tive a oportunidade de estar ontem com ela e hoje já o Ministro da Saúde me ligou, por intermédio dela, a pedido dela, para conversarmos sobre a licença, agradecer à Dra. Ana Cecília Sucupira, Coordenadora da Saúde das Crianças e Aleitamento Materno, do Ministério da Saúde, a Dra. Maria José de Araújo, Coordenadora da Saúde da Mulher, todas Pediatras, que estão aqui também acompanhando não só nessa ocasião, mas em tantas outras que já tivemos oportunidade, agradecer e dar um beijo na Dra. Raquel, que está ali também atrás, esse anjo da guarda das nossas crianças. Quero agora passar então a palavra ao Dr. Eugênio Pereira da Cunha Garcia, que está aqui representando a CNC, para que possa também ter o tempo suficiente para expor suas palavras e seu pensamento. Muito obrigada pela presença.

SR. EUGÊNIO PEREIRA DA CUNHA GARCIA:

Bom dia para todos, Senadores e Senadoras, Deputados, todos aqui presentes. A Confederação Nacional do Comércio é o ramo que mais emprega mulheres no Brasil. E está inteiramente a favor do Projeto de Lei da Senadora Patrícia. Por quê? Porque, na prática, isso já vem ocorrendo. Eu tive o cuidado de passar no Departamento Pessoal da CNC, no Rio, e perguntar como é que é na prática. Nós temos hoje somente três mulheres afastadas pelo salário maternidade. Mas o número é mais ou menos equilibrado, as mulheres superam um pouco o número de homens. Então é comum o pedido de licença, através de justificativa de aleitamento e outras. Então isso já ocorre na prática. E a única sugestão que nós temos, Senadora, é a seguinte: por que 60 dias? Porque não flexibilizar esse período, vamos dizer, por exemplo, entre 30 e 90, para que as partes, empregadora e empregada, possam discutir isso. E possam talvez até colocar isso em negociação sindical. Acordo ou negociação coletiva, que nós sabemos que vai ser a pedra de toque do futuro do sindicalismo no Brasil, a negociação. Então colocado em negociação, hoje por dois anos, quiçá por três, como se pratica no mundo inteiro, essa licença virá atender o que hoje se faz na prática, que é a prorrogação para aleitamento e outras justificativas. Isso não só é bom para a empregada afastada por salário maternidade, como também

para o seu filho, como também para o pai, pelo afastamento da Licença Paternidade. Pequenos ajustes também eu acredito que devam ser feitos, por exemplo, a empregada afastada por salário maternidade, ela tem depositado o seu Fundo de Garantia normalmente. Os encargos sociais também são pagos. E realmente, no Projeto não há uma contemplação clara se na prorrogação vamos depositar, os empregadores vão depositar os encargos ou não. É questão de ajuste, pequeno ajuste aí sob esses encargos que, se vêm sendo praticados nos quatro meses, por que não também nos outros? Já que não vai haver nenhum prejuízo maior para o INSS, que, teoricamente, tem aí esse rombo. Então era isso que a Confederação Nacional do Comércio queria acrescentar. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA

SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu vou passar então a palavra à Dra. Cláudia Skaf, para que possa se manifestar também. Eu quero só deixar claro que eu já tive a oportunidade ano passado de estar na FIESP, fui muito bem recebida pelo Presidente Paulo Skaf e por toda a sua Diretoria, que demonstraram também sensibilidade ao Projeto, apenas nos pediram um tempo para que alguns ajustes ou sugestões pudessem ser feitos, o próprio Paulo Skaf sugeriu que nós tivéssemos uma atenção especial à questão dos micro e pequenos empresários, que talvez algum outro tipo de incentivo e nós temos já um estudo na Consultoria do Senado para isso, para que os micro e pequenos empresários também pudessem ter algum tipo de incentivo a aderir ao Projeto. Portanto, eu quero aqui registrar que eu fui muito bem recebida e espero que a gente possa ainda estreitar mais a nossa relação e, quem sabe, encontrar as melhores soluções para aperfeiçoar, como disse o Dr. Eugênio, alguns ajustes, e nós estamos completamente abertos para que eles possam ser feitos. Com a palavra a Dra. Cláudia Skaf, que tem o tempo necessário.

SRA. CLÁUDIA SKAF: Bom dia a todos. E eu acho que nós que temos a agradecer realmente a oportunidade de poder estar aqui, agradecer o seu convite realmente de poder participar desse Projeto realmente que é tão importante. Eu queria realmente dar bom dia a todos e agradecer o convite em nome da Dra. Eliane Belfort, que é nossa Diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social, e o nosso Presidente, Paulo Skaf. Em representação à FIESP, eu tenho a dizer que louvamos e parabenizamos pela iniciativa de modificar as regras que regem o direito à Licença Maternidade. A FIESP apóia, sim, as modificações, com algumas ressalvas. Em consulta informal com algumas mulheres empresárias e executivas,

ressaltamos que a ampliação da Licença Maternidade de três para seis meses só seria válido para as funcionárias de níveis hierárquicos mais baixos. Nenhuma empresária ou executiva de altos cargos consegue se ausentar da empresa tranquilamente e se afastar de suas responsabilidades por tanto tempo, ou seja, muitas nem usufruem nem a Licença Maternidade de três meses. Ainda com relação às demais funcionárias de níveis hierárquicos mais baixos, observamos que o aumento deste benefício pode se tornar mais um ônus aos empresários, com interferência direta sobre a empregabilidade das mulheres, ainda que esteja previsto incentivo fiscal. Quem pode se ausentar seis meses da empresa, pode também ser entendida como não são necessárias para a continuidade das tarefas e responsabilidades no fator de competitividade das empresas. Como alternativa, temos a propor que, ao invés de dobrar o tempo de direito à Licença Maternidade da mulher, o texto seja alterado com a proposição de aumento da Licença Paternidade, como vocês estavam falando aqui, atualmente de sete dias para também os três meses de afastamento.

Essa proposição vem reforçar o apoio à condição feminina no período pós-parto, além de estimular o fortalecimento do vínculo afetivo pai e filho e do núcleo familiar. Então é isso que eu gostaria de ter colocado, a posição da FIESP, e abertos realmente a conversar e dialogar e trazer sugestões e trocar idéias num Projeto tão importante como esse. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer a palavra da Dra. Cláudia Skaf, e passar então agora--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia, me permite, pela ordem, como Relator e não como um dos Presidentes de Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Pois não, Senador Paulo Paim. À vontade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou fazer um apelo a todos os painelistas, que eles pudessem deixar todas as contribuições por escrito para que a gente possa junto... Por exemplo, essa é uma novidade que até o momento não tinha chegado a nós. E talvez no debate a gente tenha mais claro depois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Eu pedi na semana passada, justamente para que hoje, quando a FIESP estivesse presente, pudesse trazer uma proposta objetiva ao Projeto, uma sugestão. O Dr. Pastore também vai deixar aqui uma contribuição. Provavelmente, a CNC, talvez pelas suas informações, e eu agradeço ao Senador Paulo Paim. Então eu passo a palavra ao Diretor da

Nestlé, Dr. Carlos Faccina, para que também possa se manifestar. Em seguida abriremos o debate aos Srs. Senadores e Senadoras.

SR. CARLOS FACCINA: Bom dia a todos. Eu creio que essa questão ela precede na análise alguns princípios básicos que nós precisaríamos estar de acordo. Eu acho que, pelo que os colegas apresentaram e pelo que eu pude ouvir da Senadora e do Senador Paim também, esses princípios eles norteariam todo um processo de análise. E quais são esses princípios, na minha opinião? Para mim, eles são fundamentais. Em primeiro lugar, esse Projeto de lei ele não pode ser considerado como custo. Esse é o primeiro aspecto que nós precisamos levar em consideração. Deve ser considerado como investimento. Investimento é muito diferente, porque o processo, na medida em que os seis meses sejam concedidos, eu tenho certeza absoluta que será exatamente quando do momento em que se concedeu os quatro meses. Naquela época, Senadora, quando se concedeu os quatro meses, havia um temor generalizado, "ah, a partir de agora, quatro meses, se a mulher juntar com as suas férias, vai ter desemprego, a mulher não vai ser preterida etc", e eu tenho quase que certeza absoluta, pelo menos na minha empresa e em muitas empresas que eu conheço, porque eu tenho um relacionamento muito grande com o mundo empresarial, que, ao contrário desse fenômeno, ao conceder-se os quatro meses, e já se fazem alguns anos... Quantos anos exatamente? Acho que mais de 20 anos, não é? O fenômeno foi inverso. E por que é que o fenômeno foi inverso? Porque existe uma característica hoje no trabalho, que é muito mais importante, a eficiência no trabalho do que a presença física no trabalho. O que é que significa isso? Se a gente comparar o trabalho da mulher e do homem em determinadas áreas na empresa, as mulheres dão de dez nos homens. Se eu pegar, por exemplo, hoje uma área específica das grandes empresas, vou falar das grandes empresas multinacionais e não multinacionais: no marketing, a predominância é basicamente de mulheres hoje. E eu não estou muito preocupado se as mulheres vão chegar a [inaudível] ou chefes mundiais, isso é outro problema, isso vai acabar acontecendo naturalmente.

O que eu estou observando é que na minha empresa e na grande maioria das empresas que eu conheço, aquela famosa aversão "aos quatro meses" acabou virando o quê? Algo absolutamente absorvido, as mulheres continuaram sendo contratadas. Por quê? Porque a mulher tem características no trabalho que superam os homens em algumas áreas de eficiência. Eu falei de marketing, mas posso falar de vendas: nas nossas fábricas, por exemplo, eu quero

dar um testemunho aqui, as mulheres têm muito mais domínio, muito mais equilíbrio, muito mais disciplina e muito mais afetividade pelo que elas fazem. Porque a afetividade feminina está obviamente ligada à afetividade ao conceber um filho. Então essa afetividade ela não desaparece porque ela cuida de um filho ou cuida de uma tarefa, essa afetividade está presente na mulher, na minha experiência de 20 anos como Diretor de Recursos Humanos e só trabalhando com Recursos Humanos e como Professor universitário, lidando há 32 anos na universidade brasileira, eu a vejo dos dois lados sempre como uma coisa que é normal, absolutamente pautável e perceptível. A segunda coisa, que eu acho fundamental, é que nós estamos falando não de uma prioridade, criança de zero a dois anos e de zero a seis meses não é prioridade, aí eu entraria com outro conceito, Sr. Relator, respeitosamente, eu estou falando de preciosidade. [palmas] Não estou falando mais de prioridade. O Brasil tem milhões de prioridades. Tem demandas sociais represadas, o mestre Deoclécio acaba de lembrar aqui um processo de um Senador do Império falando da escrava, as demandas sociais... Nós temos... Sei lá, se formos listar aqui, Srs. Senadores, senhores presentes, autoridades, nós temos aí mil prioridades. Mas eu acho que não existe nenhuma outra prioridade que supere a preciosidade do zero aos dois anos da criança, principalmente do zero aos seis anos. E não sou eu que digo isso, quem diz isso são os Economistas, considerados frios, calculistas... E hoje há uma corrente da economia e, consequentemente, esses Economistas têm recebido os Prêmios Nobel.

Eu vou falar de um agora, do Hackman. O Hackman, pouco conhecido no Brasil, demonstra efetivamente que do zero aos dois anos e do zero aos seis anos e até os dois anos é o período de maior desenvolvimento. Quer seja em termos de afetividade, se ela existir, se se der a oportunidade da afetividade, da emoção, do sentimento e da paternidade integrada e da aprendizagem. O que é que vai acontecer? Nós vamos ter uma economia de custos na escola do ensino fundamental, que é a principal parte do ensino do mundo todo e que ainda nós estamos... Estava aqui o Senador Cristovam Buarque dizendo, e eu repito, esse primeiro momento da formação é o mais importante e ainda no Brasil nós estamos discutindo se ele é ou não é. Então ele é o mais importante. Então eu vou ter uma economia de gestão de políticas públicas. Eu vou ter uma economia de aprendizado no sentido de ampliar o aprendizado e de rentabilidade escolar, não diminuindo a reprovação por artifícios, mas diminuindo a reprovação, a repetência e a exclusão escolar por capacitação e por um ensino de melhor qualidade. Por

quê? Porque eu tenho os seis primeiros meses muito bem cuidados, muito bem orientados e com todo um processo de absorção de tudo que vem pela frente até os dois anos, e daí para frente a nossa curva de aprendizado cai, Senadora. Dos dois anos para frente, tudo que nós fizermos dali para frente nós vamos ter muito mais dificuldade para aprender. É aquela velha história, todo mundo aqui já ouviu falar que a gente aprende a falar inglês muito mais fácil quando é criança do que quando é adulto. Isso não é uma inverdade, isso serve para tudo. Nós vamos tendo com o passar do tempo, ao contrário do que se imagina, uma dificuldade maior de aprendizado, ao passo que temos uma facilidade maior de absorção exatamente, porque nós não nascemos “tabula rasa”, está provado neurocientificamente que nós nascemos com um *software* lá na nossa cabecinha. E esse *software* não é do pai e da mãe, é um produto de cinco milhões de genes da espécie humana que estão incorporadas nesse cérebro à espera da afetividade, do emocionalismo e do relacionamento afetivo.

Com isso, nós vamos ter duas vantagens: economia de custo em educação e economia de custo em saúde pública, Senador. Esses dois fatores mandam aqueles 500 milhões de reais para o espaço. O que é 500 milhões de reais de renúncia fiscal, se a Receita Federal vier tomar isso de alguma forma do cidadão brasileiro ou da empresa, desses 500 milhões para compensar, eu acho que aí nós deveríamos fazer a tão sonhada revolução, [risos], ou seja, ela de “A” ou de “B”, porque seria o maior absurdo possível e imaginável que uma autoridade pública teria, que seria o desconhecimento absoluto da realidade brasileira.

A segunda coisa que eu gostaria de colocar, é que nós estaríamos também coibindo gradativamente um dos maiores, ou talvez o maior problema brasileiro hoje, que é a violência infantil. Esta violência infantil, que se manifesta em muitos lugares do Brasil, que acaba de se manifestar de forma bárbara em alguns exemplos que os senhores sabem, que acabam vindo para o Senado para discussão, mas como efeito, como efeito e não causa, não como processo que poderemos corrigir nos próximos 20 ou 30 anos. E uma vez eu perguntei para um amigo meu: “puxa, você fala tanto da revolução XPTO, e ela não está dando muito certo. E ele me respondeu: “o que é que são 50 anos para uma revolução? Nada”. Eu diria: o que são os próximos 20 anos para o Brasil? Nós temos entre os dois últimos Presidentes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e mais os oito do Presidente Lula nós temos dezesseis anos de história acumulados. Ora, o que nós poderíamos fazer em 20 anos? Muito. Então não é questão de custo, é investimento absolutamente

seguro, e o Senador pode depois, eu poderia depois me prontificar a enviar ao senhor com calma os cálculos que a gente poderia ajudar o senhor a por no seu Relatório, com o maior prazer.

E outra coisa que eu queria colocar, nós temos que fazer a equação “seis igual a seis”. Isso aqui eu estou copiando do Deoclécio, ele me permite, mas estou citando a fonte, eu como Professor preciso citar a fonte, o que é que é “seis igual a seis”? É seis meses de aleitamento prioritário, fundamental, que é insubstituível, com seis meses de Licença Maternidade. Essa equação é uma equação ótima, seis igual a seis e não seis igual a quatro. Então, vamos substituir seis igual a quatro por seis igual a seis.

Hoje o conceito de trabalho está mudando. E eu encerraria a minha colocação sob o ponto de vista de não custo e, sim, investimento, ouvi com muita atenção as colocações do Prof. Pastore, ele levantou questões importantes, que devem ser levadas em consideração para a gente entrar na questão do custo e mostrar que é investimento. Mas eu gostaria de registrar o seguinte: o que é que hoje se vê no mundo do trabalho moderno? É a eficiência e a produtividade dentro do local de trabalho. Portanto, a ausência de seis meses de uma funcionária ou de algumas funcionárias ou de algumas mulheres, em hipótese alguma vai afetar a rentabilidade da empresa. Mesmo porque a mão-de-obra hoje, os Recursos Humanos para a produção tendem por tecnologia, por gestão, ou por melhor eficiente gestão de processos a ter um custo cada vez menor. Quer dizer, a mão-de-obra, se a gente observar hoje nas empresas com processos modernos de gestão de um lado e tecnologia de informatização de outro, tendem e tenderão a ser um custo cada vez menor para as empresas. Ora, isso tem que ser levado em consideração.

E finalmente, nós precisaríamos também dar um “puxãozinho de orelha” na questão das políticas públicas. Elas também precisam se preocupar com palavra gestão. Eu faço parte do CONSEA, Conselho de Segurança Alimentar, represento a ABIA no CONSEA e, para minha tristeza, eu vejo muitas vezes uma discussão de horas a fio por brigas em relação a verbas. Ah, mas o meu setor só vai ter 250 milhões, o meu setor só terá 300 milhões... E raramente alguém diz o seguinte: o que é que eu posso fazer com esses 250 milhões? É uma mudança de paradigma. Não ver o Orçamento simplesmente na sua totalidade, lógico que sem dinheiro a gente não consegue fazer as coisas, mas com o montante de verba que eu tenho, a pergunta é: o que é que eu posso fazer com isso, o que eu posso gestionar melhor isso? Que tipo de rentabilidade, de produtividade, de eficiência eu posso ter em função desse montante de verba que o Orçamen-

to obviamente nem sempre premia a tudo aquilo que nós podemos, em função de recursos escassos, pela realidade brasileira.

Essa era a minha posição inicial, a favor não só do Projeto, mas também colocando esse Projeto não só como um Projeto da criança, da Licença Maternidade, mas da infância brasileira até os dois anos, resgatando, Senadora, Sr. Relator, os casos de sucesso no Brasil, porque já existem alguns casos bastante efetivos, eu cito um caso no seu Estado, vocês têm se preocupado no Estado do Rio Grande do Sul, o Senador é do Rio Grande do Sul, se não me falha a memória, de tomar a criança do zero aos dois anos, independente de partido, independente de política partidária, eu acho que nesse caso soa de menos importância, mas o que é que acontece no Rio Grande do Sul hoje? É um Estado que tem um padrão de saúde infantil exemplar e é o melhor índice de saúde infantil do Brasil. Portanto, tem efeitos e os custos de saúde pública podem ser reduzidos com isso. Era essa a minha primeira intervenção. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Dr. Carlos Faccina, pela exposição e pelo entusiasmo com que tratou desse assunto.

SR. CARLOS FACCINA: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Que [risos] bom, então. E eu queria antes de passar a palavra para os Srs. e Sras. Senadoras, passar a palavra para a nossa querida madrinha do Projeto, Maria Paula, para que ela pudesse dar uma palavrinha também.

SRA. MARIA PAULA: Bom dia, Senadores e Senadoras, bom dia a todos que estão aqui presentes. Quero dizer que é um prazer e uma honra estar participando desse movimento, que é um movimento pela vida. Quero dizer que muito se falou em números aqui hoje, mas eu quero lembrar e ressaltar que o valor da vida humana é incalculável, que não tem conta, não adianta juntar moedinha... Vocês me convenceram, realmente ainda é, além de tudo, ainda vamos ter economia no setor da educação... Ainda teremos economia. Mas, mesmo se não tivesse nada, o valor da vida humana, um bebezinho nascendo, abrindo o olho para a vida, nas nossas mãos, dependendo do nosso cuidado, da nossa atenção, do nosso olhar ali em cima dele o tempo todo, isso não tem valor, não tem preço, a gente pode falar, fazer qualquer discurso, porque isso é maior que tudo. A vida humana é a coisa mais preciosa, é realmente uma preciosidade. A mulher quando está nesse momento ela está toca-

da por Deus, ela está ali fazendo o papel de deusa, criando vida, criando um ser humano. Então essa mulher merece, ela tem direito e ela merece esses seis primeiros meses para criar esse vínculo fundamental com esse serzinho que ela criou, para poder preparar esse serzinho para caminhar aí uma vida pela frente, para se tornar um cidadão. Eu acho que a gente fala em cidadão, a primeira coisa que a gente tem que pensar é em pai e mãe. E esse conceito, bebezinho que tem uma mãe dando um colinho para ele, olhando dentro do olho dele, estabelecendo vínculo de amor verdadeiro com ele nesses primeiros seis meses, que são tão fundamentais, esse bebê vai estar tão melhor preparado para a vida. Até para as dificuldades que ele venha a ter que passar na existência dele, se ele receber o amor ele vai estar preparado para dar amor e eu acho que essa questão, quando a gente fala de vida e de amor, não tem número, nada mais chega nem perto do que a gente está dizendo.

Então, eu vou voltar a agradecer a oportunidade de estar participando. Esse é um movimento fundamental para a nossa sociedade. Eu acho que a gente tem que realmente se unir e fazer disso uma bandeira, eu acho que quando a gente fala “ah, não, perder aqui para ganhar ali, diminuir, talvez trinta dias...” Não, eu acho que a gente tem que querer é aumentar, aumentar, aumentar mesmo, garantir à mãe e garantir ao bebê esses seis meses, esses primeiros seis meses a gente tem que garantir aos nossos bebezinhos. Eles merecem e eles vão se tornar homens e vão nos agradecer por isso. E a outra coisa é, enquanto madrinha do aleitamento materno junto com o Ministério da Saúde, eu falei muito de seis meses de aleitamento exclusivo e eu acho que voltamos à equação seis por seis, não é justo o Ministério da Saúde propor seis meses de aleitamento exclusivo e Ministério do Trabalho não garantir esse direito essencial à mulher. Então é um apelo que eu faço aqui. Eu como mulher, como mãe, sei a importância de cada minuto desses seis meses e acho que se a gente puder chegar à Suécia e ter muitos anos, aliás, para as mulheres e para os homens, eu vou agradecer e a gente chega lá. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Maria Paula. Toda vez que ela vem aqui a gente fica... Obrigada, linda. Muito obrigada mesmo. Eu acho que o Brasil inteiro, e todas as crianças e as mulheres e as famílias e os pais agradecem esse seu jeito tão lindo e tão maravilhoso que encanta a todos nós. Muito obrigada mesmo. Um beijo no coração. Com a palavra o nosso querido Senador Flexa Ribeiro, que tem sido um grande colega, companheiro e entusiasta dessa idéia também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigada, Senadora Patrícia Saboya, Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais. Eu queria, com a permissão de V.Ex^a, permutar com o Líder Arthur Virgílio, porque ele tem uma reunião do Colégio de Líderes, importante, para pautar o veto da Emenda 03 e da SUDAN e da SUDENE, que são importantes que sejam levados ao Congresso Nacional. Então eu vou trocar com ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Flexa. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na verdade, Senador Flexa, não tem nada mais importante do que o que debatemos aqui neste momento. O que eu vejo, Senadora Patrícia, e eu devo dar esse depoimento a seu respeito, é que V.Ex^a está começando a compor uma versão moderna e bonita do Senador Nelson Carneiro. Porque ele reformou, à altura dos seus mandatos, toda a legislação de família, e aquela conquista, hoje infelizmente banalizada, aquela conquista relevantíssima para a mulher, que foi o divórcio, foi uma luta árdua de décadas e que redundou, para a época, num grande passo civilizatório, e eu vejo V.Ex^a avançando com consistência, apresentando projetos factíveis, e formando um conjunto. Não é mais aquele fato isolado, mas um conjunto, que passe pela preocupação com a integridade de crianças, no aspecto sexual ao aspecto familiar, educacional, que passa pelo aperfeiçoamento da legislação de proteção à mulher e à criança. Ou seja, eu aqui ouvia com atenção a Maria Paula, e é claro que ela falou com muito sentimento, falou com muito coração, falou como mãe, como brasileira de enorme consciência democrática. Mas eu vou tentar ser até global mesmo. Eu que não tenho nenhuma dúvida que o seu Projeto no longo prazo ele é ótimo, até porque nós estamos tratando de preparar cidadãos para construir um Brasil efetivamente mais justo do que o Brasil injusto que nós herdamos e nós não podemos passar para os que vêm depois um Brasil injusto como o que nós herdamos, eu ouvi aqui manifestações de que no curto prazo também é bom, de que é possível do ponto de vista econômico, de que aumenta a produtividade, de que há um investimento na produtividade, de que... Eu ouvi lideranças empresariais, o representante da... A representante da FIESP, a Dr^a. Cláudia Skaf e o representante da Confederação do Comércio, não tive a alegria de ouvir Prof. Pastore, que é uma figura de enorme credibilidade toda vez que se manifesta sobre a questão do emprego, sobre as políticas de empregabilidade, e me entusiasmei bastante com alguns depoimentos que aqui desfilaram. Mas se nós temos a garantia de que

no longo prazo é muito bom e nós temos a perspectiva de que é viável também no curto prazo, ou seja, não estamos meramente poetizando, não estamos meramente idealizando, nós estamos procurando trabalhar em cima dos dados factíveis da economia brasileira, nós estamos procurando ser realistas, propor algo que termine consolidando o crescimento da economia, até porque do curto ao longo prazo tem um percurso a ser feito, e esse percurso a ser coberto visa à preparação do novo cidadão, ele dá atenção a essa coisa bonita a que se referiu a Maria Paula, que é o indescritível, quer dizer, eu tenho um amor, como pai, enorme, e infelizmente não consigo imaginar inteiramente o que é o amor de mãe, porque eu não consegui ficar grávido [risos], quer dizer, eu imagino que deva ser esse *plus* assim, o ficar grávido e dar um a mais, eu reconheço que na hierarquia eu devo me colocar como o número dois, enfim, em relação aos meus quatro filhos e aos meus dois casamentos. E eu então eu vejo que V.Ex^a está de parabéns, porque apresenta um Projeto realizável. Poderia a idéia ser bonita e a Projeto poderia não ser realizável. Aí nós ficaríamos no sonho. E o sonho é bom. Mas se o sonho não pode virar realidade, ele pode descambar para o delírio, e o delírio é o pior inimigo da criança, é o pior inimigo do emprego e da mulher, é o pior inimigo da economia, que precisa ser vigorosa para sustentar os nossos próprios sonhos. Se o sonho é realizável, eu volto a dizer, V.Ex^a dá um grande passo para se tornar uma versão belíssima do Senador Nelson Carneiro. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senador Arthur Virgílio, sempre tão delicado, tão generoso e tão amável. Muito obrigada pela sua presença aqui. Eu sei que V.Ex^a, como Líder do PSDB, tem muitas atribuições aqui na Casa, mas dispõe do seu tempo para vir até aqui apoiar a idéia. Muito obrigada mesmo, de coração. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senhores convidados. Eu não tive a oportunidade de assistir a todos, porque estou participando também da Comissão de Constituição e Justiça, com alguns projetos em pauta que tenho que fazer Emendas e estar atento. Mas aqueles que eu ouvi, e ouvi a maioria, eu fico satisfeito, Senadora Patrícia, e quero parabenizá-la. Parabenizá-la, primeiro, pela mulher determinada, obstinada por uma causa que eu acho que deveria ser assumida por todos. Homens, principalmente, e as mulheres. Eu sempre me coloquei favorável a qualquer iniciativa que busque resolver o problema da causa. O Congresso e os brasileiros sempre

estão correndo atrás do prejuízo, buscando propostas e leis para resolver o problema do efeito. Agora mesmo estamos atônitos com o incremento da violência no nosso País. Buscamos reduzir a maioridade penal, como se essa fosse uma solução mágica para resolver o problema da violência. Lamentavelmente, ainda no meu Estado, lamentável ainda por ter sido no Pará, a imprensa noticiou um bárbaro assassinato cometido por uma criança de oito anos. Oito anos. Quer dizer, isso é o resultado da desagregação familiar de princípios que têm vindo de gerações sendo deterioradas, por gerações, e que nós temos que ter um caminho, um ponto de partida, um início para corrigi-las.

Então, eu acho que o investimento que se deva fazer na criança, no recém-nascido, na primeira infância, não são gastos do Poder Público, são investimentos que, com certeza absoluta, irão diminuir os custos à frente. Seja em qualquer área de políticas públicas. Seja na área de educação, porque vai ter uma criança com maior capacidade de aprendizado, seja na área de saúde, porque vai ter uma criança mais fortalecida no seu sistema imunológico e psicológico, seja na área de segurança, porque nós vamos criar homens e mulheres preparados para a vida com definição de caráter. A preocupação não só de informar, mas de formar também o cidadão.

Então, vamos diminuir custos à frente, e que devam ser entendidos como investimento aqui. O meu caro amigo José Pastore, reconhecidamente um profissional na área por todo o Brasil, ele trouxe aqui algumas questões pertinentes, que nos ajudarão a fazer as correções e os ajustes, e é para isso que nós estamos fazendo essa Audiência Pública. Os Diretores das empresas, o Dr. Deoclécio, Pediatra, colocaram posições favoráveis e com argumentos que eu acho que são determinantes para o processo. A própria... Eu não assisti à observação da Dra. Cláudia e do Dr. Eugênio, então não tenho como fazer referência a elas, mas eu tenho quase certeza que também todos atendem ao seu Projeto.

A própria Organização Mundial de Saúde ela já define a questão do aleitamento exclusivamente de leite materno durante os seis primeiros meses de vida, e já foi dito, e aí é uma questão de matemática. Seis não é igual a quatro, seis é igual a seis. Então a nossa amiga Maria Paula ela colocou uma coisa que é muito comum no Governo, um Ministério tem uma definição, uma linha de definição e outro tem outra. Quer dizer, o Ministério da Previdência diz que são quatro meses, o Ministério da Saúde diz que são seis. Então é preciso que haja primeiro lá o ajuste. Então se o Ministério da Saúde, que é quem tem competência para definir a questão, diz que são seis meses, o Governo não pre-

cisaria nem ter o seu Projeto, Senadora Patrícia. Se o Projeto é indutor da discussão, porque era o Governo o primeiro a dizer “não, se o Ministério da Saúde diz que são precisos seis meses, então nós vamos estender pela Previdência a Licença Maternidade pelos seis meses”. Isso é o lógico. Mas o seu Projeto poderia ter, Senadora Patrícia, uma dificuldade de tramitação na área produtiva, que poderia com isso ter dificuldades de arcar com os recursos, que não são despesa, eu continuo dizendo que são investimentos, mas poderia ter a própria CNI defendendo a questão produtiva. Poderia ter. Mas a exposição do Prof. Pastore foi clara. A CNI não é contra. Precisar fazer ajustes ao programa. A idéia brilhante da Senadora, de colocar como voluntária a adesão, não obriga nenhuma empresa a conceder a prorrogação da licença. Então, eu acho que aí já abre um espaço para que não haja oposição. Só iriam aderir aquelas empresas que tenham a consciência social e tenham a condição de atender as despesas definidas. O Prof. Pastore levantou uma questão importante, com o encontro do dispêndio com o Imposto de Renda. Então a empresa que teve lucro de um ano pode não ter no outro. E aí, Prof. Pastore, Senador Paim, que assume a Presidência da Audiência, eu proporia fazer uma Emenda aí, uma correção de redação no sentido de não usarmos, e eu tenho feito isso na CAE constantemente e sou aqui um defensor intransigente de que qualquer incentivo fiscal não seja mais calcado só no Imposto de Renda. Porque o Imposto de Renda hoje ele é um... Já foi anteriormente mais importante, mas hoje ele não é tão importante para o Governo Federal como receita, mas é importante para os Estados e Municípios que tenham o seu FPM e o seu FPE baseado no volume da arrecadação do Imposto de Renda. Então que a gente use agora as contribuições para fazer esses abatimentos, porque aí não há esse risco que o Prof. Pastore colocou. Porque as contribuições são devidas sempre. Independente de lucro, de resultado positivo ou não.

Então, corrigiria isso. Essa questão também de que se todas as mulheres serão atendidas pelo programa, se houver, eu acho que sim. Apenas, se algumas delas não quiserem usufruir, aí é uma questão de consciência. Mas terão o direito de fazê-lo. Eu acho que... Eu quero parabenizar novamente a Senadora Patrícia Saboya. Ela é, como eu disse, determinada nesses assuntos que dizem respeito às causas sociais, como é também o Senador Paulo Paim. Eu apenas sou, eu diria, não companheiro nas questões, mas sou cúmplice dessas questões, porque eu me sinto responsável. Eu não me sinto aqui como passageiro. Eu me sinto aqui como tripulante. Então, essa nau, esse Brasil vai seguir o rumo que nós, não só os Parlamentares, mas

a sociedade aceitarmos como responsabilidade de todos e de cada um, porque é muito fácil você transferir para o próximo, e não resolver, ou ajudar a resolver uma pequena parcela que seja pelo esforço seu. Parabéns, Senadora Patrícia, parabéns, Senador Paulo Paim, parabéns aos palestrantes, eu conversei ontem com o Presidente Armando Monteiro Neto ao telefone, o Presidente colocou exatamente, e para nós a vinda do Senador... Já estou com premonição, Prof. Pastore, a vinda do Prof. Pastore como... Eu disse à Senadora Patrícia que era, sem sombra de dúvida, um ponto... Uma palestra que seria colocada de forma profissional, competente e reconhecendo os pontos e nos ajudariam a definir as dificuldades. É exatamente nessa linha que a inteligência do Prof. Pastore nos ajuda a avançar com o Projeto. Era o que eu tinha a dizer e sou favorável ao Projeto de prorrogação da Licença Maternidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flexa Ribeiro, eu só peço que V.Ex^a, com essa contribuição praticamente de redação, de Imposto de Renda para tributos, que encaminhe para nós, para a gente poder dialogar sobre a proposta. Passo de imediato a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Presidente. Obrigada a todos os nossos palestrantes, aos nossos visitantes, muito obrigada pela presença, pela contribuição, cumprimentar a nossa atriz, Maria Paula, dizer que você é brilhante, mas também é uma moça, uma atriz, uma humorista que tem espírito público. Muito obrigado pela sua presença e pela sua luta em prol de uma bandeira tão importante.

Patrícia, quero dizer da importância deste Projeto e o que ele pode significar para o nosso País. Eu queria fazer, Sr. Presidente, três rápidas considerações. Começando pelo mercado de trabalho. Eu estou aqui com uma pesquisa da PUC do Rio, de setembro de 2006, do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. O título da pesquisa é “Os efeitos da Licença Maternidade sobre o salário e o emprego da mulher no Brasil”. Os pesquisadores são o Sandro Sache(F) de Carvalho, o Sérgio Fipo(F) e o Gustavo Gonzaga, que é da maior competência e capacidade. Vou ler quatro linhas da pesquisa e o resultado e as conclusões dela: “De qualquer modo, apresentamos evidências de que o aumento do período de Licença Maternidade, que é um benefício importante na proteção da mulher no mercado de trabalho, bem como na proteção da saúde da mãe do recém-nascido não gera incentivos que aumente a ação discriminatória em relação à mulher no mercado de trabalho. Desta forma, propostas que visem a alongar o período de Licença Maternidade

podem ser positivas, uma vez que o custo em termos de distorções no mercado de trabalho parece ser pequeno, enquanto uma extensa literatura na área de saúde fornece subsídios para se crer que o benefício da Licença Maternidade para as mães de recém-nascidos tende a ser bastante grande. Departamento de Economia da PUC”; “Concedendo à mulher o direito de uma licença muito mais longa, o Estado brasileiro está implicitamente reconhecendo que o cuidado dos filhos é responsabilidade predominantemente feminina e, por conseguinte, está estimulando até a perpetuação da divisão sexual das tarefas domésticas”.

E ainda complementando, eu fui até o IBGE, Sr. Presidente, e constatei o mesmo que essa pesquisa. A pesquisa em 92 mostra que nós tínhamos 43.5% de mulheres no mercado de trabalho e que, em 2004, isso passou para 45.5. Essa data coincide, não é tão precisa com relação à mudança na legislação, mas quatro anos depois que se implementou os quatro meses de Licença Maternidade.

Então, conclui-se que quando nós aprovamos os quatro meses, que foi a mesma discussão que estamos tendo aqui hoje pelo Brasil, é que as mulheres seriam prejudicadas, que seriam mais discriminadas, que seriam menos contratadas, que o salário iria diminuir e teve foi um aumento. Mesmo porque esse aumento pode estar coincidindo com o que um dos nossos palestrantes... Eu não estou, desculpem, estou sem minha lente, e meus óculos são só para perto... Michael disse, deve poder ter aumentado por conta da diferença salarial e o lucro que dá para a empresa a mão-de-obra mais barata da mulher. Então esse é o primeiro ponto que eu acho que essa discussão e esse argumento não procedem. As estatísticas mostram o contrário. E lembrem bem que nessa época, quando aprovou para quatro meses, eram apenas oito semanas que indicava a velha CLT. Quatro semanas antes, durante a gravidez, e oito semanas após. Então foi um aumento brusco nessa licença e nada afetou a contratação com relação às mulheres às empresas, às indústrias brasileiras, que eu tenho o maior respeito, isso não prejudicou.

O segundo ponto, o Senador Flexa falou, que é uma aberração o Ministério da Saúde provoca uma angústia e um peso de consciência na cabeça das mães, “você tem que amamentar até seis meses”, aí ela vai para o emprego, o Ministério do Trabalho diz “você só pode ficar na licença quatro”. Então, se o Ministério da Saúde, e eu penso que ele prevalece sobre o do Trabalho no quesito Saúde, e os cuidados com a criança.

Então, é claro que a mãe vai acreditar muito mais no Ministério da Saúde, que seis meses é que são ne-

cessários para a amamentação, do que no Ministério do Trabalho, que impõe quatro meses votados pelo Congresso Nacional. Então isso realmente o Senador Flexa está coberto de razão, isso é uma aberração. É um transtorno na cabeça de qualquer mãe do mundo.

Mas eu queria, para finalizar, Sr. Presidente, tocar no ponto que para mim é mais importante e que infelizmente, claro que também por falha minha, por não estar presente no momento certo, e pedir uma inclusão nessa Audiência Pública, eu queria aqui discutir o ponto de vista psicológico. Eu não tive oportunidade de participar em nenhum debate sobre o Projeto da Patrícia Saboya, da Senadora, mas é a primeira vez que eu nós estamos vindo aqui, eu não vim a outra discussão que pudesse ter incluído esse tema. Eu, além de ser mãe de três filhos, e que tive uma experiência pessoal terrível, eu perdi o meu marido e o meu filho mais velho tinha quatro anos, o do meio tinha um ano e a mais nova, eu estava grávida dela de dois meses. Então eu sei exatamente o que aconteceu com o meu filho mais velho, com o meu filho do meio e com a minha filha mais nova quando eu tive que virar chefe de família, e não é uma chefe de família urbana, uma chefe de família rural, com muito mais dificuldades de encontrar. Mas também sou Psicóloga, Sr. Presidente, me formei em Psicologia. Não atuo na área, mas gosto muito do que estudei. A consequência foi trágica e eu tive que mudar o rumo. Mas me lembro de muita coisa importante nessa área. E eu gostaria aqui de fazer um breve comentário sobre um autor muito importante, que se chama Winnicott: nós temos duas fases importantes. Nós não podemos fixar esse debate na importância apenas da amamentação. É muito além disso. Nós estamos falando de estrutura de personalidade. É dessa estrutura que vão sair os psicóticos, que vão sair os psicopatas. Psicopatas que arrastam crianças fora do carro, vendo e não se importando, que não têm piedade por ninguém, que não têm remorso, não conhecem essa palavra.

É nessa formação até os seis anos de idade, e nós estamos discutindo aqui dois meses de aumento e focando apenas o aleitamento materno, eu prefiro mil vezes uma mãe ao lado do filho seis anos e nenhum dia de amamentação. Não quero aqui diminuir o valor da amamentação, absolutamente. Meu primeiro filho mamou oito meses no peito. Porque eu tive condição de fazer isso. Mas nós temos duas fases importantíssimas na estruturação da personalidade de uma criança. Nós temos a fase da dependência absoluta, que a Maria Paula, que é mãe e que tem um bebê sabe muito bem disso, e todas que são as que são mães aqui, as Assessoras... A dependência absoluta até os seis meses de idade, segundo esse autor tão impor-

tante no mundo inteiro, é aquela dependência onde a criança tem a dependência física, emocional, aonde só a mãe, que sabe sentir e fazer o papel do ego dele, que a claridade está incomodando o seu olho, que seu pescocinho está doendo, porque está do lado do travesseiro, que o xixi está incomodando lá embaixo na frauda... É esse ego que faz com que a criança se fortaleça emocionalmente e fisicamente. É uma relação egóica importantíssima, que vai até os seis meses de idade. Que é imprescindível. E aqui eu faço uma breve consideração ainda, que as mulheres... Economicamente existem as mulheres ricas e as mulheres pobres. As pobres com mais dificuldades, porque suas irmãs têm que trabalhar, as suas mães estão trabalhando, e às vezes a mulher rica ainda tem o privilégio de ter um ego substituto razoável para deixar com essa criança, uma enfermeira altamente capacitada emocionalmente, inteligentemente, mas a mulher pobre não tem essa oportunidade de uma substituição satisfatória de um ego como ela. E essa fase, se não evoluir, se essa fase de dependência absoluta, se ela não evoluir do ponto de vista emocional relativamente bem, nós vamos produzir os bebês psicóticos.

E vocês sabem o que significa, principalmente o Presidente da Associação de Pediatria, o que significa o tratamento de uma criança que tem psicose. O que é que é a psicose, resumindo rapidamente? É uma criança de ego frágil, sem defesa, porque faltou o ego da mãe, faltou o ego substituto que vai complementar o dela até o dela se formar. Por isso se fazem os psicóticos. Ou seja, o resumo é que o ego do bebê não foi alimentado pelo ego da mamãe. Ele se fragiliza e rompe com a sua personalidade. Ainda nós temos, Sr. Presidente, a dependência relativa. Nós saímos da absoluta, que vai até seis meses e, de seis meses até seis anos, essa dependência relativa é muito mais forte, ela vai até a adolescência. Por isso nós sabemos o cuidado excessivo que nós temos com os nossos adolescentes. Mas, especialmente, eu quero parar aos seis anos de idade, nessa dependência relativa, de seis meses até seis anos, aonde inicia a desabitação com a mãe, para poder desabitatar, para ficar mais longe da mãe, ele tem que estar desabitado. Ele vai começar a lidar com o fracasso, ele vai começar a lidar com a ausência, ele vai se desligando aos poucos da mãe, mas ainda com uma alta dependência. E qualquer rompimento brusco, já estou saindo seis meses e indo até seis anos para quem está reclamando de dois meses nesse aumento desse cuidado da personalidade dos futuros brasileiros deste País. Esse rompimento brusco, Sr. Presidente, essa privação afetiva brusca pode significar que nós vamos produzir os psicopatas. É daí que saem os psicopatas. Esses psicopatas, que nós

podemos ter uma quebra, um rompimento, um ego desestruturado, e podemos colocar até num tratamento psicológico, psicanalítico, em qualquer linha que houver em termos emocionais. Mas nós teremos de volta um ego reestruturado defeituoso, como um cristal quando se quebra. Você pode juntar os cacos, comprar a cola, o super bonder e com muito carinho e colar de volta. Nunca mais será a mesma.

Então eu quero aqui deixar para a nossa Senadora querida, Patrícia Saboya, que nós precisamos levar à sociedade não só a importância da questão da amamentação, mas da formação da personalidade, da estruturação da personalidade do ser humano. E aí eu reporto à questão da violência, que está nos jornais todos os dias, está na imprensa, nos ajudando e pressionando todos os dias. E a Patrícia, que é contra o aumento da maioridade penal, e eu sou a favor, justamente por conta disso. Porque eu, como Psicóloga que sou, eu não acredito, infelizmente, que esses menores possam ter a recuperação necessária para retornar à sociedade. Porque lá, até os seis anos de idade, a sua estrutura de personalidade não foi construída e eles hoje não se usa mais chamar de psicopatia, hoje nós estamos chamando de sociopatas, porque só vão ser identificados quando começar a conviver com a sociedade, quando arrastar amarrada em carro, quando matar os pais, quando matar os avós, quando matar a namorada, quando pratica o estupro. É nessa hora que os psicopatas, hoje chamados de sociopatas vão ser identificados pela sociedade brasileira. Então, por isso sou a favor, infelizmente, não gostaria de ser, a favor da redução da maioridade penal.

Então, eu acho que nós podemos estender essa discussão e cuidando nos nossos bebês, já que não temos recursos para cuidar até os seis anos, mas vamos fazendo por etapa, vamos caminhar, vamos dar um passo à frente, ninguém vai morrer com isso, as empresas não vão quebrar, o Brasil não vai quebrar. Nós vamos economizar não só no Ministério da Saúde, nós vamos economizar não só no bolso do pai e da mãe, mas nós vamos economizar também no Ministério da Justiça, no Ministério da Defesa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Está inscrito o Senador Inácio Arruda, mas a Senadora Patrícia disse que queria fazer uma breve colocação.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-

CE): Eu queria, antes de mais nada, agradecer as palavras da Senadora Kátia Abreu, que aqui colocou de uma maneira muito clara a importância desses seis meses na vida de uma criança, na vida de uma mãe,

na vida de uma família. A economia brutal, e essa eu vou pedir permissão a ela para usar a partir de agora, que essa economia não será feita apenas no Ministério da Saúde, da Educação, mas principalmente no Ministério da Justiça, onde nós vamos diminuir o índice de criminalidade e tudo o mais. Mas queria só um esclarecimento da Senadora Kátia Abreu, que o foco do Projeto não é a amamentação, é o fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho. Só para que fique tranqüila em relação a isso. Nós tivemos esse cuidado, a Sociedade de Pediatria, como eu disse, foi quem fez, elaborou o Anteprojeto, e mostra claramente que é esse fortalecimento que vai determinar o caráter e a personalidade dessa criança no futuro. Por isso nós tivemos, é claro que aquela mãe que vai poder ficar seis meses com seu filho, lhe dando todo carinho e a atenção necessária, evidentemente que vai aproveitar e nós vamos aqui resolver uma outra situação, que é também ampliar a amamentação, o direito que a criança tem ao leite materno. Mas eu concordo com você que realmente o mais importante, e é o objeto principal do Projeto, é garantir esse fortalecimento e essa convivência pelo menos nos seis primeiros meses de vida. Mas muito obrigada, enfim, por todas as suas considerações. Muito obrigada mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senadora Patrícia, autora deste importante Projeto de Lei que ora discutimos. Primeiro, eu quero dizer que eu também estou convocado para a reunião de Líderes, mas infelizmente a reunião de Líderes vai ter que esperar, porque eu considere que era muito importante essa reunião, essa Audiência Pública, e era importante ouvir todos os convidados. E eu achei extraordinária. Acho que cada depoimento aqui ele foi se somando. Mesmo os que tinham observações que aparentemente eram contrárias, digamos assim, “bom, essa aqui é uma observação que é contrária ao Projeto”, mas elas foram se postando, se colocando de tal sorte que nós pudemos... O Relator estava aqui atento, e eu posso dizer como testemunho que ele anotou absolutamente tudo, embora tenha pedido para receber por escrito, mas ele já anotou, porque ali é aquele sentimento da hora que você anota ali, é o rabisco da hora, que é muito importante na hora que vai fazer o seu Relatório, que você vai fazer a sua alteração. É o sentimento que você colheu daquele que estava prestando a informação, o depoimento. Eu acho que houve uma complementação. Já mostra o avanço de determinadas empresas, que já se anteciparam, já estão à frente, já estão consumando esse esforço. Eu acho que o Dr. Deoclécio ele foi muito preciso, quer dizer, é

o conhecimento, a ciência vai mostrando para nós o caminho. E vai nos informando. Eu acho que por isso é que eu sou a favor da tese de que nós não devemos reduzir a maioria penal. É exatamente por isso. Porque a ciência está dizendo para nós que nós temos um outro caminho mais inteligente, que é esse aqui. Esse que é o caminho mais inteligente. Porque, se for pela tese contrária, eu vou reduzir a maioria penal de tal sorte que eu chego nos seis meses de vida.

Então, eu acho que nós temos que fazer o caminho inverso, e o caminho inverso é esse que nós temos aqui, que a ciência está nos oferecendo, o conhecimento. É uma sociedade meio contraditória a nossa, e talvez seja a nossa sorte, eu falava para o Paim: “veja que sorte a nossa”, a nossa miscigenação, embora tenha toda a carga de preconceito que existe na sociedade brasileira, mas a nossa miscigenação nos oferece uma sociedade avançada. Eu até brincava, porque se levantou a questão de que se mandou a mensagem para o José Bonifácio, mas o José Bonifácio produziu uma proposta de Constituinte, para Assembleia Constituinte em Portugal, para o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, avançadíssima. Que já propunha a abolição da escravidão, em 1821, propunha uma legislação ambiental fantástica e, ao mesmo tempo, propunha uma legislação que protegesse os nativos. Era uma legislação super avançada àquela época, 1821. Quer dizer, era uma contradição. Você tinha um conservadorismo atroz, mas você tinha uma proposta de legislação avançadíssima. Então nós estamos dando um passo, que é isso que a Maria Paula levantou. Então vamos à Suécia. É lógico. É isso que nós temos que fazer mesmo. Vamos a isso. Por que não?

Nós temos uma proposta de Emenda Constitucional, Senadora Patrícia, por sorte eu e o Senador Paim, que é uma proposta de redução de jornada de trabalho. É uma espécie de utopia nossa. Nós já discutimos com o Pastore já muito na Câmara dos Deputados, porque o Pastore é sempre nosso convidado, nós discutimos muito. Por quê? Porque nós consideramos que é o seguinte: menos trabalho, para que todos possam trabalhar. Quer dizer, aumentar a camada dos que podem ter acesso ao mercado de trabalho. Porque a ciência está resolvendo isso para nós há muito tempo. É de que nós podemos ter menos tempo de trabalho para cada um, com mais tempo livre, e que eles até poderão ter outras atividades. Por isso que eu me reporte, Deoclécio mesmo considerando muitíssimo importante os pronunciamentos de todos, do Carlos, do Micahel, que foram muito interessantes, da Dra. Cláudia, do Pastore, que nós conhecemos já de muitas intervenções muito boas, com muitas informações, sempre muito bem informadas suas posições, do Eugênio,

foram todas muito boas, um completando o outro. De maneira que eu acho assim, que o Deoclécio mostrou como o Projeto de Lei está baseado numa posição de conhecimento, de avanço da ciência, de que esse é um caminho salutar para o nosso País. Ao ampliar a possibilidade das mães ficarem com seus bebês, nós estamos garantindo, primeiro, nós estamos garantindo a afetividade, o aumento da afetividade, então nós resolvemos um problema de as possibilidades dessa criança, do ponto de vista psicológico, elas serão muito maiores, muitíssimo maiores, e estamos resolvendo um problema nutricional, que mexe também com a afetividade, então ajudamos a trabalhar, trabalhamos com dois problemas simultaneamente. Isso tem repercussões.

Se retirássemos, o que a Maria Paula levantou, ela que está colocando, digamos assim, a imagem dela para uma batalha e para uma bandeira política, digamos assim, usando o que ela tem de força para reforçar uma bandeira e uma causa, ela está colocando, digamos, é a questão humana, não é o negócio. Mas se nós pensarmos no negócio, então, para quem pensa nos negócios, nós temos então que raciocinar com conhecimento. Não é assim? O que é que as empresas mais fazem, mais investem? Não é no conhecimento? Então, se naquilo que mais investimos é no conhecimento, então, sinceramente, se queremos ganhar mais, se queremos lucrar mais, se o modelo, se o sistema quer ganhar mais, então ele investe mais no conhecimento, ele investe mais na ciência. E a ciência orienta e vai dizendo para nós que é aqui que nós temos que apostar. Aqui você economiza, se você pensar no ganhar mais, no ter mais lucro. Agora, se você pensar no homem, no humano, você ganha duplamente. É isso que nós vamos fazer. Então eu acho que por isso que nós deveremos não só aprovar, mas, se pudermos aprimorar, usando a expressão do... Não sei se foi o Michael ou o Carlos que falou, da preciosidade... O Carlos. Se pudermos aprimorar com a preciosidade que o Carlos falou, acho que devemos fazê-lo, dando o máximo de publicidade, publicizar o máximo, para poder ampliar a força que ele tem, porque tem força esse Projeto de Lei, para poder resolver um problema que a Cláudia levantou aqui, que é muito correto: mesmo entre as mulheres pode se criar um sentimento nas camadas mas populares, e eu tenho muita consciência disso, porque nasci nesse meio, na camada popular, na periferia da minha cidade, então eu sei do sentimento que se transmite para essas camadas populares, de que longe de resolver o problema, nós podemos até criar um problema que seria, digamos assim, "puxa, vai criar um problema é com vocês, porque vocês poderão perder o emprego".

Então, vamos estar atentos para essas questões, para a gente não criar nenhum sentimento entre aquelas que nós queremos beneficiar. Ora, se nós estamos criando um Projeto de Lei, trabalhando um Projeto de Lei para beneficiar camadas amplas da sociedade, então nós vamos criar dificuldade para elas exatamente? Então nós temos que fazer um bom trabalho entre as camadas populares, o Eugênio trabalha aqui com uma área sindical, que é exatamente uma das áreas que mais emprega mulheres, que é o comércio, então nós teremos que fazer um grande trabalho de discussão, de debate, de levar talvez um material... Acho que os debates aqui até foram numa linguagem muito boa, muito simples, muito direta que acho, porque acho que é nessa linguagem que a gente tem que se dirigir a essas camadas todas para mostrar e ganhá-las para o Projeto de Lei, que é muito positivo para as mulheres, porque elas que tem que abraçar e elas principalmente têm que vestir a camisa junto conosco, junto com os homens e junto com os pais, com os pais que foram até a maternidade para insistir os partos de seus filhos, porque aí eles compreendem melhor o que é nascer o bebê, pegá-lo ali na primeira hora e ter todo esse sentimento. Então, aqueles que tiveram essa felicidade sabem perfeitamente do que é que se está tratando, e depois pegar ali toda hora que ele chorava, poder balançar ali o seu filho na madrugada, na hora que é mais necessária. Então acho que todos esses pais e todos os homens têm condições de ajudar a nós ganharmos essa batalha aqui não só no Senado, na Câmara, mas, principalmente, ganharmos na sociedade, porque é o mais importante. Porque é isso que convence empresas, é isso que convence a sociedade. É o debate fluir com essa tranqüilidade que foi aqui entre nós nessa manhã de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem. Eu vou passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, vou convidar a nossa Senadora Patrícia para que volte à Presidência dos trabalhos. Depois a Senadora Rosalba, e eu farei rápido as considerações, porque depois ainda os painelistas farão a sua fala final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com certeza passarei para V.Ex^a também. E quero lembrar que duas horas nós iniciamos aqui uma outra Audiência Pública, também das três Comissões, sobre a Síndrome de Down. Senadora Patrícia.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Patrícia, eu queria inicialmente parabenizá-la por mais esta brilhante Audiência Pública para tratar deste tema. Quero parabenizar também a todos os participantes da Mesa pelo brilhantismo das exposições, a Maria Paula, que mais uma vez contribui conosco com o seu brilhantismo em defesa desta causa, que é mais que humana, dizer que particularmente me senti muito feliz com a exposição do Sr. Michael, por saber que existe uma empresa, e a Senadora Patrícia me dizia há pouco da sua experiência de fracasso e depois renovação a partir de um outro conceito de gestão, e eu quero dizer que fiquei muito feliz por perceber que a sua empresa já promove ações que extrapolam o que a lei determina naquilo que é atendimento e apoio ao social, e envereda pelo caminho do respeito aos Direitos Humanos. Fiquei sinceramente muito emocionada até quando eu vi o respeito à homo-afetividade que a sua empresa já tem pelos trabalhadores, a questão da adoção, e principalmente pelo senhor ter trazido aqui a questão da espiritualidade. Eu acho que é isso o que toca profundamente a todos nós e que modificou inclusive e determinou o sucesso da sua empresa. Então, meus parabéns.

E considerando aqui o que foi colocado pela Dra. Cláudia, uma questão me preocupou, quando ela diz que as mulheres executivas não fazem questão de ficar esse tempo todo de seis meses, ou não cumprem toda a Licença Maternidade. E isso é uma coisa que me chamou a atenção, porque, na realidade, essas mulheres elas são obrigadas a retornar ao trabalho por conta da cultura dominante, que é machista e, de certa forma, por conta da concorrência do mercado e, ao retornar para o trabalho, se sentindo obrigada, porque senão vai perder a vaga, tem muito disso na disputa, ela nega um direito que é da criança e que é dela também, que é o direito da afetividade nesse período que, não vou repetir aqui, é tão importante e precioso, como disse aqui o Dr. Carlos. Parabéns pela expressão preciosidade. Acho que foi muito oportuna.

Então, eu acredito que, além daquilo que disse o companheiro Inácio, de que nós devemos ter todo o cuidado com a linguagem quando se refere principalmente às classes populares e o quanto há de intenção de plantar na idéia da classe popular a concepção de que este direito pode lhe tirar o outro direito, que é o trabalho, nós também temos que ter esse olhar voltado para estas pessoas de uma classe econômica mais avantajada, mas que se negam a esse direito e negam principalmente o direito da criança.

E eu queria dizer aqui, inclusive me lembrava no momento em que a Dra. Cláudia falava, do exemplo de uma Dentista minha, que está grávida, está na segunda gestação, e ela diz: “olha, a gente tem que correr, porque eu vou ganhar nenê em junho, mas vou trabalhar até maio, até uns 15 dias antes eu vou trabalhar. Mas não se preocupe não, porque em setembro eu estou de volta”. Só que assim, por essa preocupação e por esse direito, a consciência do direito de que a criança tem o direito à companhia dela, ela já disse assim: “mas o meu retorno ele vai se dar de forma gradativa, porque eu preciso trabalhar, sou profissional liberal e se eu não trabalhar eu prejudico também o emprego das três pessoas que trabalham comigo, que também são mulheres. Mas essa volta ela vai ser gradativa. Vai ser duas horas por dia”.

Então, eu acredito que a gente tem que fazer essa discussão também a partir do ponto de vista do direito da criança. Então, para que estas mulheres não se sintam obrigadas a retornar ao trabalho, porque elas têm mais responsabilidades que todos os outros seres humanos. Mas que elas também tenham a consciência do direito da criança.

Então, eu queria, para finalizar, Senadora Patrícia, dizer que com muita alegria que neste período este Projeto apresentado por V.Ex^a já começa a render. E na minha cidade, que é uma capital, a cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, hoje já é lei a Licença Maternidade de seis meses para as servidoras públicas municipais. [palmas] Então eu acredito que é desta forma que nós vamos mudando a cultura. Então, não precisa repetir aqui mais uma vez, sou extremamente favorável a esse Projeto, pensando já nos meus bisnetos, que eu quero garantir, [risos] com certeza. Porque os netos já estão aqui e já passaram pela fase da Licença Maternidade. Mas eu quero que os meus bisnetos possam usufruir disto como um direito garantido em lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada, Senadora Fátima Cleide, que tem sido assim uma companheira maravilhosa nessa luta, principalmente na área da infância e da juventude, fez parte de todas as Comissões, da CPI, de todos os trabalhos, Audiências Públicas e tem sido um braço muito especial também nessa luta. Muito obrigada pelo seu depoimento. Passo agora a palavra à Senadora Rosalba, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Senadora Patrícia, Senador Paulo Paim, Relator, senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores, meus colegas Pediatras que aqui se encontram. Eu gostaria, Senadora Patrícia, inicialmente, de fazer uma confidência,

quando aqui cheguei, sou Senadora pela primeira vez, trazida pela generosidade do povo do Rio Grande do Norte, que fui convidada para com a senhora a compor a Mesa da Comissão de Assuntos Sociais, sendo sua Vice-Presidente, de muitos projetos, todos da maior relevância, que tramitam na Comissão, quando eu coloquei o olho nesse da licença da maternidade, aí esse não era o olho, era o coração e a experiência de uma Pediatra. Porque eu tenho 30 anos como Pediatra, com larga experiência em neonatologia. Então, milhares de crianças eu vi nascer e acompanhei no período de lactente, no período da primeira infância, e posso trazer aqui o meu depoimento vivido, do quanto havia diferença, e o Dr. Deoclécio sabe disso, das crianças que nos chegam recebendo a afetividade do acompanhamento dos pais, da mãe principalmente, e o aleitamento materno para aquelas que precocemente perdiam esse elo maior de amor, de carinho, de atenção, de vida. De vida, sim.

Eu tenho uma experiência de ter visto crescer e se desenvolver, e hoje eu digo que sou, apesar de ser avó, meus filhos já me deram dois netos do meu sangue, mas eu sou avó já de milhares também, de centenas. Porque, em trinta anos, muitos dos meus clientes já são pais e mães. Então a alegria de ver aqueles que acompanhei homens e mulheres fortes, saudáveis, contribuindo para este País, mas a tristeza, a dor de encontrar crianças que vi nascer, que acompanhei e que hoje estão nos descaminhos da vida, e se a gente avaliar, com certeza, muitos deles passaram por esse processo de falta de cuidado especial da sua mãe, porque nenhum cuidado é maior do que o da mãe, a carência no aleitamento materno. E mais do que isso, quando damos essa atenção à criança, nós não estamos tratando apenas da saúde física e mental desta criança, nós estamos tratando também da saúde da mulher. Porque a mulher que se sente obrigada a deixar o filho muitas vezes mal cuidado, sozinho ou jogado em creches que não estão com condições de bem atender aquela criança, essa mãe psicologicamente ela começa a ter os seus distúrbios emocionais, a interferir na sua produtividade, e a empresa passa a ter os prejuízos maiores. Eu falo empresa, mas é a Nação.

Então, que custo vamos ter em ampliar em mais dois meses? E eu digo a vocês, com toda a sinceridade, nós estamos aqui lutando por apenas seis meses, quando deveria ser seis anos. Mas, é um avanço. Vamos para os seis meses. Lá na frente vamos conseguir mais. Eu sou daqueles que sei que a gente chega no topo subindo degrau a degrau. E vamos subir esse degrau, Senadora. A sua idéia foi brilhante. E eu estou aqui para dizer que estou ao seu lado porque

estou ao lado das mulheres e das queridas crianças que fazem parte da nossa vida. Não aceitarei, de forma nenhuma, me desculpem aqueles que trouxeram aqui esse questionamento, e eu quero aqui já de antemão dizer que irei fazer uma Emenda, Relator, que sei que... Espero contar com todos vocês para que seja obrigatório os seis meses. Não facultativo. Porque na hora que for facultativo, nós conhecemos essa realidade brasileira. Vai ficar sempre no menos, e nunca no mais para a mulher.

Então, tem que ser obrigatório os seis meses. E também, como aqui falou o Flexa Ribeiro, eu fui Prefeita três vezes no Município, na cidade de Mossoró, segunda cidade do Estado do Rio Grande do Norte e, como Prefeita, sei o quanto tudo que vai se fazer nesse Brasil se tenta mais uma vez tirar dos Municípios, nas suas receitas, quando vai para o Imposto de Renda, para IPI. Não. Tem que tirar das contribuições que o Governo Federal recebe e que não entra no cálculo para os Municípios. Também acho que esse é o caminho. Que seja reduzido nas contribuições que os empresários obrigatoriamente têm que honrar, tem que cumprir.

Então, é essa a minha posição. A posição de ser... Estar com vocês. Estarmos juntos. Porque essa luta não é a luta de uma Comissão nem somente da Senadora Patrícia, é uma luta de futuro do Brasil, é uma luta da nova geração, do novo cidadão, integro. O cidadão capaz, o cidadão produtivo, o cidadão da paz. E quanto vamos economizar? Na Saúde, na Educação, nas questões ligadas à Segurança. E quero dizer também aos senhores empresários, aqueles que talvez não comuniquem da opinião dos que aqui vieram e que nos estão trazendo grandes contribuições, eu quero dizer aos senhores, lembrem-se da nossa responsabilidade social e cristã. Porque na vida de cada um dos senhores que hoje estão produzindo e tendo lucro, com certeza, tiveram a sorte de ter uma mãe que ficou mais perto dos senhores para trazer o equilíbrio, a força para os senhores ajudarem a fazer um Brasil melhor. Então esse Brasil melhor, vamos fazer juntos, vamos dar as mãos. Seis meses agora é pouco, mas nós vamos conseguir, Patrícia, se Deus quiser, pelas nossas crianças. [palmas] E queria aqui também colocar, só mais um pouquinho, Senadora, eu queria fazer... A Maria Paula acho que ainda se encontra--

SRA. MARIA PAULA: Estou aqui. Te ouvindo, eu fico emocionada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN): Maria Paula, [risos] eu sou uma defensora, não podia ser diferente, com a responsabilidade de Pediatra, de mãe que amamentou quatro, e fui mãe também, uma coisa que muito me alegra, eu fui também mãe de algu-

mas crianças que não nasceram de mim, mas, graças a Deus, tinha bastante leite e pude ser mãe de leite de outras crianças, então quero lhe dizer que estamos nessa luta do aleitamento. Na minha cidade, eu sou a madrinha do Banco de Leite, e criei também, como incentivo, para o aleitamento materno, nós temos um programa estadual que doa leite diariamente às crianças e às mães. E eu ficava indignada, porque a mãe que tinha um recém-nascido, quando ela recebia o leite, às vezes por uma questão de falta de esclarecimento, ou de ter aquelas dificuldades iniciais do aleitamento, ela passava logo a dar o leite *in natura* à criança, o leite que não era o leite materno, aliás, à criança.

Então, na minha cidade, nós invertemos as coisas. Eram mães carentes que precisavam desse apoio. Então eu substituí o leite para a mãe, a gestante e a mãe que estava amamentando por cesta-básica. Era uma forma de tirar essa possibilidade delas fugirem do aleitamento materno, levando outro leite para a criança, o leite que ela recebia para a sua criança e, por outro lado, nós estávamos... Eram mães sofridas, pobres, carentes, desnutridas, levando a complementação alimentar, para que elas ficassem mais fortes, pudessem se alimentar melhor, amamentando mais os seus filhos. Então esses foram os projetos que foram feitos, além do apoio também que demos a 10 mil crianças em creche. Vontade política faz isso. Acompanhamento também no combate à desnutrição, foi a cidade do Rio Grande do Norte onde a desnutrição infantil teve o maior índice de queda, foi exatamente na nossa cidade. Isso me deixou acho que gratificada e, graças a Deus, com 84% dos votos da cidade de Mossoró eu estou aqui, com a generosidade do povo norte-riograndense. E aqui estamos para lutar pela criança em primeiro lugar, para defender, Senadora Patrícia, ao seu lado, esse Projeto de largo alcance, que fala de futuro e fala das nossas crianças. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senadora Rosalba. Agradeço muito também as palavras da Senadora Rosalba, que tem sido uma grande companheira não só como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, mas em todos os assuntos relevantes que têm sido discutidos nesta Casa. Eu tenho uma preocupação, o Senador Paulo Paim terá que presidir, daqui a muito pouco tempo, uma segunda audiência. Então eu vou fazer... Nós faltamos... O Senador Suplicy, a Senadora Serys, o Senador Cícero Lucena, que está agora inscrito para falar, e o Senador Paulo Paim, nosso Relator, que irá encerrar. Então, está bom. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Patrícia, que, após as palavras do Senador Arthur Virgílio, pode ser rebatizada como “Patrícia Carneiro”, em seu nome eu cumprimento todos os Senadores e quem compõe a Mesa também, e dizer que fui Prefeito da cidade de João Pessoa por dois mandatos, capital do Estado da Paraíba e, ao assumir a Prefeitura, nós encontramos 13 creches. Das 13, apenas uma funcionando. E no nosso programa de Governo, no nosso compromisso de campanha, nós assumimos o compromisso de elevar essas creches ao número de 40 ou mais creches, reconhecendo da importância de uma creche no serviço público, para dar suporte principalmente àquelas mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os seus filhos. E na busca de viver experiência, de encontrar experiência para ser transferida para a administração municipal na cidade de João Pessoa, eu tive a oportunidade de visitar uma creche em São Paulo. Não era pública, mas era de uma entidade filantrópica. E lá chegando, pelo tamanho que as coisas acontecem em São Paulo, a creche tinha mais criança do que o espaço possivelmente pudesse abrigar. E lá eu vi uma solução. É que a sala de ambiente, de brincadeira, em determinado turno pela manhã, servia como sala de ambiente de diversão das crianças, logo após a refeição, era transformada em um dormitório. Espalhados colchonetes pelo chão, e as crianças dormiam então após a sua refeição. Eu achei aquilo prático, achei aquilo eficiente, econômico, porque reduzia a necessidade de espaço a ser construído nas nossas creches. Mas eu fui ouvir uma opinião, a da minha esposa. E ao chegar e dizer: “olhe, minha filha, eu vi essa alternativa, isso ajuda na redução da creche e, conseqüentemente, a gente não precisa construir o dormitório, e faz um duplo uso do espaço”. E ela me respondeu de uma forma muito simples. Disse: “olha, eu acho que economicamente pode ser interessante. Mas, os nossos filhos não têm cama, não tem colchão? Então vamos procurar dar também no serviço público a mesma condição”.

Então essa experiência vivida, eu posso dizer que hoje eu agradeço muito a Deus a família que tenho, os filhos que eu tenho. Porque tiveram o conforto de um lar, o conforto de uma mãe cuidadosa, a preocupação com a saúde deles, com a orientação deles. Então, eu digo, se eu tive essa felicidade, primeiro eu agradeço a Deus, mas, sem dúvida nenhuma, eu tenho que ter o compromisso de no mínimo sonhar que os outros também tenham esse direito. E eu acho que esse Projeto é um avanço, é um passo importante para que a gente possa cada vez mais fortalecer o sentimento de justiça social, de solidariedade.

Então, eu me somo a todos aqueles que estão defendendo esse Projeto, obviamente, com o desejo e querendo dar a contribuição para que ele possa ser aprimorado nesse instante e no futuro, que com certeza precisará ser adotado. Olha que beleza da criança que está adentrando aqui o nosso ambiente. O símbolo maior dessa discussão. [palmas]

Quanto aos incentivos, Senadora Patrícia, eu acho que é um estímulo para aqueles empresários que ainda não tenham essa consciência de solidariedade, ou até mesmo para aqueles que não tenham e não possam adotar nas suas empresas, por ela não ser grande, por ela não ser média ou mesmo por ela ser pequena.

Então eu acho que nós devemos, e aí eu me somo à Senadora Rosalba, no sentido de que isso possa ser evoluído para a obrigatoriedade. Eu acho que se não for nesse momento, mas nós devemos buscar isso. Com um detalhe, com um detalhe muito simples, é que eu concordo também, como Prefeito que fui, de que esse incentivo não pode ser nos impostos que são compartilhados, porque eles já são hoje muito poucos para os Estados e para os Municípios. Principalmente quem é Prefeito sabe bem da importância disso. Mas acho que nós temos uma razão maior, Senador Paulo Paim, o senhor como Relator e tão bem lembrado pelos Senadores que me antecederam, a CPMF, que é uma contribuição que não é compartilhada com os Estados e com os Municípios, na sua origem, ela foi criada com o objetivo de ação de saúde. De saúde. E aqui nós estamos tratando algo de saúde, em segundo lugar, porque a questão sentimental, estrutural da família, do ser humano, como bem disse Maria Paula, não pode ser calculado. Então eu acho que nós devemos avançar para que o incentivo se torne obrigatório e, mais ainda, que seja feito com os recursos que foram criados para fazer ação de saúde.

Então, será essa a minha contribuição, a minha proposta, que nós possamos aprofundar nesse assunto. Mas eu não poderia deixar de registrar também, além do que já fez a Senadora Patrícia, do reconhecimento da sua iniciativa e do seu trabalho, e simbolizar em todos aqueles que estão defendendo, que estão desejando, que estão querendo, na nossa querida atriz Maria Paula, que, com o seu trabalho, com a sua cultura, através da sua arte, nos dá tantos momentos de oportunidades de risos, que com essa campanha, que ela é madrinha, sem dúvida nenhuma, nós vamos alargar o nosso sorriso pela felicidade de um futuro mais justo, mais humano e mais solidário. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada, Senador Cícero Lucena. Senadora Serys com a palavra, coordenadora da nossa Bancada feminina [risos].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [risos] Senadora Patrícia, que muito nos honra por presidir uma Comissão, porque são tão raras essas oportunidades no Senado da República, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Aqui, excepcionalmente, nós temos duas mulheres, ótimo, Presidente e Vice. Mas, senhores que participam deste momento, eu estou muito feliz, Srs. Senadores, Sra. Presidente, com a busca determinada da nossa Bancada. Nossa Bancada feminina ela independe da coloração partidária. É uma Bancada determinada. Tratou de questões com relação à questão da mulher, nós sempre estamos juntas nas discussões, nas votações, é uma Bancada extremamente determinada. Hoje mesmo ainda estive numa reunião na Câmara, com a Bancada feminina da Câmara e lá também o mesmo posicionamento muito firme nesse sentido. Quando nós fizemos dias atrás, dias não, no final do mês de fevereiro uma reunião no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia, nós decidimos toda aquela relação de projetos que estavam mais ou menos, já que está na moda, “travados” aqui pelo Senado. Aqueles que estavam no Plenário, prontos para voto, nós encaminhamos através de ofício ao Presidente Renan, para que se proceda, dentro do possível, a votação daqueles projetos no mês de março, por conta do Dia Internacional da Mulher, porque nós temos que aproveitar todas as oportunidades. Fizemos uma relação para a Ministra, para a Senadora Patrícia, também encaminhando a relação, e dentro dessa relação está este Projeto que está sendo votado hoje. Isso me alegra grandemente, Senadora Patrícia. Faz a diferença, sim, a mulher no poder. Faz a diferença. Porque aqui já estamos votando aquela relação que eu encaminhei para a senhora, com aquele ofício com vários projetos, e um deles está aqui em votação.

Acabo de sair da CCJ. Infelizmente, não pude chegar antes aqui, porque eu sou titular da CCJ e tive que estar lá, e lá também já apresentei a relação dos projetos ao Senador que preside aquela Comissão, Senador Antônio Carlos Magalhães, que também já está colocando, hoje por exemplo foi votado, com a Relatoria do Senador Demóstenes Torres, a guarda compartilhada a qualquer tipo de relacionamento, a criança que nasça a partir de qualquer relacionamento, independente de casamento, a guarda deverá ser compartilhada. Que não existia. Então, está aprovado. Acabou de aprovar nesse instante também esse Projeto na CCJ.

Então isso me alegra grandemente. E agora estar aqui também nesta Comissão. E eu reforço mais uma vez aqui, eu sei que o tempo está exíguo, a necessidade que eu venho trabalhando, venho cobrando, inclusive já fiz um Requerimento ao Presidente Renan nesse sentido, de que na Reforma Política a gente tenha realmente uma Comissão Mista do Congresso Nacional para discutir a participação da mulher na política. Porque nós fazemos a diferença. Eu estou cada vez mais convencida. Nós somos 52% da população e nós queremos e vamos buscar e vamos conquistar. Não sei quando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senadora Serys, e os outros 48% são o que nossos?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nossos filhos. Nasceram daqui. [palmas] Eu tive quatro. Então, se nós 52 e somos mais os outros 48%, nós queremos o poder político, sim, e a Reforma Política é um momento vital e determinante. Eu tenho quatro filhos, eu tenho quatro netos, eu tenho uma filha Pediatra... É a Natascha Slhessarenko, é minha filha que é Pediatra lá em Mato Grosso, é Médica, e a gente está nessa luta.

E eu queria, finalizando, dizer que a Reforma Política é um momento determinante para que a gente faça realmente a mudança. 100 anos atrás nós estávamos caminhando pelas ruas com Berta Lutz, Carlota Queiroz, para termos o direito de votar, éramos cidadãs de segunda, terceira categoria, sei lá de que categoria. Cem anos depois nós estamos aqui lutando por causas extremamente relevantes, para a questão da melhoria da qualidade de vida da sociedade. E eu não tenho dúvida disso. Nós não queremos ser mais que os companheiros homens, de jeito nenhum, mas, muito menos, menos. Apenas iguais. E essa igualdade vai ser conquistada e nós temos um papel na história a demarcar, pelo respeito e a honra que nós temos que ter ao sangue de tantas mulheres que derramaram pela luta de igualdade de direitos da mulher. Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Senador Suplicy agora com a palavra, e eu vou passar, Senador Paim, porque está aqui o Dr. Joelson Dias, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, para também fazer um pequeno comentário e, em seguida, passo a palavra a V.Ex^a, que encerrará. Pois não. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vai avançar da hora, Senadora Presidente Patrícia Saboya Gomes, e autora deste Projeto, pelo qual eu a cumprimento, e ao Senador Paulo Paim, nosso Presidente, a obrigação da Comissão de Justiça é impe-

diu-me de estar aqui ouvindo os depoimentos, mas a Maria Paula me disse da extraordinária qualidade de todos os depoimentos aqui hoje colocados à Mesa, e eu quero cumprimentar a iniciativa desta Comissão e a sua iniciativa, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que apóio inteiramente, e agradecer o depoimento tão significativo que cada uma das pessoas aqui convidadas deram, e inclusive a [risos] mãe da minha querida neta, Maria Luiza, porque tenho em Maria Paula uma mãe excepcional e que tem sido um exemplo para as mães brasileiras no seu cuidado em amamentar e trazer carinho e proporcionar condições de desenvolvimento para uma menina que será excepcional, tenho certeza, em vista dos cuidados que os pais, o João, meu filho, e a minha nora têm dado como exemplo para o Brasil. Mas parabéns a vocês.

[palmas]

SRA. MARIA PAULA: O sangue bom eu garanto que essa menina tem. Está no gen, viu? [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Parabéns, Senador Suplicy, sempre com o seu coração na frente de qualquer coisa. Muito obrigada. Queria passar a palavra então ao Dr. Joelson Dias, representando aqui a Ordem dos Advogados do Brasil e agradecer a sua paciência de ter esperado todos os Senadores para depois se pronunciar.

SR. JOELSON DIAS: Em absoluto. A OAB é que tem que agradecer e muito esse convite que, mais uma vez, lhe foi formulado pelo Senado Federal. Nós recebemos na Ordem dos Advogados do Brasil, com muita satisfação, o convite que nos foi feito um dia pela Sociedade Brasileira de Pediatria, por intermédio do Dr. Deoclécio, para não somente nos associarmos nesta iniciativa deste significativo Projeto de Lei, mas numa questão até mais ampla, que é de realmente proteção e atenção às crianças e adolescentes na área da saúde. Este Projeto foi uma primeira iniciativa e a gente vê com extrema satisfação os resultados que ele já tem produzido. Porque, com certeza, só esse debate, só esses depoimentos que presenciamos na manhã de hoje já dão mostras significativas da importância do papel desta Casa. Fico muito satisfeito de ver que estamos, mesmo aqueles contrários ao Projeto, ou, enfim, que de uma forma ou de outra têm algo a acrescentar, compareceram a essa Casa, porque esse é o lugar apropriado para esse tipo de debate e isso fortalece muito a nossa democracia e nos dá sinais de que realmente, pelo menos assim esperamos, que estejamos no caminho certo da construção deste nosso tão reclamado Estado Democrático de Direito. Mas, mais que isto, põe em perspectiva, e isso me deixa extremamente satisfeito, que existem alternativas a essa

discussão sobre a redução da maioria penal, que existem alternativas para a superação da violência infantil, ao invés de tão somente se criminalizar ainda mais as condutas, se recrudesce ainda mais as punições. São iniciativas como esta, Senadora Patrícia Saboya, que V.Ex^a acolheu tão prontamente desta parceria vinda da OAB e da Sociedade Brasileira de Pediatria, que nos deixa realmente confiantes de que esse carinho, essa atenção que as nossas crianças necessitam é que realmente possibilitará que um dia não tenhamos mais que estar aqui reunidos nesse Senado para discutir questões como essa da redução da maioria penal e o agravamento das penas.

Nós Advogados, e eu ousaria dizer nós os empresários também, acabamos tendo um discurso muito hermético, muito fechado, somos muito seguros de que nossas palavras convencerão os Advogados, por intermédio da... Pela retórica, os empresários pelo *marketing*, e hoje eu fiquei muito feliz de ver que os depoimentos nesta Audiência Pública, a sensibilidade, a emoção com que foram transmitidos deram corpo, deram vida a esses nossos argumentos. É claro que a OAB sempre esteve muito convicta desta proposta, porque o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a nossa Constituição prestigia os Direitos Humanos, prestigia a proteção à criança e ao adolescente, a dignidade da pessoa humana. Mas, enfim, hoje foi muito importante, pelos depoimentos, pelas experiências de cada um dos Senadores e das Senadoras e da madrinha da campanha, a Maria Paula. Realmente ver que, mais do que essas palavras, hoje foi dado realmente corpo, foi dado vida a justificar a importância, a pertinência deste Projeto.

E então, finalizando, agradecer que já no início dessa nova Legislatura, pelo menos para alguns Senadores, V.Ex^a Senadora, Patrícia Saboya, acompanhada dos seus pares, o Senador Paim, que tem presidido esta Comissão de Direitos Humanos, continuam aí obstinados, decididos, determinados a levar a diante um Projeto como este que, com certeza, somente acrescente e não apenas as mulheres, as crianças e os adolescentes, mas a sociedade brasileira fica realmente em dívida com o Senado nesta iniciativa que tem insistido em levar a diante e a nossa esperança é de que muito em breve teremos a aprovação deste Projeto. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Quero agradecer também ao Dr. Joelson e levar o nosso abraço a toda a OAB, agradecer pela sua participação e pelo apoio, desde

o início desse Projeto, que é de fundamental importância.

SR. JOELSON DIAS: Se V.Ex^a me permite, o Dr. César Brito, que é o nosso novo Presidente, tomou posse no mês passado, queria muito se fazer presente, e aqui somente não veio, e é um homem de extrema sensibilidade à causa dos Direitos Humanos, por se encontrar em viagem ao exterior. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Com a palavra o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão e Relator do Projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Senadora Patrícia, eu quero ser muito breve, porque nós teremos ainda as considerações finais de todos os nossos convidados. Primeiro cumprimentar a todos, o Dr. Clécio Campos, Dr. Carlos Faccini, Dr. Michael Haradon, Dr. Eugênio Pereira, Dra. Cláudia Skaf, Dr. José Pastore. No meu entendimento, todos aqui falaram a mesma língua. Eu não vi um aqui que disse que é contra ao Projeto. Pelo contrário, numa ótica um pouco diferente, todos a favor do Projeto. E para nós isso é muito bom. E quero dizer que para mim hoje é um dia especial. Não somente pelo debate do seu Projeto, Senadora Patrícia, porque hoje, 21 de março, é o Dia Internacional da Luta Contra o Racismo e todo tipo de preconceito. E essa é uma forma de nós sonharmos, como alguns disseram aqui, que é possível construir um mundo melhor para todos, e começa efetivamente na gestação das nossas crianças, como instrumento inclusive de combate à violência.

Eu queria dizer que eu fiquei muito feliz aqui das falas, porque percebi, nesse dia também, 21 de março, que há uma preocupação com o corte das diferenças. Eu confesso aos senhores todos que, se dependesse de mim o Orçamento da União, diria o seguinte: "Só vai verba para as Prefeituras que adotarem efetivamente o corte das diferenças". Quem não tiver política voltada para as crianças, para as mulheres, para negro, para índio, para deficiente, para idoso não deveria ter uma Emenda sequer do Parlamento. Por mais simples que seja a cidade, devia ter o corte da diferença.

Senadora Patrícia, se me permitir, eu só queria dizer para a senhora o seguinte: Esse projeto é um projeto vitorioso. Eu me lembro do primeiro dia que V.Exa. me deu a honra de relatar o projeto. Eu, naquela minha forma que todos aqui conhecem, eu digo: "Não, o projeto é excelente, deixa comigo, eu vou relatar e vamos aprovar". "Calma, calma Paim, não é por aí. Nós temos que ganhar a sociedade para o debate". E V.Exa. tinha toda a razão. Ganhou a sociedade para o debate. Eu já lhe disse um outro dia, o número de correspondências que eu recebo pela aprovação do

projeto e eu tenho que explicar ainda por que é que eu não botei em votação. É porque a Relatora, que a autora entende que a sociedade tem que ser ganha para a proposta.

Eu estou tão convencido por tudo, tudo o que eu ouvi. Claro que farei o relatório em sintonia com V.Exa., que é a autora do projeto. Me nego a fazer substitutivo. Farei as Emendas, seguindo a sua orientação e a sociedade toda que nós ouvimos, mas eu vou tomar a liberdade de fazer uma coisa no meu relatório, e vou fazer logo. Eu vou botar ali um artiguinho autorizativo dizendo para o Executivo que em homenagem à Senadora Patrícia que se aplique, de imediato, a licença com mais seis meses para todas as mulheres do serviço público. Que isso é uma liberdade— [palmas] que o Executivo pode fazer e que vai ajudar, e que vai ajudar, naturalmente, a impulsionar o debate. Eu sei que seria vício de iniciativa se eu quisesse apresentar o projeto ou nós apresentarmos, mas eu posso botar autorizativo. Eu acho que isso eu posso dizer. A senhora me autoriza, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com certeza.

[Risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Porque eu acho que é o primeiro passo, de um Projeto que tem tudo, tudo para ser vitorioso. E já vou terminar, primeiro, cumprimentando a todos. Mas quero dizer que nós, aqui da Comissão de Direitos Humanos, somos convidados para ir visitar trabalho escravo, situação de negros, de índios, idosos, enfim, nas mais variadas regiões. E eu vou aqui querer receber um convite, eu gostaria muito que a Comissão de Direitos Humanos recebesse um convite do Presidente da FERSOL, senhor Michael, para conhecer a sua empresa. Como é bom ver o que é bonito também. O relatório que o senhor fez aqui, demonstrando a política para todos os setores, esse corte das diferenças é algo, para mim, que mexeu com as nossas emoções. E, sinceramente, eu vou esperar o convite. A gente vai, por todo o país, ver as dificuldades do nosso país. Mas eu quero ir lá para ver que esse é um exemplo a ser seguido, que nós todos poderemos contar, em outros lugares, que é possível sim uma forma de atuar.

Eu quero cumprimentar a todos, mas faço aqui esse pedido: Convide a Comissão de Direitos Humanos para visitar a sua empresa. Eu queria... Dra. Cláudia, aqui fica uma pergunta somente para a senhora: A questão da licença paternidade, da forma que a senhora colocou, para mim, significa um outro momento. Eu queria que, na sua fala, a senhora explicitasse um pouquinho melhor a proposta que a senhora trouxe,

se não me engano, por escrito, da Fiesp, em relação à licença paternidade.

Era isso, meus parabéns a todos vocês! Senadora Patrícia, eu tenho muito orgulho de relatar o seu projeto, que não é mais seu, é do povo brasileiro, mas a homenagem vai à senhora. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Não tenho mais nem vontade de falar, eu só tenho vontade de sair beijando todo mundo e agradecendo por tudo. Mas, é... Acho que as considerações finais, nós estamos com um tempo muito corrido realmente, e eu pediria só que aqueles que desejassem, todos que desejarem se manifestar, mas que pudessem ser bastante breves. Eu sei que tiveram a paciência de esperar que cada um de nós pudesse também falar, nós Senadores e Senadoras, mas pediria que fossem bastante breves porque, realmente, em seguida, já começará uma outra audiência pública, logo em seguida. Então, fiquem à vontade. Acho que, pela ordem, senhor José Pastore. Professor José Pastore. Muito obrigada.

SR. JOSÉ PASTORE: Obrigado, Senadora, pela oportunidade, cumprimentando os Senadores e os demais presentes. Eu queria apenas reforçar que este projeto tem duas virtudes importantes, do ponto de vista das relações do trabalho e do funcionamento da empresa. A primeira é que ele é voluntário e segundo é que ele tem um estímulo para as empresas agirem na sua direção. Mas o voluntário prevalece, de tal modo que, se a empresa, ao fazer as suas contas, como o Michael faz sempre, eu tive o privilégio de conhecer a FERSOL, Senador, que é realmente uma maravilha, uma maravilha de empresa, de conduta e de gestão. Mas, se o empresário fizer as suas contas e chegar a uma conclusão diferente daquela que o Michael chegou, ele simplesmente não adota esse programa. É claro que a intenção do programa é que seja amplamente adotado.

Aqueles pontos de natureza prática, que foram trazidos aqui, visam estimular V.Exa. a aperfeiçoar esse projeto e buscar uma maneira mais viável de ser operacionalizado, em termos práticos. Há aqui a questão, que não diz respeito nem a nós do mundo acadêmico e nem às empresas, mas sim ao próprio governo, é o de saber se o Estado está disposto a financiar esse empreendimento sem criar novos tributos ou novas contribuições ou aumentar alíquotas. Se está, de fato, interessado em ser o financiador desse empreendimento. E se, dentro do Estado, esse programa é da prioridade que todos nós aqui reconhecemos. Tudo o que foi falado aqui, em termos da importância da criança, eu acho que é mais do que suficiente, não é preciso

repetir mais aqui. Tudo isso aí tem justificativas sociais, psicológicas e também econômicas.

O investimento na criança é aquele que proporciona a maior taxa de retorno. Isso comprovado por toda a pesquisa, em todo o país. Não há o que questionar. O que se pergunta é se esta prioridade, que é muito alta, ela é a mais alta de todas. Porque o ideal, Senadora, é que, de fato, fossem beneficiadas as mães que precisam, que mais precisam. E, no Brasil, infelizmente, aquelas que mais precisam vão cair fora do âmbito do seu projeto porque nós temos, no Brasil, cerca de 80 milhões de brasileiros trabalhando. Desse 80 milhões, 46 milhões estão no mercado informal. Dentre esses 43 milhões, há 05 milhões que são empregadas domésticas, que talvez sejam as que mais necessitam, no momento imediato, e, acredito eu que o empregador doméstico não será classificado como empresa cidadã.

Então, nós temos, dos 46 milhões, nós temos cerca de 30 milhões de mulheres que estão na informalidade. O que é que significa isso? Elas não têm não apenas este benefício, mas vários outros muito fundamentais, como é o caso, por exemplo, de uma licença para um afastamento para tratar da saúde. É claro que o SUS atende, mas elas não têm uma licença remunerada para tratar da saúde. Quem está na informalidade está na selvageria. Não tem isso. Quando ela envelhece, ela não vai ter aposentadoria. A menos que ela venha a ser classificada como carente. Depois, que ela morre, ela não vai deixar nada para os seus descendentes. O atendimento dos seus direitos e necessidades mais fundamentais é ignorado nesse país aqui.

A pergunta a ser feita é se essa também não é uma prioridade de incorporar essas mulheres todas, com a máxima urgência, para o mercado formal. É claro que isso se estende ao homem também. Mas, a mulher tem um significado especial na sociedade humana. Todas as investigações científicas mostram que o que é investido na mulher tem um rendimento muito maior para a criança do que aquilo que é investido em nós, homens. Por exemplo, o investimento em Educação que é feito na mulher, tem o dobro de impacto, em termos de salário, de empregabilidade no filho, do que o que é feito em nós homens. Porque a mulher não vai apenas transmitir os conhecimentos que aprendeu, ela vai cuidar melhor da saúde do filho, quando ela é melhor educada, ela vai cuidar da sua psicologia como um todo, como foi destacado aqui; da sua harmonia afetiva; preveni-lo contra todos os males da sociedade, que hoje estão cada vez mais disseminados.

Então, a formalização do trabalho da mulher é uma coisa muito urgente. Eu acredito que vai disputar

em termos de prioridade na hora de o Estado decidir a respeito da priorização do seu projeto, que tem todos os méritos. Eu gostaria de reforçar aqui essa posição de que ele tem muito mais virtudes do que defeitos. E a principal virtude dele é que ele é voluntário. Isso dá uma grande abertura para a sociedade e, com o correr do tempo, depois de voluntário, ele poderá ser transformado numa obrigação compulsória, claro, seguindo aquilo que acontece em outras sociedades.

Então, eu gostaria de, mais uma vez, cumprimentar a V.Exa. pela iniciativa, me colocar à disposição, naquilo que eu puder ajudar, para resolver esses problemas de natureza prática e, eventualmente, até encontrar alguma maneira de incorporar as mulheres que mais sofrem no Brasil e que estão no mercado informal. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Com a palavra, Dra. Cláudia Skaf.

DRA. CLÁUDIA SKAF: Obrigada. Eu penso que realmente não tem mais nada, assim, a eu colocar porque realmente foi tão bem explicitado, tão bem explicadas as idéias todas, as sugestões... Eu... Que estão todos de parabéns e realmente eu não tenho muito a acrescentar. O que eu só gostaria de colocar é que realmente, muitas vezes, também, fora a coisa de ter uma licença de seis meses ou não, existe a situação da qualidade desse "estar com a criança". Então, às vezes pode ser até menos tempo, mas a situação da qualidade e não da quantidade precisa ser colocada também. Penso que a afetividade, com a presença do pai, num tempo mais importante, junto a esse pós-parto e a esse nascimento da criança, é realmente extremamente importante porque firma aqueles laços de família, que a gente vem comentando aqui na Mesa.

Gostaria de colocar que realmente a Fiesp está pronta para continuar uma discussão, continuar um debate, continuar a participar do projeto, que realmente é assim, maravilhoso. Você está de parabéns. Muito obrigada.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Sr. Eugênio.

SR. EUGÊNIO FERREIRA DA CUNHA GARCIA: Os homens são criados pelas mulheres, nos primeiros meses, nos primeiros anos, não é? É a mãe, a avó, a irmã, a tia, a babá, não é? Então, nós só podemos agradecer a sua iniciativa desse projeto que, Oxalá se transforme em lei prontamente! E a Confederação Nacional do Comércio reitera aquilo que colocou e se põe à disposição para melhorar o projeto, se isso for possível. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Obrigada.

[palmas].

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senadora Patrícia, me permita só um minutinho, bem rápido. Eu sei, um minutinho. É porque o Pastore falou a questão que acho que a gente não pode... Só para aqui reforçar. A questão daqueles que irão ficar de fora desse projeto da empresa cidadã. Mas, na questão da doméstica, conversamos aqui, eu e o Senador Lucena, acho que a gente tem o caminho e eu quero, aqui, já mostrar que, à senhora, para que a gente possa acrescentar ao projeto, é: Se a doméstica, ela já recebe pelo INSS, por que não receber os seis meses, desde que seja retirado o recurso a partir da CPMF? É uma questão de operacionalização do governo com a Previdência. Acho que esse é o caminho, aí já ficaríamos com as domésticas sendo atendidas, fica para análise.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Michael. Obrigada. Agora você, por favor, Michael. Ele se apresentou como Michael, aí eu o chamei de Michael.

[risos].

SR. MICHAEL HARADON: É Michael. Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer à Senadora Patrícia Saboya e aos presentes. Quero dizer para vocês que eu estou empresário, não sou empresário, estou empresário, mas eu sou um cidadão e um ser humano, eu sou um pai também. Por vezes, até mãe. Tenho, sem pretensões, tenho um pequeno filhinho, que chama Pedro Miguel, que tem três anos e meio e ele teve a felicidade de mamar até um ano e meio, que foi muito bom. E ele me acompanha nas marchas e nas manifestações pelos Direitos Humanos, junto com o Suplicy e outro pessoal. Quer dizer, tem que mamar também, isto desde jovem idade.

Nós somos a favor, dentro da empresa, de uma emancipação e não precarização(F), e eu digo isso daí, porque, claro, que nós sempre temos uma resistência pela falta de conhecimento, ou até porque faltou alguém sensibilizar as pessoas.

Na nossa empresa, que é uma empresa química, é óbvio que não é favorável, *a priori*, às mulheres. Então, nós tínhamos gerentes que diziam: "Olha, nestas linhas de produção, mulher não é possível", com sorriso na boca. Quer dizer, por quê? Porque não podem carregar pacotes, que são pesados etc. O que é que nós fizemos? Ao invés de a gente fazer uma reengenharia, nós fizemos uma "rearquitetura", que é muito mais feminino, "rearquitetamos" todas as linhas de produção e não existe nenhum lugar onde não possa trabalhar uma mulher.

O que é que aconteceu com isto? É que houve um favorecimento ao bem-estar dos homens também. Mais tarde, eles acharam maravilhoso. Eu quero dizer para vocês que nós, sim, contratamos grávidas. Não que a gente faça teste. Elas vêm e dizem: "Eu estou grávida". "Isso é um problema, uma doença?" "Não". "Então, por gentileza". E, da mesma maneira, pessoas que se manifestam e dizem que são portadoras de HIV positivo e, quando você estiver lá—

[palmas].

Você poderá constatar isso.

[palmas].

O professor Pastore, um amigo e colega já de outros verões, e ele esteve realmente na FERSOL, para a gente debater, discutir sobre flexibilização trabalhista, se sim ou não. Vocês imaginam de que lado nós estávamos defendendo, é claro, não é?

Então, mas eu só queria dizer, sobre a prorrogação, se pode ser inferior, que o professor Pastore colocou, eu acho que ela também pode ser superior, se a empresa desejar. Sobre o que é que a empresa faz quando tiver um ano que tiver prejuízos? Eu conheço empresa que tem prejuízos e uma das coisas que eles fazem é reduzir. A outra que eles fazem, as que têm melhor rendimento, mais tarde, são aquelas que investem. Investem em equipamento, investem em treinamento, investem em capacitação. É isto que vai tirar a empresa fora do vermelho.

Em 1996, a empresa FERSOL estava quebrada e nós decidimos mudar a gestão por uma gestão mais feminina, uma gestão mais, menos de hardware e mais software, como dizem. E ampliar os direitos dos trabalhadores. Então, nós vendíamos o café da manhã para o almoço; vendíamos o almoço para comprar a janta, porém, mesmo assim, ampliamos os direitos dos trabalhadores. E este é o resultado que nós temos hoje.

Ao invés de reduzir a idade penal, eu diria para fazer o investimento, realmente, em aumentar a licença maternidade, que aí nós vamos resolver muitos problemas. Este é o investimento, nós estivemos ontem com o Ministro Nelson Machado, ele falou: "Nós temos que projetar e programar as coisas para 20 anos e fazê-las como se nós estivéssemos saindo amanhã". Então, fazê-las rapidinho.

E eu gostaria só de concluir que as coisas devem ser feitas pelo coração; se não for pelo coração, fazer pela razão. Eu demonstrei aqui que isso traz realmente um rendimento, um resultado, não somente para a empresa, não é somente um resultado circunstancial, é um resultado estrutural para toda a sociedade.

Senadora, a FERSOL está esperando ansiosamente a aprovação da sua Lei para, mais uma vez, a gente tentar transgredir mais alguns meses e a gente

procurar novamente os Direitos Humanos, um novo olhar para o nosso país. Muito obrigado, Senadora.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Muito obrigada. Dr. Carlos, por favor.

SR. CARLOS FACCINI: Ok. Se a gente vai tratar isso como preciosidade, eu acho que qualquer Chefe de Estado que encampasse isso, ele se torna não um governante, ele vai se tornar um Estadista. Então, eu acho que essa é a grande oportunidade que o nosso atual Presidente tem, junto com os nossos Senadores, de encampar isso, porque ele deixa de ser Governo, deixa de ser o homem Presidente da República e passa a ser Estadista, que é uma palavra muito maior. Essa é a primeira observação. Se não encampar isso, eu vou ficar um pouco decepcionado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Eu também.

SR. CARLOS FACCINI: Segundo, eu acho que a voluntariedade é um elemento fundamental dessa Lei, e vou dizer por que, pela minha experiência de recursos humanos. Vai acabar se tornando, escrevam aí, um fator de retenção de talento feminino nas empresas. As empresas que tiverem essa característica... Esse fator vai ser um fator de retenção e de escolha de local de trabalho pelas mulheres porque nós não vamos ficar indefinidamente com o problema de desemprego, de subemprego etc. Nós vamos ter que resolver essas questões.

Hoje, nós temos vários extratos. Nós temos um extrato da sociedade, onde nós temos, obviamente, uma competitividade entre empresas para selecionar e reter talento. Obviamente, guardadas as devidas proporções, essa voluntariedade vai ser um fator para aquelas empresas que têm isso, um fator de retenção e de atração de talento feminino, principalmente em grandes e médias empresas. Já é um grande começo.

Terceiro, ouvi o professor Pastore, meu... Eu tenho uma admiração, nos conhecemos há muitos anos, somos professores acadêmicos e sou também um acadêmico, além de ter feito uma carreira empresarial. O que o professor falou é verdade: nós temos exclusões, temos informalidade, mas nós temos que começar por algum lugar. E vamos começar com aquilo que existe na nossa mão porque senão nós não vamos chegar a lugar nenhum. Vamos reconhecer—

[palmas].

Que existe o excluído. As palavras dele são sábias, como sempre. Temos a informalidade, mas nós precisamos começar de alguma maneira, para a gente poder realmente resolver essa questão.

E, finalmente, apenas em homenagem às mulheres, a gente tem que transformar aquela idéia de que todo soldado, em todo filme, quando vai morrer, principalmente em filme de guerra, a última palavra que ele diz é: “Mãe”, em qualquer língua. Em qualquer uma. Vamos transformar isso em que a mãe possa ter efetivamente, nesses seis primeiros meses de vida, e que o filho, mesmo não tendo essa capacidade de dizer, vai dizer com os olhos e com o coração: “Mãe”.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Dr. Dioclécio.

DR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR: Nessas considerações finais, eu quero, uma vez mais, enaltecer a figura humana da Senadora Patrícia Saboya, que foi a expressão inicial da sua acolhida e sensibilidade que nos deu a convicção, a nós, Sociedade Brasileira de Pediatria e Conselho Federal da OAB, de que havíamos tomado o endereço certo. E chegamos a este momento, onde me contagio pela sensibilidade que se difundiu entre todos os participantes. Sensibilidade que nos dá a certeza de que todas as questões técnicas aqui levantadas encontrarão a solução humana necessária a fim de que os direitos da criança sejam assegurados. E se os seis primeiros meses de vida cientificamente estão comprovados como aqueles decisivos para a formação da personalidade, para o aprendizado, desenvolvimento mental, para o aprendizado do afeto e o equilíbrio emocional ao longo da vida, não há por que flexibilizá-los, senão nós teremos dois grupos de crianças: umas que tiveram direito pleno aos seis meses e outras que tiveram direito inferior e a elas foi negado, já naquela fase, essa necessidade importantíssima para a sua vida.

Por tudo isto, eu fico muito feliz e não tenho dúvida já de que, com as intervenções todas, os depoimentos, nosso Relator do Projeto, que o Projeto será aprovado. Não tenho dúvida. E que, a partir de sua aplicação, nós poderemos assistir, sem dúvida nenhuma, à visão poética de Chico Buarque de Holanda, que mostra, nas palavras do jovem, aquilo que esse projeto vai assegurar. Sua canção fantástica do “Bambino”, quando diz: “Quando, então, eu nasci, minha mãe envolveu-me num manto e vestiu-me assim, como se eu fosse uma espécie de Santo”. Que todas as crianças brasileiras possam dizer isto.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE): Bem, eu quero agradecer a presença de todos aqui, todos e todas. Foi muito importante a expressão, o depoimento de cada um, a exposição que cada um pôde fazer. E isso irá dar uma grande contribuição ao nosso querido Relator, Senador Paulo Paim, para que ele possa, no seu relatório, no seu parecer, aperfeiçoar o Projeto; se existem algumas brechas, que elas possam ser cobertas; se existem

algumas sugestões, como foi feito aqui pelo Professor Pastore, que elas sejam, possam ser corrigidas e aperfeiçoadas dentro desse Projeto.

Eu quero, mais uma vez, ressaltar que a autoria desse projeto é da Sociedade Brasileira de Pediatria, eu recebi das mãos do Dr. Dioclécio, apenas estou aqui como Senadora, porque ele, infelizmente, ainda não é Senador.

[risos].

Mas, agradecer a confiança da Sociedade Brasileira de Pediatria, de ter colocado esse projeto que tem sido... Tem repartido com tantos colegas, com tantas colegas, esse momento tão especial e tão importante. Eu tenho certeza, se existem falhas técnicas ou incorreções, elas deverão e poderão ser superadas a partir de outras discussões que nós ainda teremos aqui nessa Casa, com outras audiências públicas. Mas o mais importante, eu acho que aqui aconteceu, foi uma... Que cada Senador, cada Senadora, mesmo aqueles que ainda não tinham a compreensão exata do Projeto, puderam aqui expressar. Os exemplos, eu quero agradecer ao Michael, mais uma vez, por ter vindo até aqui, trazido o exemplo, aberto... Aberto, colocado a sua empresa aqui, exposto a situação, expondo a sua situação, da empresa, inclusive os momentos de dificuldade que passou, mas a forma como conseguiu recuperar.

Nossa querida Maria Paula, madrinha de todas as crianças brasileiras. Eu tenho certeza que, num país como o nosso, que tem tantas dificuldades, existem muitas prioridades, mas está expresso na Constituição que a criança é um dever do Estado, da sociedade e da família. E nós não podemos falhar.

Eu acho que agora nós estamos vivendo momentos que estão fazendo a gente pensar e refletir bastante. Está na hora de o Brasil inteiro colocar a mão na consciência e ver onde é que nós estamos errando, onde é que nós estamos falhando. Se as crianças hoje, eu dizia, diria, como disse um Padre do Rio de Janeiro, que ajuda a recuperar crianças que estão envolvidas com o tráfico, com as drogas, e ele dizia: "Que país é esse em que, no passado, o nascimento de uma criança era uma benção comemorada por todo mundo, e hoje acaba sendo um pesadelo. Que futuro vai ter essa criança? Onde é que ela vai estar?" Eu acho que é hora da gente botar a mão na cabeça e confessar: "Nós falhamos, nós temos falhado". O Congresso tem falhado, o Estado Brasileiro tem falhado, a sociedade tem falhado, o Judiciário tem falhado e a responsabilidade disso é de cada um de nós e cada um de nós precisa fazer, nesse momento, a sua parte. Isso aqui é só um começo. Isso aqui é só um começo. Mas a nossa luta é imensa. A nossa luta é grande. É aquilo que eu disse: "O olhar para dentro de casa". Aquilo que o Senador Lucena disse há pouco, o que eu quero para essas crianças que estão na rua é a mesma coisa que

eu posso dar para os meus filhos, que estão dentro da minha casa e que eu gerei.

Então, eu quero uma sociedade que dê resposta à mãe do João Hélio, que está sofrendo nesse momento por seu filho ter sido vítima de um crime brutal, mas é preciso dar resposta também àqueles 16 adolescentes que morrem todo dia no país, vítimas de arma de fogo, que não têm nome, que não têm endereço, que não aparecem no jornal, que não aparecem nas televisões, que não aparecem nos rádios.

Eu quero dar uma resposta a todas as mulheres, a todas as mães que perderam seus filhos porque o Estado brasileiro não foi competente e capaz de chegar antes do crime organizado no seu filho. Ninguém nasce querendo matar. Ninguém nasce querendo roubar. Eles querem apenas ter o direito de ser felizes. Não estou defendendo os crimes, os delitos terríveis, o Estatuto da Criança tem 17 anos, vai completar a maior idade e nunca foi colocado em prática no nosso país. O único discurso que a gente escuta é aquele: "O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento muito moderno, é um instrumento muito avançado e que não dá para ser colocado em prática no país". A gente tem que acabar com esse mito, com essa idéia de que a gente tem que se espelhar pelo que tem de pior. Nós temos que nos espelhar pelo que temos de melhor, porque é isso que nós queremos para os nossos filhos, que estão dentro das nossas casas, que são a nossa responsabilidade.

Eu acho que se cada um de nós conseguir ter um olhar diferenciado e olhar a essas crianças que estão também nas ruas, que não têm acesso à educação, que não têm acesso à saúde, que não têm casa, que não têm pai, que não têm mãe, que não têm nenhuma perspectiva de um futuro melhor, aí sim nós podemos dizer que estamos cumprindo o nosso papel, podemos deitar a cabecinha direito no travesseiro e dormir sossegados.

Muito obrigada a todos. Um beijo no coração. Muito obrigada de coração.

[palmas].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia.

[interrupção no áudio]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE): Queria só... Só aprovar um requerimento, colocar em pauta, extrapauta, um Requerimento se todos tiverem de acordo, porque tenho que fazer duas votações. A primeira é para incluir extrapauta. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Em votação. Em votação, na Comissão de Direitos Humanos. Aprovado. Em votação, na Comissão de Assuntos Sociais. Aprovado. Está aprovado o requerimento.

[palmas].

Sessão encerrada às 13h42.



EDIÇÃO DE HOJE: 698 PÁGINAS

12099/087